ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLVIII Nº 126

Brasília - DF, segunda-feira, 4 de julho de 2011

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 5
Ministério da Ciência e Tecnologia 8
Ministério da Cultura 10
Ministério da Defesa 13
Ministério da Educação 14
Ministério da Fazenda 37
Ministério da Integração Nacional 53
Ministério da Justiça 54
Ministério da Pesca e Aquicultura 59
Ministério da Previdência Social 59
Ministério da Saúde 60
Ministério das Cidades 128
Ministério das Comunicações 130
Ministério de Minas e Energia 136
Ministério do Desenvolvimento Agrário 162
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 162
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . 162
Ministério do Meio Ambiente 163
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 163
Ministério do Trabalho e Emprego 166
Ministério do Turismo 169
Ministério dos Transportes 173
Conselho Nacional do Ministério Público 176
Ministério Público da União 176
Tribunal de Contas da União 210
Poder Judiciário 214
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 214

Atos do Poder Executivo

DECRETO DE 02 DE JULHO DE 2011

Declara luto oficial.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 88 das Normas do Cerimonial Público, aprovadas pelo Decreto no 70.274, de 9 de março de 1972,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado luto oficial em todo País, por sete dias, a partir desta data, em sinal de pesar pelo falecimento do ex Presidente da República ITAMAR AUGUSTO CAUTIERO FRANCO.

Art. 2º Fica determinado que os funerais do ex Presidente se realizem a expensas da Nação, sendo-lhe prestadas honras fúnebres de Chefe de Estado.

Brasília, 02 de julho de 2011; 190º da Independência e 123º da República

DILMA ROUSSEFF

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Presidência da República

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

SÚMULA Nº 55, DE 29 DE JUNHO DE 2011

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso XII, e tendo em vista o disposto nos arts. 28, inciso II, e 43, caput e § 1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, no art. 38, § 1º, inciso II, da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no art. 17-A, inciso II, da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, e nos arts. 2º e 3º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, bem como o contido no Ato Regimental/AGU nº 1, de 02 de julho de 2008, resolve:

"A não observância do prazo estabelecido na Instrução Normativa n. 06/2002 para o recadastramento do criador amadorista de passeriforme não inviabilizará a efetivação do ato pelo IBAMA, desde que preenchidos os demais requisitos legais."

Legislação Pertinente: *Art. 225, § 1º, inciso VII, da CF/1988; Artigo 6º, inciso IV, da Lei 6.938/81; Arts. 7º, 8º, "b", 9º, 10, "j", da Lei 5.197/67; Portaria nº 57/96 do IBAMA; Arts. 1º, § 1º, 2º, §§ 1º e 2º, 3º, 5º e 16 da IN-IBAMA nº 06/2002.*

Precedentes: ***Supremo Tribunal Federal - Primeira Turma:*** *AgReg no RE 573.384-0/MG, Relator Ministro Ricardo Lewandowski.* ***Decisões*** *(art. 557,* ***caput****, do CPC e art. 21, § 1º do RISTF)****:*** *RE 529.849 / MG, Relatora Ministra Cármen Lúcia; RE 559.956 / MG, Relator Ministro Ayres Britto.* ***Superior Tribunal de Justiça - Primeira Turma****: REsp.s 890.033-MG e 965.644-MG, Relatora Ministra Denise Arruda;* ***Segunda Turma****: REsp. 972.979-MG, Relator Ministro Humberto Martins; REsp. 860.615-DF, Relatora Ministra Eliana Calmon; AgRg no AI nº 1.020.022-MG, Relator Ministro Herman Benjamin.*

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUBPROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 539, DE 1º DE JULHO DE 2011

Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Piauí a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA naquele estado.

O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Procurador-Geral Federal, nos termos do art. 1º da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Piauí a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA naquele estado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

ANTONIO ROBERTO BASSO

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

PORTARIA Nº 1.373, DE 1º DE JULHO DE 2011

Estabelece Regimento Interno da II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT.

A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, com fundamento no art. 5ª, do Decreto Presidencial de 18 de maio de 2011, que convoca a II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT PUBLICA o Regimento Interno da II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT.

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º A II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT (II Conferência Nacional LGBT), de caráter deliberativo, tem por objetivos:

I - avaliar e propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas voltadas ao combate à discriminação e promoção dos direitos humanos e cidadania de LGBT no Brasil;

II - avaliar a implementação e execução do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT e propor estratégias para seu fortalecimento e

III - propor diretrizes para a implementação de políticas públicas de combate à pobreza e à discriminação da população LGBT.

Art. 2º Caberá à Plenária inicial aprovar o Regulamento Interno da etapa nacional da II Conferencia Nacional LGBT.

CAPÍTULO II

DA REALIZAÇÃO

Art. 3º A II Conferência Nacional LGBT será realizada em Brasília no Centro de Eventos e Treinamentos da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio - CET/CNTC, sob a responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no período de 15 a 18 de dezembro de 2011.

Art. 4º A II Conferência Nacional LGBT poderá ser realizada nas seguintes etapas: Municipal, Regional, Estadual/Distrital e Nacional - nas quais serão debatidos os objetivos do artigo 1º deste regimento, sem prejuízo de debates específicos, em função da realidade de cada município e unidades da federação.

§ 1º As etapas Estaduais/Distrital são obrigatórias para a eleição de delegadas e delegados para a etapa nacional.

§ 2º A etapa nacional da II Conferência Nacional LGBT considerará as consolidações da etapa de âmbito Estadual/Distrital.

§ 3º Fica facultada a realização de conferências livres e conferências virtuais cujas deliberações devem ser enviadas às Conferências Municipal, Estadual/Distrital e Nacional.

AVISO

CIRCULOU EM 1/7/2011 A EDIÇÃO EXTRA Nº 125-A

Também disponível no endereço: www.in.gov.br - Pesquisa nos Jornais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 5º A II Conferência Nacional LGBT, assim como suas análises, formulações, recomendações, proposições e deliberações, terá como panorama as conjunturas nacional e internacional.

Art. 6º A etapa municipal da II Conferência Nacional LGBT deverá ser convocada e realizada até 31 de agosto de 2011.

Art. 7º A etapa estadual da II Conferência Nacional LGBT deverá ser convocada e realizada até 31 de outubro de 2011.

§ 1º A não realização das etapas, previstas nos artigos 4º e 6º deste Regimento, não impedirá a realização da Etapa Nacional no período previsto.

§ 2º Os relatórios das Conferências estaduais LGBT deverão ser encaminhados a Comissão Organizadora da II Conferência Nacional LGBT até 11 de novembro de 2011.

§ 3º A composição das Comissões Organizadoras Municipais e Estaduais deverá assegurar a paridade entre o poder Público e a sociedade Civil.

§ 4º O quórum mínimo das Conferências Estaduais e Distrital para eleger a delegação de cada unidade da federação deverá ser de, pelo menos, 4 (quatro) vezes o número de delegadas e delegados a serem eleitos para a II Conferência Nacional LGBT.

§ 5º As Comissões Organizadoras deverão assegurar as condições de total acessibilidade para pessoas com deficiência.

Art. 8º Nas etapas estaduais/distrital, deverão ser asseguradas ampla e representativa participação dos segmentos sociais e entidades interessadas e comprometidas com a promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT, bem como incorporar as especificidades de orientação sexual, gênero e identidade de gênero, étnico-raciais, regionais, geracionais, pessoas com deficiência, populações tradicionais e população em situação de rua.

Art. 9º A iniciativa de convocar e financiar a Conferência Municipal, bem como constituir a Comissão Organizadora, será do Governo Municipal.

§ 1º Como cumprimento da Etapa Municipal da II Conferência Nacional LGBT, as Conferências Municipais deverão:

I - elaborar o seu próprio regimento em conformidade com este Regimento.

II - assegurar a paridade entre representantes da sociedade civil e do poder público nas comissões organizadoras municipais.

III - constituir uma Comissão Organizadora que seja composta, prioritariamente, por membros dos movimentos LGBT, representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Universidades Públicas, do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

IV - elaborar relatório a ser encaminhado à Comissão Organizadora da Estadual/Distrital, destacando-se o diagnóstico e as recomendações aprovadas nessa etapa, que subsidiarão na avaliação e na elaboração das políticas municipais e estaduais de promoção dos direitos de LGBT.

§ 2º Caso a convocação da Conferência Municipal não seja feita pelo Governo, esta poderá ser convocada pela Câmara de Vereadores, Ministério Público ou Sociedade Civil.

Art. 10. Os relatórios consolidados das conferências municipais deverão ser remetidos às Comissões Organizadoras Estaduais/Distritais em até 15 (quinze) dias após a sua realização.

Art. 11. A iniciativa de convocar e financiar a Conferência Estadual/Distrital, bem como constituir a Comissão Organizadora, será do Governo Estadual/Distrital.

§ 1º Como cumprimento das Etapas Estaduais e Distrital da II Conferência Nacional LGBT, as Conferências Estaduais e Distrital deverão:

I - elaborar o seu próprio regimento em conformidade com este Regimento.

II - assegurar a paridade entre representantes da sociedade civil e do poder público na composição das comissões organizadoras estaduais.

III - constituir uma Comissão Organizadora para a realização das conferências que seja composta, prioritariamente, por membros dos movimentos LGBT, representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Universidades Públicas, do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

IV - elaborar relatório a ser encaminhado à Comissão Organizadora destacando-se o diagnóstico e as recomendações aprovadas nessa etapa, que subsidiarão na avaliação e na elaboração das políticas municipais e estaduais de promoção dos direitos de LGBT.

§ 2º Caso a convocação não seja feita pelo Governo Estadual/Distrital, a mesma pode ser realizada pela Assembléia Legislativa/Câmara Distrital, Ministério Público ou Sociedade Civil.

Art. 12. A Comissão Organizadora das Conferências Estaduais/Distrital deverá enviar cópia dos seus Regimentos e de sua programação à Comissão Organizadora Nacional até 30 (trinta) dias antes da realização da conferencia estadual e distrital.

Art. 13. Os relatórios consolidados das conferências Estaduais/Distrital e a relação da delegação eleita com os respectivos suplentes para a Conferência Nacional LGBT deverão ser remetidos à Comissão Organizadora Nacional em até 15 (quinze) dias após a sua realização.

Art. 14. Somente as propostas e as moções aprovadas de âmbito nacional serão consideradas na etapa nacional da II Conferência Nacional LGBT.

CAPÍTULO III

DO TEMA

Art. 15. A II Conferência Nacional LGBT terá como tema central: **"Por um país livre da pobreza e da discriminação: Promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - LGBT",** com os seguintes eixos:

I - analise do contexto nacional e internacional, diagnóstico das políticas públicas e pacto federativo para o enfrentamento das violências e da vulnerabilidade relacionadas à população LGBT.

II - avaliação da implementação e execução do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT, com o diagnóstico de cada ação apresentado pelos Ministérios correspondentes.

III - diretrizes para a formulação e para a implementação de políticas públicas de combate à pobreza da população LGBT.

Parágrafo único. Os eixos serão apresentados em painéis centrais e discutidos em grupos de trabalho, assegurando o debate entre as delegadas e os delegados.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 16. Serão consideradas como instâncias da II Conferência Nacional LGBT.

I - Mesa de Abertura;

II- Plenária Inicial;

III - Painéis;

IV - Grupos de Trabalho e

V - Plenária Final.

Art. 17. A II Conferência Nacional LGBT será presidida pela Ministra Chefe de Estado da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República ou, na sua ausência ou impedimento eventual, pela Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

Art. 18. As Plenárias e os paineis serão coordenados por pessoas indicadas pela Comissão Organizadora.

Art. 19. A Comissão Organizadora Nacional é composta pelos membros do Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT.

Parágrafo único. A Comissão Organizadora Nacional será coordenada pelo Presidente, Vice-Presidenta e Secretário Executivo do CNCD/LGBT.

Art. 20. Serão constituídas as seguintes subcomissões, sob a coordenação da Comissão Organizadora Nacional:

I - Subcomissão de Conteúdo e de Relatoria:

II - Subcomissão de Comunicação e

III - Subcomissão de Mobilização.

CAPÍTULO V

DA METODOLOGIA

SEÇÃO I

DO TEXTO BASE

Art. 21. O Texto Base, aprovado pela Comissão Organizadora da II Conferência Nacional LGBT, norteará os debates e subsidiará a elaboração dos Textos Bases das etapas estaduais e municipais. Como cumprimento as especificações da II Conferência Nacional LGBT, as Conferências Municipais, Regionais e Estaduais deverão:

I - discutir o Texto Base Nacional e Estadual, quando publicados.

II - ter textos base fundamentados na avaliação dos planos e políticas existentes em cada esfera e/ou na aprovação de diretrizes para as mesmas.

III - contemplar, em seus textos bases, o diagnóstico de vulnerabilidade e o risco social, com o objetivo de formular diretrizes para ações de combate à pobreza da população LGBT.

IV - ter como um dos resultados finais a produção de recomendações aos estados e municípios a partir do diagnóstico e/ou da analise dos planos e políticas, quando existentes.

§ 1º As etapas regionais das conferências estaduais devem obrigatoriamente discutir o texto base do respectivo Estado;

§ 2º As atribuições e responsabilidades de cada ente federado das políticas LGBT devem ser um dos temas centrais de todas as etapas da conferência;

Art. 22. O texto base da Conferência Nacional terá como eixos os incisos previstos no artigo 15.

§ 1º Todas as discussões da II Conferência Nacional LGBT, bem como os das Conferências Municipais e Estaduais/Distrital, deverão, obrigatoriamente, incorporar as especificidades de orientação sexual, gênero e identidade de gênero, étnico-raciais, regionais, geracionais, pessoas com deficiência, populações tradicionais e população em situação de rua.

§ 2º O texto base deverá refletir a articulação, a pluralidade, a integralidade, a universalidade, a equidade, a diversidade, as especificidades e a transversalidade dos aspectos das políticas voltadas para LGBT.

SEÇÃO II

DA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS

Art. 23. As comissões organizadoras das etapas estaduais/distrital consolidarão os resultados de cada Conferência, em relatório, cuja minuta será disponibilizada pela comissão organizadora da II Conferência Nacional LGBT.

Parágrafo único. Os relatórios das Conferências Estaduais/Distrital LGBT devem ser encaminhados para a Secretaria Executiva da Conferência Nacional LGBT, até 11 de novembro 2011, por meio do endereço eletrônico: conferencialgbt@sdh.gov.br, com cópia para o cncd@sdh.gov.br.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 24. Os relatórios das Conferências Municipais e Estaduais serão elaborados por eixo temático, a partir do diagnóstico, avaliação e recomendações referentes ao tema proposto para a II Conferência Nacional LGBT.

Art. 25. Os relatórios das Conferências Estaduais/Distrital serão consolidados pela Comissão Organizadora Nacional, por meio da Comissão de Conteúdo e Relatoria, de acordo com os eixos temáticos da II Conferência Nacional LGBT.

Art. 26. Será disponibilizada uma equipe de relatoras e/ou relatores, coordenada pela Comissão de Conteúdo e Relatoria da II Conferência Nacional LGBT.

SEÇÃO III

DAS PLENÁRIAS E DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 27. A Plenária Inicial terá como objetivo aprovar o Regulamento Interno da etapa Nacional da II Conferência Nacional LGBT.

Art. 28. Realizar-se-ão 9 (nove) Grupos de Trabalho, sendo 3 (três) para cada eixo temático, simultaneamente, que deliberarão sobre os eixos temáticos da II Conferência Nacional LGBT, da seguinte forma:

I - O Relatório Consolidado será lido, discutido e votado por eixos temáticos.

II - Os Grupos de Trabalho somente poderão deliberar com a presença de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das delegadas e dos delegados inscritos.

III - As propostas que forem aprovadas em pelo menos 2 (dois) Grupos de Trabalho de cada eixo com no mínimo de 70% (setenta por cento), nas votações de cada grupo, não necessitando ir a votação da Plenária Final, estarão automaticamente aprovadas;

IV - As propostas que obtiverem votação inferior a 30% (trinta por cento) em mais de 2 (dois) Grupos de Trabalho de cada eixo serão rejeitadas.

V - Os grupos de trabalho terão mesas compostas com coordenação e secretaria, indicadas pela Comissão Organizadora e suplências eleitas pelo Grupo de Trabalho e

VI - As propostas constantes do Relatório Consolidado da Etapa Estadual/Distrital, disponibilizadas às delegadas e aos delegados da etapa nacional e destacadas nas Plenárias dos Grupos de Trabalho, deverão ter a aprovação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos votos mais 1 (um) dos presentes na plenária final para compor o relatório da Conferência.

Art. 29. A Plenária Final deliberará sobre:

I - Relatório Consolidado das Plenárias dos Grupos de Trabalho, tendo como objetivo aprovar o Relatório da Conferência que expresse o resultado dos debates em todas as Etapas da Conferência e

II - Moções e Recomendações de âmbito nacional;

Parágrafo único. As deliberações acima deverão conter diretrizes para a implementação e para a avaliação de políticas públicas e do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT.

CAPITULO VI

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 30. A Comissão Organizadora da II Conferência Nacional LGBT tem as seguintes atribuições:

I - encaminhar a realização da II Conferência Nacional LGBT;

II - aprovar o tema e os eixos da II Conferência Nacional LGBT;

III - aprovar a metodologia de realização da II Conferência Nacional LGBT e da consolidação do relatório das três Etapas;

IV - aprovar o texto base e documentos pertencentes a etapa Nacional;

V - aprovar os nomes das expositoras e dos expositores dos painéis;

VI - aprovar os critérios para participação e a definição das convidadas e dos convidados nacionais e internacionais;

VII - acompanhar a organização e infraestrutura;

VIII - discutir e deliberar sobre todas as questões julgadas pertinentes acerca da II Conferência Nacional LGBT e não previstas nos itens anteriores.

Art. 31. Cabe à Coordenação-Geral da II Conferência Nacional LGBT:

I - convocar as reuniões da Comissão Organizadora;

II - coordenar as reuniões e as atividades da Comissão Organizadora;

III - coordenar as atividades da Secretaria Executiva da Comissão Organizadora;

IV - submeter à aprovação do CNCD/LGBT os encaminhamentos da Coordenação Geral da II Conferência Nacional LGBT;

V - convidar técnicos dos órgãos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para auxiliá-la, em caráter temporário, no exercício das suas atribuições;

VI - convidar técnicos de outros órgãos do Poder Público para auxiliar, em caráter temporário, no exercício de suas atribuições;

VII - supervisionar todo o processo de organização da II Conferência Nacional LGBT.

VIII - apresentar ao Plenário do CNCD/LGBT a prestação de contas da II Conferência Nacional LGBT;

IX - organizar a pauta das reuniões da Comissão Organizadora;

X - organizar e manter arquivo dos documentos recebidos e das cópias dos documentos encaminhados em função da realização da II Conferência Nacional LGBT;

XI - encaminhar os documentos produzidos pela Comissão Organizadora da II Conferência Nacional LGBT;

XII - coordenar a Comissão de Relatoria da Etapa Nacional;

XIII - acompanhar e monitorar os relatórios das Conferências Estaduais/Distrital e o seu envio, no prazo, à Comissão Organizadora da II Conferência Nacional LGBT;

XIV - consolidar os Relatórios da Etapa Estadual/Distrital e sua distribuição na II Conferência Nacional LGBT;

XV - coordenar a elaboração das propostas consolidadas dos grupos de trabalho;

XVI - coordenar o trabalho da relatoria das Plenárias e Grupos de Trabalho;

XVII - coordenar a organização das moções, no Relatório Final da II Conferência Nacional LGBT, aprovadas na Plenária Final;

XVIII - coordenar a elaboração do Relatório Final da II Conferência Nacional LGBT a ser apresentado ao CNCD/LGBT.

XIX - implementar as deliberações da Comissão Organizadora;

XX - articular a dinâmica de trabalho entre a Comissão Organizadora e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;

XXI - enviar orientações as Comissões Organizadoras Municipal/Estadual/Distrital e às entidades nacionais da sociedade, relacionadas às matérias aprovadas pela Comissão Organizadora;

XXII - estimular e apoiar as etapas Municipais e Estaduais/Distrital da II Conferência Nacional LGBT nos seus aspectos preparatórios;

XXIII - obter das expositoras e dos expositores os textos de suas apresentações para fins de arquivo e divulgação e compor o Relatório Final;

XXIV - elaborar o orçamento e providenciar as suplementações necessárias, assim como propor a infraestrutura da II Conferência Nacional LGBT;

XXV - providenciar a divulgação do Regimento Interno da II Conferência Nacional LGBT;

XXVI - realizar o credenciamento dos participantes da Etapa Nacional;

XXVII - promover a ampla divulgação da II Conferência Nacional LGBT e

XXVIII - acompanhar o andamento das etapas Municipais e Estaduais da II Conferência Nacional LGBT, por meio das suas Comissões Organizadoras, especialmente, no recebimento de seus relatórios finais;

Parágrafo Único. A Comissão Organizadora da II Conferência Nacional LGBT contará com suporte técnico e administrativo da Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para a realização das atividades necessárias ao desempenho de suas atribuições.

Art. 32. Cabem às subcomissões constituídas as seguintes atribuições:

I - Subcomissão de Conteúdo e de Relatoria:

a) propor e elaborar o texto base sobre o temário central;

b) sistematizar o relatório final e os relatórios finais da II Conferência;

c) organizar aos termos de referência do tema central e eixos temáticos, visando subsidiar a apresentação das expositoras e dos expositores na Conferência;

d) propor expositoras e expositores para os painéis;

e) elaborar a relação de sub-temas e os roteiros para os grupos de trabalho e elaborar o roteiro para apresentação dos relatórios;

f) formular proposta de metodologia para consolidação dos relatórios dos grupos;

g) monitorar o recebimento do Relatório final das Conferências Estaduais, bem como colaborar na consolidação das informações e

h) elaborar, organizar e acompanhar a publicação do relatório final da II Conferência Nacional LGBT, junto à Subcomissão de Comunicação;

II - Subcomissão de Comunicação;

a) propor e colaborar na execução do projeto de divulgação para a II Conferência Nacional LGBT;

b) propor instrumentos e mecanismos de divulgação da Conferência Nacional LGBT;

c) promover a divulgação do regimento da II Conferência Nacional LGBT;

d) orientar as atividades de comunicação social da Conferência;

e) acompanhar o registro e a cobertura midiática dos principais momentos das etapas da Conferência, objetivando a divulgação, bem como o arquivamento da sua memória e

f) receber da Subcomissão de Conteúdo e Relatoria, encaminhar e acompanhar a publicação do Relatório Final da Conferência Nacional LGBT;

III - Subcomissão de Mobilização.

a) estimular e monitorar a realização das Conferências Livres e Municipais e

b) estimular e monitorar a realização das Conferências Estaduais e Distrital, como etapa necessária a participação na II Conferência Nacional LGBT;

Parágrafo único. As Subcomissões se dissolverão após a publicação do Relatório Final da Conferência.

CAPÍTULO VII

DAS PARTICIPANTES

Art. 33. A II Conferência Nacional LGBT contará com 800 (oitocentos) participantes, dentre os quais 609 (seiscentos e nove) serão delegadas e delegados e 191 (cento e noventa e um) serão de convidadas e convidados.

Parágrafo único. Poderão ser credenciados, sem ônus para o Poder Público, observadoras e observadores até o limite da capacidade do local de realização das conferências, segundo a forma e os prazos a serem veiculadas pela Secretaria de Direitos Humanos.

Art. 34. Poderão ser convidadas e convidados pela Comissão Organizadora Nacional, autoridades e representantes de entidades governamentais e não-governamentais nacionais e internacionais, com direito a voz em todos os momentos, exceto nas plenárias.

Art. 35. A Conferência Nacional será composta por 40% de delegadas e delegados do Poder Público e 60% de delegadas e delegados da sociedade civil.

Art. 36. A delegação da sociedade civil a ser eleita nas Conferências Estaduais para a II Conferência Nacional deverá ser composta por, no mínimo, 60% (sessenta) de pessoas com identidade de gênero feminina (lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis).

Parágrafo único. Quando da substituição das delegadas e dos delegados titulares pelos suplentes, deverá ser observado percentual mínimo deste artigo.

Art. 37. A delegação de negras e negros da sociedade civil a ser eleita nas Conferências Estaduais para a II Conferência Nacional deverá ser composta por percentual de pretas/pretos e pardos declarados no Censo do IBGE por estados, conforme sugestão do Anexo 1.

Art. 38. A delegação eleita nos estados deverá compreender as dimensões de campo e cidade, da diversidade territorial e de povos e comunidades tradicionais, bem como intergeracionais, pessoas com deficiência e população em situação de rua.

Art. 39. A plenária de delegadas e delegados da II Conferência Nacional LGBT terá a seguinte composição:

I - 565 (quinhentos e sessenta e cinco) delegadas eleitas e delegados eleitos nas Conferências Estaduais e Distrital, sendo;

a) 363 (trezentos e sessenta e três) delegadas eleitas e delegados eleitos da sociedade civil;

b) 202 (duzentos e dois) delegadas eleitas e delegados eleitos do Poder Público Municipal e Estadual.

c) 44 (quarenta e quatro) delegadas e delegados de diferentes órgãos do Governo Federal indicadas e indicados para este fim.

Art. 40. O critério utilizado para definição de quantitativo de delegadas e delegados por UF baseou-se da seguinte forma (Anexo 2):

I - Estados com população acima de 20 milhões: 42 delegadas e delegados

II - Estados com população entre 10 milhões e 20 milhões: 32 delegadas e delegados

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - Estados com população entre 5 milhões e 10 milhões: 23 delegadas e delegados

IV - Estados com população entre 1 milhão e 5 milhões: 16 delegadas e delegados

V - Estados com menos de 1 milhão de habitantes: 11 delegadas e delegados

Art. 41. A inscrição de delegadas e delegados, titulares e suplentes, para II Conferência Nacional LGBT deverá ser feita nos estados e no Distrito Federal pelas Comissões Organizadoras das respectivas etapas.

Parágrafo único. As inscrições da delegação, titulares e suplentes, eleita nos estados devem ser enviadas à Comissão Organizadora da Conferência até 11 de novembro de 2011.

Art. 42. Os Conselheiros e as Conselheiras titulares do CNCD/LGBT poderão ser delegadas e delegados da II Conferência Nacional LGBT, desde que eleitas e eleitos em seus estados.

Art. 43. Poderão ser convidados para a II Conferência Nacional LGBT:

I - Representantes de órgãos, entidades, instituições nacionais e internacionais e

II - Personalidades nacionais e internacionais, com atuação de relevância na área de promoção dos Direitos Humanos de LGBT.

§ 1º A Comissão Organizadora Nacional definirá os convidados da II Conferência Nacional LGBT.

§ 2º As inscrições das convidadas e dos convidados deverão ser enviadas a Secretaria Executiva da Conferência Nacional até 11 de novembro de 2011.

Art. 44. Os participantes com deficiências e/ou patologias poderão informar na ficha de inscrição da II Conferência Nacional LGBT, para que sejam providenciadas as condições necessárias à sua participação.

CAPÍTULO VIII

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 45. As despesas com a organização geral para a realização da Etapa Nacional da II Conferência Nacional LGBT ocorrerão à conta da dotação orçamentária consignada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e recursos provenientes de outros Ministérios.

§ 1° A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República arcará com as despesas de hospedagem e alimentação de todas as delegadas e todos os delegados participantes da Conferência.

§ 2º A Secretaria de Direitos Humanos arcará com as despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação dos membros titulares e suplentes do CNCD/LGBT.

§ 3° As despesas com o deslocamento das delegações serão de responsabilidade dos respectivos governos estaduais.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46. A II Conferência Nacional LGBT preparará relatório de avaliação e diagnóstico para o fortalecimento do Plano Nacional de Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, a ser encaminhado às instituições do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário e às instituições da Sociedade Civil.

Parágrafo Único. A Secretaria de Direitos Humanos será responsável pela ampla publicidade dos resultados e deliberações da II Conferência Nacional LGBT.

Art. 47. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora da II Conferência Nacional LGBT.

MARIA DO ROSÁRIO NUNES

ANEXO 1

Tabela 8.1 - População total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2009

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	População				
	Total (1 000 pessoas)	Distribuição percentual, por cor ou raça (%)			
		Branca	Preta	Parda	Amarela ou indígena
Brasil	**191 796**	**48,2**	**6,9**	**44,2**	**0,7**
Norte	**15 555**	**23,6**	**4,7**	**71,2**	**0,4**
Rondônia	1 531	34,1	7,0	58,0	0,9
Acre	705	26,9	4,7	67,7	0,6
Amazonas	3 455	20,9	1,7	77,2	0,2
Roraima	430	26,4	6,1	65,6	1,9
Pará	7 479	21,9	5,0	72,6	0,4
Região Metropolitana de Belém	2 117	25,2	6,1	68,1	0,5
Amapá	640	26,2	6,6	66,9	0,3
Tocantins	1 316	24,2	6,7	68,8	0,3
Nordeste	**54 020**	**28,8**	**8,1**	**62,7**	**0,3**
Maranhão	6 469	23,9	6,6	68,6	0,9
Piauí	3 193	24,1	5,9	69,9	0,0
Ceará	8 569	31,0	2,7	66,1	0,2
Região Metropolitana de Fortaleza	3 580	33,0	3,0	63,8	0,2
Rio Grande do Norte	3 188	36,3	4,4	59,2	0,0
Paraíba	3 826	36,4	4,9	58,4	0,3
Pernambuco	8 820	36,6	5,4	57,6	0,3
Região Metropolitana de Recife	3 774	37,0	7,6	54,9	0,4
Alagoas	3 206	26,8	5,3	67,7	0,2
Sergipe	2 052	28,8	3,9	67,1	0,2
Bahia	14 697	23,0	16,8	59,8	0,3
Região Metropolitana de Salvador	3 781	17,7	29,4	52,5	0,4
Sudeste	**80 466**	**56,7**	**7,7**	**34,6**	**0,9**
Minas Gerais	20 088	44,2	8,8	46,6	0,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	5 121	38,6	10,7	50,2	0,4
Espírito Santo	3 480	41,2	9,1	49,1	0,6
Rio de Janeiro	15 801	55,8	11,1	32,6	0,4
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	11 582	55,0	11,3	33,1	0,5
São Paulo	41 097	64,4	5,8	28,3	1,4
Região Metropolitana de São Paulo	19 653	58,6	6,7	32,7	2,0
Sul	**27 776**	**78,5**	**3,6**	**17,3**	**0,7**
Paraná	10 700	71,3	2,9	24,5	1,3
Região Metropolitana de Curitiba	3 272	74,6	3,2	21,3	0,9
Santa Catarina	6 159	85,7	2,2	11,7	0,3
Rio Grande do Sul	10 917	81,4	5,0	13,3	0,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	4 054	81,3	6,8	11,4	0,5
Centro-Oeste	**13 978**	**41,7**	**6,7**	**50,6**	**0,9**
Mato Grosso do Sul	2 399	49,6		43,9	1,6
Mato Grosso	3 057	38,9	9,8	50,0	1,3
Goiás	5 951	40,1	5,8	53,4	0,6
Distrito Federal	2 571	41,2	6,8	51,2	0,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

ANEXO 2

Unidades da Federação	População IBGE 2010	%	SOCIEDADE CIVIL -60%	PODER PÚBLICO Governos Municipais, Estaduais e Distrital -33%	PODER PÚBLICO Governo Federal -7%	TOTAL DA DELEGAÇÃO	TOTAL GERAL
Acre	**732.793**	**0,38**	7	4	44	11	
Alagoas	**3.120.922**	**1,64**	10	6		16	
Amapá	**668.689**	**0,35**	7	4		11	
Amazonas	**3.480.937**	**1,83**	10	6		16	
Bahia	**14.021.432**	**7,35**	21	11		32	
Ceará	**8.448.055**	**4,43**	15	8		23	
Distrito Federal	**2.562.963**	**1,34**	10	6		16	
Espírito Santo	**3.512.672**	**1,84**	10	6		16	
Goiás	**6.004.045**	**3,15**	15	8		23	
Maranhão	**6.569.683**	**3,44**	15	8		23	
Mato Grosso	**3.033.991**	**1,59**	10	6		16	
Mato Grosso do Sul	**2.449.341**	**1,28**	10	6		16	
Minas Gerais	**19.595.309**	**10,27**	21	11		32	
Pará	**7.588.078**	**3,98**	15	8		23	
Paraíba	**3.766.834**	**1,97**	10	6		16	
Paraná	**10.439.601**	**5,47**	21	11		32	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Pernambuco	**8.796.032**	**4,61**	15	8		23	
Piauí	**3.119.015**	**1,64**	10	6		16	
Rio de Janeiro	**15.993.583**	**8,39**	21	11		32	
Rio G. do Norte	**3.168.133**	**1,66**	10	6		16	
Rio Grande do Sul	**10.695.532**	**5,61**	21	11		32	
Rondônia	**1.560.501**	**0,82**	10	6		16	
Roraima	**451.227**	**0,24**	7	4		11	
S. Catarina	**6.249.682**	**3,28**	15	8		23	
São Paulo	**41.252.160**	**21,63**	27	15		42	
Sergipe	**2.068.031**	**1,08**	10	6		16	
Tocantins	**1.383.453**	**0,73**	10	6		16	
TOTAL	**190.732.694**	**100**	**363**	**202**	**44**	**565**	**609**

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO Nº 2, DE 29 DE JUNHO DE 2011

A SECRETARIA EXECUTIVA faz saber que, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 12 da Resolução nº. 3, de 29 de julho de 2003, com as alterações realizadas pela Resolução nº. 3, de 15 de junho de 2005, da CMED, e com base no inciso XIV, do art. 6º da Lei nº. 10.742, de 06 de outubro de 2003, decidiu instaurar os seguintes Processos Administrativos, para apurar possível ocorrência de infração aos arts. 2º e 8º caput da Lei nº. 10.742, de 06 de outubro de 2003 c/c Resolução CMED nº. 4, de 18 de dezembro de 2006, Resolução CMED nº. 3, de 2 de março de 2011 e Comunicado CMED nº. 12, de 20 de outubro de 2008:

Processo nº. 25351.389892/2011-34, por parte de Majela Hospitalar Ltda., CNPJ nº. 02.483.928/0001-08.

Processo nº. 25351.389945/2011-37, por parte de Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda., CNPJ nº. 26.921.908/0001-21.

IVO BUCARESKY
Secretário-Executivo

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL
GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL
GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 1.257, do dia 30 de junho de 2011, publicada em resumo no Diário Oficial da União nº 125, Seção 1, página 4, de 1º de julho de 2011, **onde se lê:** "Nº 1.257 - Renovar o Certificado de Atividade Aérea do Aeroclube de Rio Claro; e" **leia-se:** "Nº 1.257 - Renovar o Certificado de Atividade Aérea do Aeroclube de Araraquara; e".

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO

PORTARIA Nº 1.275, DE 1º DE JULHO DE 2011

Autoriza o funcionamento jurídico de sociedade empresária de serviço aéreo público especializado.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO SUBSTITUTO, designado pela Portaria nº 865, de 29 de abril de 2011, no uso da competência outorgada pelo art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno da ANAC, com a redação dada pela Resolução nº 134, de 19 de janeiro de 2010, considerando o disposto na Portaria n° 190/GC-5, de 20 de março de 2001 e tendo em vista o que consta no Processo n° 60800.109770/2011-94, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento jurídico da sociedade empresária em constituição leoncini AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., com sede social em JATAÍ (GO), como empresa de serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola, pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A exploração dos serviços referidos no caput fica condicionada à outorga de autorização operacional pela Diretoria Colegiada da ANAC, após o atendimento dos requisitos técnico-operacionais.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO PEREIRA DUARTE

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 120 DE 1º DE JULHO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127 de 4 de março de 2010 tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1 de 16 de janeiro de 2007 e o que consta do Processo nº 21002.000093/2010-11 resolve:

Art. 1º Credenciar o Laboratório Mundo Animal Ltda. CNPJ nº 11.259.072/0001-74 situado na Rua do Cajueiro nº 132 Centro CEP 56.304-420 Petrolina/PE para realizar análises na Área de Diagnóstico Animal em amostras oriundas do controle oficial e programas específicos do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA com atualizações periódicas a cada avaliação ou solicitação de ampliação de escopo mantendo disponíveis os arquivos anteriores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÊNIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

PORTARIA Nº 121 DE 1º DE JULHO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127 de 4 de março de 2010 tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1 de 16 de janeiro de 2007 e o que consta do Processo nº 21038.002172/2008-26 resolve:

Art. 1º Credenciar laboratório da empresa R.S. Veloso CNPJ nº 41.268.160/0001-01 situado na Rua São João nº 948 Centro CEP 64.001-360 Teresina/PI para realizar análises na Área de Diagnóstico Animal em amostras oriundas do controle oficial e programas específicos do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA com atualizações periódicas a cada avaliação ou solicitação de ampliação de escopo mantendo disponíveis os arquivos anteriores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÊNIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

PORTARIA Nº 122 DE 1º DE JULHO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127 de 4 de março de 2010 tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1 de 16 de janeiro de 2007 e o que consta do Processo nº 21000.009509/2009-34 resolve:

Art. 1º Credenciar laboratório da empresa Nycolle Montanha Oliveira Neto ME CNPJ nº 03.651.378/0001-43 situado na Av. Bartolomeu de Gusmão nº 718 Jurema CEP 45.023-000 Vitória da Conquista/BA para realizar análises na Área de Diagnóstico Animal em amostras oriundas do controle oficial e programas específicos do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA com atualizações periódicas a cada avaliação ou solicitação de ampliação de escopo mantendo disponíveis os arquivos anteriores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 05 de 12 de janeiro de 2001 publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 11 de 16 de janeiro de 2001 Seção 1 pág.: 17.

ÊNIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

PORTARIA Nº 123 DE 1º DE JULHO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto n° 7.127 de 4 de março de 2010 tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1 de 16 de janeiro de 2007 e o que consta do Processo nº 21028.002498/2011-78 resolve:

Art. 1º Cancelar a pedido o credenciamento do Polivet Laboratório e Policlínica Veterinária Ltda. CNPJ nº 23.919.822/0001-76 situado na Avenida Marcos de Freitas Costa nº 970 Daniel Fonseca CEP 38.400-328 Uberlândia/MG credenciado para realizar análises na Área de Diagnóstico Animal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 76 de 09 de fevereiro de 2010 publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 29 de 11 de fevereiro de 2010 Seção 1 pág.: 19.

ÊNIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

PORTARIA Nº 124 DE 1º DE JULHO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127 de 4 de março de 2010 tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1 de 16 de janeiro de 2007 e o que consta do Processo nº 21181.000029/2009-27 resolve:

Art. 1º Credenciar a Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Sorocaba do Departamento de Descentralização do Desenvolvimento da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo CNPJ nº 46.384.400/0128-21 situado na Rua Antônio Gomes Morgado Jardim Cruzeiro do Sul nº 340 CEP 18.013-440 Sorocaba/SP para realizar análises na Área de Diagnóstico Fitossanitário em amostras oriundas do controle oficial e programas específicos do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA com atualizações periódicas a cada avaliação ou solicitação de ampliação de escopo mantendo disponíveis os arquivos anteriores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÊNIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

PORTARIA Nº 125 DE 1º DE JULHO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127 de 4 de março de 2010 tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1 de 16 de janeiro de 2007 e o que consta do Processo nº 21056.000474/2008-41 resolve:

Art. 1º Credenciar laboratório da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins CNPJ nº 02.903.682/0001-78 situado na Av. Goiás nº 1368 Centro CEP 77.400-000 Gurupí/TO para realizar análises na Área de Diagnóstico Animal em amostras oriundas do controle oficial e programas específicos do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA com atualizações periódicas a cada avaliação ou solicitação de ampliação de escopo mantendo disponíveis os arquivos anteriores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÊNIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

PORTARIA Nº 126 DE 1º DE JULHO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127 de 4 de março de 2010 tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1 de 16 de janeiro de 2007 e o que consta do Processo nº 21034.003779/2009-44 resolve:

Art. 1º Credenciar laboratório da empresa Petrechen Representação Comercial Ltda. CNPJ nº 06.343.212/0001-58 situado na Rua da Liberdade s/nº Vila Planalto CEP 85.200-000 Pitanga/PR para realizar análises na Área de Diagnóstico Animal em amostras oriundas do controle oficial e programas específicos do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA com atualizações periódicas a cada avaliação ou solicitação de ampliação de escopo mantendo disponíveis os arquivos anteriores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÊNIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 26 DE 30 DE JUNHO DE 2011

Resumo dos pedidos de registro para exportação atendendo aos dispositivos legais do artigo 2º e inciso XV decreto 4.074 de 04 de janeiro de 2002 que regulamenta a lei 7.802 de 11 de julho de 1989.

1- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: CONQUEST 247 SC
Nome do requerente: SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA
Número do processo: 21000.006084/2011-26; Protocolo de: 10/06/2011
País importador: COLÔMBIA
Indicação de uso: INSETICIDA
2- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: GESAPAX 500 SC
Nome do requerente: SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA
Número do processo: 21000.004760/2011-27 ; Protocolo de: 04/05/2011.
País importador: BOLÌVIA
Indicação de uso: HERBICIDA
3- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: FUMIGÁS 57 FT
Nome do requerente: BERNARDO QUÍMICA S.A
Número do processo: 21000.006098/2011-40 ; Protocolo de: 10/06/2011.
País importador:COSTA RICA
Indicação de uso: INSETICIDA FUMIGANTE
4- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: VELPAR K4
Nome do requerente: DU PONT DO BRASIL S.A
Número do processo: 21000.004703/2011-48; Protocolo de: 03/05/2011.
País importador: FILIPINAS
Indicação de uso: HERBICIDA

LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL
Coordenador-Geral

ATO Nº 27 DE 30 DE JUNHO DE 2011

Resumos dos pedidos de Registro Especial Temporário atendendo aos dispositivos legais do artigo 27 do Decreto 4.074 de 04 de janeiro de 2002 que regulamenta a Lei 7.082 de 11 de julho de 1989.

1. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: BRS-00001; BRS-00002; BRS-00003; BRS-00004; BRS-00005; BRS-00006; BRS-00007; BRS-00008; BRS-00009; BRS-00010; BRS-00011; BRS-00012; BRS-00013; BRS-00014; BRS-00015; BRS-00016; BRS-00029; BRS-00030; BRS-00031; BRS-00032; BRS-00033; BRS-00034; BRS-00035; BRS-00036;A18674A; A18709A; A18470;
A18694A; A17960B; A9765Q; A12690P.
Grupo Químico: TETRONIC ACID DERIVATES; NEONICOTINOIDS; BISAMIDS; HETEROCYCLE; AMIDE; PIRETRÓIDES.
Ingrediente Ativo: BRS-00001; BRS-00002; BRS-00003; BRS-00004; BRS-00005; BRS-00006; BRS-00007; BRS-00008; BRS-00009; BRS-00010; BRS-00011; BRS-00012; BRS-00013; BRS-00014; BRS-00015; BRS-00016; BRS-00029; BRS-00030; BRS-00031; BRS-00032; BRS-00033; BRS-00034; BRS-00035; BRS-00036;A18674A; A18709A; A18470;
A18694A; A17960B; A9765Q; A12690P.
Nome do Requerente: SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA.
Número do Processo: 21000.004755/2011-14
Data do protocolo: 04/05/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e a praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de algodão amendoim arroz aveia cana cevada centeio feijão girassol milho soja sorgo e trigo.

2. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: BRH-0001; BRH-0002; BRH-0003; BRH-0004; BRH-0005; BRH-0006; BRH-0007; BRH-0008; BRH-0009; BRH-0010; BRH-0011; BRH-0012; BRH-0013; BRH-0014; BRH-0015; BRH-0016; BRH-0017; BRH-0018; BRH-0019; BRH-0020; BRH-0021; BRH-0022; BRH-0023; BRH-0024; BRH-0025; BRH-0026; BRH-0027; BRH-0028; BRH-0029; BRH-0030; BRH-0031; BRH-0032; BRH-0033; BRH-0034; BRH-0035; BRH-0036; BRH-0037; BRH-0038; BRH-0039; BRH-0040; BRH-0041; BRH-0042; BRH-0043; BRH-0044; BRH-0045; BRH-0046; BRH-0047; BRH-0048; BRH-0049; BRH-0050; BRH-0051; BRH-0052; BRH-0053; BRH-0054; BRH-0055; BRH-0056; BRH-0057 BRH-0058; BRH-0059; BRH-0060; BRH-0061; BRH-0062; BRH-0063; BRH-0064; BRH-0065; BRH-0066; BRH-0067; BRH-0068; BRH-0069; BRH-0070; BRH-0071; BRH-0072; BRH-0073; BRH-0074; BRH-0075; BRH-0076; BRH-0077; BRH-0078; BRH-0079; BRH-0080; BRH-0081; BRH-0082; BRH-0083; BRH-0084; BRH-0085; BRH-0086; BRH-0087; BRH-0088; BRH-0089; BRH-0090; BRH-0091; BRH-0092; BRH-0093; BRH-0094; BRH-0095; BRH-0096; BRH-0097; BRH-0098; BRH-0099; BRH-0100; BRH-0101; BRH-0102; BRH-0103; BRH-0104; BRH-0105; BRH-0106; BRH-0107; BRH-0108; BRH-0109; BRH-0110; BRH-0111; BRH-0112; BRH-0113; BRH-0114; BRH-0115; BRH-0116; BRH-0117; BRH-0118; BRH-0119; BRH-0120; BRH-0121; BRH-0122; BRH-0123; BRH-0124; BRH-0200; BRH-0201; BRH-0202; BRH-0203; BRH-0204; BRH-0205; BRH-0206.
Grupo Químico: PYRROLONE; PYRIDOPYRAZINE; NAPHTHYRIDINONE ; ARYLDIONE ; AZINE CARBOXYLATE .
Ingrediente Ativo: BRH-0001; BRH-0002; BRH-0003; BRH-0004; BRH-0005; BRH-0006; BRH-0007; BRH-0008; BRH-0009; BRH-0010; BRH-0011; BRH-0012; BRH-0013; BRH-0014; BRH-0015; BRH-0016; BRH-0017; BRH-0018; BRH-0019; BRH-0020; BRH-0021; BRH-0022; BRH-0023; BRH-0024; BRH-0025; BRH-0026; BRH-0027; BRH-0028; BRH-0029; BRH-0030; BRH-0031; BRH-0032; BRH-0033; BRH-0034; BRH-0035; BRH-0036; BRH-0037; BRH-0038; BRH-0039; BRH-0040; BRH-0041; BRH-0042; BRH-0043; BRH-0044; BRH-0045; BRH-0046; BRH-0047; BRH-0048; BRH-0049; BRH-0050; BRH-0051; BRH-0052; BRH-0053; BRH-0054; BRH-0055; BRH-0056; BRH-0057 BRH-0058; BRH-0059; BRH-0060; BRH-0061; BRH-0062; BRH-0063; BRH-0064; BRH-0065; BRH-0066; BRH-0067; BRH-0068; BRH-0069; BRH-0070; BRH-0071; BRH-0072; BRH-0073; BRH-0074; BRH-0075; BRH-0076; BRH-0077; BRH-0078; BRH-0079; BRH-0080; BRH-0081; BRH-0082; BRH-0083; BRH-0084; BRH-0085; BRH-0086; BRH-0087; BRH-0088; BRH-0089; BRH-0090; BRH-0091; BRH-0092; BRH-0093; BRH-0094; BRH-0095; BRH-0096; BRH-0097; BRH-0098; BRH-0099; BRH-0100; BRH-0101; BRH-0102; BRH-0103; BRH-0104; BRH-0105; BRH-0106; BRH-0107; BRH-0108; BRH-0109; BRH-0110; BRH-0111; BRH-0112; BRH-0113; BRH-0114; BRH-0115; BRH-0116; BRH-0117; BRH-0118; BRH-0119; BRH-0120; BRH-0121; BRH-0122; BRH-0123; BRH-0124; BRH-0200; BRH-0201; BRH-0202; BRH-0203; BRH-0204; BRH-0205; BRH-0206.
Nome do Requerente: SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA.
Número do Processo: 21000.005119/2011-18
Data do protocolo: 13/05/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e a praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de soja cana-de-açúcar milho algodão e feijão.

3. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: TEC 01411 H; TEC 01412 H; TEC 01413 H; TEC 01414 H; TEC 01415 H; TEC 01416 H; TEC 01417 H; TEC 01418 H; TEC 01419 H; TEC 01420 H; TEC 01421 H; TEC 01422 H; TEC 01423 H; TEC 01424 H; TEC 01425 H; TEC 01426 H; TEC 01427 H; TEC 01428 H; TEC 01429 H; TEC 01430 H; TEC 01431 H; TEC 01432 H; TEC 01433 H; TEC 01434 H; TEC 01435 H; TEC 01436 H; TEC 01437 H; TEC 01438 H ; TEC 01438 H; TEC 01439 H; TEC 01440 H.
Grupo Químico: CORNEXISTINA;
Ingrediente Ativo: TEC 01411 H; TEC 01412 H; TEC 01413 H; TEC 01414 H; TEC 01415 H; TEC 01416 H; TEC 01417 H; TEC 01418 H; TEC 01419 H; TEC 01420 H; TEC 01421 H; TEC 01422 H; TEC 01423 H; TEC 01424 H; TEC 01425 H; TEC 01426 H; TEC 01427 H; TEC 01428 H; TEC 01429 H; TEC 01430 H; TEC 01431 H; TEC 01432 H; TEC 01433 H; TEC 01434 H; TEC 01435 H; TEC 01436 H; TEC 01437 H; TEC 01438 H ; TEC 01438 H; TEC 01439 H; TEC 01440 H.
Nome do Requerente: BASF S.A
Número do Processo: 21000.004490/2011-54
Data do protocolo: 28/04/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e a praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de soja algodão milho feijão tomate batata arroz abóbora ervilha alho melão beterraba rosa maça cana-deaçúcar café citros pêssego nectarina eucalipto pinus girassol e amendoim.

4. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: TEC 01501 H; TEC 01502 H; TEC 01503 H; TEC 01504 H; TEC 01505 H; TEC 01506 H; TEC 01507 H; TEC 01508 H; TEC 01509 H; TEC 01510 H; TEC 01511 H; TEC 01512 H; TEC 01513 H; TEC 01514 H; TEC 01515 H; TEC 01516 H; TEC 01517 H; TEC 01518 H; TEC 01519 H; TEC 01520 H; TEC 01521 H; TEC 01522 H; TEC 01523 H; TEC 01524 H; TEC 01525 H; TEC 01526 H; TEC 01527 H; TEC 01528 H; TEC 01529 H; TEC 01530 H.
Grupo Químico: PIRAZINA.
Ingrediente Ativo: TEC 01501 H; TEC 01502 H; TEC 01503 H; TEC 01504 H; TEC 01505 H; TEC 01506 H; TEC 01507 H; TEC 01508 H; TEC 01509 H; TEC 01510 H; TEC 01511 H; TEC 01512 H; TEC 01513 H; TEC 01514 H; TEC 01515 H; TEC 01516 H; TEC 01517 H; TEC 01518 H; TEC 01519 H; TEC 01520 H; TEC 01521 H; TEC 01522 H; TEC 01523 H; TEC 01524 H; TEC 01525 H; TEC 01526 H; TEC 01527 H; TEC 01528 H; TEC 01529 H; TEC 01530 H.
Nome do Requerente: BASF S.A
Número do Processo: 21000.004493/2011-98
Data do protocolo: 28/04/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e a praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de soja algodão milho feijão tomate batata arroz abóbora ervilha alho melão beterraba rosa maça cana-de-açúcar café citros pêssego nectarina eucalipto pinus girassol e amendoim.

5. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: TEC 43648; TEC 43649; TEC 43650; TEC 43651; TEC 43652; TEC 43653; TEC 43654; TEC 43655; TEC 43656; TEC 43657; TEC 43658; TEC 43659; TEC 43660; TEC 43661; TEC 43662; TEC 43663; TEC 43664; TEC 43665; TEC 43666; TEC 43667; TEC 43668; TEC 43669; TEC 43670; TEC 43671.
Grupo Químico: DIANAMIDES.
Ingrediente Ativo: TEC 43648; TEC 43649; TEC 43650; TEC 43651; TEC 43652; TEC 43653; TEC 43654; TEC 43655; TEC 43656; TEC 43657; TEC 43658; TEC 43659; TEC 43660; TEC 43661; TEC 43662; TEC 43663; TEC 43664; TEC 43665; TEC 43666; TEC 43667; TEC 43668; TEC 43669; TEC 43670; TEC 43671.
Nome do Requerente: BASF S.A
Número do Processo: 21000.005029/2011-19
Data do protocolo: 11/05/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e a praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de soja algodão milho feijão tomate tabaco batata couve pepino berinjela melancia alface repolho abóbora cebola alho melão beterraba pimentão rosa crisântemo citros e maçã.

6. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: TEC 43672; TEC 43673; TEC 43674; TEC 43675; TEC 43676; TEC 43677; TEC 43678; TEC 43679; TEC 43680; TEC 43681; TEC 43682; TEC 43683; TEC 43684; TEC 43685; TEC 43686; TEC 43687; TEC 43688; TEC 43689; TEC 43690; TEC 43691; TEC 43692; TEC 43693; TEC 43694; TEC 43695.
Grupo Químico: CARBOXAMITES.
Ingrediente Ativo: TEC 43672; TEC 43673; TEC 43674; TEC 43675; TEC 43676; TEC 43677; TEC 43678; TEC 43679; TEC 43680; TEC 43681; TEC 43682; TEC 43683; TEC 43684; TEC 43685; TEC 43686; TEC 43687; TEC 43688; TEC 43689; TEC 43690; TEC 43691; TEC 43692; TEC 43693; TEC 43694; TEC 43695.
Nome do Requerente: BASF S.A
Número do Processo: 21000.005030/2011-43
Data do protocolo: 11/05/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e a praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de soja algodão milho feijão tomate tabaco batata couve pepino berinjela melancia alface repolho abóbora cebola alho melão beterraba pimentão rosa crisântemo citros e maçã.

7. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: TEC 01471 H; TEC 01472 H; TEC 01473 H; TEC 01474 H; TEC 01475 H; TEC 01476 H; TEC 01477 H; TEC 01478 H; TEC 01479 H; TEC 01480 H; TEC 01481 H; TEC 01482 H; TEC 01483 H; TEC 01484 H; TEC 01485 H; TEC 01486 H; TEC 01487 H; TEC 01488 H; TEC 01489 H; TEC 01490 H; TEC 01491 H; TEC 01492 H; TEC 01493 H; TEC 01494 H; TEC 01495 H; TEC 01496 H; TEC 01497 H; TEC 01498 H; TEC 01499 H; TEC 01500 H.
Grupo Químico: TRIAZONA.
Ingrediente Ativo: TEC 01471 H; TEC 01472 H; TEC 01473 H; TEC 01474 H; TEC 01475 H; TEC 01476 H; TEC 01477 H; TEC 01478 H; TEC 01479 H; TEC 01480 H; TEC 01481 H; TEC 01482 H; TEC 01483 H; TEC 01484 H; TEC 01485 H; TEC 01486 H; TEC 01487 H; TEC 01488 H; TEC 01489 H; TEC 01490 H; TEC 01491 H; TEC 01492 H; TEC 01493 H; TEC 01494 H; TEC 01495 H; TEC 01496 H; TEC 01497 H; TEC 01498 H; TEC 01499 H; TEC 01500 H.
Nome do Requerente: BASF S.A
Número do Processo: 21000.004492/2011-43
Data do protocolo: 28/04/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e a praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de soja algodão milho feijão tomate batata arroz abóbora ervilha alho melão beterraba rosa maça cana-de-açúcar café citros pêssego nectarina eucalipto pinus girassol e amendoim.

8. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: TEC 01531 H; TEC 01532 H; TEC 01533 H; TEC 01534 H; TEC 01535 H; TEC 01536 H; TEC 01537 H; TEC 01538 H; TEC 01539 H; TEC 01540 H; TEC 01541 H; TEC 01542 H; TEC 01543 H; TEC 01544 H; TEC 01545 H; TEC 01546 H; TEC 01547 H; TEC 01548 H; TEC 01549 H; TEC 01550 H; TEC 01551 H; TEC 01552 H; TEC 01553 H; TEC 01554 H; TEC 01555 H; TEC 01556 H; TEC 01557 H; TEC 01558 H; TEC 01559 H; TEC 01560 H.
Grupo Químico: OXABICYCLODODECEN.
Ingrediente Ativo: TEC 01531 H; TEC 01532 H; TEC 01533 H; TEC 01534 H; TEC 01535 H; TEC 01536 H; TEC 01537 H; TEC 01538 H; TEC 01539 H; TEC 01540 H; TEC 01541 H; TEC 01542 H; TEC 01543 H; TEC 01544 H; TEC 01545 H; TEC 01546 H; TEC 01547 H; TEC 01548 H; TEC 01549 H; TEC 01550 H; TEC 01551 H; TEC 01552 H; TEC 01553 H; TEC 01554 H; TEC 01555 H; TEC 01556 H; TEC 01557 H; TEC 01558 H; TEC 01559 H; TEC 01560 H.
Nome do Requerente: BASF S.A
Número do Processo: 21000.004862/2011-42.
Data do protocolo: 06/05/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e a praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de soja algodão milho feijão tomate batata arroz abóbora ervilha alho melão beterraba rosa maça cana-de-açúcar café citros pêssego nectarina eucalipto pinus girassol e amendoim.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: TEC 01441 H; TEC 01442 H; TEC 01443 H; TEC 01444 H; TEC 01445 H; TEC 01446 H; TEC 01447 H; TEC 01448 H; TEC 01449 H; TEC 01450 H; TEC 01451 H; TEC 01452 H; TEC 01453 H; TEC 01454 H; TEC 01455 H; TEC 01456 H; TEC 01457 H; TEC 01458 H; TEC 01459 H; TEC 01460 H; TEC 01461 H; TEC 01462 H; TEC 01463 H; TEC 01464 H; TEC 01465 H; TEC 01466 H; TEC 01467 H; TEC 01468 H; TEC 01469 H; TEC 01470 H.
Grupo Químico: OXAZOLOPYRIDINE
Ingrediente Ativo: TEC 01441 H; TEC 01442 H; TEC 01443 H; TEC 01444 H; TEC 01445 H; TEC 01446 H; TEC 01447 H; TEC 01448 H; TEC 01449 H; TEC 01450 H; TEC 01451 H; TEC 01452 H; TEC 01453 H; TEC 01454 H; TEC 01455 H; TEC 01456 H; TEC 01457 H; TEC 01458 H; TEC 01459 H; TEC 01460 H; TEC 01461 H; TEC 01462 H; TEC 01463 H; TEC 01464 H; TEC 01465 H; TEC 01466 H; TEC 01467 H; TEC 01468 H; TEC 01469 H; TEC 01470 H.
Nome do Requerente: BASF S.A
Número do Processo: 21000.004491/2011-07.
Data do protocolo: 28/04/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e a praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de soja algodão milho feijão tomate batata arroz abóbora ervilha alho melão beterraba rosa maça cana-de-açúcar café citros pêssego nectarina eucalipto pinus girassol e amendoim.
10. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: COBRE TÉCNICO UPL
Grupo Químico: INOGÂRNICO.
Ingrediente Ativo: BORDEAUX MIXTURE
Nome do Requerente: UNITED PHOSPHORUS DO BRASIL LTDA.
Número do Processo: 21000.004901/2011-10
Data do protocolo: 06/05/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos em laboratório.
11. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: RENOVA 350 FS
Grupo Químico: NEONICOTINÓIDE
Ingrediente Ativo: 3-(2-chloro-1 3-thiazol-5ylmethyl-methyl-1 3 5-oxadiazinan-4ylidene(nitro) amine.
Nome do Requerente: UNITED PHOSPHORUS DO BRASIL LTDA.
Número do Processo: 21000.004384/2011-71
Data do protocolo: 06/04/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Realizar estudos em laboratório.
12. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: SULFLURAMIDA TÉCNICA PIKAPAU
Grupo Químico: SULFONAMIDA FLUOROALIFÁTICA
Ingrediente Ativo: N-ETHYLPERFLUORO-OCTANE-1-SULFONAMIDE.
Nome do Requerente: PRODUTOS QUÍMICOS SÃO VICENTE LTDA.
Número do Processo: 21000.006529/2011-78
Data do protocolo: 14/06/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Realizar testes toxicológicos eco toxicológicos e físico-químicos em laboratório.
13. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: MIL S 078/04; MIL S 081/04 ; MIL S 002/98 ; MIL S 124/00 ; MIL S 045/04; MIL S 100/04; MIL S 149/09; MIL S 114/04; MIL S 113/04; MIL S 109/04; MIL S 118/04; AGA C TÉCNICO 84%; MIL S 056/04; MIL S 165/11 ; MIL S 130/05; MIL S 060/04.
Grupo Químico: TRIAZINA; 1 2 4-TRIAZINONA ; ISOXAZOLIDINONA; IMIDAZOLINONA; GLICINABSTITUÍDA; DIPHENYLETHER; ANILIDA; DINITROANILINA ; OXIMACICLOHEXANODIONA; AMIDINA; TRIAZOL ; ESTROBIRULINA ; ISOFTALONITRILA.
Ingrediente Ativo: AMETRINA TÉCNICO; ATRAZINA TÉCNICO; HEXAZINONA TÉCNICA; CLOMAZONE TÉCNICO; IMAZAPIC TÉCNICO; GLIFOSATO TÉCNICO; SIMAZINA TÉCNICO; LACTOFEN TÉCNICO; PROPANIL TÉCNICO; TRIFLURALINA TÉCNICO; CLETODIM TÉCNICO; TEBUCONAZOLE TÉCNICO; AZOXISTROBINA TÉCNICO; CLOROTALONIL TÉCNICO.
Nome do Requerente: MILÊNIA AGROCIÊNCIA S.A
Número do Processo: 21000.004986/2011-28
Data do protocolo: 10/05/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Realizar testes toxicológicos eco toxicológicos e físico-químicos em laboratório.
14. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: IHI25BU1 IHI25BU2 IHI25BU3 IHI25BU4 IHI25BU5 IHI25BU6 IHI25BU7 IHI25BU8 IHI25BU9 IHI25BU10 IHI25BU11 IHI25BU12 IHI25BU13 IHI25BU14 IHI25BU15 IHI25BU16 IHI25BU17 IHI25BU18 IHI25BU19 IHI25BU20IHI25BU21 IHI25BU22 IHI25BU23 IHI25BU24 IHI25BU25 IHI25BU26 IHI25BU27 HI25BU28 IHI25BU29 IHI25BU30 IHI25BU31 IHI25BU32 IHI25BU33 IHI25BU34 IHI25BU35 IHI25BU36 IHI25BU37 IHI25BU38 IHI25BU39 IHI25BU40 IHI25BU41 IHI25BU42 IHI25BU43 IHI25BU44 IHI25BU45 IHI25BU46 IHI25BU47 IHI25BU48 IHI25BU49 IHI25BU50 IHI25BU51 IHI25BU52 IHI25BU53 IHI25BU54 IHI25BU55 HI25BU56 IHI25BU57 IHI25BU58 IHI25BU59 IHI25BU60 IHI25BU61 IHI25B62 IHI25BU63 HI25BU64 IHI25BU65 IHI25BU66 IHI25BU67 IHI25BU68 IHI25BU69 IH25BU70 IHI25BU71 IHI25BU72 IHI25BU73 IHI25BU74 IHI25BU75 IHI25BU76 IHI25BU77 IHI25BU78 IHI25BU79 IHI25BU80 IHI25BU81 IHI25BU82 IHI25BU83 IHI25BU84 IHI25BU85 IHI25BU86 IHI25BU87 IHI25BU88 IHI25BU89 IHI25BU90 IHI25BU91 IHI25BU92 IHI25BU93 IHI25BU94 IHI25BU95 IHI25BU96 IHI25BU97 IHI25BU98 IHI25BU99 IHI25BU100 IHI25BU101 IHI25BU102 IHI25BU103 IHI25BU104 IHI25BU105 IHI25BU106 IHI25BU107 IHI25BU108 IHI25BU109 IHI25BU110 IHI5BU111 IHI25BU112 IHI25BU113 IHI25BU114 IHI25BU115 IHI25BU116 IHI25BU117 IHI25BU118 IHI25BU119 IHI25BU120 IHI25BU121 IHI25BU122 IHI25BU123 IHI25BU124 IHI25BU125 IHI25BU126 IHI25BU127 IHI25BU128 IHI25BU129 IHI2BU130 IHI25BU131 IHI25BU132 IHI25BU133 IHI25BU134 IHI25BU135.
Grupo Químico: NEONICOTINÓIDE + TIADIAZINONA.
Ingrediente Ativo: Não disponível
Nome do Requerente: IHARABRAS S.A INDÚSTRIAS QUÍMICAS
Número do Processo: 21000.006631/2011-73
Data do protocolo: 16/06/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e a praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de abobrinha alface; algodão; alho; amendoim; berinjela; café; cana-de- açúcar; cebola; cenoura;citros;crisântemo ;eucalipto;feijão;maçã;mamão;manga;melão; pepino; pêssego; pimentão; repolho; soja;tomate; tomate industrial;trigo e uva.
15. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: NTX 7500 FORMULADO
Grupo Químico: ÉSTERES DE ÁCIDO GRAXO
Ingrediente Ativo: ÉSTERES DE ÁCIDO GRAXO COM GLICEROL
Nome do Requerente: NORTOX S.A
Número do Processo: 21000.006861/2011-32
Data do protocolo: 20/06/2011
Indicação de Uso Pretendido: Realizar testes toxicológicos eco toxicológicos e físico-químicos em laboratório.
16. Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: CARBOFURAN TÉCNICO 970
Grupo Químico: METILCARBAMATO DE BENZOFURANILA
Ingrediente Ativo: CARBOFURAN
Nome do Requerente: FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA.
Número do Processo: 21000.006632/2011-18
Data do protocolo: 15/06/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Realizar testes toxicológicos eco toxicológicos e físico-químicos em laboratório.
17- Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: DROPP 500 SC
Grupo Químico: 1-PHENYL-3-(1 2 3-THIADIAZOL-5-YL)UREA
Ingrediente Ativo: URÉIA
Nome do Requerente: BAYER S.A
Número do Processo: 21000.006940/2011-43
Data do protocolo: 21/06/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e a praticabilidade agronômica e testes de resíduos na cultura de maçã.
18- Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: COTESIA FLAVIPES
Grupo Químico: NÃO SE APLICA POIS TRATA-SE DE PRODUTO BIOLÓGICO.
Ingrediente Ativo: NÃO SE APLICA POIS TRATA-SE DE PRODUTO BIOLÓGICO.
Nome do Requerente: APÉS-ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO ENTOMOLÓGICO DE SERRA DO AIMORÉS.
Número do Processo: 21000.004440/2011-77
Data do protocolo: 27/04/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia do inseticida biológico no controle da broca da cana-de-açúcar e realizar estudos laboratoriais.
19- Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: PA 206 01 F
Grupo Químico: BENZIMIDAZOL
Ingrediente Ativo: METHYL BENZIMIDAZOL-2-YLCARBAMTE.
Nome do Requerente: S3 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E CNSULTORIA LTDA.
Número do Processo: 21000.005464/2011-43
Data do protocolo: 24/05/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e a praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de algodão citros feijão soja e trigo.
20- Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Grupo Químico: PIRAZOL
Ingrediente Ativo: FENPYROXIMATO
Nome do Requerente: ARYSTA LIFESCIENCE DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA E AGROPECUÁRIA LTDA.
Número do Processo: 21000.005379/2011-85
Data do protocolo: 20/05/2011
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e a praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de abobrinha batata batata-salsa berinjela erva-mate ervilha feijão-vagem fumo jiló pepino pimentão quiabo tomate algodão café cana-deaçúcar feijão girassol milho soja caqui citros coco figo goiaba maçã mamão manga maracujá melancia melão morango nectarina pêra pêssego uva begônia cravo crisântemo gérbera gipsófila gladíolo lírio margaridas margaridas-amarela palmeiras rosa e violeta.
21- Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: DINAMIC
Grupo Químico: TRIAZOLINONA.
Ingrediente Ativo: AMICARBAZONA
Nome do Requerente: ARYSTA LIFESCIENCE DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA E AGROPECUÁRIA LTDA.
Número do Processo: 21000.005378/2011-31
Data do protocolo: 20/05/2011
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e a praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de algodão cana-de-açúcar feijão mandioca milho soja sorgo trigo abacaxi eucalipto e pinus.
22- Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código: APPLAUD 250
Grupo Químico: TIADIAZINONA.
Ingrediente Ativo: BUPROFEZIN
Nome do Requerente: ARYSTA LIFESCIENCE DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA E AGROPECUÁRIA LTDA.
Número do Processo: 21000.005380/2011-18
Data do protocolo: 20/05/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e a praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de abobrinha batata batata-salsa berinjela brócolis couve couve-de-bruxelas couve-flor erva-mate ervilha feijão-vagem fumo jiló pepino pimentão pimenta-do-reino pimentão quiabo repolho tomate
algodão amendoim arroz de sequeiro arroz irrigado aveia café cana-de-açúcar feijão girassol mamona mandioca milho soja sorgo trigo abacaxi ameixa atemoia banana caju caqui citros coco figo goiaba maçã mamão manga maracujá melancia melão morango nectarina nêspera noz peçã pêra pêssego uva begônia cravo crisântemo gérbera gipsófila gladíolo lírio margaridas margaridas-amarela palmeiras rosa e violeta.
23- Motivo da Solicitação: Registro Especial Temporário.
Marca/Código:PARADOX
Grupo Químico: BIPIRIDÍLIO
Ingrediente Ativo: DICLORETO DE PARAQUATE
Nome do Requerente: SINON DO BRASIL LTDA.
Número do Processo: 21000.005367/2011-51
Data do protocolo: 20/05/2011.
Indicação de Uso Pretendido: Avaliar a eficácia e a praticabilidade agronômica e testes de resíduos nas culturas de arroz algodão banana batata café cana-de-açúcar citros feijão milho soja e videira.

LUÍS EDUARDO PACÍFICI RANGEL
Coordenador-Geral

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 34 DE 1º DE JULHO DE 2011

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares em cumprimento ao disposto no inciso II do Art. 40 da Lei n.º 9.456/97 e pelo Decreto n.º 2366/97 EXTINGUE os direitos de proteção pela renúncia da empresa PIET SCHREURS HOLDING B.V. da Holanda das cultivares das espécies relacionadas:

Espécie	Denominação	Nº processo	Nº Cert. Proteção
Gérbera	POPOV	21806.000214/2007-65	20090048
Gérbera	SCHATLAM	21806.000213/2007-11	20090064
Roseira	SCHELEFEM	21806.000211/2007-21	20090074

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso contados da publicação desta.

DANIELA DE MORAES AVIANI
Coordenadora

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 6, DE 29 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS no uso das atribuições que lhe confere o Art. 44 inciso XXII do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura Pecuária e Abastecimento aprovado pela Portaria Ministerial no 428 de 9 de junho de 2010 publicada no DOU de 14/06/2010 tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA no 66 de 27 de novembro de 2006 Art. 3o da Lei no 7.802 de 11 de julho de 1989 no Decreto 4.074 de 04 de janeiro de 2002 e o que consta do Processo 21028.004813/2009-95 resolve:
Art. 1o Credenciar a empresa CCPU-Controle de Pragas Tratamentos Fitossanitários Ltda sob o número BR MG 428 CNPJ no 02.495.188/0013-55 inscrição estadual isenta localizada na Rodovia MG 190 km 188 5 Zona Rural município de Sacramento/MG para na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossaniários com fins quarentenários no trânsito de vegetais e seus produtos subprodutos e embalagens nos tratamento fitossanitário tipo Secagem em Estufa (KD-HT).
Art. 2o O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade provisória por um ano.
Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação tornando sem efeito a Portaria nº 03 de 8 de junho de 2011 publicada no DOU nº 111 de 11 de junho de 2011.

VINICIUS RAMALHO
Substituto

VEDADA A IMPRENSA NACIONAL
VEDADA A VENDA, A LOCAÇÃO OU A SUBLOCAÇÃO DE EXEMPLARES DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Ciência e Tecnologia

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

PORTARIA Nº 68, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR DE SATELITES, APLICAÇÕES E DESENVOLVIMENTO, NO EXERCÍCIO DE PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.718, de 4 de junho de 2003 e de acordo com o estabelecido no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 22 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado da avaliação de desempenho institucional, no âmbito da Agencia Espacial Brasileira, nos termos da Portaria AEB Nº 124, de 16 de dezembro de 2010, quanto ao cumprimento das metas estabelecidas na Portaria AEB Nº 123, de 16 de dezembro de 2010, relativo ao período de 03 de janeiro de 2011 a 30 de junho de 2011.

Art. 2º A média da avaliação institucional da AEB é de cem por cento (100 %), conforme as seguintes realizações do anexo I.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THYRSO VILLELA NETO

ANEXO I

Plano de Metas - 1º Ciclo de Avaliação (GDPGPE)
Período: 03/01/2011 a 30/06/2011

PROGRAMA	SUB-PROGRAMA	AÇÃO / ATIVIDADE	PRODUTO	META	REALIZAÇÃO (%)
O464- PROGRAMA NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS	Infraestrutura Espacial	Lançamento de Foguetes de Treinamento	Foguete de Treinamento Preparado e Lançado	1	100%
	Gestão do Programa	Avaliação da execução do PNAE - ciclo de avaliação anual do PPA	Avaliação realizada e disponibilizada no SIGPlan	1	100%
		Publicações da Revista Espaço	Revista Produzida e Publicada	1	100%
		Promoção da transparência dos atos de gestão na área de licitação e contratos	Procedimento Estabelecido e Implantado	1	100%
		Relatório de Gestão de 2010	Relatório Elaborado e Divulgado	1	100%

PORTARIA Nº 69, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR DE SATÉLITES, APLICAÇÕES E DESENVOLVIMENTO, NO EXERCÍCIO DE PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.718, de 4 de junho de 2003 e de acordo com o estabelecido no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 22 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Tornar pública a meta global do segundo ciclo de avaliação de desempenho institucional da Agência Espacial Brasileira, na forma do anexo I.

Art. 2º O ciclo de avaliação terá início em 01 de julho de 2011 e se estenderá até o dia 30 de junho de 2012.

Art. 3º Compete à Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos aferir o resultado da avaliação das metas, fundamentada nas informações das unidades organizacionais responsáveis pelos indicadores constantes do Anexo.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THYRSO VILLELA NETO

ANEXO I

Plano de Metas - 2º Ciclo de Avaliação (GDPGPE)
Periodo : 01/07/2011 a 30/06/2012

PROGRAMA	SUB-PROGRAMA	AÇÃO / ATIVIDADE	PRODUTO	META
O464- PROGRAMA NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS	Veiculos Lançadores	Lançamento de Foguetes Suborbitais e de Treinamento	Foguete Preparado e Lançado	6
	Satélites	Conclusão do projeto do 1º satélite tecnológico universitário brasileiro (ITASAT 1)	Projeto concluido	1
	Gestão do Programa	Revisão e atualização do PNAE para o periodo 2012-2021	PNAE atualizado	1

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 2.957/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 143ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 16 de junho de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000549/2011-71
Requerente: Ceva Saúde Animal Ltda.
CQB: 0256/08
CNPJ: 03.224.570/0001-53
Endereço: Rua Manoel Joaquim Filho, 303 Paulínia - SP - CEP 13.140-000. Fone: (19) 3833-7700. Fax: (11) 3833-7722.
Assunto: Solicitação de parecer sobre a biossegurança de organismo geneticamente modificado para atividades de importação, transporte, armazenamento e comercialização.
Extrato Prévio: 2716/11 publicado em 25/03/11
Decisão: DEFERIDO

Ementa: A CTNBio, após apreciação do processo de solicitação de Parecer Técnico sobre a biossegurança de organismo geneticamente modificado da classe I de risco biológico para atividades de importação, transporte, armazenamento e comercialização, conclui pelo DEFERIMENTO nos termos deste parecer técnico. O Sr. Alexis Goux, Responsável Legal da Empresa CEVA SAÚDE ANIMAL LTDA., solicitou à CTNBio parecer técnico sobre a biossegurança do produto denominado "VECTORMUNE® FP-LT - Vacina contra a bouba aviária e laringotraqueíte aviária", fabricado por Biomune Company, 8906 Rosehill Rd. Lenexa, Kansas 66215 - EUA, que contém o vírus da Bouba Aviária modificado por processo de engenharia genética. Este produto será importado pronto e acabado, sendo as etapas de produção, purificação e envase fora do Brasil. A empresa encaminhou a documentação necessária pertinente a este pleito.

No âmbito das competências conferidas pela Lei 11.105/05, e regulamentada pelo Decreto-lei 5.591/2005, a Comissão considerou que os protocolos experimentais e as demais medidas de biossegurança propostas atendem às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. O resultado da votação do pleito em plenário foi de aprovação por 19 (dezenove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e 3 (três) abstenções.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico foi enviada à empresa requerente e aos órgãos de fiscalização e consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 2.958/2011

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 143ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 16 de junho de 2011, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000550/2011-71
Requerente: Ceva Saúde Animal Ltda.
CQB: 0256/08
CNPJ: 03.224.570/0001-53
Endereço: Rua Manoel Joaquim Filho, 303 Paulínia - SP - CEP 13.140-000. Fone: (19) 3833-7700. Fax: (11) 3833-7722.
Assunto: Solicitação de parecer sobre a biossegurança de organismo geneticamente modificado para atividades de importação, transporte, armazenamento e comercialização - VECTORMUNE® FP-LT+AE - Vacina contra a bouba aviária, laringotraqueíte aviária e encefalomielite aviária.
Extrato Prévio: 2715/11 publicado em 25/03/11
Decisão: DEFERIDO

Ementa: A CTNBio, após apreciação do processo de solicitação de Parecer Técnico sobre a biossegurança de organismo geneticamente modificado da classe I de risco biológico para atividades de importação, transporte, armazenamento e comercialização, conclui pelo DEFERIMENTO nos termos deste parecer técnico. O Sr. Alexis Goux, Responsável Legal da Empresa CEVA SAÚDE ANIMAL LTDA., solicitou à CTNBio parecer técnico sobre a biossegurança do produto denominado "VECTORMUNE® FP-LT+AE - Vacina contra a bouba aviária, laringotraqueíte aviária e encefalomielite aviária", fabricado por Biomune Company, 8906 Rosehill Rd. Lenexa, Kansas 66215 - EUA. O produto é uma vacina recombinante viva para uso em aves e que visa a proteção destas contra bouba aviária, laringotraqueíte infecciosa e encefalomielite. Este produto será importado pronto e acabado, sendo as etapas de produção, purificação e envase fora do Brasil. A empresa encaminhou a documentação necessária pertinente a este pleito.

No âmbito das competências conferidas pela Lei 11.105/05, e regulamentada pelo Decreto-lei 5.591/2005, a Comissão considerou que os protocolos experimentais e as demais medidas de biossegurança propostas atendem às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. O resultado da votação do pleito em plenário foi de aprovação por 19 (dezenove) votos favoráveis, nenhum voto contrário e 3 (três) abstenções.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico foi enviada à empresa requerente e aos órgãos de fiscalização e consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDILSON PAIVA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 1ª de julho de 2011

183ª RELAÇÃO PESQUISADORES CREDENCIADOS IMPORTAÇÃO - Lei 10.964/2004

Nº REGISTRO	CPF	NOME	VENCIMENTO
920.004740/2011	199.123.438-40	CRISTIANE EVELISE RIBEIRO DA SILVA	22/06/2016
920.004741/2011	054.198.878-60	AMADEU REGITANO NETO	22/06/2016
920.004742/2011	759.307.909-06	EDSON VARGA LOPES	29/06/2016
920.004743/2011	983.125.888-68	EDUARDO BAGAGLI	29/06/2016
920.004744/2011	327.917.633-68	IOLANDA CRUZ VIEIRA	29/06/2016
920.004745/2011	065.637.258-30	ANTONIO CARLOS DE SOUZA	01/07/2016
920.004746/2011	884.649.114-91	FERNANDO RANGEL DE SOUSA	01/07/2016

4ª RELAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE COTA PARA IMPORTAÇÃO - LEI 8.010/90

PROCESSO	ENTIDADE	VALOR US$
0001/1990	Universidade de São Paulo	43.478,62
0002/1990	Universidade Federal de São Paulo	5.141,08
0003/1990	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	923.757,80
0005/1990	Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo	57.548,24
0006/1990	Universidade Estadual de Campinas	329.036,62
0007/1990	Fundação Universitária José Bonifácio	937.477,36
0010/1990	Fundação Bio-Rio	503.690,60
0013/1990	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	254.417,03
0014/1990	Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária	32.457,00
0016/1990	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1.199.244,57
0018/1990	Universidade de Brasília	201.569,44
0020/1990	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	313.623,51
0021/1990	Universidade Federal de Minas Gerais	24.938,53
0022/1990	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE	218.723,74
0025/1990	Universidade Federal de Alagoas	2.000,00
0027/1990	Universidade Federal do Rio de Janeiro	165.529,57
0029/1990	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	1.014.300,38
0037/1990	Fundação Zerbini	116.671,04
0049/1990	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica	2.008,00
0064/1990	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	100.642,41
0066/1990	Fundação da UFPR para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Cultura	148.295,02
0069/1990	Universidade Federal do Paraná	406.146,03
0070/1990	Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do HCFMRP	78.134,16
0083/1990	Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP	1.244.565,71
0087/1990	Universidade Federal de Santa Maria	572.672,17
0102/1990	Fundação Norte Riograndense de Pesquisa e Cultura	158.240,73
0103/1990	Fund. de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco	409.667,80
0104/1990	Universidade Federal da Paraíba	45.397,24
0105/1990	Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações	14.898,30
0121/1990	Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas	26.019,04
0122/1990	Universidade Estadual de Maringá	479.962,01
0123/1990	Universidade Estadual de Londrina	1.385.821,91
0134/1990	Fundação Gorceix	1.265,00
0135/1990	Fundação Butantan	1.290.583,94
0137/1990	Fundação para o Desenvolvimento da UNESP	151.860,00
0143/1990	Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz	5.120,93
0144/1990	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	105.084,98
0145/1990	Fundação Universidade Regional de Blumenau	111.393,03
0147/1990	Universidade Federal de Ouro Preto	54.152,46
0154/1990	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	140.226,07
0158/1990	Fund. de Estudo e Pesquisa em Medicina Veterinária e Zootecnia	97.148,72
0160/1990	Fundação Arthur Bernardes	1.553.541,42
0161/1990	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	226.138,12
0167/1990	Instituto Agronômico do Paraná	12.325,00
0187/1991	Hospital de Clínicas de Porto Alegre	13.668,60
0192/1991	Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	56.282,21
0207/1991	Fundação de Ciências Aplicadas e Tecnologia Espaciais	2.236.032,92
0225/1991	Fundação Casimiro Montenegro Filho	65.217,50
0227/1991	Universidade Estadual de Ponta Grossa	61.672,16
0242/1991	Fundação Regional Integrada - Campus de Erechim	8.759,00
0243/1991	Instituto Ludwig de Pesquisa sobre o Câncer	36.153,00
0281/1991	Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto	82.592,03
0284/1991	Universidade do Estado de Santa Catarina	9.360,00
0285/1991	Fundação Christiano Ottoni	53.880,07
0298/1992	Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba	2.019,92
0302/1992	Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico	3.930,00
0311/1992	Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa	1.323.910,27
0337/1992	Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	146.585,31
0355/1992	Associação das Pioneiras Sociais	40.834,78
0359/1992	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	9.530,65
0372/1992	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão	592.331,17
0404/1992	Associação Técnico-Científica Engenheiro Paulo de Frontin	96.920,12
0415/1992	Universidade Federal do Piauí	8.137,58
0466/1993	Fund.para o Incremento da Pesquisa e do Aperfeiçoamento Industrial	4.460,63
0469/1993	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial	4.518,77
0515/1993	Universidade Estadual do Centro-Oeste	49.395,00
0534/1993	Fund. Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos	656.529,19
0546/1993	Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional	10.646,00
0551/1993	Fundação Ary Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer	4.285,00
0590/1994	Instituto de Química de São Carlos	9.135,00
0633/1995	Escola de Engenharia de São Carlos	9.488,00
0637/1995	Fundo de Defesa da Citricultura	140,00
0653/1995	Universidade Federal do Espírito Santo	178.187,83
0668/1996	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe	122.395,71
0674/1996	Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão de Itajubá	29.632,00
0677/1996	Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino e Extensão	61.752,82
0687/1996	Laboratório de Poços de Caldas	61.020,00
0693/1997	Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron	930.064,13
0697/1997	Instituto de Física	29.944,90
0698/1997	Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas	2.200,00
0699/1997	Instituto de Eletrotécnica e Energia	156.215,00
0703/1997	Fundação Médica do Rio Grande do Sul	73.460,00
0712/1997	Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos	151.861,65
0725/1998	Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento	245.203,67
0726/1998	Fund. de Apoio à Educ., Pesq. e Desenvol.Cient. e Tec. da UTFPR	5.653,00
0729/1998	Fundação do Ensino da Engenharia em Santa Catarina	499.787,65
0732/1998	Fund. de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias	3.045.000,00
0740/1998	Fund.Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações	148.993,46
0742/1998	Fundação Djalma Batista	11.716,67
0746/1998	Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo	779.455,70
0750/1998	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	4.325.049,24
0760/1999	Fund. para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde	125.605,47
0762/1999	Fundação Educacional Charles Darwin	131.409,27
0770/1999	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	44.750,00
0772/2000	Fundação Espírito-Santense de Tecnologia	4.261,50
0781/2000	Centro Universitário Vila Velha	1.840,00
0782/2000	Instituto de Biologia Molecular do Paraná	136.515,57
0786/2000	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa do Pará	106.973,59
0812/2001	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	161.542,39
0814/2001	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	412.308,37
0819/2001	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da UFRRJ	131.214,09
0824/2001	Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada	1.849,00
0825/2001	Centro de Tecnologia Mineral	840,00
0838/2001	Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional a UFF	167.798,80
0860/2002	RTV Ouro Preto	46.531,92
0867/2002	Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões	8.447,09
0885/2003	Fundação Ricardo Franco	25.187,81
0901/2003	Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios	18.515,16
0908/2004	Fundação Escola Politécnica da Bahia	12.760,00
0917/2004	União Brasileira de Educação e Assistência (PUC-RS)	28.278,71
0930/2004	Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia e Informação	49.010,00
0935/2005	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico	16.472,01
0940/2005	Fundação Pro-Coração	564.990,00
0948/2005	Fund.de Apoio ao Desenvol. de Ensino Superior do Norte de Minas	95.998,82
0951/2005	Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte	4.896,00
0982/2006	Fundação de Apoio Universitário	32.823,32
0994/2006	Associação Politécnica de Consultoria	3.699,69
1012/2007	Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural	785.700,90
1013/2007	Fundação de Apoio à Pesquisa,Desenvolvimento e Inovação-Exercito Brasileiro	70.271,84
1015/2007	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica	98.502,79
1031/2007	Associação Amigos do Museu Nacional	16.778,64
1043/2007	Hospital Sírio-Libanês	26.500,00
1127/2011	Associação Instituto Internacional de Ecologia e Gerenciamento Ambiental	74.940,00

ERNESTO COSTA DE PAULA

SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA
CÂMARA TÉCNICA DE POLÍTICAS DE INCENTIVO À INOVAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 30 DE JUNHO DE 2011

A Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único do Art. 13 do Decreto nº 4.195, de 11.04.2002, e pelo parágrafo primeiro do Art. 1º da Portaria MCT nº 727, de 24.11.2005, do Exmo. Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia,resolve:

Art. 1º Tornar público que será limitada em até 10% a.a. (dez por cento ao ano) a parcela a ser equalizada dos encargos das operações de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, nos termos do Decreto nº 4.195, de 11 de abril de 2002, e da Portaria nº 727, de 24 de novembro de 2005, para os financiamentos contemplados com o referido benefício e aprovados no terceiro trimestre de 2011, assim como para os que, aprovados anteriormente, venham a ser contratados no referido trimestre.

Parágrafo único - Caso a equalização ultrapasse o limite de 10% a.a., em função da variação da TJLP, a FINEP encaminhará a Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação proposta de estabelecimento de novo limite de equalização fundamentada em levantamento dos contratos realizados, com vistas à compensação de eventuais perdas ocorridas e adequará sua Política Operacional às novas condições.

Art. 2º Para fins de obtenção do benefício referido no Art. 1º desta Resolução, os projetos deverão ser:

I - Linha 1 - Inovação Tecnológica: projetos de inovação de natureza tecnológica que envolvam risco tecnológico e oportunidades de mercado e que busquem o desenvolvimento de: produtos ou processos novos ou; produtos ou processos significativamente aprimorados (pelo menos para o mercado nacional);

II - Linha 2 - Capital Inovador: projetos em capitais tangíveis, incluindo infra-estrutura física, e capitais intangíveis, que deverão ser consistentes com as estratégias de negócios de empresas e serem apresentados conforme plano de investimento em atividades de inovação que capacitem as empresas a desenvolver atividades inovativas em caráter sistemático;

III - Linha 3 - Projetos de pré-investimento e de engenharia consultiva, intensivos em conhecimento, enquadrados nas políticas governamentais prioritárias.

Art. 3º A concessão do benefício referido no Art 1º seguirá os seguintes critérios:

I - Para os projetos aderentes à Linha 1, a parcela a ser equalizada dos encargos será igual ao valor necessário para que o custo final do projeto seja de 4,0% a.a.;

II - Para os projetos aderentes à Linha 2, a parcela a ser equalizada dos encargos será igual ao valor necessário para que o custo final do projeto seja de 5,0% a.a.;

III - Para os projetos aderentes à Linha 3, a parcela a ser equalizada dos encargos será igual ao valor necessário para que o custo final do projeto seja de 8,0% a.a.;

IV - Para Projetos da área de Tecnologia de Informações e Comunicações que, enquadrados em pelo menos um dos itens dispostos no art. 2º, se enquadrem no âmbito do FUNTELL, a parcela a ser equalizada dos encargos das operações será de 1,5% a.a.;

V - Para os projetos apresentados no âmbito do Programa Juro Zero que, enquadrados em pelo menos um dos itens dispostos no art. 2º, e que sejam executados por microempresas ou pequenas empresas, a parcela a ser equalizada dos encargos das operações será de até 10% a.a.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VIRGÍLIO AUGUSTO FERNANDES ALMEIDA
Presidente da Câmara Técnica

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011070400009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Cultura

GABINETE DA MINISTRA
COMISSÃO NACIONAL DE INCENTIVO À CULTURA

SÚMULAS ADMINISTRATIVAS

A MINISTRA DE ESTADO DA CULTURA, na condição de Presidenta da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura - CNIC, faz saber que na 187ª Reunião Ordinária da CNIC, de 18 de maio de 2011, foram aprovados os seguintes enunciados das Súmulas Administrativas, que ora referenda, nos termos dos arts. 23 e 24 do Regimento Interno da CNIC:

Súmula nº 14

Proponentes pessoas físicas poderão ter até 2 projetos e proponentes pessoas jurídicas poderão ter até 5 projetos ativos no SALIC WEB compreendidos entre a apresentação de proposta e do relatório final de cumprimento do objeto. Acima deste limite e até o número máximo de 4 projetos para pessoa física e 10 projetos para pessoa jurídica, somente serão admitidas propostas para o proponente que tiver liberação da movimentação dos recursos captados em pelo menos 33% das propostas apresentadas, considerado o número de propostas apresentadas nos últimos 3 anos. Por solicitação do proponente, a CNIC poderá julgar pedidos de excepcionalidade, autorizando a análise de propostas acima desses limites. Ficam revogadas as Súmulas nº 1 e nº 2.

Súmula nº 15

Como condição à análise da proposta cultural na área do Audiovisual serão observados, cumulativamente, o limite previsto na Súmula 14 e o limite específico de 2 projetos por segmento da área.

Súmula nº 16

Os custos de Divulgação do projeto não poderão ultrapassar 20% (vinte por cento) do seu valor total.

Súmula nº 17

Não será admitida proposta cujo objeto seja a construção de portais e réplicas em logradouros públicos.

Súmula nº 18

Não será admitida proposta cujo objeto seja a concessão de bolsa de estudos de graduação e pós-graduação.

Súmula nº 19

Fica assegurada a possibilidade de inclusão dos custos relativos aos Direitos Autorais e conexos no orçamento dos projetos culturais, observado o limite de 10% do valor do projeto, até R$ 100.000,00 (cem mil reais), ressalvado o § 4º do art. 24 da Instrução Normativa 01/2010/MinC.

Súmula nº 20

Projetos que prevejam o tratamento de acervos documentais, abrangendo uma ou mais etapas de trabalho, tais como organização, restauração, digitalização, microfilmagem, acondicionamento e guarda, serão enquadrados na alínea g do § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, desde que os conjuntos documentais em questão possuam valor cultural e histórico reconhecido pela área técnica competente do Ministério da Cultura, independentemente da existência de tombamento em qualquer instância.

Súmula nº 21

Os projetos culturais do audiovisual deverão respeitar os seguintes tetos orçamentários: curtas metragens: R$ 150.000,00 (finalizado em digital HD ou 16mm) e R$ 200.000,00 (finalizado em película 35mm); médias metragens: R$ 600.000,00 (para documentários finalizados em digital HD) e R$ 800.000,00 (para filmes de ficção finalizados em digital HD); mostras / festivais: R$ 600.000,00 para festivais em primeira edição e até R$ 1.500.000,00 para festivais que incluam estruturas com oficinas e workshops audiovisuais. Para os festivais tradicionais, assim considerados os realizados há mais de cinco edições, serão admitidos orçamentos superiores, desde que o proponente comprove a capacidade técnica de execução; programas de TV até 52 minutos: R$ 100.000,00 por programa; programas de rádio: R$ 30.000,00 por programa; sítios de Internet: R$ 50.000,00 para infra estrutura do site e R$ 250.000,00 para produção de conteúdo para o site. Por solicitação do proponente, a CNIC poderá julgar pedidos de excepcionalidade, autorizando a análise de propostas acima desses limites.

ANNA MARIA BUARQUE DE HOLLANDA

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 127, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2009, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93.

07-0514 - Cores
Processo: 01580.047516/2007-81
Proponente: Kinoosfera Filmes e Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 08.465.974/0001-52
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 999.941,10 para R$ 2.264.571,90
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 949.941,10 para R$ 878.341,00
Banco: 001- agência: 1892-9 conta corrente: 14.724-9
Aprovado em ad referendum em 28/06/2011
Prazo de captação: até 31/12/2011.

Art. 2º Aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento, mediante patrocínio e através da formalização de contratos de co-produção nos termos dos arts. 1º, 1º-A e 3º da Lei nº. 8.685/93 respectivamente.

09-0384 - Um Pequeno Problema
Processo: 01580.038222/2009-21
Proponente: PG Produções, Cinema, Vídeo e TV Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 01.161.933/0001-23
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 3.793.420,00 para R$ 6.057.835,17
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 3.569-6 conta corrente: 15.538-1
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.603.749,00 para R$ 1.502.700,00
Banco: 001- agência: 3.569-6 conta corrente: 15.540-3
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 1.197.300,00
Banco: 001- agência: 3.569-6 conta corrente: 15.539-X
Aprovado em ad referendum em 28/06/2011
Prazo de captação: até 31/12/2011.

Art. 3º Aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e mediante patrocínio nos termos dos arts. 1º e 1º-A da Lei nº. 8.685/93, respectivamente e através do Art. 39, inciso X, Medida Provisória nº 2.228-1/01.

07-0300 - Getúlio, Últimos Dias
Processo: 01580.028087/2007-43
Proponente: Elimar Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 28.026.565/0001-67
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 6.063.121,00 para R$ 7.158.964,50
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 13.551-8
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.400.000,00 para R$ 2.825.534,98
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 13.552-6
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.488.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no artigo Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: de R$ 600.000,00 para R$ 450.000,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 13.553-4
Aprovado em ad referendum em 28/06/2011
Prazo de captação: até 31/12/2011.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DELIBERAÇÃO Nº 128, DE 1º DE JULHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 101 de 17 de março de 2008 e Portaria nº 129, de 28 de abril de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Autorizar a substituição do título do projeto audiovisual "O Amor é Brega" para "Vou Rifar Meu Coração".

07-0410 - Vou Rifar Meu Coração
Processo: 01580.037961/2007-33
Proponente: Antonioli & Amado Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 02.229.260/0001-69

Art. 2º Revisar a aprovação do remanejamento das fontes do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e mediante patrocínio nos termos dos arts. 1º e 1º-A da Lei nº. 8.685/93 respectivamente.

08-0513 - O Segredo dos Diamantes
Processo: 01580.047530/2008-66
Proponente: Quimera Filmes Ltda.
Cidade/UF: Belo Horizonte/MG
CNPJ: 22.331.409/0001-23
Valor total do orçamento aprovado: R$ 2.928.144,26
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.281.737,04
Banco: 001- agência: 3368-5 conta corrente: 37.517-9
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.500.000,00 para R$ 1.449.774,16
Banco: 001- agência: 3368-5 conta corrente: 37.519-5
Prazo de captação: até 31/12/2011

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e mediante patrocínio nos termos dos arts. 1º e 1º-A da Lei nº. 8.685/93, respectivamente.

06-0114 - O Auto do Lampião no Além
Processo: 01580.013580/2006-88
Proponente: Cariri Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: Fortaleza/CE
CNPJ: 10.505.568/0001-18
Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ALCOFORADO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

RETIFICAÇÕES

No Projeto 44, Anexo I, Portaria nº. 12, de 14 de abril de 2011, publicada no DOU do dia 15 de abril de 2011, favor DESCONSIDERAR TODA INFORMAÇÃO.

No Projeto 01, Anexo I, da Portaria nº. 17, de 23 de maio de 2011, publicada no DOU em 24 de maio de 2011, Seção I, onde se lê: "Arqueólogo Coordenador: Sérgio Bruno dos Reis Almeida", leia-se "Arqueólogo Coordenador: WANDERSON ESQUERDO BERNARDO".

No Projeto 02, Anexo II, da Portaria 14, de 29 de abril de 2011, publicada no Diário oficial da União do dia 02 de maio de 2011, onde se lê "Área de Abrangência: Município do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte", leia-se "ÁREA DE ABRANGÊNCIA: ÁREA ARQUEOLÓGICA DO SERIDÓ POTIGUAR E PARAIBANO".

No Projeto 05, Anexo II, da Portaria 18, de 30 de maio de 2011, publicada no Diário oficial da União do dia 31 de maio de 2011, onde se lê "Processo nº. 01512.000013/2009-18", leia-se "PROCESSO Nº. 01512.002605/2010-16"; onde se lê "Prazo de Validade: 06 (seis) meses", leia-se "PRAZO DE VALIDADE: 03 (TRÊS) MESES".

No Projeto 08, Anexo I, da Portaria nº. 18, de 30 de maio de 2011, publicada no DOU em 31 de maio de 2011, Seção I, onde se lê: "Prazo de Validade: 07 (sete) meses", leia-se "PRAZO DE VALIDADE: 08 (OITO) MESES".

No Projeto 06, Anexo II, da Portaria nº. 18, de 30 de maio de 2011, publicada no DOU em 31 de maio de 2011, Seção I, onde se lê: "Apoio Institucional: Centro de Arqueologia Annette Laming-Emperaire", leia-se: Apoio Institucional: Centro de Arqueologia Annette Laming-Emperaire e Instituto de Arqueologia Brasileira.

No Projeto 02, Anexo III, da Portaria n° 22 de 24 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União em 25 de agosto de 2010, onde se lê: "Projeto: Diagnóstico de Potencial e Levantamento Arqueológico dos Campi Fiocruz de Manguinhos e da Mata Atlântico.", leia-se: Projeto: Projeto de Desenvolvimento Sócio Cultural de Populações Sambaquieiras no Nordeste Paraense: Relações entre Meio Ambiente e Patrimônio Material."

No Projeto 01 do Anexo III da Portaria n° 34 de 08 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 09 de dezembro de 2010, onde se lê: "Projeto: Salvamento Arqueológico em Porto Trombetas.", leia-se: Programa de Estudos Arqueológicos em Porto Trombetas.

No Projeto 25, Anexo I, Portaria 16, de 13 de maio de 2011, publicada no DOU do dia 16 de maio de 2011, onde se lê: "Projeto: Prospecção Arqueológica na Área da UTE Parnaíba, Santo Antônio dos Lopes/MA", leia-se: "PROJETO: PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA NA ÁREA DA UTE PARNAÍBA E UTE PARNAÍBA 2, SANTO ANTÔNIO DOS LOPES/MA".No Projeto 11, Anexo I, Portaria 20, de 17 de junho de 2011, publicada no DOU do dia 20 de junho de 2011, onde se lê: "Projeto: Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial 'Rodovia ES-351' - Estrada do Nativo", leia-se: "PROJETO: MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL 'RODOVIA ES-315' - ESTRADA DO NATIVO".No Projeto 10, Anexo I, Portaria 20, de 17 de junho de 2011, publicada no DOU do dia 20 de junho de 2011, onde se lê: "Arqueóloga Coordenadora: Djanane Fonseca da Silva", leia-se: "ARQUEÓLOGA COORDENADORA: DJNANE FONSECA DA SILVA".

No Projeto 06, Anexo I, Portaria nº. 20, de 17 de junho de 2011, publicada no DOU do dia 20 de junho de 2011, onde se lê: "Processo n°. 01510.000445/2011-63", leia-se: "Processo n°. 01510.000346/2011-81".

No Projeto 13, Anexo I, Portaria n°. 19, de 10 de Junho de 2011, publicada no DOU do dia 13 de Junho de 2011, onde se lê: "Processo n°. 01514.003019/2010-61", leia-se: "Processo n°. 01506.000835/2011-01".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 367, DE 1º DE JULHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos ANEXOs I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
11 2416 - ENCONTROS MUSICAIS
CRB Projeto Cultural e Editora Ltda.
CNPJ/CPF: 07.011.021/0001-51
Processo: 01400.006576/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.597.870,00
Prazo de Captação: 04/07/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Apresentação Musical de dois espetáculos da Orquestra Jazz Bing Band, na cidade de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, acompanhada por músicos convidados. Com arranjos e sob a regência do Maestro Nilson Zago. Serão apresentadas composições de grandes mestres da música popular brasileira em diferentes épocas. O projeto conta e divulgar ao público e de forma gratuita, um pouco da história da música instrumental brasileira.

11 2756 - Escola de Cordas Inhotim
Instituto Cultural Inhotim
CNPJ/CPF: 05.422.243/0001-31
Processo: 01400.007198/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 491.585,00
Prazo de Captação: 04/07/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto tem por objetivo a implantação e a realização do primeiro ano de atividades da Escola de Cordas Inhotim, no município de Brumadinho em Minas Gerais e vai preencher uma lacuna importante pois, tradicionalmente, as bandas de música da região são formadas por instrumentos de sopro e percussão. A escola vai preparar gratuitamente 90 alunos no primeiro ano de atividades. Ao longo do ano de execução do projeto, serão realizadas 03 apresentações dos alunos da Escola de Cordas.

11 0309 - Minas Chorinho e Raizes Instrumental
Olavo Paula de Oliveira Campos
CNPJ/CPF: 914.927.006-06
Processo: 01400.000466/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 239.550,00
Prazo de Captação: 04/07/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O objetivo deste projeto é de realizar um show com varios artistas da musica instrumental mineira, o local do evento será a praça da estação, um dos pontos turisticos de Belo Horizonte, sem cobrança de ingressos e com a participação do publico Belo horizontino.

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
11 3076 - Salão do livro de Blumenau 2011
Jamil Antônio Dias
CNPJ/CPF: 873.383.786-49
Processo: 01400.007995/20-11
SC - Blumenau
Valor do Apoio R$: 515.450,00
Prazo de Captação: 04/07/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Um salão do livro, incluindo palestras, oficinas, uma feira de livros e distribuição de vale-livros, aberto ao público, realizado no parque de eventos Vila Germânica, com duração de onze dias de evento.

11 3067 - Arte na Serra: entre a cultura e o meio ambiente
LEANDRO ROBERTO NEVES
CNPJ/CPF: 183.773.908-09
Processo: 01400.007967/20-11
SP - Taubaté
Valor do Apoio R$: 193.030,00
Prazo de Captação: 04/07/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Essa proposta é uma articulação entre pesquisadores e agentes culturais da região, tendo como meta a identificação e o registro da cultura material e imaterial, a partir, do processo histórico de locomoção e fixação da população nas margens do ribeirão do chapéu. O resultado da investigação será divulgado na região, através de um livro e, homenageando via uma festa folclórica com a apresentação dos agentes culturais.

10 5228 - RETRATANDO RECIFE
ATIVA ASSESSORIA PARA O TERCEIRO SETOR LTDA
CNPJ/CPF: 11.077.198/0001-28
Processo: 01400.012186/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 271.447,00
Prazo de Captação: 04/07/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
A fotografia como ferramenta de Alfabetização Visual do patrimônio arquitetônico, histórico e aspectos sociais dos quatro cantos de Recife. Trata-se da edição de um livro, com 85 páginas, capa dura, com sobrecapa, com texto em português e inglês. Enfoque 4 cantos da Cidade de Recife .Envolve 4 gerações: fotógrafos famosos, professores universitários, estudantes da área profissionais da área de fotografia e estudantes da escola pública do estado.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
11 3073 - CD Marcos Catarina e turnê de lançamento.
MARCOS JOSE CATARINA
CNPJ/CPF: 029.973.516-85
Processo: 01400.007992/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 228.800,00
Prazo de Captação: 04/07/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Gravar o primeiro cd autoral do músico e compositor Marcos Catarina e como forma de otimizar os resultados e formar público para a música autoral realizar shows em 07 cidades próximas à residência do artista.

11 2385 - Banda Epifania - Gravação de CD e shows de lançamento
Igor Antônio Oliveira Silva
CNPJ/CPF: 094.537.466-65
Processo: 01400.006535/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 161.225,00
Prazo de Captação: 04/07/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Este projeto consiste de gravação de CD autoral da Banda Epifania e prensagem de 3 mil cópias contendo 10 faixas musicais, bem como a realização de três shows de lançamento do CD, a serem realizados em locais públicos nas cidades de Santo Antônio do Monte, Pompéu e Belo Horizonte/MG.

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS (ART. 26)
11 3198 - CENTRO CULTURAL NAÇÃO BRASIL
Movimento Hip Hop Organizado do Estado de Santa Catarina
CNPJ/CPF: 04.653.753/0001-57 EPP
Processo: 01400.008154/20-11
SC - Florianópolis
Valor do Apoio R$: 881.641,85
Prazo de Captação: 04/07/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O Centro Cultural Nação Brasil, localizado na cidade de São José, é um espaço para manifestações multiculturais, que vai atender jovens e a população da grande Florianópolis. Este projeto se propõe a gerar, difundir e incentivar as mais diversas manifestações urbanas, da cultura, passando pelo lazer, até o exercício da cidadania. O Centro Cultural, vai atuar com cinco núcleos, sendo eles: Áudio Visual, que inclui uma sala de cinema, Dança, Música, Artes Visuais e novas midias digitais.

PORTARIA Nº 368, DE 1º DE JULHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1°- Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados nos ANEXOs I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
09 7238 - PREMIO ARTE E CULTURA INCLUSIVA
Escola Brasil
CNPJ/CPF: 04.936.631/0001-78
DF - Brasília
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
09 7148 - Vitrine Cultural II
Centro Cultural do Grupo Silvio Santos
CNPJ/CPF: 05.345.430/0001-69
SP - São Paulo
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
10 1638 - DONA OTILIA E OUTRAS HISTORIAS
GPS Produções Artísticas
CNPJ/CPF: 01.683.907/0001-65
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2011 a 30/06/2011
08 3457 - Espaço Cultural Quik 2009
Quik Companhia de Dança
CNPJ/CPF: 05.738.007/0001-29
MG - Nova Lima
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
08 0515 - Doença da Morte (A)
Librandi Assessoria de Comunicação e Promoção de Eventos S/C
CNPJ/CPF: 02.917.046/0001-03
SP - São Paulo
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
08 8923 - Altruístas (Os)
Maxi Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 04.358.634/0001-71
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
07 5836 - Entre o Céu a Terra: Som, Silêncio, Luz e Escuridão
Associação Projeto Céu e Terra
CNPJ/CPF: 05.592.616/0001-12
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
09 2566 - PARIS, CAPITAL DAS ARTES
MW PRODUÇÕES CULTURAIS
CNPJ/CPF: 10.713.361/0001-39
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/01/2011 a 30/06/2011
09 6869 - SHIRLEY VALENTINE - temporada Rio de Janeiro e São Paulo
PLEIADES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 07.911.088/0001-42
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
10 2337 - Ana Botafogo vive Marguerite (Marguerite e Armand)
Artedarte Produções Ltda.-EPP
CNPJ/CPF: 04.514.650/0001-06
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
10 2683 - Querida Mamãe
Montenegro Raman Produção, Imagem e Marketing S/S Ltda. EPP
CNPJ/CPF: 00.211.737/0001-53
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
09 7477 - Avó, Mãe, Filha e Puta
Montenegro Raman Produção, Imagem e Marketing S/S Ltda. EPP
CNPJ/CPF: 00.211.737/0001-53
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
10 4741 - Bibi Ferreira - 70 anos de carreira
Artedarte Produções Ltda.-EPP
CNPJ/CPF: 04.514.650/0001-06
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
10 3555 - Leite Derramado, de Chico Buarque
Artedarte Produções Ltda.-EPP
CNPJ/CPF: 04.514.650/0001-06
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
08 8557 - Luiza Wuaden Canta Bento Mossurunga
Mario Wuaden
CNPJ/CPF: 231.142.409-25
PR - Curitiba
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
07 5078 - Inspirações Que Vêm de Minas
Emanuel de Oliveira César
CNPJ/CPF: 196.245.576-91
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/07/2011 a 01/10/2011
10 10649 - PROJETO MÚSICA ERUDITA À POPULAÇÃO.
ASSOMA- Associação dos Músicos e Artistas
CNPJ/CPF: 09.495.984/0001-01
GO - Jataí
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
09 7734 - BRASILIA 50 ANOS - CAPITAL DO CHORO
Clube do Choro de Brasília
CNPJ/CPF: 00.507.103/0001-42
DF - Brasília
Período de captação: 01/01/2011 a 30/06/2011
08 6364 - Concertos Sem Fronteiras
Instituto Brasil Com
CNPJ/CPF: 06.236.631/0001-90
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
08 6841 - Projeto Música nas Escola de Barra Mansa - 2009
Fundação de Cultura, Esporte e Lazer de Barra Mansa
CNPJ/CPF: 30.658.272/0001-44
RJ - Barra Mansa
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

07 5936 - Brasil Instrumental Andradas
PIU-MOSSO - Promoção e Gestão Cultural Sociedade Simples Ltda.
CNPJ/CPF: 08.058.613/0001-91
MG - Poços de Caldas
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
09 8505 - Exposição Viva Villa! pelo Brasil
Clan Design e Programação Visual e Desenho Industrial Ltda.
CNPJ/CPF: 01.230.779/0001-02
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
08 4148 - Pérolas Imperfeitas
Arca Produções Artísticas e Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 00.495.251/0001-94
BA - Salvador
Período de captação: 01/01/2011 a 30/06/2011
10 3437 - Universo Urbano â€" Um Brasil Contemporâneo
Jecimar de Souza Arruda
CNPJ/CPF: 301.812.401-49
GO - Goiânia
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
10 7320 - Exposição Laurie Anderson - RJ
Magnetoscópio Produções Ltda
CNPJ/CPF: 07.647.467/0001-77
SP - Santana de Parnaíba
Período de captação: 01/07/2011 a 30/11/2011
08 6896 - Exposição Marília Kranz
Relacionarte Marketing e Produções Culturais LTDA
CNPJ/CPF: 09.573.159/0001-70
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2011 a 30/06/2011
08 10488 - Conciliar- Desenhos e Gravuras
Uiara Bartira Saporiti Cioffi
CNPJ/CPF: 470.051.739-53
PR - Curitiba
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
06 5871 - Projeto de Restauração de Peças do Acervo do Museu da Baronesa, Pelotas-RS
Restauratus Conservação e Restauração de Bens Culturais
CNPJ/CPF: 05.937.724/0001-80
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
06 4839 - Centro de Cultura e Memória do Jornalismo - Primeira Etapa
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Municipio do Rio de Janeiro
CNPJ/CPF: 34.057.448/0001-63
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
05 9719 - Implantação do Museu do Rio São Francisco
Fundação Casa do Penedo
CNPJ/CPF: 24.180.721/0001-99
AL - Penedo
Período de captação: 01/01/2011 a 30/06/2011
09 5016 - Manutenção do Inhotim - Plano Anual de Atividades 2010-2011
Instituto Cultural Inhotim
CNPJ/CPF: 05.422.243/0001-31
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
07 6601 - Teatro Municipal
Associação Lençoense de Incentivo à Cultura
CNPJ/CPF: 08.893.163/0001-52
SP - Lençóis Paulista
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
07 9511 - Paço do Frevo
Fundação Roberto Marinho
CNPJ/CPF: 29.527.413/0001-00
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
10 1827 - Plano Anual do Centro de Educação do Espaço Israel Pinheiro
Fundação Israel Pinheiro
CNPJ/CPF: 00.204.293/0001-29
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/07/2011 a 31/10/2011
06 3342 - Memorial do Centro Educacional Menino Jesus
Associação de Pais e Professores do Centro Educacional Menino Jesus
CNPJ/CPF: 82.898.404/0001-09
SC - Florianópolis
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
06 7378 - Memórias Franciscanas no Antigo Convento de Santa Maria Madalena, Alagoas.
Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa - FUNDEPES
CNPJ/CPF: 12.449.880/0001-67
AL - Maceió
Período de captação: 01/01/2011 a 30/06/2011
07 8160 - Restauração Arquitetônica da Casa do Inconfidente Padre Toledo - Tiradentes/MG
Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade
CNPJ/CPF: 31.605.058/0001-92
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
09 3693 - Livro Emanoel Araujo
Via Impressa Edições de Arte Ltda
CNPJ/CPF: 08.266.789/0001-39
SP - São Paulo
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
09 3660 - COLEÇÃO CORAÇÃO, LITERATURA COM PAIXÃO
Liamar de Ataydes Martins
CNPJ/CPF: 328.367.080-34
RS - Novo Hamburgo
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
08 0980 - Jaraguá do Sul - O senhor do Vale e Suas Et-

nias

Daniel Curtipassi
CNPJ/CPF: 008.274.019-49
SC - Blumenau
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
08 9681 - Linda Olinda
Caleidoscópio Criação e Desenho
CNPJ/CPF: 01.703.466/0001-16
PE - Recife
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
05 1124 - Dicionário das artes plásticas no Paraná
Heliana Grudzien
CNPJ/CPF: 157.122.069-00
PR - Curitiba
Período de captação: 01/01/2011 a 30/06/2011
07 8518 - Guia de Ruas Sem Saída
João Carlos Reiners Terron
CNPJ/CPF: 175.886.978-06
SP - São Paulo
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
06 1780 - Expedição Natureza - Tocantins
Paiva Fotografias Ltda. ME
CNPJ/CPF: 81.553.182/0001-20
SC - Florianópolis
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
09 2234 - Os alemães no Brasil
Arte Ensaio Editora Ltda.
CNPJ/CPF: 05.083.179/0001-01
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/07/2011 a 30/12/2011
07 8039 - Projeto Livro Histórico de Treze Tílias
Sociedade Cultural Artística Papuan
CNPJ/CPF: 75.434.654/0001-22
SC - Treze Tílias
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
10 10352 - A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã
Cultura Invest Ltda
CNPJ/CPF: 03.584.714/0001-82
SP - São Paulo
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
10 7232 - PADRES SUBVERSIVOS
ACECIVA ASSOCIACAO CULTURAL SOCIO-EDUCATIVA E VIDEO CINEMATOGRAFICA DO VALE DO ACO
CNPJ/CPF: 09.129.153/0001-08
MG - Coronel Fabriciano
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
08 8851 - Um Motivo que Transforma
Wladenilson Antonio Corrêa
CNPJ/CPF: 019.669.759-02
SC - Chapecó
Período de captação: 01/01/2011 a 30/06/2011
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
09 7257 - III Festival Nacional de Humor de Maranguape
Fundação Viva Maranguape de Turismo, Esporte e Cultura -

FITEC
CNPJ/CPF: 04.366.207/0001-35
CE - Maranguape
Período de captação: 01/07/2011 a 30/08/2011
07 5992 - Museu Digital
Açoriana - Associação de Cultura, Eventos e Promoções
CNPJ/CPF: 02.084.605/0001-33
RS - Santo Antônio da Patrulha
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
09 5952 - Teatro de Tábuas Circuito Estradafora Roteiro Norte, Centro Oeste e Nordeste
NETT - Núcleo Experimental Teatro de Tábuas
CNPJ/CPF: 03.377.377/0001-52
SP - Campinas
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
07 8342 - Acervo Cachuera! - Mapeamento e Difusão da Cultura Popular Tradicional Brasileira - Edições Didáticas
Associação Cultural Cachuera!
CNPJ/CPF: 02.910.189/0001-85
SP - São Paulo
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
08 8564 - MPB PetrobrÃ¡s 2009/2010
Caderno 2 Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 40.560.773/0001-47
BA - Salvador
Período de captação: 01/01/2011 a 30/06/2011
10 5515 - BAUERNBAND de Petrópolis
Paulo Mauricio Cherem de Oliveira
CNPJ/CPF: 214.913.217-68
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 26)
07 7080 - Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais de Pernambuco
Instituto Nômades
CNPJ/CPF: 07.621.798/0001-38
PE - Recife
Período de captação: 01/01/2011 a 30/06/2011
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 26)
06 3788 - Projeto Artístico - Cultural para a Usina de Artes

e

o Teatro Plácido de Castro/2006
Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour
CNPJ/CPF: 03.124.410/0001-32
AC - Rio Branco
Período de captação: 01/01/2011 a 30/06/2011
07 1082 - Pedro e Thina no Tom
P R L M DE MELO PRODUCOES
CNPJ/CPF: 07.129.998/0001-78
PE - Recife
Período de captação: 01/01/2011 a 30/06/2011

PORTARIA Nº 369, DE 1º DE JULHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar a redução de Valor em favor dos projetos culturais relacionados no anexo a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
10 11666 - IV FESTIVAL DE TEATRO DA AMAZÔNIA MATOGROSSENSE E VIII SEMINÁRIO DE CULTURA DE ALTA FLORESTA
Teatro Experimental de Alta Floresta
CNPJ/CPF: 01.331.834/0001-42
MT - Alta Floresta
Valor reduzido em R$: 30.750,00

PORTARIA Nº 370, DE 1º DE JULHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.2º - Alterar o enquadramento do projeto abaixo relacionado:

PRONAC: 08 9667 -"Museu Aquário Marinho do Rio de Janeiro - 1ª Etapa - Projetos Arquitetônico e Complementares", publicado na portaria aprovação N° 0087/11 de 18/02/2011, publicada no D.O.U. em 21/02/2011.

Onde se Lê: ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART.26)

LEIA-SE : ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART.18, §1º)

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 77, DE 1º DE JULHO DE 2011

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria n° 446 de 02 de fevereiro de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 10.454 de 13 de maio de 2002, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA DOURADO SANTANA

ANEXO I

11 2549 - AMAZÔNIA DOC -FESTIVAL PAN-AMAZÔNICO DE CINEMA - 3ª edição
Maria Zienhe Caramêz de Castro
CNPJ/CPF: 121.172.182-53
Processo: 01400.006764/20-11
PA - Belém
Valor do Apoio R$: 278.900,00
Prazo de Captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
Realização da 3ª edição do festival, na cidade de Belém, e itinerância em 03 municípios do Pará, no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, de 05 a 13 de novembro de 2011.

11 1555 - IV Festival Americano de Cinema e Vídeo Sócio-Ambiental de Iraquara - IV FASAI CINE VÍDEO
Etnia Produções Cinematográficas Ltda.
CNPJ/CPF: 03.287.142/0001-70
Processo: 01400.003043/20-11
GO - Goiânia
Valor do Apoio R$: 797.600,00
Prazo de Captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
Realização do 4ª edição do festival, para divulgar e premiar obras audiovisuais com temáticas sociais e ambientais, em dezembro de 2011.

11 1998 - Majestades Anônimas - Rio Sete Somos Nós
Guela Cine Produções
CNPJ/CPF: 02.796.703/0001-01
Processo: 01400.005669/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 387.060,00
Prazo de Captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
Produção de um documentário com 52 minutos, sobre as relações dos habitantes da comunidade de Rio Sete localizada na serra de Santa Catarina.

11 2622 - PRODAU - PROJETO DE DIFUSÃO AUDIOVISUAL
Fundação Padre Anchieta Centro Paulista de Rádio e TV Educativas
CNPJ/CPF: 61.914.891/0001-86
Processo: 01400.006856/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 8.298.260,30
Prazo de Captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
Aquisição de direitos autorais de obras cinematográficas para exibição pela TV Cultura.

10 7448 - Portal Tela Brasil
Associação Tela Brasil
CNPJ/CPF: 08.278.116/0001-07
Processo: 01400.015823/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 433.615,00
Prazo de Captação: 01/07/2011 a 31/12/2011
Produção de um site de divulgação e difusão do universo audiovisual, um espaço dedicado à multiplicação de conhecimentos técnicos sobre a produção audiovisual e de todas as informações relevantes para a realização, execução e exibição do produto cultural nacional.

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 355-T/GC3, DE 1º DE JULHO DE 2011

Fixa o número de vagas para matrícula de Oficiais da ativa nos Programas de Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA, para o ano de 2012.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso XIV do art. 23, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista o disposto nos art. 2º e 3º das Instruções para a matrículas de Oficiais da ativa, nos Programas de Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA, aprovadas pela Portaria nº 268/GC3, de 28 de abril de 2010, e considerando o que consta do Processo nº 67750.000941/2011-01, resolve:

Art. 1º Fixar em 52 (cinqüenta e duas) o número de vagas para matrícula de oficial da ativa nos cursos de mestrado e doutorado "stricto sensu", do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, para o ano de 2012, distribuídas conforme os seguintes programas:
Engenharia Aeronáutica e Mecânica - 33;
Engenharia Eletrônica e Computação - 6;
Engenharia de Infra-Estrutura Aeronáutica - 4;
Física - 4; e
Ciências e Tecnologias Espaciais - .

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ten.-Brig. do Ar JUNITI SAITO

PORTARIA Nº 369/GC6, DE 1º DE JULHO DE 2011

Dá nova redação aos artigos 2º, 6º, 8º, 9º, 11, 12 e 14 da Portaria nº 463/GC6, de 19 de abril de 2004, e dispõe sobre aspectos a serem observados nos processos de designação/prorrogação para Prestação de Tarefa por Tempo Certo.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto nos incisos I e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto n° 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo n° 67400.006481/2011-96, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria nº 463/GC6, de 19 de abril de 2004, publicada no Diário Oficial da União nº 75, Seção 1, do dia 20 de abril de 2004, estabelecendo que os artigos 2º, 6º, 8º, 9º, 11, 12 e 14 passem a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A designação ou prorrogação para a Prestação de Tarefa por Tempo Certo (PTTC) efetuar-se-á por intermédio de Portaria nominal do Comandante da Aeronáutica, quando se tratar de Oficial-General, e do Comandante-Geral do Pessoal, para os demais militares." (NR)

"Art. 6º É vedado o desvio de função ou aproveitamento do militar designado em tarefa outra que não a especificamente declarada no ato do Comandante da Aeronáutica ou do Comandante-Geral do Pessoal." (NR)

"Art. 8º O processo de designação para desempenho de Tarefa por Tempo Certo tem início com ofício do Comandante, Secretário, Diretor ou Chefe da Organização Militar interessada, e dele constarão, necessariamente:

I - posto ou graduação, quadro, especialidade, situação na inatividade, nome completo e número de ordem do militar a ser designado;

II - OM ou órgão onde será prestada a tarefa;

III - tempo de duração da tarefa;

IV - cargo e função a serem exercidos e local onde será desempenhada;

V - razões e finalidade da designação;

VI - informação de que o militar não ocupa Próprio Nacional Residencial;

VII - OM pagadora à qual o militar está vinculado, para fins de percepção dos proventos;

VIII - OM pagadora à qual o militar a ser designado ficará vinculado durante a prestação da tarefa;

IX - localidade que o militar declarou fixar residência ao passar para a inatividade;

X - declaração do militar quanto ao seu atual endereço de residência;

XI - cópia da Ata de Inspeção de Saúde a que foi submetido, na forma da alínea "j" do item 2.1 da ICA 160-1;

XII - declaração de aceitação, prévia e voluntária, da designação e do cumprimento do regime de trabalho ou expediente da Organização na qual irá trabalhar; e

XIII - previsão do custo mensal e anual decorrente da designação do militar." (NR)

"Art. 9º A OM interessada autuará o processo de designação conforme previsto no art. 8º e o encaminhará:

I - para GABAER, via COMGEP, obedecendo à Cadeia de Comando, se envolver designação de Oficial-General;

II - para o COMGEP, obedecendo à Cadeia de Comando, nos demais casos.

§ 1º As OM da Cadeia de Comando deverão emitir seu parecer com relação à designação.

§ 2º O COMGEP, após consultas, analisará a proposta de designação e confeccionará a Portaria de designação ou restituirá, se necessário, os processos ao ODGSA da OM solicitante.

§ 3º O ODGSA poderá emitir um novo parecer e restituir ao COMGEP se favorável à designação ou encerrar o processo se desfavorável." (NR)

"Art. 11. Caberá à OM comunicar, via mensagem telegráfica ou fac-símile, a dispensa do militar, por término do período de designação ou prorrogação, ao COMGEP e à DIRAP e atualizar o respectivo cadastro no SIGPES de imediato." (NR)

"Art. 12. A proposta de prorrogação de Tarefa por Tempo Certo tem início com uma mensagem telegráfica ou fac-símile da OM interessada ao COMGEP e às OM da Cadeia de Comando à qual está subordinada, onde constarão, necessariamente, as seguintes informações:

I - posto ou graduação, quadro, especialidade, situação na inatividade, nome completo e número de ordem;

II - OM ou órgão onde está sendo prestada a tarefa;

III - cargo e função a serem exercidos e o local onde a desempenhará;

IV - duração proposta para a prorrogação;

V - o número e a data da Ata de Inspeção de Saúde a que foi submetido, na forma da alínea "j" do item 2.1 das IRIS, e a OM responsável pelo exame; e

VI - a informação da aceitação, prévia e voluntária, da prorrogação e do cumprimento do regime de trabalho ou expediente da Organização por parte do militar.

§ 1º A proposta de prorrogação deve ser individualizada, logo deverá ser enviada uma mensagem telegráfica ou fac-símile para cada militar designado.

§ 2º Quando a prorrogação tratar de Oficial-General, a mensagem telegráfica ou fac-símile deverá, também, ser endereçada ao GABAER.

§ 3º A veracidade das informações contidas na mensagem telegráfica ou fac-símile será de responsabilidade do Comandante, Secretário, Diretor ou Chefe da OM na qual o militar presta a tarefa, que deverá manter a declaração de aceitação voluntária e a Ata de Inspeção de Saúde arquivadas para consulta até a próxima prorrogação.

§ 4º A mensagem telegráfica ou fac-símile solicitando a prorrogação da Prestação de Tarefa por Tempo Certo deverá ser encaminhada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data de término da prestação.

§ 5º Qualquer OM da Cadeia de Comando que possuir parecer desfavorável à continuidade do processo de prorrogação deverá informar, por meio de mensagem telegráfica ou fac-símile, ao COMGEP, às demais OM da Cadeia de Comando e à OM interessada, visando ao encerramento do mesmo.

§ 6º O GABAER, no caso de Oficial-General, ou o COMGEP, para os demais militares, realizará uma análise da proposta e, caso favorável, confeccionará o ato de prorrogação.

§ 7º Caso seja necessária uma mudança de cargo ou função para outros diferentes daqueles para os quais o militar fora designado inicialmente, dentro da mesma OM, poderá ser solicitada no processo de prorrogação da tarefa, devidamente fundamentada e justificada pela autoridade proponente.

§ 8º A primeira prorrogação terá início após o término da designação inicial e término no último dia do mês, de acordo com a quantidade de meses da prorrogação.

§ 9º As propostas de prorrogação de PTTC não serão aprovadas para outra OM que não aquela para a qual o militar foi inicialmente designado. (NR)

"Art. 14. O COMGEP estabelecerá e encaminhará aos ODGSA, anualmente, a quantidade de vagas que poderão ser preenchidas com PTTC, por OM." (NR)

Art. 2º A proposta de designação ou prorrogação da PTTC somente deve ser formulada para atender a necessidade da OM em preencher as vagas estabelecidas pelo COMGEP, devidamente fundamentada e justificada pela autoridade proponente, informando o cargo e a função que irá ocupar no Regimento Interno da OM.

Art. 3º As propostas de designação para Prestação de Tarefa por Tempo Certo não serão aprovadas a contar de data retroativa.

Art. 4º A designação somente poderá ser realizada para as Organizações Militares da localidade onde o prestador da tarefa efetivamente residir.

Art. 5º A designação ou a prorrogação somente será efetivada se o cadastro do militar no SIGPES estiver atualizado.

Art. 6º O ato de designação e o de prorrogação deverão mencionar:

I - posto ou graduação, quadro, especialidade, situação na inatividade, nome completo e número de ordem;

II - OM da prestação da tarefa;

III - prazo da tarefa; e

IV - OM pagadora à qual ficará vinculado durante a prestação da tarefa.

Art. 7º Caberá à OM para a qual foi designado o militar para prestação da tarefa, informar ao COMGEP e à DIRAP, no caso de Oficiais e Graduados, e ao GABAER, no caso de Oficiais-Generais, via mensagem telegráfica, a data de apresentação por início da tarefa.

Art. 8º A apresentação do militar na OM e, consequentemente, o início da prestação da tarefa somente poderão ocorrer após a publicação da respectiva Portaria de designação.

Art. 9º A contagem do período para concessão de férias e/ou prorrogação da prestação da tarefa deve ser realizada a partir da data de apresentação do militar na OM para início da Prestação da Tarefa por Tempo Certo.

Art. 10. O prestador de Tarefa por Tempo Certo deverá utilizar traje civil condizente com a natureza de suas atividades durante o expediente e correspondente aos uniformes militares estabelecidos para o expediente em sua OM.

Art. 11. O militar designado para Prestação de Tarefa por Tempo Certo deverá se apresentar à OM para a qual foi designado até, no máximo, 45 dias após a publicação da designação em BCA, cabendo à OM responsável solicitar o cancelamento da Portaria de designação, por meio de mensagem telegráfica, caso isso não ocorra.

Art. 12. O militar que não se apresentar dentro dos 45 dias previstos somente poderá dar início a um novo processo de designação para Prestação de Tarefa por Tempo Certo após decorridos doze meses da data da publicação da Portaria de designação.

Art. 13. São autoridades competentes para aplicar os dispositivos do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica aos militares da reserva remunerada ou reformados designados para Prestação de Tarefa por Tempo Certo, os Comandantes, Secretários, Diretores ou Chefes das OM à qual foram designados.

Art. 14. A inclusão dos prestadores de Tarefa por Tempo Certo no SIGPES é responsabilidade do GABAER, quando se tratar de Oficial-General, e do COMGEP, para os demais militares.

Art. 15. Caberá à OM, para a qual o militar foi designado, atualizar no SIGPES a data de apresentação por início da tarefa.

Art. 16. As situações não previstas serão submetidas à apreciação do Comandante da Aeronáutica.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Revoga-se a Portaria nº 17/GC6, de 11 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 11, de 17 de janeiro de 2011, Seção 1, página 13.

Ten.-Brig. do Ar JUNITI SAITO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 370/GC6, DE 1º DE JULHO DE 2011

Revogação de Portaria.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67800.009856/2011-67, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 553/GC6, de 4 de maio de 2005, que aprovou a ICA 175-1, a partir da aprovação, pelo Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica, do módulo 16, do MCA 172-3 "Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica - Manual Eletrônico".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten.-Brig. do Ar JUNITI SAITO

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO NA SESSÃO DE 12 DE JULHO DE 2011 (TERÇA-FEIRA), ÀS 13H30MIN

Nº 23.292/2008 - Acidente da navegação envolvendo as lanchas "CANERO" e "CAROL VI", ocorrido no lago da represa de Jaguari - Jacareí, município de Bragança Paulista, São Paulo, em 19 de fevereiro de 2007.
Relatora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Eduardo Gomes (Condutor)
Advogada : Drª Fabrízia da Fonseca Passos Bittencourt (DPU/RJ)

Nº 24.982/2010 - Fato da navegação envolvendo o NM "PHUONG DONG 1", de bandeira vietnamita, e três clandestinos, durante a travessia do porto de Guiné, Conakry, para o porto de Maceió, Alagoas, Brasil, em 27 de fevereiro de 2010.
Relator : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
Revisor : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Mai Van Giap (Comandante)
Advogado : Dr. Renan de Araujo de Souza (DPU/RJ)

Nº 21.656/2005 - Acidente da navegação envolvendo a balsa "MISS HOLANDA" com pedras do fundo do rio Madeira, nas proximidades da localidade de Marmelos, Manicoré, Amazonas, ocorrido em 04 de outubro de 2004.
Relator : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
Revisor : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Daniel Antônio da Silva
Advogado : Dr. Armando Augusto Guedes Jr. (DPU/RJ)
: Raimundo Nonato Pereira Secundino
(Ajudante de Praticagem)
Advogado : Dr. André Silva Gomes (DPU/RJ)
Secretaria do Tribunal Marítimo, em 29 de junho de 2011.

DIVISÃO JUDICIÁRIA

SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO E PROCESSAMENTO DE FEITOS

EXPEDIENTE DOS EXMOS. SRS. JUÍZES RELATORES

Proc. nº 24.040/09 - Lancha "LET'S GO" e outra EMB
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Fabio de Souza (Condutor)
Advogado : Dr. Adriano Magri
: Luiz Gonzaga Lummertz (Mestre/Proprietário)
Advogado : Dr. Orlando Gonçalves Pacheco Júnior
Despacho : "Indefiro a Preliminar de "Inépcia da Inicial" suscitada pela defesa de Luiz Gonzaga Lummertz (fls. 155/159), posto que a peça acusatória de fls. 128/130 observou rigorosamente os requisitos legais fixados no artigo 282 do CPC e 62 do Regimento Interno deste Tribunal Marítimo (RITM), razão porque foi recebida por este Tribunal, por unanimidade, sem reparos, como muito bem se manifestou o Órgão acusador às fls. 164/165, cujos argumentos acolho na sua integralidade."
Proc. nº 24.890/10 - Lancha "ACÁCIA"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Helio Rodrigues de Oliveira (Proprietário/Condutor)
Advogado : Dr. Filipe Alves da Mota
Despacho : "Ao Representado para Provas, arrolando testemunhas devidamente qualificadas, apresentação de quesitos e recolhimento de custas."
Proc. nº 23.598/08 - BP "DOM PEDRO IV" e outra EMB
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Agnaldo Silva Macedo (Condutor inabilitado)
Advogada : Drª Alessandra Fonseca de Carvalho (DPU/RJ)
: João dos Santos Matias (Proprietário)
Advogada : Drª Elizangela Martins Pantoja
Despacho : "Aos Representados para Alegações Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 24.766/10 - Lancha "NIKI"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Com pedido de Arquivamento de autoria da PEM.
Representação de Parte:
Autora : Paula Marinho de Azevedo (Proprietária)
Advogado : Dr. Henrique Oswaldo Motta
Representado : Resort Portobello Ltda.
Advogado : Dr. Alexandre José de Souza Thiago
Despacho : "Ao Representado de Parte para Alegações Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 24.774/10 - NM "NEUSA" e outra EMB
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Eudvan de Melo Lucena (Comandante)
Advogado : Dr. Ezequiel Balfour Levy
: Alexandre da Silva Oliveira (Imediato)
Advogada : Drª Fabiana Simões Martins
Despacho : "Aos advogados do 1º Representado para que juntem, em 05 (cinco) dias, o necessário instrumento de mandato."
Proc. nº 24.037/09 - Lancha "TWISTER" e outra EMB
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Usiel Baldoíno da Rosa (Condutor inabilitado) e
: Thiara Simone Sanna (Proprietária)
Advogado : Dr. Antonio Marcos Solera
Despacho : "Encerro a Instrução.
À Procuradoria para Alegações Finais. Prazo de 10(dez) dias."
Proc. nº 24.170/09 - Lancha "JULIANA I"
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Edison Rocha Mathias (Condutor)
Advogado : Dr. Álllex Willian Bello Lino
Despacho : ""Encerro a Instrução.
À Procuradoria para Alegações Finais. Prazo de 10(dez) dias."
Proc. nº 23.176/07 - Balsa Sem Nome
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representados : Cristiano Albuquerque Ribeiro (Vigia) e
: Ivan da Conceição Ribeiro (Proprietário)
Advogado : Dr. Eduvirge Mariano
Despacho : "Aos Representados para Provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 24.145/09 - NM "KOZNITSA" e outra EMB
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Madeiros
Com pedido de Arquivamento de autoria da PEM.
Representação de Parte:
Autor : Liberalino Sebastião Endlich (Proprietário)
Advogados : Dr. Adriano Sobrosa Mezzomo,
Dr. Rodrigo Sobrosa Mezzomo e
Dr. Francisco Gabriel Pacheco Júnior
Representados : Chavdar Dimitrov Penkov (Comandante) e
: Ivan Stefanov Kirkov (Oficial de Náutica)
Advogado : Dr. Antonio Francisco Sobral Sampaio
Despacho : "Aberta a Instrução. Ao Autor da Representação de Parte para Provas e para falar sobre as preliminares suscitadas na Defesa dos Representados, de "intempestividade no recolhimento das custas, art. 130 do RIPTM"."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 24.582/10 - Saveiro "DESTROYA"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Ailton Coutinho da Silva Filho (Proprietário) - Revel
Despacho : "Ao Representado para Provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 24.795/10 - BP "MARCO ZERO" e outra EMB
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Julio Terra Freitas (Condutor)
Advogada : Drª Dione da Fonseca Passos Bittencourt (DPU/RJ)
: José Renato da Cunha (Mestre)
Advogado : Dr. Mário Henrique de Souza
Despacho : "Aos Representados para Provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 24.979/10 - EMB Sem Nome
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Faustino Nunes Pereira (Proprietário)
Advogado : Dr. Adalberto Pereira da Silva
Despacho : "Ao Representado para Alegações Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 25.188/10 - Bote/baleeira "VEREMOS VI"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Jouber Marvila (Pescador/Condutor Motorista de Pesca)
Advogado : Dr. Gilberto Simões Passos
Despacho : "Aos Representados para Provas, ratificando as que declarou em sua Defesa, apresentando o rol de quesitos iniciais a serem formulados às testemunhas arroladas e para que apresente sua Declaração de Pobreza, ou para que efetue o preparo."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 24.015/09 - BP "RIO TOCANTINS" e outra EMB
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Lucino Alves de Queiroz (Mestre) - Revel
: Edwilson Ferreira Bezerra (Comandante)
Advogado : Dr. Antonio Francisco Sobral Sampaio
Despacho : "Aos Representados para Razões Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 24.026/09 - BP "DEUS CONOSCO"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Antonio Salustiano da Silva (Proprietário/Mestre)
Advogada : Drª Úrsula Bezerra e Silva Lira
: Leandro dos Santos Siqueira (Mergulhador inab.)
Advogado : Dr. Arcênio Brauner Júnior (DPU/RJ)
Despacho : "1) Torno sem efeitos os Despachos à fl. 125.
2) Ao Representado para apresentar cópia do documento que contém os quesitos para oitiva das testemunhas na Capitania dos Portos do Rio Grande do Norte. Prazo de 05 (cinco) dias."
Proc. nº 24.337/09 - EMB Sem Nome
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Ely Anveres de Souza (Condutor inabilitado) - Revel
Despacho : "Ao Representado para Razões Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 24.563/09 - Lancha "OPA FRITZ"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Carlos Magno Vieira Reis (Condutor) - Revel
Despacho : "Ao Representado para Razões Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. nº 25.064/10 - Barcaça "SILO 29" e outra EMB
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Robert Otto Rau Gutierrez (Auxiliar de Operações),
: Carlos Alexandre de Arruda (Líder de Limpeza) e
: Fluviomar Paraguay S/A (Proprietária/Armadora)
Advogada : Drª Olívia Inácia Borges Assis
Despacho : "Aos Representados para especificarem, justificadamente, as Provas que pretendem produzir."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 25.077/10 - EMB Sem Nome
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Ivory de Lira Aguiar Cunha (Proprietário)
Advogado : Dr. Juvenal Klayber Coelho
Despacho : "Ao Representado para Provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."

Secretaria do Tribunal Marítimo, em 30 de junho de 2011.

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 874, DE 1º DE JULHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Art. 2º da Portaria Interministerial nº 149 de 10 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 13 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º Fixar nos termos do Art. 2º da Portaria Interministerial nº 149 de 10 de junho de 2011, o quantitativo de Professores Temporários, nos termos do inciso X do Artigo 2º da Lei 8.745, de 09 de dezembro de 1993, para contratação por tempo determinado por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculadas ao Ministério da Educação, na forma do Anexo.

Parágrafo único. Os quantitativos de que trata esta Portaria seguem as demandas dos Programas de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

HADDAD

ANEXO

Código Órgão	Instituição	Quantitativo
26201	Colégio Pedro II	100
26404	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	30
26422	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	5
26256	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	30
Total		165

PORTARIA Nº 875, DE 1º DE JULHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Leis nsº 11.740, de 16 de julho de 2008 e 11.534, de 11 de outubro de 2007, resolve:

Art. 1º Redistribuir, na forma do anexo à presente portaria, trezentos e quarenta e três Cargos de Direção (CD) e duas mil e cento e seis Funções Gratificadas (FG), visando à constituição parcial das estruturas administrativas das atuais e das novas unidades de ensino que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

ANEXO

INSTITUIÇÕES	CARGOS DE DIREÇÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS									
	CD-1	CD-2	CD-3	CD-4	FG-1	FG-2	FG-3	FG-4	FG-5	FG-6
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	0	0	1	0	0	15	0	0	0	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	0	4	3	4	2	15	0	0	0	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	0	1	0	1	0	10	0	0	0	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	0	0	1	0	0	12	0	0	0	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	0	0	0	0	0	27	0	0	0	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe	0	0	1	2	6	16	3	2	0	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre	0	1	1	1	2	5	3	0	0	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	0	0	3	0	0	4	0	0	0	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	0	0	0	10	6	14	0	0	0	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	0	0	1	0	0	12	0	0	0	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	0	1	0	2	0	12	0	0	0	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano	0	0	1	1	3	10	0	0	0	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro	0	2	0	0	0	10	0	0	10	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	0	0	1	2	5	10	0	0	0	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul de Minas Gerais	0	0	3	0	0	10	0	0	0	0
TOTAL GERAL	**0**	**9**	**16**	**23**	**24**	**182**	**6**	**2**	**10**	**2**

PORTARIA Nº 876, DE 1º DE JULHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o art. 3º do Decreto 7.311, publicado no DOU de 22 de setembro de 2010, resolve:

Art. 1º Redistribuir, de conformidade com o Anexo à presente Portaria, o cargo e código de vaga a ele referente, do Ministério da Educação (MEC) para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

ANEXO

Do MEC para o IF		
Para:	Instituição Cedente: 15000 (MEC)	
	Cargo:	Médico Veterinário
26428	Código SIAPE:	701065
IFB	Classe:	E
	Nº de Vaga:	1
	Código:	0811583

PORTARIA Nº 877, DE 1º DE JULHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Portaria MP nº 79, de 28 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Redistribuir, de conformidade com o Anexo à presente Portaria, os cargos e códigos de vaga a eles referentes, do Ministério da Educação para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

ANEXO

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26432 IFPR			
CÓDIGO SIAPE	**NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**CÓDIGO DE VAGA**
701200	D	1	812425
701200	D	1	812427
701200	D	1	812428
701200	D	1	812505
701200	D	1	812521
701200	D	1	812530
701200	D	1	812531
701200	D	1	812563
701200	D	1	812566
701200	D	1	812570
701200	D	1	812580
701200	D	1	812581
701200	D	1	812582
701200	D	1	812583
701200	D	1	812586
701200	D	1	812592
701200	D	1	812595
701200	D	1	812604
701200	D	1	812720
701200	D	1	812731
701200	D	1	812785
701200	D	1	812786
701200	D	1	812787
701200	D	1	812788
701200	D	1	812789
701200	D	1	812790
701200	D	1	812791
701200	D	1	812792
701200	D	1	812793
701200	D	1	812794

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

701200	D	1	812795
701200	D	1	812796
701200	D	1	812797
701200	D	1	812798
701200	D	1	831491
701200	D	1	831492
701200	D	1	831493
701200	D	1	831494
701200	D	1	831495
701200	D	1	831496
701200	D	1	831497
701200	D	1	831498
701200	D	1	831499
701244	D	1	833675
701244	D	1	833677
701244	D	1	833679
701244	D	1	833682
701244	D	1	833707
701244	D	1	0833741
701244	D	1	833519
701244	D	1	833529
701244	D	1	833531
701244	D	1	833537
701244	D	1	833547
701226	D	1	834634
701226	D	1	834638
701226	D	1	834645
701226	D	1	834646
701226	D	1	834647
701226	D	1	834648
701224	D	1	350699
701006	E	1	0605484
701060	E	1	0829871
701079	E	1	0018421
702001	NS	1	842331
702001	NS	1	842332
702001	NS	1	842333
702001	NS	1	842334
702001	NS	1	842335
702001	NS	1	842336
702001	NS	1	842337
702001	NS	1	842338
702001	NS	1	842339
702001	NS	1	842340
702001	NS	1	842341
702001	NS	1	842342
702001	NS	1	842343
702001	NS	1	842344
702001	NS	1	842345
702001	NS	1	842346
702001	NS	1	842347
702001	NS	1	842348
702001	NS	1	842349
702001	NS	1	842350
702001	NS	1	842351
702001	NS	1	842352
702001	NS	1	842353
702001	NS	1	842354
702001	NS	1	842355
702001	NS	1	842356
702001	NS	1	842357
702001	NS	1	0845784
702001	NS	1	842359
702001	NS	1	842360
702001	NS	1	842361
702001	NS	1	842362
702001	NS	1	0845785
702001	NS	1	842364
702001	NS	1	842365
702001	NS	1	842366
702001	NS	1	842367
702001	NS	1	842368
702001	NS	1	842369
702001	NS	1	842370
702001	NS	1	842371
702001	NS	1	842372
702001	NS	1	842373
702001	NS	1	842374
702001	NS	1	842375
702001	NS	1	842376
702001	NS	1	842377
702001	NS	1	842378
702001	NS	1	842379
702001	NS	1	842380
702001	NS	1	842381
702001	NS	1	842382
702001	NS	1	842383
702001	NS	1	842384
702001	NS	1	842385
702001	NS	1	842386
702001	NS	1	842387
702001	NS	1	842388
702001	NS	1	842389
702001	NS	1	842390
702001	NS	1	842391
702001	NS	1	842392
702001	NS	1	842403
702001	NS	1	842436
702001	NS	1	842442
702001	NS	1	842449
702001	NS	1	842461
702001	NS	1	0845786
702001	NS	1	842502
702001	NS	1	0845787
702001	NS	1	0845788
702001	NS	1	0845789
702001	NS	1	0845790
702001	NS	1	0845791

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

702001	NS	1	842515
702001	NS	1	842548
702001	NS	1	842555
702001	NS	1	842615
702001	NS	1	0845792
702001	NS	1	0845793
702001	NS	1	0845794
702001	NS	1	0845795
702001	NS	1	0845796
702001	NS	1	0845797
702001	NS	1	0845798
702001	NS	1	0845799
702001	NS	1	0845800
702001	NS	1	0845801
702001	NS	1	0845802
702001	NS	1	0845803
702001	NS	1	0845804
702001	NS	1	0845805
702001	NS	1	0845806
702001	NS	1	0845807
702001	NS	1	0845808
702001	NS	1	0845809
702001	NS	1	0845810
702001	NS	1	842635
702001	NS	1	0845811
702001	NS	1	842637
702001	NS	1	842638
702001	NS	1	842639
702001	NS	1	842640
702001	NS	1	842641
702001	NS	1	842642
702001	NS	1	842643
702001	NS	1	842644
702001	NS	1	842645
702001	NS	1	842646
702001	NS	1	842647
702001	NS	1	842648
702001	NS	1	842649
702001	NS	1	842650
702001	NS	1	842651
702001	NS	1	842652
702001	NS	1	842653
702001	NS	1	842654
702001	NS	1	842655
702001	NS	1	842656
702001	NS	1	842657
702001	NS	1	842658
702001	NS	1	842659
702001	NS	1	842660
702001	NS	1	842661
702001	NS	1	842662
702001	NS	1	842663
702001	NS	1	842664
702001	NS	1	842665
702001	NS	1	842666
702001	NS	1	842667
702001	NS	1	842668
702001	NS	1	842669
702001	NS	1	842670
702001	NS	1	842671
702001	NS	1	842672
702001	NS	1	842673
702001	NS	1	842702
702001	NS	1	842703
702001	NS	1	842707
702001	NS	1	842776
702001	NS	1	842814
702001	NS	1	842848
702001	NS	1	0845812
702001	NS	1	842937
702001	NS	1	843006
702001	NS	1	843007
702001	NS	1	843008
702001	NS	1	843009
702001	NS	1	843010
702001	NS	1	843011
702001	NS	1	843012
702001	NS	1	843013
702001	NS	1	843014
702001	NS	1	843015
702001	NS	1	843016
702001	NS	1	843017
702001	NS	1	843018
702001	NS	1	843019
702001	NS	1	843020
702001	NS	1	843021
702001	NS	1	843022
702001	NS	1	843023
702001	NS	1	843024
702001	NS	1	843025
702001	NS	1	843026
702001	NS	1	843027
702001	NS	1	843028
702001	NS	1	843029
702001	NS	1	843030
702001	NS	1	843031
702001	NS	1	843032
702001	NS	1	843033
702001	NS	1	843034
702001	NS	1	843035
702001	NS	1	843036
702001	NS	1	843037
702001	NS	1	843038
702001	NS	1	843039
702001	NS	1	843040
702001	NS	1	843041
702001	NS	1	843042
702001	NS	1	843043

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

702001	NS	1	843118
702001	NS	1	843132
702001	NS	1	843172
702001	NS	1	843173
702001	NS	1	843174
702001	NS	1	843206
702001	NS	1	843213
702001	NS	1	843221
702001	NS	1	843244
702001	NS	1	843247
702001	NS	1	843252
702001	NS	1	843265
702001	NS	1	843266
702001	NS	1	843267
702001	NS	1	843278
702001	NS	1	843279
702001	NS	1	843281
702001	NS	1	843292
702001	NS	1	843298
702001	NS	1	843299
702001	NS	1	843303
702001	NS	1	843314
702001	NS	1	843318
702001	NS	1	843322
702001	NS	1	843323
702001	NS	1	843324
702001	NS	1	843325
702001	NS	1	843326
702001	NS	1	843335
702001	NS	1	843367
702001	NS	1	843397
702001	NS	1	843398
702001	NS	1	843455
702001	NS	1	843654
702001	NS	1	843660
702001	NS	1	0845813
702001	NS	1	843688
702001	NS	1	843693
702001	NS	1	843694
702001	NS	1	843695
702001	NS	1	0845814
702001	NS	1	843701
702001	NS	1	843702
702001	NS	1	843717
702001	NS	1	843718
702001	NS	1	843725
702001	NS	1	0845815
702001	NS	1	0845816
TOTAL DISTRIBUÍDO		294	

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26415 IFMS

CÓDIGO SIAPE	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE	CÓDIGO DE VAGA
701031	E	1	0828260
TOTAL DISTRIBUÍDO		1	

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26431 IFPI

CÓDIGO SIAPE	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE	CÓDIGO DE VAGA
701437	C	1	212501
701437	C	1	213534
701437	C	1	214921
701437	C	1	214922
701437	C	1	214925
701405	C	1	0279114
701405	C	1	0279152
701405	C	1	0279156
701405	C	1	0279157
701405	C	1	0279285
701405	C	1	0279288
701405	C	1	0279293
701405	C	1	0279345
701405	C	1	0279652
701405	C	1	0279672
701405	C	1	0279688
701405	C	1	0280030
701405	C	1	0280087
701405	C	1	0280114
701405	C	1	0280482
701411	C	1	212805
701411	C	1	213538
701411	C	1	213992
701200	D	1	831500
701200	D	1	831501
701200	D	1	831502
701200	D	1	831503
701200	D	1	831504
701200	D	1	831505
701200	D	1	831532
701200	D	1	831539
701244	D	1	833550
701244	D	1	833558
701244	D	1	833559
701244	D	1	833560
701244	D	1	833561
701244	D	1	0833742
701244	D	1	0833743
701244	D	1	0833744
701244	D	1	0833745
701244	D	1	0833746
701244	D	1	0833707
701244	D	1	0833747
701244	D	1	0833748
701244	D	1	0833749
701244	D	1	0833750
701244	D	1	0833751
701244	D	1	0833752
701244	D	1	0833753

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

701244	D	1	0833754
701244	D	1	0833755
701226	D	1	834650
701226	D	1	834652
701215	D	1	835328
701216	D	1	593938
701216	D	1	604923
701221	D	1	0835476
701221	D	1	0835477
701221	D	1	0835478
701221	D	1	0835479
701221	D	1	0835480
701224	D	1	423204
701224	D	1	423581
701224	D	1	424256
701230	D	1	743037
701230	D	1	743374
701230	D	1	743451
701230	D	1	743556
701230	D	1	743724
701233	D	1	813564
701233	D	1	813565
701233	D	1	813566
701004	E	1	302110
701004	E	1	827073
701006	E	1	0624129
701006	E	1	0624154
701006	E	1	0628449
701006	E	1	0631975
701006	E	1	0631978
701006	E	1	0640585
701006	E	1	0647743
701006	E	1	0693771
701009	E	1	0827449
701009	E	1	0827450
701009	E	1	0827451
701009	E	1	0827452
701009	E	1	0827453
701009	E	1	0827454
701010	E	1	827688
701010	E	1	827689
701010	E	1	827708
701010	E	1	827709
701029	E	1	671680
701029	E	1	672081
701031	E	1	0828261
701031	E	1	0828262
701031	E	1	0828263
701045	E	1	811487
701048	E	1	848340
701047	E	1	0828850
701047	E	1	0828851
701047	E	1	0828852
701047	E	1	0828853
701055	E	1	569634
701055	E	1	631058
701055	E	1	682571
701055	E	1	682722
701064	E	1	829066
701064	E	1	829071
701064	E	1	829073
701064	E	1	829074
701064	E	1	829077
701064	E	1	829078
701066	E	1	811829
701060	E	1	0829872
701060	E	1	0829873
701060	E	1	0829874
701060	E	1	0829875
701060	E	1	0829876
701060	E	1	0829877
701079	E	1	0018456
701079	E	1	0018699
701079	E	1	0018700
702001	NS	1	843933
702001	NS	1	843934
702001	NS	1	843935
702001	NS	1	0845817
702001	NS	1	843949
702001	NS	1	843950
702001	NS	1	843952
702001	NS	1	843956
702001	NS	1	843957
702001	NS	1	0845818
702001	NS	1	0845819
702001	NS	1	843978
702001	NS	1	843979
702001	NS	1	843997
702001	NS	1	0845820
702001	NS	1	844036
702001	NS	1	844041
702001	NS	1	844042
702001	NS	1	844043
702001	NS	1	844044
702001	NS	1	844045
702001	NS	1	844046
702001	NS	1	844047
702001	NS	1	844048
702001	NS	1	844049
702001	NS	1	844050
702001	NS	1	0845821
702001	NS	1	0845822
702001	NS	1	844059
702001	NS	1	844062
702001	NS	1	844064
702001	NS	1	844066
702001	NS	1	844067
702001	NS	1	844069

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

702001	NS	1	844071
702001	NS	1	844073
702001	NS	1	844074
702001	NS	1	844077
702001	NS	1	844079
702001	NS	1	844080
702001	NS	1	844081
702001	NS	1	844084
702001	NS	1	844085
702001	NS	1	844086
702001	NS	1	844087
702001	NS	1	844088
702001	NS	1	844089
702001	NS	1	844090
702001	NS	1	844091
702001	NS	1	844093
702001	NS	1	844097
702001	NS	1	844098
702001	NS	1	844139
702001	NS	1	844152
702001	NS	1	844161
702001	NS	1	844164
702001	NS	1	844165
702001	NS	1	844166
702001	NS	1	844171
702001	NS	1	844172
702001	NS	1	844174
702001	NS	1	844190
702001	NS	1	844192
702001	NS	1	844196
702001	NS	1	844200
702001	NS	1	844201
702001	NS	1	844218
702001	NS	1	844258
702001	NS	1	844276
702001	NS	1	844277
702001	NS	1	844278
702001	NS	1	844279
702001	NS	1	844280
702001	NS	1	844281
702001	NS	1	844282
702001	NS	1	844283
702001	NS	1	844284
702001	NS	1	844285
702001	NS	1	844286
702001	NS	1	844287
702001	NS	1	844288
702001	NS	1	844289
702001	NS	1	844290
702001	NS	1	844291
702001	NS	1	844292
702001	NS	1	844293
702001	NS	1	844294
702001	NS	1	844295
702001	NS	1	844296
702001	NS	1	844297
TOTAL DISTRIBUÍDO		213	

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26428 IFBRASILIA

CÓDIGO SIAPE	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE	CÓDIGO DE VAGA
701226	D	1	834653
701226	D	1	834654
TOTAL DISTRIBUÍDO		2	

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26409 IFMG

CÓDIGO SIAPE	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE	CÓDIGO DE VAGA
701405	C	1	0278608
701404	C	1	0263902
701200	D	1	831540
701200	D	1	831679
701200	D	1	831744
701200	D	1	831745
701200	D	1	831748
701200	D	1	831749
701200	D	1	831750
701200	D	1	831751
701200	D	1	831752
701200	D	1	831837
701200	D	1	831878
701200	D	1	831879
701200	D	1	831914
701200	D	1	831915
701200	D	1	831916
701200	D	1	831917
701200	D	1	831918
701200	D	1	831919
701200	D	1	831920
701200	D	1	831921
701200	D	1	831922
701244	D	1	0833756
701244	D	1	0833757
701006	E	1	0706963
701079	E	1	0216428
701079	E	1	0216995
701079	E	1	0217341
701079	E	1	0217675
701079	E	1	0217706
701079	E	1	0217989
701079	E	1	0218236
702001	NS	1	844298
702001	NS	1	844299
702001	NS	1	844300
702001	NS	1	844301
702001	NS	1	844302
702001	NS	1	844303
702001	NS	1	844304

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

702001	NS	1	844305
702001	NS	1	844306
702001	NS	1	844307
702001	NS	1	844308
702001	NS	1	844309
702001	NS	1	844310
702001	NS	1	844311
702001	NS	1	844312
702001	NS	1	844313
702001	NS	1	844314
702001	NS	1	844315
702001	NS	1	844316
702001	NS	1	844317
702001	NS	1	844318
702001	NS	1	844319
702001	NS	1	844320
702001	NS	1	844321
702001	NS	1	844322
702001	NS	1	844323
702001	NS	1	844324
702001	NS	1	844325
702001	NS	1	844326
702001	NS	1	844327
702001	NS	1	844328
702001	NS	1	844329
702001	NS	1	844330
702001	NS	1	844331
TOTAL DISTRIBUÍDO		67	

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26413 IFTRIANMG

CÓDIGO SIAPE	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE	CÓDIGO DE VAGA
701414	C	1	346890
701414	C	1	0257251
701452	C	1	754860
701452	C	1	755020
701452	C	1	755021
701452	C	1	755022
701452	C	1	755184
701452	C	1	0222511
701200	D	1	831923
701200	D	1	831924
701200	D	1	831946
701200	D	1	831947
701200	D	1	831948
701200	D	1	831949
701200	D	1	831957
701200	D	1	831958
701200	D	1	831959
701200	D	1	831961
701200	D	1	831978
701200	D	1	831979
701200	D	1	832006
701244	D	1	0833758
701006	E	1	0710322
701006	E	1	0713418
701031	E	1	0828264
701031	E	1	0828265
701031	E	1	0828266
701060	E	1	0829878
701079	E	1	0218296
702001	NS	1	844332
702001	NS	1	844333
702001	NS	1	844334
702001	NS	1	844335
702001	NS	1	844336
702001	NS	1	844337
702001	NS	1	844338
702001	NS	1	844339
702001	NS	1	844340
702001	NS	1	844341
702001	NS	1	844342
702001	NS	1	844343
702001	NS	1	844344
702001	NS	1	844345
702001	NS	1	844346
702001	NS	1	844347
702001	NS	1	844348
702001	NS	1	844349
702001	NS	1	844350
702001	NS	1	844351
702001	NS	1	844352
702001	NS	1	844353
702001	NS	1	844354
702001	NS	1	844355
702001	NS	1	844356
702001	NS	1	844357
702001	NS	1	844358
702001	NS	1	844359
702001	NS	1	844360
702001	NS	1	844361
702001	NS	1	844362
702001	NS	1	844363
702001	NS	1	844364
702001	NS	1	844365
702001	NS	1	844366
702001	NS	1	844367
702001	NS	1	844368
702001	NS	1	844369
702001	NS	1	844370
702001	NS	1	844371
702001	NS	1	844372
702001	NS	1	844373
702001	NS	1	844374
702001	NS	1	844375
702001	NS	1	844376
702001	NS	1	844377
702001	NS	1	844378

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

702001	NS	1	844379
702001	NS	1	844380
702001	NS	1	844381
702001	NS	1	844382
702001	NS	1	844383
702001	NS	1	844384
702001	NS	1	844385
702001	NS	1	844386
702001	NS	1	844387
702001	NS	1	844388
TOTAL DISTRIBUÍDO		86	

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26438 IFSC

CÓDIGO SIAPE	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE	CÓDIGO DE VAGA
701200	D	1	832020
701200	D	1	832021
701200	D	1	832022
701200	D	1	832023
701200	D	1	832024
701200	D	1	832025
701200	D	1	832026
701200	D	1	832027
701200	D	1	832028
701200	D	1	832029
701200	D	1	832030
701200	D	1	832031
701200	D	1	832032
701200	D	1	832033
701200	D	1	832034
701200	D	1	832035
701200	D	1	832036
701200	D	1	832043
701200	D	1	832050
701200	D	1	832101
701200	D	1	832107
701200	D	1	832108
701200	D	1	832109
701200	D	1	832110
701200	D	1	832111
701200	D	1	832112
701200	D	1	832113
701200	D	1	832114
701200	D	1	832115
701200	D	1	832116
701200	D	1	832117
701200	D	1	832118
701200	D	1	832119
701200	D	1	832120
701200	D	1	832121
701200	D	1	832122
701200	D	1	832123
701200	D	1	832124
701200	D	1	832125
701200	D	1	832126
701244	D	1	0833759
701009	E	1	0827455
701009	E	1	0827456
TOTAL DISTRIBUÍDO		43	

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26411 IFSUDMG

CÓDIGO SIAPE	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE	CÓDIGO DE VAGA
701029	E	1	672214
701045	E	1	824444
701055	E	1	828987
701060	E	1	0829885
701079	E	1	0220560
701079	E	1	0222342
701085	E	1	812008
TOTAL DISTRIBUÍDO		7	

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26422 IFCATARINA

CÓDIGO SIAPE	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE	CÓDIGO DE VAGA
701437	C	1	209647
701405	C	1	0278617
701405	C	1	0278682
701405	C	1	0278690
701405	C	1	0278821
701405	C	1	0278913
701408	C	1	686750
701443	C	1	303433
701446	C	1	348254
701200	D	1	832127
701200	D	1	832128
701200	D	1	832129
701200	D	1	832130
701200	D	1	832131
701200	D	1	832132
701200	D	1	832133
701200	D	1	832134
701200	D	1	832135
701200	D	1	832136
701200	D	1	832137
701244	D	1	0833760
701244	D	1	0833761
701244	D	1	0833762
701244	D	1	0833763
701226	D	1	834655
701226	D	1	834657
701226	D	1	834658
701226	D	1	834659
701214	D	1	682564
701006	E	1	0713519
701079	E	1	0218717
701079	E	1	0218890
701079	E	1	0218945
701079	E	1	0219260

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

702001	NS	1	844389
702001	NS	1	844390
702001	NS	1	844391
702001	NS	1	844392
702001	NS	1	844393
702001	NS	1	844394
702001	NS	1	844395
702001	NS	1	844396
702001	NS	1	844397
702001	NS	1	844398
702001	NS	1	844399
702001	NS	1	844400
702001	NS	1	844401
702001	NS	1	844402
702001	NS	1	844403
702001	NS	1	844404
702001	NS	1	844405
702001	NS	1	844406
702001	NS	1	844407
702001	NS	1	844408
702001	NS	1	844409
702001	NS	1	844410
702001	NS	1	844411
702001	NS	1	844412
702001	NS	1	844413
702001	NS	1	844414
702001	NS	1	844415
702001	NS	1	844416
702001	NS	1	844417
702001	NS	1	844418
702001	NS	1	844419
702001	NS	1	844420
702001	NS	1	844421
702001	NS	1	844422
702001	NS	1	844423
702001	NS	1	844424
702001	NS	1	844425
702001	NS	1	844426
702001	NS	1	844427
702001	NS	1	844428
702001	NS	1	844429
702001	NS	1	844430
TOTAL DISTRIBUÍDO		76	

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26436 IFSRIOGRAN			
CÓDIGO SIAPE	**NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**CÓDIGO DE VAGA**
701200	D	1	832138
701200	D	1	832140
701200	D	1	832172
701200	D	1	832259
701200	D	1	832260
701200	D	1	832261
701200	D	1	832262
701200	D	1	832263
701200	D	1	0832621
701200	D	1	0832622
701200	D	1	0832623
701200	D	1	0832624
701200	D	1	0832625
701200	D	1	0832626
701200	D	1	0832627
701200	D	1	0832628
701200	D	1	0832629
701215	D	1	835333
701230	D	1	835721
702001	NS	1	844431
702001	NS	1	844432
702001	NS	1	844433
702001	NS	1	844434
702001	NS	1	844435
702001	NS	1	844436
702001	NS	1	844437
702001	NS	1	844438
702001	NS	1	844439
702001	NS	1	844440
702001	NS	1	844441
702001	NS	1	844442
702001	NS	1	844443
702001	NS	1	844444
702001	NS	1	844445
702001	NS	1	844446
702001	NS	1	844447
702001	NS	1	844448
702001	NS	1	844449
702001	NS	1	844450
702001	NS	1	844451
702001	NS	1	844452
702001	NS	1	844453
702001	NS	1	844454
702001	NS	1	844455
702001	NS	1	844456
702001	NS	1	844457
702001	NS	1	844458
702001	NS	1	844459
702001	NS	1	844460
702001	NS	1	844461
702001	NS	1	844462
702001	NS	1	844463
702001	NS	1	844464
702001	NS	1	844465
702001	NS	1	844466
702001	NS	1	844467
702001	NS	1	844468
702001	NS	1	844469
702001	NS	1	844470
702001	NS	1	844471
702001	NS	1	844472

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

702001	NS	1	844473
702001	NS	1	844474
702001	NS	1	844475
702001	NS	1	844476
702001	NS	1	844477
702001	NS	1	844478
702001	NS	1	844479
702001	NS	1	844480
702001	NS	1	844481
702001	NS	1	844482
702001	NS	1	844483
702001	NS	1	844484
702001	NS	1	844485
702001	NS	1	844486
702001	NS	1	844487
702001	NS	1	844488
702001	NS	1	844489
702001	NS	1	844490
702001	NS	1	844491
702001	NS	1	844492
702001	NS	1	844493
702001	NS	1	844494
702001	NS	1	844495
702001	NS	1	844496
702001	NS	1	844497
702001	NS	1	844498
702001	NS	1	844499
702001	NS	1	844500
702001	NS	1	844501
702001	NS	1	844502
702001	NS	1	844503
702001	NS	1	844504
702001	NS	1	844505
702001	NS	1	844506
702001	NS	1	844507
702001	NS	1	844508
702001	NS	1	844509
702001	NS	1	844510
702001	NS	1	844511
702001	NS	1	844512
702001	NS	1	844513
702001	NS	1	844514
702001	NS	1	844515
TOTAL DISTRIBUÍDO		104	

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26404 IFBAIANO

CÓDIGO SIAPE	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE	CÓDIGO DE VAGA
701200	D	1	832264
701200	D	1	832265
701200	D	1	832266
701200	D	1	832267
701200	D	1	832268
701200	D	1	832269
701200	D	1	832270
701200	D	1	832271
701200	D	1	832272
701200	D	1	832273
701200	D	1	832274
701200	D	1	832275
701200	D	1	832276
701200	D	1	832277
701200	D	1	0832630
701200	D	1	832279
701200	D	1	832280
701200	D	1	832281
701200	D	1	832282
701200	D	1	832283
701200	D	1	832284
701200	D	1	832285
701200	D	1	832286
701200	D	1	832287
701200	D	1	832288
701200	D	1	832289
701200	D	1	832290
701200	D	1	832291
701200	D	1	832292
701200	D	1	832293
701200	D	1	832294
701200	D	1	832295
701200	D	1	832296
701200	D	1	832297
701200	D	1	832298
701244	D	1	0833766
701244	D	1	0833764
701244	D	1	0833765
701244	D	1	0833728
701244	D	1	0833729
701226	D	1	834660
701226	D	1	834664
701226	D	1	834671
701226	D	1	834672
701226	D	1	834673
701226	D	1	834685
701226	D	1	834686
701226	D	1	834693
701226	D	1	834694
701226	D	1	0834759
701214	D	1	682715
701214	D	1	683009
701214	D	1	712790
701214	D	1	742498
701214	D	1	742499
701215	D	1	835334
701215	D	1	835337
701224	D	1	571312
701224	D	1	574880
701224	D	1	579702

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

701224	D	1	593659
701224	D	1	599678
701006	E	1	0714337
701006	E	1	0714577
701006	E	1	0715243
701010	E	1	827710
701010	E	1	827711
701086	E	1	828408
701086	E	1	828416
701032	E	1	0828515
701032	E	1	0828516
701031	E	1	0828267
701031	E	1	0828268
701048	E	1	0848362
701048	E	1	0848363
701047	E	1	0828854
701047	E	1	0828855
701055	E	1	719084
701055	E	1	828979
701060	E	1	0829879
701060	E	1	0829880
701060	E	1	0829881
701060	E	1	0829882
701060	E	1	0829883
701079	E	1	0219542
701079	E	1	0219564
701079	E	1	0219592
701079	E	1	0219625
701079	E	1	0219650
701079	E	1	0219658
701079	E	1	0219925
701079	E	1	0219982
701079	E	1	0220037
701079	E	1	0220118
702001	NS	1	844516
702001	NS	1	844517
702001	NS	1	844535
702001	NS	1	844627
702001	NS	1	844662
702001	NS	1	844672
702001	NS	1	844673
702001	NS	1	844674
702001	NS	1	844675
702001	NS	1	844677
702001	NS	1	844711
702001	NS	1	844721
702001	NS	1	844732
702001	NS	1	844733
702001	NS	1	844734
702001	NS	1	844735
702001	NS	1	844736
702001	NS	1	844737
702001	NS	1	844738
702001	NS	1	844739
702001	NS	1	844740
702001	NS	1	844741
702001	NS	1	844742
702001	NS	1	844743
702001	NS	1	844744
702001	NS	1	844745
702001	NS	1	844746
702001	NS	1	844747
702001	NS	1	844748
702001	NS	1	844749
702001	NS	1	844750
702001	NS	1	844751
TOTAL DISTRIBUÍDO		126	

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26426 IFAP			
CÓDIGO SIAPE	**NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**CÓDIGO DE VAGA**
701200	D	1	832299
701200	D	1	832300
701200	D	1	832301
701200	D	1	832302
701200	D	1	832303
701200	D	1	832304
701200	D	1	832305
701200	D	1	832306
701200	D	1	832307
701200	D	1	832308
701244	D	1	0833730
701244	D	1	0833731
701244	D	1	0833732
701226	D	1	0834760
701226	D	1	0834761
701226	D	1	0834762
701226	D	1	0834763
701226	D	1	0834764
701221	D	1	0835481
701026	E	1	209304
701045	E	1	811488
701045	E	1	811498
702001	NS	1	844752
702001	NS	1	844753
702001	NS	1	844754
702001	NS	1	844755
702001	NS	1	844756
702001	NS	1	844757
702001	NS	1	844758

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

702001	NS	1	844759
702001	NS	1	844760
702001	NS	1	844761
TOTAL DISTRIBUÍDO		32	

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26434 IFFLU			
CÓDIGO SIAPE	**NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**CÓDIGO DE VAGA**
701200	D	1	832309
701200	D	1	832310
701200	D	1	832311
701200	D	1	832352
701200	D	1	832377
701200	D	1	832378
701200	D	1	832379
701200	D	1	832380
701200	D	1	832381
701200	D	1	832382
701200	D	1	832383
701200	D	1	832384
701200	D	1	832385
701200	D	1	832386
701200	D	1	832387
701200	D	1	832388
701200	D	1	832390
701200	D	1	832391
701200	D	1	832392
701200	D	1	832393
701200	D	1	832394
701200	D	1	832395
701200	D	1	832396
701200	D	1	832397
701200	D	1	832398
701244	D	1	0833733
701055	E	1	828980
701066	E	1	811830
702001	NS	1	844762
702001	NS	1	844763
702001	NS	1	844764
702001	NS	1	844765
702001	NS	1	844766
702001	NS	1	844767
702001	NS	1	844768
702001	NS	1	844769
702001	NS	1	844770
702001	NS	1	844771
702001	NS	1	844772
702001	NS	1	844773
702001	NS	1	844774
702001	NS	1	844775
702001	NS	1	844776
702001	NS	1	844777
702001	NS	1	844778
702001	NS	1	844779
702001	NS	1	844780
702001	NS	1	844781
702001	NS	1	844782
702001	NS	1	844783
702001	NS	1	844784
702001	NS	1	844785
702001	NS	1	844786
702001	NS	1	844787
702001	NS	1	844788
702001	NS	1	844789
702001	NS	1	844790
702001	NS	1	844791
702001	NS	1	844792
702001	NS	1	844793
702001	NS	1	844794
702001	NS	1	844795
702001	NS	1	844796
702001	NS	1	844797
702001	NS	1	844798
702001	NS	1	844799
702001	NS	1	844800
702001	NS	1	844801
702001	NS	1	844802
702001	NS	1	844803
702001	NS	1	844804
702001	NS	1	844805
702001	NS	1	844806
702001	NS	1	844807
702001	NS	1	844808
702001	NS	1	844809
702001	NS	1	844810
702001	NS	1	844811
702001	NS	1	844893
702001	NS	1	844894
702001	NS	1	844895
702001	NS	1	844896
702001	NS	1	844897
702001	NS	1	844898
702001	NS	1	844899
702001	NS	1	844900
TOTAL DISTRIBUÍDO		86	

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26429 IFGO			
CÓDIGO SIAPE	**NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**CÓDIGO DE VAGA**
701200	D	1	832399
701200	D	1	832400
701200	D	1	832401
701200	D	1	832402
701200	D	1	832403
701200	D	1	832404
701200	D	1	832431
701200	D	1	832432
701200	D	1	832433
701200	D	1	832435
701244	D	1	0833734
701244	D	1	0833735
702001	NS	1	844901
702001	NS	1	844902
702001	NS	1	844903

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

702001	NS	1	844904
702001	NS	1	844905
702001	NS	1	0845823
702001	NS	1	0845824
702001	NS	1	844908
702001	NS	1	844909
702001	NS	1	0845825
702001	NS	1	844920
702001	NS	1	844921
702001	NS	1	844922
702001	NS	1	844923
702001	NS	1	844924
702001	NS	1	844925
702001	NS	1	844934
702001	NS	1	844935
702001	NS	1	844936
702001	NS	1	844938
TOTAL DISTRIBUÍDO		32	

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26433 IFRJ			
CÓDIGO SIAPE	**NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**CÓDIGO DE VAGA**
701200	D	1	832436
701200	D	1	832437
701200	D	1	832438
701200	D	1	832439
701200	D	1	832440
701200	D	1	832441
701200	D	1	832442
702001	NS	1	844939
702001	NS	1	844958
702001	NS	1	844959
702001	NS	1	844960
702001	NS	1	844961
702001	NS	1	844962
702001	NS	1	844963
702001	NS	1	844964
702001	NS	1	844965
702001	NS	1	844966
702001	NS	1	844967
702001	NS	1	844968
702001	NS	1	844969
702001	NS	1	844970
702001	NS	1	844971
702001	NS	1	844972
702001	NS	1	844973
702001	NS	1	844974
702001	NS	1	844975
702001	NS	1	844976
702001	NS	1	844977
702001	NS	1	844978
702001	NS	1	844979
702001	NS	1	844980
702001	NS	1	844981
702001	NS	1	844982
702001	NS	1	844983
702001	NS	1	844984
702001	NS	1	844985
702001	NS	1	844986
702001	NS	1	844987
702001	NS	1	844988
702001	NS	1	844989
702001	NS	1	844990
702001	NS	1	844991
702001	NS	1	844992
702001	NS	1	844993
702001	NS	1	844994
702001	NS	1	844995
702001	NS	1	844996
702001	NS	1	844997
702001	NS	1	844998
702001	NS	1	844999
702001	NS	1	845000
702001	NS	1	845001
702001	NS	1	845002
702001	NS	1	845003
702001	NS	1	845004
702001	NS	1	845005
702001	NS	1	845006
702001	NS	1	845007
702001	NS	1	845008
702001	NS	1	845009
702001	NS	1	845010
702001	NS	1	845011
702001	NS	1	845012
702001	NS	1	845013
702001	NS	1	845015
702001	NS	1	845016
702001	NS	1	845034
702001	NS	1	845035
702001	NS	1	845036
702001	NS	1	845037
702001	NS	1	845038
702001	NS	1	845039
702001	NS	1	845040
702001	NS	1	845041
702001	NS	1	845042
702001	NS	1	845043
702001	NS	1	845044
702001	NS	1	845045
702001	NS	1	845046
702001	NS	1	845047
702001	NS	1	845048
702001	NS	1	845049
702001	NS	1	845050
702001	NS	1	845051
702001	NS	1	845052
702001	NS	1	845053

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

702001	NS	1	845054
702001	NS	1	845055
702001	NS	1	845056
702001	NS	1	845057
702001	NS	1	845058
702001	NS	1	845059
702001	NS	1	845060
702001	NS	1	845061
702001	NS	1	845062
702001	NS	1	845063
702001	NS	1	845064
702001	NS	1	845065
702001	NS	1	845066
702001	NS	1	845067
702001	NS	1	845068
702001	NS	1	845069
702001	NS	1	845070
702001	NS	1	845071
702001	NS	1	845072
702001	NS	1	845073
702001	NS	1	845074
702001	NS	1	0845826
702001	NS	1	845077
702001	NS	1	845097
702001	NS	1	845098
702001	NS	1	845099
702001	NS	1	845100
702001	NS	1	845101
702001	NS	1	845102
702001	NS	1	845103
702001	NS	1	845104
702001	NS	1	845105
702001	NS	1	845106
702001	NS	1	845107
702001	NS	1	845108
702001	NS	1	845109
702001	NS	1	845110
702001	NS	1	845111
702001	NS	1	845112
702001	NS	1	845113
702001	NS	1	845114
702001	NS	1	845115
702001	NS	1	845116
702001	NS	1	845117
702001	NS	1	845118
702001	NS	1	845119
702001	NS	1	845120
702001	NS	1	845121
702001	NS	1	845122
702001	NS	1	845123
702001	NS	1	845124
702001	NS	1	845125
702001	NS	1	845126
702001	NS	1	845127
702001	NS	1	845128
702001	NS	1	845129
702001	NS	1	845130
702001	NS	1	845131
702001	NS	1	845132
TOTAL DISTRIBUÍDO		145	

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26418 IFPE			
CÓDIGO SIAPE	**NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**CÓDIGO DE VAGA**
701405	C	1	0280488
701405	C	1	0280647
701405	C	1	0280666
701405	C	1	0280780
701215	D	1	835338
701060	E	1	0829884
702001	NS	1	845133
702001	NS	1	845134
702001	NS	1	845135
702001	NS	1	845136
702001	NS	1	845137
702001	NS	1	845138
702001	NS	1	845139
TOTAL DISTRIBUÍDO		13	

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26419 IFRS			
CÓDIGO SIAPE	**NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**CÓDIGO DE VAGA**
701214	D	1	754794
701233	D	1	813569
701004	E	1	827075
701032	E	1	0828517
702001	NS	1	845157
702001	NS	1	845159
702001	NS	1	845160
702001	NS	1	845161
702001	NS	1	845162
702001	NS	1	845163
702001	NS	1	845164
702001	NS	1	845165
TOTAL DISTRIBUÍDO		12	

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26402 IFAL			
CÓDIGO SIAPE	**NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**CÓDIGO DE VAGA**
702001	NS	1	0845827
702001	NS	1	845169
702001	NS	1	845170
702001	NS	1	845171
702001	NS	1	845172
702001	NS	1	845173
702001	NS	1	845174
702001	NS	1	845175
702001	NS	1	845176

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

702001	NS	1	845177
702001	NS	1	845178
702001	NS	1	845179
702001	NS	1	845180
702001	NS	1	845181
702001	NS	1	845182
702001	NS	1	845183
702001	NS	1	845184
702001	NS	1	845185
702001	NS	1	845186
702001	NS	1	845187
702001	NS	1	845188
702001	NS	1	845189
702001	NS	1	845190
702001	NS	1	845191
702001	NS	1	845192
702001	NS	1	845193
702001	NS	1	845194
702001	NS	1	845195
702001	NS	1	845196
702001	NS	1	845197
702001	NS	1	845198
702001	NS	1	845199
702001	NS	1	845200
702001	NS	1	845201
702001	NS	1	845202
702001	NS	1	845203
702001	NS	1	845204
702001	NS	1	845205
702001	NS	1	845206
702001	NS	1	845207
702001	NS	1	845208
702001	NS	1	845209
702001	NS	1	845210
702001	NS	1	845211
702001	NS	1	845212
702001	NS	1	845213
702001	NS	1	845214
702001	NS	1	845215
702001	NS	1	845216
702001	NS	1	0845828
TOTAL DISTRIBUÍDO		50	

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26416 IFPA			
CÓDIGO SIAPE	**NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**CÓDIGO DE VAGA**
701200	D	1	832443
701200	D	1	0832631
701200	D	1	0832632
701200	D	1	0832633
701200	D	1	0832634
701233	D	1	813571
701006	E	1	0721346
701009	E	1	0827457
702001	NS	1	845218
702001	NS	1	845219
702001	NS	1	845220
702001	NS	1	845221
702001	NS	1	845222
702001	NS	1	845223
702001	NS	1	845224
702001	NS	1	845225
702001	NS	1	845226
702001	NS	1	845227
TOTAL DISTRIBUÍDO		18	

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26405 IFCE			
CÓDIGO SIAPE	**NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**CÓDIGO DE VAGA**
701405	C	1	0280890
701405	C	1	0280979
701405	C	1	0281153
701405	C	1	0281238
701405	C	1	0281275
701405	C	1	0281290
701405	C	1	0281355
701405	C	1	0281397
701405	C	1	0281527
701405	C	1	0281650
701405	C	1	0281740
701405	C	1	0281749
701405	C	1	0281774
701405	C	1	0281866
701405	C	1	0281867
701405	C	1	0281952
701405	C	1	0282013
701405	C	1	0282030
701405	C	1	0282084
701405	C	1	0282349
701405	C	1	0282363
701405	C	1	0282408
701405	C	1	0282537
701405	C	1	0282621
701405	C	1	0282676
701405	C	1	0283244
701405	C	1	0283358
701405	C	1	0283605
701405	C	1	0283606
701405	C	1	0283786
701405	C	1	0283990
701405	C	1	0284091
701405	C	1	0284200
701405	C	1	0284287
701405	C	1	0284482
701405	C	1	0284625
701405	C	1	0284731
701405	C	1	0284798
701405	C	1	0284819

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

701405	C	1	0284820
701405	C	1	0284909
701405	C	1	0285247
701230	D	1	835723
701230	D	1	835729
701079	E	1	0220120
701079	E	1	0220392
TOTAL DISTRIBUÍDO		46	

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26401 IFAC			
CÓDIGO SIAPE	**NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**CÓDIGO DE VAGA**
701200	D	1	0832635
TOTAL DISTRIBUÍDO		1	

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26406 IFES			
CÓDIGO SIAPE	**NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO**	**QUANTIDADE**	**CÓDIGO DE VAGA**
701244	D	1	0833736
701244	D	1	0833737
701006	E	1	0721597
701055	E	1	828992
701085	E	1	812009
702001	NS	1	845228
702001	NS	1	845229
702001	NS	1	845230
702001	NS	1	845231
702001	NS	1	0845829
702001	NS	1	845242
702001	NS	1	845243
702001	NS	1	845244
702001	NS	1	845245
702001	NS	1	845246
702001	NS	1	845247
702001	NS	1	845248
702001	NS	1	845249
702001	NS	1	845250
702001	NS	1	845251
702001	NS	1	845252
702001	NS	1	845253
702001	NS	1	845254
702001	NS	1	845255
702001	NS	1	845256
702001	NS	1	845257
702001	NS	1	845258
702001	NS	1	845259
702001	NS	1	845260
702001	NS	1	845261
702001	NS	1	0845830
702001	NS	1	0845831
702001	NS	1	845285
702001	NS	1	845286
702001	NS	1	845293
702001	NS	1	845294
702001	NS	1	845301
702001	NS	1	845305
702001	NS	1	845306
702001	NS	1	845307
702001	NS	1	845308
702001	NS	1	845311
702001	NS	1	845315
702001	NS	1	845316
702001	NS	1	845317
702001	NS	1	845318
702001	NS	1	845319
702001	NS	1	845320
702001	NS	1	845321
702001	NS	1	845323
702001	NS	1	845324
702001	NS	1	845326
702001	NS	1	845327
702001	NS	1	845328
702001	NS	1	845329
702001	NS	1	845330
702001	NS	1	845331
702001	NS	1	845332
702001	NS	1	845336
702001	NS	1	845337
702001	NS	1	845338
702001	NS	1	845339
702001	NS	1	845340
702001	NS	1	845341
702001	NS	1	845342
702001	NS	1	845343
702001	NS	1	845344
702001	NS	1	845345
702001	NS	1	845346
702001	NS	1	845347
702001	NS	1	845348
702001	NS	1	845349
702001	NS	1	845350
702001	NS	1	845351
702001	NS	1	845352
702001	NS	1	845353
702001	NS	1	845354
702001	NS	1	845355
702001	NS	1	845356
702001	NS	1	845357
702001	NS	1	845358
702001	NS	1	845359
702001	NS	1	845360
702001	NS	1	845361
702001	NS	1	845362
702001	NS	1	845363
702001	NS	1	845364
702001	NS	1	845365
702001	NS	1	845366

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

702001	NS	1	845368
702001	NS	1	0845832
702001	NS	1	845380
702001	NS	1	845381
702001	NS	1	845382
702001	NS	1	845383
702001	NS	1	845384
702001	NS	1	845385
702001	NS	1	0845833
702001	NS	1	0845834
702001	NS	1	0845835
702001	NS	1	0845836
702001	NS	1	0845837
702001	NS	1	0845838
702001	NS	1	0845839
702001	NS	1	0845840
702001	NS	1	0845841
702001	NS	1	0845842
702001	NS	1	0845843
702001	NS	1	0845844
702001	NS	1	0845845
702001	NS	1	0845846
702001	NS	1	0845847
702001	NS	1	0845848
702001	NS	1	0845849
702001	NS	1	0845850
702001	NS	1	0845851
702001	NS	1	0845852
TOTAL DISTRIBUÍDO		117	

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26421 IFRO

CÓDIGO SIAPE	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE	CÓDIGO DE VAGA
701452	C	1	0222733
701200	D	1	0832636
701200	D	1	0832637
701200	D	1	0832638
701200	D	1	0832639
701200	D	1	0832640
701200	D	1	0832641
701200	D	1	0832642
701200	D	1	0832643
701200	D	1	0832644
701200	D	1	0832645
701200	D	1	0832646
701200	D	1	0832647
701200	D	1	0832648
701200	D	1	0832649
701200	D	1	0832650
701200	D	1	0832651
701200	D	1	0832652
701200	D	1	0832653
701200	D	1	0832654
701200	D	1	0832655
701200	D	1	0832656
701200	D	1	0832657
701244	D	1	0833738
701244	D	1	0833739
701244	D	1	0833740
701226	D	1	0834765
701226	D	1	0834766
701226	D	1	0834767
701214	D	1	754959
701214	D	1	754962
701215	D	1	835339
701221	D	1	0835482
701233	D	1	813573
701006	E	1	0742192
701045	E	1	828590
701066	E	1	811831
701060	E	1	0829886
701079	E	1	0222415
701079	E	1	0222573
702001	NS	1	0845853
702001	NS	1	0845854
702001	NS	1	0845855
702001	NS	1	0845856
702001	NS	1	0845857
702001	NS	1	0845858
702001	NS	1	0845859
702001	NS	1	0845860
702001	NS	1	0845861
702001	NS	1	0845862
702001	NS	1	0845863
702001	NS	1	0845864
702001	NS	1	0845865
702001	NS	1	0845866
702001	NS	1	0845867
702001	NS	1	0845868
702001	NS	1	0845869
702001	NS	1	0845870
702001	NS	1	0845871
702001	NS	1	0845872
702001	NS	1	0845873
702001	NS	1	0845874
702001	NS	1	0845875
702001	NS	1	0845876
702001	NS	1	0845877
702001	NS	1	0845878
702001	NS	1	0845879
702001	NS	1	0845880
702001	NS	1	0845881
702001	NS	1	0845882
702001	NS	1	0845883
702001	NS	1	0845884
702001	NS	1	0845885
702001	NS	1	0845886
702001	NS	1	0845887

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

702001	NS	1	0845888
702001	NS	1	0845889
702001	NS	1	0845890
702001	NS	1	0845891
702001	NS	1	0845892
702001	NS	1	0845893
702001	NS	1	0845894
702001	NS	1	0845895
702001	NS	1	0845896
702001	NS	1	0845897
702001	NS	1	0845898
702001	NS	1	0845899
702001	NS	1	0845900
702001	NS	1	0845901
702001	NS	1	0845902
702001	NS	1	0845903
702001	NS	1	0845904
702001	NS	1	0845905
702001	NS	1	0845906
702001	NS	1	0845907
702001	NS	1	0845908
702001	NS	1	0845909
702001	NS	1	0845910
702001	NS	1	0845911
702001	NS	1	0845912
702001	NS	1	0845913
702001	NS	1	0845914
702001	NS	1	0845915
702001	NS	1	0845916
702001	NS	1	0845917
702001	NS	1	0845918
702001	NS	1	0845919
702001	NS	1	0845920
TOTAL DISTRIBUÍDO		108	

DESPACHO DO MINISTRO
Em 1º de julho de 2011

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 25/2011, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, que conhece do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, suspendendo os efeitos da decisão contida no Despacho nº 13/2010-CGSUP/DESUP/SESu/MEC, de 18 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União, de 19 de março de 2010, aplicando, entretanto, a penalidade de redução de 10% das vagas, em relação aos números de alunos ingressantes informado no Censo da Educação Superior de 2008, do curso de Direito da Universidade Nove de Julho, localizada no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, que passará a ofertar 1.800 (hum mil e oitocentas) vagas totais anuais, divididas pelos 4 (quatro) campi mantidos pela Instituição, no mesmo Município e Estado, como forma de convolação das penalidades previstas no art. 52, inciso I, do Decreto nº 5.773/2006, em atenção ao princípio da proporcionalidade previsto no art. 2º da Lei nº 9.784/1999, conforme consta do Processo nº 23000.026474/2007-61.

FERNANDO HADDAD

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 1.546, DE 1º DE JULHO DE 2011

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando de suas atribuições estatutárias, resolve:

HOMOLOGAR o resultado do Processo Seletivo, objeto do Aviso de Seleção nº 004/2011, conforme segue:

CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

Área de Conhecimento: CIÊNCIAS DO AMBIENTE

VILMA TEREZINHA DE ARAÚJO LIMA

II - ESTABELECER que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do ato de homologação no Diário Oficial da União.

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÕES DE 20 DE JUNHO DE 2011

Nº 4.500 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 307ª reunião ordinária, realizada em 20 de junho deste ano, no uso de suas atribuições legais, Considerando que este concurso foi aprovado, pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, em 25 de maio de 2011; Considerando a documentação constante do processo UFOP nº 486/2011, resolve:

Art. 1º Homologar, desde que não haja recurso interposto em tempo hábil, o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 01, de 13.01.2011, publicado no DOU de 14.01.2011 e retificado no DOU de 18.01.2011, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível 1, da Carreira de Magistério, área Economia/Teoria Econômica (Macroeconomia), em que foi aprovado o candidato Francisco Horácio Pereira de Oliveira. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

Nº 4.501 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 307ª reunião ordinária, realizada em 20 de junho deste ano, no uso de suas atribuições legais, Considerando que este concurso foi aprovado, pelo Conselho Departamental do Instituto de Filosofia, Artes e Cultura, em 30 de maio de 2011; Considerando a documentação constante do processo UFOP nº 1.541/2011, resolve:

Art. 1º Aprovar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 11, de 03.03.2011, publicado no DOU de 04.03.2011 e retificado no DOU de 11.03.2011, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível 1, da Carreira de Magistério, área Teatro/Educação Artística, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Ernesto Gomes Valença e Marcelo Eduardo Rocco de Gasperi. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

Nº 4.502 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 307ª reunião ordinária, realizada em 20 de junho deste ano, no uso de suas atribuições legais, Considerando que este concurso foi aprovado, pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, em 25 de maio de 2011; Considerando a documentação constante do processo UFOP nº 488/2011, resolve:

Art. 1º Homologar, desde que não haja recurso interposto em tempo hábil, o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 01, de 13.01.2011, publicado no DOU de 14.01.2011 e retificado no DOU de 18.01.2011, realizado para o cargo de Professor Adjunto, nível 1, da Carreira de Magistério, área Comunicação/Jornalismo Especializado (Comunitário, Rural, Empresarial, Científico), em que foi aprovado o candidato Reges Toni Schwaab. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

Nº 4.503 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 307ª reunião ordinária, realizada em 20 de junho deste ano, no uso de suas atribuições legais, Considerando que este concurso foi aprovado, pelo Conselho Departamental do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, em 25 de maio de 2011; Considerando a documentação constante do processo UFOP nº 489/2011, resolve:

Art. 1º Homologar, desde que não haja recurso interposto em tempo hábil, o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata o Edital PROAD nº 01, de 13.01.2011, publicado no DOU de 14.01.2011 e retificado no DOU de 18.01.2011, realizado para o cargo de Professor Adjunto, nível 1, da Carreira de Magistério, área Comunicação/Jornalismo e Editoração, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Fabrício Marques de Oliveira e Frederico de Mello Brandão Tavares. Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata a presente Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme o disposto na Portaria MP nº 450, de 06 de novembro de 2002.

JOÃO LUIZ MARTINS
Presidente do Conselho

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 31, DE 1º DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre a descentralização e execução de créditos orçamentários do FNDE para órgãos e entidades da administração pública federal.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - LRF.
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.
Portaria interministerial nº 127, de 27 de maio de 2008.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DEDESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 14, Capítulo V, Seção IV, do Anexo I do Decreto nº 7.481, de 16 de maio de 2011 e pelos artigos 3º e 6º do Anexo da Resolução/CD/FNDE nº 31, de 30 de setembro de 2003, e

CONSIDERANDO a necessidade de dar maior agilidade e regulamentar os procedimentos a serem observados quando das descentralizações de créditos orçamentários entre o FNDE e os órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta,

CONSIDERANDO a necessidade de instituir mecanismos para que o FNDE mantenha o controle e o acompanhamento dos créditos descentralizados, resolve "ad referendum":

Art. 1º Estabelecer critérios e procedimentos para a formalização de descentralização de créditos orçamentários do FNDE para órgãos ou entidades pertencentes à administração pública federal, direta e indireta, por meio de Termo de Cooperação, conforme inciso III, do § 1º, do art. 1º do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

§ 1º Para efeito do disposto no caput deste artigo são dispensadas a apresentação de certidões de regularidade e as consultas ao Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e ao Sistema integrado de Administração Financeira do governo Federal - SIAFI.

Art. 2º A descentralização de que trata o artigo anterior condicionar-se-á à análise e aprovação do Termo de Cooperação, pelo ordenador de despesa da unidade Gestora concedente dos créditos orçamentários.

Parágrafo Único No caso em que a descentralização dependa de aprovação prévia de projeto deverá a UG proponente incluí-lo no SAPNETE para aprovação do gestor do programa ou atividade a ser financiada no âmbito do FNDE ou do MEC.

Art. 3º A execução orçamentária e financeira dos créditos descentralizados deverá se processar em estrita observância ao Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) e demais instrumentos legais que regulamentam a matéria, bem como às condições estabelecidas no Termo de Cooperação a que os créditos estiverem vinculados.

Parágrafo Único O repasse dos recursos financeiros pactuado no cronograma de desembolso, constante do Termo de Cooperação, ficará condicionado à liquidação dos empenhos, exceto quando características da execução financeira exigiram a transferência prévia dos recursos e desde que haja disponibilidade de caixa na UG concedente.

Art. 4º Nos casos em que circunstâncias adversas impossibilitem definitivamente a execução orçamentária e financeira de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Cooperação deverá a UG proponente devolver à UG concedente os recursos financeiros repassados e os correspondentes créditos orçamentários descentralizados.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 1º as devoluções descritas no caput deverão ser efetuadas da seguinte forma:

I - Para devoluções de créditos orçamentários:

a) emitir uma Nota de Crédito (NC) de devolução em favor da UG concedente, correspondente a cada uma NC original de descentralização;

b) informar no campo da observação da NC de devolução o número da NC original que descentralizou os créditos e o número do processo administrativo;

II - Para as devoluções de recursos financeiros:

a) emitir uma Programação financeira (PF) de devolução em favor da UG concedente, correspondente a cada uma NC original de descentralização;

b) informar no campo da observação da PF de devolução os números das PFs originais que repassaram os recursos, o número do processo administrativo e da NC original que descentralizou os créditos.

§ 2º Nos termos do disposto no caput deste artigo, para as descentralizações processadas por meio do SAPENET, deverá a UG proponente encaminhar ao gestor do programa financiado os devidos esclarecimentos, para não cumprimento do objeto do termo de cooperação ficando a cargo desse gestor a responsabilidade de informar à Diretoria de Programas e Projetos Educacionais do FNDE (DIRPE/FNDE) as providências a serem adotadas.

Art. 5º Nos casos em que circunstâncias adversas implicarem na necessidade de ajustes no orçamento descentralizado a UG proponente deverá submeter à UG concedente sua proposta de alteração, com respectivas justificativas, e quando se tratar de descentralização processadas por meio do SAPNETE, ao gestor do programa.

§ 1º Para efeito do disposto no caput deste artigo deverá a UG proponente devolver à UG concedente os recursos financeiros repassados e os correspondentes créditos orçamentários descentralizados, nos mesmos termos do § 1º do artigo 4º desta resolução.

§ 2º As alterações propostas ficarão condicionadas à aprovação do ordenador de despesas da UG concedente e quando se tratar de descentralização processadas por meio do SAPENET, deverão ser previamente aprovadas pelo gesto do programa ou atividade financiada.

§ 3º Os créditos por ventura devolvidos sem as devidas justificativas serão considerados saldos não utilizados.

Art. 6º Os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, bem como os recursos financeiros não utilizados, deverão ser devolvidos a UG concedente em data anterior àquela anualmente estabelecida nas normas para o encerramento do correspondente exercício financeiro nos termos do § 1º do artigo 4º desta resolução.

Art. 7º A prestação de contas dos créditos descentralizados deverá integrar as contas anuais da UG proponente a ser apresentada aos órgãos de controle interno e externo, nos termos das normas vigentes.

Art. 8º Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, para descentralizações processadas por meio do SAPENET, deverá a UG proponente nos termos desta Resolução, apresentar o seguinte relatório em formulário constante no SAPENET:

I - relatório(s) descritivo(s) detalhado das ações executadas;

II - relatório de execução parcial do objeto, quando se tratar de alocação de recursos em mais de uma parcela, condicionando a liberação de cada uma das parcelas à apresentação desse relatório; e,

III - relatório de execução final do projeto, após a conclusão do objeto.

§ 1º Os relatórios referidos nos incisos II e III deste artigo deverão conter pronunciamento conclusivo do gestor do programa financiado acerca do alcance das metas propostas e se as despesas realizadas são compatíveis com as aprovadas no Termo de Cooperação.

§ 2º Para as descentralizações via SAPENET ficará sob a responsabilidade da DIRPE/FNDE o monitoramento da execução do projeto e o envio dos relatórios referidos neste artigo, que deverão ser preenchidos no sistema, ao gesto do projeto.

Art. 9º A descentralização de créditos de que trata o artigo 1º desta Resolução não contemplam hipóteses de transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

Art. 10 Revoga-se a Resolução/CD/FNDE/Nº 2, de 17 de março de 2010.

Art. 11º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

RESOLUÇÃO Nº 32, DE 1º DE JULHO DE 2011

Estabelece orientações, critérios e procedimentos relativos à transferência automática a estados, municípios e ao Distrito Federal dos recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado no exercício de 2011, bem como ao pagamento de bolsas aos voluntários que atuam no Programa.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Constituição Federal de 1988 - Art. 208;
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996;
Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999;
Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001;
Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003;
Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004;
Lei nº 11.507, de 20 de julho de 2007;
Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010;
Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 14 do Anexo I do Decreto nº 7.481, de 16 de maio de 2011, publicado no DOU de 17 de maio de 2011, e pelos artigos 3º e 6º do Anexo da Resolução CD/FNDE nº 31, de 30 de setembro de 2003, publicada no DOU de 2 de outubro de 2003;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, garante o direito ao ensino fundamental aos cidadãos de todas as faixas etárias;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar as oportunidades educacionais para jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos que não tiveram acesso ou permanência na educação básica;

CONSIDERANDO que um percentual significativo dos alfabetizandos inscritos em turmas do Programa Brasil Alfabetizado têm mais de 50 anos de idade e apresentam problemas de visão;

CONSIDERANDO as diversidades regionais e culturais do país, que implicam flexibilizar procedimentos para o alcance das metas; e

CONSIDERANDO a necessidade de propiciar continuidade de estudos aos jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos que são alfabetizados no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, resolve "ad referendum":

Art. 1º Estabelecer orientações, critérios e procedimentos para:

I - a transferência de recursos financeiros suplementares destinados pelo Programa Brasil Alfabetizado (PBA) ao Distrito Federal, a estados e a municípios que aderirem ao PBA no exercício de 2011, visando apoiar ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos;

II - a execução dos recursos transferidos e sua prestação de contas;

III - o pagamento de bolsas aos voluntários alfabetizadores, tradutores-intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e coordenadores de turma, de que trata o § 5º do Art. 5º do Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007.

Parágrafo único. As ações decorrentes das transferências dos recursos financeiros do PBA mencionadas nos incisos I e II deste artigo não substituem as obrigações constitucionais e estatutárias dos entes federados quanto à oferta de ensino fundamental e de educação de jovens, adultos e idosos, nem os recursos transferidos pretendem cobrir custos totais ou substituir esforços e ações realizadas pelos estados, Distrito Federal e municípios.

Art. 2º São objetivos do Programa Brasil Alfabetizado:

I - contribuir para superar o analfabetismo no Brasil, universalizando a alfabetização de jovens, adultos e idosos e a progressiva continuidade dos estudos em níveis mais elevados, promovendo o acesso à educação como direito de todos, em qualquer momento da vida, por meio da responsabilidade solidária entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios;

II - colaborar com a universalização do ensino fundamental, apoiando as ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos realizadas pelos estados, Distrito Federal e municípios, seja por meio da transferência direta de recursos financeiros suplementares aos que aderirem ao Programa, seja pelo pagamento de bolsas a voluntários que nele atuam.

Art. 3º São beneficiários do Programa Brasil Alfabetizado:

a) jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos não alfabetizados, doravante denominados alfabetizandos;

b) voluntários alfabetizadores;

c) voluntários tradutores-intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras), que atuarão em turmas com pessoas com surdez ou com deficiência auditiva, usuárias de Libras;

d) voluntários coordenadores de turmas.

Art. 4º São agentes do Programa Brasil Alfabetizado:

I - a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), órgão do Ministério da Educação responsável por formular políticas que favoreçam o desenvolvimento de ações de alfabetização de jovens, adultos, idosos e a continuidade da escolarização na Educação de Jovens e Adultos;

II - o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), autarquia vinculada ao Ministério da Educação, responsável pela execução de políticas educacionais mediante o financiamento de programas e projetos e o pagamento de bolsas de incentivo;

III - o Distrito Federal, os estados e os municípios, doravante denominados entes executores (EEx), órgãos responsáveis pela execução das ações previstas nesta Resolução, destinadas à consecução plena dos objetivos do Programa;

IV - a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), órgão de caráter consultivo, responsável por assessorar a formulação e a implementação das políticas nacionais e por acompanhar as ações do Programa Brasil Alfabetizado, na forma estabelecida no Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007, e conforme as suas atribuições regimentais.

Art. 5º São responsabilidades dos agentes do Programa Brasil Alfabetizado:

I - à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC) cabe:

a) analisar o Plano Plurianual de Alfabetização (PPAlfa) encaminhado pelo EEx por meio do Sistema Brasil Alfabetizado (SBA), disponível pela internet, no endereço http://brasilalfabetizado.fnde.gov.br, aprovando-o ou sugerindo alterações, assim como pronunciar-se sobre revisão do mesmo;

b) coordenar, acompanhar e avaliar a implementação das ações do Programa pelos EEx, por intermédio do SBA e de outros instrumentos que considerar apropriados para o acompanhamento e a avaliação da consecução do Programa;

c) prestar apoio técnico-pedagógico aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para a execução das ações do Programa, bem como orientá-los na operação correta do SBA e do Sistema de Gestão de Bolsas (SGB);

d) calcular o montante de recursos financeiros a ser repassado a cada EEx, de acordo com a fórmula descrita no Art. 21 desta Resolução, e adotar as providências necessárias para sua transferência, informando ao FNDE/MEC, por intermédio do SBA, os destinatários e os respectivos valores;

e) divulgar a relação dos entes executores habilitados a receber recursos para execução das ações previstas nesta Resolução bem como os valores a serem transferidos, mediante a publicação de portaria no Diário Oficial da União e divulgação na internet, no sítio eletrônico www.mec.gov.br/secad;

f) nomear, por meio de portaria, o gestor responsável por efetivar a certificação digital das autorizações para pagamento mensal das bolsas aos voluntários que a elas têm direito e encaminhá-las ao FNDE/MEC por intermédio do SGB;

g) encaminhar ao FNDE/MEC, por meio do SGB, os cadastros dos bolsistas, contendo os seguintes dados: nome da mãe, número da Carteira de Identidade (RG), número do registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), data de nascimento, endereço residencial ou profissional, com indicação do bairro, cidade e UF, número do Código de Endereçamento Postal (CEP), nome e número da agência do Banco do Brasil S/A escolhida dentre aquelas cadastradas nos sistemas informatizados usados no Programa;

h) gerar no SGB os lotes de bolsistas vinculados ao Programa para que os EEx solicitem mensalmente o pagamento das bolsas para os voluntários que a elas tenham direito;

i) monitorar e homologar as solicitações de pagamentos validadas pelos EEx e encaminhar mensalmente ao FNDE/MEC, por meio do SGB, os lotes dos bolsistas aptos a receber pagamentos, devidamente autorizados por certificação digital;

j) solicitar a interrupção ou o cancelamento do pagamento de bolsa a beneficiário, quando for o caso;

k) encaminhar ao FNDE eventuais solicitações de alteração cadastral de bolsista, por meio de sistema informatizado ou de ofício;

l) informar tempestivamente ao FNDE/MEC sobre quaisquer anormalidades que possam vir a ocorrer no decorrer do cumprimento desta Resolução;

m) interromper o envio ao SGB de pagamento a bolsista(s) vinculado(s) a turmas de um Ente Executor, sempre que ocorrerem situações que justifiquem a medida;

n) encaminhar ao FNDE/MEC relatórios das atividades de acompanhamento e avaliação realizadas pela SECADI/MEC, bem como relatórios finais sobre a execução, informados pelos EEx no SBA;

o) fornecer ao FNDE/MEC relatório sobre a execução física do Programa, contendo parecer conclusivo acerca da aprovação dessa execução pelos diferentes EEx, de forma a subsidiar a análise da prestação de contas apresentada;

II - ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) cabe:

a) elaborar, em comum acordo com a SECADI/MEC, os atos normativos do Programa, divulgá-los aos EEx e prestar assistência técnica quanto à correta utilização dos recursos financeiros;

b) providenciar a abertura de conta corrente específica e efetivar a transferência dos recursos financeiros destinados ao custeio das ações do Programa pelo EEx, nos valores fixados na portaria de que trata a alínea "e" do inciso I deste artigo;

c) providenciar a abertura das contas-benefício dos bolsistas e efetuar o pagamento das bolsas, observado o disposto nas alíneas "g", "h", "j" e "k" do inciso I deste artigo;

d) monitorar a efetivação dos créditos nas contas-benefício, atuando junto ao Banco do Brasil S/A para garantir o fluxo normal desses pagamentos;

e) prestar informações à SECADI/MEC sempre que solicitado;

f) fornecer informações sobre a transferência de recursos aos EEx no endereço www.fnde.gov.br;

g) implementar e coordenar um sistema de fiscalização e auditoria para atuação amostral e pronta resposta a denúncias circunstanciadas;

h) fiscalizar a execução dos recursos transferidos à conta do Programa;

i) receber e analisar a prestação de contas dos recursos transferidos aos EEx;

j) divulgar em seu sítio eletrônico www.fnde.gov.br a posição do julgamento de suas contas anuais pelo Tribunal de Contas da União (TCU);

III - ao ente executor (EEx) cabe:

a) indicar gestor local, obrigatoriamente servidor público, para coordenar o PBA em sua esfera de atuação;

b) garantir ao gestor local uma equipe de apoio necessária ao acompanhamento da execução do Programa;

c) preencher o Termo de Adesão ao Programa, que está disponível no SBA, na internet, no endereço http://brasilalfabetizado.fnde.gov.br, bem como elaborar e proceder às correções solicitadas no Plano Plurianual de Alfabetização (PPAlfa) e enviá-los à SECADI/MEC nos prazos determinados no Art. 6º e no § 2º do Art. 7º desta Resolução;

d) localizar, identificar, mobilizar e cadastrar jovens, adultos e idosos não alfabetizados, para ingresso em turmas de alfabetização do PBA;

e) realizar seleção de alfabetizadores, coordenadores de turmas e tradutores-intérpretes de Libras, de acordo com as orientações dos parágrafos 1º ao 6º do Art. 12 desta Resolução;

f) estabelecer regras e critérios para o plano de formação inicial e continuada no âmbito do PBA, segundo as orientações do Manual Operacional do Programa Brasil Alfabetizado, Anexo IV desta Resolução;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

g) implementar seu plano de formação inicial e formação continuada diretamente ou em parceria com uma instituição formadora, de acordo com as orientações dos parágrafos 3º a 10 do Art. 7º desta Resolução;

h) garantir que os alfabetizadores, coordenadores de turmas e os tradutores-intérpretes de Libras participem das formações inicial e continuada, nas condições indicadas nos parágrafos 6º a 10 do Art. 7º desta Resolução;

i) monitorar os pagamentos, de modo a não permitir que um mesmo beneficiário acumule, concomitantemente, a bolsa de alfabetizador e a de coordenador de turmas, ou a de tradutor-intérprete de Libras;

j) monitorar a liberação de lotes para pagamento dos bolsistas, de modo que, identificando alguma pendência no pagamento de algum beneficiário, proceda brevemente aos encaminhamentos necessários à solicitação de regularização junto à SECADI/MEC;

k) prover as condições técnico-administrativas necessárias para que se proceda às avaliações do processo de ensino-aprendizagem;

l) orientar os alfabetizadores para que informem os egressos do PBA sobre cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) disponíveis na localidade, que os mobilizem e encaminhem aqueles que pretendem continuar seus estudos para tais cursos, em articulação com a Equipe Coordenadora de EJA nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, conforme o Art. 16 desta Resolução;

m) manter mensalmente atualizadas, no SBA, todas as informações cadastrais da entidade, do gestor local, das turmas, dos coordenadores de turmas, dos alfabetizadores, dos tradutores-intérpretes de Libras, bem como dos alfabetizandos, inclusive informando sobre novos cadastramentos e as desistências;

n) monitorar a frequência dos alfabetizadores e dos coordenadores de turma;

o) registrar a freqüência dos alfabetizandos utilizando obrigatoriamente a "Ficha de frequência mensal de alfabetizandos" (Anexo VI desta Resolução), que deverá ser obtida no SBA e impressa em quantidade suficiente para todas as turmas ativas;

p) atestar, mensalmente, os relatórios de frequência dos bolsistas, até o dia 15 do mês subsequente ao funcionamento das turmas, mantendo-os arquivados até cinco anos após a aprovação das contas da gestão do Programa pelo TCU;

q) autorizar o pagamento dos bolsistas, por meio do SGB, após verificação do cumprimento das atribuições da função que exercem, dentro do prazo de vigência do lote de pagamento correspondente;

r) manter permanentemente disponíveis e atualizados os dados e as informações necessários ao processo de acompanhamento e avaliação do PBA;

s) mobilizar esforços junto às secretarias de Saúde e Ministério da Saúde para garantir atendimento oftalmológico aos alfabetizandos;

t) mobilizar esforços para garantir a obtenção de registro civil, do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e da documentação básica a todos os alfabetizandos que ainda não tiverem;

u) receber e aplicar os recursos financeiros transferidos pelo FNDE/MEC à conta do Programa de acordo com o estabelecido no § 1º do Art. 21 desta Resolução;

v) manter o acompanhamento das transferências de recursos efetuadas pelo FNDE no âmbito do PBA para a conta corrente específica do Programa, de forma a garantir a aplicação tempestiva dos recursos creditados a seu favor;

w) prestar contas ao FNDE/MEC dos recursos recebidos, nos prazos estipulados e nos moldes definidos no capítulo IV desta Resolução, "Da prestação de contas pelo EEx";

x) fazer constar em todos os documentos produzidos para implementação do Programa e nos materiais de divulgação, a seguinte informação: Programa Brasil Alfabetizado - Ministério da Educação/FNDE;

y) permitir, sempre que necessário, o acesso dos técnicos da SECADI/MEC, do FNDE/MEC, dos órgãos de controle interno do Poder Executivo Federal, do TCU, do Ministério Público ou de órgão ou entidade com atribuição ou delegação para esse fim às instalações onde funcionam as turmas do PBA, bem como aos documentos relativos às ações e à execução física e financeira do Programa, prestando todo e qualquer esclarecimento solicitado;

z) informar, ao término do Programa, a situação final de todos os alfabetizandos por meio do SBA.

IV - à Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA) cabe:

a) assessorar a SECADI/MEC na formulação do PBA, na forma estabelecida no Decreto nº 6.093/2007, e conforme as suas atribuições regimentais;

b) assessorar a SECADI/MEC na análise dos planos estaduais apresentados pelos EEx para tornar efetivas as ações previstas na Agenda de desenvolvimento integrado de alfabetização e educação de jovens e adultos;

c) assessorar a SECADI/MEC na formulação das diretrizes para as Comissões Estaduais de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos e no acompanhamento do funcionamento dessas comissões;

d) acompanhar a implementação do Programa, nos termos da Lei nº 10.880 2004, e conforme suas atribuições regimentais.

Parágrafo único. A Comissão Estadual de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos das unidades da federação, quando constituída, atuará em colaboração com o EEx e com a SECADI/MEC no planejamento e no controle social do Programa.

I - DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Art. 6º Os estados, o Distrito Federal e os municípios interessados em participar do Programa Brasil Alfabetizado deverão preencher e encaminhar eletronicamente o Termo de Adesão, que se encontra no SBA, disponível na internet, no endereço http://brasilalfabetizado.fnde.gov.br, em até sessenta dias a contar da data da publicação desta Resolução, observando as seguintes condições:

I - manifestação do interesse em participar do Programa e concordância com os termos desta Resolução;

II - autorização para o FNDE/MEC, conforme o caso, estornar ou bloquear valores creditados na conta corrente do EEx, mediante solicitação direta ao agente financeiro depositário dos recursos, ou proceder a desconto nas parcelas subseqüentes, nas seguintes situações:

a) ocorrência de depósitos indevidos;

b) determinação do Poder Judiciário ou requisição do Ministério Público;

c) constatação de irregularidades na execução do Programa; e

d) constatação de incorreções nas informações cadastrais do bolsista.

III - obrigação do EEx de, inexistindo saldo suficiente na conta corrente e não havendo repasses futuros a serem efetuados, restituir ao FNDE/MEC os valores creditados indevidamente ou objeto de irregularidade constatada, no prazo de quinze dias úteis, a contar do recebimento da notificação, na forma prevista no § 13 do art. 24;

§ 1º O preenchimento do Termo de Adesão referente ao exercício de 2011 é obrigatório para todos os parceiros do PBA, independentemente de já haverem firmado sua adesão em anos anteriores.

§ 2º O preenchimento deve ser feito no formulário eletrônico disponível no SBA, no endereço eletrônico http://brasilalfabetizado.fnde.gov.br.

Art 7º Além do Termo de Adesão, os EEx deverão elaborar ou revisar seu Plano Plurianual de Alfabetização (PPAlfa), por meio de formulário eletrônico próprio, disponível no endereço eletrônico http://brasilalfabetizado.fnde.gov.br. O Plano Plurianual de Alfabetização deverá seguir as orientações do Manual Operacional do PBA, Anexo IV desta Resolução.

§ 1º A apresentação do PPAlfa (por meio do formulário eletrônico do SBA) é obrigatória para todos os EEx e nele devem estar indicadas as ações pedagógicas, de gestão e supervisão, o plano de formação inicial e continuada, bem como a meta a ser alcançada, a abrangência, o período de execução do Programa.

§ 2º O PPAlfa deve ser preenchido dentro do prazo indicado no caput do Art. 6º desta Resolução.

§ 3º O plano de formação inicial e continuada dos alfabetizadores e dos coordenadores de turmas é parte integrante do PPAlfa.

§ 4º O plano de formação inicial e continuada poderá ser implementado pelo EEx diretamente ou em parceria com uma instituição formadora.

§ 5º Serão aceitas como formadoras as instituições de ensino superior (IES), as instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica, as instituições comunitárias de ensino superior sem fins lucrativos, bem como instituições ou organizações de ensino sem fins lucrativos que comprovem, no mínimo, dois anos de experiência em atividades educacionais e, no mínimo, um ano de experiência em alfabetização de jovens e adultos.

§ 6º A formação inicial dos alfabetizadores e dos coordenadores de turmas deverá ter carga horária mínima quarenta horas presenciais.

§ 7º A formação continuada dos alfabetizadores será de responsabilidade do gestor local, em conjunto com os coordenadores de turmas, e deverá ter carga horária mínima de quatro horas-aula quinzenais ou duas horas-aula semanais.

§ 8º A formação continuada dos coordenadores de turmas será de responsabilidade do EEx e do gestor local, e deverá ter carga horária mínima de quatro horas-aula quinzenais ou duas horas-aula semanais.

§ 9º Quando a formação inicial for realizada em parceria com uma instituição formadora, esta instituição deverá, obrigatoriamente, ministrar a formação continuada para os coordenadores de turmas.

§ 10 É recomendável que os tradutores-intérpretes de Libras participem do processo de formação para que adquiram familiaridade com os temas relativos à alfabetização de jovens e adultos.

§ 11 Para a aprovação da adesão ao PBA 2011 é condição indispensável o preenchimento no SBA do relatório de situação final dos alfabetizandos das turmas finalizadas dos ciclos 2008, 2009 e 2010 aos quais o EEx tenha aderido.

§ 12 A SECADI/MEC avaliará o PPAlfa, via SBA, e poderá aprová-lo, colocá-lo em diligência para que o EEx o revise ou cancelá-lo por decurso de prazo.

§ 13 A SECADI/MEC poderá não aprovar a adesão de um EEx em situações que justifiquem esta medida, por meio do cancelamento do PPALFA apresentado.

§ 14 O Termo de Adesão e o PPAlfa, após aprovados pela SECADI/MEC, deverão ser impressos pelo EEx e, com reconhecimento de firma das assinaturas do responsável administrativo pela execução do Programa e do gestor local, encaminhados por meio postal para o endereço:

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

Programa Brasil Alfabetizado 2011

Esplanada dos Ministérios - Bloco L - Edifício Sede - sala 218, Brasília - DF

CEP 70.047-900

§ 15 Uma via do Termo de Adesão e do PPAlfa, devidamente assinadas, deverão ser mantidas em poder do EEx, ficando à disposição da SECADI/MEC, do FNDE/MEC, dos órgãos de controle interno e externo e do Ministério Público, por cinco anos, contados da data de aprovação da prestação de contas do FNDE/MEC pelo TCU.

§16 Qualquer excepcionalidade em relação ao Art 7º deverá ser justificada pelo EEx e ser apreciada pela SECADI/MEC.

Art. 9º Os cursos de alfabetização poderão ter duração e carga horária variável, dentro dos seguintes parâmetros:

I - seis meses de duração com, no mínimo, duzentas e quarenta horas-aula;

II - sete meses de duração com, no mínimo, duzentas e oitenta horas-aula; ou

III - oito meses de duração com, no mínimo, trezentas e vinte horas-aula.

Art. 10. O número de alfabetizandos em cada turma de alfabetização deverá obedecer aos seguintes parâmetros:

I - nas áreas rurais, mínimo de sete e máximo de vinte e cinco alfabetizandos por turma;

II - nas áreas urbanas, mínimo de catorze e máximo de vinte e cinco alfabetizandos por turma.

§ 1º As turmas de alfabetização em que houver pelo menos um alfabetizando que seja público-alvo da educação especial (pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação) respeitarão o número total de alfabetizandos por turma definido no caput deste artigo, recomendando-se a oferta do atendimento educacional especializado complementar, quando esta demandar metodologias, linguagens e códigos específicos.

§ 2º Admitir-se-á que o alfabetizador vinculado a um único EEx desenvolva atividades de alfabetização em duas turmas ativas, desde que o horário de funcionamento dessas turmas não seja concomitante, e que uma das turmas tenha, no mínimo vinte alfabetizandos.

§ 3º Só deverá ser aberta nova turma em local em que já existam turmas no mesmo horário, quando as turmas já existentes não comportarem todos os alunos da nova turma.

§ 4º As turmas de alfabetização que funcionam em unidades prisionais ou de medidas sócio-educativas deverão respeitar o número total de alfabetizandos por turma definido pela instituição.

Art. 11. Todas as turmas deverão ser supervisionadas por coordenadores de turmas, respeitados os seguintes parâmetros:

I - em áreas urbanas:

a) os coordenadores de turmas deverão acompanhar de sete a quinze turmas de alfabetização ativas para fazer jus ao recebimento de bolsa paga pelo FNDE/MEC;

b) os coordenadores de turmas que acompanharem de uma a seis turmas de alfabetização ativas deverão ter suas bolsas financiadas diretamente pelo EEx, com recursos próprios;

II - em áreas rurais:

a) os coordenadores de turmas que acompanharem de cinco a quinze turmas de alfabetização ativas terão suas bolsas pagas pelo FNDE/MEC;

b) os coordenadores de turmas que acompanharem de uma a quatro turma (s) de alfabetização ativas terão suas bolsas financiadas diretamente pelo EEx, com recursos próprios.

Parágrafo único. Não será permitido acúmulo de bolsas pelos coordenadores de turmas.

Art. 12. A seleção dos alfabetizadores, coordenadores de turmas e tradutores-intérpretes pelos EEx deverá ser, preferencialmente, precedida de chamada pública.

§ 1º A seleção dos alfabetizadores deverá considerar os seguintes critérios:

I - o candidato deve, preferencialmente, ser professor das redes públicas de ensino;

II - deve ter, no mínimo, formação de nível médio completo; e

III - ter experiência anterior em educação, preferencialmente, em educação de jovens e adultos.

§ 2º A seleção dos coordenadores de turmas deverá considerar os seguintes critérios:

I - o candidato deve ter formação em nível superior em Educação, já concluído ou em curso;

II - deve ter experiência anterior em educação, preferencialmente, em educação de jovens e adultos;

III - deve ser capaz de manter controle sobre o trabalho em desenvolvimento nas turmas e de desempenhar todas as atividades descritas para os coordenadores de turmas no Manual Operacional do Programa Brasil Alfabetizado (Anexo IV desta Resolução);

IV - deve ter condição de acessar o SBA para prestar as informações solicitadas referentes às turmas sob sua supervisão e aos respectivos alfabetizandos.

§ 3º A seleção dos tradutores-intérpretes de Libras deverá considerar os seguintes critérios:

I - o candidato deve ter, no mínimo, formação de nível médio;

II - deve ter certificado obtido por meio do Programa Nacional de Proficiência em Libras (Prolibras).

§ 4º Não é permitido que o gestor local acumule a função de coordenador de turmas, exceto nos casos em que o EEx tenha no máximo seis turmas ativas no ciclo.

§ 5º Não é permitido que secretário de Educação seja cadastrado como bolsista do Programa em qualquer função, seja como alfabetizador, coordenador de turma ou tradutor-intérprete de Libras.

§ 6º A seleção de alfabetizadores, coordenadores de turmas e tradutores-intérpretes de Libras que não considere todos os requisitos estabelecidos neste artigo deverá ser seguida de justificativa do gestor local que, quando não aceita pela SECAD, ensejará o não pagamento do benefício ou solicitação de devolução de valores já pagos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 13. O EEx fará o cadastramento eletrônico das turmas, dos alfabetizandos, dos alfabetizadores, dos tradutores-intérpretes de Libras e dos coordenadores de turmas no SBA, no endereço http://brasilalfabetizado.fnde.gov.br/.

§ 1º O preenchimento dos cadastros só poderá ser iniciado após a aprovação do PPAlfa pela SECADI/MEC.

§ 2º A ativação da turma no SBA só deverá ser realizada quando as aulas naquela turma forem iniciadas efetivamente.

§ 3º Serão consideradas turmas em execução apenas aquelas que forem indicadas como ATIVAS no SBA, conforme o disposto no parágrafo anterior.

Art. 14. O EEx não poderá iniciar aulas nem ativar turmas do PBA 2011 depois do dia 31 de março de 2012.

Parágrafo único. A data limite para início das aulas do PBA 2011, estabelecida no caput deste artigo, é a mesma para que o EEx faça a ativação das turmas no SBA. As turmas que estiverem inativas no sistema após essa data não serão computadas na execução do PBA 2011.

Art. 15. É obrigatório que o EEx aplique testes cognitivos de leitura/escrita e matemática aos alfabetizandos, utilizando obrigatoriamente a matriz de referência e os testes oferecidos pela SECADI/MEC, para aferir desempenho cognitivo dos jovens, adultos e idosos em dois momentos:

a) teste de entrada, a ser aplicado até o décimo quinto dia após o início das aulas; e

b) teste de saída, a ser aplicado nos últimos dez dias de aula.

Parágrafo único. É responsabilidade do gestor local e dos coordenadores de turmas lançar no SBA o resultado dos testes cognitivos aplicados nas turmas sob sua supervisão.

Art. 16. O EEx deverá orientar os alfabetizadores e coordenadores de turmas a informarem e mobilizarem os alfabetizandos para a continuidade da escolarização, bem como a encaminharem os egressos aos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) ofertados em seu sistema de ensino público, providenciando as condições necessárias para as matrículas.

Parágrafo único. O EEx que ainda não oferece cursos de EJA em seu sistema deve indicar em seu PPAlfa quais as alternativas públicas de continuidade da escolarização disponíveis, providenciando as condições necessárias para a matrícula dos egressos do PBA nesses cursos.

II - DO PAGAMENTO DAS BOLSAS

Art. 17. As bolsas concedidas no âmbito do PBA serão destinadas a voluntários que assumam atribuições de alfabetizador, tradutor-intérprete de Libras e coordenador de turmas, conforme os parágrafos 1º, 3º, 4º e 5º do Art. 11 da Lei nº 10.880/2004 e do Decreto nº 6.093/2007.

Art. 18. A título de bolsa, o FNDE/MEC pagará aos voluntários cadastrados no Programa e vinculados a turmas ativas os seguintes valores mensais (até o limite de meses de duração da turma definido no PPAlfa):

I - Bolsa classe I: R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais para o alfabetizador de uma turma ativa;

II - Bolsa classe II: R$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais) mensais para o alfabetizador de uma turma ativa de população carcerária ou jovens em cumprimento de medidas sócio-educativas;

III - Bolsa classe III: R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais para o tradutor-intérprete de Libras que auxilia o alfabetizador em turma ativa que inclui jovens, adultos e idosos surdos;

IV - Bolsa classe IV: R$ 500,00 (quinhentos reais) mensais para os coordenadores de turmas de alfabetização ativas, conforme normas do Art. 11 desta Resolução;

V - Bolsa classe V: R$ 500,00 (quinhentos reais) mensais para o alfabetizador e tradutor-intérprete de Libras com duas turmas de alfabetização ativas.

§ 1º Para que o FNDE proceda ao pagamento ao bolsista é indispensável que:

I - o EEx autorize o seu pagamento após se certificar que o bolsista tenha assinado Termo de Compromisso com o Programa (Anexo II desta Resolução) que conterá, dentre outros:

a) autorização para o FNDE/MEC, conforme o caso, bloquear valores creditados na conta-benefício, mediante solicitação direta ao agente financeiro depositário dos recursos, ou proceder ao desconto nos pagamentos subsequentes, nas seguintes situações:

1) ocorrência de depósitos indevidos;

2) determinação do Poder Judiciário ou requisição do Ministério Público;

3) constatação de irregularidades na comprovação da frequência do bolsista; e

4) constatação de incorreções nas informações cadastrais do bolsista.

b) obrigação do bolsista de, inexistindo saldo suficiente na conta-benefício e não havendo pagamentos a serem efetuados, restituir ao FNDE/MEC, no prazo de quinze dias, a contar da data do recebimento da notificação, os valores creditados indevidamente ou objeto de irregularidade constatada, na forma prevista no § 13 do art. 24.

II - o bolsista tenha sido vinculado pelo EEx a pelo menos uma turma ativa e seus dados pessoais estejam cadastrados de modo correto e completo no SBA;

III - o bolsista tenha participado da formação inicial para alfabetização de jovens e adultos e participe da formação continuada;

IV - o pagamento de sua bolsa tenha sido autorizado pelo EEx e tenha sido solicitado à SECADI/MEC por meio de lote previamente aberto no SGB;

V - tenha a homologação de seu pagamento enviada pela SECADI/MEC ao FNDE, por meio do SGB, devidamente atestada por certificação digital.

§ 2º O bolsista só receberá pagamento de bolsa a partir do momento em que o EEx vinculá-lo a turma ativa no SBA, de acordo com os parágrafos 2º e 3º do Art. 13 desta Resolução.

§ 3º O EEx deverá informar imediatamente, no SBA, toda e qualquer modificação no número de alfabetizandos, substituição de alfabetizador, local de funcionamento das turmas, entre outras, para que a geração dos lotes de bolsas futuros seja adequada à nova condição, sob pena de devolução de parcelas que o bolsista vinculado à turma tenha recebido em situação inadequada e da responsabilização do coordenador de turma e do gestor local pelas impropriedades.

§ 4º O pagamento da última bolsa do coordenador de turmas só deverá ser autorizado pelo EEx depois que esse bolsista lançar, no SBA, a situação final dos alfabetizandos das turmas sob sua supervisão.

Art. 19. A bolsa será paga diretamente ao beneficiário, mediante depósito em conta-benefício aberta pelo FNDE/MEC no Banco do Brasil S/A, em agência indicada pelo bolsista entre aquelas relacionadas no sistema informatizado disponível para cadastramento.

§ 1º O FNDE providenciará a abertura de conta-benefício para o bolsista quando este tiver sua primeira parcela de bolsa aprovada pelo gestor local e quando este pagamento for devidamente autorizado, por certificação digital, pela SECADI/MEC.

§ 2º A conta-benefício a que se refere o caput deste artigo ficará bloqueada até que o bolsista compareça à agência bancária e proceda à entrega e à chancela dos documentos necessários à movimentação dos créditos, bem como, de acordo com as normas bancárias vigentes, efetue o cadastramento de sua senha pessoal e faça a retirada do cartão magnético destinado ao saque dos valores depositados a título de bolsa.

§ 3º A conta-benefício depositária dos valores das bolsas é isenta do pagamento de tarifas bancárias sobre sua manutenção e movimentação, conforme previsto no Acordo de Cooperação Mútua firmado entre o FNDE/MEC e o Banco do Brasil.

§ 4º A isenção de tarifas a que se refere o parágrafo anterior abrange o fornecimento de um único cartão magnético, a realização de saques e a consulta a saldos e extratos da conta-benefício.

§ 5º Os saques e as consultas a saldos e extratos deverão ocorrer exclusivamente por meio de cartão magnético, nos terminais de auto-atendimento do Banco do Brasil S/A ou de seus correspondentes bancários, mediante a utilização de senha pessoal e intransferível.

§ 6º O Banco não fornecerá talonário de cheques ao bolsista, podendo, ainda, restringir o número de saques e de consultas a saldos e extratos.

§ 7º Excepcionalmente, quando os múltiplos de valores estabelecidos para retiradas nos terminais de auto-atendimento forem incompatíveis com o valor do saque a ser efetuado pelo bolsista, o Banco acatará saques e consultas nos caixas convencionais mantidos nas agências bancárias de seu relacionamento.

§ 8º O bolsista que efetuar movimentação de sua conta-benefício em desacordo com o estabelecido nesta Resolução ou, ainda, solicitar a emissão de segunda via do cartão magnético ficará sujeito ao pagamento das correspondentes tarifas bancárias.

§ 9º Os créditos não sacados pelo bolsista no prazo de dois anos da data do respectivo depósito serão revertidos pelo banco em favor do FNDE/MEC, que não se obrigará a novo pagamento sem que haja solicitação formal do beneficiário, acompanhada da competente justificativa e da devida autorização do gestor local e do gestor nacional do Programa.

§ 10 Ao FNDE, observadas as condições estabelecidas na alínea "a" do inciso I do § 1º do Art. 18 desta Resolução, é facultado bloquear valores creditados na conta-benefício do bolsista, mediante solicitação direta ao agente financeiro depositário dos recursos, ou proceder aos devidos descontos nos pagamentos futuros.

§ 11 Não havendo previsão de pagamento subsequente, o bolsista ficará obrigado a restituir os recursos ao FNDE no prazo de quinze dias a contar da data do recebimento da notificação, na forma prevista no § 13 do Art. 24.

§ 12. Sendo identificadas incorreções nos dados cadastrais da conta-benefício é facultado ao FNDE adotar providências junto ao agente financeiro visando à regularização da situação, independentemente de autorização do bolsista.

§ 13. O pagamento da bolsa será suspenso quando:

I - houver o cancelamento da participação do bolsista no Programa ou sua substituição;

II - forem verificadas irregularidades no exercício das atribuições do bolsista;

III - forem constatadas incorreções nas informações cadastrais do bolsista;

IV - for constatada freqüência inferior à estabelecida pelo Programa ou acúmulo indevido de benefícios.

III - DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS AO EEX

Art. 20. Os recursos para financiamento das ações do Programa serão transferidos de forma automática ao EEx, sem a necessidade de firmar convênio ou outro instrumento similar.

Art. 21. O montante de recursos a serem transferidos para financiar as ações de apoio à alfabetização de jovens e adultos será calculado com base no número de alfabetizandos e alfabetizadores previstos pelo EEx no PPAlfa, a partir da seguinte fórmula:

VA = {[(Ar/10) x 250 x m] + [(Au/20) x 250 x m]} x 0,50

em que :

VA: valor de apoio

Ar: número de alfabetizandos da zona rural

Au: número de alfabetizandos da zona urbana

10: número médio referencial de alfabetizandos nas salas de aula rurais

20: número médio referencial de alfabetizandos nas salas de aula urbanas

250: valor, em R$, da bolsa de referência.

m: número de meses do Programa por parceiro

§ 1º O valor de apoio, conforme Art. 9º do Decreto nº 6.093/2007, poderá ser destinado ao custeio das seguintes ações:

I - formação inicial e continuada de alfabetizadores, tradutores-intérpretes de Libras e coordenadores de turmas, incluindo-se capacitação para a aplicação do teste de acuidade visual do Programa Olhar Brasil;

II - aquisição de material escolar;

III - aquisição de gêneros alimentícios destinados exclusivamente ao atendimento das necessidades da alimentação escolar dos alfabetizandos;

IV - transporte para os alfabetizandos;

V - aquisição de material pedagógico, didático ou literário, para uso nas turmas; e

VI - reprodução dos testes cognitivos a serem aplicados aos alfabetizandos.

§ 2º O PPAlfa do EEx deve indicar claramente em quais das ações elencadas no parágrafo anterior o valor de apoio (VA) será utilizado.

§ 3º O valor do apoio somente poderá ser utilizado para aquisição ou reprodução de material didático no caso de o EEx não ter aderido ao Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA).

§ 4º O valor de apoio aos EEx que aderiram ao PBA em ano(s) anterior(es) sofrerá eventuais compensações em virtude das diferenças observadas na análise do cadastramento final dos alfabetizandos, registrado no Sistema Brasil Alfabetizado, conforme § 11 do Art. 7º.

§ 5º O EEx poderá alterar os percentuais definidos no PPAlfa para o pagamento das ações descritas no § 1º, desde que preste os esclarecimentos devidos para a modificação na prestação de contas dos recursos, a ser apresentada na forma do capítulo IV desta Resolução: "Da prestação de contas pelo EEx".

Art. 22. Na utilização dos recursos do PBA, o EEx deverá observar os procedimentos previstos nas Leis nºs 8.666/1993 e 10.520/2002, em legislações correlatas na esfera estadual, distrital ou municipal e no Decreto nº 5.450/2005.

§ 1º É vedada a destinação dos recursos provenientes das transferências automáticas à conta do Programa para o pagamento de tarifas bancárias e de tributos, quando não incidentes sobre os materiais e serviços contratados para a consecução dos objetivos do PBA.

§ 2º O EEx deverá manter em seu poder, devidamente identificados, os comprovantes das despesas efetuadas à conta do Programa pelo prazo de cinco anos contados da data de aprovação da prestação de contas anual do FNDE/MEC pelo TCU, referente ao exercício do repasse de recursos, e, quando necessário, disponibilizá-los ao FNDE/MEC, a SECADI/MEC, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público.

Art. 23. Os recursos de que trata o Art. 21 serão transferidos aos EEx em duas parcelas:

I - a primeira parcela será transferida até trinta dias após a aprovação do PPAlfa pela SECADI/MEC, condicionada ao atendimento do § 11 do Art. 7° desta Resolução, e corresponderá a 70% do valor total devido ao EEx, calculada com base na meta assumida no PPAlfa;

II - a segunda parcela, correspondente a 30% do valor total será transferida até 30 dias após o início das aulas da última turma formada pelo EEx e ativada no SBA, observada a data limite estabelecida no Art.14.

§ 1º O pagamento da primeira parcela está condicionado ao recebimento pela SECAD da documentação de adesão, conforme previsto no § 12 do Art. 7º

§ 2º O valor da segunda parcela poderá sofrer reajuste com base no número final de alfabetizandos cadastrados em turmas ativas.

§ 3º Só haverá transferência de recursos, seja da primeira, seja da segunda parcela, se o EEx estiver em dia com a prestação de contas das edições do Programa anteriores a 2010 junto ao FNDE.

§ 4º Não haverá transferência de recursos para o EEx que estiver inadimplente com a apresentação da prestação de contas ao FNDE referidas no parágrafo anterior e que não tenha resolvido as pendências que causaram a situação de inadimplência até o dia 20 de dezembro do presente exercício, incluídas as obrigações descritas no § 2º do Art. 31 desta Resolução.

Art. 24. Os recursos financeiros de que trata o Art. 21 serão creditados, mantidos e geridos em contas correntes específicas, a serem abertas pelo FNDE em agência do Banco do Brasil S/A indicada pelo EEx.

§ 1º As contas correntes, abertas na forma estabelecida no caput deste artigo, ficarão bloqueadas para movimentação até que o representante do EEx compareça à agência onde a conta foi aberta e proceda à entrega e à chancela dos documentos necessários a sua movimentação, de acordo com as normas bancárias vigentes.

§ 2º Nos termos dos Acordos de Cooperação Mútua celebrados entre o FNDE e o Banco do Brasil S/A, os EEx são isentos do pagamento de tarifas bancárias pela manutenção e movimentação das contas correntes abertas para as ações do PBA, pelo recebimento mensal de um talonário de cheques, de até quatro extratos bancários do mês corrente e de um do mês anterior, bem como pelo recebimento de um cartão magnético com uso restrito para consultas a saldos e extratos.

§ 3º A identificação de incorreções na abertura das contas correntes de que trata este artigo faculta ao FNDE solicitar ao Banco seu encerramento, independentemente de autorização do EEx, bem como solicitar bloqueios, estornos e transferências bancárias indispensáveis à regularização, quando necessário.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 4º Enquanto não utilizados na sua finalidade, os recursos do PBA deverão obrigatoriamente ser aplicados em caderneta de poupança aberta especificamente para o Programa, quando a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, se a sua utilização ocorrer em prazo inferior a um mês.

§ 5º A aplicação financeira de que trata o parágrafo anterior deverá estar vinculada à mesma conta corrente na qual os recursos financeiros foram creditados pelo FNDE, inclusive quando se tratar de caderneta de poupança, cuja aplicação poderá ser feita mediante a vinculação do correspondente número de operação à conta já existente.

§ 6º Na impossibilidade da adoção do procedimento referido no parágrafo anterior para a aplicação dos recursos em caderneta de poupança, o EEx deverá providenciar a abertura de conta específica para esse fim na mesma agência do Banco do Brasil depositária dos recursos do PBA.

§ 7º A aplicação financeira na forma prevista no parágrafo anterior não desobriga o EEx de efetuar as movimentações financeiras do Programa exclusivamente por intermédio da conta corrente aberta pelo FNDE.

§ 8º Os saques de recursos da conta corrente específica do Programa somente serão permitidos para pagamento de despesas previstas nos parágrafos 1º e 3º do Art. 21 ou para aplicação financeira, devendo a movimentação realizar-se exclusivamente mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária, Transferência Eletrônica de Disponibilidade (TED) ou outra modalidade de saque autorizada pelo Banco Central do Brasil em que fique identificada a destinação e, no caso de pagamento, o credor.

§ 9º O produto das aplicações financeiras deverá ser obrigatoriamente computado a crédito da conta específica, ser aplicado exclusivamente no objeto das ações do Programa e ficar sujeito às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

§ 10. O FNDE/MEC divulgará a transferência dos recursos financeiros à conta do PBA na internet, no sítio eletrônico www.fnde.gov.br, e enviará correspondência para:

I - as Assembléias Legislativas, em se tratando de transferências feitas aos estados;

II - as Câmaras Municipais, em se tratando de transferências feitas aos municípios; e

III - a Câmara Legislativa do Distrito Federal, em se tratando de transferências feitas ao Distrito Federal.

§ 11. Ao FNDE, observadas as condições estabelecidas no inciso II do Art. 6º desta Resolução, é facultado estornar ou bloquear, conforme o caso, valores creditados na conta corrente do EEx, mediante solicitação direta ao agente financeiro depositário dos recursos, ou proceder aos descontos nos repasses futuros.

§ 12. Inexistindo saldo suficiente na conta corrente do EEx para efetivar o estorno ou o bloqueio de que trata o parágrafo anterior e não havendo previsão de repasses a ser efetuado, o beneficiário ficará obrigado a restituir os recursos ao FNDE, no prazo de quinze dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, na forma prevista no parágrafo seguinte.

§13. As devoluções de recursos financeiros referentes ao PBA, independentemente do fato gerador que lhes derem origem, devem ser efetuadas em agência do Banco do Brasil S/A, mediante utilização da Guia de Recolhimento da União (GRU), disponível no sítio eletrônico www.fnde.gov.br (na seção "Consultas online"), na qual deverão ser indicados, conforme o caso, a razão social e o CNPJ do EEx ou o nome e o CPF do bolsista e ainda:

I - se a devolução ocorrer no mesmo ano do pagamento das bolsas ou do repasse dos recursos aos EEx e estes não forem decorrentes de Restos a Pagar inscritos pelo FNDE/MEC, deverão ser utilizados os códigos 153173 no campo "Unidade Gestora", 15253 no campo "Gestão", 66666-1 no campo "Código de Recolhimento" e o código 212198022 no campo "Número de Referência", se o recolhimento for realizado pelo o EEx, ou o código 212198021, se o recolhimento for efetuado pelo bolsista;

II - se a devolução for decorrente de Restos a Pagar inscritos pelo FNDE/MEC ou de repasse aos EEx e de pagamentos de bolsas ocorridos em anos anteriores ao da emissão da GRU, deverão ser utilizados os códigos 153173 no campo "Unidade Gestora", 15253 no campo "Gestão", 28850-0 no campo "Código de Recolhimento" e o código 212198022 no campo "Número de Referência", se o recolhimento for realizado pelo EEx, ou o código 212198021, se o recolhimento for efetuado pelo bolsista;

III - no caso de devolução de recursos financeiros pagos a título de bolsa, o campo "Competência" deve ser preenchido com o mês e ano de referência da parcela devolvida.

§ 14. Para fins do disposto nos incisos I e II do parágrafo anterior considera-se ano de repasse ou de pagamento aquele em que foi emitida a respectiva ordem bancária pelo FNDE/MEC, informação disponível no sítio eletrônico www.fnde.gov.br.

§ 15. As devoluções de recursos financeiros transferidos à conta do Programa, mencionadas no § 13, deverão estar acrescidas de juros e atualização monetária com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro que vier a substituí-lo, divulgado até a data em que o recolhimento for realizado, na forma da lei.

§ 16. A quitação do débito ou, se for o caso, a suspensão da inadimplência junto ao FNDE só se dará quando o valor devolvido for considerado suficiente, isto é, estiver devidamente atualizado pelo último IPCA do mês em que foi recolhido.

§ 17. Caso a devolução não seja efetivada nos termos previstos no § 15, o EEx será registrado como inadimplente junto ao FNDE, sem necessidade de prévia notificação ao responsável.

§ 18. Os valores referentes às devoluções feitas pelo EEX deverão ser registrados no Demonstrativo da Execução da Receita e da Despesa e Pagamentos Efetuados, Anexo V desta Resolução, ao qual deverá ser anexada uma via da GRU, devidamente autenticada pelo agente financeiro, para apresentação ao FNDE/MEC.

§ 19. Eventuais despesas bancárias decorrentes das devoluções dos recursos financeiros ao FNDE/MEC correrão por conta do depositante, não podendo ser consideradas como resultantes da execução do Programa para fins de prestação de contas pelo EEx.

§ 20. O FNDE obterá junto ao banco, sempre que necessário e independentemente de autorização do EEX, os saldos e extratos das contas correntes, inclusive os de aplicações financeiras.

Art. 25. O eventual saldo dos recursos financeiros recebidos, entendido como tal a disponibilidade financeira existente na conta corrente do EEx ao final do exercício fiscal de 2011, deverá ser reprogramado para o período seguinte, com estrita observância ao objeto de sua transferência.

§ 1º A reprogramação do saldo dos recursos financeiros de um período para outro exigirá que o EEx reprograme suas metas anuais de alfabetização no PPAlfa, registrando-as no SBA.

§ 2º O saldo dos recursos de 2010 que tiver sido reprogramado para 2011, nos termos deste artigo, será considerado no cômputo das transferências a serem efetivadas neste exercício, compensando-se eventuais diferenças constatadas em relação às metas estabelecidas no PPAlfa do EEx.

Art. 26. As despesas com a execução das ações previstas nesta resolução correrão por conta de dotações orçamentárias consignadas anualmente ao FNDE, observando os valores autorizados nas ações específicas, limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual do governo federal.

Art. 27. A assistência financeira de que trata esta resolução fica limitada ao montante dos recursos financeiros consignado na Lei Orçamentária Anual para esse fim, acrescida das suplementações, quando autorizadas, e submetida aos dispositivos do Plano Plurianual 2008/2011 (PPA) do Governo Federal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 28. Os EEx não poderão considerar os recursos financeiros transferidos na forma prevista no Art. 21 no cômputo dos vinte e cinco por cento de impostos e transferências devidos à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), por força do disposto no Art. 212 da Constituição Federal.

Art. 29. Os recursos de que trata o artigo anterior deverão ser incluídos nos respectivos orçamentos dos EEx, nos termos estabelecidos no §1º do Art. 6º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

IV - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PELO EEx

Art. 30. A prestação de contas dos recursos financeiros transferidos será constituída:

I - do Demonstrativo da Execução da Receita e da Despesa e de Pagamentos Efetuados (Anexo V);

II - dos extratos bancários da conta corrente específica em que os recursos foram depositados e das aplicações financeiras realizadas;

III - da conciliação bancária, se for o caso.

§ 1º O EEx elaborará e remeterá ao FNDE/MEC, até 30 de novembro de 2012, a prestação de contas dos recursos recebidos à conta do PBA 2011.

§ 2º Caso a liberação dos recursos financeiros sofra atraso que comprometa o início das aulas das turmas de alfabetização, o prazo de que trata o parágrafo anterior poderá ser prorrogado, a critério da SECADI/MEC, mediante justificativa apresentada pelo EEx.

§ 3º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, a SECADI/MEC deverá comunicar formalmente ao FNDE/MEC a nova data limite para apresentação da prestação de contas pelo EEx.

§ 4º As despesas realizadas na execução do PBA serão comprovadas mediante documentos fiscais originais ou equivalentes, na forma da legislação regulamentar à qual o órgão responsável pela despesa estiver sujeito, devendo os recibos, faturas, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios ser emitidos em nome do EEx, identificados com o nome do FNDE/MEC e do Programa, e ser arquivados em sua sede, ainda que utilize serviços de contabilidade de terceiros, juntamente com os documentos de prestação de contas previstos nos incisos I a III deste artigo, pelo prazo de cinco anos contados da data de aprovação da prestação de contas anual do FNDE/MEC pelo TCU, referente ao exercício do repasse dos recursos, de modo que essa documentação fique disponível para o FNDE, os órgãos de controle interno e externo e o Ministério Público.

§ 5º O FNDE/MEC, ao receber a prestação de contas do EEx na forma prevista nos incisos I a III deste artigo adotará as seguintes providências:

I - abrirá processo com a documentação recebida e fará seu registro no Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC);

II - extrairá do SBA e anexará ao respectivo processo o relatório final de execução física do PBA, conforme estabelecido na alínea "n" do inciso I do Art. 5º.

§ 6º Não sendo apontadas pela SECADI/MEC irregularidades no relatório de que trata o inciso II do parágrafo anterior e não sendo detectadas pelo FNDE/MEC irregularidades na análise financeira, a prestação de contas do EEx será aprovada.

§ 7º Sendo detectadas irregularidades na execução física e financeira ou ausência de documentos exigidos, o FNDE/MEC notificará o EEx para, no prazo de até quarenta e cinco dias, providenciar a regularização da prestação de contas ou a devolução dos recursos recebidos.

§ 8º Sanadas as irregularidades a que se refere o parágrafo anterior, o FNDE/MEC, também neste caso, aprovará a prestação de contas do EEx.

§ 9º Esgotado o prazo estabelecido no § 7º deste artigo sem que o EEx regularize suas pendências, a prestação de contas não será aprovada pelo FNDE/MEC.

§ 10. Quando a prestação de contas não for apresentada pelo EEx até a data prevista no § 1º deste artigo, o FNDE/MEC estabelecerá o prazo de trinta dias para a sua apresentação, sem prejuízo da suspensão dos repasses de que trata o Art. 33 desta Resolução.

§ 11. Caso o EEx não apresente a prestação de contas no prazo estabelecido ou não regularize as pendências de que tratam os parágrafos anteriores, o FNDE/MEC instaurará Tomada de Contas Especial em desfavor do gestor responsável e co-responsável, quando for o caso, pela irregularidade cometida.

§ 12. O gestor responsável pela prestação de contas que permitir inserir ou fizer inserir documentos falsos, com a finalidade de alterar a verdade sobre os fatos, será responsabilizado civil, penal e administrativamente.

§ 13 Serão considerados válidos e suficientes, como documentação comprobatória de execução do PBA, para fins de homologação das prestações de contas das descentralizações realizadas diretamente pelos estados em exercícios anteriores, os demonstrativos bancários de transferência dos recursos aos municípios correspondentes.

Art. 31. O EEx que, por motivo de força maior ou caso fortuito, não apresentar ou não tiver aprovada a prestação de contas deverá apresentar as devidas justificativas ao FNDE/MEC.

§ 1º Considera-se caso fortuito, dentre outros, a falta ou a não aprovação, no todo ou em parte, da prestação de contas, por dolo ou culpa do gestor anterior.

§ 2º Na falta da apresentação ou da não aprovação, no todo ou em parte, da prestação de contas por culpa ou dolo do gestor do EEx sucedido, as justificativas a que se refere o caput deste artigo deverão ser obrigatoriamente apresentadas pelo gestor que estiver no exercício do cargo à época em que for levantada a omissão ou a irregularidade pelo FNDE, acompanhadas necessariamente de cópia autenticada de Representação protocolada junto ao respectivo órgão do Ministério Público, para a adoção das providências cíveis e criminais da sua alçada, bem como de solicitação para que o FNDE instaure processo de Tomada de Contas Especial contra o gestor sucedido.

§ 3º É de responsabilidade do gestor sucessor a instrução obrigatória da Representação, nos moldes legais exigidos, a ser protocolada no Ministério Público com, no mínimo, os seguintes elementos:

I - qualquer documento disponível referente à transferência dos recursos, inclusive extratos da conta corrente específica do Programa;

II - relatório das ações empreendidas com os recursos transferidos;

III - qualificação do ex-gestor, inclusive com o endereço atualizado, se houver; e

IV - documento que comprove a situação atualizada quanto à adimplência do EEx perante o FNDE, a ser obtido por meio do endereço eletrônico atend.institucional@fnde.gov.br.

§ 4º A Representação de que trata o § 2º deste artigo dispensa o gestor atual do EEx de apresentar ao FNDE/MEC as certidões relativas ao prosseguimento da medida adotada.

§ 5º Na hipótese de não serem apresentadas ou aceitas as justificativas de que trata este artigo, o FNDE/MEC instaurará a correspondente Tomada de Contas Especial em desfavor do gestor sucessor, na qualidade de co-responsável pelo dano causado ao erário, quando se tratar de omissão da prestação de contas cujo prazo para apresentação ao FNDE tiver expirado em sua gestão.

§ 6º As disposições deste artigo aplicam-se aos repasses dos recursos financeiros do PBA efetuado em data anterior à publicação desta Resolução, ressalvados os atos praticados com base em normativos vigentes à época.

V - DA FISCALIZAÇÃO E DO MONITORAMENTO DO PROGRAMA

Art. 32. A fiscalização da aplicação dos recursos financeiros transferidos à conta do Programa é de competência do FNDE/MEC, do TCU e do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, mediante a realização de auditorias, de inspeção e da análise dos processos que originarem as prestações de contas.

§ 1º Os órgãos e entidades a que se refere o caput deste artigo poderão celebrar convênios ou acordos, em regime de mútua cooperação, para auxiliar e otimizar o seu controle.

§ 2º O FNDE/MEC realizará, sempre que julgar necessário, auditoria na aplicação dos recursos financeiros do Programa por sistema de amostragem, podendo, para tanto, requisitar o encaminhamento de documentos e demais elementos que julgar necessários, bem como realizar fiscalização in loco ou, ainda, delegar competência a outro órgão ou entidade pública para fazê-lo.

Art. 33. O FNDE/MEC suspenderá o repasse de recursos financeiros à conta do PBA ao EEx quando:

I - houver solicitação expressa da SECADI/MEC, gestora do Programa, sempre que ocorrerem situações que justifiquem a medida;

II - os recursos financeiros forem utilizados em desacordo com os critérios estabelecidos para a execução do Programa, constatação feita por análise documental, auditoria ou outros meios;

III - a prestação de contas não for apresentada na forma ou no prazo estabelecido no Art. 30 ou, ainda, as justificativas a que se refere o § 2º do art. 31 não vierem a ser apresentadas pelo EEx ou aceitas pelo FNDE/MEC, observado o estabelecido no Art. 31;

IV - a prestação de contas for rejeitada em decorrência de os documentos de que tratam os incisos I a III do Art. 30 evidenciarem falhas formais ou regulamentares que comprometam o julgamento da boa e regular aplicação dos recursos;

V - não ocorrer o recolhimento integral dos valores impugnados pelo FNDE/MEC, considerando o disposto nos parágrafos 15, 16 e 17 do Art. 24; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VI - houver determinação judicial, com prévia apreciação da Procuradoria Federal no FNDE/MEC.

Art. 34. O restabelecimento do repasse dos recursos financeiros do PBA ao EEx ocorrerá quando:

I - a prestação de contas dos recursos recebidos for apresentada ao FNDE/MEC na forma prevista no Art. 30;

II - sanadas as falhas formais ou regulamentares de que trata o inciso IV do Art. 33;

III - aceitas as justificativas de que trata o § 2º do Art. 31 e uma vez instaurada a correspondente Tomada de Contas Especial e efetuado o registro do gestor responsável na conta de ativo "Diversos Responsáveis";

IV - as pendências em relação à apresentação da prestação de contas forem resolvidas pelo EEx respeitado o prazo determinado no § 4º do Art. 23.

V - se verificar o recolhimento integral dos valores impugnados pelo FNDE/MEC, conforme dispõem os parágrafos 15, 16 e 17 do Art. 24; e

VI - motivada por decisão judicial, com prévia apreciação da Procuradoria Federal no FNDE/MEC.

§ 1º Quando o restabelecimento do repasse a que se refere este artigo ocorrer após o envio da Tomada de Contas Especial ao Tribunal de Contas da União, o FNDE deverá providenciar o encaminhamento da documentação recebida ao TCU, acompanhada de manifestação acerca da sua suficiência e pertinência para sanar a omissão ou a irregularidade praticada e da informação de que foi efetuado o restabelecimento do repasse ao EEx.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos repasses de recursos financeiros do PBA efetuados em data anterior à publicação desta Resolução, ressalvados os atos praticados com base em normativos vigentes à época.

Art. 35. O monitoramento e o acompanhamento da execução das metas físicas referentes ao Programa são de competência da SECADI/MEC, mediante a realização de visitas e de pesquisas por amostragem nas entidades e instituições parceiras, bem como por meio do Sistema Brasil Alfabetizado.

Art. 36. Ao término da execução das ações da edição do PBA 2011, o EEx obriga-se a atualizar, em até sessenta dias, a situação final dos alfabetizandos e relatório final da execução física no SBA.

Parágrafo único. O EEx que não cumprir o disposto no caput não terá sua adesão ao Programa aprovada na edição imediatamente subseqüente.

VI - DAS DENÚNCIAS

Art. 37. Qualquer pessoa física ou jurídica poderá denunciar à SECADI/MEC, ao FNDE/MEC, ao TCU, ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal ou ao Ministério Público, irregularidades identificadas na aplicação dos recursos financeiros do PBA, contendo necessariamente:

I - exposição sumária do ato ou fato censurável, que possibilite sua perfeita determinação; e,

II - identificação do órgão da Administração Pública e do responsável por sua prática, bem como a data do ocorrido.

§ 1º Quando a denúncia for apresentada por pessoa física, deverão ser fornecidos o nome legível, o endereço e cópia autenticada de documento que ateste a sua identificação.

§ 2º Quando o denunciante for pessoa jurídica (partido político, associação civil, entidade sindical etc), deverá encaminhar cópia de documento que ateste sua constituição jurídica e fornecer, além dos elementos referidos no parágrafo 1º deste artigo, o endereço da sede da representante.

Art. 38. As denúncias encaminhadas ao FNDE/MEC deverão ser dirigidas ao setor de Ouvidoria, no seguinte endereço:

I - se por via postal, Setor Bancário Sul - Quadra 02 - Bloco F - Edifício FNDE - 5º andar, Brasília - DF, CEP: 70.070-929;

II - se por via eletrônica, ouvidoria@fnde.gov.br.

Art. 39. As denúncias encaminhadas à SECADI/MEC deverão ser enviadas por meio do "Fale Conosco", disponível no sítio eletrônico do MEC, no endereço www.mec.gov.br/secad.

VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40. Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas perante o MEC por intermédio do número do telefone 0800 616161 ou, pelo "Fale Conosco" disponível no sítio eletrônico do MEC, no endereço www.mec.gov.br/secad.

Art. 41. Ficam aprovados os formulários que constituem os Anexos I a VI desta Resolução, disponíveis no sítio eletrônico www.mec.gov.br/secad e www.fnde.gov.br.

Art. 42. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

PORTARIA Nº 563, DE 1º DE JULHO DE 2011

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL E EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ, nomeado através da Portaria nº 041-MEC-DOU de 08.01.2009, de acordo com a Lei nº 11.892 de 29/12/2008, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº 23051.006993/2011-94,

Art. 1º - PRORROGAR, por igual período, o Edital nº 030/2010, de 01/07/2010, publicado no DOU em 05/07/2010, que homologa o resultado do Concurso Público para Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, em conformidade com o Edital nº 18/2010, publicado no DOU em 07/04/2010, tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.944/2009.

EDSON ARY DE OLIVEIRA FONTES

PORTARIA Nº 581, DE 1º DE JULHO DE 2011

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL E EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ, nomeado através da Portaria nº 041-MEC-DOU de 08.01.2009, de acordo com a Lei nº 11.892 de 29/12/2008, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº 23051.007093/2011-64, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR, por igual período, o Edital nº 32/2010, de 01/07/2010, publicado no DOU em 02/07/2010, que homologa o resultado do Concurso Público para provimento de vagas ao cargo de Técnico Administrativo, em conformidade com o Edital nº 17/2010, de 08/04/2010, publicado no DOU em 08/04/2010, tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.944/2009.

EDSON ARY DE OLIVEIRA FONTES

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 240 DE 1º DE JULHO DE 2011

O Secretário de regulação e supervisão da educação superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto 7.480, de 16 de maio de 2011, e tendo em vista o Decreto 5.773, de 9 de maio de 2006 e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e o Relatório nº 04/2011 SERES/DIREG/CGFP, do Ministério da Educação resolve:

Art. 1º Aditar, exclusivamente no que tange ao endereço de funcionamento, os atos autorizativos dos cursos superiores ministrados pela Faculdade da Bahia - FAB (4460), mantida pela Mantenedora da Bahia Ltda., CNPJ 07.416.226/0001-17, com sede à Praça da Inglaterra, nº 06, Edifício BIG, Bairro do Comércio, Salvador/BA - CEP 40.015-140, conforme planilha anexa.

Parágrafo Único: Os cursos referidos nesta Portaria permanecem com o mesmo número de vagas e os mesmos turnos estabelecidos pelos devidos atos autorizativos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

ANEXO

IES	Atos autorizativos	Endereço Sede
Faculdade da Bahia	Credenciamento: Portaria nº 660 de 06/07/2007, publicada no D.O.U de 09/07/2007.	Anterior: Largo da Calçada, nº 01, Edifício Vazquez, Bairro da Calçada, CEP 40.411.366 - Salvador/Ba. Atual: Praça da Inglaterra, nº 06, Edfº BIG, Bairro do Comércio, Salvador/BA. CEP 40.015140.

Nº de Ordem	Atos Autorizativos	Curso	Endereço Autorizado Anteriormente	Novo Endereço de Oferta
01	Autorizado pela Portaria 645 de 09/07/2010, D.O.U. de 10/07/2007	(104742) Bacharelado em Administração	Largo da Calçada, nº 01, Edifício Vazquez, Bairro da Calçada, CEP 40.411.366 - Salvador/Ba	Praça da Inglaterra, nº 06, Edfº BIG, Bairro do Comércio, Salvador/BA. CEP 40.015140. Inscrição Imobiliária 129484-9.
02	Autorizado pela Portaria 575 de 29/11/2007, D.O.U. de 30/11/2007	(107960) CST em Gestão de Recursos Humanos		
03	Autorizado pela Portaria 575 de 29/11/2007, D.O.U. de 30/11/2007	(107958) CST em Gestão Comercial		

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 27 de junho de 2011

Nº 38 - INTERESSADO: Centro Universitário da Cidade. UF: RJ
EMENTA: Curso de Direito do Centro Universitário da Cidade. Procedimento de supervisão decorrente de resultados insatisfatórios no ENADE 2006. Celebração de Termo de Saneamento de Deficiências. Realização de visitas de reavaliação após vencimento do TSD por meio de verificação in loco. Parecer da Comissão de Especialistas em Ensino Jurídico considerando cumprimento particalmente satisfatório com recomendação para instalação de processo administrativo com o escopo de desativação do curso. Manutenção de resultado insatisfatório no ENADE e CPC 2009. Instauração de Processo Administrativo. Apresentação de defesa por parte da IES. Aplicação da penalidade de redução adicional de vagas, como forma de convolação da penalidade de desativação do curso, prevista no art. 52, inciso I, do Decreto nº 5.773/2006, em atenção ao art. 2º da Lei nº 9.784/1999. PROCESSO: 23000.025960/2007-62

O Secretario de Regulação e Supervisão da Educação Superior, adotando por base os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 58/2011 - CGSUP/DISUP/SERES/MEC, que relatou que (i) o Centro Universitário da Cidade deixou de cumprir importantes medidas e condições estabelecidas em Termo de Saneamento de Deficiências celebrado com a Secretaria de Educação Superior em relação ao seu curso de Direito; (ii) permanecem ainda deficiências de intensa gravidade pertinentes, principalmente, à relação aluno/docente, ao projeto pedagógico, à estrutura curricular, à estrutura administrativa e ao acervo acadêmico; (iii) o curso manteve em 2009 os conceitos insatisfatórios de ENADE ou CPC de 2006; e (iv) há possibilidade de modulação dos efeitos da penalidade de desativação do curso, com possibilidade de convolação em redução adicional de vagas, em atenção ao princípio da adequação entre meios e fins na aplicação de sanções necessárias ao atendimento do interesse público; no uso de suas atribuições legais, em atenção aos referenciais substantivos de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação dos cursos de Direito, e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, II, 211, § 1º, e 214, III da Constituição Federal, no art. 46 da LDB, no art. 2º, I, VI e XIII da Lei nº 9.784/1999, e nos art. 49 a 52 do Decreto nº 5.773/2006, decide o Processo Administrativo emitindo despacho determinando que:

1. Seja reduzida em 204 (duzentas e quatro) vagas, em relação à quantidade de vagas estipuladas no Termo de Saneamento de Deficiências, até a renovação de seu ato autorizativo, no vigente ciclo avaliativo do SINAES, devendo necessariamente realizar-se avaliação in loco no bojo dos processos e-MEC nºs 200814084, 200814087, 200814088, 200814083, 200814086, 200814089 e 200814085, a oferta de vagas do curso de Direito, bacharelado, do Centro Universitário da Cidade, que passará a ofertar 300 (trezentas) vagas totais anuais distribuídas nas unidades Centro, Méier, Jacarepaguá/Freguesia, Bonsucesso, Madureira, Ipanema e Campo Grande, como forma de convolação da penalidade de desativação do curso, prevista no art. 52, inciso I, do Decreto nº 5.773/2006, em atenção ao princípio da proporcionalidade, previsto no art. 2° da Lei n 9.784/1999;

2. O Centro Universitário da Cidade divulgue a presente decisão ao seu corpo discente, docente e técnico-administrativo, por meio de aviso junto à sala de professores, à Secretaria de Graduação ou órgão equivalente e, se existente, por sistema acadêmico eletrônico, bem como faça constar, por prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do Despacho, mensagem clara e ostensiva no link relativo ao curso de direito de seu sítio eletrônico - http://www.univercidade.edu/uc/cursos/graduacao/direito/index_dir.asp# -, e nos links principais relativos a processos seletivos, esclarecendo as determinações do Despacho;

3. O Centro Universitário da Cidade, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação, comprove, pormenorizada e documentalmente, o atendimento das determinações dos itens 1 e 2 do presente Despacho;

4. Seja a Instituição notificada do teor do Despacho, nos termos do art. 53 do Decreto 5773/2006.

LUIS FERNANDO MASSONETTO

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 30 de junho de 2011

Processo nº: 00190.050920/2004-11.
Interessado: Estado do Ceará.

Assunto: Contrato da Quinta Novação de Dívida do Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS, a ser celebrado entre a União e o Estado do Ceará, no valor bruto de R$ 4.535.865,48 (quatro milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e oito centavos), posicionado em 1º de setembro de 2003, nos termos da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, da Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, da Portaria/MF nº 276, de 18 de setembro de 2001, da Portaria/MF nº 346, de 7 de outubro de 2005, e das demais normas legais e regulamentares em vigor.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a celebração, observadas as formalidades de praxe.

Publique-se e restitua-se o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a adoção das providências complementares.

GUIDO MANTEGA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

ATA DA 139ª SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2010

Ata da 139ª Sessão Pública de Julgamento, realizada no dia 11 de novembro de 2010, cuja Pauta foi publicada no Diário Oficial da União em 29 de outubro de 2010, Seção I, pág. 74.

1. LOCAL E HORÁRIO - Av. Presidente Vargas, 730 - 24º andar - sala 4 - Centro, Rio de Janeiro, na Sede da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, às 10:00 horas.

2. TRABALHOS - Foi aberta a Sessão pelo Sr. Presidente, Dr. Francisco Teixeira de Almeida, tendo como Secretária-Executiva a Sra. Theresa Christina Cunha Martins. Presentes os Srs. Representantes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Drs. Maria Eli Trachtenberg e Agostinho do Nascimento Netto.

2.1.- QUORUM REGIMENTAL - Presentes os Conselheiros Francisco Teixeira de Almeida, Alexandre Imenez, Bruno Perrut Ferreira, Salvador Cícero Velloso Pinto, Claudio Carvalho Pacheco e Marcelo Augusto Camacho Rocha.

2.2 - LEITURA E APROVAÇÃO DE ATAS - Foi aprovada a Ata da 138ª Sessão.

2.3 - JULGAMENTO - Foi realizado o julgamento dos recursos constantes da respectiva Pauta, os quais obtiveram as seguintes decisões:

RECURSO Nº 1176 - Processo SUSEP nº 10.004885/01-51 - Recorrente: AXA Seguros Brasil S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Deixar de enviar as informações estabelecidas pela Circular SUSEP nº 152/01. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 2.676,30. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2893/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria e considerando o voto de qualidade do Sr. Presidente, dar provimento parcial ao recurso da AXA Seguros Brasil S.A. para, de ofício, retirar da condenação os acréscimos provenientes da reincidência, pois o processo paradigma só foi informado quando do julgamento de primeira instância. As representações da SUSEP, Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e FENACOR negaram provimento ao recurso.

RECURSO Nº 1435 - Processo SUSEP nº 10.005656/01-08 - Recorrente: Trevo Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Envio extemporâneo de informações referentes a Previdência Privada e Seguro de Vida Individual de que trata a Circular SUSEP nº 135/00. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 36.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Prescrição. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2894/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos do art. 1º,§ 1º da Lei nº 9.873/99. Presente a advogada Dra. Luciene de Fátima Castro Augusto que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 1456 - Processo SUSEP nº 005-00312/00 XLI Volumes - apenso Processo SUSEP nº 005-00436/00 - Recorrente: Humana Seguros Pessoais Ltda; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Auto de Infração. Atuar como Sociedade Seguradora sem a devida autorização. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 19.925.192,20. BASE LEGAL: Art. 113 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2895/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, em prosseguimento ao julgamento iniciado na 103ª Sessão, por maioria, dar provimento ao recurso da Humana Seguros Pessoais Ltda. considerando que: 1 - ficou provado que o montante dos prêmios eram repassados pelo líquido, depois de abatidos carregamentos, comissões e adiantamentos e que o Conselho Diretor, embora mantendo a condenação pela atuação como seguradora, considerou inexistente a apropriação indébita, reconhecendo que o repasse fora feito de forma correta; 2 - a seguradora líder recebeu corretamente o repasse dos prêmios, o pool assumiu o risco correspondente. Logo, a Recorrente não assumiu risco algum; 3 - o recebimento por ela de pró-labore e outras participações previstas no contrato mantido com as seguradoras, não representa, em absoluto, recebimento ou retenção de prêmio; 4 - o procedimento praticado pela Recorrente é absolutamente idêntico a de qualquer outro clube de seguros. A ser mantida sua condenação, todos os demais clubes deverão também ser investigados e penalizados; 5 - embora o art. 113 do Decreto-Lei nº 73/66 estabeleça a multa de valor igual às importâncias seguradas, o extraordinário valor a que se chega para a multa, afasta-se dos princípios de razoabilidade e proporcionalidade previstos no caput do art. 2º da Lei nº 9.784/99, bem como de seu inciso VI que veda a "imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público"; 6 - a eventual manutenção da condenação da Recorrente em multa de valor astronômico, com certeza, levará a entidade à quebra, deixando sem seguro uma enorme massa de consumidores (algo em torno de 70.000 vidas, que estão seguradas na Vera Cruz - MAPFRE). Certamente, um substancial número de pessoas já terá atingido uma faixa etária que inviabilizará a contratação ou permanência em um seguro individual. A quebra da empresa, com a manutenção da multa, essa sim representaria enorme prejuízo aos segurados de boa-fé. A Representação da SUSEP negou provimento ao recurso. Presente o advogado Dr. Adilson José Campoy que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 2413 - Processo SUSEP nº 10.002713/01-25 - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. Relator do voto vencedor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Recursos garantidores de reservas técnicas referentes ao mês de janeiro de 2001 não aplicados em conformidade com a legislação em vigor. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 74.936,56. BASE LEGAL: Art. 15, § 1º da Lei nº 6.435/77 c/c art. 23 do Decreto nº 81.402/78. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2896/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, preliminarmente, enfrentar a questão relativa à admissibilidade do recurso. Colocada em votação decidem, por unanimidade, pelo conhecimento do recurso, uma vez que o Conselho Diretor da SUSEP o apreciou, embora tenha sido apresentado a destempo. Vencida a preliminar decidem, por maioria, dar provimento ao recurso do Pecúlio União Previdência Privada para retirar da condenação os acréscimos provenientes da reincidência, haja vista que a Recorrente somente tomou conhecimento dos processos utilizados para efeito de reincidência quando foi intimada a conhecer da decisão do Conselho Diretor da SUSEP. Os representantes da SUSEP e FENACOR votaram pela manutenção da reincidência. Presente o advogado Dr. Felipe Giancristoforo Pretto que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto. Durante o julgamento do recurso o Conselho determinou: 1 - que fosse desentranhada a fl.50 dos autos, posto que inservível a este processo; e 2 - o desarquivamento do Processo SUSEP nº 10.002681/00-50 - recurso nº 2314/04 para verificar se, em vista da não comprovação do depósito recursal, o julgamento pugnou pela deserção.

RECURSO Nº 2602 - Processo SUSEP nº 010-00193/00 - Recorrente: Real Previdência e Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização em seguro de vida com cláusula IPD. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 16.057,84. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2897/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria e considerando o voto de qualidade do Sr. Presidente, dar provimento parcial ao recurso da Real Previdência e Seguros S.A. para excluir o aumento da pena em virtude da reincidência, tendo em vista que somente por ocasião do julgamento de primeira instância é que se informou a existência de processos anteriores. Os representantes da SUSEP, FENACOR e Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça votaram pela manutenção da reincidência. Presente a advogada Dra. Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 2607 - Processo SUSEP nº 006-00417/00 - Recorrente: União Novo Hamburgo Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Demora no pagamento de indenização relativa a seguro DPVAT. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 64.231,36. BASE LEGAL: Art. 5º, § 1º da Lei nº 6.194/74. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2898/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da União Novo Hamburgo Seguros S.A. para excluir o aumento da pena em virtude da reincidência. Os representantes da SUSEP e da FENACOR votaram pela manutenção da reincidência. O Conselheiro representante da FENASEG declarou-se impedido de votar.

RECURSO Nº 2622 - Processo SUSEP nº 10.001667/99-88 - Recorrente: Bradesco Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Negativa de pagamento de indenização em seguro de automóvel. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 64.231,36. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2899/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Bradesco Seguros S.A. para excluir o aumento da pena em virtude da reincidência, tendo em vista que somente por ocasião do julgamento de primeira instância é que se informou a existência de processos anteriores. Os representantes da SUSEP e FENACOR votaram pela manutenção da reincidência. O Conselheiro representante da FENASEG declarou-se impedido de votar. Presente o advogado Dr. Marcos Demétrio Monteiro Rodrigues que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 2629 - Processo SUSEP nº 005-00494/00 - II volumes - Recorrentes: Canduá Corretora de Seguros e PAMCARY Corretagem de Seguros Ltda.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusa de pagamento de indenização em seguro de riscos diversos. PENALIDADE: Cancelamento dos registros das corretoras. BASE LEGAL: Art. 127 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso não conhecido e recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2900/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, em prosseguimento ao julgamento iniciado na 95ª Sessão, por unanimidade, dar provimento ao recurso da PAMCARY Corretagem de Seguros Ltda.,tendo em vista que não existe nos autos nenhuma prova de sua participação na correspondência emitida pela corretora Canduá, com base em informações prestadas pela Recorrente, objetivando negar o pagamento do sinistro. Muito embora, por hipótese, possam pertencer ao mesmo grupo econômico, são empresas distintas, cada uma responsável apenas pelos atos praticados per si. Há prova robusta nos autos atestando que a Recorrente atuou apenas no momento da comercialização da apólice, não podendo, portanto, ser punida por ato de terceiros pelos quais não é responsável. Presente a advogada Dra. Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha que sustentou oralmente em favor da PAMCARY Corretagem de Seguros Ltda., intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto. Em relação a Recorrente Canduá Corretora de Seguros, este Conselho no julgamento iniciado na 95ª Sessão de Julgamento votou, por maioria e considerando o voto de qualidade do Sr. Presidente, pela intempestividade de seu recurso a exceção das representações da ANAPP, FENASEG e FENACOR.

RECURSO Nº 2646 - Processo SUSEP nº 15414.001250/2003-23 - Recorrente: Previmil Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Não constituir Provisão de Insuficiência de Contribuições (PIC) no mês de janeiro de 2003. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 15.000,00. BASE LEGAL: Art. 9º da Lei Complementar nº 109/01. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2901/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, segmentar o julgamento em razão da proposta do Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para agravar a penalidade e excluir a atenuante concedida. A proposta de agravar a penalidade não prosperou, mas a atenuante foi mantida por unanimidade. Retomado o julgamento, decidem, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Previmil Previdência Privada, tendo em vista que a materialidade e a autoria da infração restaram devidamente caracterizadas pelo parecer técnico de fls.13/14. Presentes a advogada Dra. Adriana Mello e a atuária Sra. Cristiana Frazão Lobo que sustentaram oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 2775 - Processo SUSEP nº 15414.003319/2003-53 - Recorrente: Aspecir Previdência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Preenchimento incorreto do FIP no mês de junho de 2003. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2902/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento ao recurso da Aspecir Previdência, uma vez que a Recorrente providenciou a correção da infração antes da lavratura da representação. O representante da SUSEP votou pelo não provimento do recurso.

RECURSO Nº 2789 - Processo SUSEP nº 005-00171/00 - Recorrente: Unibanco AIG Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Negativa de pagamento de indenização em seguro de vida. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 64.231,36. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2903/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, negar provimento ao recurso da Unibanco AIG Seguros S.A., uma vez que a materialidade e a autoria da infração restaram devidamente demonstradas ao longo dos autos, sendo que as justificativas e respectivas provas apresentadas pelo

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Recorrente não foram capazes de afastar a ilicitude da conduta ou a perfeita subsunção desta ao tipo legal. O representante da FENASEG votou pelo provimento do recurso, tendo em vista que a segurada omitiu à Recorrente sua real condição de saúde, ao não preencher o verso do cartão-proposta. Os representantes da FENAPREVI e Ministério da Fazenda votaram pelo provimento parcial do recurso para excluir o aumento da pena em virtude de reincidência. Presente a advogada Dra. Thauana Iwazaki Shimizu Kurusu que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 2919 - Processo SUSEP nº 005-00831/99 - Recorrente: HSBC Seguros (Brasil) S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusa de pagamento de indenização relativa a seguro de vida. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 64.231,36. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2904/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, devolver os autos à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e recomendar a devolução do desconto de 25% (vinte e cinco por cento) à HSBC Seguros (Brasil) S.A, uma vez que renunciou ao direito de recorrer e efetuou o recolhimento da multa no prazo legal. Presente o advogado Dr. Cláudio de Oliveira Paiva que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 2944 - Processo SUSEP nº 15414.002150/2004-03 - Recorrente: RS Previdência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Constituição inadequada de provisões de IBNR no mês de abril de 2004. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 16.000,00. BASE LEGAL: Art. 9º da Lei Complementar nº 109/2001. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2905/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento ao recurso da RS Previdência, uma vez que, sob o aspecto da regulação de seguros, a constituição de provisão de IBNR à maior não oferece benefícios indevidos à Recorrente em detrimento de seus consumidores ou em detrimento da solidez de mercado. Reconhece-se aqui que uma eventual constituição de provisão de IBNR à maior teria como efeito a redução do lucro líquido da Recorrente e, portanto, resultaria em menor arrecadação do Imposto de Renda Das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), mas o apenamento por uma eventual burla tributária é previsto em legislação diversa e específica, e sua fiscalização está a cargo da Secretaria da Receita Federal do Brasil. A representação da SUSEP votou pelo não provimento do recurso.

RECURSO Nº 3003 - Processo SUSEP nº 15414.004207/2002-39 - Recorrente: GBOEX - Grêmio Beneficente; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. Relator do voto vencedor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Aumento nos valores de contribuições do Plano Taxa Média sem anuência do ex-participante. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 2.676,31. BASE LEGAL: Art. 22 da Lei nº 6.435/77. Prescrição. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2906/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, preliminarmente, enfrentar a questão relativa a prescrição da ação punitiva da Administração Pública Federal. Colocada em votação, decidem, por maioria, reconhecer a prescrição da ação punitiva da Administração Pública Federal em vista do lapso temporal entre a prática do ato e a deflagração do regime repressivo, determinando, ainda, a devolução dos recursos recolhidos como garantia recursal. As representações da SUSEP e FENACOR não reconheceram a prescrição. Presente a advogada Dra. Luciana Duarte Carús que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

RECURSO Nº 3047 - Processo SUSEP nº 15414.002854/2004-78 - Recorrente: Companhia Mutual de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Constituição inadequada das provisões de IBNR em janeiro de 2004. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 17.000,00. BASE LEGAL: Art. 84 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2907/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Companhia Mutual de Seguros, tendo em vista que a materialidade e a autoria da infração restaram devidamente caracterizadas pelo parecer técnico do DETEC de fls. 11/12.

RECURSO Nº 3269 - Processo SUSEP nº 15414.003302/2004-87 - Recorrente: Valor Capitalização S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Não atender a Carta DETEC/GEBER/DICEB nº 81/2004. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 13.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2908/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Valor Capitalização S.A., nos termos do parecer da representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e com fulcro no art. 50, § 1º da Lei nº 9784/99.

RECURSO Nº 3717 - Processo SUSEP nº 10.004136/99-38 - Recorrente: Bradesco auto/RE Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Atraso no pagamento de indenização em seguro DPVAT. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 64.231,36. BASE LEGAL: Art. 5º da Lei nº 6.194/74. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2909/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, negar provimento ao recurso da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, uma vez que a materialidade e a autoria da infração restaram devidamente demonstradas ao longo dos autos, sendo que as justificativas e respectivas provas apresentadas pelo Recorrente não foram capazes de afastar a ilicitude da conduta ou a perfeita subsunção desta ao tipo legal. Os representantes do Ministério da Fazenda e da FENAPREVI votaram pelo provimento parcial do recurso para excluir o aumento da pena em virtude de reincidência. O Conselheiro representante da FENASEG declarou-se impedido de votar.

RECURSO Nº 3954 - Processo SUSEP nº 15414.000914/2006-80 - Recorrente: Alfa Previdência e Vida S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Aplicar recursos de provisões técnicas em fundo de investimento cujo regulamento permite a utilização de derivativos em exposição superior a 50% do respectivo patrimônio líquido. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 16.000,00. BASE LEGAL: Art. 32, inciso III e art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2910/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Alfa Previdência e Vida S.A., uma vez que a materialidade e a autoria da infração restaram devidamente caracterizadas pelo parecer técnico de fls. 32/33.

RECURSO Nº 4125 - Processo SUSEP nº 15414.004836/2003-40 - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor de valores a título de resgate. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 68.000,00. BASE LEGAL: Art. 6º c/c art. 7º c/c § 1º do art. 68 da Lei Complementar nº 109/01. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2911/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso do Pecúlio União Previdência Privada para limitar o agravamento da pena ao dobro, de acordo com o disposto no art. 65, § 4º da Lei Complementar nº 109/01. As representações da SUSEP e FENACOR votaram pelo desprovimento do recurso enquanto a representação da FENASEG pugnou pela nulidade do ato administrativo, tendo em vista a falta de correspondência existente entre o tipo de infração apontada e a capitulação da penalidade. Presente o advogado Dr. Felipe Giancristoforo Pretto que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

2.4. ASSUNTOS GERAIS:

2.4.1. O recurso nº 3548 - Processo SUSEP nº 10.001172/00-09 foi retirado de pauta para ser juntado aos processos da Montevan Previdência Privada.

2.5. ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 139ª (centésima trigésima nona) Sessão Pública de Julgamento, pelo Presidente, e eu, Theresa Christina Cunha Martins, Secretária-Executiva, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada, pelo Sr. Presidente, Procuradores da Fazenda Nacional e Conselheiros, depois de lida e aprovada pelos membros integrantes deste Órgão Colegiado.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2011.
FRANCISCO TEIXEIRA DE ALMEIDA
Presidente

MARIA ELI TRACHTENBERG
Procuradora da Fazenda Nacional

AGOSTINHO DO NASCIMENTO NETTO
Procurador da Fazenda Nacional

ALEXANDRE IMENEZ
Conselheiro

BRUNO PERRUT FERREIRA
Conselheiro

CLAUDIO CARVALHO PACHECO
Conselheiro

SALVADOR CÍCERO VELLOSO PINTO
Conselheiro

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA
Conselheiro

THERESA CHRISTINA CUNHA MARTINS
Secretária-Executiva

ATA DA 140ª SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2010

Ata da 140ª Sessão Pública de Julgamento, realizada no dia 25 de novembro de 2010, cuja Pauta foi publicada no Diário Oficial da União em 16 de novembro de 2010, Seção I, pp. 14/15.

1. LOCAL E HORÁRIO - Av. Presidente Vargas, 730 - 24º andar, sala 6 - Centro do Rio de Janeiro, na Sede da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, às 10:00 horas.

2. TRABALHOS - Foi aberta a Sessão pelo Sr. Presidente, Dr. Francisco Teixeira de Almeida, tendo como Secretária-Executiva a Sra. Theresa Christina Cunha Martins. Presente os Srs. Representantes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Drs. Maria Eli Trachtenberg e Agostinho do Nascimento Netto.

2.1.- QUORUM REGIMENTAL - Presentes os Conselheiros Francisco Teixeira de Almeida, Alexandre Imenez, Bruno Perrut Ferreira, Francisco Alves de Souza, Salvador Cícero Velloso Pinto e Marcelo Augusto Camacho Rocha.

2.2 - LEITURA E APROVAÇÃO DE ATAS - Foi aprovada a Ata da 139ª Sessão.

2.3 - RECURSOS A SEREM SORTEADOS PARA RELATOR E REVISOR:

RECURSO Nº 4806 - Processo SUSEP nº 15414.004007/2005-29 - Recorrente: MAPFRE Vera Cruz Seguradora S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Francisco Teixeira de Almeida.

RECURSO Nº 4810 - Processo SUSEP nº 15414.001383/2007-23 - Recorrente: INVESTPREV Seguros e Previdência S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 4820 - Processo SUSEP nº 15414.004619/2007-83 - Recorrente: RS Previdência; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Bruno Perrut Ferreira.

RECURSO Nº 4828 - Processo SUSEP nº 15414.004978/2007-31 - Recorrente: ACE Seguradora S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Salvador Cícero Velloso Pinto.

RECURSO Nº 4834 - Processo SUSEP nº 15414.000479/2008-55 - Recorrente: Companhia Excelsior de Seguros; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez. Conselheiro (a) Revisor (a): Francisco Alves de Souza.

RECURSO Nº 4850 - Processo SUSEP nº 15414.100837/2004-03 - Recorrente: METLIFE Vida e Previdência S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Bruno Perrut Ferreira.

RECURSO Nº 4872 - Processo SUSEP nº 15414.000941/2007-33 - Recorrente: Sociedade Auxiliadora; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Salvador Cícero Velloso Pinto.

RECURSO Nº 4884 - Processo SUSEP nº 15414.001928/2007-00 - Recorrente: INVESTPREV Seguros e Previdência S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Alexandre Imenez; Conselheiro (a) Revisor (a): Francisco Alves de Souza.

RECURSO Nº 4988 - Processo SUSEP nº 15414.001679/2007-44 - Recorrente: APLUB - Previdência Privada; Conselheiro (a) Relator (a): Marcelo Augusto Camacho Rocha; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.

RECURSO Nº 5151 - Processo SUSEP nº 15414.001459/2008-00 - Recorrente: Itaú Vida e Previdência S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Francisco Teixeira de Almeida; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.

RECURSO Nº 5153 - Processo SUSEP nº 15414.002110/2008-87 - Recorrente: NEWPREV Previdência Privada S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Salvador Cícero Velloso Pinto; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.

RECURSO Nº 5155 - Processo SUSEP nº 15414.001951/2004-43 - Recorrente: Valor Capitalização S/A - em Liquidação Extrajudicial; Conselheiro (a) Relator (a): Francisco Alves de Souza; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.

RECURSO Nº 5157 - Processo SUSEP nº 15414.100210/2004-44 - Recorrente: Valor Capitalização S/A - em Liquidação Extrajudicial; Conselheiro (a) Relator (a): Marcelo Augusto Camacho Rocha; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.

RECURSO Nº 5159 - Processo SUSEP nº 15414.101056/2003-47 - Recorrente: Valor Capitalização S/A - em Liquidação Extrajudicial; Conselheiro (a) Relator (a): Bruno Perrut Ferreira; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.

RECURSO Nº 5169 - Processo SUSEP nº 15414.000364/2008-61 - Recorrente: Companhia de Seguros Previdência do Sul; Conselheiro (a) Relator (a): Francisco Teixeira de Almeida; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.

RECURSO Nº 5171 - Processo SUSEP nº 15414.002570/2008-13 - Recorrente: Caixa Vida e Previdência S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Francisco Alves de Souza; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.

RECURSO Nº 5177 - Processo SUSEP nº 15414.001836/2008-01 - Recorrente: Federal de Seguros S/A; Conselheiro (a) Relator (a): Salvador Cícero Velloso Pinto; Conselheiro (a) Revisor (a): Alexandre Imenez.

2.4 - JULGAMENTO - Foi realizado o julgamento dos recursos constantes da respectiva Pauta, os quais obtiveram as seguintes decisões:

RECURSO Nº 0745 - Processo SUSEP nº 15414.004773/97-59 - Recorrente: Amil Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Auto de Infração. Ausência no Registro Oficial de Documentos Emitidos dos seguintes

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

elementos mínimos: Termo de Abertura e Encerramento e Custo de Emissão (item 2); Ausência no Registro Oficial de Cobrança de Apólices e Outros Documentos dos seguintes elementos mínimos indispensáveis: Termo de Abertura e Encerramento, número de ordem da apólice (item 3); Ausência no Registro Oficial de Sinistros Avisados dos seguintes elementos mínimos indispensáveis: Termo de Abertura e Encerramento, Total e Observação (item 4); Não possuir o Registro de Documentos Emitidos de Cosseguros Aceitos (item 5); Não possuir o Registro de Documentos Cobrados e Restituídos de Cosseguros Aceitos (item 6); Ser o Sr. Edson de Godoy Bueno acionista majoritário da Amil Assistência Médica Internacional Ltda., que detém 19,92% da Amil Seguradora S.A. e detém 99,00% da Amil Participações Ltda., sendo que esta última controla 64,79% das cotas da Quorum Corretora de Seguros Ltda., ficando demonstrado seu vínculo de sócio com a Quorum Corretora de Seguros Ltda.(item 8). PENALIDADES: Multas no valor de R$ 5.352,62 para os itens 2, 3, 4 e R$ 2.676,31 referentes aos itens 5, 6 e 8. BASE LEGAL: Art. 125, parágrafo único do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2912/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, negar provimento ao recurso da Amil Seguradora S.A., tendo em vista que a Recorrente não apresenta teses defensivas capazes de afastar a perfeita subsunção das condutas em análise com os respectivos tipos legais. As representações da FENASEG e Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça votaram pelo provimento do item 8 do auto de infração, tendo em vista que em agosto de 1997 foi providenciada a alteração contratual regularizando a situação da sociedade corretora. Presente a advogada Dra. Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

RECURSO Nº 0957 - Processo SUSEP nº 10.003853/99-33 - II volumes - Recorrente: Sul América Santa Cruz Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Auto de Infração. Pagar comissões a pessoa jurídica não habilitada como corretor de seguros (item 1); Não obedecer ao Princípio da Entidade em sua escrituração (item 2); Emitir apólices em desacordo com o estabelecido nas propostas (item 3). PENALIDADES: Multas no valor de R$ 639.008,26 para o item 1 e R$ 2.676,31 para os itens 2 e 3. BASE LEGAL: Art. 13 da Lei nº 4.594/64 e art. 177 da Lei nº 6.404/76. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2913/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, dar provimento parcial ao recurso da Sul América Santa Cruz Seguros S.A para adequar a penalidade ao disposto no art. 5º, inciso I, alínea "h" da Resolução CNSP nº 60/2001, tendo em vista a necessidade de aplicação de norma posterior mais benéfica à conduta infracional da Recorrente, diminuindo-se o valor da multa aplicada, acompanhada da devida restituição da respectiva diferença. Presente a advogada Dra. Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 1220 - Processo SUSEP nº 004-00065/00 - Recorrente: Itaú Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Negar pagamento de indenização relativo ao Seguro de Vida em Grupo/Invalidez Permanente Total por Acidente. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 64.231,36. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2914/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, negar provimento ao recurso da Itaú Seguros S.A., tendo em vista que o ônus de provar as alegações para o não pagamento da indenização de seguro de vida em grupo/invalidez permanente total por acidente é da própria Recorrente, a qual não pode se eximir de cumprir uma obrigação contratual simplesmente porque não concorda com as circunstancias do sinistro. Nesses casos, paga-se a indenização e, ato contínuo, busca-se provar o fundamento para o ressarcimento do valor pago em sede de ação de regresso. É o corolário do princípio Pacta Sunt Servanda. As representações da FENAPREVI e FENASEG votaram pelo provimento do recurso, uma vez que a Recorrente tentou obter elementos para estabelecer o nexo de causalidade entre a causa do sinistro e a invalidez, sendo certo que essa impossibilidade decorreu da inexistência de exames de imagem e recusa da segurada. A representação do Ministério da Fazenda votou pela exclusão das reincidências. Presente a advogada Dra. Rosangela Prudente que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 1877 - Processo SUSEP nº 15414.100180/2002-12 - Recorrente: Companhia de Seguros Aliança do Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Alexandre Imenez; Revisor: Conselheiro Francisco Alves de Souza. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização em seguro de vida. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 17.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2915/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, tendo em vista que na data apresentada pela Recorrente como sendo a do diagnóstico, na verdade, ocorreu o primeiro atendimento pela equipe médica. O laudo médico, juntado às fls. 81 constatando a enfermidade do segurado é datado de 25 de junho de 2001, portanto, posterior a assinatura do contrato de seguro. Assim, em restando dúvidas sobre a conclusão dos laudos em favor da defesa, opera-se os efeitos em benefício do denunciante, considerando a boa-fé e a proteção ao consumidor. Presente o advogado Dr. Emerson Castro Correia que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

RECURSO Nº 2438 - Processo SUSEP nº 008-00194/00 - Recorrente: Marítima Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira. Relator do voto vencedor: Conselheiro Francisco Alves de Souza. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de parcela da indenização relativa a seguro de acidentes pessoais, estando o prêmio quitado. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 32.115,68. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e deferido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2916/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, enfrentar a questão relativa à admissibilidade do recurso. Colocada em votação decidem, por maioria, pelo conhecimento do recurso, uma vez que a SUSEP apesar de ter sido instada a se manifestar a respeito da devolução do prazo recursal e do prazo para recolhimento da multa, não o fez. A representação do Ministério da Fazenda não conheceu o recurso, em face da sua intempestividade. A representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional retificou seu parecer e opinou pela intempestividade do recurso. Vencida a preliminar decidem, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Marítima Seguros S.A. para excluir o aumento da pena em virtude da reincidência. As representações da SUSEP e FENACOR negaram provimento ao recurso. A representação da FENASEG, considerando que o segurado omitiu que havia se submetido a tratamento médico anteriormente a proposta, votou pelo provimento do recurso. Presente a advogada Dra. Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 2527 - Processo SUSEP nº 10.005262/99-28 - apenso Processo SUSEP nº 10.005534/99-26 - Recorrente: Federal de Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização em seguro de vida em grupo. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 16.057,84. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2917/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Federal de Seguros S.A. para excluir o aumento da pena em virtude da reincidência, tendo em vista que não constou da intimação inicial a identificação do processo anterior que serviu de paradigma para o aumento da pena em razão de reincidência. As representações da SUSEP e FENACOR negaram provimento ao recurso, mantendo, portanto, a aplicação da reincidência. Presente o advogado Dr. Ronaldo Esposel Junior que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

RECURSO Nº 2801 - Processo SUSEP nº 005-00123/98 - Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto; Revisor: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Não pagar indenização relativa a seguro de Fiança Locatícia. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 64.231,36. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2918/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, não conhecer o recurso da Sul América Companhia Nacional de Seguros, em face da sua intempestividade.

RECURSO Nº 2946 - Processo SUSEP nº 005-00115/99 - Recorrente: Marítima Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida; Revisor: Conselheiro Francisco Alves de Souza. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Não pagar indenização relativa a seguro de vida em grupo. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 16.057,84. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2919/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Marítima Seguros S.A. para excluir o aumento da pena em virtude da reincidência por não haver a Recorrente sido informada dos paradigmas em tempo hábil para se manifestar sobre a pertinência dos mesmos, prejudicando seu direito constitucional ao contraditório. A representação da FENACOR votou pelo expurgou da reincidência, posto que o processo apontado como paradigma transitou em julgado depois da ocorrência da presente infração. A representação da SUSEP negou provimento ao recurso, mantendo, portanto, a aplicação da reincidência. Presente o advogado Dr. Felipe Giancristoforo Pretto que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 3090 - Processo SUSEP nº 006-00126/99 - Recorrente: Bradesco Seguros S.A. (antiga União Novo Hamburgo Seguros S.A); Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Francisco Alves de Souza. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização em seguro DPVAT. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 64.231,36. BASE LEGAL: Art. 5º, § 1º da Lei nº 6.194//74. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2920/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, preliminarmente, enfrentar a questão relativa à admissibilidade do recurso. Colocada em votação decidem, por unanimidade, pelo conhecimento do recurso, por ter sido interposto dentro do prazo legal contado a partir da intimação da decisão do Conselho Diretor da SUSEP. Não importa se o pedido de reconsideração trouxe ou não fatos novos, se o seu mérito foi analisado. Vencida a preliminar decidem, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Bradesco Seguros S.A. (antiga União Novo Hamburgo Seguros S.A) para excluir o aumento da pena em virtude da reincidência, pois a SUSEP somente deu ciência dos processos usados para efeitos da reincidência quando da decisão do Conselho Diretor da SUSEP, caracterizando evidente cerceamento de defesa. As representações da SUSEP e FENACOR negaram provimento ao recurso, mantendo, portanto, a aplicação das reincidências. A representação da FENASEG declarou-se impedida de votar. Presente a advogada Dra. Maria Soraia de Moura Santos que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

RECURSO Nº 3310 - Processo SUSEP nº 10.004026/00-45 - Recorrente: Itaú Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização em seguro de vida com cláusula IPD. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 64.231,36. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2921/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria e considerando o voto de qualidade do Sr. Presidente, dar provimento parcial ao recurso da Itaú Seguros S.A. para excluir o aumento da pena em virtude da reincidência, tendo em vista que não constou da intimação inicial a identificação do processo anterior que serviu de paradigma para o aumento da pena em razão de reincidência, não devendo o valor da multa ser aumentado. As representações da SUSEP, Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e FENACOR negaram provimento ao recurso, mantendo, portanto, a aplicação das reincidências. Presente a advogada Dra. Rosangela Prudente que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 3325 - Processo SUSEP nº 005-00789/98 - II volumes - Recorrente: Solid Corretora de Seguros S/C Ltda.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Francisco Alves de Souza. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Intermediar irregularmente o pagamento de prêmio entre segurado e seguradora (item 1); apropriar-se indevidamente de prêmio de seguro, causando prejuízo ao locatário-garantido (item 2) e não contratar seguro, deixando o proponente desprovido de cobertura securitária (item 3). PENALIDADE: Cancelamento do registro. BASE LEGAL: Art. 127 do Decreto-Lei nº 73/66 e art. 15 da Lei nº 4.594/64. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2922/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, não conhecer o recurso da Solid Corretora de Seguros S/C Ltda., em face da sua intempestividade. Registre-se que transitou em julgado a penalidade de cancelamento do registro aplicada ao corretor Wilber Leonidas de Oliveira.

RECURSO Nº 3334 - Processo SUSEP nº 10.000731/99-40 - Recorrente: Companhia de Seguros Minas-Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Francisco Alves de Souza; Revisor: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor de valores em apólice de seguro residencial. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 32.115,68. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2923/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, não conhecer o recurso da Companhia de Seguros Minas- Brasil, em face da sua intempestividade.

RECURSO Nº 3560 - Processo SUSEP nº 10.000596/00-10 - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. Relator do voto vencedor: Conselheiro Salvador Cícero Vel-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011070400040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

loso Pinto. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de valores a título de resgate. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei nº 6.435/77. Recurso conhecido e deferido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2924/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso do Pecúlio União Previdência Privada para adequar a penalidade à Resolução CNSP nº 17/81, norma vigente à época da prática da infração, e em consequência excluir a reincidência e a atenuante concedida. As representações da SUSEP e FENACOR negaram provimento ao recurso. Presente o advogado Dr. Felipe Giancristoforo Pretto que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

RECURSO Nº 3595 - Processo SUSEP nº 15414.003598/2002-74 - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira. Relator do voto vencedor: Conselheiro Salvador Cícero Velloso Pinto. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor de valores a título de resgate. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 64.231,36. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei nº 6.435/77. Conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2925/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso do Pecúlio União Previdência Privada para excluir o agravamento da pena por reincidência, tendo em conta que os processos paradigmas tiveram seu trânsito em julgado em data posterior ao cometimento desta infração, e conceder a atenuante prevista no art. 34, § 1º, inciso III das Normas Anexas à Resolução CNSP nº 14/95 porque o pagamento do benefício ocorreu antes do julgamento de primeira instância. A representação da FENACOR concedeu atenuante e limitou o agravamento da penalidade ao dobro do valor da pena inicial, com base no § 4º, do art. 65 da Lei Complementar nº 109/2001. A representação da SUSEP votou pela concessão da atenuante. A representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional retificou seu parecer e opinou pela concessão da atenuante. Presente o advogado Dr. Felipe Giancristoforo Pretto que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

RECURSO Nº 3662 - Processo SUSEP nº 15414.005355/2002-71 - Recorrente: CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Francisco Alves de Souza. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Representação. Aumento unilateral e em patamares superiores aos da inflação do período das contribuições para plano de previdência privada. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 22 da Lei nº 6.435/77 c/c art. 74 da Lei Complementar nº 109/2001. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2926/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, arquivar os autos, sem julgamento do mérito, em decorrência da constatação de infração continuada tratada no Processo SUSEP nº 15414.004274/2002-53,transitado em julgado, devendo, ainda, ser devolvido o valor recolhido como garantia recursal. A representação da SUSEP negou provimento ao recurso da CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente, tendo em vista que a materialidade e a autoria da presente infração restaram demonstradas por meio do parecer técnico de fls. 01/03 e 14/15, o qual apontou a diferença entre o valor pago e o valor devido. Presente o advogado Dr. Rodrigo José de Kühl e Carvalho que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 3699 - Processo SUSEP nº 10.001747/00-21 - Recorrente: RS Previdência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Francisco Alves de Souza. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor de valores a título de resgate. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei nº 6.435/77. Prescrição. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2927/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente, nos termos da art. 1º, § 1º da Lei nº 9.873/99, com o consequente arquivamento dos autos, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso.

RECURSO Nº 4051 - Processo SUSEP nº 10.003714/99-37 - Recorrente: CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor e relator do voto vencedor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor ao participante. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 16.057,84. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei nº 6.435/77. Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2928/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente para adequar a penalidade ao disposto no art. 27, inciso III da Resolução CNSP nº 16/91, posto que a infração ocorreu em novembro de 1994 (fls. 87/89). A representação da SUSEP votou pela exclusão da reincidência. Presente o advogado Dr. Rodrigo José de Kühl e Carvalho que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 4195 - Processo SUSEP nº 15414.002889/2002-45 - Recorrente: GBOEX - Grêmio Beneficente; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Francisco Alves de Souza. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor de benefício em plano de previdência. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 64.231,36. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei nº 6.435/77. Recurso não conhecido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2929/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, não conhecer o recurso do GBOEX - Grêmio Beneficente, ante sua intempestividade. Presente a advogada Dra. Luciana Duarte Carús que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. Procurador da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto. Foi deferido o pedido da advogada, Luciana Duarte Carús, para que a SUSEP reexamine o valor da multa aplicada e verifique se as reincidências apontadas eram, de fato, específicas.

RECURSO Nº 4281 - Processo SUSEP nº 15414.003983/2004-83 - Recorrente: Caixa Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar cobertura após o prazo de quinze dias. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 68.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2930/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Caixa Seguradora S.A., uma vez que resta configurado nos autos que a proposta foi firmada em 7 de abril de 1999 (fl. 7) e a devolução da primeira parcela do prêmio ocorreu somente no dia 27 de abril de 1999 (fl. 9), ou seja, 20 (vinte) dias após. Registre-se, ainda, que a Autarquia solicitou à Recorrente, por duas vezes, a apresentação de cópia da correspondência enviada ao segurado recusando a proposta dentro do prazo, com o motivo da recusa (fls. 31 e 34), pedidos estes que não foram atendidos. Presente o advogado Dr. Marcos Demétrio Monteiro Rodrigues que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho o Sr. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Agostinho do Nascimento Netto.

RECURSO Nº 4321 - Processo SUSEP nº 008-00148/98 - Recorrente: Recíproca Assistência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Francisco Alves de Souza. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Pagamento a menor de valores a título de resgate. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 8.028,92. BASE LEGAL: Art. 19 da Lei nº 6.435/77. Prescrição. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2931/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, reconhecer a prescrição intercorrente verificada às fls. 75 e 87/89 dos autos, nos termos da art. 1º, § 1º da Lei nº 9.873/99. Presente o advogado Dr. Reinaldo Moura que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra. Maria Eli Trachtenberg.

RECURSO Nº 4659 - Processo SUSEP nº 15414.004143/2002-76 - Recorrente: Itaú Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida. EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Recusar pagamento de indenização em seguro de automóvel. PENALIDADE: Multa no valor de R$ 68.000,00. BASE LEGAL: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66. Recurso conhecido e indeferido. ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 2932/10. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, negar provimento ao recurso da Itaú Seguros S.A., uma vez que a Recorrente apresenta diversas razões para justificar o não pagamento da indenização de seguro de automóvel, as quais não são capazes de afastar a necessidade de cumprimento de uma obrigação contratual. Presente a advogada Dra. Luciene de Fátima Castro Augusto que sustentou oralmente em favor da Recorrente, intervindo nos termos do Regimento Interno deste Conselho a Sra. representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dra.. Maria Eli Trachtenberg.

2.5 - ASSUNTOS GERAIS:

2.5.1 - Em decorrência de problemas na cidade do Rio de Janeiro, foram adiados os julgamentos dos seguintes recursos: recurso 1162 - Processo SUSEP nº 10.002336/01-42; recurso 1774 - Processo SUSEP nº 15414003043/97-31; recurso 1843 - Processo SUSEP nº 15414.001536/2002-28; recurso 1932 - Processo SUSEP nº 10.002665/00-01; recurso 3398 - Processo SUSEP nº 005-0212/00; recurso 3655 - Processo SUSEP nº 15414200263/2002-01; recurso 3703 - Processo SUSEP nº10.002356/99-63; recurso 3764 - Processo SUSEP nº 15414000734/98-36; recurso 3773 - Processo SUSEP nº 15414003337/98-52; recurso 3823 - Processo SUSEP nº 15414002641/97-47; recurso 3826 - Processo SUSEP nº 15414002664/2003-70; recurso 3926 - Processo SUSEP nº 15414004142/2003-11; recurso 4063 - Processo SUSEP nº 15414001576/2002-70; recurso 4135 - Processo SUSEP nº 15414001014/2002-26; recurso 4161 - Processo SUSEP nº 15414003834/2002-52; recurso 4255 - Processo SUSEP nº 15414100450/2004-49; recurso 4589 - Processo SUSEP nº 10.002811/99-58; recurso 4617 - Processo SUSEP nº 15414004390/2002-72.

2.5.2 - O recurso nº 3048 foi retirado de pauta para julgamento em conjunto.

2.6 - ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 140ª (centésima quadragésima) Sessão Pública de Julgamento, pelo Presidente, e eu, Theresa Christina Cunha Martins, Secretária-Executiva lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada, pelo Sr. Presidente, Procurador da Fazenda Nacional e Conselheiros, depois de lida e aprovada pelos membros integrantes deste Órgão Colegiado.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2011.
FRANCISCO TEIXEIRA DE ALMEIDA
Presidente

MARIA ELI TRACHTENBERG
Procuradora da Fazenda Nacional

AGOSTINHO DO NASCIMENTO NETTO
Procurador da Fazenda Nacional

ALEXANDRE IMENEZ
Conselheiro

BRUNO PERRUT FERREIRA
Conselheiro

FRANCISCO ALVES DE SOUZA
Conselheiro

SALVADOR CÍCERO VELLOSO PINTO
Conselheiro

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA
Conselheiro

THERESA CHRISTINA CUNHA MARTINS
Secretária-Executiva

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de Julgamento de Recursos da 329ª Sessão, que será realizada na data a seguir mencionada, no 1º Subsolo (Auditório Dênio Nogueira), torre 4, do Edifício-sede do Banco Central do Brasil, no Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 3, Bloco B - Brasília (DF).

DIA 26 DE JULHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30

Recurso 5969 - 0101111816 - Recorrente: Refrigerantes Marajá Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Gilberto Frussa.

Recurso 9580 - 0301220149 - I - Recorrentes: Pro Ginger Comércio Exportação e Importação Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Gilberto Frussa.

Recurso 11259 - 0401258004 - Recorrente: Companhia Brasileira de Loterias Governamentais Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 11345 - 0401266555 - Recorrente: Comexport Companhia de Comércio Exterior Ltda.. Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 11346 - 0401237867 - Recorrente: Banco Comercial Uruguai S.A. Recorrido: Bacen. Relator: Johan Albino Ribeiro.

Recurso 11386 - 0401261327 - Recorrente: Buscar Comércio Exterior S.A. Recorrido: Bacen. Relator: Darwin Corrêa.

Recurso 11422 - SP-2003-461 - Recorrentes: Cláudio da Silva Barreto, Jane da Silva Barreto e José Carlos de Oliveira Soares. Recorrida: CVM - II - Recorrente: CVM. Recorridos: Cláudio da Silva Barreto, Jane da Silva Barreto e José Carlos de Oliveira Soares. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 11439 - RJ-2006-5829 - Recorrente: CVM. Recorrido: Gustavo Peixoto Lima. Relator: Johan Albino Ribeiro.

Recurso 11552-MI - 0601330919 - Recorrente/Recorrida: Sanofi Pasteur Ltda. Recorrente/Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 11617-MI - 060333915 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Parks S.A. Comunicações Digitais. Relator: Gilberto Frussa.

Recurso 11710 - 9800901821 - Recorrente: Cia. Aços Especiais Itabira - Acesita. Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 11831 - RJ-2005-7521 - Recorrente: CVM. Recorridos: Itaú Corretora de Valores S.A. e Renato Rodrigues Ornelas. Relator: Darwin Corrêa.

Recurso 11840 - 0401279829 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Associação Atlética Ponte Preta. Relator: Darwin Corrêa.

Recurso 11858-MI - 0601330965 - Recorrente: Siemens Dematic Ltda.(incorporada pela Siemens Ltda.). Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Recurso 11859-MI - 0601333063 - Recorrente: Capuaba Comercial Importadora e Exportadora S.A. Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 11860-MI - 0601332300 - Recorrente: Dorma Sistemas de Controles para Portas Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 11862-MI - 0601333967 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Sementes Ceratti Ltda. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 11882-MI - 0601333987 - Recorrente: Bacen. Recorrida: UEG Araucária Ltda. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 11893-MI - 0601333458 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Química Geral do Nordeste S.A. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 11898 - 0501316725 - Recorrente: Enacex Empresa Nacional Exportadora de Armarinhos Ltda. Relator: Darwin Corrêa.

Recurso 11906-MI - 0601333538 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Agripec Química e Farmacêutica S.A. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 11913-MI - 0601332227 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Rhodia Poliamida e Especialidades Ltda. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 11920-MI - 0601334150 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Mercotex do Brasil Ltda. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 11936-MI - 0601332272 - Recorrente: Hewlett Packard Brasil Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Gilberto Frussa.

Recurso 11938-MI - 0601333754 - Recorrente: Inael do Brasil Indústria e Comércio de Material Elétrico Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Gilberto Frussa.

Recurso 11953 - RJ-2007-2966 - I - Recorrente(s): Global Invest Asset Management Ltda., Altemir Carlos Farinhas e Fernando Eduardo Gonçalves Pinto Ferreira. Recorrida: CVM - II - Recorrente: CVM. Recorrido(s): Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e José Carlos Lopes Xavier de Oliveira. Relator: Darwin Corrêa.

Recurso 11959-MI - 0601332451- Recorrente: Bacen. Recorrida: EMS S.A. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 11960-MI - 0601333753 - Recorrente: Marangoni Tread Latino América Indústria e Comércio de Artefatos de Borracha Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Gilberto Frussa.

Recurso 11985-MI - 0201125126 - Recorrente: Bacen. Recorrida: América Importadora e Exportadora Ltda. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 12047-MI - 0601332109 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Baxter Hospitalar Ltda. Relator: Darwin Corrêa.

Recurso 12050 - 0401254183 - Recorrente/Recorrida: Agência Catarinense de Fomento S.A.- BAFRSC. Recorrente/Recorrido: Bacen. Relator: Gilberto Frussa.

Recurso 12059-MI - 0601340914 - Recorrente/Recorrida: Cisa Trading S.A. Recorrente/Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 12102-MI - 0601332306 - Recorrente: Beckman Coulter do Brasil Comércio de Produtos de Laboratório Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 12103-MI - 0601332955 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Phibro Saúde Animal Internacional Ltda. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 12150-MI - 0401276850 - Recorrente: Perfilam S.A. Indústria de Perfilados. Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 12152-MI - 0601332516 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Copebrás Ltda. Relator: Darwin Corrêa.

Recurso 12155-MI - 0601333673 - Recorrente: Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.-USIMINAS. Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 12238-MI - 0601331702 - Recorrente: BCD Eletrônica do Brasil Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 12246-MI - 0601332002 - Recorrente: Cemusa do Brasil Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 12302-MI - 0601333668 - Recorrente: Júlia da Silva Santos. Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 12307-MI - 0601330977 - Recorrente: Mahle Metal Leve Miba Sinterizados Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 12382 - 0601326583 - Recorrentes: Moreira & Associados - Auditores e Heraldo Sérgio Silva de Barcellos. Recorrido: Bacen. Relator: Darwin Corrêa.

Recurso 12385-MI - 0601330976 - Recorrente: Olin Reductone Brasil Produtos Químicos Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 12718-MI - 0901440526 - Recorrente: Inael do Brasil Indústria e Comércio de Material Elétrico Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 12733-MI - 0901441084 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 12890-MI - 0901440716 - Recorrente: Comelz do Brasil Indústria e Comércio de Maquinas e Equipamentos pra Calçados Ltda. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 12911-MI - 0901440646 - Recorrente: Mercotex do Brasil Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 12931-MI - 0901440705 - Recorrente: C-Pack Creative Packaging S.A. Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 12960-MI - 0901440949 - Recorrente: Tim Nordeste S.A. Recorrido: Bacen. Relator: Gilberto Frussa.

Recurso 12981-MI - 0601332486 - Recorrente: Enziquímica Produtos Químicos Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 12983-MI - 0901441362 - Recorrente/Recorrida: FMC Química do Brasil Ltda. Recorrente/Recorrido: Bacen. Relator: Gilberto Frussa.

Recurso 13014-MI - 0901441501 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Likstrom Engenharia Indústria e Comércio Ltda. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 13023-MI - 0901441847 - Recorrentes: Colúmbia Trading S.A. e TIM Celular S.A.(sucessora da Teleceará Celular S.A.). Recorrido: Bacen. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 13048-MI - 0901440939 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Vompanhia Refinadora da Amazônia. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 13098-MI - 0901440836 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Cipan Comércio e Indústria de Produtos Alimentícios do Nordeste Ltda. Relator: Celso Luiz Rocha Serra Filho.

Recurso 13100-MI - 0901440760 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Máquinas Sazi Ltda. Relator: Johan Albino Ribeiro.

Recurso 13172-MI - 0901441680 - Recorrente: Sixty Brasil Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Gilberto Frussa.

Recurso 13195-MI - 0901440525 - Recorrente: Bacen. Recorrida: IBC Indústria Bahiana de Compostos Plásticos Ltda. Relator: Gilberto Frussa.

Recurso 13196-MI - 0901440563 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Rima Industrial S.A. Relator: Gilberto Frussa.

Recurso 13219-MI - 0901440583 - Recorrente: Votorantim Metais Zinco S.A. Recorrido: Bacen. Relator: Gilberto Frussa.

Recurso 13221-MI - 0901441863 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Excim Importação e Exportação Ltda. Relator: Gilberto Frussa.

a) Total de Recursos: 61 (sessenta e um).

b) ADITAMENTO(S)/RETIRADA DE PAUTA - Recomenda-se consulta sistemática ao DOU e à página do CRSFN na internet (www.bcb.gov.br/crsfn, no link "Pautas de Julgamento") para verificar se, no prazo regimental, foi eventualmente publicado aditamento à pauta desta sessão ou se, até o dia útil imediatamente anterior à data da sessão e apenas na página na internet, restou efetuada anotação sobre processo(s) retirado(s) e que, portanto, será(ão) objeto de julgamento em data futura.

c) SUSPENSÃO DOS TRABALHOS - Salientamos o que disposto no § 2º do art. 18 do Regimento Interno do CRSFN, aprovado pelo Decreto nº 1.935, de 20 de junho de 1996: "Nos casos em que se tornar impossível julgar todos os processos da pauta ou quando não se concluir o julgamento na data designada, fica facultado ao Presidente suspender a sessão e reiniciá-la no dia útil subsequente, independentemente de nova convocação e publicação."

Brasília, 1º de julho de 2011.
DANIEL AUGUSTO BORGES DA COSTA
Presidente

MARCOS MARTINS DE SOUZA
Secretário Executivo

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.170, DE 1º DE JULHO DE 2011

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.127, de 7 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a apuração e tributação de rendimentos recebidos acumuladamente de que trata o art. 12-A da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.

A SECRETÁRIA-ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do art. 274 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e no § 9º do art. 12-A da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, resolve:

Art. 1º Os arts. 7º, 13 e 13-B da Instrução Normativa RFB nº 1.127, de 7 de fevereiro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º .....

.....

§ 1º O IRRF será considerado antecipação do imposto devido apurado na DAA.

§ 2º A opção de que trata o caput:

I - será exercida na DAA;

II - não poderá ser alterada, ressalvadas as hipóteses em que:

a) a sua modificação ocorra no prazo fixado para a apresentação da DAA;

b) a fonte pagadora, relativamente à DAA do exercício de 2011, ano-calendário de 2010, não tenha fornecido à pessoa física beneficiária o comprovante a que se refere o art. 6º ou, quando fornecido, o fez de modo incompleto ou impreciso, de forma a prejudicar o exercício da opção.

§ 3º No caso de que trata a alínea "b" do inciso II do § 2º, após o prazo fixado para a apresentação da DAA, a retificação poderá ser efetuada, uma única vez, até 31 de dezembro de 2011." (NR)

"Art. 13. .....

.....

§ 1º A opção de que trata o caput:

I - será exercida de modo definitivo na DAA do exercício de 2011, ano-calendário de 2010;

II - não poderá ser alterada, ressalvadas as hipóteses em que:

a) a sua modificação ocorra no prazo fixado para a apresentação da DAA;

b) a fonte pagadora, relativamente à DAA do exercício de 2011, ano-calendário de 2010, não tenha fornecido à pessoa física beneficiária o comprovante previsto na Instrução Normativa SRF nº 120, de 28 de dezembro de 2000, ou, quando fornecido, o fez de modo incompleto ou impreciso, de forma a prejudicar o exercício da opção;

III - deverá abranger a totalidade dos RRA no ano-calendário de 2010.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 1ª REGIÃO-DISTRITO FEDERAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O PROCURADOR REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 1ª REGIÃO-DISTRITO FEDERAL, no uso da competência outorgada pelo art. 76, inciso II do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº 257, de 23 de junho de 2009, publicada no DOU de 25 de junho de 2009, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com o seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas ou que este foi efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º incisos I e II dos § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º A rescisão referida no art. 1º implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso, e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e automática execução da garantia prestada, quando existente, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de dez dias contando da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 14, § 2º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3 de 25 de agosto de 2004, ao Procurador Regional da Fazenda Nacional no Distrito Federal, com endereço à SAS Quadra 01, Bloco G, 6º andar, Ed. PGFN - Brasília/DF, mencionando o número do processo administrativo respectivo.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO JUCÁ FILHO

ANEXO ÚNICO

Relação de pessoas jurídicas excluídas do Parcelamento Especial previsto na Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, com base no número do CNPJ e respectivo processo de exclusão.

NOME	CNPJ	PROCESSO DE EXCLUSÃO
FRANCISCO VALDENIR MACHADO ELIAS	00.325.746/0001-75	10166.004523/2011-57
R & R COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	38.068.458/0001-55	10166.004491/2011-90
GRÁFICA VALCI EDITORA LTDA	00.336.024/0001-16	10166.004524/2011-00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 2º No caso de que trata a alínea "b" do inciso II do § 1º, após o prazo fixado para a apresentação da DAA, a retificação poderá ser efetuada, uma única vez, até 31 de dezembro de 2011." (NR)

"Art. 13-B. .....

§ 1º Aplica-se o disposto no caput à hipótese de que trata o § 3º do art. 13-A.

§ 2º A faculdade prevista no caput:

I - será exercida de modo definitivo na DAA do exercício de 2012, ano-calendário de 2011;

II - não poderá ser alterada, ressalvada a hipótese em que a sua modificação ocorra no prazo fixado para a apresentação da DAA;

III - deverá abranger a totalidade dos RRA no ano-calendário de 2011." (NR)

Art. 2º A Instrução Normativa RFB nº 1.127, de 2011, passa a vigorar acrescida dos arts. 12-A e 12-B:

"Art. 12-A. No caso de sucessão causa mortis, em que tiver sido encerrado o espólio, a quantidade de meses relativa ao valor dos RRA transmitido a cada sucessor será idêntica à quantidade de meses aplicada ao valor dos RRA do de cujus.

Parágrafo único. Na hipótese de pagamento em parcelas ou de valor a título complementar, utilizar-se-ão os mesmos critérios de cálculo estabelecidos nos arts. 10 e 12-B respectivamente."

"Art. 12-B. Na hipótese de RRA a título complementar, o imposto a ser retido será a diferença entre o incidente sobre a totalidade dos RRA paga, inclusive o superveniente, e a soma dos retidos anteriormente.

§ 1º Eventual diferença negativa de imposto, apurada na forma do caput, não poderá ser compensada ou restituída.

§ 2º Considerar-se-ão RRA a título complementar os rendimentos de que trata o art. 2º, recebidos a partir de 1º de janeiro de 2010, com o intuito específico de complementar valores de RRA pagos a partir daquela data, decorrentes de diferenças posteriormente apuradas e vinculadas aos respectivos valores originais.

§ 3º O disposto no caput aplicar-se-á ainda que os RRA a título complementar tenham ocorrido em parcelas.

§ 4º Em relação aos RRA a título complementar, a opção de que trata o art. 7º:

I - poderá ser efetuada de forma independente, quando os valores dos RRA, ou da última parcela destes, tenham sido efetuados em anos-calendário anteriores ao recebimento do valor complementar;

II - será a mesma adotada relativamente aos valores dos RRA, ou da última parcela, quando o recebimento destes tenha sido efetuado no mesmo ano-calendário do recebimento do valor complementar."

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ZAYDA BASTOS MANATTA

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 108, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA- PJK, no uso da competência prevista no art. 7º, da Instrução Normativa SRF nº 409, de 19 de março de 2004, e, tendo em vista o constante do Processo nº 10111.000296/2007-40, declara:

1. Fica habilitada a empresa TAP AIR PORTUGAL, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.136.896/0011-61 a operar, em caráter precário, o regime aduaneiro especial de Depósito Afiançado - DAF, no Aeroporto Internacional de Brasília, por prazo indeterminado, nos seguintes locais:

1.1- Recinto com 73 m2 no Depósito da Comissaria Aérea de Brasília, Setor de Comissarias, s/nº - Mezanino - Aeroporto Internacional de Brasília Juscelino Kubitschek de Oliveira, Lago Sul, destinado à guarda de provisões de bordo (catering e material de serviço) e outros discriminados no art. 2º da IN SRF nº 409/2004;

1.2 - Um contêiner marítimo do tipo almoxarifado, modelo MT MT 601, com 6 metros de comprimento, 2,44 metros de largura e 2,57 metros de altura externa, posicionado entre os Armazéns Alfandegados 02 e 03 do Terminal de Logística de Carga - TECA - do Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek de Oliveira, Lago Sul, para guarda de peças, materiais de manutenção e outros discriminados no art. 2º da IN SRF nº 409/2004.

2. Fica atribuído ao recinto onde será operado o regime o código 1.91.72.02-8 na respectiva tabela do Siscomex.

3. Fica formalmente revogado o Ato Declaratório Executivo ALF/BSB nº 260/2010, sem interrupção de sua força normativa.

4. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 100, DE 20 DE JUNHO DE 2011

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720247/2011-11 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, DECLARA: face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado para fins de transferência de propriedade o veículo marca BMW, modelo X3, ano 2007, cor preta, chassi WBAPC71078WB75402, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 07/0752759-1, de 11/06/2007, registrada na Alfândega do Porto de Vitória - ES, de propriedade do Sr. PAOLO FONTANI, CPF 751.224.721-49, para a Sra. ADRIANA PEREIRA NASCIMENTO, CPF 715.253.515-91.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Concede o Registro Especial para estabelecimentos produtores, engarrafadores e importadores de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de Dezembro de 2010, e considerando o disposto no art. 1º, § 6º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, com a redação dada pelo art. 32 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e na Instrução Normativa RFB nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 782, de 9 de novembro de 2007, RFB nº 824, de 20 de fevereiro de 2008, RFB nº 1.026, de 16 de abril de 2010 e RFB nº 1.065, de 16 de agosto de 2010, bem como no art. 46 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, combinados com os arts. 284 e 322 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, decide:

Art. 1º Conceder à EMPÓRIO LUSITANO COMÉRCIO DE VINHOS LTDA - CNPJ nº 10.580.046/0001-80, situada a QE 40, CONJUNTO H, LOTE 01, GUARÁ II, CEP: 71.070-082, BRASILIA/DF, Registro Especial, específico para IMPORTADOR de bebidas alcoólicas, de nº 01101/0018, de que trata a IN SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, e alterações posteriores, conforme requerido por meio do processo administrativo nº 10166.002080/2011-60.

Art. 2º O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na IN SRF nº 504, de 2005, e alterações posteriores, sob pena de cancelamento do registro especial, bem como observar os demais atos legais e normativos pertinentes.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

JOEL MIYAZAKI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Declara, NULA inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA - DF, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 295 inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, e § 1º do Art. 35 da Instrução Normativa SRF n.º 1005, de 08 de fevereiro de 2010, e fundamentados no Art. 35, inciso I, da IN 1005/10. DECLARA anulada, de ofício, a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda de n.º 05.756.246/0002-92, em nome de SUBSECRETARIA DE PLANEJANENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇAO do MDS e COMBATE a FOME. , por ter sido atribuído mais de um número de inscrição para o mesmo estabelecimento, conforme consta no processo n.º 11853.000167/2011-17.

JOEL MIYAZAKI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Concede o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, e alterações posteriores, e considerando o disposto no art. 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010, e RFB nº 1.048, de 29 de junho de 2010, bem como no art. 40 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, combinados com o art. 18, inciso I, e §§ 1º e 4º e o art. 20 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, decide:

Art. 1º Conceder à EDITORA OTIMISMO LTDA - CNPJ nº 00.771.249/0001-09, situada ao SIBS QUADRA 03 CONJUNTO C LOTE 26, NÚCLEO BANDEIRANTE, CEP: 71.736-303, BRASILIA/DF, Registros Especiais nº GP-01101-000218 e IP-01101-00019, para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, de que trata a IN SRF nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, conforme requerido por meio do processo administrativo nº 10166.011066/2010-76.

Art. 2º O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na IN SRF nº 976, de 2009, e alterações posteriores, sob pena de cancelamento do registro especial, bem como observar os demais atos legais e normativos pertinentes.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União.

JOEL MIYAZAKI

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORUMBÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 1º DE JULHO DE 2011

Outorga o credenciamento de peritos para prestação de assistência técnica na identificação e quantificação de mercadorias importadas ou a exportar.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORUMBÁ-MS, Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria RFB 1.035, de 2 de abril de 2009, publicada no DOU. Nº 63, de 2 de abril de 2009, combinado com o artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e, tendo em vista o que consta do processo nº 10108.000967/2011-16, RESOLVE:

Art. 1º Homologar o resultado do processo de credenciamento a que se refere o Edital IRFCOR nº 1, de 16 de Maio de 2011, nos termos do art. 11, inciso III, da Instrução Normativa RFB nº 1.020, de 31 de Março de 2010.

Art. 2º Outorgar o credenciamento por 2 (dois) anos, a partir da data de publicação deste Ato no DOU, prorrogável uma única vez por igual período, a título precário e sem vínculo empregatício, para a prestação de serviços de assistência técnica na identificação e quantificação de mercadorias, importadas ou a exportar, no procedimento fiscal aduaneiro, aos candidatos relacionados no Anexo Único.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 3, de 5 de Janeiro de 2011.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

NILO ODIRLEI MARTINI RIBAS

ANEXO ÚNICO

Candidatos Selecionados

Área de Especialização: 1.6 - Engenheiros de Diversas Áreas

Class.	Candidato	CPF
1	FELISBERTO GERALDO SANTIAGO	253.028.766-04
2	JOSE EDUARDO CARDOSO LOPES	529.687.077-87
3	NEY PINTO VIANNA FILHO	285.501.371-20
4	JOELSON PEREIRA DIB	130.495.528-16
5	RENATO EBOLI GONÇALVES FERREIRA	528.951.737-53
6	GERSON DA COSTA MELO	314.289.591-49

Área de Especialização: 1.3 - Engenheiros Eletricistas

Class.	Candidato	CPF
1	ALOYSIO MOREIRA SALLES	458.622.307-34

4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O Delegado da Receita Federal do Brasil em João Pessoa/PB, no uso de suas atribuições, em face do disposto no art. 13 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02 de maio de 2007, resolve:

Art.1º- Declarar CANCELADAS as Certidões Conjuntas Positivas com Efeito de Negativas de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de números 2F8C.D818.7626.4A5A, 60BA.DFD5.86FA.07AF e 6F72.4FAF.8F61.376F, emitidas indevidamente em 29/06/2011, em favor do contribuinte CONSERPA CONSTRUÇÃO CONSERVAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA., CNPJ 08.666.844/0001-88.

JOSÉ HONORATO DE SOUZA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5ª REGIÃO FISCAL
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 20, DE 27 DE JUNHO DE 2011

ASSUNTO: Simples Nacional

EMENTA: A vedação ao ingresso ou permanência no Simples Nacional em virtude do exercício de qualquer atividade prestada mediante cessão de mão-de-obra só não se aplica às atividades expressamente excepcionadas da vedação prevista no art. 18, §§ 5º-C e 5º-H da Lei Complementar nº 123, de 2006. Os serviços de coleta, distribuição e entrega de correspondências e volumes efetuados por moto boy, integram a relação constante do § 2º do art. 219 do Dec. nº 3.048/99 e se realizados mediante cessão de mão-de-obra sujeitam-se à exclusão do Simples Nacional, conforme o prescrito no art. 191, caput, mais o § 2º, da IN RFB nº 971, de 2009.

DISPOSITIVOS LEGAIS: : Lei Complementar nº 123, de 14/12/06, art. 17, inc. XII, §§ 1º e 2º; art. 18, §§ 5º-B, 5º-C, 5º-E, 5º-F e 5º-H e o art. 32; Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/09, art. 191; Lei nº 8.212/91, art. 31, §§ 3º e 4º e o Decreto nº 3.048, de 6/05/99, art. 219, §§ 1º e 2º.

LICIA MARIA ALENCAR SOBRINHO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 21, DE 28 DE JUNHO DE 2011

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS. POSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO COMO INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E EQUIPARADAS. As pessoas jurídicas que explorem atividades próprias de corretores e agentes de seguros estão submetidas à alíquota da contribuição conforme exigida das instituições financeiras e equiparadas.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 8.212, de 1991, art. 22, § 1º; Lei nº 10.637, de 2002, art. 8º; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art 1º.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS. POSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO COMO INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E EQUIPARADAS. As pessoas jurídicas que explorem atividades próprias de corretores e agentes de seguros estão submetidas à alíquota da contribuição conforme exigida das instituições financeiras e equiparadas.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 8.212, de 1991, art. 22, § 1º; Lei nº 10.833, de 2003, art. 10; Lei nº 10.684, de 2003, art 18.

LICIA MARIA ALENCAR SOBRINHO
Chefe

6ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Autoriza a empresa que menciona a operar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural - REPETRO

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 6ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 844, de 09 de maio de 2008 e considerando o que consta do processo nº 10611720566/2011-88, declara:

Art. 1º - Fica a empresa Georadar Levantamentos Geofísicos S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.087.282/0001-02, e suas filiais CNPJ nº 03.087.282/0004-47, CNPJ n° 03.087.282/0005-28, CNPJ n° 03.087.282/0006-09, CNPJ n° 03.087.282/0007-90 e CNPJ n° 03.087.282/0009-51 habilitadas a utilizarem o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural - REPETRO, de que trata a IN RFB nº 844, de 2008, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 941, de 25 de maio de 2009, nº 1.070, de 13 de setembro de 2010 e nº 1.089, de 30 de novembro de 2010, na execução do contrato a seguir relacionado, até o seu termo final, ou estabelecido em sua prorrogação, se for o caso.

Art. 2º - Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação para utilizar o REPETRO poderá ser suspensa ou cancelada, na hipótese de ocorrência de situações previstas na IN RFB nº 844, de 2008.

Art. 3º - Eventuais prorrogações do contrato especificado será objeto de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EMPRESA CNPJ	ÁREA DE CONCESSÃO	Nº DOS CONTRATOS	TERMO FINAL
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP CNPJ-02.313.673/0002-08	Bacia do Estado do Acre - AC	Nº 7.175/10-ANP-005.778, vinculado ao contrato ANP Nº 48610.005778/2009-08	29/02/2013

HERMANO LEMOS DE AVELAR MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Autoriza a empresa que menciona a operar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural - REPETRO

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 6ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 844, de 09 de maio de 2008 e considerando o que consta do processo nº 10611720568/2011-77, declara:

Art. 1º - Fica a empresa Georadar Levantamentos Geofísicos S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.087.282/0001-02, e suas filiais CNPJ nº 03.087.282/0004-47, CNPJ n° 03.087.282/0005-28, CNPJ n° 03.087.282/0006-09, CNPJ n° 03.087.282/0007-90 e CNPJ n° 03.087.282/0009-51 habilitadas a utilizarem o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural - REPETRO, de que trata a IN RFB nº 844, de 2008, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 941, de 25 de maio de 2009, nº 1.070, de 13 de setembro de 2010 e nº 1.089, de 30 de novembro de 2010, na execução do contrato a seguir relacionado, até o seu termo final, ou estabelecido em sua prorrogação, se for o caso.

Art. 2º- Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação para utilizar o REPETRO poderá ser suspensa ou cancelada, na hipótese de ocorrência de situações previstas na IN RFB nº 844, de 2008.

Art. 3º - Eventuais prorrogações do contrato especificado será objeto de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EMPRESA CNPJ	ÁREA DE CONCESSÃO	Nº DOS CONTRATOS	TERMO FINAL
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP CNPJ-02.313.673/0002-08	Bacia do Estado do Amazonas - AM	Nº 7.174/10-ANP-003.044, vinculado ao contrato ANP Nº 48610.003044/2009-86	29/01/2013

HERMANO LEMOS DE AVELAR MACHADO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 114, DE 30 DE JUNHO DE 2011

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 203 e 292 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, 04 de março de 2009, publicada no DOU de 06/03/2009, e alterações posteriores; considerando o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa do SRF 504 de 03 de fevereiro de 2005 e, ainda, o que consta do processo administrativo fiscal nº 10680.013426/2008-31, resolve declarar:

1. CANCELADO, a pedido, o Registro Especial de Bebida sob o número 06101/166 concedido a empresa AGRO-INDUSTRIAL FLOR DA SERRA LTDA, CNPJ nº 03.438.783/0001-88, estabelecida à Rua Cocho D'Água, s/nº, Bairro Cocho D'Água, no município de Rio Acima/MG, CEP 34.300-000, através do Ato Declaratório Executivo DRF/BHE nº 14, de 03 de Abril de 2009.

2. Fica revogado o Ato Declaratório Executivo DRF/BHE nº 14, de 03 de Abril de 2009, publicado no DOU de 13/04/2009.

3. Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 117, DE 28 DE JUNHO DE 2011

Declara e Comunica o cancelamento de inscrição no cadastro CPF nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010.

A Delegada da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, considerando o disposto nos artigos 30 e 31, da Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício, no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, as inscrições nº 070.936.696-54 e nº 078.676.606-90, concedidas em multiplicidade ao contribuinte RODNEY BARBOSA GARCIA, de acordo com informações contidas no Processo Administrativo nº 10680.723285/2011-63.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA CÉLIA BATISTA CORDEIRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

PORTARIA Nº 76, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Altera dispositivo da Portaria nº 32, de 11 de fevereiro de 2011, que delega competências.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, e alterações posteriores, e considerando os artigos 220, 295, 300 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 1 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º - O art. 7º da Portaria nº 32, de 11 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 22 de fevereiro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

" Art. 7º - …….....

….....

VI - Revogado.

.....

XV - autorizar as providências para a extinção do Regime Aduaneiro Especial de Admissão Temporária, inclusive a nacionalização dos bens por terceiro;

.....

XXVII - Incluir e ou excluir os interessados no registro de despachante Aduaneiro e Ajudante de Despachante Aduaneiro, conforme parágrafo 3º, do art. 810, do Decreto nº 6.759, de 2009."

MARCUS VINICIUS DADALTI BARROSO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS

RETIFICAÇÃO

No ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 03 DE 12 DE JANEIRO DE 2011, publicado no D.O.U. de 14/01/2011, Seção 1, pág. 24.

Onde se lê: " Art. 2º A empresa exerce a atividade de importação para comercialização no mercado interno de bebidas classificadas na TIPI nas posições NCM sob os códigos 2208.60.00, 2208.70.00 e 2208.90.00."

Leia-se: " Art. 2º A empresa exerce a atividade de importação para comercialização no mercado interno de bebidas classificadas na TIPI nas posições NCM sob os códigos 2208.20.00, 2208.60.00, 2208.70.00 e 2208.90.00".

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 22, DE 29 DE JUNHO DE 2011

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: GFIP/SEFIP - AÇÃO JUDICIAL Em decorrência de impossibilidade de o sistema recepcionar as particularidades de uma decisão judicial, as informações na GFIP/SEFIP deverão ser declaradas normalmente de acordo com a legislação e os recolhimentos deverão ser efetuados, conforme a decisão judicial.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Instrução Normativa RFB nº 880/2008, Cap. IV - Orientações Específicas, item 7, e o Cap. III - Informações Financeiras do Manual da GFIP, item 2.5.

LICIA MARIA ALENCAR SOBRINHO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 25, DE 29 DE JUNHO DE 2011

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: GFIP/SEFIP - AÇÃO JUDICIAL Em decorrência de impossibilidade de o sistema recepcionar as particularidades de uma decisão judicial, as informações na GFIP/SEFIP deverão ser declaradas normalmente de acordo com a legislação e os recolhimentos deverão ser efetuados, conforme a decisão judicial.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DISPOSITIVOS LEGAIS: Instrução Normativa RFB nº 880/2008, Cap. IV - Orientações Específicas, item 7, e o Cap. III - Informações Financeiras do Manual da GFIP, item 2.5.

LICIA MARIA ALENCAR SOBRINHO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 26, DE 30 DE JUNHO DE 2011

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: GFIP/SEFIP - AÇÃO JUDICIAL Em decorrência de impossibilidade de o sistema recepcionar as particularidades de uma decisão judicial, as informações na GFIP/SEFIP deverão ser declaradas normalmente de acordo com a legislação e os recolhimentos deverão ser efetuados, conforme a decisão judicial.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Instrução Normativa RFB nº 880/2008, Cap. IV - Orientações Específicas, item 7, e o Cap. III - Informações Financeiras do Manual da GFIP, item 2.5.

LICIA MARIA ALENCAR SOBRINHO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 27, DE 30 DE JUNHO DE 2011

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: GFIP/SEFIP - AÇÃO JUDICIAL Em decorrência de impossibilidade de o sistema recepcionar as particularidades de uma decisão judicial, as informações na GFIP/SEFIP deverão ser declaradas normalmente de acordo com a legislação e os recolhimentos deverão ser efetuados, conforme a decisão judicial.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Instrução Normativa RFB nº 880/2008, Cap. IV - Orientações Específicas, item 7, e o Cap. III - Informações Financeiras do Manual da GFIP, item 2.5.

LICIA MARIA ALENCAR SOBRINHO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 28, DE 30 DE JUNHO DE 2011

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: GFIP/SEFIP - AÇÃO JUDICIAL Em decorrência de impossibilidade de o sistema recepcionar as particularidades de uma decisão judicial, as informações na GFIP/SEFIP deverão ser declaradas normalmente de acordo com a legislação e os recolhimentos deverão ser efetuados, conforme a decisão judicial.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Instrução Normativa RFB nº 880/2008, Cap. IV - Orientações Específicas, item 7, e o Cap. III - Informações Financeiras do Manual da GFIP, item 2.5.

LICIA MARIA ALENCAR SOBRINHO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 29, DE 30 DE JUNHO DE 2011

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: GFIP/SEFIP - AÇÃO JUDICIAL Em decorrência de impossibilidade de o sistema recepcionar as particularidades de uma decisão judicial, as informações na GFIP/SEFIP deverão ser declaradas normalmente de acordo com a legislação e os recolhimentos deverão ser efetuados, conforme a decisão judicial.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Instrução Normativa RFB nº 880/2008, Cap. IV - Orientações Específicas, item 7, e o Cap. III - Informações Financeiras do Manual da GFIP, item 2.5.

LICIA MARIA ALENCAR SOBRINHO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 30, DE 30 DE JUNHO DE 2011

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias

EMENTA: GFIP/SEFIP - AÇÃO JUDICIAL Em decorrência de impossibilidade de o sistema recepcionar as particularidades de uma decisão judicial, as informações na GFIP/SEFIP deverão ser declaradas normalmente de acordo com a legislação e os recolhimentos deverão ser efetuados, conforme a decisão judicial.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Instrução Normativa RFB nº 880/2008, Cap. IV - Orientações Específicas, item 7, e o Cap. III - Informações Financeiras do Manual da GFIP, item 2.5.

LICIA MARIA ALENCAR SOBRINHO
Chefe

7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 1ª DE JULHO DE 2011

Declara a nulidade de inscrição perante o Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF)

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2010, com fundamento nos artigos 32 e seguintes da Instrução Normativa RFB Nº 1042, de 10 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2010, e nas informações constantes no processo administrativo nº 18470.725439/2011-39, resolve declarar nula a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) nº 144.472.767-20, em nome de AQUILES BORGES LIMA, em virtude de irregularidade insanável detectada na mencionada inscrição.

ANTÔNIO CARLOS BARBOSA BONDIM

8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Declara inapta a inscrição 69.178.937/0001-58 no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21/12/2010, publicada no Diário Oficial da União, de 23/12/2010 e tendo em vista o que consta no processo 19311.720123/2011-46, resolve:

Art 1º. Declarar, com fundamento nos incisos I do art 39 combinado com o artigo 41 da IN RFB 1005 de 08/02/2010, com a redação que lhe foi dada pela IN RFB 1097/2010, a inaptidão da inscrição nº 69.178.937/0001-58 no cadastro CNPJ, em nome da Pessoa Jurídica RB EMPREGOS TEMPORARIOS LTDA, em razão da entidade não ter sido localizada no endereço fornecido à RFB.

Art 2º. O presente ADE produzirá efeitos a partir da data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO MAZARIN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Registro especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de gráfica: impressor de livros, jornais e periódicos, que recebe papel de terceiros ou adquire com imunidade tributária (GP).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA - SP, no uso de suas atribuições regimentais previstas no art. 295, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de Dezembro de 2010, e com fulcro no disposto no art. 2º da Instrução Normativa SRF nº 976, de 7 de Dezembro de 2009, à vista da tramitação regular do procedimento administrativo registrado sob o n.º 13887.000.441/2001-14, declara:

Art. 1º - Inscrito no registro especial instituído pelo art. 1º do Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, para realização de operações com papel imune destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade de gráfica: impressor de livros, jornais e periódicos, que recebe papel de terceiros ou adquire com imunidade tributária (GP), observados os dispositivos da Lei 11.945 de 4 de Junho de 2009, de acordo com o art. 1º, § 1º, inciso V, da Instrução Normativa SRF nº 976, de 7 de Dezembro de 2009, o estabelecimento a seguir identificado:

Número de Inscrição: GP-08112/00068
Instituto de Difusão Espírita
CNPJ n.º 44.220.101/0001-43
Av. Otto Barreto, 1067 - Jd. Nova Olinda
CEP 13.602-060 - Araras - SP

Art. 2º - O presente registro especial será cancelado na hipótese de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 3º - Ficam convalidados os atos praticados sob a égide do Ato Declaratório Executivo nro. 117 de 08 de outubro de 2010 publicado no DOU de 21 de outubro de 2010.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeito a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JÚLIO CÉSAR NAVAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Cancela registro especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de gráfica: impressor de livros, jornais e periódicos, que recebe papel de terceiros ou adquire com imunidade tributária (GP).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA - SP, no uso de suas atribuições regimentais previstas no art. 295, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de Dezembro de 2010, e com fulcro no disposto no art. 2º da Instrução Normativa SRF nº 976, de 7 de Dezembro de 2009, à vista da tramitação regular do procedimento administrativo registrado sob o n.º 10865.000.523/2010-10, declara:

Art. 1º - Cancelada a inscrição no registro especial instituído pelo art. 1º do Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, para realização de operações com papel imune destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade de gráfica: impressor de livros, jornais e periódicos, que recebe papel de terceiros ou adquire com imunidade tributária (GP), a pedido do interessado, do estabelecimento a seguir identificado:

Número de Inscrição Cancelada: GP-08112/00054
ADE 0100/2010 de 21/06/2010 - Publicado em 22/06/2010
Paula Pertile Nunes - EPP
CNPJ n.º 06.181.785/0001-22

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeito a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, retroagindo o cancelamento a 01/10/2010.

JÚLIO CÉSAR NAVAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 47, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Registro especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de importador (IP).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA - SP, no uso de suas atribuições regimentais previstas no art. 295, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de Dezembro de 2010, e com fulcro no disposto no art. 2º da Instrução Normativa SRF nº 976, de 7 de Dezembro de 2009, à vista da tramitação regular do procedimento administrativo registrado sob o n.º 10865.000.566/2010-03, declara:

Art. 1º - Inscrito no registro especial instituído pelo art. 1º do Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, para realização de operações com papel imune destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade de importador (IP), observados os dispositivos da Lei 11.945 de 4 de Junho de 2009, de acordo com o art. 1º, § 1º, inciso III, da Instrução Normativa SRF nº 976, de 7 de Dezembro de 2009, o estabelecimento a seguir identificado:

Número de Inscrição: IP-08112/00011
CENTRAL DE PAPÉIS IMPACTO LTDA
CNPJ n.º 04.121.625/0001-62
Rua Santa Cruz, 167 - Fundos - Bairro Santa Cruz
CEP 13800-440 - MOGI MIRIM - SP

Art. 2º - O presente registro especial será cancelado na hipótese de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2010.

JÚLIO CÉSAR NAVAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Registro especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de distribuidor (DP).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA - SP, no uso de suas atribuições regimentais previstas no art. 295, inciso VII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de Dezembro de 2010, e com fulcro no disposto no art. 2º da Instrução Normativa SRF nº 976, de 7 de Dezembro de 2009, à vista da tramitação regular do procedimento administrativo registrado sob o n.º 10865.000.566/2010-03, declara:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º - Inscrito no registro especial instituído pelo art. 1º do Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, para realização de operações com papel imune destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade de distribuidor (DP), observados os dispositivos da Lei 11.945 de 4 de Junho de 2009, de acordo com o art. 1º, § 1º, inciso IV, da Instrução Normativa SRF nº 976, de 7 de Dezembro de 2009, o estabelecimento a seguir identificado:

Número de Inscrição: DP-08112/00006
CENTRAL DE PAPÉIS IMPACTO LTDA
CNPJ n.º 04.121.625/0001-62
Rua Santa Cruz, 167 - Fundos - Bairro Santa Cruz
CEP 13800-440 - MOGI MIRIM - SP

Art. 2º - O presente registro especial será cancelado na hipótese de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2010.

JÚLIO CÉSAR NAVAS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 1º DE JULHO DE 2011

Baixa de ofício de inscrição no CNPJ de pessoa jurídica considerada inexistente de fato.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 23 de dezembro de 2010 e no § 2º do artigo 30 da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º. Baixada de ofício, nos termos do artigo 80, § 1º, item I, da Lei nº 9.430/1996, a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica a seguir identificada, considerada inexistente de fato nos termos do inciso II, alínea "a", do artigo 28 da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 8 de fevereiro de 2010, pelo fato de não dispor de patrimônio e capacidade operacional necessários à realização de seu objeto, conforme constatado no processo administrativo nº 10920.004096/2010-37:

NOME EMPRESARIAL	OLIVEIRA MENDES TRANSPORTES LTDA
C.N.P.J.	08.519.507/0001-68

Art. 2º. A pessoa jurídica poderá restabelecer a inscrição baixada mediante prova em processo administrativo de que dispõe de patrimônio e capacidade operacional necessários à realização de seu objeto.

RENATO CESAR LEITE

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Prorroga habilitação ao REPETRO da empresa que menciona e autoriza compartilhamento de embarcação

O CHEFE SUBSTITUTO DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência estabelecida pelo art. 1º da Portaria SRRF08/G nº 74, de 15 de junho de 2011, atendendo ao disposto no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 844, de 09 de maio de 2008, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 941, de 25 de maio de 2009, e nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, nos termos e condições dessas mesmas normas e à vista do que consta do processo nº 12782.000067/2010-53, declara:

1. Fica prorrogada para 31 de julho de 2011 a habilitação da empresa PETRO-SANTOS LTDA., com sede no município de Guarujá/SP, na Rua Senador Salgado Filho, 356 - Jardim Santanense - Vicente de Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.891.196/0001-75, para utilizar o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural - REPETRO de que trata o artigo 1º da Instrução Normativa RFB nº 844/2008 para a execução do Contrato de Prestação de Serviços para embarcação "SEA PANTHER" nº DR-003-2010 e aditivos para prestação de serviços na Bacia de Campos C-M-560 na área denominada BM-C-37, firmado com a empresa MAERSK OIL BRASIL LTDA., concessionária da referida área nos termos do Contrato ANP nº 48610.001366/2008-18, cujo extrato encontra-se publicado no D.O.U. de 24 de março de 2008 - Seção 1.

2. Esta habilitação estende-se ao estabelecimento de CNPJ/MF nº 05.891.196/0002-56.

3. A empresa habilitada a utilizar o Regime Aduaneiro Especial REPETRO fica autorizada, até 31 de julho de 2011, a compartilhar a embarcação "SEA PANTHER" com a empresa STATOIL PETRÓLEO E GÁS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.028.583/0001-10 e também habilitada ao REPETRO conforme Ato Declaratório Executivo SRRF07/DIANA nº 38, de 07 de fevereiro de 2011 (D.O.U. de 08/02/2011), campos BM C-7, C-M-529 e C-M-530, para execução do contrato nº DR-003-2010 celebrado entre ambas.

4. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do dia 1º de julho de 2011.

JAIRO LUIZ SIMÕES GONÇALVES DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Prorroga habilitação ao REPETRO da empresa que menciona e autoriza compartilhamento de embarcação

O CHEFE SUBSTITUTO DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência estabelecida pelo inciso I do art. 1º da Portaria SRRF08/G nº 74, de 15 de junho de 2011, atendendo ao disposto nos arts. 5º, 8º e 24 da Instrução Normativa RFB nº 844, de 09 de maio de 2008, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, e nº 1.089, de 30 de novembro de 2010, e à vista do que consta do processo nº 12782.000066/2010-17, declara:

1. Fica prorrogada para 31 de julho de 2011 a habilitação da empresa PETRO-SANTOS LTDA., com sede no município de Guarujá/SP, na Rua Senador Salgado Filho, 356 - Jardim Santanense - Vicente de Carvalho, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.891.196/0001-75, para utilizar o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural - REPETRO de que trata o artigo 1º da Instrução Normativa RFB nº 844/2008 para a execução do Contrato de Prestação de Serviços para embarcação "SEA TIGER" nº DR-004-2010 e aditivos para prestação de serviços na Bacia de Campos C-M-560 na área denominada BM-C-37, firmado com a empresa MAERSK OIL BRASIL LTDA., concessionária da referida área nos termos do Contrato ANP nº 48610.001366/2008-18, cujo extrato encontra-se publicado no D.O.U. de 24 de março de 2008 - Seção 1.

2. Esta habilitação estende-se ao estabelecimento de CNPJ/MF nº 05.891.196/0002-56.

3. A empresa habilitada a utilizar o Regime Aduaneiro Especial REPETRO fica autorizada, até 31 de julho de 2011, a compartilhar a embarcação "SEA TIGER" com a empresa STATOIL PETRÓLEO E GÁS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.028.583/0001-10, já habilitada ao REPETRO conforme Ato Declaratório Executivo SRRF07/DIANA nº 38, de 07 de fevereiro de 2011 (D.O.U. de 08/02/2011), campos BM C-7, C-M-529 e C-M-530, para execução do contrato nº DR-004-2010 celebrado entre ambas.

4. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do dia 1º de julho de 2011.

JAIRO LUIZ SIMÕES GONÇALVES DA SILVA

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Torna sem efeito o Ato Declaratório Executivo IRF/SPO nº 40, de 26 de maio de 2011.

EDUARDO TORRES SIMÃO, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SIAPECAD nº 1495288, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 86, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 23 de fevereiro de 2011 e no uso das atribuições pelo art. 295 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010 e tendo em vista o disposto no art. 810, § 3ºdo Decreto 6.759 de 2009, resolve:

Tornar sem efeito o Ato Declaratório Executivo nº 40, de 26 de maio de 2011, publicado na página 33, seção 1, do DOU nº 116, de 17 de junho de 2011, tendo em vista que o Sr. Almir Fideles de Souza já se encontra inscrito, sob o nº 8D.02.205, em caráter provisório, no Registro de Despachantes Aduaneiros, por força de concessão de medida liminar.

EDUARDO TORRES SIMÃO

9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 62, DE 29 DE JUNHO DE 2011

Concede à empresa que especifica, inscrição no registro especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, as cooperativas de produtores, os estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcoólicas, sob o número 09204/0037 - de que trata a Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005;

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU, usando da atribuição que lhe confere o artigo 3º da Instrução Normativa SRF nº 504 de 03 de fevereiro de 2005, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 13971.720715/2011-16 declara:

Artigo 1º - Concedida a inscrição 09204/0037 para a empresa CONFIANÇA COMERCIO EXTERIOR LTDA, CNPJ 10.677.468/0001-79, estabelecida na rua Bruno Hildebrand 23 sala 02, Bairro Velha, Cep: 89040-090, em Blumenau/SC, no Registro Especial de Bebidas de que trata a Instrução Normativa nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, na atividade de IMPORTADOR.

Parágrafo único - A manutenção da inscrição fica condicionada ao cumprimento das disposições previstas na Instrução Normativa nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, podendo ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, nas hipóteses nela indicadas.

Artigo 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIO SUEKI SONOMURA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 112, DE 1º DE JULHO DE 2011

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União-DOU em 23 de dezembro de 2010, e considerando o disposto no inciso I, artigo 57, da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, e, ainda, considerando o pedido do contribuinte COLUMBIA TRADING S/A, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/054, situada à Av. Teporti, nº 876, Sala nº 10, Bairro Cordeiros, Itajaí, formulado nos autos do processo 10909.001997/2010-25, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 12.330 (doze mil trezentos e trinta) selos de controle, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

Marca Comercial	Quantidade Caixas	Quantidade Unidades	Característica do Produto
Jack Daniel's (JD)	1.000	12.000	Uísque americano, Blend Whisky, composto de malte de uísque e destilado alcoólico de cereais envelhecidos, graduação alcoólica, 40%, caixa com 12 garrafas de 1.000 ml.
Jack Daniel's Single Barrel (JDSB)	55	330	Uísque americano, Blend Whisky, composto de malte de uísque e destilado alcoólico de cereais envelhecidos, graduação alcoólica, 47%, caixa com 06 garrafas de 750 ml.

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 113, DE 1º DE JULHO 2011

Concede registro especial obrigatório para estabelecimento importador de biodiesel.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 295, inciso IX, combinado com o Artigo 220 e o artigo 307 inciso VI, da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e considerando o disposto art. 1º da Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005, publicada no DOU de 19 de maio de 2005 e no art. 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.053, de 12 de julho de 2010, publicada no DOU de 13 de julho de 2010 e de acordo com o processo administrativo nº 16511.000206/2011-71 de 01 de abril de 2011, declara:

Art. 1º - Inscrita no Registro especial como importador de biodiesel, sob o número BI-09201/0001, o estabelecimento da Pessoa Jurídica, TIMBRO (SC) COMÉRCIO EXTERIOR LTDA, CNPJ nº 12.128.412/0001-90, situada na Rua Doutor Pedro Rangel, nº 122, Sala 03, bairro São João, Itajaí/SC.

Art. 2º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 114, DE 1º DE JULHO 2011

Concede registro especial obrigatório para estabelecimento importador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo. 295, inciso IX, combinado com o Artigo 220 e o artigo 307 inciso VI, da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e considerando o disposto no art. 3º, da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 09 de fevereiro de 2005 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e de acordo com o processo administrativo nº 10909.000053/2011-11 de 07 de janeiro de 2011, declara:

Artº 2º. O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Vinho Tinto Seco	Parreiras	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco	Parreiras	2204.21.00	não retornável	880 ml
Vinho Tinto Seco	Parreiras	2204.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Tinto Seco	Parreiras	2204.29.11	não retornável	4.000 ml
Vinho Tinto Suave	Parreiras	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Suave	Parreiras	2204.21.00	não retornável	880 ml
Vinho Tinto Suave	Parreiras	2204.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Tinto Suave	Parreiras	2204.29.11	não retornável	4.000 ml
Vinho Branco Seco	Parreiras	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Seco	Parreiras	2204.21.00	não retornável	880 ml
Vinho Branco Seco	Parreiras	2204.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Branco Seco	Parreiras	2204.29.11	não retornável	4.000 ml
Vinho Branco Suave	Parreiras	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Suave	Parreiras	2204.21.00	não retornável	880 ml
Vinho Branco Suave	Parreiras	2204.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Branco Suave	Parreiras	2204.29.11	não retornável	4.000 ml
Vinho Tinto Seco	Vinhos do Sul	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Suave	Vinhos do Sul	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Seco	Vinhos do Sul	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Suave	Vinhos do Sul	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco	Santille	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Seco	Santille	2204.29.11	não retornável	4.000 ml
Vinho Tinto Suave	Santille	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Suave	Santille	2204.29.11	não retornável	4.000 ml
Vinho Branco Suave	Santille	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Suave	Santille	2204.29.11	não retornável	4.000 ml

LUIZ WESCHENFELDER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PASSO FUNDO
SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 1º DE JULHO DE 2011

Cancela inscrição no Registro Especial de pessoa jurídica que realiza operações com papel imune na qualidade de "gráfica".

O CHEFE DA DRF/PFO/SAORT, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 295, inciso VII, da Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, combinado com o art. 3º da Portaria DRF/PFO nº 12, de 27 de abril de 2011, declara:

Art. 1º Fica CANCELADA a inscrição de nº GP-10104/077 existente em nome do contribuinte RRF IMPRESSÕES GRÁFICAS LTDA, CNPJ nº 12.092.172/0001-11, com endereço atual na Rua José Fuga, nº 22, Centro, Marau - RS, no Registro Especial de controle sobre operações com papel imune, instituído pelo art. 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, atendendo-se a solicitação formulada pelo próprio contribuinte.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTIANO GONZALEZ

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 1º DE JULHO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 4º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

Art. 1º. INCLUIR no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros as seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.04.473	Christian Bittencourt Machado	011.530.770-27
10A.04.474	Geovair Mello Michels	696.852.820-72
10A.04.475	Julio Farias Iglesias	024.627.660-65
10A.04.476	Miriam Caroline Lopes Machado	007.512.110-79
10A..04.477	Régis Farias Hyppolito Benites	013.445.190-24
10A.04.478	Willian Jacques Machado	028.595.430-07
10A.04.479	André Lamana	024.101.070-52
10A.04.491	Priscilla Dalcanales da Silva	020.835.490-58

Art. 2º. Este Ato entrará em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE LUIZ HERGESSEL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 1º DE JULHO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 810, § 3º do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

Art. 1º. INCLUIR no Registro de Despachantes Aduaneiros as seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10D.02.059	Adir Reginaldo Silveira Brasil	776.903.460-49
10D.02.060	Henrique Rebes de Avila	002.784.040-90
10D.02.061	Marlize Fagundes de Moraes	013.457.070-70
10D.02.062	Peterson Bruno Trachinsky	924.114.010-00
10D.02.064	Alex Sandro dos Santos Juliani	006.896.690-38
10D.02.065	Maria Graciele Goulart de Almeida	014.748.330-12
10D.02.066	Rodrigo Bittencourt Savago	004.114.150-42

Art. 2º. CANCELAR a inscrição no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros, em razão da inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, das seguintes pessoas:

Nº REGISTRO	NOME	CPF
10A.03.848	Adir Reginaldo Silveira Brasil	776.903.460-49
10A.03.979	Henrique Rebes de Avila	002.784.040-90
10A.03.715	Marlize Fagundes de Moraes	013.457.070-70
10A.03.936	Peterson Bruno Trachinsky	924.114.010-00
10A.03.997	Alex Sandro dos Santos Juliani	006.896.690-38
10A.03.995	Maria Graciele Goulart de Almeida	014.748.330-12
10A.04.005	Rodrigo Bittencourt Savago	004.114.150-42

Art. 3º. Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE LUIZ HERGESSEL

SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO E ATENDIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Divulga a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) mensal, referente aos meses de julho, agosto e setembro de 2011, aplicável aos parcelamentos que especifica.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 305 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 3.983, de 29 de junho de 2011, do Banco Central do Brasil, DECLARA:

Art. 1º A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) mensal, referente aos meses de julho, agosto e setembro de 2011, aplicável ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis) e ao parcelamento a ele alternativo, de que trata a Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, ao Parcelamento Especial (Paes), de que trata a Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, bem como ao Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, é de 0,5 % (cinco décimos por cento).

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO R. F. MARTINS DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44, DE 1º DE JULHO DE 2011

Divulga a taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais relativa ao mês de junho de 2011.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 305 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 13 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, nos arts. 16 e 39 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, no art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e no art. 73 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, declara:

Art. 1º A taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, relativa ao mês de junho de 2011, aplicável na cobrança, restituição ou compensação de tributos federais, a partir do mês de julho de 2011, é de 0,96%.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO R. F. MARTINS DA SILVA

EXEMPLAR DESTINADO À IMPRENSA NACIONAL

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 28 DE JUNHO DE 2011

Divulga o enquadramento fiscal de marca de cigarro da empresa Souza Cruz S.A., inscrita no CNPJ nº 33.009.911/0001-39.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DA SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 287, inciso V, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 217 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, declara:

Art. 1º O enquadramento fiscal de marca de cigarro da empresa SOUZA CRUZ S.A., CNPJ nº 33.009.911/0001-39, é o constante da seguinte tabela:

Classe Fiscal	Embalagem	Marca Comercial	Versão	Vigência
III-R	Rígida	Lucky Strike	Click and Roll KS NR Lata	04/04/11

Art. 2º O enquadramento a que se refere o artigo anterior foi comunicado à Secretaria da Receita Federal do Brasil pelo fabricante, em cumprimento ao disposto no art. 219, inciso III, do Decreto nº 7.212, de 2010.

ANTONIO ZOMER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 28 DE JUNHO DE 2011

Divulga o enquadramento fiscal de marca de cigarro da empresa Souza Cruz S.A., inscrita no CNPJ nº 33.009.911/0001-39.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DA SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 287, inciso V, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 217 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, declara:

Art. 1º O enquadramento fiscal de marca de cigarro da empresa SOUZA CRUZ S.A., CNPJ nº 33.009.911/0001-39, é o constante da seguinte tabela:

Classe Fiscal	Embalagem	Marca Comercial	Versão	Vigência
III-R	Rígida	Lucky Strike	Blue KS NR HL	01/04/11

Art. 2º O enquadramento a que se refere o artigo anterior foi comunicado à Secretaria da Receita Federal do Brasil pelo fabricante, em cumprimento ao disposto no art. 219, inciso III, do Decreto nº 7.212, de 2010.

ANTONIO ZOMER

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO
E CONTENCIOSO

PORTARIA Nº 3.066, DE 1º DE JULHO DE 2011

Transfere a competência para julgamento de processos administrativos fiscais entre Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) que especifica.

O SUBSECRETÁRIO DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 275 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Fica transferida a competência para julgamento dos processos administrativos fiscais relacionados no Anexo Único a esta Portaria, da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Ribeirão Preto (SP), para a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Brasília (DF).

Art. 2º Os processos a que se refere o art. 1º deverão ser digitalizados e transferidos eletronicamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRO DE VARGAS SERPA

ANEXO ÚNICO

Relação de processos a serem transferidos da DRJ Ribeirão Preto (SP) para a DRJ Brasília (DF)

10840.721063/2011-26	15940.000729/2010-13
11444.001524/2010-03	15940.000847/2010-21
13830.720059/2011-58	15940.000992/2010-11
13830.720320/2011-10	15956.000024/2011-16
13855.003939/2010-05	15956.000128/2010-31
13888.000182/2011-93	15956.000735/2010-00
13888.004694/2010-48	15956.720016/2011-81
13888.721299/2011-12	16004.000891/2009-41
15868.000272/2010-67	16004.720045/2011-65
15940.000069/2011-51	16024.000157/2010-87

PORTARIA Nº 3.067, DE 1º DE JULHO DE 2011

Transfere a competência para julgamento de processos administrativos fiscais entre Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) que especifica.

O SUBSECRETÁRIO DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 275 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Fica transferida a competência para julgamento dos processos administrativos fiscais relacionados no Anexo Único a esta Portaria, da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Florianópolis (SC), para a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Salvador (BA).

Art. 2º Os processos a que se refere o art. 1º deverão ser digitalizados e transferidos eletronicamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRO DE VARGAS SERPA

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DE PROCESSOS A SEREM TRANSFERIDOS DA DRJ FLORIANÓPOLIS (SC) PARA A DRJ SALVADOR (BA)

10909.000043/2008-81	10925.001957/2004-37	13971.001432/2007-87
10909.000286/2008-19	10925.002240/2008-36	13971.001447/2003-11
10909.000309/2007-12	10925.002241/2008-81	13971.002433/2006-68
10909.001378/2006-54	10925.002242/2008-25	13971.002441/2006-12
10909.001614/2006-32	10925.002257/2004-60	13971.002649/2007-12
10909.001733/2007-76	10925.002351/2008-42	13971.003766/2007-95
10909.001923/2005-21	10925.002488/2005-54	13971.004054/2008-74
10909.003574/2008-25	10925.002490/2004-42	13971.004171/2008-38
10909.003602/2008-12	10925.002537/2008-00	13971.004173/2008-27
10909.003603/2008-59	10925.003281/2007-69	13971.004175/2008-16
10909.003604/2008-01	10925.003531/2007-61	13971.004312/2008-12
10909.003606/2008-92	11516.000045/2005-11	13971.004351/2008-10
10909.003607/2008-37	11516.001498/2005-57	13971.005061/2008-93
10909.003608/2008-81	11516.003276/2006-50	13971.005065/2008-71
10909.003669/2008-49	11516.004179/2008-46	13971.005080/2008-10
10909.004402/2008-79	11516.005580/2007-12	13972.000189/2008-51
10909.004514/2008-20	11516.006545/2008-00	13972.000200/2008-82
10909.005818/2008-12	11516.006728/2008-17	13972.000392/2008-27
10909.005881/2008-41	11516.006987/2008-48	13973.000189/2008-41
10909.005961/2008-04	11516.007065/2008-58	13973.000191/2008-10
10909.005997/2008-80	11516.007103/2008-72	13973.000192/2008-64
10909.006079/2008-78	11516.007218/2008-67	13973.000295/2008-24
10909.006101/2008-80	11516.007219/2008-10	13973.000313/2008-78
10909.006110/2008-71	11516.007433/2008-68	13973.000384/2008-71
10909.006114/2008-59	13961.000135/2008-14	13973.000484/2008-05
10909.006154/2008-09	13962.000044/2008-79	13973.000630/2007-11
10909.006182/2008-18	13962.000097/2008-90	13973.001274/2008-26
10909.006183/2008-62	13962.000106/2008-42	13973.001301/2008-61
10909.006443/2008-08	13962.000107/2008-97	13973.002385/2008-50
10909.006812/2008-54	13962.000183/2008-01	13973.002404/2008-48
10909.007026/2008-74	13962.000307/2008-40	13973.002458/2008-11
10920.000367/2008-61	13962.000640/2008-59	13975.000096/2008-04
10920.000442/2009-74	13962.000641/2008-01	13975.000097/2008-41
10920.000571/2008-81	13963.000171/2006-04	13975.000100/2008-26
10920.000900/2008-94	13963.000172/2006-41	13975.000160/2007-68
10920.000915/2008-52	13963.000173/2006-95	13975.000375/2007-89
10920.000945/2008-69	13963.000175/2006-84	13975.000380/2007-91
10920.000967/2008-29	13963.000746/2007-61	13975.000812/2007-64
10920.001005/2008-97	13963.001326/2008-83	13975.000931/2008-06
10920.001037/2008-92	13963.002524/2008-64	13975.000999/2008-87
10920.001181/2008-29	13963.002525/2008-17	13975.001018/2008-19
10920.001428/2006-00	13963.002547/2008-79	13975.001023/2008-21
10920.001698/2008-18	13963.002567/2008-40	13975.001165/2008-99
10920.003512/2008-65	13964.000377/2008-88	13976.000109/2008-27
10920.005204/2008-74	13964.000423/2007-68	13976.000482/2007-05
10920.005543/2008-51	13964.000571/2008-63	13976.000563/2005-35
10920.005610/2008-37	13964.000899/2008-80	13976.000987/2008-42
10920.005860/2008-77	13964.000972/2008-13	13977.000181/2008-44
10920.005862/2008-66	13964.001045/2008-11	13977.000451/2008-17
10920.006106/2008-54	13971.000026/2008-88	13981.000062/2008-22
10920.006113/2008-56	13971.000217/2007-69	13981.000285/2008-90
10920.007298/2007-35	13971.000218/2007-11	13982.000172/2008-84
10925.000177/2008-01	13971.000219/200758	13982.000184/2008-17
10925.000178/2008-48	13971.000567/2004-82	13982.000286/2006-62
10925.000368/2006-01	13971.000675/2007-06	13982.000871/2008-24
10925.000744/2007-31	13971.001064/2007-77	13982.000877/2008-00
13982.000884/2007-12	13984.001673/2006-04	13985.000176/2008-32
13982.000932/2007-72	13984.001703/2008-36	13985.000183/2008-34
13982.000988/2007-27	13984.001769/2008-26	13985.000404/2008-74
13982.001500/2008-60	13984.001782/2008-85	13985.000483/2008-13
13983.000061/2005-15	13984.001787/2008-16	13986.000109/2005-65
13983.000063/2005-12	13984.001806/2008-04	13987.000733/2008-03
13983.000122/2008-97	13984.001877/2008-07	16542.000659/2004-19
13984.000495/2008-58	13984.001879/2008-98	16542.000907/2008-47
13984.000605/2008-81	13984.001908/2008-11	16542.001257/2008-57
13984.000744/2008-13	13984.001912/2008-80	16542.001431/2007-81
13984.000879/2008-71	13984.002169/2008-85	16542.001542/2007-97
13984.000882/2008-94	13984.002319/2008-51	16542.002174/2008-85
13984.001118/2008-36	13984.200282/2006-62	16542.002407/2008-40
13984.001228/2006-36	13985.000010/2009-05	16542.002408/2008-94
13984.001552/2006-54	13985.000014/2005-51	16542.002544/2008-84
13984.001573/2006-70	13985.000078/2007-14	16542.002797/2008-58
13984.001597/2007-18	13985.000118/2008-17	

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 446, DE 28 DE JUNHO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista o disposto na Portarias MF nºs 183 e 102, de 31 de julho de 2003 e 08 de abril de 2010, respectivamente, e em conformidade com o disposto no Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992, na Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, na Portaria nº 652 MEFP/MARA, de 1º de outubro de 1992, e na Instrução Normativa Conjunta INCRA/STN nº 01, de 07 de julho de 1995, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 101.481 (cento e um mil, quatrocentos e oitenta e um) Títulos da Dívida Agrária - TDAs, na forma escritural, no valor de R$ 9.274.348,59 (nove milhões, duzentos e setenta e quatro mil, trezentos e quarenta e oito reais e cinquenta e nove centavos), em cumprimento à Carta de Intimação expedida pela Seção Judiciária do Estado de Goiás em 02.06.2011, relacionados nas Solicitações de Lançamento/INCRA nºs 136/11 a 138/11, com as seguintes características:

Data de Lançamento	Valor Nominal de Lançamento (R$)	Prazo de Vencimento	Taxa de Juros	Qtde	Financeiro Total (R$)	Situação do CPF/CNPJ
1º/03/2009	91,39	05 anos	6% a.a.	101.481	9.274.348,59	Regular
Total				**101.481**	**9.274.348,59**	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 447, DE 28 DE JUNHO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista o disposto na Portarias MF nºs 183 e 102, de 31 de julho de 2003 e 08 de abril de 2010, respectivamente, e em conformidade com o disposto no Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992, na Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, na Portaria nº 652 MEFP/MARA, de 1º de outubro de 1992, e na Instrução Normativa Conjunta INCRA/STN nº 01, de 07 de julho de 1995, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 157.257 (cento e cinquenta e sete mil, duzentos e cinquenta e sete) Títulos da Dívida Agrária - TDAs, na forma escritural, no valor de R$ 14.566.715,91 (quatorze milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, setecentos e quinze reais e noventa e um centavos), relacionados nas Solicitações de Lançamento/INCRA nºs 55/11 e 58/11, com as seguintes características:

Data de Lançamento	Valor Nominal de Lançamento (R$)	Prazo de Vencimento	Taxa de Juros	Qtde	Financeiro Total (R$)	Situação do CPF/CNPJ
1º.05.2011	92,63	15 anos	6% a.a.	157.257	14.566.715,91	Regular
Total				**157.257**	**14.566.715,91**	

Art. 2º Autorizar o cancelamento dos TDAs abaixo relacionados, a pedido do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, lançados por meio da Portaria STN nº 400, de 15.06.2011:

Data de Lançamento	Valor Nominal de Lançamento (R$)	Prazo de Vencimento	Taxa de Juros	Qtde		Financeiro Total (R$)
				Vencida	Vincenda	
1º.05.2011	92,63	15 anos	3% a.a.	0	157.257	14.566.715,91
Total				**0**	**157.257**	**14.566.715,91**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 448, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS DO TESOURO NACIONAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 25 do ANEXO I do Decreto nº 7.482 de 16 de maio de 2011, tendo em vista o disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, no art. 1º, da Lei nº 11.533, de 25 de outubro de 2007, no art. 7º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, nos arts. 2º e 3º da Lei nº 12.348 de 15 de dezembro de 2010, e na Portaria STN nº 693, de 20 de dezembro de 2010, torna público:

Art. 1º Os valores da Receita Líquida Real (RLR) dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios a serem utilizados como base de cálculo dos pagamentos a serem efetuados no mês de julho de 2011.

R$ 1,00

ESTADOS	R.L.R. MÉDIA MENSAL
ACRE	189.461.285,80
ALAGOAS	333.441.185,89
AMAPÁ	166.026.304,57
AMAZONAS	576.099.900,63
BAHIA	1.299.445.505,88
CEARÁ	753.932.010,09
DISTRITO FEDERAL	812.316.994,73
ESPÍRITO SANTO	627.479.360,73
GOIÁS	719.759.611,96
MARANHÃO	573.594.444,17
MATO GROSSO	498.746.716,03
MATO GROSSO DO SUL	372.003.735,39
MINAS GERAIS	2.365.466.231,54
PARÁ	741.315.857,19
PARAÍBA	386.811.756,17
PARANÁ	1.303.790.898,01
PERNAMBUCO	960.407.421,80
PIAUÍ	337.704.691,70
RIO DE JANEIRO	2.500.795.905,53
RIO GRANDE DO NORTE	418.779.220,12
RIO GRANDE DO SUL	1.465.224.643,61
RONDÔNIA	293.933.977,55
RORAIMA	130.004.526,73
SANTA CATARINA	849.912.415,13
SÃO PAULO	6.796.312.609,82
SERGIPE	327.485.734,89
TOCANTINS	299.022.398,93

§ 1º A apuração da Receita Líquida Real dos Municípios se restringe àqueles que não foram relacionados no Anexo I ou no Anexo II da Portaria STN nº 693, de 20 de dezembro de 2010, e que possuem contrato de refinanciamento de dívidas firmado com a União, ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e/ou da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993.

§ 2º A situação "Faltam Dados" no campo do valor da Receita Líquida Real indica que o Município não apresentou a documentação necessária ao respectivo cálculo, conforme estabelece o contrato de refinanciamento de dívidas firmado com a União, ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001, e/ou da Lei nº 8.727, de 1993.

Art. 2º As retificações dos valores da Receita Líquida Real das unidades da Federação publicadas anteriormente, tendo em vista alterações na apuração.

R$ 1,00

MUNICÍPIOS	R.L.R. MÉDIA MENSAL
Apucarana/PR	FALTAM DADOS
Bacabal/MA	2.933.945,97
Bauru/SP	31.781.153,06
Blumenau/SC	31.239.127,61
Campina Grande/PB	FALTAM DADOS
Coelho Neto/MA	FALTAM DADOS
Cristalina/GO	FALTAM DADOS
Diadema/SP	41.943.486,63
Guarapuava/PR	FALTAM DADOS
Juazeiro/BA	FALTAM DADOS
Maringá/PR	FALTAM DADOS
Porto Seguro/BA	FALTAM DADOS
Rio de Janeiro/RJ	863.569.639,06
São Carlos/SP	FALTAM DADOS
São Paulo/SP	2.056.075.939,70
Umuarama/PR	FALTAM DADOS
Valinhos/SP	17.989.326,21

R$ 1,00

CEARÁ			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
abr/09	182 de 30/03/09	601.898.251,53	601.898.346,75
mai/09	248 de 29/04/09	602.879.643,22	602.879.805,43
jun/09	289 de 28/05/09	605.052.996,59	605.053.185,62
jul/09	369 de 29/06/09	602.815.457,36	602.815.732,19
ago/09	443 de 29/07/09	613.822.381,07	613.822.715,03
set/09	510 de 31/08/09	619.006.887,12	619.007.264,52
out/09	564 de 29/09/09	616.414.938,54	616.415.642,98
nov/09	655 de 29/10/09	615.471.577,50	615.472.298,57
dez/09	709 de 27/11/09	602.203.617,83	602.204.386,72
jan/10	772 de 29/12/09	611.915.103,60	611.915.889,38
fev/10	76 de 28/01/10	616.779.447,65	616.780.290,96
mar/10	182 de 29/03/10	625.448.732,33	625.449.743,07
abr/10	440 de 28/07/10	626.969.455,85	626.970.389,77
mai/10	440 de 28/07/10	632.150.498,83	632.151.387,59
jun/10	440 de 28/07/10	638.204.166,19	638.205.069,43
jul/10	440 de 28/07/10	658.556.145,44	658.557.025,17
ago/10	440 de 28/07/10	671.287.376,84	671.288.225,88
set/10	500 de 30/08/10	667.530.595,25	667.531.406,98
out/10	555 de 29/09/10	676.176.654,49	676.177.145,75
nov/10	610 de 28/10/10	683.042.914,40	684.386.751,78
dez/10	652 de 29/11/10	691.855.917,11	694.542.991,62
jan/11	723 de 29/12/10	690.580.856,51	694.431.185,36
fev/11	67 de 27/01/11	705.557.528,21	699.574.485,74
mar/11	121 de 28/02/11	723.472.069,68	714.195.778,07
abr/11	195 de 29/03/11	736.342.438,09	729.937.018,81
mai/11	282 de 29/04/11	747.340.654,36	744.930.664,77
jun/11	353 de 30/05/11	754.505.956,15	751.769.332,95

R$ 1,00

RIO GRANDE DO NORTE			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
abr/10	308 de 31/05/10	370.955.348,91	366.389.943,58
mai/10	308 de 31/05/10	369.544.880,89	369.201.973,55
jun/10	440 de 28/07/10	375.800.045,76	373.907.978,26
jul/10	440 de 28/07/10	386.097.806,56	380.657.663,31
ago/10	500 de 30/08/10	389.235.808,88	387.261.510,44
set/10	500 de 30/08/10	390.236.121,73	390.160.167,55
out/10	610 de 28/10/10	393.945.076,03	391.404.570,64
nov/10	610 de 28/10/10	400.098.479,05	398.942.558,68
dez/10	67 de 27/01/11	401.382.771,58	399.810.350,52
jan/11	67 de 27/01/11	406.384.118,30	402.810.154,62
fev/11	67 de 27/01/11	404.688.343,20	396.146.280,19
mar/11	121 de 28/02/11	410.234.874,35	407.899.743,44

R$ 1,00

TOCANTINS			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
abr/11	195 de 29/03/11	282.569.848,82	287.028.748,58
mai/11	282 de 29/04/11	284.293.845,76	293.240.763,28
jun/11	353 de 30/05/11	285.702.797,57	297.143.612,08

R$ 1,00

Blumenau/SC			
MÊS DE PAGAMENTO	PORTARIA ANTERIOR Nº	R.L.R. MÉDIA MENSAL	
		DIVULGAÇÃO ANTERIOR	VALOR ATUAL
mai/11	282 de 29/04/11	30.558.849,08	30.582.643,24
jun/11	353 de 30/05/11	30.603.234,81	30.656.255,50

Art. 3º Os valores da Receita Líquida Real, recalculados em função de medidas liminares concedidas em favor das unidades da Federação:

R$ 1,00

ESTADOS	R.L.R. MÉDIA MENSAL
BAHIA	1.268.518.203,00
GOIÁS	700.154.170,31
MATO GROSSO DO SUL	368.491.750,96
RIO DE JANEIRO	2.303.669.524,98

Art. 4º Esta Portaria tem efeitos financeiros para o mês de julho de 2011.

EDUARDO COUTINHO GUERRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 3.984, DE 30 DE JUNHO DE 2011(*)

Altera normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 30 de junho de 2011, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, dos arts. 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e do art. 5º da Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001, resolve:

Art. 1º O Manual de Crédito Rural - MCR 10-1-41 passa a vigorar com a seguinte redação:

"41 - Os agricultores beneficiários do Grupo "A" ou "A/C", inclusive aqueles que formalizaram financiamento para estruturação complementar, podem contratar operações de investimento para implantação da cultura do dendê ao amparo da Linha de Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (Pronaf Eco), de que trata o MCR 10-16, desde que o risco das operações seja:

....." (NR)

Art. 2º O MCR 10-1 passa a vigorar acrescido dos itens 43, 44 e 45, da forma seguinte:

"43 - O endividamento por mutuário no âmbito do Pronaf, respeitados os limites específicos de cada linha ou modalidade de crédito, os quais são independentes entre si, não poderá ultrapassar, considerando o somatório do saldo devedor "em ser" do mutuário para todas as suas operações individuais e participações em créditos grupais ou coletivos, os seguintes limites, a partir de 2/1/2012:

a) com risco parcial ou integral da instituição financeira:

I - até R$100.000,00 (cem mil reais) para custeio;

II - até R$200.000,00 (duzentos mil reais) para investimento;

b) com risco integral da União ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento - FNO, FNE e FCO:

I - até R$10.000,00 (dez mil reais) para custeio;

II - até R$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para investimento.

44 - É obrigatória a inclusão de cláusula no instrumento de crédito ou acolhimento de declaração do mutuário sobre a existência de operações de Pronaf em qualquer instituição financeira integrante do SNCR, com a informação do valor, ou declaração de inexistência de financiamentos de custeio e de investimento "em ser" no âmbito do Pronaf, considerando operações individuais e participações em créditos grupais ou coletivos, para apuração do limite de endividamento de que trata o item 43.

45 - As instituições financeiras ficam autorizadas a estabelecer, para os créditos concedidos conforme a Resolução nº 3.732, de 17 de junho de 2009, novo prazo para amortização e de parcelamento do pagamento, mantidas as condições de normalidade para todos os efeitos e dispensado o exame caso a caso, bem como a formalização de aditivo ao instrumento de crédito, da seguinte forma:

a) postergar o prazo de vencimento das operações, vencidas e não pagas e vincendas entre 17/6/2011 e 29/11/2011, para 30/11/2011;

b) permitir a reprogramação do saldo devedor em até 4 (quatro) parcelas, vencendo a primeira parcela na data do respectivo vencimento da operação em 2011, respeitado o prazo adicional estabelecido na alínea "a";

c) as demais parcelas terão vencimento nos anos seguintes, no mesmo dia e mês do vencimento original do financiamento, desconsiderando os prazos adicionais concedidos para pagamento em 2011;

d) a remuneração das instituições financeiras, a partir da data prevista para o vencimento da primeira parcela deve ser reduzida para 3% a.a. (três por cento ao ano) sobre o saldo devedor." (NR)

Art. 3º O MCR 10-5-4 e 5 passam a vigorar com a seguinte redação:

"4 - Os créditos de investimento para agricultores familiares, enquadrados no Pronaf, exceto os classificados nos Grupos "A", "A/C" e "B", sujeitam-se às seguintes condições:

a) taxa efetiva de juros de 1% a.a. (um por cento ao ano) para uma ou mais operações que, somadas ao saldo devedor dos financiamentos "em ser" desta finalidade não excedam R$10.000,00 (dez mil reais) por mutuário;

b) taxa efetiva de juros de 2% a.a. (dois por cento ao ano) para uma ou mais operações que, somadas ao saldo devedor dos financiamentos "em ser", desta finalidade superem R$10.000,00 (dez mil reais) e não excedam R$50.000,00 (cinquenta mil reais) por mutuário;

c) sempre que o mutuário contratar nova operação de investimento nesta finalidade que, somada aos saldos devedores dos financiamentos "em ser" nessa mesma finalidade, ultrapasse o limite de enquadramento da operação anterior, conforme definido nas alíneas anteriores, o novo financiamento terá os encargos previstos na alínea correspondente ao somatório do saldo devedor dos financiamentos "em ser" com o valor da nova proposta;

d) para operações coletivas a taxa efetiva de juros será de 2% a.a. (dois por cento ao ano), observado que:

I - o valor individual por agricultor, obtido pelo critério de proporcionalidade de participação, fica limitado a R$20.000,00 (vinte mil reais), independentemente dos limites definidos para outros financiamentos ao amparo do Pronaf;

II - o valor por operação fica limitado a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

e) prazo de reembolso: até 10 (dez) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência, que poderá ser ampliada para até 5 (cinco) anos, quando a atividade assistida requerer esse prazo e o projeto técnico ou a proposta de crédito comprovar a sua necessidade;

f) os saldos "em ser" dos financiamentos de investimento contratados até 30/6/2009 não serão computados para a definição da taxa efetiva de juros constante das alíneas "a" e "b" deste item e das Seções 10-9, 10-14 e 10-16.

5 - Não são computados, para fins de enquadramento no disposto nas alíneas "a" a "c" do item anterior:

....." (NR)

Art. 4º O MCR 10-6-1-"d"-I passa a vigorar com a redação a seguir e o MCR 10-6-1- "d" passa a vigorar acrescido do inciso III, conforme a redação abaixo:

"1 - .....

.....

d) .....

I - 1% a.a. (um por cento ao ano), para agricultores familiares que realizarem contrato individual de até R$10.000,00 (dez mil reais) ou para cooperativas e associações, com financiamentos de até R$500.000,00 (quinhentos mil reais), limitados a R$10.000,00 (dez mil reais) por sócio ou participante ativos; e

.....

III - admite-se que no plano ou projeto de investimento individual haja previsão de uso de parte dos recursos do financiamento para empreendimentos de uso coletivo.

....." (NR)

Art. 5º O MCR 10-10-1-"c" passa a vigorar com a seguinte redação:

"1 - .....

.....

c) limite por beneficiário: até R$12.000,00 (doze mil reais), independentemente dos limites definidos para outros financiamentos ao amparo do Pronaf, observado que só pode ser concedido 1 (um) financiamento para cada beneficiário e respeitado o disposto no MCR 10-1-39;

....." (NR)

Art. 6º O MCR 10-14-1-"c" passa a vigorar com a seguinte redação:

"1 - .....

.....

c) o limite por beneficiário e os encargos financeiros correspondentes são:

I - taxa efetiva de juros de 1% a.a. (um por cento ao ano) para uma ou mais operações que, somadas ao saldo devedor dos financiamentos "em ser", contratados no mesmo ano agrícola, não excedam R$10.000,00 (dez mil reais) por mutuário;

II - taxa efetiva de juros de 2% a.a. (dois por cento ao ano) para uma ou mais operações que, somadas ao saldo devedor dos financiamentos "em ser", contratados no mesmo ano agrícola, superem R$10.000,00 (dez mil reais) e não excedam R$130.000,00 (cento e trinta mil reais) por mutuário;

....." (NR)

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco Central

(*) Republicada por ter saído, no DOU de 1ª -6-2011, Seção 1, pág. 29, com incorreção no original.

RESOLUÇÃO Nº 3.990, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Altera as disposições estabelecidas no Manual de Crédito Rural - MCR 10-15 para o Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 30 de junho de 2011, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e 5º do Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º Ficam aprovadas as disposições constantes das folhas anexas para o Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF), objeto do Manual de Crédito Rural - MCR 10-15, em substituição às normas ali existentes.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as Resoluções ns. 3.769, de 29 de julho de 2009, e 3.945, de 27 de janeiro de 2011.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco Central

ANEXOS

TÍTULO: CRÉDITO RURAL

CAPÍTULO: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - 10

SEÇÃO: Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF) - 15

1 - As instituições financeiras devem conceder bônus de desconto aos mutuários de operações de crédito de custeio e investimento agropecuário contratadas no âmbito do Pronaf, sempre que o preço de comercialização do produto financiado estiver abaixo do preço de garantia vigente, no âmbito do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), instituído pelo Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, observadas as seguintes condições:

a) o bônus de desconto do PGPAF será concedido sobre o financiamento de custeio destinado aos seguintes produtos:

I - produtos integrantes da PGPM que constam das tabelas do Anexo I;

II - abacaxi, banana, cana-de-açúcar, cará, cebola, inhame, laranja, maçã, pimenta do reino, tangerina e tomate;

III - carne de caprino e de ovino;

b) o bônus de desconto do PGPAF para:

I - o feijão macaçar corresponde à diferença entre os preços de garantia e de mercado adotados para o feijão comum em cada Unidade da Federação (UF);

II - o arroz longo corresponde à diferença entre os preços de garantia e de mercado adotados para o arroz longo fino em cada UF;

III - o café dos estados de Rondônia (RO) e Espírito Santo (ES) corresponde à diferença entre os preços de garantia e de mercado adotados para o café conillon ou robusta;

IV - o café dos estados não tratados no inciso III corresponde à diferença entre os preços de garantia e de mercado do café arábica em cada UF;

V - o cará será o mesmo estabelecido para o inhame em cada UF;

VI - os caprinos e ovinos (carcaça) corresponde à diferença entre o preço de garantia e o preço médio de mercado, por quilograma de carcaça caprina e ovina, sem distinção, praticado nos estados da Bahia (BA) e Rio Grande do Norte (RN) e terá validade para todos os estados da Região Nordeste e municípios da região norte de Minas Gerais que fazem parte da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE);

VII - a carnaúba, o pó cerífero de carnaúba e a cera de carnaúba corresponde à diferença entre os preços de garantia e de mercado adotados para o pó cerífero de carnaúba em cada UF;

VIII - a juta e a malva corresponde à diferença entre os preços de garantia e de mercado adotados para a juta e a malva embonecada em cada UF, respectivamente;

IX - o trigo corresponde à diferença entre os preços de garantia e de mercado para o trigo classe brando, tipo 1, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina e classe pão, tipo 2, nos demais estados;

X - a uva corresponde à diferença entre o preço de garantia e o preço médio de mercado para a uva tipo indústria em cada UF;

XI - a banana corresponde à diferença entre o preço de garantia e o preço médio de mercado para a banana prata em cada UF;

XII - a maçã corresponde à diferença entre o preço de garantia e o preço médio de mercado para os tipos gala e fuji para consumo in natura em cada UF;

XIII - o abacaxi corresponde à diferença entre o preço de garantia e o preço médio de mercado para o abacaxi pérola em cada UF;

c) quando se tratar de lavouras consorciadas:

I - envolvendo somente culturas abrangidas pelo PGPAF, o bônus de desconto de garantia de preços sobre o valor financiado deve ser calculado com base na cultura principal financiada;

II - envolvendo culturas em que uma delas não seja abrangida pelo PGPAF, o bônus de desconto de garantia de preços somente será concedido se a cultura principal do consórcio estiver incluída na pauta do PGPAF;

d) o preço de garantia dos produtos abrangidos pelo PGPAF será calculado por região sob as seguintes condições:

I - será formado pelo custo variável de produção médio regional, acrescido ou reduzido de até 10% (dez por cento) desse custo, como forma de estimular ou desestimular a produção de determinado produto em virtude dos estoques reguladores e das condições socioeconômicas dos agricultores familiares;

II - para os produtos integrantes da PGPM cujo custo variável de produção médio regional para a agricultura familiar, considerando inclusive o acréscimo de que trata o inciso I, seja inferior ao preço mínimo vigente para o respectivo produto e região, será adotado como preço de garantia o respectivo preço mínimo;

III - para os produtos integrantes da PGPM em que ainda não tenha sido realizado o levantamento do custo de produção variável específico para a agricultura familiar em razão de dificuldades operacionais da Conab, será adotado o preço mínimo vigente estabelecido pela PGPM;

e) com relação à metodologia vinculada ao PGPAF e à divulgação de preços e percentuais do bônus de desconto:

I - o custo de produção de cada produto amparado pelo programa será levantado com base nos custos médios regionais, considerando a utilização de tecnologias comuns empregadas pelos agricultores familiares, conforme metodologia definida pelo Comitê Gestor do PGPAF, ressalvado o disposto no inciso III da alínea "d" deste item;

II - para os produtos abrangidos pelo PGPAF que também sejam integrantes da PGPM, o levantamento do preço de mercado obedecerá ao tipo e padrão de qualidade estabelecido para a PGPM, observado, no que couber, o disposto na alínea "b" deste item;

III - o levantamento dos preços de mercado dos produtos abrangidos pelo PGPAF será realizado mensalmente em cada UF onde exista número significativo de contratos do Pronaf para o produto em referência, estabelecendo-se que o preço de mercado estadual será definido pela média dos preços recebidos pelos agricultores no estado, ponderado de acordo com a participação das principais praças de comercialização do produto;

IV - cabe à Conab, no âmbito de sua competência, efetuar os levantamentos previstos nos incisos I e II e informar à SAF/MDA, até o terceiro dia útil de cada mês, os preços mensais de mercado do mês anterior para cada um dos produtos do PGPAF, bem como os percentuais do bônus de desconto a serem concedidos por produto e por UF para o referido mês;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

V - a SAF informará os percentuais do bônus de desconto por produto e por UF às instituições financeiras e à STN, do Ministério da Fazenda, até o quarto dia útil de cada mês, e publicará portaria mensal no Diário Oficial da União;

VI - o percentual do bônus de desconto de garantia de preços nos financiamentos será divulgado a partir do 4º dia útil de cada mês, com base nos preços de mercado praticados no mês anterior, apurados conforme inciso II desta alínea e somente após o início do período de colheita de cada produto em cada UF, com validade para os pagamentos efetuados entre o dia 10 (dez) de cada mês e o dia 9 (nove) do mês subsequente;

f) fica mantida a exigência da observância do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), definido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para a concessão dos financiamentos de custeio do Pronaf abrangidos por esta seção, ressalvados os casos de contratos cuja atividade não esteja contida no referido zoneamento.

2 - As instituições financeiras devem conceder o bônus de desconto sobre as prestações de operações de crédito de investimento agropecuário contratadas no âmbito do Pronaf, com vencimento a partir de 10/7/2010, observadas as seguintes condições:

a) em cada operação de investimento deve ser definido o principal produto gerador da renda prevista no respectivo projeto para o pagamento do referido crédito, sendo que esse produto:

I - deve ser amparado pelo PGPAF na modalidade custeio;

II - deve ser responsável pela geração de pelo menos 35% (trinta e cinco por cento) da renda obtida com o empreendimento financiado;

III - pode ser coletado no plano, proposta ou projeto para concessão de crédito rural, ou informado pelo agricultor ou técnico que elaborou o plano, proposta ou projeto para concessão de crédito rural, antes da formalização da operação de crédito;

b) o bônus de desconto será concedido sobre o valor da(s) prestação (ões) com vencimento no respectivo ano e o seu percentual deverá ser igual ao concedido para operações de custeio do produto vinculado à operação de investimento conforme a alínea "a", vigente no mês de pagamento da referida parcela, observado o limite anual do bônus de desconto estabelecido no item 8;

c) para as operações de investimento cujo principal produto gerador de renda não atenda às condições estabelecidas na alínea "a" deste item e para todas as operações de investimento contratadas até 1º/7/2008, o bônus de desconto será definido pela diferença entre o preço de garantia, definido nas tabelas 1, 2, 3 e 4 do Anexo I, e o preço médio de mercado, conforme o período de vencimento, apurado com base no inciso III da alínea "e" do item 1, ambos referentes aos produtos feijão, leite, mandioca e milho, em cada UF ou região, observado o disposto no item 9 e as seguintes condições adicionais:

I - observância da seguinte fórmula:

$$B^i = \left\{0{,}25\left[\frac{P^{i}_{gar\ Milho} - P^{i}_{m\ Milho}}{P^{i}_{gar\ Milho}}\right]\right\} + \left\{0{,}25\left[\frac{P^{i}_{gar\ Leite} - P^{i}_{m\ Leite}}{P^{i}_{gar\ Leite}}\right]\right\} +$$

$$+ \left\{0{,}25\left[\frac{P^{i}_{gar\ Feijão} - P^{i}_{m\ Feijão}}{P^{i}_{gar\ Feijão}}\right]\right\} + \left\{0{,}25\left[\frac{P^{i}_{gar\ Mandioca} - P^{i}_{m\ Mandioca}}{P^{i}_{gar\ Mandioca}}\right]\right\}$$

em que:

B^i é o Bônus de desconto na Unidade da Federação "i";

P^i_{gar} é o Preço de Garantia do milho, leite, feijão ou mandioca vigente para a Unidade da Federação "i";

P^i_m é o Preço de Mercado do milho, leite, feijão ou mandioca apurado na Unidade da Federação "i";

II - o bônus de desconto para as prestações de operações de investimento será concedido sempre que houver bônus para um ou mais produtos listados e terá validade estadual;

III - na apuração do percentual do bônus de desconto, somente devem integrar a fórmula constante do inciso I os produtos cujos preços de mercado estiverem abaixo dos preços garantidores.

3 - O bônus de desconto de garantia de preço para cada produto, representativo da diferença entre os preços de garantia vigentes e os preços de mercado apurados conforme o inciso III da alínea "e" do item 1, será expresso em percentual e aplicado sobre o saldo devedor amortizado ou liquidado até o vencimento original do financiamento relativo a cada um dos empreendimentos amparados, observando-se que:

a) no caso de empreendimento com cobertura parcial ou total a expensas do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) ou do "Proagro Mais", o bônus de desconto incidirá sobre o saldo devedor após deduzido o valor da respectiva indenização;

b) o mutuário que liquidar ou amortizar o saldo devedor do financiamento com o benefício do bônus de desconto do PGPAF estará aceitando a condição de que não poderá mais contar com cobertura do Proagro ou "Proagro Mais" para o mesmo empreendimento;

c) no caso de operações prorrogadas, o bônus de desconto do PGPAF será concedido sobre o saldo devedor com base nos percentuais estabelecidos para a nova data de vencimento da parcela ou contrato prorrogado, incluindo, nesses casos, as prorrogações realizadas com base no MCR 16-1-17, desde que não se trate de contrato objeto de recurso à Comissão Especial de Recursos (CER) do Proagro ou "Proagro Mais", o qual não terá direito ao bônus de desconto de garantia de preço estabelecido nesta seção.

4 - A STN reembolsará os custos dos bônus de descontos de garantia de preços relativos às operações do Pronaf formalizadas com recursos equalizados pelo Tesouro Nacional (TN), do Orçamento Geral da União ou das exigibilidades de aplicação em crédito rural, devendo cada instituição financeira:

a) formalizar contrato ou convênio com a União; e

b) apresentar, por meio eletrônico, a relação nominal de todos os beneficiários (nome e CPF) do PGPAF, incluindo o número da "Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)", para as DAPs emitidas eletronicamente a partir de 2/1/2009; o produto; o valor financiado; o município e a Unidade da Federação onde foi concedido o empréstimo; e o valor referente aos bônus de desconto concedido por operação para cada mutuário, para fins de ressarcimento dos valores correspondentes aos bônus de desconto concedidos de que trata este item.

5 - O pagamento da subvenção econômica relativa aos bônus de descontos de garantia de preços deve obervar que:

a) para as DAPs emitidas eletronicamente a partir de 2/1/2009, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) solicitará à SAF confirmação da DAP de cada beneficiário, sendo que só serão consideradas válidas as DAPs divulgadas no sistema da SAF na data de concessão do bônus de desconto pela instituição financeira;

b) admite-se o ressarcimento, pelo Tesouro Nacional, do valor correspondente ao bônus de desconto do PGPAF pago pelas instituições financeiras aos beneficiários do programa até 30/6/2011, na forma da regulamentação vigente, para os casos em que a DAP não se encontra divulgada na base da dados da SAF, desde que respeitadas as seguintes condições:

I - a DAP tenha sido emitida até 31/12/2008; e

II - por ocasião da concessão do financiamento, tenha sido apresentada DAP com prazo válido, ficando, neste caso e quando solicitado, as instituições financeiras responsáveis pela comprovação da vigência da DAP quando da liberação do crédito.

6 - As despesas decorrentes dos bônus de descontos de garantia de preços concedidos nas operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) serão suportadas pelos próprios Fundos, devendo a instituição financeira repassar ao Ministério da Integração Nacional as mesmas informações citadas na alínea "b" do item 4 desta seção, referentes às operações com recursos dos respectivos Fundos.

7 - Nas operações formalizadas com mutuários enquadrados nos Grupos "A", "A/C", "B" e "C", quando beneficiadas com bônus de adimplência ou rebate regulamentar, as instituições financeiras devem conceder primeiramente o bônus de adimplência ou rebate pactuado na forma regulamentar e, sobre o saldo residual, devem conceder o bônus de desconto de garantia de preço do PGPAF.

8 - O valor referente ao bônus de desconto de garantia de preços do PGPAF, em todo o SNCR, a partir de 1º/1/2012, fica limitado a:

a) R$5.000,00 (cinco mil reais), por mutuário, por ano civil (ano calendário), aplicado à soma do valor referente ao bônus de desconto para as operações de custeio;

b) R$2.000,00 (dois mil reais), por mutuário, por ano civil (ano calendário), aplicado à soma do valor referente ao bônus de desconto para as operações de investimento.

9 - O bônus de desconto do PGPAF não será concedido quando se tratar de operações:

a) inadimplidas, observado que o mutuário poderá ter direito aos bônus de desconto referentes às prestações futuras se regularizar seus débitos;

b) contratadas ao amparo da linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda - Pronaf Agroindústria, de que trata o MCR 10-6, e de Crédito de Custeio para Agroindústria Familiar - Pronaf Custeio Agroindústria, de que trata o MCR 10-11;

c) contratadas ao amparo da linha de Crédito de Investimento para Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta), de que trata o MCR 10-7;

d) contratadas ao amparo da Linha de Crédito para Integralização de Cotas-Partes por Agricultores Familiares Cooperativados (Pronaf Cotas-Partes), de que trata o MCR 10-12;

e) de investimento quando destinadas ao financiamento de atividades rurais não agropecuárias; e

f) contratadas por pessoas jurídicas.

10 - As instituições financeiras devem incluir em seus planos de auditoria interna a verificação de conformidade dos pagamentos dos bônus de desconto aos agricultores e do respectivo reembolso efetuado pela STN.

11 - No caso de pagamento antecipado de prestação de operações de crédito rural do Pronaf, admite-se a concessão de bônus de desconto, desde que a antecipação ocorra após o início do período de colheita do produto financiado e não seja superior:

a) a 90 (noventa) dias da data prevista contratualmente para o vencimento, nas operações de custeio; e

b) a 30 (trinta) dias da data prevista contratualmente para o vencimento da parcela, nas operações de investimento.

12 - As tabelas 1, 2, 3 e 4 do Anexo I contêm os preços de garantia dos produtos amparados pelo PGPAF para o cálculo dos bônus de desconto e seus respectivos prazos de validade, de acordo com a safra, região, época de colheita e de comercialização.

13 - Para as operações de custeio contratadas até 1º/7/2006, com vencimento a partir de 10/7/2010, os bônus de desconto, em conformidade com a época de colheita e comercialização da produção, devem ser obtidos utilizando a cesta de produtos na forma descrita na alínea "c" do item 2, para os produtos abrangidos pelo PGPAF.

14 - A instituição financeira somente pode conceder bônus de desconto por conta do PGPAF para os mutuários que na data de pagamento da prestação possuam DAP válida, cadastrada eletronicamente no sistema de registro da SAF, desde que o pagamento seja efetuado até a data de seu vencimento.

15 - O valor referente ao bônus de desconto de garantia de preços do PGPAF, em todo o SNCR, no período de 1º/1/2010 e 31/12/2011, fica limitado a R$5.000,00 (cinco mil reais), por mutuário, por ano civil (ano calendário), aplicado à soma do valor dos bônus de desconto concedidos para as operações de custeio e de investimento.

ANEXO I

Tabelas de preços de garantia para produtos amparados pelo PGPAF

Tabela 1. Preços garantidores vigentes para as operações de custeio e de investimento com vencimento entre 10 de janeiro de 2011 e 9 de janeiro de 2012.

Produto	Regiões e Estados	Unidade de Medida	Preço Garantidor (R$)
Abacaxi	Brasil	t	305,51
Algodão em caroço	Brasil	15 kg	15,60
Alho tipo 5 - Extra	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	kg	2,20
Amendoim	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	Sc (25kg)	18,07
Arroz longo fino em casca	Sul (exceto PR)	Sc (50 kg)	25,80
	Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste (exceto MT) e PR	Sc (60 kg)	30,96
	Norte e MT		28,23
Banana	Brasil	Cx (20 kg)	7,57
Borracha Natural Cultivada	Brasil	kg	1,53
Cana-de-açúcar	Nordeste	t	42,89
Carne de Caprino/Ovino	Nordeste	kg	6,65
Castanha do Brasil (em casca)	Norte	hectolitro	52,49
Castanha de Caju	Norte e Nordeste	kg	1,30
Cebola	Brasil	kg	0,56
Feijão	Brasil	Sc (60kg)	80,00
Inhame	Brasil	kg	0,95
Juta/Malva	Brasil	Embonecada (kg)	1,20
Maça	Sul	Cx (18 kg)	7,92
Milho	Sul, Sudeste, Centro-Oeste (exceto MT), TO	Sc (60kg)	17,46
	MT e RO		13,98
	Norte (exceto RO, TO), Nordeste		20,10
Pimenta do Reino	Brasil	kg	2,35
Raiz de Mandioca	Centro-Oeste, Sudeste e Sul	t	115,00
Soja	Brasil (exceto MT, RO, AM, PA e AC)	Sc (60kg)	25,11
	MT, RO, AM, PA e AC		20,09
Sorgo	Centro-oeste (exceto MT), Sudeste, Sul	Sc (60kg)	13,98
	MT e RO		11,16
	Norte (exceto RO) e Nordeste		19,00
Tomate	Brasil	kg	0,70
Uva	Sul, Sudeste e Nordeste	kg	0,52

Tabela 2. Preços garantidores vigentes para as operações de custeio e de investimento com vencimento entre 10 de julho de 2011 e 9 de julho de 2012.

Produto	Regiões e Estados	Unidade de Medida	Preço Garantidor (R$)
Algodão em caroço	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	15 kg	15,60
Alho tipo 5 - Extra	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	kg	2,45
Castanha do Brasil com casca	Norte	kg	1,05
Castanha de Caju	Norte e Nordeste	kg	1,30
Café Arábica	Brasil (exceto ES e RO)	Sc (60kg)	261,69
Café Conillon	ES, RO	Sc (60kg)	156,57
Girassol	Centro-Oeste, Sudeste, Sul	Sc (60kg)	30,80
Leite	Sul, Sudeste	litro	0,64

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011070400051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	Centro-Oeste (exceto MT)		0,56
	Norte e MT		0,51
	Nordeste		0,70
Mamona em baga	Norte, Nordeste, MG	Sc (60kg)	55,09
	Centro-Oeste, Sudeste (exceto MG)		55,09
Milho	Norte (exceto RO, TO) e Nordeste	Sc (60kg)	20,10
Raiz de Mandioca	Norte e Nordeste	t	140,00
Sisal	BA, PB e RN	kg	1,04
Trigo	RS/SC	Sc (60Kg)	23,81
	PR		26,30
	Centro-Oeste, Sudeste e BA		29,43
Triticale	Centro-oeste, Sudeste e Sul	Sc (60kg)	17,10
Açaí (fruto)	Norte, Nordeste e MT	kg	0,83
Babaçú (amêndoa)	Norte, Nordeste e MT	kg	1,46
Barú (fruto)	Brasil	kg	0,20
Borracha Natural Extrativa	Bioma Amazônia	kg	3,50
Mangaba (fruto)	Nordeste	kg	1,51
Pequi (fruto)	Norte e Nordeste	kg	0,23
	Sudeste e Centro Oeste	kg	0,37
Piaçava (fibra)	Bahia	kg	1,67
	Amazonas	kg	1,07
Pó Cerífero de Carnaúba - tipo B	Nordeste	kg	4,20
Sorgo	Norte (exceto RO) e Nordeste	Sc (60kg)	19,00
Umbu (fruto)	Brasil	kg	0,38

Tabela 3. Preços garantidores vigentes para as operações de custeio e de investimento com vencimento entre 10 de janeiro de 2012 e 9 de janeiro de 2013.

Produto	Regiões e Estados	Unidade de Medida	Preço Garantidor (R$)
Abacaxi	Brasil	t	297,00
Algodão em caroço	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	15 kg	15,60
Amendoim	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	Sc (25kg)	18,50
Arroz longo fino em casca	Sul (exceto PR)	Sc (50 kg)	25,80
	Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste (exceto MT) e PR	Sc (60 kg)	30,96
	Norte e MT		28,23
Banana	Brasil	20 kg	8,00
Borracha Natural Cultivada	Brasil	kg	1,61
Cana-de-açúcar	Nordeste	t	42,89
Carne de Caprino/Ovino	Nordeste	kg	6,65
Cará/Inhame	Brasil	kg	0,95
Cebola	Brasil	kg	0,56
Feijão	Brasil	Sc (60kg)	76,00
Juta/Malva	Brasil	Embonecada (kg)	1,77
Laranja	Brasil	Cx (40,8 Kg)	8,34
Maçã	Sul	Cx (18 kg)	8,00
Milho	Sul, Sudeste, Centro-Oeste (exceto MT e RO) e TO	Sc (60kg)	18,02
	MT e RO		12,60
Pimenta do Reino	Brasil	kg	2,50
Raiz de Mandioca	Centro-Oeste, Sudeste, Sul	t	134,10
	Norte e Nordeste		140,00
Soja	Brasil (exceto MT, RO, AM, PA e AC)	Sc (60kg)	25,11
	MT, RO, AM, PA e AC		22,87
Sorgo	Sul, Sudeste, Centro-Oeste (exceto MT)	Sc (60kg)	13,98
	MT e RO		11,16
Tangerina	Brasil	Cx (24 Kg)	8,50
Tomate	Brasil	kg	0,73

Tabela 4. Preços garantidores vigentes para as operações de custeio e de investimento com vencimento entre 10 de julho de 2012 e 9 de julho de 2013.

Produto	Regiões e Estados	Unidade de Medida	Preço Garantidor (R$)
Castanha de caju	Norte e Nordeste	kg	1,46
Milho	Norte (exceto RO, TO) e Nordeste	Sc (60kg)	22,35
Algodão em caroço	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	15 kg	15,60
Sorgo	Norte (exceto RO) e Nordeste	Sc (60kg)	19,00

RESOLUÇÃO Nº 3.991, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Fixa a meta para a inflação e seu intervalo de tolerância para o ano de 2013.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 30 de junho de 2011, tendo em vista o disposto no Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999, resolve:

Art. 1º É fixada, para o ano de 2013, a meta para a inflação de 4,5%, com intervalo de tolerância de menos 2,0 p.p. e de mais 2,0 p.p., de acordo com o § 2º do art. 1º do Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999.

Art. 2º Fica determinada ao Banco Central do Brasil a efetivação das necessárias modificações em regulamentos e normas, visando à execução do contido nesta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco Central

BANCO DO BRASIL S.A.
DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO ACIONISTA REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2010

Em treze de abril de dois mil e dez, às dezoito horas, realizou-se Assembleia Geral Ordinária do Acionista da BB Aliança Participações S.A. (CNPJ 11.159.404/0001-49; NIRE: 5330001068-4), na Sede Social da Empresa, no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco A, Lote 31, Ed. Sede I, 15º andar (parte) - Brasília (DF), tendo comparecido o Banco do Brasil S.A., seu único acionista, representado pelo seu Vice-Presidente Ivan de Souza Monteiro, que assinou o "Livro de Presença", observadas as prescrições legais. Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Marco Antonio da Silva Barros, Diretor-Gerente, que, ao instalar a Assembleia, registrou a presença do Sr. Danilo Angst, Membro do Conselho Fiscal, e convidou o Sr. Luiz Cláudio Ligabue para atuar como Secretário. Em seguida, o Sr. Presidente informou que os assuntos constantes da ordem do dia são as matérias previstas nos artigos 132, 152 e 162 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976. Iniciada a apreciação dos assuntos, o acionista decidiu: a) aprovar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração relativos ao exercício de 2009, acompanhados dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, todos publicados em 12.04.2010 no Diário Oficial da União e no jornal Correio Braziliense - Brasília (DF); b) aprovar a proposta de destinação do Lucro Líquido, referente ao exercício de 2009, da seguinte forma:

Lucro Líquido R$ 89.792
Reserva Legal constituída no períodoR$ (4,490)
Dividendo Mínimo Obrigatório 25%R$ 21.326
Dividendo AdicionalR$ 1.166
Total destinado ao acionistaR$ 22.492
Reserva de lucros a realizarR$ 62.810
Saldo de lucro líquido ajustado, após as destinaçõesR$ 0

c) eleger os seguintes membros do Conselho Fiscal para cumprirem o mandato 2010/2011, esclarecido que os eleitos atendem às exigências legais e estatutárias: Representantes da União indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda Titular: ANDRÉ PROITE, brasileiro, solteiro, economista, residente e domiciliado no SHIS QI 11, conjunto 01, casa 22, Lago Sul - Brasília (DF), inscrito no CPF sob o nº 706.354.801-82, portador da Carteira de Identidade nº 1789343, expedida em 14.07.1995 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal; Suplente: JÔNATHAS DELDUQUE JÚNIOR, brasileiro, casado, servidor público federal, residente e domiciliado na SQS 103, bloco I, apto 101, Asa Sul - Brasília (DF), inscrito no CPF sob o nº 536.673.871-72, portador da Carteira de Identidade nº 1.039.327, expedida em 01.10.1985 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal; Demais Membros Titular: DANILO ANGST, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado na Rua Nunes Machado 471, apto 2.502, Rebouças, Curitiba-PR, inscrito no CPF sob o nº 290.372.550-00, portador da Carteira de Identidade nº 2.014.823.823, expedida em 17.10.1978 pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul; Suplente: JANIO CARLOS ENDO MACEDO, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado na SQN 111, bloco G, apto 501, Asa Norte - Brasília (DF), inscrito no CPF sob o n° 038.515.528 - 06, portador da Carteira de Habilitação n° 02.029.791.428, expedida em 28.04.2008 pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal; Titular: VALMIR PEDRO ROSSI, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado na Rua Carlos Steinen 335, apto 31, Paraíso, São Paulo (SP), inscrito no CPF sob o nº 276.266.790-91, portador da Carteira de Identidade nº 10.131.228-07, expedida em 29.10.1984 pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul; Suplente: CICERO PRZENDSIUK, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado na quadra 103, lote 03, Residencial Orquídeas, apto 301, Águas Claras, Brasília (DF), inscrito no CPF sob o nº 669.435.159-34, portador da Carteira de Identidade nº 1.699.951, expedida em 16.10.1995 pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina; d) fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal no mesmo valor estipulado para os Conselheiros Fiscais do Banco do Brasil S.A.; e) eleger, em virtude de final do mandato, os seguintes membros da Diretoria, para cumprirem o mandato 2010/2013, esclarecido que os eleitos atendem às exigências legais e estatutárias: Diretor-Presidente: PAULO ROGÉRIO CAFFARELLI, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado no SHIN QI 10, conjunto 10, casa 30, Lago Norte - Brasília (DF), inscrito no CPF sob o nº 442.887.279-87, portador da Carteira de Identidade nº 3.381.390-2, expedida em 03.02.1981 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná; Diretor-Vice-Presidente: ALEXANDRE CORRÊA ABREU, brasileiro, separado judicialmente, bancário, residente e domiciliado no SHTN, trecho 01, lote 02 apto 102 - Brasília (DF), inscrito no CPF sob o nº 837.946.627-68, portador da Carteira de Identidade nº 621.241, expedida em 04.02.1985 pela Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo; Diretor-Gerente: MARCO ANTONIO DA SILVA BARROS, brasileiro, solteiro, bancário, residente e domiciliado no SHN, quadra 01, área especial A, bloco C, apto 511 - Brasília (DF), inscrito no CPF sob o nº 732.550.257-53, portador da Carteira de Identidade nº 04.773.811-7, expedida em 06.10.1994 pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro; e) que aos Diretores eleitos não caberá remuneração pelo exercício do cargo, por já serem remunerados pelo Banco do Brasil S.A. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária do Acionista da BB Aliança Participações S.A., da qual eu, ass.) Luiz Cláudio Ligabue, Secretário, mandei lavrar esta Ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass. Marco Antonio da Silva Barros, Diretor-Presidente da BB Aliança Participações S.A., Presidente da Assembleia e Ivan de Souza Monteiro, Representante do Banco do Brasil. ESTE DOCUMENTO É CÓPIA FIEL TRANSCRITA DO LIVRO PRÓPRIO. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o Registro em 17.06.2010, sob o número 20100443273 - Antonio Celson G. Mendes, Secretário-Geral.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO ACIONISTA REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2011

Em vinte e dois de fevereiro de dois mil e onze, às dez horas, realizou-se Assembleia Geral Extraordinária do Acionista da BB Aliança Participações S.A., CNPJ 11.159.404/0001-49; NIRE: 5330001068-4, na Sede Social da Empresa, no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco A, Lote 31, Ed. Sede I, 15º andar, sala 01 - Brasília (DF), tendo comparecido o Banco do Brasil S.A., seu único acionista, representado pelo seu Vice-Presidente, Sr. Paulo Rogério Caffarelli, o qual assinou o "Livro de Presença", observadas as prescrições legais. Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Marco Antonio da Silva Barros, Diretor Gerente da BB Aliança, que, ao instalar a Assembleia, registrou a presença do Sr. Paulo Roberto Lopes Ricci, membro do Conselho Fiscal, e convidou o Sr. Luiz Cláudio Ligabue para atuar como Secretário. O Sr. Presidente informou que o assunto constante da ordem do dia é a participação na seguradora VIDA SEGURADORA S.A. O acionista aprovou a participação societária da Companhia na seguradora VIDA SEGURADORA S.A., passando a deter 28,97% do seu capital social, representado pelo total de 14.594 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme previsto no item 7.1."a" da Nota Técnica Diseg 2011/04, de 25.01.2011, aprovada pela Diretoria em 15.02.2011 e pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. em 16.02.2011. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária do Acionista da BB Aliança Participações S.A., da qual eu, (Luiz Cláudio Ligabue), Secretário, mandei lavrar esta Ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass.) Paulo Rogério Caffarelli, Diretor-Presidente da BB Aliança Participações S.A., Presidente da Assembleia e Marco Antônio da Silva Barros, Representante da BB Seguros Participações S.A. ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO NO LIVRO 01, FOLHA 173. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o Registro em 06.06.2011, sob o número 20110407814 - Luiz Fernando P. de Figueiredo, Secretário-Geral.



COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 1º DE JULHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I e II da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 4º, inciso IV, e, no art. 5º, do Decreto nº 4.984, de 12 de fevereiro de 2004;

Considerando que a Resolução nº 9.304, de 12 de abril de 2000, cancelou os incentivos do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam concedidos à empresa AGROPECUÁRIA COLORADO s/a - APECO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.979.340/0001-67, estabelecendo que, após o cancelamento, deveria ser instaurado o processo administrativo apuratório, para verificar se houve ou não desvio de recursos;

Considerando que, no curso do desenvolvimento do projeto, foi verificada a troca do controle acionário mediante venda do projeto bem como não apresentação da documentação contábil necessária à verificação da correta aplicação dos recursos recebidos;

Considerando que a empresa descumpriu o caput do artigo 12, enquadrando-se no § 1º, inciso II, no §7º deste artigo, todos esses dispositivos da Lei n° 8.167, de 16 de janeiro de 1991, descumprindo ainda o artigo 42, §1º, inciso III, bem como o artigo 44, §1º, enquadrando-se no §2º ambos do Regulamento de Incentivos Fiscais administrados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, aprovado pela Resolução n.º 7.077, de 16 de agosto de 1991;

Considerando que a empresa não apresentou defesa escrita, bem como não interpôs recurso administrativo; e,

Considerando que no curso do Processo Administrativo Apuratório nº 59003.000019/2008-34 restou demonstrado que a conduta da empresa e de seus administradores configurou o desvio na aplicação de recursos do Finam; resolve:

Ratificar a Resolução nº 9.304, de 12 de abril de 2000, e declarar subsistente o desvio na aplicação de recursos do Finam, por parte da empresa AGROPECUÁRIA COLORADO s/a - APECO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.979.340/0001-67.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 1º de julho de 2011

Nº 43 - Processo nº 59003.000070/2010-61. INTERESSADOS: AGROINDUSTRIAL QUATRO BOCAS S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.358.391/0001-46 e Ministério da Integração Nacional - Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos - DFRP. ASSUNTO: Pedido de Revisão Administrativa apresentada com base no art. 65 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

DECISÃO: Não conheço o pedido de revisão administrativa por não estarem presentes os requisitos previstos no art. 65 da Lei nº 9.784/1999, ratificando-se o entendimento constante no Parecer Conjur/MI nº 48, de 20 de janeiro de 2011. Restitua-se o processo ao DFRP/MI para adoção das providências complementares.

Nº 44 - Processo nº 59001.000351/2005-76. INTERESSADOS: AGROPECUÁRIA VALE DO RIO CORDA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.091.500/0001-65 e Ministério da Integração Nacional - Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos - DFRP. ASSUNTO: Pedido de Revisão Administrativa apresentada com base no art. 65 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

DECISÃO: Conheço do pedido de revisão administrativa (fax às fls. 380 a 391 e original às fls. 392 a 403 - volume III), para negar-lhe provimento ex vi Despacho nº 1189 do Departamento de Gestão dos Fundos de Investimentos - DGFI, de 4 de setembro de 2010 (fls. 420 a 439 - volume III) e do Parecer CONJUR/MI nº 45, de 20 de janeiro de 2011 (fls. 441 a 444 - volume III). Restitua-se o processo ao DFRP/MI para adoção das providências complementares.

Nº 45 -PROCESSO nº 59430.003428/2000-03. INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos - DFRP e AGROINDUSTRIAL UNIDOS S.A. ASSUNTO: Pedido de conversão, renegociação e prorrogação do prazo de carência de debêntures.

DECISÃO: Conheço parcialmente do Expediente (fls. 686 a 696), julgando-lhe da seguinte forma: (i) Quanto ao pleito de "prorrogação dos prazos de carência e vencimento das debêntures", recebo como pedido de revisão administrativa para julgar-lhe improcedente, ex vi do Despacho nº 505 - DGFI/SECEX/MI, de 6 de maio de 2011 (fls. 712 a 722), e do Parecer CONJUR/MI nº 546, de 6 de junho de 2011 (fls. 725 a 734); (ii) Quanto ao pleito de "conversão das debêntures conversíveis em ações emitidas antes de 24 de agosto de 2000", recebo como recurso administrativo e determino a anulação do ato indeferitório contido no item "b" do Despacho nº 134/2011 (fls. 668 e 669) ex vi do Despacho nº 505 - DGFI/SECEX/MI, de 6 de maio de 2011 (fls. 712 a 722), e do Parecer CONJUR/MI nº 546, de 6 de junho de 2011 (fls. 725 a 734). Restitua-se ao DFRP para adoção das providências subsequentes.

Nº 46 - Processo nº 59003.000022/2008-58. INTERESSADOS: NAZARÉ DO ARAGUAIA AGRÍCOLA E PECUÁRIA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.426.754/0001-21 e Ministério da Integração Nacional - Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos - DFRP. ASSUNTO: Recursos Administrativos com fulcro no art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

DECISÃO: Conheço dos recursos de fls. 269 a 272 e 274 a 277 - volume II, para negar-lhes provimentos e não conheço do recurso de fls. 297 a 305 - volume II, ex vi do Despacho nº 1205 do Departamento de Gestão dos Fundos de Investimentos - DGFI/MI, de 6 de outubro de 2010 (fls. 309 a 315 - volume II) e do Parecer CONJU/MI nº 14, de 11 de janeiro de 2011 (fls. 318 a 321 - volume II). Restitua-se o processo ao DFRP/MI para adoção das providências complementares.

Nº 47 - Processo nº 59003.000010/2008-23. INTERESSADOS: PARQUE RIO NEGRO INTERNACIONAL AMAZONAS TURISMO S.A e Ministério da Integração Nacional - Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos - DFRP. ASSUNTO: Recurso Administrativo com fulcro no art. 56 da Lei nº 9.784/99.

DECISÃO: Conheço do recurso (fls. 435 a 451 - volume III) para negar-lhe provimento, ex vi do Despacho nº 377 do Departamento de Gestão dos Fundos de Investimentos - DGFI, de 6 de abril de 2011 (fls. 452 a 457 - volume III) e do Parecer CONJUR/MI nº 573, de 14 de junho de 2011 (fls. 460 a 466 - volume III). Restitua-se ao DFRP/MI para adoção das providências complementares.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS E INCENTIVOS FISCAIS
DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS

RESOLUÇÃO Nº 44, DE 21 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23 do Decreto Presidencial nº 7.472, de 4 de maio de 2011, e nos termos do art. 1º, inciso V, do Anexo I da Portaria nº 373, de 20 de maio de 2011; e do caput do art. 11 da Portaria nº 639, de 4 de abril de 2007, ambas do Ministério da Integração Nacional,

Considerando que a Empresa AGROPECUÁRIA SANTANA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.098.532/0001-98, teve seu projeto originalmente aprovado por meio da Resolução Condel/Sudam nº 6.986, de 22 de fevereiro de 1990, no âmbito da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, posteriormente enquadrado na sistemática de incentivos fiscais instituída pela Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, por intermédio da Resolução nº 7.682, de 12 de fevereiro de 1993, com o objetivo de implantar um empreendimento voltado à bovinocultura de leite, no Município de Anajatuba, no Estado do Maranhão, com aporte de recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam;

Considerando que, no curso do desenvolvimento do projeto, constatou-se que a Empresa não apresentou sua documentação contábil e abandonou o empreendimento, bem como que suas estradas encontram-se em péssimas condições, e há, ainda, ausência de 645 animais, veículos, máquinas e equipamentos;

Considerando que a Empresa, seus administradores e, solidariamente, seus acionistas controladores infringiram o caput do artigo 12 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, enquadrando-se no art. 12, § 1º, incisos I e II, e no § 7º, todos da Lei 8.167/1991. Ademais, infringiram o art. 44, § 1º, enquadrando-se no art. 44, § 2º, ambos do Regulamento de Incentivos Fiscais administrados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, aprovado pela Resolução nº 7.077, de 16 de agosto de 1991;

Considerando que a Empresa teve sua defesa escrita indeferida, bem como que seu recurso administrativo foi conhecido, sendo-lhe negado provimento pelo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, conforme o Despacho nº 8, de 9 de março de 2011, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 46, Seção 1, p. 55, de 9 de março de 2011; e

Considerando que, no curso do Processo Administrativo Apuratório nº 59003.000037/2008-16, restou demonstrado que a conduta da Empresa, de seus administradores e, solidariamente, de seus acionistas controladores configurou o desvio na aplicação de recursos do Finam, resolve:

CANCELAR, de fato e de direito, com desvio na aplicação de recursos, os incentivos fiscais do Finam concedidos à Empresa AGROPECUÁRIA SANTANA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.098.532/0001-98.

HENRIQUE SAMPAIO

RESOLUÇÃO Nº 47, DE 28 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23 do Decreto Presidencial nº 7.472, de 4 de maio de 2011, e nos termos do art. 1º, inciso V, do Anexo I da Portaria nº 373, de 20 de maio de 2011; e do caput do art. 11 da Portaria nº 639, de 4 de abril de 2007, ambas do Ministério da Integração Nacional;

Considerando que a Empresa TIBIRI AVÍCOLA S.A. - TIBISA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.670.151/0001-52, teve seu projeto aprovado por meio da Resolução nº 6.886, de 30 de novembro de 1989, e posteriormente enquadrado na nova sistemática de incentivos instituída pela Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, por meio da Resolução nº 7.262, de 13 de dezembro de 1991, cujo objetivo visava implantar um empreendimento voltado para a criação de frango de corte, no Município de Paço do Lumiar/MA, com aporte de recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam;

Considerando que, no curso do desenvolvimento do projeto foi verificada a involução do projeto pela não preservação das inversões físicas, a defasagem de 28,22% entre os índices de implantação e a não apresentação da documentação contábil necessária á verificação quanto à correta aplicação de recursos liberados;

Considerando que a Empresa infringiu o caput do art. 12 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, enquadrando-se no art. 12, § 1º, inc. I e II, no § 7º, todos da Lei nº 8167/1991, e, ainda, descumpriram o art. 44, § 1º, enquadrando-se no art. 44, § 2º, ambos do Regulamento de Incentivos Fiscais administrados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, aprovado pela Resolução nº 7.077, de 16 de agosto de 1991;

Considerando que a defesa escrita apresentada foi indeferida, bem como a Empresa não apresentou recurso administrativo; e

Considerando que, no curso do Processo Administrativo Apuratório nº 59430.002318/2000-16, restou demonstrado que a conduta da Empresa e de seus administradores configurou o desvio na aplicação de recursos do Finam; resolve:

CANCELAR, de fato e de direito, por desvio na aplicação de recursos, os incentivos do Finam concedidos à Empresa TIBIRI AVÍCOLA S.A. - TIBISA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.670.151/0001-52.

HENRIQUE SAMPAIO

RESOLUÇÃO Nº 45, DE 27 DE JUNHO DE 2011

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23 do Decreto Presidencial nº 7.472, de 4 de maio de 2011, e nos termos do art. 1º, inciso V, do Anexo I da Portaria nº 373, de 20 de maio de 2011; e do caput do art. 11 da Portaria nº 639, de 4 de abril de 2007, ambas do Ministério da Integração Nacional,

Considerando que a Empresa ALUMINIC INDUSTRIAL S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.293.655/0001-20, teve seu projeto originalmente aprovado por meio da Resolução Condel/Sudene nº 11.261, de 26 de maio de 2000, com o objetivo de implantar uma unidade industrial destinada à fabricação de embalagens de alumínio e plásticas, no Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco, com aporte de recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste - Finor;

Considerando que no curso do desenvolvimento do projeto se verificou a não apresentação de relatórios e documentos contábeis, a paralisação das atividades produtivas, o arrendamento de toda a estrutura física do empreendimento e a retirada de máquinas e equipamentos da base industrial;

Considerando que a Empresa infringiu o caput do artigo 12 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, enquadrando-se no art.12, § 1º, incisos I e II, § 7º, e no art. 16, inciso I, todos da referida Lei nº 8.167/1991, e, ainda, descumpriu o art. 76, inc. IX, XI e XIV, bem como o art. 135, todos da Consolidação das Disposições sobre os Incentivos da Redução e Isenção do Imposto de Renda, do Reinvestimento e do Fundo de Investimentos do Nordeste - Finor, aprovada pela Portaria nº 855, de 15 de dezembro de 1994, da extinta Sudene;

Considerando que a Empresa teve sua defesa escrita indeferida além de ter sido negado provimento ao seu recurso administrativo pelo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, por meio do Despacho nº 17, de 22 de março de 2011, publicado no Diário Oficial da União - DOU, Seção 1, nº 57, p. 69, de 24 de março de 2011; e

Considerando que, no curso do Processo Administrativo Apuratório nº 03040.004796/97-15, restou demonstrado que a conduta da Empresa, de seus administradores e, solidariamente, de seus acionistas controladores configurou o desvio na aplicação de recursos do Finam, resolve:

CANCELAR, de fato e de direito, por desvio na aplicação de recursos, os incentivos fiscais do Finor concedidos à Empresa ALUMINIC INDUSTRIAL S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.293.655/0001-20.

HENRIQUE SAMPAIO

SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 312, DE 1º DE JULHO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Porto Acre - AC - NE.HIG - 12.301.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 076, de 15 de abril de 2011, de Porto Acre, e demais informações constantes no processo nº 59050.000902/2011-64, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enchentes ou inundações graduais - NE.HIG - 12.301, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 313, DE 1º DE JULHO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Colônia de Leopoldina - AL - NE.HEX - 12.302.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 009/2011, de 03 de maio de 2011, de Colônia de Leopoldina, e demais informações constantes no processo nº 59050.000806/2011-16, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enxurradas ou inundações bruscas - NE.HEX - 12.302, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 314, DE 1º DE JULHO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Maragogi - AL - NE.HEX - 12.302.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 004/2011, de 18 de maio de 2011, de Maragogi, e demais informações constantes no processo nº 59050.000883/2011-76, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enxurradas ou inundações bruscas - NE.HEX - 12.302, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 315, DE 1º DE JULHO DE 2011

Reconhece situação de emergência em Municípios do Estado do Amazonas, afetados por Enxurradas ou Inundações Bruscas - NE.HEX - 12.302.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando os Decretos Municipais nº 028/2011-GP, de 03 de maio de 2011, de Carauari; nº 100, de 18 de maio de 2011, de Itacoatiara e nº 013, de 20 de abril de 2011, de Nova Olinda do Norte, e demais informações constantes nos processos nºs 59050.000873/2011-31; 59050.000877/2011-19 e 59050.000875/2011-20, respectivamente, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enxurradas ou inundações bruscas - NE.HEX - 12.302, a situação de emergência nos Municípios supracitados.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 316, DE 1º DE JULHO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Ipu - CE - NE.HEX - 12.302.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 0017 GAB/2011, de 24 de maio de 2011, de Ipu, e demais informações constantes no processo nº 59050.000909/2011-86, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enxurradas ou inundações bruscas - NE.HEX - 12.302, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 317, DE 1º DE JULHO DE 2011

Reconhece situação de emergência em Municípios do Estado do Ceará, afetados por Enchentes ou Inundações Graduais - NE.HIG - 12.301.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando os Decretos Municipais nº 0510001/2011, de 10 de maio de 2011, de Barroquinha e nº 008/11, de 25 de abril de 2011, de Brejo Santo, e demais informações constantes nos processos nºs 59050.000820/2011-10 e 59050.000788/2011-72, respectivamente, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enchentes ou inundações graduais - NE.HIG - 12.301, a situação de emergência nos Municípios supracitados.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 318, DE 1º DE JULHO DE 2011

Reconhece situação de emergência em Municípios do Estado do Maranhão, afetados por Enxurradas ou Inundações Bruscas - NE.HEX - 12.302.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando os Decretos Municipais nº 01, de 26 de maio de 2011, de Lago do Junco e nº 03, de 31 de maio de 2011, de Passagem Franca, e demais informações constantes nos processos nºs 59050.000906/2011-42 e 59050.000920/2011-46, respectivamente, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enxurradas ou inundações bruscas - NE.HEX - 12.302, a situação de emergência nos Municípios supracitados.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 319, DE 1º DE JULHO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Carbonita - MG - NE.HEX - 12.302.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 83/2011, de 26 de janeiro de 2011, de Carbonita, e demais informações constantes no processo nº 59050.000281/2011-19, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enxurradas ou inundações bruscas - NE.HEX - 12.302, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 320, DE 1º DE JULHO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Concórdia do Pará - PA - NE.HEX - 12.302.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 003/2011, de 23 de maio de 2011, de Concórdia do Pará, e demais informações constantes no processo nº 59050.000908/2011-31, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enxurradas ou inundações bruscas - NE.HEX - 12.302, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 321, DE 1º DE JULHO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Pio IX- PI - NE.SES - 12.401.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 003/2011, de 20 de maio de 2011, de Pio IX, e demais informações constantes no processo nº 59050.000903/2011-17, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de estiagem - NE.SES-12.401, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

PORTARIA Nº 322, DE 1º DE JULHO DE 2011

Reconhece situação de emergência no Município de Barra Velha - SC - NE.HIL - 12.304.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Municipal nº 705, de 30 de maio de 2011, de Barra Velha, e demais informações constantes no processo nº 59050.000907/2011-97, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de inundações litorâneas provocadas pela brusca invasão do mar - NE.HIL - 12.304, a situação de emergência no Município supracitado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

Ministério da Justiça

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 29 DE JUNHO DE 2011

Recomenda aos Departamentos Penitenciários Estaduais ou órgãos congêneres seja assegurado o direito à visita íntima a pessoa presa, recolhida nos estabelecimentos prisionais.

O Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), no uso de suas atribuições e,

CONSIDERANDO a decisão do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP);

CONSIDERANDO constituir-se a visita íntima em direito constitucionalmente assegurado a pessoa presa;

CONSIDERANDO dever se recomendar aos Departamentos Penitenciários Estaduais ou órgãos congêneres que envidem o máximo esforço no sentido de que as pessoas presas tenham condições de usufruir do direito da visita íntima;

CONSIDERANDO o atual Plano de Política Criminal e Penitenciária que dispõe que as diferenças devem ser respeitadas para gerar igualdade de direitos e que as condições sexuais devem ser consideradas inclusive no campo criminal e penitenciário, garantindo visita intima à população carcerária LGBT;

CONSIDERANDO relatório do Grupo de Trabalho Interministerial Reorganização e Reformulação do Sistema Prisional Feminino, editado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da Republica (2008): "Garantia em todos os estabelecimentos prisionais do direito à visita intima para a mulher presa (hetero e homossexual)", resolve:

Art. 1º - A visita íntima é entendida como a recepção pela pessoa presa, nacional ou estrangeira, homem ou mulher, de cônjuge ou outro parceiro ou parceira, no estabelecimento prisional em que estiver recolhido, em ambiente reservado, cuja privacidade e inviolabilidade sejam asseguradas às relações heteroafetivas e homoafetivas.

Art. 2º - O direito de visita íntima, é, também, assegurado às pessoas presas casadas entre si, em união estável ou em relação homoafetiva.

Art. 3º - A direção do estabelecimento prisional deve assegurar a pessoa presa visita íntima de, pelo menos, uma vez por mês.

Art. 4º - A visita íntima não deve ser proibida ou suspensa a título de sanção disciplinar, excetuados os casos em que a infração disciplinar estiver relacionada com o seu exercício.

Art. 5º - A pessoa presa, ao ser internada no estabelecimento prisional, deve informar o nome do cônjuge ou de outro parceiro ou parceira para sua visita íntima.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 6º - Para habilitar-se à visita íntima o cônjuge ou outro parceiro ou parceira indicado deve cadastrar-se no setor competente do estabelecimento prisional.

Art. 7º - Incumbe à direção do estabelecimento prisional o controle administrativo da visita íntima, como o cadastramento do visitante, a confecção, sempre que possível, do cronograma da visita, e a preparação de local adequado para sua realização.

Art. 8º - A pessoa presa não pode fazer duas indicações concomitantes e só pode nominar o cônjuge ou novo parceiro ou parceira de sua visita íntima após o cancelamento formal da indicação anterior.

Art. 9º - Incumbe à direção do estabelecimento prisional informar a pessoa presa, cônjuge ou outro parceiro ou parceira da visita íntima sobre assuntos pertinentes à prevenção do uso de drogas e de doenças sexualmente transmissíveis.

Art. 10 - Fica Revogada a Resolução nº 01/99 de 30 de março do ano de um mil novecentos e noventa e nove (30/03/99).Publicada no DOU de 05/04/99, Seção 1.

Art. 11 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GEDER LUIZ ROCHA GOMES

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 831, DE 11 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08270.025312/2010-38-SR/DPF/DIREX/CE, declara revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de vigilância patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DENISE ROQUE PIRES, CNPJ nº 35.069.640/0001-32, para atuar no CEARÁ.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 940, DE 7 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.013833/2011-33-DELESP/SR/SP resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada, na(s) atividades(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FUNDAÇÃO VISCONDE DE PORTO SEGURO, CNPJ nº 60.960.465/0001-26, para atuar em SÃO PAULO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 952, DE 7 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.003670/2011-81-DELESP/SR/SP, declara revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de vigilância patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BANCO SAFRA S.A, CNPJ nº 58.160.789/0001-28, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança nº 33356 expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 967, DE 13 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08455.028641/2011-53-SR/DPF/RJ resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada, na(s) atividades(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO SHERATON BARRA, CNPJ nº 05.597.887/0001-60, para atuar no RIO DE JANEIRO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 1.000, DE 15 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08270.007125/2011-53-SR/DPF/CE resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada, na(s) atividades(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TUBOARTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 01.802.541/0001-04, para atuar no CEARÁ.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 1.005, DE 15 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08389.003440/2011-84-DFP/FIG/PR resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada, na(s) atividades(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HOTEL BOURBON DE FOZ DO IGUAÇU LTDA, CNPJ nº 77.768.943/000193, para atuar no PARANÁ.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 1.006, DE 15 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08400.003935/2011-16-SR/DPF/PE resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada, na(s) atividades(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa H. L. HOTEIS LTDA, CNPJ nº 11.881.729/0001-30, para atuar em PERNAMBUCO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 1.008, DE 16 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.011621/2011-11-DELESP/SR/SP, declara revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de vigilância patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SHEARER DO BRASIL AGROPECUARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 54.484.407/0001-60, para atuar em SÃO PAULO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 1.023, DE 17 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08072.004107/2011-56-DPF/MBA/PA e 2011/1129 - GESP resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 1 (um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GMW CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA., CNPJ nº 07.077.450/0001-21, especializada em segurança privada, na(s) atividades(s) de Curso de Formação, para atuar no PARÁ, com Certificado de Segurança nº 803/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.053, DE 20 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001946/DPF/JZO/BA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AGRO INDUSTRIAS DO VALE DO SÃO FRANCISCO S/A, CNPJ nº 13.642.699/0001-35, para atuar na BAHIA , com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 1100/11 (CNPJ nº 13.642.699/0001-35).

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.058, DE 20 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2220/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa SCORPIONS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES SOCIEDADE SIMPLES LTDA, CNPJ nº 03.492.494/0001-67, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

6 (seis) Revólver(es) calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.073, DE 20 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1291/DPF/RPO/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa TOTEM SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.752.749/0001-05, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

3 (três) Revólver(es) calibre 38,

30 (trinta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

ALVARÁ Nº 12.088, DE 27 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/829/DELESP/DREX/SR/DPF/RR, resolve: CONCEDER autorização à empresa TRANSVIG TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 84.013.234/0001-63, sediada em RORAIMA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

15 (quinze) Revólver(es) calibre 38,

4 (quatro) Pistola(s) calibre 380,

4 (quatro) Espingarda(s) calibre 12,

180 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 38,

80 (oitenta) Cartuchos de Munição calibre .380,

152 (cento e cinquenta e dois) Cartuchos de Munição calibre 12.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 12.096, DE 27 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1738/DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa DETROIT SEG VIGILANCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 11.923.136/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no ESPÍRITO SANTO, com Certificado de Segurança nº 1151/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 12.098, DE 27 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001809/DPF/SAG/RS, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROTEFORT EMPRESA DE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA , CNPJ nº 05.574.503/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no RIO GRANDE DO SUL , com Certificado de Segurança nº 1043/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ALVARÁ Nº 12.104, DE 27 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como decisão prolatada no Processo nº 2011/1807/DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve: CONCEDER autorização à empresa CURTINAZ E FREITAS VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ/MF: 11.513.979/0001-18, para exercer a atividade de Segurança Pessoal no RIO GRANDE DO SUL.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 12.106, DE 27 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/002014/DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SITRAN EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.005.031/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no DISTRITO FEDERAL , com Certificado de Segurança nº 1145/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 12.111, DE 27 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/2123/DELESP/DREX/SR/DPF/MS, resolve: CONCEDER autorização à empresa PROGUARDA VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.429.584/0005-08, sediada no MATO GROSSO DO SUL, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

180 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 38,

Da empresa cedente INOVA TECNOLOGIA EM SEGURANCA LTDA, com CNPJ nº 00.243.299/0001-05:

10 (dez) Revólver(es) calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 12.121, DE 28 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1631/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa GS SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 05.904.488/0001-03, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

11 (onze) Revólver(es) calibre 38,

132 (cento e trinta e dois) Cartuchos de Munição calibre 38.

O prazo para iniciar o processo de compra expirará em 60 dias a partir da publicação desta autorização.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 12.125, DE 28 DE JUNHO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como decisão prolatada no Processo nº 2011/1646/DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve: CONCEDER autorização à empresa GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ/MF: 16.328.205/0002-11, para exercer a atividade de Escolta Armada em ALAGOAS.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

DESPACHO DA SECRETÁRIA
Em 1º de julho de 2011

Nº 494 - Ref: Ato de Concentração nº 08012.007955/2009-15. Requerentes: Marfrig Alimentos S/A e Cargill Alimentos S/A. Advs.: Lauro Celidonio Neto e outros.

Pelos princípios da economia processual e da eficiência da Administração Pública, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99, e da Portaria Conjunta SEAE/MF e SDE/MJ nº 33/2006, concordo com o teor do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, consequentemente, pela aprovação do ato sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei nº 8.884/94.

ANA MARIA MELO NETTO
Substituta

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08091.000403/2010-79 - Walter Miguel Cavalotti

Processo Nº 08260.003590/2011-34 - Maria Laura Mujica

Processo Nº 08260.003601/2011-86 - Gustavo Maximo Prieto

Processo Nº 08260.003675/2011-12 - Maria Carolina Viganno

Processo Nº 08390.002111/2011-87 - Miguel Angel Navarro

Processo Nº 08390.002817/2011-49 - Leonardo Daniel Cocco e Maria Pamela Casas

Processo Nº 08444.002855/2011-29 - Nestor Adrian Acevedo

Processo Nº 08460.014438/2011-21 - Maria Andrea Pupi

Processo Nº 08461.003345/2011-61 - Hugo Walter Romero

Processo Nº 08492.003759/2011-22 - Marta Susena de Cortazzo

Processo Nº 08495.002781/2011-25 - Hernan Rene Hase e Leandro Hase

Processo Nº 08505.023340/2011-09 - Pablo Luis Saredo

Processo Nº 08505.023389/2011-53 - Nancy Beatriz Ducuing de Martorelli.

DEFIRO os pedidos de transformação do visto temporário VII, em permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08444.003262/2011-80 - Curtis Floyd Swenson e Valerie Swenson

Processo Nº 08495.002396/2011-88 - Wilfredo Jr Junio Lorete

Processo Nº 08505.023325/2011-52 - Giovanni Vella

Processo Nº 08702.001913/2011-17 - Maria de Jesus Atouguia dos Santos.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08260.003422/2011-49 - Pablo Julian Crespo

Processo Nº 08260.003468/2011-68 - Antonio Pedro Vito

Processo Nº 08260.003545/2011-80 - Carolina Grzech

Processo Nº 08260.003892/2011-11 - Guillermina Andrea Rava

Processo Nº 08354.002392/2011-12 - Daniel Oscar Emili

Processo Nº 08354.002462/2011-24 - Marcelo Eduardo Mendez

Processo Nº 08354.002503/2011-82 - Marcelo Facundo Quarantini

Processo Nº 08492.003708/2011-09 - Berta Dorina Viacorta

Processo Nº 08492.003729/2011-16 - Carlos Miguel Muse

Processo Nº 08492.003741/2011-21 - Ramón Echenique

Processo Nº 08492.003781/2011-72 - Natalí Mariela Michalek

Processo Nº 08495.002339/2011-07 - Hector Aldo Pujol

Processo Nº 08495.002349/2011-34 - Gonzalo Matias Uriarte

Processo Nº 08495.002763/2011-43 - Maria Cecilia Pascoli.

CAROLINDA RODRIGUES CHAVES
Substituta

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08212.011044/2010-61 - Casto Yugar Santos

Processo Nº 08240.004452/2010-20 - Jorge Fernando Cuadros Urteaga

Processo Nº 08240.012647/2010-43 - Pauk Mato

Processo Nº 08240.017715/2010-61 - Jaime Chuquipiondo Salvador

Processo Nº 08270.024309/2010-05 - Gert Van Goethem

Processo Nº 08270.036336/2009-89 - Luigi Messina

Processo Nº 08286.000363/2011-69 - Jose Antonio Suarez Suarez

Processo Nº 08286.000535/2010-13 - Adam Scott Fischer

Processo Nº 08286.000589/2010-89 - Karen Jacqueline Puyén Enciso

Processo Nº 08311.000563/2011-67 - Antonio Manuel Caridade Soares

Processo Nº 08337.000826/2011-40 - Lourdes Alejandra Diaz

Processo Nº 08337.000827/2011-94 - Maria Liliana Florentin Nunez

Processo Nº 08337.001405/2011-36 - Mariela Mercado Jare

Processo Nº 08339.000870/2011-30 - Elias Aldana Aliende

Processo Nº 08339.007864/2010-22 - Jorge Ariel Gimenez

Processo Nº 08339.011855/2010-36 - Eugenio Larrea Serrano

Processo Nº 08351.000686/2011-21 - Inês Rodrigues Martins

Processo Nº 08351.000772/2011-34 - Nelly Gladys Murillo Mancheno

Processo Nº 08364.000393/2010-14 - Paul Edmund O`Brian Boyer

Processo Nº 08390.002195/2011-59 - Petra Wagnerova

Processo Nº 08390.002267/2011-68 - Osvaldo Carvalho Alves Ferreira

Processo Nº 08390.002306/2011-27 - Sebastian Ismael Alli

Processo Nº 08432.000438/2011-81 - Carlos Gabriel Silveira

Processo Nº 08444.002927/2010-57 - Antony Alexander Gianechini Andriolo

Processo Nº 08457.000025/2007-31 - Oscar Malcoln Matthews Guevara

Processo Nº 08461.002337/2011-05 - Michael Leonard Shephard

Processo Nº 08478.000031/2011-27 - Patricia Cynthia Fajardo Terrazas

Processo Nº 08492.001059/2011-01 - Clever Adegar Borba Rivero

Processo Nº 08492.002026/2011-71 - Maria Felismina Mendes

Processo Nº 08492.003167/2011-19 - Colby Lee Huston

Processo Nº 08492.016772/2010-61 - Hartmut Ferdinand Lau

Processo Nº 08492.019118/2010-17 - Telma Isabel Suarez Gutierrez

Processo Nº 08495.001949/2011-85 - PAUL GEORGE MOYO

Processo Nº 08701.011469/2010-69 - Marite Lemose.

DEFIRO o pedido de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 05/97 do Conselho Nacional de Imigração. Processo Nº 08280.032487/2011-63 - Moetassem Mohamed Rasmy Zidan.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência por reunião familiar, amparados pela Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração c/c a Portaria MJ nº 606/91, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08280.033564/2010-11 - Lin Hsin Ying

Processo Nº 08495.000725/2010-75 - Eric Escanez e Bernard Escanez

Processo Nº 08505.060911/2010-05 - Gun Woo Kim

Processo Nº 08507.001482/2010-14 - Izis Esperança Caculo Ribeiro.

DEFIRO o pedido de permanência definitiva nos termos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80 para o Sr. Vincent Roland Maurice Bouvet e para a Srª Anne Cecile Rocha, medida extensiva a seu filho menor Edouard Vincent Bouvet com base a Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração. Processo N° 08505.071270/2010-14 - Vincent Roland Maurice Bouvet, Anne Cecile Roche e Edouard Vincent Bouvet.

DEFIRO o Pedido de Permanência, nos termos do art. 75,II, b, da Lei 6.815/80, salientando, todavia, que verificado a qualquer momento o abandono da prole o ato poderá ser revisto. Processo Nº 08461.005692/2009-11 - Diana Rodriguez Santiago.

DEFIRO o pedido de permanência, vez que restou provado que o (a) estrangeiro (a) está casado de fato e de direito com cônjuge brasileiro (a), salientando, todavia, que o ato persistirá enquanto for detentor da condição que lhe deu origem. Processo Nº 08520.014506/2010-19 - Philip Douglas Baker

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 14/09/2010, página 30, para conceder a permanência nos termos do art. 2º, I, da Resolução Normativa nº 36/99 c/c o art. 75, item II- alínea, b da Lei 6.815/80, salientando, todavia, que o ato persistirá enquanto for detentor da condição que lhe deu origem. Processo Nº 08505.054653/2008-03 - Victor Angel Castro Zegarra.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 05/10/2010, página 47, para conceder a permanência nos termos da Resolução Normativa 36/99 do Conselho Nacional de Imigração e Portaria MJ nº 606/91. Processo Nº 08505.027578/2010-14 - Temple Chigozie Njoku.

À vista de novos elementos constantes dos autos e da nova diligência procedida pelo Departamento de Polícia Federal, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no DOU de 03/03/2011, página 38, para conceder a permanência nos termos da Resolução Normativa 36/99 do Conselho Nacional de Imigração e Portaria MJ nº 606/91. Processo Nº 08458.004174/2008-41 - Massimo Plozzer e Marcella Franzot Plozzer.

Diante dos elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ nº 22 de 07/07/2009, DEFIRO o pedido de residência provisória formulado pelo(a) nacional peruano, Fredi Duenas Aranzabal, nos termos da Lei 11.961/09.

Processo N° 08505.040268/2009-51 - Fredi Duenas Aranzabal.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Torno insubsistente o ato indeferitório publicado no D.O.U. de 07/02/2011, Seção 1, pág. 53, para conceder a permanência nos termos da Lei 11.961/09 ao nacional sul-coreano, Inyeop Song. Processo N° 08505.041407/2009-64- Inyeop Song.

Torno insubsistente o ato indeferitório publicado no D.O.U. de 03/03/2011, Seção 1, pág. 39, para conceder a permanência nos termos da Lei 11.961/09 ao nacional austríaco, Manuel Roiss. Processo N° 08504.013710/2009-87 - Manuel Roiss.

Torno insubsistente o ato indeferitório publicado no D.O.U. de 01/03/2011, Seção 1, pág. 46, para conceder a permanência nos termos da Lei 11.961/09 ao nacional libanês, Radwan Ismail Ghandour. Processo N° 08389.029782/2009-18 - RADWAN ISMAIL GHANDOUR.

Torno insubsistente o ato indeferitório publicado no D.O.U. de 12/04/2011, Seção 1, pág. 35, para conceder a permanência nos termos da Lei 11.961/09 ao nacional alemão, Wolfram Johannes Lange. Processo N° 08018.020648/2009-61 - Wolfram Johannes Lange.

Torno insubsistente o ato indeferitório publicado no D.O.U. de 15/06/2011, Seção 1, pág. 48, para conceder a permanência nos termos da Lei 11.961/09 ao nacional espanhol, Alvaro Guntin Liebanas. Processo N° 08260.006491/2009-90 - Alvaro Guntin Liebanas.

Torno insubsistente o ato indeferitório publicado no D.O.U. de 14/03/2011, Seção 1, pág. 52, para conceder a permanência nos termos da Lei 11.961/09 ao nacional espanhol, Miguel Ramis Garcia. Processo N° 08018.020555/2009-37 - Miguel Ramis Garcia.

Determino o arquivamento do pedido de permanência, diante da solicitação da parte interessada. Processo Nº 08435.002511/2010-48 - Hans Peter Jufer e Elisabeth Jufer.

Determino o arquivamento do pedido de permanência, diante da solicitação da parte interessada. Processo Nº 08270.009709/2009-49 - Gert Van Goethem.

Determino o arquivamento do pedido de permanência, tendo em vista que o estrangeiro já obteve a permanência definitiva. Processo N° 08354.000613/2011-18 - Fabio Nicora.

Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos .

Processo Nº 08001.007974/2009-62 - Ermes Bertuzzi

Processo Nº 08709.007538/2007-64 - Anna Shae Zhi Chu Alexander.

Anula-se o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 06/04/2011, Seção 1, página 78, para dar prosseguimento ao feito. Processo N° 08420.005349/2009-45 - Bryan Thomas Jones.

Torno insubsistente o ato Deferitório publicado no Diário Oficial da União de 01/08/2007, Seção 1, página 28, para cancelar a permanência do nacional argentino, Ariel Orlando Destefano, tendo em vista o pedido formulado pelo mesmo, conforme folha 60, onde opta pela permanência com base na Resolução Normativa 60/2004 - CNIg. Processo N° 08320.024242/2005-09 - Ariel Orlando Destefano.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista que os estrangeiros encontram-se fora do país.

Processo Nº 08270.002332/2010-31 - Manel Muñoz Funez

Processo Nº 08270.004329/2010-51 - Fernando Manuel Carrajana Almeida

Processo Nº 08270.004641/2010-45 - Ricardo Miguel Duarte da Cruz.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista, que os estrangeiros não foram localizados no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo Nº 08295.005519/2011-99 - José Manuel Garcia Santos

Processo Nº 08320.024984/2010-93 - Mark Stephan Foster

Processo Nº 08460.048140/2010-33 - Ichiko Hashimoto

Processo Nº 08492.011154/2008-18 - Rocio Ines Cristaldo Miltos

Processo Nº 08514.000982/2011-12 - Diego Jose Vizcaino Couceiro.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista, que o estrangeiro não preenche os requisitos do art.75, II, "a", da Lei 6.815/80, Processo Nº 08478.000017/2011-23 - Armando Lazaro Gomez Diaz.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista, que o(s) estrangeiro(s) não preenche(m) os requisitos da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração. Processo Nº 08495.002744/2007-31 - Ingrid Natalia Macarena Prette

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista, que o estrangeiro não preenche os requisitos do art.75, II, "b", da Lei 6.815/80. Processo Nº 08532.000758/2011-11 - Sergio Enrique Cediel Pinto.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls. 27 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado com base na Lei 11.961/09, pelo(a) nacional nigeriano, Samuel Nzube Nweze, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/99. Processo N° 08505.090216/2009-26 - Samuel Nzube Nweze.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls. 14 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado com base na Lei 11.961/09, pelo(a) nacional peruano, Yilmer Huarcca Guevara, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/99. Processo B° 08505.091035/2009-17 - Yilmer Huarcca Guevara.

Tendo em vista a falta de cumprimento de exigência formulada por esta Divisão, a fim de que apresentasse comprovante de entrada no Brasil ou qualquer outro documento válido que permita a Administração atestar a data do ingresso do estrangeiro no território nacional, indefiro o pedido formulado pelo(a) nacional libanês, Mohamad Termos. Processo N° 08389.028655/2009-93 - Mohamad Termos.

Tendo em vista a inobservância do requisito temporal disposto no art. 4º da Lei 11.961/09, indefiro o pedido de residência provisória formulado pelo(a) nacional grego, Panagiotis Konstantinos Mantzoros. Processo N° 08015.006440/2010-01 - Panagiotis Konstantinos Mantzoros.

Tendo em vista o descumprimento das exigências de fls. 18 dos autos, indispensáveis à apreciação do pleito, indefiro o pedido formulado com base na Lei 11.961/09, pelo(a) nacional libanês, Ali Ahmad Souweidan, nos termos do art. 40 da Lei 9.784/99. Processo N° 08389.033938/2009-57 - Ali Ahmad Souweidan.

INDEFIRO o pedido de residência provisória formulado pelo(a) nacional peruano, Luis Miguel Velasquez Terry, nos termos do art. 1° da Lei 11.961/09, tendo em vista que na data do pedido o(a) estrangeiro(a) encontrava-se em situação migratória regular no Território Nacional. Processo N° 08709.009632/2009-10 - Luis Miguel Velasquez Terry.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

INDEFIRO os pedidos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, tendo em vista que no momento da autuação, os requerentes encontravam-se em situação irregular no país, nos termos do artigo 38, da Lei 6.815/81.

Processo N° 08458.005238/2011-26 - Eric da Graça Firmino

INDEFIRO Processo N° 08458.004861/2011-61 - Eliana Vanessa Brandao Costa

Processo N° 08455.011977/2011-87 - Andres Humberto Mego Bayona.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo N° 08000.012965/2010-37 - Xiuying Li, até 10/11/2012

Processo Nº 08000.001228/2011-90 - Robert Fleeting, até 26/07/2012

Processo Nº 08000.001231/2011-11 - Donald Ross, até 02/08/2012

Processo Nº 08000.001273/2011-44 - Richard John Haley, até 08/08/2012

Processo Nº 08000.001586/2011-01 - Alf Midtbo Overland, até 17/03/2013

Processo Nº 08000.002234/2011-64 - Gustavo Fernando Kinter, até 13/06/2012

Processo Nº 08000.003673/2011-94 - John Owen Zorovich, até 27/07/2013

Processo Nº 08000.003674/2011-39 - Andrea Catherine Khambalia, até 07/08/2013

Processo Nº 08000.004132/2011-83 - Harol Dassaett Aceituno Jackson, até 16/01/2012

Processo Nº 08000.004563/2011-40 - James Michael Reynolds, até 03/11/2013

Processo Nº 08000.004674/2011-56 - Feliciano Hayag Jordan, até 14/05/2013

Processo Nº 08000.004905/2011-21 - Cheng Zhuang, até 22/06/2012

Processo Nº 08000.005204/2011-18 - Jeffrey Ray Espina, até 15/02/2012

Processo Nº 08000.005207/2011-43 - Stalyn Noel Avila, até 01/04/2012

Processo Nº 08000.005724/2011-12 - Richard Palanog Marfil, até 28/06/2013

Processo Nº 08000.005850/2011-77 - Derek Andrew Landells, até 18/05/2013

Processo Nº 08000.005868/2011-79 - Jehan Villacorta Andrabado, até 12/03/2012

Processo Nº 08000.005911/2011-04 - David Harold Neal Fahey, até 30/06/2013

Processo Nº 08000.006685/2011-71 - Terry Franklin Tisdale, até 10/09/2013

Processo Nº 08000.012814/2010-89 - Pascal Dominique Gilles Thierry Guignard, até 26/10/2012

Processo Nº 08000.019197/2010-42 - Ana Maria Cerna Bustamante, até 05/01/2013

Processo Nº 08000.020794/2010-10 - Joseph Hawkins, até 11/09/2012.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s), ressaltando a necessidade de autuação na forma do disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo N° 08000.006139/2011-30 - Ernest Jaroslaw Sojka, até 01/06/2013

Processo N° 08000.004816/2011-85 - Marlon Alberto Rodriguez Diaz, Marlon Alberto Rodriguez Rojas, Carolina Del Valle Rojas Rodriguez, Marlon Andres Rodriguez Rojas e Marlon David Rodriguez Rojas, até 05/05/2012

Processo N° 08000.006137/2011-41 - Tummas Jacob Frants Frederiksberg, até 24/05/2013

Processo N° 08000.005949/2011-79 - Taehan Kim, até 01/06/2013

Processo N° 08000.004957/2011-06 - Jimmy Murrell Carlile Jr, até 08/05/2013

Processo N° 08000.004818/2011-74 - Tito Lazaro Morales Paetan, até 23/04/2012

Processo N 08000.005373/2011-40 - An Yang, até 19/05/2012.

Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO do(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.001551/2011-63 - Kym Charles Herington

Processo Nº 08072.008251/2010-81 - Charles Stephen Upp

Processo Nº 08072.008445/2010-86 - Phillip Joel Kriesa.

Determino o arquivamento, diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país. Processo Nº 08018.012061/2009-89 - Dipak Umedrai Mistry.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 30/03/2011, Seção 1, pág.89, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.013535/2010-32 - Kirk Murray Waugh.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 26/07/2010, Seção 1, pág.22, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08018.016765/2009-21 - Guillermo Alberto Abrego Lucero.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 04/03/2010, Seção 1, pág. 56, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08018.015049/2009-26 - Brian Robet Mc Culloch, Mark James Mc Culloch e Nancy Elizabeth Mc Culloch.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 01/02/2010, Seção 1, pág.37, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08018.012318/2009-01 - Michael Eugene Miller, Quinn Christian Miller e Tina Marie Miller.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 13/08/2010, Seção 1, pág. 83, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.001303/2010-31 - Humberto Raul Arroyo Perez, Amaya Jesus Arroyo Martinez, Anais Arroyo Martinez e Mirella Norma Martinez Soto.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 01/02/2010, Seção 1, pág. 38, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08018.011898/2009-19 - Yefan Chen.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 21/06/2011, Seção 1, pág. 50, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.002314/2011-10 - Brian John Ross.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 13/04/2011, Seção 1, pág. 20, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.015117/2010-80 - Christopher Edward Gulley.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 08/06/2011, Seção 1, pág.38, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.003483/2011-77 - Sergey Galkin.

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 23/02/2011, Seção 1, pág. 23, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.009954/2010-70 - Marven Wayne Howze.

INDEFIRO o pedido de prorrogação, por ter se esgotado o prazo da estada legal no País, nos termos do art. 38 da Lei nº 6.815, de 1980. Processo Nº 08000.003698/2011-98 - Robertus Johan Gerardus Hongerkamp.

INDEFIRO o pedido de prorrogação do prazo de estada no país, temporário item V, considerando que não atende o disposto no art. 4°, parágrafo único, da Resolução Normativa n° 61/2004, bem como não se trata de contrato com cláusula de garantia. Processo N° 08000.004548/2011-00 - Oliver Tobias Feisst.

Considerando a natureza da estada do estrangeiro no país, cujo visto foi concedido ao amparo do art. 6º da Resolução Normativa nº 61/2004 do CNIg, que impossibilita a prorrogação do prazo de estada no território nacional, tendo em vista a estipulação de prazo certo e determinado para o fim a que se destina, INDEFIRO o pedido formulado pelo interessado. Processo N° 08000.005326/2011-04 - Geir Atle Haugli.

INDEFIRO o pedido de prorrogação do prazo de estada no país, temporário item V, considerando que não atende o disposto no art. 4°, parágrafo único, da Resolução Normativa n° 61/2004, bem como não se trata de contrato com cláusula de garantia. Processo N° 08000.006496/2011-06 - Wolfgang Markus Lebschy.

INDEFIRO o pedido de prorrogação do prazo de estada no país, temporário item V, considerando que não atende o disposto no art. 4°, parágrafo único, da Resolução Normativa n° 61/2004, bem como não se trata de contrato com cláusula de garantia. Processo N° 08000.005350/2011-35 - Gerd Arthur Restle.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
p/Delegação de Competência

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União de 25/05/2011, Seção 1, pág. 102, onde se lê: Considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o pedido de mudança de empregador da empresa MARSH CORRETORA SE SEGUROS Ltda. para a empresa BOWRING MARSH CORRETORA SE RESSEGUROS Ltda. e a Prorrogação de Estada no País até 29/09/2012. Processo N° 08000.011280/2010-73 - David Pena Serrano; leia-se: Considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o pedido de mudança de empregador da empresa MARSH CORRETORA DE SEGUROS Ltda. para a empresa BOWRING MARSH CORRETORA DE RESSEGUROS Ltda. e a Prorrogação de Estada no País até 29/09/2012. Processo N° 08000.011280/2010-73 - David Pena Serrano.

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 180, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria MJ nº 1.100 de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve classificar:

Filme: O ENREDO DO MEU SAMBA (Brasil - 2007)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Adílio Gonçalves/Luiz Paulo da Silva/Paulo Henrique da Costa
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Samba
Processo: 08017.001875/2011-12
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

Filme: RODA BAIANA! (Brasil - 2007)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Cristina Adelina de Assunção/Danilo Cruz Dainezi/Dilvania Ferreira S.
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Carnaval
Processo: 08017.001876/2011-67
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

Filme: SKINDÔ (Brasil - 2007)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Andrea Iglessias/Bruno Bralfperr/Juliana Borges/Michelle da Silva
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Carnaval
Processo: 08017.001877/2011-10
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

Filme: TOMA SAMBISTE (Brasil - 2007)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Glauber Marques/Gustavo Henrique Barbosa Castro/Raquel Febrônio
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Carnaval
Processo: 08017.001878/2011-56
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

Filme: CULTURA 360º (Brasil - 2007)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Fernando Roberto da Silva/Francicarla de Souza Brito/Janaína Cristina
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Skate
Processo: 08017.001879/2011-09
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

Filme: DO SERTÃO À GAROA (Brasil - 2007)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Fátima Melo/José Ricardo de Moura/Josenaldo de Freitas
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Sobrevivência
Processo: 08017.001880/2011-25
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

Filme: GRAVIDADE (Brasil - 2007)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Danilo H. Prates/Lucilene C. Oliveira/Marcelo C. Marques/Marcio J. M.
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Gravidez
Processo: 08017.001881/2011-70
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

Filme: O RESGATE DE PERUS (Brasil - 2007)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Cátia Borges/Diane Dourado/Lázaro Reis/Talita Maria da Silva/Thays S.
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: História
Processo: 08017.001882/2011-14
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

Filme: O MINGAU QUE VIROU TUTU (Brasil - 2007)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Carlos Augusto Rodrigues/Eduardo Lisboa/Fabio Oliveira/Jorge Aparecido
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Drogas Ilícitas
Tema: Andanças
Processo: 08017.001883/2011-69
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

Filme: SE ESSA RUA FOSSE MINHA (Brasil - 2007)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Gustavo Pereira/Larissa Scaranci/Lucas Araujo/Luciana Dias/Yoná Matiel
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Infância
Processo: 08017.001884/2011-11
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

Filme: GIRA POMBA GIRA (Brasil - 2007)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): André Luiz Oliveira Marelo/Danilo José Sagatiba/Danilo Mendes Vieira.
Distribuidor(es): Não Possui
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Livre
Tema: Sobrenatural
Processo: 08017.001886/2011-01
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

Filme: O MELHOR MOMENTO DA VIDA (BART GOT A ROOM, Estados Unidos da América - 2008)
Produtor(es): Plum Pictures
Diretor(es): Brian Hecker
Distribuidor(es): Unifilmes Distribuidora, Importadora e Exportadora de Filmes Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Tema: Conflitos
Processo: 08017.001911/2011-48
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: O CREMATÓRIO (DEATH & CREMATION, Estados Unidos da América - 2010)
Produtor(es): Ross Otterman
Diretor(es): Justin Steele
Distribuidor(es): Playarte Pictures
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Terror
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Tema: Perseguição
Processo: 08017.001937/2011-96
Requerente: Playarte Pictures

Filme: TRANSEUNTE (Brasil - 2011)
Produtor(es): Luciana Burlamaqui
Diretor(es): Eryk Rocha
Distribuidor(es): Videofilmes Produções Artísticas Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Relação Sexual Não-Explícita e Nudez de Seios
Tema: Cotidiano
Processo: 08017.001944/2011-98
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: IDENTIDADE PARANORMAL (SHELTER, Estados Unidos da América - 2010)
Produtor(es): David Begstein
Diretor(es): Bjorn Stein/Mans Marlind
Distribuidor(es):
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Assassinato
Tema: Mundo Psicológico
Processo: 08017.001946/2011-87
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: ESTRANHOS NORMAIS (Brasil - 2010)
Produtor(es): Maurizio Totti
Diretor(es): Gabriele Salvatores
Distribuidor(es): PROVIDENCE DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Nudez de nádegas e seios e Posse e consumo de drogas leves
Tema: Conflitos Familiares
Processo: 08017.002101/2011-17
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: HARRY POTTER E AS RELÍQUIAS DA MORTE - PARTE 2 (HARRY POTTER AND THE DEATHLY HALLOWS - PART 2, Estados Unidos da América / Inglaterra - 2011)
Produtor(es): J.K. Rowling
Diretor(es): David Yates
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Aventura
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Assassinato e Presença de sangue
Tema: Luta do bem contra o mal
Processo: 08017.002353/2011-38
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: ALVIN E OS ESQUILOS 3 (ALVIN AND THE CHIPMUNKS - CHIPWERECKED, Estados Unidos da América - 2011)
Produtor(es): Jonathan Aibel/Glenn Berger
Diretor(es): Mike Mitchell
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: 35mm
Classificação: Livre
Processo: 08017.002429/2011-25
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

DESPACHO DO DIRETOR ADJUNTO
Em 30 de junho de 2011

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, e na Portaria nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007, resolve:

Processo MJ nº 08017.001046/2011-30
Série: "AMOR IMENSO - 2ª TEMPORADA "
Requerente: TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A.
Episódios: 201 a 212
Tema: Poligamia

CONSIDERANDO que a segunda temporada da série "AMOR IMENSO" foi apresentada na forma de autoclassificação por episódio, formando-se doze processos com seus respectivos números de protocolo de 08017.001046/2011-30 a 08017.001057/2011-10.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que a análise dos episódios constatou haver continuidade da trama, e coerência temática dos episódios.

CONSIDERANDO que a classificação indicativa tem o objetivo transmitir informação completa e de fácil compreensão acerca do conteúdo de diversões públicas.

CONSIDERANDO que, no presente caso, para melhor informar aos cidadãos e em atenção aos princípios da razoabilidade, do interesse público e da eficiência.

RESOLVO apensar os processos de número 08017.001047/2011-84 a 08017.001057/2011-10 ao processo 08017.001046/2011-30, e

CONSIDERANDO que a obra apresenta conteúdo compatível com a autoclassificação de "não recomendada para menores de 14 anos".

RESOLVO deferir os pedidos de autoclassificação dos episódios aqui referidos para atribuir à 2ª Temporada da série "AMOR IMENSO" a classificação única de "Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos" por apresentar relação sexual, drogas lícitas e violência.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

RETIFICAÇÃO

No despacho 24/06/2011, publicada no DOU de 27/06/2011, Seção 1, página 106, Processo MJ nº 08017.001179/2011-14, onde se lê:

"RESOLVO apensar os processos de número protocolar 08017.001180/2011-31 a 08017.001200/2011-73 ao processo 08017.001179/2011-14 e indeferir os pedidos de autoclassificação, referentes a todos os episódios da segunda temporada da série, atribuindo a classificação "Não recomendada para menores de 10 (dez) anos" por conter consumo de drogas lícitas"

leia-se '"

"RESOLVO apensar os processos de número protocolar 08017.001180/2011-31 a 08017.001200/2011-73 ao processo 08017.001179/2011-14 e deferir os pedidos de autoclassificação, referentes a todos os episódios da segunda temporada da série, atribuindo a classificação "Livre para todos os públicos"."

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 177, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XXIV, do art. 27 da Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009, e de acordo com o inciso II, do art. 55 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Promover, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as alterações de modalidades de aplicação na programação orçamentária da Unidade Orçamentária 58101 - Ministério da Pesca e Aqüicultura, aprovada nos termos da Lei n° 12.381, de 09 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LUIZ SÉRGIO NÓBREGA DE OLIVEIRA

ANEXO I

REDUÇÃO

ESF.	PTRES	PROGRAMA DE TRABALHO	ESPECIFICAÇÃO	FTE	GND	MOD.	VALOR
F	38562	20.602.1342.10B5.0144	Apoio e Implementação de Infra-estrutura Aquícola e Pesqueira -Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas no Estado do Mato Grosso do Sul	0100	4	90	6.215.000,00

ANEXO II

ACRÉSCIMO

ESF.	PTRES	PROGRAMA DE TRABALHO	ESPECIFICAÇÃO	FTE	GND	MOD.	VALOR
F	38562	20.602.1342.10B5.0144	Apoio e Implementação de Infra-estrutura Aquícola e Pesqueira -Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas no Estado do Mato Grosso do Sul	0100	4	50	4.815.000,00
F	38562	20.602.1342.10B5.0144	Apoio e Implementação de Infra-estrutura Aquícola e Pesqueira -Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas no Estado do Mato Grosso do Sul	0100	4	40	1.400.000,00

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 148, de 2 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União, do dia 3 junho de 2011, Seção 1, pág.72, no Art. 1º onde se lê "Autorização cessão de uso gratuito".leia-se "Autorizar a cessão onerosa".

SECRETARIA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA

PORTARIA Nº 43, DE 29 DE JUNHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Portaria 937, de 2 de maio de 2011, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e de acordo com o disposto na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no artigo 35 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, na Instrução Normativa Interministerial MPA-MMA nº 2, de 27 de novembro de 2009, na Instrução Normativa MPA nº 8, de 20 de junho de 2011, e o que consta no Processo MPA nº 00350.006103/2011-74, resolve:

Art. 1º Estabelecer os procedimentos para o embarque de Observador de Bordo nas embarcações contempladas com Autorização de Pesca Complementar para captura de anchova (Pomatomus saltatrix) no exercício de 2011, conforme limites estabelecidos pela Instrução Normativa Interministerial MPA-MMA nº 2, de 27 de novembro de 2009 e critérios e procedimentos estabelecidos pela Instrução Normativa MPA nº 8, de 20 de junho de 2011.

Parágrafo único. O Observador de Bordo procederá, exclusivamente, a coleta de dados, material para pesquisa e informações de interesse do setor pesqueiro com a finalidade de monitorar a condição dos estoques da espécie alvo durante a safra.

Art. 2º O responsável legal pela embarcação contemplada com a autorização de pesca para captura de anchova, nos termos do disposto no art. 1º desta Portaria, deverá viabilizar o embarque de Observador de Bordo nos moldes da Instrução Normativa Conjunta SEAP/PR-MMA nº 1, de 29 de setembro de 2006, por período igual ou superior a 7 (sete) dias de mar ao longo da temporada de pesca da anchova no exercício de 2011.

§ 1º O período de embarque de Observadores de Bordo de que trata o caput poderá ser contabilizado em um único cruzeiro de pesca ou em cruzeiros alternados de pesca.

§ 2º Para fins desta Portaria, entende-se por temporada de pesca de anchova, o período compreendido entre 1º de julho a 30 de novembro de 2011.

Art. 3º Em todos os cruzeiros de pesca a serem realizados na temporada de pesca de anchova de 2011, o responsável legal pela embarcação deverá encaminhar à Coordenação Geral de Monitoramento e Informações Pesqueiras do MPA, o formulário de Comunicação de Inicio de Cruzeiro de Pesca, devidamente assinado, presente no Anexo I dessa Portaria e disponível no sítio eletrônico do MPA na internet.

§ 1º O formulário de que trata o caput deverá ser envido à Coordenação Geral de Monitoramento e Informações Pesqueiras através de fax símile ou como documento anexo em mensagem eletrônica.

§ 2º O formulário de que trata o caput deverá ser enviado ao MPA com antecedência mínima de três dias úteis, antes do início do cruzeiro de pesca.

§ 3º Até a data prevista de início do cruzeiro, a CGMIP deverá:

I - indicar o Observador de Bordo e informar o responsável legal da embarcação através do espaço reservado no Anexo I; ou

II - comunicar o responsável legal da embarcação da não necessidade de embarque do Observador de Bordo no referido cruzeiro de pesca através do espaço reservado no Anexo I.

Art. 4º A Coordenação Geral de Monitoramento e Informações Pesqueiras - CGMIP, responsável pelo Programa Nacional de Observadores de Bordo da frota Pesqueira - PROBORDO, definirá o roteiro de atividades, a metodologia amostral e as planilhas de trabalho dos Observadores de Bordo para o monitoramento da pesca de anchova no exercício de 2011.

§ 1º Com fulcro no art. 34 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, Coordenação Geral de Monitoramento e Informações Pesqueiras - CGMIP, poderá solicitar amostra de material biológico oriundo da atividade pesqueira, sem ônus para a União, com a finalidade de geração de dados e informações científicas, podendo ceder o material às instituições de pesquisa.

§ 2º Para efeito desta Portaria, considera-se amostra de material biológico qualquer exemplar de organismo marinho, ou parte dele, incluindo ossos, tecidos, gônadas e outras estruturas de relevância para estudo científico.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AMÉRICO RIBEIRO TUNES

Ministério da Previdência Social

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PORTARIA Nº 343, DE 1º DE JULHO DE 2011

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, no uso da atribuição que lhe confere o inciso V do art. 27 do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 15 de agosto de 2011, o prazo de que trata a Portaria/PREVIC/MPS nº 215, de 2 de maio de 2011, publicada no DOU nº 83, de 3 de maio de 2011, Seção 1, página 38.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos a partir de 30 de junho de 2011.

JOSÉ MARIA RABELO

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÕES DE 28 DE JUNHO DE 2011

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 11 inciso III do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, faz saber que decidiu:

Nº 29 -
Processos: 44190.000004/2010-53
Interessado: Glênio Artur Merch e outros
Entidade: Fundação Silos e Armazéns de Seguridade Social - SILIUS

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são autuados Glênio Artur Merch, Danilo Vasques Martins, Wandercy Siqueira Hackbart, Mário Ubiratam Leites Pereira, Hércules Beatti e Gilson Luiz Mareis Dalla Nora, por equacionarem déficit do Plano de Benefícios I (CNPB nº 19760001-65), sem a observância da proporcionalidade contributiva existente entre patrocinadora e participantes ativos e assistidos, infringindo o disposto no art. 21 da Lei Complementar nº 109, de 21/05/2001, c/c art. 78 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003, os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC decidem, na 65ª Sessão Ordinária, por unanimidade, pela procedência do Auto de Infração nº 12/10, 14/12/2010, com aplicação da pena de MULTA no

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

valor de R$ 28.651,60 (vinte e oito mil seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos), para cada autuado, conforme art. 78 do Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, atualizada pela Portaria MPS nº 3.227, de 11/12/2009, nos termos do Relatório Final nº 29/2011/CGCD/DICOL/PREVIC, de 22/06/2011, aprovado nesta oportunidade, e determinaram à Diretoria de Fiscalização - DIFIS que inicie procedimento de auditoria para avaliar a eventual responsabilidade da interventora na celebração do contrato objeto do auto de infração.

Nº 30 -
Processos: 44190.000005/2010-06
Interessado: Glênio Artur Merch e outros
Entidade: Fundação Silos e Armazéns de Seguridade Social - SILIUS

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são autuados Glênio Artur Merch, Danilo Vasques Martins, Wandercy Siqueira Hackbart, Mário Ubiratam Leites Pereira e Gilson Luiz Mareis Dalla Nora, por equacionarem déficit do Plano de Benefícios Ex-Autárquicos I (CNPB nº 19760002-38), sem a observância da proporcionalidade contributiva existente entre patrocinadora e participantes ativos e assistidos, infringindo o disposto no art. 21 da Lei Complementar nº 109, de 21/05/2001, c/c art. 78 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003, os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC decidem, na 65ª Sessão Ordinária, por unanimidade, pela procedência do Auto de Infração nº 13/10, 14/12/2010, com aplicação da pena de MULTA no valor de R$ 28.651,60 (vinte e oito mil seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos), para cada autuado, conforme art. 78 do Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, atualizada pela Portaria MPS nº 3.227, de 11/12/2009, nos termos do Relatório Final nº 30/2011/CGCD/DICOL/PREVIC, de 22/06/2011, aprovado nesta oportunidade, e determinaram à Diretoria de Fiscalização - DIFIS que inicie procedimento de auditoria para avaliar a eventual responsabilidade da interventora na celebração do contrato objeto do auto de infração.

Nº 31 -
Processos: 44190.000006/2010-42
Interessado: Glênio Artur Merch e outros
Entidade: Fundação Silos e Armazéns de Seguridade Social - SILIUS

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são autuados Glênio Artur Merch, Danilo Vasques Martins, Wandercy Siqueira Hackbart, Mário Ubiratam Leites Pereira, Hércules Beatti, José Américo dos Santos Messchmidt, Gilson Luiz Mareis Dalla Nora e Roberto Tagliari, por deixarem de estabelecer o nível adequado de contribuição necessário ao equilíbrio atuarial e financeiro do Plano de Benefícios I, por ocasião das reavaliações atuariais anuais ocorridas entre setembro de 2003 e dezembro de 2009, infringindo o disposto no art. 18, da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, c/c art. 80 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003, os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC decidem, na 65ª Sessão Ordinária, por unanimidade, pela procedência do Auto de Infração nº 14/10, 14/12/2010, com aplicação da pena de MULTA no valor de R$ 26.860,87 (vinte e seis mil oitocentos e sessenta reais e oitenta e sete centavos), atualizada pela Portaria MPS nº 3.227, de 11/12/2009, cumulada com suspensão do exercício de atividades em entidades de previdência complementar pelo prazo de 30 dias, para cada autuado, conforme art. 80 do Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, nos termos do Relatório Final nº 31/2011/CGCD/DICOL/PREVIC, de 22/06/2011, aprovado nesta oportunidade.

JOSÉ MARIA RABELO
Diretor-Superintendente

DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 333 de 27/06/2011, publicada no DOU de nº 122, de 28/06/2011, Seção 1, página 34, onde se lê: "Plano de Aposentadoria da Holandaprevi" leia-se "Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi".

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO EM MINAS GERAIS

DECISÃO DE 30 DE JUNHO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 43, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25779.005972/2010-09	CASA DE SAÚDE SÃO BERNARDO LTDA.	363766.	31.488.208/0001-25	Deixar garantir cobertura proced. Cardioversão elétrica (AMB 20204027), Instalação marca-passo temporário (AMB 30904080), Instalação circuito CEC (AMB 30905036), correção aneurisma da aorta torácica (AMB 30906032) e Cateterismo de artéria radial (AMB 30906164), benef. W.E.R.D., em 13/05/10. (Art.12, II da Lei 9.656)	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25779.010391/2010-81	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Deixar garantir cobertura proced. anticorpos antitétano, requisitado pela Dra. M.V.N.B., em 06/07/10, benef. B.G.H.F. (Art.12, I da Lei 9.656)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25779.011134/2009-22	SAMP ESPIRITO SANTO ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.	342033.	02.403.281/0001-59	Deixar garantir, em 17.08.09, cobertura proced. Ressonância Magnética de Abdome e Ressonância Magnética da Pelve, benef. H.N.M.C., cont. col. c/ empresa Embali Indústrias Plásticas, sob argumento DLP, sem seguir rito legal. (Art.11 c/c Art.12 da Lei 9.656)	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25779.010073/2010-10	FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BELO HORIZONTE	415405.	05.202.699/0001-96	Deixar cumprir obrigações prev. Cl. 2ª contrato, ref. cobertura proced. oxigenoterapia hiperbárica, em 16/07/10. (Art.25 da Lei 9.656)	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25779.015882/2010-18	UNIMED BH COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	343889.	16.513.178/0001-76	Deixar garantir em 23.09.10 cobertura proced. cirúrgico troca valvar c/ implantação marcapasso temporário, requisitado pelo Drº S.A. na guia Nº 100705855, benef. P.J.A., plano amb/hosp, abrangência nacional. (Art.12, II, da Lei 9.656)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25779.002124/2010-30	UNIMED GOVERNADOR VALADARES COOP. DE TRABALHO MÉDICO LTDA.	386588.	42.892.281/0001-84	Fornecer p/ beneficiária, em 10/10/08, uma carta de orientação ao consumidor fora dos padrões estabelecidos na seção I da RN162/2007. (Art.25 da Lei 9.656)	6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
25779.000669/2011-92	SAUDE ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL LTDA.	300926.	60.538.436/0001-60	Deixar garantir cobertura proced. MAPA (Monitoramento Ambulatorial de Pressão Arterial), em 12/10, sob alegação DLP; e deixar garantir cobertura proced. teste ergométrico e tomografia de coluna, em 12/10. (Art.11, § único, c/c Art.12, I, da Lei 9.656 c/c art. 6º §3º da RN 162; e art. 12, I, da Lei 9656)	96.000,00 (NOVENTA E SEIS MIL REAIS)
25779.018465/2010-27	SOSAUDE ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR LTDA	410926.	03.550.445/0001-33	Deixar garantir em 03.12.10 cobertura de emergência de 12 hs de atendimento ambulatorial, em plano hospitalar, qdo em período de carência, benef. F.K.D.P. (Art.35-C da Lei 9.656 c/c Art.3º da CONSU 13)	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)

EUNICE MOURA DALLE

NÚCLEO EM PERNAMBUCO

DECISÃO 30 DE JUNHO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 45, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25783.000123/2011-72	UNIMED RECIFE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	344885.	11.214.624/0001-28	Recusar a participação de consumidores, em planos de assistência à saúde, em razão da idade, doença ou lesão preexistente. (Art.14 da Lei 9.656) . Não informação de beneficiário ao SIB. (art.20 fa Lri nº 9.656/98)	advertência para as duas condutas

CYNTHIA BELTRÃO DE SOUZA GUERRA CURADO

NÚCLEO NO PARANÁ

DECISÃO EM 30 DE JUNHO DE 2011

A Chefe do NÚCLEO DA ANS PARANA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 219 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25782.001137/2011-13	UNIMED DE CIANORTE - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA	354627.	81.733.115/0001-97	Exigir ou aplicar variação da contraprestação pecuniária, por mudança de faixa etária, acima do contratado ou em desacordo com a regulamentação da ANS, ao aplicar reajuste sem previsão contratual para o percentual aplicado. (Art.25 da Lei 9.656)	18000 (DEZOITO MIL REAIS)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25782.011964/2010-34	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII. (Art.12, II da Lei 9.656)	80000 (OITENTA MIL REAIS)
25782.013182/2010-30	AGEMED SAÚDE S.A.	339601.	02.933.220/0001-01	Deixar de comunicar à ANS os reajustes ocorridos em contrato coletivo (art. 20 da Lei n.º 9.656/98, c/c artigo 4º, XVIII, da Lei n.º 9.961/2001 c/c artigos 13 a 15 da RN n.º 171/2008)	15000 (QUINZE MIL REAIS)

TATIANA NOZAKI GRAVE

NÚCLEO NO RIO DE JANEIRO

DECISÃO DE 29 DE JUNHO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 47, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.197960/2010-59	SALUTAR SAÚDE SEGURADORA S/A	000027.	04.518.814/0001-73	Deixar de garantir cobertura obrigatória. (Art.12, II da Lei 9.656)	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
33902.051664/2010-11	INTERMÉDICA SISTEMA DE SAUDE S/A	359017.	44.649.812/0001-38	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas . (Art.12, II da Lei 9.656/98)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.123230/2010-11	UNIÃO HOSPITALAR OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE LTDA	413780.	04.284.478/0001-41	Deixar de garantir cobertura obrigatória. (Art.12, II da Lei 9.656)	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
33902.198005/2010-39	GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA	309222.	31.925.548/0001-76	Deixar de garantir cobertura obrigatória. (Art.12, I "b" da Lei 9.656)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.296403/2010-10	BRADESCO SAUDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656/98)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.296305/2010-82	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Deixar de garantir cobertura obrigatória sob a justificativa de DLP. (Art.11 § único c/c Art.12 II da Lei 9.656/98)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.129234/2010-11	TEMPO SAUDE SEGURADORA S.A.	000361.	04.570.715/0001-30	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas. Art.12, II, "c", da Lei 9.656/98)	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)

JACQUELINE TAVARES DE LIMA

DECISÃO DE 30 DE JUNHO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 47, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.096521/2010-20	GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA	309222.	31.925.548/0001-76	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656/98)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.006245/2008-00	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Não comunicação dentro do prazo legal, de reajuste aplicado em dezembro de 2007. (Art. 20, caput, da Lei 9.656/98 c/c Art. 14 da RN 156/07)	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
33902.035902/2011-13	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Deixar de cumprir as obrigações previstas nos contratos celebrados a qualquer tempo. (Art.25 da Lei 9.656/98)	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.035329/2011-48	SMEDSJ - SERVIÇOS MÉDICOS SÃO JOSE LTDA	349755.	32.538.373/0001-07	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas (Art.12, I, "b", da Lei 9.656/98)	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)
33902.333317/2010-03	INSTITUTO BRASILEIRO DE BENEFICIOS PARA COOPERATIVAS E ASSOCIACOES	417378.	05.999.063/0001-17	Atrasar por prazo não superior a 30 dias, ou encaminhar de forma incorreta, as informações de natureza cadastral que permitam a identificação dos consumidores, titulares ou dependentes. (Art.20, da Lei 9.656/98)	Anulação do AI nº 39.928/Arquivamento
33902.213849/2009-83	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas. (Art.12, II, alínea "e" da Lei 9.656/98)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.135554/2010-01	UNIMED SEGUROS SAÚDE S/A	000701.	04.487.255/0001-81	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas. (Art.12, II, da Lei 9.656/98)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

JACQUELINE TAVARES DE LIMA

NÚCLEO NO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO DE 30 DE JUNHO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 49, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25785.002524/2010-66	MULTICLINICA SERVICOS DE SAUDE LTDA	354554.	90.403.874/0001-82	Deixar de cumprir as normas relativas ¿a adoção e utilização dos mecanismos de regulação do uso de serviços de saúde. (Art.1º, §1º, ¿d¿ da Lei 9.656 c/c Art.4º, IV da CONSU 08)	36000 (TRINTA E SEIS MIL REAIS)

ANDRÉ LUIS PEREIRA DUARTE

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA

DECISÃO DE 11 DE FEVEREIRO DE 2010

A Gerente-Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.208886/2003-84	TENSHI ASSISTENCIA MÉDICA S/C LTDA.	320170.	74.506.833/0001-65	Omissão de envio tempestivo do DIOPS. Obrigação prevista no art. 20 da Lei nº 9.656/98 e no art. 3º da RE (DIOPE) nº 1/2001. Infração configurada.	200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS)

MERCEDES SCHUMACHER

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO DE 25 DE MAIO DE 2011

A Gerente-Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.114846/2004-53	UNIODONTO DE PARANAVAI - COOPERATIVA ODONTOLOGICA	363120.	02.272.779/0001-20	Descumprimento da obrigação de envio do SIP, prevista no art 20 da Lei 9656/98 c/c o art 4º da RDC 85/01. Infração configurada.	75.000,00 (SETENTA E CINCO MIL REAIS)

MERCEDES SCHUMACHER

DECISÃO DE 26 DE MAIO DE 2011

A Gerente-Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.226826/2003-43	PRO MASTER ASSISTENCIA ODONTOLOGICA S/C LTDA.	356956.	96.511.530/0001-73	Descumprimento da obrigação de envio do SIP, prevista no art 20 da Lei 9656/98 c/c o art 4º da RDC 85/01. Infração configurada.	5.000,00 (CINCO MIL REAIS)
33902.316961/2006-22	ORGANIZAÇÃO J.R. S/C LTDA	411566.	65.178.006/0001-07	Descumprimento da obrigação de envio do SIP, prevista no art 20 da Lei 9656/98 c/c o art 4º da RDC 85/01. Infração configurada.	15.000,00 (QUINZE MIL REAIS)
33902.190218/2005-55	DIX ASSISTENCIA MEDICA LTDA	362921.	01.734.531/0001-70	CONTRATUALIZAÇÃO COM REDE PRESTADORA. Infração configurada.	1.138571,25 (UM MILHÃO, CENTO E TRINTA E OITO MIL, QUINHENTOS E SETENTA E UM REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)
33902.115135/2004-04	CONTROLLER EM SAUDE LTDA	413232.	03.938.708/0001-86	Descumprimento da obrigação de envio do SIP, prevista no art 20 da Lei 9656/98 c/c o art 4º da RDC 85/01. Infração configurada.	75.000,00 (SETENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.114827/2004-27	PRO MASTER ASSISTENCIA ODONTOLOGICA S/C LTDA.	356956.	96.511.530/0001-73	Descumprimento da obrigação de envio do SIP, prevista no art 20 da Lei 9656/98 c/c o art 4º da RDC 85/01. Infração configurada.	15.000,00 (QUINZE MIL REAIS)

MERCEDES SCHUMACHER

DECISÃO DE 1º DE JUNHO DE 2011

A Gerente-Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.120157/2007-21	CLINICA ODONTOLOGICA BUCKER S/C. LTDA.	413739.	03.789.976/0001-83	Descumprimento da obrigação de envio do SIP, prevista no art 20 da Lei 9656/98 c/c o art 4º da RDC 85/01. Infração configurada.	100.000,00 (CEM MIL REAIS)
33902.120214/2007-71	IRMANDADE DE SANTA CASA MISERICORDIA DE CACONDE	344281.	45.915.675/0001-07	Descumprimento da obrigação de envio do SIP, prevista no art 20 da Lei 9656/98 c/c o art 4º da RDC 85/01. Infração configurada.	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
33902.120232/2007-53	SAUDE DA FAMILIA ASSISTENCIA MEDICA HOSPITALAR LTDA.	413984.	04.418.581/0001-37	Descumprimento da obrigação de envio do SIP, prevista no art 20 da Lei 9656/98 c/c o art 4º da RDC 85/01. Infração configurada.	10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

MERCEDES SCHUMACHER

DECISÃO DE 3 DE JUNHO DE 2011

A Gerente-Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.089709/2008-05	ASMED - ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	415979.	02.306.155/0001-86	Omissão de envio tempestivo do DIOPS. Obrigação prevista no art. 20 da Lei nº 9.656/98 e no art. 3º da RE (DIOPE) nº 1/2001. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
33902.091382/2008-23	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA & INTEGRADOS DIAGNÓSTICOS LTDA	408913.	28.657.336/0001-40	Omissão de envio tempestivo do DIOPS. Obrigação prevista no art. 20 da Lei nº 9.656/98 e no art. 3º da RE (DIOPE) nº 1/2001. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
33902.155241/2008-46	PROVECTO SERVICOS ODONTOLOGICOS S/S LTDA.	416100.	01.535.879/0001-39	Omissão de envio tempestivo do DIOPS. Obrigação prevista no art. 20 da Lei nº 9.656/98 e no art. 3º da RE (DIOPE) nº 1/2001. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)

MERCEDES SCHUMACHER

DECISÃO DE 6 DE JUNHO DE 2011

A Gerente-Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.018356/2008-51	DENTAL ASSISTÊNCIA ODONTOLOGICA INTEGRAL S/C LTDA.	308129.	53.689.154/0001-07	Omissão de envio tempestivo do DIOPS. Obrigação prevista no art. 20 da Lei nº 9.656/98 e no art. 3º da RE (DIOPE) nº 1/2001. Infração configurada.	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

33902.114929/2004-42	CLIM SERV ASSISTÊNCIA MEDICA LTDA.	402346.	73.997.231/0001-95	Descumprimento da obrigação de envio do SIP, prevista no art 20 da Lei 9656/98 c/c o art 4º da RDC 85/01. Infração configurada.	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
33902.036464/2010-20	AMESC - ASSOCIAÇÃO MEDICA ESPIRITA CRISTÃ	401081.	68.668.045/0001-72	Não envio da declaração de ausência de reajuste. Art. 3º, da RN nº 171/08. Infração configurada.	15.000,00 (QUINZE MIL REAIS)
33902.174553/2007-78	ORAL PREMIUM S/S LTDA	411655.	03.811.026/0001-08	Envio de Informações. Não envio no prazo estabelecido de informações sobre produto.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
33902.119799/2007-87	CASA DE PORTUGAL	333981.	33.607.045/0001-88	Descumprimento da obrigação de envio do SIP, prevista no art 20 da Lei 9656/98 c/c o art 4º da RDC 85/01. Infração configurada.	100.000,00 (CEM MIL REAIS)
33902.119759/2007-35	UNIODONTO DO PIAUI - COOP. DE TRAB. ODONTOLOGICO	317462.	01.008.349/0001-32	Descumprimento da obrigação de envio do SIP, prevista no art 20 da Lei 9656/98 c/c o art 4º da RDC 85/01. Infração configurada.	100.000,00 (CEM MIL REAIS)
33902.140072/2008-40	UNIMED BRASILIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	353574.	00.510.909/0001-90	Omissão de envio tempestivo do DIOPS. Obrigação prevista no art. 20 da Lei nº 9.656/98 e no art. 3º da RE (DIOPE) nº 1/2001. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
33902.224225/2008-19	PONTESCLIN CLINICA MEDICA E ODONTOLOGICA LTDA	406741.	84.658.186/0001-60	Não envio da declaração de ausência de reajuste. Art. 3º, da RN nº 171/08. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)

MERCEDES SCHUMACHER

DECISÃO DE 7 DE JUNHO DE 2011

A Gerente-Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.081525/2003-84	MARABA SAUDE S/C LTDA	304760.	02.903.382/0001-99	Omissão de envio tempestivo do DIOPS. Obrigação prevista no art. 20 da Lei nº 9.656/98 e no art. 3º da RE (DIOPE) nº 1/2001. Infração configurada.	20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

MERCEDES SCHUMACHER

DECISÃO DE 22 DE JUNHO DE 2011

A Gerente-Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.207147/2003-75	SANTA CATARINA SAUDE SERVIÇOS E CONVENIOS LTDA.	409294.	03.422.547/0001-73	Omissão de envio tempestivo do DIOPS. Obrigação prevista no art. 20 da Lei nº 9.656/98 e no art. 3º da RE (DIOPE) nº 1/2001. Infração configurada.	ARQUIVAMENTO

MERCEDES SCHUMACHER

DECISÃO DE 24 DE JUNHO DE 2011

A Gerente-Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.097992/2002-45	ASSOCIAÇAO HOSPITAL DE COTIA	304069.	44.896.827/0001-09	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 e art. 3o, da RE DIOPE 01/01. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)
33902.210221/2002-50	HOSPITAL DE CLINICAS Nª. Sª. DA CONCEIÇAO	311065.	32.292.815/0001-88	Descumprimento da obrigação de envio do SIP, prevista no art 20 da Lei 9656/98 c/c o art 4º da RDC 85/01. Infração configurada.	10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
33902.099511/2002-36	PLANO DE SAÚDE SORRIDENTE LTDA - ME	404471.	02.370.738/0001-76	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 e art. 3o, da RE DIOPE 01/01. Infração configurada.	25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS)

MERCEDES SCHUMACHER

DECISÃO DE 27 DE JUNHO DE 2011

A Gerente-Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.076474/2003-79	PLANO DE SAÚDE SORRIDENTE LTDA - ME	404471.	02.370.738/0001-76	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 e art. 3o, da RE DIOPE 01/01. Infração configurada.	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
33902.210250/2002-11	INTERPLAN CLINICA LTDA.	411001.	02.454.211/0001-20	Descumprimento da obrigação de envio do SIP, prevista no art 20 da Lei 9656/98 c/c o art 4º da RDC 85/01. Infração configurada.	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
33902.206659/2003-14	TOP - CARD ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR LTDA .	405353.	03.207.665/0001-69	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 e art. 3o, da RE DIOPE 01/01. Infração configurada.	200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

33902.207213/2003-15	INTERPLAN CLINICA LTDA.	411001.	02.454.211/0001-20	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 e art. 3o, da RE DIOPE 01/01. Infração configurada.	200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS)
33902.115189/2004-61	MULTI SAÚDE - ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR LTDA	402851.	02.026.403/0001-35	Descumprimento da obrigação de envio do SIP, prevista no art 20 da Lei 9656/98 c/c o art 4º da RDC 85/01. Infração configurada.	20.000,00 (VINTE MIL REAIS)
33902.115000/2004-31	MEDICOR - ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA LTDA	406252.	03.193.167/0001-04	Descumprimento da obrigação de envio do SIP, prevista no art 20 da Lei 9656/98 c/c o art 4º da RDC 85/01. Infração configurada.	75.000,00 (SETENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.157388/2005-28	MEDICOR - ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA LTDA	406252.	03.193.167/0001-04	Descumprimento da obrigação de envio do SIP, prevista no art 20 da Lei 9656/98 c/c o art 4º da RDC 85/01. Infração configurada.	75.000,00 (SETENTA E CINCO MIL REAIS)

MERCEDES SCHUMACHER

DECISÕES DE 28 DE JUNHO DE 2011

A Gerente-Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.155326/2007-43	PLANCOR LTDA	405141.	65.378.606/0001-00	Reajuste da contraprestação pecuniária sem prévia autorização da ANS. Infração configurada.	9.191,00 (NOVE MIL, CENTO E NOVENTA E UM REAIS)
33902.052327/2005-75	SAUD VIDA SERVICOS DE PLANOS DE SAUDE LTDA.	402524.	02.411.598/0001-37	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei no 9.656, de 3 de junho de 1998 e RE DIOPE n.º 01/2001, art.3º,RN n.º 29 de 1º/04/2003, art. 5o. Infração configurada.	175.000,00 (CENTO E SETENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.210364/2002-61	ODONTO MEC ASSISTENCIA ODONTOLOGICA S/C LTDA	404101.	03.068.805/0001-65	Descumprimento da obrigação de envio do SIP, prevista no art 20 da Lei 9656/98 c/c o art 4º da RDC 85/01. Infração configurada.	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
33902.052199/2005-60	FUNDAÇÃO DE AMPARO SOCIAL DO HOSPITAL MOINHOS DE VENTO	369012.	01.204.105/0001-25	Omissão de envio tempestivo do DIOPS. Obrigação prevista no art. 20 da Lei nº 9.656/98 e no art. 3º da RE (DIOPE) nº 1/2001. Infração configurada.	40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)
33902.052070/2005-51	PLANO DE SAÚDE SANTANENSE LTDA	404373.	02.598.247/0001-87	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei no 9.656, de 3 de junho de 1998 e RE DIOPE n.º 01/2001, art.3º,RN n.º 29 de 1º/04/2003, art. 5o. Infração configurada.	175.000,00 (CENTO E SETENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.051772/2005-18	GUARUDONTO PLANOS ODONTOLOGICOS S/C LTDA - ME	360490.	00.688.971/0001-76	Omissão de envio tempestivo do DIOPS. Obrigação prevista no art. 20 da Lei nº 9.656/98 e no art. 3º da RE (DIOPE) nº 1/2001. Infração configurada.	75.000,00 (SETENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.208992/2003-68	SAUD VIDA SERVICOS DE PLANOS DE SAUDE LTDA.	402524.	02.411.598/0001-37	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei no 9.656, de 3 de junho de 1998 e RE DIOPE n.º 01/2001, art.3º,RN n.º 29 de 1º/04/2003, art. 5o. Infração configurada.	220.000,00 (DUZENTOS E VINTE MIL REAIS)
33902.155322/2007-65	UNIMED DE TUPA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	365530.	56.762.172/0001-57	Reajuste da contraprestação pecuniária sem prévia autorização da ANS. Infração configurada.	30.867,79 (TRINTA MIL, OITOCENTOS E SESSENTA E SETE REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS)
33902.207188/2003-61	MASTER SAUDE ASSISTENCIA MEDICA ODONTOLOGICA	370967.	02.765.267/0001-03	Omissão de envio tempestivo do DIOPS. Obrigação prevista no art. 20 da Lei nº 9.656/98 e no art. 3º da RE (DIOPE) nº 1/2001. Infração configurada.	40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)
33902.153768/2007-55	UNIMED DE ADAMANTINA-COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	311944.	00.262.338/0001-11	Reajuste da contraprestação pecuniária sem prévia autorização da ANS. Infração configurada.	23.576,00 (VINTE E TRES MIL, QUINHENTOS E SETENTA E SEIS REAIS)
33902.050605/2005-50	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS BRASILEIROS	405388.	00.759.231/0001-83	Omissão de envio tempestivo do DIOPS. Obrigação prevista no art. 20 da Lei nº 9.656/98 e no art. 3º da RE (DIOPE) nº 1/2001. Infração configurada.	35.000,00 (TRINTA E CINCO MIL REAIS)
33902.207199/2003-41	LIDERMED CONVÊNIO MÉDICO S/C LTDA	407526.	00.593.504/0001-62	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei no 9.656, de 3 de junho de 1998 e RE DIOPE n.º 01/2001, art.3º,RN n.º 29 de 1º/04/2003, art. 5o. Infração configurada.	200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS)

A Gerente-Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.052438/2005-81	TQP - CARD ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR LTDA .	405353.	03.207.665/0001-69	Omissão de envio tempestivo do DIOPS. Obrigação prevista no art. 20 da Lei nº 9.656/98 e no art. 3º da RE (DIOPE) nº 1/2001. Infração configurada.	175.000,00 (CENTO E SETENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.052395/2005-34	HAWAII TROPICAL HOTÉIS CLUB	406180.	31.245.210/0001-73	Omissão de envio tempestivo do DIOPS. Obrigação prevista no art. 20 da Lei nº 9.656/98 e no art. 3º da RE (DIOPE) nº 1/2001. Infração configurada.	175.000,00 (CENTO E SETENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.051116/2005-15	INTERPLAN CLINICA LTDA.	411001.	02.454.211/0001-20	Omissão de envio tempestivo do DIOPS. Obrigação prevista no art. 20 da Lei nº 9.656/98 e no art. 3º da RE (DIOPE) nº 1/2001. Infração configurada.	175.000,00 (CENTO E SETENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.226542/2003-57	ANIMA ASSISTENCIA MEDICA S/C LTDA	322466.	55.804.181/0001-09	Descumprimento da obrigação de envio do SIP, prevista no art 20 da Lei 9656/98 c/c o art 4º da RDC 85/01. Infração configurada.	75.000,00 (SETENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.208342/2003-12	SANTA BARBARA ASSISTENCIA MÉDICA INTEGRADA LTDA	312151.	01.845.117/0001-39	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 e art. 3o, da RE DIOPE 01/01. Infração configurada.	200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS)

MERCEDES SCHUMACHER

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO DE 29 DE JUNHO DE 2011

A Gerente-Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.074086/2003-53	HOSPITAL DE CLINICAS Nª. Sª. DA CONCEIÇÃO	311065.	32.292.815/0001-88	Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS. Art. 20, da Lei 9.656/98 e art. 3o, da RE DIOPE 01/01. Infração configurada.	10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
33902.114696/2004-88	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BENTO CAVALHEIRO	321826.	86.159.340/0001-85	Descumprimento da obrigação de envio do SIP, prevista no art 20 da Lei 9656/98 c/c o art 4º da RDC 85/01. Infração configurada	75.000,00 (SETENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.051616/2005-57	SISTEMAS E SERVIÇOS DE SAUDE LTDA.	311316.	02.179.154/0001-18	Omissão de envio tempestivo do DIOPS. Obrigação prevista no art. 20 da Lei nº 9.656/98 e no art. 3º da RE (DIOPE) nº 1/2001. Infração configurada.	35.000,00 (TRINTA E CINCO MIL REAIS)

MERCEDES SCHUMACHER

DECISÃO DE 30 DE JUNHO DE 2011

A Gerente-Geral de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 3, de 04/07/2007, publicada no DO de 11/07/2007, seção 2, fl. 24, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no artigo 53, IX, e no artigo 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.226533/2003-66	COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DE ANANINDEUA	320811.	02.443.090/0001-10	Descumprimento da obrigação de envio do SIP, prevista no art 20 da Lei 9656/98 c/c o art 4º da RDC 85/01. Infração configurada.	75.000,00 (SETENTA E CINCO MIL REAIS)

MERCEDES SCHUMACHER

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.852, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder o Arquivamento Temporário dos Processos de Registro e de Petição, dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.853, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder a Alteração, Retificação, Revalidação e Desarquivamento dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.854, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder a Revalidação, dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

As Revalidações indicadas na relação anexa foram concedidas nos termos da RDC n.º 185/2001, apenas os documentos exigidos para fins de revalidação indicados na referida resolução foram considerados. O registro/cadastro foi revalidado tal qual como concedido originalmente, qualquer alteração que eventualmente tenha sido encaminhada na petição de revalidação, foi desconsiderada.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.855, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Indeferir Registro, Cadastro, Cadastramento e Arquivamento Temporário dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.856, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 12 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos Saneantes Domissanitários, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.857, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 12, 15 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições dos produtos Saneantes Domissanitários, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.858, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art.229-C da Lei nº 9.279, de 1996, acrescentado pela Lei nº 10.196, de 2001;

considerando a Resolução - RDC nº 45, de 20 de junho de 2008, publicada no DOU nº 119, de 24 de junho de 2008, seção 1, pág. 67, retificada no DOU nº 125, de 2 de julho de 2008, seção 1, pág. 56, que dispõe sobre o procedimento administrativo relativo à prévia anuência da ANVISA para a concessão de patentes para produtos e processos farmacêuticos;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

considerando o art. 41, inciso I, da Portaria nº 355, de 11 de agosto de 2006, publicada no Boletim de Serviço nº 34, de 21 de agosto de 2006, pág. 3, resolve:

Art. 1º Negar prévia anuência aos pedidos de patente de produtos e processos farmacêuticos, conforme relação anexa.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.859, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art.229-C da Lei nº 9.279, de 1996, acrescentado pela Lei nº 10.196, de 2001;

considerando a Resolução - RDC nº 45, de 20 de junho de 2008, publicada no DOU nº 119, de 24 de junho de 2008, seção 1, pág. 67, retificada no DOU nº 125, de 2 de julho de 2008, seção 1, pág. 56, que dispõe sobre o procedimento administrativo relativo à prévia anuência da ANVISA para a concessão de patentes para produtos e processos farmacêuticos;

considerando o art. 41, inciso I, da Portaria nº 355, de 11 de agosto de 2006, publicada no Boletim de Serviço nº 34, de 21 de agosto de 2006, pág. 3, resolve:

Art. 1º Conceder prévia anuência aos pedidos de patente de produtos e processos farmacêuticos, conforme relação anexa.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.860, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e

considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder o Registro, Cadastro e Cadastramento dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.869, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir renovação de registro de produto, revalidação de registro, cancelamento de registro do medicamento e registro de produto, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.870, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir concessão de registro de insumos farmacêuticos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.871, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir registro de medicamento e retificação de publicação, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.872, DE 1º DE JULHO DE 2011

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e

considerando a Lei nº. 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 2º da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

considerando o art. 7º da Lei nº. 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando o § 6º do art. 14 do Decreto n° 79.094, de 5 de janeiro de 1977;

considerando a Resolução - RDC nº 250, de 20 de outubro de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro dos medicamentos similares, genéricos e específicos sob os números de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do § 6º do art. 12 da Lei nº. 6.360, de 1976.

Art. 2º A revalidação abrange os pedidos que ainda não foram objetos de qualquer manifestação por parte da Anvisa.

Parágrafo único. Não constam do anexo desta Resolução os expedientes protocolados fora do prazo estabelecido nos termos da Lei nº. 6360, de 1976.

Art. 3º A revalidação automática não impedirá a continuação da análise da petição de renovação de registro requerida, podendo a Administração, se for o caso, indeferir o pedido de renovação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado, ou ratificá-lo deferindo o pedido de renovação.

Art. 4º Os medicamentos revalidados podem ser consultados, assim como suas apresentações validas no link: http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Consulta_Produto/consulta_medicamento.asp

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.873, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir retificação de publicação, solicitação de transferência de titularidade de registro, inclusão de nova apresentação comercial, cancelamento de registro do medicamento por transferência de titularidade e renovação de registro de medicamento, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.874, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir inclusão de local de fabricação do medicamento de liberação convencional com prazo de análise, inclusão de nova apresentação comercial, inclusão de novo acondicionamento, renovação de registro de medicamento e alteração de local de fabricação do medicamento de liberação convencional com prazo de análise, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.875, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir renovação de registro de medicamento e cancelamento de registro do medicamento, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.876, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir revalidação de registro, inclusão do local de fabricação do produto a granel, alteração do processo de fabricação do produto a granel, alteração de acondicionamento e registro de produto, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.878, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir cancelamento de registro do medicamento, inclusão de nova concentração no país, suspensão temporária de fabricação, caducidade de registro de medicamento, retificação de publicação, inclusão de novo acondicionamento, registro de medicamento novo, cancelamento de registro da apresentação do medicamento, solicitação de transferência de titularidade de registro, cancelamento de registro do medicamento por transferência de titularidade, renovação de registro de medicamento novo e inclusão de indicação terapêutica nova no país, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.879, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir renovação de registro de medicamento, registro de medicamento, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.880, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir registro de forma farmacêutica nova no país, inclusão de local de fabricação do medicamento de liberação convencional com prazo de análise e inclusão de indicação terapêutica nova no país, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.881, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidenta da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e

Considerando a Lei nº. 6.360, de 23 de setembro de 1976;

Considerando o art. 2º da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

Considerando o art. 7º da Lei nº. 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

Considerando o § 6º do art. 14 do Decreto n° 79.094, de 05 de janeiro de 1977;

Considerando a Resolução - RDC n° 250, de 20 de outubro de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro dos produtos biológicos sob o nº. de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do § 6º do art. 12 da Lei nº. 6.360, de 1976.

Art. 2º A revalidação abrange os pedidos que ainda não foram objetos de qualquer manifestação por parte da Anvisa.

Parágrafo único. Não constam do anexo desta Resolução os expedientes protocolados fora do prazo estabelecido nos termos da Lei nº. 6360, de 1976.

Art. 3º A revalidação automática não impedirá a continuação da análise da petição de renovação de registro requerida, podendo a Administração, se for o caso, indeferir o pedido de renovação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado, ou ratificá-lo deferindo o pedido de renovação.

Art. 4º Os medicamentos revalidados podem ser consultados, assim como suas apresentações validas no link: http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Consulta_Produto/consulta_medicamento.asp

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.793, DE 29 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 da ANVISA, de 9 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC No- 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.794, DE 29 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 da ANVISA, de 9 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação na Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.795, DE 29 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 da ANVISA, de 9 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.796, DE 29 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 da ANVISA, de 9 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.797, DE 29 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 da ANVISA, de 9 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas e Mudança de Responsável Técnico em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.798, DE 29 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 da ANVISA, de 9 de junho de 2011, ainda amparado pela Resolução RDC n° 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de importação por conta e ordem de terceiro detentor de registro na ANVISA, em função do pleito de exclusão de classe, conforme o disposto em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.799, DE 29 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 da ANVISA, de 9 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.800, DE 29 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 da ANVISA, de 9 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar por expiração de prazo a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.801, DE 29 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 da ANVISA, de 9 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir pleito de Concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.802, DE 29 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Portaria nº 787 da ANVISA, de 9 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar por expiração de prazo a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.803, DE 29 DE JUNHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 da ANVISA, de 9 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Exclusão de classe de produtos na Autorização de Funcionamento de Empresa, em conformidade com o disposto anexo

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.804, DE 30 DE JUNHO DE 2011(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, publicado no DOU de 26 de março de 2009 (recondução), do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, a Portaria nº 787 da ANVISA, de 9 de junho de 2011,

considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir registro de alimentos e bebidas, registro único de alimentos e bebidas nacional, revalidação de registro, alteração de fórmula do produto, na conformidade da relação anexa.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.806, DE 30 DE JUNHO DE 2011(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, publicado no DOU de 26 de março de 2009 (recondução), do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder revalidação de registro, registro único de alimentos e bebidas - nacional, retificação de publicação de registro, na conformidade da relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.807, DE 30 DE JUNHO DE 2011(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, publicado no DOU de 26 de março de 2009 (recondução), do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder reconsideração de indeferimento, inclusão de nova embalagem, registro de alimentos e bebidas, inclusão de marca, revalidação de registro, alteração do prazo de validade do produto, registro de alimentos e bebidas importado, alteração de formula do produto, alteração de rotulagem, extensão para registro único nacional, registro único de alimentos e bebidas, na conformidade da relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.808, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 da ANVISA, de 9 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar por expiração de prazo a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.809, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 da ANVISA, de 9 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Cadastro de Filial na Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.810, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 da ANVISA, de 9 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.811, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 da ANVISA, de 9 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.812, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 da ANVISA, de 9 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.813, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 da ANVISA, de 9 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.814, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 da ANVISA, de 9 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.815, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 da ANVISA, de 9 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.816, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 da ANVISA, de 9 de junho de 2011,e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.817, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 da ANVISA, de 9 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.818, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 da ANVISA, de 9 de junho de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.819, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1° do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n°. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no Art. 6º, Art. 8º e Art. 19, da Resolução RDC nº. 90, de 28 de dezembro de 2007 e suas alterações;

considerando que as empresas citadas no anexo atenderam os preceitos legais contidos na legislação acima citada, resolve:

Art.1º Deferir as petições de Renovação de Registro de Produtos Fumígenos - Dados Cadastrais e de Aditamento, conforme relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.820, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, publicado no DOU de 27 de agosto de 2010, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1° do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n°. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no §3º do Art. 4º e no inciso II do Art. 23, da Resolução RDC nº. 90, de 28 de dezembro de 2007 e suas alterações;

considerando que a empresa citada no anexo não atendeu os preceitos legais contidos na legislação acima citada, resolve:

Art.1º Indeferir as petições de Registro de Produtos Fumígenos - Dados Cadastrais, conforme relação anexa, por não terem realizado as análises químicas exigidas pela RDC 90/2007 para o registro de cigarros, dos compostos presentes na Corrente Primária, na Corrente Secundária e no Tabaco Total.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.821, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir os pedidos de registros e pedidos de revalidações dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, grau de risco 2, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.822, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder os registros e as revalidações dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, grau de risco 2, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.823, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder o pedido de Alteração Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.824, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.825, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.826, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.827, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Renovar Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.828, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VEDADA A VENDA PELA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Indeferir o pedido de Renovação Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.829, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.830, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.831, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.832, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.833, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.834, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.835, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.836, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.837, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.838, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.839, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 8 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.840, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 8 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.841, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 8 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.842, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 8 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.843, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 8 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) (*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.844, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 9 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Portaria nº 686, de 27 de agosto de 1998, Resolução RDC n.º 167, de 2 de julho de 2004 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.845, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.846, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Portaria nº 686, de 27 de agosto de 1998, Resolução RDC n.º 167, de 2 de julho de 2004 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.847, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.848, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.849, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.850, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.851, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.861, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Cosméticos constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.863, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.864, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.865, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.866, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.867, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Alteração na Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.868, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.877, DE 1º DE JULHO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidenta da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 787 de 09 de junho de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

ARESTO Nº 159, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 29 de março de 2011, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no § 1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada do DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, negar provimento aos recursos a seguir especificados, conforme relação anexa, com julgamento do mérito, mantendo os termos da decisão recorrida

BAYER S.A.

25759.217404/2007-83 - AIS:277107/07-1 (553/06) (25759.217378/2007-93 - Apenso) - GGPAF/ANVISA

Penalidade multa no valor de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

COLOPLAST DO BRASIL LTDA

25752.000091/2003-62 - AIS:017803/05- 9 (014/03) - GGPAF/ANVISA

Penalidade multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais)

COLOPLAST DO BRASIL LTDA

25752.000084/2003-61 - AIS:010172/05-9 (004/03) - GGPAF/ANVISA

Penalidade multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais)

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S.A.

25759.054719/2003-80 - AIS:201174/03-3 (137/03) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Advertência

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S.A.

25759.116474/2004-72 - AIS:204440/04-4 (345/02) - GGPAF/ANVISA

Penalidade de Advertência

EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S.A.

25759.055158/2003-36 - AIS:203100/03-1 (169/03) - GGPAF/ANVISA

Penalidade multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

EMS S/A

25759.006785/2006-96 - AIS:009177/06-4 (005/06) - GGPAF/ANVISA

Penalidade multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais)

FIRST SA

25741.232432/2004-77 - AIS:340745/04-4 (005/04) - GGPAF/ANVISA

Penalidade multa no valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais)

FORMATO INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP

25758.231049/2007-65 - AIS:294953/07-9 (005/07) - GGPAF/ANVISA

Penalidade multa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais)

GENESE PRODUTOS DIAGNOSTICOS LTDA

25759.309419/2005-13 - AIS:366402/05-3 (228/05) - GGPAF/ANVISA

Penalidade multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

GLICOMED PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA.

25752.102245/2006-01 - AIS:135399/06-3 (012/04) - GGPAF/ANVISA

Penalidade multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)

HEMO COM E IMPORTACAO DE PRODUTOS P/ HEMOTERAPIA LTDA

25759.523899/2007-87 - AIS:658153/07-6 (279/06) - GGPAF/ANVISA

Penalidade multa no valor de R$8.000,00 (oito mil reais)

JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

25759.007228/2006-92 - AIS:009804/06-3 (133/04) - GGPAF/ANVISA

Penalidade multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais)

LUXOR HOTÉIS TURISMO S.A.

25752.098911/2006-91 - AIS:130870/06-0 (09/02) - GGPAF/ANVISA

Penalidade Advertência

MACMED - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

25751.000082/2005-43 - AIS:262182/05-7 (002/05) - GGPAF/ANVISA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Penalidade Advertência
MEDLAB PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA
25757.117204/2007-41 - AIS:149525/07-9 (07/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais)
POSEIDON MARITIMA LTDA
25351.448871/2008-17 - AIS:591242/08-3 (44/08) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)
SATA SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO S/A
25759.076775/2007-07 - AIS:098135/07-4 (009/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade multa no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais)
SYMRISE AROMAS E FRAGRÂNCIAS LTDA
25759.189292/2006-82 - AIS:252489/06-9 (234/06) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)
TAF LINHAS AÉREAS S/A
25745.299290/2007-31 - AIS:385828/07-6 (15/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade Advertência
TRANSNAV LTDA
25760.000097/2005-01 - AIS:164182/05-4 (55/04) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade multa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais)

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ARESTO Nº 160, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada nas datas abaixo, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no § 1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada do DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, negar provimento aos recursos a seguir especificados, conforme relação anexa, com julgamento do mérito, mantendo os termos de decisão recorrida.

Reunião do dia 08 de abril de 2011
AEROSUR-COMPANHIA BOLIVIANA DE TRANSPORTE AEREO PRIVADO S.A
25759.034856/2007-21 - AIS:044654/07-8 (014/07) GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
COLOPLAST DO BRASIL LTDA
25752.000300/2003-78 - AIS:005836/05-0 (04/03)- GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
COM. IMP. DE PROD. MED. HOSP. PROSINTESE LTDA
25759.044605/2003-21 - AIS:165541/03-8 (044/03) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
ECOLAB QUIMICA
25752.000530/2001-75 - AIS:041450/05-6 (063)-GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
EMBRAER - EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S.A.
25759.053537/2003-91 - AIS:196511/03-5 (13/03)-GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
25747.378339/2007-09 - AIS:488057/07-9 (05/07)-GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)
FUNDAÇÃO ANTONIO PRUDENTE
25351.207482/2002-48 - AIS:183235/02-2 (014/02) GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Advertência
INDIAPORÃ TURISMO LTDA - ME
25749.484844/2006-82 - AIS:649309/06-2 (006/06)-GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
PROBIOS COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
25759.039937/2004-75 - AIS:101685/04-7 (131/04)-GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
S.A. (VIACAO AEREA RIO-GRANDENSE) - EM RECUPERACAO JUDICIAL
25752.000539/2001-86 - AIS:165854/03-9 (062/01)-GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
TRANSPALLET - TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
25759.209531/2007-17 - AIS:267038/07-1 (870/06) -GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
TRANSPALLET - TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA
25759.493684/2007-24 - AIS:626371/07-2 (253/06)-GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
TRANSPORTES AEREOS PORTUGUESES SA
25752.091887/2006-69 - AIS:121442/06-0 (015/02)-GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
Reunião do dia 29 de março de 2011
CRAL ARTIGOS PARA LABORATORIO LTDA
25743.318260/2006-70 - AIS: 424005/06 (003/06)-GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Advertência

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 313, DE 1º DE JULHO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997;

Considerando a Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes - SNT, tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º - Incluir na equipe de transplante habilitada pela Portaria SAS/MS nº 33, de 20 de janeiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 14, de 21 de janeiro de 2010, Seção 1, página 47, o membro a seguir conforme nº do SNT 1 03 07 RJ 21:
CORAÇÃO: 24.11
RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 03 07 RJ 21 IV - membro: Jaqueline Sampaio dos Santos Miranda, cardiologista, CRM 52631736.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 314, DE 1º DE JULHO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997 e no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997;

Considerando a Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes - SNT, tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de fígado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:
FIGADO: 24.09
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 1 02 11 MG 22 II - denominação: Hospital de clinicas da Universidade Federal de Uberlândia III - CGC: 25.648.387/0001-18 IV - CNES: 2146355; V- endereço: Avenida Pará nº 1720 - Jardim Umuarama - Uberlandia/MG - CEP: 38.405-320

Art. 2º - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de fígado as equipes de saúde a seguir identificadas:
FIGADO: 24.09
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 02 11 MG 22 II - responsável técnico: Thomson Marques Palma, Cirurgião geral, CRM 32981. III - membro: Luiz Gustavo de Menezes Rodrigues, Anestesiologista, CRM 36332; IV - membro: Fábio Crescentini, Cirurgião do aparelho digestivo, CRM 51582; V - membro: Roque Gabriel Rezende Lima, Gastroenterologia, CRM 40332; VI - membro: Alexandre Teruya, Anestesiologista, CRM 50217.

Art. 3º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecidos oculares humanos aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:
CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT: 2 11 03 DF 01 II - denominação: Clinica Oftomológica Teixeira Pinto III - CGC: 00.601.179/0001-32 IV - CNES: 2643154; V- endereço: SDS Edificio Eldorado 3º Andar nº 306/312 - Asa Sul - Brasilia/DF - CEP: 70.392-901

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 11 00 SP 32 II - denominação: Hospital do Servidor Público Estadual - IAMSPE III - CGC: 60.747.318/0001-62 IV - CNES: 2058502; V- endereço: Avenida Ibirapuera nº 981 - V. Clementino - São Paulo/SP - CEP: 04.029-000

I - Nº do SNT: 2 11 07 SP 06 II - denominação: Hospital Beneficência Portuguesa de Bauru III - CGC: 45.011.798/0001-05 IV - CNES: 3003361; V- endereço: Rua Rio Branco nº 13-83 - Centro - Bauru/SP - CEP: 17.015-311

I - Nº do SNT: 2 11 02 SP 25 II - denominação: CERPO- Hospital de Olhos Paulista III - CGC: 52.945.193/0001-25 IV - CNES: 3160548; V- endereço: Rua Albino Soares nº 218 - V. Mariana - São Paulo/SP - CEP: 04.005-000

I - Nº do SNT: 2 11 09 SP 11 II - denominação: Clinica de olhos de Diadema-S S LTDA III - CGC: 99.522.741/0001-21 IV - CNES: 3322092; V- endereço: Rua Graciosa nº 61 - Centro - Diadema/SP - CEP: 09.910-660

I - Nº do SNT: 2 11 02 SP 29 II - denominação: Oftalmoclinica Rio Preto LTDA III - CGC: 03.643.121/0001-40 IV - CNES: 2055260; V- endereço: Rua Cila nº 3158 - V. Redentora - São José do Rio Preto/SP - CEP: 15.015-100.

Art. 4º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:
FIGADO: 24.09
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 02 03 SP 12 II - denominação: Hospital das Clinicas da Faculdade de Medicina de Botucatu - UNESP III - CGC: 48.031.918/0019-53; IV - CNES: 2748223; V- endereço: Distrito de Rubião Junior, S/N - Rubião Junior - Botucatu/SP - CEP: 18.618-970.

I - Nº do SNT: 2 21 03 SP 05 II - denominação: Fundação Zerbini- Instituto do Coração-INCOR; III - CGC: 50.644.053/0001-13; IV - CNES: 2151855; V- endereço: Av. Dr. Eneas de Carvalho Aguiar nº 44 - São Paulo/SP - CEP: 05.403-000.
I - Nº do SNT: 2 41 05 SP 02 II - denominação: Fundação de Apoio ao Ensino Pesquisa e Assistência do HCFMRPUSP- FAEPA III - CGC: 57.722.118/0001-40 IV - CNES: 2082187 V- endereço: Campus Universitário S/N - CEP: 14.048-900

Art. 5º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de pâncreas ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:
PÂNCREAS: 24.04
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 25 01 MG 03 II - denominação: Hospital Felício Rocho III - CGC: 17.214.149/0001-76; IV - CNES: 26859; V- endereço: Avenida Contorno nº 9530 - Prado - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.110-067.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 6º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim, ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RIM: 24.08

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 01 02 MG 13
II - denominação: BIOCOR Hospital de Doenças Cardiovasculares LTDA
III - CGC: 20.294.088/0001-09;
IV - CNES: 2695634;
V- endereço: Alameda da Serra nº 217 - Vila da Serra - Nova Lima/MG - CEP: 66.055-030.

I - Nº do SNT: 2 01 00 MG 09
II - denominação: Hospital Santa Catarina S/A
III - CGC: 25.760.422/0001-96;
IV - CNES: 2151855;
V- endereço: Av. Getulio Vargas nº 164 - Centro - Uberlandia/MG - CEP: 38.400-299.

Art. 7º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante Tecido ósteo-condro-fácio-ligamentoso, ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 12 07 PR 02
II - denominação: Santa Casa de Misericórdia de Maringá
III - CGC: 79.115.762/0001-93;
IV - CNES: 2594714;
V- endereço: Rua Santos Dumont nº 555 - Vila Operaria - Maringá/PR - CEP: 87.050-100.

Art. 8º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de coração à equipe de saúde a seguir identificada:

CORAÇÃO: 24.11

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 01 02 MG 36
II - responsável técnico: Dr. Hélcio Antônio Tavares Filho, Nefrologista, CRM 18516;
III - membro: Michele Hostalácio Duarte, Nefrologista, CRM 28196;
IV - membro: Carlos Eduardo Corradi Fonseca, Urologista, CRM 11193;
V - membro: Daniel Xavier Lima, Urologista, CRM 33695;
VI - membro: Lucas Mendes Nogueira Nogueira, Urologista, CRM 32117;
VII - membro: Mario Soto Junior, Urologista, CRM 22824;
VIII - membro: Paulo Cesar Viegas Martins, Urologista, CRM 26125;
IX - membro: Renato Teixeira Penna Mascarenhas, Urologista, CRM 26073;
X - membro: Bernardo Xavier Lima, Urologista, CRM 23656;
XI - membro: Mario Osvaldo Vrandecic Peredo, Cirurgião Cardiovascular, CRM 9303;
XI - membro: Leonardo Ferber Drumond, Cirurgião Cardiovascular, CRM 24985;
XII - membro: Ektor Correa Vrandecic, cirurgião cardiovascular, CRM 33067;
XIII - membro: Bayard Gontijo Filho, Cirurgião Cardiovascular, CRM 6272;
XIV - membro: Carla de Oliveira, cirurgião cardiovascular, CRM 24107;
XV - membro: Fernando Antônio Fantini, Cirurgião Cardiovascular, CRM 8222;
XVI - membro: Marcelo Frederique de Castro, Cirurgião Cardiovascular, CRM 20858;

Art. 9º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de células-tronco hematopoéticas à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA OSSEA AUTOGENICO: 24.01

MEDULA OSSEA ALOGENICO APARENTADO: 24.02

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 21 07 SP 22
II - responsável técnico: José Carlos de Almeida Barros, Hematologista, CRM
, CRM 22740;
III - membro: Paula Yurie Tanaka, Hematologista, CRM 82126;
IV - membro: Ricardo Rabello Chiattone, Hematologista/Hemoterapia,
CRM 11193;

Art. 10 - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecidos oculares humanos a equipe de saúde a seguir identificada:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT 1 11 00 DF 03
II - responsável técnico: Francisco Teixeira Pinto, Oftalmologista, CRM 2802;
III - membro: Jacilia Fátima Teixeira Pinto, Oftalmologista, CRM 3387;
IV - membro: Anderson Gustavo Teixeira Pinto; Oftalmologista; CRM 12049.

MARANHÃO

I - Nº do SNT 1 11 99 MA 02
II - responsável técnico: Élcio Francisco Cosseti, Oftalmologista, CRM 1744;

I - Nº do SNT 1 11 06 MA 02
II - responsável técnico: Roberta Jansen de Mello Farias, Oftalmologista, CRM 27212;

I - Nº do SNT 1 11 08 MA 02
II - responsável técnico: Adriana Leite Xavier Bertrand, Oftalmologista, CRM 4310;

PARÁ

I - Nº do SNT 1 11 07 PA 01
II - responsável técnico: Natércia Trindade Pinto, Oftalmologista, CRM 8820;
III - membro: Angela Maria de Queiroz Pereira, Oftalmologista, CRM 4509;
IV - membro: Ana Cristina Lobato Marques Vendramini; Oftalmologista; CRM 2580.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 09 SP 27
II - responsável técnico: Nicolas Cesário Pereira, Oftalmologista, CRM 127945;

I - Nº do SNT 1 11 09 SP 26
II - responsável técnico: Pedro Bertino Moreira, Oftalmologista, CRM 127789;

I - Nº do SNT 1 11 02 SP 83
II - responsável técnico: Maria Gracinda Cabrera Sidericoudes, Oftalmologista, CRM 64447;
III - membro: Monica Crivelin Castilho, Oftalmologista, CRM 74596;

I - Nº do SNT 1 11 09 SP 29
II - responsável técnico: Cristina Maria Ferreira Carossa, Oftalmologista, CRM 115513;

I - Nº do SNT 1 11 02 SP 202
II - responsável técnico: Mauro Silveira Queiroz Campos, Oftalmologista, CRM 50875;

I - Nº do SNT 1 11 09 SP 32
II - responsável técnico: José Antônio de Almeida Milani, Oftalmologista, CRM 39722;

I - Nº do SNT 1 11 05 SP 07
II - responsável técnico: Roberta Jansen de Mello Farias, Oftalmologista, CRM 106268;

I - Nº do SNT 1 11 07 SP 11
II - responsável técnico: Paulo Caldas Silber, Oftalmologista, CRM 88774;

I - Nº do SNT 1 11 02 SP 202
II - responsável técnico: Juliana de Freitas Peres, Oftalmologista, CRM 109961;

I - Nº do SNT 1 11 07 SP 13
II - responsável técnico: Eduardo Conforti de Oliveira, Oftalmologista, CRM 103886;

I - Nº do SNT 1 11 09 SP 13
II - responsável técnico: Natercia Trindade Pinto Jeha, Oftalmologista, CRM 127615;

I - Nº do SNT 1 11 09 SP 03
II - responsável técnico: Victor Andrigheti Coronado Antunes, Oftalmologista, CRM 108193;
III - membro: Valcir Coronado Antunes, Oftalmologista, CRM 12599;
IV - membro: Eduardo Andreghetti, Oftalmologista, CRM 31626;

I - Nº do SNT 1 11 09 SP 24
II - responsável técnico: Maria Emilia Xavier dos Santos Araujo, Oftalmologista, CRM 60202;
III - membro: Myrna Serapião dos Santos, Oftalmologista, CRM 85055;
IV - membro: Alexandre Manetta, Oftalmologista, CRM 58823;
V - membro: André Luiz Freitas Silva, Oftalmologista, CRM 98320;
VI - membro: Sergio Felberg; Oftalmologista; CRM 92504.

Art. 11 - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado à equipe de saúde a seguir identificada:

FÍGADO: 24.09

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 02 10 SP 29
II - responsável técnico: Juan Carlos Llanos, Cirurgião Pediátrico, CRM 90410;
III - membro: Giovanni Faria Silva, Hepatologista, CRM 54427;
IV - membro: Norma Sueli Pinheiro, Anestesista, CRM 37680;
V - membro: Paulo Nascimento Júnior, Anestesista, CRM 67519;
VI - membro: Leonardo Pelafsky, Cirurgião do Aparelho Digestivo, CRM 107814;
VII - membro: Fernando Gomes Romeiro, Gastroenterologista, CRM 111924;
VIII - membro: Fábio da Silva Yamashiro, Gastroenterologista CRM 112360;
IX - membro: Eduardo de Souza Martins Fernandes, Cirurgião do Aparelho Digestivo, CRM 103858;

Art. 12 - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de pele a equipe de saúde a seguir identificada:

TECIDO MUSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 12 07 PR 07
II - responsável técnico: Cyro Kanabuschi, Ortopedista, CRM 20562;
III - membro: Gilson Wassano Kuroda, Ortopedista, CRM 11991;
IV - membro: Gustavo Meira Dantas da Silva, Ortopedista, CRM 19445;

Art. 13 - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de pele a equipe de saúde a seguir identificada:

TRANSPLANTE DE PELE: 24.24

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 41 04 RJ 04
II - responsável técnico: Rosa Celia Pimentel Barbosa, Cardiologia Pediátrica, CRM 52133623;
III - membro: Milton Ary Meier, Cirurgião Cardiovascular, CRM 5265198;
IV - membro: Divino Francisco Pinto, Cirurgião Cardiovascular, CRM 52426728;
V - membro: Andrey Jose de Oliveira Monteiro, Cirurgião Cardiovascular, CRM 52650412;
VI - membro: Marcia Regina Baldanza, Anestesiologia, CRM 52448173;

Art. 14 - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante rim a equipe de saúde a seguir identificada:

RIM: 24.08

CEARÁ

I - Nº do SNT 1 01 05 CE 01
II - responsável técnico: Rodrigo Alves de Oliveira, Nefrologista, CRM 8132;
III - membro: Antônio Fernando Coutinho, Urologista, CRM 4252;
IV - membro: Bráulio Gonçalves Sombra, Anestesiologista, CRM 11600;
V - membro: Davi Carneiro de Brito, Cirurgião/Urologista, CRM 12800;
VI - membro: Francisco Gilberto Pinheiro Rodrigues, Cirurgião Geral, CRM 5311;
VII - membro: João Bosco Soares Sampaio, Cirurgião Geral, CRM 4189;
VIII - membro: Leonardo Beserra Landim, Anestesiologista, CRM 8996;
IX - membro: Leila Silveira Vieira da Silva, Nefrologista, CRM 6693;
X - membro: Lucildo Leite dos Santos, Cirurgião Geral, CRM 2453;
XI - membro: Romero Matos Esmeraldo, Cirurgião Geral/ Vascular, CRM 1178;
XI - membro: Ronaldo Matos Esmeraldo, Urologista/Cirurgião Geral, CRM 4102;
XII - membro: Valêncio Pereira de Carvalho, Nefrologista, CRM 4555;

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 01 00 MG 06
II - responsável técnico: Marcus Vinicius de Padua Neto, Nefrologista,
CRM 28493;
III - membro: Marcio Aparecido Nery, Nefrologista, CRM 26211;
IV - membro: Mario Jarmon Crunivel, Urologista, CRM 14668;
V - membro: Marcelo Zeratti, Urologista, CRM 34010;
VI - membro: Neilton Gonçalves, Urologista, CRM 6110;
VII - membro: Nilton Amaral, Urologista, CRM 10539;
VIII - membro: Humberto Campos Franco Morais, Urologista, CRM 23803.

Art. 15 - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante Válvula cardíaca humana a equipe de saúde a seguir identificada:

Válvula Cardíaca: 24.23

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 41 05 SP 10
II - responsável técnico: Walter Villela de Andrade Vicente, Cirurgião Cardiovascular, CRM 26990;
III - membro: Alfredo José Rodrigues, Cirurgião Cardiovascular, CRM 59838;
IV - membro: Paulo Roberto Barbosa Evora, Cirurgião Cardiovascular, CRM 21204;
V - membro: Benedito Carlos Maciel, Cardiologista, CRM 23690;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VI - membro: Cesar Augusto Ferreira, Cirurgião Cardiovascular, CRM 57082;
VII - membro: Solange Bassetto, Cirurgião Cardiovascular, CRM 72846;

I - Nº do SNT 1 41 00 SP 46
II - responsável técnico: José Pedro da Silva, Cirurgião Cardiovascular, CRM 20828;
III - membro: José Francisco Baumgratz, Cirurgião Cardiovascular, CRM 35812;
IV - membro: Luciana da Fonseca, Cirurgião Cardiovascular, CRM 76224;
V - membro: José Henrique Andrade Vila, Cardiologista, CRM 25770;
VI - membro: Américo Tangari Júnior, Cardiologista, CRM 44906;
VII - membro: Liliane Maria Gabrielli L. Grassi, Anestesiologista, CRM 52277;
VIII - membro: Maria de Fátima Pureza Gonçalves, Anestesiologista, CRM: 30662.

Art. 16 - Estabelecer que as renovações de autorizações para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, concedidas por meio desta Portaria, terão validade pelo prazo de dois anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos § 5º, 6º 7º e 8º do art. 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e Portaria GM/MS nº 2.600/2009.

Parágrafo único. A exigência de renovação a cada dois anos para estabelecimentos de saúde não se aplica para a Habilitação 24.20 (retirada de órgãos e tecidos), de acordo com o Parágrafo único do art. 2º da Portaria SAS/MS nº 511, de 27 de setembro de 2010.

Art. 17 - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 315, DE 1º DE JULHO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 3.432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;

Considerando a Portaria nº 598/GM/MS, de 23 de março de 2006, que define o fluxo para credenciamento de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo;

Considerando a Portaria nº 2.187/GM/MS, de 9 de novembro de 2005, que cadastra a Unidade de Tratamento Intensivo - UTI - Tipo II; e

Considerando Ofício CPS nº 565/2010, de 8 de junho de 2010, da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, resolve:

Art. 1º - Excluir o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II, do hospital a seguir relacionado:

CNPJ	Hospital	Nº leitos
46.522.942/0001-30 CNES: 0008923	Pref. Munic. de Santo André - Centro Hospitalar de Santo André - Santo André/SP	
26.02 Neonatal		12

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 1º de julho de 2011

Ref.: Processo nº 25000.047970/2011-61
Interessado: LAURI JOSE PARISOTTO ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LAURI JOSE PARISOTTO ME, CNPJ nº 83.063.438/0001-46, em CHAPECO /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047503/2011-31
Interessado: R. C. AMOROSO & NETTO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa R. C. AMOROSO & NETTO LTDA, CNPJ nº 05.928.280/0001-16, em MARINGA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041301/2011-85
Interessado: A. FELIX DA SILVA FARMACIA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A. FELIX DA SILVA FARMACIA, CNPJ nº 11.099.497/0001-63, em PALMACIA /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047109/2011-01
Interessado: MACKSUEL CAVALCANTE DO NASCIMENTO
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MACKSUEL CAVALCANTE DO NASCIMENTO, CNPJ nº 08.011.952/0001-12, em ITABAIANA /PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041637/2011-48
Interessado: FARMACIA ECONOMICA LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA ECONOMICA LTDA EPP, CNPJ nº 82.169.624/0001-00, em BLUMENAU /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041991/2011-72
Interessado: GODOY MAIS MEDICAMENTOS LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GODOY MAIS MEDICAMENTOS LTDA EPP, CNPJ nº 11.107.194/0001-45, em SERRA TALHADA /PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046714/2011-56
Interessado: FARMACIA DALMORO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DALMORO LTDA, CNPJ nº 07.094.298/0001-95, em PORTO ALEGRE /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047901/2011-57
Interessado: FREITAS E ALVES LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FREITAS E ALVES LTDA, CNPJ nº 07.963.564/0001-79, em BOA VIAGEM /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.036552/2011-48
Interessado: DROGARIA MOREIRA FARMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MOREIRA FARMA LTDA - ME, CNPJ nº 11.740.637/0001-30, em JUINA /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.044735/2011-37
Interessado: DROGARIA IMPERIO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA IMPERIO LTDA, CNPJ nº 12.426.395/0001-78, em GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041936/2011-82
Interessado: BRUNO M MARQUES ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BRUNO M MARQUES ME, CNPJ nº 11.967.124/0001-67, em SANTA ISABEL DO IVAI /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046503/2011-13
Interessado: DROGARIA PRESIDENTE LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PRESIDENTE LTDA, CNPJ nº 38.618.773/0001-09, em LEOPOLDINA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046719/2011-89
Interessado: DROGARIA REGIONAL BETIM LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA REGIONAL BETIM LTDA - ME, CNPJ nº 09.815.750/0001-96, em BETIM /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053652/2011-39
Interessado: DROGARIA SERRA & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SERRA & CIA LTDA ME, CNPJ nº 00.022.548/0001-32, em BAURU /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046694/2011-13
Interessado: DROGARIA NETO PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NETO PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ nº 06.113.656/0001-05, em GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.099661/2011-76
Interessado: BRAZFARMA DROGARIA E CONVENIENCIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BRAZFARMA DROGARIA E CONVENIENCIA LTDA, CNPJ nº 09.498.054/0001-01, em NATAL /RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo nº 25000.037648/2011-23
Interessado: FRANCIELY BARBOSA DE BEM -ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FRANCIELY BARBOSA DE BEM -ME, CNPJ nº 09.155.878/0001-70, em JAIBA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.044722/2011-68
Interessado: R P LIMA FARMACIA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa R P LIMA FARMACIA, CNPJ nº 12.681.095/0001-35, em MARINGA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.040889/2011-50
Interessado: DROGARIA TANGARA RIO PRETO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA TANGARA RIO PRETO LTDA ME, CNPJ nº 96.562.160/0001-01, em SAO JOSE DO RIO PRETO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.043001/2011-31
Interessado: DROGARIA VENTURA E SILVA LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA VENTURA E SILVA LTDA-ME, CNPJ nº 04.956.101/0001-91, em URUCANIA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041594/2011-09
Interessado: ELISETE T STASIAK
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ELISETE T STASIAK, CNPJ nº 07.212.396/0001-80, em DOM FELICIANO /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047016/2011-78
Interessado: MARCUS J. BANDEIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARCUS J. BANDEIRA - ME, CNPJ nº 03.413.039/0001-29, em NOVA RAMADA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047008/2011-21
Interessado: DIFARMA DROGARIA E FARMACIA LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DIFARMA DROGARIA E FARMACIA LTDA EPP, CNPJ nº 00.861.366/0001-55, em JARAGUA DO SUL /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046704/2011-11
Interessado: JERONIMO SEVERINO LEAL - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JERONIMO SEVERINO LEAL - ME, CNPJ nº 01.670.390/0001-70, em CONFRESA /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046698/2011-00
Interessado: DISFARMA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DISFARMA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ nº 12.003.005/0001-57, em BELO CAMPO /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.099913/2011-67
Interessado: J. DE VASCONCELOS ARAGAO FILHO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J. DE VASCONCELOS ARAGAO FILHO LTDA ME, CNPJ nº 06.886.009/0001-28, em RECIFE /PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.032433/2011-16
Interessado: RMVELOSO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RMVELOSO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 11.259.903/0001-08, em LUZIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.042439/2011-00
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA LEITE & GONCALVES LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA LEITE & GONCALVES LTDA ME, CNPJ nº 11.154.221/0001-30, em SAO JOAO DA LAGOA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.036633/2011-48
Interessado: FARMACIA CARLOS AGUIAR LTDA-EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA CARLOS AGUIAR LTDA-EPP, CNPJ nº 83.815.514/0001-22, em PRAIA GRANDE /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.049326/2011-27
Interessado: ELI SANCHEZ ROMAO ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ELI SANCHEZ ROMAO ME, CNPJ nº 03.233.517/0001-19, em CURVELANDIA /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.040036/2011-18
Interessado: GONCALVES E CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GONCALVES E CIA LTDA, CNPJ nº 12.284.518/0001-83, em CARATINGA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.044885/2011-41
Interessado: DROGARIA GRANDO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA GRANDO LTDA, CNPJ nº 87.507.000/0001-60, em MARCELINO RAMOS /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047930/2011-19
Interessado: DROGARIA UNIFARMA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA UNIFARMA LTDA, CNPJ nº 07.826.814/0001-29, em LAJEADO /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047153/2011-11
Interessado: GIS FARMA DRUGSTORE LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GIS FARMA DRUGSTORE LTDA., CNPJ nº 06.941.480/0001-71, em FOZ DO IGUACU /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053341/2011-70
Interessado: DROGAVI LTDA- EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGAVI LTDA- EPP, CNPJ nº 20.755.104/0001-13, em IPATINGA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047541/2011-93
Interessado: MAINERI & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MAINERI & CIA LTDA ME, CNPJ nº 01.320.015/0001-08, em PATO BRAGADO /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.044820/2011-03
Interessado: AGENOR BONETTI & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa AGENOR BONETTI & CIA LTDA, CNPJ nº 05.524.287/0001-72, em RONDON /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo nº 25000.048186/2011-70
Interessado: COMERCIAL GAMA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIAL GAMA DE MEDICAMENTOS LTDA -ME, CNPJ nº 09.250.090/0001-43, em BEBERIBE /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041958/2011-42
Interessado: MARCOS RODRIGUES DOS SANTOS
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARCOS RODRIGUES DOS SANTOS, CNPJ nº 09.265.883/0001-36, em CAPIM /PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047582/2011-80
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA ALIANCA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA ALIANCA LTDA, CNPJ nº 12.211.211/0001-52, em IBIRITE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.052110/2011-49
Interessado: JOSE CARLOS PEREIRA MEDICAMENTOS ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSE CARLOS PEREIRA MEDICAMENTOS ME, CNPJ nº 82.876.236/0001-50, em ITAJAI /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047559/2011-95
Interessado: FARMACIA LAUTERT LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA LAUTERT LTDA, CNPJ nº 08.101.083/0001-17, em CONDOR /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047684/2011-03
Interessado: FUNAYAMA E CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FUNAYAMA E CIA LTDA, CNPJ nº 76.215.086/0001-31, em TUNEIRAS DO OESTE /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046708/2011-07
Interessado: COMERCIAL DE PRODUTOS FARMACEUTICOS ARAUJO PINHO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIAL DE PRODUTOS FARMACEUTICOS ARAUJO PINHO LTDA, CNPJ nº 04.103.429/0001-65, em CONCEICAO DO JACUIPE /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048138/2011-81
Interessado: BIO ESSENCIA DROGARIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BIO ESSENCIA DROGARIA LTDA, CNPJ nº 06.353.589/0001-98, em BENTO GONCALVES /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.036678/2011-12
Interessado: DROGARIA MATOS LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MATOS LTDA - EPP, CNPJ nº 79.690.889/0001-36, em SOMBRIO /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048937/2011-58
Interessado: L.P.COSTA-FARMACIA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa L.P.COSTA-FARMACIA, CNPJ nº 05.329.711/0001-28, em BORRAZOPOLIS /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.042971/2011-19
Interessado: BARBIERI & BARBIERI DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BARBIERI & BARBIERI DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - ME, CNPJ nº 10.498.828/0001-75, em SERTAOZINHO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.044830/2011-31
Interessado: ELSON DOS REIS BENTO ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ELSON DOS REIS BENTO ME, CNPJ nº 01.627.226/0001-80, em CARIACICA /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.040908/2011-48
Interessado: SOARES & THOMAZONI LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SOARES & THOMAZONI LTDA, CNPJ nº 11.890.401/0001-80, em TRES BARRAS DO PARANA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.040068/2011-13
Interessado: RIGO FARMACIA E DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RIGO FARMACIA E DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 11.500.694/0001-42, em CHAPECO /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048129/2011-91
Interessado: FABIANO TAKESHI AIHARA GOTO - DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FABIANO TAKESHI AIHARA GOTO - DROGARIA - ME, CNPJ nº 04.512.673/0001-81, em GUARAREMA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046493/2011-16
Interessado: FARMACIA SAO JOAO DAMASCENUS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SAO JOAO DAMASCENUS LTDA, CNPJ nº 12.149.301/0001-60, em PONTA GROSSA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.040860/2011-78
Interessado: DROGARIA COLIBRI LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA COLIBRI LTDA ME, CNPJ nº 24.057.697/0001-03, em BELO HORIZONTE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048183/2011-36
Interessado: EUDIENE MEIRE DE OLIVEIRA & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EUDIENE MEIRE DE OLIVEIRA & CIA LTDA ME, CNPJ nº 03.085.411/0001-15, em SAO GOTARDO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.039479/2011-66
Interessado: ANA PAULA DOS SANTOS DROGARIA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANA PAULA DOS SANTOS DROGARIA EPP, CNPJ nº 03.284.896/0001-76, em SAO PAULO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.052086/2011-48
Interessado: O R NAVARRETE & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa O R NAVARRETE & CIA LTDA, CNPJ nº 12.917.085/0001-56, em ALTO PARANA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.044683/2011-07
Interessado: JOSE WILSON BEZERRA DE FREITAS ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSE WILSON BEZERRA DE FREITAS ME, CNPJ nº 02.541.577/0001-36, em FORTALEZA /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo nº 25000.048120/2011-80
Interessado: POLLI & MORENO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa POLLI & MORENO LTDA - ME, CNPJ nº 09.513.783/0001-81, em VARZEA PAULISTA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046660/2011-29
Interessado: LUCIMAR MIGUEL PEREIRA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LUCIMAR MIGUEL PEREIRA ME, CNPJ nº 23.335.821/0001-84, em IPANEMA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.043202/2011-38
Interessado: DROGARIA POTIGUAR LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA POTIGUAR LTDA, CNPJ nº 03.950.154/0001-32, em CRISTIANOPOLIS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.043030/2011-01
Interessado: SORAIA BARDT ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SORAIA BARDT ME, CNPJ nº 05.602.731/0001-20, em AURORA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047608/2011-90
Interessado: COMERCIAL DE MEDICAMENTOS ATC LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIAL DE MEDICAMENTOS ATC LTDA, CNPJ nº 00.304.020/0001-56, em VILA FLORES /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.043053/2011-15
Interessado: FARMACIA SANTO ANTONIO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SANTO ANTONIO LTDA ME, CNPJ nº 29.863.404/0001-90, em MIRACEMA /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048191/2011-82
Interessado: LUCIANA LEITE M RIGOLDI ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LUCIANA LEITE M RIGOLDI ME, CNPJ nº 67.675.843/0001-69, em PINDORAMA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.038869/2011-19
Interessado: JORGE ANTONIO STOQUE DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JORGE ANTONIO STOQUE DROGARIA - ME, CNPJ nº 07.714.326/0001-20, em GUATAPARA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047172/2011-39
Interessado: FARMACIA NOVA ISRAEL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA NOVA ISRAEL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 06.336.815/0001-22, em LONDRINA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041071/2011-54
Interessado: MONICA COSTA MOREIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MONICA COSTA MOREIRA - ME, CNPJ nº 05.653.976/0001-87, em ROSARIO DO SUL /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.039591/2011-05
Interessado: J. M. B. & CIA. LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J. M. B. & CIA. LTDA., CNPJ nº 08.909.499/0001-66, em RECIFE /PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.036760/2011-47
Interessado: NATULIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NATULIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 02.149.814/0001-18, em UBERLANDIA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.052727/2011-64
Interessado: DROGARIA ESTRELA DA SERRA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ESTRELA DA SERRA LTDA - ME, CNPJ nº 10.878.747/0001-09, em SERRA NEGRA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.032725/2011-59
Interessado: DROGARIA ZM LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ZM LTDA ME, CNPJ nº 39.372.347/0001-09, em ECOPORANGA /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.036804/2011-39
Interessado: FABIANA C ROCHA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FABIANA C ROCHA, CNPJ nº 08.359.099/0001-24, em TORIXOREU /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053915/2011-18
Interessado: DIVINA CELMA DE OLIVEIRA SANTANA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DIVINA CELMA DE OLIVEIRA SANTANA, CNPJ nº 02.034.633/0001-46, em MOSSAMEDES /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041560/2011-14
Interessado: FARMACIA ORIENTE LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA ORIENTE LTDA, CNPJ nº 01.407.444/0001-09, em APARECIDA DE GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048461/2011-55
Interessado: FARMACIA E DROGARIA VENTURA LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA E DROGARIA VENTURA LTDA-ME, CNPJ nº 07.389.551/0001-38, em BARRA DE SAO FRANCISCO /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041014/2011-75
Interessado: DROGARIA ANGELO E OLIVEIRA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ANGELO E OLIVEIRA LTDA, CNPJ nº 11.949.975/0001-87, em MANHUACU /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053348/2011-91
Interessado: DROGARIA LEONARDO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA LEONARDO LTDA - ME, CNPJ nº 09.181.369/0001-12, em BELO HORIZONTE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053929/2011-23
Interessado: PENSIN & TROMBETTA LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PENSIN & TROMBETTA LTDA., CNPJ nº 08.409.283/0001-31, em LIBERATO SALZANO /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo nº 25000.062693/2011-16
Interessado: FARMACIA SAO JOSAFAT LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SAO JOSAFAT LTDA, CNPJ nº 77.003.499/0001-15, em PRUDENTOPOLIS /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047618/2011-25
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA SERRANA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA SERRANA LTDA, CNPJ nº 12.770.712/0001-79, em PIEDADE DE CARATINGA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.052764/2011-72
Interessado: IRMAOS ALVES MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa IRMAOS ALVES MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 11.291.652/0001-49, em GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.042034/2011-63
Interessado: MOISES DOS SANTOS ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MOISES DOS SANTOS ME, CNPJ nº 10.510.924/0001-91, em JUSCIMEIRA /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.052647/2011-17
Interessado: DROGARIA F.L LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA F.L LTDA ME, CNPJ nº 71.358.311/0001-75, em UBERLANDIA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041946/2011-18
Interessado: GOMES & LOURENCO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GOMES & LOURENCO LTDA - ME, CNPJ nº 04.197.209/0001-48, em PALMAS /TO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.040030/2011-41
Interessado: BRITO & BARROS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BRITO & BARROS LTDA ME, CNPJ nº 86.400.413/0001-89, em RUBIM /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041769/2011-70
Interessado: DROGARIA JARDIM LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA JARDIM LTDA, CNPJ nº 91.303.610/0001-10, em HUMAITA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.040880/2011-49
Interessado: FARMACIA ZAGONEL LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA ZAGONEL LTDA ME, CNPJ nº 84.952.498/0001-82, em CURITIBA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.043241/2011-35
Interessado: A.J.R. COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A.J.R. COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA, CNPJ nº 11.164.840/0001-06, em CURITIBA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.042861/2011-57
Interessado: MULTI FARMA DROGARIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MULTI FARMA DROGARIA LTDA, CNPJ nº 12.565.033/0001-68, em VESPASIANO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.042005/2011-00
Interessado: WALMA LAENA FARIAS DE BARROS
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa WALMA LAENA FARIAS DE BARROS, CNPJ nº 08.452.858/0001-07, em PATOS /PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048038/2011-55
Interessado: E. LOPES & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa E. LOPES & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 04.139.272/0001-28, em SANTA RITA DO PASSA QUATRO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046709/2011-43
Interessado: FARMAVIDAS DROGARIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMAVIDAS DROGARIA LTDA, CNPJ nº 12.871.656/0001-69, em IBIRAIARAS /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048071/2011-85
Interessado: DROGARIA ESPIRITO SANTO DO DOURADO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ESPIRITO SANTO DO DOURADO LTDA, CNPJ nº 66.290.198/0001-01, em ESPIRITO SANTO DO DOURADO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046485/2011-70
Interessado: DROGARIA VIVA FARMA DE ARACOIABA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA VIVA FARMA DE ARACOIABA LTDA ME, CNPJ nº 12.575.959/0001-34, em ARACOIABA DA SERRA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.052313/2011-35
Interessado: FABIOLA CARLA DA ROCHA GOSS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FABIOLA CARLA DA ROCHA GOSS - ME, CNPJ nº 07.438.900/0001-64, em GUZOLANDIA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.043231/2011-08
Interessado: SANTOS E SANTOS MEDICAMENTOS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SANTOS E SANTOS MEDICAMENTOS LTDA ME, CNPJ nº 07.980.045/0001-19, em CAMPO GRANDE /MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.042890/2011-19
Interessado: DROGARIA MARANATA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MARANATA LTDA - ME, CNPJ nº 11.230.022/0001-64, em SAO JOSE DOS CAMPOS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.036786/2011-95
Interessado: SOUZA JUNIOR E CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SOUZA JUNIOR E CIA LTDA, CNPJ nº 13.136.155/0001-00, em ARACAJU /SE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041247/2011-78
Interessado: DROGARIA RAYMED LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA RAYMED LTDA, CNPJ nº 06.087.012/0001-81, em CURITIBA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo nº 25000.047643/2011-17
Interessado: BONFIM & MORAIS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BONFIM & MORAIS LTDA, CNPJ nº 02.777.130/0001-60, em BOA VISTA /RR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048081/2011-11
Interessado: NOVAFARMA COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NOVAFARMA COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 11.910.537/0001-05, em CACHOEIRA PAULISTA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.049296/2011-59
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA MONICA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA MONICA LTDA, CNPJ nº 38.700.613/0001-04, em CORACAO DE JESUS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046023/2011-52
Interessado: HELTON FLAVIO PRADELLA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa HELTON FLAVIO PRADELLA ME, CNPJ nº 07.160.431/0001-64, em RONDON /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047867/2011-11
Interessado: DROGARIA BARATEZA LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA BARATEZA LTDA EPP, CNPJ nº 02.836.482/0001-40, em AREAL /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047955/2011-12
Interessado: ACCIOLY COMERCIO FARMACEUTICO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ACCIOLY COMERCIO FARMACEUTICO LTDA, CNPJ nº 06.076.281/0001-42, em JABOATAO DOS GUARARAPES /PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.036817/2011-16
Interessado: DROGARIA JACUTINGA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA JACUTINGA LTDA - ME, CNPJ nº 07.141.608/0001-85, em RIO CLARO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047716/2011-62
Interessado: DROGARIA MADRUGA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MADRUGA LTDA, CNPJ nº 26.631.226/0001-84, em SANTA HELENA DE GOIAS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047710/2011-95
Interessado: WANDERLEI NATANAEL AGUIAR E CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa WANDERLEI NATANAEL AGUIAR E CIA LTDA - ME, CNPJ nº 05.841.026/0001-86, em SAO SEBASTIAO DO PARAISO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047702/2011-49
Interessado: LEILA A.F.MOREIRA & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LEILA A.F.MOREIRA & CIA LTDA, CNPJ nº 08.782.028/0001-30, em LAGOA DOURADA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.039590/2011-52
Interessado: PRISCILA DE LIMA HOLANDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PRISCILA DE LIMA HOLANDA ME, CNPJ nº 08.049.914/0001-59, em MARIBONDO /AL na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041271/2011-15
Interessado: DROGARIA MESSIANO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MESSIANO LTDA, CNPJ nº 02.277.152/0001-61, em SAO PAULO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.049287/2011-68
Interessado: JOSMAR LAUREANO DOS SANTOS & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSMAR LAUREANO DOS SANTOS & CIA LTDA, CNPJ nº 13.439.583/0001-01, em CRISTINAPOLIS /SE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047717/2011-15
Interessado: DROGARIA DOM PEDRO DE CAMPINAS LTDA. EPP.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DOM PEDRO DE CAMPINAS LTDA. EPP., CNPJ nº 04.796.409/0001-17, em CAMPINAS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046519/2011-15
Interessado: BRAZ MOREIRA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BRAZ MOREIRA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA, CNPJ nº 00.555.901/0001-40, em JUATUBA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046682/2011-99
Interessado: BRUNO BARIJAN DE VASCONCELLOS DROGARIA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BRUNO BARIJAN DE VASCONCELLOS DROGARIA ME, CNPJ nº 05.474.691/0001-89, em SUMARE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.044904/2011-39
Interessado: DROGARIA SANTA RITA DE CASSIA DE PARANAPANEMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SANTA RITA DE CASSIA DE PARANAPANEMA LTDA - ME, CNPJ nº 01.781.747/0001-97, em PARANAPANEMA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.040873/2011-47
Interessado: RI COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RI COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ nº 10.742.226/0001-11, em VITORIA DA CONQUISTA /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.039263/2011-09
Interessado: AREAL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa AREAL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME, CNPJ nº 00.643.863/0001-87, em BELO HORIZONTE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.050485/2011-74
Interessado: FOGACA, ZAMPRONIO & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FOGACA, ZAMPRONIO & CIA LTDA, CNPJ nº 75.869.933/0001-19, em UBIRATA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.038926/2011-60
Interessado: FRANCISCO SERAFIM CAPARELI
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

empresa FRANCISCO SERAFIM CAPARELI, CNPJ nº 08.511.858/0001-22, em JACUTINGA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.042000/2011-79
Interessado: ADRIANA FRANTZ DROGARIA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ADRIANA FRANTZ DROGARIA, CNPJ nº 09.556.582/0001-61, em PANTANO GRANDE /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.044875/2011-13
Interessado: DROGARIA GREGIANA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA GREGIANA LTDA ME, CNPJ nº 52.605.433/0001-74, em BOA ESPERANCA DO SUL /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062687/2011-69
Interessado: EMERSON DAVID VALENTIM - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EMERSON DAVID VALENTIM - ME, CNPJ nº 73.439.754/0001-16, em GUARANIACU /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.052792/2011-90
Interessado: MANIQUE BARRETO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MANIQUE BARRETO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME, CNPJ nº 08.405.212/0001-60, em PONTA GROSSA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.044877/2011-02
Interessado: DANIELA ISABEL DOS SANTOS CAETANO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DANIELA ISABEL DOS SANTOS CAETANO - ME, CNPJ nº 11.941.724/0001-56, em ITAPOLIS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041059/2011-40
Interessado: EDUARDO CESAR ALVES COELHO
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EDUARDO CESAR ALVES COELHO, CNPJ nº 10.718.358/0001-08, em NOVA UNIAO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.040010/2011-70
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA FLAMIL LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA FLAMIL LTDA-ME, CNPJ nº 65.317.372/0001-91, em BELO HORIZONTE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.040020/2011-13
Interessado: DROGARIA EVANA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA EVANA LTDA ME, CNPJ nº 43.239.243/0001-90, em AMERICANA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047876/2011-10
Interessado: A. & M. FARMACIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A. & M. FARMACIA LTDA ME, CNPJ nº 08.662.797/0001-02, em PRAIA GRANDE /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053932/2011-47
Interessado: DROGARIA SANTA TEREZINHA DO JULIO DE MESQUITA LTDA. ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SANTA TEREZINHA DO JULIO DE MESQUITA LTDA. ME, CNPJ nº 07.104.080/0001-74, em SOROCABA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.009327/2011-39
Interessado: ANA KARENINA DE SOUZA GONDIM ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANA KARENINA DE SOUZA GONDIM ME, CNPJ nº 05.946.986/0001-00, em ARACATI /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053910/2011-87
Interessado: FARMACIA ISAFARMA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA ISAFARMA LTDA, CNPJ nº 75.474.668/0001-70, em SAO JORGE DO PATROCINIO /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.043023/2011-09
Interessado: S.M.D - COMERCIO E SERVICO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa S.M.D - COMERCIO E SERVICO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA-ME, CNPJ nº 08.923.987/0001-28, em LEOPOLDO DE BULHOES /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.049390/2011-16
Interessado: LUCIO & NUNES LTDA-EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LUCIO & NUNES LTDA-EPP, CNPJ nº 04.105.427/0001-05, em REDENCAO /PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.037664/2011-16
Interessado: JAGUARE DROGARIA E PERFUMARIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JAGUARE DROGARIA E PERFUMARIA LTDA, CNPJ nº 07.855.317/0001-59, em CATAGUASES /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048452/2011-64
Interessado: ROBERTA VENANCIO DA SILVA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ROBERTA VENANCIO DA SILVA - ME, CNPJ nº 07.100.248/0001-73, em IGARAPAVA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053907/2011-63
Interessado: D. FACHIM & CIA. LTDA-EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa D. FACHIM & CIA. LTDA-EPP, CNPJ nº 08.597.417/0001-95, em PARAISO DO NORTE /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.036671/2011-09
Interessado: ABRAHAO & ABRAHAO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ABRAHAO & ABRAHAO LTDA, CNPJ nº 10.336.355/0001-00, em OSORIO /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.037740/2011-93
Interessado: FARMACIA CRISTO REI LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA CRISTO REI LTDA, CNPJ nº 09.179.518/0001-09, em JOAO PESSOA /PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046700/2011-32
Interessado: M L FERREIRA DE JESUS ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M L FERREIRA DE JESUS ME, CNPJ nº 04.569.313/0001-16, em IRARA /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.039458/2011-41
Interessado: DANIEL PRADO DIAS COSTA & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

empresa DANIEL PRADO DIAS COSTA & CIA LTDA ME, CNPJ nº 04.232.895/0001-40, em MOCOCA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.037753/2011-62
Interessado: DROGARIA BELA FLORA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA BELA FLORA LTDA ME, CNPJ nº 00.822.649/0001-98, em IGARAPAVA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053129/2011-11
Interessado: FARMACIA BIAZUS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA BIAZUS LTDA, CNPJ nº 05.791.764/0001-66, em CASCAVEL /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.039243/2011-20
Interessado: S DE OLIVEIRA BOTTA & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa S DE OLIVEIRA BOTTA & CIA LTDA, CNPJ nº 76.654.706/0001-39, em UBIRATA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047487/2011-86
Interessado: HELENA EVANGELISTA ALI
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa HELENA EVANGELISTA ALI, CNPJ nº 22.421.465/0001-59, em IGARAPE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048033/2011-22
Interessado: GLAUCIA DE MARCO LIMA & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GLAUCIA DE MARCO LIMA & CIA LTDA ME, CNPJ nº 12.918.912/0001-26, em ITAPEMA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046531/2011-31
Interessado: CAZZAMALLI FARMACIA E MANIPULACAO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CAZZAMALLI FARMACIA E MANIPULACAO LTDA ME, CNPJ nº 05.755.784/0001-81, em SANTA CECILIA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048153/2011-20
Interessado: DROGARIA AMARAL LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA AMARAL LTDA, CNPJ nº 03.245.248/0001-00, em SORRISO /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048128/2011-46
Interessado: DROGARIA BORGES & PEREIRA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA BORGES & PEREIRA LTDA, CNPJ nº 04.300.368/0001-26, em CARMO DO PARANAIBA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.042555/2011-11
Interessado: DJ & DC FARMACIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DJ & DC FARMACIA LTDA ME, CNPJ nº 00.683.074/0001-70, em CAMBORIU /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047685/2011-40
Interessado: DROGARIA PORTAL LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PORTAL LTDA, CNPJ nº 35.307.743/0001-93, em NATAL /RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046712/2011-67
Interessado: DROGARIA QUALITA LTDA-EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA QUALITA LTDA-EPP, CNPJ nº 11.493.403/0001-36, em DUQUE DE CAXIAS /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047547/2011-61
Interessado: ODAIR FERNANDO PACHECO & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ODAIR FERNANDO PACHECO & CIA LTDA, CNPJ nº 82.345.539/0001-47, em PRUDENTOPOLIS /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.036659/2011-96
Interessado: COMERCIO DE MEDICAMENTOS SOUZA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIO DE MEDICAMENTOS SOUZA LTDA - ME, CNPJ nº 12.231.959/0001-17, em DOIS IRMAOS /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048868/2011-82
Interessado: FARMACENTER ARACATUBA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACENTER ARACATUBA LTDA ME, CNPJ nº 68.897.123/0001-00, em ARACATUBA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046652/2011-82
Interessado: MARIA NACLENIA LIMA SILVA -ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARIA NACLENIA LIMA SILVA -ME, CNPJ nº 04.251.624/0001-32, em ACARAPE /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.042504/2011-99
Interessado: INFINITY PHARMA DROGARIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa INFINITY PHARMA DROGARIA LTDA, CNPJ nº 12.091.311/0001-92, em NONOAI /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.038872/2011-32
Interessado: LAURA LANDGRAF DE MATTIA-EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LAURA LANDGRAF DE MATTIA-EPP, CNPJ nº 08.777.031/0001-65, em PIRASSUNUNGA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.052162/2011-15
Interessado: CLAUDEMIR SANCHES GARCIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CLAUDEMIR SANCHES GARCIA - ME, CNPJ nº 07.550.301/0001-38, em GENERAL SALGADO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.042961/2011-83
Interessado: L. F. OIZUMI E CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa L. F. OIZUMI E CIA LTDA, CNPJ nº 12.836.887/0001-31, em SAO SIMAO /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.037058/2011-09
Interessado: KETRIN LAIS CASAGRANDE
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa KETRIN LAIS CASAGRANDE, CNPJ nº 11.441.264/0001-05, em REDENTORA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047175/2011-72
Interessado: JOSE REINALDO BORGES - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSE REINALDO BORGES - EPP, CNPJ nº 07.253.298/0001-90, em BARRETOS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo nº 25000.050498/2011-43
Interessado: FARMACK MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACK MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA., CNPJ nº 12.027.896/0001-81, em PRUDENTOPOLIS /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.042874/2011-26
Interessado: MARCO AURELIO FERNANDES & CIA LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARCO AURELIO FERNANDES & CIA LTDA-ME, CNPJ nº 60.007.077/0001-15, em SAO JOSE DO RIO PRETO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041987/2011-12
Interessado: DROGARIA JARDIN REDENTOR LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA JARDIN REDENTOR LTDA ME, CNPJ nº 68.976.893/0001-49, em FRANCA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053456/2011-64
Interessado: DROGARIA NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NOSSA SENHORA DA CONCEICAO LTDA, CNPJ nº 20.331.633/0001-90, em JUATUBA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047101/2011-36
Interessado: CAIO CESAR GIOMETTI BALDIN
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CAIO CESAR GIOMETTI BALDIN, CNPJ nº 11.105.917/0001-77, em SUMARE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.044697/2011-12
Interessado: FARMACIA PRADINHO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA PRADINHO LTDA ME, CNPJ nº 02.113.141/0001-46, em IMBITUVA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.038880/2011-89
Interessado: DROGARIA LEANDRO E LUCAS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA LEANDRO E LUCAS LTDA - ME, CNPJ nº 10.765.424/0001-09, em TEIXEIRA DE FREITAS /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046679/2011-75
Interessado: GOMES E MELO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GOMES E MELO LTDA - ME, CNPJ nº 10.702.231/0001-09, em NATAL /RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047694/2011-31
Interessado: ROSENILDA PINTO DA SILVA MOTA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ROSENILDA PINTO DA SILVA MOTA - ME, CNPJ nº 11.210.330/0001-28, em SALVADOR /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047506/2011-74
Interessado: FARMACIA MEDILAR LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA MEDILAR LTDA., CNPJ nº 05.659.981/0001-05, em MARECHAL CANDIDO RONDON /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048889/2011-06
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA SANTANA LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA SANTANA LTDA-ME, CNPJ nº 22.216.972/0001-50, em ABAETE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.050705/2011-60
Interessado: JORGE WALDINEY ALEIXO FARMACIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JORGE WALDINEY ALEIXO FARMACIA - ME, CNPJ nº 10.720.933/0001-07, em SOROCABA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.052782/2011-54
Interessado: JOSE MANOEL TEIXEIRA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSE MANOEL TEIXEIRA, CNPJ nº 16.892.226/0001-84, em PORTEIRINHA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.038898/2011-81
Interessado: BRUNA SEVERINO LARANJA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BRUNA SEVERINO LARANJA - EPP, CNPJ nº 07.954.428/0001-12, em PENAPOLIS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048181/2011-47
Interessado: ABKEILA RAUPP DOS SANTOS-EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ABKEILA RAUPP DOS SANTOS-EPP, CNPJ nº 10.410.746/0001-27, em SAO JOAO DO SUL /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.039595/2011-85
Interessado: L M M DO PRADO ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa L M M DO PRADO ME, CNPJ nº 05.705.579/0001-01, em CABIXI /RO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048479/2011-57
Interessado: ARGENTINI & TONIETTI LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ARGENTINI & TONIETTI LTDA - EPP, CNPJ nº 54.226.329/0001-02, em ESPIRITO SANTO DO PINHAL /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048530/2011-21
Interessado: FARMACIA A CORUJINHA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA A CORUJINHA LTDA, CNPJ nº 08.156.093/0001-50, em LIMOEIRO /PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.042386/2011-19
Interessado: CENTRAL CR COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CENTRAL CR COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP, CNPJ nº 09.377.919/0001-73, em SALTO DE PIRAPORA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046631/2011-67
Interessado: JOAB E MEDEIROS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOAB E MEDEIROS LTDA - ME, CNPJ nº 07.286.245/0001-76, em NATAL /RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.052116/2011-16
Interessado: DROGARIA CASSIR LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CASSIR LTDA, CNPJ nº 12.294.585/0001-89, em SAPUCAIA DO SUL /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo nº 25000.043037/2011-14
Interessado: PEIXOTO & BARBOSA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PEIXOTO & BARBOSA LTDA ME, CNPJ nº 01.912.399/0001-40, em SONORA /MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.036598/2011-67
Interessado: E. C. JESUINO & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa E. C. JESUINO & CIA LTDA, CNPJ nº 34.789.008/0001-09, em VILHENA /RO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.099457/2011-55
Interessado: DROGARIA NACIONAL LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NACIONAL LTDA - EPP, CNPJ nº 53.648.606/0001-02, em SAO BERNARDO DO CAMPO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.036697/2011-49
Interessado: MARQUES MEDICAMENTOS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARQUES MEDICAMENTOS LTDA ME, CNPJ nº 09.501.470/0001-03, em AGUA DOCE DO NORTE /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.099899/2011-00
Interessado: THOMPSON COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa THOMPSON COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 12.086.905/0001-05, em PALMAS /TO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046578/2011-02
Interessado: FARMACIA JOAO CARDOSO DA SILVA LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA JOAO CARDOSO DA SILVA LTDA., CNPJ nº 83.294.082/0001-51, em BOM JARDIM DA SERRA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047655/2011-33
Interessado: M. MOREIRA DA SILVA VIEIRA & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M. MOREIRA DA SILVA VIEIRA & CIA LTDA, CNPJ nº 02.064.960/0001-40, em UBIRATA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047707/2011-71
Interessado: R. A. HERMES H. VEIGA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa R. A. HERMES H. VEIGA, CNPJ nº 11.288.749/0001-00, em MARILANDIA DO SUL /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.042471/2011-87
Interessado: VIVAN & COLPO - FARMACIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VIVAN & COLPO - FARMACIA LTDA - ME, CNPJ nº 11.131.493/0001-15, em SEARA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.035876/2011-69
Interessado: FARMACIA SUCESSO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SUCESSO LTDA ME, CNPJ nº 11.416.306/0001-40, em IRANI /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047677/2011-01
Interessado: DROGARIA GILTAN LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA GILTAN LTDA - ME, CNPJ nº 09.372.307/0001-98, em SAO PAULO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.099888/2011-11
Interessado: FARMACIA JOVITA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA JOVITA LTDA, CNPJ nº 26.924.381/0001-99, em ANAPOLIS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041913/2011-78
Interessado: LUIZ FERNANDES AZEVEDO CAMPOS ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LUIZ FERNANDES AZEVEDO CAMPOS ME, CNPJ nº 82.243.650/0001-22, em CURITIBA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.052714/2011-95
Interessado: TATIANA PORTO GOMES E SOUSA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TATIANA PORTO GOMES E SOUSA - ME, CNPJ nº 12.039.479/0001-59, em TORRINHA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046901/2011-30
Interessado: FARMACIA DEBONNE LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DEBONNE LTDA-ME, CNPJ nº 03.932.253/0001-91, em BELO HORIZONTE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.036767/2011-69
Interessado: ARLETE MARIA DE TOLEDO MORATORI & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ARLETE MARIA DE TOLEDO MORATORI & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 48.839.849/0001-80, em PEDREIRA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.043039/2011-11
Interessado: NAIRA REGINA KLEIN SCHACHT
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NAIRA REGINA KLEIN SCHACHT, CNPJ nº 11.063.560/0001-01, em SAO PAULO DAS MISSOES /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053470/2011-68
Interessado: JULIO CEZAR BENSI & CIA. LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JULIO CEZAR BENSI & CIA. LTDA., CNPJ nº 10.431.079/0001-69, em QUATIGUA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.040081/2011-72
Interessado: AFONSO HENRIQUE DE JESUS MENDES
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa AFONSO HENRIQUE DE JESUS MENDES, CNPJ nº 69.349.462/0001-15, em SAO PAULO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053473/2011-00
Interessado: FARMACIA A J MOTA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA A J MOTA LTDA, CNPJ nº 05.117.834/0001-03, em SALVADOR /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053301/2011-28
Interessado: S C P ANDRADE MOUSSE ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa S C P ANDRADE MOUSSE ME, CNPJ nº 02.307.123/0001-03, em MANAUS /AM na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo nº 25000.044758/2011-41
Interessado: RCS MEDICAMENTOS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RCS MEDICAMENTOS LTDA ME, CNPJ nº 80.791.981/0001-71, em MARINGA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046569/2011-11
Interessado: VERDE FLORA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VERDE FLORA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA, CNPJ nº 11.662.130/0001-06, em ACREUNA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048196/2011-13
Interessado: DROGARIA IRAI LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA IRAI LTDA ME, CNPJ nº 76.600.261/0001-04, em SAO LOURENCO DO OESTE /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.036720/2011-03
Interessado: TOP PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TOP PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME, CNPJ nº 07.562.977/0001-41, em JUIZ DE FORA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048059/2011-71
Interessado: DROGARIA ALMEIDA MACHADO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ALMEIDA MACHADO LTDA - ME, CNPJ nº 09.559.362/0001-91, em MONTE ALTO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047905/2011-35
Interessado: FARMAFATIMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMAFATIMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 08.449.826/0001-44, em MARIALVA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053466/2011-08
Interessado: OTO EDUARDO BOTELHO CAITITE
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa OTO EDUARDO BOTELHO CAITITE, CNPJ nº 12.391.259/0001-90, em AGUAS FORMOSAS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.037089/2011-51
Interessado: A GERONIMO & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A GERONIMO & CIA LTDA, CNPJ nº 82.399.510/0001-48, em FORMOSA DO OESTE /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.044897/2011-75
Interessado: DOUGLAS RICARDO & CIA LTDA. EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DOUGLAS RICARDO & CIA LTDA. EPP, CNPJ nº 09.173.509/0001-00, em BRACO DO NORTE /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053934/2011-36
Interessado: DROGARIA CMT LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CMT LTDA, CNPJ nº 12.286.854/0001-65, em BELO HORIZONTE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.049393/2011-41
Interessado: MARIA DO SOCORRO NUNES FREIRE
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARIA DO SOCORRO NUNES FREIRE, CNPJ nº 35.231.265/0001-85, em CRATO /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041930/2011-13
Interessado: FARMACIA DO SINDICATO DOS TRAB. NAS IND. CONST.CIVIL DE BH E REG LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DO SINDICATO DOS TRAB. NAS IND. CONST.CIVIL DE BH E REG LTDA, CNPJ nº 11.767.329/0001-07, em BELO HORIZONTE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.044780/2011-91
Interessado: H.M.C. COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa H.M.C. COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 09.191.002/0001-80, em SAO JOSE DOS PINHAIS /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.042939/2011-33
Interessado: COMERCIAL DE MEDICAMENTOS JMDC LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIAL DE MEDICAMENTOS JMDC LTDA-ME, CNPJ nº 07.568.899/0001-92, em FORMOSA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.039274/2011-81
Interessado: ANTONIO LOPES DE SOUZA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANTONIO LOPES DE SOUZA, CNPJ nº 41.198.201/0001-22, em BANANEIRAS /PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.049204/2011-31
Interessado: OTAVIANO JOSE MUTTI NETO
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa OTAVIANO JOSE MUTTI NETO, CNPJ nº 05.830.090/0001-61, em CRUZ DAS ALMAS /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041776/2011-71
Interessado: KORSACK E MARTINS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa KORSACK E MARTINS LTDA, CNPJ nº 05.749.112/0001-63, em PALMEIRA DAS MISSOES /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.037795/2011-01
Interessado: RUSSILENA CHARAO SARTOR ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RUSSILENA CHARAO SARTOR ME, CNPJ nº 95.248.019/0001-68, em TRES PASSOS /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047689/2011-28
Interessado: RONY SETE VIEIRA - DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RONY SETE VIEIRA - DROGARIA - ME, CNPJ nº 05.440.043/0001-01, em SANTO ANDRE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.036644/2011-28
Interessado: ANA CLAUDIA ANDRADE MACEDO CAMPOS
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANA CLAUDIA ANDRADE MACEDO CAMPOS, CNPJ nº 07.667.874/0001-46, em CACHOEIRA ALTA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.039486/2011-68
Interessado: DROGARIA DROGA LUCAS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DROGA LUCAS LTDA, CNPJ nº 08.495.766/0001-04, em LUCAS DO RIO VERDE /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo nº 25000.046542/2011-11
Interessado: MARIA HELENA WELTER BRAND
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARIA HELENA WELTER BRAND, CNPJ nº 04.247.521/0001-07, em SANTO AUGUSTO /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.040997/2011-22
Interessado: FARMACIA MISSAL LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA MISSAL LTDA, CNPJ nº 81.660.276/0001-06, em MISSAL /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046710/2011-78
Interessado: MOURA & VALE LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MOURA & VALE LTDA, CNPJ nº 26.756.031/0001-60, em GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047522/2011-67
Interessado: CAMARGO & ANTUNES LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CAMARGO & ANTUNES LTDA ME, CNPJ nº 68.436.153/0001-10, em BARRA BONITA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047633/2011-73
Interessado: FARMACIA PANCIER E AMBONI LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA PANCIER E AMBONI LTDA., CNPJ nº 02.042.206/0001-00, em FOZ DO IGUACU /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041087/2011-67
Interessado: TALISE BASTIANI
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TALISE BASTIANI, CNPJ nº 12.356.475/0001-02, em JABOTICABA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.044874/2011-61
Interessado: DROGALUZ MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA.ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGALUZ MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA.ME, CNPJ nº 03.680.293/0001-93, em MATAO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047470/2011-29
Interessado: COSME GUIMARAES ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COSME GUIMARAES ME, CNPJ nº 39.384.383/0001-84, em CONCEICAO DA BARRA /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.042445/2011-59
Interessado: MARCIA MOURO MIQUELAO CARVALHO ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARCIA MOURO MIQUELAO CARVALHO ME, CNPJ nº 00.083.407/0001-20, em SAO JOSE DO GOIABAL /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.049194/2011-33
Interessado: ALIANCA MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ALIANCA MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 01.200.401/0001-58, em AURILANDIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041080/2011-45
Interessado: A ANDRADE BONFIM JUNIOR-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A ANDRADE BONFIM JUNIOR-ME, CNPJ nº 05.756.389/0001-13, em NOVO ORIENTE /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.036583/2011-07
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA FAGUNDES DE ABAETE LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA FAGUNDES DE ABAETE LTDA, CNPJ nº 09.253.756/0001-17, em ABAETE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.050512/2011-17
Interessado: TAYNARA QUEIROZ LOPES & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TAYNARA QUEIROZ LOPES & CIA LTDA ME, CNPJ nº 06.241.648/0001-36, em SAO SEBASTIAO DO PARAISO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.099873/2011-53
Interessado: M.R.P DE OLIVEIRA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M.R.P DE OLIVEIRA ME, CNPJ nº 02.343.495/0001-87, em ITAU /RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047640/2011-75
Interessado: USIMED DE MORRINHOS - COOPERATIVA DE USUARIOS DE ASSISTENCIA MEDICA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa USIMED DE MORRINHOS - COOPERATIVA DE USUARIOS DE ASSISTENCIA MEDICA, CNPJ nº 03.281.162/0001-33, em MORRINHOS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.037733/2011-91
Interessado: DROGALUCA DE SAO BERNARDO LTDA. ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGALUCA DE SAO BERNARDO LTDA. ME, CNPJ nº 05.434.239/0001-93, em SAO PAULO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047145/2011-66
Interessado: GIRARDI & FRIGONI LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GIRARDI & FRIGONI LTDA-ME, CNPJ nº 03.526.197/0001-95, em COLINA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048019/2011-29
Interessado: FARMASP DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMASP DROGARIA E PERFUMARIA LTDA - EPP, CNPJ nº 07.266.250/0001-17, em SAO PAULO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046724/2011-91
Interessado: DROGARIA SANT´ANA JP LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SANT´ANA JP LTDA - ME, CNPJ nº 10.614.913/0001-51, em UBERLANDIA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.044879/2011-93
Interessado: HOSANA ORNELAS NUNES ANTUNES ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa HOSANA ORNELAS NUNES ANTUNES ME, CNPJ nº 04.352.863/0001-89, em BARRA BONITA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047053/2011-86
Interessado: DROGARIA PONTES E OLIVEIRA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PONTES E OLIVEIRA LTDA ME, CNPJ nº 09.342.368/0001-02, em HIDROLANDIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo nº 25000.049200/2011-52
Interessado: MANOEL RODRIGUES DE ARAUJO-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MANOEL RODRIGUES DE ARAUJO-ME, CNPJ nº 03.264.634/0001-40, em JATOBA /PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.195948/2010-45
Interessado: DROGARIA FONSECA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA FONSECA LTDA - ME, CNPJ nº 01.815.957/0001-59, em COLATINA /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.036793/2011-97
Interessado: A.E.T. PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA-EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A.E.T. PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA-EPP, CNPJ nº 03.213.903/0001-49, em ARACAJU /SE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041552/2011-60
Interessado: NIVALDO BARDT
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NIVALDO BARDT, CNPJ nº 76.360.197/0001-31, em ALFREDO WAGNER /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.039257/2011-43
Interessado: DROGARIA FLORISO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA FLORISO LTDA, CNPJ nº 05.247.687/0001-88, em SORRISO /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.044881/2011-62
Interessado: FREITAS & GALIZA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FREITAS & GALIZA LTDA, CNPJ nº 13.527.247/0001-02, em IRECE /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048108/2011-75
Interessado: DROGARIA PEDRA AZUL LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PEDRA AZUL LTDA ME, CNPJ nº 10.889.464/0001-54, em DOMINGOS MARTINS /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.042029/2011-51
Interessado: ROGERIO MAGNO DE CAMPOS CANCIO
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ROGERIO MAGNO DE CAMPOS CANCIO, CNPJ nº 14.853.675/0001-98, em SALVADOR /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.040064/2011-35
Interessado: DROGARIA FERRARI LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA FERRARI LTDA ME, CNPJ nº 39.625.942/0001-09, em COLATINA /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.042964/2011-17
Interessado: A VALDIR PEREIRA DO NASCIMENTO ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A VALDIR PEREIRA DO NASCIMENTO ME, CNPJ nº 12.124.419/0001-34, em CRATEUS /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.005157/2011-13
Interessado: REGINALDO ANTUNES DE OLIVEIRA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa REGINALDO ANTUNES DE OLIVEIRA ME, CNPJ nº 68.853.928/0001-52, em AVARE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046644/2011-36
Interessado: COMERCIAL DE MEDICAMENTOS ADALBRAS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIAL DE MEDICAMENTOS ADALBRAS LTDA, CNPJ nº 51.663.425/0001-11, em SUMARE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.042954/2011-81
Interessado: JOAO ALBERTO ALVES RODRIGUES
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOAO ALBERTO ALVES RODRIGUES, CNPJ nº 06.012.003/0001-21, em CAMPO MAIOR /PI na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.052695/2011-05
Interessado: SILVANE MIRIAN DALLA CORT VIGANO & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SILVANE MIRIAN DALLA CORT VIGANO & CIA LTDA ME, CNPJ nº 06.283.274/0001-11, em MARMELEIRO /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048122/2011-79
Interessado: CESAR JOSE DA SILVA & CIA. LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CESAR JOSE DA SILVA & CIA. LTDA. - ME, CNPJ nº 06.344.639/0001-70, em SAO FRANCISCO DO GLORIA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047569/2011-21
Interessado: COMERCIO DE MEDICAMENTOS SERRANA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIO DE MEDICAMENTOS SERRANA LTDA ME, CNPJ nº 03.996.413/0001-66, em PANAMBI /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.043193/2011-85
Interessado: EUNICE MARTINS FERRO & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EUNICE MARTINS FERRO & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 07.316.241/0001-93, em PIRAPOZINHO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.039267/2011-89
Interessado: M ALCEBIADES UCCI - MEDICAMENTOS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M ALCEBIADES UCCI - MEDICAMENTOS - ME, CNPJ nº 03.766.577/0001-05, em TUPASSI /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.013819/2011-29
Interessado: DROGARIA SANTA EUGENIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SANTA EUGENIA LTDA ME, CNPJ nº 21.268.768/0001-10, em LAGOA DA PRATA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.042916/2011-29
Interessado: DROGARIA NOVA ANCHIETA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NOVA ANCHIETA LTDA - EPP, CNPJ nº 04.802.577/0001-78, em SAO PAULO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.037710/2011-87
Interessado: FARMACIA POPULAR LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA POPULAR LTDA, CNPJ nº 82.561.101/0001-04, em SAO JOAQUIM /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo nº 25000.047700/2011-50
Interessado: MARCELO CIESILSKI GONCALVES - FARMACIA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARCELO CIESILSKI GONCALVES - FARMACIA ME, CNPJ nº 05.371.418/0001-29, em KALORE /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046582/2011-62
Interessado: SOARES, GIACOMETTI & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SOARES, GIACOMETTI & CIA LTDA, CNPJ nº 07.122.032/0001-09, em MOREIRA SALES /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.039053/2011-11
Interessado: NURA & GERALDO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NURA & GERALDO LTDA, CNPJ nº 73.581.860/0001-30, em NEROPOLIS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046954/2011-51
Interessado: FARMACIA EXCLUSIVA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA EXCLUSIVA LTDA ME, CNPJ nº 00.122.356/0001-06, em CHAPECO /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041607/2011-31
Interessado: DROGARIA MENDES E OLIVEIRA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MENDES E OLIVEIRA LTDA ME, CNPJ nº 12.445.924/0001-80, em RIO PARDO DE MINAS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.036775/2011-13
Interessado: BELEM & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BELEM & CIA LTDA, CNPJ nº 32.775.900/0001-05, em ARACAJU /SE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047459/2011-69
Interessado: MIOLA & MIOLA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MIOLA & MIOLA LTDA, CNPJ nº 06.992.551/0001-65, em NOVA MUTUM /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.052671/2011-48
Interessado: BRILHANTE & CRISCENTE LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BRILHANTE & CRISCENTE LTDA ME, CNPJ nº 52.598.794/0001-30, em MONTE ALTO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.039247/2011-16
Interessado: GESSE GASPARINI
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GESSE GASPARINI, CNPJ nº 52.432.028/0001-00, em MONTE CASTELO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.049336/2011-62
Interessado: HELOISA ARIANEY TORMENA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa HELOISA ARIANEY TORMENA, CNPJ nº 08.546.094/0001-00, em GUARAI /TO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.044810/2011-60
Interessado: CLAUDETE DOS SANTOS POSSAMAI & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CLAUDETE DOS SANTOS POSSAMAI & CIA LTDA, CNPJ nº 11.327.892/0001-56, em FRANCISCO BELTRAO /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047122/2011-51
Interessado: PERONDI, LIMA & GUIMARAES LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PERONDI, LIMA & GUIMARAES LTDA, CNPJ nº 01.754.025/0001-43, em JEQUITINHONHA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.042524/2011-60
Interessado: GERALDO JACQUES TEIXEIRA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GERALDO JACQUES TEIXEIRA EPP, CNPJ nº 75.492.132/0001-87, em IMARUI /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.052331/2011-17
Interessado: P S FERREIRA & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa P S FERREIRA & CIA LTDA, CNPJ nº 31.687.494/0001-58, em BARRA DE SAO FRANCISCO /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.044708/2011-64
Interessado: FERNANDA SALVIATO ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FERNANDA SALVIATO ME, CNPJ nº 04.555.904/0001-34, em MORRO DA FUMACA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.042023/2011-83
Interessado: DROGARIA SANTOS & RODRIGUES LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SANTOS & RODRIGUES LTDA - ME, CNPJ nº 42.836.361/0001-12, em MATUTINA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.039063/2011-48
Interessado: DROGARIA GUIMARAES LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA GUIMARAES LTDA ME, CNPJ nº 01.095.156/0001-66, em BRASILIA /DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048143/2011-94
Interessado: TATIANA ROSIN
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TATIANA ROSIN, CNPJ nº 13.185.972/0001-40, em SAO JOSE DO OURO /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041882/2011-55
Interessado: DROGARIA PRINCIPAL LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PRINCIPAL LTDA ME, CNPJ nº 08.490.528/0001-06, em CAMPO MAJOR /PI na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048909/2011-31
Interessado: DROGARIA E FARMACIA SANTA CLARA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E FARMACIA SANTA CLARA LTDA ME, CNPJ nº 08.060.529/0001-02, em JOINVILLE /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.040955/2011-91
Interessado: DROGARIA POPULAR DE AGUDOS LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA POPULAR DE AGUDOS LTDA - EPP, CNPJ nº 55.600.522/0001-16, em AGUDOS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo nº 25000.039582/2011-14
Interessado: FARMACIA GUAPORE LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA GUAPORE LTDA EPP, CNPJ nº 09.571.632/0001-80, em COMODORO /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053926/2011-90
Interessado: CAMILA FERREIRA CAVALCANTE ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CAMILA FERREIRA CAVALCANTE ME, CNPJ nº 41.401.068/0001-60, em BATURITE /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.043167/2011-57
Interessado: DROGARIA FERNANDES E SILVA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA FERNANDES E SILVA LTDA - ME, CNPJ nº 11.668.825/0001-03, em ITABIRA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047928/2011-40
Interessado: FARMACIA CRUZ AZUL LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA CRUZ AZUL LTDA, CNPJ nº 83.705.913/0001-30, em COCAL DO SUL /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.036606/2011-75
Interessado: MARCELLE SILVA BARBOSA & CIA LTDA. ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARCELLE SILVA BARBOSA & CIA LTDA. ME, CNPJ nº 02.164.123/0001-93, em CALDAS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041574/2011-20
Interessado: FARMACIA TRES MARCOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA TRES MARCOS LTDA, CNPJ nº 76.959.634/0001-38, em LONDRINA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.031228/2011-33
Interessado: MARTINS E MARTINS MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARTINS E MARTINS MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 07.750.539/0001-07, em CURITIBA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048137/2011-37
Interessado: WAGNER ALEXANDRE GABRIEL
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa WAGNER ALEXANDRE GABRIEL, CNPJ nº 12.003.055/0001-34, em GUARAREMA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.048103/2011-42
Interessado: DROGARIA SAO VICENTE FERRER LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SAO VICENTE FERRER LTDA, CNPJ nº 24.949.331/0001-30, em SAO VICENTE DE MINAS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.046930/2011-00
Interessado: MARQUES & MEDEIROS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARQUES & MEDEIROS LTDA ME, CNPJ nº 04.432.115/0001-06, em LAGOA GRANDE /PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047530/2011-11
Interessado: CAMPIFARMA MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CAMPIFARMA MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 00.830.455/0001-34, em CAMPINORTE /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041757/2011-45
Interessado: PEREIRA LOBATO & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PEREIRA LOBATO & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 10.573.603/0001-36, em MARIALVA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.041241/2011-09
Interessado: R. D. C. RAMSDORF-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa R. D. C. RAMSDORF-ME, CNPJ nº 05.052.802/0001-69, em FATIMA DO SUL /MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.037675/2011-04
Interessado: FARMACIA DO BOSKE LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DO BOSKE LTDA, CNPJ nº 12.434.349/0001-10, em LONDRINA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.102707/2011-41
Interessado: SOCIEDADE PAULISTA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SOCIEDADE PAULISTA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 66.116.880/0001-74, em SAO PAULO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação, inclusive quanto a sua filial a seguir discriminada:

66.116.880/0020-37 SAO PAULO SP

Ref.: Processo nº 25000.042037/2011-05
Interessado: FARMACIA RUDOLF LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA RUDOLF LTDA, CNPJ nº 07.267.173/0001-10, em BRUSQUE /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação, inclusive quanto a sua filial a seguir discriminada:

07.267.173/0002-09 BRUSQUE SC

Ref.: Processo nº 25000.187300/2006-19
Interessado: SOCIEDADE FARMACEUTICA RIOGRANDENSE LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filial discriminada abaixo da empresa SOCIEDADE FARMACEUTICA RIOGRANDENSE LTDA, CNPJ nº 07.178.834/0001-30, em NATAL /RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

07.178.834/0008-07 PARNAMIRIM RN

Ref.: Processo nº 25000.025760/2009-05
Interessado: UNIAO FARMACEUTICA POTIGUAR LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filial discriminada abaixo da empresa UNIAO FARMACEUTICA POTIGUAR LTDA ME, CNPJ nº 07.178.804/0001-24, em NATAL /RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

07.178.804/0008-09 NOVA CRUZ RN

Ref.: Processo nº 25000.202453/2008-65
Interessado: MARTINS-GUERRA & THOMAZ LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filial discriminada abaixo da empresa MARTINS-GUERRA & THOMAZ LTDA, CNPJ nº 86.666.591/0001-56, em IPATINGA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

86.666.591/0002-37 IPATINGA MG

Ref.: Processo nº 25000.527834/2009-35
Interessado: DISTRIBUIDORA BIG BENN LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação das filiais discriminadas abaixo da empresa DISTRIBUIDORA BIG BENN LTDA, CNPJ nº 83.754.234/0001-51, em BELEM /PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

VEDADA A VENDA, LOCAÇÃO OU DOAÇÃO. VENDA PROIBIDA. PROIBIDA A REPRODUÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO DA IMPRENSA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011070400089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

83.754.234/0052-00 SAO LUIS MA
83.754.234/0053-82 SAO LUIS MA
83.754.234/0054-63 SAO LUIS MA
83.754.234/0056-25 SAO LUIS MA
83.754.234/0064-35 BELEM PA
83.754.234/0066-05 SAO LUIS MA
83.754.234/0067-88 SAO LUIS MA
83.754.234/0078-30 BELEM PA
83.754.234/0085-60 BELEM PA
83.754.234/0104-67 TERESINA PI
83.754.234/0105-48 TERESINA PI
83.754.234/0107-00 IMPERATRIZ MA
83.754.234/0109-71 TIMON MA
83.754.234/0111-96 TERESINA PI
83.754.234/0114-39 SAO LUIS MA
83.754.234/0124-00 SAO LUIS MA

Ref.: Processo nº 25000.048234/2006-62
Interessado: DROGARIA JUSTINOPOLIS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filia discriminada abaixo da empresa DROGARIA JUSTINOPOLIS LTDA, CNPJ nº 23.387.715/0001-44, em RIBEIRÃO DAS NEVES/MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

23.387.715/0004-97 BETIN/MG

Ref.: Processo nº 25000.057051/2011-03
Interessado: DROGARIA IRMAOS PAULISTA LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA IRMAOS PAULISTA LTDA EPP, CNPJ nº 72.236.599/0001-78, em SAO JOAO BATISTA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.059308/2011-53
Interessado: DROGARIA NOSSA SENHORA APARECIDA DE CAPELA LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NOSSA SENHORA APARECIDA DE CAPELA LTDA-ME, CNPJ nº 05.619.955/0001-45, em CAPELA DO ALTO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.045299/2011-13
Interessado: BUENO E REZENDE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BUENO E REZENDE LTDA - ME, CNPJ nº 10.268.608/0001-55, em JURUAIA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.058374/2011-14
Interessado: FORMOSINHA COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FORMOSINHA COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 04.391.274/0001-00, em FORMOSA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053501/2011-81
Interessado: E DOS SANTOS PEREIRA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa E DOS SANTOS PEREIRA ME, CNPJ nº 83.672.105/0001-14, em BRASIL NOVO /PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.056391/2011-17
Interessado: DROGARIA POLIDROGAS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA POLIDROGAS LTDA - ME, CNPJ nº 20.659.900/0001-52, em SAO SEBASTIAO DO PARAISO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.045167/2011-91
Interessado: DROGARIA DALEX LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DALEX LTDA, CNPJ nº 05.759.889/0001-09, em NOVA MUTUM /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055993/2011-49
Interessado: FARMACIA OLIVEIRA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA OLIVEIRA LTDA, CNPJ nº 86.894.474/0001-40, em SAO RAIMUNDO NONATO /PI na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.058366/2011-60
Interessado: KENIA MONICA DOS SANTOS E CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa KENIA MONICA DOS SANTOS E CIA LTDA - ME, CNPJ nº 04.680.116/0001-70, em SILVANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053065/2011-40
Interessado: MAZOLLA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MAZOLLA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA ME, CNPJ nº 64.503.956/0001-99, em ARARAQUARA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053565/2011-81
Interessado: DROGARIA ATUAL DE TERESOPOLIS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ATUAL DE TERESOPOLIS LTDA ME, CNPJ nº 05.546.206/0001-35, em TERESOPOLIS /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053549/2011-99
Interessado: FARMACIA VANDABEL 2005 LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA VANDABEL 2005 LTDA ME, CNPJ nº 07.282.352/0001-26, em ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055757/2011-22
Interessado: DE NEZ RECCO DROGARIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DE NEZ RECCO DROGARIA LTDA ME, CNPJ nº 10.639.428/0001-32, em ERMO /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055331/2011-79
Interessado: DROGARIA DOIS AMIGOS LTDA - ME.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DOIS AMIGOS LTDA - ME., CNPJ nº 32.498.149/0001-39, em CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.056481/2011-08
Interessado: JLB COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIAS LTDA. ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JLB COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIAS LTDA. ME, CNPJ nº 08.892.719/0001-96, em TIJUCAS /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055316/2011-21
Interessado: L E G COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa L E G COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA -ME, CNPJ nº 08.834.356/0001-32, em MOREIRA SALES /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.045146/2011-76
Interessado: CHARLES STORCH KUSTER MICROEMPRESA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CHARLES STORCH KUSTER MICROEMPRESA, CNPJ nº 14.036.859/0001-65, em ALTAMIRA /PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.044947/2011-14
Interessado: JAQUELINE WOCIECHOSKI SARTOR
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JAQUELINE WOCIECHOSKI SARTOR, CNPJ nº 04.588.613/0001-42, em MIRAGUAI /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo nº 25000.059209/2011-71
Interessado: M.L. COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M.L. COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 08.986.750/0001-96, em CAMPO GRANDE /MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.056449/2011-14
Interessado: FARMACIA MARINGA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA MARINGA LTDA - ME, CNPJ nº 14.585.053/0001-26, em PIMENTA BUENO /RO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.057187/2011-13
Interessado: CARLOS & BRENAG LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CARLOS & BRENAG LTDA, CNPJ nº 02.770.312/0001-00, em FIGUEIRA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.058386/2011-31
Interessado: FARMACIA CENTRO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA CENTRO LTDA, CNPJ nº 82.849.951/0001-02, em URUSSANGA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.057297/2011-77
Interessado: JMS DROGARIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JMS DROGARIA LTDA, CNPJ nº 09.576.701/0001-48, em BRACO DO NORTE /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.058390/2011-07
Interessado: DERMO LIFE PRODUTOS NATURAIS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DERMO LIFE PRODUTOS NATURAIS LTDA, CNPJ nº 26.910.596/0001-50, em RIO VERDE /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.044938/2011-23
Interessado: DROGARIA NOVAVIDA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NOVAVIDA LTDA ME, CNPJ nº 12.697.260/0001-47, em POCOS DE CALDAS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055160/2011-88
Interessado: MARCO ANTONIO CINEGAGLIA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARCO ANTONIO CINEGAGLIA ME, CNPJ nº 00.117.286/0001-90, em BARIRI /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.058382/2011-52
Interessado: MENEZES GONCALVES COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MENEZES GONCALVES COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., CNPJ nº 03.253.769/0001-00, em GOIATUBA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.045304/2011-98
Interessado: SILAS OLIVERA BATISTA & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SILAS OLIVERA BATISTA & CIA LTDA, CNPJ nº 33.920.778/0001-78, em JAGUARARI /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.059231/2011-11
Interessado: ALAILSON ROCHA BARROS ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ALAILSON ROCHA BARROS ME, CNPJ nº 01.149.581/0001-90, em URUARA /PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.057438/2011-51
Interessado: INTERATIVA PHARMA LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa INTERATIVA PHARMA LTDA EPP, CNPJ nº 04.689.850/0001-08, em SAO PAULO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062555/2011-37
Interessado: BIO BIA MEDICAMENTOS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BIO BIA MEDICAMENTOS LTDA ME, CNPJ nº 04.224.801/0001-91, em ITUPORANGA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055780/2011-17
Interessado: SERGIO EMANUEL DE NORONHA MACHADO ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SERGIO EMANUEL DE NORONHA MACHADO ME, CNPJ nº 01.217.390/0001-19, em BRASOPOLIS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055122/2011-25
Interessado: DRUGSTORE CAFE LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DRUGSTORE CAFE LTDA EPP, CNPJ nº 76.638.154/0001-75, em CIANORTE /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.059213/2011-30
Interessado: DROGARIA CONFIANCA DE LINS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CONFIANCA DE LINS LTDA - ME, CNPJ nº 03.122.826/0001-11, em LINS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053519/2011-82
Interessado: GONCALVES DONAT & AVILA LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GONCALVES DONAT & AVILA LTDA. - ME, CNPJ nº 12.364.509/0001-00, em JARAGUA DO SUL /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055636/2011-81
Interessado: PEDRO ARNILDO SEGER JUNIOR & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PEDRO ARNILDO SEGER JUNIOR & CIA LTDA ME, CNPJ nº 05.669.425/0001-01, em CAMPO ERE /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053580/2011-20
Interessado: DROGASSOL MEDICAMENTOS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGASSOL MEDICAMENTOS LTDA ME, CNPJ nº 12.711.775/0001-54, em MIRASSOL /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055374/2011-54
Interessado: CASAGRANDE & MIAN LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CASAGRANDE & MIAN LTDA ME, CNPJ nº 09.236.133/0001-36, em SAO MANOEL DO PARANA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055596/2011-77
Interessado: CLEOMAR GONCALVES BORGES
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CLEOMAR GONCALVES BORGES, CNPJ nº 37.255.957/0001-99, em CERES /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo nº 25000.053483/2011-37
Interessado: FARMACIA MR MOTA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA MR MOTA LTDA, CNPJ nº 07.314.015/0001-73, em SALVADOR /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053636/2011-46
Interessado: CENTRAL DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA PIRACANJUBA LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CENTRAL DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA PIRACANJUBA LTDA., CNPJ nº 03.263.828/0001-20, em PIRACANJUBA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.059219/2011-15
Interessado: FARMACIA EGG LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA EGG LTDA, CNPJ nº 02.839.242/0001-07, em BETIM /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.057394/2011-60
Interessado: R. D. REBESCHINI - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa R. D. REBESCHINI - ME, CNPJ nº 07.178.984/0001-44, em SANTO ANTONIO DE POSSE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053488/2011-60
Interessado: LOURINALDO MARTINS DE ARAUJO ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LOURINALDO MARTINS DE ARAUJO ME, CNPJ nº 09.018.011/0001-73, em VITORIA DE SANTO ANTAO /PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047671/2011-26
Interessado: FARMACIA SAO PAULO DE CAMPINAS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SAO PAULO DE CAMPINAS LTDA ME, CNPJ nº 62.955.018/0001-02, em CAMPINAS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055351/2011-40
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA CISNE LTDA - EPP.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA CISNE LTDA - EPP., CNPJ nº 61.279.964/0001-05, em SAO PAULO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.058331/2011-21
Interessado: DROGARIA IDEAL DE SANTO ANDRE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA IDEAL DE SANTO ANDRE LTDA - ME, CNPJ nº 03.182.422/0001-13, em SAO CAETANO DO SUL /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.059168/2011-13
Interessado: FARMACIA RONY LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA RONY LTDA, CNPJ nº 77.834.372/0001-48, em VERE /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062579/2011-96
Interessado: LTA MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LTA MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 00.959.076/0001-49, em PORANGATU /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055924/2011-35
Interessado: FARMA FREITAS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMA FREITAS LTDA ME, CNPJ nº 02.089.095/0001-97, em OSASCO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055771/2011-26
Interessado: EZEQUIAS BASTOS DOS SANTOS
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EZEQUIAS BASTOS DOS SANTOS, CNPJ nº 10.929.155/0001-60, em SAO JOAO DO MANHUACU /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.058785/2011-00
Interessado: DROGARIA BALDONI LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA BALDONI LTDA, CNPJ nº 17.028.267/0001-90, em SANTO ANTONIO DO AMPARO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.058890/2011-31
Interessado: RODRIGUES & TREVISAN LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RODRIGUES & TREVISAN LTDA ME, CNPJ nº 02.489.904/0001-58, em SAO JOSE DO RIO CLARO /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.057312/2011-87
Interessado: ASSOCIACAO BENEFICENTE HOSPITAL COMUNITARIO SANTA CLARA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ASSOCIACAO BENEFICENTE HOSPITAL COMUNITARIO SANTA CLARA, CNPJ nº 04.776.818/0001-51, em SANTA CLARA DO SUL /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.045121/2011-72
Interessado: FARMACIA OURO BRANCO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA OURO BRANCO LTDA, CNPJ nº 03.465.840/0001-18, em FLORIANOPOLIS /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.057304/2011-31
Interessado: DROGARIA CRUZEIRO VARZEA PAULISTA LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CRUZEIRO VARZEA PAULISTA LTDA EPP, CNPJ nº 03.423.090/0001-11, em VARZEA PAULISTA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.059021/2011-23
Interessado: PORTES, MOREIRA & CIA. LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PORTES, MOREIRA & CIA. LTDA., CNPJ nº 25.673.815/0001-62, em TEIXEIRAS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.045085/2011-47
Interessado: DROGARIA MVR LIMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MVR LIMA LTDA - ME, CNPJ nº 12.442.304/0001-98, em ITATIBA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055149/2011-18
Interessado: DROGARIA SENA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SENA LTDA - ME, CNPJ nº 28.957.843/0001-08, em VOLTA REDONDA /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.057177/2011-70
Interessado: MARCOS FLAVIO BOMTEMPO
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARCOS FLAVIO BOMTEMPO, CNPJ nº 04.429.094/0001-70, em PALMINOPOLIS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo nº 25000.057460/2011-00
Interessado: FIDELINO CARVALHO FILHO
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FIDELINO CARVALHO FILHO, CNPJ nº 07.175.491/0001-50, em ALMENARA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055433/2011-94
Interessado: ALVINA MARIA ESPINDOLA DA SILVA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ALVINA MARIA ESPINDOLA DA SILVA - ME, CNPJ nº 03.715.856/0001-31, em FEIRA NOVA /PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055142/2011-04
Interessado: ARLETE FERREIRA SILVA SANTOS
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ARLETE FERREIRA SILVA SANTOS, CNPJ nº 10.572.906/0001-34, em SANTA HELENA DE MINAS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.059201/2011-13
Interessado: DROGARIA CHRISTOFARO & CHRISTOFARO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CHRISTOFARO & CHRISTOFARO LTDA - ME, CNPJ nº 12.981.259/0001-40, em BARIRI /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.059207/2011-82
Interessado: DROGARIA SAO BENTO DE SOROCABA LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SAO BENTO DE SOROCABA LTDA. - ME, CNPJ nº 47.577.648/0001-99, em SOROCABA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055415/2011-11
Interessado: ANDRIONI & HUNGARO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANDRIONI & HUNGARO LTDA - ME, CNPJ nº 06.095.578/0001-55, em IPORA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.045177/2011-27
Interessado: DROGACESAR LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGACESAR LTDA-ME, CNPJ nº 39.706.122/0001-33, em SAO FIDELIS /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047658/2011-77
Interessado: BIG MED DROGARIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BIG MED DROGARIA LTDA, CNPJ nº 11.438.368/0001-52, em URUARA /PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053476/2011-35
Interessado: FARMACIA SAO SEBASTIAO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SAO SEBASTIAO LTDA, CNPJ nº 75.265.108/0001-05, em BORRAZOPOLIS /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.058902/2011-27
Interessado: TGA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TGA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 09.365.572/0001-49, em CASCAVEL /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.045171/2011-50
Interessado: FARMACIA LCR LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA LCR LTDA, CNPJ nº 02.004.062/0001-05, em LONDRINA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.059042/2011-49
Interessado: ALINE DE CASSIA PASSARELLI DIAS ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ALINE DE CASSIA PASSARELLI DIAS ME, CNPJ nº 13.216.877/0001-66, em ITATINGA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053480/2011-01
Interessado: FARMACIA E DROGARIA FARMARINE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA E DROGARIA FARMARINE LTDA - ME, CNPJ nº 05.127.439/0001-01, em MARACAJA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.059131/2011-95
Interessado: DROGARIA IMPERATRIZ LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA IMPERATRIZ LTDA, CNPJ nº 17.269.176/0001-46, em JUIZ DE FORA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.059337/2011-15
Interessado: MURILO DUNCKA & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MURILO DUNCKA & CIA LTDA ME, CNPJ nº 03.083.652/0001-25, em ITUPORANGA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055765/2011-79
Interessado: BETAFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BETAFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA, CNPJ nº 12.539.123/0001-84, em BELO HORIZONTE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.058871/2011-12
Interessado: VITORIA & MARCAL LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VITORIA & MARCAL LTDA, CNPJ nº 12.132.039/0001-41, em CARANDAI /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.057386/2011-13
Interessado: GIULIANO HIDEO THOMAZINI FUKASAWA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GIULIANO HIDEO THOMAZINI FUKASAWA-ME, CNPJ nº 07.839.911/0001-56, em PRESIDENTE VENCESLAU /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.045584/2011-34
Interessado: SILVA & OTAQUE LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SILVA & OTAQUE LTDA ME, CNPJ nº 09.239.235/0001-05, em SANTA MONICA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055779/2011-92
Interessado: FARMACIA DEMALINE LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DEMALINE LTDA ME, CNPJ nº 04.386.632/0001-96, em AGRONOMICA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053512/2011-61
Interessado: FARMACIA SAO COSME DAMIAO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SAO COSME DAMIAO LTDA, CNPJ nº 96.737.440/0001-03, em SALVADOR /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo nº 25000.053495/2011-61
Interessado: ICARAI FARMACEUTICA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ICARAI FARMACEUTICA LTDA, CNPJ nº 12.387.814/0001-00, em NITEROI /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.045564/2011-63
Interessado: S R COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa S R COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 10.326.124/0001-15, em SAO FRANCISCO DO GUAPORE /RO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.058808/2011-78
Interessado: FARMACIA NATALIED LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA NATALIED LTDA, CNPJ nº 76.781.087/0001-43, em CAMPO LARGO /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.045255/2011-93
Interessado: DROGA JULIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGA JULIA LTDA ME, CNPJ nº 56.441.124/0001-67, em SAO PAULO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.059123/2011-49
Interessado: MEDICAMENTOS PRO VIDA LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MEDICAMENTOS PRO VIDA LTDA-ME, CNPJ nº 08.002.637/0001-29, em SANTO ANTONIO DA PLATINA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.057473/2011-71
Interessado: DROGARIA RODRIGUES E SOUZA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA RODRIGUES E SOUZA LTDA, CNPJ nº 11.924.104/0001-09, em ITAPURANGA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.043667/2011-99
Interessado: JOSE G. M. ROSSI & CIA LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSE G. M. ROSSI & CIA LTDA. - ME, CNPJ nº 09.180.141/0001-08, em POLONI /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.058991/2011-10
Interessado: ROSANGELA R DE OLIVEIRA LEAL ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ROSANGELA R DE OLIVEIRA LEAL ME, CNPJ nº 01.159.396/0001-87, em MARCOLANDIA /PI na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055341/2011-12
Interessado: COMERCIAL PHARMA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIAL PHARMA LTDA, CNPJ nº 13.040.518/0001-09, em SALVADOR DO SUL /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.058356/2011-24
Interessado: ANA PAULA SOUZA PRADO DE OLIVEIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANA PAULA SOUZA PRADO DE OLIVEIRA - ME, CNPJ nº 05.491.734/0001-34, em IPERO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055759/2011-11
Interessado: J. R. COSTA SERVICOS AUXILIARES DE SAUDE ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J. R. COSTA SERVICOS AUXILIARES DE SAUDE ME, CNPJ nº 00.821.555/0001-02, em VALE DO ANARI /RO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.057316/2011-65
Interessado: FARMACIA MARAVILHA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA MARAVILHA LTDA ME, CNPJ nº 77.904.753/0001-56, em MARAVILHA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055095/2011-91
Interessado: DROGARIA PIRITUBA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PIRITUBA LTDA ME, CNPJ nº 50.287.978/0001-54, em SAO PAULO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.059226/2011-17
Interessado: FABIO JOSE PEREIRA MARTINS
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FABIO JOSE PEREIRA MARTINS, CNPJ nº 06.958.069/0001-09, em TAPEROA /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053079/2011-63
Interessado: S. KUROSAWA & FILHAS LTDA. - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa S. KUROSAWA & FILHAS LTDA. - EPP, CNPJ nº 12.870.379/0001-70, em IACRI /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.057403/2011-12
Interessado: NUNES & NUNES FARMACIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NUNES & NUNES FARMACIA LTDA ME, CNPJ nº 11.922.179/0001-50, em FLORIANOPOLIS /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055751/2011-55
Interessado: IUDENES APARECIDA DA LUZ - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa IUDENES APARECIDA DA LUZ - ME, CNPJ nº 12.007.104/0001-07, em TAQUARITINGA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.057323/2011-67
Interessado: DROGARIA PONTOFARMA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PONTOFARMA LTDA ME, CNPJ nº 04.099.171/0001-70, em BALNEARIO CAMBORIU /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.058877/2011-81
Interessado: ISRAEL ROSA- EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ISRAEL ROSA- EPP, CNPJ nº 72.866.262/0001-44, em ITAPIRA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.044928/2011-98
Interessado: COMERCIAL CARIRIENSE DE MEDICAMENTOS LIMITADA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIAL CARIRIENSE DE MEDICAMENTOS LIMITADA, CNPJ nº 07.791.957/0001-42, em JUAZEIRO DO NORTE /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.057070/2011-21
Interessado: SARDINHA E SARDINHA - COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA. ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SARDINHA E SARDINHA - COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA. ME, CNPJ nº 04.637.077/0001-28, em MOJI MIRIM /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo nº 25000.059009/2011-19
Interessado: ROSSIN FARMA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ROSSIN FARMA LTDA, CNPJ nº 03.410.653/0001-37, em OSASCO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.059251/2011-92
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA DO-FARMA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA DO-FARMA LTDA ME, CNPJ nº 06.222.831/0001-94, em SAO PAULO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.059242/2011-00
Interessado: FARMA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS LTDA, CNPJ nº 03.193.037/0001-71, em GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.059314/2011-19
Interessado: MICHELLE DE PADUA SILVA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MICHELLE DE PADUA SILVA, CNPJ nº 13.025.012/0001-12, em NEROPOLIS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053599/2011-76
Interessado: M. ABRANTES, VALLE & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M. ABRANTES, VALLE & CIA LTDA ME, CNPJ nº 04.617.590/0001-57, em QUERENCIA DO NORTE /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053901/2011-96
Interessado: CESAR TOSCHI DE OLIVEIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CESAR TOSCHI DE OLIVEIRA - ME, CNPJ nº 11.564.355/0001-20, em DRACENA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055103/2011-07
Interessado: DROGARIA TAPURU LTDA-EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA TAPURU LTDA-EPP, CNPJ nº 06.188.398/0001-18, em CAMPINAS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055787/2011-39
Interessado: SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE BOTUVERA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE BOTUVERA, CNPJ nº 82.991.332/0001-40, em BOTUVERA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.058856/2011-66
Interessado: DROGARIA CAPARAO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CAPARAO LTDA, CNPJ nº 11.310.748/0001-07, em CAPARAO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055113/2011-34
Interessado: DROGARIA OZANAN LIMITADA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA OZANAN LIMITADA, CNPJ nº 12.670.355/0001-77, em PASSOS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.059257/2011-60
Interessado: MONALISA BEZERRA DE FRANCA DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MONALISA BEZERRA DE FRANCA DROGARIA - ME, CNPJ nº 09.484.010/0001-14, em SAO PAULO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055756/2011-88
Interessado: CARLOS PEREIRA NETO - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CARLOS PEREIRA NETO - EPP, CNPJ nº 24.673.972/0001-05, em NOVA MUTUM /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.059150/2011-11
Interessado: MARCELO AGRELI & CIA LTDA. ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARCELO AGRELI & CIA LTDA. ME, CNPJ nº 04.078.736/0001-33, em SAO JOSE DO RIO PRETO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053072/2011-41
Interessado: DROGA TREVO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGA TREVO LTDA, CNPJ nº 46.736.419/0001-07, em CAMPINAS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055877/2011-20
Interessado: DROGARIA REAL FARMA DE OSASCO LTDA. ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA REAL FARMA DE OSASCO LTDA. ME, CNPJ nº 02.852.571/0001-80, em OSASCO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055449/2011-05
Interessado: DROGARIA SANTA RITA DE CANDIDO MOTA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SANTA RITA DE CANDIDO MOTA LTDA ME, CNPJ nº 00.002.903/0001-01, em CANDIDO MOTA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.045279/2011-42
Interessado: SIDNEI COSTA-FARMACIA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SIDNEI COSTA-FARMACIA ME, CNPJ nº 03.822.225/0001-11, em BORRAZOPOLIS /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.057411/2011-69
Interessado: FARMACIA MARCELA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA MARCELA LTDA ME, CNPJ nº 78.124.955/0001-48, em CURITIBA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.053894/2011-22
Interessado: QUEIROZ BARROS PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa QUEIROZ BARROS PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA ME, CNPJ nº 02.753.556/0001-84, em MINACU /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.059115/2011-01
Interessado: LIMA MEDICAMENTOS LTDA - ME.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LIMA MEDICAMENTOS LTDA - ME., CNPJ nº 06.674.838/0001-47, em IPORA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.045273/2011-75
Interessado: ARANTES E FERNANDES LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

empresa ARANTES E FERNANDES LTDA - ME, CNPJ nº 09.666.985/0001-63, em INDIARA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.055088/2011-99
Interessado: NORTEFARMA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NORTEFARMA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, CNPJ nº 84.508.076/0001-12, em MANAUS /AM na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação, inclusive quanto as suas filiais a seguir discriminadas:

84.508.076/0003-84 MANAUS AM
84.508.076/0004-65 MANAUS AM
84.508.076/0006-27 MANAUS AM
84.508.076/0008-99 MANAUS AM

Ref.: Processo nº 25000.045102/2011-46
Interessado: CARDOSO, SANTOS LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CARDOSO,SANTOS LTDA EPP, CNPJ nº 06.311.012/0001-13, em OTACILIO COSTA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação, inclusive quanto as suas filiais a seguir discriminadas:

06.311.012/0002-02 OTACILIO COSTA SC
06.311.012/0003-85 OTACILIO COSTA SC

Ref.: Processo nº 25000.088619/2006-62
Interessado: CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação das filiais discriminadas abaixo da empresa CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS, CNPJ nº 84.683.481/0001-77, em JOINVILLE /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

84.683.481/0004-10 PALHOCA SC
84.683.481/0069-65 CRICIUMA SC
84.683.481/0074-22 JOINVILLE SC
84.683.481/0076-94 SAO JOSE SC
84.683.481/0104-82 FLORIANOPOLIS SC
84.683.481/0125-07 JOINVILLE SC
84.683.481/0133-17 JOINVILLE SC
84.683.481/0140-46 JOINVILLE SC
84.683.481/0143-99 JOINVILLE SC
84.683.481/0146-31 POMERODE SC
84.683.481/0147-12 JOINVILLE SC
84.683.481/0168-47 CAXIAS DO SUL RS
84.683.481/0188-90 CURITIBA PR
84.683.481/0191-96 CURITIBA PR
84.683.481/0197-81 CURITIBA PR
84.683.481/0201-00 CURITIBA PR
84.683.481/0203-64 JOINVILLE SC
84.683.481/0213-36 FRAIBURGO SC
84.683.481/0215-06 ITUPORANGA SC

Ref.: Processo nº 25000.060044/2011-81
Interessado: LEILA MARIA CAETANO DE ALMEIDA ADORNO
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LEILA MARIA CAETANO DE ALMEIDA ADORNO, CNPJ nº 00.184.469/0001-28, em MOSSAMEDES /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062934/2011-27
Interessado: FARMACIA SANTA MARTA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SANTA MARTA LTDA, CNPJ nº 07.494.984/0001-53, em PORTEIRAS /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062499/2011-31
Interessado: RANGEL & RANGEL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RANGEL & RANGEL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 04.687.015/0001-20, em FORTALEZA /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.065212/2011-24
Interessado: ALINE BONATTO & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ALINE BONATTO & CIA LTDA, CNPJ nº 08.760.809/0001-23, em COQUEIROS DO SUL /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068244/2011-81
Interessado: COMERCIAL HAGEB DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIAL HAGEB DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ nº 26.710.855/0001-08, em PIRACANJUBA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062102/2011-19
Interessado: MORGANA ROSSINI BRESSAN
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MORGANA ROSSINI BRESSAN, CNPJ nº 10.832.454/0001-82, em CONSTANTINA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066425/2011-73
Interessado: M J LIMA DE SOUZA & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M J LIMA DE SOUZA & CIA LTDA, CNPJ nº 34.442.525/0001-07, em BRUMADO /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066294/2011-24
Interessado: DROGARIA SAO MIGUEL LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SAO MIGUEL LTDA-ME, CNPJ nº 61.349.700/0001-80, em SAO PAULO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067977/2011-07
Interessado: SUELI DE SOUZA LAVORINI - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SUELI DE SOUZA LAVORINI - ME, CNPJ nº 09.659.258/0001-79, em MONTE ALTO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066960/2011-24
Interessado: CHARLEISSON TIAGO JESUINO ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CHARLEISSON TIAGO JESUINO ME, CNPJ nº 10.280.479/0001-10, em ITAJAI /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062341/2011-61
Interessado: L C W FARMCIA E DROGARIA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa L C W FARMCIA E DROGARIA LTDA - EPP, CNPJ nº 05.021.010/0001-27, em PENHA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066244/2011-47
Interessado: JOAO BATISTA SOUSA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOAO BATISTA SOUSA, CNPJ nº 13.758.487/0001-18, em TEOLANDIA /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062709/2011-91
Interessado: SAGRADO CORACAO DE JESUS DROGARIA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SAGRADO CORACAO DE JESUS DROGARIA LTDA - EPP, CNPJ nº 81.201.113/0001-57, em CURITIBA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066213/2011-96
Interessado: UNIAO MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa UNIAO MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 12.904.890/0001-45, em SANTA FE DE GOIAS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062713/2011-59
Interessado: DROGARIA MORRO ESTEVAO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MORRO ESTEVAO LTDA ME, CNPJ nº 09.658.712/0001-77, em CRICIUMA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061580/2011-01
Interessado: ESPINHOSA & TALHETI LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

empresa ESPINHOSA & TALHETI LTDA ME, CNPJ nº 59.636.761/0001-87, em SAO JOSE DO RIO PRETO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062095/2011-47
Interessado: M.PIRES & FERREIRA LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M.PIRES & FERREIRA LTDA-ME, CNPJ nº 00.651.020/0001-22, em TERESINA /PI na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.060709/2011-56
Interessado: FARMACIA E LABORATORIO HARMONIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA E LABORATORIO HARMONIA LTDA ME, CNPJ nº 21.873.534/0001-00, em PATROCINIO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061567/2011-44
Interessado: CORREA, PARREIRA & CIA LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CORREA, PARREIRA & CIA LTDA-ME, CNPJ nº 68.520.626/0001-62, em CATAGUASES /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.065595/2011-31
Interessado: EVANDRO TOLDO DROGARIA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EVANDRO TOLDO DROGARIA ME, CNPJ nº 71.778.781/0001-98, em JUNDIAI /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.063201/2011-18
Interessado: MARCIA ANDREA FRANCA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARCIA ANDREA FRANCA - ME, CNPJ nº 10.513.739/0001-50, em SANTA FE DO SUL /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.109238/2011-91
Interessado: FARMACIA E DROGARIA VERTICE LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA E DROGARIA VERTICE LTDA ME, CNPJ nº 39.320.759/0001-97, em SERRA /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061989/2011-10
Interessado: ROSANIA RODRIGUES SANTANA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ROSANIA RODRIGUES SANTANA ME, CNPJ nº 00.435.634/0001-77, em TABIRA /PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.060681/2011-57
Interessado: ELIANA WINGERT MUTZENBERG
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ELIANA WINGERT MUTZENBERG, CNPJ nº 01.342.355/0001-21, em LINHA NOVA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067572/2011-61
Interessado: MARIA DE FATIMA DA SILVA ALEXANDRE
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARIA DE FATIMA DA SILVA ALEXANDRE, CNPJ nº 11.742.043/0001-69, em SENADOR CANEDO /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.065376/2011-51
Interessado: PEDRO DIAS FURTADO - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PEDRO DIAS FURTADO - EPP, CNPJ nº 04.155.451/0001-59, em OUROESTE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067318/2011-62
Interessado: DROGARIA L&R LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA L&R LTDA, CNPJ nº 04.302.925/0001-48, em TURVANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062013/2011-64
Interessado: TOMITAN & BOSSA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TOMITAN & BOSSA LTDA ME, CNPJ nº 10.741.043/0001-81, em COLIDER /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062322/2011-34
Interessado: FARMACIA DA HORA LTDA "ME"
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DA HORA LTDA "ME", CNPJ nº 08.721.930/0001-46, em PRESIDENTE PRUDENTE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.060227/2011-04
Interessado: M. A. DE SOUSA CAVALCANTE - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M. A. DE SOUSA CAVALCANTE - ME, CNPJ nº 02.334.204/0001-94, em MOSSORO /RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061727/2011-55
Interessado: DROGARIA SILVA E PIMENTA LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SILVA E PIMENTA LTDA-ME, CNPJ nº 06.074.284/0001-47, em BOCAIUVA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.065612/2011-30
Interessado: J H MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J H MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 07.723.807/0001-00, em IPORA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061811/2011-79
Interessado: MARINA DAVID DA SILVA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARINA DAVID DA SILVA - ME, CNPJ nº 10.546.014/0001-69, em IGUAPE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.060703/2011-89
Interessado: FARMACIA ANSELMO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA ANSELMO LTDA ME, CNPJ nº 04.661.932/0001-36, em TUBARAO /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061389/2011-51
Interessado: ELAINE C. R. COSTA DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ELAINE C. R. COSTA DROGARIA - ME, CNPJ nº 12.138.549/0001-26, em PALMITAL /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061423/2011-98
Interessado: DROGARIA NOSSA SENHORA APARECIDA ITATINGA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NOSSA SENHORA APARECIDA ITATINGA LTDA - EPP, CNPJ nº 57.246.936/0001-14, em ITATINGA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068012/2011-23
Interessado: PEGORARO & SOARES LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PEGORARO & SOARES LTDA, CNPJ nº 03.216.668/0001-69, em TERRA RICA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo nº 25000.064861/2011-16
Interessado: MARCELA F.C. DA SILVA & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARCELA F.C. DA SILVA & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 06.163.723/0001-98, em ASTORGA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062173/2011-11
Interessado: HERMANN, RIBAS & CIA LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa HERMANN, RIBAS & CIA LTDA EPP, CNPJ nº 01.710.535/0001-19, em SANTA BARBARA DO SUL /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061517/2011-67
Interessado: DANIELA CARPINSKI CORREA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DANIELA CARPINSKI CORREA, CNPJ nº 10.379.911/0001-25, em JUIZ DE FORA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.064154/2011-11
Interessado: DROGARIA EMPORIO DA SAUDE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA EMPORIO DA SAUDE LTDA - ME, CNPJ nº 10.580.156/0001-42, em JALES /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068008/2011-65
Interessado: DROGARIA DENAFARMA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DENAFARMA LTDA ME, CNPJ nº 96.351.424/0001-70, em JAU /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.063012/2011-37
Interessado: FARMACIA URUBICI LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA URUBICI LTDA ME, CNPJ nº 07.867.051/0001-64, em URUBICI /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061437/2011-10
Interessado: XAVIER COMERCIAL DE MEDICAMENTOS COMEX LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa XAVIER COMERCIAL DE MEDICAMENTOS COMEX LTDA, CNPJ nº 05.330.931/0001-71, em JUAZEIRO DO NORTE /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067038/2011-54
Interessado: GORETI CERCENA ZAMBONIN ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GORETI CERCENA ZAMBONIN ME, CNPJ nº 05.300.367/0001-44, em ANITA GARIBALDI /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066209/2011-28
Interessado: DERMAVALE FARMACIA E MANIPULACAO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DERMAVALE FARMACIA E MANIPULACAO LTDA ME, CNPJ nº 05.665.073/0001-16, em GASPAR /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062183/2011-49
Interessado: MARLENE GONCALVES PACHECO E OLIVEIRA PEIXOTO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARLENE GONCALVES PACHECO E OLIVEIRA PEIXOTO - ME, CNPJ nº 51.487.288/0001-01, em SAO FRANCISCO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061740/2011-12
Interessado: KOCK E AUGUSTO LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa KOCK E AUGUSTO LTDA., CNPJ nº 05.954.468/0001-39, em SAO JOSE DOS PINHAIS /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061961/2011-82
Interessado: G A COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIAS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa G A COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIAS LTDA, CNPJ nº 08.604.075/0001-93, em SARANDI /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.065342/2011-67
Interessado: MARINA APARECIDA VINHAS ANDRADE
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARINA APARECIDA VINHAS ANDRADE, CNPJ nº 12.232.188/0001-82, em TRES PONTAS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068376/2011-11
Interessado: REISPHARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa REISPHARMA FARMACIA E DROGARIA LTDA, CNPJ nº 10.817.290/0001-14, em BRACO DO NORTE /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068191/2011-07
Interessado: ANA EDNEIDE DE LIRA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANA EDNEIDE DE LIRA ME, CNPJ nº 09.612.119/0001-90, em LAGOA NOVA /RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067560/2011-36
Interessado: L PASCHOAL CARLOS
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa L PASCHOAL CARLOS, CNPJ nº 08.306.048/0001-34, em SAO JOSE DO RIO CLARO /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.060012/2011-85
Interessado: GUALBIO MENDES BARRETO ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GUALBIO MENDES BARRETO ME, CNPJ nº 01.609.038/0001-29, em CAJAZEIRAS /PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066451/2011-00
Interessado: FARMACIA SAO PEDRO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SAO PEDRO LTDA, CNPJ nº 89.898.282/0001-08, em FLORES DA CUNHA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066134/2011-85
Interessado: FARMACIA HERMON SANTA EFIGENIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA HERMON SANTA EFIGENIA LTDA, CNPJ nº 05.933.257/0001-10, em GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061486/2011-44
Interessado: FARMACIA ADEFARMA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA ADEFARMA LTDA, CNPJ nº 05.377.274/0001-18, em CURITIBA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068189/2011-20
Interessado: JESUALDO ALVES GONDIM ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JESUALDO ALVES GONDIM ME, CNPJ nº 12.219.739/0001-78, em JATI /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo nº 25000.067541/2011-18
Interessado: ROSALINA RODRIGUES DOS SANTOS
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ROSALINA RODRIGUES DOS SANTOS, CNPJ nº 79.156.253/0001-09, em QUERENCIA DO NORTE /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062966/2011-22
Interessado: RENATA DE CARLI
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RENATA DE CARLI, CNPJ nº 06.698.404/0001-87, em LIBERATO SALZANO /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061576/2011-35
Interessado: EXPEDITA FRANCISCA BEZERRA NOGUEIRA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EXPEDITA FRANCISCA BEZERRA NOGUEIRA ME, CNPJ nº 09.581.885/0001-34, em FRONTEIRAS /PI na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.064868/2011-20
Interessado: DROGARIA BORGES E SANTOS LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA BORGES E SANTOS LTDA - EPP, CNPJ nº 12.643.129/0001-05, em SOROCABA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.089388/2011-71
Interessado: CENTRAL COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CENTRAL COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 00.464.614/0001-24, em FORMOSA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.060706/2011-12
Interessado: MARCOS DOMINGOS CORREA - DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARCOS DOMINGOS CORREA - DROGARIA - ME, CNPJ nº 06.915.195/0001-86, em ITAI /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.060677/2011-99
Interessado: W A PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa W A PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ nº 06.255.291/0001-45, em CALDAS NOVAS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068083/2011-26
Interessado: FARMACIA & DROGARIA CAMPO DA AVIACAO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA & DROGARIA CAMPO DA AVIACAO LTDA - ME, CNPJ nº 06.165.001/0001-72, em IMBITUBA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062218/2011-40
Interessado: ADRIANA DE ALMEIDA LIPORONI TOFFANO FRANCA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ADRIANA DE ALMEIDA LIPORONI TOFFANO FRANCA ME, CNPJ nº 69.208.361/0001-24, em FRANCA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061401/2011-28
Interessado: IBAFARMA DROGARIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa IBAFARMA DROGARIA LTDA ME, CNPJ nº 10.716.671/0001-07, em IBATE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.063359/2011-80
Interessado: ANTONIO OLIVEIRA SILVA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANTONIO OLIVEIRA SILVA, CNPJ nº 13.918.776/0001-37, em CAPIM GROSSO /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066466/2011-60
Interessado: FARMACIA DROGACENTER LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DROGACENTER LTDA, CNPJ nº 08.561.821/0001-09, em PATOS /PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062099/2011-25
Interessado: DROGARIA PADRE VITOR DE MOEDA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PADRE VITOR DE MOEDA LTDA, CNPJ nº 05.513.193/0001-06, em MOEDA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062878/2011-21
Interessado: FARMACIA MEDICINAL DE URUACU LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA MEDICINAL DE URUACU LTDA, CNPJ nº 37.404.639/0001-42, em URUACU /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.063342/2011-22
Interessado: PORTODROGAS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PORTODROGAS LTDA, CNPJ nº 71.054.399/0001-31, em ASTOLFO DUTRA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061248/2011-39
Interessado: FARMACIA DO POVO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DO POVO LTDA, CNPJ nº 11.202.656/0001-03, em SAO GONCALO DO PARA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067961/2011-96
Interessado: I M MENDES SAVOLDI & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa I M MENDES SAVOLDI & CIA LTDA ME, CNPJ nº 72.089.196/0001-43, em MANDAGUACU /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068115/2011-93
Interessado: MARIA FERNANDA DA SILVA LEUTWILER - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARIA FERNANDA DA SILVA LEUTWILER - ME, CNPJ nº 08.608.787/0001-80, em AREALVA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062999/2011-72
Interessado: DROGARIA PASQUALI ALBERTI LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PASQUALI ALBERTI LTDA, CNPJ nº 09.118.591/0001-70, em GAURAMA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062134/2011-14
Interessado: RITA DE CASSIA MATIAS
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RITA DE CASSIA MATIAS, CNPJ nº 07.711.847/0001-23, em OURO FINO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066100/2011-91
Interessado: A. A. DROGARIA E PERFUMARIA LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A. A. DROGARIA E PERFUMARIA LTDA. - ME, CNPJ nº 10.889.922/0001-55, em ARARAS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo nº 25000.067812/2011-27
Interessado: SILVANA MARIA BRANDAO EID - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SILVANA MARIA BRANDAO EID - EPP, CNPJ nº 55.909.485/0001-22, em PARAISO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061919/2011-61
Interessado: IN NATURA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa IN NATURA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA, CNPJ nº 06.103.320/0001-53, em GOIANESIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068407/2011-26
Interessado: FURMAN & SANCHES LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FURMAN & SANCHES LTDA., CNPJ nº 11.169.092/0001-54, em QUEDAS DO IGUACU /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067547/2011-87
Interessado: FCC DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FCC DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 11.308.092/0001-98, em BARRA MANSA /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.112465/2011-02
Interessado: DROGARIA LUZSANCHES LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA LUZSANCHES LTDA ME, CNPJ nº 11.030.346/0001-59, em SIMONESIA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062698/2011-49
Interessado: DROGARIA AVELHA & DIAS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA AVELHA & DIAS LTDA - ME, CNPJ nº 12.493.181/0001-14, em ALTO ALEGRE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.060066/2011-41
Interessado: DROGARIA FLAQUER LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA FLAQUER LTDA, CNPJ nº 48.866.289/0001-52, em SANTO ANDRE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068126/2011-73
Interessado: DROGARIA SANTO ANTONIO DE ITAPOLIS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SANTO ANTONIO DE ITAPOLIS LTDA ME, CNPJ nº 00.733.427/0001-07, em ITAPOLIS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066285/2011-33
Interessado: DROGARIA VISAO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA VISAO LTDA, CNPJ nº 02.430.305/0001-69, em ORIZONA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061363/2011-11
Interessado: SOUZA LEAO DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SOUZA LEAO DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 09.453.409/0001-38, em AREALVA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066428/2011-15
Interessado: MARILU CORREA BERNARDO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARILU CORREA BERNARDO - ME, CNPJ nº 06.311.071/0001-91, em JOINVILLE /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062283/2011-75
Interessado: JLM MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JLM MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 09.246.186/0001-38, em FIRMINOPOLIS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068215/2011-10
Interessado: DARLY MORAES FISCHER - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DARLY MORAES FISCHER - ME, CNPJ nº 03.134.321/0001-77, em ARARAS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.064208/2011-49
Interessado: DROGARIA VIVA BEM LTDA- ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA VIVA BEM LTDA- ME, CNPJ nº 12.997.554/0001-94, em BAIXO GUANDU /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067553/2011-34
Interessado: DROGARIA MAGALHAES ARAUJO LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MAGALHAES ARAUJO LTDA., CNPJ nº 00.571.664/0001-00, em SANTA BARBARA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068004/2011-87
Interessado: GUERECZ E LEMES LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GUERECZ E LEMES LTDA, CNPJ nº 12.411.917/0001-68, em PONTA GROSSA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061861/2011-56
Interessado: DROGARIA CELTER LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CELTER LTDA, CNPJ nº 05.736.248/0001-39, em BELA VISTA DE GOIAS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062471/2011-01
Interessado: FREITAG & GOMES LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FREITAG & GOMES LTDA ME, CNPJ nº 77.103.349/0001-83, em VERA CRUZ DO OESTE /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062262/2011-50
Interessado: COMERCIO DE MEDICAMENTOS FEYH LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIO DE MEDICAMENTOS FEYH LTDA-ME, CNPJ nº 04.191.307/0001-78, em AUGUSTO PESTANA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068263/2011-16
Interessado: ODAIR LAMOGLIA & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ODAIR LAMOGLIA & CIA LTDA ME, CNPJ nº 75.803.882/0001-22, em CAMPO LARGO /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061736/2011-46
Interessado: FARMACIA ALDA DE PIABETA LTDA.-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA ALDA DE PIABETA LTDA.-ME, CNPJ nº 30.079.164/0001-17, em MAGE /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo nº 25000.068229/2011-33
Interessado: TELMA BIAGIO DROGARIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TELMA BIAGIO DROGARIA LTDA ME, CNPJ nº 58.438.136/0001-68, em AMERICANA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067995/2011-81
Interessado: DROGARIA VERSALHES LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA VERSALHES LTDA-ME, CNPJ nº 55.130.181/0001-62, em ARARAS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.065675/2011-96
Interessado: C.G.P. FARMACIA LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa C.G.P. FARMACIA LTDA-ME, CNPJ nº 12.090.570/0001-07, em CORONEL FREITAS /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.064816/2011-53
Interessado: DROGARIA LAFARMA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA LAFARMA LTDA ME, CNPJ nº 37.824.885/0001-53, em SAO SIMAO /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067285/2011-51
Interessado: PRESTARFARMA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PRESTARFARMA LTDA ME, CNPJ nº 12.056.737/0001-05, em GOIOERE /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068153/2011-46
Interessado: PINATO & NORO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PINATO & NORO LTDA ME, CNPJ nº 09.348.810/0001-08, em FLORIANOPOLIS /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061934/2011-18
Interessado: BERENICE FERREIRA DA SILVA VASCONCELOS ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BERENICE FERREIRA DA SILVA VASCONCELOS ME, CNPJ nº 02.412.004/0001-02, em MUZAMBINHO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.065167/2011-16
Interessado: JANETE FRANZ BEZERRA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JANETE FRANZ BEZERRA, CNPJ nº 94.870.490/0001-20, em CANGUCU /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.059946/2011-74
Interessado: CAEIRA E CAEIRA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CAEIRA E CAEIRA LTDA, CNPJ nº 11.517.880/0001-94, em MOREIRA SALES /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.065924/2011-43
Interessado: DROGARIA FAR LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA FAR LTDA, CNPJ nº 01.709.590/0001-99, em RIO DE JANEIRO /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066181/2011-29
Interessado: BENEVENUTO & GARCIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BENEVENUTO & GARCIA LTDA ME, CNPJ nº 04.199.298/0001-61, em CASSILANDIA /MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.063275/2011-46
Interessado: DROGARIA MAROTTO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MAROTTO LTDA ME, CNPJ nº 09.067.699/0001-81, em MARILANDIA /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061720/2011-33
Interessado: DROGARIA BRAGA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA BRAGA LTDA, CNPJ nº 07.211.660/0001-60, em SAO MIGUEL DO PASSA QUATRO /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.064852/2011-17
Interessado: FARMACIA ELITE DE SAO JOAO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA ELITE DE SAO JOAO LTDA ME, CNPJ nº 00.346.466/0001-43, em SAO JOAO DE MERITI /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062358/2011-18
Interessado: J V DE OLIVEIRA & FERNANDES LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J V DE OLIVEIRA & FERNANDES LTDA - ME, CNPJ nº 09.288.543/0001-20, em CAFELANDIA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066124/2011-40
Interessado: OLIVEIRA & BALTAZAR LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa OLIVEIRA & BALTAZAR LTDA, CNPJ nº 22.881.007/0001-00, em VILHENA /RO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.063353/2011-11
Interessado: DROGARIA DUARTE & DUARTE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DUARTE & DUARTE LTDA - ME, CNPJ nº 09.602.294/0001-04, em NOVO CRUZEIRO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067984/2011-09
Interessado: DROGA LIDER LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGA LIDER LTDA - ME, CNPJ nº 11.456.997/0001-05, em DIVINOPOLIS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066112/2011-15
Interessado: FARMACIA FARMANORTE LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA FARMANORTE LTDA., CNPJ nº 81.833.543/0001-91, em CIANORTE /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062593/2011-90
Interessado: DROGARIA PORTO SEGURO LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PORTO SEGURO LTDA-ME, CNPJ nº 25.003.849/0001-40, em FORMOSA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066342/2011-84
Interessado: NILTON KAZUHIKO OFUSA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NILTON KAZUHIKO OFUSA ME, CNPJ nº 10.564.323/0001-61, em SUZANO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo nº 25000.061058/2011-11
Interessado: DROGARIA SEMPRE MAIS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SEMPRE MAIS LTDA ME, CNPJ nº 10.247.191/0001-44, em SINOP /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068273/2011-43
Interessado: GRACEFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GRACEFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 06.995.819/0001-12, em JOAO PESSOA /PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066353/2011-64
Interessado: DROGARIA MINAS BAHIA DE ARAGUARI LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MINAS BAHIA DE ARAGUARI LTDA ME, CNPJ nº 21.970.611/0001-32, em ARAGUARI /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062984/2011-12
Interessado: AILA MARTINS VIANA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa AILA MARTINS VIANA - ME, CNPJ nº 01.503.610/0001-70, em AMPARO DO SERRA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066165/2011-36
Interessado: DROGARIA PARANA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PARANA LTDA - ME, CNPJ nº 04.678.435/0001-40, em CAMPO GRANDE /MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.064239/2011-08
Interessado: DROGARIA PARK TRINDADE LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PARK TRINDADE LTDA, CNPJ nº 04.773.635/0001-82, em APARECIDA DE GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.060700/2011-45
Interessado: FRONDANA E SOUZA DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FRONDANA E SOUZA DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 12.267.947/0001-42, em SAO JOSE DOS CAMPOS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066493/2011-32
Interessado: DUARTE E FERNANDES LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DUARTE E FERNANDES LTDA ME, CNPJ nº 04.884.997/0001-40, em CATALAO /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068001/2011-43
Interessado: N S COMERCIO E SERVICOS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa N S COMERCIO E SERVICOS LTDA ME, CNPJ nº 08.057.766/0001-14, em MOSSORO /RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.060028/2011-98
Interessado: A. E. SCHWAB & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A. E. SCHWAB & CIA LTDA, CNPJ nº 09.444.794/0001-57, em SANTA CARMEM /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062141/2011-16
Interessado: DROGARIA SERAFIM & MELO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SERAFIM & MELO LTDA, CNPJ nº 19.053.529/0001-00, em CAMBUI /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067576/2011-49
Interessado: FARMACIA RIGON LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA RIGON LTDA, CNPJ nº 04.410.803/0001-75, em FREDERICO WESTPHALEN /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.064924/2011-26
Interessado: VENTURA LEITE E GONCALVES LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VENTURA LEITE E GONCALVES LTDA, CNPJ nº 03.039.962/0001-42, em GOIANESIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061239/2011-48
Interessado: BENEDITO ALEXANDRE DE OLIVEIRA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BENEDITO ALEXANDRE DE OLIVEIRA-ME, CNPJ nº 53.535.118/0001-80, em PINHALZINHO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.063239/2011-82
Interessado: C S SANTOS BESSA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa C S SANTOS BESSA, CNPJ nº 10.978.816/0001-48, em JARAGUA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061823/2011-01
Interessado: FARMACIA KASAI LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA KASAI LTDA, CNPJ nº 00.996.549/0001-88, em LONDRINA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062298/2011-33
Interessado: MAZARIN & GRACINO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MAZARIN & GRACINO LTDA ME, CNPJ nº 84.995.323/0001-52, em MARINGA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067494/2011-02
Interessado: JAIRO BETINE DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JAIRO BETINE DROGARIA - ME, CNPJ nº 09.291.793/0001-10, em REGENTE FEIJO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066247/2011-81
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA VIVER LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA VIVER LTDA, CNPJ nº 11.362.596/0001-96, em BELO HORIZONTE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062444/2011-21
Interessado: NIVIANE LUIZ E CAROLINA LUIZ LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NIVIANE LUIZ E CAROLINA LUIZ LTDA, CNPJ nº 10.141.932/0001-08, em CATALAO /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.064833/2011-91
Interessado: DENIS BAGATOLLI & CIA LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DENIS BAGATOLLI & CIA LTDA-ME, CNPJ nº 07.320.564/0001-50, em ERECHIM /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo nº 25000.062490/2011-20
Interessado: RAMOS PACHECO NANDI & NANDI LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RAMOS PACHECO NANDI & NANDI LTDA., CNPJ nº 11.418.707/0001-39, em JAGUARUNA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062250/2011-25
Interessado: DROGARIA CLARA LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CLARA LTDA-ME, CNPJ nº 12.970.834/0001-09, em JAIBA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062975/2011-13
Interessado: FARMACIA GISEANE LTDA. ME.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA GISEANE LTDA. ME., CNPJ nº 02.858.038/0001-25, em DUQUE DE CAXIAS /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061496/2011-80
Interessado: DROGARIA E FARMACIA DIOM LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E FARMACIA DIOM LTDA ME, CNPJ nº 01.793.320/0001-09, em LONTRAS /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067514/2011-37
Interessado: RONALDO B SIMOES ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RONALDO B SIMOES ME, CNPJ nº 00.868.902/0001-44, em JOAO ALFREDO /PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066085/2011-81
Interessado: DROGARIA UNIAO DE CAMPINAS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação56 da empresa DROGARIA UNIAO DE CAMPINAS LTDA ME, CNPJ nº 46.451.316/0001-09, em CAMPINAS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066361/2011-19
Interessado: FARMACIA MODERNA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA MODERNA LTDA, CNPJ nº 05.562.705/0001-16, em CAMPO NOVO DO PARECIS /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062465/2011-46
Interessado: FARMACIA FARMACIT LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA FARMACIT LTDA ME, CNPJ nº 09.480.236/0001-47, em BLUMENAU /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066061/2011-21
Interessado: DROGARIA RAUPP LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA RAUPP LTDA, CNPJ nº 92.308.295/0001-86, em CACHOEIRINHA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068106/2011-01
Interessado: L M CARVALHO & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa L M CARVALHO & CIA LTDA, CNPJ nº 00.006.486/0001-75, em ANICUNS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062435/2011-30
Interessado: PAULA GLASENAPP SANMARTIN
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PAULA GLASENAPP SANMARTIN, CNPJ nº 13.089.284/0001-86, em CACHOEIRA DO SUL /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066274/2011-53
Interessado: MACIEL E SALVADOR LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MACIEL E SALVADOR LTDA ME, CNPJ nº 11.753.603/0001-80, em AGUIA BRANCA /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068213/2011-21
Interessado: PINATO COMERCIAL LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PINATO COMERCIAL LTDA - ME, CNPJ nº 03.930.494/0001-00, em FLORIANOPOLIS /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061952/2011-91
Interessado: FARMAFORT COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMAFORT COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ nº 08.830.586/0001-23, em MARINGA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068070/2011-57
Interessado: RAFAEL BIGATAO LAZARI - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RAFAEL BIGATAO LAZARI - ME, CNPJ nº 08.029.945/0001-48, em PROMISSAO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067506/2011-91
Interessado: RADIR RISK EID - DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RADIR RISK EID - DROGARIA - ME, CNPJ nº 12.612.813/0001-11, em COROADOS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066184/2011-62
Interessado: BONATTO & HANTT LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BONATTO & HANTT LTDA ME, CNPJ nº 10.876.638/0001-44, em ITAPEMA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.064821/2011-66
Interessado: DROGARIA VGD LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA VGD LTDA, CNPJ nº 86.412.228/0001-04, em DORES DE GUANHAES /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061896/2011-95
Interessado: DROGA DAMEILA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGA DAMEILA LTDA ME, CNPJ nº 02.332.678/0001-05, em EMBU /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066335/2011-82
Interessado: FARMACIA DE MANIPULACAO MACIEL DARIO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DE MANIPULACAO MACIEL DARIO LTDA ME, CNPJ nº 07.217.902/0001-23, em TURVO /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.064894/2011-58
Interessado: E. D. GARCIA & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa E. D. GARCIA & CIA LTDA ME, CNPJ nº 09.320.659/0001-08, em VOTORANTIM /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo nº 25000.064843/2011-26
Interessado: NUNES & VITAL LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NUNES & VITAL LTDA, CNPJ nº 11.592.733/0001-89, em TIMOTEO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067925/2011-22
Interessado: MIRNA MARIA ITTNER GIAMPICOLLO EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MIRNA MARIA ITTNER GIAMPICOLLO EPP, CNPJ nº 85.327.724/0001-05, em RIO DOS CEDROS /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067568/2011-01
Interessado: ACN DROGARIA LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ACN DROGARIA LTDA-ME, CNPJ nº 11.273.932/0001-24, em VOLTA REDONDA /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068199/2011-65
Interessado: CRISTIANE MARY DE MELO SANTOS
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CRISTIANE MARY DE MELO SANTOS, CNPJ nº 03.502.744/0001-00, em BARROSO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.065578/2011-01
Interessado: E.R.DA SILVA DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa E.R.DA SILVA DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 08.339.597/0001-05, em IARAS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061375/2011-38
Interessado: DROGARIA RUBIACEA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA RUBIACEA LTDA, CNPJ nº 09.236.359/0001-37, em RUBIACEA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061973/2011-15
Interessado: MASSETTI & FRANCO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MASSETTI & FRANCO LTDA, CNPJ nº 77.869.162/0001-95, em ALTONIA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.064809/2011-51
Interessado: ZIGLIOLI ZIGLIOLI E CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ZIGLIOLI ZIGLIOLI E CIA LTDA - ME, CNPJ nº 85.469.369/0001-09, em MEDIANEIRA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.063216/2011-78
Interessado: DROGARIA DALMASO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DALMASO LTDA ME, CNPJ nº 02.419.896/0001-73, em SAO MATEUS /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061007/2011-90
Interessado: DROGARIA IRMAOS MANSO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA IRMAOS MANSO LTDA ME, CNPJ nº 12.759.594/0001-06, em CORDISLANDIA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.063241/2011-51
Interessado: ARCEBISPO E SANTOS DRUGSTORE LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ARCEBISPO E SANTOS DRUGSTORE LTDA, CNPJ nº 12.420.020/0001-09, em RIBEIRAO DAS NEVES /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066514/2011-10
Interessado: J H CARDOSO
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J H CARDOSO, CNPJ nº 03.677.187/0001-50, em MORRINHOS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068130/2011-31
Interessado: SERT-MED DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SERT-MED DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 11.063.388/0001-96, em SERTAOZINHO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061270/2011-89
Interessado: ZIBELL & CIA. LTDA. ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ZIBELL & CIA. LTDA. ME, CNPJ nº 91.983.346/0001-02, em PANAMBI /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068110/2011-61
Interessado: MCB COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MCB COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA ME, CNPJ nº 12.916.510/0001-92, em MAFRA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067460/2011-18
Interessado: DROGARIA DO ATACADO LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DO ATACADO LTDA., CNPJ nº 03.566.388/0001-80, em MURIAE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.063258/2011-17
Interessado: FABIANA HENRIQUES BELOTO BARBOSA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FABIANA HENRIQUES BELOTO BARBOSA - ME, CNPJ nº 05.552.084/0001-90, em NOVA LONDRINA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062720/2011-51
Interessado: J. M. DE ARAUJO CONCEICAO COMERCIO - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J. M. DE ARAUJO CONCEICAO COMERCIO - EPP, CNPJ nº 11.345.877/0001-30, em ALTAMIRA /PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062109/2011-22
Interessado: FARMACIA RUBIM LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA RUBIM LTDA, CNPJ nº 28.157.675/0001-68, em SERRA /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067900/2011-29
Interessado: DROGARIA MULITERNO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MULITERNO LTDA, CNPJ nº 12.294.376/0001-35, em MULITERNO /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.065138/2011-46
Interessado: DROGARIA CENTRAL DE TERESOPOLIS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CENTRAL DE TERESOPOLIS LTDA, CNPJ nº 12.918.422/0001-20, em TERESOPOLIS /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo nº 25000.061573/2011-00
Interessado: DIVINEIA RIBEIRO DE SOUZA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DIVINEIA RIBEIRO DE SOUZA, CNPJ nº 05.153.985/0001-09, em MANGA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067341/2011-57
Interessado: FARMACIA E DROGARIA KAWAFARMA LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA E DROGARIA KAWAFARMA LTDA EPP, CNPJ nº 82.344.516/0001-18, em CAMPO MOURAO /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068347/2011-41
Interessado: FARMANOVA - FARMACIA LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMANOVA - FARMACIA LTDA EPP, CNPJ nº 00.905.282/0001-76, em TIMBO /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062209/2011-59
Interessado: DROGARIA DOIS LAJEADOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DOIS LAJEADOS LTDA, CNPJ nº 94.373.651/0001-70, em DOIS LAJEADOS /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061765/2011-16
Interessado: LEITE E MACIEL LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LEITE E MACIEL LTDA, CNPJ nº 15.243.470/0001-53, em ILHEUS /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061977/2011-95
Interessado: DROGARIA SOARES E SILVA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SOARES E SILVA LTDA, CNPJ nº 11.304.739/0001-03, em JANAUBA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068281/2011-90
Interessado: DAVID CANTERI & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DAVID CANTERI & CIA LTDA ME, CNPJ nº 02.773.475/0001-46, em AGUDOS DO SUL /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061866/2011-89
Interessado: CLAUDIA REGINA GOBBO-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CLAUDIA REGINA GOBBO-ME, CNPJ nº 66.810.490/0001-08, em TAGUAI /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.063202/2011-54
Interessado: DROGARIA FONTES RESENDE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA FONTES RESENDE LTDA - ME, CNPJ nº 11.242.250/0001-54, em GOVERNADOR VALADARES /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062895/2011-68
Interessado: DROGARIA FARMABEM LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA FARMABEM LTDA, CNPJ nº 10.406.881/0001-07, em MINACU /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061732/2011-68
Interessado: ALVES E LIBERATO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ALVES E LIBERATO LTDA - ME, CNPJ nº 02.710.366/0001-80, em GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.062116/2011-24
Interessado: VITORIA MARIA RENIER & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VITORIA MARIA RENIER & CIA LTDA ME, CNPJ nº 07.637.335/0001-64, em VISCONDE DO RIO BRANCO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.065140/2011-15
Interessado: FARMACIA APOLO X LTDA M E
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA APOLO X LTDA M E, CNPJ nº 30.070.460/0001-57, em SAO GONCALO /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.063325/2011-95
Interessado: FARMACIA GM LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA GM LTDA ME, CNPJ nº 09.621.926/0001-79, em FORTALEZA /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068433/2011-54
Interessado: E J BUNDCHEN - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa E J BUNDCHEN - ME, CNPJ nº 01.061.105/0001-13, em PORTO DOS GAUCHOS /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067943/2011-12
Interessado: GILVAN MOREIRA DO VALE
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GILVAN MOREIRA DO VALE, CNPJ nº 12.352.234/0001-87, em CAMPO ALEGRE DE GOIAS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061415/2011-41
Interessado: LIGIA MOREIRA FERNANDES DIAS E CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LIGIA MOREIRA FERNANDES DIAS E CIA LTDA ME, CNPJ nº 10.210.023/0001-84, em SENADOR FIRMINO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.061505/2011-32
Interessado: JACOB MARCELO RAMBO & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JACOB MARCELO RAMBO & CIA LTDA, CNPJ nº 06.154.167/0001-93, em CAMPINA DAS MISSOES /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação, inclusive quanto a sua filial a seguir discriminada:

06.154.167/0002-74 CAMPINA DAS MISSOES RS

Ref.: Processo nº 25000.060236/2011-97
Interessado: D.C. FARMA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa D.C. FARMA LTDA, CNPJ nº 05.279.259/0001-37, em MOSSORO /RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação, inclusive quanto a sua filial a seguir discriminada:

05.279.259/0002-18 MOSSORO RN

Ref.: Processo nº 25000.062237/2011-76
Interessado: COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS D S LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS D S LTDA, CNPJ nº 94.492.824/0001-70, em NAO-ME-TOQUE /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação, inclusive quanto as suas filiais a seguir discriminadas:

94.492.824/0003-31 NAO-ME-TOQUE RS
94.492.824/0004-12 VICTOR GRAEFF RS

Ref.: Processo nº 25000.061316/2011-60
Interessado: A B S ARAGAO & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A B S ARAGAO & CIA LTDA, CNPJ nº 08.089.414/0001-40, em RECIFE /PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação, inclusive quanto a sua filial a seguir discriminada:

08.089.414/0003-02 MORENO PE

Ref.: Processo nº 25000.070246/2011-31
Interessado: JOSE NIVALDO DE OLIVEIRA & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSE NIVALDO DE OLIVEIRA & CIA LTDA, CNPJ nº 33.324.427/0001-02, em CRISTIANOPOLIS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069685/2011-09
Interessado: SIMONE BARBOSA MACHADO & CIA. LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SIMONE BARBOSA MACHADO & CIA. LTDA. - ME, CNPJ nº 02.648.683/0001-13, em PIRACANJUBA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069350/2011-82
Interessado: FARMACIA TARUMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA TARUMA LTDA - ME, CNPJ nº 07.813.833/0001-10, em MARAVILHA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069773/2011-01
Interessado: ESTEVES ALBINO & CIA LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ESTEVES ALBINO & CIA LTDA-ME, CNPJ nº 09.022.613/0001-02, em MALACACHETA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067276/2011-60
Interessado: RICARDO FELICIO MONTEIRO
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RICARDO FELICIO MONTEIRO, CNPJ nº 09.280.683/0001-52, em NAZARIO /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.036802/2011-40
Interessado: DROGARIA SCHIFFLER & CABRAL LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SCHIFFLER & CABRAL LTDA - ME, CNPJ nº 12.098.347/0001-06, em SAO GABRIEL DA PALHA /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067379/2011-20
Interessado: LIVIA ERDUTES SOUSA QUEIROS
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LIVIA ERDUTES SOUSA QUEIROS, CNPJ nº 04.190.794/0001-54, em SENHORA DO PORTO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069376/2011-21
Interessado: REIS ALVES DROGARIAS EPITACIO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa REIS ALVES DROGARIAS EPITACIO LTDA, CNPJ nº 12.295.094/0001-52, em PRESIDENTE EPITACIO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069805/2011-60
Interessado: C & JK FARMACIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa C & JK FARMACIA LTDA, CNPJ nº 09.337.202/0001-06, em ERECHIM /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070146/2011-12
Interessado: DROGARIA CRUZ LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CRUZ LTDA-ME, CNPJ nº 21.322.383/0001-94, em BELO HORIZONTE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067301/2011-13
Interessado: LUCIO JOAQUIM ELLER EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LUCIO JOAQUIM ELLER EPP, CNPJ nº 02.313.859/0001-86, em SANTO AMARO DA IMPERATRIZ /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069811/2011-17
Interessado: WADSON RIBEIRO GUERRA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa WADSON RIBEIRO GUERRA ME, CNPJ nº 02.306.038/0001-12, em AGUIA BRANCA /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069451/2011-53
Interessado: TREVISAN & MACHADO LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TREVISAN & MACHADO LTDA., CNPJ nº 08.951.460/0001-07, em UMUARAMA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069344/2011-25
Interessado: DIENNY CAROLYNNI DO PRADO RIBEIRO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DIENNY CAROLYNNI DO PRADO RIBEIRO - ME, CNPJ nº 12.763.829/0001-25, em INHUMAS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069325/2011-07
Interessado: HEXAFARMA DROGARIA LTDA.ME.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa HEXAFARMA DROGARIA LTDA.ME., CNPJ nº 49.381.767/0001-05, em SANTO ANDRE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070070/2011-17
Interessado: CARLOS HENRIQUE VARGAS & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CARLOS HENRIQUE VARGAS & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 09.402.614/0001-74, em VISTA GAUCHA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069381/2011-33
Interessado: DROGARIA BARROS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA BARROS LTDA, CNPJ nº 10.596.507/0001-03, em SANTOS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069630/2011-91
Interessado: FARMACIA KAMIJO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA KAMIJO LTDA, CNPJ nº 01.708.439/0001-36, em VIADUTOS /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069461/2011-99
Interessado: DROGARIA DANNER & MOABE LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DANNER & MOABE LTDA, CNPJ nº 07.364.220/0001-43, em UBERLANDIA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069472/2011-79
Interessado: XAVIER CASTRO E CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa XAVIER CASTRO E CIA LTDA - ME, CNPJ nº 12.079.134/0001-29, em SAO TIAGO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo nº 25000.067521/2011-39
Interessado: F J SAMPAIO DORGARIA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa F J SAMPAIO DORGARIA, CNPJ nº 06.132.902/0001-68, em BREJO SANTO /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070213/2011-91
Interessado: VALDECY ATAIDE DE ASSIS
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VALDECY ATAIDE DE ASSIS, CNPJ nº 02.534.549/0001-91, em SANTA MARIA DA VITORIA /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069539/2011-75
Interessado: TABORDA & SOUSA LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TABORDA & SOUSA LTDA-ME, CNPJ nº 15.291.909/0001-13, em JACUNDA /PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067853/2011-13
Interessado: EUSTAK FIGUEIREDO & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EUSTAK FIGUEIREDO & CIA LTDA, CNPJ nº 04.500.709/0001-07, em PIRENOPOLIS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069724/2011-60
Interessado: DROGARIA IDEAL PATROCINIO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA IDEAL PATROCINIO LTDA ME, CNPJ nº 17.321.993/0001-04, em PATROCINIO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069373/2011-97
Interessado: ANGELIZE BAGIO BIANCO
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANGELIZE BAGIO BIANCO, CNPJ nº 11.032.639/0001-75, em SAO LUDGERO /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069426/2011-70
Interessado: FERNANDO SARTOR & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FERNANDO SARTOR & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 10.900.881/0001-50, em NOVA SANTA ROSA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067312/2011-95
Interessado: BIGATAO & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BIGATAO & CIA LTDA ME, CNPJ nº 50.856.756/0001-05, em JOSE BONIFACIO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070296/2011-18
Interessado: J. M. DIAS MAZAIA DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J. M. DIAS MAZAIA DROGARIA - ME, CNPJ nº 10.607.293/0001-23, em ALTO ALEGRE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069668/2011-63
Interessado: DROGA LUCIA MEDICAMENTOS LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGA LUCIA MEDICAMENTOS LTDA - EPP, CNPJ nº 07.139.095/0001-78, em CASSILANDIA /MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070126/2011-33
Interessado: TASSIANA DE BRITO DUARTE ALMEIDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TASSIANA DE BRITO DUARTE ALMEIDA, CNPJ nº 11.890.344/0001-30, em JACUTINGA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067401/2011-31
Interessado: FARMACIA LOPES & FREITAS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA LOPES & FREITAS LTDA, CNPJ nº 10.687.073/0001-57, em FORTALEZA /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070055/2011-79
Interessado: ARRUDA E ASSIS LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ARRUDA E ASSIS LTDA., CNPJ nº 03.593.074/0001-77, em UBA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069436/2011-13
Interessado: FARMACIA SAO JOSE DE BERNARDINO DE CAMPOS LTDA- EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SAO JOSE DE BERNARDINO DE CAMPOS LTDA- EPP, CNPJ nº 45.324.910/0001-68, em BERNARDINO DE CAMPOS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069452/2011-06
Interessado: TATIANY COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TATIANY COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ nº 05.257.655/0001-63, em UMUARAMA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069235/2011-16
Interessado: CAMPO NOVO COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CAMPO NOVO COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA ME, CNPJ nº 93.440.279/0001-05, em PORTO ALEGRE /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069379/2011-64
Interessado: J. C. FARMACIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J. C. FARMACIA LTDA - ME, CNPJ nº 22.877.666/0001-65, em CORUMBIARA /RO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069384/2011-77
Interessado: EDILSON DA ROCHA FABRI - DROGARIA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EDILSON DA ROCHA FABRI - DROGARIA - EPP, CNPJ nº 12.564.626/0001-00, em AMERICANA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070112/2011-10
Interessado: ANTONIO ORLANDO CAVICHIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANTONIO ORLANDO CAVICHIA - ME, CNPJ nº 47.826.383/0001-15, em FERNANDO PRESTES /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067283/2011-61
Interessado: ROSENETE ANDRADE DE SOUZA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ROSENETE ANDRADE DE SOUZA EPP, CNPJ nº 07.786.805/0001-51, em ARARANGUA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070011/2011-49
Interessado: FARMACIA PRO-VIDA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA PRO-VIDA LTDA, CNPJ nº 11.702.895/0001-22, em JOAO DOURADO /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo nº 25000.070082/2011-41
Interessado: BARBOSA ALVES & PEREIRA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BARBOSA ALVES & PEREIRA LTDA ME, CNPJ nº 10.228.512/0001-63, em BELA VISTA /MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069813/2011-14
Interessado: DROGARIA JOSALEX LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA JOSALEX LTDA ME, CNPJ nº 01.707.383/0001-03, em VILA VELHA /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067500/2011-13
Interessado: MARCOS PAULO F. MURCA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARCOS PAULO F. MURCA, CNPJ nº 07.194.932/0001-61, em MONTES CLAROS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070323/2011-52
Interessado: VIVENCIA PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E COSMETICOS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VIVENCIA PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E COSMETICOS LTDA ME, CNPJ nº 12.982.620/0001-52, em INDAIATUBA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067491/2011-61
Interessado: KRUGER FARMACIA LTDA. ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa KRUGER FARMACIA LTDA. ME, CNPJ nº 05.784.886/0001-25, em HORIZONTINA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070292/2011-30
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA CURVELO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA CURVELO LTDA, CNPJ nº 04.471.670/0001-47, em CURVELO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069367/2011-30
Interessado: FARMABROTAS FARMACIA LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMABROTAS FARMACIA LTDA EPP, CNPJ nº 00.330.330/0001-45, em PIRAI DO SUL /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070140/2011-37
Interessado: GIOVANI FURINI DE SOUZA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GIOVANI FURINI DE SOUZA - ME, CNPJ nº 04.721.401/0001-91, em NOVA ODESSA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068231/2011-11
Interessado: VALDELENA TOMAZ DANIEL
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VALDELENA TOMAZ DANIEL, CNPJ nº 41.127.507/0001-98, em REMIGIO /PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070309/2011-59
Interessado: DROGARIA WALTAIR & COSTA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA WALTAIR & COSTA LTDA - ME, CNPJ nº 03.632.766/0001-87, em ELISIARIO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069328/2011-32
Interessado: ANDRETO & ANDRETO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANDRETO & ANDRETO LTDA ME, CNPJ nº 09.113.934/0001-04, em PAICANDU /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.038935/2011-51
Interessado: FARMACIA F. SALES GIFFONI LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA F. SALES GIFFONI LTDA. - ME, CNPJ nº 07.400.682/0001-79, em ACARAU /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069657/2011-83
Interessado: ANDRE LUIZ MARQUES JUNIOR - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANDRE LUIZ MARQUES JUNIOR - ME, CNPJ nº 13.332.884/0001-23, em LUCELIA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069378/2011-10
Interessado: LUIZA QUEIROZ PINTO
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LUIZA QUEIROZ PINTO, CNPJ nº 11.356.230/0001-04, em ITAPAGIPE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069632/2011-80
Interessado: FRANCIS MARIA ZANELATO
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FRANCIS MARIA ZANELATO, CNPJ nº 04.945.668/0001-62, em AGUDO /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069838/2011-18
Interessado: DROGA CENTER DE TERESOPOLIS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGA CENTER DE TERESOPOLIS LTDA ME, CNPJ nº 36.463.347/0001-18, em TERESOPOLIS /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069814/2011-51
Interessado: GATTI, URQUIZA E CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GATTI, URQUIZA E CIA LTDA, CNPJ nº 11.507.139/0001-42, em NOVA FATIMA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069702/2011-08
Interessado: SW PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SW PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA., CNPJ nº 11.423.389/0001-02, em LAJE /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069490/2011-51
Interessado: DROGARIA MEGA REDE LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MEGA REDE LTDA, CNPJ nº 12.880.554/0001-00, em GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067392/2011-89
Interessado: ELSHADAY BRASIL MEDICAMENTO POPULAR LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ELSHADAY BRASIL MEDICAMENTO POPULAR LTDA, CNPJ nº 10.948.654/0001-03, em GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069368/2011-84
Interessado: JOSE BENTO BERTIPALHA E CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSE BENTO BERTIPALHA E CIA LTDA ME, CNPJ nº 03.032.723/0001-60, em TURVOLANDIA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo nº 25000.069797/2011-51
Interessado: J H RODRIGUES PONS & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J H RODRIGUES PONS & CIA LTDA ME, CNPJ nº 00.743.473/0001-89, em MARECHAL CANDIDO RONDON /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067436/2011-71
Interessado: DROGARIA SANTA PAULA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SANTA PAULA LTDA ME, CNPJ nº 36.330.918/0001-46, em VITORIA /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070218/2011-13
Interessado: RAFAEL DELFINO DROGARIA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RAFAEL DELFINO DROGARIA, CNPJ nº 11.753.502/0001-00, em OURINHOS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069473/2011-13
Interessado: JVP FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JVP FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA - ME, CNPJ nº 08.036.935/0001-30, em JUIZ DE FORA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069352/2011-71
Interessado: ANTONIO CESAR DE SOUZA FARMACIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANTONIO CESAR DE SOUZA FARMACIA - ME, CNPJ nº 55.575.518/0001-45, em MORRO AGUDO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070039/2011-86
Interessado: NERIVALDO APARECIDO DE CASTRO ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NERIVALDO APARECIDO DE CASTRO ME, CNPJ nº 54.826.995/0001-73, em EMBAUBA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070227/2011-12
Interessado: DROGARIA SANTA CATARINA IBITINGA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SANTA CATARINA IBITINGA LTDA - ME, CNPJ nº 57.437.543/0001-98, em IBITINGA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070204/2011-08
Interessado: CENTRAL MAIS FARMACIA E DROGARIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CENTRAL MAIS FARMACIA E DROGARIA LTDA ME, CNPJ nº 10.559.590/0001-40, em RONDONOPOLIS /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069377/2011-75
Interessado: DROGARIA MARCOS & PAULO LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MARCOS & PAULO LTDA., CNPJ nº 07.230.028/0001-64, em ERVALIA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067454/2011-52
Interessado: DROGARIA MARIA DE NAZARE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MARIA DE NAZARE LTDA - ME, CNPJ nº 11.356.271/0001-09, em JUINA /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069832/2011-32
Interessado: DROGRARIA FARMATRIZ LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGRARIA FARMATRIZ LTDA, CNPJ nº 02.934.194/0001-28, em ESTIVA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069696/2011-81
Interessado: DROGARIA SIMONE LIMITADA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SIMONE LIMITADA-ME, CNPJ nº 51.584.563/0001-05, em SAO PAULO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069418/2011-23
Interessado: ARIANE MAIA E SILVA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ARIANE MAIA E SILVA LTDA, CNPJ nº 10.819.354/0001-16, em ITABERAI /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069454/2011-97
Interessado: FARMACIA CENTRAL URUBICIENSE LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA CENTRAL URUBICIENSE LTDA ME, CNPJ nº 07.420.884/0001-82, em URUBICI /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069760/2011-23
Interessado: FARMEDIKA MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMEDIKA MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA ME, CNPJ nº 01.029.897/0001-49, em FLORIANOPOLIS /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069355/2011-13
Interessado: DROGARIA TURMALINA DE MANTENA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA TURMALINA DE MANTENA LTDA, CNPJ nº 05.647.869/0001-46, em MANTENA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067424/2011-46
Interessado: UNIVERSALI PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa UNIVERSALI PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA ME, CNPJ nº 68.851.872/0001-05, em PARANAVAI /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069532/2011-53
Interessado: FARMACIA SANTA RITA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SANTA RITA LTDA ME, CNPJ nº 86.438.090/0001-12, em BRACO DO NORTE /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069380/2011-99
Interessado: ROSECLEY SANCHES GARROSSINI - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ROSECLEY SANCHES GARROSSINI - ME, CNPJ nº 12.223.781/0001-62, em PARAGUACU PAULISTA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069364/2011-04
Interessado: DROGARIA NOVA ALEM PARAIBA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NOVA ALEM PARAIBA LTDA - EPP, CNPJ nº 16.603.870/0001-95, em ALEM PARAIBA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069408/2011-98
Interessado: DROGARIA FARMALIDER LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA FARMALIDER LTDA, CNPJ nº 27.485.986/0001-93, em COLATINA /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo nº 25000.069770/2011-69
Interessado: CELSO CAMILLO & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CELSO CAMILLO & CIA LTDA, CNPJ nº 01.769.698/0001-77, em NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067772/2011-13
Interessado: DROGA THAISE LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGA THAISE LTDA ME, CNPJ nº 53.861.977/0001-60, em SAO PAULO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070061/2011-26
Interessado: G. L. SILVA & LARA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa G. L. SILVA & LARA LTDA, CNPJ nº 76.268.366/0001-08, em FOZ DO IGUACU /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070157/2011-94
Interessado: DROGARIA PAI AGOSTINHO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PAI AGOSTINHO LTDA, CNPJ nº 71.040.075/0001-44, em BELO HORIZONTE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067270/2011-92
Interessado: CARVALHO & QUESADA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CARVALHO & QUESADA LTDA, CNPJ nº 55.523.658/0001-70, em VARGEM GRANDE DO SUL /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069639/2011-00
Interessado: BARROS COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BARROS COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 12.837.968/0001-56, em LAGOA SECA /PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070278/2011-36
Interessado: A. P. BALISKI & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A. P. BALISKI & CIA LTDA, CNPJ nº 11.592.760/0001-51, em SAO JORGE DO PATROCINIO /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069783/2011-38
Interessado: SAO JOSE COMERCIO DE MEDICAMENTOS ACREUNA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SAO JOSE COMERCIO DE MEDICAMENTOS ACREUNA LTDA, CNPJ nº 07.865.976/0001-76, em ACREUNA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070237/2011-40
Interessado: MARIA DO ROSARIO ROCHA MESQUITA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARIA DO ROSARIO ROCHA MESQUITA, CNPJ nº 07.215.551/0001-11, em ESPERANTINA /PI na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070096/2011-65
Interessado: JOSE DOS SANTOS PINHO & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSE DOS SANTOS PINHO & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 21.361.068/0001-76, em SALINAS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069734/2011-03
Interessado: DROGARIA MAIS VIDA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MAIS VIDA LTDA, CNPJ nº 08.214.931/0001-02, em GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070014/2011-82
Interessado: C E M PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa C E M PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ nº 12.279.151/0001-00, em GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070195/2011-47
Interessado: W.N.PIRES & CIA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa W.N.PIRES & CIA LTDA - EPP, CNPJ nº 02.670.584/0001-38, em ITARUMA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069411/2011-10
Interessado: ROLIM & SILVA DROGARIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ROLIM & SILVA DROGARIA LTDA, CNPJ nº 12.598.118/0001-42, em CHARQUEADAS /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069342/2011-36
Interessado: DROGARIA ROFARMA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ROFARMA LTDA ME, CNPJ nº 44.100.154/0001-20, em SAO PAULO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070252/2011-98
Interessado: BOTELHO & SOUSA LTDA - ME.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BOTELHO & SOUSA LTDA - ME., CNPJ nº 06.060.497/0001-10, em REDENCAO /PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069457/2011-21
Interessado: COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS GIRARDI LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS GIRARDI LTDA, CNPJ nº 07.885.188/0001-41, em SARANDI /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070259/2011-18
Interessado: DROGARIA CANTO DA SAUDE LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CANTO DA SAUDE LTDA, CNPJ nº 12.216.147/0001-00, em NITEROI /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.077758/2006-61
Interessado: DROGARIA E FARMACIA DE MANIPULACAO GLICOFARMA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filial discriminada abaixo da empresa DROGARIA E FARMACIA DE MANIPULACAO GLICOFARMA LTDA, CNPJ nº 07.019.667/0001-85, em FELIZ /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

07.019.667/0003-47 ALTO FELIZ RS

Ref.: Processo nº 25000.009171/2009-71
Interessado: DROGARIA SO SAUDE LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filial discriminada abaixo da empresa DROGARIA SO SAUDE LTDA - EPP, CNPJ nº 21.255.948/0001-68, em ARAXA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

21.255.948/0002-49 ARAXA MG

Ref.: Processo nº 25000.069952/2011-30
Interessado: MORAES & MORAES LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MORAES & MORAES LTDA, CNPJ nº 10.818.198/0001-79, em FORMOSO /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070981/2011-44
Interessado: UNIFARMAIS - DROGARIA DA ESTANCIA DE SOCORRO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa UNIFARMAIS - DROGARIA DA ESTANCIA DE SOCORRO LTDA - ME, CNPJ nº 03.147.003/0001-40, em SOCORRO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070966/2011-04
Interessado: ALFARMA SOROCABA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ALFARMA SOROCABA LTDA - ME, CNPJ nº 08.600.540/0001-18, em SOROCABA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070580/2011-94
Interessado: CAMILO E SOUSA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CAMILO E SOUSA LTDA ME, CNPJ nº 10.554.703/0001-15, em ALVORADA D'OESTE /RO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069324/2011-54
Interessado: DROGARIA ARIJOM LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ARIJOM LTDA ME, CNPJ nº 86.635.760/0001-90, em MATIPO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070756/2011-16
Interessado: GISELA PINHEIRO OLIVEIRA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GISELA PINHEIRO OLIVEIRA, CNPJ nº 05.899.859/0001-06, em DOM PEDRITO /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068547/2011-02
Interessado: DROGARIA PIRANGUINHO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PIRANGUINHO LTDA ME, CNPJ nº 11.396.245/0001-04, em PIRANGUINHO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071110/2011-48
Interessado: HUGO DE MACEDO MATOS DROGARIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa HUGO DE MACEDO MATOS DROGARIA LTDA, CNPJ nº 12.552.331/0001-13, em SAO PAULO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.047949/2011-65
Interessado: GILBERTO SARAIVA DROGARIA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GILBERTO SARAIVA DROGARIA ME, CNPJ nº 03.019.389/0001-05, em SAO BERNARDO DO CAMPO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069758/2011-54
Interessado: MONICA DE C V BOAS LUPIONPOLIS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MONICA DE C V BOAS LUPIONPOLIS - ME, CNPJ nº 04.701.052/0001-46, em LUPIONOPOLIS /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069984/2011-35
Interessado: W. CAVALCANTI DOS SANTOS & CIA. LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa W. CAVALCANTI DOS SANTOS & CIA. LTDA ME, CNPJ nº 05.329.458/0001-02, em JOAO ALFREDO /PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070784/2011-25
Interessado: T. N. ROSA DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa T. N. ROSA DROGARIA - ME, CNPJ nº 07.613.923/0001-68, em BAURU /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070942/2011-47
Interessado: FARMACIA ROMAO E COELHO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA ROMAO E COELHO LTDA ME, CNPJ nº 02.279.082/0001-80, em PALHOCA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068472/2011-51
Interessado: COMERCIO DE MEDICAMENTOS RAUPP & ROSA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIO DE MEDICAMENTOS RAUPP & ROSA LTDA ME, CNPJ nº 07.281.958/0001-47, em BALNEARIO GAIVOTA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067770/2011-24
Interessado: FARMABRAZ - COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMABRAZ - COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME, CNPJ nº 07.798.692/0001-04, em CURITIBA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070749/2011-14
Interessado: CAMARGO E SCUSSEL LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CAMARGO E SCUSSEL LTDA ME, CNPJ nº 15.837.057/0001-17, em MIRANTE DA SERRA /RO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069285/2011-95
Interessado: OLIVIO GOMES DE AZEVEDO FARMACIA E PERFUMARIA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa OLIVIO GOMES DE AZEVEDO FARMACIA E PERFUMARIA ME, CNPJ nº 00.996.657/0001-50, em BARRA DO PIRAI /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069442/2011-62
Interessado: DROGARIA OTHON DE MARILIA LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA OTHON DE MARILIA LTDA., CNPJ nº 11.242.440/0001-71, em MARILIA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070693/2011-90
Interessado: MARCO & ADEMILDES DROGARIAS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARCO & ADEMILDES DROGARIAS LTDA ME, CNPJ nº 01.478.711/0001-39, em DUQUE DE CAXIAS /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069298/2011-64
Interessado: JOAO FRANCISCO DE ANDRADE EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOAO FRANCISCO DE ANDRADE EPP, CNPJ nº 01.548.999/0001-70, em ANAURILANDIA /MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069278/2011-93
Interessado: EDMUNDO KLIEMANN - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EDMUNDO KLIEMANN - EPP, CNPJ nº 07.268.803/0001-70, em IJUI /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo nº 25000.068922/2011-14
Interessado: DROGARIA SERRA VERDE LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SERRA VERDE LTDA ME, CNPJ nº 39.557.160/0001-71, em RIO CLARO /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069424/2011-81
Interessado: FARMACIA PADRE ANCHIETA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA PADRE ANCHIETA LTDA - EPP, CNPJ nº 06.865.648/0001-07, em JARAGUA DO SUL /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069440/2011-73
Interessado: FABRICIO LAFETA TORRES
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FABRICIO LAFETA TORRES, CNPJ nº 07.332.427/0001-36, em CORACAO DE JESUS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069771/2011-11
Interessado: FARMACIA E DROGARIA ISABELLY LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA E DROGARIA ISABELLY LTDA - ME, CNPJ nº 12.431.906/0001-40, em APIACA /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068092/2011-17
Interessado: DROGARIA CACUIA DA ILHA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CACUIA DA ILHA LTDA - EPP, CNPJ nº 12.885.969/0001-76, em RIO DE JANEIRO /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071018/2011-88
Interessado: FARMAPLUS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMAPLUS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., CNPJ nº 07.001.508/0001-53, em MARECHAL CANDIDO RONDON /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069438/2011-02
Interessado: PEIXOTO DE ALMEIDA E MARCHIORI LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PEIXOTO DE ALMEIDA E MARCHIORI LTDA. - ME, CNPJ nº 01.520.550/0001-02, em GOIANDIRA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070661/2011-94
Interessado: V C P DE FREITAS DROGARIA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa V C P DE FREITAS DROGARIA, CNPJ nº 10.691.982/0001-69, em PESQUEIRA /PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068540/2011-82
Interessado: MARIA LUCIA PONCIANO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARIA LUCIA PONCIANO - ME, CNPJ nº 41.830.910/0001-89, em PAVAO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071076/2011-10
Interessado: DIOSNE MIGUEL BATISTA JUNIOR ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DIOSNE MIGUEL BATISTA JUNIOR ME, CNPJ nº 50.309.673/0001-04, em PIEDADE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071033/2011-26
Interessado: FARMACIA NOSSA SENHORA DA ABADIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA NOSSA SENHORA DA ABADIA LTDA, CNPJ nº 12.128.600/0001-19, em JARAGUA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067971/2011-21
Interessado: DROGARIA NOBEL LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NOBEL LTDA, CNPJ nº 00.034.769/0001-20, em ANAPOLIS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071090/2011-13
Interessado: FARMACIA SAO SEBASTIAO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SAO SEBASTIAO LTDA ME, CNPJ nº 51.461.200/0001-82, em LIMEIRA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069315/2011-63
Interessado: NOVA PHARMA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA - ME.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NOVA PHARMA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA - ME., CNPJ nº 05.456.687/0001-98, em IPORA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069366/2011-95
Interessado: CRISTINA FERREIRA LIMA RODRIGUES
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CRISTINA FERREIRA LIMA RODRIGUES, CNPJ nº 03.666.868/0001-13, em GOIAS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071004/2011-64
Interessado: PHARMES COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PHARMES COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 02.999.026/0001-10, em GUACUI /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.038917/2011-79
Interessado: A. DE LIMA & CIA. LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A. DE LIMA & CIA. LTDA., CNPJ nº 12.395.483/0001-50, em ROLANDIA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068405/2011-37
Interessado: LUCIANE MICHELS MICHELETO & CIA LTDA. ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LUCIANE MICHELS MICHELETO & CIA LTDA. ME, CNPJ nº 05.570.644/0001-39, em BRACO DO NORTE /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070265/2011-67
Interessado: R NANDI ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa R NANDI ME, CNPJ nº 68.778.000/0001-50, em GUAIRA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070776/2011-89
Interessado: JOSE JULIO MARCONDES JUNIOR - CPF - 666.463.836-34 EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSE JULIO MARCONDES JUNIOR - CPF - 666.463.836-34 EPP, CNPJ nº 41.804.667/0001-24, em BRASOPOLIS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067359/2011-59
Interessado: J J BARBOSA CARVALHO & CIA. LTDA. ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J J BARBOSA CARVALHO & CIA. LTDA. ME, CNPJ nº 07.240.962/0001-67, em BOA VISTA /RR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo nº 25000.071104/2011-91
Interessado: VALDEIR PEREIRA NANTES & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VALDEIR PEREIRA NANTES & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 08.062.746/0001-31, em SANTA CRUZ DO RIO PARDO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071050/2011-63
Interessado: FARMACIA JJEV LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA JJEV LTDA, CNPJ nº 12.263.925/0001-04, em PATO BRANCO /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069824/2011-96
Interessado: C.A.GARCIA - DROGARIA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa C.A.GARCIA - DROGARIA, CNPJ nº 06.197.976/0001-82, em TRIUNFO /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070607/2011-49
Interessado: FARMACIA DOM BOSCO LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DOM BOSCO LTDA., CNPJ nº 09.176.162/0001-50, em FORTALEZA /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068904/2011-24
Interessado: MARIA JOSE DA SILVA SOUZA DE JAGUARARI
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARIA JOSE DA SILVA SOUZA DE JAGUARARI, CNPJ nº 05.989.628/0001-85, em JAGUARARI /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067370/2011-19
Interessado: MURILO B DE MELLO ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MURILO B DE MELLO ME, CNPJ nº 32.111.817/0001-23, em VALENCA /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067350/2011-48
Interessado: DROGARIA NOVA VIDA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NOVA VIDA LTDA, CNPJ nº 05.951.119/0001-63, em JERICO /PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069262/2011-81
Interessado: MILHARESI MOREIRA & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MILHARESI MOREIRA & CIA LTDA ME, CNPJ nº 59.695.676/0001-90, em MIGUELOPOLIS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070898/2011-75
Interessado: DROGARIA JARDIM ADALGIZA LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA JARDIM ADALGIZA LTDA-ME, CNPJ nº 04.490.114/0001-18, em OSASCO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071065/2011-21
Interessado: LAURO CARLOS DE SOUZA & CIA. LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LAURO CARLOS DE SOUZA & CIA. LTDA., CNPJ nº 05.660.518/0001-75, em PATROCINIO DO MURIAE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069266/2011-69
Interessado: FARMACIA E DROGARIA CANTELE LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA E DROGARIA CANTELE LTDA, CNPJ nº 07.231.635/0001-49, em CURITIBA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069430/2011-38
Interessado: BRAGAGNOLO & LIMA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BRAGAGNOLO & LIMA LTDA, CNPJ nº 80.354.467/0001-79, em ASSIS CHATEAUBRIAND /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070499/2011-12
Interessado: G. M. R. SOUZA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa G. M. R. SOUZA, CNPJ nº 07.881.866/0001-06, em COLINAS DO TOCANTINS /TO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070933/2011-56
Interessado: DROGARIA MAC MONTEIRO LTDA. ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MAC MONTEIRO LTDA. ME, CNPJ nº 28.354.744/0001-23, em SAO FIDELIS /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071010/2011-11
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA PRATA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA PRATA LTDA, CNPJ nº 04.400.075/0001-10, em DONA EUSEBIA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069966/2011-53
Interessado: DROGARIA ASSIS LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ASSIS LTDA EPP, CNPJ nº 00.853.663/0001-59, em BRASILIA /DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070706/2011-21
Interessado: MARCIA OLIVEIRA PEREIRA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARCIA OLIVEIRA PEREIRA, CNPJ nº 03.180.256/0001-16, em SALVADOR /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068669/2011-91
Interessado: ALBERTO C DE CASTRO FARMACIA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ALBERTO C DE CASTRO FARMACIA, CNPJ nº 06.061.209/0001-41, em SAO JOSE DO RIO CLARO /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070644/2011-57
Interessado: CINTIA LUCIENE DE CARVALHO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CINTIA LUCIENE DE CARVALHO - ME, CNPJ nº 13.264.527/0001-75, em NOVO HORIZONTE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071084/2011-58
Interessado: ML REZENDE DA SILVA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ML REZENDE DA SILVA ME, CNPJ nº 12.964.696/0001-55, em IPABA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070433/2011-14
Interessado: CAMAROTO & SPERANDIO LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CAMAROTO & SPERANDIO LTDA EPP, CNPJ nº 55.861.199/0001-34, em JUNDIAI /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo nº 25000.100815/2011-80
Interessado: VENUSA LIBERATO ALVES
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VENUSA LIBERATO ALVES, CNPJ nº 37.326.808/0001-73, em GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071085/2011-01
Interessado: FARMACIA E DROGARIA FRITSCH LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA E DROGARIA FRITSCH LTDA, CNPJ nº 00.394.639/0001-07, em CLAUDIA /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069434/2011-16
Interessado: ANDRE RICARDO MASCARO ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANDRE RICARDO MASCARO ME, CNPJ nº 03.712.801/0001-78, em RIBEIRAO BONITO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069448/2011-30
Interessado: B. PARENTE COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa B. PARENTE COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 07.651.619/0001-05, em SAO BENEDITO /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069356/2011-50
Interessado: BARIZON & GOUVEA LTDA.-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BARIZON & GOUVEA LTDA.-ME, CNPJ nº 09.443.851/0001-83, em NOVA ESPERANCA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071112/2011-37
Interessado: DROGARIA VIEIRA E OLIVEIRA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA VIEIRA E OLIVEIRA LTDA, CNPJ nº 09.010.487/0001-68, em PRATA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068521/2011-56
Interessado: DROGARIA GONZAGA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA GONZAGA LTDA, CNPJ nº 07.521.920/0001-02, em SAO MIGUEL DO PASSA QUATRO /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069289/2011-73
Interessado: FLAVIO GOLIN
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FLAVIO GOLIN, CNPJ nº 05.133.627/0001-34, em RIO DOS INDIOS /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068065/2011-44
Interessado: DROGARIA ALMEIDA & VIALTA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ALMEIDA & VIALTA LTDA ME, CNPJ nº 60.451.184/0001-38, em MONTE MOR /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068095/2011-51
Interessado: MAINARDI & SEBASTIANY LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MAINARDI & SEBASTIANY LTDA, CNPJ nº 00.963.195/0001-75, em SANTA MARIA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070779/2011-12
Interessado: MARLUCE ALVES DE AGUIAR ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARLUCE ALVES DE AGUIAR ME, CNPJ nº 00.388.463/0001-72, em NOVA FLORESTA /PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069429/2011-11
Interessado: DANIELI KNORST
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DANIELI KNORST, CNPJ nº 05.584.643/0001-43, em NOVO MACHADO /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.100819/2011-68
Interessado: DROGARIA JADE LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA JADE LTDA ME, CNPJ nº 12.256.301/0001-60, em JUAZEIRO DO NORTE /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068487/2011-10
Interessado: A.C. DE SOUZA MEDICAMENTOS- ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A.C. DE SOUZA MEDICAMENTOS- ME, CNPJ nº 05.544.888/0001-47, em CAPAO BONITO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.066358/2011-97
Interessado: PANERARI FARMA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PANERARI FARMA LTDA, CNPJ nº 04.323.299/0001-76, em QUATRO BARRAS /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070527/2011-93
Interessado: R.R. DROGARIA IDEAL LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa R.R. DROGARIA IDEAL LTDA, CNPJ nº 03.604.597/0001-71, em SALINAS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068474/2011-41
Interessado: V A MARTINS DROGARIA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa V A MARTINS DROGARIA ME, CNPJ nº 12.589.052/0001-24, em PITANGUEIRAS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.067782/2011-59
Interessado: M E HERMES DE ALMEIDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M E HERMES DE ALMEIDA, CNPJ nº 04.847.207/0001-57, em HORIZONTE /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069944/2011-93
Interessado: DROGARIA PIONEIRA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PIONEIRA LTDA ME, CNPJ nº 20.625.059/0001-82, em BELO HORIZONTE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069383/2011-22
Interessado: DROGARIA ATUAL LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ATUAL LTDA, CNPJ nº 94.149.499/0001-47, em MAXIMILIANO DE ALMEIDA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071061/2011-43
Interessado: " DROGARIA ECONOMICA DE VINHEDO LTDA ME "
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa " DROGARIA ECONOMICA DE VINHEDO LTDA ME ", CNPJ nº 06.343.056/0001-25, em VINHEDO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo nº 25000.067997/2011-70
Interessado: M M COMERCIO DE MEDICAMENTO E PERFUMARIA LTDA -ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M M COMERCIO DE MEDICAMENTO E PERFUMARIA LTDA -ME, CNPJ nº 09.575.378/0001-98, em CAMPO GRANDE /MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069422/2011-91
Interessado: J C M CAMILO-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J C M CAMILO-ME, CNPJ nº 04.154.707/0001-03, em JACUNDA /PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação, inclusive quanto a sua filial a seguir discriminada:

04.154.707/0002-94 CAPITAO POCO PA

Ref.: Processo nº 25000.508592/2009-81
Interessado: FARMACIA NACIONAL LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filial discriminada abaixo da empresa FARMACIA NACIONAL LTDA, CNPJ nº 12.451.050/0001-74, em ARAPIRACA /AL na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

12.451.050/0002-55 ARAPIRACA AL

Ref.: Processo nº 25000.168697/2010-26
Interessado: NATURE ERVAS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação das filiais discriminadas abaixo da empresa NATURE ERVAS LTDA, CNPJ nº 04.209.759/0001-30, em TEOFILO OTONI /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

04.209.759/0002-10 TEOFILO OTONI MG
04.209.759/0003-00 AGUAS FORMOSAS MG

Ref.: Processo nº 25000.046704/2006-53
Interessado: DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUACU LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação das filiais discriminadas abaixo da empresa DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUACU LTDA, CNPJ nº 00.100.374/0001-89, em NOVA IGUACU /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

00.100.374/0002-60 NOVA IGUACU RJ
00.100.374/0003-40 NOVA IGUACU RJ
00.100.374/0004-21 PETROPOLIS RJ
00.100.374/0017-46 RIO DE JANEIRO RJ

Ref.: Processo nº 25000.647663/2009-60
Interessado: SIDAW COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação das filiais discriminadas abaixo da empresa SIDAW COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ nº 80.002.413/0001-44, em PALOTINA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

80.002.413/0008-10 PALOTINA PR
80.002.413/0009-00 PALOTINA PR

Ref.: Processo nº 25000.196740/2008-29
Interessado: MANOVALDO NUNES FARMACIA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da filial discriminada abaixo da empresa MANOVALDO NUNES FARMACIA ME, CNPJ nº 09.424.012/0001-18, em SAO CARLOS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

09.424.012/0002-07 SAO CARLOS SP

Ref.: Processo nº 25000.068629/2011-49
Interessado: BORGES & ANDRADE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BORGES & ANDRADE LTDA - ME, CNPJ nº 10.195.243/0001-86, em XINGUARA /PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068788/2011-43
Interessado: J. A. DE SOUSA FILHO & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J. A. DE SOUSA FILHO & CIA LTDA ME, CNPJ nº 11.446.276/0001-14, em GUARACIABA DO NORTE /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068848/2011-28
Interessado: RENATO CABRAL - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RENATO CABRAL - EPP, CNPJ nº 96.645.759/0001-09, em ITAPIRA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071559/2011-14
Interessado: INGRID M PEREIRA & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa INGRID M PEREIRA & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 13.338.593/0001-42, em ITAI /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071015/2011-44
Interessado: LP FARMA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LP FARMA LTDA, CNPJ nº 11.753.758/0001-17, em BELO HORIZONTE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071643/2011-20
Interessado: RENATO HENRIQUE MATHIAS ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RENATO HENRIQUE MATHIAS ME, CNPJ nº 12.118.267/0001-67, em POTIM /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069039/2011-33
Interessado: M. D. SERPA & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M. D. SERPA & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 05.104.957/0001-00, em MANGUEIRINHA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069619/2011-21
Interessado: DROGARIA CAMPOS E RODRIGUES LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CAMPOS E RODRIGUES LTDA ME, CNPJ nº 13.410.924/0001-08, em CAMPOS GERAIS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071483/2011-19
Interessado: DROGARIA TSM LTDA- ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA TSM LTDA- ME, CNPJ nº 65.276.032/0001-60, em SAO JOAO DEL REI /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068778/2011-16
Interessado: DROGARIA CENTRAL DE NOVA ERA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CENTRAL DE NOVA ERA LTDA - ME, CNPJ nº 22.066.583/0001-96, em NOVA ERA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069421/2011-47
Interessado: FARMACIA LEMA FARMA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA LEMA FARMA LTDA ME, CNPJ nº 09.483.684/0001-02, em BLUMENAU /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071382/2011-48
Interessado: SAGRAFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SAGRAFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 10.714.696/0001-71, em SAGRADA FAMILIA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069396/2011-00
Interessado: PAULO S DE OLIVEIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PAULO S DE OLIVEIRA - ME, CNPJ nº 07.789.689/0001-24, em NOVO HORIZONTE DO NORTE /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo nº 25000.068919/2011-92
Interessado: CARLOS R. GENARI LIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CARLOS R. GENARI LIRA - ME, CNPJ nº 10.428.719/0001-81, em SERTAOZINHO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068607/2011-89
Interessado: FARMACIA JOAO PAULO II LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA JOAO PAULO II LTDA., CNPJ nº 03.969.925/0001-33, em SANTO ANDRE /PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069390/2011-24
Interessado: CLEUSA APARECIDA CARVALHO GONCALVES - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CLEUSA APARECIDA CARVALHO GONCALVES - ME, CNPJ nº 04.066.780/0001-23, em SAO CARLOS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068343/2011-63
Interessado: DROGARIA LUCIANE VILA ISA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA LUCIANE VILA ISA LTDA, CNPJ nº 09.456.833/0001-36, em GOVERNADOR VALADARES /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068920/2011-17
Interessado: LUCIA LOPES SIMAO
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LUCIA LOPES SIMAO, CNPJ nº 07.057.431/0001-33, em NOVA MONTE VERDE /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070441/2011-61
Interessado: F N FERREIRA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa F N FERREIRA ME, CNPJ nº 83.375.113/0001-07, em XINGUARA /PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070975/2011-97
Interessado: GUERRA FARMA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GUERRA FARMA LTDA, CNPJ nº 00.663.159/0001-96, em VARGEM BONITA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068833/2011-60
Interessado: FARMACIA SAO LOURENCO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SAO LOURENCO LTDA ME, CNPJ nº 03.394.596/0001-40, em SAO LOURENCO DO OESTE /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069188/2011-01
Interessado: DROGABON DE MACUCO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGABON DE MACUCO LTDA, CNPJ nº 31.669.682/0001-53, em CANTAGALO /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071021/2011-00
Interessado: K.OLIVEIRA & NASCIMENTO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa K.OLIVEIRA & NASCIMENTO LTDA - ME, CNPJ nº 03.149.018/0001-48, em ITAPURANGA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068591/2011-12
Interessado: JULIANO KNOBLOCH
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JULIANO KNOBLOCH, CNPJ nº 04.536.089/0001-66, em TAQUARA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069219/2011-15
Interessado: DROGARIA PIRAJUI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PIRAJUI LTDA - ME, CNPJ nº 07.353.610/0001-18, em PIRAJUI /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071497/2011-32
Interessado: ZANATTA & ROSA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ZANATTA & ROSA LTDA - ME, CNPJ nº 08.924.432/0001-09, em CIANORTE /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071398/2011-51
Interessado: COMERCIO DE MEDICAMENTOS RESENDECOSTENSE LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIO DE MEDICAMENTOS RESENDECOSTENSE LTDA, CNPJ nº 23.320.682/0001-15, em RESENDE COSTA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071573/2011-18
Interessado: ARAUJO & MORATO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ARAUJO & MORATO LTDA, CNPJ nº 13.179.238/0001-78, em GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069405/2011-54
Interessado: FABIANA CURY SGARBI - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FABIANA CURY SGARBI - ME, CNPJ nº 06.150.455/0001-70, em ITAJOBI /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071956/2011-88
Interessado: FARMACIA MAIS SAUDE LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA MAIS SAUDE LTDA, CNPJ nº 07.346.758/0001-25, em CANSANCAO /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068709/2011-02
Interessado: M. M. OBARA MASSUDA - FARMACIA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M. M. OBARA MASSUDA - FARMACIA, CNPJ nº 04.367.901/0001-77, em BOA VISTA DA APARECIDA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068319/2011-24
Interessado: FARMACIA TURVO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA TURVO LTDA, CNPJ nº 86.513.652/0001-45, em TURVO /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071450/2011-79
Interessado: DROGARIA J & B LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA J & B LTDA., CNPJ nº 09.633.296/0001-52, em FREDERICO WESTPHALEN /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068638/2011-30
Interessado: DROGARIA FREITAS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA FREITAS LTDA, CNPJ nº 13.051.500/0001-02, em RIO VERDE /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068686/2011-28
Interessado: DALMASCHIO & CARRIJO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DALMASCHIO & CARRIJO LTDA, CNPJ nº 10.749.998/0001-85, em ITAMARAJU /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068341/2011-74
Interessado: MAGISTRAL FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA-EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MAGISTRAL FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA-EPP, CNPJ nº 04.395.456/0001-59, em NONOAI /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069401/2011-76
Interessado: CARMELITA PEREIRA N VILARINHO ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CARMELITA PEREIRA N VILARINHO ME, CNPJ nº 01.078.285/0001-46, em AMARANTE /PI na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068742/2011-24
Interessado: M. B. ALVES FREIRE
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M. B. ALVES FREIRE, CNPJ nº 03.123.294/0001-37, em TAQUARAL DE GOIAS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068645/2011-31
Interessado: DANIELA SILVA FERREIRA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DANIELA SILVA FERREIRA, CNPJ nº 11.862.782/0001-94, em ITURAMA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068915/2011-12
Interessado: FELICIO MEDICAMENTOS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FELICIO MEDICAMENTOS LTDA ME, CNPJ nº 85.190.734/0001-33, em ICARA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068735/2011-22
Interessado: DROGARIA SAO BENTO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SAO BENTO LTDA - ME, CNPJ nº 06.042.760/0001-48, em ANAPOLIS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069174/2011-89
Interessado: DEL SANTO & DEL SANTO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DEL SANTO & DEL SANTO LTDA ME, CNPJ nº 15.052.319/0001-38, em LAMBARI D'OESTE /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068749/2011-46
Interessado: DROGARIA E FARMACIA NOSSA SENHORA DA SALETE LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E FARMACIA NOSSA SENHORA DA SALETE LTDA ME, CNPJ nº 10.256.630/0001-85, em SALETE /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068625/2011-61
Interessado: J. FONSECA BOLSON - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J. FONSECA BOLSON - ME, CNPJ nº 11.665.927/0001-67, em IGUATEMI /MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069403/2011-65
Interessado: SANTOS ROSADO DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SANTOS ROSADO DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 10.758.867/0001-64, em PROMISSAO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068226/2011-08
Interessado: LUCIANE CHEQUER SILVA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LUCIANE CHEQUER SILVA-ME, CNPJ nº 72.122.989/0001-17, em MARILIA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.206567/2010-07
Interessado: SOUSA SANTANA DROGARIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SOUSA SANTANA DROGARIA LTDA, CNPJ nº 10.761.945/0001-80, em JATAI /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071184/2011-84
Interessado: S B MEDICAMENTOS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa S B MEDICAMENTOS LTDA ME, CNPJ nº 24.447.070/0001-50, em BELO JARDIM /PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068892/2001-38
Interessado: DROGARIA IPANEMA DE ARACATUBA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA IPANEMA DE ARACATUBA LTDA ME, CNPJ nº 05.200.469/0001-98, em ARACATUBA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068253/2011-72
Interessado: FARMACIA DANIEL LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DANIEL LTDA ME, CNPJ nº 02.020.526/0001-69, em SAO MIGUEL DO OESTE /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069399/2011-35
Interessado: OSWALDO CORONA & CIA. LTDA - EPP.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa OSWALDO CORONA & CIA. LTDA - EPP., CNPJ nº 54.663.570/0001-90, em PIRAJU /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068387/2011-93
Interessado: MARIA DE LOURDES RAMPANELLI
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARIA DE LOURDES RAMPANELLI, CNPJ nº 07.255.147/0001-71, em FONTOURA XAVIER /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068475/2011-30
Interessado: FARMACIA DOS MUNICIPIOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DOS MUNICIPIOS LTDA, CNPJ nº 10.756.856/0001-45, em PATOS /PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071047/2011-40
Interessado: DROGARIA NOVA CAMARGO & SANTANA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NOVA CAMARGO & SANTANA LTDA, CNPJ nº 10.883.145/0001-31, em PARACATU /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069608/2011-41
Interessado: EZEQUIEL CLAUDIO GOMES E CIA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EZEQUIEL CLAUDIO GOMES E CIA LTDA - EPP, CNPJ nº 78.356.045/0001-90, em MARUMBI /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068758/2011-37
Interessado: MOLINA & MOLINA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MOLINA & MOLINA LTDA - ME, CNPJ nº 10.494.661/0001-74, em ANGULO /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068771/2011-96
Interessado: MARIA LUIZA IBRAHIM SABA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARIA LUIZA IBRAHIM SABA ME, CNPJ nº 74.476.003/0001-32, em CAPAO BONITO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.070583/2011-28
Interessado: FARMACIA KELLY LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA KELLY LTDA, CNPJ nº 29.731.031/0001-02, em DUQUE DE CAXIAS /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068592/2011-59
Interessado: A. M. SANGLARD DE ALMEIDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A. M. SANGLARD DE ALMEIDA-ME, CNPJ nº 05.015.044/0001-09, em DIVINO DE SAO LOURENCO /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068727/2011-86
Interessado: DROGARIA JOILDO & FERNANDA VASCONCELOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA JOILDO & FERNANDA VASCONCELOS LTDA, CNPJ nº 10.804.337/0001-05, em DOM BOSCO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071391/2011-39
Interessado: DROGARIA NACOES LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NACOES LTDA, CNPJ nº 07.851.738/0001-01, em DIVINOPOLIS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068414/2011-28
Interessado: NATUFLORA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIAS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NATUFLORA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIAS LTDA, CNPJ nº 09.534.682/0001-97, em CAMPO GRANDE /MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069158/2011-96
Interessado: MACHADO DA SILVA & VERZA DA ROSA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MACHADO DA SILVA & VERZA DA ROSA LTDA ME, CNPJ nº 07.775.194/0001-46, em SORRISO /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071478/2011-14
Interessado: THIAGO P. PEREIRA & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa THIAGO P. PEREIRA & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 07.107.338/0001-96, em MARINOPOLIS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068275/2011-32
Interessado: FARMAVAN COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMAVAN COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. - ME, CNPJ nº 08.217.642/0001-59, em SAO PAULO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068590/2011-60
Interessado: CLAUDIA VALERIA DE A. A. ARRUDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CLAUDIA VALERIA DE A. A. ARRUDA ME, CNPJ nº 10.754.657/0001-06, em MACAPARANA /PE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.100813/2011-91
Interessado: DONIZETH DIVINO RODRIGUES ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DONIZETH DIVINO RODRIGUES ME, CNPJ nº 01.597.414/0001-02, em FERNANDOPOLIS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068854/2011-85
Interessado: D. F. GEAQUINTO ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa D. F. GEAQUINTO ME, CNPJ nº 06.947.498/0001-80, em VARGEM ALTA /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069410/2011-67
Interessado: DROGARIA CASTRO & SILVA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CASTRO & SILVA LTDA ME, CNPJ nº 07.570.721/0001-86, em FRANCA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068843/2011-03
Interessado: NARA ALINE MEISTER
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NARA ALINE MEISTER, CNPJ nº 12.326.560/0001-10, em PORTO UNIAO /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068883/2011-47
Interessado: G.N.O. MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa G.N.O. MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 10.719.754/0001-50, em GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069603/2011-18
Interessado: J. BERNARDI & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J. BERNARDI & CIA LTDA, CNPJ nº 10.645.107/0001-40, em TOLEDO /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069206/2011-46
Interessado: M. DAS DORES DA SILVA LOPES ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M. DAS DORES DA SILVA LOPES ME, CNPJ nº 03.179.240/0001-93, em TENENTE LAURENTINO CRUZ /RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068862/2011-21
Interessado: THAIS RAMOS DA SILVA PRODUTOS FARMACEUTICOS - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa THAIS RAMOS DA SILVA PRODUTOS FARMACEUTICOS - ME, CNPJ nº 12.046.071/0001-04, em CATANDUVA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.069409/2011-32
Interessado: JOSEFINA NAUBA SEVERO LIMA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSEFINA NAUBA SEVERO LIMA, CNPJ nº 08.266.897/0001-01, em BARRO /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.054218/2006-17
Interessado: DROGARIA IRMAOS VIEIRA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação das filiais discriminadas abaixo da empresa DROGARIA IRMAOS VIEIRA LTDA, CNPJ nº 04.330.259/0001-51, em ARACUAI /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

04.330.259/0002-32 CARAI MG
04.330.259/0004-02 AGUAS FORMOSAS MG

Ref.: Processo nº 25000.073590/2011-81
Interessado: AZEVEDO CARVALHO MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa AZEVEDO CARVALHO MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 09.520.830/0001-14, em BOM JESUS DO NORTE /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071613/2011-13
Interessado: PEREIRA DA SILVA & ASSIS LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PEREIRA DA SILVA & ASSIS LTDA-ME, CNPJ nº 04.195.201/0001-42, em ITABERAI /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072711/2011-78
Interessado: MARTA DE AGUIAR CARDOSO
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARTA DE AGUIAR CARDOSO, CNPJ nº 03.262.141/0001-70, em TAVARES /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073368/2011-89
Interessado: PAIVA & MENDES LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PAIVA & MENDES LTDA ME, CNPJ nº 00.300.634/0001-60, em WENCESLAU BRAZ /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068276/2011-87
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA VIDA SAO FRANCISCO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA VIDA SAO FRANCISCO LTDA, CNPJ nº 08.417.257/0001-55, em SANTA RITA DO SAPUCAI /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072907/2011-62
Interessado: DROGARIA NIQUINHO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NIQUINHO LTDA, CNPJ nº 20.620.597/0001-84, em GOVERNADOR VALADARES /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072694/2011-79
Interessado: DROGARIA BENEVENUTO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA BENEVENUTO LTDA ME, CNPJ nº 04.734.973/0001-05, em CAUCAIA /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072342/2011-13
Interessado: R J ALMEIDA & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa R J ALMEIDA & CIA LTDA ME, CNPJ nº 11.120.450/0001-34, em PINTADAS /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071605/2011-77
Interessado: PEREIRA & ALMEIDA DROGARIA E COMERCIO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PEREIRA & ALMEIDA DROGARIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 12.211.701/0001-59, em SERICITA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072383/2011-18
Interessado: JEFFERSON FERRIELLO ROSA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JEFFERSON FERRIELLO ROSA ME, CNPJ nº 02.103.957/0001-99, em BOITUVA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073770/2011-63
Interessado: LUIZ CARLOS BETEGHELLI FILHO & CIA LTDA.-ME.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LUIZ CARLOS BETEGHELLI FILHO & CIA LTDA.-ME., CNPJ nº 66.755.653/0001-99, em ARARAS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071995/2011-85
Interessado: FRANCISCO DE JESUS MARTINS ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FRANCISCO DE JESUS MARTINS ME, CNPJ nº 11.688.660/0001-23, em IPU /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071396/2011-61
Interessado: MARIA APARECIDA DA SILVA BARBOSA & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARIA APARECIDA DA SILVA BARBOSA & CIA LTDA ME, CNPJ nº 02.023.989/0001-84, em CARMO DO RIO CLARO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071974/2011-60
Interessado: J. F. DOS SANTOS & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa J. F. DOS SANTOS & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 09.146.959/0001-04, em CUIABA /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073406/2011-01
Interessado: ACLIM FARMACIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ACLIM FARMACIA LTDA, CNPJ nº 05.507.756/0001-45, em JOAO PESSOA /PB na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071910/2011-69
Interessado: MICHERLANIA DA SILVA SOUZA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MICHERLANIA DA SILVA SOUZA ME, CNPJ nº 11.304.864/0001-13, em BETIM /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072688/2011-11
Interessado: DROGARIA COLINA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA COLINA LTDA, CNPJ nº 94.241.197/0001-02, em GUAIBA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071499/2011-21
Interessado: FARMACIA NIEHUES SOETHE LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA NIEHUES SOETHE LTDA ME, CNPJ nº 07.218.640/0001-11, em SAO LUDGERO /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072772/2011-35
Interessado: CARLA FIGUEIRO E HELOISA ROCHA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CARLA FIGUEIRO E HELOISA ROCHA LTDA, CNPJ nº 11.662.615/0001-08, em SARZEDO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073380/2011-93
Interessado: UNIAO FARMA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa UNIAO FARMA LTDA, CNPJ nº 03.473.344/0001-06, em FOZ DO IGUACU /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073480/2011-10
Interessado: H D TEIXEIRA & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa H D TEIXEIRA & CIA LTDA, CNPJ nº 00.201.828/0001-08, em VARZEA GRANDE /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071577/2011-98
Interessado: NOVA AMERICA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NOVA AMERICA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ nº 08.246.556/0001-74, em UMUARAMA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072682/2011-44
Interessado: JULIANO CARLOS DE SOUSA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JULIANO CARLOS DE SOUSA, CNPJ nº 04.120.712/0001-03, em JARAGUA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071782/2011-53
Interessado: MOGENTALE & TEIXEIRA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MOGENTALE & TEIXEIRA LTDA - ME, CNPJ nº 09.239.171/0001-42, em PIRANGI /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071294/2011-46
Interessado: FERREIRA & FERREIRA DROGARIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FERREIRA & FERREIRA DROGARIA LTDA, CNPJ nº 24.009.193/0001-00, em TIMOTEO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072860/2011-37
Interessado: DROGARIA MARIANE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MARIANE LTDA - ME, CNPJ nº 52.228.996/0001-90, em ALUMINIO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071621/2011-60
Interessado: DROGARIA BARANCELLI LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA BARANCELLI LTDA ME, CNPJ nº 11.696.444/0001-20, em MACHADINHO /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072701/2011-32
Interessado: GIOLO & PAIVA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GIOLO & PAIVA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ nº 11.158.691/0001-72, em AGUAS LINDAS DE GOIAS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071538/2011-91
Interessado: DANIELLA MANCIN CONTATTO
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DANIELLA MANCIN CONTATTO, CNPJ nº 10.453.400/0001-06, em INDAIATUBA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072599/2011-75
Interessado: LASARO E PAIVA MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LASARO E PAIVA MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA, CNPJ nº 12.468.281/0001-90, em ARAXA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072330/2011-99
Interessado: ALFREDO PORTO REBELO & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ALFREDO PORTO REBELO & CIA LTDA, CNPJ nº 11.491.476/0001-99, em JAGUARUNA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072487/2011-14
Interessado: DROGAMERICA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGAMERICA LTDA, CNPJ nº 08.711.277/0001-34, em NATAL /RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073536/2011-36
Interessado: DROGARIA FARMA MAIS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA FARMA MAIS LTDA ME, CNPJ nº 05.549.671/0001-20, em FLORIANO PEIXOTO /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072739/2011-13
Interessado: DROGA GE LTDA-EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGA GE LTDA-EPP, CNPJ nº 03.340.744/0001-43, em AMERICANA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073393/2011-62
Interessado: FARMACIA ANTONIO & BERTONCINI LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA ANTONIO & BERTONCINI LTDA, CNPJ nº 80.699.457/0001-75, em IMBITUBA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073519/2011-07
Interessado: FARMACIA ALVES PASSOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA ALVES PASSOS LTDA - ME, CNPJ nº 09.116.766/0001-00, em CUBATAO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072397/2011-23
Interessado: COSTA E MELO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COSTA E MELO LTDA, CNPJ nº 09.144.837/0001-89, em MONSENHOR TABOSA /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.068309/2011-99
Interessado: DROGARIA E FARMACIA GOMES LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E FARMACIA GOMES LTDA, CNPJ nº 82.861.733/0001-85, em POUSO REDONDO /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071795/2011-22
Interessado: SM FARMACIA LTDA. ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SM FARMACIA LTDA. ME, CNPJ nº 05.461.274/0001-00, em JARAGUA DO SUL /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071567/2011-52
Interessado: DANIELA ALVES VIEIRA & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DANIELA ALVES VIEIRA & CIA LTDA, CNPJ nº 13.086.286/0001-11, em BURITI DE GOIAS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072825/2011-18
Interessado: UNI -PHARMA MEDICAMENTO E MANIPULACAO LTDA-EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa UNI -PHARMA MEDICAMENTO E MANIPULACAO LTDA-EPP, CNPJ nº 03.553.414/0001-36, em PORTO FERREIRA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo nº 25000.071317/2011-12
Interessado: FARMACIA WISATT LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA WISATT LTDA, CNPJ nº 76.369.057/0001-24, em UMUARAMA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072410/2011-44
Interessado: TROMBIN SOARES & SOARES LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TROMBIN SOARES & SOARES LTDA ME, CNPJ nº 08.003.102/0001-72, em CRICIUMA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072678/2011-86
Interessado: F.M DE ALMEIDA GONCALVES & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa F.M DE ALMEIDA GONCALVES & CIA LTDA, CNPJ nº 25.472.077/0001-95, em CATAGUASES /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071625/2011-48
Interessado: ALISSON BARBOSA JUNIOR
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ALISSON BARBOSA JUNIOR, CNPJ nº 38.571.600/0001-82, em MONTE AZUL /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072923/2011-55
Interessado: FARMACIA REQUINTE DO VALE LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA REQUINTE DO VALE LTDA, CNPJ nº 09.342.188/0001-20, em PRESIDENTE GETULIO /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071289/2011-33
Interessado: DROGARIA ESTACAO DA SERRA LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ESTACAO DA SERRA LTDA EPP, CNPJ nº 85.400.281/0001-22, em SAO BENTO DO SUL /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071385/2011-81
Interessado: FARMA SA FARMACIA E DROGARIA LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMA SA FARMACIA E DROGARIA LTDA EPP, CNPJ nº 04.570.047/0001-41, em SAO JOAO BATISTA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072842/2011-55
Interessado: CARNEIRO LOBO & SILVA JUNIOR LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CARNEIRO LOBO & SILVA JUNIOR LTDA, CNPJ nº 11.965.391/0001-03, em BANDEIRANTES /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071502/2011-15
Interessado: AURELIO TEIXEIRA OENNING EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa AURELIO TEIXEIRA OENNING EPP, CNPJ nº 78.885.001/0001-58, em GRAVATAL /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071272/2011-86
Interessado: M C DIAS
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M C DIAS, CNPJ nº 08.403.159/0001-69, em ANDIRA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073556/2011-15
Interessado: HARFUCH & NAPOLITANO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa HARFUCH & NAPOLITANO LTDA ME, CNPJ nº 01.795.737/0001-00, em MARINGA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072811/2011-02
Interessado: FLORESTA COMERCIO DE ARTIGOS DE PERFUMARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FLORESTA COMERCIO DE ARTIGOS DE PERFUMARIA LTDA - ME, CNPJ nº 04.860.635/0001-10, em FLORESTA DO ARAGUAIA /PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071747/2011-34
Interessado: DROGARIA CARVALHO & FREITAS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CARVALHO & FREITAS LTDA, CNPJ nº 04.740.351/0001-90, em MALACACHETA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072852/2011-91
Interessado: DROGALAR DROGARIA DO LAR LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGALAR DROGARIA DO LAR LTDA, CNPJ nº 02.679.918/0001-34, em QUIRINOPOLIS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073548/2011-61
Interessado: FARMABULA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMABULA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 07.233.723/0001-80, em LAGOA VERMELHA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072369/2011-14
Interessado: DROGARIA PARAISO DE TAQUARITINGA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PARAISO DE TAQUARITINGA LTDA ME, CNPJ nº 02.589.189/0001-25, em TAQUARITINGA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071311/2011-45
Interessado: DROGARIA DA SAUDE LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DA SAUDE LTDA EPP, CNPJ nº 04.778.028/0001-05, em BLUMENAU /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071980/2011-17
Interessado: DROGARIA GP & PIERRE LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA GP & PIERRE LTDA - ME, CNPJ nº 07.145.884/0001-11, em SAO JOSE DOS CAMPOS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071406/2011-69
Interessado: ALVARO LOPES FARMACIA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ALVARO LOPES FARMACIA ME, CNPJ nº 37.206.968/0001-89, em FATIMA DO SUL /MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071634/2011-39
Interessado: DROGARIA LEONARDO LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA LEONARDO LTDA - EPP, CNPJ nº 80.445.711/0001-09, em LAURO MULLER /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072663/2011-18
Interessado: JOSE A.VIEIRA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOSE A.VIEIRA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - EPP, CNPJ nº 51.426.393/0001-30, em LENCOIS PAULISTA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo nº 25000.071550/2011-03
Interessado: DROGARIA ALVORADA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ALVORADA LTDA ME, CNPJ nº 20.994.562/0001-05, em BELO HORIZONTE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073580/2011-46
Interessado: NLS FARMACIA LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NLS FARMACIA LTDA., CNPJ nº 04.263.672/0001-40, em PORTAO /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072326/2011-21
Interessado: ANDRE VARGAS SILVA & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANDRE VARGAS SILVA & CIA LTDA, CNPJ nº 21.582.051/0001-49, em JUIZ DE FORA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073541/2011-49
Interessado: DAMASIO & ZAGHEN LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DAMASIO & ZAGHEN LTDA, CNPJ nº 10.513.995/0001-48, em GOUVEIA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073594/2011-60
Interessado: DROGARIA SAO BENTO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SAO BENTO LTDA - ME, CNPJ nº 10.340.261/0001-04, em ROLIM DE MOURA /RO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071510/2011-53
Interessado: OLIVEIRA & HARTMAN LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa OLIVEIRA & HARTMAN LTDA, CNPJ nº 09.241.892/0001-97, em RESERVA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.089273/2011-87
Interessado: DROGARIA SHAMAR LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SHAMAR LTDA-ME, CNPJ nº 72.598.535/0001-17, em BRASILIA /DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072437/2011-37
Interessado: FARMACIA VITAL FARMA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA VITAL FARMA LTDA ME, CNPJ nº 04.177.213/0001-44, em BLUMENAU /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073574/2011-99
Interessado: DROGARIA LEMOS DE SOUSA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA LEMOS DE SOUSA LTDA - ME, CNPJ nº 10.580.047/0001-25, em CAMACAN /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071593/2011-81
Interessado: H. M. R. DOS SANTOS & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa H. M. R. DOS SANTOS & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 09.146.590/0001-30, em CUIABA /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071533/2011-68
Interessado: FARMA FONE COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMA FONE COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. - ME, CNPJ nº 07.523.425/0001-24, em PONTA GROSSA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073583/2011-80
Interessado: DROGARIA VIEIRA GOMES LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA VIEIRA GOMES LTDA, CNPJ nº 04.139.293/0001-43, em APARECIDA DE GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071755/2011-81
Interessado: IVAN & MIRSANDRA PEREIRA DROGARIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa IVAN & MIRSANDRA PEREIRA DROGARIA LTDA ME, CNPJ nº 07.658.469/0001-61, em PRESIDENTE OLEGARIO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072458/2011-52
Interessado: BASSO & GIBERTONI LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BASSO & GIBERTONI LTDA-ME, CNPJ nº 05.285.202/0001-40, em NOVA ESPERANCA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071275/2011-10
Interessado: E. D. PIMENTA NUNES E CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa E. D. PIMENTA NUNES E CIA LTDA - ME, CNPJ nº 10.847.274/0001-74, em SAO MIGUEL DO ARAGUAIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072353/2011-01
Interessado: R. C. S. GOMES & CIA. LTDA. ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa R. C. S. GOMES & CIA. LTDA. ME, CNPJ nº 07.507.267/0001-19, em ROSARIO DA LIMEIRA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073524/2011-10
Interessado: R H FARMACIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa R H FARMACIA LTDA, CNPJ nº 35.897.438/0001-07, em SAO FIDELIS /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072595/2011-97
Interessado: COMERCIO DE MEDICAMENTOS BECKER LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIO DE MEDICAMENTOS BECKER LTDA, CNPJ nº 05.745.174/0001-05, em SANTA HELENA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071484/2011-63
Interessado: EDSON R. GRAEL & CIA. LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EDSON R. GRAEL & CIA. LTDA. - ME, CNPJ nº 65.630.378/0001-14, em DOIS CORREGOS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.071964/2011-24
Interessado: NACIONAL FARMA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa NACIONAL FARMA LTDA, CNPJ nº 10.746.409/0001-05, em SANTA HELENA DE GOIAS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.072786/2011-59
Interessado: C E M COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa C E M COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 06.269.356/0001-01, em ALTA FLORESTA /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo nº 25000.074931/2011-36
Interessado: SILVIO JOSE PEREIRA E CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SILVIO JOSE PEREIRA E CIA LTDA, CNPJ nº 08.517.345/0001-29, em FIRMINOPOLIS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.074063/2011-94
Interessado: SEVERO & OLIVEIRA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SEVERO & OLIVEIRA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ nº 09.121.304/0001-81, em ANAPOLIS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.083960/2011-99
Interessado: DROGARIA IMPERIAL DA VILA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA IMPERIAL DA VILA LTDA ME, CNPJ nº 00.271.415/0001-08, em DUQUE DE CAXIAS /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.083749/2011-76
Interessado: CORREA & HEISLER LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CORREA & HEISLER LTDA-ME, CNPJ nº 03.945.801/0001-18, em CURITIBA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.074092/2011-56
Interessado: MEDEIROS & SANTANA - DROGARIA LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MEDEIROS & SANTANA - DROGARIA LTDA., CNPJ nº 06.092.219/0001-44, em PORTO ALEGRE /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073834/2011-26
Interessado: JORGE GONCALVES DE LACERDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JORGE GONCALVES DE LACERDA, CNPJ nº 23.212.129/0001-69, em LIBERDADE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.074382/2011-08
Interessado: IEDA MARIA BORGES ROCHA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa IEDA MARIA BORGES ROCHA, CNPJ nº 03.159.445/0001-07, em FEIRA DE SANTANA /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.075439/2011-88
Interessado: MIRELLE CASAGRANDE JUST ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MIRELLE CASAGRANDE JUST ME, CNPJ nº 13.036.123/0001-24, em TURVO /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.083708/2011-80
Interessado: VIMAR COMERCIO FARMACEUTICO DE BILAC LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa VIMAR COMERCIO FARMACEUTICO DE BILAC LTDA ME, CNPJ nº 03.238.872/0001-80, em BILAC /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.084037/2011-74
Interessado: RAIMUNDO MALTEZ LEITE E FILHO LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RAIMUNDO MALTEZ LEITE E FILHO LTDA - EPP, CNPJ nº 25.952.664/0001-81, em BOM JESUS DO AMPARO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.075321/2011-50
Interessado: ATTILA ELOD BLESZ
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ATTILA ELOD BLESZ, CNPJ nº 98.660.301/0001-46, em VERA CRUZ /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.075794/2011-57
Interessado: FARMACIA ALIANCA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA ALIANCA LTDA, CNPJ nº 72.440.332/0001-06, em PORTO ALEGRE /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.075451/2011-92
Interessado: DROGARIA WBR LEITE LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA WBR LEITE LTDA, CNPJ nº 10.674.314/0001-23, em MARIANA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.075525/2011-91
Interessado: FARMACIA DE MANIPULACAO SCHARDONG LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DE MANIPULACAO SCHARDONG LTDA. - ME, CNPJ nº 04.047.823/0001-23, em ESTRELA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073830/2011-48
Interessado: BARRA DROGARIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BARRA DROGARIA LTDA ME, CNPJ nº 08.447.819/0001-03, em BARRA DE SAO FRANCISCO /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.074100/2011-64
Interessado: BENEDITA CLAUDIA BATISTA PEREIRA & CIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BENEDITA CLAUDIA BATISTA PEREIRA & CIA LTDA - ME, CNPJ nº 65.356.867/0001-20, em CRISTINA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.082043/2011-97
Interessado: COMERCIAL DE MEDICAMENTOS MOTA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COMERCIAL DE MEDICAMENTOS MOTA LTDA, CNPJ nº 06.635.112/0001-03, em MOMBACA /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073467/2011-61
Interessado: DROGARIA PANORAMICA LTDA-EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PANORAMICA LTDA-EPP, CNPJ nº 08.783.093/0001-80, em BRASILIA /DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.081943/2011-17
Interessado: PATRICIA BITENCOURT DE OLIVEIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa PATRICIA BITENCOURT DE OLIVEIRA - ME, CNPJ nº 12.465.797/0001-81, em CACADOR /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.074956/2011-30
Interessado: LODING & OLIVEIRA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LODING & OLIVEIRA LTDA - ME, CNPJ nº 12.743.421/0001-91, em MONTE ALEGRE DO SUL /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073419/2011-72
Interessado: DROGARIA SOLEDADE LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SOLEDADE LTDA ME, CNPJ nº 01.392.290/0001-29, em SOLEDADE DE MINAS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo nº 25000.073795/2011-67
Interessado: LARISSA MUTERLLE
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LARISSA MUTERLLE, CNPJ nº 06.110.046/0001-40, em PASSO FUNDO /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.075398/2011-20
Interessado: FARMACIA OLIVEIRA LOPES LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA OLIVEIRA LOPES LTDA, CNPJ nº 03.804.762/0001-39, em BOM JESUS DE GOIAS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.081731/2011-30
Interessado: DROGARIA NOVO MUNDO BRAGANCA PAULISTA LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA NOVO MUNDO BRAGANCA PAULISTA LTDA., CNPJ nº 03.237.282/0001-33, em BRAGANCA PAULISTA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.075440/2011-11
Interessado: SILVA & EREIAS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SILVA & EREIAS LTDA, CNPJ nº 02.952.134/0001-38, em JAGUARAO /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.074363/2011-73
Interessado: JOICYARA RAQUEL DA SILVA COSTA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOICYARA RAQUEL DA SILVA COSTA, CNPJ nº 10.994.767/0001-37, em CATUTI /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.074817/2011-14
Interessado: WILLIANS POMPEO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa WILLIANS POMPEO - ME, CNPJ nº 05.215.061/0001-90, em ROSANA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.074851/2011-81
Interessado: ANTONIA COELHO SAMPAIO ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ANTONIA COELHO SAMPAIO ME, CNPJ nº 41.414.137/0001-70, em NOVO ORIENTE /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073941/2011-54
Interessado: ESTACAO SAUDE FARMACIA LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ESTACAO SAUDE FARMACIA LTDA-ME, CNPJ nº 08.520.485/0001-56, em ARARANGUA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073402/2011-15
Interessado: FARMACIA SAO JOAQUIM LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SAO JOAQUIM LTDA ME, CNPJ nº 06.890.123/0001-21, em ITAPAGE /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.074406/2011-11
Interessado: CLAUDIOMAR F. DA SILVA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CLAUDIOMAR F. DA SILVA - ME, CNPJ nº 05.758.707/0001-85, em ALTO BOA VISTA /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.081678/2011-77
Interessado: JANETE S. BOTH
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JANETE S. BOTH, CNPJ nº 04.169.977/0001-98, em ARROIO DO MEIO /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.081552/2011-01
Interessado: QUEIROZ DE SOUZA & SILVA SOUZA DROGARIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa QUEIROZ DE SOUZA & SILVA SOUZA DROGARIA LTDA, CNPJ nº 07.686.270/0001-47, em IGARAPAVA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.075463/2011-17
Interessado: JOAO DA FONSECA GOMES E CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOAO DA FONSECA GOMES E CIA LTDA ME, CNPJ nº 02.372.167/0001-09, em FAINA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.082425/2011-11
Interessado: FABIANO FERREIRA DAVO E CIA LIMITADA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FABIANO FERREIRA DAVO E CIA LIMITADA ME, CNPJ nº 07.282.549/0001-65, em TRES CORACOES /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.081738/2011-51
Interessado: JMM DROGARIA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JMM DROGARIA LTDA - ME, CNPJ nº 13.174.717/0001-00, em SERTAOZINHO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.074105/2011-97
Interessado: DROGARIA REZENDE & LUCIO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA REZENDE & LUCIO LTDA, CNPJ nº 11.279.013/0001-68, em JUIZ DE FORA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.081366/2011-63
Interessado: FUENTES & CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FUENTES & CIA LTDA, CNPJ nº 79.128.708/0001-82, em PEROLA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.074443/2011-29
Interessado: DROGARIA JMA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA JMA LTDA, CNPJ nº 12.122.217/0001-53, em CONTAGEM /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.075358/2011-88
Interessado: TOTAL FARMA DE MURIAE LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa TOTAL FARMA DE MURIAE LTDA ME, CNPJ nº 12.817.080/0001-51, em MURIAE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.076061/2011-30
Interessado: MATEUS DA SILVA MOTTA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MATEUS DA SILVA MOTTA, CNPJ nº 08.683.361/0001-91, em CRICIUMA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.075546/2011-14
Interessado: LAURIVAM MANOEL DE PAULA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa LAURIVAM MANOEL DE PAULA, CNPJ nº 03.595.439/0001-00, em CATALAO /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo nº 25000.075443/2011-46
Interessado: FRANCO & TEIXEIRA FARMACIA E DROGARIA LTDA. - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FRANCO & TEIXEIRA FARMACIA E DROGARIA LTDA. - ME, CNPJ nº 12.582.170/0001-00, em BOMBINHAS /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.074492/2011-61
Interessado: CARDOSO E GARCIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa CARDOSO E GARCIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº 02.500.479/0001-50, em CEZARINA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.074861/2011-16
Interessado: RENATO SOARES DA ROSA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RENATO SOARES DA ROSA ME, CNPJ nº 24.044.992/0001-17, em ITAPEVA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073868/2011-11
Interessado: DROGARIA POLLO DE ITAUNA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA POLLO DE ITAUNA LTDA ME, CNPJ nº 11.295.013/0001-51, em SAO GONCALO /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.075291/2011-81
Interessado: DROGARIA BERGO & BERGO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA BERGO & BERGO LTDA - ME, CNPJ nº 10.517.184/0001-15, em TAQUARITINGA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.075283/2011-35
Interessado: DROGARIA CLAUBER & VINICIUS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA CLAUBER & VINICIUS LTDA - ME, CNPJ nº 08.824.496/0001-20, em SOROCABA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073765/2011-51
Interessado: BRANT E FIRMO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BRANT E FIRMO LTDA, CNPJ nº 11.767.169/0001-98, em ESPLANADA /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.074668/2011-85
Interessado: ALEXANDRE & ALEXANDRE COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ALEXANDRE & ALEXANDRE COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, CNPJ nº 10.201.388/0001-42, em SOMBRIO /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.081679/2011-11
Interessado: JEFFERSON RAFAEL A GUEDES ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JEFFERSON RAFAEL A GUEDES ME, CNPJ nº 09.051.449/0001-53, em MACAIBA /RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.083765/2011-69
Interessado: OLIVEIRA & BARROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E ARTIGOS HOSPITALARES LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa OLIVEIRA & BARROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E ARTIGOS HOSPITALARES LTDA., CNPJ nº 12.985.077/0001-47, em GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073600/2011-89
Interessado: MARTA REGINA RIBEIRO DOS SANTOS-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARTA REGINA RIBEIRO DOS SANTOS-ME, CNPJ nº 06.065.308/0001-00, em ASSIS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.081838/2011-88
Interessado: JOAO MARIA MARTINS E CIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JOAO MARIA MARTINS E CIA LTDA, CNPJ nº 33.368.986/0001-06, em GOIAS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.075886/2011-37
Interessado: FRANCYNE VIEIRA DE OLIVEIRA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FRANCYNE VIEIRA DE OLIVEIRA ME, CNPJ nº 12.940.307/0001-51, em LAGUNA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073929/2011-40
Interessado: MARLI DORNELES VIEIRA BISPO
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARLI DORNELES VIEIRA BISPO, CNPJ nº 11.407.166/0001-43, em ANAPOLIS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073786/2011-76
Interessado: FARMACIA M R SIMAS LTDA. EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA M R SIMAS LTDA. EPP, CNPJ nº 05.262.364/0001-63, em RIO DE JANEIRO /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.075369/2011-68
Interessado: FARMACIA MODELO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA MODELO LTDA ME, CNPJ nº 07.323.454/0001-42, em BARBALHA /CE na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.081385/2011-90
Interessado: JC LEANDRO & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JC LEANDRO & CIA LTDA ME, CNPJ nº 12.678.716/0001-21, em RIO DO SUL /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.074012/2011-62
Interessado: JK - PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa JK - PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ nº 01.028.448/0001-86, em ANAPOLIS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.074662/2011-16
Interessado: ROMILDO LIANDRO DE SOUZA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa ROMILDO LIANDRO DE SOUZA ME, CNPJ nº 07.924.954/0001-30, em RONDON DO PARA /PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.083724/2011-72
Interessado: DROGARIA VANFARMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA VANFARMA LTDA - ME, CNPJ nº 11.765.072/0001-46, em TRINDADE /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.075386/2011-03
Interessado: DL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 11.386.165/0001-60, em CEZARINA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo nº 25000.082473/2011-17
Interessado: DROGARIA SOUZA E PEREIRA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SOUZA E PEREIRA LTDA, CNPJ nº 66.295.171/0001-01, em MONTES CLAROS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.075662/2011-25
Interessado: DROGARIA ANDRADE & PEIXOTO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA ANDRADE & PEIXOTO LTDA, CNPJ nº 07.456.750/0001-11, em ENTRE RIOS DE MINAS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.077954/2011-01
Interessado: FARMACIA CENTRAL VL LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA CENTRAL VL LTDA-ME, CNPJ nº 11.429.139/0001-71, em TEOFILO OTONI /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.075716/2011-52
Interessado: SUPER FARMA LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SUPER FARMA LTDA-ME, CNPJ nº 83.759.084/0001-79, em MARABA /PA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.083847/2011-11
Interessado: MEDICINALIS FARMACEUTICA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MEDICINALIS FARMACEUTICA LTDA ME, CNPJ nº 11.404.581/0001-43, em CAMPO GRANDE /MS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.075486/2011-21
Interessado: DROGARIA J. A. M. LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA J. A. M. LTDA, CNPJ nº 04.322.310/0001-83, em MANTENA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.074828/2011-96
Interessado: DROGARIA E FARMACIA FARMAPLUS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E FARMACIA FARMAPLUS LTDA, CNPJ nº 03.581.243/0001-59, em AGUAS MORNAS /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.075285/2011-24
Interessado: SILVANA MARY GUIRRO GRASSI ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SILVANA MARY GUIRRO GRASSI ME, CNPJ nº 65.650.178/0001-23, em ITAPOLIS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.081866/2011-03
Interessado: DROGARIA DO TURQUINHO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA DO TURQUINHO LTDA, CNPJ nº 58.472.077/0001-44, em PRAIA GRANDE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.081829/2011-97
Interessado: BIOFARMA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa BIOFARMA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA EPP, CNPJ nº 13.097.460/0001-21, em MOGI DAS CRUZES /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.075342/2011-75
Interessado: FARMACIA LIVIA YASUDA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA LIVIA YASUDA LTDA, CNPJ nº 02.841.888/0001-10, em SAO PAULO /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073957/2011-67
Interessado: FARMACIA DAYFARMA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DAYFARMA LTDA - ME, CNPJ nº 07.987.101/0001-47, em NOVA VENEZA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.075507/2011-17
Interessado: FARMACIA DO POSTAO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DO POSTAO LTDA, CNPJ nº 03.017.484/0001-70, em ESTEIO /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.083739/2011-31
Interessado: D. W. COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa D. W. COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA ME, CNPJ nº 01.647.576/0001-08, em IUNA /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.075471/2011-63
Interessado: FARMACIA DUDA & GABI LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA DUDA & GABI LTDA ME, CNPJ nº 07.657.213/0001-30, em SALVADOR /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.032165/2011-32
Interessado: A2 COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa A2 COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA ME, CNPJ nº 02.456.030/0001-32, em CURITIBA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.076231/2011-86
Interessado: MENTHA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MENTHA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA, CNPJ nº 04.433.072/0001-83, em MANHUMIRIM /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073909/2011-79
Interessado: AM COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa AM COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA, CNPJ nº 11.862.134/0001-38, em GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.075362/2011-46
Interessado: DROGARIA PARANA LTDA EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA PARANA LTDA EPP, CNPJ nº 00.484.543/0001-21, em BRASILIA /DF na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.084104/2011-51
Interessado: M E C PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa M E C PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ nº 09.637.459/0001-75, em GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.074120/2011-35
Interessado: DROGARIA MARGEL LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MARGEL LTDA ME, CNPJ nº 72.160.781/0001-92, em SAO JOAO DE MERITI /RJ na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ref.: Processo nº 25000.076280/2011-19
Interessado: HUGO LELIS PEREIRA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa HUGO LELIS PEREIRA, CNPJ nº 12.222.431/0001-81, em GOIANIA /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.075695/2011-75
Interessado: IBAPHARMA FARMACIA E MANIPULACAO IBATE LTDA "ME"
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa IBAPHARMA FARMACIA E MANIPULACAO IBATE LTDA "ME", CNPJ nº 04.802.287/0001-24, em IBATE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.081811/2011-95
Interessado: D - PHARMA HOMEOPATIA E FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa D - PHARMA HOMEOPATIA E FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA ME, CNPJ nº 05.229.213/0001-03, em CRISTINA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.083783/2011-41
Interessado: MARIA ISABEL HAACK DROGARIA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MARIA ISABEL HAACK DROGARIA - ME, CNPJ nº 06.000.037/0001-04, em SOROCABA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.081726/2011-27
Interessado: WILLIAN DE ALMEIDA BRITO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa WILLIAN DE ALMEIDA BRITO - ME, CNPJ nº 11.790.016/0001-61, em NOVORIZONTE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.075287/2011-13
Interessado: GREBOGGY & GREBOGGY COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GREBOGGY & GREBOGGY COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 13.144.006/0001-84, em MORRETES /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.074549/2011-22
Interessado: RAMOS E BARROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RAMOS E BARROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 13.001.477/0001-33, em ANAPOLIS /GO na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073561/2011-10
Interessado: OTHONFARMA COMERCIO VARESJISTA DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa OTHONFARMA COMERCIO VARESJISTA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 11.838.929/0001-00, em NATAL /RN na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.074811/2011-39
Interessado: R.F.C DOMINGUES
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa R.F.C DOMINGUES, CNPJ nº 06.090.792/0001-19, em MARILUZ /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.081675/2011-33
Interessado: DROGARIA E FARMACIA NOVA PROSPERA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E FARMACIA NOVA PROSPERA LTDA ME, CNPJ nº 07.013.721/0001-85, em CRICIUMA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073455/2011-36
Interessado: FARMACIA BRASILEIRA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA BRASILEIRA LTDA, CNPJ nº 07.815.450/0001-81, em SAO DOMINGOS DO NORTE /ES na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.082006/2011-89
Interessado: FROEHNER E DIAS LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FROEHNER E DIAS LTDA, CNPJ nº 09.222.236/0001-47, em CIANORTE /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.074429/2011-25
Interessado: GR VERTUAN & CIA LTDA ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GR VERTUAN & CIA LTDA ME, CNPJ nº 58.958.927/0001-19, em AGUDOS /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.076249/2011-88
Interessado: DROGARIA MARSYL LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA MARSYL LTDA-ME, CNPJ nº 04.602.690/0001-00, em ARACOIABA DA SERRA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.084069/2011-70
Interessado: SILVANA GONCALVES FRANCO - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa SILVANA GONCALVES FRANCO - ME, CNPJ nº 07.046.673/0001-21, em CABECEIRA GRANDE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073586/2011-13
Interessado: GIMENES & VICENTIM LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GIMENES & VICENTIM LTDA - ME, CNPJ nº 11.797.398/0001-55, em IGARACU DO TIETE /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.083868/2011-29
Interessado: DROGARIA BET E MARTINS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA BET E MARTINS LTDA - ME, CNPJ nº 08.722.954/0001-10, em LAURO MULLER /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073982/2011-41
Interessado: HANNA RUS FARMACIA DE MANIPULACAO LIMITADA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa HANNA RUS FARMACIA DE MANIPULACAO LIMITADA - ME, CNPJ nº 06.376.064/0001-78, em RONDONOPOLIS /MT na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.078024/2011-66
Interessado: P IBRAHIM ABBAS - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa P IBRAHIM ABBAS - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CNPJ nº 11.731.016/0001-90, em LONDRINA /PR na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073910/2011-01
Interessado: DROGARIA UNIAO DE MURIAE LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA UNIAO DE MURIAE LTDA, CNPJ nº 41.737.271/0001-01, em MURIAE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ref.: Processo nº 25000.081718/2011-81
Interessado: DROGARIA SARMENTO E SILVA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA SARMENTO E SILVA LTDA - ME, CNPJ nº 12.824.161/0001-89, em SALINAS /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.074623/2011-19
Interessado: MORAES E BRAGA LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa MORAES E BRAGA LTDA., CNPJ nº 11.390.934/0001-01, em BARRA DA ESTIVA /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.073430/2011-32
Interessado: GULIVER DROGARIA E PERFUMARIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GULIVER DROGARIA E PERFUMARIA LTDA, CNPJ nº 11.786.805/0001-29, em SAPUCAI-MIRIM /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.076443/2011-63
Interessado: AMANDA DE S SANTOS & CIA LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa AMANDA DE S SANTOS & CIA LTDA., CNPJ nº 10.618.704/0001-86, em RIO PARDO /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Ref.: Processo nº 25000.077490/2011-24
Interessado: DE CONTO & PIRAN LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DE CONTO & PIRAN LTDA, CNPJ nº 03.490.459/0001-09, em CHAPECO /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação, inclusive quanto a sua filial a seguir discriminada:

03.490.459/0002-90 CORONEL FREITAS SC

Ref.: Processo nº 25000.074418/2011-45
Interessado: GNOCCATO & GNOCCATO LTDA.
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GNOCCATO & GNOCCATO LTDA., CNPJ nº 00.521.814/0001-71, em SANTA MARIA /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação, inclusive quanto as suas filiais a seguir discriminadas:

00.521.814/0002-52 SANTA MARIA RS
00.521.814/0003-33 SANTA MARIA RS
00.521.814/0004-14 SANTA MARIA RS

2. Publique-se.

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 25, DE 1º DE JULHO DE 2011

Dá nova redação ao Anexo da Instrução Normativa nº 46, de 29 de setembro de 2009, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o calendário para habilitação de entidades privadas sem fins lucrativos e apresentação, seleção e contratação de propostas formuladas no âmbito das ações orçamentárias de Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social e de Apoio à Produção Social da Moradia, executadas com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, referente ao exercício orçamentário de 2009.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Decreto 6.170 de 25 de julho de 2007 da Presidência da República, a Portaria Interministerial Nº 127 de 29 de maio de 2008 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, o art. 14 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, o art. 4º do Decreto nº 5.796, de 6 de junho de 2006, a Resolução nº 9, de 20 de junho de 2007, a Resolução nº 13, de 15 de outubro de 2007 e a Resolução nº 27, de 3 de julho de 2009, todas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, resolve:

Art. 1º O Anexo da Instrução Normativa nº 46, de 29 de setembro de 2009, do Ministério das Cidades, publicada no Diário Oficial da União, em 30 de setembro de 2009, seção 1, pág. 201, que dispõe sobre o calendário para habilitação de entidades privadas sem fins lucrativos e apresentação, seleção e contratação de propostas formuladas no âmbito das ações orçamentárias de Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social e de Apoio à Produção Social da Moradia, executadas com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, referente ao exercício de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO

CALENDÁRIO DE HABILITAÇÃO E APRESENTAÇÃO, SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE PROPOSTAS - EXERCÍCIO 2010
AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
E
AÇÃO DE APOIO À PRODUÇÃO SOCIAL DA MORADIA

ETAPAS	*RESPONSÁVEIS*	*PRAZOS*
1 - Entrega de documentos e preenchimento de formulário eletrônico, para fins de habilitação.	*(1) e (2)*	*Até 31/12/2009*
2 - Validação da documentação entregue para fins de habilitação.	*(2)*	*Até 11/01/2010*
3 - Homologação e divulgação do resultado da habilitação de entidades.	*(3)*	*Em 15/01/2009*
4 - Preenchimento de consulta - prévia, para fins de seleção.	*(4)*	*De 26/11/2009 a 29/01/2010*
5 - Aprovação e divulgação do resultado da seleção de propostas de repasse de recursos.	*(3)*	*Em 05/03/2010*
6 - Entrega de documentos referentes às propostas selecionadas, ao Agente Operador, para fins de análise de viabilidade técnica e jurídica de contratação e celebração do contrato de repasse ou termo de compromisso.	*(2) e (4)*	*De 08/03/2010 a* ***31/01/2012***

Legenda:
(1) Entidades privadas sem fins lucrativos interessadas em participar do programa.
(2) Agente Operador - Caixa Econômica Federal.
(3) Ministério das Cidades.
(4) Entidades privadas sem fins lucrativos habilitadas ou administração pública dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios."

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados pelo Agente Operador a partir de 30 de junho de 2011 até a data de publicação desta Instrução Normativa, referentes à recepção de documentos e análise de viabilidade técnica e jurídica de contratação das propostas selecionadas.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO NEGROMONTE

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 26, DE 1º DE JULHO DE 2011

Dá nova redação ao Anexo I da Instrução Normativa nº 69, de 9 de novembro de 2010, na parte em que dispõe sobre o calendário para apresentação, seleção e contratação de propostas formuladas no âmbito da ação de Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, executada com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, referente ao exercício orçamentário de 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Decreto 6.170 de 25 de julho de 2007 da Presidência da República, a Portaria Interministerial Nº 127 de 29 de maio de 2008 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, o art. 14 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, o art. 4º do Decreto nº 5.796, de 6 de junho de 2006, a Resolução nº 9, de 20 de junho de 2007, a Resolução nº 13, de 15 de outubro de 2007 e a Resolução nº 27, de 3 de julho de 2009, todas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, resolve:

Art. 1º O Anexo I da Instrução Normativa nº 69, de 9 de novembro de 2010 do Ministério das Cidades, publicada no Diário Oficial da União, em 10 de novembro de 2010, seção 1, pág. 34, na parte em que dispõe sobre o calendário para apresentação, seleção e contratação de propostas formuladas, por entidades privadas sem fins lucrativos, no âmbito da ação de Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, executada com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, referente ao exercício orçamentário de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
CALENDÁRIO DE APRESENTAÇÃO, SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE PROPOSTAS
EXERCÍCIO 2010

ETAPAS	*RESPONSÁVEIS*	*PRAZOS*
1 - Apresentação de propostas, para fins de seleção, sob a forma de formulário de consulta - prévia, disponível no sítio eletrônico do Ministério das Cidades.	*(1)*	*De 10/11 a 30/11/2010*
2 - Divulgação do resultado da seleção de propostas.	*(3)*	*Em 16/12/2010*
3 - Inserção e aprovação das propostas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV.	*(1) e (3)*	*Até 31/05/2011*
4 - Entrega de documentos referentes às propostas selecionadas, ao Agente Operador, para fins de análise de viabilidade técnica e jurídica de contratação e celebração do contrato de repasse.	*(1) e (2)*	*De 17/12/2010 a* ***31/01/2012***

Legenda:
(1) Entidades privadas sem fins lucrativos habilitadas.
(2) Agente Operador - Caixa Econômica Federal.
(3) Ministério das Cidades."

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados pelo Agente Operador, a partir de 30 de junho de 2011 até a data de publicação desta Instrução Normativa, referentes à recepção de documentos e análise de viabilidade técnica e jurídica de contratação das propostas selecionadas.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO NEGROMONTE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 308, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Estabelece, no âmbito do Ministério das Cidades, regras para o procedimento de seleção interna para execução das ações de comunicação publicitária.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e considerando o disposto no § 4º do art. 2º da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, resolve:

Art. 1º Estabelecer, no âmbito do Ministério das Cidades, regras para o procedimento interno de análise, desenvolvimento e execução de demandas referentes às ações de comunicação publicitária.

Art. 2º Os procedimentos de seleção interna para contratação de serviços de publicidade são:

I - elaboração do briefing pela Assessoria de Comunicação Social (ASCOM), que constituirá o instrumento convocatório da seleção e conterá todos os subsídios para que as agências possam elaborar propostas de solução para as necessidades de comunicação;

II - fornecimento de cópia do briefing às agências, por correio eletrônico ou, preferencialmente, de forma presencial;

III - julgamento das propostas apresentadas na forma estabelecida nesta Portaria.

§ 1º O procedimento de seleção interna entre as agências contratadas será aprovado por uma Comissão de Avaliação a ser designada pelo Chefe da ASCOM, composta pelo Chefe da Divisão de Publicidade da ASCOM e por, no mínimo, mais 4(quatro) técnicos: 3(três) da Divisão de Publicidade da ASCOM - 1(um) de mídia, 1(um) de planejamento, e 1(um) de atendimento; e 1(um) da área demandante da campanha.

§ 2º A Comissão de Avaliação será coordenada pelo Chefe da Divisão de Publicidade da ASCOM.

Art. 3º Para seleção das agências, serão considerados os seguintes critérios:

I - Briefing: Conformidade da proposta com o problema de comunicação proposto pelo briefing;

II - Linha Criativa: Defesa geral da proposta, consistência da linha criativa, adequação ao problema de comunicação proposto e simplicidade da forma sob a qual se apresenta;

III - Formatos: Materialização da linha criativa nos diversos formatos;

IV - Linguagem: Adequação da linguagem aos públicos e meios propostos;

V - Originalidade: Diferenciação da proposta pela originalidade e apresentação de ações adicionais interessantes;

VI - Exequibilidade da Produção: Exequibilidade do conjunto de peças dentro do prazo previsto e com os recursos planejados;

VII - Estratégia de Comunicação: Adequação do conceito geral e do formato à solução dos problemas de comunicação;

VIII - Estratégia de Mídia: Adequação do plano de mídia às ações pretendidas e à solução dos problemas.

Art. 4º A ASCOM designará data para que as agências apresentem propostas de solução criativa e entreguem uma cópia impressa e em CD.

Art. 5º A avaliação da proposta se dará pela aplicação das seguintes notas:

I - 0 (zero) Não Atende;

II - 3 (três) Atende Parcialmente;

III - 6 (seis) Atende Satisfatoriamente;

IV - 9 (nove) Atende Plenamente.

Art. 6º A Comissão de Avaliação pontuará em conformidade com os critérios estabelecidos nos quesitos elencados no art. 3º desta portaria e a nota final de cada item será apurada multiplicando-se as notas pelos pesos correspondentes, conforme a seguir:

I - Briefing: Peso 3(três);

II - Linha Criativa: Peso 4(quatro);

III - Formatos: Peso 1(um);

IV - Linguagem: Peso 2(dois);

V - Originalidade: Peso 2(dois);

VI - Exequibilidade da Produção: Peso 3(três);

VII - Estratégia de Comunicação: Peso 4(quatro);

VIII - Estratégia de Mídia: Peso 3(três).

§ 1º Será considerada a melhor proposta a que obtiver maior nota no somatório das notas finais, de acordo com o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Em caso de empate, sagrar-se-á vencedora a proposta que obtiver a melhor nota por item na seguinte ordem.

I - Estratégia de Comunicação;

II - Linha Criativa;

III - Briefing;

IV - Estratégia de Mídia;

V - Exeqüibilidade da Produção;

VI - Linguagem;

VII - Originalidade;

VIII - Formatos.

§ 3º Persistindo o empate, será realizado sorteio pela Comissão de Avaliação, com a presença de representantes das agências participantes da seleção, caso queiram estar presentes.

Art. 7º Caso nenhuma das propostas seja aprovada, a ASCOM determinará às agências que apresentem novas propostas.

Art. 8º As agências participantes da seleção serão informadas do resultado por correio eletrônico, pela Comissão de Avaliação.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO NEGROMONTE

PORTARIA Nº 309, DE 1º DE JULHO DE 2011

Estabelece prazo para atendimento às exigências técnicas previstas em cláusula suspensiva. Contratos firmados em 2009 não enquadrados no PAC.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal; o inciso III do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003, e considerando o disposto no Decreto nº 7.468, de 28 de abril de 2011, alterado pelo Decreto nº 7.511, de 30 de junho de 2011, e na Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 268, de 25 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 26 de agosto de 2009, Seção 1, página 87, resolve:

Art. 1º. Estabelecer, até 30 de setembro de 2011, o prazo para atendimento às exigências técnicas previstas em cláusula suspensiva contratual referente aos contratos firmados no exercício financeiro de 2009, não enquadrados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MÁRIO NEGROMONTE

PORTARIA Nº 310, DE 1º DE JULHO DE 2011

Retifica o Anexo 1 da Portaria MCIDADES nº 225/2011, que divulgou o resultado do processo de seleção de propostas apresentadas para beneficiar os municípios integrantes do Grupo 1 da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o inciso III do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o art. 3º do Anexo I do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003, resolve:

Art. 1º. Retificar o Anexo 1 da Portaria MCIDADES nº 225, de 3 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 5 de maio de 2010, Seção 1, página 64, que divulga o resultado do processo de seleção de propostas instituído pela Portaria MCIDADES nº 229, de 11 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2010, Seção 1, páginas 66 e 67, para beneficiar os municípios integrantes do Grupo 1 da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, no que diz respeito à proposta 428.2.1106/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

(R$)

ÁREA	Identificação da proposta	UF	Proponente	Município Beneficiado	Intervenção	Modalidade	Fonte	OGU (VI)	FIN (VE)
PAV	428.2.1106/2010	AC	Estado	Rio Branco	Pavimentação, drenagem, rede de água e esgotamento sanitário nos Bairros Nova Esperança, Geraldo Fleming, Conjunto Esperança, Santa Quitéria, Santa Inês, Santa Cecília, Jardim Europa, Conjunto Mariana, Jardim América/Boa Esperança e Belo Jardim	Pavimentação	FIN		86.451.238,62

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO NEGROMONTE

PORTARIA Nº 311, DE 1º DE JULHO DE 2011

Altera calendários para contratação das Ações/Modalidades a serem apoiadas com recursos de financiamento da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Alterar, na forma dos Anexos desta portaria, os Anexos II e IV da Portaria nº 646, de 23 de dezembro de 2010.

Art. 2º. No caso das operações de Saneamento, fica estabelecido o prazo limite de 22 de agosto de 2011 para a emissão dos termos de habilitação pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO NEGROMONTE

ANEXO I

ALTERA O ANEXO II DA PORTARIA Nº 646, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010
GRUPO 1 - FINANCIAMENTO
PROGRAMAS PRÓ-MORADIA,
SANEAMENTO E PRÓ-TRANSPORTE
MODALIDADES: ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, SANEAMENTO INTEGRADO, DRENAGEM URBANA E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS, URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS

PROCEDIMENTO	PRAZOS
Apresentação, pelos proponentes mutuários, dos projetos de engenharia e demais documentação técnica, jurídica e institucional junto aos agentes financeiros	Até 31/03/2011
Validação da proposta pelo agente financeiro	Até 08/08/2011
Data limite para o agente financeiro abrir processo na STN/MF para verificação de limites e condições	Até 05/09/2011
Data limite de entrega de documentos complementares solicitados pela STN/MF	Até 14/10/2011
Data limite para verificação de limites e condições pela STN/MF	Até 31/10/2011
Data limite para contratação da operação	Até 14/11/2011
Data limite para o primeiro desembolso	Até 12 meses a contar da data da contratação

ANEXO II

ALTERA O ANEXO IV DA PORTARIA Nº 646, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010
GRUPOS 2 e 3 - FINANCIAMENTO
PROGRAMAS PRÓ-MORADIA, SANEAMENTO E
PRÓ-TRANSPORTE
GRUPO 2
MODALIDADES: ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, SANEAMENTO INTEGRADO, DRENAGEM URBANA E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS, URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS
GRUPO 3
MODALIDADE: URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS

PROCEDIMENTO	PRAZOS
Apresentação, pelos proponentes mutuários, dos projetos de engenharia e demais documentação técnica, jurídica e institucional junto aos agentes financeiros	Até 31/03/2011
Validação da proposta pelo agente financeiro	Até 08/08/2011
Data limite para o agente financeiro abrir processo na STN/MF para verificação de limites e condições	Até 05/09/2011
Data limite de entrega de documentos complementares solicitados pela STN/MF	Até 14/10/2011
Data limite para verificação de limites e condições pela STN/MF	Até 31/10/2011
Data limite para contratação da operação	Até 14/11/2011
Data limite para o primeiro desembolso	Até 12 meses a contar da data da contratação

PORTARIA Nº 312, DE 1º DE JULHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o inciso III do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003, resolve:

Art. 1º. Estabelecer prazo, até 15 de agosto de 2011, para atendimento das exigências técnicas previstas em cláusula suspensiva dos Termos de Compromisso, inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, firmados nos exercícios de 2007, 2008 e 2009.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 1º. As cláusulas suspensivas a que se refere o caput são parciais para os Termos de Compromisso firmados nos exercícios de 2007 e 2008 e suspensivas totais para os Termos de Compromisso firmados no exercício de 2009.

§ 2º. O não atendimento das pendências técnicas, previstas em cláusula suspensiva parcial, relacionadas às etapas subsequentes do Termo de Compromisso no prazo previsto no caput acarretará em cancelamento das etapas não homologadas.

Art. 2º. Estabelecer prazo, até 31 de dezembro de 2011, para atendimento das exigências técnicas previstas em cláusula suspensiva dos Termos de Compromisso inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, firmados no exercício de 2010.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MÁRIO NEGROMONTE

PORTARIA Nº 313 , DE 1º DE JULHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o inciso III do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo para atendimento às exigências técnicas previstas em cláusula suspensiva, até 15 de agosto de 2011, referente aos contratos de repasse firmados nos exercícios de 2009, no âmbito do Programa Produção Social da Moradia, operado com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS.

Art. 2º Prorrogar o prazo para atendimento às exigências técnicas previstas em cláusula suspensiva, até 31 de dezembro de 2011, referente aos contratos de repasse firmados nos exercícios de 2010, no âmbito do Programa Produção Social da Moradia, operado com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS.

Art. 3º Ficam convalidados os atos praticados pelo Agente Operador a partir de 30 de junho de 2011 até a data de publicação desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO NEGROMONTE

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 4.193, DE 29 DE JUNHO DE 2010

Processo nº 53500.029349/2009 - Aplica a FONEBRASIL COMUNICACAO & MULTIMIDIA LTDA - ME, CNPJ nº 06.957.255/0001-23, FISTEL nº 50402147740, a sanção de caducidade da autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, consubstanciada no Ato nº 50.998, de 15 de junho de 2005, publicado no DOU em 22 de junho de 2005, pelo descumprimento do disposto no art. 6º, §2º, e art. 8º, da Lei nº 5.070/1966, e no art. 11, do Anexo à Resolução nº 255/2001. A sanção aplicada não implica isenção de eventuais débitos decorrentes da autorização anteriormente expedida.

ANTONIO DOMINGOS TEIXEIRA BEDRAN
Presidente do Conselho
Substituto

ATO Nº 7.663, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010

Processo nº 53500.031218/2004. Transfere para a NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, CNPJ/MF nº 00.108.786/0001-65, pelo restante do prazo, em razão de incorporação, a concessão para a prestação do Serviço de TV a Cabo na Área de Vitória, no Estado do Espírito Santo, outorgada à ESC 90 TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 02.156.312/0001-14, por intermédio do Ato nº 2.230, de 29 de dezembro de 1998, publicado no Diário Oficial da União do dia 31 subsequente, transferindo em decorrência o respectivo Contrato de Concessão firmado em 11 de janeiro de 1999.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 7.664, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010

Processo nº 53500.031218/2004. Transfere para a NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, CNPJ/MF nº 00.108.786/0001-65, pelo restante do prazo, em razão de incorporação, a concessão para a prestação do Serviço de TV a Cabo na Área de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo, outorgada à ESC 90 TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 02.156.312/0001-14, por intermédio do Ato nº 9.868, de 26 de junho de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 29 subsequente, transferindo em decorrência o respectivo Contrato de Concessão firmado em 29 de novembro de 2000.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 3.448, DE 25 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53504.004660/2010. Aplica à ASSOCIAÇÃO PRONET, CNPJ/MF nº 05.628.605/0001-45, a sanção de caducidade da autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, por violação do §1º do art. 60 do o Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 73, de 25 de novembro de 1998. A extinção não desonera a entidade de suas obrigações com terceiros, inclusive às firmadas com a Anatel.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 4.583, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Processo nº 53500.026812/2008. Aprova a posteriori a transferência do controle societário da empresa C.R. BARDI E CIA LTDA, CNPJ/MF nº 03.134.611.0001-10, prestadora de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), de Clóvis Ricardo Bardi, CPF nº 450.089.819-00, para Rafael Civieri Bardi, CPF nº 066.686.259-16. A aprovação não exime a requerente do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontra submetida perante outros órgãos.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 24 de maio de 2011

Nº 4.132/2011 - Ref.: Processo 53500.019193/2004

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração interposto pela TELEMAR NORTE LESTE S.A., Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), Setor 14 do Plano Geral de Outorgas (PGO), CNPJ/MF n° 33.000.118/0009-26, em face do Despacho n° 1923/2009-CD, de 23 de março de 2009, e o Pedido de Reconsideração apresentado em face do Despacho n° 6100/2009-PR, decidiu, por meio da Reunião n° 605, realizada em 5 de maio de 2011: i) conhecer do Pedido de Reconsideração em face do Despacho n° 1923/2009-CD e, no mérito, negar a ele provimento, mantendo integralmente os termos da decisão recorrida, e: ii) receber o Pedido de Reconsideração em face do Despacho n° 6100/2009-PR como petição apresentada no exercício do direito assegurado no art.5º, inciso XXXIV, alínea "a" da Constituição Federal, e, no mérito, indeferir os pedidos ali constantes.

Nº 4.141 - Processo nº 53569.003363/2009.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela LEOLAR SERVIÇOS GERAIS LTDA., CNPJ/MF nº 63.829.524/0001-43, nos autos do Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações em epígrafe, que tem por objeto apuração de violação ao art. 46, incisos I, IV, V e VI; art. 51; e art. 59, inciso XIX; todos do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 272, de 9 de agosto de 2001, decidiu, em sua Reunião nº 606, realizada em 12 de maio de 2011, não conhecer do Recurso, ante a ausência de pressuposto para sua admissibilidade, qual seja, a tempestividade, mantendo integralmente os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 396/2011-GCJV, de 6 de maio de 2011.

Nº 4.973 - Processo nº 53500.012262/2009.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela CLARO S/A, CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47, contra decisão proferida pelo Superintendente de Serviços Privados, consubstanciada no Despacho nº 1.076/2010-PVCPA/PVCP/SPV, de 25 de fevereiro de 2010, nos autos do processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 610, realizada em 9 de junho de 2011, conhecer do Recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente a decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 351/2011-GCJR, de 1º de junho de 2011.

Em 16 de junho de 2011

Nº 4.727/2011 - Ref.: Processo nº 53500.002598/99, 53500.002599/99, 53500.002600/99, 53500.002601/99, 53500.002602/99, 53500.002603/99, 53500.002604/99, 53500.002605/99, 53500.002606/99, 53500.002607/99, 53500.002608/99, 53500.002609/99, 53500.002610/99, 53500.002611/99, 53500.002612/99 e 53500.002613/99.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração do Despacho nº 8.529/2010-CD, de 20 de setembro de 2010, interposto pela TELEMAR NORTE LESTE S.A., inscrita sob o CNPJ/MF nº 33.000.118/0001-79, nos autos dos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADOs em epígrafe, decidiu, em sua 609ª Reunião, de 2 de junho de 2011, conhecer do Pedido de Reconsideração interposto para, no mérito, negar a ele provimento, mantendo-se os termos do Despacho nº 8.529/2010-CD, de 20 de setembro de 2010.

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 4. 615, DE 1º DE JULHO DE 2011

Processo nº 53500.014764/11. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL NOVA FM - RADCOM - Arceburgo/MG - Canal 200. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 4. 616, DE 1º DE JULHO DE 2011

Processo nº 53500.014763/11. ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE GRAVATAL - RADCOM - Gravatal/SC - Canal 252. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 4. 617, DE 1º DE JULHO DE 2011

Processo nº 53500.014760/11. ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA DE GOVERNADOR MANGABEIRA - RADCOM - Governador Mangabeira/BA - Canal 200. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 4. 618, DE 1º DE JULHO DE 2011

Processo nº 53500.023393/09. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO TIAGO - RADCOM - Bituruna/PR - Canal 200. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 4. 619, DE 1º DE JULHO DE 2011

Processo nº 53500.007072/02. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ITAMARATI - RADCOM - Uruburetama/CE - Canal 254. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente
Substituto

ATO Nº 4.623, DE 1º DE JULHO DE 2011

Processo nº 53500.014762/11. ASSOCIAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS POVOADOS DO MUNICIPIO DE ESPERANTINOPOLIS - RADCOM - Esperantinópolis/MA - Canal 292. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA

ATO Nº 4.564, DE 29 DE JUNHO DE 2011

A SUPERINTENDENTE EXECUTIVA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas competências, consoante o disposto no inciso VIII do art. 189, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 270, de 19 de julho de 2001, alterado pela Resolução n.º 489, de 05 de dezembro de 2007, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO o disposto no art. 12 da Portaria MC n.º 652, de 10 de outubro de 2006, que estabeleceu critérios, procedimentos e prazos para a consignação de canais de radiofreqüência destinados à transmissão digital do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e do Serviço de Retransmissão de Televisão, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T;

CONSIDERANDO o resultado da Consulta Pública n.º 25, de 18 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União no dia 20 subseqüente, referente ao planejamento de canais para uso da Televisão Digital nos Estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba, resolve:

Art. 1º Proceder, nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF - PBTV, de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF - PBRTV e de Televisão Digital - PBTVD, as alterações indicadas nos Anexos I, II e III deste Ato.

Art. 2º Fixar o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do presente Ato, para que as entidades executantes do Serviço de Transmissão de Televisão e as do Serviço de Retransmissão de Televisão nos canais distribuídos, respectivamente, pelo PBTV e pelo PBRTV, cujas características técnicas ora estão sendo alteradas, apresentem ao Ministério das Comunicações a documentação necessária à regularização de suas novas condições de operação, incluindo o formulário padronizado, conforme a legislação vigente.

Art. 3º O prazo para alteração de freqüência de que trata o artigo 2º será definido pelo Ministério das Comunicações no ato de aprovação das novas características técnicas das emissoras.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO AUGUSTO BARBOSA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

Exclusão de canais do PBTV:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
AL	Água Branca	29+	09S1539	37W5610	1,600			
AL	Girau do Ponciano	43	09S5303	36W4944	1,600			
AL	Inhapi	49	09S1317	37W4455	1,600			
AL	Lagoa da Canoa	54+	09S4947	36W4416	1,600			
AL	Maceió	45+E	09S3638	35W4313	80,000	257 a 309	10,000	Coordenada pré-fixada: 09S3638, 35W4313 Co-localizado com os canais 38+ e 52
AL	Major Isidoro	49+	09S3156	36W5906	1,600			
AL	Palmeira dos Índios	22	09S2426	36W3739	1,600			
CE	Jati	46	07S4110	39W0057	1,600			
CE	Porteiras	48	07S3205	39W0706	1,600			
PB	Aguiar	21+	07S0531	38W1014	1,600			
PB	Areia	21	06S5800	35W4200	1,000			
PB	Esperança	17+	07S0159	35W5126	1,600			
PB	Imaculada	46	07S2323	37W3033	1,600			
PB	Itatuba	42+	07S2230	35W3742	1,600			
PB	João Pessoa	57-	07S0700	34W5300	160,000			
PB	João Pessoa	59-	07S0654	34W5147	160,000			Co-localizado com os canais 45+ e 52-
PB	Santa Teresinha	51	07S0220	37W2643	1,600			
PB	Santana de Mangueira	45+	07S3318	38W1956	1,483			
PB	Teixeira	57	07S1322	37W1515	1,600			
PE	Águas Belas	48	09S0641	37W0723	1,600			
PE	Bodocó	45	07S4642	39W5628	1,600			
PE	Brejinho	47	07S2058	37W1710	1,259			
PE	Chã Grande	56	08S1418	35W2742	3,160			
PE	Floresta	14-	08S3604	38W3407	1,600			
PE	Paranatama	47	08S5515	36W3929	1,600			
PE	Pedra	57	08S2949	36W5627	1,600			
PE	São Caitano	15-	08S1933	36W0834	40,000			
PE	São José do Egito	56	07S2844	37W1628	1,600			
PE	Tabira	21	07S3527	37W3222	1,600			
PE	Tuparetama	45	07S3608	37W1841	1,600			
PI	Belém do Piauí	57	07S2234	40W5818	1,600			

ANEXO II

1) Alteração de canais do PBRTV:

SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
AL	Batalha	19-	09S4040	37W0729	1,000			
AL	Cajueiro	42	09S2323	36W0950	1,000			Coordenada pré-fixada: 09S2323, 36W0950
AL	Igreja Nova	42	10S0731	36W3943	1,000			Coordenada pré-fixada: 10S0731, 36W3943
AL	Murici	55	09S1917	35W5649	0,500			Coordenada pré-fixada: 09S1917, 35W5649
AL	São Brás	40+	10S0740	36W5402	0,500			Coordenada pré-fixada: 10S0740, 36W5402
AL	São Sebastião	46+	09S5546	36W3256	0,500			Coordenada pré-fixada: 09S5546, 36W3256
PB	João Pessoa	40+	07S0654	34W5147	160,000			Coordenada pré-fixada: 07S0654, 34W5147 Co-localizado com os canais 26+ e 48

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
AL	Batalha	20	09S4040	37W0729	1,000			Co-localizado com o canal 21D SBTVD
AL	Cajueiro	23	09S2323	36W0950	1,000			Co-localizado com o canal 22D SBTVD
AL	Igreja Nova	21	10S0731	36W3943	1,000			Co-localizado com o canal 22D SBTVD
AL	Murici	23	09S1917	35W5649	0,500			Co-localizado com o canal 22D SBTVD
AL	São Brás	22	10S0740	36W5402	0,500			Co-localizado com o canal 21D SBTVD
AL	São Sebastião	22	09S5546	36W3256	0,500			SBTVD
PB	João Pessoa	40+	07S0718	34W5242	160,000			Coordenada pré-fixada: 07S0718, 34W5242 Co-localizado com o canal 41D SBTVD

2) Exclusão de canais do PBRTV:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
PE	Barreiros	21+	08S4906	35W1111	1,000	341	NULO	
PE	Custódia	19	08S0515	37W3835	160,000			
PE	Escada	45-	08S2141	35W1406	0,016			Co-localizado com o canal 38
PE	Primavera	44	08S2100	35W2200	1,000			Coordenada pré-fixada: 08S2100, 35W2200
PE	São José do Egito	25	07S2800	37W1700	16,000			
PE	Timbaúba	47+	07S3019	35W1906	1,000	13 a 91 130 a 222	0,140 0,050	Coordenada pré-fixada: 07S3019, 35W1906

ANEXO III

1) Inclusão de canais no PBTVD:

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
AL	Água Branca	22	09S1559	37W5600	8,000			Coordenadas do Sítio: 09S1559, 37W5600 Reuso do canal de Palmeira dos Índios/AL
AL	Arapiraca	51	09S4508	36W3942	0,800			Coordenadas do Sítio: 09S4508, 36W3942
AL	Arapiraca	57	09S4508	36W3942	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S4508, 36W3942
AL	Batalha	21	09S4039	37W0730	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S4039, 37W0730 Co-localizado com o canal 20 Reuso do canal de Penedo/AL
AL	Boca da Mata	40	09S3855	36W1224	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S3855, 36W1224
AL	Cajueiro	22	09S2322	36W0950	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S2322, 36W0950 Co-localizado com o canal 23 Reuso do canal de Palmeira dos Índios/AL
AL	Colônia Leopoldina	41	08S5635	35W4402	0,080			Coordenadas do Sítio: 08S5635, 35W4402 Reuso do canal de Maceió/AL
AL	Coruripe	41	10S0715	36W1051	0,080			Coordenadas do Sítio: 10S0715, 36W1051
AL	Delmiro Gouveia	14	09S2255	37W5907	8,000			Coordenadas do Sítio: 09S2255, 37W5907
AL	Delmiro Gouveia	21	09S2318	38W0020	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S2318, 38W0020
AL	Delmiro Gouveia	49	09S2318	38W0020	0,800			Coordenadas do Sítio: 09S2318, 38W0020
AL	Girau do Ponciano	41	09S5305	36W4949	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S5305, 36W4949 Reuso do canal de Maceió/AL
AL	Ibateguara	22	08S5822	35W5621	0,080			Coordenadas do Sítio: 08S5822, 35W5621 Reuso do canal de Palmeira dos Índios/AL
AL	Igreja Nova	22	10S0732	36W3943	0,080			Coordenadas do Sítio: 10S0732, 36W3943 Co-localizado com o canal 21 Reuso do canal de Palmeira dos Índios/AL
AL	Junqueiro	24	09S5440	36W2834	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S5440, 36W2834 Reuso do canal de São Sebastião/AL
AL	Maceió	35	09S3842	35W4311	80,000			Coordenadas do Sítio: 09S3842, 35W4311 Co-localizado com o canal 36D Canal para utilização após

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AL	Maceió	53	09S3934	35W4350	8,000			Coordenadas do Sítio: 09S3934, 35W4350 Co-localizado com o canal 54
AL	Major Isidoro	22	09S3155	36W5906	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S3155, 36W5906 Co-localizado com o canal 23 Reuso do canal de Palmeira dos Índios/AL
AL	Maragogi	21	09S0039	35W1321	0,800			Coordenadas do Sítio: 09S0039, 35W1321
AL	Maragogi	40	09S0039	35W1321	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S0039, 35W1321
AL	Maribondo	24	09S3440	36W1820	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S3440, 36W1820 Reuso do canal de São Sebastião/AL
AL	Matriz de Camaragibe	40	09S0838	35W3111	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S0838, 35W3111 Reuso do canal de Maragogi/AL
AL	Murici	22	09S1919	35W5653	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S1919, 35W5653 Co-localizado com o canal 23 Reuso do canal de Palmeira dos Índios/AL
AL	Novo Lino	22	08S5615	35W4009	0,080			Coordenadas do Sítio: 08S5615, 35W4009 Reuso do canal de Palmeira dos Índios/AL
AL	Olho d'Água das Flores	23	09S3122	37W1730	0,800			Coordenadas do Sítio: 09S3122, 37W1730 Co-localizado com o canal 22 Reuso do canal de Maceió/AL
AL	Palmeira dos Índios	19	09S2307	36W3732	0,800			Coordenadas do Sítio: 09S2307, 36W3732 Reuso do canal de Maceió/AL
AL	Palmeira dos Índios	22	09S2413	36W3749	0,800			Coordenadas do Sítio: 09S2413, 36W3749
AL	Palmeira dos Índios	26	09S2413	36W3749	0,800			Coordenadas do Sítio: 09S2413, 36W3749
AL	Palmeira dos Índios	49	09S2413	36W3749	0,800			Coordenadas do Sítio: 09S2413, 36W3749
AL	Pão de Açúcar	22	09S4446	37W2620	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S4446, 37W2620 Reuso do canal de Palmeira dos Índios/AL
AL	Pão de Açúcar	41	09S5152	37W2005	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S5152, 37W2005 Reuso do canal de Maceió/AL
AL	Penedo	21	10S1710	36W3451	0,800			Coordenadas do Sítio: 10S1710, 36W3451
AL	Penedo	26	10S1710	36W3451	8,000			Coordenadas do Sítio: 10S1710, 36W3451
AL	Penedo	44	10S1710	36W3451	8,000			Coordenadas do Sítio: 10S1710, 36W3451
AL	Penedo	49	10S1710	36W3451	0,080			Coordenadas do Sítio: 10S1710, 36W3451
AL	Penedo	54	10S1710	36W3451	8,000			Coordenadas do Sítio: 10S1710, 36W3451
AL	Piranhas	21	09S3720	37W4526	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S3720, 37W4526
AL	Porto Calvo	41	09S0323	35W2355	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S0323, 35W2355 Reuso do canal de Maceió/AL
AL	Quebrangulo	23	09S1918	36W2827	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S1918, 36W2827 Reuso do canal de Maceió/AL
AL	Santana do Ipanema	22	09S2238	37W1444	0,800			Coordenadas do Sítio: 09S2238, 37W1444 Reuso do canal de Palmeira dos Índios/AL
AL	Santana do Ipanema	44	09S2238	37W1444	8,000			Coordenadas do Sítio: 09S2238, 37W1444 Co-localizado com o canal 45
AL	Santana do Ipanema	49	09S2238	37W1444	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S2238, 37W1444
AL	São Brás	21	10S0738	36W5404	0,080			Coordenadas do Sítio: 10S0738, 36W5404 Co-localizado com o canal 22 Reuso do canal de Penedo
AL	São José da Laje	21	09S0059	36W0330	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S0059, 36W0330
AL	São José da Tapera	21	09S3350	37W2246	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S3350, 37W2246; Reuso do canal de Penedo/AL
AL	São Luis do Quitunde	22	09S1908	35W3340	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S1908, 35W3340 Reuso do canal de Palmeira dos Índios/AL
AL	São Miguel dos Campos	23	09S4729	36W0548	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S4729, 36W0548 Co-localizado com o canal 22 Reuso do canal de Maceió/AL
AL	São Sebastião	24	09S5547	36W3256	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S5547, 36W3256
AL	Teotônio Vilela	22	09S5421	36W2111	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S5421, 36W2111 Reuso do canal de Palmeira dos Índios/AL
AL	União dos Palmares	23	09S0952	36W0157	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S0952, 36W0157 Co-localizado com o canal 22 Reuso do canal de Maceió/AL
AL	União dos Palmares	41	09S1035	35W5937	0,800			Coordenadas do Sítio: 09S1035, 35W5937 Reuso do canal de Maceió/AL
AL	União dos Palmares	44	09S0952	36W0157	8,000			Coordenadas do Sítio: 09S0952, 36W0157 Co-localizado com o canal 43
AL	União dos Palmares	47	09S0952	36W0157	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S0952, 36W0157 Co-localizado com o canal 46
AL	Viçosa	23	09S2209	36W1506	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S2209, 36W1506 Reuso do canal de Maceió/AL
PB	Cajazeiras	19	06S5326	38W3342	0,080			Coordenadas do Sítio: 06S5326, 38W3342
PB	Cajazeiras	24	06S5326	38W3342	0,080			Coordenadas do Sítio: 06S5326, 38W3342
PB	Caldas do Brandão (CAJÁ)	17	07S1113	35W2345	0,800			Coordenadas do Sítio: 07S1113, 35W2345 Reuso do canal de João Pessoa/AL
PB	Caldas do Brandão (CAJÁ)	30	07S1113	35W2345	0,800			Coordenadas do Sítio: 07S1113, 35W2345; Reúso do canal de Campina Grande
PB	Campina Grande	21	07S1159	35W5316	8,000			Coordenadas do Sítio: 07S1159, 35W5316
PB	Catolé do Rocha	20	06S2039	37W4446	0,080			Coordenadas do Sítio: 06S2039, 37W4446
PB	Cuité	25	06S3319	36W2059	0,800			Coordenadas do Sítio: 06S2900, 36W0911
PB	Guarabira	47	06S5120	35W2924	0,800			Coordenadas do Sítio: 06S5120, 35W2924; Reuso do canal de João Pessoa/PB
PB	João Pessoa	40	07S0711	34W5303	8,000			Coordenadas do Sítio: 07S0711, 34W5303 Co-localizado com o canal 41D Canal para utilização após o encerramento das transmissões analógicas
PB	João Pessoa	44	07S0651	34W5120	0,800			Coordenadas do Sítio: 07S0651, 34W5120 Co-localizado com os canais 43E e 45+
PB	João Pessoa	57	07S0651	34W5120	8,000			Coordenadas do Sítio: 07S0651, 34W5120
PB	João Pessoa	59	07S0651	34W5120	0,800			Coordenadas do Sítio: 07S0651, 34W5120

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PB	Maturéia	25	07S1506	37W2302	0,800			Coordenadas do Sítio: 07S1506, 37W2302 Co-localizado com o canal 26
PB	Maturéia (PICO DO JABRÉ)	21	07S1506	37W2302	0,800			Coordenadas do Sítio: 07S1506, 37W2302
PB	Maturéia (PICO DO JABRÉ)	31	07S1506	37W2302	0,800			Coordenadas do Sítio: 07S1506, 37W2302
PB	Monteiro	22	07S5320	37W0715	0,080			Coordenadas do Sítio: 07S5320, 37W0715
PB	Patos	19	07S0128	37W1648	0,080			Coordenadas do Sítio: 07S0128, 37W1648
PB	Patos	24	07S0128	37W1648	0,080			Coordenadas do Sítio: 07S0128, 37W1648
PB	Patos	51	07S0128	37W1648	0,080			Coordenadas do Sítio: 07S0128, 37W1648
PB	Patos (PICO DO JABRÉ)	49	07S1506	37W2302	0,800			Coordenadas do Sítio: 07S1506, 37W2302
PB	Picui	51	06S3319	36W2059	0,080			Coordenadas do Sítio: 06S3319, 36W2059
PB	Pombal	19	06S4613	37W4810	0,080			Coordenadas do Sítio: 06S4613, 37W4810
PB	Rio Tinto	18	06S4817	35W0450	0,080			Coordenadas do Sítio: 06S4817, 35W0450
PB	Solânea	17	06S4516	35W3233	0,800			Coordenadas do Sítio: 06S4516, 35W3233 Reuso do canal de João Pessoa/PB
PB	Sousa	21	06S4538	38W1350	0,080			Coordenadas do Sítio: 06S4538, 38W1350
PE	Afogados da Ingazeira	16	07S4501	37W3820	0,800			Coordenadas do Sítio: 07S4501, 37W3820 Co-localizado com o canal 17
PE	Afrânio	45	08S2959	41W0001	0,800			Coordenadas do Sítio: 08S2959, 41W0001 Reuso do canal de Caruaru/PE
PE	Araripina	46	07S3300	40W3400	0,800			Coordenadas do Sítio: 07S3300, 40W3400 Reuso do canal de Garanhuns/PE
PE	Araripina	57	07S3300	40W3400	0,080			Coordenadas do Sítio: 07S3300, 40W3400
PE	Arcoverde	19	08S2533	37W0337	8,000			Coordenadas do Sítio: 08S2533, 37W0337
PE	Arcoverde	41	08S2533	37W0337	0,080			Coordenadas do Sítio: 08S2533, 37W0337
PE	Arcoverde	46	08S2539	37W0059	8,000			Coordenadas do Sítio: 08S2539, 37W0059 Reuso do canal de Garanhuns/PE
PE	Arcoverde	48	08S2533	37W0337	8,000			Coordenadas do Sítio: 08S2533, 37W0337
PE	Belém de São Francisco	45	08S4458	38W5731	0,080			Coordenadas do Sítio: 08S4458, 38W5731
PE	Buíque	57	08S3759	37W1000	0,080			Coordenadas do Sítio: 08S3759, 37W1000
PE	Catende (SERRA DO PRATA)	19	08S3747	35W4139	8,000			Coordenadas do Sítio: 08S3747, 35W4139 Reuso do canal de Arcoverde/PE
PE	Catende (SERRA DO PRATA)	45	08S3747	35W4139	8,000			Coordenadas do Sítio: 08S3747, 35W4139 Reuso do canal de Caruaru/PE
PE	Custódia	46	08S0658	37W3800	8,000			Coordenadas do Sítio: 08S0658, 37W3800 Reuso do canal de Garanhuns/PE
PE	Custódia	48	08S0037	37W4308	8,000			Coordenadas do Sítio: 08S0037, 37W4308 Reuso do canal de Salgueiro/PE
PE	Escada	41	08S2134	35W1325	0,080			Coordenadas do Sítio: 08S2134, 35W1325
PE	Escada	45	08S2134	35W1325	0,080			Coordenadas do Sítio: 08S2134, 35W1325 Reuso do canal de Caruaru/PE
PE	Exu	45	07S2910	39W4310	0,800			Coordenadas do Sítio: 07S2910, 39W4310
PE	Fernando de Noronha	36	03S5040	32W2440	0,800			Coordenadas do Sítio: 03S5040, 32W2440
PE	Fernando de Noronha	45	03S5040	32W2440	0,080			Coordenadas do Sítio: 03S5040, 32W2440
PE	Floresta	15	08S3601	38W3402	0,080			Coordenadas do Sítio: 08S3601, 38W3402 Co-localizado com o canal 16
PE	Floresta	46	08S3601	38W3402	0,080			Coordenadas do Sítio: 08S3601, 38W3402 Reuso do canal de Garanhuns/PE
PE	Floresta	48	08S3601	38W3402	0,080			Coordenadas do Sítio: 08S3601, 38W3402 Reuso do canal de Salgueiro/PE
PE	Goiana	51	07S3336	35W0008	0,080			Coordenadas do Sítio: 07S3336, 35W0008
PE	Limoeiro	47	07S5213	35W2701	0,080			Coordenadas do Sítio: 07S5213, 35W2701
PE	Limoeiro	57	07S5213	35W2701	0,080			Coordenadas do Sítio: 07S5213, 35W2701
PE	Nazaré da Mata	52	07S4432	35W1352	0,080			Coordenadas do Sítio: 07S4432, 35W1352 Reuso do canal de Recife/PE
PE	Ouricuri	46	07S5300	40W0500	0,800			Coordenadas do Sítio: 07S5300, 40W0500
PE	Ouricuri	48	07S5300	40W0500	0,800			Coordenadas do Sítio: 07S5300, 40W0500 Reuso do canal de Salgueiro/PE
PE	Palmerina	46	08S5852	36W1953	0,080			Coordenadas do Sítio: 08S5852, 36W1953 Reuso do canal de Garanhuns/PE
PE	Paranatama	48	08S5502	36W3902	0,080			Coordenadas do Sítio: 08S5502, 36W3902 Co-localizado com o canal 49 Reuso do canal de Salgueiro/PE
PE	Parnamirim	42	08S0528	39W3442	0,080			Coordenadas do Sítio: 08S0528, 39W3442
PE	Parnamirim	46	08S0920	39W3615	0,080			Coordenadas do Sítio: 08S0920, 39W3615 Reuso do canal de Garanhuns/PE
PE	Parnamirim	48	08S0528	39W3442	0,800			Coordenadas do Sítio: 08S0528, 39W3442 Reuso do canal de Salgueiro/PE
PE	Pesqueira	15	08S2145	36W4154	0,800			Coordenadas do Sítio: 08S2145, 36W4154 Co-localizado com o canal 16 Reuso do canal de Caruaru/PE
PE	Pesqueira	20	08S2145	36W4154	0,800			Coordenadas do Sítio: 08S2145, 36W4154
PE	Pesqueira	41	08S2145	36W4154	0,800			Coordenadas do Sítio: 08S2145, 36W4154 Reuso do canal de Arcoverde/PE
PE	Pesqueira	46	08S2145	36W4154	0,800			Coordenadas do Sítio: 08S2145, 36W4154 Reuso do canal de Garanhuns/PE
PE	Primavera	45	08S2101	35W2200	0,080			Coordenadas do Sítio: 08S2101, 35W2200
PE	Recife	55	07S0711	34W5303	80,000			Coordenadas do Sítio: 07S0711, 34W5303 Canal para utilização após o encerramento das transmissões analógicas
PE	Ribeirão	45	08S3052	35W2239	0,080			Coordenadas do Sítio: 08S3052, 35W2239 Reuso do canal de Caruaru/PE
PE	Rio Formoso	57	08S4002	35W0901	0,080			Coordenadas do Sítio: 08S4002, 35W0901
PE	Salgueiro	46	08S0334	39W0925	8,000			Coordenadas do Sítio: 08S0334, 39W0925 Reuso do canal de Garanhuns/PE
PE	Salgueiro	48	08S0401	39W0700	8,000			Coordenadas do Sítio: 08S0401, 39W0700
PE	Santa Maria da Boa Vista	46	08S4800	39W5000	0,800			Coordenadas do Sítio: 08S4800, 39W5000 Reuso do canal de Garanhuns/PE
PE	Santa Maria da Boa Vista (L. GRANDE)	48	08S4800	39W5000	0,080			Coordenadas do Sítio: 08S4800, 39W5000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PE	São José da Coroa Grande	45	08S5400	35W0901	0,080			Coordenadas do Sítio: 08S5400, 35W0901 Reuso do canal de Caruaru/PE
PE	São José do Belmonte (BOM NOME)	46	07S5002	39W4559	0,080			Coordenadas do Sítio: 07S5002, 39W4559 Reuso do canal de Garanhuns/PE
PE	São José do Egito	46	07S2800	37W1700	0,800			Coordenadas do Sítio: 07S2800, 37W1700 Reuso do canal de Garanhuns/PE
PE	São José do Egito	57	07S2800	37W1700	0,800			Coordenadas do Sítio: 07S2800, 37W1700
PE	Serra Talhada	46	07S5937	39W1941	0,800			Coordenadas do Sítio: 07S5937, 39W1941 Reuso do canal de Garanhuns/PE
PE	Serra Talhada	48	08S0000	32W2003	0,080			Coordenadas do Sítio: 08S0000, 32W2003
PE	Taquatiringa do Norte	18	07S5415	36W0205	8,000			Coordenadas do Sítio: 07S5415, 36W0205
PE	Taquatiringa do Norte	45	07S5415	36W0205	8,000			Coordenadas do Sítio: 07S5415, 36W0205 Co-localizado com o canal 46D Reuso do canal de Caruaru/PE
PE	Taquatiringa do Norte	46	07S5415	36W0205	8,000			Coordenadas do Sítio: 07S5415, 36W0205 Co-localizado com o canal 45D
PE	Triunfo	46	07S5000	38W0902	8,000			Coordenadas do Sítio: 07S5000, 38W0902 Reuso do canal de Garanhuns/PE
PE	Vicência	27	07S3925	35W1936	0,800			Coordenadas do Sítio: 07S3925, 35W1936
PE	Vicência	45	07S3925	35W1936	0,800			Coordenadas do Sítio: 07S3925, 35W1936 Reuso do canal de Caruaru/PE
PE	Vicência	47	07S3925	35W1936	0,800			Coordenadas do Sítio: 07S3925, 35W1936 Reuso do canal de Limoeiro/PE

2) Alteração de canais do PBTVD:
SITUAÇÃO ATUAL

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
AL	Arapiraca	15	09S4340	36W3821	8,000			09S4340; 36W3821
AL	Arapiraca	32	09S4340	36W3821	0,800			09S4340; 36W3821
AL	Arapiraca	36	09S4340	36W3821	8,000			09S4340; 36W3821
AL	Arapiraca	48	09S4340	36W3821	0,800			09S4340; 36W3821
AL	Maceió	23	09S3934	35W4350	8,000			09S3934; 35W4350
AL	Maceió	26	09S3842	35W4311	8,000			09S3842; 35W4311 Co-localizado com os canais 25D e 27+
PB	Campina Grande	27	07S1159	35W5316	0,800			07S1159; 35W5316
PB	Campina Grande	49	07S1159	35W5316	0,800			07S1159; 35W5316
PB	Campina Grande	51	07S1159	35W5316	8,000			07S1159; 35W5316
PE	Caruaru	17	08S1710	35W5830	25,000			08S1710; 35W5830
PE	Caruaru	25	08S1710	35W5830	8,000			08S1710; 35W5830
PE	Caruaru	27	08S1710	35W5830	8,000			08S1710; 35W5830
PE	Caruaru	33	08S1710	35W5830	8,000			08S1710; 35W5830
PE	Caruaru	35	08S1710	35W5830	0,800			08S1710; 35W5830
PE	Garanhuns	19	08S5319	36W2809	0,800			08S5319; 36W2809
PE	Garanhuns	21	08S5319	36W2809	0,800			08S5319; 36W2809
PE	Garanhuns	30	08S5319	36W2809	0,800			08S5319; 36W2809
PE	Petrolina	32	09S2347	40W2839	8,000			09S2347; 40W2839
PE	Petrolina	43	09S2347	40W2839	8,000			09S2347; 40W2839
PE	Petrolina	49	09S2347	40W2839	0,800			09S2347; 40W2839
PE	Recife	57	08S0306	34W5241	8,000			08S0306; 34W5241
PE	Vitória de Santo Antão	50	08S0700	35W1800	0,080			08S0700; 35W1800

NOVA SITUAÇÃO

UF	Localidade	Canal	Latitude	Longitude	ERP (kW)	Limitação		Observação
						Azimute	ERP (kW)	
AL	Arapiraca	15	09S4508	36W3942	8,000			Coordenadas do Sítio: 09S4508, 36W3942
AL	Arapiraca	23	09S4508	36W3942	8,000			Coordenadas do Sítio: 09S4508, 36W3942 Reuso do canal de Maceió/AL
AL	Arapiraca	40	09S4508	36W3942	0,080			Coordenadas do Sítio: 09S4508, 36W3942
AL	Arapiraca	43	09S4508	36W3942	0,800			Coordenadas do Sítio: 09S4508, 36W3942
AL	Maceió	26	09S3842	35W4311	0,800			Coordenadas do Sítio: 09S3842, 35W4311 Co-localizado com os canais 25D e 27+
AL	Maceió	45	09S3934	35W4350	8,000			Coordenadas do Sítio: 09S3934, 35W4350
PB	Campina Grande	26	07S1159	35W5316	0,800			Coordenadas do Sítio: 07S1159, 35W5316
PB	Campina Grande	28	07S1159	35W5316	0,800			Coordenadas do Sítio: 07S1159, 35W5316
PB	Campina Grande	42	07S1159	35W5316	0,800			Coordenadas do Sítio: 07S1159, 35W5316 Co-localizado com o canal 43
PE	Caruaru	15	08S1706	35W5838	8,000			Coordenadas do Sítio: 08S1706, 35W5838
PE	Caruaru	17	08S1706	35W5838	8,000			Coordenadas do Sítio: 08S1706, 35W5838
PE	Caruaru	29	08S1706	35W5838	0,800			Coordenadas do Sítio: 08S1706, 35W5838
PE	Caruaru	35	08S1706	35W5838	8,000			Coordenadas do Sítio: 08S1706, 35W5838
PE	Caruaru	45	08S1706	35W5838	80,000			Coordenadas do Sítio: 08S1706, 35W5838
PE	Garanhuns	15	08S5325	36W2934	0,800			Coordenadas do Sítio: 08S5325, 36W2934 Co-localizado com o canal 14 Reuso do canal de Caruaru/PE
PE	Garanhuns	19	08S5325	36W2934	8,000			Coordenadas do Sítio: 08S5325, 36W2934 Reuso do canal de Arcoverde/PE
PE	Garanhuns	46	08S5319	36W2809	0,800			Coordenadas do Sítio: 08S5319, 36W2809
PE	Petrolina	15	09S2339	40W3035	8,000			Coordenadas do Sítio: 09S2339; 40W3035 Co-localizado com o canal 16
PE	Petrolina	45	08S2359	40W3001	8,000			Coordenadas do Sítio: 08S2359; 40W3001 Reuso do canal de Caruaru/PE
PE	Petrolina	49	09S2339	40W3035	0,800			Coordenadas do Sítio: 09S2339; 40W3035
PE	Recife	56	08S0306	34W5241	8,000			Coordenadas do Sítio: 08S0306, 34W5241
PE	Vitória de Santo Antão	50	08S0830	35W1704	0,080			Coordenadas do Sítio: 08S0830, 35W1704

ATO Nº 4.565, DE 29 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE EXECUTIVO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL SUBSTITUTO, no uso de suas competências, consoante o disposto no inciso VIII do art. 189, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, aprovado pela Resolução n.º 270, de 19 de julho de 2001, alterado pela Resolução n.º 489, de 05 de dezembro de 2007;

CONSIDERANDO o disposto no art. 211 da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações,

CONSIDERANDO o resultado da Consulta Pública n.º 03, de 20 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 21 de janeiro de 2011, e da Consulta Pública n.º 21, de 29 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 02 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Proceder, no Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada - PBFM, as alterações indicadas no Anexo deste Ato.

Art. 2º As entidades cujas características técnicas estão sendo alteradas devem apresentar, ao Ministério das Comunicações, a documentação necessária conforme legislação vigente, incluindo o formulário padronizado contendo suas novas características técnicas de operação para emissão do respectivo ato de autorização.

Art. 3º O prazo para alteração de freqüência e para adaptação à classe, será definido pelo Ministério das Comunicações no ato de autorização das novas características das emissoras.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO AUGUSTO BARBOSA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

I - Inclusão de canais no Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada - PBFM:

UF	Localidade	CANAL	Classe	Limitação Para:		OBSERVAÇÃO
				Azimute (Graus)	ERP (kW)	
GO	Trindade	278E	B2			
MG	Ibiraci	269E	B2			

II - Alteração de canais do Plano Básico de Distribuição Canais de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada - PBFM:

SITUAÇÃO ATUAL:

UF	Localidade	CANAL	Classe	Limitação Para:		OBSERVAÇÃO
				Azimute (Graus)	ERP (kW)	
PR	Cianorte	275E	A3	64º a 83º	1,000	23ºS39'21"; 52ºW36'32" (ZC)
PR	Nova Esperança	227	A1			23ºS17'05"; 52ºW06'30" (ZC)
RJ	Barra do Piraí	210	B1			22ºS27'40"; 43ºW49'51"
RS	Capão do Leão	210E	C			(ZC)
RS	Santa Rosa	292E	B1	347º a 359º (Dos de Mayo/ARG)	0,400	27ºS49'45"; 54ºW27'52" (ZC)
SC	Apiúna	219	C			
SC	Massaranduba	223	C			
SC	Palmitos	268	B1			(ZC)
SC	Rio do Sul	268	A2	358º a 24º (Curitiba/PR)	12,700	27ºS11'05"; 49ºW39'37"
SC	São José	214	A4			
SC	Urussanga	230	A3	116º a 120º 206º a 213º 348º a 355º	10,000 5,000 10,000	28ºS30'51"; 49ºW23'44"
SC	Sangão	228	C			
SP	Assis (Tarumã)	221E	A4	195º a 210º (Santa Cecília do Pavão/PR) 244º a 252º (Prado Ferreira/PR)	1,000 2,000	22ºS39'27"; 50ºW24'34"
SP	Atibaia	220	C			
SP	Miracatu	278	A3	4º a 94º 312º a 338º	5,000 9,300	24ºS17'55"; 47ºW25'02"

NOVA SITUAÇÃO:

UF	Localidade	CANAL	Classe	Limitação Para:		OBSERVAÇÃO
				Azimute (Graus)	ERP (kW)	
PR	Cianorte	275E	A3	64º a 83º	1,000	23ºS39'21"; 52ºW36'25" (ZC)
PR	Nova Esperança	227	A1			23ºS17'08"; 52ºW06'40" (ZC)
RJ	Barra do Piraí	210	B1			22ºS28'03"; 43ºW49'58"
RS	Capão do Leão	263E	C			(ZC)
RS	Santa Rosa	292E	B1	84º a 100º (Palmeira das Missões/RS) 342º a 359º (Dos de Mayo/ARG)	2,650 0,400	27ºS52'02"; 54ºW28'33" (ZC)
SC	Apiúna	257	C			
SC	Massaranduba	270	A4			26ºS30'58"; 49ºW03'15"
SC	Palmitos	268	A4	264º a 279º (San Vicente/ARG)	1,000	27ºS01'57"; 53ºW10'01" (ZC)
SC	Rio do Sul	268	A2	358º a 24º	12,700	27ºS11'10"; 49ºW39'42"
SC	São José	214	A1	250º a 260º (Rancho Queimado/SC)	6,500	27ºS35'16"; 48ºW32'01"
SC	Urussanga	228	A3			28ºS30'51"; 49ºW23'44"
SC	Sangão	203	C			
SP	Assis (Tarumã)	221E	A4	195º a 210º (Santa Cecília do Pavão/PR) 244º a 252º (Prado Ferreira/PR) 317º a 326º (Pracinha/SP)	1,000 2,000 2,000	22ºS39'05"; 50ºW24'27"
SP	Atibaia	220	A4	110º a 170º (Mogi das Cruzes/SP) 230º a 250º (Várzea Paulista/SP) 270º a 305º (Campinas/SP)	0,300 0,300 3,000	23ºS04'57"; 46ºW33'34"
SP	Miracatu	278	A3			24ºS18'21"; 47ºW25'55"

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 3.298, DE 18 DE MAIO DE 2011

PADO n.º 53524.000952/2007 - Aplica à TIM CELULAR S/A, inscrita no CNPJ nº 004.206.050/0001-80, sucessora, por incorporação da TIM NORDESTE S/A, a sanção de multa no valor de R$ 197.016,04 (cento e noventa e sete mil e dezesseis reais e quatro centavos), e determina reparação de usuários afetados, em face do descumprimento do art. 30, § 1º, al. "c", da Resolução nº 316/2002, em virtude da vulneração a dispositivo do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - RSMP, aprovado pela Resolução nº 316, de 27 de setembro de 2002.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 131, DE 15 DE JUNHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe conferem o Artigo 187, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, aprovado pela Portaria n° 401, publicada em 24 de agosto de 2006 com alterações dadas pelas Portarias nº 591 de 18/09/2006, publicada no DOU de 20/09/2006; nº 711, de 12 de novembro de 2008, publicada no DOU 13/11/2008; nº 401, de 04 de maio de 2010, publicada no DOU de 06/05/2010; nº 11, de 26 de janeiro de 2011, publicada no DOU de 28/01/2011; nº 19, de 15/02/2011, publicada no DOU de 17/02/2011, e nº 69, de 17 de março de 2011, publicada no DOU de 18/03/2011, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000546/2002, e, em especial, da Nota Técnica nº 651/2011/CGLO/DEOC/SCE-MC, a Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Curadores, realizada em 17 de dezembro de 2008, registrada no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná em 5 de janeiro de 2009, sob o nº 972682, promovida pela FUNDAÇÃO MARANATA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, nas localidade de Colombo e Marialva, Estado do Paraná; Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul, e Florianópolis, Estado de Santa Catarina, que resultou na constituição de seu quadro diretivo, conforme consta nesta Portaria.

Art. 2º Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PORTARIA Nº 135, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo n° 53000.007274/2009, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da VALENTE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, no município de Caçu, Estado do Goiás, utilizando a frequência 1.160 kHz, classe C.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

IMPRENSA NACIONAL
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA VENDA PROIBIDA

MACHADO DE ASSIS



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

Patrono da Imprensa Nacional

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa. Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

MACHADO DE ASSIS

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 389, DE 1º DE JULHO DE 2011

Autoriza a empresa Nova Ventos de Tianguá Norte Energias Renováveis S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de Tianguá Norte, localizada no Município de Tianguá, Estado do Ceará, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 07/2010-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.005621/2010-55, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Nova Ventos de Tianguá Norte Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.773.953/0001-71, com sede na Rodovia BR 222, km 341, Município de Tianguá, Estado do Ceará, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de Tianguá Norte, constituída de vinte Unidades Geradoras de 1.500 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada e 14.100 kW médios de garantia física de energia, localizada às coordenadas 3º49'56" S e 41º10'37" W, no Município de Tianguá, Estado do Ceará.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da EOL Ventos de Tianguá Norte, constituído de uma Subestação Elevadora, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 69 kV, interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 69 kV da Subestação Coletora Ibiapina, resultado da Chamada Pública nº 01/2010-ANEEL, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 1º de outubro de 2011;

b) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de outubro de 2011;

c) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de novembro de 2011;

d) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 2 de janeiro de 2012;

e) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 15 de maio de 2012;

f) início da Operação em Teste da 1ª à 10ª Unidade Geradora: até 30 de setembro de 2012;

g) início da Operação em Teste da 11ª à 20ª Unidade Geradora: até 31 de outubro de 2012;

h) início da Operação Comercial da 1ª à 10ª Unidade Geradora: até 30 de novembro de 2012; e

i) início da Operação Comercial da 11ª à 20ª Unidade Geradora: até 31 de dezembro de 2012;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 07/2010, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 5.550.000,00 (cinco milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), que vigorará até três meses após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Ventos de Tianguá Norte;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital, por um prazo de vinte anos; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 2006, o percentual de redução a ser aplicado às tarifas de uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Ventos de Tianguá Norte, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

PORTARIA Nº 390, DE 1º DE JULHO DE 2011

Autoriza a empresa Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de Tianguá, localizada no Município de Tianguá, Estado do Ceará, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 07/2010-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.005620/2010-19, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.773.911/0001-30, com sede na Rodovia BR-222, km 342, Município de Tianguá, Estado do Ceará, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Ventos de Tianguá, constituída de vinte Unidades Geradoras de 1.500 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada e 13.100 kW médios de garantia física de energia, localizada às coordenadas 3º52'50,6" S e 41º11'1,7" W, no Município de Tianguá, Estado do Ceará.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da EOL Ventos de Tianguá, constituído de uma Subestação Elevadora, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 69 kV, interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 69 kV da Subestação Coletora Ibiapina, resultado da Chamada Pública nº 01/2010-ANEEL, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 1º de outubro de 2011;

b) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de outubro de 2011;

c) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de novembro de 2011;

d) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 2 de janeiro de 2012;

e) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 15 de maio de 2012;

f) início da Operação em Teste da 1ª à 10ª Unidade Geradora: até 30 de setembro de 2012;

g) início da Operação em Teste da 11ª à 20ª Unidade Geradora: até 31 de outubro de 2012;

h) início da Operação Comercial da 1ª à 10ª Unidade Geradora: até 30 de novembro de 2012; e

i) início da Operação Comercial da 11ª à 20ª Unidade Geradora: até 31 de dezembro de 2012;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 07/2010, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 5.550.000,00 (cinco milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), que vigorará até três meses após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Ventos de Tianguá;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital, por um prazo de vinte anos; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 2006, o percentual de redução a ser aplicado às tarifas de uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Ventos de Tianguá, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

PORTARIA Nº 391, DE 1º DE JULHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, no Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, e considerando que

cabe ao Ministério de Minas e Energia zelar pelo equilíbrio conjuntural e estrutural entre a oferta e a demanda de energia elétrica no País;

constituem princípios e objetivos da Política Energética Nacional preservar o interesse nacional, identificar soluções mais adequadas para o suprimento de energia elétrica nas diversas Regiões do País e promover o uso racional dos recursos energéticos disponíveis;

a situação atual vivenciada pelo Estado do Amapá, no Sistema Elétrico que atende à Capital Macapá, é de risco de comprometimento do suprimento de energia elétrica, conforme Nota Técnica DMSE/SEE/MME nº 38/2011, de 20 de junho de 2011;

na Nota Técnica elaborada pelo Grupo Técnico composto pelo Ministério de Minas e Energia - MME, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletrobras Eletronorte e a Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, ficou evidenciada uma estimativa de déficit de até 23 MW, em 2011, para um cenário hidrológico favorável, e de até 29 MW para um cenário hidrológico desfavorável, a partir do próximo mês de outubro, mesmo considerando a disponibilidade dos 45 MW atualmente fornecidos pela SoEnergy e dos 24 MW autorizados pela Portaria MME nº 659, de 22 de julho de 2010; e

no dia 17 de junho de 2011, na 97ª Reunião Extraordinária do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, ao ser avaliado o atendimento de energia elétrica ao Amapá e em função do risco de comprometimento do suprimento de energia elétrica ao mercado consumidor, da concessionária de distribuição CEA, ficou decidido pela necessidade de serem tomadas providências imediatas para a ampliação temporária da capacidade de geração do referido Sistema, resolve:

Art. 1º Autorizar a contratação de geração adicional de energia elétrica, por meio de aluguel de unidades geradoras, pela concessionária Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA.

Art. 2º Indicar a CEA como agente responsável pela realização de Chamada Pública para contratação de aluguel de unidades geradoras referidas no art. 1º, observadas as seguintes diretrizes:

I - o início da disponibilidade das unidades geradoras, para operação a qualquer momento, deverá ocorrer na primeira semana do mês de outubro de 2011, com prazo de contratação de vinte e dois meses; e

II - a potência total das unidades geradoras contratadas será de 23 MW.

§ 1º O contrato de aluguel poderá ser prorrogado por até doze meses, desde que a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL não tenha, até o momento necessário, atestado a entrada em operação da interligação do Sistema Elétrico do Amapá ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

§ 2º Na vigência da prorrogação admitida, passa a ser condição resolutiva, do respectivo contrato de aluguel, a entrada em operação do novo circuito, atestada pela ANEEL, sem que haja qualquer direito de indenização, ao contrato, pelo objeto principal do referido contrato de unidades geradoras de energia elétrica.

Art. 3º A CEA deverá adotar as providências cabíveis para a execução do disposto nesta Portaria, inclusive quanto à conexão elétrica, devendo interagir com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletrobras Eletronorte quanto à alternativa técnica a ser adotada.

Art. 4º A CEA deverá encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, em até dez dias após a publicação desta Portaria, um cronograma da instalação da geração adicional de 23 MW autorizada nos termos deste Ato.

Art. 5º A ANEEL deverá adotar, em relação às contratações admitidas por esta Portaria, as providências cabíveis quanto ao enquadramento na sistemática de rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

PORTARIA Nº 395, DE 1º DE JULHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 12, 18, 19 e 20 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e no art. 1º do Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º O art. 1º da Portaria MME nº 113, de 1º de fevereiro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá promover, direta ou indiretamente, os seguintes Leilões:

I - no dia 17 de agosto de 2011, o Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão A-3, de 2011, para início de suprimento de energia elétrica em 1º de março de 2014; e

II - no dia 18 de agosto de 2011, o Leilão para Contratação de Energia de Reserva, denominado Leilão de Reserva, de 2011, para início de suprimento de energia elétrica em 1º de julho de 2014." (NR)

Art. 2º A Sistemática definida no Anexo à Portaria nº 299, de 10 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"1 - .....

.....

XI - EMPREENDIMENTO A GÁS NATURAL: central de geração de energia elétrica a partir de gás natural, diferenciado em empreendimento ciclo aberto e empreendimento ciclo combinado, conforme o disposto no EDITAL;

.....

2.5.....

.....

VI - exclusivamente para EMPREENDIMENTO(S) BIOMASSA e EMPREENDIMENTO(S) A GÁS NATURAL ciclo combinado, o LANCE ofertado na primeira rodada da ETAPA UNIFORME deverá conter patamares de quantidade de LOTES discriminados para o primeiro ano contratual e para os demais anos contratuais, conforme condições estabelecidas no EDITAL;

2.6.....

I - no PRODUTO DISPONIBILIDADE, os PROPONENTES VENDEDORES deverão submeter LANCE de RECEITA FIXA para a quantidade de LOTES ofertada na penúltima rodada da ETAPA UNIFORME, considerando na submissão desta RECEITA FIXA a quantidade de LOTES ofertada a partir do segundo ano contratual;

.....

2.13.....

.....

QL - quantidade de LOTES ofertados a partir do segundo ano contratual;

.....

2.16. para os EMPREENDIMENTOS que concorrerem no PRODUTO DISPONIBILIDADE, o desempate a que se refere o item 2.15 será realizado comparando-se os LOTES relativos ao segundo ano contratual.

.....

4.10. para o cálculo da QUANTIDADE TOTAL DEMANDADA e da OFERTA DE REFERÊNCIA DO PRODUTO, e para as comparações entre a quantidade total ofertada com a OFERTA DE REFERÊNCIA DO PRODUTO, previstos respectivamente nos itens 4.5 e 4.7 serão considerados somente os LOTES relativos ao primeiro ano contratual;

4.11. o PROPONENTE VENDEDOR que submeter LANCE para EMPREENDIMENTO(S) HIDRELÉTRICO(S) na primeira rodada da ETAPA UNIFORME terá o LANCE submetido automaticamente pelo SISTEMA nas rodadas em que o PREÇO DE LANCE for superior ao PREÇO DE REFERÊNCIA do EMPREENDIMENTO.

.....

6.2.....

.....

II - para EMPREENDIMENTOS que concorrerem no PRODUTO DISPONIBILIDADE:

a) cálculo da RECEITA FIXA do primeiro ano e dos demais anos contratuais, na proporção dos LOTES negociados; e

b) o rateio da RECEITA FIXA, para fins de celebração dos respectivos CCEARs entre os COMPRADORES, na proporção das QUANTIDADES DEMANDADAS;

....." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 2.967, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Transfere a titularidade de parte dos empreendimentos objeto do Contrato de Concessão n. 15/1997, celebrado com a CPFL Geração de Energia S.A., para sociedades de propósito específico por ela controladas, quais sejam, Mohini Empreendimentos e Participações Ltda., Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. e Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda., e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Portaria n. 1.681, de 25 de janeiro de 2011, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 27 da Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 3º, inciso XIII da Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, acrescido pelo art. 17 da Lei n. 10.438, de 26 de abril de 2002, com base no art. 4º, incisos XI e XII, Anexo I, do Decreto n. 2.335, de 6 de outubro de 1997, no art. 1º do Decreto n. 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com redação dada pelo Decreto n. 4.970, de 30 de janeiro de 2004, no Contrato de Concessão n. 15/1997, e o que consta dos Processos n. 48100.001560/97-68, 48500.002456/2011-61, 48500.002455/2011-16 e 48500.002457/2011-13, resolve:

Art. 1º Transferir as concessões das usinas hidrelétricas Buritis, Capão Preto, Chibarro, Dourados, Esmeril, Gavião Peixoto, Lençóis e São Joaquim para a Chimay Empreendimentos e Participações Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o n. 13.326.039/0001-45, com sede na Rua Fernando de Albuquerque, 31, conjunto 72, Bairro Consolação, São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Transferir as concessões das usinas hidrelétricas Americana, Salto Grande, Santana e Três Saltos para a Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o n. 13.271.413/0001-52, com sede na Rua Fernando de Albuquerque, 31, conjunto 72, Bairro Consolação, São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 3º Transferir as concessões das usinas hidrelétricas Eloy Chaves, Jaguari, Pinhal, Socorro e Monjolinho para a Mohini Empreendimentos e Participações Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o n. 13.438.769/0001-38, com sede na Rua Fernando de Albuquerque, 31, conjunto 72, Bairro Consolação, São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 4º Aprovar a minuta do Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Geração n. 15/1997 e as minutas dos contratos de concessão a serem celebrados com a Chimay Empreendimentos e Participações Ltda., a Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda. e a Mohini Empreendimentos e Participações Ltda., os quais deverão ser assinados em data a ser estabelecida pela ANEEL.

Art. 5º Anuir ao Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica n. PA-GE/2002 09, que transfere à Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda., à Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. e à Mohini Empreendimentos e Participações Ltda. os direitos e obrigações do contrato, passando a figurar como vendedoras, permanecendo inalteradas as cláusulas relativas a montante, preço e prazo.

Art. 6º Anuir ao Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica n. PA-GE/2002 13, que transfere à Mohini Empreendimentos e Participações Ltda. os direitos e obrigações do contrato, passando a figurar como vendedora, permanecendo inalteradas as cláusulas relativas a montante, preço e prazo.

Art. 7º Anuir às transferências de controles societários diretos de Mohini Empreendimentos e Participações Ltda., Chimay Empreendimentos e Participações Ltda. e Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda., atualmente detidos por CPFL Geração de Energia S.A., para Smita Empreendimentos e Participações S.A.

Art. 8º Anuir às transferências de controles societários diretos das autorizadas a seguir relacionadas, atualmente detidos por CPFL Geração de Energia S.A., para Smita Empreendimentos e Participações S.A.

i)Santa Clara I Energias Renováveis Ltda.;
ii)Santa Clara II Energias Renováveis Ltda.;
iii)Santa Clara III Energias Renováveis Ltda.;
iv)Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda;
v)Santa Clara V Energias Renováveis Ltda.;
vi)Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda.;
vii)Eurus VI Energias Renováveis Ltda.;
viii)CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.;
ix)Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A;
x)Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A;
xi)Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A;
xii)Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A; e
xiii)CPFL Bioenergia S.A.

Art. 9º Anuir às transferências de controles societários diretos das autorizadas a seguir relacionadas, atualmente detidos por CPFL Comercialização Brasil S.A., para Smita Empreendimentos e Participações S.A.

i)CPFL Bio Formosa S.A.;
ii)CPFL Bio Pedra S.A.;
iii)CPFL Bio Ipê S.A.; e
iv)CPFL Bio Buriti S.A.;

Art. 10. Anuir à incorporação da Smita Empreendimentos e Participações S.A. pela Energias Renováveis S.A. - ERSA, operação essa que acarretará na alteração dos controles societários indiretos das autorizadas a seguir relacionadas, atualmente detidos por Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações, Secor LLC, Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia, Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus, DEG - Deutsche Investitions - Und Entwicklungsgesellschaft MBH, GMR Energia S.A., Guilherme Sahade, Marcelo Sahade e Roberto Sahade, que passarão a ser detidos por CPFL Geração de Energia S.A. e CPFL Comercialização Brasil S.A., de forma compartilhada com os atuais acionistas da ERSA e o Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, em razão da incorporação da Smita Empreendimentos e Participações S.A. pela ERSA - Energias Renováveis S.A.

i)SPE Alto Irani Energia S.A.;
ii)SPE Plano Alto Energia S.A.;
iii)SPE Salto Góes Energia S.A.;
iv)SPE Cachoeira Grande Energia S.A.;
v)SPE Santa Cruz Energia S.A.;
vi)SPE Boa Vista 1 Energia S.A.;
vii)SPE Boa Vista 2 Energia S.A.;
viii)SPE Penedo Energia S.A.;
ix)SPE Costa Branca Energia S.A.;
x)SPE Juremas Energia S.A.;
xi)SPE Macacos Energia S.A.;
xii)SPE Pedra Preta Energia S.A.;
xiii)SPE Tombo Energia S.A.;
xiv)SPE Aiuruoca Energia S.A.;
xv)SPE Arvoredo Energia S.A.;
xvi)SPE Barra da Paciência Energia S.A.;
xvii)SPE Cocais Grande Energia S.A.;
xviii)SPE Corrente Grande Energia S.A.;
xix)SPE Ninho da Águia Energia S.A.;
xx)SPE Paiol Energia S.A.;
xxi)SPE São Gonçalo Energia S.A.;
xxii)SPE Varginha Energia S.A.; e
xxiii)SPE Várzea Alegre Energia S.A.

§ 1º. A ERSA passará a ser denominada CPFL Energias Renováveis S.A.

§ 2º. Em decorrência da incorporação anuída no caput, a ERSA terá seu controle detido por CPFL Geração de Energia S.A. e CPFL Comercialização Brasil S.A., de forma compartilhada com os atuais acionistas e o Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, conforme quadro a seguir:

Acionista	Participação (%)
CPFL Geração de Energia S.A. e CPFL Comercialização Brasil S.A.	54,50
Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações	9,87
Secor, LLC	11,36
Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia	9,38
Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus	6,14
DEG - Deutsche Investitions - Und Entwicklungsgesellschaft MBH	3,04
GMR Energia S.A.	2,75
Roberto Sahade	0,41
Guilherme Sahade	0,41
Marcelo Sahade	0,41
Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	1,73
Total	100

Art. 11. Anuir à alteração dos controles societários diretos das autorizadas a seguir relacionadas, atualmente detidos por Smita Empreendimentos e Participações S.A. para ERSA, em decorrência da incorporação da Smita Empreendimentos e Participações S.A. pela ERSA:

i)Santa Clara I Energias Renováveis Ltda.;
ii)Santa Clara II Energias Renováveis Ltda.;
iii)Santa Clara III Energias Renováveis Ltda.;
iv)Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda.;
v)Santa Clara V Energias Renováveis Ltda.;
vi)Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda.;
vii)Eurus VI Energias Renováveis Ltda.;
viii)CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.;
ix)Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A.;
x)Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A.;
xi)Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A.;
xii)Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A.;
xiii)CPFL Bioenergia S.A.;
xiv)CPFL Bio Formosa S.A.;
xv)CPFL Bio Pedra S.A.;
xvi)CPFL Bio Ipê S.A.;
xvii)CPFL Bio Buriti S.A.;
xviii)Mohini Empreendimentos e Participações Ltda.;
xix)Chimay Empreendimentos e Participações Ltda.; e
xx)Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda.

Art. 12. O prazo para implementação das operações fica estabelecido em até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação desta Resolução.

Art. 13. As novas controladoras deverão enviar à Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL cópia autenticada dos documentos comprobatórios da formalização das operações, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de sua efetivação.

Art. 14. As empresas interessadas deverão inserir, em até 30 dias, o organograma do Grupo Econômico, em sistema disponibilizado no sítio eletrônico da ANEEL, e atualizar as informações, nos termos do art. 4º da Resolução Normativa n. 378, de 10 de novembro de 2009.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 2.980, DE 21 DE JUNHO DE 2011

Declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A., das áreas de terra necessárias à implantação do canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Teles Pires, localizada nos Municípios de Paranaíta e Jacareacanga, nos Estados do Mato Grosso e Pará.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Portaria n. 1.681, de 25 de janeiro de 2011, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o disposto no artigo 10 da Lei n. 9.074, de 7 de julho de 1995, na Resolução Normativa n. 279, de 11 de setembro de 2007, e o que consta do Processo n. 48500.002669/2011-92, resolve:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o n. 12.810.896/0001-53, com sede na Praia do Flamengo n. 78 - sala 101 - Parte, Flamengo, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, as áreas que perfazem uma superfície total de terra com 1.294,08 ha (um mil, duzentos e noventa e quatro hectares e oito centiares), de propriedades particulares, distribuídas nos Municípios de Paranaíta e Jacareacanga, nos Estados do Mato Grosso e Pará, necessárias à implantação do canteiro de obras

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

da Usina Hidrelétrica Teles Pires, representadas no mapa planialtimétrico, constante do processo supracitado, em escala 1:5.000, datado abril de 2011.

§ 1º As áreas de terra referidas no "caput" descrevem-se e caracterizam-se por meio de distâncias, azimutes e coordenadas dos vértices do polígono na projeção UTM, referenciadas ao Meridiano Central 57º W. Gr, tendo como Datum - SIRGAS2000.

§ 2º A Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. deverá fiscalizar as terras destinadas à implantação da Usina Hidrelétrica Teles Pires, promovendo sua gestão sócio-patrimonial.

Art. 2º A Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. fica autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as desapropriações de que trata o artigo 1º, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência previsto no artigo 15 do Decreto-Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei n. 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 3° A descrição das áreas de terra referidas no § 1° do art. 1º, contida no Anexo desta Resolução, encontra-se no Processo supracitado e está disponível no endereço SGAN - Quadra 603 - Módulo I - Brasília - DF, bem como no endereço eletrônico www.aneel.gov.br.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.174, DE 28 DE JUNHO DE 2011

Prorroga a vigência das tarifas de fornecimento de energia elétrica e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A - Eletropaulo, constantes do Anexo I e II-A da Resolução Homologatória nº 1.025, de 29 de junho de 2010, e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei n. 10.848, de 15 de março de 2004, na Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de Distribuição n. 162/1998, com a redação dada pelo seu Segundo Termo Aditivo, e com base nos autos do Processo n. 48500.000181/2011-21, resolve:

Art. 1° Prorrogar a vigência das tarifas do Anexo I e II-A da Resolução Homologatória n. 1.025, de 29 de junho de 2010, até o processamento em definitivo da revisão tarifária da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A - Eletropaulo.

§ 1° Fica prorrogada a vigência das tarifas conforme definido no caput, com exceção das tarifas de uso do sistema de distribuição de geradoras - TUSDg das usinas conectadas nos níveis de tensão A1 e A2 constantes do Quadro V do Anexo II-A da Resolução Homologatória n. 1.025, de 29 de junho de 2010, para as quais passam a vigorar os valores definidos no Quadro V do Anexo II-A desta Resolução, com vigência de 04 de julho de 2011 a 03 de julho de 2012.

§ 2° Para o cálculo das TUSD aplicáveis aos consumidores que assinaram CCEI - Contrato de Compra de Energia Incentivada, de acordo com a Resolução Normativa n. 247, de 21 de dezembro de 2006, aplicar-se-á o desconto divulgado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para cada consumidor sobre a parcela da TUSD sujeita a desconto, devendo o resultado ser somado à parcela da TUSD não sujeita a desconto, especificada no quadro U do Anexo II-A.

Art. 2° Aprovar os novos valores das tarifas de serviços cobráveis conforme Anexo I, Quadro S, desta Resolução, com vigência de 04 de julho de 2011 a 03 de julho de 2012.

Art. 3° Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da Eletropaulo, referente ao período de julho de 2011 a junho de 2012, conforme o Anexo II desta Resolução.

Art. 4° Estabelecer a receita anual constante dos Anexos III-A e III-B, referente às instalações de conexão da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, relativas às Demais Instalações de Transmissão - DIT dedicadas à Eletropaulo, conforme as especificações a seguir:

I - a receita anual constante do Anexo III-A, que incorpora a parcela de ajuste financeiro referente às conexões/DIT, estará em vigor no período de 04 de julho de 2011 a 03 de julho de 2012; e

II - a receita anual constante do Anexo III-B, sem a parcela de ajuste mencionada no inciso I, estará em vigor a partir de 04 de julho de 2012, devendo constituir a base de cálculos tarifários subseqüentes.

Art. 5° Estabelecer a quota anual da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis dos Sistemas Isolados - CCC-ISOL conforme discriminado no Anexo IV desta Resolução.

Art. 6° Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela Concessionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a Eletropaulo poderá compensar essas eventuais diferenças no mês subseqüente.

Art. 7° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

ANEXO I
ELETROPAULO
QUADRO S

SERVIÇOS COBRÁVEIS	Grupo B (R$)			Grupo A (R$)
(arts. 102, 103 e 131 da REN 414/2010)	Monofásico	Bifásico	Trifásico	
I - Vistoria de unidade consumidora	4,47	6,40	12,80	38,45
II - Aferição de medidor	5,77	9,60	12,80	64,09
III - Verificação de nível de tensão	5,77	9,60	11,53	64,09
IV - Religação normal	5,11	7,04	21,13	64,09
V - Religação de urgência	25,63	38,45	64,09	128,19
VI - Segunda via de fatura	1,91	1,91	1,91	3,84
VII - Segunda via declaração de quitação anual de débitos	1,87	1,87	1,87	3,76
VIII - Disponibilização dados de medição (memória de massa)	4,38	6,27	12,54	37,66
IX - Desligamento ou Religação programada	25,10	37,66	62,77	125,55
X - Fornecimento pulsos potência e sincronismo	4,38	6,27	12,54	37,66
XI - Comissionamento de obra	13,14	18,81	37,62	112,97
XII - Remoção de poste	(*)	(*)	(*)	(*)
XIII - Remoção de rede	(*)	(*)	(*)	(*)
XIV - Visita técnica	4,38	6,27	12,54	37,66
XV - Custo administrativo de inspeção	72,33	108,51	180,90	2.411,80

(*) Objeto de orçamento específico (art. 103 da REN nº 414/2010)

ANEXO II
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE
VALORES NO PERÍODO DE JULHO DE 2011 A JUNHO DE 2012

CONCESSIONÁRIA	TFSEE ANUAL - EM R$	TFSEE MENSAL - EM R$
ELETROPAULO	24.374.695,93	2.031.224,66

ANEXO II-A

TUSD - GERAÇÃO	QUADRO V
	TUSDg
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)
A2 (88 a 138 kV) - SAO JOAO BIOGAS	1,06
A2 (88 a 138 kV) - RASGAO	2,09
A2 (88 a 138 kV) - FERNANDO GASPARIAN (N.PIRAT)	2,44
A2 (88 a 138 kV) - PIRATININGA	2,44
NOVAS CENTRAIS GERADORAS, EM A2, NÃO CONSIDERADAS NO ANEXO IV DA RES. 845/2009	2,12

ANEXO III-A
VALOR ANUAL REFERENTE ÀS DEMAIS INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO (DIT)
VIGENTE NO PERÍODO DE 04 DE JULHO DE 2011 A 03 DE JULHO DE 2012.

EMPRESA TRANSMISSORA	INSTALAÇÕES DEDICADAS À	VALORES EM R$
CTEEP	ELETROPAULO	77.855.684,08

ANEXO III-B
VALOR ANUAL REFERENTE ÀS DEMAIS INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO (DIT)
VIGENTE A PARTIR DE 04 DE JULHO DE 2012.

EMPRESA TRANSMISSORA	INSTALAÇÕES DEDICADAS À	VALORES EM R$
CTEEP	ELETROPAULO	77.827.017,22

ANEXO IV
QUOTA ANUAL DA CCC
COMPETÊNCIAS: JULHO/2011 A JUNHO/2012

ELETROPAULO	R$ 652.181.355,00

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.176, DE 28 DE JUNHO DE 2011

Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica e as tarifas de uso dos sistemas de distribuição - TUSD, estabelece a receita anual das instalações de conexão e fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, referentes à Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com a redação dada pelo art. 9º da Lei n. 10.848, de 15 de março de 2004, na Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de Distribuição n. 52/1999 - ANEEL/CELTINS, com a redação dada pelos seus Termos Aditivos, com base nos autos do Processo n. 48500.001968/2011-18, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do reajuste tarifário anual de 2011 da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS, a ser aplicado de acordo com as condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º As tarifas da CELTINS, constantes dos Anexos II e II-B da Resolução Homologatória n. 1.024, de 29 de junho de 2010, ficam, em média, reajustadas em 13,48% (treze vírgula quarenta e oito por cento), sendo 8,67% (oito vírgula sessenta e sete por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 4,81% (quatro vírgula oitenta e um por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 12,75% (doze vírgula setenta e cinco por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

§ 1º Por proposição da Concessionária, fica autorizado, em caráter excepcional, o diferimento parcial do reajuste a que se refere o caput, equivalente ao valor de R$ 30.130.297,47 (trinta milhões, cento e trinta mil e duzentos e noventa e sete reais e quarenta e sete centavos), a ser considerado como componente financeiro no cálculo do próximo processo tarifário da CELTINS, em 2012, atualizado pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M.

§ 2º Em decorrência do diferimento parcial previsto no § 1º, será de 7,36% (sete vírgula trinta e seis por cento) o efeito médio a ser percebido pelos consumidores cativos em relação às tarifas vigentes.

Art. 3º As tarifas constantes do Anexo I desta Resolução, que contemplam o reajuste tarifário anual econômico e os componentes financeiros pertinentes, estarão em vigor no período de 4 de julho de 2011 a 3 de julho de 2012.

Art. 4º As tarifas constantes do Anexo II desta Resolução, que contemplam somente o reajuste tarifário anual econômico, estarão em vigor a partir de 4 de julho de 2012 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 5º Fixar as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD da CELTINS, constantes dos Anexos II-A e II-B, conforme as especificações a seguir:

I - as tarifas constantes do Anexo II-A estarão em vigor no período de 4 de julho de 2011 a 3 de julho de 2012; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - as tarifas constantes do Anexo II-B estarão em vigor a partir de 4 de julho de 2012 e deverão constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

§ 1º Para o cálculo das TUSD aplicáveis aos consumidores que assinaram CCEI - Contrato de Compra de Energia Incentivada, de acordo com a Resolução Normativa n. 247, de 21 de dezembro de 2006, aplicar-se-á o desconto divulgado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para cada consumidor sobre a parcela da TUSD sujeita a desconto, devendo o resultado ser somado à parcela da TUSD não sujeita a desconto, especificada no quadro U desta Resolução.

§ 2º A TUSD de que trata o Quadro V refere-se às centrais geradoras conectadas nos níveis de tensão de 88 kV a 138 kV.

Art. 6º Estabelecer a receita anual constante do Anexo III, referente às instalações de conexão das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, relativas às Demais Instalações de Transmissão - DIT dedicadas à CELTINS, estando esta receita anual em vigor a partir de 4 de julho de 2011, devendo constituir a base de cálculos tarifários subsequentes.

Art. 7º Fixar o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE da CELTINS, referente ao período de julho de 2011 a junho de 2012, conforme o Anexo IV desta Resolução.

Art. 8º Estabelecer a cobertura tarifária da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis dos Sistemas Isolados - CCC-ISOL, dos Encargos de Serviços do Sistema - ESS e de Energia de Reserva - EER da CELTINS para 2011, conforme discriminado no Anexo V desta Resolução.

Art. 9º Atualizar a tarifa de energia proveniente de geração distribuída, decorrente da segregação das atividades da CELTINS, relativa às geradoras Alvorada Energia S.A., Isamu Ikeda Energia S.A. e Socibe Energia S.A., conforme disposto no art. 7º da Resolução Normativa n. 167, de 10 de outubro de 2005, para R$ 217,67/MWh (duzentos e dezessete reais e sessenta e sete centavos por megawatt-hora), a vigorar a partir de 4 de julho de 2011, constituindo-se a base de cálculo para as atualizações tarifárias subsequentes.

Art. 10. Fica autorizada a inclusão, no valor total a ser pago pelo consumidor, das despesas do PIS/PASEP e da COFINS efetivamente incorridas pela Concessionária, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. Em função de eventual variação mensal da alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, bem como da defasagem entre o valor pago e o correspondente valor repassado para o consumidor, a CELTINS poderá compensar essas eventuais diferenças no mês subsequente.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

ANEXO I

CELTINS

TARIFA CONVENCIONAL	QUADRO A					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)	ENERGIA (R$/MWh)	DEMANDA (R$/kW)	ENERGIA (R$/MWh)	DEMANDA (R$/kW)	ENERGIA (R$/MWh)
A3a (30 kV a 44 kV)	43,58	172,66	43,58	21,67		150,99
A4 (2,3kV a 25 kV)	64,52	172,66	64,52	21,67		150,99
B1-RESIDENCIAL:		447,66		296,67		150,99
B1-RESIDENCIAL BAIXA RENDA:						
Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh		150,22		97,37		52,85
Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh		257,52		166,92		90,60
Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh		386,25		250,35		135,90
Consumo mensal superior a 220 kWh		429,18		278,20		150,98
B2-RURAL		280,52		185,91		94,61
B2-COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL		203,16		134,64		68,52
B2-SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO		257,94		170,93		87,01
B3-DEMAIS CLASSES		447,51		296,58		150,93
B4-ILUMINAÇÃO PÚBLICA:						
B4a - Rede de Distribuição		230,53		152,77		77,76
B4b - Bulbo da Lâmpada		253,04		167,69		85,35

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO B					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA
A2 (88 a 138 kV)	40,19	9,19	40,19	9,19	0,00	0,00
A3a (30 a 44 kV)	41,83	13,47	41,83	13,47	0,00	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	61,74	20,06	61,74	20,06	0,00	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO C											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA
A2 (88 a 138 kV)	277,37	250,11	170,03	154,21	21,67	21,67	21,67	21,67	255,70	228,44	148,36	132,54
A3a (30 a 44 kV)	277,37	250,11	170,03	154,21	21,67	21,67	21,67	21,67	255,70	228,44	148,36	132,54
A4 (2,3 a 25 kV)	277,37	250,11	170,03	154,21	21,67	21,67	21,67	21,67	255,70	228,44	148,36	132,54

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO E		
	TUSD + TE	TUSD	TE
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)	DEMANDA (R$/kW)	DEMANDA (R$/kW)
A3a (30 a 44 kV)	13,47	13,47	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	20,06	20,06	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO F											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA
A3a (30 a 44 kV)	1.248,61	1.221,35	170,03	154,21	992,91	992,91	21,67	21,67	255,70	228,44	148,36	132,54
A4 (2,3 a 25 kV)	1.710,95	1.683,69	170,03	154,21	1.455,25	1.455,25	21,67	21,67	255,70	228,44	148,36	132,54

DESCONTOS PERCENTUAIS	QUADRO J	
UNIDADE CONSUMIDORA	DEMANDA	ENERGIA
RURAL - GRUPO A	10	10
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO A	15	15
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO B	-	15

SERVIÇOS COBRÁVEIS	Grupo B (R$)			Grupo A (R$)
(arts. 102, 103 e 131 da REN 414/2010)	Monofásico	Bifásico	Trifásico	
I - Vistoria de unidade consumidora	4,47	6,40	12,80	38,45
II - Aferição de medidor	5,77	9,60	12,80	64,09
III - Verificação de nível de tensão	5,77	9,60	11,53	64,09
IV - Religação normal	5,11	7,04	21,13	64,09
V - Religação de urgência	25,63	38,45	64,09	128,19
VI - Segunda via de fatura	1,91	1,91	1,91	3,84
VII - Segunda via declaração de quitação anual de débitos	1,87	1,87	1,87	3,76
VIII - Disponibilização dados de medição (memória de massa)	4,38	6,27	12,54	37,66
IX - Desligamento ou Religação programada	25,10	37,66	62,77	125,55
X - Fornecimento pulsos potência e sincronismo	4,38	6,27	12,54	37,66
XI - Comissionamento de obra	13,14	18,81	37,62	112,97
XII - Remoção de poste	(*)	(*)	(*)	(*)
XIII - Remoção de rede	(*)	(*)	(*)	(*)
XIV - Visita técnica	4,38	6,27	12,54	37,66
XV - Custo administrativo de inspeção	72,33	108,51	180,90	2.411,80
(*) Objeto de orçamento específico (art. 103 da REN nº 414/2010)				

PARÂMETROS PARA CÁLCULO DO ERD (RESOLUÇÃO NORMATIVA nº 414/2010)							
(SUB)GRUPO TARIFÁRIO	BT	B2rur	B2irr	B3	A4	A3a	A2
K	383,09	240,06	220,74	382,96	405,03	265,09	174,25
TUSD FIO - FORA PONTA (R$/kW)	14,97	9,38	8,63	14,97	15,83	10,36	6,81
WACC (%)	9,95%						
Carga Tributária	34,00						
PARCELA B (R$)	187.484.255,33						
TAXA DE DEPRECIAÇÃO - D (%)	4,51%						
OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO - O&M (R$)	124.420.880,86						

ANEXO II

CELTINS

TARIFA CONVENCIONAL	QUADRO A					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)	ENERGIA (R$/MWh)	DEMANDA (R$/kW)	ENERGIA (R$/MWh)	DEMANDA (R$/kW)	ENERGIA (R$/MWh)
A3a (30kV a 44kV)	43,60	174,62	43,60	22,03		152,59
A4 (2,3kV a 25kV)	64,53	174,62	64,53	22,03		152,59
B1-RESIDENCIAL:		449,68		297,09		152,59
B1-RESIDENCIAL BAIXA RENDA:						
Consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh		150,76		97,35		53,41
Consumo mensal superior a 30 kWh e inferior ou igual a 100 kWh		258,45		166,89		91,56
Consumo mensal superior a 100 kWh e inferior ou igual a 220 kWh		387,64		250,30		137,34
Consumo mensal superior a 220 kWh		430,72		278,14		152,58
B2-RURAL		281,78		186,17		95,61
B2-COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL		204,08		134,83		69,25
B2-SERVIÇO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO		259,10		171,17		87,93
B3-DEMAIS CLASSES		449,53		297,00		152,53
B4-ILUMINAÇÃO PÚBLICA:						
B4a - Rede de Distribuição		231,57		152,99		78,58
B4b - Bulbo da Lâmpada		254,18		167,93		86,25

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO B					
	TUSD + TE		TUSD		TE	
	DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)		DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA	PONTA	F. PONTA
A2 (88 a 138 kV)	40,21	9,19	40,21	9,19	0,00	0,00
A3a (30 a 44 kV)	41,84	13,47	41,84	13,47	0,00	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	61,75	20,07	61,75	20,07	0,00	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL AZUL	QUADRO C											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA
A2 (88 a 138 kV)	280,44	252,89	171,96	155,98	22,03	22,03	22,03	22,03	258,41	230,86	149,93	133,95
A3a (30 a 44 kV)	280,44	252,89	171,96	155,98	22,03	22,03	22,03	22,03	258,41	230,86	149,93	133,95
A4 (2,3 a 25 kV)	280,44	252,89	171,96	155,98	22,03	22,03	22,03	22,03	258,41	230,86	149,93	133,95

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO E		
	TUSD + TE	TUSD	TE
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)	DEMANDA (R$/kW)	DEMANDA (R$/kW)
A3a (30 a 44 kV)	13,47	13,47	0,00
A4 (2,3 a 25 kV)	20,07	20,07	0,00

TARIFA HORO-SAZONAL VERDE	QUADRO F											
	TUSD + TE				TUSD				TE			
	ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)				ENERGIA (R$/MWh)			
	PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA		PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA	SECA	ÚMIDA
A3a (30 a 44 kV)	1.252,02	1.224,47	171,96	155,98	993,61	993,61	22,03	22,03	258,41	230,86	149,93	133,95
A4 (2,3 a 25 kV)	1.714,41	1.686,86	171,96	155,98	1.456,00	1.456,00	22,03	22,03	258,41	230,86	149,93	133,95

DESCONTOS PERCENTUAIS	QUADRO J	
UNIDADE CONSUMIDORA	DEMANDA	ENERGIA
RURAL - GRUPO A	10	10
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO A	15	15
AGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - GRUPO B	-	15

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	ANEXO II-A	
	QUADRO L	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A2 (88 a 138 kV)	40,19	9,19
A3a (30 a 44 kV)	41,83	13,47
A4 (2,3 a 25 kV)	61,74	20,06

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO M	
	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A2 (88 a 138 kV)	21,67	21,67
A3a (30 a 44 kV)	21,67	21,67
A4 (2,3 a 25 kV)	21,67	21,67

TUSD - CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	QUADRO N	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A2 (88 a 138 kV)	38,57	8,81
A3a (30 a 44 kV)	40,14	12,92

TUSD - APE e PIE	QUADRO T	
Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005.	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A2 (88 a 138 kV)	0,83	0,83
A3a (30 a 44 kV)	0,83	0,83
A4 (2,3 a 25 kV)	0,83	0,83

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006	QUADRO U			
	TUSD			
	DEMANDA (R$/kW)			
	PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto
A2 (88 a 138 kV)	38,78	1,41	8,87	0,32
A3a (30 a 44 kV)	40,36	1,47	13,00	0,47
A4 (2,3 a 25 kV)	59,57	2,17	19,36	0,70

TUSD - GERAÇÃO	QUADRO V
	TUSDg
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)
A2 (88 a 138 kV) - AGROTRAFO	5,83
A2 (88 a 138 kV) - AGUA LIMPA	5,83
A2 (88 a 138 kV) - AREIA	5,83
A3 (69 kV)	8,08
A3a (30 a 44 kV)	8,08
A4 (2,3 a 25 kV)	8,08
NOVAS CENTRAIS GERADORAS, EM A2, NÃO CONSIDERADAS NO ANEXO IV DA RES. 845/2009	6,25

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	ANEXO II-B	
	QUADRO L	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A2 (88 a 138 kV)	40,21	9,19
A3a (30 a 44 kV)	41,84	13,47
A4 (2,3 a 25 kV)	61,75	20,07

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES	QUADRO M	
	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A2 (88 a 138 kV)	22,03	22,03
A3a (30 a 44 kV)	22,03	22,03
A4 (2,3 a 25 kV)	22,03	22,03

TUSD - CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	QUADRO N	
	TUSD	
	DEMANDA (R$/kW)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A2 (88 a 138 kV)	38,64	8,83
A3a (30 a 44 kV)	40,21	12,94

TUSD - APE e PIE	QUADRO T	
Em atendimento aos arts. 19 e 20 da Resolução Normativa ANEEL n° 166/2005.	TUSD	
	ENCARGOS (R$/MWh)	
SUBGRUPO	PONTA	F. PONTA
A2 (88 a 138 kV)	0,78	0,78
A3a (30 a 44 kV)	0,78	0,78
A4 (2,3 a 25 kV)	0,78	0,78

TUSD - CONSUMIDORES LIVRES - Aplicação de desconto previsto nas Resoluções nº 77, de 18 de agosto de 2004, e nº 247, de 21 de dezembro de 2006	QUADRO U			
	TUSD			
	DEMANDA (R$/kW)			
	PONTA		F. PONTA	
SUBGRUPO	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto	Parcela sujeita ao desconto	Parcela não sujeita ao desconto
A2 (88 a 138 kV)	38,79	1,42	8,86	0,33
A3a (30 a 44 kV)	40,36	1,48	12,99	0,48
A4 (2,3 a 25 kV)	59,56	2,19	19,36	0,71

TUSD - GERAÇÃO	QUADRO V
	TUSDg
SUBGRUPO	DEMANDA (R$/kW)
A2 (88 a 138 kV) - AGROTRAFO	5,86
A2 (88 a 138 kV) - AGUA LIMPA	5,86
A2 (88 a 138 kV) - AREIA	5,86
A3 (69 kV)	8,08
A3a (30 a 44 kV)	8,08
A4 (2,3 a 25 kV)	8,08
NOVAS CENTRAIS GERADORAS, EM A2, NÃO CONSIDERADAS NO ANEXO IV DA RES. 845/2009	6,25

ANEXO III RECEITA ANUAL REFERENTE ÀS DEMAIS INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO (DIT) Vigente a partir de 4 de julho de 2011		
EMPRESA TRANSMISSORA	INSTALAÇÕES DEDICADAS À	VALORES EM R$
ELETRONORTE	CELTINS	286.349,46

ANEXO IV TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE VALORES NO PERÍODO DE JULHO de 2011 A JUNHO de 2012		
CONCESSIONÁRIA	TFSEE ANUAL - EM R$	TFSEE MENSAL - EM R$
CELTINS	1.264.898,81	105.408,23

ANEXO V PREVISÃO DE QUOTA ANUAL DO ESS/EER E DA CCC-ISOL PARA 2011		
CONCESSIONÁRIA	ESS/EER 2011 - EM R$	CCC EM 2011 - EM R$
CELTINS	4.074.488,97	19.910.130,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 439, DE 28 DE JUNHO DE 2011

Aprimoramento dos critérios para o cálculo locacional da Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição aplicável às centrais geradoras - TUSDg conectadas no nível de tensão de 138 kV ou 88 kV.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto nos arts. 13 e 23 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nos arts. 15 e 17 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, com redação dada pelo art. 3º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, no art. 3º, inciso XVIII, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com redação dada pelo art. 9º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, nos arts. 9º e 13 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nos arts. 13 e 14 do Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, nos arts. 2º, 6º, 7º do Decreto nº 2.655 de 2 de julho de 1998, nos arts. 1º, 2º e 3º do Decreto nº 5.081 de 14 de maio de 2004, e com base no art. 4º, inciso IV, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, o que consta dos Processos n. 48500.004425/2006-51 e n. 48500.000502/09-72, e considerando que, no âmbito das Audiências Públicas n. 26/2008 e n. 31/2010, e n. 15/2011 foram recebidas sugestões de diversos agentes do setor elétrico e da sociedade em geral, as quais contribuíram para o aperfeiçoamento deste ato regulamentar, resolve:

Art. 1º Aprimorar os critérios para o cálculo locacional da Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição aplicável às centrais geradoras - TUSDg conectadas no nível de tensão de 138 kV ou 88 kV.

Art. 2º A Resolução Normativa n. 349, de 13 de janeiro de 2009, passa a vigorar acrescida dos arts. 3º- A e 3º - B.

"Art. 3º-A A TUSDg homologada terá seu valor limitado ao maior valor de Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST apurado para o segmento geração nas barras de Rede Básica as quais as respectivas Redes Unificadas se conectam, da seguinte forma:

I- para todas as ce1ntrais geradoras que estão em operação comercial ou entrarem em operação comercial e celebrarem Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD até 30 de junho de 2013;

II- para as centrais geradoras que se conectem a redes unificadas importadoras, assim identificadas no momento do cálculo das TUSDg de referência; e

III- para as centrais geradoras hidráulicas, independente da característica da rede unificada ser importadora ou exportadora.

Parágrafo único. O valor da TUST a que se refere o caput será atualizado pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV até a data do reajuste ou revisão da distribuidora."

"Art. 3º-B Deverão incidir eventuais componentes financeiros sobre a TUSDg apurada segundo o art. 3º."

Art. 3º A tabela do Anexo III da Resolução Normativa n. 349 de 2009, passa a vigorar com seguinte conformação:

Referência	Aplicação no reajuste/revisão realizada no intervalo de:	*k*
2009/2010	1º/7/2009 - 30/6/2010	20%
2010/2011	1º/7/2010 - 30/6/2011	40%
2011/2012	1º/7/2011 - 30/6/2012	50%
2012/2013	1º/7/2012 - 30/6/2013	60%
2013/2014	1º/7/2013 - 30/6/2014	70%
2014/2015	1º/7/2014 - 30/6/2015	80%
2015/2016	1º/7/2015 - 30/6/2016	90%
2016/2017	1º/7/2016 - 30/6/2017	100%

Art 4º. O art. 22-da da Resolução Normativa n. 349 de 2009 passa a vigorar acrescida dos seguintes parágrafos:

"§6º Os critérios dispostos neste artigo também se aplicam na homologação das TUSDg das centrais geradoras que entrarem em operação comercial e celebrarem CUSD até 30 de junho de 2013, desde que a TUSDg calculada a partir da metodologia locacional seja superior à tarifação pelos critérios anteriores a esta resolução.

§7º Para as centrais geradoras alcançadas pelo parágrafo anterior, deverão ser revistos os faturamentos que já ocorreram e as diferenças compensadas pela distribuidora nos termos do art. 1º da Resolução Homologatória nº 1.033, de 27 de junho de 2010."

Art. 5º O § 4º do art. 22-A da Resolução Normativa n. 349 de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§4º Deverá ser encerrada a aplicação do fator atenuador k quando a TUSDg calculada de acordo com os §§ 1º e 2º deste artigo combinado com o art. 3º-A, for igual ou superior ao novo valor apurado segundo os critérios dos artigos 10 e 11 desta Resolução."

Art. 6º A Resolução Normativa n. 349 de 2009, passa a vigorar acrescida do Capítulo XI-A, com artigo 20-A:

"CAPÍTULO XI-A

DA DEFINIÇÃO DA TUSDg PARA NOVAS CENTRAIS GERADORAS QUE PARTICIPAREM DE LEILÕES DE ENERGIA NOVA

Art. 20-A A ANEEL publicará, previamente aos leilões de energia nova, a TUSDg de referência aplicável aos novos empreendimentos de geração conectados em 138 ou 88 kV que participarem dos leilões e que não estejam em operação comercial.

§1º A TUSDg de que trata o caput será aplicada aos 10 ciclos tarifários de distribuição a contar daquele da entrada em operação comercial das centrais de geração prevista no edital do leilão.

§2º A TUSDg de referência será atualizada pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§3º A alteração da conexão da central geradora para o sistema de transmissão implica a manutenção dos valores de TUSDg publicadas, observando sua aplicação como TUST, de acordo com as regras de contratação do uso dos sistemas de transmissão ."

Art. 7º O § 3º do artigo 22-A da Resolução Normativa n. 349 de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§3º Na aplicação do disposto no § 2º para as centrais geradoras listadas no Anexo II, deverá ser considerado como valor de TUSDg o apurado pelos critérios da Resolução Normativa n. 166/2005, acrescido do valor da correspondente TUST do ciclo 2008/2009, atualizada segundo o disposto na Resolução Normativa n. 117 de 03 de dezembro de 2004."

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 1ª de julho de 2011

Nº 2.732 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria nº 1.113, de 18 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial de 26 de novembro de 2008, art. 1º, inciso II, e considerando os documentos constantes no Processo nº 48500.002613/2011-38, resolve: I - autorizar a empresa Ecobio Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.602.265/0001-01, com sede na Rua Teodoro Sampaio nº 2.550 Conjunto 11 - 1º andar - Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; II - que a empresa Ecobio Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. fica obrigada a atender as determinações estabelecidas na Resolução nº 265, de 13 de agosto de 1998, a legislação de regência da atividade de comercializador de energia elétrica, inclusive as supervenientes que venham a ser estabelecidas pelo Poder Concedente.

Nº 2.733 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 1.113, de 18 de novembro de 2008, e considerando o que consta do Processo nº 48500.001387/2011-78, resolve: I - Homologar, nos termos do art. 16 do Regulamento Conjunto para Compartilhamento de Infraestrutura entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo, aprovado pela Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, o Contrato de Compartilhamento de Pontos de Fixação em Postes, s/nº, de 30 de novembro de 2010, celebrado entre Copel Distribuição S.A. e Global Village Telecom Ltda.; II - Determinar que são obrigações da Copel: a) observar o que dispõe a Norma Técnica ABNT NBR 15688:2009, especialmente quanto aos afastamentos mínimos recomendados nas instalações, o Contrato de Concessão de Distribuição nº 046/1999-ANEEL, firmado com a União em 24 de junho de 1999, e a legislação de regência da prestação adequada de serviços públicos de distribuição de energia elétrica; e b) apurar, por meio do Sistema de Ordem de Serviço - ODS, gastos e receitas das atividades decorrentes do Contrato homologado no item I, em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE; III - Recomendar que as partes avaliem a inclusão de cláusula prevendo foro e modo para solução extrajudicial das divergências contratuais, de que trata o art. 20, XI, da citada Norma Conjunta; e IV - A receita proveniente do Contrato homologado no item I deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Copel Distribuição S.A., conforme disposto no art. 11, Parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Nº 2.734 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL n° 1.113, de 18 de novembro de 2008, e considerando o que consta do Processo nº 48500.002602/2011-58, resolve: I - Homologar, nos termos do art. 16 do Regulamento Conjunto para Compartilhamento de Infraestrutura entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo, aprovado pela Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP n° 001, de 24 de novembro de 1999, o "Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a ELETROPAULO Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. e a Netell Telecomunicações Ltda. - ME, s/n°, de 28 de junho de 2010"; II - Determinar que são obrigações da ELETROPAULO Metropolitana: a) observar o que dispõe a ABNT NBR 15688:2009, especialmente quanto aos afastamentos mínimos recomendados nas instalações, o Contrato de Concessão n° 162/98, que firmou com a União em 15 de junho de 1998, e a legislação de regência da prestação adequada de serviços públicos de distribuição de energia elétrica; e b) apurar, por meio do Sistema de Ordem de Serviço - ODS, gastos e receitas das atividades decorrentes do referido Contrato de Compartilhamento, em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. III - A receita proveniente do Contrato homologado no item I deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela ELETROPAULO Metropolitana, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei n° 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

JANDIR AMORIM NASCIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 1ª de julho de 2011

Nº 2.730 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS DO MERCADO SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, considerando a Portaria nº 939, de 20 de maio de 2008, e o que consta dos Processos nºs 48500.000278/2010-52, 48500.002256/2010-27, 48500.002464/2010-26, 48500.004272/2010-54, 48500.004273/2010-07, 48500.004274/2010-43, 48500.005980/2010-11, 48500.002811/2011-00, nos termos das Regras de Comercialização, versão 2010, aprovadas por meio da Resolução Normativa nº 385, de 8 de dezembro de 2009, resolve determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, na Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia de Reserva a ser realizada em julho de 2011 (competência junho de 2011), promova a retenção da parcela da Receita Fixa referente aos Contratos de Energia de Reserva - CER das seguintes usinas: i) BEN Bioenergia; ii) Decasa; iii) Cachoeira Dourada; iv) CBB - Companhia Bioenergética Brasileira; v) Unidade de Bioenergia Água Emendada; vi) Unidade de Bioenergia Costa Rica; vii) Biopav II; viii) Chapadão; ix) Ipaussu Bioenergia; x) São Fernando Energia I.

RICARDO TAKEMITSU SIMABUKU

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

RETIFICAÇÃO

No despacho ANEEL nº 2131, de 23 de maio de 2011, do Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade da ANEEL, disponibilizado no sítio da ANEEL na mesma data, referente ao processo 48500.000624/2010-01, onde se lê "R$ 604.007,35 (seiscentos e quatro mil, sete reais e trinta e cinco centavos", leia-se "R$ 640.007,35 (seiscentos e quarenta mil, sete reais e trinta e cinco centavos)".

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 1ª de julho de 2011

Nº 2.735 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada Resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000416/2003-76, resolve: I - Liberar a unidade geradora UG2 de 135.875 kW de capacidade instalada da UHE Estreito, localizada no Rio Tocantins, nos Município de Estreito, Estado do Maranhão e nos Municípios de Aguiarnópolis e de Palmeiras do Tocantins, ambos no Estado do Tocantins, concedida à empresa Consórcio Estreito Energia, por meio do Contrato de Concessão nº 94/2002-ANEEL - AHE Estreito, de 26 de dezembro de 2002, com alterações em seus respectivos Termos Aditivos posteriores, para início da operação comercial a partir do dia 2 de julho de 2011, quando a energia produzida pela unidade geradora deverá estar disponibilizada ao sistema.

RÔMULO DE VASCONCELOS FEIJÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 1ª de julho de 2011

Nº 2.736 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 1.047, de 09 de setembro de 2008, considerando o disposto no art. 1º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, nos arts. 28 e 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, na Resolução Autorizativa nº 2.413, de 25 de maio de 2010 e o que consta do Documento no 48513.018571/2011-00, resolve: I - anuir com a constituição de garantia pela Rio Branco Transmissora de Energia S.A. - RBTE, respaldada pelo aval da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, no período de 2011 a 2012, para captação de recursos junto ao Banco da Amazônia S.A. - BASA no valor de até R$ 100.000.000,00, para investimentos na respectiva área de concessão de serviço público; II - ressaltar que: (i) a possibilidade de oferecer em garantia os direitos emergentes da delegação está limitada a montante que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços, e (ii) é de exclusiva responsabilidade da delegatária a gestão quanto à necessidade, oportunidade, análise dos riscos e custos inerentes à operação; III - ressalvar que esta manifestação não dará aos agentes credores direito de qualquer ação contra a ANEEL, em decorrência de descumprimento, pela delegatária, dos seus compromissos financeiros; e IV - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.737 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 1.047, de 09 de setembro de 2008, considerando o disposto nos arts. 28, 28-A e 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 1º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, e o que consta do Documento nº 48513.018406/2011-00, resolve: I - anuir à dação de recebíveis em garantia, pela CRERAL - Cooperativa Regional de Eletrificação Rural do Alto Uruguai, até o limite de 0,86% da receita líquida, no período de 2011 a 2016, para captação de recursos junto ao Banco Cooperativo Sicredi S.A. no valor de até R$ 682.890,27 para aquisição de equipamentos em geral; II - ressaltar que: (i) a possibilidade de oferecer em garantia os direitos emergentes da delegação está limitada a montante que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços, e (ii) é de exclusiva responsabilidade da delegatária a gestão quanto à necessidade, oportunidade, análise dos riscos e custos inerentes à operação; III - registrar que esta manifestação não dará aos agentes credores direito de qualquer ação contra a ANEEL, em decorrência de descumprimento, pela delegatária, dos seus compromissos financeiros; e IV - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 30 de julho de 2011

Nº 2.725 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, na Resolução nº 395, de 04 de dezembro de 1998 e o que consta do Processo nº 48500.002273/2008-40, resolve: I - Autorizar pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação deste ato, o acesso às áreas necessárias ao desenvolvimento dos levantamentos de campo para os Estudos de Projeto Básico da PCH Pinhalzinho, localizada no rio Várzea, na sub-bacia n° 74, no Estado do Rio Grande do Sul, solicitado pela empresa Energias Complementares do Brasil - Geração de Energia Elétrica S.A.

Em 1º de julho de 2011

Nº 2.738 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, em cumprimento ao disposto na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo no . 48500.006269/2008-51, resolve: I - Não aceitar o projeto básico da PCH Engenheiro Beltrão, situada no rio Mourão, sub-bacia 64, bacia hidrográfica do rio Paraná, localizada no Estado do Paraná, apresentado pela empresa LAP Engenharia Ltda., inscrita no CNPJ sob nº. 07.175.124/0001-57 pelo não atendimento do artigo 12, da Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998. II - Facultar à interessada a reapresentação dos seus estudos de acordo com a orientação emanada da Nota Técnica nº 215/2011-SGH/ANEEL, acostada ao processo de referência, estabelecendo que os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL a partir do dia 10/10/2011 até a data de 10/11/2011. III - Ratificar que a não apresentação das informações e relatórios na data determinada implicará declaração de abandono e transferência do registro para a condição de inativo

Nº 2.739 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL -, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 13 de maio de 2011, bem como na resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.001937/2009-34, resolve: I - Aceitar o Projeto Básico da PCH Valença, com potência estimada nos estudos de inventário de 4,7 MW, situada no rio Una, sub-bacia 51, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no Estado da Bahia, às coordenadas 13º20´27" de Latitude Sul e 39º06´39" de Longitude Oeste, apresentado pela empresa MaxPet Nordeste Plásticos e Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07.788.452/0001-29. II - Informar que esta empresa é a única detentora de registro ativo para o projeto básico em questão.

Nº 2.740 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL -, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 13 de maio de 2011, bem como na resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.000952/2009-65, resolve: I - Aceitar o Projeto Básico da PCH Foz de Setembro, com potência estimada nos estudos de inventário de 1,65 MW, , situada no rio dos Cedros, sub-bacia 83, bacia hidrográfica do Atlântico Sudeste, no Estado de Santa Catarina, às coordenadas 26º41'41" de Latitude Sul e 49º18´07"de Longitude Oeste, apresentado pela empresa Welt Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 08.518.402/0002-75. II - Informar que esta empresa é única detentora de registro ativo para o projeto básico em questão.

Nº 2.741 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições estabelecidas na Portaria nº 1.807, de 10 de maio de 2011, com base na Resolução Normativa ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998 e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.001700/2006-58, resolve: I - Aceitar os Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Aripuanã, sub-bacia 15, nos Estados de Mato Grosso e do Amazonas, apresentados pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, inscrita no CNPJ sob o nº 06.977.747/0002-61

ODENIR JOSÉ DOS REIS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA I

DESPACHO DO DIRETOR
Em 1º de julho de 2011

Nº 765 - O Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, no uso das atribuições que lhe confere o art.34, inciso III, do Regimento Interno da ANP, aprovado pela Portaria ANP n°160, de 2 de agosto de 2004, em atendimento às determinações do Ofício n.º 069/2002, de 08 de maio de 2002, do Tribunal de Contas da União, e tendo em vista o que consta do Processo TC n.º 002.102/2001-8, torna público o volume de petróleo e gás natural produzido em fevereiro de 2011 por campo e produção desagregada por Estado e Município (ANEXO I); a relação dos Estados, Municípios e Órgãos Federais indenizados a título de Royalties; os respectivos valores creditados em 18 de abril de 2011, mês de competência fevereiro de 2011 (ANEXO II).

FLORIVAL RODRIGUES DE CARVALHO

ANEXO I

PRODUÇÃO POR CAMPO

Nome do Campo	N.º Contrato de Concessão	Petróleo m³	Gás Natural m³
AGULHA	48000.003779/97-66	992,63	64.210,98
ALBACORA	48000.003703/97-02	214.455,96	25.903.118,92
ALBACORA LESTE	48000.003895/97-67	341.045,04	12.851.331,19
ARABAIANA	48000.003913/97-47	886,53	11.724.258,46
ARATUM	48000.003780/97-45	1.950,42	58.534,31
ATUM	48000.003775/97-13	4.493,20	151.303,44
BADEJO	48000.003705/97-20	3.060,85	505.432,73
BAGRE	48000.003726/97-08	821,70	308.626,44
BALEIA FRANCA	48000.003560/97-49	56.831,67	5.818.046,09
BARRACUDA	48000.003897/97-92	483.255,17	37.632.690,08
BICUDO	48000.003717/97-17	22.599,76	2.022.117,69
BIJUPIRA	48000.003709/97-81	74.148,00	4.922.079,23
BIQUARA	48000.003909/97-70	203,31	349.471,00
BM-S-11	48610.003886/2000	66.203,98	19.506.776,50
BM-S-9	48610.003884/2000	67.995,43	13.195.587,00
BONITO	48000.003718/97-71	20.057,25	15.253.467,93
CACHALOTE	48000.003560/97-49	314.515,01	26.173.020,18
CAIOBA	48000.003836/97-06	326,46	19.100.919,91
CAMARUPIM	48000.003535/97-00	4.812,78	23.422.970,73
CAMARUPIM NORTE	48610.010724/2001	10.963,47	53.357.290,90
CAMORIM	48000.003837/97-61	4.944,83	6.342.680,08
CANAPUS	48000.003535/97-00	3.891,01	41.423.258,42
CANDEIAS-Mar	48000.003638/97-34	839,97	-
CARAPEBA	48000.003711/97-22	74.931,50	1.686.357,58
CARATINGA	48000.003898/97-55	218.466,83	17.821.373,17
CHERNE	48000.003727/97-62	61.815,86	2.833.123,07
CIOBA	48000.003906/97-81	1.303,94	9.810,65
CONGRO	48000.003714/97-11	5.373,87	625.542,03
CORVINA	48000.003715/97-83	21.835,75	1.437.451,07
CURIMA	48000.003776/97-78	4.685,95	964.850,87
DOM JOAO MAR	48000.003645/97-08	1.342,15	10.736,79
DOURADO	48000.003838/97-23	372,48	71.534,64
ENCHOVA	48000.003719/97-34	14.804,13	6.132.130,34
ENCHOVA OESTE	48000.003720/97-13	31.698,77	3.630.711,66
ESPADA	48000.003777/97-31	9.618,95	692.908,29
ESPADARTE	48000.003899/97-18	135.114,68	6.626.606,48
FRADE	48000.003896/97-20	323.206,27	24.530.875,01
GAROUPA	48000.003721/97-86	19.395,83	2.090.853,41
GAROUPINHA	48000.003722/97-49	971,78	38.479,86
GOLFINHO	48000.003535/97-00	163.887,99	7.312.007,78
GUARICEMA	48000.003839/97-96	8.924,21	-
JUBARTE	48000.003560/97-49	504.427,38	46.849.679,02
LAGOSTA	48000.003570/97-01	11.651,73	34.903.419,90
LINGUADO	48000.003706/97-92	15.935,23	-
MALHADO	48000.003716/97-46	23.314,83	2.086.158,41
MANATI	48000.003518/97-82	1.946,31	134.220.095,40
MARIMBA	48000.003732/97-01	92.360,76	7.686.429,70
MARLIM	48000.003723/97-10	1.006.531,83	90.437.564,97
MARLIM LESTE	48000.003900/97-03	785.432,76	73.199.507,79
MARLIM SUL	48000.003724/97-74	1.121.176,17	140.451.814,40
MERLUZA	48000.003866/97-69	1.122,32	9.673.034,61
NAMORADO	48000.003728/97-25	77.469,86	6.590.987,34
OESTE DE UBARANA	48000.003910/97-59	717,89	2.088.340,48
OSTRA	48000.003552/97-11	272.633,25	6.573.053,96
PAMPO	48000.003707/97-55	77.006,92	5.123.401,05
PARGO	48000.003712/97-95	13.834,34	487.528,42
PARU	48000.003840/97-75	961,97	8.265.854,00
PEROÁ	48000.003903/97-93	2.222,06	39.203.002,94
PESCADA	48000.003912/97-84	1.731,13	4.078.190,77
PIRANEMA	48000.003495/97-89	15.492,96	4.476.226,67
PIRAUNA	48000.003733/97-65	18.135,36	2.268.602,61
RONCADOR	48000.003901/97-68	1.344.248,60	151.236.454,37
SALEMA	48000.003710/97-60	31.234,25	4.846.496,38
SALGO	48000.003841/97-38	716,16	3.561,00
SERRA	48000.003781/97-16	15.735,30	336.651,71
TARTARUGA	48000.003835/97-35	1.257,41	98.470,99
TATUI	48000.003834/97-72	266,51	89.348,99
TLD TIRO	48610.009494/2003	55.065,86	1.989.128,93
TRILHA	48000.003708/97-18	1.155,41	182.717,19
UBARANA	48000.003782/97-71	10.426,10	9.236.732,73
VERMELHO	48000.003713/97-58	36.350,11	1.009.680,97
VIOLA	48000.003734/97-28	17.631,57	674.987,74
XAREU	48000.003778/97-01	8.918,90	340.300,39
ACAUA	48610.003901/2000	72,02	71,77
AGUA GRANDE	48000.003629/97-43	11.453,09	-
AGUILHADA	48000.003842/97-09	626,24	8.766,91
ALTO DO RODRIGUES	48000.003784/97-04	11.479,00	63.077,52
ANAMBE	48610.003892/2000	5.432,74	2.481.762,17
ANGELIM	48000.003843/97-63	929,05	4.866,68
ANGICO	48000.003484/97-62	37,50	457,86
APRAIUS	48000.003630/97-22	565,80	21.758,12
ARAÇARI	48610.009487/2003	122,65	12.633,21
ARACAS	48000.003631/97-95	17.034,20	1.722.504,43
ARAÇÁS LESTE	48610.009289/2005-93	31,49	314,90
ARACUA	48610.009202/2005-88	1.053,11	234.132,24
ARATU	48000.003632/97-58	-	527.132,72
ARUARI	48000.003844/97-26	104,38	521,80
ASA BRANCA	48000.003482/97-37	374,25	346.103,64
ATALAIA SUL	48000.003845/97-99	230,45	921,50
BAIXA DO ALGODAO	48000.003785/97-69	2.024,89	9.777,24
BAIXA DO JUAZEIRO	48000.003914/97-18	2,13	27,59
BARRA DO IPIRANGA	48000.003756/97-61	17,02	750.211,99
BARRINHA	48000.003786/97-21	46,24	605,51
BARRINHA LESTE	48610.003901/2000	6,03	76,66
BENFICA	48610.004003/98	1.278,11	148.383,15
BIRIBA	48000.003672/97-72	108,58	1.585.414,82
BOA ESPERANCA	48000.003787/97-94	1.821,60	460.680,38
BOA VISTA	48000.003788/97-57	2.194,88	39.603,30
BOM LUGAR	48610.009285/2005-13	170,37	9.029,61
BONSUCESSO	48000.003658/97-41	405,33	4.187,70
BREJINHO	48000.003636/97-17	192,87	6.595,25
BREJINHO	48000.003789/97-10	2.905,26	751.413,44
BREJO GRANDE	48000.003846/97-51	1.213,45	-
BT-POT-10	48610.009227/2002	395,39	16.642,00
BT-POT-8	48610.009225/2002	8,68	225.155,00
BURACICA	48000.003635/97-46	19.902,44	121.822,27
BURIZINHO	48610.009231/2002	32,64	342,00
CACHOEIRINHA	48000.003791/97-61	1.223,02	223.444,53
CAMPO GRANDE	48000.003737/97-16	205,11	8.295,88
CANABRAVA	48000.003637/97-71	160,07	6.279,99
CANARIO	48610.003899/2000	1.017,74	71.241,55
CANCA	48610.009491/2003	3.402,45	74.586,05
CANDEIAS-Terra	48000.003638/97-34	3.443,67	-
CANTA GALO	48000.003639/97-05	23,11	856.190,36
CANTO DO AMARO	48000.003792/97-24	83.252,33	1.169.759,43
CARAPITANGA	48610.009275/2005-71	57,77	11.554,00
CARCARÁ	48610.009127/2005-55	58,25	1.165,08
CARDEAL	48610.008000/2004	766,82	-
CARMOPOLIS	48000.003847/97-14	99.151,39	4.871.561,78
CASSARONGONGO	48000.003640/97-86	5.311,61	278.045,25
CASTANHAL	48000.003848/97-87	867,48	8.662,14
CEXIS	48000.003641/97-49	1.112,23	6.003.086,08
CHAUA	48610.007481/2006-26	10,83	-
CIDADE DE ARACAJU	48610.009284/2005-61	36,41	182,05
CIDADE DE SAO MIGUEL DOS CAMPOS	48000.003850/97-29	457,74	4.936.604,78
CIDADE ENTRE RIOS	48000.003642/97-10	6.133,53	93.443,57

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

COLIBRI	48610.009503/2003	59,40	-
CONCEICAO	48000.003702/97-31	27,31	849.153,56
COQUEIRO SECO	48000.003851/97-91	30,01	600,21
CORREGO CEDRO NORTE	48000.003738/97-89	711,04	7.848,96
CORREGO DAS PEDRAS	48000.003739/97-41	161,77	6.390,57
CORREGO DOURADO	48000.003740/97-21	636,12	5.069,73
CREJOA	48610.007484/2006-61	39,93	199,65
DOM JOAO	48000.003644/97-37	5.269,70	36.923,92
ESTREITO	48000.003793/97-97	30.635,06	122.453,92
FAZENDA ALEGRE	48000.003742/97-56	27.528,87	273.199,53
FAZENDA ALVORADA	48000.003646/97-62	3.923,33	35.806,63
FAZENDA AZEVEDO	48000.003647/97-25	284,38	85.313,40
FAZENDA BALSAMO	48000.003648/97-98	13.480,01	265.374,36
FAZENDA BELEM	48000.003795/97-12	7.488,97	37.411,42
FAZENDA BELEM	48000.003649/97-51	1.838,78	55.012,98
FAZENDA BOA ESPERANCA	48000.003650/97-30	8.120,83	441.170,92
FAZENDA CANAAN	48000.003796/97-85	291,65	290,60
FAZENDA CEDRO	48000.003743/97-19	159,87	18.944,47
FAZENDA CEDRO NORTE	48000.003745/97-44	356,87	47.756,79
FAZENDA CURRAL	48000.003797/97-48	794,87	18.394,38
FAZENDA IMBE	48000.003651/97-01	2.485,94	316.723,54
FAZENDA JUNCO	48000.003915/97-72	29,44	5.766,59
FAZENDA MALAQUIAS	48000.003798/97-19	4.601,38	2.229,37
FAZENDA MATINHA	48000.003891/97-14	8,19	136.326,51
FAZENDA ONCA	48000.003652/97-65	527,63	6.719,33
FAZENDA PANELAS	48000.003653/97-28	12.065,25	925.828,55
FAZENDA POCINHO	48000.003799/97-73	14.889,35	159.877,94
FAZENDA QUEIMADAS	48000.003744/97-81	549,92	32.330,02
FAZENDA RIO BRANCO	48000.003654/97-91	154,11	10.171,26
FAZENDA SANTA LUZIA	48000.003746/97-15	4.021,63	710.040,62
FAZENDA SANTA ROSA	48000.003883/97-88	45,43	916.791,86
FAZENDA SANTO ESTEVAO	48000.003655/97-53	714,45	11.431,25
FAZENDA SAO JORGE	48000.003747/97-70	2.184,00	46.837,07
FAZENDA SAO RAFAEL	48000.003750/97-84	7.429,95	4.786.969,03
FOZ DO VAZA BARRIS	48610.009278/2005-1	10,37	410,97
FURADO	48000.003854/97-80	3.844,72	4.131.012,65
GOMO	48000.003656/97-16	175,06	11.636,09
GUAMARE	48000.003800/97-51	1.838,96	-
GUANAMBI	48610.008017/2004	468,70	19.357,00
GURIRI	48000.003751/97-47	85,40	1.451,65
HARPIA	48610.009138/2005-35	43,37	154,00
ICAPUI	48000.003801/97-13	79,16	395,54
ILHA BIMBARRA	48000.003657/97-89	-	54.999,00
ILHA PEQUENA	48000.003855/97-42	291,30	208.664,96
INHAMBU	48610.010735/2001	1.104,24	35.085,83
IRAUNA	48610.008001/2004	146,62	18.299,25
IRERE	48610.003900/2000	59,37	1.424,78
ITAPARICA	48000.003659/97-12	97,48	270,04
JACANA	48610.009225/2002	1.314,00	42.356,02
JACUIPE	48000.003660/97-93	8,40	2.575.871,96
JACUTINGA	48610.007984/2004	100,73	905,64
JANDAIA	48610.009488/2003	8.871,88	184.289,46
JANDUI	48000.003802/97-86	20,39	133.540,13
JEQUIA	48000.003856/97-13	82,49	2.887,30
JIRIBATUBA	48610.009282/2005-71	81,42	81,42
JOAO DE BARRO	48610.009509/2003	176,80	4.503,98
JUAZEIRO	48000.003803/97-49	63,38	4.163,98
JURITI	48610.008012/2004	25,56	1.099,00
LAGOA AROEIRA	48000.003804/97-10	487,80	3.839,85
LAGOA DO PAULO	48610.009231/2002	356,93	3.867,00
LAGOA DO PAULO NORTE	48610.009231/2002	463,80	14.877,00
LAGOA DO PAULO SUL	48610.009231/2002	13,55	460,00
LAGOA PACAS	48000.003921/97-75	0,03	86.189,54
LAGOA PARDA	48000.003752/97-18	1.209,10	91.109,98
LAGOA PARDA NORTE	48000.003754/97-35	97,00	11.282,82
LAGOA PIABANHA	48000.003755/97-06	427,90	7.025,19
LAGOA SURUACA	48000.003757/97-23	335,48	-
LAMARAO	48000.003664/97-44	106,94	2.691.943,46
LEODORIO	48000.003665/97-15	46,58	3.493,50
LESTE DE POCO XAVIER	48610.004000/98	1.150,60	120.726,71
LESTE DO URUCU	48000.003627/97-18	82.122,75	45.347.067,05
LIVRAMENTO	48000.003805/97-74	6.770,99	3.473.560,87
LORENA	48000.003807/97-08	4.788,25	6.372.776,56
MACAU	48000.003808/97-62	149,88	1.416,35
MALOMBE	48000.003666/97-70	2.178,81	27.294,78
MANDACARU	48000.003667/97-32	123,82	688.168,00
MAPELE	48000.003633/97-11	10,93	230.814,75
MARIRICU	48000.003758/97-96	70,96	2.440,64
MARIRICU NORTE	48000.003760/97-38	25,10	903,57
MASSAPE	48000.003668/97-03	5.491,48	2.352.337,45
MASSUI	48000.003669/97-68	1.938,29	208.493,68
MATA DE SAO JOAO	48000.003670/97-47	5.218,06	431.921,03
MATO GROSSO	48000.003857/97-78	2.251,28	446.845,20
MATO GROSSO NOROESTE	48610.009197/2005-11	411,84	75.482,48
MATO GROSSO NORTE	48610.009197/2005-11	417,01	45.733,01
MATO GROSSO SUL	48610.009197/2005-11	161,58	53.278,69
MIRANGA	48000.003673/97-35	10.812,91	29.500.534,17
MIRANGA NORTE	48000.003676/97-23	204,56	222.839,00
MONTE ALEGRE	48000.003809/97-25	3.515,68	35.493,19
MORRINHO	48000.003810/97-12	1.317,01	1.315,39
MORRO DO BARRO	48610.009283/2005-16	-	34.397,00
MOSSORO	48000.003811/97-77	1.355,72	1.353,72
NATIVO OESTE	48000.003761/97-09	243,89	2.760,31
NORTE FAZENDA CARUACU	48000.003677/97-96	579,41	1.152.277,18
PA-1ALV1BA-REC-T-129	48610.001443/2008-21	30,47	30,47
PA-1ALV2BA-REC-T-155	48610.001427/2008-39	2.227,27	249.231,51
PA-1BRSA769AM-SOL-T-171	48610.009146/2005-81	6.797,74	5.241.846,00
PA-1GALP11_1GALP12-BT-SEAL-13	48610.009198/2005-58	114,93	1.149,30
PA-1STAR11RN_POT-T-749	48610.009128/2005-16	1.419,31	50.112,79
PA-1VITA3ES-ES-T-392	48610.001402/2008-35	37,57	-
PA-1VITA4ES-ES-T-391	48610.001402/2008-35	18,88	-
PAJEU	48000.003813/97-01	2.533,47	14.156,60
PEDRINHAS	48000.003678/97-59	-	22.952,16
PERIQUITO	48610.008005/2004	98,88	2.413,00
PILAR	48000.003859/97-01	9.543,44	10.899.489,19
PINTASSILGO	48610.003901/2000	2.207,82	2.205,79
POCO VERDE	48000.003814/97-65	212,55	211,97
POCO XAVIER	48000.003815/97-28	309,54	37.785,56
POJUCA	48000.003679/97-11	102,43	1.181,14
PONTA DO MEL	48000.003816/97-91	766,00	712.157,13
PORTO CARAO	48000.003817/97-53	511,11	3.160,27
POT-T-748	48610.009128/2005-16	3.761,92	37.222,99
QUERERA	48000.003894/97-02	46,86	1.284.200,31
REDONDA	48000.003818/97-16	977,51	3.259,77
REDONDA PROFUNDO	48000.003819/97-89	2.378,60	6.614,23
REMANSO	48000.003671/97-18	2.291,86	1.266.241,00
RIACHO DA BARRA	48000.003682/97-26	4.759,76	333.391,04
RIACHO DA FORQUILHA	48000.003821/97-21	18.231,45	6.401.379,67
RIACHO OURICURI	48000.003683/97-99	445,40	11.017,90
RIACHO SAO PEDRO	48000.003684/97-51	-	379.322,76
RIACHUELO	48000.003860/97-82	12.163,76	-
RIO BARRA SECA	48000.003765/97-51	0,77	827.407,99
RIO DA SERRA	48000.003685/97-14	112,90	492,30
RIO DO BU	48000.003686/97-87	11.628,00	107.391,75
RIO DOS OVOS	48000.003687/97-40	1.144,95	23.176,24
RIO IPIRANGA	48610.007482/2006-71	134,36	8.061,60
RIO ITARIRI	48000.003688/97-11	3.150,93	28.372,98
RIO ITAUNAS	48000.003766/97-14	732,04	18.460,32
RIO JOANES	48000.003890/97-43	-	21.546,01
RIO MARIRICU	48000.003768/97-40	63,46	11.557,01
RIO MOSSORO	48000.003824/97-19	113,78	9.102,07
RIO PIPIRI	48000.003674/97-06	2,85	64.859,74
RIO POJUCA	48000.003689/97-75	1.626,34	68.472,64
RIO PRETO	48000.003769/97-11	465,71	10.981,15
RIO PRETO OESTE	48000.003770/97-91	606,17	10.337,37
RIO PRETO SUL	48000.003771/97-54	1.321,38	75.643,62
RIO SAO MATEUS	48000.003772/97-17	242,70	34.409,87
RIO SAO MATEUS OESTE	48610.007984/2004	50,37	780,89
RIO SAUIPE	48000.003690/97-54	9,50	855,17
RIO SUBAUMA	48000.003691/97-17	112,22	1.015,41
RIO URUCU	48000.003628/97-81	64.351,47	49.647.073,26
ROLINHA	48610.009227/2002	12,50	125,00
SABIA	48000.003916/97-35	-	387.610,02
SAIRA	48610.010735/2001	123,70	618,42
SALINA CRISTAL	48000.003825/97-81	13.225,02	1.323.262,10
SANTANA	48000.003692/97-80	204,43	16.354,24
SAO DOMINGOS	48000.003693/97-42	83,17	8,01
SAO MATEUS	48000.003773/97-80	1.420,32	68.638,70
SÃO MATEUS LESTE	48610.009188/2005-12	207,40	1.221,32
SAO MIGUEL DOS CAMPOS	48000.003861/97-45	600,30	4.367.551,43
SAO PEDRO	48000.003694/97-13	66,36	15.690,61
SERIEMA	48610.007984/2004	307,45	3.074,46
SERRA DO MEL	48000.003828/97-70	147,26	27.158,35
SERRA VERMELHA	48000.003829/97-32	27,36	330,92
SERRARIA	48000.003830/97-11	2.083,51	9.374,25
SESMARIA	48000.003696/97-31	841,19	358.978,87
SIRIRIZINHO	48000.003862/97-16	25.660,18	1.370.835,00
SOCORRO	48000.003697/97-01	1.774,21	12.819,25
SOCORRO EXTENSAO	48000.003698/97-66	214,26	97.569,72
SUDOESTE URUCU	48000.003873/97-24	2.120,03	2.603.999,63
SUL DE CORURIPE	48000.003863/97-71	206,45	6.193,38
SUSSUARANA	48000.003699/97-29	22,20	156.063,68
TABUIAIA	48610.007986/2004	109,54	4.377,80
TABULEIRO DOS MARTINS	48000.003864/97-33	1.157,31	33.652,16
TANGARA	48610.009488/2003	1.089,67	47.345,35
TAQUIPE	48000.003700/97-14	9.721,68	1.151.859,20
TIGRE	48610.009279/05-58	146,77	17.003,86
TRES MARIAS	48000.003832/97-47	311,05	1.243,39
TRINCA FERRO	48610.008001/2004	518,84	28.539,53
UIRAPURU	48610.003899/2000	221,76	172.879,12
UPANEMA	48000.003833/97-18	489,07	87.864,83
VARGINHA	48610.004002/98	436,12	135.668,98
TOTAL		9.179.918,66	1.415.470.244,87

VOLUME DE ÓLEO E GÁS PRODUZIDO EM TERRA POR ESTADO E MUNICÍPIO

UF	MUNICÍPIO	PRODUÇÃO (m3)	
		PETRÓLEO	GÁS NATURAL
AL	COQUEIRO SECO-AL	30,01	600,21
	CORURIPE-AL	206,45	6.193,38
	JEQUIA DA PRAIA-AL	1,19	49.780,00
	MACEIO-AL	1.157,31	33.652,16
	MARECHAL DEODORO-AL	3.244,59	1.094.228,20
	PILAR-AL	4.233,92	8.138.263,44
	RIO LARGO-AL	500,03	1.383.689,19
	ROTEIRO-AL	82,52	89.076,84
	SANTA LUZIA DO NORTE-AL	37,58	2.608,06
	SAO MIGUEL DOS CAMPOS-AL	10.334,30	15.867.151,03
	SATUBA-AL	1.527,32	280.700,30
	TOTAL - AL	21.355,22	26.945.942,81
AM	COARI-AM	148.594,26	97.598.139,94
	TEFE-AM	6.797,74	5.241.846,00
	TOTAL - AM	155.392,00	102.839.985,94
BA	ALAGOINHAS-BA	33.450,55	1.196.359,54
	ARACAS-BA	17.167,55	2.493.406,14
	ARAMARI-BA	0,01	79.228,77
	CAMACARI-BA	-	67.917,52
	CANDEIAS-BA	6.286,61	7.089.316,13
	CARDEAL DA SILVA-BA	5.575,71	492.469,93
	CATU-BA	10.279,70	1.175.721,00
	CONDE-BA	196,78	2.967,37
	ENTRE RIOS-BA	18.308,18	826.650,87
	ESPLANADA-BA	44.340,16	707.080,33
	INHAMBUPE-BA	8,19	136.326,51
	ITANAGRA-BA	1.374,96	508.075,01
	ITAPARICA-BA	97,48	270,04
	MATA DE SAO JOAO-BA	8.826,00	4.776.653,89
	POJUCA-BA	24.156,38	31.593.458,10
	SAO FRANCISCO DO CONDE-BA	6.227,26	192.248,54
	SAO SEBASTIAO DO PASSE-BA	18.622,45	7.369.956,40
	SATIRO DIAS-BA	92,29	2.200.992,17
	SIMOES FILHO-BA	10,93	757.947,47
	TEODORO SAMPAIO-BA	160,07	6.279,99
	VERA CRUZ-BA	81,42	34.478,42

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	TOTAL - BA	195.262,68	61.707.804,14
CE	ARACATI-CE	5.231,11	26.132,10
	ICAPUI-CE	2.256,28	11.271,34
	JAGUARUANA-CE	80,74	403,52
	TOTAL - CE	7.568,13	37.806,96
ES	CONCEICAO DA BARRA-ES	771,97	18.659,97
	JAGUARE-ES	27.734,74	1.108.903,40
	LINHARES-ES	19.987,53	5.745.359,89
	SAO MATEUS-ES	8.451,93	1.124.293,25
	TOTAL - ES	56.946,17	7.997.216,51
RN	ACU-RN	20.244,87	671.048,62
	AFONSO BEZERRA-RN	41,86	167,29
	ALTO DO RODRIGUES-RN	13.399,81	61.560,05
	ANGICOS-RN	446,23	4.818,99
	APODI-RN	19.554,12	6.668.890,69
	AREIA BRANCA-RN	23.078,48	1.980.430,82
	CARAUBAS-RN	7.994,01	3.697.005,40
	CARNAUBAIS-RN	11.278,52	53.540,03
	FELIPE GUERRA-RN	4.092,10	1.100.965,27
	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN	11.903,01	6.414.258,53
	GUAMARE-RN	605,26	-
	MACAU-RN	20.787,93	1.390.634,29
	MOSSORO-RN	78.323,67	243.629,08
	PENDENCIAS-RN	15.702,78	147.880,85
	SERRA DO MEL-RN	2.528,42	45.215,32
	UPANEMA-RN	3.328,06	793.774,87
	TOTAL - RN	233.309,14	23.273.820,10
SE	ARACAJU-SE	1.283,56	235.053,74
	AREIA BRANCA-SE	189,88	-
	BREJO GRANDE-SE	1.271,22	11.554,00
	CAPELA-SE	916,17	50.691,97
	CARMOPOLIS-SE	44.773,08	1.966.421,78
	DIVINA PASTORA-SE	19.673,75	904.849,11
	GENERAL MAYNARD-SE	224,79	35.951,99
	ITAPORANGA D'AJUDA-SE	10,37	410,97
	JAPARATUBA-SE	48.041,34	1.937.092,73
	MARUIM-SE	1.936,84	318.736,19
	PACATUBA-SE	190,14	17.157,86
	PIRAMBU-SE	626,24	8.766,91
	RIACHUELO-SE	3.628,72	-
	ROSARIO DO CATETE-SE	9.976,58	973.817,61
	SANTO AMARO DAS BROTAS-SE	1.956,58	111.289,57
	SAO CRISTOVAO-SE	327,71	208.847,01
	SIRIRI-SE	10.901,77	577.058,23
	TOTAL - SE	145.928,74	7.357.699,67
Total Geral		815.762,09	230.160.276,13

ANEXO II

ROYALTIES

BENEFICIÁRIOS	VALOR (R$)			
	Royalties até 5%	Royalties excedentes a 5%	Total	Acumulado em 2011
BRASIL				
ESTADOS	161.481.394,18	116.751.867,06	278.233.261,24	1.125.547.586,78
MUNICIPIOS	185.268.187,82	134.079.961,21	319.348.149,03	1.296.487.853,17
FUNDO ESPECIAL	42.760.095,60	31.701.121,16	74.461.216,76	303.252.685,33
COMANDO DA MARINHA	85.520.191,20	63.402.242,33	148.922.433,53	606.505.370,69
MCT	-	116.372.342,16	116.372.342,16	471.656.426,42
TOTAL	475.029.868,80	462.307.533,92	937.337.402,72	3.803.449.922,39

BENEFICIÁRIOS	VALOR (R$)			
	Royalties até 5%	Royalties excedentes a 5%	Total	Acumulado em 2011
ESTADOS				
ALAGOAS	1.245.827,45	794.494,45	2.040.321,90	8.931.718,67
AMAZONAS	7.674.328,74	5.701.511,36	13.375.840,10	52.074.228,27
BAHIA	9.134.900,06	5.703.421,05	14.838.321,11	60.351.567,10
CEARA	672.292,44	425.148,06	1.097.440,50	3.953.864,09
ESPIRITO SANTO	22.448.209,77	18.433.284,11	40.881.493,88	151.002.139,85
RIO DE JANEIRO	102.540.950,76	74.291.471,74	176.832.422,50	736.941.584,29
RIO GRANDE DO NORTE	9.527.287,99	6.409.961,49	15.937.249,48	60.794.153,78
SAO PAULO	2.510.803,13	937.077,16	3.447.880,29	13.458.354,86
SERGIPE	5.726.793,84	4.055.497,64	9.782.291,48	38.039.975,87
TOTAL	161.481.394,18	116.751.867,06	278.233.261,24	1.125.547.586,78

* Valor sem a retenção de 1% (um por cento) de PASEP, conforme disposto no inciso III, do Art.2º da Lei nº
9.715, de 25 de novembro de 1998, combinado como parágrafo 6º do Art.19 da Medida Provisória nº
2.158, de 24 de agosto de 2001.

ROYALTIES POR MUNICÍPIO

BENEFICIÁRIOS		VALOR (R$)			
		Royalties até 5%	Royalties excedentes a 5%	Total*	Acumulado em 2011
ANADIA-AL	AL	570,52	-	570,52	2.373,98
ATALAIA-AL	AL	760,70	-	760,70	3.165,32
BARRA DE SANTO ANTONIO-AL	AL	522,98	-	522,98	2.176,15
BARRA DE SAO MIGUEL-AL	AL	475,44	-	475,44	1.978,32
BOCA DA MATA-AL	AL	641,84	-	641,84	2.670,74
BRANQUINHA-AL	AL	499,21	-	499,21	2.077,23
CAJUEIRO-AL	AL	618,07	-	618,07	2.571,82
CAMPESTRE-AL	AL	475,44	-	475,44	1.978,32
CAMPO ALEGRE-AL	AL	736,93	-	736,93	3.066,41
CAPELA-AL	AL	570,52	-	570,52	2.373,98
CHA PRETA-AL	AL	475,44	-	475,44	1.978,32
COLONIA LEOPOLDINA-AL	AL	594,30	-	594,30	2.472,91
COQUEIRO SECO-AL	AL	68.617,64	237,00	68.854,64	273.960,82
CORURIPE-AL	AL	1.510.856,84	57.668,77	1.568.525,61	6.189.148,36
FELIZ DESERTO-AL	AL	17.088,42	23.881,07	40.969,49	170.476,61
FLEXEIRAS-AL	AL	499,21	-	499,21	2.077,23
IBATEGUARA-AL	AL	546,75	-	546,75	2.275,07
IGREJA NOVA-AL	AL	618,07	-	618,07	2.571,82
JACUIPE-AL	AL	475,44	-	475,44	1.978,32
JAPARATINGA-AL	AL	475,44	-	475,44	1.978,32
JEQUIA DA PRAIA-AL	AL	692,58	81,21	773,79	4.463,54
JOAQUIM GOMES-AL	AL	618,07	-	618,07	2.571,82
JUNDIA-AL	AL	475,44	-	475,44	1.978,32
JUNQUEIRO-AL	AL	641,84	-	641,84	2.670,74
MACEIO-AL	AL	80.767,84	18.282,59	99.050,43	396.235,99
MARAGOGI-AL	AL	641,84	-	641,84	2.670,74
MARECHAL DEODORO-AL	AL	107.986,40	73.783,21	181.769,61	711.938,05
MATRIZ DE CAMARAGIBE-AL	AL	641,84	-	641,84	2.670,74
MESSIAS-AL	AL	546,75	-	546,75	2.275,07
MURICI-AL	AL	641,84	-	641,84	2.670,74
NOVO LINO-AL	AL	499,21	-	499,21	2.077,23
PARIPUEIRA-AL	AL	475,44	6.880,29	7.355,73	33.329,39
PASSO DE CAMARAGIBE-AL	AL	522,98	-	522,98	2.176,15
PENEDO-AL	AL	784,47	-	784,47	3.264,23
PIACABUCU-AL	AL	570,52	-	570,52	2.373,98
PILAR-AL	AL	76.340,89	48.810,55	125.151,44	576.487,22
PINDOBA-AL	AL	475,44	-	475,44	1.978,32
PORTO CALVO-AL	AL	641,84	-	641,84	2.670,74
PORTO DE PEDRAS-AL	AL	499,21	-	499,21	2.077,23
PORTO REAL DO COLEGIO-AL	AL	570,52	-	570,52	2.373,98
RIO LARGO-AL	AL	11.271,52	6.748,81	18.020,33	66.211,16
ROTEIRO-AL	AL	70.497,19	1.507,83	72.005,02	281.541,87
SANTA LUZIA DO NORTE-AL	AL	68.723,91	313,42	69.037,33	275.130,09
SANTANA DO MUNDAU-AL	AL	499,21	-	499,21	2.077,23
SAO JOSE DA LAJE-AL	AL	618,07	-	618,07	2.571,82
SAO LUIS DO QUITUNDE-AL	AL	665,61	-	665,61	2.769,64
SAO MIGUEL DOS CAMPOS-AL	AL	242.872,63	156.531,77	399.404,40	1.802.716,57
SAO MIGUEL DOS MILAGRES-AL	AL	475,44	-	475,44	1.978,32
SATUBA-AL	AL	18.256,93	11.423,06	29.679,99	107.488,57
TEOTONIO VILELA-AL	AL	736,93	-	736,93	3.066,41
UNIAO DOS PALMARES-AL	AL	784,47	-	784,47	3.264,23
VICOSA-AL	AL	641,84	-	641,84	2.670,74
ALAGOAS TOTAL		2.297.197,91	406.149,58	2.703.347,49	10.983.790,92
ANAMA-AM	AM	-	3.170,85	3.170,85	12.160,17
ANORI-AM	AM	-	3.170,85	3.170,85	12.160,17
AUTAZES-AM	AM	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
BERURI-AM	AM	-	3.170,85	3.170,85	12.160,17
CAREIRO DA VARZEA-AM	AM	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
CAREIRO-AM	AM	-	3.170,85	3.170,85	12.160,17
COARI-AM	AM	2.105.312,37	2.111.875,30	4.217.187,67	16.294.848,77
CODAJAS-AM	AM	-	3.170,85	3.170,85	12.160,17
IRANDUBA-AM	AM	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
ITACOATIARA-AM	AM	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
ITAPIRANGA-AM	AM	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
MANACAPURU-AM	AM	-	3.170,85	3.170,85	12.160,17
MANAQUIRI-AM	AM	-	3.170,85	3.170,85	12.160,17
MANAUS-AM	AM	1.481.385,13	92.064,21	1.573.449,34	6.269.691,54
PARINTINS-AM	AM	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
SILVES-AM	AM	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
TEFE-AM	AM	155.181,24	116.385,93	271.567,17	1.130.337,42
URUCARA-AM	AM	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
URUCURITUBA-AM	AM	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
AMAZONAS TOTAL		3.741.878,74	2.412.440,41	6.154.319,15	24.083.557,22
LARANJAL DO JARI-AP	AP	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
MACAPA-AP	AP	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
MAZAGAO-AP	AP	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
AMAPA TOTAL		-	23.306,34	23.306,34	101.186,10
ACAJUTIBA-BA	BA	888,69	-	888,69	4.193,56
ADUSTINA-BA	BA	888,69	-	888,69	4.193,56
AGUA FRIA-BA	BA	888,69	-	888,69	4.193,56
AIQUARA-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
ALAGOINHAS-BA	BA	430.500,69	252.166,90	682.667,59	2.694.217,56
ALCOBACA-BA	BA	965,97	-	965,97	4.558,22
ALMADINA-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
AMARGOSA-BA	BA	1.120,53	-	1.120,53	5.287,55
AMELIA RODRIGUES-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
ANAGE-BA	BA	1.043,25	-	1.043,25	4.922,88
ANGUERA-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
ANTAS-BA	BA	927,33	-	927,33	4.375,89
ANTONIO CARDOSO-BA	BA	850,05	-	850,05	4.011,23
APORA-BA	BA	927,33	-	927,33	4.375,89
APUAREMA-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
ARACAS-BA	BA	266.048,51	136.938,05	402.986,56	1.678.694,54
ARACI-BA	BA	1.236,45	-	1.236,45	5.834,53
ARAMARI-BA	BA	1.087,63	132,23	1.219,86	5.720,79
ARATACA-BA	BA	811,42	-	811,42	3.828,91
ARATUIPE-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
AURELINO LEAL-BA	BA	888,69	-	888,69	4.193,56
BAIXA GRANDE-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
BANZAE-BA	BA	811,42	-	811,42	3.828,91
BARRA DO CHOCA-BA	BA	1.120,53	-	1.120,53	5.287,55
BARRA DO ROCHA-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
BARRO PRETO-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
BARROCAS-BA	BA	850,05	-	850,05	4.011,23
BELMONTE-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
BELO CAMPO-BA	BA	888,69	-	888,69	4.193,56
BIRITINGA-BA	BA	850,05	-	850,05	4.011,23
BOA NOVA-BA	BA	927,33	-	927,33	4.375,89
BOA VISTA DO TUPIM-BA	BA	927,33	-	927,33	4.375,89
BOM JESUS DA SERRA-BA	BA	811,42	-	811,42	3.828,91
BREJOES-BA	BA	850,05	-	850,05	4.011,23
BUERAREMA-BA	BA	965,97	-	965,97	4.558,22
CAATIBA-BA	BA	811,42	-	811,42	3.828,91

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CABACEIRAS DO PARAGUACU-BA	BA	927,33	-	927,33	4.375,89
CACHOEIRA-BA	BA	1.120,53	-	1.120,53	5.287,55
CAEM-BA	BA	811,42	-	811,42	3.828,91
CAETANOS-BA	BA	850,05	-	850,05	4.011,23
CAIRU-BA	BA	29.032,45	298.657,86	327.690,31	1.562.546,55
CAMACAN-BA	BA	1.081,89	-	1.081,89	5.105,21
CAMACARI-BA	BA	1.794,59	104,59	1.899,18	8.917,74
CAMAMU-BA	BA	1.120,53	-	1.120,53	5.287,55
CANAVIEIRAS-BA	BA	1.120,53	-	1.120,53	5.287,55
CANDEAL-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
CANDEIAS-BA	BA	218.289,76	257.188,70	475.478,46	2.052.134,71
CANDIDO SALES-BA	BA	1.043,25	-	1.043,25	4.922,88
CANSANCAO-BA	BA	1.120,53	-	1.120,53	5.287,55
CANUDOS-BA	BA	888,69	-	888,69	4.193,56
CAPELA DO ALTO ALEGRE-BA	BA	850,05	-	850,05	4.011,23
CAPIM GROSSO-BA	BA	1.043,25	-	1.043,25	4.922,88
CARAVELAS-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
CARDEAL DA SILVA-BA	BA	130.775,26	40.482,07	171.257,33	651.295,44
CASTRO ALVES-BA	BA	1.043,25	-	1.043,25	4.922,88
CATU-BA	BA	181.871,29	95.944,30	277.815,59	1.134.315,96
CICERO DANTAS-BA	BA	1.081,89	-	1.081,89	5.105,21
CIPO-BA	BA	888,69	-	888,69	4.193,56
COARACI-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
CONCEICAO DA FEIRA-BA	BA	965,97	-	965,97	4.558,22
CONCEICAO DO ALMEIDA-BA	BA	927,33	-	927,33	4.375,89
CONCEICAO DO COITE-BA	BA	1.275,08	-	1.275,08	6.016,85
CONCEICAO DO JACUIPE-BA	BA	1.043,25	-	1.043,25	4.922,88
CONDE-BA	BA	3.109,78	1.357,83	4.467,61	18.124,23
CORACAO DE MARIA-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
CORONEL JOAO SA-BA	BA	965,97	-	965,97	4.558,22
CRAVOLANDIA-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
CRISOPOLIS-BA	BA	965,97	-	965,97	4.558,22
CRUZ DAS ALMAS-BA	BA	1.236,45	-	1.236,45	5.834,53
DARIO MEIRA-BA	BA	850,05	-	850,05	4.011,23
DIAS D'AVILA-BA	BA	1.236,45	-	1.236,45	5.834,53
DOM MACEDO COSTA-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
ELISIO MEDRADO-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
ENCRUZILHADA-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
ENTRE RIOS-BA	BA	268.601,30	171.469,27	440.070,57	1.731.265,10
ESPLANADA-BA	BA	545.679,17	376.134,38	921.813,55	3.641.442,39
EUCLIDES DA CUNHA-BA	BA	1.275,08	-	1.275,08	6.016,85
EUNAPOLIS-BA	BA	1.391,00	-	1.391,00	6.563,85
FATIMA-BA	BA	965,97	-	965,97	4.558,22
FEIRA DE SANTANA-BA	BA	1.545,56	-	1.545,56	7.293,17
FIRMINO ALVES-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
FLORESTA AZUL-BA	BA	811,42	-	811,42	3.828,91
GANDU-BA	BA	1.081,89	-	1.081,89	5.105,21
GAVIAO-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
GLORIA-BA	BA	850,05	-	850,05	4.011,23
GONGOGI-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
GOVERNADOR MANGABEIRA-BA	BA	965,97	-	965,97	4.558,22
GUARATINGA-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
HELIOPOLIS-BA	BA	888,69	-	888,69	4.193,56
IACU-BA	BA	1.043,25	-	1.043,25	4.922,88
IBICARAI-BA	BA	1.043,25	-	1.043,25	4.922,88
IBICUI-BA	BA	888,69	-	888,69	4.193,56
IBIQUERA-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
IBIRAPITANGA-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
IBIRAPUA-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
IBIRATAIA-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
ICHU-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
IGRAPIUNA-BA	BA	850,05	-	850,05	4.011,23
IGUAI-BA	BA	1.043,25	-	1.043,25	4.922,88
ILHEUS-BA	BA	1.545,56	-	1.545,56	7.293,17
INHAMBUPE-BA	BA	1.859,09	376,66	2.235,75	11.117,94
IPECAETA-BA	BA	927,33	-	927,33	4.375,89
IPIAU-BA	BA	1.197,81	-	1.197,81	5.652,20
IPIRA-BA	BA	1.275,08	-	1.275,08	6.016,85
IRAJUBA-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
IRARA-BA	BA	1.043,25	-	1.043,25	4.922,88
ITABELA-BA	BA	1.043,25	-	1.043,25	4.922,88
ITABERABA-BA	BA	1.275,08	-	1.275,08	6.016,85
ITABUNA-BA	BA	1.545,56	-	1.545,56	7.293,17
ITACARE-BA	BA	1.043,25	-	1.043,25	4.922,88
ITAGI-BA	BA	850,05	-	850,05	4.011,23
ITAGIBA-BA	BA	927,33	-	927,33	4.375,89
ITAGIMIRIM-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
ITAJU DO COLONIA-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
ITAJUIPE-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
ITAMARAJU-BA	BA	1.313,72	-	1.313,72	6.199,19
ITAMARI-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
ITAMBE-BA	BA	1.120,53	-	1.120,53	5.287,55
ITANAGRA-BA	BA	85.678,17	13.588,38	99.266,55	390.474,71
ITANHEM-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
ITAPARICA-BA	BA	101.860,06	170.180,35	272.040,41	1.174.553,49
ITAPE-BA	BA	811,42	-	811,42	3.828,91
ITAPEBI-BA	BA	811,42	-	811,42	3.828,91
ITAPETINGA-BA	BA	1.275,08	-	1.275,08	6.016,85
ITAPICURU-BA	BA	1.081,89	-	1.081,89	5.105,21
ITAPITANGA-BA	BA	811,42	-	811,42	3.828,91
ITAQUARA-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
ITARANTIM-BA	BA	927,33	-	927,33	4.375,89
ITATIM-BA	BA	888,69	-	888,69	4.193,56
ITIRUCU-BA	BA	888,69	-	888,69	4.193,56
ITIUBA-BA	BA	1.120,53	-	1.120,53	5.287,55
ITORORO-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
ITUBERA-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
JACOBINA-BA	BA	1.352,36	-	1.352,36	6.381,52
JAGUAQUARA-BA	BA	1.197,81	-	1.197,81	5.652,20
JAGUARIPE-BA	BA	27.712,79	-	27.712,79	130.770,87
JANDAIRA-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
JEQUIE-BA	BA	1.545,56	-	1.545,56	7.293,17
JEREMOABO-BA	BA	1.159,17	-	1.159,17	5.469,88
JIQUIRICA-BA	BA	850,05	-	850,05	4.011,23
JITAUNA-BA	BA	927,33	-	927,33	4.375,89
JUCURUCU-BA	BA	811,42	-	811,42	3.828,91
JUSSARI-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
LAFAIETE COUTINHO-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
LAJE-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
LAJEDAO-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
LAJEDINHO-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
LAJEDO DO TABOCAL-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
LAMARAO-BA	BA	811,42	-	811,42	3.828,91
LAURO DE FREITAS-BA	BA	1.545,56	-	1.545,56	7.293,17
MACAJUBA-BA	BA	811,42	-	811,42	3.828,91
MACARANI-BA	BA	927,33	-	927,33	4.375,89
MADRE DE DEUS-BA	BA	1.511.737,23	783.495,60	2.295.232,83	9.411.110,45
MAIQUINIQUE-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
MAIRI-BA	BA	965,97	-	965,97	4.558,22
MANOEL VITORINO-BA	BA	888,69	-	888,69	4.193,56
MARACAS-BA	BA	1.120,53	-	1.120,53	5.287,55
MARAGOGIPE-BA	BA	27.712,79	-	27.712,79	130.770,87
MARAU-BA	BA	927,33	-	927,33	4.375,89
MARCIONILIO SOUZA-BA	BA	811,42	-	811,42	3.828,91
MASCOTE-BA	BA	927,33	-	927,33	4.375,89
MATA DE SAO JOAO-BA	BA	181.362,24	86.683,96	268.046,20	1.032.854,80
MEDEIROS NETO-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
MIGUEL CALMON-BA	BA	1.043,25	-	1.043,25	4.922,88
MILAGRES-BA	BA	811,42	-	811,42	3.828,91
MIRANTE-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
MONTE SANTO-BA	BA	1.236,45	-	1.236,45	5.834,53
MUCURI-BA	BA	1.120,53	-	1.120,53	5.287,55
MUNDO NOVO-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
MUNIZ FERREIRA-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
MURITIBA-BA	BA	1.043,25	-	1.043,25	4.922,88
MUTUIPE-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
NAZARE-BA	BA	1.043,25	-	1.043,25	4.922,88
NILO PECANHA-BA	BA	850,05	-	850,05	4.011,23
NORDESTINA-BA	BA	850,05	-	850,05	4.011,23
NOVA CANAA-BA	BA	965,97	-	965,97	4.558,22
NOVA FATIMA-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
NOVA IBIA-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
NOVA ITARANA-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
NOVA SOURE-BA	BA	1.043,25	-	1.043,25	4.922,88
NOVA VICOSA-BA	BA	1.120,53	-	1.120,53	5.287,55
NOVO TRIUNFO-BA	BA	888,69	-	888,69	4.193,56
OLINDINA-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
OURICANGAS-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
OUROLANDIA-BA	BA	927,33	-	927,33	4.375,89
PARIPIRANGA-BA	BA	1.081,89	-	1.081,89	5.105,21
PAU BRASIL-BA	BA	850,05	-	850,05	4.011,23
PAULO AFONSO-BA	BA	1.429,64	-	1.429,64	6.746,18
PE DE SERRA-BA	BA	888,69	-	888,69	4.193,56
PEDRAO-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
PEDRO ALEXANDRE-BA	BA	927,33	-	927,33	4.375,89
PINTADAS-BA	BA	811,42	-	811,42	3.828,91
PIRAI DO NORTE-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
PIRITIBA-BA	BA	1.043,25	-	1.043,25	4.922,88
PLANALTINO-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
PLANALTO-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
POCOES-BA	BA	1.197,81	-	1.197,81	5.652,20
POJUCA-BA	BA	484.220,37	376.465,60	860.685,97	3.605.877,14
PORTO SEGURO-BA	BA	1.468,28	-	1.468,28	6.928,51
POTIRAGUA-BA	BA	811,42	-	811,42	3.828,91
PRADO-BA	BA	1.043,25	-	1.043,25	4.922,88
PRESIDENTE TANCREDO NEVES-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
QUEIMADAS-BA	BA	1.043,25	-	1.043,25	4.922,88
QUIJINGUE-BA	BA	1.043,25	-	1.043,25	4.922,88
QUIXABEIRA-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
RAFAEL JAMBEIRO-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
RETIROLANDIA-BA	BA	811,42	-	811,42	3.828,91
RIACHAO DO JACUIPE-BA	BA	1.120,53	-	1.120,53	5.287,55
RIBEIRA DO AMPARO-BA	BA	888,69	-	888,69	4.193,56
RIBEIRA DO POMBAL-BA	BA	1.197,81	-	1.197,81	5.652,20
RIBEIRAO DO LARGO-BA	BA	888,69	-	888,69	4.193,56
RIO REAL-BA	BA	1.159,17	-	1.159,17	5.469,88
RUY BARBOSA-BA	BA	1.081,89	-	1.081,89	5.105,21
SALINAS DA MARGARIDA-BA	BA	29.032,45	169.789,47	198.821,92	878.075,95
SALVADOR-BA	BA	52.786,27	169.789,47	222.575,74	990.165,28
SANTA BARBARA-BA	BA	965,97	-	965,97	4.558,22
SANTA BRIGIDA-BA	BA	888,69	-	888,69	4.193,56
SANTA CRUZ CABRALIA-BA	BA	1.043,25	-	1.043,25	4.922,88
SANTA CRUZ DA VITORIA-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
SANTA INES-BA	BA	811,42	-	811,42	3.828,91
SANTA LUZIA-BA	BA	888,69	-	888,69	4.193,56
SANTA TERESINHA-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
SANTALUZ-BA	BA	1.120,53	-	1.120,53	5.287,55
SANTANOPOLIS-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
SANTO AMARO-BA	BA	43.548,67	169.789,47	213.338,14	946.574,99
SANTO ANTONIO DE JESUS-BA	BA	1.391,00	-	1.391,00	6.563,85
SANTO ESTEVAO-BA	BA	1.197,81	-	1.197,81	5.652,20
SAO DOMINGOS-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
SAO FELIPE-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
SAO FELIX-BA	BA	888,69	-	888,69	4.193,56
SAO FRANCISCO DO CONDE-BA	BA	1.714.837,08	700.238,85	2.415.075,93	9.998.940,14
SAO GONCALO DOS CAMPOS-BA	BA	1.081,89	-	1.081,89	5.105,21
SAO JOSE DA VITORIA-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
SAO JOSE DO JACUIPE-BA	BA	811,42	-	811,42	3.828,91
SAO MIGUEL DAS MATAS-BA	BA	811,42	-	811,42	3.828,91
SAO SEBASTIAO DO PASSE-BA	BA	336.160,32	175.414,75	511.575,07	1.990.236,86
SAPEACU-BA	BA	927,33	-	927,33	4.375,89
SATIRO DIAS-BA	BA	77.175,92	6.808,59	83.984,51	324.503,11
SAUBARA-BA	BA	27.712,79	169.789,47	197.502,26	871.848,77
SERRA PRETA-BA	BA	888,69	-	888,69	4.193,56
SERRINHA-BA	BA	1.313,72	-	1.313,72	6.199,19
SERROLANDIA-BA	BA	850,05	-	850,05	4.011,23
SIMOES FILHO-BA	BA	71.925,88	1.969,62	73.895,50	300.059,81
SITIO DO QUINTO-BA	BA	888,69	-	888,69	4.193,56
TANQUINHO-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
TAPEROA-BA	BA	965,97	-	965,97	4.558,22
TAPIRAMUTA-BA	BA	927,33	-	927,33	4.375,89
TEIXEIRA DE FREITAS-BA	BA	1.468,28	-	1.468,28	6.928,51
TEODORO SAMPAIO-BA	BA	70.347,11	1.306,81	71.653,92	284.452,37
TEOFILANDIA-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
TEOLANDIA-BA	BA	850,05	-	850,05	4.011,23
TERRA NOVA-BA	BA	850,05	-	850,05	5.525,51

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TUCANO-BA	BA	1.236,45	-	1.236,45	5.834,53
UAUA-BA	BA	1.043,25	-	1.043,25	4.922,88
UBAIRA-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
UBAITABA-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
UBATA-BA	BA	1.043,25	-	1.043,25	4.922,88
UNA-BA	BA	1.043,25	-	1.043,25	4.922,88
URUCUCA-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
VALENCA-BA	BA	27.712,79	-	27.712,79	130.770,87
VALENTE-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
VARZEA DA ROCA-BA	BA	888,69	-	888,69	4.193,56
VARZEA DO POCO-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
VARZEA NOVA-BA	BA	850,05	-	850,05	4.011,23
VARZEDO-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
VERA CRUZ-BA	BA	69.964,44	129,93	70.094,37	277.794,48
VEREDA-BA	BA	772,78	-	772,78	3.646,58
VITORIA DA CONQUISTA-BA	BA	1.545,56	-	1.545,56	7.293,17
WENCESLAU GUIMARAES-BA	BA	1.004,61	-	1.004,61	4.740,55
BAHIA TOTAL		7.251.236,05	4.626.393,16	11.877.629,21	49.151.651,53
ACARAU-CE	CE	2.333,18	-	2.333,18	7.822,75
ALCANTARAS-CE	CE	1.531,15	-	1.531,15	5.133,67
AMONTADA-CE	CE	49.832,58	72.951,58	122.784,16	399.617,65
APUIARES-CE	CE	1.604,06	-	1.604,06	5.378,13
AQUIRAZ-CE	CE	-	13.690,52	13.690,52	48.732,24
ARACATI-CE	CE	115.305,95	21.696,08	137.002,03	564.669,33
ARARENDA-CE	CE	1.531,15	-	1.531,15	5.133,67
BARROQUINHA-CE	CE	1.676,97	-	1.676,97	5.622,59
BELA CRUZ-CE	CE	2.041,53	-	2.041,53	6.844,90
CAMOCIM-CE	CE	2.406,09	-	2.406,09	8.067,20
CANINDE-CE	CE	2.551,92	-	2.551,92	8.556,13
CARIDADE-CE	CE	1.749,88	-	1.749,88	5.867,05
CARIRE-CE	CE	1.822,80	-	1.822,80	6.111,52
CARNAUBAL-CE	CE	1.749,88	-	1.749,88	5.867,05
CATUNDA-CE	CE	1.531,15	-	1.531,15	5.133,67
CAUCAIA-CE	CE	-	13.690,52	13.690,52	48.732,24
CHAVAL-CE	CE	1.604,06	-	1.604,06	5.378,13
COREAU-CE	CE	1.895,71	-	1.895,71	6.355,97
CRATEUS-CE	CE	2.551,92	-	2.551,92	8.556,13
CROATA-CE	CE	1.749,88	-	1.749,88	5.867,05
CRUZ-CE	CE	1.895,71	-	1.895,71	6.355,97
FORQUILHA-CE	CE	1.895,71	-	1.895,71	6.355,97
FORTALEZA-CE	CE	111.016,50	18.254,03	129.270,53	3.349.047,28
FRECHEIRINHA-CE	CE	1.604,06	-	1.604,06	5.378,13
GENERAL SAMPAIO-CE	CE	1.458,24	-	1.458,24	4.889,21
GRACA-CE	CE	1.676,97	-	1.676,97	5.622,59
GRANJA-CE	CE	2.333,18	-	2.333,18	7.822,75
GROAIRAS-CE	CE	1.458,24	-	1.458,24	4.889,21
GUARACIABA DO NORTE-CE	CE	2.187,36	-	2.187,36	7.333,83
HIDROLANDIA-CE	CE	1.822,80	-	1.822,80	6.111,52
IBIAPINA-CE	CE	1.895,71	-	1.895,71	6.355,97
ICAPUI-CE	CE	88.306,32	18.745,26	107.051,58	426.058,59
INDEPENDENCIA-CE	CE	1.968,62	-	1.968,62	6.600,45
IPAPORANGA-CE	CE	1.531,15	-	1.531,15	5.133,67
IPU-CE	CE	2.187,36	-	2.187,36	7.333,83
IPUEIRAS-CE	CE	2.187,36	-	2.187,36	7.333,83
IRAUCUBA-CE	CE	1.895,71	-	1.895,71	6.355,97
ITAPAGE-CE	CE	2.260,27	-	2.260,27	7.578,29
ITAPIPOCA-CE	CE	61.460,19	64.479,29	125.939,48	431.946,91
ITAREMA-CE	CE	48.171,50	24.525,03	72.696,53	246.101,46
JAGUARUANA-CE	CE	732,81	307,78	1.040,59	2.893,21
JIJOCA DE JERICOACOARA-CE	CE	1.676,97	-	1.676,97	5.622,59
MARACANAU-CE	CE	827.913,89	-	827.913,89	3.411.459,92
MARCO-CE	CE	1.895,71	-	1.895,71	6.355,97
MARTINOPOLE-CE	CE	1.531,15	-	1.531,15	5.133,67
MASSAPE-CE	CE	2.114,44	-	2.114,44	7.089,36
MERUOCA-CE	CE	1.604,06	-	1.604,06	5.378,13
MIRAIMA-CE	CE	1.604,06	-	1.604,06	5.378,13
MONSENHOR TABOSA-CE	CE	1.749,88	-	1.749,88	5.867,05
MORAUJO-CE	CE	1.458,24	-	1.458,24	4.889,21
MORRINHOS-CE	CE	1.895,71	-	1.895,71	6.355,97
MUCAMBO-CE	CE	1.676,97	-	1.676,97	5.622,59
NOVA RUSSAS-CE	CE	2.041,53	-	2.041,53	6.844,90
NOVO ORIENTE-CE	CE	1.968,62	-	1.968,62	6.600,45
PACUJA-CE	CE	1.458,24	-	1.458,24	4.889,21
PARACURU-CE	CE	46.510,41	85.183,35	131.693,76	431.214,11
PARAIPABA-CE	CE	2.041,53	1.883,40	3.924,93	13.348,30
PARAMOTI-CE	CE	1.531,15	-	1.531,15	5.133,67
PENTECOSTE-CE	CE	2.114,44	-	2.114,44	7.089,36
PIRES FERREIRA-CE	CE	1.458,24	-	1.458,24	4.889,21
PORANGA-CE	CE	1.531,15	-	1.531,15	5.133,67
QUITERIANOPOLIS-CE	CE	1.895,71	-	1.895,71	6.355,97
RERIUTABA-CE	CE	1.822,80	-	1.822,80	6.111,52
SANTA QUITERIA-CE	CE	2.260,27	-	2.260,27	7.578,29
SANTANA DO ACARAU-CE	CE	2.041,53	-	2.041,53	6.844,90
SAO BENEDITO-CE	CE	2.260,27	-	2.260,27	7.578,29
SAO GONCALO DO AMARANTE-CE	CE	2.260,27	-	2.260,27	7.578,29
SAO LUIS DO CURU-CE	CE	1.604,06	-	1.604,06	5.378,13
SENADOR SA-CE	CE	1.458,24	-	1.458,24	4.889,21
SOBRAL-CE	CE	2.916,48	-	2.916,48	9.778,44
TAMBORIL-CE	CE	1.968,62	-	1.968,62	6.600,45
TEJUCUOCA-CE	CE	1.676,97	-	1.676,97	5.622,59
TIANGUA-CE	CE	2.479,01	-	2.479,01	8.311,68
TRAIRI-CE	CE	53.154,76	74.889,15	128.043,91	439.452,52
TURURU-CE	CE	1.604,06	-	1.604,06	5.378,13
UBAJARA-CE	CE	2.041,53	-	2.041,53	6.844,90
UMIRIM-CE	CE	1.822,80	-	1.822,80	6.111,52
URUBURETAMA-CE	CE	1.822,80	-	1.822,80	6.111,52
URUOCA-CE	CE	1.604,06	-	1.604,06	5.378,13
VARJOTA-CE	CE	1.749,88	-	1.749,88	5.867,05
VICOSA DO CEARA-CE	CE	2.333,18	-	2.333,18	7.822,75
CEARA TOTAL		1.531.969,32	410.295,99	1.942.265,31	10.240.835,46
AFONSO CLAUDIO-ES	ES	139.700,92	-	139.700,92	511.610,72
AGUA DOCE DO NORTE-ES	ES	104.775,69	-	104.775,69	383.708,04
AGUIA BRANCA-ES	ES	99.786,37	-	99.786,37	365.436,22
ALEGRE-ES	ES	139.700,92	-	139.700,92	511.610,72
ALFREDO CHAVES-ES	ES	109.765,00	-	109.765,00	401.979,83
ALTO RIO NOVO-ES	ES	99.786,37	-	99.786,37	365.436,22
ANCHIETA-ES	ES	2.067.109,78	1.573.532,09	3.640.641,87	14.197.895,44
APIACA-ES	ES	99.786,37	-	99.786,37	365.436,22
ARACRUZ-ES	ES	914.974,08	1.844.650,19	2.759.624,27	11.129.849,05
ATILIO VIVACQUA-ES	ES	99.786,37	-	99.786,37	365.436,22
BAIXO GUANDU-ES	ES	139.700,92	-	139.700,92	511.610,72
BARRA DE SAO FRANCISCO-ES	ES	149.679,55	-	149.679,55	548.154,34
BOA ESPERANCA-ES	ES	109.765,00	-	109.765,00	401.979,83
BOM JESUS DO NORTE-ES	ES	99.786,37	-	99.786,37	365.436,22
BREJETUBA-ES	ES	104.775,69	-	104.775,69	383.708,04
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES	ES	199.572,74	-	199.572,74	730.872,46
CARIACICA-ES	ES	199.572,74	-	199.572,74	730.872,46
CASTELO-ES	ES	144.690,24	-	144.690,24	529.882,54
COLATINA-ES	ES	184.604,78	-	184.604,78	676.057,02
CONCEICAO DA BARRA-ES	ES	210.134,04	33.522,60	243.656,64	898.610,17
CONCEICAO DO CASTELO-ES	ES	104.775,69	-	104.775,69	383.708,04
DIVINO DE SAO LOURENCO-ES	ES	99.786,37	-	99.786,37	365.436,22
DOMINGOS MARTINS-ES	ES	139.700,92	-	139.700,92	511.610,72
DORES DO RIO PRETO-ES	ES	99.786,37	-	99.786,37	365.436,22
ECOPORANGA-ES	ES	129.722,28	-	129.722,28	475.067,09
FUNDAO-ES	ES	601.268,68	215.153,26	816.421,94	3.093.179,16
GOVERNADOR LINDENBERG-ES	ES	99.786,37	-	99.786,37	365.436,22
GUACUI-ES	ES	134.711,60	-	134.711,60	493.338,89
GUARAPARI-ES	ES	184.604,78	-	184.604,78	676.057,02
IBATIBA-ES	ES	124.732,96	-	124.732,96	456.795,26
IBIRACU-ES	ES	104.775,69	-	104.775,69	383.708,04
IBITIRAMA-ES	ES	99.786,37	-	99.786,37	365.436,22
ICONHA-ES	ES	104.775,69	-	104.775,69	383.708,04
IRUPI-ES	ES	104.775,69	-	104.775,69	383.708,04
ITAGUACU-ES	ES	109.765,00	-	109.765,00	401.979,83
ITAPEMIRIM-ES	ES	731.979,26	4.288.147,16	5.020.126,42	16.577.422,66
ITARANA-ES	ES	104.775,69	-	104.775,69	383.708,04
IUNA-ES	ES	134.711,60	-	134.711,60	493.338,89
JAGUARE-ES	ES	455.723,63	144.514,15	600.237,78	2.282.676,43
JERONIMO MONTEIRO-ES	ES	104.775,69	-	104.775,69	383.708,04
JOAO NEIVA-ES	ES	114.754,32	-	114.754,32	420.251,65
LARANJA DA TERRA-ES	ES	104.775,69	-	104.775,69	383.708,04
LINHARES-ES	ES	5.790.511,99	876.275,96	6.666.787,95	26.807.900,13
MANTENOPOLIS-ES	ES	104.775,69	-	104.775,69	383.708,04
MARATAIZES-ES	ES	139.700,92	1.782.958,43	1.922.659,35	6.744.432,93
MARECHAL FLORIANO-ES	ES	109.765,00	-	109.765,00	401.979,83
MARILANDIA-ES	ES	104.775,69	-	104.775,69	383.708,04
MIMOSO DO SUL-ES	ES	134.711,60	-	134.711,60	493.338,89
MONTANHA-ES	ES	119.743,64	-	119.743,64	438.523,47
MUCURICI-ES	ES	99.786,37	-	99.786,37	365.436,22
MUNIZ FREIRE-ES	ES	124.732,96	-	124.732,96	456.795,26
MUQUI-ES	ES	109.765,00	-	109.765,00	401.979,83
NOVA VENECIA-ES	ES	154.668,87	-	154.668,87	566.426,15
PANCAS-ES	ES	124.732,96	-	124.732,96	456.795,26
PEDRO CANARIO-ES	ES	129.722,28	-	129.722,28	475.067,09
PINHEIROS-ES	ES	129.722,28	-	129.722,28	475.067,09
PIUMA-ES	ES	627.410,80	246.637,19	874.047,99	3.297.353,59
PONTO BELO-ES	ES	99.786,37	-	99.786,37	365.436,22
PRESIDENTE KENNEDY-ES	ES	548.984,45	6.829.116,43	7.378.100,88	26.809.152,17
RIO BANANAL-ES	ES	119.743,64	-	119.743,64	438.523,47
RIO NOVO DO SUL-ES	ES	104.775,69	-	104.775,69	383.708,04
SANTA LEOPOLDINA-ES	ES	109.765,00	-	109.765,00	401.979,83
SANTA MARIA DE JETIBA-ES	ES	139.700,92	-	139.700,92	511.610,72
SANTA TERESA-ES	ES	129.722,28	-	129.722,28	475.067,09
SAO DOMINGOS DO NORTE-ES	ES	99.786,37	-	99.786,37	365.436,22
SAO GABRIEL DA PALHA-ES	ES	139.700,92	-	139.700,92	511.610,72
SAO JOSE DO CALCADO-ES	ES	104.775,69	-	104.775,69	383.708,04
SAO MATEUS-ES	ES	2.534.736,56	114.020,41	2.648.756,97	10.130.053,33
SAO ROQUE DO CANAA-ES	ES	104.775,69	-	104.775,69	383.708,04
SERRA-ES	ES	1.045.684,66	585.178,81	1.630.863,47	6.267.223,02
SOORETAMA-ES	ES	129.722,28	-	129.722,28	475.067,09
VARGEM ALTA-ES	ES	119.743,64	-	119.743,64	438.523,47
VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES	ES	124.732,96	-	124.732,96	456.795,26
VIANA-ES	ES	164.647,51	-	164.647,51	602.969,77
VILA PAVAO-ES	ES	99.786,37	-	99.786,37	365.436,22
VILA VALERIO-ES	ES	109.765,00	-	109.765,00	401.979,83
VILA VELHA-ES	ES	1.045.684,66	-	1.045.684,66	3.829.607,69
VITORIA-ES	ES	1.045.684,66	43.802,67	1.089.487,33	4.009.741,64
ESPIRITO SANTO TOTAL		25.537.935,65	18.577.509,35	44.115.445,00	164.560.850,94
BETIM-MG	MG	50.457,61	-	50.457,61	197.669,35
MINAS GERAIS TOTAL		50.457,61	-	50.457,61	197.669,35
AFUA-PA	PA	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
ALENQUER-PA	PA	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
ALMEIRIM-PA	PA	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
ANAJAS-PA	PA	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
BREVES-PA	PA	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
CHAVES-PA	PA	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
CURUA-PA	PA	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
FARO-PA	PA	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
GURUPA-PA	PA	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
JURUTI-PA	PA	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
MELGACO-PA	PA	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
MONTE ALEGRE-PA	PA	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
OBIDOS-PA	PA	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
PORTO DE MOZ-PA	PA	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
PRAINHA-PA	PA	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
SANTAREM-PA	PA	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
TERRA SANTA-PA	PA	-	7.768,78	7.768,78	33.728,70
PARA TOTAL		-	132.069,26	132.069,26	573.387,90
ALHANDRA-PB	PB	827.913,89	-	827.913,89	827.913,89
PARAIBA TOTAL		827.913,89	-	827.913,89	827.913,89
CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE	PE	827.913,89	-	827.913,89	3.411.459,92
CAMARAGIBE-PE	PE	827.913,89	-	827.913,89	3.411.459,92
GOIANA-PE	PE	827.913,89	-	827.913,89	3.411.459,92
ITAQUITINGA-PE	PE	827.913,89	-	827.913,89	3.411.459,92
PAULISTA-PE	PE	777.456,28	-	777.456,28	3.213.790,57
PERNAMBUCO TOTAL		4.089.111,84	-	4.089.111,84	16.859.630,25
ANGRA DOS REIS-RJ	RJ	4.728.011,84	1.517.548,64	6.245.560,48	25.087.845,22
APERIBE-RJ	RJ	313.421,14	-	313.421,14	1.293.409,44
ARARUAMA-RJ	RJ	579.829,11	-	579.829,11	2.392.807,51
ARMACAO DOS BUZIOS-RJ	RJ	2.237.257,10	1.408.036,87	3.645.293,97	15.625.479,68
ARRAIAL DO CABO-RJ	RJ	2.237.257,10	59.924,27	2.297.181,37	3.839.866,96
BARRA DO PIRAI-RJ	RJ	579.829,11	-	579.829,11	2.392.807,51
BARRA MANSA-RJ	RJ	626.842,28	-	626.842,28	4.171.101,64
BELFORD ROXO-RJ	RJ	626.842,28	-	626.842,28	2.586.818,92
BOM JARDIM-RJ	RJ	423.118,54	-	423.118,54	1.746.102,77

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ	RJ	454.460,65	-	454.460,65	1.875.443,72
CABO FRIO-RJ	RJ	3.314.454,97	7.253.679,21	10.568.134,18	43.140.081,56
CACHOEIRAS DE MACACU-RJ	RJ	2.437.448,82	-	2.437.448,82	10.163.558,99
CAMBUCI-RJ	RJ	360.434,31	-	360.434,31	1.487.420,88
CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ	RJ	3.314.454,97	38.233.735,24	41.548.190,21	171.901.163,00
CANTAGALO-RJ	RJ	391.776,42	-	391.776,42	1.616.761,81
CARAPEBUS-RJ	RJ	1.740.088,86	425.723,24	2.165.812,10	9.323.243,26
CARDOSO MOREIRA-RJ	RJ	344.763,25	-	344.763,25	1.422.750,40
CARMO-RJ	RJ	376.105,37	-	376.105,37	1.552.091,35
CASIMIRO DE ABREU-RJ	RJ	2.237.257,10	2.031.774,40	4.269.031,50	17.969.381,72
CONCEICAO DE MACABU-RJ	RJ	391.776,42	-	391.776,42	1.616.761,81
CORDEIRO-RJ	RJ	391.776,42	-	391.776,42	1.616.761,81
DUAS BARRAS-RJ	RJ	329.092,20	-	329.092,20	1.358.079,93
DUQUE DE CAXIAS-RJ	RJ	3.314.454,97	179.843,06	3.494.298,03	15.082.208,04
ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN-RJ	RJ	344.763,25	-	344.763,25	1.422.750,40
GUAPIMIRIM-RJ	RJ	2.605.548,74	179.843,06	2.785.391,80	11.520.128,78
IGUABA GRANDE-RJ	RJ	391.776,42	-	391.776,42	1.616.761,81
ITABORAI-RJ	RJ	626.842,28	179.843,06	806.685,34	3.242.453,61
ITAGUAI-RJ	RJ	564.158,05	-	564.158,05	2.331.826,56
ITALVA-RJ	RJ	344.763,25	-	344.763,25	1.422.750,40
ITAOCARA-RJ	RJ	407.447,48	-	407.447,48	1.681.432,29
ITAPERUNA-RJ	RJ	564.158,05	-	564.158,05	2.328.137,03
ITATIAIA-RJ	RJ	438.789,60	-	438.789,60	1.810.773,25
JAPERI-RJ	RJ	564.158,05	-	564.158,05	3.912.419,74
LAJE DO MURIAE-RJ	RJ	313.421,14	-	313.421,14	1.293.409,44
MACAE-RJ	RJ	21.921.747,02	7.260.337,46	29.182.084,48	124.775.574,37
MACUCO-RJ	RJ	313.421,14	-	313.421,14	1.293.409,44
MAGE-RJ	RJ	3.025.798,54	179.843,06	3.205.641,60	13.272.466,53
MANGARATIBA-RJ	RJ	438.789,60	1.138.161,48	1.576.951,08	5.628.529,91
MARICA-RJ	RJ	3.065.870,85	-	3.065.870,85	14.895.428,49
MENDES-RJ	RJ	376.105,37	-	376.105,37	1.552.091,35
MESQUITA-RJ	RJ	626.842,28	-	626.842,28	2.586.818,92
MIGUEL PEREIRA-RJ	RJ	423.118,54	-	423.118,54	1.746.102,77
MIRACEMA-RJ	RJ	423.118,54	-	423.118,54	1.746.102,77
NATIVIDADE-RJ	RJ	360.434,31	-	360.434,31	1.487.420,88
NILOPOLIS-RJ	RJ	626.842,28	-	626.842,28	2.586.818,92
NITEROI-RJ	RJ	3.314.454,97	179.843,06	3.494.298,03	15.082.208,04
NOVA FRIBURGO-RJ	RJ	626.842,28	-	626.842,28	2.586.818,92
NOVA IGUACU-RJ	RJ	626.842,28	-	626.842,28	2.586.818,92
PARACAMBI-RJ	RJ	485.802,77	-	485.802,77	2.004.784,66
PARATI-RJ	RJ	2.402.979,85	1.138.161,48	3.541.141,33	15.741.877,79
PATY DO ALFERES-RJ	RJ	423.118,54	-	423.118,54	1.746.102,77
PETROPOLIS-RJ	RJ	626.842,28	-	626.842,28	2.586.818,92
PINHEIRAL-RJ	RJ	407.447,48	-	407.447,48	1.681.432,29
PIRAI-RJ	RJ	423.118,54	-	423.118,54	3.330.385,49
PORCIUNCULA-RJ	RJ	376.105,37	-	376.105,37	1.552.091,35
PORTO REAL-RJ	RJ	360.434,31	-	360.434,31	1.487.420,88
QUATIS-RJ	RJ	344.763,25	-	344.763,25	1.422.750,40
QUEIMADOS-RJ	RJ	611.171,22	-	611.171,22	2.522.148,45
QUISSAMA-RJ	RJ	1.988.672,98	3.150.555,28	5.139.228,26	24.363.291,49
RESENDE-RJ	RJ	595.500,17	-	595.500,17	2.457.477,98
RIO BONITO-RJ	RJ	501.473,82	-	501.473,82	2.069.455,13
RIO CLARO-RJ	RJ	376.105,37	-	376.105,37	1.552.091,35
RIO DAS FLORES-RJ	RJ	313.421,14	-	313.421,14	1.293.409,44
RIO DAS OSTRAS-RJ	RJ	2.900.148,10	9.205.636,34	12.105.784,44	49.953.088,43
RIO DE JANEIRO-RJ	RJ	4.728.011,84	719.372,24	5.447.384,08	22.656.210,61
SANTA MARIA MADALENA-RJ	RJ	329.092,20	-	329.092,20	1.358.079,93
SANTO ANTONIO DE PADUA-RJ	RJ	485.802,77	-	485.802,77	2.004.784,66
SAO FIDELIS-RJ	RJ	470.131,71	-	470.131,71	1.940.114,18
SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA-RJ	RJ	485.802,77	-	485.802,77	2.004.784,66
SAO GONCALO-RJ	RJ	626.842,28	179.843,06	806.685,34	3.242.453,61
SAO JOAO DA BARRA-RJ	RJ	2.320.118,48	7.112.313,59	9.432.432,07	38.630.307,21
SAO JOAO DE MERITI-RJ	RJ	626.842,28	-	626.842,28	2.586.818,92
SAO JOSE DE UBA-RJ	RJ	313.421,14	-	313.421,14	1.293.409,44
SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO-RJ	RJ	391.776,42	-	391.776,42	1.616.761,81
SAO PEDRO DA ALDEIA-RJ	RJ	548.487,00	-	548.487,00	2.263.466,57
SAO SEBASTIAO DO ALTO-RJ	RJ	313.421,14	-	313.421,14	1.293.409,44
SAQUAREMA-RJ	RJ	517.144,88	-	517.144,88	2.134.125,62
SEROPEDICA-RJ	RJ	548.487,00	-	548.487,00	2.263.466,57
SILVA JARDIM-RJ	RJ	2.185.298,95	-	2.185.298,95	9.112.156,34
SUMIDOURO-RJ	RJ	360.434,31	-	360.434,31	1.487.420,88
TANGUA-RJ	RJ	438.789,60	-	438.789,60	1.810.773,25
TERESOPOLIS-RJ	RJ	626.842,28	-	626.842,28	2.586.818,92
TRAJANO DE MORAIS-RJ	RJ	313.421,14	-	313.421,14	1.293.409,44
VALENCA-RJ	RJ	532.815,94	-	532.815,94	2.198.796,08
VARRE-SAI-RJ	RJ	313.421,14	-	313.421,14	1.293.409,44
VASSOURAS-RJ	RJ	454.460,65	-	454.460,65	1.875.443,72
VOLTA REDONDA-RJ	RJ	626.842,28	-	626.842,28	4.171.101,64
RIO DE JANEIRO TOTAL		106.781.620,93	81.734.018,10	188.515.639,03	790.553.551,23
ACARI-RN	RN	3.322,14	-	3.322,14	13.598,86
ACU-RN	RN	287.378,85	133.867,53	421.246,38	1.498.942,24
AFONSO BEZERRA-RN	RN	3.748,65	198,33	3.946,98	15.763,61
AGUA NOVA-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
ALEXANDRIA-RN	RN	3.480,33	-	3.480,33	14.246,42
ALMINO AFONSO-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
ALTO DO RODRIGUES-RN	RN	207.240,10	90.862,58	298.102,68	1.235.709,62
ANGICOS-RN	RN	4.532,19	2.923,26	7.455,45	31.413,47
ANTONIO MARTINS-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
APODI-RN	RN	336.835,42	207.911,20	544.746,62	1.878.959,83
AREIA BRANCA-RN	RN	379.561,96	260.352,80	639.914,76	2.579.369,89
AUGUSTO SEVERO-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
BARAUNA-RN	RN	4.113,12	-	4.113,12	16.836,69
CAICO-RN	RN	5.220,50	-	5.220,50	21.369,65
CARAUBAS-RN	RN	173.528,22	80.182,04	253.710,26	903.452,65
CARNAUBA DOS DANTAS-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
CARNAUBAIS-RN	RN	185.963,16	82.914,28	268.877,44	916.277,47
CERRO CORA-RN	RN	3.322,14	-	3.322,14	13.598,86
CORONEL JOAO PESSOA-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
CRUZETA-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
CURRAIS NOVOS-RN	RN	4.904,11	-	4.904,11	20.074,53
DOUTOR SEVERIANO-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
ENCANTO-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
EQUADOR-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
FELIPE GUERRA-RN	RN	119.324,23	37.230,06	156.554,29	642.655,45
FLORANIA-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
FRANCISCO DANTAS-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
FRUTUOSO GOMES-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
GALINHOS-RN	RN	3.163,94	55.547,50	58.711,44	239.546,96
GOIANINHA-RN	RN	827.913,89	-	827.913,89	3.411.459,92
GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN	RN	222.970,31	125.810,14	348.780,45	1.371.740,95
GROSSOS-RN	RN	47.730,37	46.443,73	94.174,10	389.915,21
GUAMARE-RN	RN	1.537.631,30	583.419,18	2.121.050,48	8.296.964,36
IELMO MARINHO-RN	RN	827.913,89	-	827.913,89	3.411.459,92
IPANGUACU-RN	RN	3.480,33	-	3.480,33	14.246,42
IPUEIRA-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
ITAJA-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
ITAU-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
JANDAIRA-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
JANDUIS-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
JARDIM DE PIRANHAS-RN	RN	3.480,33	-	3.480,33	14.246,42
JARDIM DO SERIDO-RN	RN	3.480,33	-	3.480,33	14.246,42
JOAO DIAS-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
JOSE DA PENHA-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
JUCURUTU-RN	RN	3.796,73	-	3.796,73	15.541,56
LAGOA NOVA-RN	RN	3.480,33	-	3.480,33	14.246,42
LUCRECIA-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
LUIS GOMES-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
MACAIBA-RN	RN	826.678,07	-	826.678,07	826.678,07
MACAU-RN	RN	1.759.675,96	408.140,64	2.167.816,60	8.658.840,88
MAJOR SALES-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
MARCELINO VIEIRA-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
MARTINS-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
MESSIAS TARGINO-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
MOSSORO-RN	RN	959.232,05	794.574,12	1.753.806,17	6.887.891,67
OLHO D'AGUA DO BORGES-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
OURO BRANCO-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
PARANA-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
PARAU-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
PARELHAS-RN	RN	3.954,93	-	3.954,93	16.189,12
PATU-RN	RN	3.322,14	-	3.322,14	13.598,86
PAU DOS FERROS-RN	RN	4.271,32	-	4.271,32	17.484,25
PEDRO AVELINO-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
PENDENCIAS-RN	RN	1.644.309,68	113.061,66	1.757.371,34	6.880.756,87
PILOES-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
PORTALEGRE-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
PORTO DO MANGUE-RN	RN	47.730,37	169.137,71	216.868,08	991.401,60
RAFAEL FERNANDES-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
RAFAEL GODEIRO-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
RIACHO DA CRUZ-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
RIACHO DE SANTANA-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
RODOLFO FERNANDES-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
SANTANA DO SERIDO-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
SAO FERNANDO-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
SAO FRANCISCO DO OESTE-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
SAO GONCALO DO AMARANTE-RN	RN	-	-	-	1.517,63
SAO JOAO DO SABUGI-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
SAO JOSE DO SERIDO-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
SAO MIGUEL-RN	RN	4.113,12	-	4.113,12	16.836,69
SAO RAFAEL-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
SAO VICENTE-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
SERRA DO MEL-RN	RN	97.088,05	22.496,60	119.584,65	463.315,99
SERRA NEGRA DO NORTE-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
SERRINHA DOS PINTOS-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
SEVERIANO MELO-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
TABOLEIRO GRANDE-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
TENENTE ANANIAS-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
TENENTE LAURENTINO CRUZ-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
TIBAU-RN	RN	47.730,37	11.691,20	59.421,57	247.077,35
TIMBAUBA DOS BATISTAS-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
TRIUNFO POTIGUAR-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
UMARIZAL-RN	RN	3.322,14	-	3.322,14	13.598,86
UPANEMA-RN	RN	109.083,45	87.198,44	196.281,89	752.116,49
VENHA-VER-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
VICOSA-RN	RN	3.163,94	-	3.163,94	12.951,29
RIO GRANDE DO NORTE TOTAL		10.892.045,22	3.313.963,00	14.206.008,22	52.668.831,01
ARAMBARE-RS	RS	-	6.752,95	6.752,95	17.692,28
BARRA DO RIBEIRO-RS	RS	-	6.752,95	6.752,95	17.692,28
CAMAQUA-RS	RS	-	6.752,95	6.752,95	17.692,28
CANOAS-RS	RS	777.456,28	-	777.456,28	3.213.790,57
CAPIVARI DO SUL-RS	RS	-	6.752,95	6.752,95	17.692,28
CIDREIRA-RS	RS	-	376.299,86	376.299,86	1.406.216,75
ELDORADO DO SUL-RS	RS	-	6.752,95	6.752,95	17.692,28
GUAIBA-RS	RS	-	6.752,95	6.752,95	17.692,28
IMBE-RS	RS	-	376.299,86	376.299,86	1.404.980,93
MOSTARDAS-RS	RS	-	6.752,95	6.752,95	17.692,28
OSORIO-RS	RS	827.913,89	-	827.913,89	2.622.977,81
PALMARES DO SUL-RS	RS	-	6.752,95	6.752,95	17.692,28
PELOTAS-RS	RS	-	6.752,95	6.752,95	17.692,28
PORTO ALEGRE-RS	RS	-	6.752,95	6.752,95	17.692,28
RIO GRANDE-RS	RS	1.413.556,87	72.031,51	1.485.588,38	5.725.176,82
SAO FRANCISCO DE PAULA-RS	RS	50.457,61	-	50.457,61	197.669,35
SAO JOSE DO NORTE-RS	RS	-	6.752,95	6.752,95	17.692,28
SAO LOURENCO DO SUL-RS	RS	-	6.752,95	6.752,95	17.692,28
TAPES-RS	RS	-	6.752,95	6.752,95	17.692,28
TAVARES-RS	RS	-	6.752,95	6.752,95	17.692,28
TRAMANDAI-RS	RS	1.413.556,87	501.733,14	1.915.290,01	7.445.885,34
TURUCU-RS	RS	-	6.752,95	6.752,95	17.692,28
VIAMAO-RS	RS	-	6.752,95	6.752,95	17.692,28
RIO GRANDE DO SUL TOTAL		4.482.941,52	1.434.411,57	5.917.353,09	22.299.774,05
ARAQUARI-SC	SC	-	210.743,28	210.743,28	976.292,95
BALNEARIO BARRA DO SUL-SC	SC	-	210.743,28	210.743,28	976.292,95
GARUVA-SC	SC	-	210.743,28	210.743,28	976.292,95
ITAPOA-SC	SC	-	210.743,28	210.743,28	976.292,95
JOINVILLE-SC	SC	-	210.743,28	210.743,28	976.292,95
SAO FRANCISCO DO SUL-SC	SC	1.413.556,87	702.477,60	2.116.034,47	8.825.239,53
SANTA CATARINA TOTAL		1.413.556,87	1.756.194,00	3.169.750,87	13.706.704,28
AMPARO DE SAO FRANCISCO-SE	SE	3.655,86	-	3.655,86	13.655,14
AQUIDABA-SE	SE	4.569,83	-	4.569,83	17.068,94
ARACAJU-SE	SE	1.601.989,00	483.496,74	2.085.485,74	8.219.785,16
ARAUA-SE	SE	3.838,66	-	3.838,66	14.337,91
AREIA BRANCA-SE	SE	6.183,63	1.158,80	7.342,43	27.787,76
BARRA DOS COQUEIROS-SE	SE	65.977,00	150.600,23	216.577,23	913.553,37
BOQUIM-SE	SE	4.935,42	-	4.935,42	18.434,45
BREJO GRANDE-SE	SE	83.647,10	9.696,95	93.344,05	371.940,49
CAMPO DO BRITO-SE	SE	4.387,04	-	4.387,04	16.386,18
CANHOBA-SE	SE	3.655,86	-	3.655,86	13.655,14

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CANINDE DE SAO FRANCISCO-SE	SE	4.752,62	-	4.752,62	17.751,69
CAPELA-SE	SE	13.882,09	5.770,60	19.652,69	69.203,17
CARIRA-SE	SE	4.569,83	-	4.569,83	17.068,94
CARMOPOLIS-SE	SE	1.919.244,07	538.944,41	2.458.188,48	9.766.984,61
CEDRO DE SAO JOAO-SE	SE	3.655,86	-	3.655,86	13.655,14
CRISTINAPOLIS-SE	SE	4.204,24	-	4.204,24	15.703,41
CUMBE-SE	SE	3.655,86	-	3.655,86	13.655,14
DIVINA PASTORA-SE	SE	265.259,40	167.708,48	432.967,88	1.611.597,70
ESTANCIA-SE	SE	87.089,64	110.905,98	197.995,62	682.066,36
FEIRA NOVA-SE	SE	3.655,86	-	3.655,86	13.655,14
FREI PAULO-SE	SE	4.021,45	-	4.021,45	15.020,66
GARARU-SE	SE	3.838,66	-	3.838,66	14.337,91
GENERAL MAYNARD-SE	SE	5.972,77	1.737,68	7.710,45	27.824,56
GRACHO CARDOSO-SE	SE	3.655,86	-	3.655,86	13.655,14
ILHA DAS FLORES-SE	SE	3.655,86	-	3.655,86	13.655,14
INDIAROBA-SE	SE	4.387,04	-	4.387,04	16.386,18
ITABAIANA-SE	SE	6.580,56	-	6.580,56	24.579,28
ITABAIANINHA-SE	SE	5.483,80	-	5.483,80	20.482,73
ITABI-SE	SE	3.655,86	-	3.655,86	13.655,14
ITAPORANGA D'AJUDA-SE	SE	141.818,51	187.483,30	329.301,81	1.265.125,62
JAPARATUBA-SE	SE	536.820,74	385.870,80	922.691,54	3.701.390,38
JAPOATA-SE	SE	4.021,45	-	4.021,45	15.159,42
LAGARTO-SE	SE	6.580,56	-	6.580,56	24.579,28
LARANJEIRAS-SE	SE	4.752,62	-	4.752,62	17.751,69
MACAMBIRA-SE	SE	3.655,86	-	3.655,86	13.655,14
MALHADA DOS BOIS-SE	SE	3.655,86	-	3.655,86	13.655,14
MALHADOR-SE	SE	3.838,66	-	3.838,66	14.337,91
MARUIM-SE	SE	91.711,51	18.304,93	110.016,44	427.306,56
MOITA BONITA-SE	SE	3.838,66	-	3.838,66	14.337,91
MONTE ALEGRE DE SERGIPE-SE	SE	4.021,45	-	4.021,45	15.020,66
MURIBECA-SE	SE	3.655,86	-	3.655,86	13.655,14
NEOPOLIS-SE	SE	4.569,83	-	4.569,83	17.068,94
NOSSA SENHORA APARECIDA-SE	SE	3.655,86	-	3.655,86	13.655,14
NOSSA SENHORA DA GLORIA-SE	SE	5.118,21	-	5.118,21	19.117,22
NOSSA SENHORA DAS DORES-SE	SE	4.752,62	-	4.752,62	17.751,69
NOSSA SENHORA DE LOURDES-SE	SE	3.655,86	-	3.655,86	13.655,14
NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE	SE	7.311,73	-	7.311,73	27.310,31
PACATUBA-SE	SE	127.939,23	4.491,88	132.431,11	518.110,32
PEDRA MOLE-SE	SE	3.655,86	-	3.655,86	13.655,14
PEDRINHAS-SE	SE	3.655,86	-	3.655,86	13.655,14
PINHAO-SE	SE	3.655,86	-	3.655,86	13.655,14
PIRAMBU-SE	SE	126.579,51	20.371,08	146.950,59	541.292,99
POCO REDONDO-SE	SE	5.118,21	-	5.118,21	19.117,22
POCO VERDE-SE	SE	4.752,62	-	4.752,62	17.751,69
PORTO DA FOLHA-SE	SE	4.935,42	-	4.935,42	18.434,45
PROPRIA-SE	SE	4.935,42	-	4.935,42	18.434,45
RIACHAO DO DANTAS-SE	SE	4.569,83	-	4.569,83	17.068,94
RIACHUELO-SE	SE	37.989,45	22.145,16	60.134,61	234.903,02
RIBEIROPOLIS-SE	SE	4.204,24	-	4.204,24	15.703,41
ROSARIO DO CATETE-SE	SE	1.584.643,93	85.491,01	1.670.134,94	6.533.517,59
SALGADO-SE	SE	4.569,83	-	4.569,83	17.068,94
SANTA LUZIA DO ITANHY-SE	SE	4.021,45	-	4.021,45	15.020,66
SANTA ROSA DE LIMA-SE	SE	3.655,86	-	3.655,86	13.655,14
SANTANA DO SAO FRANCISCO-SE	SE	3.655,86	-	3.655,86	13.655,14
SANTO AMARO DAS BROTAS-SE	SE	90.973,90	14.664,86	105.638,76	408.599,32
SAO CRISTOVAO-SE	SE	78.970,79	3.529,69	82.500,48	328.427,24
SAO DOMINGOS-SE	SE	3.838,66	-	3.838,66	14.337,91
SAO FRANCISCO-SE	SE	3.655,86	-	3.655,86	13.655,14
SAO MIGUEL DO ALEIXO-SE	SE	3.655,86	-	3.655,86	13.655,14
SIMAO DIAS-SE	SE	5.483,80	-	5.483,80	20.482,73
SIRIRI-SE	SE	177.769,85	77.017,16	254.787,01	996.360,57
TELHA-SE	SE	3.655,86	-	3.655,86	13.655,14
TOBIAS BARRETO-SE	SE	5.666,59	-	5.666,59	21.165,48
TOMAR DO GERU-SE	SE	4.021,45	-	4.021,45	15.020,66
UMBAUBA-SE	SE	4.752,62	-	4.752,62	17.751,69
SERGIPE TOTAL		7.286.480,26	2.289.389,74	9.575.870,00	37.549.886,27
APARECIDA-SP	SP	7.574,19	-	7.574,19	24.267,22
ARAPEI-SP	SP	5.223,58	-	5.223,58	16.736,01
AREIAS-SP	SP	5.223,58	-	5.223,58	16.736,01
ARUJA-SP	SP	9.141,27	-	9.141,27	35.590,11
BANANAL-SP	SP	5.484,76	-	5.484,76	17.572,81
BARRA DO TURVO-SP	SP	5.223,58	-	5.223,58	20.337,19
BARUERI-SP	SP	10.447,16	-	10.447,16	40.674,40
BERTIOGA-SP	SP	307.445,28	2.474.754,52	2.782.199,80	10.515.732,55
BIRITIBA-MIRIM-SP	SP	7.051,83	-	7.051,83	27.455,22
CACAPAVA-SP	SP	9.402,45	-	9.402,45	30.124,83
CACHOEIRA PAULISTA-SP	SP	7.313,01	-	7.313,01	23.430,42
CAIEIRAS-SP	SP	9.402,45	-	9.402,45	36.606,96
CAJAMAR-SP	SP	8.618,91	-	8.618,91	33.556,39
CAJATI-SP	SP	7.313,01	-	7.313,01	28.472,08
CAMPOS DO JORDAO-SP	SP	8.096,55	-	8.096,55	25.940,82
CANANEIA-SP	SP	225.459,87	129.423,24	354.883,11	1.278.868,77
CANAS-SP	SP	5.223,58	-	5.223,58	16.736,01
CARAGUATATUBA-SP	SP	9.402,45	2.344.439,80	2.353.842,25	8.950.414,35
CARAPICUIBA-SP	SP	10.447,16	-	10.447,16	40.674,40
COTIA-SP	SP	10.447,16	-	10.447,16	40.674,40
CRUZEIRO-SP	SP	9.141,27	-	9.141,27	29.288,03
CUBATAO-SP	SP	1.915.717,49	208.837,64	2.124.555,13	8.026.397,25
CUNHA-SP	SP	6.790,66	-	6.790,66	21.756,82
DIADEMA-SP	SP	10.447,16	-	10.447,16	40.674,40
ELDORADO-SP	SP	6.007,12	-	6.007,12	23.387,78
EMBU-GUACU-SP	SP	8.618,91	-	8.618,91	33.556,39
EMBU-SP	SP	10.447,16	-	10.447,16	40.674,40
FERRAZ DE VASCONCELOS-SP	SP	10.447,16	-	10.447,16	40.674,40
FRANCISCO MORATO-SP	SP	10.447,16	-	10.447,16	40.674,40
FRANCO DA ROCHA-SP	SP	9.924,81	-	9.924,81	38.640,69
GUARAREMA-SP	SP	784.508,11	3.849.526,89	4.634.035,00	19.336.923,38
GUARATINGUETA-SP	SP	9.663,63	-	9.663,63	30.961,64
GUARUJA-SP	SP	10.447,16	-	10.447,16	40.674,40
GUARULHOS-SP	SP	10.447,16	-	10.447,16	40.674,40
IGARATA-SP	SP	5.223,58	-	5.223,58	16.736,01
IGUAPE-SP	SP	7.313,01	-	7.313,01	28.472,08
ILHA COMPRIDA-SP	SP	204.963,52	-	204.963,52	781.683,80
ILHABELA-SP	SP	266.452,57	2.344.439,80	2.610.892,37	9.773.986,28
ITANHAEM-SP	SP	9.402,45	-	9.402,45	36.606,96
ITAPECERICA DA SERRA-SP	SP	10.447,16	-	10.447,16	40.674,40
ITAPEVI-SP	SP	10.447,16	-	10.447,16	40.674,40
ITAQUAQUECETUBA-SP	SP	10.447,16	-	10.447,16	40.674,40
ITARIRI-SP	SP	6.007,12	-	6.007,12	23.387,78
JACAREI-SP	SP	10.447,16	-	10.447,16	33.472,03
JACUPIRANGA-SP	SP	6.268,30	-	6.268,30	24.404,64
JAMBEIRO-SP	SP	5.223,58	-	5.223,58	16.736,01
JANDIRA-SP	SP	9.663,63	-	9.663,63	37.623,83
JUQUIA-SP	SP	6.529,48	-	6.529,48	25.421,50
JUQUITIBA-SP	SP	7.051,83	-	7.051,83	27.455,22
LAGOINHA-SP	SP	5.223,58	-	5.223,58	16.736,01
LAVRINHAS-SP	SP	5.223,58	-	5.223,58	16.736,01
LORENA-SP	SP	9.141,27	-	9.141,27	29.288,03
MAIRIPORA-SP	SP	8.880,09	-	8.880,09	34.573,26
MAUA-SP	SP	10.447,16	-	10.447,16	40.674,40
MIRACATU-SP	SP	6.790,66	-	6.790,66	26.438,36
MOJI DAS CRUZES-SP	SP	10.447,16	-	10.447,16	40.674,40
MONGAGUA-SP	SP	8.096,55	-	8.096,55	31.522,66
MONTEIRO LOBATO-SP	SP	5.223,58	-	5.223,58	16.736,01
NATIVIDADE DA SERRA-SP	SP	5.223,58	-	5.223,58	16.736,01
OSASCO-SP	SP	10.447,16	-	10.447,16	40.674,40
PARAIBUNA-SP	SP	6.268,30	-	6.268,30	20.083,22
PARIQUERA-ACU-SP	SP	6.529,48	-	6.529,48	25.421,50
PEDRO DE TOLEDO-SP	SP	5.223,58	-	5.223,58	20.337,19
PERUIBE-SP	SP	8.357,73	-	8.357,73	32.539,53
PINDAMONHANGABA-SP	SP	787.642,27	-	787.642,27	3.246.425,82
PIQUETE-SP	SP	6.007,12	-	6.007,12	19.246,42
PIRAPORA DO BOM JESUS-SP	SP	6.007,12	-	6.007,12	23.387,78
POA-SP	SP	9.663,63	-	9.663,63	37.623,83
POTIM-SP	SP	6.529,48	-	6.529,48	20.920,02
PRAIA GRANDE-SP	SP	125.540,15	-	125.540,15	459.511,42
QUELUZ-SP	SP	5.484,76	-	5.484,76	17.572,81
REDENCAO DA SERRA-SP	SP	5.223,58	-	5.223,58	16.736,01
REGISTRO-SP	SP	8.357,73	-	8.357,73	32.539,53
RIBEIRAO PIRES-SP	SP	9.663,63	-	9.663,63	37.623,83
RIO GRANDE DA SERRA-SP	SP	7.835,37	-	7.835,37	30.505,80
ROSEIRA-SP	SP	5.223,58	-	5.223,58	16.736,01
SALESOPOLIS-SP	SP	6.007,12	-	6.007,12	23.387,78
SANTA BRANCA-SP	SP	5.745,94	-	5.745,94	18.409,62
SANTA ISABEL-SP	SP	8.096,55	-	8.096,55	31.522,66
SANTANA DE PARNAIBA-SP	SP	9.663,63	-	9.663,63	37.623,83
SANTO ANDRE-SP	SP	10.447,16	-	10.447,16	40.674,40
SANTO ANTONIO DO PINHAL-SP	SP	5.223,58	-	5.223,58	16.736,01
SANTOS-SP	SP	10.447,16	-	10.447,16	40.674,40
SAO BENTO DO SAPUCAI-SP	SP	5.484,76	-	5.484,76	17.572,81
SAO BERNARDO DO CAMPO-SP	SP	10.447,16	-	10.447,16	40.674,40
SAO CAETANO DO SUL-SP	SP	10.447,16	-	10.447,16	40.674,40
SAO JOSE DO BARREIRO-SP	SP	5.223,58	-	5.223,58	16.736,01
SAO JOSE DOS CAMPOS-SP	SP	10.447,16	-	10.447,16	33.472,03
SAO LOURENCO DA SERRA-SP	SP	6.268,30	-	6.268,30	24.404,64
SAO LUIS DO PARAITINGA-SP	SP	5.484,76	-	5.484,76	17.572,81
SAO PAULO-SP	SP	10.447,16	-	10.447,16	40.674,40
SAO SEBASTIAO-SP	SP	1.422.436,96	4.688.879,61	6.111.316,57	23.446.081,97
SAO VICENTE-SP	SP	125.540,15	-	125.540,15	459.511,42
SETE BARRAS-SP	SP	5.745,94	-	5.745,94	22.370,92
SILVEIRAS-SP	SP	5.223,58	-	5.223,58	16.736,01
SUZANO-SP	SP	10.447,16	-	10.447,16	40.674,40
TABOAO DA SERRA-SP	SP	10.447,16	-	10.447,16	40.674,40
TAUBATE-SP	SP	10.447,16	-	10.447,16	33.472,03
TREMEMBE-SP	SP	7.835,37	-	7.835,37	25.104,02
UBATUBA-SP	SP	9.141,27	-	9.141,27	29.288,03
VARGEM GRANDE PAULISTA-SP	SP	8.096,55	-	8.096,55	31.522,66
SAO PAULO TOTAL		6.892.828,86	16.040.301,50	22.933.130,36	88.907.815,00
TOTAL MUNICÍPIOS		183.077.174,67	133.156.442,00	316.233.616,67	1.284.093.713,47
PIRAMBU-SE (DEPOSITO JUDICIAL)	SE	1.413.556,87	7.029,94	1.420.586,81	5.590.748,04
ARACATI-CE (DEPOSITO JUDICIAL)	CE	777.456,28	-	777.456,28	3.213.790,35
RIO DAS OSTRAS-RJ (DEPÓSITO JUDICIAL)	RJ	-	873.646,58	873.646,58	3.421.799,94
CASIMIRO DE ABREU-RJ (DEPÓSITO JUDICIAL)	RJ	-	42.842,69	42.842,69	167.801,37
DEPÓSITO JUDICIAL TOTAL		2.191.013,15	923.519,21	3.114.532,36	12.394.139,70
TOTAL GERAL		185.268.187,82	134.079.961,21	319.348.149,03	1.296.487.853,17

*Valor sem a retenção de 1% (um por cento) de PASEP, conforme disposto no inciso III, do Art.2º da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, combinado como parágrafo 6º do Art.19 da Medida Provisória nº 2.158, de 24 de agosto de 2001.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 303, DE 1º DE JULHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Portaria ANP n.º 07, de 13 de janeiro de 1999 e tendo em vista o que consta do processo n.º 48610.007950/2011-74, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Sinochem Petróleo Brasil Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 06.871.406/0001-26, situada na Praia de Botafogo, n.º 300, 5º andar parte - Bairro Botafogo, no município do Rio de Janeiro - RJ - CEP n.º 22.250-040, autorizada a exercer a atividade de exportação de petróleo.

Art. 2º Os efeitos da presente autorização ficam condicionados à manutenção das condições, comprovadas pela empresa, para o exercício da atividade de exportação acima mencionada, à época de sua outorga.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 1º de julho de 2011

Nº 753 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP, com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, nas disposições contidas na Portaria ANP n.º 202, de 30 de dezembro de 1999, e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, torna sem efeito a homologação dos contratos de cessão de espaço listados a seguir:

INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE / REGISTRO	CESSIONÁRIA / REGISTRO	CARTÓRIO N.º	MOTIVO	PROCESSO
Guarulhos	SP	CARBOPETRO Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3161 04.201.170/0001-95	COSMOS Comércio de Combustíveis Ltda. - 2203 95.756.078/0006-51	-	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 01/03/2011	48610.016047/2009-80
Guarulhos	SP	CARBOPETRO Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3161 04.201.170/0001-95	TOWER Brasil Petróleo Ltda. - 0014 68.110.501/0001-64	-	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 01/03/2011	48620.000002/2007-11
Paulínia	SP	MILLENIUM Petróleo Ltda. - 0388 01.136.595/0001-70	VALESUL Petróleo Ltda. - 1684 04.829.133/0001-26	Reg. 1.124.333	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 14/01/2011	48610.007042/2008-85
Paulínia	SP	MILLENIUM Petróleo Ltda. 0388 01.136.595/0001-70	FLÓRIDA Distribuidora de Petróleo Ltda. - 0161 03.652.783/0001-86	Reg. 1.124.332	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 14/01/2011	48610.007042/2008-85
Guarulhos	SP	COPAPE Produtos de Petróleo Ltda. 01.428.174/0002-01	MONTE CABRAL Distribuidora de Combustíveis Ltda. - 3172 04.138.529/0001-27	Reg. 3459565	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 14/01/2011	48620.000056/2006-97
Guarulhos	SP	COPAPE Produtos de Petróleo Ltda. 01.428.174/0002-01	VALESUL Petróleo Ltda. - 1684 04.829.133/0001-26	Reg. 1232746	Termo de DISTRATO de Instrumento Particular de Cessão de Espaço, de 16/06/2011	48610.015397/2010-62

Nº 754 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Portaria ANP n.º 202, de 30 de dezembro de 1999, torna pública a homologação dos contratos de cessão de espaço listados a seguir:

INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE / REGISTRO	CESSIONÁRIA/ REGISTRO	CARTÓRIO N.º	OBS.	PRAZO	PROCESSO
Paulínia	SP	MILLENIUM Petróleo Ltda. - 0388 01.136.595/0001-70	PETROZARA Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3112 02.275.017/0006-91	Reg. 1.128.055	-	11/02/2011 A INDETERMINADO	48610.004202/2011-30
Araucária Guaramirim Itajaí	PR SC SC	PETRÓLEO Brasileiro S/A - TRANSPETRO	MIME Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3124 01.799.935/0001-42 01.799.935/0001-42 01.799.935/0004-95	Termo Aditivo nº 03- nº 430.2.011/10-9 Reg. 3379827	-	01/06/2011 A 31/05/2013	48610.008191/2010-86
Porto Velho	RO	IPIRANGA Produtos de Petróleo S/A. - TA03 33.337.122/0189-21	DISTRIBUIDORA EQUADOR de Produtos de Petróleo Ltda. - 3117 03.128.979/0004-19	Reg. 817494	-	20/04/2011 A INDETERMINADO	48610.006977/2011-40
Guarulhos	SP	COPAPE Produtos de Petróleo Ltda. 01.428.174/0002-01	PETROLUZ Distribuidora Ltda. - 3122 03.016.811/0005-00	Primeiro Aditivo Reg. 3325408	-	29/03/2011 A INDETERMINADO	48620.000118/2007-41
Guarulhos	SP	COPAPE Produtos de Petróleo Ltda. 01.428.174/0002-01	GIGANTE Armazenadora e Distribuidora de Derivados de Petróleo e Alcoois Ltda. - 3304 08.056.113/0001-10	Primeiro Aditivo Reg. 3409524	-	13/06/2011 A INDETERMINADO	48620.000056/2006-97
Guarulhos	SP	COPAPE Produtos de Petróleo Ltda. 01.428.174/0002-01	BRASIL OIL Distribuidora de Combustíveis e Derivados de Petróleo S/A. - 3258 06.950.259/0007-75	Primeiro Aditivo Reg. 37.472	-	29/03/2011 A INDETERMINADO	48620.000132/2005-83
Guarulhos	SP	COPAPE Produtos de Petróleo Ltda. 01.428.174/0002-01	PETROMAIS Distribuidora de Petróleo Ltda. - 3195 05.594.763/0003-93	Primeiro Aditivo Reg. 3336900	-	06/06/2011 A INDETERMINADO	48620.000132/2005-83
Guarulhos	SP	COPAPE Produtos de Petróleo Ltda. 01.428.174/0002-01	ASPEN Distribuidora de Combustíveis Ltda. - 0436 01.382.912/0020-09	Terceiro Aditivo Reg. 8742547	-	29/03/2011 A INDETERMINADO	48610.013277/2010-21
Guarulhos	SP	COPAPE Produtos de Petróleo Ltda. 01.428.174/0002-01	REDE SOL Fuel Distribuidora Ltda. - 3171 02.913.444/0001-43	Segundo Aditivo Reg. 1.502.053	-	06/06/2011 A INDETERMINADO	48610.013789/2010-97
Guarulhos	SP	COPAPE Produtos de Petróleo Ltda. 01.428.174/0002-01	QUALITY Distribuidora de Combustíveis Ltda. - 3259 07.222.017/0001-32	Primeiro Aditivo Reg. 1580924		20/05/2011 A INDETERMINADO	48610.002435/2009-83

Nº 755 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base na Portaria ANP n.º 202, de 30 de dezembro de 1999, torna público o indeferimento dos contratos de cessão de espaço listados a seguir:

INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE / REGISTRO	CESSIONÁRIA/ REGISTRO	Nº CONTRATO / CARTÓRIO N.º	Razão Indeferimento	Processo n.º
Porto Velho	RO	PDV BRASIL Combustíveis e Lubrificantes Ltda. - 3153 04.780.146/0002-39	IPIRANGA Produtos de Petróleo S/A. - TA03 33.337.122/0189-21	S/Registro	O contrato encontra-se sem o registro em Cartório de Títulos e Documentos.	48610.015190/2010-98
Porto Velho	RO	PDV BRASIL Combustíveis e Lubrificantes Ltda. - 3153 04.780.146/0002-39	DISTRIBUIDORA EQUADOR de Produtos de Petróleo Ltda. - 3117 03.128.979/0004-19	S/Registro	O contrato encontra-se sem o registro em Cartório de Títulos e Documentos.	48610.009031/2011-35

Nº 756 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/SP0208830	A. APARECIDO DA SILVA - COMERCIO DE GAS - ME.	11.518.218/0001-59	FERRAZ DE VASCONCELOS	SP	48610.006445/2011-11
GLP/ES0208831	A. DA C. AMORIM ME.	08.168.983/0002-62	VARGEM ALTA	ES	48610.008587/2011-12
GLP/AC0208832	ADAMOR VITOR DO NASCIMENTO	63.603.690/0001-93	CAPIXABA	AC	48610.008543/2011-84
GLP/MT0208833	AGROCAMPO MAQUINAS AGRICOLAS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	36.913.879/0003-71	TANGARA DA SERRA	MT	48610.008574/2011-35
GLP/GO0208834	ALDAIR BATISTA PIMENTA	10.706.441/0001-67	GOIANIRA	GO	48610.008604/2011-11
GLP/AL0208835	ALEX DE A FARIAS BEBIDAS	11.726.371/0001-71	MACEIO	AL	48610.007517/2011-39
GLP/SP0208836	ALTAIR JUSTINO RIBEIRO - ME	38.804.266/0001-60	QUATA	SP	48610.008555/2011-17
GLP/PA0208837	COMERCIAL BORSOI LTDA.	83.915.470/0012-65	MARABA	PA	48610.007235/2011-31
GLP/SC0208838	COMERCIAL FRONTEIRA LTDA	07.213.048/0001-27	ITAPIRANGA	SC	48610.008539/2011-16
GLP/PR0208839	DEJANIRA DA LUZ VIDAL	12.469.737/0001-37	CAMPO MAGRO	PR	48610.005983/2011-80
GLP/RO0208840	E C ARAUJO MERCEARIA	13.352.100/0001-29	PORTO VELHO	RO	48610.008541/2011-95

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

GLP/TO0208841	E. E. MOURA ROCHA - ME	13.442.473/0001-90	PALMAS	TO	48610.008564/2011-08
GLP/CE0208842	EZEQUIEL DA SILVA OLIVEIRA	09.333.186/0001-75	CAMPOS SALES	CE	48610.008421/2011-98
GLP/AM0208843	F. J. TEIXEIRA LIMA	03.991.611/0002-18	MANAUS	AM	48610.008589/2011-01
GLP/PA0208844	FARRAPO & FEITOSA LTDA ME	13.538.258/0001-98	SANTAREM	PA	48610.008559/2011-97
GLP/PR0208845	G. DE L. DA ROSA - COMERCIO DE GÁS ME.	09.023.351/0001-92	PONTA GROSSA	PR	48610.005613/2011-42
GLP/SC0208846	HAILOR PACHECO LUIZ - ME	11.290.346/0001-98	GAROPABA	SC	48610.008620/2011-04
GLP/MG0208847	IONE LEITE RODRIGUES	12.373.679/0001-43	VERDELANDIA	MG	48610.006379/2011-71
GLP/MT0208848	JOSÉ ROBERTO RITHER ME.	13.439.131/0001-11	BRASNORTE	MT	48610.008024/2011-16
GLP/AC0208849	L. DA SILVA MORAIS	13.015.222/0001-20	PLACIDO DE CASTRO	AC	48610.008557/2011-06
GLP/PR0208850	LUCIANA APARECIDA CELESTINO DA SILVA	12.982.951/0001-92	FAZENDA RIO GRANDE	PR	48610.007702/2011-23
GLP/SC0208851	LUCIANE JUMES COLEHO & CIA LTDA ME	04.150.570/0001-19	RIO DO SUL	SC	48610.008558/2011-42
GLP/MG0208852	LUCILENE APARECIDA RODRIGUES - ME	13.324.727/0001-76	ITACARAMBI	MG	48610.008546/2011-18
GLP/RJ0208853	M M DE AGUA QUENTE COMERCIO DE GAS LTDA ME.	12.243.311/0001-60	TERESOPOLIS	RJ	48610.006884/2011-15
GLP/RO0208854	MARIA APARECIDA DOS SANTOS - ME	11.031.503/0001-40	PORTO VELHO	RO	48610.008556/2011-53
GLP/MG0208855	NILDA MARIA MACHADO DE CARVALHO ME	10.552.767/0002-68	CONCEICAO DA APARECIDA	MG	48610.008588/2011-59
GLP/MG0208856	P & P COMÉRCIO DE GÁS E TRANSPORTES LTDA - ME	13.068.467/0001-15	JUIZ DE FORA	MG	48610.008576/2011-24
GLP/RS0208857	P G S DO NASCIMENTO ME.	08.743.787/0001-93	MORRINHOS DO SUL	RS	48610.004496/2011-08
GLP/AM0208858	P H T DA COSTA ME	84.120.625/0001-87	MANAUS	AM	48610.008560/2011-11
GLP/GO0208859	PAULO VICTOR DE OLIVEIRA MELO	12.875.575/0001-37	GOIANIA	GO	48610.008831/2011-39
GLP/MG0208860	PRISCILA REGINA SILVEIRA	07.079.291/0001-02	BELO HORIZONTE	MG	48610.008619/2011-71
GLP/MG0208861	PRO GÁS LTDA ME	13.519.659/0001-09	ARCOS	MG	48610.008135/2011-22
GLP/MG0208862	RANGEL ORVILLE MARTINS	12.580.838/0001-80	DIONISIO	MG	48610.008590/2011-28
GLP/SP0208863	SOS GÁS PEDREIRA COMÉRCIO DE GÁS E ÁGUA LTDA - ME	13.605.355/0001-56	PEDREIRA	SP	48610.008861/2011-45
GLP/SC0208864	SUPERMERCADO DOMANSKI LTDA EPP	03.403.604/0001-77	ABELARDO LUZ	SC	48610.008554/2011-64
GLP/SC0208865	SUPERMERCADO ZE MERINI LTDA ME	80.493.380/0001-82	AGRONOMICA	SC	48610.008179/2011-52
GLP/DF0208866	T. S. F. GUIMARAES ME	13.058.986/0001-00	BRASILIA	DF	48610.008563/2011-55
GLP/MG0208867	WBMJ COMÉRCIO DE GÁS E SERVIÇOS DE TRANSPORTES LTDA ME	08.148.193/0001-34	SIMAO PEREIRA	MG	48610.008832/2011-83

Nº 757 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/ES0098123	AUTO POSTO MORAES LTDA. - ME	02.693.180/0003-21	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	ES	48610.008797/2011-01
PR/RS0091722	AUTO POSTO VALDANO LTDA.	02.386.955/0005-88	CANOAS	RS	48610.001393/2011-88
PR/PR0098104	CENTRO AUTOMOTIVO DELTA LTDA.	13.128.763/0003-26	CASCAVEL	PR	48610.008790/2011-81
PR/BA0098102	DRJ COMBUSTIVEIS LTDA	13.665.325/0001-35	BAIXA GRANDE	BA	48610.008795/2011-11
PR/MT0098105	DUBAI COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	13.683.315/0001-22	PARANAITA	MT	48610.008793/2011-14
PR/MA0098082	JOLÉ COMBUSTIVEIS LTDA.	13.517.346/0001-03	PRESIDENTE DUTRA	MA	48610.007187/2011-81
PR/PR0096906	MAKRO ATACADISTA S/A.	47.427.653/0084-42	CAMBE	PR	48610.007740/2011-86
PR/MG0096182	OLIVEIRA E ALMEIDA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	13.481.584/0001-06	MONTES CLAROS	MG	48610.007185/2011-92
PR/SP0097265	POSTO PAULISTA NOVOESTE LTDA	13.554.672/0001-90	ASSIS	SP	48610.007981/2011-25
PR/PE0098122	POSTO RANCHO ALEGRE LTDA	13.606.594/0001-20	PESQUEIRA	PE	48610.008792/2011-70
PR/SC0097103	SERRANO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.	10.681.159/0001-72	SAO JOSE	SC	48610.007922/2011-57
PR/PR0098103	SIDNEI JACINTO CONINCK COMBUSTIVEIS	10.777.841/0002-44	MARIALVA	PR	48610.008796/2011-58
PR/GO0096903	SOL COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	01.330.605/0001-03	FORMOSA	GO	48610.007735/2011-73

Nº 758 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/PB0208934	AELSON MARTINS DA COSTA	06.162.493/0001-42	MONTADAS	PB	48610.008623/2011-30
GLP/TO0208935	ALMERI S. OLIVEIRA	03.602.290/0001-31	COLMEIA	TO	48610.008930/2011-11
GLP/CE0208936	ASSARÉ GÁS LTDA - ME	13.013.874/0001-25	ASSARE	CE	48610.008549/2011-51
GLP/SP0208937	AUTO POSTO MALERBA LTDA	47.562.822/0001-20	LORENA	SP	48610.008932/2011-18
GLP/AL0208938	AUTO POSTO SÃO SEBASTIÃO LTDA.	10.237.788/0002-99	MAJOR ISIDORO	AL	48610.008966/2011-02
GLP/MG0208939	BAMBUI COMERCIAL LTDA	04.101.073/0003-92	BAMBUI	MG	48610.008836/2011-61
GLP/GO0208940	BEATRIZ DOS REIS ROSA BRR	13.480.238/0001-03	CAMPO LIMPO DE GOIAS	GO	48610.008953/2011-25
GLP/BA0208941	BRIZA ALVES - ME	09.568.076/0001-92	IRECE	BA	48610.007379/2011-98
GLP/PE0208942	C. LUIZ DOS SANTOS GÁS	09.021.350/0001-09	OLINDA	PE	48610.008952/2011-81
GLP/SC0208943	CASEMIRO SCHULTZ FILHO ME	02.428.784/0001-89	SANTA TEREZINHA	SC	48610.008853/2011-07
GLP/SC0208944	COMERCIAL CALOMENO LTDA	01.627.684/0001-19	PONTE ALTA DO NORTE	SC	48610.005027/2011-06
GLP/SC0208945	COMERCIAL E BAR SCHNEIDER LTDA - ME.	81.520.009/0001-25	BLUMENAU	SC	48610.008591/2011-72
GLP/SC0208946	COMERCIO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS SILVANETO LTDA ME.	10.817.687/0001-06	PRESIDENTE GETULIO	SC	48610.008616/2011-38
GLP/GO0208947	DISTRIBUIDORA DE GÁS L G LTDA	11.724.217/0001-60	GOIANIA	GO	48610.009006/2011-51
GLP/MS0208948	EDU GÁS E CONVENIÊNCIA LTDA ME	06.191.648/0001-79	NOVA ALVORADA DO SUL	MS	48610.008851/2011-18
GLP/TO0208949	EVERALDO D M GARCIA	01.755.342/0001-84	GURUPI	TO	48610.008958/2011-58
GLP/RJ0208950	G S RIBEIRO COMERCIO DE GAS - ME	12.339.707/0001-06	SAO JOSE DE UBA	RJ	48610.008862/2011-90
GLP/RR0208951	I A LIMA ME.	13.298.553/0001-14	RORAINOPOLIS	RR	48610.009009/2011-95
GLP/SC0208952	JOCEMAR DI DOMENICO ME	10.140.297/0001-44	CAMPO ERE	SC	48610.008924/2011-63
GLP/TO0208953	JOSE LUCAS DOS SANTOS NETO	13.480.594/0001-27	ITACAJA	TO	48610.008550/2011-86
GLP/SC0208954	KERBER & KERBER LTDA ME	02.221.270/0001-58	CONCORDIA	SC	48610.008845/2011-52
GLP/TO0208955	LENILTON AIRES LOPES - ME.	04.197.402/0001-89	BREJINHO DE NAZARE	TO	48610.006867/2011-88
GLP/SC0208956	LUCIANO BARBOSA 04038857956	13.207.569/0001-74	BALNEARIO CAMBORIU	SC	48610.009007/2011-04
GLP/SC0208957	MAILTE APARECIDA FRANÇA	13.219.967/0002-91	LAGES	SC	48610.008987/2011-10
GLP/RO0208958	MARIA EDNA FERREIRA MENDES - ME	13.639.215/0001-07	NOVA MAMORE	RO	48610.008955/2011-14
GLP/SP0208959	MARIA EVANY ALVES SOARES LIMA GÁS - ME	13.069.542/0001-62	SAO PAULO	SP	48610.008954/2011-70
GLP/ES0208960	MARILUCIA ZANDONADI REIS ME	12.518.735/0001-90	DOMINGOS MARTINS	ES	48610.008839/2011-03
GLP/SC0208961	MERCADO BONIMIX LTDA.	78.862.588/0001-80	VIDEIRA	SC	48610.009010/2011-10
GLP/RS0208962	MIRIANE BORGES DA SILVEIRA	87.585.519/0001-67	SAO GABRIEL	RS	48610.006351/2011-33
GLP/MS0208963	N PINHEIRO BONET	10.407.444/0001-08	DOURADOS	MS	48610.009011/2011-64
GLP/RN0208964	NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA.	06.980.064/0005-06	NATAL	RN	48610.000894/2011-47
GLP/SC0208965	NEILOIR DOUGLAS DALLA LIBERA - ME.	13.383.966/0001-05	ABELARDO LUZ	SC	48610.006826/2011-91
GLP/SE0208966	NGL DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA ME	12.341.523/0001-80	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	SE	48610.006617/2011-48
GLP/SP0208967	PAULO CAMILO DE ASSIS - ME	13.569.287/0001-17	PARAGUACU PAULISTA	SP	48610.008951/2011-36
GLP/MS0208968	POSTO DE SERVIÇO IDEAL LTDA.	15.388.267/0001-75	MIRANDA	MS	48610.008947/2011-78
GLP/SP0208969	RENAN DOMINGOS FERREIRA DE CASTRO - ME.	10.963.252/0001-70	CAJURU	SP	48610.008593/2011-61
GLP/MG0208970	RENATO LUIZ DE SOUZA - ME	08.581.117/0001-18	CAMPOS ALTOS	MG	48610.008843/2011-63
GLP/CE0208971	R.F.MENDES VASCONCELOS ME	12.942.971/0001-30	SOBRAL	CE	48610.007373/2011-11
GLP/RO0208972	RODRIGUES & RODRIGUES LTDA	13.460.206/0001-46	NOVA UNIAO	RO	48610.008837/2011-14
GLP/SC0208973	SUPERMERCADO JACSON E KARLA LTDA. EPP.	03.777.135/0001-56	TREZE TILIAS	SC	48610.003640/2011-81
GLP/SC0208974	SUPERMERCADO MINIBOX FFRT LTDA EPP	07.256.016/0001-09	PINHEIRO PRETO	SC	48610.008957/2011-11
GLP/TO0208975	SUPERMERCADO SERVE LAR LTDA.	01.072.768/0001-33	FIGUEIROPOLIS	TO	48610.008959/2011-01
GLP/TO0208976	V I B OLIVEIRA BIHAIN	03.764.463/0001-18	COLMEIA	TO	48610.008931/2011-65
GLP/PR0208977	VIEIRA & TAVARES LTDA - ME.	12.346.596/0001-65	MARINGA	PR	48610.009008/2011-41

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 759 - O Superintendente de Abastecimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Portaria ANP nº 72, de 20 de maio de 1998, torna público as informações relativas à produção e aos volumes efetivamente adquiridos de solventes, suscetíveis de uso como combustíveis, referentes ao mês de Março de 2011:

Empresa Adquirente	Rafinado de Pirólise (1)	Rafinado de Reforma (2)	C9 Dihidrogenado	Solvente C9 (2)	Tolueno (3)	Xilenos (3)	Benzeno	Hexanos (4)	Solventes Alifáticos (5)	Aguarrás Mineral
AGECOM PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	15	1.198
ÁGUIA QUÍMICA LTDA.	-	-	-	-	104	-	-	-	-	45
AKZO NOBEL LTDA	-	-	-	45	312	120	752	-	-	295
ALEHER QUÍMICA DO BRASIL	-	-	-	-	-	-	-	-	580	-
AMAZONAS PRODUTOS PARA CALÇADOS LTDA	58	-	-	-	198	-	-	839	-	-
ANJO QUÍMICA DO BRASIL LTDA	-	64	-	80	444	25	-	-	-	-
AROMAT PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.	-	-	-	30	183	450	-	-	50	30
ARTECOLA INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA	-	58	-	-	30	5	-	54	-	-
ARUJÁ PETRÓLEO LTDA	-	-	-	-	-	-	-	-	44	-
ATLANTA QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.	-	-	-	-	243	-	-	-	-	-
BANDEIRANTE QUÍMICA LTDA.	-	497	-	231	1.089	454	-	169	400	1.550
BASF S.A	-	-	-	165	-	105	-	-	-	-
BAYER S.A	-	-	-	-	-	90	-	-	-	-
BRENNTAG QUÍMICA BRASIL LTDA	-	68	-	53	501	301	-	222	69	-
CARBONO QUÍMICA LTDA.	-	1.519	-	60	427	270	-	836	563	2.042
CBE - CIA BRASILEIRA DE ESTIRENO	-	-	-	-	-	-	2.110	6.585	-	-
COREMAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES MAIA LTDA.	-	394	-	30	205	240	-	-	-	344
DOVAC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	-	-	-	-	-	120	-	-	-	385
DOW BRASIL NORDESTE LTDA	-	-	-	-	2.400	-	-	-	-	-
DUPONT DO BRASIL S.A	-	45	-	60	173	343	788	-	-	-
ELEKEIROZ S.A	-	-	-	-	61	-	1.115	-	-	-
EUCATEX DISTRIBUIDORA DE SOLVENTES LTDA.	-	-	-	-	119	-	-	-	-	207
FARBEN S.A INDÚSTRIA QUÍMICA	-	-	-	60	616	74	-	-	-	-
FCC FORNECEDORA COMPONENTES QUIMICOS E COUROS LTDA	-	286	-	-	75	-	-	69	-	-
HOENKA COMERCIAL LTDA.	-	-	-	-	15	-	-	-	242	-
IGK KOBER INDÚSTRIA DE TINTAS LTDA	-	-	-	-	-	-	-	-	344	-
INDUSTRIA QUÍMICA UNA LTDA	-	64	-	-	67	-	-	-	-	-
IQ SOLUÇÕES & QUÍMICA S.A.	36	768	-	188	1.773	1.831	604	565	75	2.091
KILLING S.A TINTAS E ADESIVOS	35	36	-	15	146	116	-	351	-	-
MAKENI CHEMICALS COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.	-	-	-	-	44	30	44	-	-	-
NORCOLA INDÚSTRIAS LTDA	-	30	-	-	-	30	-	-	-	35
NUFARM INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S/A	-	-	-	-	-	89	-	-	-	-
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A	-	-	-	17	3.281	2.676	-	4.392	2.585	4.266
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A PETROBRAS	-	-	-	231	466	-	-	-	-	-
PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A PETROLUSA	-	15	-	15	-	30	-	-	-	44
PPG IND DO BRASIL TINTAS E VERNIZES LTDA	-	-	-	-	-	45	-	-	-	-
PRÓ QUÍMICA DO BRASIL LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	740	-
REFINARIA DE PETRÓLEO IPIRANGA S.A	-	489	-	-	-	-	-	-	-	-
REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A	-	3.159	-	-	-	-	-	-	4.182	1.020
REICHHOLD DO BRASIL LTDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30
RENNER HERMANN S/A	-	-	-	10	-	96	-	-	-	-
RENNER SAYERLACK S.A	-	-	-	-	45	209	416	-	-	-
SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL IND. E COM	-	-	-	135	16	867	-	-	-	-
TINTAS HIDRACOR S/A	-	-	-	-	18	-	-	-	-	118
TINTAS IQUINE LTDA	-	-	-	30	29	-	-	-	-	232
UNIVEN PETROQUÍMICA LTDA	-	294	-	1.247	-	-	-	-	-	774
VERQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS E PRODUTOS QUÍMICOS	-	-	-	-	179	-	-	564	59	-
EXPORTAÇÃO	-	-	-	-	122	184	18.153	-	-	-
VENDAS TOTAIS	128	7.786	-	2.702	13.381	8.799	23.982	14.646	9.948	14.706
PRODUÇÃO	-	16.127	6.266	6.624	19.055	10.123	87.475	7.055	23.221	14.130
VENDAS INTERNAS	128	7.786	-	2.702	13.259	8.615	5.829	14.646	9.948	14.706

(1) Inclui o solvente alifático leve produzido pela Braskem Unib RS;
(2) Inclui a corrente C_9 de pirólise comercializada pela Braskem Unib RS;
(3) Inclui a corrente C_7C_8 aromática comercializada pela Braskem Unib RS;
(4) Inclui o solvente C_6 comercializado pela Braskem Unib RS;
(5) Inclui solvente para borracha, diluente de tintas e solvente médio comercializado pela Petrobras.
Obs:
(i) Unidade: metro cúbico;
(ii) Fornecedores: Braskem , Quattor, Petrobras, REFAP, Refinaria Riograndense, Refinaria de Manguinhos, DaxOil e Univen.

Nº 760 - O Superintendente de Abastecimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Portaria ANP nº 72, de 20 de maio de 1998, torna público as informações relativas à produção e aos volumes efetivamente adquiridos de solventes, suscetíveis de uso como combustíveis, referentes ao mês de Abril de 2011:

Empresa Adquirente	Rafinado de Pirólise (1)	Rafinado de Reforma (2)	C9 Dihidrogenado	Solvente C9 (2)	Tolueno (3)	Xilenos (3)	Benzeno	Hexanos (4)	Solventes Alifáticos (5)	Aguarrás Mineral
AGECOM PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	658
ÁGUIA QUÍMICA LTDA.	-	-	-	-	104	-	-	-	-	44
AKZO NOBEL LTDA	-	-	-	240	59	600	-	-	-	286
ALEHER QUÍMICA DO BRASIL	-	-	-	-	-	-	-	-	536	-
AMAZONAS PRODUTOS PARA CALÇADOS LTDA	29	-	-	-	303	-	-	362	-	-
ANJO QUÍMICA DO BRASIL LTDA	-	34	-	116	419	55	-	-	-	-
AROMAT PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.	-	-	-	90	149	390	-	-	45	45
ARTECOLA INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA	-	45	-	-	45	6	-	54	-	-
ARUJÁ PETRÓLEO LTDA	-	-	-	-	-	-	-	-	131	-
ATLANTA QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.	-	-	-	-	272	-	-	-	-	-
BANDEIRANTE QUÍMICA LTDA.	-	273	-	155	709	489	-	199	390	1.293
BASF S.A	-	-	-	285	-	180	-	-	-	-
BAYER S.A	-	-	-	-	-	45	-	-	-	-
BRASKEM S.A	-	-	-	-	715	-	-	-	-	-
BRENNTAG QUÍMICA BRASIL LTDA	-	47	-	104	331	212	-	103	214	-
CARBONO QUÍMICA LTDA.	-	705	-	30	390	232	-	312	135	1.062
CBE - CIA BRASILEIRA DE ESTIRENO	-	-	-	-	-	-	3.970	-	-	-
COREMAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES MAIA LTDA.	-	377	-	30	173	360	-	-	-	205
DOVAC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	-	-	-	-	-	105	-	-	-	230
DOW BRASIL NORDESTE LTDA	-	-	-	-	2.658	-	-	-	-	-
DUPONT DO BRASIL S.A	-	91	-	356	-	1.112	-	-	-	-
ELEKEIROZ S.A	-	-	-	-	64	-	214	-	-	-
EUCATEX DISTRIBUIDORA DE SOLVENTES LTDA.	-	-	-	-	60	-	-	-	-	179
FARBEN S.A INDÚSTRIA QUÍMICA	-	-	-	60	677	179	-	-	-	-
FCC FORNECEDORA COMPONENTES QUIMICOS E COUROS LTDA	-	263	-	-	86	-	-	69	-	-
HOENKA COMERCIAL LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	312	-
IGK KOBER INDÚSTRIA DE TINTAS LTDA	-	-	-	-	-	-	-	-	526	-
INDUSTRIA QUÍMICA UNA LTDA	-	100	-	-	100	-	-	-	-	-
IQ SOLUÇÕES & QUÍMICA S.A.	64	816	-	1.109	2.241	964	-	767	1.996	1.637
KILLING S.A TINTAS E ADESIVOS	34	51	-	30	102	125	-	271	-	-
MADEPAR LAMINADOS S/A	-	30	-	-	59	-	-	-	-	-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MAKENI CHEMICALS COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.	-	-	-	30	15	44	-	-	-	-
NUFARM INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S/A	-	-	-	-	-	89	-	-	-	-
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A	-	-	-	75	3.325	2.800	-	4.222	2.847	3.856
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A PETROBRAS	-	-	-	231	-	-	-	-	-	-
PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A PETROLUSA	-	-	-	8	63	48	-	-	8	18
PPG IND DO BRASIL TINTAS E VERNIZES LTDA	-	-	-	-	-	45	-	-	-	-
PRÓ QUÍMICA DO BRASIL LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	660	-
REFINARIA DE PETRÓLEO IPIRANGA S.A	-	298	-	-	-	-	-	-	-	-
REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A	-	578	-	-	-	-	-	-	861	255
REICHHOLD DO BRASIL LTDA	-	-	-	23	-	-	-	-	-	-
RENNER HERMANN S/A	-	-	-	9	-	104	-	-	-	-
RENNER SAYERLACK S.A	-	-	-	45	209	235	-	-	-	-
SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL IND. E COM	-	-	-	150	15	792	-	-	-	103
TINTAS HIDRACOR S/A	-	-	-	-	30	-	-	-	-	88
TINTAS IQUINE LTDA	-	-	-	30	99	-	-	-	-	318
QUATTOR PARTICIPAÇÕES	-	-	-	-	-	-	20.761	-	-	-
UNIVEN PETROQUÍMICA LTDA	-	381	-	2.148	-	-	-	-	-	45
VERQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS E PRODUTOS QUÍMICOS	-	-	-	-	173	-	-	575	55	-
EXPORTAÇÃO	-	-	-	-	878	184	23.073	-	-	-
VENDAS TOTAIS	127	4.088	-	5.353	14.520	9.395	48.018	6.934	8.716	10.322
PRODUÇÃO	14.460	37.962	3.263	6.813	29.998	11.198	86.914	6.527	21.031	19.128
VENDAS INTERNAS	127	4.088	-	5.353	13.643	9.211	24.945	6.934	8.716	10.322

(1) Inclui o solvente alifático leve produzido pela Braskem Unib RS;
(2) Inclui a corrente C_9 de pirólise comercializada pela Braskem Unib RS;
(3) Inclui a corrente C_7C_8 aromática comercializada pela Braskem Unib RS;
(4) Inclui o solvente C_6 comercializado pela Braskem Unib RS;
(5) Inclui solvente para borracha, diluente de tintas e solvente médio comercializado pela Petrobras.
Obs:
(i) Unidade: metro cúbico;
(ii) Fornecedores: Braskem , Quattor, Petrobras, REFAP, Refinaria Riograndense, Refinaria de Manguinhos, DaxOil e Univen.

Nº 761 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:
I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e
II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/SC0208868	AUTO POSTO FRANKOFF LTDA.	03.752.396/0001-11	UNIAO DO OESTE	SC	48610.008561/2011-66
GLP/SC0208869	AUTO POSTO PINOTTI LTDA	00.577.709/0001-54	BRUSQUE	SC	48610.006836/2011-27
GLP/MG0208870	BENJAMIN PEREIRA DA SILVA VAREJISTA - ME	18.784.165/0001-67	NINHEIRA	MG	48610.008612/2011-50
GLP/PR0208871	C G DOS SANTOS - GAS	12.102.191/0001-81	MARINGA	PR	48610.008868/2011-67
GLP/AC0208872	C SILVA SOUZA	12.356.311/0001-77	RIO BRANCO	AC	48610.008582/2011-81
GLP/MG0208873	CARLOS AFONSO CAIXETA	02.150.641/0001-58	UNAI	MG	48610.008572/2011-46
GLP/BA0208874	CARLOS BORGES DA SILVA FILHO & CIA LTDA	13.481.150/0001-06	LAJEDAO	BA	48610.008535/2011-38
GLP/MG0208875	CELSO RAIMUNDO DE FARIA	25.492.356/0001-10	OLIMPIO NORONHA	MG	48610.008989/2011-17
GLP/ES0208876	CEREAIS CAPIXABA LTDA	27.984.301/0001-53	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	ES	48610.008578/2011-13
GLP/SP0208877	CLEBER ROSA DA SILVA ONDA VERDE - ME	02.979.891/0001-03	ONDA VERDE	SP	48610.008858/2011-21
GLP/MG0208878	CLEONICE DOS SANTOS JURANDIR ME	13.329.415/0001-55	ESMERALDAS	MG	48610.008855/2011-98
GLP/SC0208879	COMERCIAL VOLTOLINIL LTDA. ME.	02.076.089/0001-03	PRESIDENTE NEREU	SC	48610.008012/2011-91
GLP/SC0208880	COMERCIO E TRASPORTE MARSCHALL LTDA ME	04.050.840/0001-10	SAO CARLOS	SC	48610.008602/2011-14
GLP/PR0208881	COMPANHIA DO GAS LTDA	13.685.683/0001-00	CURITIBA	PR	48610.008982/2011-97
GLP/SC0208882	DANIEL D AGOSTINI ME	75.327.858/0001-64	ERVAL VELHO	SC	48610.008586/2011-60
GLP/RS0208883	DENISE MORAES DA COSTA ME	13.171.036/0001-80	TAVARES	RS	48610.008544/2011-29
GLP/MG0208884	DISTRIBUIDORA DE GAS E AGUA FERREIRA E SANTIAGO LTDA - ME	13.235.479/0001-97	ARAUJOS	MG	48610.008530/2011-13
GLP/PB0208885	DJALMA COSTA DE ARAUJO	11.426.253/0001-48	BOA VISTA	PB	48610.008625/2011-29
GLP/MT0208886	E. J. RAMOS DE SOUZA ME	13.462.724/0001-07	FIGUEIROPOLIS D'OESTE	MT	48610.008621/2011-41
GLP/RN0208887	E V DE LIMA	04.132.626/0001-02	SAO PAULO DO POTENGI	RN	48610.008542/2011-30
GLP/ES0208888	EDER ALBINO SANTOS DA SILVA - ME	10.385.146/0001-56	VITORIA	ES	48610.008622/2011-95
GLP/AM0208889	EDSON DA SILVA CARNEIRO - ME	06.225.552/0002-65	BOCA DO ACRE	AM	48610.008580/2011-92
GLP/MS0208890	ELAINE MARIA DA CONCEIÇAO DE MARIZ - ME	13.136.375/0001-25	CAMPO GRANDE	MS	48610.008867/2011-12
GLP/RN0208891	ELNATAN F. DE S. CAMPOS COMBUSTIVEIS	10.639.479/0001-64	MACAIBA	RN	48610.008847/2011-41
GLP/SC0208892	ELTON JOSE HEINEN ME.	07.555.137/0001-51	SAO CARLOS	SC	48610.008545/2011-73
GLP/RS0208893	EVERTON PELIZZONI	04.058.184/0001-00	TAPEJARA	RS	48610.008985/2011-21
GLP/SP0208894	FABIANA GENI MOURA GÁS ME	09.246.953/0001-09	BARUERI	SP	48610.005275/2011-49
GLP/PA0208895	FRANCIRLEI C . DA SILVA COMÉRCIO - ME	13.265.743/0001-35	PARAUAPEBAS	PA	48610.008841/2011-74
GLP/PA0208896	GABI DO GÁS COMERCIAL LTDA - ME	13.376.001/0001-87	XINGUARA	PA	48610.008860/2011-09
GLP/RO0208897	GASIL DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	00.838.843/0001-61	JI-PARANA	RO	48610.002254/2011-71
GLP/ES0208898	GHISOLFI COMERCIAL LTDA ME	00.853.514/0001-90	FUNDAO	ES	48610.008611/2011-13
GLP/MT0208899	GONÇALVES SILVA & SILVA LTDA - ME	09.178.289/0001-08	VARZEA GRANDE	MT	48610.008585/2011-15
GLP/PA0208900	G.P. MARQUES COMÉRCIO ME	08.250.576/0005-42	SANTAREM	PA	48610.006317/2011-69
GLP/ES0208901	JAÇARAIPE GAS LTDA - ME	11.555.432/0001-85	SERRA	ES	48610.008577/2011-79
GLP/SC0208902	JAIME JOSÉ MARQUES - MINIMERCADO ME	04.306.004/0001-53	SAO DOMINGOS	SC	48610.007277/2011-72
GLP/RS0208903	JOÃO ANILDO DE OLIVEIRA	12.202.751/0001-70	AMETISTA DO SUL	RS	48610.006337/2011-30
GLP/PB0208904	JOÃO PAULO AURELIANO MARTINS	13.300.288/0001-61	AREIAL	PB	48610.008596/2011-03
GLP/TO0208905	JULIANA MOREIRA GOMES	12.928.151/0001-93	BOM JESUS DO TOCANTINS	TO	48610.008990/2011-33
GLP/MS0208906	KITAGUTI & FILHO LTDA-ME	00.780.726/0001-94	VICENTINA	MS	48610.008850/2011-65
GLP/SP0208907	KY COMERCIO DE GAS LTDA - ME	10.265.620/0001-06	JACAREI	SP	48610.008609/2011-36
GLP/PR0208908	M. L. GONCALVES CUNHA - GAS	05.668.141/0001-09	CAMBE	PR	48610.008856/2011-32
GLP/SP0208909	MAGNO CINTRA E CIA LTDA ME	13.383.387/0001-54	CAIUA	SP	48610.008981/2011-42
GLP/SP0208910	MARCILENE DE JESUS LIMA - ME	13.420.438/0001-70	EMBU	SP	48610.008531/2011-50
GLP/PR0208911	MÁRCIO LUIS GIACOMINI - MANO GÁS	07.044.268/0001-74	SAUDADE DO IGUACU	PR	48610.003336/2005-95
GLP/SC0208912	MARISA CIESLINSKI	02.986.949/0001-38	SANTA TEREZINHA	SC	48610.008846/2011-05
GLP/MA0208913	MENDES E ARAUJO LTDA	13.096.715/0001-31	BARRA DO CORDA	MA	48610.005813/2011-03
GLP/MG0208914	MERCEARIA DA MARGARIDA LTDA - ME	71.389.811/0002-55	CACHOEIRA DA PRATA	MG	48610.008552/2011-75
GLP/MG0208915	MINARE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	08.507.404/0001-88	ITURAMA	MG	48610.008529/2011-81
GLP/RN0208916	M.S.SILVA - COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS	12.034.584/0001-03	EXTREMOZ	RN	48610.008603/2011-69
GLP/SC0208917	NACIONAL COMERCIO DE GAS LTDA.	09.122.695/0001-59	ABELARDO LUZ	SC	48610.008624/2011-84
GLP/AM0208918	NAIVON FARIAS FERREIRA - ME	11.344.340/0001-56	MANAUS	AM	48610.008579/2011-68
GLP/SP0208919	NALINI E FALCON UBATUBA LTDA - ME	13.634.523/0001-31	UBATUBA	SP	48610.008614/2011-49
GLP/PR0208920	ORLANDO MUSSI FARAH & CIA LTDA - ME.	00.776.228/0001-78	UNIAO DA VITORIA	PR	48610.008595/2011-51
GLP/PA0208921	PINHEIRO E SODRE LTDA.	11.489.508/0001-11	ANANINDEUA	PA	48610.018194/2010-28
GLP/BA0208922	PINTO LIMA COMERCIO DE GAS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA ME	13.387.359/0001-05	ALAGOINHAS	BA	48610.008984/2011-86
GLP/BA0208923	PLANETA GÁS ABRANTES LTDA ME	02.816.108/0001-82	CAMACARI	BA	48610.006012/2011-57
GLP/MA0208924	R MENDES CARVALHO	12.645.928/0001-02	SAO JOSE DE RIBAMAR	MA	48610.008597/2011-40
GLP/MS0208925	RAQUEL LEIVA DO PRADO OLIVEIRA ME	02.941.492/0001-45	CAMPO GRANDE	MS	48610.008849/2011-31
GLP/RJ0208926	REMANESCENTE GAS E COMERCIO LTDA	11.493.106/0001-90	SAO GONCALO	RJ	48610.008598/2011-94
GLP/MG0208927	SONIA REGINA DE OLIVEIRA MAIA 93121261649	13.333.384/0001-06	MONTES CLAROS	MG	48610.008594/2011-14
GLP/MG0208928	SUPERMERCADO PAES DIAS LTDA	03.528.078/0001-71	IPANEMA	MG	48610.008983/2011-31
GLP/MG0208929	SUPERMERCADO SUPERMILLA DE ABADIA DOS DOURADOS LTDA. EPP.	10.664.285/0001-19	ABADIA DOS DOURADOS	MG	48610.008551/2011-21

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GLP/GO0208930	TATTU DO GAS LTDA.	12.475.676/0001-10	CIDADE OCIDENTAL	GO	48610.008562/2011-19
GLP/RO0208931	VERONICA FABIANA DA SILVA ROCHA ME	13.019.686/0001-04	CHUPINGUAIA	RO	48610.008581/2011-37
GLP/MG0208932	VIRGILIO ALVINO ANDRADE CAMPOS ME	23.957.434/0001-80	FERROS	MG	48610.008848/2011-96
GLP/SC0208933	WANDERLEI ROSA DE SOUZA ALEMÃO ME	11.394.948/0001-95	PONTE ALTA	SC	48610.007837/2011-99

Nº 762 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/RS0094582	ARGOSERVICE IMPORT. EXPORT. E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA	03.306.839/0016-27	PORTO ALEGRE	RS	48610.005403/2011-54
PR/MG0091126	ATUAL COMBUSTIVEIS LTDA	86.449.907/0002-39	ITAIPE	MG	48610.000938/2011-39
PR/SC0097842	AUTO POSTO ANDRIONI LTDA.	13.291.437/0001-73	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	SC	48610.008480/2011-66
PR/AL0097886	AUTO POSTO BALSAMO LTDA.	13.564.704/0001-39	ARAPIRACA	AL	48610.008485/2011-99
PR/RS0095864	AUTO POSTO CERUTTI LTDA	13.393.413/0001-25	CARAZINHO	RS	48610.006507/2011-86
PR/PE0097884	AUTO POSTO COMBUSTIVEIS MI LTDA.	13.597.112/0001-13	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	PE	48610.008503/2011-32
PR/PR0097803	AUTO POSTO DIAS LTDA.	13.493.138/0001-11	RONDON	PR	48610.008497/2011-13
PR/PA0097904	AUTO POSTO DINIZ LTDA.	13.333.269/0001-31	GARRAFAO DO NORTE	PA	48610.008505/2011-21
PR/AL0096443	AUTO POSTO FOLHA MIUDA LTDA.	13.478.481/0001-97	CRAIBAS	AL	48610.007203/2011-36
PR/PA0096782	AUTO POSTO FOLHA 23 LTDA	13.608.538/0001-25	MARABA	PA	48610.007533/2011-21
PR/SP0093822	AUTO POSTO MIRO LTDA.	13.256.834/0001-04	SAO PAULO	SP	48610.004708/2011-49
PR/PR0096048	AUTO POSTO TOLEDO LTDA	07.853.800/0001-02	TOLEDO	PR	48610.007184/2011-48
PR/SP0097902	AUTO POSTO 4X4 LTDA.	11.959.506/0001-49	MARILIA	SP	48610.008477/2011-42
PR/AM0095124	CLAUDIO CORREA DA SILVA - ME	12.326.761/0001-17	FONTE BOA	AM	48610.006058/2011-76
PR/RS0097903	COMÉRCIO DE COMBSTÍVEIS EREBANGO LTDA.	13.019.446/0001-00	EREBANGO	RS	48610.008471/2011-75
PR/RS0095125	COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS CARLOS BARBOSA LTDA	12.132.610/0001-28	CARLOS BARBOSA	RS	48610.006087/2011-38
PR/RO0096163	COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO RIO CANDEIAS LTDA. - EPP.	09.505.706/0001-80	CANDEIAS DO JAMARI	RO	48610.007500/2011-81
PR/RS0097885	DITRENTO POSTOS E LOGÍSTICA LTDA.	07.473.735/0048-45	GRAVATAI	RS	48610.008487/2011-88
PR/RS0097883	EVOLUTTO AUTO POSTO LTDA.	08.221.690/0001-10	IJUI	RS	48610.008504/2011-87
PR/RN0097888	GS COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA.	13.064.901/0001-99	CAICO	RN	48610.008489/2011-77
PR/BA0096965	JANA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	13.540.131/0001-03	CONCEICAO DA FEIRA	BA	48610.007935/2011-26
PR/TO0096524	JOSE LAZARO RODRIGUES DOS REIS	08.021.493/0001-58	LAGOA DO TOCANTINS	TO	48610.007169/2011-08
PR/MA0095622	LUIZ COELHO FILHO & CIA LTDA.	10.524.638/0001-85	RIACHAO	MA	48610.006521/2011-80
PR/CE0085244	MARAL PETROLEO LTDA.	04.350.334/0001-46	FORTALEZA	CE	48610.010611/2010-94
PR/RS0096444	POSTO AUTOMOVEL CLUBE BRASILEIRO LTDA.	13.393.730/0001-41	LAGOA VERMELHA	RS	48610.007196/2011-72
PR/GO0094025	POSTO DE COMBUSTIVEIS ASES LTDA ME	12.163.494/0001-04	DOVERLANDIA	GO	48610.004543/2011-13
PR/SP0095062	POSTO DE SERVIÇOS MARIA BONITA LTDA.	12.710.001/0001-09	GUARULHOS	SP	48610.006079/2011-91
PR/SP0093725	POSTO HARO LTDA	09.209.212/0001-58	SOROCABA	SP	48610.004530/2011-36
PR/CE0093982	POSTO SIM LTDA.	04.369.988/0005-45	CAUCAIA	CE	48610.004687/2011-61
PR/RS0096448	PRISCILA GOMEZ DE CASTRO	12.741.438/0001-00	TRIUNFO	RS	48610.007260/2011-15
PR/SP0090162	R & A CANEO AUTO POSTO LTDA.	12.131.112/0001-60	CEDRAL	SP	48610.018716/2010-91
PR/MG0097843	SANTA CLARA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	13.599.566/0001-23	ARAGUARI	MG	48610.008494/2011-80
PR/RS0097882	SCHEEREN COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.	10.315.477/0002-09	TEUTONIA	RS	48610.008468/2011-51
PR/PR0097887	STANG & STANG LTDA.	08.033.253/0003-35	DOIS VIZINHOS	PR	48610.008496/2011-79
PR/PA0098042	TNT COMERCIO DE GAS LTDA.	09.241.869/0001-00	BELEM	PA	48610.008469/2011-04
PR/PA0096047	VAZ, OLIVEIRA & CRUZ LTDA	10.505.190/0001-52	BENEVIDES	PA	48610.007183/2011-01
PR/SC0098002	VDF COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	13.241.662/0001-03	CACADOR	SC	48610.008502/2011-98

Nº 763 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a revogação das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
001/GLP/SP0002314	COMERCIAL DE GÁS OESTE LTDA.	68.420.454/0002-36	SAO PAULO	SP	48620.000230/2004-31
001/GLP/RS0010287	DANIEL MORAES DA COSTA	04.713.193/0001-89	TAVARES	RS	48610.005943/2006-71
001/GLP/DF0012483	E R DOS SANTOS ME	08.241.247/0001-01	BRASILIA	DF	48610.003192/2007-39
001/GLP/MG0002908	JOAO ANANIAS MACHADO	18.627.992/0001-47	CONCEICAO DA APARECIDA	MG	48610.011086/2004-86
001/GLP/MG0005833	SANRENY COMERCIAL LTDA ME	64.243.926/0002-71	BAMBUI	MG	48610.009637/2005-22
001/GLP/MS0016886	V. G. A. TEIXEIRA - ME.	08.332.685/0001-85	DOURADOS	MS	48610.010315/2007-98
001/GLP/SP0010080	WESLEY CESAR FERREIRA DE CASTRO - ME	67.101.972/0001-43	CAJURU	SP	48610.012165/2006-76

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 304, DE 1º DE JULHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 9 de setembro de 2004, com base na Portaria ANP n.º 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.014033/2009-21, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Petrobras Transportes S.A. - TRANSPETRO, CNPJ: 02.709.449/0049-01, autorizada a operar o Oleoduto denominado 8"-PX-4708-011-Ca entre o Terminal de Suape e a Petroquímicasuape e os tanques denominados TQ-631303, TQ-631304, TQ-631307, TQ-631309 e TQ-631310 (antigo TQ-636106), conforme características descritas a seguir, para o armazenamento e movimentação de produtos derivados de petróleo classes I a III, biodiesel, misturas óleo diesel/biodiesel e etanol combustível, no seu Terminal, situado no Município de Suape, Estado de Pernambuco.

- Características do Oleoduto entre o Terminal de Suape e a Petroquímicasuape:

Extensão aproximada: 6 km

Diâmetro nominal: 8 pol

Casse de pressão: 300 #

Material utilizado: API 5L Gr B

- Características do Tanque TQ-631309:

Tipo: Cilíndrico Vertical de Teto Fixo com Selo Interno Flutuante

Capacidade Nominal: 24.157 m³

Altura Nominal: 14,64 m

Diâmetro nominal: 45,83 m

- Características dos Tanques TQ-631303 e TQ-631304:

Tipo: Cilíndrico Vertical de Teto Fixo com Selo Interno Flutuante

Capacidade Nominal: 12.715 m³

Altura Nominal: 14,63 m

Diâmetro nominal: 33,468 m

- Características do Tanque TQ-631307:

Tipo: Cilíndrico Vertical de Teto Fixo com Selo Interno Flutuante

Capacidade Nominal: 2.240 m³

Altura Nominal: 12,284 m

Diâmetro nominal: 15,268 m

- Características do Tanque TQ-631310 (antigo TQ-636106):

Tipo: Cilíndrico Vertical de Teto Fixo com Selo Interno Flutuante

Capacidade Nominal: 1.180 m³

Altura Nominal: 11,440 m

Diâmetro nominal: 11,460 m

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º Esta Autorização é válida até 24 de março de 2012 conforme validade constante da Licença de Operação nº 03.11.03.002577-3, emitida pela Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH do estado de Pernambuco, em 25 de março de 2011.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 26/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9521/2011-858.094/2010-ZAMAPÁ MINERAÇÃO S.A.

9522/2011-858.002/2011-MINERACAO SERRA DA CANGA LTDA

9523/2011-858.012/2011-EGESA ENGENHARIA S.A.

9524/2011-858.024/2011-AMAPÁ METALS CORPORATION LTDA

9525/2011-858.025/2011-LEIMAR PEREIRA GOMES

9526/2011-858.031/2011-HERNANDES COSTA BATISTA

9527/2011-858.032/2011-HERNANDES COSTA BATISTA

9528/2011-858.034/2011-DABEL DISTRIBUIDORA AMAPAENSE DE PRODUTOS LTDA

9529/2011-858.046/2011-GRAN AMAPÁ DO BRASIL IMP. E EXP. LTDA

9530/2011-858.055/2011-P G MINERACAO E PARTICIPACOES LTDA

9531/2011-858.056/2011-P G MINERACAO E PARTICIPACOES LTDA

9532/2011-858.057/2011-P G MINERACAO E PARTICIPACOES LTDA

9533/2011-858.058/2011-P G MINERACAO E PARTICIPACOES LTDA

9534/2011-858.066/2011-AMAZON GLOBAL CONSULT LTDA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9535/2011-858.075/2011-P G MINERACAO E PARTICIPACOES LTDA
9536/2011-858.076/2011-P G MINERACAO E PARTICIPACOES LTDA
9537/2011-858.077/2011-PAULO SANDRO PAULA DA SILVA

RELAÇÃO Nº 26/2011 - RR

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
9569/2011-884.056/2011-MINERADORA SANTO EXPEDITO LTDA

RELAÇÃO Nº 30/2011 - BA

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
9338/2011-870.900/2011-CS3 MÁRMORES E GRANITOS LTDA
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
9339/2011-870.094/2009-XILOLITE S/A
9340/2011-870.186/2011-WOLVS X MINERAÇÃO LTDA
9341/2011-870.497/2011-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA
9342/2011-870.498/2011-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA
9343/2011-870.505/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
9344/2011-870.506/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
9345/2011-870.508/2011-WORLD MINERAL RESOURCES PARTICIPAÇÕES S.A
9346/2011-870.509/2011-WORLD MINERAL RESOURCES PARTICIPAÇÕES S.A
9347/2011-870.541/2011-NICOLAU RESSTEL
9348/2011-870.545/2011-EDILSON RIBEIRO DA CRUZ
9349/2011-870.647/2011-PROGEMMA MINÉRIOS LTDA ME
9350/2011-870.652/2011-WALLASSE GUEDES CORREIA
9351/2011-870.653/2011-WALLASSE GUEDES CORREIA
9352/2011-870.654/2011-WALLASSE GUEDES CORREIA
9353/2011-870.656/2011-WALLASSE GUEDES CORREIA
9354/2011-870.657/2011-WALLASSE GUEDES CORREIA
9355/2011-870.660/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
9356/2011-870.661/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
9357/2011-870.665/2011-CERÂMICA TRIUNFO LTDA
9358/2011-870.666/2011-CERÂMICA TRIUNFO LTDA
9359/2011-870.667/2011-CERÂMICA TRIUNFO LTDA
9360/2011-870.668/2011-CERÂMICA TRIUNFO LTDA
9361/2011-870.669/2011-CERÂMICA TRIUNFO LTDA
9362/2011-870.693/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
9363/2011-870.694/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
9364/2011-870.695/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
9365/2011-870.696/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
9366/2011-870.697/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
9367/2011-870.708/2011-MINERAÇÃO VALE DO ARAGAUAIA LTDA.
9368/2011-870.715/2011-EDILSON RIBEIRO DA CRUZ
9369/2011-870.716/2011-EDILSON RIBEIRO DA CRUZ
9370/2011-870.717/2011-EDILSON RIBEIRO DA CRUZ
9371/2011-870.729/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
9372/2011-870.730/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
9373/2011-870.731/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
9374/2011-870.760/2011-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA
9375/2011-870.761/2011-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA
9376/2011-870.764/2011-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA
9377/2011-870.788/2011-ISRAEL DANIEL DE OLIVEIRA
9378/2011-870.794/2011-PANGEIA MINERAÇÃO LTDA
9379/2011-870.796/2011-PANGEIA MINERAÇÃO LTDA
9380/2011-870.804/2011-HEMYLY MINERAÇÃO LTDA
9381/2011-870.807/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
9382/2011-870.808/2011-JORGE LUIZ ALVES MOURA
9383/2011-870.813/2011-HELMO BAGDÁ GAMA
9384/2011-870.834/2011-JOSÉ MARIA SANTOS QUEIROZ
9385/2011-870.865/2011-G 4 ESMERALDA
9386/2011-870.866/2011-G 4 ESMERALDA
9387/2011-870.867/2011-G 4 ESMERALDA
9388/2011-870.868/2011-G 4 ESMERALDA
9389/2011-870.869/2011-G 4 ESMERALDA
9390/2011-870.873/2011-G 4 ESMERALDA
9391/2011-870.874/2011-G 4 ESMERALDA
9392/2011-870.876/2011-G 4 ESMERALDA
9393/2011-870.878/2011-PANGEIA MINERAÇÃO LTDA
9394/2011-870.879/2011-PANGEIA MINERAÇÃO LTDA
9395/2011-870.880/2011-PANGEIA MINERAÇÃO LTDA
9396/2011-870.881/2011-PANGEIA MINERAÇÃO LTDA

RELAÇÃO Nº 32/2011 - BA

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
9397/2011-873.835/2008-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
9398/2011-870.648/2011-WALLASSE GUEDES CORREIA
9399/2011-870.649/2011-WALLASSE GUEDES CORREIA
9400/2011-870.650/2011-WALLASSE GUEDES CORREIA
9401/2011-870.655/2011-WALLASSE GUEDES CORREIA
9402/2011-870.691/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
9403/2011-870.692/2011-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
9404/2011-870.725/2011-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
9405/2011-870.792/2011-PANGEIA MINERAÇÃO LTDA
9406/2011-870.793/2011-PANGEIA MINERAÇÃO LTDA
9407/2011-870.870/2011-G 4 ESMERALDA
9408/2011-870.871/2011-G 4 ESMERALDA
9409/2011-870.875/2011-G 4 ESMERALDA
9410/2011-870.877/2011-PANGEIA MINERAÇÃO LTDA
9411/2011-870.901/2011-3D GRANITOS LTDA ME
9412/2011-870.905/2011-MINERPORTO MINERADORA PORTO NACIONAL LTDA
9413/2011-870.909/2011-MINERPORTO MINERADORA PORTO NACIONAL LTDA
9414/2011-870.910/2011-MINERPORTO MINERADORA PORTO NACIONAL LTDA
9415/2011-870.911/2011-MINERPORTO MINERADORA PORTO NACIONAL LTDA
9416/2011-870.912/2011-MINERPORTO MINERADORA PORTO NACIONAL LTDA
9417/2011-870.913/2011-MINERPORTO MINERADORA PORTO NACIONAL LTDA
9418/2011-870.914/2011-MINERPORTO MINERADORA PORTO NACIONAL LTDA
9419/2011-870.915/2011-MINERPORTO MINERADORA PORTO NACIONAL LTDA
9420/2011-870.916/2011-MSA MINERAÇÃO LTDA
9421/2011-870.919/2011-3D GRANITOS LTDA ME
9422/2011-870.920/2011-MINERADORA UBAX LTDA
9423/2011-870.922/2011-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA
9424/2011-870.923/2011-ARMINDO OLÍMPIO DE SOUZA JÚNIOR
9425/2011-870.926/2011-HEMATITE PARTICIPAÇÕES LTDA
9426/2011-870.927/2011-HEMATITE PARTICIPAÇÕES LTDA
9427/2011-870.930/2011-MINERADORA MINERVA LTDA.
9428/2011-870.931/2011-CERÂMICA CONFIANÇA LTDA
9429/2011-870.935/2011-ANSYSE CYNARA TEIXEIRA LADEIA
9430/2011-870.940/2011-VALE S A
9431/2011-870.941/2011-VALE S A
9432/2011-870.942/2011-VALE S A
9433/2011-870.953/2011-EMPRESA BRASILEIRA DO QUARTZO LTDA.
9434/2011-870.957/2011-JOÃO CLAUDIO DE LIMA
9435/2011-870.958/2011-JOÃO CLAUDIO DE LIMA
9436/2011-870.978/2011-AGRÍCOLA ESTIRPE LTDA.
9437/2011-870.995/2011-MINERAÇÃO SALINAS LTDA-ME
9438/2011-870.996/2011-MINERAÇÃO SALINAS LTDA-ME
9439/2011-870.997/2011-MINERAÇÃO SALINAS LTDA-ME
9440/2011-871.003/2011-MINERAÇÃO SALINAS LTDA-ME
9441/2011-871.004/2011-MINERAÇÃO SALINAS LTDA-ME
9442/2011-871.006/2011-ELÁDIO ANTÔNIO NUNES SANTANA
9443/2011-871.009/2011-ALLAN DELON SA ALVES
9444/2011-871.010/2011-ALLAN DELON SA ALVES
9445/2011-871.011/2011-ALLAN DELON SA ALVES
9446/2011-871.013/2011-ALLAN DELON SA ALVES
9447/2011-871.019/2011-GUSTAVO EDUARDO PINHEIRO LIMA
9448/2011-871.031/2011-NELSON DE OLIVEIRA SOBRINHO
9449/2011-871.052/2011-G 4 ESMERALDA
9450/2011-871.053/2011-G 4 ESMERALDA
9451/2011-871.067/2011-GARROTE MINING PESQUISA MINERAL LTDA SPE
9452/2011-871.070/2011-GARROTE MINING PESQUISA MINERAL LTDA SPE
9453/2011-871.074/2011-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.
9454/2011-871.075/2011-FERNANDO ALVARES DA SILVA
9455/2011-871.079/2011-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA
9456/2011-871.083/2011-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA

RELAÇÃO Nº 32/2011 - PI

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
9544/2011-803.055/2011-MANOEL RIBEIRO DE CARVALHO
9545/2011-803.115/2011-MARLON MARTINS CÔRTES
9546/2011-803.116/2011-MARLON MARTINS CÔRTES
9547/2011-803.129/2011-ESTACIONAMENTO CINCO ESTRELAS LTDA ME
9548/2011-803.131/2011-DANUSA MARIA CORDEIRO TAJRA
9549/2011-803.134/2011-INDÚSTRIA DE CERÂMICAS SANTA LUZIA LTDA
9550/2011-803.152/2011-EDUARDO PAULO CRONEMBERGER
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
9551/2011-803.039/2011-EDILSON RIBEIRO DA CRUZ
9552/2011-803.051/2011-PAHYOL INDUSTRIA COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA
9553/2011-803.056/2011-EJOVEL VEICULOS E SERVIÇOS LTDA
9554/2011-803.066/2011-G B M TRANSPORTES E COMERCIO LTDA
9555/2011-803.067/2011-EMILIANO MADRID DOS SANTOS
9556/2011-803.068/2011-EMILIANO MADRID DOS SANTOS
9557/2011-803.071/2011-MT4 PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S A
9558/2011-803.149/2011-MINERADORA CAMPEVI LTDA EPP
9559/2011-803.150/2011-MINERADORA CAMPEVI LTDA EPP
9560/2011-803.153/2011-CORISCO GEOLOGIA E CONSULTORIA LTDA
9561/2011-803.154/2011-CORISCO GEOLOGIA E CONSULTORIA LTDA
9562/2011-803.159/2011-GARROTE MINING PESQUISA MINERAL LTDA SPE
9563/2011-803.160/2011-GARROTE MINING PESQUISA MINERAL LTDA SPE
9564/2011-803.161/2011-GARROTE MINING PESQUISA MINERAL LTDA SPE
9565/2011-803.173/2011-MARIA DE LOURDES GALVÃO GUILHEM

RELAÇÃO Nº 35/2011 - RS

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
9067/2011-810.416/2009-ARO MINERAÇÃO LTDA
9068/2011-810.241/2010-VIVIANE TEIXEIRA FATTURI
9069/2011-810.288/2010-ESCAVAÇÕES VIAMÃO LTDA
9070/2011-810.492/2010-CISNE PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES IMOBILIARIAS LTDA.
9071/2011-810.802/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
9072/2011-810.890/2010-MINERAÇÃO FLORENSE LTDA
9073/2011-811.103/2010-MÁRCIA DAL MOLIN
9074/2011-810.001/2011-NINA`S EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA
9075/2011-810.132/2011-ROGER ALAN TEODORO
9076/2011-810.205/2011-J. RENATO RAUBER & CIA LTDA EPP
9077/2011-810.206/2011-J. RENATO RAUBER & CIA LTDA EPP
9078/2011-810.207/2011-J. RENATO RAUBER & CIA LTDA EPP
9079/2011-810.208/2011-J. RENATO RAUBER & CIA LTDA EPP
9080/2011-810.222/2011-TIMM GERENCIAMENTO CONSULTORIA E CONSTRUÇÕES LTDA
9081/2011-810.306/2011-JOSÉ CARLOS M. DE QUADROS & CIA. LTDA.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9082/2011-810.351/2011-TERRAPLENAGEM SALVADOR LTDA
9083/2011-810.352/2011-TIMM GERENCIAMENTO CONSULTORIA E CONSTRUÇÕES LTDA
9084/2011-810.353/2011-TIMM GERENCIAMENTO CONSULTORIA E CONSTRUÇÕES LTDA
9085/2011-810.354/2011-TIMM GERENCIAMENTO CONSULTORIA E CONSTRUÇÕES LTDA
9086/2011-810.355/2011-TIMM GERENCIAMENTO CONSULTORIA E CONSTRUÇÕES LTDA
9087/2011-810.356/2011-TIMM GERENCIAMENTO CONSULTORIA E CONSTRUÇÕES LTDA
9088/2011-810.357/2011-TIMM GERENCIAMENTO CONSULTORIA E CONSTRUÇÕES LTDA
9089/2011-810.362/2011-TIMM GERENCIAMENTO CONSULTORIA E CONSTRUÇÕES LTDA
9090/2011-810.435/2011-CONCRESUL BRITAGEM LTDA
9091/2011-810.456/2011-CONPASUL CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA
9092/2011-810.474/2011-BRASFALTO PAVIMENTAÇÃO LTDA
9093/2011-810.475/2011-SBS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
9094/2011-810.476/2011-SBS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
9095/2011-810.477/2011-SBS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
9096/2011-810.479/2011-GREPOL ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA
9097/2011-810.482/2011-ANDRÉ CASSIO AZEVEDO DA LUZ
9098/2011-810.490/2011-MEGAFER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
9099/2011-810.497/2011-MAC ENGENHARIA LTDA
9100/2011-810.498/2011-MAC ENGENHARIA LTDA
9101/2011-810.499/2011-MAC ENGENHARIA LTDA
9102/2011-810.500/2011-MAC ENGENHARIA LTDA
9103/2011-810.505/2011-MARIO JOSE BIRNFELD DO CANTO
9104/2011-810.508/2011-GUILHERME TWEEDIE MÜLLER
9105/2011-810.521/2011-LUIS OSCAR FIORAVANTE FERNANDES

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9106/2011-810.276/1988-CALCARIO ANDREAZZA LTDA
9107/2011-810.323/2002-INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS CAÇAPAVA LTDA
9108/2011-810.104/2003-BELLA GRES INDUSTRIA DE CERAMICA LTDA
9109/2011-810.697/2006-INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS CAÇAPAVA LTDA
9110/2011-810.757/2006-INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS CAÇAPAVA LTDA
9111/2011-810.758/2006-INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS CAÇAPAVA LTDA
9112/2011-810.763/2006-INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS CAÇAPAVA LTDA
9113/2011-810.536/2007-INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS CAÇAPAVA LTDA
9114/2011-810.985/2007-INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS CAÇAPAVA LTDA
9115/2011-810.283/2011-ICCILA INDÚSTRIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES IBAGÉ LTDA
9116/2011-810.285/2011-ICCILA INDÚSTRIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES IBAGÉ LTDA
9117/2011-810.523/2011-EBRAX ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO DO BRASIL LTDA

RELAÇÃO Nº 60/2011 - SE

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9538/2011-878.020/2011-CERÂMICA SERGIPE S.A.

RELAÇÃO Nº 73/2011 - SC

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9484/2011-815.271/2011-KLABIN SA

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9485/2011-815.256/2011-MINERAÇÃO RIO DO MOURA LTDA
9486/2011-815.259/2011-MINERTRANS MINERAÇÃO, ENERGIA, TRANSPORTE E SANEAMENTO LTDA.
9487/2011-815.263/2011-WEEK GEO MINERAÇÃO LTDA
9488/2011-815.264/2011-JONAS HORT
9489/2011-815.266/2011-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA
9490/2011-815.270/2011-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.
9491/2011-815.272/2011-PRISCILA SELL

RELAÇÃO Nº 80/2011 - MS

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9566/2011-868.261/2010-FABRÍCIO ARANHA
9567/2011-868.029/2011-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA - EPP
9568/2011-868.042/2011-ADRIANO CORRÊA MAGALHÃES DE SOUZA

RELAÇÃO Nº 117/2011 - RN

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9520/2011-848.386/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A

RELAÇÃO Nº 120/2011 - PR

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9492/2011-826.499/2005-ITAVEL SERVIÇOS RODOVIÁRIOS LTDA
9493/2011-826.774/2010-LUIZ FRANCISCO GUIL
9494/2011-826.036/2011-GENESIO MARTINS BRANDAO
9495/2011-826.252/2011-EMPO EMPRESA CURITIBANA DE SANEAMENTO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.
9496/2011-826.264/2011-FERNANDO ZANCANARO EMPRESARIO INDIVIDUAL
9497/2011-826.265/2011-FERNANDO ZANCANARO EMPRESARIO INDIVIDUAL
9498/2011-826.266/2011-FERNANDO ZANCANARO EMPRESARIO INDIVIDUAL
9499/2011-826.267/2011-CONSTRUMAQ LTDA
9500/2011-826.268/2011-CONSTRUTORA DE OBRAS VILAGES LTDA
9501/2011-826.269/2011-SIEGFRID MODES
9502/2011-826.276/2011-EKOSOLOS INDÚSTRIA REMINERALIZADORA DE SOLOS LTDA.
9503/2011-826.277/2011-LUIZ EDUARDO GRECA
9504/2011-826.279/2011-CONSTRUMAQ LTDA
9505/2011-826.360/2011-INCOBLOCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BLOCOS ESTRUTURAIS LTDA
9506/2011-826.361/2011-INCOBLOCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BLOCOS ESTRUTURAIS LTDA

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9507/2011-826.629/2008-REDRAM CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
9508/2011-826.319/2010-JOÃO TADEU NAGALLI
9509/2011-826.034/2011-LUIZ CARLOS PAWELAK
9510/2011-826.166/2011-EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA
9511/2011-826.170/2011-JOÃO CAETANO COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA.
9512/2011-826.226/2011-AREAL BOZZA LTDA
9513/2011-826.228/2011-AREAL BOZZA LTDA
9514/2011-826.288/2011-KOELPE LTDA
9515/2011-826.289/2011-KOELPE LTDA
9516/2011-826.312/2011-J.C.A. COM. QUARTZITO LTDA ME
9517/2011-826.314/2011-ANTONIO FELIPE DOS SANTOS
9518/2011-826.329/2011-MARILEI DORO NEGOZZEKI
9519/2011-826.357/2011-ROSALI DE OLIVEIRA

RELAÇÃO Nº 123/2011 - RJ

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9457/2011-890.006/2010-AREAL DO FUTURO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME
9458/2011-890.142/2011-EXTRATORA DE AREIAS COEXA LTDA
9459/2011-890.281/2011-CERAMICA COLONIAL LTDA
9460/2011-890.296/2011-ROBERTO ALVES BARROSO
9461/2011-890.358/2011-MINERADORA NOROESTE FLUMINENSE LTDA
9462/2011-890.360/2011-TERRAMAC PAVIMENTAÇÃO LTDA EPP
9463/2011-890.361/2011-GRANITOS APIACÁ LTDA.
9464/2011-890.363/2011-AREAL REMANESCENTE LTDA ME
9465/2011-890.364/2011-ERNESTO CARLOS BLANC-ME
9466/2011-890.381/2011-DIOGO ANDRADE FRANÇA
9467/2011-890.408/2011-ABEL MACEDO BARAUNA NETO
9468/2011-890.410/2011-PAULO SERGIO PINTO PESSANHA CERÂMICA
9469/2011-890.411/2011-T. M. S. RANGEL CERÂMICA
9470/2011-890.413/2011-LASTRA MINERAÇÃO LTDA
9471/2011-890.415/2011-THIAGO DE SÁ CARVALHO
9472/2011-890.418/2011-LARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA.
9473/2011-890.424/2011-AREAL BOM PASTOR LTDA
9474/2011-890.425/2011-LUSMACIR PERES MOÇO FERREIRA
9475/2011-890.426/2011-ALEXANDER MARIA FABIO GUAGNI DEI MARCOVALDI

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9476/2011-890.351/2011-RODRIGO DO ROSARIO GAMA
9477/2011-890.352/2011-MARCELO AUGUSTO BASTOS RIBEIRO GOMES
9478/2011-890.359/2011-AREAL EXTRASOL LTDA.
9479/2011-890.362/2011-MINERADORA SANTO EXPEDITO LTDA
9480/2011-890.383/2011-JOSÉ MARIA DE CASTRO PINTO
9481/2011-890.399/2011-JOÃO PANAYOTIS DAMATIS
9482/2011-890.406/2011-FÁBIO JOSÉ PINHEIRO DA SILVA
9483/2011-890.427/2011-VALDAIR BASILIO DOS SANTOS

RELAÇÃO Nº 147/2011 - ES

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9539/2011-896.141/2008-JOÃO EUGENIO COSTA MENEGHELLI
9540/2011-896.161/2008-NAPOLITANO MINERAÇÃO LTDA
9541/2011-896.674/2009-DARCY RIBEIRO DE OLIVEIRA

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9542/2011-896.373/2010-NOVELIS DO BRASIL LTDA
9543/2011-896.408/2010-ROBERTO SARDENBERG PINHEIRO

RELAÇÃO Nº 202/2011 - PA

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9292/2011-850.493/2010-FREDERICO ROCHA PEREIRA

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9293/2011-850.276/2005-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.
9294/2011-850.881/2006-BRAZMIN LTDA
9295/2011-850.883/2006-BRAZMIN LTDA
9296/2011-850.405/2007-JERRY ANTÔNIO NOGUEIRA DE JESUS
9297/2011-850.229/2009-DENIZE SANTOS DA SILVA
9298/2011-850.419/2009-PÉROLLA MELO BENOLIEL
9299/2011-850.616/2010-NIPPON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CERÂMICA LTDA
9300/2011-850.777/2010-FLOREST VALE AGROINDUSTRIAL IMP & EXP LTDA EPP
9301/2011-850.932/2010-IZIDIO GONÇALVES NETO
9302/2011-850.007/2011-CLEONICE DE OLIVEIRA DANIN
9303/2011-850.068/2011-MINERAÇÃO IRAJA S A.
9304/2011-850.069/2011-MINERAÇÃO IRAJA S A.
9305/2011-850.125/2011-AGROPALMA S A
9306/2011-850.126/2011-AGROPALMA S A
9307/2011-850.127/2011-AGROPALMA S A
9308/2011-850.318/2011-GESSO INTEGRAL - EXPLORAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE GIPSITA GRAJAÚ LTDA

RELAÇÃO Nº 234/2011 - GO

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9309/2011-861.649/2010-DIVITEX PERICUMÃ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.
9310/2011-860.599/2011-RAIO DO SOL MINERAÇÃO LTDA ME
9311/2011-860.705/2011-EUDIVALTER ALVES DE MORAIS
9312/2011-860.828/2011-RICARDO RIBEIRO CAMELO
9313/2011-860.895/2011-JOSÉ LEOMAR E IRACIMAR LTDA
9314/2011-860.915/2011-PAVOTEC PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA
9315/2011-860.917/2011-TITANIO GOIÁS MINERAÇÃO IND. E COM. LTDA
9316/2011-860.947/2011-CERÂMICA SOLAR LTDA
9317/2011-860.987/2011-ERNANE DE MELO
9318/2011-860.997/2011-JOSÉ LEOMAR E IRACIMAR LTDA

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9319/2011-861.583/2009-LEONCIO CARLOS MEDEIROS
9320/2011-860.162/2010-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.
9321/2011-860.670/2010-EDIFICA PARTICIPAÇÕES LTDA
9322/2011-861.593/2010-MARIA BORGES VIEIRA
9323/2011-860.039/2011-GERSON MARTINS DA COSTA JUNIOR
9324/2011-860.048/2011-ELOISA CAMARGO
9325/2011-860.084/2011-CLEISIANE COSTA FERNANDES
9326/2011-860.125/2011-SODALITA MINERAÇÕES LTDA.
9327/2011-860.546/2011-MONTE DE DEUS MINERACAO COMERCIO E EXPLORACAO DE MINERIOS LTDA
9328/2011-860.586/2011-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.
9329/2011-860.587/2011-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.
9330/2011-860.703/2011-MARCOS ALCOFORADO MARANHÃO SÁ
9331/2011-860.732/2011-DOUGLAS ALENCAR GUIMARÃES
9332/2011-860.741/2011-V & A. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E CASCALHO LTDA
9333/2011-860.747/2011-ALVARO BARBOSA DA SILVA
9334/2011-860.799/2011-AFONSO CELSO IANHEZ
9335/2011-860.801/2011-UNAMINA EMPREENDIMENTOS GERAIS LTDA
9336/2011-860.802/2011-UNAMINA EMPREENDIMENTOS GERAIS LTDA
9337/2011-860.806/2011-MINERAÇÃO DE CALCÁRIO MONTIVIDIU LTDA.

RELAÇÃO Nº 400/2011 - MG

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9118/2011-830.173/2011-MARCOS ANDRÉ MOULAZ
9119/2011-830.183/2011-ADEMIR GALÃO
9120/2011-830.187/2011-ELCIO ARANTES SOARES
9121/2011-830.201/2011-MINERAÇÃO SAFIRA LTDA
9122/2011-830.202/2011-MINERAÇÃO SAFIRA LTDA
9123/2011-830.245/2011-ROSANGELA APARECIDA TEIXEIRA & CIA LTDA
9124/2011-830.247/2011-CONSTRUTORA BARBOSA MELLO S.A.
9125/2011-830.250/2011-TRACOMAL NORTE GRANITOS LTDA
9126/2011-830.257/2011-ANGRABLOCKS - ANGRAMAR BLOCOS LTDA
9127/2011-830.258/2011-ANGRABLOCKS - ANGRAMAR BLOCOS LTDA
9128/2011-830.264/2011-MINERAÇÃO JUPARANÁ LTDA.
9129/2011-830.283/2011-ELIANA APARECIDA ROSA DE NAZARÉ MEIRELES
9130/2011-830.296/2011-TRA MINERAÇÃO LTDA
9131/2011-830.303/2011-STONER MINERAÇÃO LTDA.
9132/2011-830.330/2011-ALDO BORGES BRASIL
9133/2011-830.332/2011-NENEN TRATORES LTDA
9134/2011-830.337/2011-PREMIER GEMS LTDA
9135/2011-830.338/2011-PREMIER GEMS LTDA
9136/2011-830.443/2011-MOACIR ALVES DE QUEIROZ
9137/2011-830.446/2011-RENATO MOSCOSO CANTO PESSOA
9138/2011-830.528/2011-PAULO RICARDO FAGUNDES
9139/2011-830.530/2011-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA
9140/2011-830.533/2011-INDÚSTRIA DE CAL SN LTDA.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9141/2011-830.006/2011-CATALAO INDUSTRIA E COMERCIO DE AREIA LTDA ME
9142/2011-830.012/2011-MARGON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP
9143/2011-830.341/2011-GERALDO MACHADO
9144/2011-830.342/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9145/2011-830.344/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9146/2011-830.345/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9147/2011-830.346/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9148/2011-830.347/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9149/2011-830.348/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9150/2011-830.349/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9151/2011-830.350/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9152/2011-830.351/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9153/2011-830.352/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9154/2011-830.353/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9155/2011-830.354/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9156/2011-830.355/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9157/2011-830.382/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9158/2011-830.383/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9159/2011-830.384/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9160/2011-830.385/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9161/2011-830.386/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9162/2011-830.387/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9163/2011-830.388/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9164/2011-830.389/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9165/2011-830.390/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9166/2011-830.391/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9167/2011-830.442/2011-RAUL TARCISIO DINIZ PEREIRA
9168/2011-830.444/2011-MOACIR ALVES DE QUEIROZ
9169/2011-830.496/2011-JV MINÉRIOS LTDA ME
9170/2011-830.529/2011-MINERAÇÃO SKALADA LTDA
9171/2011-830.531/2011-ADÃO LIMA DE LANA
9172/2011-830.804/2011-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA
9173/2011-830.805/2011-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA
9174/2011-830.806/2011-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA
9175/2011-830.807/2011-ITAFÓS MINERAÇÃO LTDA

RELAÇÃO Nº 403/2011 - MG

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

9176/2011-830.622/2000-BRAZMINCO LTDA
9177/2011-831.701/2006-SIDNEY DOMINICE PADILHA
9178/2011-832.668/2010-CALCINAÇÃO DIAMANTE LTDA
9179/2011-833.614/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
9180/2011-830.203/2011-MINERAÇÃO SAFIRA LTDA
9181/2011-830.204/2011-ULISSES GOMES BARROSO
9182/2011-830.239/2011-AMAGRAN IMP. EXP. LTDA
9183/2011-830.248/2011-AC AGROPECUÁRIA LTDA
9184/2011-830.252/2011-ITA PARTICIPAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA
9185/2011-830.255/2011-MINERAÇÃO AMANDA AREIAS LTDA ME
9186/2011-830.274/2011-OTACÍLIO DA CUNHA PEREIRA
9187/2011-830.276/2011-CALCÁRIO TRIÂNGULO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
9188/2011-830.277/2011-GONÇALVES INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA.
9189/2011-830.284/2011-CARLOS EDUARDO ORSINI NUNES DE LIMA
9190/2011-830.297/2011-TECMILL TRANSPORTADORA, TECNOLOGIA EM MOAGEM INDUSTRIAL LTDA. EPP
9191/2011-830.298/2011-FRANCISCO VIEIRA SIMÕES
9192/2011-830.314/2011-INTERNATIONAL CORP COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.
9193/2011-830.316/2011-INTERNATIONAL CORP COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.
9194/2011-830.321/2011-HEMATITE PARTICIPAÇÕES LTDA
9195/2011-830.322/2011-HEMATITE PARTICIPAÇÕES LTDA
9196/2011-830.323/2011-HEMATITE PARTICIPAÇÕES LTDA
9197/2011-830.326/2011-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.
9198/2011-830.328/2011-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.
9199/2011-830.329/2011-MIRABELA MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.
9200/2011-830.331/2011-MINASFEM MINERIOS LTDA
9201/2011-830.343/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9202/2011-830.359/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9203/2011-830.360/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9204/2011-830.361/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9205/2011-830.362/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9206/2011-830.363/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9207/2011-830.378/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9208/2011-830.379/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9209/2011-830.380/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9210/2011-830.381/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9211/2011-830.401/2011-BRASIL MINERAL LTDA
9212/2011-830.409/2011-EDUARDO RUME JUNIOR
9213/2011-830.417/2011-COMÉRCIO DE AREIA ANDRADE DIAS LTDA M.E.
9214/2011-830.419/2011-CLITO LEITE DA SILVA FILHO
9215/2011-830.422/2011-DILCEU DIAS DA ROCHA
9216/2011-830.432/2011-LAB CON CONSULTORIA SERVIÇOS LTDA
9217/2011-830.433/2011-INTERFÁCIL MINERAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA
9218/2011-830.452/2011-ROGERIO VIEIRA DINIZ
9219/2011-830.457/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
9220/2011-830.459/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
9221/2011-830.460/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
9222/2011-830.461/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
9223/2011-830.463/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
9224/2011-830.464/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
9225/2011-830.495/2011-JV MINÉRIOS LTDA ME
9226/2011-830.540/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
9227/2011-830.541/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
9228/2011-830.542/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
9229/2011-830.543/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
9230/2011-830.544/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
9231/2011-830.546/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
9232/2011-830.547/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
9233/2011-830.548/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
9234/2011-830.549/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA

RELAÇÃO Nº 405/2011 - MG

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

9235/2011-830.114/2011-SEBASTIÃO PEDRO DE OLIVEIRA
9236/2011-830.116/2011-STONE GOLD CHOCOLATE ESTRAÇÃO DE GRANITO LTDA
9237/2011-830.210/2011-MINERAÇÃO PANCIERI LTDA
9238/2011-830.220/2011-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA - ME.
9239/2011-830.221/2011-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA - ME.
9240/2011-830.227/2011-JEOVÁ FERNANDES
9241/2011-830.236/2011-TRACOMAL NORTE GRANITOS LTDA
9242/2011-830.295/2011-TRA MINERAÇÃO LTDA
9243/2011-830.394/2011-JOSÉ EDUARDO DE ARAÚJO
9244/2011-830.413/2011-EDSON ANGELO ALVES DE OLIVEIRA
9245/2011-830.414/2011-TIAGO RASSILAN
9246/2011-830.421/2011-PRIVILÉGIO EXTRAÇÃO DE AREIA E COMÉRCIO LTDA
9247/2011-830.423/2011-MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9248/2011-830.465/2011-MINERALIUM ENGENHARIA MINERAL, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE
9249/2011-830.468/2011-TRACOMAL NORTE GRANITOS LTDA
9250/2011-830.471/2011-KARINE COELHO JACOMELLI
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
9251/2011-833.382/2007-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
9252/2011-833.339/2010-WESLEY SILVA GOMES
9253/2011-833.627/2010-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S A.
9254/2011-830.073/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
9255/2011-830.076/2011-NORT GRAN MINERAÇÃO LTDA
9256/2011-830.160/2011-SÉRGIO RODRIGO ARAÚJO DE ANDRADE
9257/2011-830.161/2011-SÉRGIO RODRIGO ARAÚJO DE ANDRADE
9258/2011-830.163/2011-SÉRGIO RODRIGO ARAÚJO DE ANDRADE
9259/2011-830.164/2011-SÉRGIO RODRIGO ARAÚJO DE ANDRADE
9260/2011-830.165/2011-SÉRGIO RODRIGO ARAÚJO DE ANDRADE
9261/2011-830.166/2011-SÉRGIO RODRIGO ARAÚJO DE ANDRADE
9262/2011-830.167/2011-SÉRGIO RODRIGO ARAÚJO DE ANDRADE
9263/2011-830.168/2011-SÉRGIO RODRIGO ARAÚJO DE ANDRADE
9264/2011-830.169/2011-SÉRGIO RODRIGO ARAÚJO DE ANDRADE
9265/2011-830.172/2011-RL AGROPECUÁRIA LTDA.
9266/2011-830.174/2011-MARDEN ANTONIO MAGALHAES
9267/2011-830.175/2011-MARDEN ANTONIO MAGALHAES
9268/2011-830.179/2011-OTACÍLIO DA CUNHA PEREIRA
9269/2011-830.182/2011-ADEMIR GALÃO
9270/2011-830.190/2011-AREIAS DO DINHO
9271/2011-830.195/2011-JOÃO DOS ANJOS PUNGIRUM
9272/2011-830.217/2011-MENDES & PERUTZ MINERAÇÃO LTDA ME
9273/2011-830.260/2011-MINERAÇÃO SALINAS LTDA-ME
9274/2011-830.364/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9275/2011-830.365/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9276/2011-830.366/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9277/2011-830.367/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9278/2011-830.368/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9279/2011-830.369/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9280/2011-830.370/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9281/2011-830.371/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9282/2011-830.372/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9283/2011-830.373/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9284/2011-830.374/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9285/2011-830.375/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9286/2011-830.376/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9287/2011-830.377/2011-CALMIT MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA
9288/2011-830.398/2011-MARCEL PIMENTA GARRIDO
9289/2011-830.447/2011-SÉRGIO HEITOR DA SILVA
9290/2011-830.466/2011-MINERALIUM ENGENHARIA MINERAL, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE
9291/2011-830.467/2011-MINERALIUM ENGENHARIA MINERAL, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 47/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Antonio Augusto Gurgel do Amaral - 880295/09
m. c. Sonda Mineração, Construção e Sondagens Ltda M.e - 880041/07
Osmar Alves de Matos - 880271/10
Paulo José Santana - 880302/08
Valdumiro Borges de Oliveira - 880047/09
Vitorino Rodrigues Leão - 880079/10

FERNANDO LOPES BURGOS

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 144/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
a. h. s. Indústria e Comércio Ltda-me - 896289/04 - Not.291/2011 - R$ 208,89
Ademar Moreira de Almeida - 896155/03 - Not.194/2011 - R$ 191,09
Águas Minerais Brasileiras Ltda - Amb - 896049/04 - Not.255/2011 - R$ 221,82
Albuquerque Mineração LTDA. - M.E. - 896166/01 - Not.309/2011 - R$ 203,21, 890430/93 - Not.311/2011 - R$ 216,44
Allex Gomes Nunes - 896573/03 - Not.271/2011 - R$ 222,49
Almir Zavarize - 896454/04 - Not.200/2011 - R$ 191,09
Andrade S.A. Mármores e Granitos - 896339/03 - Not.269/2011 - R$ 222,49
Antônio Carlos do Rosário Cintra - 890521/94 - Not.204/2011 - R$ 191,09
Antônio Luiz Matos Medici - 896400/03 - Not.270/2011 - R$ 208,89
Antonio Oliosi - 896331/03 - Not.267/2011 - R$ 222,49
Aristeu Targa Delmaschio - 896425/99 - Not.310/2011 - R$ 216,44
Barragran LTDA. - 896658/02 - Not.219/2011 - R$ 192,63, 896659/02 - Not.220/2011 - R$ 192,63, 896661/02 - Not.221/2011 - R$ 192,63, 896662/02 - Not.222/2011 - R$ 192,63
Bento Barcelos - 896064/04 - Not.283/2011 - R$ 208,89
Carlos Aguido Dos Passos -M.E. - 896008/04 - Not.307/2011 - R$ 216,44, 896425/04 - Not.199/2011 - R$ 191,09
Carlos David Antunes Netto - 896290/02 - Not.228/2011 - R$ 192,63
Carlos Sérgio Zamborlini - 896577/03 - Not.272/2011 - R$ 208,89
Celestino Pinto - 896515/02 - Not.232/2011 - R$ 192,63
Cremildo Badke - 896693/03 - Not.234/2011 - R$ 212,41, 896295/01 - Not.186/2011 - R$ 191,09, 896054/03 - Not.191/2011 - R$ 191,09
Crenelli Mineração Ltda - 896673/03 - Not.235/2011 - R$ 212,41, 896453/03 - Not.287/2011 - R$ 222,49
Dandreia Agropastoril Ltda - 896309/05 - Not.296/2011 - R$ 222,49
Duarte de Vargas Ferreira - 896424/03 - Not.273/2011 - R$ 208,89, 896425/03 - Not.274/2011 - R$ 208,89, 896427/03 - Not.276/2011 - R$ 208,89, 896428/03 - Not.279/2011 - R$ 208,89
Edvaldo Favarato Filho - 896623/04 - Not.294/2011 - R$ 208,89
Elias Grola - 896212/00 - Not.187/2011 - R$ 191,09
Elizio Carlos Cupertino - 896023/03 - Not.189/2011 - R$ 191,09
Empresa de Mineração Barrinha Ltda . - ME. - 896285/02 - Not.227/2011 - R$ 192,63
Fernando da Silva Santanna - 896664/02 - Not.223/2011 - R$ 192,63
Francisco de Paula Durão Costa - 896292/02 - Not.229/2011 - R$ 192,63
g. f. Pontes Material de Construção - me - 896620/04 - Not.298/2011 - R$ 216,44
Gerusa Demoner Curto - 896166/06 - Not.203/2011 - R$ 191,09
Granitos Montanha Ltda - 896246/03 - Not.265/2011 - R$ 222,49
Granitos Venturini LTDA. - 896625/04 - Not.295/2011 - R$ 208,89
Granvieri Granitos Vieira Ltda - 896619/01 - Not.182/2011 - R$ 191,09
Guilherme Herzog - 896044/02 - Not.205/2011 - R$ 191,09
Italo Nicoli Calegario - 896718/03 - Not.306/2011 - R$ 216,44
Jandir Fraga - 896610/02 - Not.216/2011 - R$ 192,63
jm Granitos Ltda -ME. - 896491/03 - Not.289/2011 - R$ 222,49, 896492/03 - Not.281/2011 - R$ 222,49
João Carlos Leite - 896377/01 - Not.185/2011 - R$ 191,09
João da Silva Stohel - 896440/03 - Not.280/2011 - R$ 208,89
José Andre Ramos Monteiro - 896501/04 - Not.293/2011 - R$ 222,49
José Carlos Acerbi - 896364/04 - Not.292/2011 - R$ 208,89
José Carlos Marques Vieira - 896728/02 - Not.226/2011 - R$ 192,63
José Fernandes Zuccon - 896439/05 - Not.261/2011 - R$ 208,26
José Isac de Oliveira - 896136/03 - Not.193/2011 - R$ 191,09, 896248/03 - Not.195/2011 - R$ 191,09
Jose Luiz de Souza - 896387/02 - Not.230/2011 - R$ 192,63
José Mário Ferreira Pinto - 896263/05 - Not.202/2011 - R$ 191,09
Luiz Carlos Frizzera - 896117/04 - Not.286/2011 - R$ 208,89
Luiz Henrique Toniato - 896352/99 - Not.188/2011 - R$ 191,09
Madreperola Rochas Ornamentais do Brasil Ltda - 896572/03 - Not.284/2011 - R$ 222,49
Manfrine Delfino Amaro - 896558/01 - Not.183/2011 - R$ 191,09
Marcelo Marelli Mofati - 896066/04 - Not.285/2011 - R$ 222,49
Maria Agna Ribeiro Dias - 896137/04 - Not.288/2011 - R$ 208,89
Maria do Carmo Sorio-me - 896045/03 - Not.190/2011 - R$ 191,09
Maria Luiza Gobbi Merlo - 896351/04 - Not.300/2011 - R$ 216,44
Marly Amaral Queiroz - 896614/03 - Not.198/2011 - R$ 191,09
Mauro Mauricio Fidencio - 896249/04 - Not.290/2011 - R$ 208,89
Migma Mineração e Geologia e Meio Ambiente Ltda - 896021/05 - Not.201/2011 - R$ 191,09
Miguel Domingos Costalonga - 896250/02 - Not.210/2011 - R$ 191,09
Mineração Espiríto Santo LTDA. Epp - 896432/02 - Not.233/2011 - R$ 192,63
Mineração Irmãos Castelari LTDA. - 896266/02 - Not.211/2011 - R$ 191,09
Mineração Minete Ltda - 896657/02 - Not.218/2011 - R$ 192,63
Mineração Nordeste LTDA. - 896697/03 - Not.277/2011 - R$ 222,49, 896696/03 - Not.278/2011 - R$ 222,49
Mineração Santa Luzia Ltda - me - 896673/02 - Not.224/2011 - R$ 192,63
Mineradora Golden Stone Ltda - 896183/99 - Not.260/2011 - R$ 208,26, 896556/02 - Not.297/2011 - R$ 216,44
Paulo Rogério Fernandes Machado da Silva - 896177/98 - Not.312/2011 - R$ 203,21
Pedra Contente Mineração Ltda-me - 896115/02 - Not.262/2011 - R$ 208,89
Pedra Nobre do Brasil LTDA. - 896652/02 - Not.217/2011 - R$ 192,63
Ravenagran Ltda me - 896279/03 - Not.196/2011 - R$ 191,09
Reynaldo Dos Santos Guerra - 896096/03 - Not.192/2011 - R$ 191,09
Robinson Scaramussa - 896196/02 - Not.209/2011 - R$ 191,09
Samuel de Oliveira Soares - 896437/03 - Not.197/2011 - R$ 191,09
Sebastião Lugon Fraga - 896419/03 - Not.308/2011 - R$ 216,44
Sociedade Imobiliária Hércules Ltda - 896128/04 - Not.301/2011 - R$ 203,21
Talento Reciclagem Industrial de Materiais Ltda - 896229/03 - Not.263/2011 - R$ 222,49
Teresinha Motta da Costa - 896184/02 - Not.208/2011 - R$ 191,09
Terranorte Locações e Terraplanagem Ltda - me - 896179/02 - Not.207/2011 - R$ 191,09
Thiago Nunes de Souza - 896232/03 - Not.264/2011 - R$ 222,49
Unirochas Mineração e Comércio Ltda me - 896358/04 - Not.266/2011 - R$ 222,49, 896359/04 - Not.268/2011 - R$ 222,49, 896356/04 - Not.299/2011 - R$ 216,44
Valdeci Dansi - 896420/02 - Not.231/2011 - R$ 192,63
Valdeci Tirello Dos Santos - 896475/03 - Not.275/2011 - R$ 222,49
Valdevino Holz - 896578/02 - Not.212/2011 - R$ 192,63, 896591/02 - Not.214/2011 - R$ 192,63
Vera Lúcia Benimcá Borges - 896557/01 - Not.184/2011 - R$ 191,09
Waldir Araujo Pereira - 896506/03 - Not.282/2011 - R$ 222,49
Walmyr Barroso Medice - 896032/04 - Not.302/2011 - R$ 216,44, 896031/04 - Not.303/2011 - R$ 216,44, 896030/04 - Not.304/2011 - R$ 216,44, 896029/04 - Not.305/2011 - R$ 216,44
Walter Luiz Basso - 896173/02 - Not.206/2011 - R$ 191,09
Wilderlan Nascimento Mattoso - 896694/02 - Not.225/2011 - R$ 192,63

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 225/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Acs Calebe c. MAT. c. PROD. ANT. Vegetal - 860645/97 - Not.744/2011 - R$ 93,37
Anibal Francisco Correia - 860707/98 - Not.747/2011 - R$ 3.576,86
Antonio Belmiro Souto - 860816/98 - Not.749/2011 - R$ 3.326,48
Clay Mendes - 860795/98 - Not.748/2011 - R$ 6.420,93
Extração de Areia Laginha Ltda - 860689/98 - Not.746/2011 - R$ 4.719,70
Israel Amorim de Sousa - 861364/09 - Not.731/2011 - R$ 5.117,32
Magno Eustaquio Machado - 861346/09 - Not.733/2011 - R$ 4.624,60, 861554/09 - Not.735/2011 - R$ 1.211,55

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RELAÇÃO Nº 226/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Acs Calebe c. MAT. c. PROD. ANT. Vegetal - 860645/97 - Not.745/2011 - R$ 4.040,65
ad Bras Mineradora Ltda - 862255/08 - Not.737/2011 - R$ 257,37
Antonio Itabaiana de Moura - 860342/05 - Not.757/2011 - R$ 128,46
Diamantino Dos Santos Neto - 860477/05 - Not.761/2011 - R$ 252,02
Direção Importações e Exportações Ltda - 860654/05 - Not.766/2011 - R$ 252,02, 860655/05 - Not.767/2011 - R$ 252,02
Israel Amorim de Sousa - 861364/09 - Not.732/2011 - R$ 2.573,59, 861024/09 - Not.740/2011 - R$ 252,02, 861364/09 - Not.742/2011 - R$ 257,37
Magno Eustaquio Machado - 861554/09 - Not.743/2011 - R$ 252,02, 861346/09 - Not.741/2011 - R$ 252,02, 861346/09 - Not.734/2011 - R$ 2.573,59, 861554/09 - Not.736/2011 - R$ 2.573,59
Marco Antônio Alcanfor Rosa - 860455/05 - Not.760/2011 - R$ 237,27
Maria de Lourdes de Souza Oliveira - 860341/05 - Not.756/2011 - R$ 253,73, 860362/05 - Not.758/2011 - R$ 253,73
Maria Lúcia Dias de Queiroz - 860909/08 - Not.751/2011 - R$ 120,34
Mineração Maracá Industria e Comercio sa - 860197/05 - Not.762/2011 - R$ 260,67, 860199/05 - Not.763/2011 - R$ 260,67, 860201/05 - Not.764/2011 - R$ 260,67, 860203/05 - Not.765/2011 - R$ 260,67
Nivaldo Jaime Peixoto - 860379/05 - Not.759/2011 - R$ 252,02
Roberto Ribeiro Pereira - 860183/05 - Not.752/2011 - R$ 252,02
Saviour Construtora e Incorporadora e Mineração LTDA. - 862259/08 - Not.738/2011 - R$ 213,08, 862866/08 - Not.739/2011 - R$ 213,08
Tarcal Transportes e Material de Construção Ltda - 860310/05 - Not.754/2011 - R$ 253,73, 860310/05 - Not.755/2011 - R$ 2.501,30
wm - Areias Vale do Araguaia Ltda - me - 860285/05 - Not.753/2011 - R$ 222,77

RELAÇÃO Nº 235/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Arcunha Empreendimentos Imobiliários Ltda - 861676/05 - A.I. 1583/10
Carlito Lourenço da Silva - 860190/03 - A.I. 952/08
Delio Nunes de Jesus - 861266/10 - A.I. 956/11
Minerago - Mineração Goiás Ltda - 860079/04 - A.I. 995/09
Ultrafertil s a - 860708/07 - A.I. 935/11
Votorantim Cimentos Brasil s a - 862104/07 - A.I. 997/11, 862105/07 - A.I. 998/11, 862106/07 - A.I. 999/11, 862107/07 - A.I. 1000/11, 862108/07 - A.I. 1001/11, 861725/07 - A.I. 23/11, 861729/07 - A.I. 32/11

RELAÇÃO Nº 236/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Arcunha Empreendimentos Imobiliários Ltda - 861676/05
Carlito Lourenço da Silva - 860190/03
Delio Nunes de Jesus - 861266/10
Minerago - Mineração Goiás Ltda - 860079/04
Ultrafertil s a - 860708/07
Votorantim Cimentos Brasil s a - 862104/07, 862105/07, 862106/07, 862107/07, 862108/07, 861725/07, 861729/07

RELAÇÃO Nº 237/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
Gregório Vassilive Ferreira - 860224/08, 861104/08, 861105/08

RELAÇÃO Nº 238/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Anibal Francisco Correia - 860706/98 - Not.768/2011 - R$ 2.780,27
Cintia Sucher Vendramini - 861180/00 - Not.776/2011 - R$ 4.202,74
Clésio Antonio Venâncio - 860114/01 - Not.780/2011 - R$ 178,84
Emiliano Madrid Dos Santos - 860184/00 - Not.771/2011 - R$ 7.153,72
Irtes Alves de Castro Ribeiro - 861032/00 - Not.772/2011 - R$ 6.096,38
Joaquim Soares Neto - 860118/01 - Not.782/2011 - R$ 1.073,06
Luiz Ailton Nunes - 860112/01 - Not.778/2011 - R$ 6.893,25
Marcos Tadeu Fernandes de Morais - 860176/00 - Not.769/2011 - R$ 6.074,18, 860146/00 - Not.770/2011 - R$ 5.138,09
Mineração Tarauaca Industria e Comercio s a - 860419/01 - Not.784/2011 - R$ 3.283,01
Raulindo Heinzelman Naves - 861039/00 - Not.774/2011 - R$ 7.011,76

RELAÇÃO Nº 239/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Candido Francisco do Nascimento - 860028/05 - Not.806/2011 - R$ 253,93
Cintia Sucher Vendramini - 861180/00 - Not.777/2011 - R$ 3.426,38
Davi Carlos Fagundes - 860764/05 - Not.795/2011 - R$ 252,02
Direção Importações e Exportações Ltda - 860656/05 - Not.788/2011 - R$ 252,02
Egidio Marchi Junior - 860116/01 - Not.781/2011 - R$ 3.426,38
Irtes Alves de Castro Ribeiro - 861032/00 - Not.773/2011 - R$ 3.426,38
João Paulo Costa Ponciano - 860726/05 - Not.790/2011 - R$ 252,02
Joaquim Soares Neto - 860118/01 - Not.783/2011 - R$ 3.426,38
José Leomar e Iracimar Ltda - 860774/05 - Not.796/2011 - R$ 216,48
Luiz Ailton Nunes - 860112/01 - Not.779/2011 - R$ 3.426,38
Mineração Mosaico Ltda - 860440/05 - Not.787/2011 - R$ 257,37
Raulindo Heinzelman Naves - 861039/00 - Not.775/2011 - R$ 3.426,38
Solane Rodrigues de Oliveira - 860733/05 - Not.791/2011 - R$ 252,02
Solo e Teto Construtora e Incorporadora Ltda - 860001/98 - Not.800/2011 - R$ 5.208,33, 860001/98 - Not.801/2011 - R$ 5.208,33, 860011/98 - Not.802/2011 - R$ 5.208,33, 860011/98 - Not.803/2011 - R$ 2.604,16, 860021/98 - Not.804/2011 - R$ 2.604,16, 860021/98 - Not.805/2011 - R$ 5.208,33, 860005/98 - Not.835/2011 - R$ 2.604,16, 860005/98 - Not.836/2011 - R$ 5.208,33, 860010/98 - Not.837/2011 - R$ 2.604,16, 860010/98 - Not.838/2011 - R$ 5.208,33, 860014/98 - Not.839/2011 - R$ 2.604,16, 860014/98 - Not.840/2011 - R$ 5.208,33, 860016/98 - Not.841/2011 - R$ 2.604,16, 860016/98 - Not.842/2011 - R$ 5.208,33, 860018/98 - Not.843/2011 - R$ 2.604,16, 860018/98 - Not.844/2011 - R$ 5.208,33, 860019/98 - Not.845/2011 - R$ 2.604,16, 860019/98 - Not.846/2011 - R$ 5.208,33, 860020/98 - Not.847/2011 - R$ 2.604,16, 860020/98 - Not.848/2011 - R$ 5.208,33, 860022/98 - Not.849/2011 - R$ 2.604,16, 860022/98 - Not.850/2011 - R$ 5.208,33, 860023/98 - Not.851/2011 - R$ 2.604,16, 860023/98 - Not.852/2011 - R$ 5.208,33
Valdivina Pedroza Ferro - 860694/05 - Not.789/2011 - R$ 253,73
Vcb Participacoes Pesq e Exp de Minerios Ltda - 860758/05 - Not.792/2011 - R$ 252,02
Zeus Mineração LTDA. - 860759/05 - Not.793/2011 - R$ 253,73, 860760/05 - Not.794/2011 - R$ 216,48

RELAÇÃO Nº 240/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Agil COM. e Extração de Pedras LTDA. - 861133/05 - Not.831/2011 - R$ 253,73
Agrocel - Agrotécnica Ceres LTDA. - 860908/05 - Not.810/2011 - R$ 252,02, 860910/05 - Not.811/2011 - R$ 252,02
Areial Eldorado Ltda - 861682/05 - Not.860/2011 - R$ 253,73
Arenan Extração e Comércio de Areia Ltda - 861075/05 - Not.828/2011 - R$ 253,73, 860844/05 - Not.807/2011 - R$ 253,73
Cleuza Maria Barbosa - 861519/05 - Not.858/2011 - R$ 270,43
Domingos Lemos do Prado - 860928/05 - Not.816/2011 - R$ 270,43
Elciomar Fernandes Calixto - 860797/05 - Not.798/2011 - R$ 3.405,72
Enilton Eizou Iwamoto - 861681/05 - Not.859/2011 - R$ 253,73
Estrela Verde Mineração Ltda - 860918/05 - Not.814/2011 - R$ 253,73
Euripedes José Rodovalho - 861802/05 - Not.864/2011 - R$ 253,73
Gilberto Martins da Costa - 861813/05 - Not.865/2011 - R$ 253,73
Gonçalo Nakagava - 860946/05 - Not.818/2011 - R$ 270,43, 860946/05 - Not.819/2011 - R$ 55,09
Herklim Leite Nascimento - 861770/05 - Not.861/2011 - R$ 253,73
Inácio Hiwri de Pina - 861781/05 - Not.863/2011 - R$ 216,48
Jacimar de Pina - 860920/05 - Not.815/2011 - R$ 253,73
Jairo Martins de Carvalho - 860897/05 - Not.809/2011 - R$ 192,63
João Lancisio Batista me - 860916/05 - Not.813/2011 - R$ 253,73
José Divino Ferreira da Mota - 860937/05 - Not.817/2011 - R$ 252,02
José Leomar e Iracimar Ltda - 861166/05 - Not.853/2011 - R$ 216,48, 861167/05 - Not.854/2011 - R$ 270,43
José Martins de Moraes - 861081/05 - Not.829/2011 - R$ 253,73
José Rubens Moretti Júnior - 860813/05 - Not.799/2011 - R$ 238,22, 861048/05 - Not.820/2011 - R$ 253,73, 861050/05 - Not.821/2011 - R$ 253,73, 861051/05 - Not.822/2011 - R$ 253,73, 861052/05 - Not.823/2011 - R$ 253,73, 861054/05 - Not.824/2011 - R$ 253,73, 861055/05 - Not.825/2011 - R$ 253,73, 861057/05 - Not.826/2011 - R$ 253,73
Lucio Pinto - 861138/05 - Not.832/2011 - R$ 253,73
Marco Aurélio Passaglia - 861098/05 - Not.830/2011 - R$ 253,73
Mineradora de Bauxita LTDA. - 861210/05 - Not.855/2011 - R$ 253,73, 861212/05 - Not.856/2011 - R$ 253,73
Mônica Inácia da Cruz Vieira - 861773/05 - Not.862/2011 - R$ 253,73
Paulo Cesar Pressinotti - 861214/05 - Not.857/2011 - R$ 253,73
Rezende Lima da Silva Júnior - 860914/05 - Not.812/2011 - R$ 270,43
Rosana Costa de Amorim - 860794/05 - Not.797/2011 - R$ 197,98, 860845/05 - Not.808/2011 - R$ 192,63

RELAÇÃO Nº 241/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Calcário Santa Tereza LTDA. - 807670/75 - Not.786/2011 - R$ 484,58
Ipê Indústria e Comércio de Água Mineral e Refrigerante Ltda - 862008/95 - Not.785/2011 - R$ 288,13

RELAÇÃO Nº 245/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Álvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Ademar Avelar Ferreira Filho - 860774/09
Adriana Mendes - 860496/08, 860497/08, 860498/08, 860499/08
Agápto Empreendimentos e Participações LTDA. - 860993/09, 861110/09
Anselmo Sobrosa - 861348/08
Bagesa Fertilizantes Mineração LTDA. - 860565/09
Brasilia Mineração IND. COM. EXP. de Metais e Rochas Ltda - 860705/08
Bruno Costa Suares - 861102/09
Carlito Lourenço da Silva - 860884/08
Catalana Ind e Com de Artefatos de Cimento e Const Ltda - 861159/08
Construforte Construções Ferreira Maia Ltda - 861309/09
Dalmy Pedro de Carvalho - 860837/08, 860838/08, 860839/08
Gerson Martins da Costa Junior - 861794/07, 861334/07
Giovani Tokarski - 861386/07
Granunes Mineração e Exportação LTDA. - 860824/09
Gshl Brasil Mineração LTDA. - 861094/05, 861821/05, 861931/05
j c de Oliveira Filho - 861346/08, 861347/08
João Geraldo de Souza - 861052/08
José Eustáquio de Moraes - 861544/08
Julio Roberto Gomes Maquieira - 860593/09
Luiz Alberto do Val Nemer - 861524/08
Luiz Claúdio Machado - 861015/09
Luiz Roberto Martins da Costa - 860587/08
Magma Minerales Ltda - 860339/09
Paulo Nascimento de Souza - 861092/09
Rezende Lima da Silva Júnior - 860919/09
Thiago da Matta Fagundes - 861236/09, 861237/09
Valtair Ferreira Dos Santos - 862325/07

RELAÇÃO Nº 250/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Álvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Adolfo Guilherme Dieter - 861246/10
Adriana Lemes Gonçalves - 860035/10
Alexandre Luiz Ribeiro de Freitas Nery Alve - 860477/10
Aliança Mineradora Ltda - 860687/10
Bekim Alimi - 861683/09
Brunno Conti Vieira Jacinto - 860771/10
Cleisimar Jose da Cunha - 861608/10
Fernanda Neves Santos - 860146/10
Guilherme Vargas Moreira de Oliveira - 860774/10
Gustavo Lacerda Ramos - 860929/10
Ivan Godoi de Souza - 860623/10
Jamilson Dos Santos Lima - 860890/10
João Carlos Dos Santos - 861278/10, 861306/10, 861326/10
João Divino Dantas - 861046/10
Jose Olimpio de Queiroga Neto - 860760/10
Juarez de Azevedo - 860415/10, 860429/10, 860437/10, 860827/10, 860830/10
Lineu Olímpio de Souza - 860950/10
Livia Fernanda Lopes Pazini - 861227/10
Luciano de Sousa Liborio - 861117/10
Marcelo Leonardo da Silva - 860504/10
Messias da Mota Paes Neto - 861454/10
Mineração Esplanada LTDA. - 860910/10
Osvaldo Luiz Guimaraes - 860389/10
Planalto Goiás Minerais TRANSPORTES. - 860456/10, 860763/10, 861248/10, 861249/10
Raimunda Nonato Jorge Costa - 860800/10
Roberto Antonio Damião - 860701/10
Rosildo Soares de Almeida - 861099/10
Rubens Martins Mourão - 861116/10
Samuel Antonio Campos - 861200/10
Tabata Alfaix Peixoto - 861021/10
Teles e Dantas Ltda - 860931/10

WASHINGTON RIBEIRO DOS SANTOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 118/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Emprogeo Ltda - 848146/06 - A.I. 220/11
José Maria Cunha Melo - 848115/07 - A.I. 225/11
Michel Silvestre Henrique - 848008/07 - A.I. 223/11
Quimica Industrial Itamil Ltda - 848273/06 - A.I. 221/11, 848272/06 - A.I. 222/11
Sander de Almeida - 848593/07 - A.I. 224/11
Sidney Diniz de Almeida - 848278/09 - A.I. 216/11, 848100/10 - A.I. 217/11, 848104/10 - A.I. 218/11, 848105/10 - A.I. 219/11

RELAÇÃO Nº 119/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
101 Mix Concretos e Premoldados LTDA. - 848371/10 - A.I. 229/11
Francisco de Assis Pereira Junior - 848508/08 - A.I. 228/11
Genival Matias de Oliveira Neto - 848097/08 - A.I. 226/11
João Bosco Pereira Dantas - 848377/08 - A.I. 227/11

RELAÇÃO Nº 120/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Eudorio Oliveira Nato - 848272/09 - A.I. 231/11, 848273/09 - A.I. 232/11
Silvio Garcia da Nobrega - 848183/09 - A.I. 230/11

RELAÇÃO Nº 123/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Alpha pp Empreendimentos e Participações Ltda - 848544/08 - Not.95/2011 - R$ 4.180,71
Casablanca Mineração Ltda - 848525/08 - Not.96/2011 - R$ 4.180,71, 848526/08 - Not.97/2011 - R$ 4.180,71, 848527/08 - Not.98/2011 - R$ 4.180,71, 848528/08 - Not.99/2011 - R$ 4.180,71
Vtech Empreendimentos Minerais Ltda - 848533/08 - Not.89/2011 - R$ 4.234,47, 848537/08 - Not.90/2011 - R$ 4.234,47, 848538/08 - Not.91/2011 - R$ 4.234,47, 848540/08 - Not.92/2011 - R$ 4.234,47

RELAÇÃO Nº 124/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Mineradora Minerva LTDA. - 848472/07 - Not.100/2011 - R$ 336,96

CARLOS MAGNO BEZERRA CORTEZ

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 129/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Areal São Benedito de Seropédica Ltda me - 890048/10 - Not.709/2011 - R$ 7,17
Cia Extratora de Minerios - 804800/71 - Not.711/2011 - R$ 2.501,30, 804800/71 - Not.712/2011 - R$ 2.278,52
Joaquim de Oliveira Novaes - 890227/03 - Not.710/2011 - R$ 1.757,06
Mineração Pimenta LTDA. - 890187/95 - Not.713/2011 - R$ 2.278,52

RELAÇÃO Nº 130/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
cs Extração Mineral Ltda me - 890442/10 - A.I. 342/11
Granigeo Consultoria Ltda - 890669/10 - A.I. 345/11
Granja Corrientes Areal Ltda me - 890694/10 - A.I. 346/11
Hotel Fazenda Reserva da Fronteira Ltda - 890395/10 - A.I. 341/11
Joaquim de Oliveira Novaes - 890651/10 - A.I. 344/11
Jose Luiz Sandin Extratora de Areia Ltda - 890387/10 - A.I. 337/11
Mineração de Saibro Cavalo Branco Ltda - 890480/09 - A.I. 338/11
Mineraçao Triunfo Ltda - 890512/10 - A.I. 343/11
O.C. Cardoso Filho Extração de Argila - 890232/10 - A.I. 339/11
Sergio Santos Rutowitsch - 890323/10 - A.I. 340/11

RUI ELIAS JOSÉ

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 81/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
a e Rodrigues Epp - 868213/08 - A.I. 146/11
Adilton Berno - 868080/08 - A.I. 147/11
Daniel Ferreira Dos Santos - 868023/09 - A.I. 148/11
Eurico Gonçalves Soares - 868689/08 - A.I. 151/11
Jurandí Francisco de Araujo Epp - 868217/08 - A.I. 145/11
Musse Materiais Para Construção Ltda - me - 868256/09 - A.I. 149/11
Ronaldo Diniz de Almeida - 868606/08 - A.I. 150/11

RELAÇÃO Nº 82/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Clodoaldo José da Silva - 868037/08 - Not.111/2011 - R$ 213,75
Mineração Financial Ltda - 868032/08 - Not.110/2011 - R$ 1.339,83
Perfil Ceramica e Metalurgia Ltda me - 868099/99 - Not.114/2011 - R$ 4.288,23
Rodocon Construções Rodoviárias LTDA. - 868023/08 - Not.113/2011 - R$ 17,84

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 287/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Coame Execução e Supervisão de Projetos LTDA. - 832885/09 - A.I. 487/11
Egimar Santana de Souza - 832922/08 - A.I. 6/11

RELAÇÃO Nº 351/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Adeládio Afonso Dos Reis - 830312/08 - Not.2414/2011 - R$ 251,67
Adilmara Regina Dos Reis França - 833676/08 - Not.2324/2011 - R$ 125,81
Alexandre Levi - 832160/95 - Not.1954/2011 - R$ 3.548,24
Almiro Ribeiro Francisco - 830301/08 - Not.2416/2011 - R$ 479,36
Aloísio Rodolpho Junger de Andrade - 830126/01 - Not.2098/2011 - R$ 3.576,86
Amarildo Correia de Alpino - 830087/00 - Not.2113/2011 - R$ 2.925,03
Américo Tadeu Machado - 831054/08 - Not.2490/2011 - R$ 2.952,31
Ammmil Mineracao S/A. - 832546/00 - Not.2094/2011 - R$ 3.573,11
Ana Amélia Carneiro de Mendonça Chagas Ribeiro - 831109/08 - Not.2488/2011 - R$ 3.770,14
Antônio Edson Deroma Júnior - 831264/98 - Not.2095/2011 - R$ 3.230,69, 831261/98 - Not.2111/2011 - R$ 3.576,86, 835628/95 - Not.2041/2011 - R$ 1.951,81, 831264/98 - Not.2092/2011 - R$ 3.576,86
Antônio Piccolotto Neto - 831934/07 - Not.2498/2011 - R$ 1.572,95
Antonio Pires de Azevedo - 830394/10 - Not.2348/2011 - R$ 125,41
Antônio Uberlândio de Oliveira - 833447/10 - Not.2314/2011 - R$ 2.514,08
Areal Cássia Ltda me - 830651/01 - Not.2018/2011 - R$ 1.757,59
Ataize Carolina Rodrigues da Silva - 831500/08 - Not.2468/2011 - R$ 634,36, 831501/08 - Not.2514/2011 - R$ 1.849,54
Ataléia Mineração Ltda - 834380/10 - Not.2332/2011 - R$ 2.381,31
Augusto Lopes Moreira - 831442/98 - Not.2046/2011 - R$ 4.652,75
Aurino Oliveira Araújo - 831580/09 - Not.2305/2011 - R$ 2.515,04
Barbosa & Queiroz Ltda - 830429/10 - Not.2478/2011 - R$ 4.813,47
Benedito Cambrais - 830454/05 - Not.2436/2011 - R$ 856,47
Bento Barcelos - 830807/06 - Not.2434/2011 - R$ 4.614,75
Brasroma Mineração, Comércio e Indústria Ltda - 833482/96 - Not.2106/2011 - R$ 658,21, 831037/96 - Not.2108/2011 - R$ 1.228,69, 832679/95 - Not.2025/2011 - R$ 1.101,84, 830308/95 - Not.2027/2011 - R$ 3.576,86, 837897/94 - Not.2011/2011 - R$ 3.424,85, 838198/94 - Not.2082/2011 - R$ 1.865,94, 830308/01 - Not.1990/2011 - R$ 3.542,81, 831891/00 - Not.1978/2011 - R$ 3.867,60, 837898/94 - Not.1957/2011 - R$ 2.955,80, 833527/95 - Not.1958/2011 - R$ 530,22, 837842/94 - Not.1959/2011 - R$ 838,12, 832564/96 - Not.1967/2011 - R$ 209,35, 832564/96 - Not.1969/2011 - R$ 172,03, 830257/00 - Not.1933/2011 - R$ 2.834,29, 830257/00 - Not.1935/2011 - R$ 2.329,08, 833866/96 - Not.1948/2011 - R$ 3.576,49, 833502/94 - Not.1949/2011 - R$ 3.576,86, 832677/94 - Not.1950/2011 - R$ 2.163,12, 832668/95 - Not.1951/2011 - R$ 178,84, 832641/95 - Not.1952/2011 - R$ 7.153,72, 832560/96 - Not.1953/2011 - R$ 189,51
Brazminco Ltda - 832232/00 - Not.1937/2011 - R$ 3.067,11, 832232/00 - Not.1939/2011 - R$ 2.520,41, 831585/00 - Not.1943/2011 - R$ 880,97, 831585/00 - Not.1945/2011 - R$ 723,94, 831131/97 - Not.1964/2011 - R$ 58,70, 831579/00 - Not.1987/2011 - R$ 6.348,18, 835357/95 - Not.2087/2011 - R$ 366,60, 832181/00 - Not.2058/2011 - R$ 3.033,50, 832181/00 - Not.2060/2011 - R$ 2.492,78, 831582/00 - Not.2062/2011 - R$ 3.193,36, 831582/00 - Not.2064/2011 - R$ 2.884,31, 831582/00 - Not.2066/2011 - R$ 2.370,18, 831583/00 - Not.2069/2011 - R$ 249,10, 831583/00 - Not.2070/2011 - R$ 224,99, 831583/00 - Not.2072/2011 - R$ 184,89, 831588/00 - Not.2075/2011 - R$ 3.223,86, 831588/00 - Not.2077/2011 - R$ 2.762,21, 831588/00 - Not.2079/2011 - R$ 2.269,85, 833793/94 - Not.2028/2011 - R$ 339,80, 831591/00 - Not.2048/2011 - R$ 6.612,16, 831589/00 - Not.2049/2011 - R$ 6.007,81, 831589/00 - Not.2051/2011 - R$ 5.426,37, 831589/00 - Not.2053/2011 - R$ 4.459,13, 832944/07 - Not.2170/2011 - R$ 2.466,02, 832944/07 - Not.2172/2011 - R$ 2.434,75
Carlos Abel Dos Santos - 830676/01 - Not.2013/2011 - R$ 2.593,22, 830677/01 - Not.2033/2011 - R$ 3.576,86, 830679/01 - Not.2035/2011 - R$ 934,47
Carlos Henrique Torres - 832395/09 - Not.2374/2011 - R$ 4,02
Carlos Roberto de Souza - 830317/08 - Not.2412/2011 - R$ 5.032,65
Carlos Tomáz - 832488/00 - Not.2008/2011 - R$ 178,78
Carmem Lúcia Westin Borges Deroma - 831514/98 - Not.2040/2011 - R$ 660,14
Célia Felix de Souza Ribeiro - 834451/08 - Not.2239/2011 - R$ 1.128,32
Claudio Supeleto - 830218/10 - Not.2277/2011 - R$ 4.764,10
Clenildo Paulino Braga - 830545/10 - Not.2243/2011 - R$ 1.208,60
Coame Execução e Supervisão de Projetos LTDA. - 832886/09 - Not.2227/2011 - R$ 4.991,44, 832887/09 - Not.2229/2011 - R$ 4.992,21, 832888/09 - Not.2231/2011 - R$ 4.998,82, 832873/09 - Not.2233/2011 - R$ 4.782,52, 832871/09 - Not.2338/2011 - R$ 4.929,39, 832872/09 - Not.2378/2011 - R$ 5.020,80
Comércio de Granitos Diamante Negro Ltda me - 830058/10 - Not.2271/2011 - R$ 839,25
Comita Comércio e Mineração LTDA. - 830681/01 - Not.2015/2011 - R$ 36,00, 831703/96 - Not.2009/2011 - R$ 3.041,92
Construtora Pequiá Ltda - 830398/10 - Not.2354/2011 - R$ 25,90
Contel Construção e Terraplanagem LTDA. - 830266/03 - Not.2114/2011 - R$ 2.313,91
Dall Junior Mineracao Comercio e Industria Ltda - 833023/10 - Not.2289/2011 - R$ 1.890,77
Davis Lincoln Borba Pinto de Marton - 830665/08 - Not.2464/2011 - R$ 2.103,22
Delmiro Lima Saldanha - 832929/10 - Not.2287/2011 - R$ 124,88
Draga Majola Ltda - 832441/07 - Not.2450/2011 - R$ 1.505,81
Eder da Silva - me - 832142/08 - Not.2382/2011 - R$ 671,05
Eline Maria Almeida Bethonico - 831653/87 - Not.1963/2011 - R$ 2.165,08
Elson Galdino Pereira - 831187/09 - Not.2299/2011 - R$ 4.901,01
Ênio Antônio da Rocha - 833848/08 - Not.2340/2011 - R$ 89,49
Epamy José Dos Anjos - 832300/00 - Not.1983/2011 - R$ 3.576,86
Erli Dias Satler - 834639/08 - Not.2221/2011 - R$ 2.515,98, 834709/08 - Not.2223/2011 - R$ 2.514,23, 834710/08 - Not.2225/2011 - R$ 2.490,59, 834711/08 - Not.2380/2011 - R$ 2.506,18, 830832/08 - Not.2456/2011 - R$ 2.516,72
Euclesio Janes Ferreira - 832789/10 - Not.2285/2011 - R$ 1.254,09
Eutalio Francisco Lobato - 830094/01 - Not.2084/2011 - R$ 1.470,90
Evaldo Paulo Dos Reis (fi) - 832685/07 - Not.2448/2011 - R$ 125,84
Evc-const e PROJ. ELETR. Ltda-me - 831805/98 - Not.2039/2011 - R$ 178,84
Fábio Nunes Ribeiro - 830985/98 - Not.2032/2011 - R$ 6.974,87
Felipe Mucio de Abreu - 831917/00 - Not.2085/2011 - R$ 3.576,86
Flávio Jackson do Nascimento - 831423/09 - Not.2307/2011 - R$ 289,65
Geisel Favaratto - 832604/08 - Not.2391/2011 - R$ 2.491,55, 832730/08 - Not.2395/2011 - R$ 1.024,85

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Geological Clinic Serviços de Mineração LTDA. - 831897/84 - Not.1966/2011 - R$ 3.530,36

Geraldo de Freitas Caetano - 833202/08 - Not.2320/2011 - R$ 4.595,78, 833203/08 - Not.2322/2011 - R$ 4.857,56, 833204/08 - Not.2241/2011 - R$ 4.407,73, 833205/08 - Not.2422/2011 - R$ 4.728,00, 833207/08 - Not.2506/2011 - R$ 4.964,45

Geraldo Ebel Dos Santos - 832298/09 - Not.2372/2011 - R$ 2.156,63

Geraldo Soares Pio - 807247/75 - Not.2100/2011 - R$ 32,93

Gerardo de Magela Fialho de Almeida - 830735/10 - Not.2253/2011 - R$ 993,73

Gildo Francisco Dos Santos - 832946/08 - Not.2405/2011 - R$ 2.516,72

gl Mineração Ltda me - 832942/09 - Not.2336/2011 - R$ 1.400,23

Glaudiston Faustini Zimerer - 830310/01 - Not.1974/2011 - R$ 7.153,72, 830309/01 - Not.1972/2011 - R$ 6.650,49

Gold Mineração, Participações e Empreendimentos s a - 830150/08 - Not.2418/2011 - R$ 882,38, 831650/08 - Not.2512/2011 - R$ 336,36

Graninter Comércio Importação Exportação LTDA. - 830105/01 - Not.2089/2011 - R$ 6.711,54

Guilherme Pavie Ribeiro - 832462/07 - Not.2454/2011 - R$ 502,04

Hélcio Machado de Campos - 830029/01 - Not.2091/2011 - R$ 3.127,50

Hélio Gomes de Souza - 832212/07 - Not.2500/2011 - R$ 1.226,95, 830955/08 - Not.2492/2011 - R$ 2.200,42

His Majesty Mármores e Granitos Ltda - 831096/09 - Not.2297/2011 - R$ 1.679,31

Ildeu Monteiro Braga - 830797/01 - Not.2484/2011 - R$ 69,18

Incris Mineração Ltda - 831622/00 - Not.2044/2011 - R$ 5.886,43, 831553/97 - Not.1980/2011 - R$ 3.576,86, 831623/00 - Not.2020/2011 - R$ 992,72, 831623/00 - Not.2021/2011 - R$ 736,82

Interfácil Mineração e Empreendimentos Ltda - 830569/10 - Not.2249/2011 - R$ 4.842,04, 830403/10 - Not.2352/2011 - R$ 4.547,58

Ishizo Empreendimentoparticipações Ltda - 831440/98 - Not.1973/2011 - R$ 6.015,47

João Batista Vieira - 831227/09 - Not.2301/2011 - R$ 3.548,60, 833688/08 - Not.2326/2011 - R$ 3.720,54, 830318/08 - Not.2410/2011 - R$ 5.023,00

João Carlos Chaves Miranda - 833547/10 - Not.2334/2011 - R$ 4.980,41

Joaquim Fernandes Coelho - 834183/06 - Not.2444/2011 - R$ 608,77

Joaquim Nunes - 831695/00 - Not.2023/2011 - R$ 2.406,35

Jose Antonio Dos Santos - 831160/08 - Not.2486/2011 - R$ 2.592,74

José Carlos Vieira da Silva - 833444/10 - Not.2316/2011 - R$ 2.495,70

Jose Henrique Costalonga - 831128/07 - Not.2438/2011 - R$ 2.493,18

Jose Maria Pereira - 833400/07 - Not.2420/2011 - R$ 421,90

José Sergio Araújo da Costa - 831912/08 - Not.2137/2011 - R$ 4.937,25

Jose Wilson Tavares da Silva - 830115/07 - Not.2442/2011 - R$ 1.709,76

Josué Vaz Ferreira - 831090/92 - Not.2042/2011 - R$ 68,67

jp Mineração Ltda - 834020/07 - Not.2446/2011 - R$ 634,21

Lastra Mineração Ltda - 832341/09 - Not.2480/2011 - R$ 4.973,51

Leandro Pereira da Silva - 830555/10 - Not.2245/2011 - R$ 938,29

Leonardo Oliveira Gonçalves - 830774/02 - Not.2408/2011 - R$ 5.940,24

Leoncio Batista Apolinario - 834973/07 - Not.2466/2011 - R$ 2.205,60

Longino Antonio da Silva - 834431/07 - Not.2504/2011 - R$ 725,04

Lucimar Rosa - 831398/08 - Not.2470/2011 - R$ 1.384,19

Manoel de Matos Junior - 830418/09 - Not.2293/2011 - R$ 2.381,14

Marcos Andre de Andrade - 830390/10 - Not.2265/2011 - R$ 697,23, 830391/10 - Not.2267/2011 - R$ 4.326,54

Maria Aparecida Oliveira da Faria - 832660/06 - Not.2430/2011 - R$ 188,26

Maria Lúcia Mendonça de Assis - 830764/08 - Not.2458/2011 - R$ 1.519,44

Maria Sueli Candida - 833716/10 - Not.2318/2011 - R$ 2.515,96

Master Niquel Exploração e Lavra de Jazidas Minerais Ltda - 833360/10 - Not.2312/2011 - R$ 1.235,68

Miguel Vieira Borges - 830053/01 - Not.2097/2011 - R$ 3.051,90

Mineração & Construção São João Del Rei Ltda - 830450/10 - Not.2482/2011 - R$ 347,23

Mineração Araçuai Ltda - 832679/08 - Not.2393/2011 - R$ 5.033,44

Mineração Carai Ltda - 830006/10 - Not.2269/2011 - R$ 2.479,95

Mineração Fidelis LTDA. - 830100/01 - Not.2103/2011 - R$ 3.562,55

Mineração Furukawa LTDA. - 832532/10 - Not.2281/2011 - R$ 125,03

Mineração Granitos de Minas Ltda - 831071/09 - Not.2295/2011 - R$ 2.266,78, 831675/09 - Not.2346/2011 - R$ 469,74, 832931/09 - Not.2356/2011 - R$ 2.516,14, 832905/08 - Not.2366/2011 - R$ 4.972,10, 832908/08 - Not.2370/2011 - R$ 52,48, 831829/07 - Not.2496/2011 - R$ 2.340,87

Mineração Itagran Ltda - 832737/09 - Not.2362/2011 - R$ 1.415,90, 830302/10 - Not.2364/2011 - R$ 3.886,67, 833038/10 - Not.2291/2011 - R$ 2.456,49

Mineração Montesa Ltda - 831240/08 - Not.2474/2011 - R$ 284,39

Mineração Motta Ltda-me - 830467/08 - Not.2424/2011 - R$ 805,95

Mineração Salinas Ltda-me - 830457/08 - Not.2187/2011 - R$ 5.026,99

Mineração Vale do Aço Ltda - 830856/10 - Not.2255/2011 - R$ 226,08

Mineração Vitória Ltda - 830823/08 - Not.2502/2011 - R$ 2.110,17

Monteiro-gran Pesquisas e Mineração Ltda.-me - 832344/08 - Not.2384/2011 - R$ 4.953,00

Nala Milton Chaves Veloso - 831738/00 - Not.2110/2011 - R$ 26,86

Nascimento Bernardes Dos Reis - 831634/97 - Not.2030/2011 - R$ 7.153,72

Nasta Hanna el Joukhadar - 831203/08 - Not.2476/2011 - R$ 1.186,08

Nelson de Paula Brito - 830396/10 - Not.2350/2011 - R$ 124,18

Newco Mineração Industria e Comércio Ltda - 831483/98 - Not.2045/2011 - R$ 3.576,86

Onésio de Palma - 831060/09 - Not.2303/2011 - R$ 2.516,37

Orozilda de Souza Gomes - 832920/08 - Not.2401/2011 - R$ 1.258,36

Otávio Albuquerque Oliveira - F.I. - 830752/02 - Not.2388/2011 - R$ 794,18, 830754/02 - Not.2389/2011 - R$ 611,49

Parkmix Comercio - 832332/06 - Not.2432/2011 - R$ 4.003,21

Patrícia Garcia Nunes - 831076/09 - Not.2310/2011 - R$ 2.059,56

Paulo Afonso Alves Vieira - 831738/09 - Not.2342/2011 - R$ 2.146,66

Pedras Herval LTDA. - 830479/01 - Not.2104/2011 - R$ 3.351,01

Pedreira Unita Ltda - 834280/10 - Not.2328/2011 - R$ 107,28

Pedro Carlos de Abreu Filho - 830254/96 - Not.2031/2011 - R$ 3.541,09

q 3 Participações Ltda - 831237/09 - Not.2309/2011 - R$ 2.449,60

Rafael Hipolito VOLPASSO. - 830267/98 - Not.1989/2011 - R$ 169,84

Raydan Granitos LTDA. - ME. - 833267/05 - Not.2426/2011 - R$ 2.402,06

Renato Vieira Cacique - 832889/09 - Not.2235/2011 - R$ 1.509,78

Reovaldo Santos Nogueira - 830666/10 - Not.2251/2011 - R$ 5.002,28

Ricardo Jorge Maia - 830603/08 - Not.2181/2011 - R$ 1.498,28

Rildo José Jesuíno - 830236/10 - Not.2279/2011 - R$ 2.315,80

Rio Doce Geologia e Mineração S.A. - Docegeo - 836448/93 - Not.2101/2011 - R$ 784,04

Roberto Dias Boaventura - 831230/08 - Not.2178/2011 - R$ 4.588,99

Roger Almada Ribeiro - 834377/10 - Not.2330/2011 - R$ 107,72

Romulo da Silva Medeiros - 830863/10 - Not.2283/2011 - R$ 2.509,90

Ronaldo Esteves Lima - 833360/06 - Not.2428/2011 - R$ 305,46

Ronaldo Zanoni Filho - 833594/08 - Not.2344/2011 - R$ 2.244,00

Rosangela Maria Luz de Mello - 830568/10 - Not.2247/2011 - R$ 1.726,09

Rosemburg Alves Nogueira - 832438/09 - Not.2376/2011 - R$ 450,69

Rui Caldas Pimenta - 830667/92 - Not.1977/2011 - R$ 2.830,82

s m r Supridora de Minerios Refratarios Ltda - 830790/82 - Not.2102/2011 - R$ 45,69

Saida Sul Empreendimentos Imobiliarios Ltda - 831573/00 - Not.2024/2011 - R$ 3.434,73

Sebastião Ferreira da Silva - 830407/01 - Not.2037/2011 - R$ 831,62

Sergio Brambilla - 832337/08 - Not.2503/2011 - R$ 1.536,06

Shary Souza Matos - 834217/08 - Not.2237/2011 - R$ 2.430,75

Sueli Martins Vieira - 830019/88 - Not.2057/2011 - R$ 178,81

Toledo Mineração Ltda - 832246/07 - Not.2508/2011 - R$ 14,60

Úrsula Paula Deroma - 831515/98 - Not.1976/2011 - R$ 3.170,96, 836462/93 - Not.1947/2011 - R$ 3.576,86

Valdecy Vaiana de Souza e Cia Ltda - 830389/07 - Not.2440/2011 - R$ 65,41

Valdemir José Monteiro - 830212/10 - Not.2275/2011 - R$ 1.254,91

Vilarinho Comércio de Granitos e Mármores LTDA. - 831204/08 - Not.2472/2011 - R$ 4.999,58, 832976/08 - Not.2403/2011 - R$ 2.390,20, 831810/07 - Not.2510/2011 - R$ 2.378,60, 831811/07 - Not.2494/2011 - R$ 2.420,40

Walter Rabelo de Araújo - 832416/07 - Not.2452/2011 - R$ 207,83

Waner Pompéu Araújo Sevelati - 832782/08 - Not.2397/2011 - R$ 123,32, 832769/08 - Not.2386/2011 - R$ 123,32

Wilter Ker - 831805/00 - Not.2043/2011 - R$ 140,03

RELAÇÃO Nº 352/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Adeládio Afonso Dos Reis - 830312/08 - Not.2415/2011 - R$ 2.231,48

Adilmara Regina Dos Reis França - 833676/08 - Not.2325/2011 - R$ 2.218,04

Alfredo Peloso da Silveira - 833377/08 - Not.2184/2011 - R$ 4.368,87, 833378/08 - Not.2185/2011 - R$ 4.368,87, 834144/08 - Not.2196/2011 - R$ 4.368,87, 834243/08 - Not.2197/2011 - R$ 4.368,87, 834244/08 - Not.2198/2011 - R$ 4.368,87, 834245/08 - Not.2200/2011 - R$ 4.368,87, 834246/08 - Not.2201/2011 - R$ 4.368,87, 833379/08 - Not.2203/2011 - R$ 4.368,87

Almiro Ribeiro Francisco - 830301/08 - Not.2417/2011 - R$ 4.462,95

Américo Tadeu Machado - 831054/08 - Not.2491/2011 - R$ 2.231,48

Ana Amélia Carneiro de Mendonça Chagas Ribeiro - 831109/08 - Not.2489/2011 - R$ 2.231,48

Antônio Edson Deroma Júnior - 831264/98 - Not.2096/2011 - R$ 4.839,26, 831261/98 - Not.2112/2011 - R$ 2.011,21

Antônio Piccolotto Neto - 831934/07 - Not.2499/2011 - R$ 4.462,95

Antonio Pires de Azevedo - 830394/10 - Not.2349/2011 - R$ 2.218,04

Antonio Porto Rabelo me - 830787/10 - Not.2213/2011 - R$ 2.184,44

Antônio Uberlândio de Oliveira - 833447/10 - Not.2315/2011 - R$ 2.218,04

Areal Cássia Ltda me - 830651/01 - Not.2019/2011 - R$ 3.067,19

Ataize Carolina Rodrigues da Silva - 831501/08 - Not.2515/2011 - R$ 4.462,95, 831500/08 - Not.2469/2011 - R$ 4.462,95

Ataléia Mineração Ltda - 834380/10 - Not.2333/2011 - R$ 2.218,04

Aurino Oliveira Araújo - 831580/09 - Not.2306/2011 - R$ 2.218,04

Barbosa & Queiroz Ltda - 830429/10 - Not.2479/2011 - R$ 2.231,48

Beatriz Martins Flório - 830748/10 - Not.2212/2011 - R$ 2.184,44, 831767/09 - Not.2215/2011 - R$ 2.184,44

Benedito Cambrais - 830454/05 - Not.2437/2011 - R$ 2.231,48

Bento Barcelos - 830807/06 - Not.2435/2011 - R$ 2.231,48

Brasroma Mineração, Comércio e Indústria Ltda - 832679/95 - Not.2026/2011 - R$ 3.243,18, 830257/00 - Not.1934/2011 - R$ 4.930,32, 830257/00 - Not.1936/2011 - R$ 4.930,32, 832564/96 - Not.1968/2011 - R$ 4.460,20, 832564/96 - Not.1970/2011 - R$ 4.460,20, 837842/94 - Not.1960/2011 - R$ 4.492,88, 831891/00 - Not.1979/2011 - R$ 3.243,18, 830308/01 - Not.1991/2011 - R$ 3.243,18, 833482/96 - Not.2107/2011 - R$ 3.243,18, 831037/96 - Not.2109/2011 - R$ 3.276,38, 838198/94 - Not.2083/2011 - R$ 3.202,99

Brazminco Ltda - 831588/00 - Not.2076/2011 - R$ 2.694,30, 831588/00 - Not.2078/2011 - R$ 4.086,36, 831588/00 - Not.2080/2011 - R$ 4.086,36, 831131/97 - Not.1965/2011 - R$ 4.460,20, 832232/00 - Not.1938/2011 - R$ 4.086,36, 832232/00 - Not.1940/2011 - R$ 4.086,36, 831585/00 - Not.1944/2011 - R$ 4.086,36, 831585/00 - Not.1946/2011 - R$ 4.086,36, 833793/94 - Not.2029/2011 - R$ 3.175,23, 831589/00 - Not.2050/2011 - R$ 3.243,18, 831589/00 - Not.2052/2011 - R$ 4.086,36, 831589/00 - Not.2054/2011 - R$ 4.086,36, 832181/00 - Not.2059/2011 - R$ 2.074,27, 832181/00 - Not.2061/2011 - R$ 2.074,27, 831582/00 - Not.2063/2011 - R$ 3.243,18, 831582/00 - Not.2065/2011 - R$ 4.086,36, 831582/00 - Not.2067/2011 - R$ 4.086,36, 831583/00 - Not.2068/2011 - R$ 182,32, 831583/00 - Not.2071/2011 - R$ 5.295,51, 831583/00 - Not.2073/2011 - R$ 5.295,51, 832944/07 - Not.2171/2011 - R$ 2.496,97, 832944/07 - Not.2173/2011 - R$ 4.355,43

Bruno Leonardo Giraldelli de Morais - 830090/03 - Not.2000/2011 - R$ 191,20

Carlos Abel Dos Santos - 830677/01 - Not.2034/2011 - R$ 3.067,19, 830679/01 - Not.2036/2011 - R$ 3.067,19, 830676/01 - Not.2014/2011 - R$ 3.067,19

Carlos Henrique Torres - 831381/09 - Not.2135/2011 - R$ 2.110,51, 831239/09 - Not.2133/2011 - R$ 2.171,00, 832395/09 - Not.2375/2011 - R$ 2.218,04

Carlos Roberto de Souza - 830317/08 - Not.2413/2011 - R$ 4.462,95

Célia Felix de Souza Ribeiro - 834451/08 - Not.2240/2011 - R$ 4.247,91

Centrovel Empresarial LTDA. - 831686/03 - Not.2361/2011 - R$ 113,47

Ceramica Leal Ltda - 830764/10 - Not.2219/2011 - R$ 2.184,44, 830673/07 - Not.2220/2011 - R$ 2.184,44

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

César Moreira Sampaio - 830845/10 - Not.2214/2011 - R$ 2.184,44
Claudio Supeleto - 830218/10 - Not.2278/2011 - R$ 2.218,04
Clenildo Paulino Braga - 830545/10 - Not.2244/2011 - R$ 2.184,44
Clovis Osmar Perleberg - 834291/08 - Not.2195/2011 - R$ 2.123,95, 830810/09 - Not.2128/2011 - R$ 2.171,00
Coame Execução e Supervisão de Projetos LTDA. - 832886/09 - Not.2228/2011 - R$ 2.184,44, 832887/09 - Not.2230/2011 - R$ 2.184,44, 832888/09 - Not.2232/2011 - R$ 2.184,44, 832873/09 - Not.2234/2011 - R$ 2.184,44, 832872/09 - Not.2379/2011 - R$ 2.218,04, 832871/09 - Not.2339/2011 - R$ 2.218,04
Comércio de Granitos Diamante Negro Ltda me - 830058/10 - Not.2272/2011 - R$ 2.184,44
Comita Comércio e Mineração LTDA. - 830681/01 - Not.2016/2011 - R$ 3.067,19
Construtora Pequiá Ltda - 830398/10 - Not.2355/2011 - R$ 2.218,04
Contel Construção e Terraplanagem LTDA. - 830266/03 - Not.2115/2011 - R$ 4.040,65, 830266/03 - Not.2116/2011 - R$ 191,20
Dall Junior Mineracao Comercio e Industria Ltda - 833023/10 - Not.2290/2011 - R$ 2.157,56
Davis Lincoln Borba Pinto de Marton - 830665/08 - Not.2465/2011 - R$ 4.462,95
Delmiro Lima Saldanha - 832929/10 - Not.2288/2011 - R$ 2.218,04
Diovani Noronha de Faria me - 833432/06 - Not.2155/2011 - R$ 2.177,72
Dirceu de Souza Ferreia - 834657/08 - Not.2192/2011 - R$ 2.184,44, 834656/08 - Not.2193/2011 - R$ 2.184,44
Domingos Caputo - 830686/01 - Not.2117/2011 - R$ 261,80
Draga Majola Ltda - 832441/07 - Not.2451/2011 - R$ 4.462,95
Draga Paraguaçu Ltda - 830931/01 - Not.2118/2011 - R$ 2.324,55
Eder da Silva - me - 832142/08 - Not.2383/2011 - R$ 2.218,04
Edilson Corrêa Mariani - 831665/09 - Not.2136/2011 - R$ 2.171,00, 831666/09 - Not.2216/2011 - R$ 2.184,44, 831667/09 - Not.2217/2011 - R$ 2.184,44, 831668/09 - Not.2218/2011 - R$ 2.184,44
Elizeu Ferreira Lima - 834655/08 - Not.2134/2011 - R$ 2.171,00
Elson Galdino Pereira - 831187/09 - Not.2300/2011 - R$ 2.218,04
Ênio Antônio da Rocha - 833848/08 - Not.2341/2011 - R$ 2.218,04
Erivelto Joaquim Somões Thomaz - 831870/08 - Not.2175/2011 - R$ 2.177,72
Erli Dias Satler - 834639/08 - Not.2222/2011 - R$ 2.184,44, 834709/08 - Not.2224/2011 - R$ 2.184,44, 834710/08 - Not.2226/2011 - R$ 2.184,44, 834711/08 - Not.2381/2011 - R$ 2.218,04, 830832/08 - Not.2457/2011 - R$ 2.231,48
Euclesio Janes Ferreira - 832789/10 - Not.2286/2011 - R$ 2.218,04
Evaldo Paulo Dos Reis (fi) - 832685/07 - Not.2449/2011 - R$ 2.231,48
Fernando Colcerniani Junior - 830251/03 - Not.2006/2011 - R$ 191,20
Flávio Jackson do Nascimento - 831423/09 - Not.2308/2011 - R$ 2.157,56
Gabriel Flores de Macedo - 832746/07 - Not.2174/2011 - R$ 2.177,72
Geisel Favaratto - 832604/08 - Not.2392/2011 - R$ 4.449,51, 832730/08 - Not.2396/2011 - R$ 4.449,51
Geralda Alexandra Dos Reis Fernandes - F.I. - 831413/03 - Not.2360/2011 - R$ 80,80
Geraldo de Freitas Caetano - 833202/08 - Not.2321/2011 - R$ 4.436,07, 833203/08 - Not.2323/2011 - R$ 4.436,07, 833204/08 - Not.2242/2011 - R$ 4.368,87, 833205/08 - Not.2423/2011 - R$ 4.462,95, 833207/08 - Not.2507/2011 - R$ 4.462,95
Geraldo Ebel Dos Santos - 832298/09 - Not.2373/2011 - R$ 2.218,04
Geraldo Marcos de Oliveira - 831323/07 - Not.2157/2011 - R$ 2.177,72, 831322/07 - Not.2158/2011 - R$ 4.355,43, 831321/07 - Not.2159/2011 - R$ 2.177,72
Gerardo de Magela Fialho de Almeida - 830735/10 - Not.2254/2011 - R$ 2.184,44
Gildo Francisco Dos Santos - 832946/08 - Not.2406/2011 - R$ 4.449,51
gl Mineração Ltda me - 832942/09 - Not.2337/2011 - R$ 2.218,04
Gold Mineração, Participações e Empreendimentos s a - 830150/08 - Not.2419/2011 - R$ 2.231,48, 831650/08 - Not.2513/2011 - R$ 2.231,48
Gregório Vassilive Ferreira - 834816/08 - Not.2126/2011 - R$ 4.341,99
Guilherme Pavie Ribeiro - 832462/07 - Not.2455/2011 - R$ 2.231,48
Helio Carlos COSTALONGA. - 830428/10 - Not.2186/2011 - R$ 2.184,44
Hélio Gomes de Souza - 832212/07 - Not.2501/2011 - R$ 2.231,48, 830955/08 - Not.2493/2011 - R$ 2.231,48
His Majesty Mármores e Granitos Ltda - 831096/09 - Not.2298/2011 - R$ 2.218,04
Ildeu Monteiro Braga - 830797/01 - Not.2485/2011 - R$ 4.460,20
Incris Mineração Ltda - 831553/97 - Not.1981/2011 - R$ 3.113,14, 831623/00 - Not.2022/2011 - R$ 5.295,51
Interfácil Mineração e Empreendimentos Ltda - 830569/10 - Not.2250/2011 - R$ 2.184,44, 830403/10 - Not.2353/2011 - R$ 2.218,04
Jairo Cândido Pereira - 832137/01 - Not.2090/2011 - R$ 63,98
Jean Marcos Crivellari Coelho - 830772/09 - Not.2127/2011 - R$ 2.171,00
João Batista Vieira - 833688/08 - Not.2327/2011 - R$ 4.436,07, 831227/09 - Not.2302/2011 - R$ 2.218,04, 830318/08 - Not.2411/2011 - R$ 4.462,95
João Carlos Chaves Miranda - 833547/10 - Not.2335/2011 - R$ 2.218,04
Joaquim Fernandes Coelho - 834183/06 - Not.2445/2011 - R$ 2.231,48
Jose Antonio Dos Santos - 831160/08 - Not.2487/2011 - R$ 4.462,95
José Bernardo Meneghin - 832122/01 - Not.2119/2011 - R$ 545,32, 832121/01 - Not.2122/2011 - R$ 2.097,49
José Carlos Vieira da Silva - 833444/10 - Not.2317/2011 - R$ 2.218,04
José Fernandes Mendes - 832270/08 - Not.2191/2011 - R$ 2.184,44
Jose Henrique Costalonga - 831128/07 - Not.2439/2011 - R$ 4.462,95
Jose Maria Pereira - 833400/07 - Not.2421/2011 - R$ 2.231,48
José Moreira Filho - 831253/08 - Not.2183/2011 - R$ 2.177,72, 831256/08 - Not.2176/2011 - R$ 2.177,72, 831254/08 - Not.2177/2011 - R$ 2.177,72, 833562/07 - Not.2166/2011 - R$ 2.177,72, 832945/07 - Not.2167/2011 - R$ 2.177,72
José Sergio Araújo da Costa - 831912/08 - Not.2138/2011 - R$ 4.341,99
Jose Wilson Tavares da Silva - 830115/07 - Not.2443/2011 - R$ 2.231,48
jp Mineração Ltda - 834020/07 - Not.2447/2011 - R$ 4.462,95
Lastra Mineração Ltda - 832341/09 - Not.2481/2011 - R$ 2.231,48
Leandro Pereira da Silva - 830555/10 - Not.2246/2011 - R$ 2.184,44
Leonardo Oliveira Gonçalves - 830774/02 - Not.2407/2011 - R$ 2.419,63, 830774/02 - Not.2409/2011 - R$ 4.839,26
Leonardo Pittella - 831184/09 - Not.2130/2011 - R$ 2.171,00
Leoncio Batista Apolinario - 834973/07 - Not.2467/2011 - R$ 4.462,95
Longino Antonio da Silva - 834431/07 - Not.2505/2011 - R$ 2.231,48
Lucimar Rosa - 831398/08 - Not.2471/2011 - R$ 4.462,95
Luiz Ricardi - 830574/08 - Not.2182/2011 - R$ 2.177,72
Luzboa s a - 830897/09 - Not.2129/2011 - R$ 2.171,00, 830508/10 - Not.2210/2011 - R$ 2.184,44
Manoel de Matos Junior - 830876/01 - Not.2125/2011 - R$ 2.095,59, 830671/01 - Not.2139/2011 - R$ 2.409,42, 830418/09 - Not.2294/2011 - R$ 2.218,04
Marcelo Francisco de Souza - 832604/10 - Not.2123/2011 - R$ 2.171,00
Marciel Bertanha - 830043/08 - Not.2189/2011 - R$ 2.184,44
Marcos Andre de Andrade - 830390/10 - Not.2266/2011 - R$ 2.184,44, 830391/10 - Not.2268/2011 - R$ 2.184,44
Marcos Antonio de Andrade Pedreira me - 830838/08 - Not.2180/2011 - R$ 2.177,72, 833740/10 - Not.2124/2011 - R$ 2.171,00
Marcos Vinícius da Silva Nogueira da Gama - 831221/03 - Not.2007/2011 - R$ 191,20
Maria Aparecida Oliveira da Faria - 832660/06 - Not.2431/2011 - R$ 2.231,48
Maria Lúcia Mendonça de Assis - 830764/08 - Not.2459/2011 - R$ 4.462,95
Maria Sueli Candida - 833716/10 - Not.2319/2011 - R$ 2.218,04
Master Niquel Exploração e Lavra de Jazidas Minerais Ltda - 833360/10 - Not.2313/2011 - R$ 2.218,04
Mineração & Construção São João Del Rei Ltda - 830450/10 - Not.2483/2011 - R$ 2.171,00
Mineração Araçuai Ltda - 832679/08 - Not.2394/2011 - R$ 2.224,76
Mineração Carai Ltda - 830006/10 - Not.2270/2011 - R$ 2.184,44
Mineração Carrara LTDA. - 831207/03 - Not.2005/2011 - R$ 191,20
Mineração Furukawa LTDA. - 832532/10 - Not.2282/2011 - R$ 2.157,56
Mineração Granitos de Minas Ltda - 831071/09 - Not.2296/2011 - R$ 2.218,04, 832905/08 - Not.2367/2011 - R$ 2.218,04, 832908/08 - Not.2371/2011 - R$ 2.218,04, 831675/09 - Not.2347/2011 - R$ 2.218,04, 832931/09 - Not.2357/2011 - R$ 2.218,04, 831829/07 - Not.2497/2011 - R$ 2.231,48
Mineração Itagran Ltda - 832737/09 - Not.2363/2011 - R$ 2.218,04, 830302/10 - Not.2365/2011 - R$ 2.218,04, 833038/10 - Not.2292/2011 - R$ 2.218,04
Mineração Montesa Ltda - 831240/08 - Not.2475/2011 - R$ 2.231,48
Mineração Motta Ltda-me - 830467/08 - Not.2425/2011 - R$ 2.231,48
Mineração Salinas Ltda-me - 830457/08 - Not.2188/2011 - R$ 1.994,13
Mineração Topázio, Comércio e Indústria Ltda - 831645/07 - Not.2156/2011 - R$ 2.177,72
Mineração Vale do Aço Ltda - 830856/10 - Not.2256/2011 - R$ 2.184,44
Moacir Dos Santos - M.E. - 832385/01 - Not.2121/2011 - R$ 649,26
Monteiro-gran Pesquisas e Mineração Ltda.-me - 832344/08 - Not.2385/2011 - R$ 4.436,07
Nailson Rocha Santos - 834537/08 - Not.2194/2011 - R$ 4.247,91
Nasta Hanna el Joukhadar - 831203/08 - Not.2477/2011 - R$ 4.462,95
Nelson de Paula Brito - 830396/10 - Not.2351/2011 - R$ 2.218,04
Onésio de Palma - 831060/09 - Not.2304/2011 - R$ 2.218,04
Orozilda de Souza Gomes - 832920/08 - Not.2402/2011 - R$ 4.449,51
Parkmix Comercio - 832332/06 - Not.2433/2011 - R$ 4.462,95
Patrícia Garcia Nunes - 831076/09 - Not.2311/2011 - R$ 2.218,04
Paulo Afonso Alves Vieira - 831738/09 - Not.2343/2011 - R$ 2.218,04
Pedras Herval LTDA. - 830479/01 - Not.2105/2011 - R$ 2.968,84
Pedreira Unita Ltda - 834280/10 - Not.2329/2011 - R$ 2.218,04
Pedro Costa Júnior - 831407/03 - Not.1971/2011 - R$ 181,36
q 3 Participações Ltda - 831235/09 - Not.2131/2011 - R$ 2.171,00, 831236/09 - Not.2132/2011 - R$ 2.171,00
Raydan Granitos LTDA. - ME. - 833267/05 - Not.2427/2011 - R$ 2.231,48
Renato Vieira Cacique - 832889/09 - Not.2236/2011 - R$ 2.184,44
Reovaldo Santos Nogueira - 830666/10 - Not.2252/2011 - R$ 2.184,44
Rildo José Jesuíno - 830236/10 - Not.2280/2011 - R$ 2.218,04
Rio Doce Mineração Ltda me - 830413/03 - Not.2190/2011 - R$ 191,20
Rnw Mineração Ltda - me - 831007/07 - Not.2160/2011 - R$ 2.177,72
Roberto Dias Boaventura - 831230/08 - Not.2179/2011 - R$ 4.355,43
Roberto Scobino de Souza - 830113/02 - Not.2047/2011 - R$ 191,20
Roger Almada Ribeiro - 834377/10 - Not.2331/2011 - R$ 2.218,04
Romulo da Silva Medeiros - 830863/10 - Not.2284/2011 - R$ 2.218,04, 830532/10 - Not.2211/2011 - R$ 2.184,44
Ronaldo Esteves Lima - 833360/06 - Not.2429/2011 - R$ 2.231,48
Ronaldo Zanoni Filho - 833594/08 - Not.2345/2011 - R$ 2.218,04
Rosangela Maria Luz de Mello - 830568/10 - Not.2248/2011 - R$ 2.184,44
Rosemburg Alves Nogueira - 832438/09 - Not.2377/2011 - R$ 2.218,04
Sandra Rocha - 833625/08 - Not.2205/2011 - R$ 2.184,44, 833627/08 - Not.2206/2011 - R$ 2.184,44, 833626/08 - Not.2207/2011 - R$ 2.184,44, 833628/08 - Not.2208/2011 - R$ 2.184,44, 833748/08 - Not.2209/2011 - R$ 2.184,44
Sebastião Ferreira da Silva - 830407/01 - Not.2038/2011 - R$ 2.968,84
Shary Souza Matos - 834217/08 - Not.2238/2011 - R$ 2.123,95
Tapera - Mineração de Manganês Ltda - 831783/05 - Not.2074/2011 - R$ 248,43
Terezinha Géo Quick - 833833/08 - Not.2204/2011 - R$ 2.184,44
Toledo Mineração Ltda - 832246/07 - Not.2509/2011 - R$ 2.231,48
Ulisses Gomes Barroso - 832968/10 - Not.1975/2011 - R$ 2.097,07, 832966/10 - Not.1985/2011 - R$ 2.097,07
Valdecy Vaiana de Souza e Cia Ltda - 830389/07 - Not.2441/2011 - R$ 4.462,95
Valdemir José Monteiro - 830212/10 - Not.2276/2011 - R$ 2.218,04
Vilarinho Comércio de Granitos e Mármores LTDA. - 831204/08 - Not.2473/2011 - R$ 4.462,95, 832976/08 - Not.2404/2011 - R$ 4.449,51, 831810/07 - Not.2511/2011 - R$ 4.462,95, 831811/07 - Not.2495/2011 - R$ 4.462,95
Virgilio Sardinha Pinto - 834046/06 - Not.2164/2011 - R$ 2.177,72
Vitalina Argilas Industrias e Comércio Ltda - 834448/08 - Not.2120/2011 - R$ 4.180,71
Walter Rabelo de Araújo - 832416/07 - Not.2453/2011 - R$ 2.231,48
Waner Pompéu Araújo Sevelati - 832769/08 - Not.2387/2011 - R$ 2.218,04, 832782/08 - Not.2398/2011 - R$ 2.224,76
Wanmix Ltda - 833755/06 - Not.2142/2011 - R$ 2.177,72, 833756/06 - Not.2143/2011 - R$ 2.177,72, 833757/06 - Not.2144/2011 - R$ 2.177,72, 833758/06 - Not.2145/2011 - R$ 2.177,72, 833759/06 - Not.2146/2011 - R$ 2.177,72, 833761/06 - Not.2147/2011 - R$ 2.177,72, 833762/06 - Not.2148/2011 - R$ 2.177,72, 833763/06 - Not.2149/2011 - R$ 2.177,72, 833819/06 - Not.2150/2011 - R$ 2.177,72, 833820/06 - Not.2151/2011 - R$ 2.177,72, 833821/06 - Not.2152/2011 - R$ 2.177,72, 833822/06 - Not.2153/2011 - R$ 2.177,72, 833823/06 - Not.2154/2011 - R$ 2.177,72, 830452/07 - Not.2161/2011 - R$ 2.177,72, 830453/07 - Not.2162/2011 - R$ 2.177,72, 830454/07 - Not.2163/2011 - R$ 2.177,72, 833824/06 - Not.2168/2011 - R$ 2.177,72, 833825/06 - Not.2169/2011 - R$ 2.177,72

EMANUEL MARTINS SIMÕES COELHO
Substituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 126/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento: 30 dias. (6.41)
Elcio Gomes Lopes - 826029/04, 826029/04

RELAÇÃO Nº 127/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Álvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Mineradora Tibagiana Ltda - 826051/03

FRANCISCO NAILOR CORAL

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 92/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento: 30 dias. (2.25)
Acumuladores Moura s a - 840501/07
Galdino e Filhos Ltda - 840043/07
Indústria de Bebidas Igarassu Ltda - 840210/07
Usina Salgado S.A. - 840381/07

RELAÇÃO Nº 94/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Maria da Natividade Ferraz Luna - 840110/06 - Not.133/2011 - R$ 223,16

RELAÇÃO Nº 95/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Wilson Gomes Costa - 840095/08 - Not.132/2011 - R$ 107,79

PAULO JAIME SOUZA ALHEIROS

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 31/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Conceição Abadia da Silva Baia - 803126/09 - A.I. 201/11, 803127/09 - A.I. 202/11, 803128/09 - A.I. 238/11, 803129/09 - A.I. 239/11, 803130/09 - A.I. 240/11, 803131/09 - A.I. 242/11
Davi Prim - 803404/08 - A.I. 207/11, 803405/08 - A.I. 208/11, 803406/08 - A.I. 209/11, 803547/08 - A.I. 205/11
Emiliano Madrid Dos Santos - 803040/09 - A.I. 241/11, 803041/09 - A.I. 249/11
Gilberto Apolinario da Silva - 803202/09 - A.I. 243/11
Luciano Ganem Martins - 803444/08 - A.I. 210/11
Mineradora Barca Ltda - 803229/09 - A.I. 244/11, 803230/09 - A.I. 245/11, 803231/09 - A.I. 246/11, 803232/09 - A.I. 247/11, 803233/09 - A.I. 248/11
Mineradora Brasil Ltda - 803469/08 - A.I. 211/11, 803470/08 - A.I. 212/11, 803472/08 - A.I. 213/11, 803475/08 - A.I. 214/11, 803485/08 - A.I. 204/11, 803619/08 - A.I. 215/11, 803628/08 - A.I. 216/11, 803629/08 - A.I. 217/11, 803630/08 - A.I. 218/11, 803635/08 - A.I. 219/11, 803638/08 - A.I. 220/11, 803639/08 - A.I. 221/11, 803641/08 - A.I. 222/11, 803642/08 - A.I. 223/11, 803646/08 - A.I. 224/11, 803647/08 - A.I. 225/11, 803650/08 - A.I. 226/11, 803652/08 - A.I. 227/11, 803656/08 - A.I. 228/11, 803660/08 - A.I. 229/11, 803668/08 - A.I. 230/11, 803685/08 - A.I. 231/11, 803686/08 - A.I. 232/11, 803688/08 - A.I. 233/11, 803709/08 - A.I. 234/11, 803710/08 - A.I. 235/11, 803712/08 - A.I. 236/11, 803713/08 - A.I. 237/11, 803397/08 - A.I. 203/11, 803402/08 - A.I. 206/11

CARLOS EUGÊNIO LEAL BARBOSA

Ministério do Desenvolvimento Agrário

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 38, DE 24 DE JUNHO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, interina, no uso da competência que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 7.255, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º O Art. 67 do Anexo da Portaria nº 19, de 3 de abril de 2009, Regimento Interno das unidades administrativas integrantes do MDA, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 67. ….....

§3º A substituição do Consultor Jurídico dar-se-á, em seus afastamentos ou impedimentos regulamentares, pelo Coordenador-Geral por ele indicado, e, nas mesmas situações, os Coordenadores-Gerais serão substituídos, preferencialmente, pelos Coordenadores das respectivas áreas de atribuição.

§4º Os coordenadores serão substituídos, preferencialmente, pelos Advogados das respectivas áreas de atribuição.

§5º A substituição dependerá de ato específico do Consultor Jurídico." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIA DA SILVA QUADRADO

PORTARIA Nº 39, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 27 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127, de 29 de maio de 2008, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado por 90 dias o prazo fixado para cumprimento da condição suspensiva previsto nos contratos de repasse firmados no exercício de 2009, desde que feitas as adequações nos planos de trabalho e apresentadas as justificativas.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

AFONSO FLORENCE

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 91, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Convalida a descentralização de créditos orçamentários do Fundo Nacional de Assistência Social ao Instituto Nacional do Seguro Social, para pagamento, concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social e da Renda Mensal Vitalícia, repassados em até 31 de maio de 2011.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso das atribuições que lhe confere o art. 38, IV e V, do Anexo do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, e tendo em vista o disposto no art. 29, parágrafo único, da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Convalidar a descentralização de créditos orçamentários, repassados até 31 de maio de 2011, do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, destinados ao pagamento, concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC e da Renda Mensal Vitalícia - RMV, no valor de R$ 12.471.368.735,00 (doze bilhões, quatrocentos e setenta e um milhões, trezentos e sessenta e oito mil, setecentos e trinta e cinco reais), conforme os valores abaixo relacionados:I - funcional programática nº 08.241.1384.0573.0001 - Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa, no valor de R$ 5.554.670.338,00 (cinco bilhões, quinhentos e cinqüenta e quatro milhões, seiscentos e setenta mil, trezentos e trinta e oito reais); II - funcional programática nº 08.242.1384.0575.0001 - Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência, no valor de R$ 6.022.921.422,00 (seis bilhões, vinte e dois milhões, novecentos e vinte e um mil , quatrocentos e vinte e dois reais); III - funcional programática nº 08.242.1384.0565.0001 - Renda Mensal Vitalícia por Invalidez, no valor de R$ 662.248.930,00 (seiscentos e sessenta e dois milhões, duzentos e quarenta e oito mil, novecentos e trinta reais); IV - funcional programática nº 08.241.1384.0561.0001 - Renda Mensal Vitalícia por Idade, no valor de R$ 212.577.340,00 (duzentos e doze milhões, quinhentos e setenta e sete mil, trezentos e quarenta reais); V- funcional programática nº 08.126.1384.2583.0001 - Serviço de Processamento de Dados do BPC e da RMV, no valor de R$ 16.817.372,00 (dezesseis milhões, oitocentos e dezessete mil, trezentos e setenta e dois reais); VI - funcional programática nº 081.221.384.2589.0001 - Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia, no valor de R$ 2.133.333,00 (dois milhões, cento e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais). Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE RATMANN ARRUDA COLIN

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 22, DE 1º DE JULHO DE 2011

Estabelece os critérios para alocação de cotas para importação estabelecidas pela Resolução CAMEX nº 41, de 14 de junho de 2011 e pela Resolução CAMEX nº 43, de 21 de junho de 2011.

SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIX do art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, tendo em consideração a Resolução CAMEX nº 41, de 14 de junho de 2011 e a Resolução CAMEX nº 43, de 21 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º Ficam acrescidos os incisos XXIX e XXX ao Anexo "B" da Portaria SECEX nº 10, de 24 de maio de 2010, com a seguinte redação:

"XXIX - Resolução CAMEX nº 41, de 14 de junho de 2011, publicada no D.O.U. de 15 de junho de 2011, art. 1º:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
3817.00.10	Misturas de alquilbenzenos Ex 001 - Linear alquilbenzeno	2%	3.000 toneladas	15/06/2011 a 14/09/2011

a) O exame das LI será realizado por ordem de registro no SISCOMEX;

b) O importador deverá fazer constar na LI a descrição constante da tabela acima;

c) Caso seja constatado o esgotamento da cota, o DECEX não emitirá novas licenças de importação para essa cota, ainda que registradas no SISCOMEX.

XXX - Resolução CAMEX nº 43, de 21 de junho de 2011, publicada no D.O.U. de 22 de junho de 2011, art. 1º:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
2823.00.10	Óxido de Titânio Tipo Anatase	2%	6.000 toneladas	22/06/2011 a 21/06/2012

a) O exame das LI será realizado por ordem de registro no SISCOMEX;

b) Será concedida inicialmente a cada empresa uma cota máxima de 200 toneladas do produto, podendo cada importador obter mais de um licenciamento, desde que o somatório das LI seja inferior ou igual ao limite inicial estabelecido;

c) Após atingida a quantidade máxima inicial estabelecida, novas concessões para a mesma empresa estarão condicionadas à comprovação do efetivo despacho para consumo da mercadoria objeto da(s) concessão(ões) anterior(es), mediante a apresentação de cópia do CI e da DI correspondentes, e a quantidade liberada será, no máximo, igual à parcela já desembaraçada;

d) Caso seja constatado o esgotamento da cota, o DECEX não emitirá novas licenças de importação para essa cota, ainda que registradas no SISCOMEX."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TATIANA LACERDA PRAZERES

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 216, DE 29 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Resolução nº 202, de 17 de maio de 2006 e os termos da do Parecer Técnico de Acompanhamento/Fiscalização nº 103/2011-SPR/CGAPI/COPIN, referente à solicitação da empresa P S T ELETRÔNICA S/A., inscrição SUFRAMA Nº 200711016, resolve:

Art. 1º. AUTORIZAR, com base no disposto no artigo 14, da Resolução nº 202/2006, o adicional de cota aos limites de importação de insumos, conforme descrito abaixo:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

código sufra-ma	produto	documento aprobatório	valor da cota adicional us$
1712	AUTO-RÁDIO COM DVD	Resolução nº 200, de 26/08/2010 - diversificação	1,306,546.50
0100	AUTO-RÁDIO COM TOCA-DISCOS DIGITAL A LASER	Portaria nº 462, de 20/10/2010 - diversificação	1,246,000.00

Art. 2º. AUTORIZAR, com base no Artigo 32 da Resolução nº 202/2006, o remanejamento de cotas de importação de insumos no valor de US$ 1,000,000.00 (hum milhão de dólares norte-americanos), do produto PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (EXCETO DE USO EM INFORMÁTICA) - Código Suframa nº 0115, aprovado pela Portaria n° 92, de 03/02/1995, para o produto AUTO-RÁDIO COM TOCA-DISCOS DIGITAL A LASER - Código Suframa nº 0100, e o valor de US$ 2,000,000.00 (dois milhões de dólares norte-americanos), do produto ALARME ELETRÔNICO PARA VEÍCULO - Código Suframa nº 0120, aprovado por meio da Resolução n° 214, de 30/10/1998, para o produto AUTO-RÁDIO COM DVD Código Suframa nº 1712.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OLDEMAR IANCK

SECRETARIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 30 de junho de 2011

Processo decidido pelo Secretário de Comércio e Serviços, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GM/Nº 346, de 4 de novembro de 2005, publicada no D.O.U. de 8 de novembro de 2005.

Recurso Parcialmente Provido:
Referência: Processo MDIC nº 52000.011075/2011-81
Processo JUCERJA E-11/50.431/2010
Recorrente: Plenário da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Processo decidido pelo Secretário de Comércio e Serviços, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GM/Nº 346, de 4 de novembro de 2005, publicada no D.O.U. de 8 de novembro de 2005.

Recurso Provido:
Referência: Processo MDIC nº 52000.015203/2011-65
Processo JUCEB Nº 1106110008690
Recorrente: Procuradoria da Junta Comercial do Estado da Bahia
Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado da Bahia

HUMBERTO LUIZ RIBEIRO

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 49, DE 1º DE JULHO DE 2011

Delega competência ao Chefe da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais para outorgar a pessoas fisicas, autorização para prestação de serviços e realização de atividades de apoio à visitação na Unidade de Conservação em questão.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19, VII, do Anexo I do Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do ICMBio, com fundamento nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei n° 200, de 25 de fevereiro de 1967 e no Processo ICMBio n° 02070.000494/2008-66; Considerando a necessidade de descentralizar, agilizar e aperfeiçoar os procedimentos para a regularização dos serviços e atividades desenvolvidas na Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais/AL; Considerando o regime especial de administração das Unidades de Conservação, conforme o art. 2° da Lei n° 9.985/2000; Considerando os objetivos de criação da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais, estabelecidos no Decreto s/n° de 23 de outubro de 1997; Considerando o ordenamento da atividade de turismo e demais formas de exploração econômica das piscinas naturais de Maragogi e Paripueira, estabelecido pela IN n° 08/09 alterada parcialmente pela IN n° 14/20 10, resolve:

Art. 1° - Delegar competência ao Chefe da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais para outorgar a pessoas fisicas autorização para a prestação de serviços e a realização de atividades de apoio à visitação na referida unidade de conservação.

Art. 2° - Para fins do disposto nesta Portaria, entende-se por autorização o ato administrativo unilateral, precário, manejado no exercício da competência discricionária do ICMBio e que tenha por objeto atividades ou serviços de baixa complexidade e de interesse predominantemente privado, cuja outorga não possa, por impossibilidade ou inviabilidade material, ser precedida de procedimento licitatório.

Art. 3° - Para cada autorização deverá ser exigida a documentação mínima abaixo relacionada, sem prejuízo de outras autorizações, licenças ou congêneres exigidos em normas específicas para a prática das atividades em questão:

I - requerimento do interessado, contendo descrição exata das atividades que pretende realizar;

II - cópia da carteira de identidade e do Cadastro Nacional de Pessoa Física - CPF do requerente;

III - comprovante de residência do requerente;

Art. 4º - A chefia da unidade de conservação deverá encaminhar anualmente à Coordenação Regional e posteriormente a Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral, para fins de controle, relatório contendo listagem das autorizações vigentes e dos pedidos indeferidos, bem como sucinta descrição das atividades ou serviços objeto dos requerimentos.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 51, DE 1º DE JULHO DE 2011

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 8º, inciso II, do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, e a delegação de competência de que trata o art. 4º da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011, resolve:

Art. 1º Ajustar o detalhamento dos limites de movimentação e empenho constantes dos Anexos I e II da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, respectivamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
20000	Presidência da República	10.000	0	10.000
TOTAL		10.000	0	10.000

Fontes: 100, 111, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 188, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
20000	Presidência da República	0	10.000	10.000
TOTAL		0	10.000	10.000

Fontes: 150, 250, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 52, DE 1º DE JULHO DE 2011

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 8º, incisos I e II e § 1º, do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, e a delegação de competência de que trata o art. 4º da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites de movimentação e empenho de que trata o Anexo I do Decreto nº 7.445, de 2011, na forma dos Anexos I, II e III desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS COM BENEFÍCIOS A SERVIDORES, MILITARES, EMPREGADOES E SEUS DEPENDENTES *
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO VIII DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
28000	Min. do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	268	0	268
33000	Min. da Previdência Social	5.800	0	5.800
41000	Min. das Comunicações	4.815	0	4.815
42000	Min. da Cultura	1.528	0	1.528
47000	Min. do Planejamento, Orçamento e Gestão	162.951	0	162.951
55000	Min. do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	895	0	895
56000	Min. das Cidades	409	0	409
73000	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	14.265	0	14.265
TOTAL		190.931	0	190.931

*Inclui recursos de todas as fontes e abrange auxílio-alimentação ou refeição, assistência médica e odontológica, inclusive exames periódicos, assistência pré-escolar e auxílio-transporte, ou similares, a servidores, militares, empregados, e seus dependentes.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS COM BENEFÍCIOS A SERVIDORES, MILITARES, EMPREGADOES E SEUS DEPENDENTES *
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO VIII DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
20000	Presidência da República	1.499	0	1.499
20114	Advocacia-Geral da União	3.150	0	3.150
22000	Min. da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	4.340	0	4.340
24000	Min. da Ciência e Tecnologia	10	0	10
25000	Min. da Fazenda	2.914	0	2.914
26000	Min. da Educação	102.846	0	102.846
30000	Min. da Justiça	26.082	0	26.082
32000	Min. de Minas e Energia	3.761	0	3.761
35000	Min. das Relações Exteriores	10	0	10
36000	Min. da Saúde	7.415	0	7.415
38000	Min. do Trabalho e Emprego	4.135	0	4.135
39000	Min. dos Transportes	13.486	0	13.486
44000	Min. do Meio Ambiente	4.431	0	4.431
49000	Min. do Desenvolvimento Agrário	72	0	72
51000	Min. do Esporte	85	0	85
52000	Min. da Defesa	7.570	0	7.570
53000	Min. da Integração Nacional	264	0	264
54000	Min. do Turismo	20	0	20
58000	Min. da Pesca e Aquicultura	320	0	320
TOTAL		182.410	0	182.410

* Inclui recursos de todas as fontes e abrange auxílio-alimentação ou refeição, assistência médica e odontológica, inclusive exames periódicos, assistência pré-escolar e auxílio-transporte, ou similares, a servidores, militares, empregados, e seus dependentes.

ANEXO III

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
47000	Min. do Planejamento, Orçamento e Gestão	8.521	0	8.521
TOTAL		8.521	0	8.521

Fontes: 100, 111, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 188, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

PORTARIA Nº 53, DE 1º DE JULHO DE 2011

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 8º, incisos I e II e § 1º, do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, e a delegação de competência de que trata o art. 4º da Portaria MP nº 23, de 1º de março de 2011, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites de movimentação e empenho de que trata o Anexo I do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA CORRÊA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
36000	Ministério da Saúde	40.000	0	40.000
TOTAL		40.000	0	40.000

Fontes: 100, 111, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 188, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MP Nº 23, DE 1º DE MARÇO DE 2011)

R$ Mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL		
		Custeio (a)	Investimento + Inv. Financ. (b)	Total (c) = (a+b)
42000	Ministério da Cultura	20.000	0	20.000
54000	Ministério do Turismo	20.000	0	20.000
TOTAL		40.000	0	40.000

Fontes: 100, 111, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 178, 180, 188, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL EM TOCANTINS

PORTARIA Nº 20, DE 6 DE JUNHO DE 2011

A Superintendente do Patrimônio da União do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições que lhe foi atribuída pela Portaria N° 6, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, de acordo com o artigo 22, da Lei N° 9.636, de 15 de maio de 1998, e artigo 14 e seus parágrafos, do Decreto N° 3.725 de 10 de janeiro de 2001 e com os elementos que integram o processo n° 05560.000413/2011-23.

Art. 1° Permissão o Uso, a título gratuito e precário ao MUNICÍPIO DE JUARINA, ESTADO DO TOCANTINS, da PRAIA DO GIRASSOL, numa extensão aproximada de 1.049m², para o período de 20/06/2011 a 20/08/2011, prorrogável por igual período (Decreto nº 3.725, art. 14, §1º, III), tudo em conformidade com os elementos constantes no Processo Administrativo nº 05560.000413/2011-23.

Art. 2° Durante o período do evento a que se refere a Permissão de Uso ora autorizada, fica a permissionária obrigada a fixar na área em que se realizará o evento e em local visível ao público, uma placa confeccionada segundo o Manual de Placas da SPU, com os seguintes dizeres: "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU"

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCILENE DE LIRA ALVES

PORTARIA Nº 26, DE 3 DE JUNHO DE 2011

A Superintendente do Patrimônio da União do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições que lhe foi atribuída pela Portaria N° 6, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, de acordo com o artigo 22, da Lei N° 9.636, de 15 de maio de 1998, e artigo 14 e seus parágrafos, do Decreto N° 3.725 de 10 de janeiro de 2001 e com os elementos que integram o processo n° 05560.000503/2011-14.

Art. 1° Permissão o Uso, a título gratuito e precário ao MUNICÍPIO DE ESPERANTINA, ESTADO DO TOCANTINS, da PRAIA DO BACURI GRANDE, numa extensão aproximada de 269.947,000 m², para o período de 14/07/2011 a 02/08/2010, prorrogável por igual período (Decreto nº 3.725, art. 14, §1º, III), tudo em conformidade com os elementos constantes no Processo Administrativo nº 05560.000503/2011-14.

Art. 2° Durante o período do evento a que se refere a Permissão de Uso ora autorizada, fica a permissionária obrigada a fixar na área em que se realizará o evento e em local visível ao público, uma placa confeccionada segundo o Manual de Placas da SPU, com os seguintes dizeres: "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU".

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCILENE DE LIRA ALVES

PORTARIA Nº 27, DE 3 DE JUNHO DE 2011

A Superintendente do Patrimônio da União do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições que lhe foi atribuída pela Portaria N° 6, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, de acordo com o artigo 22, da Lei N° 9.636, de 15 de maio de 1998, e artigo 14 e seus parágrafos, do Decreto N° 3.725 de 10 de janeiro de 2001 e com os elementos que integram o processo n° 05560.000501/2011-25.

Art. 1° Permissão o Uso, a título gratuito e precário ao MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL, ESTADO DO TOCANTINS, da PRAIA DO GOIÁS, numa extensão aproximada de 191.009,000 m², para o período de 14/07/2010 a 02/08/2010, prorrogável por igual período (Decreto nº 3.725, art. 14, §1º, III), tudo em conformidade com os elementos constantes no Processo Administrativo nº 05560.000501/2011-25.

Art. 2° Durante o período do evento a que se refere a Permissão de Uso ora autorizada, fica a permissionária obrigada a fixar na área em que se realizará o evento e em local visível ao público, uma placa confeccionada segundo o Manual de Placas da SPU, com os seguintes dizeres: "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU".

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCILENE DE LIRA ALVES

PORTARIA Nº 28, DE 3 DE JUNHO DE 2010

A Superintendente do Patrimônio da União do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições que lhe foi atribuída pela Portaria N° 6, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, de acordo com o artigo 22, da Lei N° 9.636, de 15 de maio de 1998, e artigo 14 e seus parágrafos, do Decreto N° 3.725 de 10 de janeiro de 2001 e com os elementos que integram o processo n° 05560.000502/2011-70.

Art. 1° Permissão o Uso, a título gratuito e precário ao MUNICÍPIO DE ITAGUATINS, ESTADO DO TOCANTINS, da PRAIA DO TIO CLARO, numa extensão aproximada de 28.410,30 m², para o período de 08/07/2011 a 08/08/2011, prorrogável por igual período (Decreto nº 3.725, art. 14, §1º, III), tudo em conformidade com os elementos constantes no Processo Administrativo nº 05560.000502/2011-70.

Art. 2° Durante o período do evento a que se refere a Permissão de Uso ora autorizada, fica a permissionária obrigada a fixar na área em que se realizará o evento e em local visível ao público, uma placa confeccionada segundo o Manual de Placas da SPU, com os seguintes dizeres: "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU".

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCILENE DE LIRA ALVES

PORTARIA Nº 29, DE 3 DE JUNHO DE 2011

A Superintendente do Patrimônio da União do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições que lhe foi atribuída pela Portaria N° 6, de 31 de janeiro de 2001, da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, de acordo com o artigo 22, da Lei N° 9.636, de 15 de maio de 1998, e artigo 14 e seus parágrafos, do Decreto N° 3.725 de 10 de janeiro de 2001 e com os elementos que integram o processo n° 05560.000457/2011-53.

Art. 1° Permissão o Uso, a título gratuito e precário ao MUNICÍPIO DE BURITI, ESTADO DO TOCANTINS, da PRAIA DO TIÇÃO, numa extensão aproximada de 275.385,000 m², para o período de 09/07/2011 a 14/08/2011, prorrogável por igual período (Decreto nº 3.725, art. 14, §1º, III), tudo em conformidade com os elementos constantes no Processo Administrativo nº 05560.000457/2011-53.

Art. 2° Durante o período do evento a que se refere a Permissão de Uso ora autorizada, fica a permissionária obrigada a fixar na área em que se realizará o evento e em local visível ao público, uma placa confeccionada segundo o Manual de Placas da SPU, com os seguintes dizeres: "ÁREA DE USO COMUM DO POVO, COM PERMISSÃO DE USO AUTORIZADA PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU".

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCILENE DE LIRA ALVES

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL EM PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 21, DE 28 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM PERNAMBUCO, conforme portaria nº 95, de 13 de fevereiro de 2006, em consonância com o Decreto-lei nº2.398, de 21 de dezembro de 1987 e com Decreto-lei nº9.760, de 05 de setembro de 1946 e, tendo em vista o art. 2º, VII, da Portaria MP/SPU nº200, de 29 de junho de 2010, e com os elementos que integram o Processo nº 04962.002121/2007-53 resolve:

Art. 1º - Autorizar a Prefeitura da Cidade do Recife, no Estado de Pernambuco, a executar as obras referentes à implantação da 2ª e 3ª etapa do projeto Via Mangue, com extensão de 4,5Km, iniciando-se na Ponte Paulo Guerra, no bairro do Pina e finalizando-se na Av. Antônio Falcão, no Bairro de Boa Viagem, município de Recife.

§ 1º Desta autorização está excluído o trecho de terreno acrescido de marinha, não alagável, inserido nos imóveis Ilha das Cabras e Ilha do Simão, até que sejam concluídas as tratativas com a Marinha do Brasil.

§ 2º Esta autorização alcança toda a área de manguezal, porquanto bem de uso comum do povo e de domínio da União.

§ 3º Esta autorização ratifica e renova, sem solução de continuidade a autorização constante do Ofício 1274/2009/DIIFI/GRPU/PE, de 04 de maio de 2009.

Art. 2º - Na execução do projeto autorizado por meio desta portaria devem ser observados os estritos termos da Licença de Instalação nº01.11.04.003078-7 concedida pela Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º - Os serviços deverão ser executados de acordo com o projeto executivo de engenharia apresentado pela Prefeitura Municipal da cidade do Recife, constante do Processo nº 04962.002121/2007-53.

Art. 4º - A Prefeitura do Recife fica responsável pela manutenção permanente da área, bem como por toda e qualquer eventual indenização a terceiros.

Art. 5º - O objeto da presente Portaria restringe-se a autorização contida no artigo 1º, não autorizando a Prefeitura do Recife à alienação do terreno que continuará sendo de domínio da União.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO FERRARI LUCAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 66, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, inciso VI, da Portaria n° 200, de 29 de Junho de 2010, art. 1º, VI, da Portaria n° 211, de 28 de Abril de 2010, art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o Processo de destinação nº 04977.009663/2010-93;

Art. 1º Autorizar a cessão provisória de uso gratuito para a Prefeitura Municipal de Marília dos seguintes imóveis: IMÓVEL 1 - NBP 3.500.003.0002 - Terreno de formato geométrico irregular, com benfeitorias - área adquirida através da escritura proc. 7 (500-016), transcrição n° 444, livro 3B, fls. 84, de 23/11/1929, no Cartório de Registro de Imóveis de Piratininga, com a seguinte descrição: as divisas desta área tem início no ponto 35, situado no alinhamento predial da rua 9 de julho, situado em normal ao km 466+284,59m, afastado 6,00m do eixo da via férrea principal, no lado direito do sentido crescente da quilometragem; daí segue em reta paralela ao eixo da via férrea principal pelo alinhamento divisório, por uma distância de 219,25m, até encontrar o ponto 36; daí deflete à direita com ângulo de 90º e segue em reta pelo alinhamento divisório, por uma distância de 3,00m, até encontrar o ponto 17; daí segue em reta, pelo alinhamento divisório, por uma distância de 18,00m, até encontrar o ponto 16; daí deflete à esquerda com ângulo de 90° e segue em reta pelo alinhamento divisório, por uma distância de 4,75m até encontrar o ponto 15; daí deflete à direita com ângulo de 90º e segue em reta pelo alinhamento divisório, por uma distância de 33,00m, até encontrar o ponto 14, situado no vértice divisório da propriedade da RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A com a propriedade da Companhia Paulista de Administração de Ativos - CPA, e no alinhamento predial da avenida Brasil; daí deflete à direita com ângulo de 90º e segue em reta, pelo alinhamento predial da avenida Brasil, por uma distância de 19,00m, até encontrar o ponto 32=A, situado no vértice divisório da propriedade da RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A, com a propriedade da Prefeitura Municipal de Marília; daí deflete à direita e segue em reta pelo alinhamento divisório, por uma distância de 26,15m, até encontrar o ponto 32=D; daí deflete à esquerda e segue em reta pelo alinhamento divisório, por uma distância de 62,20m, até encontrar o ponto 4, daí deflete à direita e segue em reta pelo alinhamento divisório, por uma distância de 11,63m, até encontrar o ponto 3; daí deflete à direita e segue em reta pelo alinhamento divisório, por uma distância de 11,00m, até encontrar o ponto 2; daí deflete à esquerda com ângulo de 90º e segue em reta pelo alinhamento divisório, por uma distância de 135,00m, até encontrar o ponto 1 situado no alinhamento predial da rua 9 de julho e em normal ao km 466+284,59m, afastado 12,50m do eixo da via férrea principal, no lado direito do sentido crescente da quilometragem; daí deflete à direita com ângulo de 90º e segue em reta pelo alinhamento predial da rua 9 de julho, por uma distância de 6,50m, até encontrar o ponto 35 origem desta descrição. Confrontando nos pontos: 35-36, 36-17, com propriedade da RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A; nos pontos 17-16, 16-15, 15-14, com propriedade da Companhia Paulista de Administração de Ativos - CPA; nos pontos 14-32=A, com a avenida Brasil; nos pontos 32=A-33=D, 33=D-4, com propriedade da Prefeitura Municipal de Marília; nos pontos 4-3, 3-2, 2-1, com propriedade da RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A; nos pontos 1-35, com a rua 9 de julho; Benfeitorias: NBP 4430.266 - Estação - construção com parede de alvenaria de tijolos, com estrutura mista de concreto/metálica com cobertura de telhas de fibrocimento; área construída=441,00 m²; NBP 4430.267 - Sanitário - construção com paredes e estrutura de alvenaria de tijolos, com cobertura de laje de concreto; área construída=25,00m²; NBP 4430.272 - Sanitário - construção com paredes e estrutura de alvenaria de tijolos, com cobertura de telhas de barro do tipo francesa; área construída=24,00 m²; NBP 4430.274-Quarto de Pernoite-construção com paredes e estrutura de alvenaria de tijolos, com cobertura de telha de barro do tipo francesa; área construída=12,38m²; posteriormente incorporado ao patrimônio da Rede Ferroviária Federal S/A, e por força da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, que extinguiu a Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA e transferiu à UNIÃO os seus bens imóveis não-operacionais;

Art. 2º Os imóveis a que se referem o artigo anterior destinam-se, exclusivamente, para a Implantação de Unidade Básica de Saúde com Farmácia Popular e Unidade de Fisioterapia pela Prefeitura Municipal de Marília.

Art. 3º A presente cessão provisória é válida até a conclusão do processo de incorporação do imóvel ao Patrimônio da União ocasião em que poderá ser substituída por instrumento de cessão definitivo, mediante autorização expressa da autoridade competente e após o devido procedimento administrativo;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INACIO MASSARU AIHARA

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 18, DE 27 DE JUNHO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO SUL, ÓRGÃO VINCULADO À SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 2º, inciso V e § 3º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 30 de junho de 2010, e tendo em vista o que prevê o inciso I do art. 18 da Lei nº 9.636, de de 15 de maio de 1998, bem como os elementos que integram o Processo nº 04902.000346/2011-66, resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão de Uso, em Caráter Provisório, ao Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, do imóvel denominado Hospital Independência, localizado na Avenida Antônio de Carvalho, nº 450, em Porto Alegre, adjudicado em favor da União.

Art. 2º O Hospital Independência está registrado sob matrícula nº 90.488 do Registro de Imóveis da 3ª Zona de Porto Alegre/RS.

Art. 3º A cessão a que se refere o art.1º destina-se à implantação de serviços de saúde ligados ao Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 4º A cessão provisória poderá ser revogada a qualquer tempo em caso de necessidade da administração federal.

Art. 5º A cessão terá vigência pelo prazo necessário à incorporação do imóvel ao patrimônio da União no Cartório de Registro de Imóveis, sem prejuízo, então, da instrução e autorização de instrumento definitivo de destinação.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSE CARLA CORREIA

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 20, DE 25 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso V, do art. 2º, da Portaria nº 200, de 29 de Julho de 2010, da Secretaria do Patrimônio da União, e tendo em vista o disposto no art. 11, § 3º, do Decreto nº 3.725, de 10 de Janeiro de 2001, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04916.001381/2009-29, resolve:

Art.1º Autorizar a cessão provisória de uso, sob o regime de cessão gratuita, ao Município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte, constituído por terreno de 20.000,00 m², parte menor do imóvel de propriedade da União, denominado "Base Física Felipe Camarão", antiga "Fazenda Rocheffeler", com área total de 418,7 hectares, localizada no Município de São Gonçalo do Amarante/RN, registrada nas matrículas nº 1.303, Livro 3-F, fls. 19v/20, de 26/02/1973, nº 1.386, Livro 3-F, fls. 58v/59, de 28/01/1974 e Matrícula nº 14.588, Livro 19, fls. 94 a 97, do 1º Ofício da Comarca de São Gonçalo do Amarante/RN, em processo de incorporação ao patrimônio da União, com as características e confrontações constantes do processo nº 04916.001381/2009-29.

Art.2º O imóvel a que se refere o art. 1º, destina-se a construção e instalação do Centro de Educação Infantil, composto da Creche ProInfância e Escola de Ensino Fundamental, com prazo de 01 ano para o início das obras e 03 anos para conclusão, a contar da assinatura do contrato, sendo válida até a conclusão do Processo nº 0469.000417/91-49, de incorporação do imóvel ao patrimônio imobiliário da União, e sua substituição por instrumento definitivo de destinação.

Art.3º A cessão terá vigência a partir da assinatura do contrato e terá validade até decisão final no procedimento administrativo que tratar da cessão de uso definitivo.

Art.4ºResponderá o cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitoria nele existentes.

Art.5ºA destinação de que trata o art. 2º desta Portaria, será permanente e resolutiva, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito ao cessionário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, independentemente de ato especial, em caso de:

I - Não for cumprida a finalidade da cessão, estipulada no art. 2º desta Portaria;

II - Cessarem as razões que justificaram a cessão;

III - Ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista no art.2º da presente Portaria;

IV - Ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais ou

V - Na hipótese de necessidade ou interesse público superveniente, ressalvada em tal caso, a indenização por benfeitorias necessárias, de cuja realização tenha sido dado o prévio e indispensável conhecimento a União.

Art.6ºEsta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

YEDA CUNHA DE MEDEIROS PEREIRA

Ministério do Trabalho e Emprego

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 28 de junho de 2011

O Presidente do Conselho Nacional de Imigração, faz público que em reunião de 22 de Junho de 2011, o Conselho Nacional de Imigração deferiu os seguintes pedidos de concessão de vistos temporário, permanente e permanência definitiva.

Temporário - Item V - RN 27 de 25/11/1998:

Processo: 46094015548201114 Prazo: 14 MESES Estrangeiro: ADRIAN DAVID RICHARDSON Passaporte: E4042768 Estrangeiro: ALEJANDRO GALÀN LIFONA Passaporte: BC111951 Estrangeiro: ALESSANDRO SBLATTERO Passaporte: YA1198541 Estrangeiro: ALEXANDER CHEMODANOV Passaporte: 702185661 Estrangeiro: ALEXEY MAKSIMOV Passaporte: 704453201 Estrangeiro: ALEXEY SHIRIN Passaporte: N5913304 Estrangeiro: ALFONSO JOSE GALLEGO MARTINEZ Passaporte: AA150032 Estrangeiro: ALIAKSANDR BARSAN Passaporte: MC2220563 Estrangeiro: ALPHE REMI SAVOIE Passaporte: BD114872 Estrangeira: AMANDA ELIZABETH SMITH Passaporte: 452067853 Estrangeira: AMBER VAN WIJK Passaporte: EI623665 Estrangeiro: ANDRÉ SOLODAR Passaporte: 303534904 Estrangeira: ANDREA EDITH BERCHTOLD Passaporte: F3248816 Estrangeiro: ANDREY KORESHKOV Passaporte: 63Nº4696153 Estrangeira: ANIK MONTPETIT Passaporte: QA615232 Estrangeiro: ANVAR NURKHOJAYEV Passaporte: N3409453 Estrangeiro: ARNOLDUS FRANCISCUS JOSEPHUS NOUWENS Passaporte: BB292490 Estrangeira: AYLA AHMADOVA Passaporte: P4122767 Estrangeiro: BRIAN LAURENCE EDWARDS Passaporte: E4010445 Estrangeira: BRIGITTE LAROCHELLE Passaporte: BA546634 Estrangeira: CAROLINE ROY Passaporte: BA678965 Estrangeira: CHANTAL NELL Passaporte: 468154945 Estrangeiro: CHARLES FREDERICK HENRY Passaporte: 027555977 Estrangeira: CHARLOTTE IBANEZ MIKHAIL Passaporte: 451525134 Estrangeira: CHRISTINE CAROL RUA Passaporte: 209278871 Estrangeira: CHRISTINE CHANDONNET Passaporte: BA508929 Estrangeiro: CHRISTOPHE VIENNE CARDINALI Passaporte: 04FI88099 Estrangeiro: CHRISTOPHER BILBO Passaporte: 448049896 Estrangeiro: CLAUDE ST-AMAND Passaporte: BA291062 Estrangeira: CYNTHIA ELENA CLEMENTE Passaporte: 467832846 Estrangeiro: DANIEL CADIEUX Passaporte: BA294268 Estrangeiro: DANIEL CLINTON OUZTS Passaporte: 135437328 Estrangeiro: DANIEL CÔTÉ Passaporte: BA520476 Estrangeiro: DARKO BAEZ PAUNOVIC Passaporte: BF517959 Estrangeiro: DARREN WILLIAMSON Passaporte: 801013435 Estrangeiro: DAVID RENÉ Passaporte: BA290087 Estrangeira: DENISE DION Passaporte: BA289775 Estrangeiro: DMYTRO LIUBASHENKO Passaporte: EH409545 Estrangeiro: DOUGLAS ERIC SAGER Passaporte: 434941325 Estrangeiro: ENE CAVAN Passaporte: 459819837 Estrangeiro: ERIC DESVERGNE Passaporte: 01ZA92977 Estrangeiro: ERIC LABERGE Passaporte: WH955675 Estrangeiro: ETIENNE ALLARD Passaporte: BA289264 Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER SANTOS LEAL Passaporte: XDA243258 Estrangeiro: GEORGE THOMAS Mc ALLISTER Passaporte: 439077915 Estrangeiro: GIUSEPPE BELLO Passaporte: F240501 Estrangeiro: GORDON ROBERT WHITE Passaporte: WL941931 Estrangeiro: GUILLERMO CARDENAS GUERRERO Passaporte: G02999831 Estrangeira: HOLY LYNN NYE Passaporte: 04793256 Estrangeira: HUI XIE Passaporte: G50382016 Estrangeiro: IGNACIO HUMADA ALLORBE Passaporte: BC981171 Estrangeiro: IGOR AREFIEV Passaporte: 206969355 Estrangeiro: IGOR KARPOV Passaporte: 103877379 Estrangeiro: IRVING ROTHER Passaporte: JR231208 Estrangeira: ISABELLE DANSEREAU-CORRADI Passaporte: BA288826 Estrangeira: IULIIA MYKHAILOVA Passaporte: EH7414475 Estrangeiro: JACOB SCOTT PENNYWELL Passaporte: 459820441 Estrangeiro: JADE MORIN Passaporte: BA545954 Estrangeiro: JAN JACOB HOMAN Passaporte: BKRCPB3P0 Estrangeiro: JASON CHRISTOPHER CAROTHERS Passaporte: 448268933 Estrangeiro: JASON STEVEN POTTER Passaporte: 482526569 Estrangeiro: JEAN-FRANÇOIS RAYMOND Passaporte: BA295783 Estrangeira: JENNIFER ANN KRAMER Passaporte: 207612217 Estrangeira: JENNIFER IRENE ELFVERSON Passaporte: M1809687 Estrangeiro: JENS DYRMOSE LUND KRISTENSEN Passaporte: 101769564 Estrangeira: JESSICA ANN ROTHENBERG Passaporte: 458735286 Estrangeira: JIANSHI YIN Passaporte: G20611535 Estrangeira: JOAN EVANS Passaporte: E4045747 Estrangeira: JOANIE LEBEL ST-LAURENT Passaporte: WQ756459 Estrangeiro: JOHN WILLIAM PETER REID Passaporte: N3158823 Estrangeiro: JONATHAN MARK VIVASH Passaporte: 465258560 Estrangeira: JULIANA DEL CARMEN LEAL REDONDO Passaporte: XDA390508 Estrangeiro: JUSTIN RYAN CICERONE Passaporte: 215899664 Estrangeira: KAREN-MAREE DOYLE Passaporte: M1672012 Estrangeiro: KARL JOHN JENKINS Passaporte: LA452186 Estrangeira: KATERYNA PYSARENKO Passaporte: EC808813 Estrangeira: KATJA LILSA KORTSRÖM Passaporte: 17053968 Estrangeiro: KHVICHA TETVADZE Passaporte: 06AD06292 Estrangeiro: LASHA SAKHOKIA Passaporte: 10AB43177 Estrangeiro: LAURENT CHRISTIAN CLAUDE GAUDAIS Passaporte: 04BF67285 Estrangeiro: LAURENT JOSÉ STEMARIE Passaporte: BA524569 Estrangeiro: LEE BOUTIN Passaporte: JQ545592 Estrangeira: LEYSAN GAYAZOVA Passaporte: 51Nº4586567 Estrangeira: LYNE LAMONTAGNE Passaporte: JX350727 Estrangeiro: MARC CORNELLIER Passaporte: BA688047 Estrangeiro: MARC RESTHER Passaporte: BA416507 Estrangeiro: MARCEL BOFILL DEULOFEU Passaporte: AAA881999 Estrangeira: MARGARITA PLATONOVA Passaporte:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

702936252 Estrangeira: MARIE FRANCE LEGAULT Passaporte: BA653117 Estrangeira: MARIE JOËLLE-TREMBLAY Passaporte: WN103098 Estrangeira: MARIE-CHRISTINE FOURNIER Passaporte: BA391267 Estrangeira: MARIE-HÉLÈNE GENEST Passaporte: QD030705 Estrangeira: MARIIA OZHYGANOVA Passaporte: EA431556 Estrangeira: MARNI TRISTA HAMILTON Passaporte: 104615549 Estrangeiro: MARTIN LIAM HOULIHAN Passaporte: M1386793 Estrangeiro: MARTIN RATELLE Passaporte: BA289904 Estrangeiro: MATHIEU GATIEN Passaporte: BA551767 Estrangeiro: MATHIEU URVOY-LETELLIER Passaporte: WF66609 Estrangeiro: MATTHEW JOHN BOVEY Passaporte: 108927988 Estrangeiro: MATTHIEU MANUEL REAU Passaporte: 10AA99820 Estrangeira: MAYA EVA LETHA MAHN Passaporte: C2VM83LG6 Estrangeira: MAYA MAHN Passaporte: G2VM83LG6 Estrangeira: MERCEDES LIA HERNANDEZ Passaporte: 28936448N Estrangeiro: MICHAEL EDWARD GUTIERREZ Passaporte: 423760542 Estrangeiro: MICHEL GRONDIN Passaporte: BA287697 Estrangeiro: MICHEL GUILLEMETTE Passaporte: BA502482 Estrangeira: MYLÈNE GRENIER-LEMIEUX Passaporte: BA546361 Estrangeiro: MÁRK HALASI Passaporte: BB0159115 Estrangeiro: NATHANIEL RICHARD BROWN Passaporte: 473500125 Estrangeiro: NICHOLAS FORTALEZA DE LOS REYES Passaporte: 038849646 Estrangeiro: NIKITA SUKHANOV Passaporte: 704453385 Estrangeira: NOÉLIA ARAGON CUEVAS Passaporte: AAC775253 Estrangeiro: OCTAVIO FELIX ALEGRIA RAMIREZ Passaporte: 09857318680 Estrangeira: OLGA CHYBISOVA Passaporte: EC619232 Estrangeiro: OMAR ALEXEY CORONA LOPEZ Passaporte: WT551814 Estrangeiro: OTIS WELTY COOK Passaporte: 460809523 Estrangeiro: PABLO JIMENEZ CABRERA Passaporte: X521527 Estrangeiro: PABLO MEJIA POLANCO MOLINA Passaporte: BB292490 Estrangeiro: PATRICK CHAREST Passaporte: WT913670 Estrangeiro: PATRICK DUBUISSON Passaporte: BA416955 Estrangeiro: PATRICK GAGNON Passaporte: BA739865 Estrangeiro: PAUL DANIEL PRIEUR Passaporte: BA551852 Estrangeiro: PAUL JAMES BANNERMAN Passaporte: BA689749 Estrangeiro: PAVEL KORSHUNOV Passaporte: 704519837 Estrangeiro: PEDRO SANTOS LEAL Passaporte: XDA389638 Estrangeiro: PEDRO SANTOS PADEIRO Passaporte: AAC691849 Estrangeiro: PHILIPPE ROCHETTE Passaporte: BA287677 Estrangeiro: PIERRE MICHAUD Passaporte: BA390949 Estrangeiro: PIOTR ZBIGNIEW NOWAK Passaporte: EB3384591 Estrangeiro: QIONGLIN ZHU Passaporte: G22320925 Estrangeiro: RAMON SANTOS LEAL Passaporte: XDA389637 Estrangeira: REBECCA JANE SUKHANOVA Passaporte: 099176241 Estrangeiro: REMI MOBED Passaporte: 800104673 Estrangeiro: RICHARD ANTHONY SCHULTZ SERRANO Passaporte: AAC419825 Estrangeiro: ROBERT ALLAN MORGAN Passaporte: 450140754 Estrangeiro: ROBERT CHARLES NAUMANN Passaporte: 435075843 Estrangeiro: ROBERT MACKENZIE Passaporte: 761312800 Estrangeiro: ROGER KEVIN HEWETT Passaporte: 801450741 Estrangeiro: RONALD LEE SPENCER JOHNSON Passaporte: BA526691 Estrangeiro: RONI BELLO Passaporte: F917502 Estrangeiro: ROY JOHN CRESSEY Passaporte: 761284508 Estrangeiro: RUBEN LUDWING FRANZ Passaporte: C922KP36L Estrangeiro: RYAN HUGH BLANEY Passaporte: WP951809 Estrangeiro: SAMUEL JAMES NICHOLAS Passaporte: L4488327 Estrangeira: SARAH L.A. CHARLTON Passaporte: BA351678 Estrangeira: SARAH OLENE DOSCH Passaporte: 449353077 Estrangeiro: SCOTT ANDREW WILKINS Passaporte: BA506652 Estrangeiro: SERGEY BATRAKOV Passaporte: 702287198 Estrangeiro: SERGEY CHERKASOV Passaporte: 51Nº3241870 Estrangeiro: SERGEY RISUEV Passaporte: 51Nº4095047 Estrangeira: SHAUNA MELANIE ANTONIA RADLEY FITZGERALD Passaporte: 452092576 Estrangeira: SIMONE JOHANNA FRANCISA HEITINGA Passaporte: NPDLR2D71 Estrangeira: STELLA NGOZI UMEH Passaporte: BA561297 Estrangeiro: STEPHEN WEIDNER Passaporte: WD077043 Estrangeiro: STEVE HAMEL Passaporte: WM654957 Estrangeiro: STEVEN ERICK BISHOP Passaporte: E4045959 Estrangeiro: STIV BELLO Passaporte: F240512 Estrangeiro: STUART BERTOLUZZI Passaporte: 443624375 Estrangeiro: STÉPHANE ST-LAURENT Passaporte: BA290355 Estrangeira: SYBILLE D'ARINO Passaporte: YA1195988 Estrangeiro: SÉBASTIEN STEINBERGER Passaporte: BA288912 Estrangeira: TANJA SPELZ Passaporte: C2Z970RJW Estrangeiro: TARAS MITIN Passaporte: EK643304 Estrangeiro: THIERRY DE GAGNÉ Passaporte: BA551090 Estrangeiro: TIMOTHY CRAIG JENNINGS Passaporte: 104570702 Estrangeira: TINA BRAND Passaporte: CCKGRRHYY Estrangeiro: TOBIAS RENE RICHTER Passaporte: C7C971972 Estrangeiro: TODD PAUL GOTTSCHALK Passaporte: BA510831 Estrangeiro: TORNIKE ZABAKHIDZE Passaporte: 10AB53220 Estrangeira: TRACY GUY Passaporte: 706486652 Estrangeiro: ULADZIMIR MALIUTSIN Passaporte: BM1760384 Estrangeiro: ULF HAMPUS JANSSON Passaporte: 23327535 Estrangeira: UMA SAMITHYOTIN Passaporte: BA520477 Estrangeiro: VINCENT ALAIN FRANÇOIS SCHONBRODT Passaporte: EI92012 Estrangeiro: VLADIMIR ANTOSIK Passaporte: 51N3721395 Estrangeiro: VUK KRAKOVIC Passaporte: 009377718 Estrangeiro: WILLEM JACOB VALKEN Passaporte: NVR1257R9 Estrangeiro: XINGLEI LI Passaporte: G34639800 Estrangeira: YANHONG CHEN Passaporte: G43914819 Estrangeiro: YANNICK CHAPADOS Passaporte: BA292988 Estrangeiro: YONGYUT KLANGWICHA Passaporte: B991753, Processo: 46000002086201177 Prazo: 2 Ano(s) Estrangeira: INES MARIA DE LOS SANTOS Passaporte: SC4680086

Temporário - Item V - RN 27/98 C/C RN 80/08:

Processo: 46094006971201123 Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE MARIA EÇA DE QUEIROZ SALGUEIRO Passaporte: U102081

Temporário - Item V - RN 77 de 29/01/2008:

Processo: 46094004872201115 Prazo: até 04/09/2012 Estrangeira: LAETITIA PILLER Passaporte: F2616914 Processo: 46094006091201157 Prazo: até 23/08/2012 Estrangeira: HELENE NICOLE KUBLER Passaporte: 03AE33914 Processo: 46094013581201118 Prazo: até 04/04/2013 Estrangeiro: CHRISTOPHER JAMES MICHAUD Passaporte: BA537074

Permanente - RN 27 de 25/11/1998:

Processo: 46094007994201074 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WILLAN EDUARDO OCHOA JAEN Passaporte: 1712676095, Processo: 46217009528201090 Prazo: Indeterminado Estrangeira: NATACHA DE MENDONCA E SILVESTRE Passaporte: J084136, Processo: 46094002285201183 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FRANCESCO DE MARCHI GHERINI Passaporte: F044495, Processo: 46211002590201191 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: NOEL AMERICO JOSE PRINCIPE COELHO Passaporte: L394458, Processo: 46094012959201158 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LAMINE DIACK Passaporte: A00351989, Processo: 46094014529201171 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LOUIS HAMANN Passaporte: SZ020285, Processo: 46094002702201015 Prazo: INDETERMINADO Estrangeiro: CHRISTOPHER JAMES COULSON Passaporte: 761063690

Permanente - RN 77 de 29/01/2008:

Processo: 46094009670201071 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARK CHRISTOPHER TURNER Passaporte: 459383862, Processo: 46208003737201039 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GIUSEPPE PIGNATA Passaporte: E995654, Processo: 46094014851201019 Prazo: Indeterminado Estrangeira: JAZBELL SALAS DIAZ Passaporte: 08060023560, Processo: 46094015095201045 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ERIC ROBERT COCOZZA Passaporte: 104026401, Processo: 46094016414201030 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PASCAL MARCEL MANGIN Passaporte: 02YF47512, Processo: 46094016732201009 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GIOVANNI DE LUSI Passaporte: AA2966713, Processo: 46094002655201182 Prazo: Indeterminado Estrangeira: ELIZAVETA MALKOVICH Passaporte: 4475035, Processo: 08711004337201061 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GEORG AREND GROSMAN Passaporte: NF1056341, Processo: 46094007613201138 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN CHRISTOPHE FRANCOIS ALLIGIER Passaporte: 06AK72653, Processo: 46094008921201181 Prazo: Indeterminado Estrangeira: LUDMILA MOJZISOVA Passaporte: 38692995, Processo: 46208002386201120 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOAO GONÇALVES DOMINGUES Passaporte: J814641, Processo: 46094009558201111 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RAUL NOVINTE Passaporte: AA126188, Processo: 46880000052201180 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ROBERT BEAULAC Passaporte: JH443135, Processo: 46094009056201190 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ROBERTO NANTO Passaporte: AA3173870, Processo: 46094010056201132 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PUI KEE CHAN Passaporte: NXB0LLFB3, Processo: 46094013961201144 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CHRISTIAN MARCUS INGLE Passaporte: 205358058, Processo: 46094011594201144 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PHILIPPE GOULPIE Passaporte: 09PI61970, Processo: 46094011370201132 Prazo: Indeterminado Estrangeira: CHRISTELLE ADRIANA FREIRE Passaporte: 07AD83838, Processo: 46094014610201151 Prazo: Indeterminado Estrangeira: ANAIS ROUCAUTE Passaporte: 04D149525

Permanente - RN 84 de 10/02/2009 (Artigo 3°):

Processo: 46880000031201164 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: OSCAR ALFREDO CAMARA Passaporte: 12707185N

Permanência Definitiva RA 05 de 03/12/2003:

Processo: 08400035140200511 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOÃO MATIAS GOMES DIOGO Passaporte: H127268

Permanência Definitiva - RN 27 de 25/11/1998:

Processo: 46094000854201156 Prazo: Indeterminado Estrangeira: JULIA UMBA NZENGO Passaporte: N0083061, Processo: 08018016018201026 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSE MANUEL DA GLORIA Passaporte: J810336, Processo: 46094014884201140 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LARRY JAMES TAYLOR JUNIOR Passaporte: 402247454, Processo: 46094014577201169 Prazo: Indeterminado Estrangeira: MAO LINGYAN Passaporte: G23364631, Processo: 46094014579201158 Prazo: Indeterminado Estrangeira: TEODOLINDA BOLETTIERI Passaporte: 783237Z, Processo: 46094015394201161 Prazo: Indeterminado Estrangeira: EMILIA HAWK Passaporte: 444776272, Processo: 46094018400201131 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CESARE BATTISTI

Permanência Definitiva - RN 77 de 29/01/2008:

Processo: 46208003822201005 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SERGIO ALDO MOLARI Passaporte: 821303Z, Processo: 08460001631200987 Prazo: Indeterminado Estrangeira: MARIA FERNANDA RIZO RAMIREZ Passaporte: CC31962978, Processo: 08390000044201085 Prazo: Indeterminado Estrangeira: KAROLIN ELSE HILDEGARD KLUBER Passaporte: 559209901, Processo: 08102003152201016 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CLAUDE JOSEPH THOMAS SAINT PIERRE Passaporte: BA543937, Processo: 08707012034200948 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANDREW GEORGE ALLEN Passaporte: 107585928 Processo: 08707001285201031 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CARLOS ALBERTO GALEANO SUAREZ Passaporte: RC8306382, Processo: 08460019799200949 Prazo: Indeterminado Estrangeira: MARIA CAROLINA NAGED CASTRO Passaporte: CC39787923, Processo: 46094005704201139 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WILLIAM MICHAEL DOW Passaporte: 093083161, Processo: 46094003518201165 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: THOMAS PULLEN Passaporte: 307877248, Processo: 08310009442201018 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ROGER NICOLAS CORALIE Passaporte: 09AF08867, Processo: 08351004402201095 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RUI MANUEL GUERREIRO Passaporte: J308428, Processo: 08270031627200981 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RAUL MANUEL CORDOVIL CORDEIRO VINAGRE Passaporte: J046863, Processo: 08125000811201096 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARCO AURÉLIO ALVES GOMES DE OLIVEIRA Passaporte: J049305, Processo: 08260003716201090 Prazo: Indeterminado Estrangeira: CHIARA ROVERSI Passaporte: AA1577025, Processo: 08709016128201018 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: THOMAS CENNI Passaporte: 06BB10353, Processo: 46094006351201194 Prazo: Indeterminado Estrangeira: MARIA GOMEZ GARCIA Passaporte: AAA938329, Processo: 08520007879201033 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: IVAN OSCAR FERRER GARCIA Passaporte: B679351, Processo: 08460006722201042 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JACQUES CHARLES CARIN Passaporte: 06AK72981, Processo: 08460035448200985 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CLIFFORD STANLEY GREEN Passaporte: 307402634, Processo: 46880000038201186 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YANORKY ESPINOSA COSTE Passaporte: B575894, Processo: 08460025878201022 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LILIANO CERIBELLI Passaporte: AA4412539, Processo: 08260000792201043 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SEVERIN CYRIL BERTRAND MENARD Passaporte: 03XV89969, Processo: 08507002439201068 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MICHAEL JAMES KITZUL Passaporte: WG931993, Processo: 46215011057201181 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LAURENT JECHOUX Passaporte: 09PH49008, Processo: 46094008550201137 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YOUSSEF NAAINIAA Passaporte: JP7212150, Processo: 46880000051201135 Prazo: Indeterminado Estrangeira: LILIBELL TORREJON CEPEDILLO Passaporte: B828933, Processo: 46094010065201123 Prazo: Indeterminado Estrangeira: AN JEANNE EDGARD LAMBRECHTS Passaporte: EH163097, Processo: 08320002609201173 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KULDAR KRABBI Passaporte: KB0124694, Processo: 46094010175201195 Prazo: Indeterminado Estrangeira: SILKE MALIK Passaporte: CGT552LC6, Processo: 46094011369201116 Prazo: Indeterminado Estrangeira: CAROLINA GOMES DIAS MARTINS FERREIRA Passaporte: J652754, Processo: 46215016926201163 Prazo: Indeterminado Estrangeira: SABRINA STEPHANIE GANDER Passaporte: F0420127, Processo: 46880000072201151 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FREDERICO ADOLFO SANTANA SANTOS BAYAN FERREIRA Passaporte: J639784 Processo: 08506013236200892 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SUZANNE SHUB Passaporte: JG234730

Permanência Definitiva - RN 27/98 C/C RR 08/06:

Processo: 46094015083201100 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DANIEL GUSTAVE Passaporte: RD1290656, Processo: 46094015084201146 Prazo: Indeterminado Estrangeira: DANIELA CAYARD Passaporte: PP1703044, Processo: 46094015114201114 Prazo: Indeterminado Estrangeira: ELISMENE BELSAINT Passaporte: PP1993227, Processo: 46094015115201169 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ELIABE LEGER Passaporte: RD2126949, Processo: 46094015117201158 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ECLESIASTE JEUNE Passaporte: PP2005349, Processo: 46094015118201101 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: EBENS JEAN MARY Passaporte: RD2053217, Processo: 46094015120201171 Prazo: Indeterminado Estrangeira: DIEULA FRANÇOIS Passaporte: GP1888901, Processo: 46094015076201108 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CHENEL DUCERNE Passaporte: RD2309302, Processo: 46094015075201155 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CHELOT SAINT JEAN Passaporte: RD1943545, Processo: 46094015073201166 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CHARLEMAGNE DESIR Passaporte: PP2010879, Processo: 46094015072201111 Prazo: Indeterminado Estrangeira: CARLINE DORISCA Passaporte: RD1846499, Processo: 46094015071201177 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CAPOIS SAINTILIEN Passaporte: RD1946270, Processo: 46094015079201133 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CYRILLE AUGUSTIN Passaporte: PP1743580, Processo: 46094015080201168 Prazo: Indeterminado Estrangeira: D JOSE WEEKMEN JOHN MARTIN MERCEDA Passaporte: PP1753197, Processo: 46094015081201111 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MORIAL DALMACY Passaporte: RD2026510, Processo: 46094015587201111 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MILDER JOSEPH Passaporte: PP2075536, Processo: 46094015106201178 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: EVENS DUPERVAL Passaporte: PP2236311, Processo: 46094015085201191 Prazo: Indeterminado Estrangeira: DARLINE LAFLEUR Passaporte: PP1484128, Processo: 46094015107201112 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ESTILIEN HYPPOLITE Passaporte: PP1506120, Processo: 46094015087201180 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DIEGO JEAN BAPTISTE Passaporte: RD2324423, Processo: 46094015088201124 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DIEUDONNE CLERVIL Passaporte: PP2088859, Processo: 46094015108201167 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ESTACHE DUGAZON Passaporte: PP2004156, Processo: 46094015089201179 Prazo: Indeterminado Estrangeira: GERMAINE FORTILUS Passaporte: RD1610825, Processo: 46094015090201101 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GERALD ELIAS Passaporte: PP2298154, Processo: 46094015109201110 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ESPERIANCE FORSILUS Passaporte: RD2056783, Processo: 46094015091201148 Prazo: Indeterminado Estrangeira: GELLA ROMUAL Passaporte: RD1493108, Processo: 46094015092201192 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GASTON LOUIS Passaporte: PP1685923, Processo: 46094015110201136 Prazo: Indeterminado Estrangeira: ENIDE MICHEL Passaporte: PP1980170, Processo: 46094015111201181 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ENEC JEUNE Passaporte: PP2241823, Processo: 46094015112201125 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: EMMANUEL CHAMPAGNE Passaporte: PP1523934, Processo: 46094015113201170 Prazo: Indeterminado Estrangeira: ELMOSE PROPHETE Passaporte: PP2101712, Processo: 46094015093201137 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GARRY BELFLEUR Passaporte: RD1751118, Processo: 46094015099201112 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FRANCKER JOSEPH Passaporte: RD1492709, Processo: 46094015096201171 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FRITZNEL INTERVOL Passaporte: PP2184010, Processo:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

46094015095201126 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FUCIEN METHELUS Passaporte: PP2385530, Processo: 46094015094201181 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GABRIEL BRUNOSAIRE Passaporte: RD2283283, Processo: 46094015100201109 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FRANCKEL JEANNOT Passaporte: PP1694055, Processo: 46094015101201145 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FRANCILO EXILUS Passaporte: RD1885062, Processo: 46094015486201141 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN JONAS JACQUES Passaporte: PP2361096, Processo: 46094015589201119 Prazo: Indeterminado Estrangeira: MIRLENE JOSEPH Passaporte: PP1877132, Processo: 46094015586201177 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MICHELET JOSEPH Passaporte: PP2389695, Processo: 46094015585201122 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MENET ALEXANDRE Passaporte: PP1982602, Processo: 46094015582201199 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MATTHIEU ALEXANDRE Passaporte: PP2288748, Processo: 46094015579201175 Prazo: Indeterminado Estrangeira: MARIE WILGUISE CARELUS Passaporte: PP1597619, Processo: 46094015577201186 Prazo: Indeterminado Estrangeira: MARIE MATHIDE PRIMAT Passaporte: PP1437134, Processo: 46094015575201197 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARDOCHE LENEUS Passaporte: RD2324333, Processo: 46094015492201106 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN MAURANCE FILS JEAN Passaporte: PP2387729, Processo: 46094015572201153 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MADSEN ADEUS Passaporte: RD2263516, Processo: 46094015490201117 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN-LOUIS MAXO Passaporte: PP2204319, Processo: 46094015570201164 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LUCKNER ALTILUS Passaporte: RD1320172, Processo: 46094015569201130 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LUCANES VERDIEU Passaporte: RD1932736, Processo: 46094015545201181 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JAMES GELIN Passaporte: PP1920838, Processo: 46094015544201136 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JACSON TOSINCE Passaporte: PP2182644, Processo: 46094015541201101 Prazo: Indeterminado Estrangeira: IVELTE CHAMPAGNE Passaporte: PP2197656, Processo: 46094015543201191 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JACQUES PAUL Passaporte: RD2315994, Processo: 46094015542201147 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: IZIDOR COMPERE Passaporte: RD2302092, Processo: 46094015540201158 Prazo: Indeterminado Estrangeira: ISMAELLE AURELIEN Passaporte: PP1962372, Processo: 46094015053201195 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ADEMAT AZELUS Passaporte: PP1712572, Processo: 46094015054201130 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ADISSA JOSAPHAT Passaporte: PP1542068, Processo: 46094015057201173 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ADRIN OTILUS Passaporte: RD2266799, Processo: 46094015058201118 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ALEX SEPTEMBRE Passaporte: RD2040554, Processo: 46094015059201162 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SYLVESTE ALCEUS Passaporte: PP1620808, Processo: 46094015539201123 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ILFRIDE JEAN-MARY Passaporte: RD2304493, Processo: 46094015061201131 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANEL CASUMAT Passaporte: PP2385780, Processo: 46094015536201190 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HARRY PIERRE Passaporte: RD1847288, Processo: 46094015063201121 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANTOINE PASCAL Passaporte: PP1549436, Processo: 46094015526201154 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GETHRO JOSEPH Passaporte: RD2309289, Processo: 46094015523201111 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN CLAUDE ESTIMABLE Passaporte: RD2333599, Processo: 46094015522201176 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN CHRISMA ERIUS Passaporte: PP1356462, Processo: 46094015064201175 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANTONIO LEGROS Passaporte: RD1294988, Processo: 46094015517201163 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN ACASE CHARLES Passaporte: PP2356694, Processo: 46094015065201110 Prazo: Indeterminado Estrangeira: ARIELLE MORENCY Passaporte: PP2064161, Processo: 46094015512201131 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WILNICK JOSEPH Passaporte: RD1465948, Processo: 46094015503201140 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JONATHAN MADISTIN Passaporte: PP2096889, Processo: 46094015573201106 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MANOUCHEKA DARLINE NICOLAS Passaporte: PP2174704, Processo: 46094015571201117 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LUCKNER FLEURIMONT Passaporte: RD1677808, Processo: 46094015491201153 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN MANO VIXAMA Passaporte: PP2395257, Processo: 46094015488201130 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN LEFRANC CARRIES Passaporte: PP2355985, Processo: 46094015567201141 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LETEMPS ALEXANDRE Passaporte: PP2351024, Processo: 46094015066201164 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: AUGUSTIN ESTIMABLE Passaporte: PP1586881, Processo: 46094015068201153 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BAZELAIS ST PHARD Passaporte: PP1659169, Processo: 46094015070201122 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BENITHO TOUSSAINT Passaporte: PP2389059, Processo: 46094015102201190 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FEDLET PIERRE Passaporte: PP2389696, Processo: 46094015104201189 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FANEL ESTIMABLE Passaporte: CG2254836, Processo: 46094015105201123 Prazo: Indeterminado Estrangeira: EVLINE ANIVIN Passaporte: PP1593081, Processo: 46094015574201142 Prazo: Indeterminado Estrangeira: MARCELINE RAYMOND Passaporte: PP2172899, Processo: 46094015578201121 Prazo: Indeterminado Estrangeira: MARIE SANDRA FILS AIME Passaporte: PP1990739, Processo: 46094015537201134 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HUBERT AMILCAR Passaporte: PP2239017, Processo: 46094015535201145 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GUYTO CHERY Passaporte: PP1675119, Processo: 46094015534201109 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GUY FRANTZ JOSEPH Passaporte: PP1626466, Processo: 46094015533201156 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GUSTAVE PIERRE Passaporte: RD2120482, Processo: 46094015531201167 Prazo: Indeterminado Estrangeira: GUERLINE EXUME Passaporte: PP2170682, Processo: 46094015568201195 Prazo: Indeterminado Estrangeira: LINDA PIERRE Passaporte: RD2263518, Processo: 46094015484201151 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN FRANTZ CATUL Passaporte: PP1754404, Processo: 46094015580201108 Prazo: Indeterminado Estrangeira: MARTINE LORMILSAINT Passaporte: PP2063792, Processo: 46094015591201180 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MISTRAL MICHEL Passaporte: PP2224174, Processo: 46094015590201135 Prazo: Indeterminado Estrangeira: MISIANA SAGESSE Passaporte: RD2328664, Processo: 46094015588201166 Prazo: Indeterminado Estrangeira: MIRLENE AUGUSTE Passaporte: PP2097506, Processo: 46094015583201133 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MAXIME KEVEN PAUL Passaporte: PP2354974, Processo: 46094015530201112 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GUERDY CHERY Passaporte: PP2166628, Processo: 46094015528201143 Prazo: Indeterminado Estrangeira: GINETTE BIJOUX Passaporte: RD2281427, Processo: 46094015527201107 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GILBERT CENAT Passaporte: PP2064757, Processo: 46094015562201118 Prazo: Indeterminado Estrangeira: JULIANA OVILMAR Passaporte: PP1799439, Processo: 46094015524201165 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN EDMOND GEORGES Passaporte: PP2343071, Processo: 46094015521201121 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN BENITHO DUFRENE Passaporte: PP1435879, Processo: 46094015520201187 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN BENITHO DESULMA Passaporte: PP2371692, Processo: 46094015519201152 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN BENISSOIT DESTIL Passaporte: PP1719183, Processo: 46094015940201163 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ROBERT JOSEPH Passaporte: RD2299035, Processo: 46094015516201119 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JANEL JOSEPH Passaporte: RD1496980, Processo: 46094015515201174 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN FLANGOT TILUS Passaporte: RD2130212, Processo: 46094015511201196 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: STLUC JOSEPH Passaporte: PP2388510, Processo: 46094015510201141 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSEPH LEROME FORTINE Passaporte: PP1638631, Processo: 46094015509201117 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSEPH GABRIEL BARTHELEMY Passaporte: PP2095726, Processo: 46094015508201172 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSE BRAVE Passaporte: RD2029719, Processo: 46094015507201128 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JORCELY DEMOSTHENE Passaporte: RD2278037, Processo: 46094015506201183 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JONY IMPREVIL Passaporte: PP1456423, Processo: 46094015505201139 Prazo: Indeterminado Estrangeira: JONISE CESAR Passaporte: PP2365518, Processo: 46094015504201194 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JONES MILFORT Passaporte: PP2298425, Processo: 46094015665201151 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LEONCE DESIR Passaporte: RD1504149, Processo: 46094015499201110 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JN PAUL ST FORT Passaporte: RD2333587, Processo: 46094015498201175 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JN-LEONA GABRIEL Passaporte: RD1677819, Processo: 46094015497201121 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN-DEMATHA SAINT-JEAN Passaporte: PP2231341, Processo: 46094015496201186 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN SOBNER DAVID Passaporte: PP2224385, Processo: 46094015935201151 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RENE RICHARD, Processo: 46094015934201114 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RENAUD PIERRE Passaporte: RD1726175, Processo: 46094015495201131 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN RONALD ZIDOR Passaporte: PP1533515, Processo: 46094015487201195 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN KESNEL CEROME Passaporte: PP1973855, Processo: 46094015485201104 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FRITHO JEAN Passaporte: PP1926380, Processo: 46094015854201151 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WILSON EXAVIER Passaporte: RD1492093, Processo: 46094015501201151 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOCELYN ALTIDOR Passaporte: RD1817083, Processo: 46094015885201110 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: VICTOR GABRIEL Passaporte: PP2092940, Processo: 46094015886201156 Prazo: Indeterminado Estrangeira: VIERGEMENE JOSEPH Passaporte: PP2165706, Processo: 46094015907201133 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WALNY CEIDE Passaporte: RD1847328, Processo: 46094015908201188 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WILEME JEANTIS Passaporte: PP2252469, Processo: 46094015909201122 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WILFRID ALEXANDRE Passaporte: PP1541577, Processo: 46094015911201100 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WILMANN DERONVIL Passaporte: PP2187484, Processo: 46094015912201146 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WILNER CELESTIN Passaporte: PP1626746, Processo: 46094015913201191 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WILNER SALOMON Passaporte: PP2251940, Processo: 46094015914201135 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MONDESTIN CHARLES Passaporte: RD1465910, Processo: 46094016034201186 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PREDESTIN CORIDON Passaporte: PP2083841, Processo: 46094015915201180 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MOREL LORESTON Passaporte: PP2361932, Processo: 46094015916201124 Prazo: Indeterminado Estrangeira: MYRLENE VINCENT Passaporte: PP2072882, Processo: 46094015917201179 Prazo: Indeterminado Estrangeira: NAHOMIE JEANTY Passaporte: PP2100544, Processo: 46094015918201113 Prazo: Indeterminado Estrangeira: NANSIE JEANTY Passaporte: PP2295925, Processo: 46094015919201168 Prazo: Indeterminado Estrangeira: NAOMIE CHARLES Passaporte: PP1636989, Processo: 46094015921201137 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: NOBERT THELEMAQUE Passaporte: PP1510949, Processo: 46094015924201171 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PATRICE PETIT-HOMME Passaporte: RD1610054, Processo: 46094015925201115 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PAUL EDOUARD LEI Passaporte: PP1621850, Processo: 46094015927201112 Prazo: Indeterminado Estrangeira: MANOUCHKA JULIEN Passaporte: PP1601748 Estrangeiro: PELISSIER FLEURIMOND Passaporte: RD1652131, Processo: 46094015930201128 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PRESLET SAINT-VIL Passaporte: RD1817059, Processo: 46094015932201117 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN WIDNY PRINCE Passaporte: PP2371472, Processo: 46094015933201161 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RAYMOND FRANCOIS Passaporte: PP1511964, Processo: 46094015937201140 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: REYNALSON CORIOLAN Passaporte: PP2238920, Processo: 46094015931201172 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN INONCE PRINCE Passaporte: PP2246746, Processo: 46094015929201101 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PIERRE LORMANN DORVIL Passaporte: RD1728698, Processo: 46094015926201160 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PAUL JEAN DINOT Passaporte: PP2297826, Processo: 46094015879201154 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SYLVESTRE SERVIUS Passaporte: PP1866517, Processo: 46094015906201199 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WALACO FRANCINI Passaporte: PP2242288, Processo: 46094015905201144 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: VILKENS EXUME Passaporte: PP1988020, Processo: 46094015867201120 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SADRAC BELLEGARDE Passaporte: PP2183947, Processo: 46094015888201145 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: VILIUS JEUDY Passaporte: RD2054449, Processo: 46094015887201109 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSEPH VIGENS Passaporte: PP1745402, Processo: 46094015881201123 Prazo: Indeterminado Estrangeira: TANIE SAINT CYR Passaporte: PP1797071, Processo: 46094015880201189 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SYLVIO EXIMA Passaporte: PP2067355, Processo: 46094015878201118 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: STEPHANOT GABRIEL Passaporte: PP1912012, Processo: 46094015877201165 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SONIQUE LAPOINTE Passaporte: PP1799995, Processo: 46094015876201111 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SONIEL ELIAZARD Passaporte: PP1739320, Processo: 46094015874201121 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SMARC DESTINE Passaporte: PP1853814, Processo: 46094015873201187 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SHLEVE DOSSOUS Passaporte: PP2105750, Processo: 46094015872201132 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SERGE THERAMENE Passaporte: RD1576087, Processo: 46094015871201198 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SERGE JOSEPH Passaporte: RD2053233, Processo: 46094015870201143 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SCIER JEAN PIERRE Passaporte: PP1743659, Processo: 46094015869201119 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SANDLEY PIERRE Passaporte: PP1921344, Processo: 46094015868201174 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SAMUEL DORVILUS Passaporte: PP2355113, Processo: 46094015866201185 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RUBENS CHARLES Passaporte: PP2080389, Processo: 46094015865201131 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ROSNER LORESTON Passaporte: PP2022463, Processo: 46094015863201141 Prazo: Indeterminado Estrangeira: ROSELENE FILOSIER Passaporte: PP1712583, Processo: 46094015862201105 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ZAVEAU JEAN Passaporte: PP1978277, Processo: 46094015861201152 Prazo: Indeterminado Estrangeira: YVANIA LOUIS Passaporte: PP2085558, Processo: 46094015860201116 Prazo: Indeterminado Estrangeira: YOLANDE CHERISME Passaporte: RD2304896, Processo: 46094015858201139 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WISLY JOSEPH Passaporte: PP1594347, Processo: 46094015857201194 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WISLY GUSTAVE Passaporte: PP1615055, Processo: 46094015853201114 Prazo: Indeterminado Estrangeira: WILNOUSE FLORESTAL Passaporte: PP5009546, Processo: 46094015855201103 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WISBIN VAL Passaporte: RD2134863, Processo: 46094018639201110 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LEINZ NELZY Passaporte: PP1659087, Processo: 46094015494201197 Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JEAN RIGAUD JOSEPH Passaporte: RD1503290

O Presidente do Conselho Nacional de Imigração, faz público que em reunião de 22 de Junho de 2011, o Conselho Nacional de Imigração indeferiu os seguintes pedidos de concessão de vistos.

Processo: 46094003479201015 Estrangeiro: WEI CHUNLIN, Processo: 46094005317201011 Estrangeiro: RAFAEL DAUTANT SEMPRUM Processo: 46094005763201026 Estrangeiro: PHILIPPE PIERRE RAYMOND PRATABUY BENDENNOUN Processo: 46094007321201014 Estrangeiro: KEREM KEMAL SOYLEMEZ, Processo: 46094008460201065 Estrangeiro: ROBERT ARTHUR GILMORE, Processo: 46094008657201002 Estrangeiro: ERIC SOLANO LOAIZA, Processo: 46094010750201079 Estrangeiro: GUSTAVO ESTREMADOYRO MEJIA, Processo: 46094012086201001 Estrangeiro: JOSE FRANCISCO NAVARRO EGGART, Processo: 46094012163201014 Estrangeiro: PAOLO ACTIS GROSSO, Processo: 46094014901201068 Estrangeira: ZULIMA ZAPICO ALONSO, Processo: 46094014900201013 Estrangeiro: ANSUR ZAPICO ALONSO, Processo: 08240021159200993 Estrangeira: ALEXANDRA LIVERSET, Processo: 08091000572200975 Estrangeira: ROSA RIUS REIXACH, Processo: 08260003698200911 Estrangeiro: ROBERT ALLEN KETTERMAN, Processo: 08260005771200981 Estrangeira: VICTORIA ROSE BROADUS, Processo: 08260006678200721 Estrangeiro: ALAIN MAURICE VAILLANT, Processo: 08270008791200811 Estrangeiro: JOÃO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA MACEDO, Processo: 08386011144200962 Estrangeira: MARIA JOSE DE CARVALHO DOMINGUES DE CASTRO, Processo: 08386004828200916 Estrangeira: VALENTINA D ORAZIO, Processo: 08375001792200930 Estrangeiro: MILTON WAYNE ELLIS, Processo: 08311003254200924 Estrangeiro: MICHEL PAUL CONSTANT MAGNIN, Processo: 08311000027201081 Estrangeiro: GLEN ANTHONY FREDERICKS, Processo: 08310003912201021 Estrangeiro: FREDERIC LEFEBVRE, Processo: 08260007486200902 Estrangeiro: JULIEN JEAN GILBERT THEODORE LACOUSTETE BENTEROU, Processo: 08286001714200934 Estrangeiro: CARLOS ANDRES RO-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011070400168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DRIGUEZ ROJAS, Processo: 08286001127200945 Estrangeiro: PEDRO ANTONIO DE SOUSA TREPA, Processo: 08460020654200991 Estrangeira: HELEN TROUTEN, Processo: 08390000357201033 Estrangeira: AJA BRYANT, Processo: 08460016317200907 Estrangeira: MARION PASCALE CHRISTINE CONSEIL, Processo: 46094013071201051 Estrangeiro: JOSE ANTONIO ZUNIGA ALEGRE, Processo: 08492008486200998 Estrangeiro: JOHANN JOSEF WIRZ, Processo: 08461000043201050 Estrangeiro: ARTUR PINTO CONSTANTINO DE ANDRADE, Processo: 08460016352200918 Estrangeira: SIGRID SCHULKES, Processo: 08458000801200874 Estrangeiro: MANUEL GONÇAVES RITO, Processo: 08260006985200974 Estrangeiro: LUCA LUCCHELLI, Processo: 08260006778200910 Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER PICON BERNIER, Processo: 08507002336200964 Estrangeira: NOUJOUD DALANK, Processo: 08507001947200995 Estrangeiro: JACEK MICHAL SZYMANSKI, Processo: 46208007519201073 Estrangeiro: JOAO CARLOS CARVALHO GRANDAL., Processo: 46208007016201006 Estrangeiro: RETO URS BERTSCH, Processo: 46208007259201036 Estrangeiro: CLAUDE CESARO, Processo: 08475015828201078 Estrangeiro: VITOR JORGE NASCIMENTO DA SILVA, Processo: 08495001526200606 Estrangeiro: AUGUSTO PATANE VILLALONGA, Processo: 08492008762201051 Estrangeiro: ANTONIO LUIS FERREIRA CARDOSO CORREIA FERNANDES, Processo: 08433001177201025 Estrangeira: JULIA BECKER, Processo: 08240026884200958 Estrangeiro: MICHAEL PAESANI, Processo: 08520000682201073 Estrangeira: GENEVIÈVE LEBLANC, Processo: 08286001846200966 Estrangeiro: STEVEN JAMES BERESFORD WALKER, Processo: 08507000861201089 Estrangeiro: LOUIS JOHN TOBIN JR, Processo: 08477001140201091 Estrangeiro: MATHIEU PUTALLAZ, Processo: 08089001134201015 Estrangeiro: PAUL SCHATZER, Processo: 08461004252200939 Estrangeiro: MARKO VUKOSA, Processo: 08460023570200828 Estrangeira: MARÍA JOSÉ CAMPOS OYARZO, Processo: 08437000614201053 Estrangeiro: WILSON ANTONIO NUNEZ PEREYRA, Processo: 08709008707200945 Estrangeiro: GIUSEPPE WOLF, Processo: 08375000947200911 Estrangeiro: CLAUDIO MARTINAZZO, Processo: 08709009729200922 Estrangeira: CARLOTA ESTEFANIA GONZALO ESTEFANIA, Processo: 08702006692200941 Estrangeira: ROSANA AMADI, Processo: 08712008948201079 Estrangeiro: FILIPE ALEXANDRE SANTOS PANTALEAO, Processo: 08506007658201043 Estrangeira: HEILY GABRIELA TERAN RAMIREZ, Processo: 08375001714200935 Estrangeiro: MASSIMO CURZEL, Processo: 08494002830200915 Estrangeiro: FERNANDO RODRIGUES DE JESUS, Processo: 46208008179201006 Estrangeiro: SABINO VICTOR TICONA CHAMBI, Processo: 46094014822201057 Estrangeiro: ANTONIO JOSE DE JESUS ALMEIDA, Processo: 46094014559201004 Estrangeiro: PEDRO PINOS CARRERA, Processo: 46094000051201100 Estrangeira: LAURA JOKE RIK WYNANTS, Processo: 08708000242201028 Estrangeira: AURELIE MARIANNE ASTIE, Processo: 46220006318201091 Estrangeira: LORENA ISABEL ALVARADO DE LA ESPRIELLA, Processo: 08362002014201041 Estrangeiro: ADRIANO ARMANDO RODRIGUES SEIXAS DE SOUSA, Processo: 08364000449201031 Estrangeiro: AFIF SAIFEDDIN ABOU RAFI, Processo: 08451005716200862 Estrangeiro: BASTIAN GEPPERT, Processo: 08460027469200765 Estrangeiro: BERND EISERMANN, Processo: 08520007759201036 Estrangeira: ELIZABETH RUTH BROOM, Processo: 08492007277201061 Estrangeira: MARYORITH GLENIA MENDONZA RODRIGUEZ, Processo: 08097003226200999 Estrangeiro: SIMONE COLUCCI, Processo: 46094015834201007 Estrangeiro: RONNI BJORN PEDERSEN, Processo: 46094015693201014 Estrangeiro: FRANCESCO COLELLA, Processo: 08260003037200987 Estrangeiro: FABIO LANDI, Processo: 08260005415200886 Estrangeiro: JEAN GEORGES LONJARRET, Processo: 08260008112200815 Estrangeiro: JAIME CLAUDIO PASTOR MOLINA, Processo: 46094016153201058 Estrangeira: MARTINA MOTLOVÁ, Processo: 46220006625201071 Estrangeira: KIMBERLY KOPRA, Processo: 46094017158201006 Estrangeira: MARTA SOFIA MARQUES MONTEIRO RIBEIRO, Processo: 46094017404201011 Estrangeiro: FRANCESCO VENTURONI, Processo: 08240019029200991 Estrangeiro: VALTER PIANTIERI, Processo: 08260001014201071 Estrangeiro: CLEMENT LUCAS PIERRE VIALLE, Processo: 08286001630200909 Estrangeiro: LUIGI PALA, Processo: 08260007596200966 Estrangeira: GABRIELA REMEDIOS CASAL, Processo: 08375001734200914 Estrangeira: KARIEN HUBERTINA MARIA MARTINUSSEN, Processo: 08458008114200805 Estrangeiro: JOSE FRANCISCO RAMOS ZANCA, Processo: 08286001190200809 Estrangeira: MERCEDES ESTHER REGUERO BELTRAN, Processo: 08375001568200948 Estrangeiro: ANTONIO FRANCISCO DIAS ARVELO MANO, Processo: 46094017613201065 Estrangeiro: RAMESH SURRENDERNATH SHEOMBAR, Processo: 08508000392201179 Estrangeiro: SUI WING LAU, Processo: 08475005615201038 Estrangeira: CATALINA DOMINGA PUMARIEGA TORRES, Processo: 08451043570200934 Estrangeiro: MOHAMED SOLIMAN ALI SHEHATA, Processo: 08107001234201078 Estrangeiro: MARIO MARTINOTTI, Processo: 08260006954200913 Estrangeiro: DIEGO TRAMBAIOLI, Processo: 08260000236201077 Estrangeiro: JUAN MUNOZ MALAGARRIGA, Processo: 08260000120201038 Estrangeiro: JOSEP CENTELLAS PORTELLA, Processo: 08460037531200999 Estrangeiro: JEAN PIERRE BIRCHMEIER, Processo: 08458009748200958 Estrangeira: PAULA ALEXANDRA AFONSO RODRIGUES ALVES, Processo: 08433000081201040 Estrangeira: ALEXANDRA KARLA XIMENA TRUJILLO CENTELLAS, Processo: 08386012323201051 Estrangeiro: VASSILI ALESSANDRO ALBERTO SABA, Processo: 08260000001201085 Estrangeiro: DIDIER FRANÇOIS MARIE GUILLON, Processo: 46094000686201107 Estrangeira: KRISTINA HARLAMOVA, Processo: 08241000132201091 Estrangeiro: SEGUNDO AURELIO LEON OBANDO, Processo: 08241001286200966 Estrangeiro: APOLINAR MEJIA SAAVEDRA, Processo: 08460012192201071 Estrangeira: JUREMA FLORINDA LEMBE DE VEIGA, Processo: 08460018392201038 Estrangeira: PATRICIA GUEDES ROSA, Processo: 46094004289201104 Estrangeiro: EUGENIO MAGDALENA AMUNDARAY, Processo: 46094004228201139 Estrangeiro: JUAN ESTRAVIZ PORTELA, Processo: 46215022824201187 Estrangeiro: CLAUDIO DAVID DIMANDE, Processo: 46220000345201131 Estrangeiro: STEFANO IANNETTI, Processo: 46208001156201143 Estrangeira: MIE HOLST, Processo: 46094004460201177 Estrangeira: YAMIE TREMBLAY, Processo: 46094004242201132 Estrangeiro: DAVID NICHOLAS KOZIARSKI, Processo: 08375001968201097 Estrangeiro: ORLANDO JORGE LUCENA QUADROS COELHO DE ALMEIDA, Processo: 08460001427201008 Estrangeira: MAUD CHRISTIANE EVELYNE CHALAMET, Processo: 08492013674201071 Estrangeiro: DIETER ULRICH HOEPFNER, Processo: 08794002232201003 Estrangeiro: MANUEL JOAO SIMOES DE ARAUJO, Processo: 46205003721201137 Estrangeiro: ALESSIO CRISCUOLO, Processo: 46094006067201118 Estrangeiro: JOSÉ AXEL SILVA RENDON, Processo: 08451003981201021 Estrangeiro: RAMON ALFIAN MARTINEZ, Processo: 08097001696201051 Estrangeira: ADRIANA SILVANA BISIG, Processo: 08260007563200916 Estrangeiro: LOUIS JOSEPH CHIRILLO, Processo: 08340001661201093 Estrangeira: JOCELYN DEL CARMEN MANRIQUEZ ROJAS, Processo: 08506007561201031 Estrangeira: ELISA PIOVANI, Processo: 46000008960200451 Estrangeiro: MARIUS IGNA, Processo: 46094011670201111 Estrangeiro: SACHA MEIRA CAVALCANTI, Processo: 46094014478201187 Estrangeiro: ABDUL LATEEF ADIO ADEYEMO Processo: 08018023209200919 Estrangeiro: CLAUDINA MELISSA GIOVANNA ORELLANA FUENZALIDA, Processo: 46094000017201046 Estrangeiro: JOHN MARK BYERS, Processo: 08270008904200871 Estrangeiro: GERNOT ROLAND ERICH FENGLER

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA REGINAL DO TRABALHO EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 129, DE 22 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, e, considerando o que consta dos autos do Processo nº Processo nº Processo nº 46220.000436/2011-76, resolve:

Conceder autorização a empresa CAHDAM VOLTA GRANDE S.A. inscrita no CNPJ sob o nº 00.433.450/0001-78, para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado à Rua Adolfo Trentini 1.232 - Bairro Industrial Norte - Rio Negrinho (SC), nos exatos termos prescrito parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o pleito de renovação, ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Deverá a Empresa Requerente, observar o horário constante a folha 07 deste administrativo. Esta autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da prefalada Portaria, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

CARLOS ARTUR BARBOZA

PORTARIA Nº 130, DE 29 DE JUNHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, da Portaria SRT/MTE/Nº. 02, de 25 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2006, e;

Considerando o disposto no artigo 5º, da Portaria nº 02, de 25/05/06;

Considerando o disposto no parecer da Assessoria Técnica deste Gabinete;

Considerando ainda, o contido no processo nº. 46220.002430/2011-33, resolve:

Art. 1º - Homologar o Plano de Cargos e Salários da BARCELLOS, CARQUEJA & CIA. LTDA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ARTUR BARBOZA

SUPERINTENDÊNCIA REGINAL DO TRABALHO EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 91, DE 1º DE JULHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais deste órgão, nos termos da Portaria nº 2, de 25/05/2006, da Secretaria de Relações do Trabalho-MTE de conformidade com a documentação constante no processo nº. 46736.004918/2008-90, constante às fls. 01 e às fls. 85 a 165, HOMOLOGA o QUADRO DE CARREIRA DO PESSOAL DOCENTE da Instituição Educacional São Miguel Paulista, pessoal jurídica de direito privado, CNPJ Nº 62.984.091/0001-02, com sede na Av. Dr. Ussiel Cirilo, 225 - bairro São Miguel Paulista - CEP: 08060-070 - São Paulo - SP. Mantenedora da Universidade Cruzeiro Do Sul (UNICSUL).

JOSÉ ROBERTO DE MELO

PORTARIA Nº 92, DE 1º DE JULHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, DEFERE nos termos da Portaria nº 2, de 25/05/2006, da Secretaria de Relações do Trabalho-MTE de conformidade com a documentação constante no processo nº. 46472.002280/2010-15 - às fls.: 01; 08; 58 a 105 - à HOMOLOGAÇÃO DO QUADRO DE CARREIRA DO PESSOAL DOCENTE da UNIÃO SOCIAL CAMILIANA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 58.250.689/0001 92, com sede na Av. Pompéia, 888 - Vila Pompéia - São Paulo - SP - mantenedora do Centro Universitário São Camilo.

JOSÉ ROBERTO DE MELO

PORTARIA Nº 93, DE 1º DE JULHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, DEFERE nos termos da Portaria nº 2, de 25/05/2006, da Secretaria de Relações do Trabalho-MTE, de conformidade com a documentação constante no processo nº. 46472.002282/2010-12 - às fls.: 01; 14; e 89 a 154 - à HOMOLOGAÇÃO DO QUADRO DE CARREIRA DO PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO da UNIÃO SOCIAL CAMILIANA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 58.250.689/0001 92, com sede na Av. Pompéia, 888 - Vila Pompéia - São Paulo - SP.

JOSÉ ROBERTO DE MELO

PORTARIA Nº 94, DE 1º DE JULHO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais , e nos termos da Portaria nº 2, de 25/05/2006, da Secretaria de Relações do Trabalho-MTE, de conformidade com a documentação constante no processo nº. 46431.000035/2010-50, constante às fls. 01; 60; 79 a 99, HOMOLOGA o QUADRO DE CARREIRA DO PESSOAL DOCENTE da educação de ensino superior das Faculdades Integradas Brasileiras, sigla "FBI", pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ: 45.485.299/0001 50, com sede na Rodovia SP 129 - KM 14 - CEP: 18550 000 - bairro Campo de Boituva - Boituva - SP., MANTENEDORA das Faculdades Integradas Brasileiras, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos CNPJ: 45.485.299/0002 30, com sede na Rodovia SP 129 - KM 14 - CEP: 18550 000 - bairro Campo de Boituva - Boituva - SP.

JOSÉ ROBERTO DE MELO

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 108, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos II e IV, do parágrafo único, do art. 87, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto de 1º de fevereiro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 2 de fevereiro de 2011 e no art. 4º, do Decreto nº 6.916, de 29 de julho de 2009, publicado no Diário Oficial da União de 30 de julho de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo, na forma do Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO NOVAIS

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA EMBRATUR

TÍTULO I

DA NATUREZA, SEDE E FINALIDADE

Art. 1° A EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo é uma autarquia especial regida pela Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, vinculada ao Ministério do Turismo, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional.

Art. 2° A EMBRATUR tem por finalidade apoiar a formulação e coordenar a implementação da Política Nacional de Turismo, como fator de desenvolvimento social e econômico, cabendo-lhe, ainda, executar as ações relativas para:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - promover, fazer o marketing e apoiar a comercialização dos destinos, produtos e serviços turísticos do Brasil no mercado internacional;

II - incrementar o fluxo de turistas internacionais em suas várias modalidades;

III - estimular as iniciativas públicas e privadas, tendentes a desenvolver o turismo do exterior para o Brasil;

IV - promover e divulgar o turismo nacional no exterior, de modo a ampliar o ingresso e a circulação de fluxos turísticos no território brasileiro; e

V - implementar, controlar e supervisionar ações para o incremento da qualidade e competitividade do turismo nacional.

Parágrafo único. Compete, ainda, à autarquia propor ao Ministério do Turismo a elaboração de normas e medidas necessárias à execução da Política Nacional de Turismo, no que diz respeito à promoção do turismo brasileiro no exterior, e executar as decisões que, para esse fim, lhe sejam recomendadas.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3° A EMBRATUR tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Presidência - PRESI

II - órgãos de assistência direta e imediata da Presidência:

1. Gabinete - GABIN

2. Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

3. Assessoria de Governança Corporativa - ASGOV

3.1. Divisão de Apoio Institucional - DAI

3.2. Divisão de Acompanhamento de Processos - DPR

III - órgãos seccionais:

1. Procuradoria Federal - PROFE

1.1. Divisão de Licitações, Contratos e Convênios - DCC

1.2. Divisão de Acompanhamento do Contencioso e Matérias Diversas - DCM

2. Auditoria Interna - AUDIT

2.1. Divisão de Auditoria Preventiva - DAP

2.2. Divisão de Auditoria de Gestão - DAG

3. Diretoria de Administração e Finanças - DAFIN

3.1. Divisão de Convênios - DCV

3.1.1. Serviço de Celebração de Convênios - SCC

3.1.2. Serviço de Análise de Prestação de Contas - SAC

3.2. Divisão de Contratos - DCT

3.2.1. Serviço de Contratos e Editais - SCE

3.3. Coordenação-Geral de Administração - CGAD

3.3.1. Divisão de Gestão de Pessoas - DGP

3.3.1.1. Serviço de Cadastro e Pagamento - SCP

3.3.1.2. Serviço de Desenvolvimento e Benefício de Pessoal - SDB

3.3.2. Divisão de Material e Patrimônio - DMP

3.3.2.1 Serviço de Compras e Patrimônio - SPT

3.3.3. Divisão de Atividades Auxiliares - DAA

3.3.3.1. Serviço de Manutenção, Transportes, Arquivo e Protocolo - SMP

3.3.3.2. Serviço de Passagens - SPS

3.4. Coordenação-Geral de Finanças - CGFI

3.4.1. Divisão Orçamentária - DOR

3.4.1.1. Serviço de Planejamento e Execução Orçamentária - SPO

3.4.2. Divisão Financeira - DFI

3.4.2.1. Serviço de Planejamento e Execução Financeira - SPF

3.4.2.2. Serviço de Benefícios Tributários - SBT

3.4.3. Divisão de Contabilidade - DCT

3.4.3.1. Serviço de Liquidação de Despesas - SLD

3.4.3.2. Serviço de Contabilidade Analítica - SCA

3.5. Coordenação de Suporte Tecnológico - CTEC

3.5.1. Divisão de Suporte ao Desenvolvimento de Sistemas - DSS

3.5.2. Divisão de Suporte à Infra-Estrutura - DSI

IV - órgãos específicos singulares:

1. Diretoria de Produtos e Destinos - DPROD

1.1. Coordenação de Gestão Administrativa da DPROD - CDPD

1.2. Coordenação-Geral de Gestão de Conteúdo e Informação de Produto - CGIP

1.2.1. Divisão de Gestão de Conteúdo e Informação de Produtos - DIP

1.3. Coordenação-Geral de Acompanhamento e Estruturação de Produtos - CGEP

1.3.1. Divisão de Acompanhamento e Estruturação de Produtos - DEP

1.3.2. Divisão de Apoio à Comercialização dos Produtos Turísticos Brasileiros - DPB

1.4. Coordenação-Geral de Congressos, Negócios e Incentivos - CGNI

1.4.1. Divisão de Capacitação e Promoção de Eventos - DCP

1.5. Coordenação-Geral de Promoção - CGPR

1.5.1. Divisão de Feiras e Caravanas - DFC

1.5.2. Divisão de Workshops e Roadshows - DWR

2. Diretoria de Marketing - DMARK

2.1. Coordenação de Gestão Administrativa da DMARK - CDMK

2.2. Coordenação-Geral de Relações Públicas - CGRP

2.2.1. Divisão de Relações com a Imprensa Internacional - DRI

2.2.2. Divisão de Relações com Instituições Internacionais - DIN

2.3. Coordenação-Geral de Propaganda e Publicidade - CGPP

2.3.1. Divisão de Análise e Avaliação de Contratos e Processos - DAV

2.3.2. Divisão de Comunicação Digital - DCD

2.3.3. Divisão de Atendimento - DAT

3. Diretoria de Mercados Internacionais - DMINT

3.1. Coordenação de Gestão Administrativa da DMINT - CDMI

3.2. Coordenação-Geral do Mercado Americano - CGMA

3.2.1. Divisão de Apoio ao Mercado Sul-Americano - DMS

3.2.2. Divisão de Apoio ao Mercado Norte-Americano - DMA

3.2.3. Divisão de Apoio aos Outros Mercados da América - DOM

3.3. Coordenação-Geral dos Mercados da Europa/Ásia/África - CGME

3.3.1. Divisão de Apoio ao Mercado Europeu - DME

3.3.2. Divisão de Apoio aos Outros Mercados Continentais - DOC

TÍTULO III

DA DIREÇÃO E NOMEACÃO

Art. 4° A EMBRATUR é dirigida por um Presidente e quatro Diretores, indicados pelo Ministro de Estado do Turismo e nomeados na forma da legislação.

§ 1° O Procurador-Chefe será nomeado por indicação do Advogado-Geral da União.

§ 2° A nomeação e exoneração do Auditor-Chefe será submetida pela Presidência da EMBRATUR à aprovação da Controladoria-Geral da União.

§ 3° Os demais cargos em comissão e funções gratificadas serão providos na forma da legislação.

TÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

CAPÍTULO I

Da Presidência - PRESI

Art. 5° Ao Presidente compete administrar, gerir e representar a EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo, cabendo-lhe praticar os atos de gestão e editar os atos normativos que se fizerem necessários.

Parágrafo único. O Presidente, sempre que os princípios da celeridade, eficiência e eficácia determinarem a necessidade de descentralização decisória, poderá delegar, em parte, suas atribuições na forma da lei.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA AO PRESIDENTE

Seção I

Do Gabinete - GABIN

Art. 6° Ao Gabinete da Presidência compete:

I - assistir ao Presidente em sua representação política e social e incumbir-se do preparo e despacho do seu expediente pessoal;

II - coordenar as relações entre a EMBRATUR, entidades e instituições públicas e privadas;

III - articular com o Congresso Nacional, sob a coordenação do Ministério do Turismo, os assuntos relacionados à EMBRATUR; e

IV - exercer outras competências que lhe forem cometidas pela Presidência.

Seção II

Da Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Art. 7° À Assessoria de Comunicação Social compete assistir a Presidência nos assuntos pertinentes à imprensa;

I - providenciar a publicação institucional das matérias relacionadas com a área de atuação da EMBRATUR; e

II - exercer outras funções que lhe forem atribuídas pela Presidência.

Seção III

Da Assessoria de Governança Corporativa - ASGOV

Art. 8° À Assessoria de Governança Corporativa compete:

I - assistir a Presidência nos assuntos e questões referentes ao monitoramento e avaliação da gestão estratégica;

II - assessorar a Presidência nas decisões administrativas internas, fornecendo-lhe informações e subsídios; e

III - exercer outras funções que lhe forem atribuídas pela Presidência.

Art. 9° Cabe à Divisão de Apoio Institucional - DAI:

I - acompanhar e executar atividades relacionadas ao apoio institucional da EMBRATUR; e

II - prestar orientação aos demais órgãos da EMBRATUR em questões de relevante interesse institucional.

Art. 10. Cabe à Divisão de Acompanhamento de Processos - DPR:

I - acompanhar e executar atividades relacionadas aos processos administrativos de interesse direto da Presidência; e

II - supervisionar os procedimentos e processos de interesse institucional e político da EMBRATUR.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS SECCIONAIS

Seção I

Da Procuradoria Federal - PROFE

Art. 11. À Procuradoria Federal junto à EMBRATUR - órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal compete:

I - representar a EMBRATUR, nos limites fixados pelo Procurador-Geral Federal;

II - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos atos emanados dos Poderes Públicos, sob a orientação normativa da Procuradoria-Geral Federal e da Advocacia-Geral da União;

III - exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;

IV - proceder à orientação jurídica, intervindo na elaboração e edição de seus atos normativos e interpretativos, em articulação com os órgãos componentes da autarquia;

V - encaminhar à Procuradoria-Geral Federal pedido de apuração de falta funcional eventualmente cometida por seus membros;

VI - expedir pareceres vinculantes, inclusive normativos, e não-vinculantes;

VII - apurar a liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inscrevendo-os em Dívida Ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, nos limites fixados pelo Procurador-Geral Federal; e

VIII - examinar, prévia e conclusivamente:

a) os textos de editais de licitação, bem como os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres;

b) os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade ou decidir pela dispensa de licitação;

c) propostas, estudos, projetos, anteprojetos e minutas de atos normativos; e

d) os processos e documentos que envolvam matérias referentes a assuntos de cunho jurídico-administrativo e judicial.

Art. 12. Cabe à Divisão de Licitações, Contratos e Convênios - DCC:

I - pronunciar-se em matéria de licitações, contratos, convênios e instrumentos congêneres;

II - manifestar-se, previamente, na edição de atos normativos e interpretativos relacionados com licitações, contratos e convênios, analisando os aspectos legais e formais adotados na sua elaboração;

III - acompanhar no Tribunal de Contas da União os processos relativos às licitações, contratos e convênios; e

IV - requisitar diligências, informações, processos e documentos necessários ao desempenho de suas atividades.

Art. 13. Cabe à Divisão de Acompanhamento Contencioso e Matérias Diversas - DCM:

I - pronunciar-se em matérias de interesse da autarquia e manifestar-se, previamente, na edição de seus atos normativos e interpretativos, exceto os relativos a licitações, contratos e convênios, analisando os aspectos legais e formais adotados na sua elaboração;

II - acompanhar as ações judiciais que envolvam autoridades e servidores por questões relacionadas à sua atuação funcional junto à autarquia, observando as orientações da Procuradoria-Geral Federal;

III - assessorar na prestação de informações em mandados de segurança, a partir de subsídios encaminhados pelas autoridades;

IV - acompanhar as ações judiciais relevantes conforme as diretrizes da Procuradoria-Geral Federal;

V - propor ao Procurador-Chefe o encaminhamento às autoridades competentes de proposta de autorização para desistência ou abstenção de ações e recursos judiciais, na forma da lei;

VI - acompanhar os processos de interesse da Procuradoria Federal junto ao Tribunal de Contas da União, exceto os relativos a licitações, contratos e convênios;

VII - opinar sobre a pertinência do encaminhamento de representação disciplinar ao Procurador-Geral Federal, para a apuração de denúncias relativas à atuação dos procuradores federais em exercício na Procuradoria Federal;

VIII - apurar a liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inscrevendo-os em Dívida Ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, nos limites fixados pelo Procurador-Geral Federal; e

IX - requisitar diligências, informações, processos e documentos necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo único. Enquanto a defesa judicial da autarquia couber à Procuradoria-Geral Federal a Divisão de Acompanhamento Contencioso e Matérias Diversas assistirá, em igual proporção, às atribuições da Divisão de Licitação, Contratos e Convênios.

Seção II

Da Auditoria Interna - AUDIT

Art. 14. À Auditoria Interna compete:

I - examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentário-financeira, patrimonial, de pessoal e dos sistemas administrativos e operacionais;

II - acompanhar e avaliar os programas de governo vinculados à EMBRATUR, zelando pelo cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas, bem como pela adequação do gerenciamento empreendido;

III - verificar a regularidade nos controles internos e externos, especialmente daqueles referentes à realização da receita e da despesa, bem como da execução financeira de contratos, convênios, acordos e ajustes firmados;

IV - prestar orientação ao presidente, aos diretores, titulares das demais unidades organizacionais e responsáveis por programas e ações desenvolvidas, pela EMBRATUR, bem como as unidades auditadas, no que se refere ao controle interno;

V - promover inspeções regulares para verificar a execução física e financeira dos programas, projetos e atividades desenvolvidas;

VI - analisar e avaliar a execução orçamentária quanto à conformidade, aos limites e as destinações estabelecidas na legislação pertinente;

VII - examinar e emitir parecer sobre a prestação anual de contas da entidade e tomada de contas especiais;

VIII - examinar o relatório de gestão e assessorar sua elaboração;

IX - apoiar e assessorar a gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de recursos humanos, bem como as dos demais sistemas administrativos e operacionais, examinando os resultados quanto à economicidade, eficiência, eficácia, legalidade e legitimidade dos atos;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

X - propor ações de forma a garantir a legalidade dos atos e o alcance dos resultados, contribuindo para melhoria da gestão;

XI - acompanhar e apoiar os órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo, no exercício de sua missão institucional, nas ações juntos à EMBRATUR ou de seu interesse;

XII - realizar auditorias extraordinárias sempre que verificar a ocorrência de fatos relevantes ou por solicitação da autoridade competente;

XIII - atender diligências dos órgãos de controle;

XIV - assessorar a Administração no atendimento às diligências de outros órgãos de controle;

XV - dar ciência e acompanhar a implementação das recomendações e determinação de medidas saneadoras apontadas pelos órgãos/unidades do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;

XVI - realizar as atividades de auditoria em eventos/ações de que a EMBRATUR participa;

XVII - emitir pareceres sobre matéria de natureza contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional que lhe forem submetidos a exame, para subsidiar decisão superior; e

XVIII - exercer outras competências no âmbito do controle interno que lhe forem cometidas pela Presidência da EMBRATUR.

§ 1° Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado à Auditoria no exercício das suas atribuições institucionais, salvo quando envolver assunto de caráter sigiloso, na forma definida em lei.

§ 2° Os servidores da Auditoria deverão guardar sigilo a respeito de dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiverem acesso em razão do exercício de suas funções.

Art. 15. Cabe à Divisão de Auditoria Preventiva - DAP:

I - acompanhar e avaliar a execução dos programas de governo vinculados a EMBRATUR;

II - prestar assessoramento aos órgãos auditados, visando a eficiência, eficácia e efetividade do controle interno, bem como assegurar as condições indispensáveis a esse controle;

III - propor ações de forma a garantir a legalidade dos atos e o alcance dos resultados, contribuindo para a melhoria da gestão;

IV - orientar e atender às consultas formuladas pelas autoridades e unidades organizacionais; e

V - divulgar procedimentos e normas aplicáveis à instituição.

Art. 16. Cabe à Divisão de Auditoria de Gestão - DAG:

I - monitorar e avaliar os programas de trabalho da EMBRATUR quanto à exatidão e adequação das medidas técnicas, financeiras e contábeis adotadas;

II - acompanhar, em conjunto com as áreas técnicas, o andamento dos convênios e contratos;

III - verificar a regularidade nos controles internos e externos, especialmente daqueles referentes à realização da receita e da despesa, bem como da execução financeira de contratos, convênios, acordos e ajustes firmados;

IV - emitir relatório e pareceres de auditoria sobre a aplicação do orçamento;

V - promover inspeções regulares para verificar a execução física e financeira dos programas, projetos e atividades, bem como executar auditoria extraordinárias, quando determinadas pela Presidência da EMBRATUR;

VI - analisar processos, por amostragem, zelando pelo cumprimento da legalidade;

VII - examinar e emitir parecer sobre a Prestação de Contas Anual e em Tomadas de Contas Especial, segundo diretrizes emanadas do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;

VIII - emitir relatórios e pareceres a respeito da conformidade legal dos atos de gestão orçamentário-financeiro, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos e operacionais; e

IX - elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT.

Seção III

Da Diretoria de Administração e Finanças - DAFIN

Art. 17. Compete à Diretoria de Administração e Finanças coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de administração dos recursos de informação e informática, de pessoal civil e de serviços gerais.

Art. 18. À Divisão de Convênios - DCV compete acompanhar e orientar as atividades relativas à formalização de convênios, contratos de repasse, acordos e instrumentos congêneres e suas prestações de contas, mediante as informações fornecidas pelos órgãos da autarquia.

Art. 19. Compete ao Serviço de Celebração de Convênios - SCC:

I - analisar e executar as atividades relativas à celebração de convênios, contratos de repasse, acordos e instrumentos congêneres;

II - atestar a situação de regularidade fiscal do proponente, convenente, interveniente e executor, visando à celebração de convênios, contratos de repasse, acordos e instrumentos congêneres;

III - estabelecer a comunicação necessária entre a EMBRATUR e os partícipes dos instrumentos para o cumprimento das exigências legais e normativas;

IV - elaborar minutas para a apreciação da Procuradoria Federal dos instrumentos, em conformidade com as orientações dos órgãos da autarquia;

V - providenciar as publicações dos instrumentos decorrentes de sua competência;

VI - dar ciência da celebração do instrumento e da liberação dos recursos à Assembléia Legislativa, à Câmara Legislativa ou Câmara Municipal, quando for o caso;

V II - efetuar os atos e os procedimentos relativos a convênios e instrumentos congêneres no sistema de convenio do Governo Federal.

Art. 20. Compete ao Serviço de Análise de Prestação de Contas - SAC:

I - receber e analisar, sob o aspecto financeiro, as prestações de contas, relativas a convênios, contratos de repasse, acordos e instrumentos congêneres;

II - propor a aprovação das prestações de contas de convênios, contratos de repasse, acordos e instrumentos congêneres e/ou a instauração de Tomada de Contas Especial - TCE;

III - propor a inclusão, suspensão e retirada do registro de inadimplência do convenente nos sistemas de informação do Governo Federal; e

IV - estabelecer a comunicação aos partícipes do instrumento para o cumprimento das exigências legais e normativas.

Art. 21. À Divisão de Contratos - DCT compete analisar, instruir, acompanhar e publicar processos relativos a contratos, termos aditivos e instrumentos congêneres, quanto à documentação relativa à habilitação jurídico-fiscal, de acordo com a legislação vigente, oriundos de licitação, dispensa e inexigibilidade de licitação, mediante informações fornecidas pelos órgãos da autarquia e providenciar a publicação dos respectivos atos.

Art. 22. Compete ao Serviço de Contratos e Editais - SCE:

I - acompanhar as atividades relativas à celebração de contratos e respectivos termos aditivos;

II - efetuar o registro dos contratos no Sistema de Contratos - SICON;

III - auxiliar os gestores de contratos no levantamento dos serviços prestados e demais informações relativas à prorrogação, repactuação e rescisão contratual;

IV - manter registro de atuação dos contratados e sugerir, quando for o caso, a aplicação de penalidades, na forma da lei, quando da constatação de descumprimento de obrigações contratuais;

V - elaborar minutas de edital de licitação e de contratos ou instrumentos congêneres a serem celebrados e publicados;

VI - preparar os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade ou decidir a dispensa da licitação;

VII - providenciar as assinaturas dos instrumentos contratuais, assim como a sua guarda; e

VIII - divulgar as atividades de licitação no Sistema de Compras do Governo Federal.

Art. 23. À Coordenação-Geral de Administração - CGAD compete planejar, coordenar, acompanhar, orientar e avaliar as atividades relacionadas à gestão de pessoas, material, patrimônio, transportes, serviços gerais e passagens seguindo as diretrizes do órgão central dos sistemas de informação do Governo Federal.

Art. 24. Compete à Divisão de Gestão de Pessoas - DGP executar, acompanhar e avaliar as atividades referentes à administração e ao desenvolvimento de recursos humanos.

Art. 25. Compete ao Serviço de Cadastro e Pagamento - SCP:

I - executar as atividades referentes ao ingresso, à lotação e à movimentação dos servidores;

II - organizar e manter atualizado o cadastro dos servidores ativos, aposentados e pensionistas;

III - controlar a frequência, licenças e afastamentos dos servidores;

IV - elaborar o pagamento dos servidores ativos, aposentados e pensionistas e informar os recolhimentos decorrentes;

V - acompanhar a tramitação de exames de sanidade física e mental, licenças e perícias médicas; e

VI - homologar atestados médicos.

Art. 26. Ao Serviço de Desenvolvimento e Benefício - SDB compete:

I - executar a política de capacitação de servidores;

II - executar a ambientação, a integração, o desenvolvimento físico, social e cultural de servidores;

III - promover intercâmbio de experiências com instituições que atuam na área de gestão de pessoas;

IV - controlar as atividades relativas à assistência médica e odontológica;

V - executar as atividades de assistência social;

VI - executar as atividades relativas à gestão de estagiários; e

VII - analisar os pedidos de aposentadoria e pensão.

Art. 27. Compete à Divisão de Material e Patrimônio - DMP executar as atividades relacionadas à administração de material e patrimônio, acompanhar a legalização de bens imóveis observando as normas e procedimentos estabelecidos pela Secretaria do Patrimônio da União, gerir a distribuição nacional e internacional do material promocional.

Art. 28. Compete ao Serviço de Compras e Patrimônio - SPT:

I - efetuar a pesquisa de preços junto a fornecedores de materiais, bens patrimoniais e serviços;

II - instruir os processos de compras e/ou contratação de serviços;

III - organizar e manter atualizada a coleção de catálogos e especificações técnicas de materiais e serviços;

IV - gerir o sistema de administração patrimonial;

V - examinar os pedidos de inscrição de empresas no cadastro de fornecedores e prestadores de serviços, bem como efetuar seu registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF; e

VI - manter o controle físico e financeiro do material em estoque, bem como apresentar, mensalmente, demonstrativo contábil de materiais adquiridos, fornecidos e em estoque.

Art. 29. Compete à Divisão de Atividades Auxiliares - DAA executar as atividades relativas à administração dos prédios, instalações e reparos, obras, telefonia, transportes a serviço, arquivo, protocolo, reprografia e passagens.

Art. 30. Compete ao Serviço de Manutenção, Transportes, Arquivo e Protocolo - SMP:

I - promover a execução e o acompanhamento de obras de conservação e reparo de edifícios e dependências da autarquia;

II - promover a manutenção, conservação e recuperação de máquinas, móveis e aparelhos;

III - controlar a segurança de pessoas, bens patrimoniais e materiais;

IV - controlar o uso de veículos oficiais, manutenção e o consumo de combustíveis;

V - orientar a utilização dos equipamentos de telecomunicações e propor normas que regulamentem seu uso;

VI - organizar e preservar documentos e processos conforme legislação pertinente;

VII - organizar e proceder à autuação dos processos gerados e recebidos pela autarquia; e

VIII - controlar a recepção e expedição de documentos, processos, correspondências, encomendas e congêneres.

Art. 31. Compete ao Serviço de Passagens - SPS:

I - verificar roteiros, horários e tarifas de passagens;

II - conferir as tarifas de passagens praticadas pelas companhias;

III - solicitar os serviços de reserva, marcação de passagem nacional e internacional;

IV - controlar bilhetes de passagens emitidos, não utilizados e cancelados;

V - solicitar reembolso de passagens não utilizadas;

VI - instruir os processos de pagamentos de faturas; e

VII - controlar prestação de contas de viagens.

Art. 32. À Coordenação-Geral de Finanças - CGFI compete planejar, coordenar, acompanhar, orientar e avaliar as atividades relacionadas à programação orçamentária, gestão, controle, classificação e registro dos recursos orçamentários e financeiros, de acordo com as diretrizes dos órgãos centrais dos Sistemas de Planejamento e Orçamento, de Contabilidade e de Administração Financeira Federal.

Art. 33. À Divisão Orçamentária - DOR compete executar as ações de programação, elaborar a proposta orçamentária e procedimentos correlatos.

Art. 34. Compete ao Serviço de Programação e Execução Orçamentária - SPO:

I - participar da elaboração dos procedimentos e instrumentos inerentes das atividades orçamentárias;

II - analisar e acompanhar a execução orçamentária e emitir relatórios periódicos de informações gerenciais;

III - elaborar as alterações orçamentárias em função da execução efetiva e projetada;

IV - elaborar, consolidar, controlar e acompanhar os créditos orçamentários decorrentes das reformulações; e

V - classificar as despesas e analisar a adequação dos processos aos preceitos legais e normas vigentes, visando à regularidade da emissão das notas de empenho.

Art. 35. À Divisão Financeira - DFI compete:

I - coordenar as ações de programação e execução financeira; e

II - Acompanhar os procedimentos referentes a benefícios tributários relativos a imposto de renda sobre remessas ao exterior da área do turismo.

Art. 36. Compete ao Serviço de Programação e Execução Financeira - SPF:

I - acompanhar e conciliar as contas financeiras;

II - elaborar o fluxo de caixa e a programação financeira;

III - efetuar e manter o controle atualizado de todos os pagamentos;

IV - receber e controlar todos os recursos financeiros devidos;

V - elaborar relatórios gerenciais de movimentação financeira; e

VI - guardar e controlar os títulos executáveis.

Art. 37. Compete ao Serviço de Benefícios Tributários - SBT:

I - analisar os requerimentos de benefícios tributários de competência da autarquia;

II - registrar, no SISPROM - Sistema de Registro de Informações de Promoção, todos os processos referentes aos benefícios tributários de competência da autarquia; e

III - emitir pareceres técnicos financeiros sobre a matéria.

Art. 38. À Divisão de Contabilidade - DCT compete coordenar as ações de liquidação de despesas, contabilidade analítica e outros procedimentos que disciplinam o registro dos atos e fatos administrativos e contábeis.

Art. 39. Compete ao Serviço de Liquidação de Despesas - SLD:

I - proceder à liquidação das despesas, verificando a legalidade dos documentos e o direito do credor, com base na legislação vigente e preceitos legais;

II - registrar e acompanhar, no SIAFI, todos os contratos, ajustes, acordos ou similares;

III - registrar no SIAFI a entrada e saída de materiais e as variações patrimoniais;

IV - analisar e apropriar a folha de pagamentos;

V - proceder ao registro de retenção de impostos;

VI - efetuar registro de garantias dos contratos em vigência;

VII - analisar e transmitir a DIRF; e

VIII - emitir os comprovantes de recolhimento dos impostos retidos para as empresas fornecedoras de serviços e materiais.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 40. Compete ao Serviço de Contabilidade Analítica - SCA:

I - realizar, analisar e validar os registros das contas contábeis e de convênios;

II - analisar os balancetes e balanços orçamentários, patrimonial e financeiro, o encerramento das contas e demonstrações contábeis, procedendo aos ajustes necessários;

III - registrar fatos e atos contábeis;

IV - atualizar débitos judiciais e extrajudiciais;

V - formalizar o processo de prestação de contas anual;

VI - instaurar processo de Tomada de Contas Especial;

VII - efetuar a conformidade contábil mensal junto ao SIAFI;

VIII - propor a aprovação e a homologação do suprimento de fundos;

IX - analisar, por solicitação, as demonstrações e balanços contábeis das empresas participantes de processos licitatórios; e

X - efetuar a inclusão, suspensão e retirada do registro de inadimplência do convenente nos sistemas de informação do Governo Federal.

Art. 41. Compete à Coordenação de Suporte Tecnológico - CTEC:

I - planejar, coordenar, acompanhar, orientar e avaliar as atividades relacionadas à Governança de Tecnologia da Informação e sua interação com entidades externas, seguindo as diretrizes do órgão central do Governo Federal;

II - coordenar os processos relativos à gestão de recursos de tecnologia da informação;

III - propor planos e projetos referentes ao planejamento, implementação e manutenção de recursos de informática, informação e comunicação;

IV - elaborar estudos, visando à implantação de padrões de qualidade e funcionalidade visando à melhoria contínua dos serviços executados no ambiente tecnológico; e

V - coordenar a Central Atendimento ao Usuário.

Art. 42. Compete à Divisão de Suporte à Desenvolvimento de Sistemas - DSS:

I - desenvolver, implementar e supervisionar as atividades de Tecnologia da Informação, relativas ao desenvolvimento e manutenção de sistemas;

II - levantar necessidades, projetar e manter os sistemas coorporativos;

III - analisar e definir hardware e software para os aplicativos;

IV - estabelecer as técnicas e metodologias a serem utilizadas no desenvolvimento de novos sistemas;

V - promover o treinamento dos usuários dos sistemas coorporativos;

VI - elaborar e manter manuais de documentação de sistemas; e

VII - dimensionar e avaliar o impacto operacional decorrente da implantação de sistemas na rede.

Art. 43. Compete à Divisão de Suporte à Infraestrutura - DSI:

I - operar e manter em funcionamento o parque computacional e demais equipamentos;

II - administrar o funcionamento da rede local e remota de computadores;

III - criar, adotar e gerenciar os procedimentos de segurança lógica e física;

IV - administrar os sistemas gerenciadores de banco de dados, bem como a integração dos sistemas corporativos;

V - promover a habilitação ao acesso dos usuários às diversas redes e sistemas de informações;

VI - administrar os serviços de internet e intranet na interação com usuários externos e internos;

VII - propor normas, gerenciamentos e padrões de desenvolvimento de Banco de Dados e projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação;

VIII - orientar e controlar a execução dos serviços gráficos, de reprografia e impressão; e

IX - elaborar, propor e executar processos de aquisição de equipamentos e contratação de serviços, em consonância com o PDTI.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Seção I

Da Diretoria de Produtos e Destinos - DPROD

Art. 44. Compete à Diretoria de Produtos e Destinos:

I - gerenciar as informações sobre destinos e produtos turísticos brasileiros para dar suporte às ações de promoção nos mercados internacionais;

II - identificar e analisar as condições de competitividade dos produtos e destinos turísticos brasileiros;

III - estabelecer parâmetros que possibilitem a identificação de segmentos de produtos turísticos;

IV - coordenar as ações para incrementar e desenvolver a participação do segmento de negócios, eventos e incentivo no turismo brasileiro;

V - coordenar a participação dos segmentos turísticos brasileiros de negócios, eventos, incentivo e lazer em eventos e atividades promocionais no mercado internacional voltadas ao incremento do fluxo turístico no território brasileiro;

VI - coordenar, supervisionar e controlar a execução da política de promoção do turismo brasileiro no exterior; e

VII - coordenar e avaliar o planejamento e a execução das atividades das Coordenações subordinadas à Diretoria.

Art. 45. São atribuições da Coordenação de Gestão Administrativa da DPROD - CDPD:

I - coordenar a inclusão do planejamento e a inserção de informações periódicas nos sistemas de acompanhamento de gestão;

II - coordenar e acompanhar a execução dos contratos, convênios e similares;

III - analisar e justificar a necessidade de alterações contratuais, convênios e similares;

IV - consolidar a proposta orçamentária a partir das solicitações das Coordenações-Gerais vinculadas à Diretoria; e

V - acompanhar o desempenho dos indicadores e metas inerentes às áreas da Diretoria.

Art. 46. São atribuições da Coordenação-Geral de Gestão de Conteúdo e Informação de Produto - CGIP:

I - levantar dados referentes aos destinos e produtos turísticos brasileiros;

II - estruturar e gerenciar as bases de dados necessárias ao armazenamento das informações sobre produtos e destinos turísticos brasileiros; e

III - estabelecer e disponibilizar informação e conhecimento sobre produtos e destinos turísticos brasileiros para dar suporte às ações de promoção do turismo no Brasil.

Art. 47. São atribuições da Divisão de Gestão de Conteúdo e Informação de Produtos - DIP:

I - acompanhar e desenvolver as atividades inerentes à Coordenação-Geral no âmbito de sua atuação;

II - acompanhar e fiscalizar, dentro da sua área de atuação, os convênios celebrados; e

III - emitir pareceres técnicos.

Art. 48. São atribuições da Coordenação Geral Acompanhamento e Estruturação de Produtos - CGEP:

I - gerenciar estrategicamente a informação e conhecimento sobre produtos turísticos em conformidade com a dinâmica de mercado e programas de ações; e

II - desenvolver e gerenciar as ações de apoio à comercialização dos produtos turísticos brasileiros.

Art. 49. São atribuições da Divisão de Acompanhamento e Estruturação de Produtos - DEP acompanhar e desenvolver as atividades inerentes a Coordenação-Geral no âmbito de sua atuação.

Art. 50. São atribuições da Divisão de Apoio à Comercialização dos Produtos Turísticos Brasileiros - DPB acompanhar e desenvolver as ações de apoio à comercialização dos produtos turísticos brasileiros.

Art. 51. São atribuições da Coordenação Geral de Congresso, Negócio e Incentivo - CGNI:

I - apoiar a captação e a promoção de eventos internacionais;

II - estabelecer a política de apoio à realização de eventos internacionais no Brasil;

III - desenvolver ações voltadas à consolidação do turismo de incentivo;

IV - criar estratégias para promoção do segmento de negócios;

V - definir estratégias de identificação, aproximação e manutenção de relacionamento com entidades promotoras de eventos ou multiplicadoras de informação; e

VI - identificar e propor ações de capacitação para o incremento do turismo de eventos.

Art. 52. São atribuições da Divisão de Captação e Promoção de Eventos - DCP:

I - planejar e apoiar as iniciativas para a captação e a promoção de eventos internacionais para o Brasil;

II - acompanhar todos os processos de convênios e instrumentos congêneres ajustados, que visem à promoção de eventos internacionais no Brasil;

III - organizar e atualizar o calendário de eventos; e

IV - emitir pareceres técnicos acerca dos projetos de captação e promoção que busquem apoio financeiro ou institucional.

Art. 53. São atribuições da Coordenação-Geral de Promoção - CGPR:

I - planejar e executar a Agenda de Promoção Comercial do turismo brasileiro, de acordo com as orientações da Política Nacional do Turismo;

II - planejar e executar a participação da autarquia nos eventos da Agenda de Promoção, articulando com as demais áreas envolvidas as demandas específicas;

III - observar a concorrência e apoiar a evolução do programa de desenvolvimento dos produtos e destinos turísticos no Brasil;

IV - monitorar e avaliar os resultados dos eventos realizados;

V - acompanhar e fiscalizar, dentro da sua área de atuação, os convênios e instrumentos congêneres ajustados; e

VI - emitir pareceres técnicos relativos à sua área de atuação.

Art. 54. São atribuições da Divisão de Feiras e Caravanas - DFC:

I - planejar, operacionalizar e acompanhar as feiras internacionais estabelecidas na Agenda de Promoção Comercial da autarquia;

II - atualizar a Agenda de Promoção sempre que necessário;

III - providenciar e acompanhar os procedimentos de contratação de piso e montagem das feiras; e

IV - acompanhar e organizar as caravanas, realizando a interlocução com os parceiros participantes.

Art. 55. São atribuições da Divisão de Workshops e Roadshows - DWR:

I - planejar, organizar e executar workshops e roadshows seguindo a estratégia das políticas de turismo; e

II - providenciar e acompanhar os procedimentos administrativos necessários à realização das ações inerentes à Divisão.

Seção II

Da Diretoria de Marketing - DMARK

Art. 56. Compete à Diretoria de Marketing:

I - participar da definição das estratégias de Promoção de Turismo;

II - propor, coordenar, supervisionar e controlar a execução da política de marketing, publicidade e propaganda do turismo brasileiro, no País e no exterior; e

III - planejar, coordenar, supervisionar, monitorar e auditar a execução da política de relações públicas no exterior.

Art. 57. São atribuições da Coordenação de Gestão Administrativa da DMARK - CDMK:

I - coordenar a inclusão do planejamento e a inserção de informações periódicas nos sistemas de acompanhamento de gestão;

II - coordenar e acompanhar a execução dos contratos, convênios e similares;

III - analisar e justificar a necessidade de alterações contratuais, convênios e similares;

IV - consolidar a proposta orçamentária a partir das solicitações das Coordenações-Gerais vinculadas à Diretoria; e

V - acompanhar o desempenho dos indicadores e metas inerentes às áreas da Diretoria.

Art. 58. Compete à Coordenação-Geral de Relações Públicas - CGRP:

I - zelar pelo cumprimento das diretrizes apontadas pelo Plano de Marketing Turístico Internacional do Brasil;

II - planejar, coordenar, supervisionar, avaliar e controlar as ações de divulgação de informações aos diversos formadores de opinião no mercado internacional, visando a consolidação da imagem do Brasil no exterior;

III - propor, executar e acompanhar a realização de ações promocionais e de marketing do turismo brasileiro no exterior;

IV - acompanhar, supervisionar e avaliar o trabalho das agências de relações públicas e das parcerias internacionais ajustadas para ações envolvendo estudos, concepção, pesquisa, criação, produção, distribuição de informações, execução de programas de comunicação e relações públicas no exterior;

V - propor, analisar, emitir pareceres técnicos e coordenar as relações e a execução de projetos, em parceria com as iniciativas pública e privada, que tenham por objetivo a consolidação da imagem do Brasil no exterior;

VI - acompanhar, emitir relatórios analíticos e gerenciar a imagem do Brasil como destino turístico no exterior; e

VII - difundir a Marca Brasil no exterior, apresentada juntamente com o Plano de Marketing Turístico Internacional do Brasil.

Art. 59. Compete à Divisão de Relações com a Imprensa Internacional - DRI:

I - difundir conteúdo sobre os destinos turísticos brasileiros e informações sobre as ações desenvolvidas no exterior;

II - produzir conteúdo informativo como textos de imprensa, notas, comunicados e serviços afins para a imprensa no exterior, visando à consolidação da imagem do Brasil como destino turístico para os estrangeiros; e

III - alinhar as mensagens-chave da autarquia, visando consolidar a imagem do Brasil no exterior como destino turístico.

Art. 60. Compete à Divisão de Relações com Instituições Internacionais - DIN:

I - propor, analisar, emitir pareceres técnicos e coordenar as relações e a execução de projetos, em parceria com instituições internacionais públicas e privadas, que tenham por objetivo a consolidação da imagem turística do Brasil no exterior;

II - difundir a marca Brasil no exterior, vinculada ao Plano de Marketing Turístico Internacional do Brasil;

III - cuidar da aplicação da marca Brasil no exterior, vinculada ao Plano de Marketing Turístico Internacional do Brasil; e

IV - difundir informações, juntamente com a Assessoria de Comunicação, para o exterior referente às ações e aos resultados obtidos.

Art. 61. À Coordenação-Geral de Propaganda e Publicidade - CGPP compete:

I - executar e acompanhar o cumprimento das diretrizes apontadas pelo Plano de Marketing Turístico Internacional do Brasil;

II - acompanhar, supervisionar e avaliar o atendimento das agências de propaganda contratadas quanto aos trabalhos de criação, produção e mídia, voltados para o mercado internacional;

III - propor, acompanhar, analisar e aprovar a produção de campanhas ou peças produzidas pelas agências contratadas, para promoção e marketing internacional;

IV - propor, analisar, emitir pareceres técnicos e acompanhar propostas, projetos, convênios e instrumentos similares destinados à promoção do produto turístico brasileiro no mercado internacional, em parceria com as iniciativas pública e privada;

V - produzir e supervisionar material promocional, bem como acompanhar o estoque e o processo de remessa de material promocional no Brasil e para o exterior;

VI - gerenciar e zelar pela correta aplicação da Marca Brasil;

VII - efetuar a negociação da utilização da Marca Brasil por terceiros, entidades públicas e privadas;

VIII - propor e acompanhar os processos de registros de marcas em favor da autarquia; e

IX - propor, coordenar, supervisionar e avaliar todas as ações de comunicação digital de promoção do Brasil no exterior.

Art. 62. Compete à Divisão de Análise e Avaliação de Contratos e Processos - DAV:

I - analisar, avaliar e emitir pareceres técnicos de propostas, projetos e documentos relacionados às ações de promoção, marketing e apoio à comercialização do produto turístico brasileiro no exterior;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - analisar, emitir pareceres técnicos e acompanhar as propostas de convênio ou contratos, que tenham por objetivo a promoção do Brasil como destino turístico no exterior;

III - analisar e emitir pareceres técnicos referentes às prestações de contas dos convênios e dos contratos ajustados;

IV - propor e acompanhar a emissão de empenhos e Ordens de Serviço em favor das agências de propaganda contratadas;

V - acompanhar, supervisionar e avaliar o atendimento das agências de propaganda contratadas no que se refere à contratação dos fornecedores, a política de preços praticados no mercado e ao faturamento dos serviços;

VI - analisar e aprovar os orçamentos apresentados pelas agências de propaganda contratadas, visando maior economicidade na execução das ações promocionais e de marketing internacional;

VII - emitir planilhas de promoção, produção, propaganda e mídia e acompanhar o processo de aprovação dessas planilhas, quando for o caso, junto a Secretaria de Comunicação da Presidência da República - SECOM/PR; e

VIII - acompanhar todos os processos de pagamento dos serviços prestados pelas agências de propaganda contratadas.

Art. 63. Compete à Divisão de Comunicação Digital - DCD:

I - propor e definir estratégia de comunicação digital para divulgação do país no exterior;

II - propor soluções de comunicação para a Internet para ações de promoção do Brasil no exterior;

III - propor, analisar e acompanhar a prestação de serviços de comunicação digital;

IV - propor, coordenar e avaliar comunicação com o público-alvo;

V - coordenar, avaliar e supervisionar o Banco de Dados da EMBRATUR (CRM ou seu substituto eventual); e

VI - propor, coordenar, supervisionar e avaliar treinamento on-line de agentes de viagem no exterior.

Art. 64. Compete à Divisão de Atendimento - DAT:

I - estabelecer, elaborar e executar a estratégia de distribuição nacional e internacional de todo o material promocional produzido, com o apoio da Coordenação Geral de Administração da DAFIN, por meio da Divisão de Material e Patrimônio, no que diz respeito às suas competências;

II - coordenar e controlar o estoque de material promocional; e

III - coordenar e manter arquivo atualizado de peças e campanhas promocionais.

Seção III

Da Diretoria de Mercados Internacionais - DMINT

Art. 65. Compete à Diretoria de Mercados Internacionais:

I - identificar os mercados existentes e potenciais, bem como formas possíveis de comercialização dos produtos turísticos brasileiros;

II - desenvolver estratégias para a distribuição dos produtos, serviços e destinos turísticos nos canais de comercialização;

III - identificar as estratégias de comercialização dos concorrentes brasileiros nos mercados prioritários; e

IV - ampliar a participação do Brasil no mercado internacional do turismo.

Art. 66. São atribuições da Coordenação de Gestão Administrativa da DMINT:

I - coordenar a inclusão do planejamento e a inserção de informações periódicas nos sistemas de acompanhamento de gestão;

II - coordenar e acompanhar a execução dos contratos, convênios e similares;

III - analisar e justificar a necessidade de alterações contratuais, convênios e similares;

IV - consolidar a proposta orçamentária a partir das solicitações das Coordenações-Gerais vinculadas à Diretoria; e

V - acompanhar o desempenho dos indicadores e metas inerentes às áreas da Diretoria.

Art. 67. Às Coordenações-Gerais da DMINT cabem:

I - monitorar os mercados-alvo em busca de oportunidades;

II - acompanhar as ações de promoção no exterior;

III - estabelecer metas para os mercados-alvo;

IV - acompanhar as atividades dos Chefes de Divisão dos respectivos mercados;

V - planejar viagens da Coordenação-Geral, das unidades avançadas de promoção no exterior, bem como dos Chefes de Divisão e de Serviço;

VI - coordenar a execução e acompanhamento dos projetos e eventos no exterior;

VII - elaborar e acompanhar o Plano de Ações da sua área de atuação; e

VIII - elaborar e acompanhar execução da Proposta Orçamentária da sua área de atuação;

Art. 68. Às Divisões da DMINT cabe:

I - monitorar, analisar e gerenciar informações estratégicas dos mercados-alvo, em busca de oportunidades;

II - criar e fazer a manutenção do relacionamento com a cadeia produtiva do turismo no mercado-alvo;

III - elaborar e manter atualizado o banco de dados da cadeia produtiva do turismo no mercado-alvo;

IV - acompanhar de forma estratégica as ações no mercado-alvo;

V - definir, em parceria com a DMARK, as ferramentas de promoção no mercado-alvo;

VI - coordenar, realizar e mensurar as ações e resultados da promoção turística no mercado-alvo;

VII - coordenar e acompanhar os eventos e/ou ações promocionais no mercado-alvo;

VIII - efetuar a interlocução com as entidades públicas e privadas no Brasil e exterior;

IX - coordenar os treinamentos, seminários, workshops e demais ações promocionais junto à cadeia produtiva do turismo no mercado-alvo; e

X - monitorar os indicadores e metas inerentes à Divisão.

Título V

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

CAPÍTULO I

Do Presidente

Art. 69. Ao Presidente incumbe:

I - exercer a direção superior e o comando hierárquico, bem como, planejar, dirigir, coordenar e controlar a execução das atividades da EMBRATUR;

II - representar a EMBRATUR em juízo ou fora dele;

III - exercer o poder disciplinar nos termos da legislação;

IV - coordenar a comunicação institucional;

V - elaborar e divulgar relatórios periódicos;

VI - encaminhar ao Ministro de Estado do Turismo as propostas de alteração do Regimento Interno da autarquia;

VII - enviar a prestação de contas ao Ministério do Turismo, para fins de encaminhamento ao Tribunal de Contas da União;

VIII - firmar, em nome da EMBRATUR, contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos similares; e

IX - propor ao Ministério do Turismo o Plano Anual de Ação e a proposta orçamentária anual e suas alterações; e

X - decidir sobre a aquisição e alienação de bens imóveis patrimoniais, na forma da lei.

CAPÍTULO II

Dos Demais Dirigentes

Art. 70. Aos Diretores, ao Procurador-Chefe, ao Auditor-Chefe, ao Chefe de Gabinete e aos demais dirigentes incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades afetas às respectivas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas, em suas áreas de atuação, pela Presidência.

TÍTULO VI

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 71. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pela Presidência do Instituto.

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 2.118, DE 27 DE JUNHO DE 2011

APROVA REVISÃO TARIFÁRIA E REAJUSTE LINEAR MÁXIMO PARA A TARIFA DO PORTO DO FORNO - RJ.

O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 27, inciso VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e pelo artigo 3°, inciso VIII, do Regulamento da ANTAQ, aprovado pelo Decreto n° 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, considerando o disposto na Portaria n° 118, de 17 de maio de 2002, do Ministro de Estado da Fazenda, e tendo em vista o que consta do processo nº 50300.001050/2010-88 e o que foi deliberado em sua 293ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de junho de 2011, resolve:

Art. 1° Aprovar revisão da tarifa do porto do Forno - RJ, que passa a ter a seguinte redação:

' TARIFA DO PORTO DO FORNO

TABELA I - UTILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA - PROTEÇÃO E ACESSO AO PORTO

Esta tabela remunerará as facilidades portuárias constituídas pelos molhes, quebra-mares, canal de acesso e bacia de evolução, que proporcionem águas abrigadas, tranquilas, profundas e sinalizadas para as embarcações realizarem suas operações com segurança.

1. Taxa devida pelo armador, na entrada da embarcação.

2. Cobrança (R$)

2.1 Por tonelada movimentada nas instalações do Porto do Forno ….....R$ 3,50

2.2 Por contêiner movimentado:

2.2.1 Cheio R$ 48,00

2.2.2 Vazio isento

2.3 Por TRL das embarcações que se utilizarem de sinalização, balizamento, canal de acesso e/ ou área de fundeio, sem movimentação de carga ou em operação em terminais privativos:

2.3.1 Embarcações sem carga R$ 0,40

2.3.2 Derivação de petróleo e álcool R$ 2,50

2.3.3 Petróleo R$ 1,20

2.3.4 Outros granéis R$ 1,50

2.3.5 Carga Geral R$ 4,50

2.4 Por Embarcação R$ 1.500,00

2.5 Por estadia de embarcações nas áreas de fundeio a cada período de 12h ou fração:

2.5.1 Por Embarcação R$ 1.500,00

2.6 Controle Ambiental (por embarcação) R$ 100,00

3. NORMAS DE APLICAÇÃO

3.1 Estarão isentas do pagamento desta tabela, as embarcações que não sejam empregadas no comércio marítimo, as embarcações empregadas na navegação de apoio portuário, as embarcações de exclusiva configuração de turismo e de recreio, bem como aquelas cuja isenção está prevista em lei.

3.2 Os valores do item 2.6 desta tabela incidirá sobre todas as embarcações que utilizarem os serviços prestados ao controle ambiental, sejam eles: Centro de Controle Operacional e Segurança (Ccos), Brigada Ambiental, ISPS-CODE, Licenciamento Ambiental.

TABELA II - UTILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA - INSTALAÇÕES DE ACOSTAGEM

Esta tabela remunerará as facilidades portuárias constituídas, conforme a instalação portuária específica utilizada tais como: dolfins, cais, piers, etc. incluindo os respectivos sistemas de defensas do Porto do Forno.

1. Taxa devida pelo armador quando da atracação:

2. Cobrança (R$)

2.1 Por navio por período de 6 (seis) horas R$ 500,00

3. NORMAS DE APLICAÇÃO

3.1 São isentas de pagamentos desta tabela os navios de guerra quando em operação não comercial e outras embarcações prevista em lei, operando a contra bordo.

3.2 O serviço requisitado, quando não utilizado em efetiva operação, será passível de penalização, conforme regulamentação específica, aprovado pelo CAP.

3.3 No caso de embarcações de apoio portuário, os valores desta tabela serão cobrados do requisitante com redução de 95% de exclusiva (quando apoio a outra embarcação).

3.4 No caso das embarcações de exclusiva configuração de turismo e de recreio, os valores desta tabela serão cobrados do requisitante com redução de 50%.

3.5 Na apuração da fração de período prevista nesta tabela, haverá uma tolerância de até 60 minutos, após o término da operação, exclusivamente para o reparo da desatracação.

3.6 Os valores desta tabela serão cobrados em dobro, sempre que a embarcação permanecer atracada, por sua conveniência ou responsabilidade, sem movimentar carga ou passageiros, por tempo superior a 3 horas consecutivas em cada período.

3.7 O valor da taxa 2.1 será reduzido em 25% quando a atracação ocorrer para movimentação nas instalações submarinas (bóia de amarração) que atendam a Refinaria de Manguinhos.

3.8 Os valores desta tabela compreendem, também, os dispêndios do pessoal empregado ou à disposição, nos trabalhos de desamarração de embarcações, em qualquer período de trabalho.

3.9 Para estadias até 96 (noventa e seis) horas será concedido um desconto de 20% sobre o valor do item 2.1 desta tabela.

TABELA III - UTLIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA - INSTALAÇÕES TERRESTRES E FACILIDADES

Esta tabela remunerará a utilização da infraestrutura operacional terrestre, mantido pelo Porto do Forno, colocada à disposição das operações portuárias, tais como: inspetorias operacionais e controle/conferência, pavimentação, acessos e arruamentos, áreas de estacionamentos, linhas férreas e linhas de guindastes, instalações e distribuição elétrica necessária aos diversos equipamentos e a iluminação externa, segurança, redes de sinalização, comunicação, esgoto, água e combate à incêndio.

1.Taxa devida pelo dono da mercadoria

2. Cobrança (R$)

2.1 Mercadoria importada ou exportada (carga geral e granéis sólidos) fora de instalações de conjuntos de equipamentos, por tonelada:

2.1.1 Carga geral R$ 8,00

2.1.2 Produto siderúrgico, alumínio, ferro ligas, atados de cobre, zinco, açúcar, granito, mármore, e café R$ 2,00

2.1.3 Granel sólido R$ 2,00

2.1.4 Descarga de sal R$ 0,50

2.1.5 Bobinas de papel impressa R$ 5,00

2.2 Contêiner carregado ou descarregado, por contêiner

2.2.1 Contêiner cheio

Cais comercial R$ 120,00

TECONT R$ 60,00

2.2.2 Contêiner vazio

Cais comercial R$ 30,00

TECONT R$ 30,00

2.3 Veículos e contêineres na modalidade ro-ro:

2.3.1 Por veículos (automóveis/outros veículos/veículos carregados com mercadoria) R$ 3,00

2.3.2 Por contêiner

2.3.2.1 Contêiner cheio

Cais comercial R$ 36,00

TECONT R$ 24,00

2.3.2.2 Contêiner vazio

Cais comercial R$ 18,00

TECONT R$ 12,00

2.4 Granéis movimentados em instalações portuárias que disponham dos seguintes conjuntos de equipamentos, por tonelada:

2.4.1 Descarga de granéis sólidos no Porto do Forno R$ 1,00

2.4.2 Recarga ferroviária de granéis sólidos no Porto do Forno R$ 1,00

2.4.3 Descarga de Sal R$ 1,20

2.4.4 Movimentação de granéis líquidos:

2.4.4.1 Petróleo, derivados e álcool R$ 1,00

2.4.4.2 Outros R$ 2,50

2.5 Consumo de bordo, por tonelada R$ 2,00

2.6 Controle / conferência no recebimento ou na entrega de mercadoria, exceto no TECONT, por tonelada ou fração R$ 1,00

3. NORMAS DE APLICAÇÃO

3.1 Serão cobrados do requisitante com redução de 30%, exclusivamente nos casos em que ocorra posterior recarga em outra embarcação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3.2 A não contraprestação dos serviços requisitados, por motivos alheios à vontade, redundará na redução da(s) parcela(s) para efeito de cobrança. No caso de carga geral e contêiner, baldeada com descarga para trânsito ou ainda, com descarga para livrar o convés ou livrar o porão da embarcação, os valores desta tabela.

3.3 Quando no contêiner existir carga de mais de um dono, a cobrança será feita por tonelada movimentada, com base no item 2.1.1 - carga geral.

TABELA IV - UTILIZAÇÃO DE CONJUNTO PARA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS E CONTÊINERES

Esta tabela remunerará a movimentação de cargas e contêineres com a utilização de conjuntos de equipamentos (inclusive suas respectivas guarnições).

1. Taxa devida pelo armador (2.2.1, 2.2.2 - contêiner vazio 2.3) e dono da mercadoria (demais itens).

2. Cobrança (R$)

2.1 Movimentação de granéis em sistemas de conjuntos de equipamentos, por tonelada:

2.1.1 Sistema de descarga de granéis sólidos no Porto do Forno R$ 4,50

2.1.2 Sistema de recarga ferroviária de granéis sólidos no Porto do Forno R$ 1,50

2.1.3 Sistema de descarga de trigo a granel R$ 2,50

2.1.4 Sistema de movimentação de granéis líquidos - Rio R$ 1,00

2.2 Pela utilização de equipamentos especiais de movimentação de contêineres, nas operações de carga /descarga no TECONT, por contêiner:

2.2.1 Utilização do portêiner:

Contêiner cheio R$ 35,00

Contêiner vazio R$ 10,00

2.2.2 Transporte horizontal interno dentro do TECONT e utilização de equipamentos (empilhadeiras e transtêineres) de movimentação vertical para recebimento, entrega e empilhamento (handling in e handling out), no TECONT:

Contêiner cheio R$ 25,00

Contêiner vazio R$ 20,00

2.3 Paralisação no TECONT por responsabilidade do requisitante:

2.3.1 Suprimento de aparelhamento completo (com portêiner), por hora, fração e terno R$ 700,00

2.3.2 Suprimento do aparelhamento parcial (sem portêiner), por hora, fração e terno R$ 490,00

2.3.3 Requisição não utilizada do aparelhamento completo (com portêiner) pela não atracação, por hora, fração e terno R$ 200,00

2.3.4 Requisição não utilizada do aparelhamento parcial (sem portêiner) pela não atracação, por hora, fração parcial e terno R$ 140,00

2.4 Embarque/desembarque de contêineres, cheios ou vazios, com equipamento de bordo, por contêiner R$ 3,50

3.NORMAS DE APLICAÇÃO

3.1 No caso de carga geral e contêiner, em baldeação com descarga para o cais, ou com descarga para trânsito ou ainda, com descarga para livrar o porão da embarcação, os valores desta tabela serão cobrados do requisitante com redução de 30% exclusivamente nos casos em que ocorra posterior recarga na mesma ou em outra embarcação.

3.2 O requisitante somente pagará a(s) parcela(s) da infraestrutura efetivamente utilizada(s).

3.3 A não contraprestação dos serviços requisitados, por motivos alheios a vontade do requisitante, desde que enquadrados em regulamentação específica, aprovada pelo CAP, redundará na redução da(s) parcela(s) correspondente(s) para efeito de cobrança.

3.4 O serviço requisitado, quando não utilizado em efetiva operação, será passível de penalização, conforme regulamentação específica, aprovada pelo CAP.

3.5 Quando no contêiner existir carga de mais de um dono, a cobrança será feita por tonelada movimentada, com base no item 2.2 da tabela VI.

3.6 Quando apenas os descarregadores do pier forem utilizados na descarga de granéis no Porto do Forno, o item 2.1.1 será cobrado com redução de 70%.

3.7 A taxa referente ao item 2.4 remunera a guarnição de terra aplicada à operação, quando for utilizado equipamento de bordo.

TABELA V - ARMAZENAGEM

Esta tabela remunerará à utilização da infraestrutura e os serviços de guarda de mercadorias depositadas dentro do porto organizado, compreendendo pátios e armazéns.

1.Taxa devida pelo dono da mercadoria

2. Cobrança (%)

2.1 Na importação de longo curso, para carga geral, carga unitizada, inclusive contêiner cheio e granéis, incide sobre o valor CIF da mercadoria ou na falta deste, sobre seu valor comercial.

Periodicidade:

1º período de 10 dias ou fração 0,35

2º período de 10 dias ou fração 0,70

3º período de 10 dias ou fração 1,40

4º período de 10 dias ou fração 1,80

2.2 Mercadorias nacionais, nacionalizadas ou em trânsito, na exportação de longo curso (exceto contêiner) incide com redução de 60% sobre o seu valor comercial.

Periodicidade:

1º período de 10 dias ou fração R$ 0,35

2º período de 10 dias ou fração R$ 0,70

2.3 Contêiner vazio ou contêiner com mercadoria nacional, ou nacionalizada, na exportação de longo curso ou ainda em trânsito, cobrados por 101 dias ou fração, sem R$/ unid / período.

2.3.1 No TECONT

Contêiner cheio R$ 13,00

Contêiner vazio R$ 26,00

2.3.2 No cais comercial

Contêiner cheio R$ 15,00

Contêiner vazio R$ 30,00

3. NORMAS DE APLICAÇÃO

3.1 O serviço requisitado, quando não utilizado em efetivação, será passível de penalização, conforme regulamentação especifica, aprovada pelo CAP.

3.2 A não contraprestação dos serviços requisitados, por motivos alheios a vontade do requisitante, desde que enquadrados em regulamentação especifica, aprovada pelo CAP, redundará na dedução da parcela(s) correspondente(s) para efeito de cobrança.

3.3 As taxas contidas no item 2.3.1 terão isenção de 10 dias corridos.

3.4 A armazenagem das mercadorias inflamáveis, explosivas, corrosivas, agressivas ou oxidantes, será cobrada, aplicando-se em dobro dos percentuais ou taxas estabelecidas nesta tabela, exceto quando instalação especial.

TABELA VI - SERVIÇOS DIVERSOS

Esta tabela remunerará os serviços de fornecimentos de mão de obra, em operação fora de instalações de conjuntos de equipamentos, quando esta for requisitada junto a Administração Portuária, assim como aqueles serviços da natureza variada, tais como repasse de serviços públicos (água, energia elétrica, etc), transporte ferroviário e rodoviário, dentro do porto organizado, pesagem em balança rodo e/ou ferroviária, etc caso requisitado(s).

1.Taxa devida pelo requisitante (Cf.art. 13 do regulamento de exportação do porto)

2.Cobrança (R$)

2.1 Movimentação de produto siderúrgico, alumínio, ferroliga, atados de cobre, zinco, açúcar, granito, mármore e café, utilizando mão de obra requisitada, em carga/descarga de embarcações, por tonelada R$ 0,50

2.2 Idem para movimentação de outros tipos de carga geral, exceto contêiner, por tonelada … R$ 1,00

2.3 Idem para movimentação de granel sólido, por tonelada R$ 0,50

2.4 Idem para movimentação de contêiner, fora do TECONT, por contêiner.

2.4.1 Contêiner cheio R$ 10,00

2.4.2 Contêiner vazio R$ 7,00

2.5 Pela pesagem de mercadorias carregadas em vagões ou outros veículos, por tonelada de carga e tara do veículo R$ 0,34

2.6 Pela consolidação/desconsolidação de contêiner, por unidade:

2.6.1 Carga paletizada R$ 80,00

2.6.2 Carga solta R$ 120,00

2.7 Pelo serviço de transportes nas instalações portuárias, em veículos rodoviários ou ferroviários:

2.7.1 Carga geral, por tonelada R$ 1,50

2.7.2 Granel, por tonelada R$ 1,50

2.7.3 Contêiner cheio, por unidade R$ 60,00

2.7.4 Contêiner vazio, por unidade R$ 30,00

2.8 Pela movimentação de contêiner, house to house, para fins de retirada de amostra de mercadoria e conferência aduaneira, por contêiner R$ 70,00

2.9 Pelo fornecimento de certidão, certificado ou termo de vistoria, por unidade R$ 20,00

2.10 Pela remoção e transporte em caminhão de mercadoria depositada e condenada, por ser considerada impróprio para consumo, para vazamento na lixeira, por tonelada R$ 15,00

2.11 Pela carga/descarga de mercadorias, por tonelada:

2.11.1 Carga geral até 5 ton. R$ 1,80

2.11.2 Carga geral acima de 5 ton. R$ 4,20

2.11.3 Granel R$ 1,60

2.12 Pela utilização de tomada para contêiner refrigerado, incluindo o fornecimento de energia e os serviços de ligação e desligamento a unidade refrigeradora à rede, por período de trabalho R$ 12,00

2.13 Recuperação do custo de água fornecida as embarcações tarifa + 2%

2.14 Recuperação do custo de energia elétrica fornecida as embarcações tarifa + 2%

2.15 Pela permanência de equipamentos de terceiros, antes e após a execução dos serviços, por unidade, dia ou fração:

2.15.1 Equipamentos com capacidade até 20 ton. R$ 15,00

2.15.2 Equipamentos com capacidade entre 20 e 50 ton. R$ 30,00

2.15.3 Equipamentos com capacidade acima de 50 ton. R$ 60,00

2.16 Paralisações fora do conjunto de equipamentos por responsabilidade do requisitante, por hora,fração, por terno:

2.16.1 Guarnição total R$ 64,00

2.16.2 Guarnição parcial R$ 48,00

2.16.3 Aparelhamento com operador R$ 40,00

2.16.4 Aparelho sem operador R$ 30,00

2.17 Pelos serviços prestados no embarque, desembarque e no trânsito de passageiros:

2.17.1 Por passageiro embarcado R$ 30,00

2.17.2 Por passageiro desembarcado R$ 30,00

2.17.3 Por passageiro em trânsito R$ 22,00

2.17.4 Adicional de recuperação dos investimentos na infraestrutura portuária 20%

3. NORMAS DE APLICAÇÃO

3.1 Nos itens 2.1 e 2.4 estão compreendidos os serviços de embarque/desembarque, separação inclusive, se necessário.

3.2 O item 2.17.4 incidirá exclusivamente nos itens 2.17.1, 2.17.2, 2.17.3.

TABELA VII - FORNECIMENTOS DE EQUIPAMENTOS PORTUÁRIOS

Esta tabela remunerará os serviços de fornecimento de equipamentos do porto, quando requisitados, incluindo unicamente o concurso dos operadores do equipamento e combustível, além do próprio equipamento, incluindo seus respectivos acessórios.

1.Taxa devida pelo requisitante (Cf.art. 13 do regulamento de exploração do porto).

2.Cobrança (R$)

2.1 Pela utilização de guindaste do pórtico e equipamentos especificados, por tonelada movimentada, em operação fora de instalações de conjunto de equipamentos:

2.1.1 Carga geral R$ 1,00

2.1.2 Granel sólido R$ 3,00

2.1.3 Descarga de sal R$ 0,50

2.1.4 Funil R$ 1,00

2.2 Pelo fornecimento de equipamentos, por hora ou fração:

2.2.1 Auto guindaste R$ 90,00

2.2.2 Empilhadeira com capacidade até 10 ton. R$ 30,00

2.2.3 Empilhadeira com capacidade acima de 10 ton. R$ 90,00

2.2.4 Cábrea flutuante R$ 500,00

2.2.5 Pá mecânica R$ 90,00

2.2.6 Caminhão basculante R$ 50,00

2.2.7 Carreta R$ 70,00

2.2.8 Locomotiva R$ 100,00

2.2.9 Trator R$ 35,00

2.2.10 Vagão R$ 5,00

2.2.11 Eletroimã R$ 20,00

2.3 Pelo fornecimento de implementos, por dia ou fração:

2.3.1 Escada para embarque e desembarque de passageiros R$ 6,00

2.3.2 Encerado R$ 9,00

2.3.3 Pallets (estrados) R$ 2,00

2.4 Pelo fornecimento de equipamentos quando requisitado para serviço de apoio, por hora ou fração:

2.4.1 Guindaste de pórtico até 10 ton. R$ 20,00

2.4.2 Guindaste elétrico de pórtico de 10 a 16 ton. R$ 40,00

2.4.3 Guindaste elétrico de pórtico de 32/40 ton. R$ 100,00

3.NORMAS DE APLICAÇÃO

3.1 No caso do Porto do Forno não poder oferecer o(s) operador(es) para os equipamentos constantes no item 2, os valores, quando couber, serão cobrados com redução de 25% (vinte e cinco por cento).

OBSERVAÇÕES GERAIS

1. As taxas desta tarifa compreendem a execução dos serviços especificados em todo e qualquer período de trabalho, inclusive adicionais noturnos e de risco.

2. A administração do Porto do Forno poderá realizar contratos operacionais, estabelecendo a unificação de taxa da tarifa portuária, metas mínimas de movimentação de carga, com redução de preços advindos de ganhos de produtividade.

3. Fica mantida a aplicação da antiga tabela G2 (locação de área em armazéns ou pátios), em caráter precário, quando da permissão de uso, onerosa e temporário, de área do Porto do Forno.

4. Eventuais serviços não previstos deverão ser cobrados com base na tarifa anteriormente vigente, em caráter precário, desde que sua aplicação não colida com o modelo da presente tarifa, devendo este procedimento ser submetido ao CAP por homologação na reunião subsequente a sua efetiva incidência.

5. Nenhuma tarifa terá valor inferior ao custo administrativo de emissão do respectivo recibo, acrescido da tarifa bancária correspondente.

6. Até a criação definitiva do turno de 06 horas cobrar-se-á, nos períodos extraordinários, R$ 7,50 por homem/hora efetivamente aplicados, nas tabelas IV, VI e VII exceto no TECONT. Esta cobrança inclui o adicional noturno.

7. O serviço requisitado, quando não utilizado em efetiva operação, será passível de penalização, conforme regulamentação específica.

8. Os descontos previstos nestas tabelas estarão sujeitas a aprovação da Autoridade Portuária após análise dos pressupostos da oportunidade e conveniência."

Art. 2º Aprovar reajuste linear máximo de 55% (cinquenta e cinco por cento) para a tarifa do porto do Forno - RJ.

Parágrafo único. O reajuste indicado neste artigo incidirá sobre os valores constantes da revisão tarifária aprovada no artigo 1º.

Art. 3º Determinar que a tarifa aprovada no artigo 1º e o reajuste indicado no artigo 2º somente entrarão em vigor após sua homologação pelo Conselho de Autoridade Portuária - CAP, nos termos do artigo 30, parágrafo 1°, inciso VIII, da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993.

Parágrafo único. A homologação referida neste artigo levará em conta as competências relacionadas no artigo 30, incisos III, IV, V, VII, IX e XIII, da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e, no que diz respeito aos valores tarifários, poderá ser feita de forma integral, parcial ou parceladamente.

Art. 4º Determinar que a Companhia Municipal de Administração Portuária - COMAP publique no Diário Oficial da União - D.O.U. a tarifa completa do porto do Forno, incluindo os valores tarifários reajustados, as normas de aplicação e observações gerais, na forma em que for homologada pelo Conselho de Autoridade Portuária - CAP.

Art. 5° Determinar que a Companhia Municipal de Administração Portuária - COMAP encaminhe à ANTAQ, para ciência e acompanhamento, cópia da Resolução ou Deliberação do Conselho de Autoridade Portuária - CAP que homologar a revisão e o reajuste da tarifa portuária.

Art. 6° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO Nº 2.121, DE 29 DE JUNHO DE 2011

NORMA QUE REESTRUTURA OS CARGOS PRÓPRIOS DA PROCURADORIA GERAL, ESTABELECE AS SUAS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 6º, os incisos IV e VII do art. 54 e o inciso I e § 1º do art. 66, todos do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 646-ANTAQ, de 06 de outubro de 2006 e considerando o que foi deliberado pela Diretoria em sua na 296ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de junho de 2011,

Resolve:

Art. 1º Aprovar a NORMA QUE REESTRUTURA OS CARGOS PRÓPRIOS DA PROCURADORIA GERAL E ESTABELECE AS SUAS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS, na forma do Anexo desta Resolução.

Art. 2º A Norma de que trata esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogada a Resolução nº 1.688-ANTAQ, de 10 de maio de 2010.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

ANEXO

APROVA A NORMA QUE REESTRUTURA OS CARGOS PRÓPRIOS DA PROCURADORIA GERAL DA ANTAQ, ESTABELECE AS SUAS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO I

Da Estrutura Organizacional

Art. 1º. Ficam criadas as seguintes Unidades Organizacionais da Procuradoria-Geral da ANTAQ:

I - Adjuntoria-Geral;

II - Departamento de Assuntos Estratégicos;

III - Departamento de Consultoria e Assessoramento;

IV - Procuradoria Regional;

V - Assessoria;

Art. 2º. O Departamento de Assuntos Estratégicos é composto pela seguinte unidade organizacional:

I - Coordenação de Assuntos Extrajudiciais e Órgãos Externos.

Art. 3º. O Departamento de Consultoria e Assessoramento é composto pelas seguintes Unidades Organizacionais:

I - Coordenação de Atos Normativos;

II - Coordenação de Contencioso Administrativo;

III - Coordenação de Licitações e Contratos Portuários;

IV - Coordenação de Outorgas;

V - Coordenação de Licitações, Contratos Administrativos e Matéria de Pessoal.

CAPÍTULO II

Das Atribuições

Art. 4º. À Adjuntoria-Geral compete:

I - examinar os pareceres jurídicos emitidos pelos diversos Departamentos e encaminhar, se for o caso, proposta de uniformização de tese;

II - atestar e aprovar, por despacho, o conteúdo das manifestações jurídicas emitidas pelos Departamentos e enviá-las ao Procurador-Geral para decisão final;

III - realizar demais atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador- Geral.

Art. 5º. Ao Departamento de Assuntos Estratégicos compete:

I - examinar decisões judiciais e de órgãos de controle, bem como manifestar-se junto às Unidades Organizacionais quanto às determinações judiciais impelidas à ANTAQ;

II - preparar as informações em mandado de segurança e as demais solicitadas pela Advocacia-Geral da União e pelas autoridades competentes relativas a processos de interesse da ANTAQ, bem como os subsídios técnicos necessários à sua defesa judicial;

III - controlar os processos administrativos vinculados a ações judiciais até o seu desfecho;

IV - acompanhar os feitos judiciais e os procedimentos em trâmite no TCU e demais órgãos de controle;

V - promover a articulação com os órgãos da AGU e da PGF;

VI - opinar conclusivamente sobre consultas formuladas pela Assessoria Parlamentar, especialmente proceder à apreciação e opinar sobre projetos de decretos, anteprojetos de leis e de medidas provisórias;

VII - efetuar a análise legitimatória de créditos para fins de inscrição em Dívida Ativa;

VIII - realizar demais atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Geral.

Parágrafo único. O Departamento de Assuntos Estratégicos será assessorado e gerenciará as Coordenações elencadas no art. 2º.

Art. 6º. Ao Departamento de Consultoria e Assessoramento compete:

I - exercer o controle administrativo do Quadro de Pessoal, estabelecer rotinas administrativas e delegar tarefas ao Corpo Administrativo;

II - adequar as rotinas internas às determinações da Procuradoria-Geral Federal e da Advocacia-Geral da União;

III - elaborar e consolidar informações gerenciais e administrativas;

IV - emitir manifestação sobre os temas afetos à sua área;

V - manifestar-se acerca das manifestações jurídicas elaboradas pelas Coordenações;

VI - realizar demais atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Geral.

Parágrafo único. O Departamento de Consultoria e Assessoramento será assessorado e gerenciará as Coordenações elencadas no art. 3º.

Art. 7º. À Coordenação de Atos Normativos compete:

I - emitir manifestação sobre a legislação de transportes aquaviários, referentes às matérias de responsabilidade regulamentar da ANTAQ e orientar a sua aplicação;

II - consolidar o exame de juridicidade das propostas de atos normativos elaborados pelas Unidades Organizacionais da ANTAQ;

III - fixar a interpretação da Constituição, das leis, tratados e demais atos normativos a serem uniformemente seguidos no âmbito da ANTAQ, quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

IV - opinar conclusivamente sobre consultas formuladas pelas Unidades Organizacionais da ANTAQ;

V - realizar demais atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Chefe do Departamento de Consultoria e Assessoramento.

Art. 8º. À Coordenação de Contencioso Administrativo compete:

I - examinar a legalidade e regularidade de processo administrativo contencioso;

II - promover a cobrança administrativa de penalidades aplicadas;

III - preparar informações solicitadas pelas autoridades competentes relativas aos processos administrativos contenciosos;

IV - examinar a juridicidade das propostas de atos normativos elaborados pelas Unidades Organizacionais da ANTAQ;

V - realizar demais atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Chefe do Departamento de Consultoria e Assessoramento.

Art. 9º. À Coordenação de Licitações e Contratos Portuários compete:

I - examinar a legalidade e regularidade dos processos de licitação de arrendamento portuário;

II - examinar a legalidade e regularidade dos processos de autorização de Terminais de Uso Privativo - TUP, Estações de Transbordo de Cargas, Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte - IP4 e Terminais Turísticos;

III - examinar a legalidade e regularidade dos processos de concessão de áreas portuárias;

IV - examinar a juridicidade das propostas de atos normativos elaborados pelas Unidades Organizacionais da ANTAQ;

V - realizar demais atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Chefe do Departamento de Consultoria e Assessoramento.

Art. 10. À Coordenação de Outorgas compete:

I - examinar a legalidade e regularidade dos processos de outorga, renúncia, cassação e demais atos atinentes à navegação marítima e interior;

II - examinar a juridicidade das propostas de atos normativos elaborados pelas Unidades Organizacionais da ANTAQ;

III - realizar demais atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Chefe do Departamento de Consultoria e Assessoramento.

Art. 11. À Coordenação de Licitações, Contratos Administrativos e Matéria de Pessoal compete:

I - analisar, prévia e conclusivamente, os processos administrativos referentes a editais de licitação, contratos, convênios e demais atos da mesma natureza;

II - apreciar os atos relacionados a dispensa ou inexigibilidade de licitação;

III - prestar apoio jurídico as comissões de licitações, quando determinado pelo Procurador-Geral;

IV - opinar conclusivamente sobre consultas formuladas pelas Unidades Organizacionais da ANTAQ;

V - examinar a legalidade e regularidade dos processos de legislação de pessoal;

VI - examinar a juridicidade das propostas de atos normativos elaborados pelas Unidades Organizacionais da ANTAQ;

VII - realizar demais atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Chefe do Departamento de Consultoria e Assessoramento.

Art. 12. Os Procuradores-Chefes de Departamento terão as seguintes atribuições, em suas respectivas áreas de atuação:

I - aprovar manifestações jurídicas exaradas pelos Procuradores Federais lotados e em exercício na PF/ANTAQ e enviá-las ao Adjunto-Geral para atesto e aprovação ou, nos afastamentos, ausências ou impedimentos do Adjunto-Geral, diretamente ao Procurador-Geral para decisão final;

II - articular-se com os demais órgãos integrantes da estrutura da ANTAQ quando houver necessidade de expandir diligências no sentido de complementar a instrução de processo e documentos, podendo delegar tal função quando necessário;

III - assessorar previamente a Administração quanto aos processos e procedimentos administrativos, podendo delegar tal função quando necessário;

IV - apresentar ao Procurador-Geral, até o quinto dia de cada mês, relatório das atividades da respectiva unidade organizacional, conforme modelo a ser distribuído.

Art. 13 À Assessoria compete:

I - examinar e elaborar de pareceres, notas, informações e outros documentos jurídicos a serem submetidos à apreciação do Procurador-Geral;

II - assessorar o Procurador-Geral em outras matérias de cunho jurídico e vinculadas à competências da Procuradoria-Geral.

Art. 14. À Procuradoria Regional compete dar assessoramento e consultoria jurídica descritas nos arts. 7º, 8º e 10º, à Superintendência de Navegação Marítima e de Apoio e à Unidade Regional da ANTAQ no Rio de Janeiro, nas áreas afetas às suas atuações, além das demais atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Geral.

Art. 15. O Procurador-Chefe da Procuradoria Regional terá as seguintes atribuições, em sua respectiva área de atuação:

I - emitir manifestações jurídicas ou aprovar manifestações jurídicas exaradas pelos Procuradores Federais lotados e em exercício na Procuradoria Regional, dentro das atribuições descritas no art. 14;

II - articular-se com os demais órgãos integrantes da estrutura da ANTAQ quando houver necessidade de expandir diligências no sentido de complementar a instrução de processo e documentos, podendo delegar tal função quando necessário;

III - assessorar previamente a Administração quanto aos processos e procedimentos administrativos, podendo delegar tal função quando necessário;

IV - apresentar ao Procurador-Geral, até o quinto dia de cada mês, relatório das atividades da respectiva unidade organizacional, conforme modelo a ser distribuído.

Art. 16. Ficam resguardadas as atribuições originárias do Procurador-Geral, notadamente a aprovação de pareceres jurídicos, subscrição de documentos oficiais e comunicações com a Diretoria e a Procuradoria-Geral Federal, bem como com as comunicações oficiais externas, salvo expressa delegação.

CAPÍTULO III

Dos Procedimentos

Art. 17. As consultas formuladas pelas Unidades Organizacionais deverão ser autuadas e identificadas pelo número do Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos - SICAP com o assunto, o nome do interessado e do órgão consulente, devendo o processo ter as suas folhas numeradas e rubricadas antes de sua remessa ao órgão jurídico e conter:

I - fundamentação técnica e conclusiva do órgão ou autoridade consulente;

II - informação sobre os atos e diplomas legais aplicáveis ao caso;

III - explicitação da dúvida jurídica;

IV- menção às opiniões contrárias que evidenciam a dúvida jurídica suscitada, quando for o caso; e

V - eventuais documentos que facilitem a compreensão e o exame da matéria.

§ 1º Serão admitidas consultas formuladas por correio eletrônico apenas na hipótese de relevância e urgência a ser atestada pelo Procurador-Geral.

§ 2º Não serão conhecidas as consultas formalizadas em desconformidade com o disposto nos incisos deste artigo ou com o seu parágrafo primeiro.

§ 3º Os processos com instrução parcial ou insuficiente serão devolvidos pelo Procurador oficiante, com a concordância da chefia imediata.

Art. 18. Os processos encaminhados à Procuradoria Federal junto à ANTAQ para análise de minutas de atos normativos deverão conter, caso modifiquem norma anterior, as indicações dos dispositivos que sofreram alteração, com a respectiva nota explicativa de sua origem.

Art. 19. As alterações em minutas padrão de edital de licitação e de contrato deverão ser previamente submetidas à apreciação do órgão jurídico, com destaque das disposições que se pretende modificar, e instruídas com as respectivas justificativas.

Art. 20. O processo administrativo de consulta, uma vez recebido pelo órgão jurídico, deverá ser cadastrado no Sistema Integrado de Controle de Ações da União - SICAU e no Sistema de Registro das Atividades Consultivas - SISCON, no quais deverão ser registrados todos os andamentos e atividades realizadas no âmbito da Procuradoria.

Art. 21. Não compete à Procuradoria Federal junto à ANTAQ a análise jurídico-formal de minutas de Manuais de Procedimentos da Administração, não havendo óbice ao questionamento de dúvidas jurídicas pontuais que surjam quando da elaboração do Manual.

CAPÍTULO IV

Dos Prazos

Art. 22. A manifestação jurídica dos órgãos de execução da Procuradoria- Geral Federal deverá ser emitida nos seguintes prazos:

I - pareceres e notas:

a) nos processos com indicação de urgente caracterizada pelo órgão consulente, submetidos à anuência da Chefia da unidade jurídica, em até 5 (cinco) dias úteis;

b) nos casos de análise de minutas de editais, contratos e similares, em até 20 (vinte) dias úteis;

c) nos casos de exame e aprovação de minutas de Resolução e Instrução Normativa, em até 15 (quinze) dias úteis; e

d) nos demais casos, em até 30 (trinta) dias úteis.

II - informações, conforme estabelecido no art. 4º da Portaria AGU nº 1.547, de 29 de outubro de 2008; e

III - cota e despacho, em até 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo único - Excepcionalmente, havendo necessidade de dilação de prazo, poderá o Procurador-Geral autorizá-la.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art 23. O Procurador-Geral poderá determinar a colaboração entre os integrantes dos Diversos Departamentos e suas respectivas coordenações entre si, bem como entre a Procuradoria Regional e as diversas Unidades Organizacionais da Procuradoria-Geral da ANTAQ.

Art. 24. A atividade de consultoria e assessoramento jurídico das unidades da ANTAQ é atribuição exclusiva da Procuradoria Federal junto à ANTAQ.

Art. 25. O Procurador-Geral Substituto será indicado pelo Procurador-Geral da ANTAQ.

Art. 26. As Unidades Organizacionais terão as seguintes siglas:

I - Procuradoria-Federal junto à ANTAQ: PFA

II - Adjuntoria-Geral: ADG;

III - Departamento de Assuntos Estratégicos: DAE;

IV - Departamento de Consultoria e Assessoramento: DCA;

V - Procuradoria Regional: PRJ;

Art. 27. A Adjuntoria-Geral, o Departamento de Assuntos Estratégicos, o Departamento de Consultoria e Assessoramento e a Procuradoria Regional serão providos com os cargos comissionados CCT-V.

Art. 28. Todas as coordenações serão providas com os cargos comissionados CCT-IV.

RESOLUÇÃO Nº 2.122, DE 30 DE JUNHO DE 2011

INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO CONTENCIOSO.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, com base no inciso V, do art. 2º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, considerando o que consta do processo nº 50300.001561/2008-85 e tendo em vista deliberação da Diretoria em sua 296ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Contencioso, para apuração de supostas irregularidades, considerando o que consta do processo nº 50300.001561/2008-85.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.123, DE 30 DE JUNHO DE 2011

INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO CONTENCIOSO.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, com base no inciso V, do art. 2º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, considerando o que consta do processo nº 50300.001561/2008-85 e tendo em vista deliberação da Diretoria em sua 296ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Contencioso, para apuração de supostas irregularidades, considerando o que consta do processo nº 50300.001561/2008-85.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 2.124, DE 30 DE JUNHO DE 2011

INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO CONTENCIOSO.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, com base no inciso V, do art. 2º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, considerando o que consta do processo nº 50300.001561/2008-85 e tendo em vista deliberação da Diretoria em sua 296ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Contencioso, para apuração de supostas irregularidades, considerando o que consta do processo nº 50300.001561/2008-85.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

PORTARIA Nº 181, DE 1º DE JULHO DE 2011

O Superintendente de Serviços de Transporte de Cargas, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Deliberação nº 158 de 12/05/2010, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta do Processo nº 50510.004938/2011-88, resolve:

Art. 1º Autorizar a Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG a implantar uma travessia subterrânea de gasoduto sob o km 445 da Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM, no Município de Timóteo/MG.

Art. 2º A receita líquida de atividade autorizada auferida pela Concessionária, em decorrência da utilização da Faixa de Domínio pela GASMIG, foi acordada em parcelas anuais no valor de R$ 7.470,59 (sete mil quatrocentos e setenta reais e cinquenta e nove centavos).

Parágrafo único. O valor a que se refere o caput deste artigo deverá ser anualmente reajustado pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ou por outro índice que vier a substituí-lo.

Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária.

Art. 4º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT cópia do Contrato formalizado com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após sua assinatura, bem como, informar a data de início e de conclusão da obra.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE PAULA MAGALHÃES GOMES
Substituto

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL
COORDENAÇÃO DA AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

Sessão: 856 Data:30/06/2011 Hora:16:28
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000883/2011-19
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Pará
Relator : Sandra Lia Simón
Processo : 0.00.000.000886/2011-52
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Brasília/DF
Relator : Bruno Dantas Nascimento
Processo : 0.00.000.000884/2011-63
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Sobral/CE
Relator : Mario Luiz Bonsaglia
Processo : 0.00.000.000885/2011-16
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Belém/PA
Relator : Taís Schilling Ferraz

ALCÍDIA SOUZA
Coordenadora

SG/CNMP

PLENÁRIO

DECISÃO LIMINAR DE 30 DE JUNHO DE 2011

Procedimento de Controle Administrativo Nº 0.00.000.000881/2011-20

RELATOR: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro

REQUERENTE: Luiz Gonzaga Martins Coelho - Promotor de Justiça

ADVOGADO: Adriano Cacique de New-York - OAB/MA nº 4.874

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Maranhão

EMENTA PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. ATO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MP/MA. NÃO CONCESSÃO DE FÉRIAS A MEMBRO DO PARQUET. PEDIDO DE LIMINAR. DEFERIMENTO.

(…)Oficie-se à Exma. Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Dra. Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, com cópia da representação e dos documentos que a instruem, para que preste as informações que entender cabíveis e encaminhe cópia do Procedimento Administrativo nº 5573/AD 2010 a este Conselho Nacional, no prazo de 15 (quinze) dias.

Publique-se edital de notificação de possíveis beneficiários não identificados na medida, nos termos do parágrafo único do art. 110 do RICNMP.

Notifique-se o requerente. Publique-se.

ADILSON GURGEL DE CASTRO
Relator

DECISÕES DE 1º DE JULHO DE 2011

Procedimento de Controle Administrativo Nº 0.00.000.002245/2010-51 (0.00.000.002246/2010-04, 0.00.000.002247/2010-41, 0.00.000.002248/2010-95 e 0.00.000.002249/2010-30)

RELATOR: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro

REQUERENTE: Cláudio César Santa Cruz Modesto

REQUERIDO: Ministério Público Federal

DECISÃO

(...)Assim, ao Conselho Nacional do Ministério Público compete exercer o controle dos atos relativos à atividade-meio do Ministério Público, ou seja, referentes à gestão administrativa e financeira da Instituição. Excepcionalmente, poderá atuar o Órgão de Controle Nacional quando houver omissão do Órgão de Controle local.

Nesse sentido, importante registrar que adentrar ao mérito da atuação funcional dos membros do Ministério Público, resguardada constitucionalmente pelo princípio da independência funcional, foge à competência deste Conselho, cabendo-lhe, ao contrário, zelar pela sua manutenção.

Por todo o exposto, com base no artigo 46, inciso X, alínea "c", do Regimento Interno do Conselho Nacional, não conheço do presente Procedimento de Controle Administrativo e determino o seu ARQUIVAMENTO.

ADILSON GURGEL DE CASTRO
Relator

Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo
Nº 0.00.000.000670/2011-97
RELATOR: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro
REQUERENTE: Carlos Antonio Rodrigues de Amorim
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Piauí
DECISÃO

(...)Observa-se que não há como prosperar a pretensão aduzida pelo requerente, posto que foge das atribuições constitucionais do Conselho Nacional do Ministério Público a fiscalização das atividades relacionadas à instauração de procedimentos preparatórios e às demais medidas administrativas ou judiciais que deles decorram.

Por tais fundamentos, autorizado pelo artigo 46, inciso X, alínea "c", do Regimento Interno do Conselho Nacional, não conheço da representação por inércia ou por excesso de prazo e determino, após as providências de praxe pela Coordenadoria Processual, o seu arquivamento.

ADILSON GURGEL DE CASTRO
Relator

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PORTARIA Nº 29, DE 29 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), pelo art. 7º, I, da Lei Complementar 75/1993 e pelo art. 8º, §1º, da Lei 7.347/1985;

CONSIDERANDO as atribuições do 1º Ofício Cível relativas à tutela dos direitos do cidadão (PRDC), conforme art. 1º, I, da Resolução 01/2006 da Procuradoria da República no Estado do Amazonas (PR/AM), na redação dada pela Resolução 01/2010;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover a tutela dos direitos fundamentais (arts. 127 e 129 da CRFB/88), dentre os quais se insere o direito ao livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer (art. 5º, XIII, da CRFB/88);

CONSIDERANDO que, no tocante ao exercício da advocacia, a Lei 8906/94 ("Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil") prevê, no inciso IV de seu art. 8º, a aprovação em Exame de Ordem como uma das condições para a inscrição nos quadros da OAB como advogado, sendo tal aprovação, consequentemente, também condição ao desempenho da advocacia;

CONSIDERANDO que, atualmente, a regulamentação do Exame de Ordem, em atendimento ao disposto no art. 8º, §1º, da Lei 8906/94, encontra-se prevista no Provimento 144, de 13 de junho de 2011, do Conselho Federal da OAB;

CONSIDERANDO que o referido Provimento, em seu art. 6º, §3º, dispõe que "poderão prestar o Exame de Ordem os estudantes de Direito do último ano do curso ou do nono e décimo semestres";

CONSIDERANDO que, com base naquele Provimento, publicou-se edital de abertura do IV Exame de Ordem Unificado, com as seguintes disposições:

1.4.3 Poderão realizar o Exame de Ordem os estudantes de Direito do último ano do curso ou do nono e décimo semestres, aprovados em todas as matérias dos períodos anteriores.

1.4.4.1 O examinando aprovado que não preencher as exigências do edital, inclusive e especialmente os itens 1.4, 1.4.1, 1.4.2, 1.4.3, 1.4.3.1 e 1.4.4, não aproveitará o resultado obtido no certame.

1.4.1.2 O bacharelando que for aprovado, para obtenção do certificado de aprovação, deverá comprovar que, na data da publicação do edital, estava inscrito e matriculado nas matérias do último ano do curso de graduação, bem como que estava apto e aprovado em todas as matérias dos períodos anteriores, fazendo-o por meio de documentação idônea e em original, entregues à Seccional, que, depois de comprovada a condição e a quitação das despesas correspondentes, expedirá o Certificado de Aprovação.

1.4.1.3 Os examinandos aprovados no IV Exame de Ordem Unificado que ainda não concluíram o curso de graduação em Direito poderão retirar seus certificados de aprovação caso comprovem que concluíram o oitavo período ou penúltimo ano sem pendências de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

matérias de semestres anteriores até o dia 26 de junho de 2011, data final de inscrição no IV Exame de Ordem, fazendo-o por meio de documentação idônea e em original, entregues à Seccional, que, depois de comprovada a condição e a quitação das despesas correspondentes, expedirá o Certificado de Aprovação.

CONSIDERANDO que, tanto as normas do Edital quanto o dispositivo do Provimento referidos, a contrario sensu, vedam o aproveitamento da aprovação no Exame de Ordem a qualquer graduando de Direito que não esteja no último ano do curso;

CONSIDERANDO que essa vedação, criada pelo Provimento 144/2011 do Conselho Federal da OAB, aparentemente, extrapola o espectro possível de regulamentação do art. 8º, IV, da Lei 8906/94, consubstanciando-se, possivelmente, em exigência não prevista em lei;CONSIDERANDO, por outro lado, que, anteriomente à conclusão pela ilegalidade daquela restrição, faz-se necessário compreender também a ratio do dispositivo, sobretudo para se aferir sua razoabilidade; Resolve:

INSTAURAR inquérito civil tendo por objeto investigar a legalidade da restrição decorrente do art. 6º, §3º, do Provimento 144/2011 do Conselho Federal da OAB;

DESIGNAR a servidora Claudia Breves dos Santos, técnico administrativo, matrícula nº 21180, para funcionar como secretária, a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores que integram/ venham a integrar o 1º Ofício Cível da PR/AM;

DETERMINAR, como providências e diligências preliminares, as seguintes:

1. envie-se o presente à COJUR para se promoverem as devidas alterações no Sistema Único, registrando-se o objeto, destacado nesta Portaria em itálico; sem interessados;

2. autue-se conjuntamente às cópias que ofereço em anexo;

3. oficie-se ao Conselho Federal da OAB, solicitando-lhe que, no prazo de 30 (trinta) dias, preste os esclarecimentos que entenda pertinentes ao objeto do presente inquérito civil.

CIÊNCIA à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, mediante a remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de e-mail acompanhado desta portaria em formato digital, solicitando-lhe a publicação da presente, na forma do artigo 5º, inciso VI e artigo 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF 87/2010, devendo ela ser observada também em suas demais determinações, notadamente no que se refere à prorrogação de prazo e publicidade.

ALEXANDRE SENRA

PORTARIA Nº 30, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, pelo artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei 7.347/1985 e pelo artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/1993;

CONSIDERANDO as atribuições do 1º Ofício Cível relativas à tutela dos direitos do cidadão (PRDC), conforme art. 1º, inciso I, da Resolução 01/2006 da Procuradoria da República no Estado do Amazonas (PR/AM), na redação dada pela Resolução 01/2010;

CONSIDERANDO a existência do procedimento administrativo nº 1.13.000.000798/2004-18, iniciado a partir de representação do MPE/AM, que noticiou, no ano de 2004, a então absoluta deficiência de recursos humanos da Delegacia Federal de Agricultura no Amazonas;

CONSIDERANDO que o mencionado procedimento já tramita há mais de 180 (cento e oitenta) dias, prazo máximo previsto no art. 4º, §1º, da Resolução CSMPF Nº 87/2010, sem que se tenha logrado trazer aos autos elementos suficientes para se concluir pelo seu arquivamento ou para embasarem a propositura de ação civil pública (cf. art. 4º, §4º, da Res. CSMPF 87/2010);

CONSIDERANDO, por fim, que subsiste necessária a realização de diligências, tornando-se imprescindível, para tanto, a regularização formal do presente feito;

Resolve:

CONVERTER, nos termos do art. 4º, §4º, da Res. CSMPF Nº 87/2010, referido procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL, para investigar situação do quadro de pessoal da Delegacia Federal de Agricultura no Amazonas.

DESIGNAR a servidora Claudia Breves dos Santos, técnico administrativo, matrícula nº 21180, para funcionar como secretária, a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores que integram/ venham a integrar o 1º Ofício Cível da PR/AM;

DETERMINAR, como providências e diligências preliminares, as seguintes:

1. envie-se o presente à COJUR para se promoverem as devidas alterações no Sistema Único, registrando-se o objeto, destacado nesta Portaria em itálico; interessado: MPE/AM.

2. oficie-se à Delegacia Federal de Agricultura no Amazonas para que preste esclarecimentos atualizados acerca de seu quadro de pessoal, à luz do noticiado à fl. 01.

CIÊNCIA à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, mediante a remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de e-mail acompanhado desta portaria em formato digital, solicitando-lhe a publicação da presente, na forma do artigo 5º, inciso VI e artigo 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF 87/2010, devendo ela ser observada também em suas demais determinações, notadamente no que se refere à prorrogação de prazo e publicidade.

ALEXANDRE SENRA

PORTARIA Nº 31, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, pelo artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei 7.347/1985 e pelo artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/1993;

CONSIDERANDO as atribuições do 1º Ofício Cível relativas à tutela dos direitos do cidadão (PRDC), conforme art. 1º, inciso I, da Resolução 01/2006 da Procuradoria da República no Estado do Amazonas (PR/AM), na redação dada pela Resolução 01/2010;

CONSIDERANDO a existência do procedimento administrativo nº 1.13.000.000410.2000-55, iniciado a partir de representação, ainda do ano de 2000, formulada contra o então Secretário de Estado da Saúde e o então Presidente do Conselho Estadual de Saúde, onde se noticia que o processo de descentralização do SUS estaria sendo inviabilizado;

CONSIDERANDO que o mencionado procedimento já tramita há mais de 180 (cento e oitenta) dias, prazo máximo previsto no art. 4º, §1º, da Resolução CSMPF Nº 87/2010, sem que se tenha logrado trazer aos autos elementos suficientes para se concluir pelo seu arquivamento ou para embasarem a propositura de ação civil pública (cf. art. 4º, §4º, da Res. CSMPF 87/2010);

CONSIDERANDO, por fim, que subsiste necessária a realização de diligências, tornando-se imprescindível, para tanto, a regularização formal do presente feito; Resolve:

CONVERTER, nos termos do art. 4º, §4º, da Res. CSMPF Nº 87/2010, referido procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL, para investigar possível obstrução ao processo de descentralização do SUS.

DESIGNAR a servidora Claudia Breves dos Santos, técnico administrativo, matrícula nº 21180, para funcionar como secretária, a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores que integram/ venham a integrar o 1º Ofício Cível da PR/AM;

DETERMINAR, como providências e diligências preliminares, as seguintes:

1. envie-se o presente à COJUR para se promoverem as devidas alterações no Sistema Único, registrando-se o objeto, destacado nesta Portaria em itálico; interessado: Sr. Menabarreto Segadilha França.

2. oficie-se ao atual Secretário de Estado da Saúde e ao atual Presidente do Conselho Estadual de Saúde para que se manifestem sobre a representação de fl. 02 no prazo de 30 (trinta) dias, com a apresentação de informações atualizadas.

CIÊNCIA à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, mediante a remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de e-mail acompanhado desta portaria em formato digital, solicitando-lhe a publicação da presente, na forma do artigo 5º, inciso VI e artigo 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF 87/2010, devendo ela ser observada também em suas demais determinações, notadamente no que se refere à prorrogação de prazo e publicidade.

ALEXANDRE SENRA

PORTARIA Nº 32, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, pelo artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei 7.347/1985 e pelo artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/1993;

CONSIDERANDO as atribuições do 1º Ofício Cível relativas à tutela dos direitos do cidadão (PRDC), conforme art. 1º, inciso I, da Resolução 01/2006 da Procuradoria da República no Estado do Amazonas (PR/AM), na redação dada pela Resolução 01/2010;

CONSIDERANDO a existência do procedimento administrativo nº 1.13.000.001853/2009-00, iniciado a partir de representação onde se noticia que a Faculdade de Medicina da UFAM não viria atendendo ao mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver, consoante o previsto no art. 47 da Lei 9.394/96;

CONSIDERANDO que o mencionado procedimento já tramita há mais de 180 (cento e oitenta) dias, prazo máximo previsto no art. 4º, §1º, da Resolução CSMPF Nº 87/2010, sem que se tenha logrado trazer aos autos elementos suficientes para se concluir pelo seu arquivamento ou para embasarem a propositura de ação civil pública (cf. art. 4º, §4º, da Res. CSMPF 87/2010);

CONSIDERANDO, por fim, que subsiste necessária a realização de diligências, tornando-se imprescindível, para tanto, a regularização formal do presente feito; Resolve:

CONVERTER, nos termos do art. 4º, §4º, da Res. CSMPF Nº 87/2010, referido procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL, para investigar suposta inobservância por parte da Faculdade de Medicina da UFAM ao disposto no art. 47 da Lei 9.394/96.

DESIGNAR a servidora Claudia Breves dos Santos, técnico administrativo, matrícula nº 21180, para funcionar como secretária, a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores que integram/ venham a integrar o 1º Ofício Cível da PR/AM;

DETERMINAR, como providências e diligências preliminares, as seguintes:

1. envie-se o presente à COJUR para se promoverem as devidas alterações no Sistema Único, registrando-se o objeto, destacado nesta Portaria em itálico; interessado: Sr. Menabarreto Segadilha França.

2. oficie-se à Reitoria da UFAM e à Diretoria de sua Faculdade de Medicina, para que se manifestem sobre a representação de fl. 03, justificando o não atendimento ao disposto no art. 47 da Lei 9.394/96 ou comprovando, no prazo de 30 (trinta) dias, ter a Faculdade de Medicina atendido à norma legal nos 05 (cinco) últimos anos letivos.

CIÊNCIA à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, mediante a remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de e-mail acompanhado desta portaria em formato digital, solicitando-lhe a publicação da presente, na forma do artigo 5º, inciso VI e artigo 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF 87/2010, devendo ela ser observada também em suas demais determinações, notadamente no que se refere à prorrogação de prazo e publicidade.

ALEXANDRE SENRA

PORTARIA Nº 33, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, pelo artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei 7.347/1985 e pelo artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/1993;

CONSIDERANDO as atribuições do 1º Ofício Cível relativas à tutela dos direitos do cidadão (PRDC), conforme art. 1º, inciso I, da Resolução 01/2006 da Procuradoria da República no Estado do Amazonas (PR/AM), na redação dada pela Resolução 01/2010;

CONSIDERANDO a existência da peça informativa nº 1.13.000.000862/2006-22, consubstanciada, basicamente, em denúncia de que a grade curricular do curso de medicina da UFAM estaria em desacordo ao contexto sócio-econômico sanitário em que inserida a Universidade e, por conseguinte, em desacordo com preceitos da Lei 8080/90;

CONSIDERANDO que o mencionado procedimento já tramita há mais de 180 (cento e oitenta) dias, prazo máximo previsto no art. 4º, §1º, da Resolução CSMPF Nº 87/2010, sem que se tenha logrado trazer aos autos elementos suficientes para se concluir pelo seu arquivamento ou para embasarem a propositura de ação civil pública (cf. art. 4º, §4º, da Res. CSMPF 87/2010);

CONSIDERANDO, por fim, que subsiste necessária a realização de diligências, tornando-se imprescindível, para tanto, a regularização formal do presente feito;

Resolve:

INSTAURAR, nos termos do art. 5º da Res. CSMPF Nº 87/2010, INQUÉRITO CIVIL, para investigar a eventual existência de ilegalidades envolvendo a grade curricular do curso de medicina da UFAM, supostamente em desacordo ao contexto sócio-econômico sanitário em que inserida a Universidade.

DESIGNAR a servidora Claudia Breves dos Santos, técnico administrativo, matrícula nº 21180, para funcionar como secretária, a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores que integram/ venham a integrar o 1º Ofício Cível da PR/AM;

DETERMINAR, como providências e diligências preliminares, as seguintes:

1. envie-se o presente à COJUR para se promoverem as devidas alterações no Sistema Único, registrando-se o objeto, destacado nesta Portaria em itálico; interessado: Sr. Menabarreto Segadilha França.

2. Expeçam-se ofícios à Reitoria e à Diretoria da Faculdade de Medicina da UFAM, bem como ao Conselho Estadual de Saúde para que prestem informações, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca do termo de declarações de fls. 11-12.

CIÊNCIA à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, mediante a remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de e-mail acompanhado desta portaria em formato digital, solicitando-lhe a publicação da presente, na forma do artigo 5º, inciso VI e artigo 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF 87/2010, devendo ela ser observada também em suas demais determinações, notadamente no que se refere à prorrogação de prazo e publicidade.

ALEXANDRE SENRA

PORTARIA Nº 34, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, pelo artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei 7.347/1985 e pelo artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/1993;

CONSIDERANDO as atribuições do 1º Ofício Cível relativas à tutela dos direitos do cidadão (PRDC), conforme art. 1º, inciso I, da Resolução 01/2006 da Procuradoria da República no Estado do Amazonas (PR/AM), na redação dada pela Resolução 01/2010;

CONSIDERANDO a existência do procedimento administrativo nº 1.13.000.001615/2008-13, onde se noticiou, ainda no ano de 2008, a paralisação, supostamente injustificada e indevida, de curso (especialização em metodologia do ensino da língua portuguesa) oferecido pela UFAM no campus Humaitá/AM, de 2005 até, pelo menos, 2008;

CONSIDERANDO que o mencionado procedimento já tramita há mais de 180 (cento e oitenta) dias, prazo máximo previsto no art. 4º, §1º, da Resolução CSMPF Nº 87/2010, sem que se tenha logrado trazer aos autos elementos suficientes para se concluir pelo seu arquivamento ou para embasarem a propositura de ação civil pública (cf. art. 4º, §4º, da Res. CSMPF 87/2010);

CONSIDERANDO, por fim, que subsiste necessária a realização de diligências, tornando-se imprescindível, para tanto, a regularização formal do presente feito;

Resolve:

CONVERTER, nos termos do art. 4º, §4º, da Res. CSMPF Nº 87/2010, referido procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL, para investigar conduta da UFAM consistente em ter paralisado/ interrompido, de 2005 até pelo menos 2008, curso de especialização em metodologia do ensino da língua portuguesa, anteriormente ministrado no campus Humaitá/AM.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DESIGNAR a servidora Claudia Breves dos Santos, técnico administrativo, matrícula nº 21180, para funcionar como secretária, a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores que integram/ venham a integrar o 1º Ofício Cível da PR/AM;

DETERMINAR, como providências e diligências preliminares, as seguintes:

1. envie-se o presente à COJUR para se promoverem as devidas alterações no Sistema Único, registrando-se o objeto, destacado nesta Portaria em itálico; interessado: Sr. Wilson Aires da Costa.

2. oficie-se à Reitoria da UFAM e à autoridade acadêmica responsável pelo campus Humaitá/AM, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, manifestem-se sobre fls. 03-04 e 21-24, fornecendo, ainda, a este Órgão a documentação que entendam pertinente ao caso.

CIÊNCIA à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, mediante a remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de e-mail acompanhado desta portaria em formato digital, solicitando-lhe a publicação da presente, na forma do artigo 5º, inciso VI e artigo 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF 87/2010, devendo ela ser observada também em suas demais determinações, notadamente no que se refere à prorrogação de prazo e publicidade.

ALEXANDRE SENRA

PORTARIA Nº 35, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, pelo artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei 7.347/1985 e pelo artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/1993;

CONSIDERANDO as atribuições do 1º Ofício Cível relativas à tutela dos direitos do cidadão (PRDC), conforme art. 1º, inciso I, da Resolução 01/2006 da Procuradoria da República no Estado do Amazonas (PR/AM), na redação dada pela Resolução 01/2010;

CONSIDERANDO a existência do procedimento administrativo nº 1.13.000.000037/2008-90, que tem por síntese: "Denúncia acerca da não expedição de diploma de curso superior pela Faculdade de Teologia de Boa Vista, núcleo Manaus oferecido onde se noticiou, ainda no ano de 2008, a paralisação, supostamente";

CONSIDERANDO que o mencionado procedimento já tramita há mais de 180 (cento e oitenta) dias, prazo máximo previsto no art. 4º, §1º, da Resolução CSMPF Nº 87/2010, sem que se tenha logrado trazer aos autos elementos suficientes para se concluir pelo seu arquivamento ou para embasarem a propositura de ação civil pública (cf. art. 4º, §4º, da Res. CSMPF 87/2010);

CONSIDERANDO, por fim, que subsiste necessária a realização de diligências, tornando-se imprescindível, para tanto, a regularização formal do presente feito; Resolve:

CONVERTER, nos termos do art. 4º, §4º, da Res. CSMPF Nº 87/2010, referido procedimento administrativo em INQUÉRITO CIVIL, para investigar conduta da FATEBOV - Faculdade de Teologia de Boa Vista, núcleo Manaus, noticiada ainda no ano de 2006 e consistente em não ter expedido diploma em favor de alunos que teriam concluído o curso de graduação naquela Instituição de Ensino Superior.

DESIGNAR a servidora Claudia Breves dos Santos, técnico administrativo, matrícula nº 21180, para funcionar como secretária, a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores que integram/ venham a integrar o 1º Ofício Cível da PR/AM;

DETERMINAR, como providências e diligências preliminares, as seguintes:

1. envie-se o presente à COJUR para se promoverem as devidas alterações no Sistema Único, registrando-se o objeto, destacado nesta Portaria em itálico; interessados: Marilane Torres Matos e Silvana de Souza Praia;

2. solicite-se da ASSPA que realize pesquisa sobre a atual situação da FATEBOV, notadamente se permanece em funcionamento, se ainda conta com algum núcleo na cidade de Manaus e quem a representa;

3. notifiquem-se as interessadas para que, no prazo de 30 (trinta) dias, querendo, prestem esclarecimentos atualizados sobre os fatos, bem como forneçam, caso possuam, indicação dos outros alunos que foram prejudicados.

CIÊNCIA à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, mediante a remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de e-mail acompanhado desta portaria em formato digital, solicitando-lhe a publicação da presente, na forma do artigo 5º, inciso VI e artigo 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF 87/2010, devendo ela ser observada também em suas demais determinações, notadamente no que se refere à prorrogação de prazo e publicidade.

ALEXANDRE SENRA

PORTARIA Nº 55, DE 29 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais:

Considerando que tramita nesta Procuradoria o Inquérito Civil Público nº 1.25.005.000380/2007-92, destinado a acompanhar os trabalhos de identificação dos atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica Mauá, na bacia do Rio Tibagi, entre os municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba, bem como os trabalhos da Câmara Técnica de Desapropriações, Indenizações e Reassentamento, instituída no âmbito do Grupo de Estudos Multidisciplinar dessa usina (GEM-Mauá);

Considerando que, na forma da cláusula "7.2" do Termo de Acordo para Indenização aos Atingidos da UHE Mauá - documento firmado no ano de 2009 - há a previsão de pagamento de uma Verba de Manutenção Temporária - VMT aos atingidos reassentados;

Considerando que se realizou, de 15 a 17 de julho de 2010, um "mutirão de atendimento" aos atingidos, em que surgiram algumas reclamações relativas ao não pagamento da VMT e que, após esse mutirão, novos casos chegaram ao conhecimento desta Procuradoria, mediante termos de declarações prestadas perante a Associação Salto Mauá, bem como através de informações elaboradas por Analista Pericial em Antropologia do MPF;

Considerando o caráter alimentar da VMT e a necessidade de uma avaliação abrangente do público dela carente, dos critérios utilizados pelo empreendedor para o seu pagamento, assim como das razões para o indeferimento de pedidos eventualmente formulados;

Considerando, finalmente, ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, na dicção do artigo 129, inciso III, da Constituição Federal;

Resolve instaurar o presente Inquérito Civil Público, com prazo inicial de 1 (um) ano, destinado a acompanhar a situação das famílias reassentadas que fazem jus ao pagamento da verba de manutenção temporária pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - CECS.

Como primeiras providências, determina-se:

1 - A remessa desta Portaria ao Setor de Autuação e Distribuição, para autuação e registro do feito como Inquérito Civil Público, vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC, de acordo com o artigo 5º da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2 - Na forma do art. 15 da Instrução Normativa nº 2/2003 da PFDC, seja-lhe remetida, por e-mail, cópia desta Portaria, para a publicação prevista no art. 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/06, bem como a sua inclusão na base de dados da PFDC;

3 - Juntem-se à Portaria, a fim de serem autuados na sequência: Termo de Acordo para Indenização aos Atingidos da UHE Mauá; planilha elaborada pelo MPF, com a relação de todos os atingidos e respectivos pleitos; planilhas enviadas pelo CECS em junho de 2011, com o enquadramento dos atingidos e a situação atual de cada um deles;

4 - Oficie-se ao CECS, comunicando-o da instauração deste ICP e solicitando relação atualizada dos atingidos que receberam/estão recebendo a verba de manutenção temporária, bem como dos pedidos de VMT que se encontram em análise ou já foram indeferidos pelo consórcio, explicitando-se, caso a caso, os motivos do indeferimento.

JOÃO AKIRA OMOTO

PORTARIA Nº 56, DE 29 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais:

Considerando que tramita nesta Procuradoria o Inquérito Civil Público nº 1.25.005.000380/2007-92, destinado a acompanhar os trabalhos de identificação dos atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica Mauá, na bacia do Rio Tibagi, entre os municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba, bem como os trabalhos da Câmara Técnica de Desapropriações, Indenizações e Reassentamento, instituída no âmbito do Grupo de Estudos Multidisciplinar dessa usina (GEM-Mauá);

Considerando que, por deliberação da predita Câmara, realizou-se, de 15 a 17 de julho de 2010, nos municípios acima citados, um mutirão de atendimento a esses atingidos, tomando-se as declarações de todos aqueles que se sentiam prejudicados ou tinham dúvidas a respeito de seus direitos e interesses, incluindo o direito à multa, juros e correção monetária decorrentes da inobservância, pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, dos prazos de pagamento das indenizações, estipulados nos acordos individuais ou na Cláusula "6.1", item "d", do Termo de Acordo para Indenização aos Atingidos da UHE Mauá - documento firmado no ano de 2009;

Considerando que após a realização desse mutirão novos casos chegaram ao conhecimento desta Procuradoria, mediante termos de declarações prestadas perante a Associação Salto Mauá, bem como através de informações elaboradas por Analista Pericial em Antropologia do MPF;

Considerando que essas reclamações devem ser melhor avaliadas no seu conjunto, sendo necessário o levantamento de todos os casos, a identificação das razões de atraso nos pagamentos e os motivos do empreendedor para o não pagamento do ônus pecuniário decorrente da mora, torna-se recomendável a autuação e acompanhamento dessa questão em procedimento específico;

Considerando, finalmente, ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, na dicção do artigo 129, inciso III, da Constituição Federal;

Resolve instaurar o presente Inquérito Civil Público, com prazo inicial de 1 (um) ano, destinado a acompanhar a situação dos atingidos que pleiteiam ou têm direito à multa, juros e correção monetária decorrentes do inadimplemento ou mora do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - CECS.

Como primeiras providências determina-se:

1 - A remessa desta Portaria ao Setor de Autuação e Distribuição, para autuação e registro do feito como Inquérito Civil Público, vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC, de acordo com o artigo 5º da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2 - Na forma do art. 15 da Instrução Normativa nº 2/2003 da PFDC, seja-lhe remetida, por e-mail, cópia desta Portaria, para a publicação prevista no art. 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/06, bem como a sua inclusão na base de dados da PFDC;

3 - Juntem-se à Portaria, a fim de serem autuados na sequência: Termo de Acordo para Indenização aos Atingidos da UHE Mauá; planilha elaborada pelo MPF, com a relação de todos os atingidos e respectivos pleitos; planilhas enviadas pelo CECS em junho de 2011, com o enquadramento dos atingidos e a situação atual de cada um deles;

4 - Oficie-se ao CECS, comunicando-o da instauração deste ICP e solicitando relação atualizada dos atingidos que receberam multa, juros e correção monetária pelo atraso no pagamento das indenizações, bem como dos pedidos que se encontram em análise ou já foram indeferidos pelo consórcio, explicitando-se, caso a caso, os motivos do não pagamento/indeferimento.

JOÃO AKIRA OMOTO

PORTARIA Nº 110, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O Procurador da República infra-assinado, no uso das atribuições previstas no art. 129 da Constituição da República e com apoio no art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei nº 7347/85, determina a instauração de Inquérito Civil Público para acompanhar as medidas alusivas a política de inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais nos estabelecimentos de ensino superior em funcionamento no território amapaense, sem que se olvide do papel fiscalizatório atribuído às entidades federais.

O presente inquérito decorre de conversão das Peças de Informação n.º 1.12.000.000463/2011-66 e terá, como diligências iniciais, a provocação à Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação para que noticie sobre os resultados das análises a que submetidas as instituições de ensino superior aqui localizadas, no que tange à acessibilidade, por ocasião do ciclo de avaliações do Sinaes. Buscar-se-á respostas imediatas e específicas, ademais, para o caso narrado pelo representante.

Figurarão no pólo passivo o Ministério da Educação, as universidades e faculdades do Estado do Amapá.

Destarte, ordeno a autuação da presente Portaria e de todas as peças de informação que lhe acompanhem ou façam menção.

Observe-se, outrossim, o disposto nos arts. 6 e 16 da Resolução nº 87, de 3 de agosto de 2006.

GEORGE NEVES LODDER

PORTARIA Nº 183, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento na Constituição Federal, art. 127, caput, e 129, inciso III, na LC 75/1993, art. 5º, inciso I, alínea "h", inciso III, alínea "b", inciso V, alínea "b", e art. 6º, inciso VII, alínea "b", na Lei n.º 7.347/1985, art. 8º, §1º, bem assim, na Resolução CSMPF n.º 87, de 3 de agosto de 2006, alterada pela Resolução CSMPF n.º 106, de 6 de abril de 2010, e na Resolução CNMP n.º 23, de 17 de dezembro de 2007;

CONSIDERANDO o teor da representação nº 5259/2010 formulada pelo Sr. Sebastião Edilson Barbosa pleitando a realização pela rede pública de saúde do exame denominado Retinoangiografia Fluorescente Binocular para o seu pai, Sr. Edevaldo Barbosa;

CONSIDERANDO que desde o ano de 2010 a Secretaria Municipal de Saúde de Dourados vem se comprometendo a efetivar o aludido exame e, no entanto, não o faz;

CONSIDERANDO que na solicitação de assistência especializada de fl. 06 consta como urgente a realização do r. exame médico;

Resolve instaurar o presente inquérito civil público, para tanto determinando:

a) Autue-se a presente sob o nome "Inquérito Civil Público"; b) Vincule-se à E. PFDC, tema: Saúde; c) Cadastre-se sob o assunto: "Realização do exame Retinoangiografia Fluorescente Binocular para o paciente Sebastião Barbosa"; d) Interessados: Sebastião Barbosa, Secretaria Municipal de Saúde de Dourados/MS, Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul e Ministério da Saúde; e) determino:

1) À Secretaria de Tutela para elaboração de minuta de ação civil pública a fim de obter tutela jurisdicional que viabilize a realização do exame médico de Retinoangiografia Fluorescente Binocular (código nº 02.11.06.018-6) para o paciente Edevaldo Barbosa;

f) designo para secretariar o presente o Secretário de Tutela deste Gabinete, EVANDRO NERY CAPUTTI, bem como o servidor que eventualmente venha a substituí-lo em seus afastamentos legais; g) Comunique-se a PFDC acerca da instauração do presente, devendo-se informar o número, assunto e interessados, h) Diligencie a Secretaria de Tutela deste gabinete no sentido de fazer cumprir o presente; e i) Com a resposta, conclusos.

RAPHAEL OTAVIO BUENO SANTOS

PORTARIA Nº 197, DE 24 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio da Procuradora da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade dos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo a dignidade humana, a vida, a saúde, a educação, a liberdade e o trabalho;

Considerando que a educação - assim como os demais direitos sociais, culturais e econômicos - configura direito fundamental de segunda dimensão (ou geração), caracterizado por engendrar a prerrogativa de cobrança pelo cidadão de prestações positivas do Estado;

Considerando o dever da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão de defender os direitos constitucionais dos cidadãos em face da atuação ou omissão da Administração Pública Direta e Indireta;

Considerando que, nos termos do inciso I do art.206 da Constituição da República, a igualdade de condições para o acesso e permanência da escola é um dos princípios que regem o ensino;

Considerando que, nos termos do inciso II do artigo 214 da Carta da República de 1988, a universalização do atendimento escolar é uma das diretrizes que informam a elaboração do plano nacional de educação;

Considerando que a Lei nº11.096/2005, que instituiu o Programa Universidade Para Todos(PROUNI), nos §§1º e 2º do artigo 1º estabelece que as bolsas serão concedidas a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, o que demonstra a clara e legítima opção legislativa de ampliar o número de pessoas beneficiadas pelo ensino superior em detrimento da concentração da aplicação de recursos públicos na dupla graduação de um mesmo indivíduo;

Considerando que o §3º do artigo 2º do Decreto nº5493/2005 veda a concessão de bolsa no âmbito do PROUNI para estudante matriculado em instituição pública e gratuita de ensino superior;

Considerando que o inciso III do artigo 10 da Portaria nº 1.556/2006 do Ministério da Educação

é expresso ao determinar o encerramento da bolsa de estudos pelo PROUNI se o beneficiário se matricular, a qualquer tempo, em instituição pública e gratuita de ensino superior;

Considerando que o inciso IV do artigo 10 da Portaria nº 1.556/2006 do Ministério da Educação dispõe que deve ser encerrada a concessão da bolsa quando houver conclusão do curso no qual o estudante é beneficiário da bolsa ou de qualquer outro curso superior em qualquer instituição de ensino superior.

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Resolve converter as Peças de Informação nº1.20.000.000878/2006-09 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com o objetivo de apurar a devida concessão de bolsas do PROUNI somente para os estudantes que atenderem aos requisitos da Lei nº11.096/05, conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº75/93, determino que sejam requisitadas informações da Coordenadoria-Geral de Legislação e Normas da Educação Superior do Ministério da Educação, conforme determinado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a solicitação, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

ANA CAROLINA OLIVEIRA TANNÚS DINIZ

PORTARIA Nº 203, DE 29 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar nº75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando a obrigação do Ministério Público Federal de resguardar a máxima efetividade dos direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo a dignidade humana e a efetiva inclusão social;

Considerando que a omissão dos órgãos públicos no cumprimento de seus deveres administrativos, legitimam a atuação reparadora do Ministério Público Federal, com o fim de sanar o desrespeito ao ordenamento constitucional em concreto, proporcionando observância real à dignidade das pessoas, nos termos do inciso I do artigo 109 da Constituição Federal e do inciso II do artigo 39 da Lei Complementar nº75/1993;

Considerando, ademais, ser função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, nos termos da alínea h do inciso I do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando ser função da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão zelar pelo efetivo respeito dos direitos fundamentais dos cidadãos, inclusive no escorreito e eficaz atendimento pelos órgãos públicos e prestadores de serviços públicos;

Considerando que a irregularidade no atendimento ao cidadão pela Secretaria Regional do Trabalho e Emprego de Mato Grosso, órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, legitima a atuação do Ministério Público Federal como instituição de controle da regularidade dos serviços públicos;

Considerando, outrossim, o disposto na Resolução nº23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca das supostas irregularidades no atendimento pela SRTE em Cuiabá/MT;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme preceitua o §1º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o presente feito em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar a regularidade do atendimento do cidadão na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Mato Grosso", nos exatos termos do determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº75/93, determino que sejam requisitadas informações da Universidade Federal de Mato Grosso, conforme determinado em despacho próprio. Encaminhe-se, junto com a solicitação, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 248, DE 24 DE JUNHO DE 2011

PR-SP-00041609/2011. Autos nº 1.34.001.000880/2011-31

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Estado de São Paulo, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o art. 129, inciso III, da Constituição Federal estabelece ser função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o art. 6.º, inciso VII, da Lei Complementar n.º 75/93 estabelece competir ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção: i) dos direitos constitucionais; ii) do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; iii) dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor; e v) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o art. 2º, §6º, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público estabelece o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação do procedimento preparatório, prevendo o §7.º a possibilidade de conversão em inquérito civil, caso não seja proposta ação civil pública ou promovido o seu arquivamento;

CONSIDERANDO que o Procedimento Preparatório nº 1.34.001.000880/2011-31 tem por objeto apurar possível omissão do Poder Público na assistência aos usuários de entorpecentes, bem como a insuficiência de vagas em clínicas de recuperação;

CONSIDERANDO que no presente caso, estando para expirar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sem que estejam presentes elementos suficientes à propositura de ação civil pública ou à promoção de arquivamento, sendo necessárias mais diligências investigativas;

Resolve, com base no art. 6º, inciso VII, alínea "d", da Lei Complementar n.º 75/93, e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, através da presente PORTARIA, diante do que preceituam os artigos 4º e 12, da Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objeto apurar possível omissão do Poder Público na assistência aos usuários de entorpecentes, bem como a insuficiência de vagas em clínicas de recuperação;

FICA DETERMINADO, ainda:

a) sejam providenciadas as anotações pertinentes, notadamente no Sistema Único nos autos registrado sob o nº 1.34.001.000880/2011-31, cujos atos ficam ratificados e incorporados;

b) a comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público;

c) a designação dos servidores André Luís T. S. de Castro, Técnico Administrativo, e Marcos Antônio Mancuso, Técnico Administrativo, como Assessor, para fins de auxiliar na instrução do presente ICP; e

d) sejam oficiadas à Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e à Secretaria do Estado da Saúde, questionando a possibilidade de oferecimento de vagas para receber eventuais interessados que buscarem atendimento no Mutirão da Cidadania que deverá ocorrer no próximo dia 20 de agosto, na Praça Princesa Isabel, no Município de São Paulo.

Publique-se também na forma do que preceitua o artigo 4º, inciso VI e artigo 7º, § 2.º, incisos I e II, da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

JEFFERSON APARECIDO DIAS

1ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 31, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições legais (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria da Peça de Informações n.º 1.23.002.000003/2009-10, que tem por objeto analisar Representação do Cabo do Exército Brasileiro, ROBERTO ANTÔNIO BEZERRA DO NASCIMENTO, em face do Coronel JOSÉ ALBERTO SILVEIRA RIBEIRO, por possível abuso de autoridade.

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA a conversão da presente Pecas de Informação em Inquérito Civil Público, com fulcro no § 4º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e adoção das seguintes medidas:

a - Publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

b - Comunicação da presente conversão à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

CLÁUDIO HENRIQUE C. M. DIAS

2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 537ª SESSÃO DE REVISÃO

Local e data: Brasília (DF), 06 de junho de 2011.

Início e término: Das 11:00h às 11:32 h.

Aos seis dias do mês de junho do ano 2011, em sessão realizada na Sala de Reuniões, presentes a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge, Coordenadora, a Titular Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos, e o Suplente Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa, e, por videoconferência, a Suplente, Dra. Mônica Nicida Garcia, ausentes justificadamente a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Douglas Fischer, a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, julgou os seguintes procedimentos:

Relatora: Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSOS NÃO PADRÃO

001. Processo : 1.00.000.005431/2011-78 Voto: 2444/2011 Origem: 3ª VF - Campo Grande/MS
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C O ART. 62, INC. IV, DA LC Nº 75/93. CRIME DE LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES, PREVISTO NO ART. 1º, INC. I, E § 1º, INC. I E II, DA LEI Nº 9.613/98. FORTES INDÍCIOS DE QUE OS INVESTIGADOS POSSUEM COMO CRIME ANTECEDENTE O TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS ILÍCITAS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.
1. Inquérito policial instaurado para apurar eventual crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, previsto no art. 1º, inc. I, e § 1º, inc. I e II, da Lei nº 9.613/98.
2. Para a configuração do crime de lavagem de dinheiro, não é necessária a prova cabal do crime antecedente, mas a demonstração de indícios suficientes de sua existência, conforme o teor do §1º do art. 2º da Lei 9.613/98. Se o crime antecedente for de competência da
Justiça Federal, esta será a competente para o processamento e julgamento dos crimes previstos na referida lei, nos exatos termos do inciso III, b, também do art. 2º da Lei 9.613/98.
3. Caso em que existem fortes indícios de que os investigados possuem como crime antecedente ao crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores o tráfico internacional de drogas ilícitas, o que justifica a competência da Justiça Federal.
4. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução criminal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

002. Processo : 1.00.000.006416/2011-47 Voto: 2447/2011 Origem: 2ª VF - Joinville/SC
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME DE ESTELIONATO CONTRA O INSS (ART. 171, §3° C/C ART. 14-II, DO CÓDIGO PENAL). ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA. ARQUIVAMENTO PREMATURO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. O Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra a investigada, que, nos autos de ação previdenciária, assinou declarações falsas objetivando obter vantagem ilícita em prejuízo do INSS. Com relação ao advogado, requereu o arquivamento dos autos por entender ausentes indícios de sua participação na empreitada criminosa.
2. O Juiz Federal recebeu a denúncia contra a investigada e indeferiu o pedido de arquivamento, julgando presentes indícios da materialidade e da autoria também em relação ao advogado.
3. Não cabe ao Ministério Público dispor da persecução penal se existentes indícios de autoria e materialidade delitiva, como mostram os autos, ainda mais quando subsistem diligências passíveis de serem realizadas, por força dos princípios da obrigatoriedade da Ação Penal Pública e do *in dubio pro societate*.
4. O arquivamento do presente inquérito mostra-se prematuro diante da necessidade de esclarecimentos de referências e condutas constantes dos autos, justificando-se o prosseguimento das investigações.
5. Prosseguimento da persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

003. Processo : 1.30.001.000748/2011-43 Voto: 2448/2011 Origem: PR/RJ
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. SUPOSTO CRIME DE ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO (ART. 171, §3º, CP). RECEBIMENTO INDEVIDO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS. CRIME PERMANENTE. ARQUIVAMENTO. PRESCRIÇÃO. NÃO CABIMENTO.
1. A consumação do delito em questão dá-se com o pagamento indevido da primeira parcela do benefício previdenciário, protraindo-se no tempo até cessar o seu recebimento, momento em que tem início a contagem do prazo prescricional.
2. Não consumação do prazo prescricional.
3. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

004. Processo : 1.23.000.000737/2011-66 Voto: 2449/2011 Origem: PR/PR
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. FALSIFICAÇÃO DE AUTENTICAÇÃO MECÂNICA BANCÁRIA EM DARF. CRIME DE FALSIFICAÇÃO DE PAPEL PÚBLICO FEDERAL (ART. 293, INC. V, DO CP). DECLINAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. NÃO HOMOLOGAÇÃO. OFENSA A INTERESSES E SERVIÇOS DA UNIÃO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Para caracterizar-se a competência federal insculpida no artigo 109, IV, da CF, indispensável a ocorrência de lesão "a bens, serviços ou interesses da União", consoante jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
2. A falsificação de selo público, por si só, atinge o interesse federal, porquanto, tanto no *falsum* quanto no uso, o bem jurídico tutelado é a fé pública.
3. Não homologação do declínio de atribuições e designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

005. Processo : 1.28.200.000138/2010-04 Voto: 2448/2011 Origem: PRM - Caicó/RN
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Notícia de posse ilegal de arma de fogo de grosso calibre (art. 14, Lei 10.826/03). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.
006. Processo : 1.18.000.000937/2011-56 Voto: 2449/2011 Origem: PR/GO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Representação Criminal. Notícia de prática de atos ilícitos pelo Prefeito de Palmelo/GO. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.
007. Processo : 1.30.020.000089/2011-42 Voto: 2450/2011 Origem: PRM - São Gonçalo/RJ
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de informação. Possível crime ambiental. Art. 56 da Lei nº 9.605/98. Transportar carga perigosa sem licença válida outorgada pelo órgão competente. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.
008. Processo : 1.18.000.000943/2011-11 Voto: 2451/2011 Origem: PR/GO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Representação Criminal. Notícia de conduta atentatória à dignidade e à condição de portador de necessidades especiais cometida por agente de trânsito contra Procurador da República. Não ofensa ao cargo ocupado pela vítima. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.
009. Processo : 1.00.000.007212/2011-23 Voto: 2452/2011 Origem: PRM - Guarulhos/SP
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Inquérito Policial. Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 14, Lei 10.826/03). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.
010. Processo : 1.00.000.007150/2011-50 Voto: 2453/2011 Origem: PRM - Ilhéus/BA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Notícia de agressões a integrantes de comunidade quilombola, envolvendo disputa pela terra. Em que pese a gravidade do fato, não há nos autos elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.
011. Processo : 1.23.000.000803/2011-75 Voto: 2454/2011 Origem: PR/PA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de informação. Possível crime ambiental (art. 69-A da Lei n° 9.605/98). Prestação de informações falsas ao Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais - SISFLORA, operacionalizado por órgão estadual. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS

012. Processo : 1.23.002.000113/2011-04 Voto: 2455/2011 Origem: PRM - Santarém / PA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de informação. A conduta descrita no auto de infração do IBAMA não encontra adequação típica na legislação penal, figurando como mero ilícito administrativo previsto no art. 37 do Decreto nº 6.514/2008 (Exercer a pesca sem prévio cadastro, inscrição, autorização, licença, permissão ou registro do órgão competente, ou em desacordo com o obtido: Multa de R$ 300,00 (trezentos reais) a R$ 10.000,00 (dez mil reais), com acréscimo de R$ 20,00 (vinte reais) por quilo ou fração do produto da pesca, ou por espécime quando se tratar de produto de pesca para ornamentação). Atipicidade. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.
013. Processo : 1.23.001.000104/2010-34 Voto: 2456/2011 Origem: PRM - Marabá/PA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Crime ambiental. Não enquadramento em qualquer tipo penal. Atipicidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.
014. Processo : 1.23.002.000112/2011-51 Voto: 2457/2011 Origem: PRM - Santarém / PA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de informação. A conduta descrita no auto de infração do IBAMA não encontra adequação típica na legislação penal, figurando como ilícito administrativo previsto no art. 90 do Decreto nº 6.514/2008 (Realizar quaisquer atividades ou adotar conduta em desacordo com os objetivos da unidade de conservação, o seu plano de manejo e regulamentos. Multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) a R$ 10.000,00 (dez mil reais)). Atipicidade. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.
015. Processo : 1.28.000.001627/2010-21 Voto: 2458/2011 Origem: PR/RN
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Inexistência de ilícito penal praticado pelo Delegado da Receita Federal no Rio Grande do Norte. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.
016. Processo : 1.14.007.000106/2010-82 Voto: 2459/2011 Origem: PR/BA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ementa : Representação Criminal. Notícia de súbito enriquecimento de ex-secretário de Administração da Prefeitura de Itambé/BA. Ausência de elementos indiciários mínimos necessários à deflagração da persecução penal. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

017. Processo : 1.11.000.001604/2008-08 Voto: 2460/2011 Origem: PRE/AL
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças Informativas Criminais. Notícia de irregularidades perpetradas pelo Prefeito eleito no município de Mata Grande/AL, durante o pleito eleitoral de 2008. Ausência de elementos indiciários mínimos necessários à deflagração da persecução penal. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

018. Processo : 1.24.001.000173/2009-77 Voto: 2461/2011 Origem:PRM - Campina Grande/PB
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Policiais Rodoviários Federais que agiram em estrito cumprimento do dever legal e em legítima defesa, culminando na morte do agente. Existência de inquérito policial versando sobre os mesmos fatos. Aplicação do princípio "*ne bis in idem*". Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

019. Processo : 1.25.002.000706/2010-15 Voto: 2462/2011 Origem: PRM - Cascavel/PR
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peça Informativa Criminal. Comercialização de pneus usados de origem estrangeira, sem a comprovação da regular internalização no país. Existência de outra Peça Informativa Criminal versando sobre os mesmos fatos. Aplicação do princípio "*ne bis in idem*". Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

020. Processo : 1.33.001.000123/2011-03 Voto: 2463/2011 Origem: PRM - Blumenau/SC
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental (art. 52 da Lei nº 9.605/98). Existência de ação penal que apura os mesmos fatos. Indevida duplicidade de feitos. *Bis in idem*. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

021. Processo : 1.30.904.000010/2011-38 Voto: 2464/2011 Origem: PR/RJ
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Notícia de suposto crime de estelionato previdenciário. Existência de investigação sobre os mesmos fatos pela Polícia Federal. Aplicação do princípio "*ne bis in idem*". Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

022. Processo : 1.35.000.000915/2008-18 Voto: 2465/2011 Origem: PR/SE
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Representação criminal. Possível crime contra a ordem tributária (art. 1º, I, da Lei nº 8.137/90). Contribuinte. Dedução de despesas médicas não realizadas em declaração de ajuste do imposto de renda. Crédito tributário constituído. Quitação integral da dívida. Incidência do art. 9º, § 2°, da Lei nº 10.684/2003. Extinção da punibilidade. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

023. Processo : 1.25.002.000010/2011-61 Voto: 2466/2011 Origem: PRM - Cascavel/PR
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peça informativa criminal instaurada a partir de ofício encaminhado pela Penitenciária Federal de Catanduvas. Notícia da instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar. Suposta falta disciplinar de natureza média imputada a interno (art. 44, II, do Anexo do Decreto nº 6.049/2007). Conduta que não se amolda a qualquer tipo penal. Ausência de elementos justificadores do prosseguimento das investigações no âmbito do Ministério Público Federal. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

024. Processo : 1.23.001.000344/2005-71 Voto: 2467/2011 Origem: PRM - Marabá/PA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento administrativo. Supostos crimes de incitação à prática de crime (art. 286, CP) e de usurpação de função pública (art. 328, CP). Ausência de inícios de que o investigado tenha incentivado a prática de crimes de sonegação previdenciária. Quanto ao crime de usurpação de função pública houve a extinção da punibilidade pela prescrição, uma vez que os fatos ocorreram no ano de 2005 e o prazo prescricional é de quatro anos. Arquivamento homologado pela 5ª CCR no âmbito de suas atribuições. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

025. Processo : 1.00.000.007190/2011-00 Voto: 2468/2011 Origem: PRM - Altamira/PA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Inquérito policial. Crime ambiental (art. 60 da Lei n° 9.605/98). Fazer funcionar atividade econômica potencialmente poluidora (cerâmica), sem autorização do órgão ambiental competente. Fatos ocorridos em 01/09/2008. Pena máxima cominada de 06 (seis) meses. Prescrição da pretensão punitiva (art. 109-VI do CP). Extinção da punibilidade. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

026. Processo : 1.11.000.000292/2010-21 Voto: 2469/2011 Origem: PR/AL
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Inquérito Policial. Suposto crime do artigo 50 da Lei 9.605/98. Pena máxima de 1 (um) ano. Prazo prescricional de 4 (quatro) anos. Fatos ocorridos em 2006. Prescrição da pretensão punitiva estatal. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

027. Processo : 1.23.000.001072/2008-80 Voto: 2470/2011 Origem: PR/PA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Supostos crimes dos artigos 90 e 93 da Lei 8.666/93 e do artigo 1°, inciso III, do DL 201/67. Fatos ocorridos em 2002. Prescrição da pretensão punitiva estatal. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

028. Processo : 1.14.004.000321/2009-70 Voto: 2471/2011 Origem: PRM - SINOP/MT
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento administrativo. Ex-prefeito. Possível crime de responsabilidade (art. 1º, inciso VII, do Decreto-lei nº 201/67). Verba pública federal repassada pelo FNDE por meio de convênio. Omissão no dever de prestar contas. Fatos ocorridos no exercício do ano de 1998. Pena máxima de detenção de 3 (três) anos. Prescrição da pretensão punitiva estatal (art. 109, inc. IV, do CP). Extinção da punibilidade. Arquivamento homologado pela 5ª CCR no âmbito de suas atribuições. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

029. Processo : 1.22.006.000303/2010-30 Voto: 2472/2011 Origem: PRM - Patos de Minas/MG
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Inquérito policial. Crime de estelionato contra o INSS (art. 171, §3º, do Código Penal). Recebimento indevido de uma parcela do benefício previdenciário pensão por morte referente ao mês de novembro/1998. Fato ocorrido há mais de 12 (doze) anos. Prescrição da pretensão punitiva estatal (art. 109, III, do CP). Extinção da punibilidade (art. 107, IV, do CP). Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

030. Processo : 1.28.000.000477/2005-71 Voto: 2473/2011 Origem: PR/RN
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Inquérito Civil Público. Controle externo da atividade policial. Superlotação do sistema carcerário estadual. Núcleo de custódia desativado. Perda do objeto. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

Relatora: Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

PROCESSOS NÃO PADRÃO

031. Processo : 1.00.000.007338/2011-06 Voto: 3890/2011 Origem: JF/SP
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. POSSÍVEL CRIME DE CONTRABANDO (ART. 334, § 1º, C, DO CÓDIGO PENAL). MÁQUINA CAÇA-NÍQUEL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E ATIPICIDADE. INAPLICABILIDADE. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar o possível delito de contrabando, a partir da utilização de máquinas caça-níquel para exploração de jogos de azar.
2. O Procurador da República requereu o arquivamento e o fundamentou sob a afirmação de que a conduta se mostra atípica em razão do valor das mercadorias apreendidas (R$ 3.455,65), abaixo do patamar mínimo utilizado pela Fazenda Nacional para a propositura de execuções fiscais.
3. O magistrado discordou do pedido de arquivamento, pronunciando que *"em tese, a importação de máquinas caça-níqueis constitui crime de contrabando, pois engenhos de importação proibida, com o que, a expressão econômica de eventuais tributos não reduz*
a lesão ao bem jurídico protegido"
4. Segundo entendimento que tem se firmado nesta 2ª Câmara, quando se trata de contrabando de equipamentos empregados na prática de jogo de azar, não se afigura possível a aplicação do princípio da insignificância, pois o bem jurídico tutelado é a incolumidade pública, e o valor patrimonial dos bens apresenta apenas aspecto secundário.
5. A partir da presunção de que os componentes eletrônicos foram importados com a finalidade de explorar jogo de azar, bem como da inaplicabilidade do postulado da insignificância ao caso, o arquivamento mostra-se prematuro.
6. Voto, então, pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

032. Processo : 1.01.004.000078/2009-48 Voto: 3891/2011 Origem: PRR/1ª Região
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CRIMINAL. SUPOSTOS CRIMES DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA E DE SONEGAÇÃO PREVIDENCIÁRIAS PRATICADOS POR MUNICÍPIO. ARTIGOS 168-A E 337-A DO CÓDIGO PENAL. REVISÃO DE ARQUIVAMENTO. PARCELAMENTO DO DÉBITO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. APLICAÇÃO DA LEI 11.960/09. ARQUIVAMENTO.
1. Trata-se de procedimento administrativo criminal instaurado para apurar a suposta prática dos crimes de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A) e de sonegação previdenciária (art. 337-A) imputados a Município do Estado da Bahia.
2. O Procurador Regional da República oficiante promoveu o arquivamento do feito sob a justificativa de que a pretensão punitiva estatal em face dos investigados restou suspensa com a adesão desses ao programa de parcelamento de crédito tributário regido pela Lei n. 11.960/09. Esta 2ª CCR votou pela não-homologação do arquivamento com fundamento em seu Enunciado n. 19.
3. O Procurador Regional da República designado protocolou pedido de reconsideração da decisão com fundamento nas disposições da Lei n. 11.960/09, precisamente §4º do art. 1º dessa norma.
4. Inicialmente, ressalta-se que "*A suspensão da pretensão punitiva com base no parcelamento do débito tributário através dos programas denominados REFIS e PAES não é causa para arquivamento do procedimento investigatório criminal ou do inquérito policial; mas sim, para sobrestamento da investigação, com comunicação à Câmara, independentemente de remessa dos autos, devendo estes permanecerem acautelados, para eventual prosseguimento da persecução penal, na hipótese de descumprimento do acordo, ou arquivamento formal, na hipótese de cumprimento do mesmo*" (Enunciado nº 19 da 2ª CCR/MPF).
5. Contudo, no caso do parcelamento ofertado aos Municípios com base na Lei n. 11.960/09, que é o caso do autos, a adesão a referido Programa equipara-se ao pagamento para fins de extinção da punibilidade, já que as prestações não poderão ser inadimplidas. Isto
porque a ausência de pagamento na data do respectivo vencimento autoriza a retenção e o repasse à Receita Federal de recursos do Fundo de Participação do Município, para sua quitação.
6. Ressalta-se, por oportuno, que tal retenção tem fundamento nas disposições previstas no inciso I do §único do art. 160 da Constituição Federal. Precedentes do TRF 1ª Região
7. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participou da votação a Dr. Raquel Elias Ferreira Dodge.

033. Processo : 1.20.000.000500/2010-83 Voto: 3892/2011 Origem: PR/MT
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ementa : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. SUPOSTOS CRIMES REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO (CP, ART. 149) E CONTRA O MEIO AMBIENTE (LEI N. 9.605/98). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO E DE DECLÍNIO. IMPOSSIBILIDADE TEMPORÁRIA DE CUMPRIMENTO DAS DILIGÊNCIAS. ARQUIVAMENTO PREMATURO.AUSÊNCIA DE ELEMENTOS A JUSTIFICAR A ATRIBUIÇÃO DO MPF QUANTO AO CRIME AMBIENTAL. DECLÍNIO.
1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar a ocorrência dos crimes de redução à condição análoga à de escravo (CP, art. 149) e contra o meio ambiente (LEI 9.605/98).
2. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento quanto ao crime previsto no art. 149 do CP com base nas informações prestadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego no sentido de que faltam recursos financeiros para realizar fiscalização no estabelecimento em que supostamente ocorrem os respectivos fatos criminosos. De outra parte, quanto ao crime contra o meio ambiente, promoveu o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual, sustentando a inexistência de indícios de lesão a bens ou interesse da União ou suas entidades autárquicas ou empresas públicas.
3. A falta de recursos para efetivar as diligências determinadas pelo Ministério Público Federal não se apresenta como justificativa razoável para o encerramento da persecução penal, sobretudo quando o órgão fiscalizador noticiou que a ação fiscalizatória será cumprida
dentro de um planejamento de fiscalização.
4. Quanto ao crime ambiental, verifica-se da análise do Relatório de Vistoria e Constatação elaborado pelo IBAMA que não há indícios de ofensa a bens ou interesses da União ou suas entidades autárquicas ou empresas públicas, o que evidencia a ausência de atribuição do Ministério Público para prosseguir nessa persecução penal.
5. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual quanto aos supostos crimes ambientais. Não-homologação do arquivamento em relação ao crime previsto no art. 149 do CP, e designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na respectiva persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

034. Processo : 1.20.000.000837/2007-95 Voto: 3893/2011 Origem: PR/MT
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. POSSÍVEIS CRIMES DE FALSIDADE IDEOLÓGICA, FALSIDADE MATERIAL DE CERTIDÃO E USO DE DOCUMENTO FALSO (ARTS. 299, 301, §1º, E 304 DO CP). EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE CRIME PRATICADO CONTRA A RECEITA FEDERAL. LESÃO DIRETA A SERVIÇOS E INTERESSES DA UNIÃO. NÃO-HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar possíveis fraudes praticadas contra a Secretaria da Receita Federal e outros órgãos públicos estaduais, por meio da inserção de declarações falsas em documento público, com o fim de se obterem novos Cadastros de Pessoas Físicas.
2. Consta dos autos que os investigados possuem diversos CPF's distintos, cadastrados com nomes quase idênticos, apenas com pequenas diferenças de grafia, com o intuito de induzir a erro o sistema da Receita Federal.
3. Por meio da obtenção de novos registros de identificação de pessoa física, a fraude tinha o objetivo de propiciar a abertura de contas bancárias, clonagens de cartões, aquisição de veículos financiados, além de restituições indevidas de imposto de renda.
4. O Procurador da República promoveu o declínio de atribuições sob o entendimento de que somente restou comprovada a prática de falsidade ideológica perante órgão estadual.
5. Há elementos nos autos que demonstram que os investigados praticaram crime de falso perante órgão da Administração Pública Federal, o que atrai a atribuição do MPF para apurar, inclusive, os demais delitos.
6. Ressalte-se que não se faz necessária, em fase pré-processual, a existência provas definitivas em relação aos crimes de competência da Justiça Federal, bastando somente que haja indícios mínimos para o prosseguimento do feito no âmbito do MPF.
7. Pela não-homologação do declínio e designação de outro Procurador da República para prosseguir no feito perante a Justiça Federal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

035. Processo : 1.00.000.007318/2011-27 Voto: 3894/2011 Origem: JF/PB
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DO DELITO DO ART. 1º, INCISO I, DA LEI 8.137/90. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO PELA PRESCRIÇÃO VIRTUAL E PREJUDICIALIDADE DOS ELEMENTOS DE PROVA PELO TRANSCURSO DO TEMPO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Procedimento investigatório criminal visando apurar a possível prática do crime previsto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/90.
2.O procurador da República oficiante manifestou-se pelo arquivamento do feito, por falta de justa causa para apresentação da denúncia, devido à ocorrência da prescrição da pretensão punitiva em perspectiva e o conjunto probatório do crime em apuração encontrar-se prejudicado.
3. Houve discordância do magistrado do pedido de arquivamento, por entender que a prescrição virtual não encontra guarida no ordenamento jurídico penal pátrio, asseverando ainda que o argumento de prejudicialidade da prova não prospera nesta fase inicial da ação
penal.
4.O arquivamento mostra-se inapropriado diante da impossibilidade jurídica de aplicação de prescrição antecipada, justificando-se o prosseguimento das investigações. Precedentes do STF, Súmula 438 do STJ e Enunciado n.º 28 desta 2ªCCR.
5. Pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

036. Processo : 1.28.000.000055/2008-49 Voto: 3895/2011 Origem: PR/RN
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Suposta prática dos crimes previstos nos art. 63 e 70 da Lei nº 9.605/98. Alterar aspecto de um local especialmente protegido por lei com aterramento de areia. Revisão de declínio. O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA constatou que a área autuada não faz parte de praias, terrenos de marinha ou acréscimos, manguezal ou de outra área de patrimônio da União, suas autarquias ou empresas públicas federais. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

037. Processo : 1.30.020.000091/2011-11 Voto: 3896/2011 Origem: PRM/São Gonçalo-RJ
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Possível crime ambiental. Art. 56 da Lei nº 9.605/98. Transportar carga perigosa sem licença válida outorgada pelo órgão competente. Revisão de declínio. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

038. Processo : 1.30.020.000093/2011-19 Voto: 3897/2011 Origem: PRM/São Gonçalo-RJ
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Possível crime ambiental. Art. 56 da Lei nº 9.605/98. Transportar carga perigosa sem licença válida outorgada pelo órgão competente. Revisão de declínio. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

039. Processo : 1.00.000.007146/2011-91 Voto: 3898/2011 Origem: PRM/Eunápolis-BA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Inquérito Policial. Inexistência de elementos indicadores de que o crime de homicídio restou praticado em razão de disputa sobre terras indígenas. Autoria incerta. Matéria alheia à competência da Justiça Federal e, portanto, às atribuições do MPF. Homologação do declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

040. Processo : 1.34.001.001935/2011-21 Voto: 3899/2011 Origem: PR/SP
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime contra a ordem econômica (art. 1º, inc. I, da Lei nº. 8.176/91). Revisão de declínio. Comercialização de combustível fora das especificações exigidas pela ANP. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

041. Processo : 1.00.000.007310/2011-61 Voto: 3900/2011 Origem: PR/AP
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Prática de corrupção passiva por parte de policiais militares. Crime militar definido no art. 308, c/c art. 9º, II, "c", do Código Penal Militar. Competência da Justiça Castrense. CF/88, art. 125, § 4º. Matéria alheia à competência da Justiça Federal e, portanto, às atribuições do MPF. Homologação do declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

042. Processo : 1.19.000.000481/2011-97 Voto: 3901/2011 Origem: PR/MA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Supostas irregularidades na contratação de empresas terceirizadas por parte do Detran/MA. Possíveis crimes praticados por agentes públicos do referido órgão devem ser apurados do Ministério Público Estadual, uma vez que se trata de órgão público do Estado do Maranhão. Ausência de elementos que justifique a atribuição do Ministério Público Federal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

043. Processo : 1.33.003.000297/2010-67 Voto: 3902/2011 Origem: PRM/Criciúma-SC
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Representação criminal. Acidente em subsolo de mina de carvão. Morte de dois trabalhadores. Suposto homicídio culposo. Diligências efetivamente empreendidas pelo DNPM. Responsabilidade penal dos seus agentes não verificada. Não demonstrados indícios de crimes contra a organização do trabalho. Matéria alheia à competência da Justiça Federal e, portanto, às atribuições do MPF. Homologação do declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

044. Processo : 1.30.020.000086/2011-17 Voto: 3903/2011 Origem: PRM/São Gonçalo-RJ
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de Informação. "Operação Carga Pesada". Suposta prática de crime ambiental. Transporte de produto ou substância perigosa em desacordo com as exigências normativas (art. 56, da Lei 9.605/98). Revisão de declínio. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

045. Processo : 1.30.020.000097/2011-99 Voto: 3904/2011 Origem: PRM/São Gonçalo-RJ
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de Informação. "Operação Carga Pesada". Suposta prática de crime ambiental. Transporte de produto ou substância perigosa em desacordo com as exigências normativas (art. 56, da Lei 9.605/98). Revisão de declínio. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS

046. Processo : 1.11.000.001515/2010-78 Voto: 3905/2011 Origem: PR/AL
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento instaurado para apurar suposto abuso de autoridade por parte de Delegado da Polícia Federal. Arts. 3º e 4º da Lei nº 4.898/65. Fato objeto de representação formal de partido político ao MPF. Abertura de inquérito policial para apurar diversos crimes imputados ao então candidato a governador do Estado, quatro dias antes das eleições. Divulgação pela imprensa local dos fatos investigados. Ausência de provas da materialidade do abuso de autoridade e de indícios de que tenha sido o Delegado de Polícia o autor da divulgação dos fatos. Persecução penal que não se justifica. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

047. Processo : 1.14.000.000688/2011-48 Voto: 3906/2011 Origem: PR/BA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de desobediência, previsto no art. 330 do Código Penal, consistente no descumprimento de ordem judicial proferida com previsão de aplicação de pena de multa, em caso de inadimplência. Impossibilidade de se configurar o delito de desobediência quando existir previsão de sanção de natureza civil, processual civil ou administrativa. Além disso, ausência de inequívoco e induvidoso conhecimento sobre a determinação judicial. Precedentes do STJ. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

048. Processo : 1.15.000.000360/2010-11 Voto: 3907/2011 Origem: PR/CE
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	Ementa	:	Suposto desvio de recursos públicos federais destinados ao programa Saúde na Família (PSD) envolvendo Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's) no Estado do Ceará. Diligências. Em resposta às indagações do órgão ministerial, as Prefeituras Municipais abrangidas pela PR/CE afirmaram não terem firmado parceria com as OSCIP's investigadas. Ausência de elementos que justifiquem o prosseguimento da persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
049.	Processo	:	1.34.010.000022/2011-88	Voto: 3908/2011	Origem: PRR/3ª Região
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Peças de informação. Revisão de arquivamento. Possível prática dos crimes tipificados no art. 1º, I, do Decreto-Lei nº 201/67 e no art. 90 da Lei nº 8.666/93 c/c o art. 29 do Código Penal. Denúncia já oferecida versando sobre os mesmos fatos. *Bis in idem.*		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
050.	Processo	:	1.33.002.000108/2011-47	Voto: 3909/2011	Origem: PRM/Chapecó-SC
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Revisão de arquivamento. Delito previsto no art. 50 c/c art. 53, da Lei 9605/98. Denúncia já oferecida versando sobre os mesmos fatos. *Bis in idem.*		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
051.	Processo	:	1.00.000.014108/2010-12	Voto: 3910/2011	Origem: PR/PA
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Peças de informação. Revisão de arquivamento. Possível prática do crime tipificado no art. 149, do Código Penal. Denúncia já oferecida versando sobre os mesmos fatos. *Bis in idem.*		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
052.	Processo	:	1.14.006.000020/2010-60	Voto: 3911/2011	Origem: PRM/Paulo Afonso-BA
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Supostas irregularidades praticadas por Policiais Rodoviários Federais na realização do teste do 'etilômetro', equipamento conhecido como 'bafômetro'. Revisão de arquivamento. Constata-se que o Ministério Público do Estado da Bahia e o Ministério Público Federal em Paulo Afonso/BA expediram Recomendação Conjunta n. 001/2010 para fins de solucionar as possíveis irregularidades. Noticiado nos autos que referida recomendação vem sendo cumprida desde a sua expedição, ou seja, há mais de um ano. Desnecessidade de manutenção deste procedimento administrativo. Homologação do arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
053.	Processo	:	1.01.004.000208/2011-67	Voto: 3913/2011	Origem: PRR/1ª Região
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Irregularidades na execução de convênio celebrado entre o FNDE e o Município de Itapirapuã/GO. Prestação de contas tardia. Suposto crime de responsabilidade atribuído a Prefeito Municipal (artigo 1º, VII, do Decreto-Lei 201/67). Fatos ocorridos na gestão anterior (2005 a 2008). Supressão e ocultação de documentos relativos ao aludido convênio pelo ex-Prefeito. Conduta que também configura o crime previsto no art. 305 do Código Penal. Impossibilidade na prestação de contas pelo Prefeito atual. Ausência de responsabilidade penal. Homologação do arquivamento quanto ao Prefeito atual e remessa dos autos à PR/GO para investigar o antecessor.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
054.	Processo	:	1.33.009.000054/2011-50	Voto: 3914/2011	Origem: PRM/Caçador-SC
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Procedimento Investigatório Criminal. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Revisão de arquivamento. Representação Fiscal para fins criminais. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Reincidência não constatada. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Voto pela homologação do arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
055.	Processo	:	1.32.000.000214/2010-05	Voto: 3915/2011	Origem: PR/RR
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Procedimento Investigatório Criminal. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Revisão de arquivamento. Representação Fiscal para fins criminais. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Reincidência não constatada. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Voto pela homologação do arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
056.	Processo	:	1.20.000.001300/2010-48	Voto: 3917/2011	Origem: PR/MT
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Peças de informação. Suposto crime de estelionato previdenciário (CP, art. 171, §3º). Revisão de arquivamento. Diligências. Apurou-se que as declarações da beneficiária destoam não só das informações constantes no banco de dados do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Verificou-se, ainda, que a beneficiária protocolou pedido de desistência na ação judicial em que pleiteava a concessão do benefício previdenciário objeto de discussão (auxílio-doença). Ausência de autoria e materialidade delitiva. Homologação do arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
057.	Processo	:	1.00.000.007366/2011-15	Voto: 3918/2011	Origem: PRM/Patos de Minas-MG
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Inquérito Policial. Suposta prática de crime previsto no art. 70, da Lei nº 4.117/62. Morte do agente. Diligências empreendidas pelo *Parquet* confirmatórias da veracidade da Certidão de Óbito. Extinção de punibilidade do acusado, nos termos do art. 107, inciso I, do CP. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
058.	Processo	:	1.23.002.000109/2011-38	Voto: 3919/2011	Origem: PRM/Santarém-PA
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Peças de informação. Possível crime ambiental. Portar motosserra sem licença da autoridade ambiental competente e penetrar em Unidade de Conservação Federal sem autorização do órgão responsável. Revisão de arquivamento. Inexistência de dano ou porte de substâncias ou instrumentos próprios para caça ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais. Não caracterização dos crimes previstos nos artigos 51 e 52 da Lei nº 9.605/98. Atipicidade da conduta. Homologação do arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
059.	Processo	:	1.23.002.000110/2011-62	Voto: 3920/2011	Origem: PRM/Santarém-PA
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Peças de informação. Possível crime ambiental. Portar motosserra sem licença da autoridade ambiental competente e penetrar em Unidade de Conservação Federal sem autorização do órgão responsável. Revisão de arquivamento. Inexistência de dano ou porte de substâncias ou instrumentos próprios para caça ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais. Não caracterização dos crimes previstos nos artigos 51 e 52 da Lei nº 9.605/98. Atipicidade da conduta. Homologação do arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
060.	Processo	:	1.24.001.000197/2009-26	Voto: 3921/2011	Origem: PRM/Campina Grande-PB
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possível crime de responsabilidade previsto no art. 1º, inciso III, do Decreto-Lei nº 201/67. Inexecução parcial do objeto de convênio celebrado entre Prefeitura Municipal e a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA. Ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal, uma vez que o fato ocorreu no ano de 2001, e o prazo prescricional de 8 (oito) anos extinguiu-se em 2009. Homologação de Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
061.	Processo	:	1.25.006.001378/2010-26	Voto: 3922/2011	Origem: PRM/Maringá-PR
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Procedimento investigatório. Supostos crimes contra a ordem tributária e/ou crime de sonegação de contribuição previdenciária. Revisão de arquivamento. Diligências. A Receita Federal noticiou a ausência de constituição definitiva dos créditos tributários relacionados aos fatos descritos nos autos. Ausência de elementos suficientes caracterizadores da materialidade do crime em questão. Homologação do arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
062.	Processo	:	1.30.917.001970/2008-71	Voto: 3923/2011	Origem: PRM/São João de Meriti-RJ
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Peças de Informação. Suposta existência de rádio clandestina. Diligências empreendidas pelo *Parquet* no sentido de expedir ordem de missão de polícia para averiguar as informações, antes da requisição de instauração de inquérito policial. Inexistência de quaisquer indícios sobre o funcionamento de rádio clandestina. Ausência de justa causa para o prosseguimento da persecução penal. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		

Relatora: Dra. Mônica Nicida Garcia
PROCESSOS NÃO PADRÃO

063.	Processo	:	1.11.000.001443/2010-69	Voto: 1713/2011	Origem: PR/AL
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	PEÇAS DE INFORMAÇÃO. ART. 62, IV, LC 75/93. CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA. ART. 168, § 1º, III, DO CÓDIGO PENAL. SUPOSTA APROPRIAÇÃO DE VALORES LIBERADOS POR RPV (REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR) NO CURSO DO PROCESSO JUDICIAL, ATRIBUÍDO, EM TESE, AO ADVOGADO RESPONSÁVEL PELO PATROCÍNIO DA CAUSA. NECESSIDADE DE APROFUNDAMENTO DAS INVESTIGAÇÕES. AUSÊNCIA DE LESÃO A BENS, SERVIÇOS OU INTERESSES DA UNIÃO. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. 1. Peças de informação instauradas para apurar a prática do crime previsto no art. 168, § 1º, III, do Código Penal, tendo em vista suposta apropriação de valores liberados por meio de Requisição de Pequeno Valor pelo advogado patrocinador da causa. 2. Promoção de arquivamento. Não acolhimento pela 2ª CCR/MPF. Fatos que podem e devem ser melhor esclarecidas com o aprofundamento das investigações. 3. Ausentes qualquer prejuízo a bem, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, não se firma a competência da Justiça Federal, e, consequentemente, falece atribuição ao Ministério Público Federal para atuar no caso. Inteligência do art. 109, inc. IV, da CF/1988. 4. Pedido de arquivamento recebido como declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual. Homologação.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
064.	Processo	:	1.31.000.000105/2011-06	Voto: 1714/2011	Origem: PR/RO
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	PEÇAS DE INFORMAÇÃO. OMISSÃO DE DADOS NA CTPS (ART. 297, §4º, DO CÓDIGO PENAL). COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. ENUNCIADO 27 DESTA 2ª CÂMARA. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. 1. Enunciado nº 27 desta 2ª CCR: "O processo e julgamento dos crimes previstos nos §§ 3º e 4º do art. 297 do Código Penal competem à Justiça Federal, por ofenderem a Previdência Social". 2. A Súmula 62, STJ, apresenta manifestos equívocos em sua origem, não se podendo aplicá-la nem de forma subsidiária ao caso. 3. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
065.	Processo	:	1.29.000.000524/2011-98	Voto: 1715/2011	Origem: PRR 4ª Região
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. ART. 62, VII, DA LC N.º 75/93. CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES. ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O FNS E PREFEITURA. RENÚNCIA DO PREFEITO MUNICIPAL. INSUBSISTÊNCIA DO FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. PROCEDÊNCIA DO CONFLITO. 1. Conflito de atribuições entre órgãos do Ministério Público Federal. Procedimento de Acompanhamento de Convênio instaurado como ato antecedente de acautelamento de elementos que possam servir à futura medida de índole criminal. Convênio entre Prefeitura Municipal e Fundo Nacional de Saúde. 2. Convênio que teve vigência de 01/07/2004 a 26/06/2009 e o prazo para prestação de contas expirado em 26/08/2009. Renúncia do Prefeito Municipal em março de 2010. O foro por prerrogativa de função termina junto com o mandato, porquanto, a prerrogativa não é atributo da pessoa e sim do cargo público ocupado. 3. Conhecimento do conflito negativo de atribuição e, no mérito, pela procedência, deliberando-se que a atribuição para prosseguir na persecução penal pertence ao Procurador da República suscitado, na Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
066.	Processo	:	1.31.000.000102/2011-64	Voto: 1716/2011	Origem: PR/RO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	PEÇA DE INFORMAÇÃO. CONTRABANDO DE CIGARROS (ART. 334 DO CP). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. EFEITO NOCIVO À SAÚDE HUMANA. INOBSERVÂNCIA ÀS REGRAS DA LEI n.º 9.532/97. PERSECUÇÃO PENAL. 1. A natureza do produto (cigarros) impõe maior rigor na adoção do princípio da insignificância, em razão do efeito nocivo à saúde e, conseqüentemente, do rígido controle em sua comercialização no território nacional. 2. A comercialização de 690 maços de cigarros de origem estrangeira, conhecendo o agente a origem ilícita do produto, não pode ser considerada insignificante. Desrespeitadas as normas da Lei nº 9.532/97, que restringem, com rigor, o comércio em questão. 3. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguimento da persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
067.	Processo	:	1.00.000.006268/2011-61	Voto: 1717/2011	Origem: V F Londrina/PR
068.	Processo	:	1.00.000.006649/2011-40	Voto: 1718/2011	Origem: V F Londrina/PR
069.	Processo	:	1.00.000.006711/2011-01	Voto: 1719/2011	Origem: V F Londrina/PR
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	PEÇA DE INFORMAÇÃO CRIMINAL. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO (ART. 28, CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93). INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. 1. Crime de descaminho, previsto no artigo 334 do Código Penal. 2. Inexpressiva ofensa ao bem jurídico tutelado, considerando como parâmetro, para tal fim, o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) previsto no art. 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002, alterado pela Lei nº 11.033/2004. 3. Não reincidência delitiva. 4. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. 5. Insistência no pedido de arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
070.	Processo	:	1.25.002.000221/2011-02	Voto: 1920/2011	Origem: PRM/Cascavel/PR
071.	Processo	:	1.25.003.005373/2010-01	Voto: 1921/2011	Origem: PRM/Cascavel/PR
072.	Processo	:	1.25.003.014855/2010-43	Voto: 1922/2011	Origem: PRM/Cascavel/PR
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	PEÇA DE INFORMAÇÃO CRIMINAL. ART. 62, IV, DA LC 75/93. DESCAMINHO. TRIBUTOS NÃO-RECOLHIDOS ESTIMADOS EM VALOR ABAIXO DO PREVISTO NO ART. 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. REITERAÇÃO DA CONDUTA DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. 1. Representação Fiscal para Fins Penais instaurada para apurar a prática, em tese, do crime de descaminho (art. 334 do Código Penal). Tributos não-recolhidos estimados em valor abaixo do previsto no art. 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002. 2. Notícia de que o investigado é "reincidente" na prática do delito de descaminho. Impossibilidade de aplicação do princípio da insignificância. Fato que não se revela penalmente irrelevante. Precedentes do STJ. 3. Prosseguimento da persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
073.	Processo	:	1.14.000.001137/2010-11	Voto: 1923/2011	Origem: 17ª V F Bahia
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	REPRESENTAÇÃO CRIMINAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. CRIME DE DESOBEDIÊNCIA. ART. 330 DO CP. INTIMAÇÃO POR E-MAIL. MANIFESTAÇÃO PELO ARQUIVAMENTO. NÃO CONFIRMAÇÃO DO RECEBIMENTO DA INTIMAÇÃO E NÃO PERSONALIZAÇÃO DO DESTINATÁRIO. DIVERGÊNCIA. ART. 2º , 5º E 9º DA LEI 11.419/06. POSSIBILIDADE DE DILIGÊNCIAS CAPAZES DE ESCLARECER OS FATOS. ARQUIVAMENTO PREMATURO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL. 1. Representação criminal noticiando a eventual prática do crime de desobediência, previsto no art. 330 do CP. Representante da CEF que, intimado por meio de correio eletrônico, não cumpriu ordem judicial. 2. Promoção de arquivamento sob o argumento de que não houve comprovação do recebimento da intimação e que a pessoa a ser intimada não foi individualizada. Discordância do Magistrado (art. 2º, 5º e 9º da Lei nº 11.419/2006). 3. Intimação por meio eletrônico presume-se automaticamente realizada decorridos 10 dias contados da data do envio da mensagem (inteligência do art. 5º, §3º da Lei nº 11.419/2006). Presentes nos autos indícios do cometimento do crime tipificado no art. 330 do CP . 4. Possibilidade de identificação da pessoa que foi intimada. 5. Necessidade de novas diligências. Somente após o exaurimento das diligências capazes de esclarecer os fatos é que o representante do MPF poderá concluir, estreme de dúvidas, se existem, ou não, elementos suficientes para justificar da ação penal ou se deve determinar, de forma segura, o arquivamento do processo. 6. Designação de outro membro do *Parquet* Federal para prosseguir na persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
074.	Processo	:	1.00.000.006482/2011-17	Voto: 1924/2011	Origem: 71ª Zona Eleitoral/PB
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	INQUÉRITO POLICIAL. ART 28, CPP C/C ART. 62, IV, LC 75/93. CRIME PREVISTO NO ART. 299 DO CÓDIGO ELEITORAL. POSSÍVEL COMPRA DE VOTOS POR VEREADOR. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO INDEFERIDO PELO JUIZ. INDÍCIOS DE MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS. NECESSIDADE DE NOVAS DILIGÊNCIAS. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO *PARQUET* FEDERAL PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL. 1. Inquérito policial instaurado para apurar a prática do crime previsto no art. 299 do Código Eleitoral, tendo em vista a suposta prática de compra de votos por candidato à reeleição para o cargo de vereador. 2. O arquivamento no atual estágio da persecução criminal, apenas seria admitido se existente demonstração inequívoca, segura e convincente de causa excludente da ilicitude ou extintiva da punibilidade, sem a qual impõe-se a propositura de ação penal, reservando-se à instrução processual o debate mais aprofundado das questões pertinentes, sob o crivo do contraditório. 3. Presentes indícios de autoria e da materialidade, ainda que existam dúvidas, deve-se dar prosseguimento à persecução penal, considerando que, nesta fase pré-processual, há primazia o princípio *in dubio pro societate*. Precedentes. 4. Designação de outro membro do *Parquet* Eleitoral para prosseguir na persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
075.	Processo	:	1.00.000.005602/2011-69	Voto: 1925/2011	Origem: 3ª V F/Bauru/SP
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C O ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93. SUPOSTO CRIME DE ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO (ART. 171, § 3º, DO CP). ARQUIVAMENTO FUNDADO NA AUSÊNCIA DE DOLO E NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DISCORDÂNCIA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL. 1. Inquérito policial instaurado para apuração da prática, em tese, do delito previsto pelo art. 171, §3º, do Código Penal, ante a constatação de possível fraude no recebimento de benefícios previdenciários. 2. Promoção de arquivamento fundada na ausência de dolo e no princípio da insignificância. 3. Discordância do magistrado. Valor que ultrapassa R$ 2.000,00. 4. Não incidência do princípio da insignificância. Necessário esclarecimento dos fatos. 5. Designação de outro membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
076.	Processo	:	1.00.000.004205/2011-70	Voto: 1926/2011	Origem: PR/MG
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	INQUÉRITO POLICIAL. FURTO QUALIFICADO. TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA FRAUDULENTA DE VALORES DEPOSITADOS EM CONTAS BANCÁRIAS DA CEF. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. NÃO HOMOLOGAÇÃO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. 1. Inquérito Policial instaurado para apurar eventual crime de furto qualificado (art. 155, § 4º, do CP) consistente na transferência fraudulenta de valores de contas bancárias mantidas na Caixa Econômica Federal. 2. Declínio de atribuições em favor do Ministério Público Estadual. 3. A competência é da Justiça Federal quando a conta lesada é mantida na Caixa Econômica Federal. Isso porque, ainda que a subtração tenha sido efetuada na conta corrente de particular, é certo que o crime atinge diretamente bens e interesses da Caixa Econômica Federal, pois o bem subtraído estava na posse da empresa pública federal, que, certamente, terá que ressarcir aos correntista os prejuízos sofridos e, ainda, teve sua credibilidade abalada. 4. Não homologação do declínio e designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
077.	Processo	:	1.22.001.000330/2008-38	Voto: 1927/2011	Origem: 3ª V F Juiz de Fora/MG
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	INQUÉRITO POLICIAL. CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL. 1. Inquérito Policial instaurado para apurar suposta prática do crime de peculato (art. 312, *caput*, CP) perpetrado contra a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT. Valor apropriado/desviado de R$ 409,42. 2. A rquivamento proposto com fundamento no princípio da insignificância e no princípio da intervenção mínima do Direito Penal. Discordância da magistrada. 3. O arquivamento no atual estágio da persecução criminal, apenas seria admitido se existente demonstração inequívoca, segura e convincente de causa excludente da ilicitude ou extintiva da punibilidade, sem a qual impõe-se a propositura de ação penal, reservando-se à instrução processual o debate mais aprofundado das questões pertinentes, sob o crivo do contraditório. 4. Presentes indícios de autoria e da materialidade, ainda que existam dúvidas, deve-se dar prosseguimento à persecução penal, considerando que, nesta fase pré-processual, há primazia o princípio *in dubio pro societate*. 5. T ratando-se de crime contra a Administração Pública, não se afigura viável a aplicação do princípio da insignificância, pois o bem jurídico tutelado é a incolumidade da administração, afetando toda a sociedade, sendo o valor patrimonial do bem apenas aspecto secundário. Precedentes do STJ. 6. Designação de outro membro do *Parquet* Federal para prosseguir na persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
078.	Processo	:	1.28.200.000065/2007-47	Voto: 1928/2011	Origem: PRM/Caicó/RN
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. POSSÍVEL DESVIO DE RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS. CRIME PREVISTO NO ARTIGO 1º, I E II, DO DECRETO-LEI Nº 201/67. NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS. ARQUIVAMENTO PREMATURO. 1. Inquérito civil público instaurado para apurar possíveis irregularidades na execução de convênio firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e município. Conduta capaz de caracterizar o crime previsto no art. 1º, incisos I e II, do Decreto-lei nº 201/67. 2. Necessidade de diligências. Arquivamento prematuro. 3. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução penal, com urgência, em face da inexorável marcha da prescrição.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
079.	Processo	:	1.00.000.005641/2011-66	Voto: 1929/2011	Origem: V F - Itabuna/BA
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	INQUÉRITO POLICIAL. POSSÍVEIS CRIMES DE QUADRILHA OU BANDO (ART. 288, CP) E CÁRCERE PRIVADO (ART. 148,CP). MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NA ATIPICIDADE DA CONDUTA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (ART 28, CPP C/C ART. 62, IV, LC 75/93). INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO. 1. Inquérito Policial. Possíveis crimes de quadrilha ou bando (art. 288, CP) e cárcere privado (art. 148,CP), em tese cometidos por um grupo de indígenas Tupinambás da Serra do Padeiro. 2. A única possibilidade de se imputar o crime de quadrilha ou bando a índios seria a hipótese de se associarem para prática de crimes que não estivessem no âmbito de sua organização, luta por seu território, o que não ocorre no presente caso. Ao contrário, a principal reivindicação dos Tupinambás é pelo reconhecimento do direito ao uso exclusivo da terra indígena, que está ocupada por terceiros e é objeto de intensos conflitos. 3. Crime de cárcere privado, na modalidade tentada. Narrativa dos fatos que denota a completa impossibilidade da caracterização do delito no caso dos autos. A suposta ordem do cacique não passou da esfera da cognição. Ainda que se admita que a conduta de bater na viatura com bordunas e lanças pudesse constituir início da execução da tentativa de cárcere privado, na hipótese, tenho que a narrativa demonstra a absoluta impropriedade dos meios, de modo a caracterizar o denominado crime impossível. 4. Insistência no arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
080.	Processo	:	1.00.000.006049/2011-81	Voto: 1930/2011	Origem: 6ª V F - Santos/SP
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. ILÍCITO PENAL. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI 9.472/97. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. INOCORRÊNCIA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO CRIMINAL. 1. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183, da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF. 2. Considerando que a pena máxima cominada ao crime previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/97 é de 4 (quatro) anos e que o prazo prescricional é de 8 anos, nos termos do art. 109, IV, do CP, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva. 3. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar seqüência à persecução criminal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
081.	Processo	:	1.00.000.006407/2011-56	Voto: 1931/2011	Origem: 3ª VF/JEF - Curitiba/PR
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART 28, CPP C/C ART. 62, IV, LC 75/93. OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE FRAUDE EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CRIME DO ART. 19 DA LEI 7.492/86. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO INDEFERIDO PELO JUIZ. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Inquérito policial para apurar a possível prática do delito tipificado no art. 19 da Lei nº 7.492/86, uma vez que o investigado teria utilizado documentos falsos para obtenção de financiamento junto a instituição financeira.
2. Pedido de arquivamento, invocando o princípio da insignificância. Discordância pelo Juiz Federal uma ante a inaplicabilidade do aludido princípio ao caso.
3. No caso, não se mostra razoável a aplicação do princípio da bagatela dada a relevância do bem jurídico protegido que são os interesses patrimoniais das instituições financeiras bem como investidores e acionistas e a credibilidade do Sistema Financeiro Nacional .
4. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para o prosseguimento da persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

082. Processo : 1.22.000.001847/2007-73 Voto: 1932/2011 Origem: V F - Divinópolis/MG
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DO DELITO DE FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299 DO CP). EMISSÃO DE FALSOS RECIBOS PARA A REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO PARA PAGAMENTO DO IMPOSTO DE RENDA E USO POSTERIOR. CRIME QUE NÃO É ABSORVIDO PELA SONEGAÇÃO FISCAL. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Não sendo os mesmos os autores da falsificação dos recibos e da sonegação fiscal, propiciada por meio da utilização dos falsos recibos, não se cogita de absorção da falsidade pela sonegação. Precedente do STJ.
2. O posterior uso do documento falso pelo contribuinte deve ser considerado delito autônomo e não um mero exaurimento do crime, sobretudo quando essa etapa subsequente, ao ofender bem jurídico diverso, qual seja, a fé pública, representa um incremento à atividade delituosa originariamente posta à execução pelo agente do crime tributário.
3. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

083. Processo : 1.00.000.006301/2011-52 Voto: 1933/2011 Origem: 1ª Zona Eleitoral/RJ
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : AÇÃO PENAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. CRIME ELEITORAL (ART. 299 DA LEI Nº 4.737/65). SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. RECUSA MINISTERIAL. IMPOSSIBILIDADE DE OFERECIMENTO DO BENEFÍCIO PELO MEMBRO DO MPF. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DE REQUISITOS SUBJETIVOS PREVISTOS NO *CAPUT* DO ART. 89 DA LEI N. 9.099/95.
1. A concessão da suspensão condicional do processo está condicionada ao preenchimento pelo acusado dos requisitos dos arts. 89 da Lei nº 9.099/95 e 77 do Código Penal.
3. Admite-se o oferecimento da proposta em momento posterior ao do oferecimento da denúncia. Nesse caso, a verificação sobre o preenchimento dos requisitos legais para fazer jus à suspensão condicional do processo há de ser feita com base nos elementos colhidos
até o momento, inclusive depoimentos de testemunhas.
3. A apreciação negativa da conduta social e da personalidade do agente impedem o oferecimento da benesse pelo Ministério Público.
4. Insistência na negativa da proposta de suspensão condicional do processo, com o retorno dos autos à origem para prosseguimento do feito.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

084. Processo : 1.00.000.005488/2011-77 Voto: 1934/2011 Origem: 9ª V F / MG
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART 28, CPP C/C ART. 62, IV, LC 75/93. CRIME PREVISTO NO ART. 304 C/C ART. 297 DO CP. USO DE PASSAPORTE FALSO EM AEROPORTO INTERNACIONAL. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO INDEFERIDO PELO JUIZ. INDÍCIOS SUFICIENTES DA MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO PARQUET FEDERAL PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Inquérito Policial instaurado para apurar a prática do crime previsto no art. 304 c/c art. 297 do Código Penal em razão do uso de passaporte falso em aeroporto internacional.
2. Arquivamento sob o argumento de que não restou comprovado o uso efetivo do documento apreendido, o que impede a configuração do crime de uso de documento falso.
3. Discordância. Há fortes indícios de que o réu cometeu o crime do art. 304 do CP, pois, consciente da falsidade do passaporte, apresentou-o à imigração.
4. O delito tipificado no art. 304 é formal e sua consumação prescinde da efetiva lesão à fé pública, assim, a configuração do delito se dá com a simples utilização do documento falsificado. É o caso dos autos.
5. Designação de outro membro do *Parquet* Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

085. Processo : 1.11.000.000969/2010-21 Voto: 1935/2011 Origem: PR/AL
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Inquérito policial. Eventual prática de crime ambiental. Art. 54, §2º, III e V, da Lei 9605/98. Bombeamento irregular de matéria fecal da estação de tratamento de esgoto para área a céu aberto em local onde se localizam várias nascentes d'água. Conduta perpetrada, em tese, por representante de autarquia municipal responsável pelos serviços de abastecimento de água e recolhimento do esgoto do município. Área afetada não pertencente à União. Localidade distante do mar territorial da União. Inexistência de rios federais e Unidades de Conservação Federais nas proximidades do território do município afetado. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

086. Processo : 1.30.009.000043/2011-81 Voto: 1936/2011 Origem: PRM/SÃO P DA ALDEIA/RJ
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peças de informação. Eventual prática de crime ambiental. Art. 34, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 9.605/98. Comércio irregular de camarão verdadeiro em desconformidade com a legislação ambiental. Inexistência de "Declaração de Estoque" expedida pelo IBAMA. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

087. Processo : 1.23.000.000894/2011-49 Voto: 1937/2011 Origem: PR/PA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peças de informação. Possível crime ambiental (art. 69-A da Lei n° 9.605/98). Prestação de informações falsas ao Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais - SISFLORA, operacionalizado por órgão estadual. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

088. Processo : 1.22.000.001295/2011-80 Voto: 1938/2011 Origem: PR/MG
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peças de informação. Possível apologia ao uso de droga ilícita. Art. 287 do CP. Conduta praticada via *Internet* na rede social do *Twitter*. *"Para que seja fixada a competência federal, como recentemente decidiu o Superior Tribunal de Justiça em crime contra a honra de 'criança', é necessária a previsão de sua persecução em tratado ou convenção, como especificamente existe em relação à proteção da infância, o que não corresponde ao presente caso"*. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

089. Processo : 1.00.000.006430/2011-41 Voto: 1939/2011 Origem: PR/PA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Inquérito Policial. Possível utilização, no exercício de atividade comercial, de arma de fogo sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar (art. 171 da Lei nº 10.826/2003). O Estatuto do Desarmamento não modificou a competência para o processo e julgamento dos crimes de porte ilegal de arma de fogo, que continua sendo da Justiça Estadual (STJ, CC 45483/RJ, DJ 09.06.2008). Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

090. Processo : 1.34.001.002294/2011-21 Voto: 1940/2011 Origem: PR/SP
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peças informativas. Possível delito tipificado no art. 171 do CP. Compra efetuada por meio da internet. Não recebimento do produto. Empresa sediada no Estado de São Paulo. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

091. Processo : 1.00.000.[illegible]/2011-89 Origem: PR/PA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Inquérito policial. Possível tráfico ilícito de entorpecentes. Ausência de indícios de transnacionalidade da conduta. Art. 70 da Lei nº 11.343/2006. Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIO E ARQUIVAMENTO

092. Processo : 1.20.000.000802/2008-37 Voto: 1942/2011 Origem: PRM/SINOP/MT
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Possíveis crimes ambientais:
1) Extração de areia em floresta permanente sem autorização do órgão competente (art. 44 da Lei 9605/98). Crime ocorrido em 27/08/2002. Pena máxima em abstrato de 01(um) ano. Extinção da punibilidade (art. 107, IV, do CP). Prescrição da pretensão punitiva do Estado (art. 109, V, do CP). Arquivamento.
2) Desmate em floresta de preservação permanente sem autorização do órgão competente (art. 38 da Lei 9605/98). Ausência de lesão a bens, serviços ou interesses da União. Atribuição do Ministério Público Estadual. Declínio homologado.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS

093. Processo : 1.23.000.001918/2009-62 Voto: 1943/2011 Origem: PR/PA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de abuso de autoridade (art. 3º, b, da Lei nº 4.898/65) supostamente ocorrido por ocasião da lavratura de Auto de Infração e de apreensão de equipamentos em rádio comunitária clandestina, que funcionava na residência do noticiante. Fiscais da ANATEL que se encontravam acompanhados de policiais federais. Rotina que se faz necessária em função das dificuldades encontradas no cumprimento das fiscalizações. Ausência de elementos mínimos da atuação irregular dos agentes públicos justificadores do prosseguimento das investigações. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

094. Processo : 1.33.005.000118/2011-52 Voto: 1944/2011 Origem: PRM/JOINVILLE/SC
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peças de informação. Notícia-crime recebida por e-mail. Possíveis fraudes na exportação de nióbio. Ausência de fato específico justificador do prosseguimento das investigações, especialmente no âmbito da PRM. Arquivamento. Tendo em vista a relevância do tema e a informação de que a maior concentração do minério se dá em Catalão/GO, encaminhe-se cópia do feito à Procuradoria da República no Estado de Goiás para a adoção de eventuais medidas que entender cabíveis.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

095. Processo : 1.23.001.000078/2010-44 Voto: 1945/2011 Origem: PRM/MARABÁ/PA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	Ementa	:	Peças de informação. Relatório de Fiscalização do Grupo Especial de Fiscalização Móvel. Possíveis crimes de trabalho escravo (art. 149 do CP) ou de frustração de direito assegurado por lei trabalhista (art. 203 do CP). Encontrada irregularidade trabalhista e lavrado Auto de Infração. Firmado Termo de Compromisso e Ajuste de Conduta com o MPT. Adoção de medidas necessárias à regularização. Ausência de indícios de que os trabalhadores fossem submetidos a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, nem que laborassem em condições degradantes ou que tivessem sua locomoção restringida em razão de dívida com o empregador. Inexistência de fraude ou violência. Fatos atípicos na esfera penal. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
096.	Processo	:	1.00.000.016168/2010-61	Voto: 1946/2011	Origem: PRM/MARABÁ/PA
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peças de informação. Relatório de Fiscalização do Grupo Especial de Fiscalização Móvel. Possíveis crimes de trabalho escravo (art. 149 do CP) ou de frustração de direito assegurado por lei trabalhista (art. 203 do CP). Encontradas irregularidades trabalhistas e lavrados Autos de Infração. Firmado Termo de Compromisso e Ajuste de Conduta com o MPT. Adoção de medidas necessárias à regularização. Ausência de indícios de que os trabalhadores fossem submetidos a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, nem que laborassem em condições degradantes ou que tivessem sua locomoção restringida em razão de dívida com o empregador. Inexistência de fraude ou violência. Fatos atípicos na esfera penal. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
097.	Processo	:	1.22.005.000144/2010-83	Voto: 1947/2011	Origem: PRM/MONTES CLAROS/MG
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peças informativas criminais. Possível exploração não autorizada do espectro de radiofrequência. Fiscalização da ANATEL que resultou na interrupção do serviço clandestino e na comunicação dos fatos à à Polícia Federal para as devidas providências. Aplicação do princípio do *"ne bis in idem"*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
098.	Processo	:	1.20.000.000935/2005-61	Voto: 1948/2011	Origem: PRM/SINOP/MT
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo criminal instaurado a partir de representação formulada por e-mail noticiando suposta exploração do serviço de radiodifusão em frequência modulada (FM) sem autorização do poder concedente. Diligências pelo MPF. Ofício à ANATEL solicitando informações sobre eventual fiscalização realizada em face da investigada. Existência de duas denúncias de exploração ilegal de Serviço de Radiodifusão em Frequência Modulada (FM) contra a investigada. Fiscalização. Estação interrompida. Equipamentos lacrados. Representação criminal junto à Polícia Federal. Aplicação do princípio do *"ne bis in idem"*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
099.	Processo	:	1.29.011.000305/2010-07	Voto: 1949/2011	Origem: PRM/ URUGUAIANA/RS
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo criminal. Suposto crime ambiental. Art. 48 da Lei nº 9.605/98. Impedir regeneração da vegetação natural em Área de Preservação Permanente, às margens do Rio Uruguai. Existência de inquérito policial que apura os mesmos fatos. Aplicação do princípio do *"ne bis in idem"*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
100.	Processo	:	1.25.002.002409/2010-04	Voto: 1950/2011	Origem: PR/PR
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peça informativa criminal instaurada a partir de ofício encaminhado pela Penitenciária Federal de Catanduvas. Notícia da instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar. Suposto crime de calúnia (art. 138, CP) com causa especial de aumento de pena (art. 141, II, CP). Detento que fez afirmações falsas em sua defesa, quando estava sendo acusado da prática de transgressão disciplinar. O *animus defendendi* nos delitos contra a honra tem o condão de afastar a tipicidade da conduta, pois evidencia o dolo do agente, que em verdade não pretendia ofender, mas defender-se de acusações. Precedentes do STJ. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
101.	Processo	:	1.14.000.002028/2009-87	Voto: 1951/2011	Origem: PR/BA
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Representação criminal. Supostos delitos contra a saúde pública e contrabando. Comercialização do medicamento "Cytotec" em farmácia. Inspeção realizada pela equipe de vigilância sanitária. Não encontrado o produto Cytotec no estabelecimento. Ausência de materialidade delitiva. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
102.	Processo	:	1.14.004.000416/2009-93	Voto: 1952/2011	Origem: PR/BA
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo instaurado com o objetivo de solicitar providências para o controle da atividade policial no que diz respeito ao transporte de réus presos para audiências na Justiça Federal, no Estado da Bahia. Possíveis problemas estruturais da polícia militar, que não dispunha de veículo para a condução do detento. Remessa de cópia dos autos ao Grupo de Controle Externo da Polícia Militar da Bahia vinculado ao Ministério Público do Estado da Bahia. Ausência de fato típico justificador do prosseguimento deste feito. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
103.	Processo	:	1.14.004.000096/2007-18	Voto: 1953/2011	Origem: PRM/FEIRA DE SANTANA/BA
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento Investigatório Criminal. Convênio. Repasse de verbas públicas federais à municipalidade. Ex-prefeito. Crime de responsabilidade. Possível desvio de verbas e irregularidades em licitação. Delitos previstos no artigo 1º, inciso III, do DL nº 201/67 e no art. 90 da Lei nº 8.666/93. Fatos ocorridos no ano de 1996. Extinção da punibilidade (art. 107, IV, CP). Prescrição (art. 109, IV, CP). Ausência de indícios de apropriação ou utilização de recursos em proveito próprio ou alheio, capazes de caracterizar os crimes definidos nos incisos I e II do DL nº 201/67. Arquivamento no âmbito criminal. Possível ato de improbidade. Remessa à 5ª CCR/MPF.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
104.	Processo	:	1.04.000.000449/2006-77	Voto: 1954/2011	Origem: PRM/PASSO FUNDO/RS
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento de Acompanhamento de Convênio. Recursos públicos federais repassados em razão de convênio firmado entre o Fundo Nacional de Assistência Social/MDS e Município. Não-constatação de irregularidades. Execução do objeto do convênio e alcance do objetivo proposto. Prestação de contas aprovadas. Ausência de indícios de crime. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
105.	Processo	:	1.22.007.000205/2007-97	Voto: 1955/2011	Origem: PR/MG
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peça informativa. Possível crime ambiental. Extração irregular de substância mineral sem autorização do órgão competente. Realização de vistoria pelo DNPM. Não evidenciada a extração de areia/cascalho pela investigada. Ausência de provas concernentes à materialidade e autoria delitiva. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
106.	Processo	:	1.33.002.000104/2011-69	Voto: 1956/2011	Origem: PRM/CHAPECÓ/SC
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possível crime de desobediência. Art. 330 do CP. Descumprimento de ordem judicial por Supervisor do Ciretran. Determinação de baixa em restrição de veículo. Consulta consolidada à fl. 20 não aponta restrição à venda no prontuário do automóvel. Inexistência de conduta típica. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
107.	Processo	:	1.33.002.000099/2011-94	Voto: 1957/2011	Origem: PRM/CHAPECÓ/SC
108.	Processo		1.15.002.000106/2011-76	Voto: 1958/2011	Origem: PRM/JUAZEIRO NORTE/CE
109.	Processo	:	1.23.000.000355/2011-18	Voto: 1959/2011	Origem: PR/PA
110.	Processo	:	1.25.003.006714/2010-57	Voto: 1960/2011	Origem: PRM/CASCAVEL/PR
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Representação Fiscal para fins penais. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
111.	Processo	:	1.33.001.000073/2011-56	Voto: 1961/2011	Origem: PRM/BLUMENAU/SC
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento Investigatório Criminal. Possível crime de desobediência (art. 330 do CP). Suposto descumprimento de ordem judicial. Depositário judicial que não entregou os bens penhorados. Circunstâncias em que houve o descumprimento da ordem judicial que afastam o dolo do investigado. Impossibilidade material de cumprimento. Possível crime de exercício arbitrário das próprias razões (art. 345, CP) cometido por terceiro. Fato que será apurado em procedimento autônomo. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
112.	Processo	:	1.33.000.004390/2010-71	Voto: 1962/2011	Origem: PR/SC
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Representação noticiando possível prática de estelionato eletrônico mediante utilização de "hacker" para obtenção de dados financeiros do representante e seus familiares. Ausência de quaisquer elementos concretos que possibilitem a instauração de investigação criminal. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
113.	Processo	:	1.25.002.000414/2011-55	Voto: 1963/2011	Origem: PRM/CASCAVEL/PR
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peça informativa criminal. Suposto crime de falso testemunho (art. 342 do CP), em tese, cometido perante a Vara do Juizado Especial Previdenciário. Concessão de benefício previdenciário de pensão por morte. Divergência quanto à data em que a testemunha conheceu o *de cujus* e o local de seu último emprego. Trata-se de pessoa humilde que trabalha na agricultura. Denota-se que houve confusão por parte do depoente em relação aos fatos proveniente do nervosismo no momento das declarações. Atipicidade. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
114.	Processo	:	1.25.002.002385/2010-85	Voto: 1964/2011	Origem: PR/PR
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peça informativa criminal instaurada a partir de ofício encaminhado pela Penitenciária Federal de Catanduvas. Notícia da instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar. Supostas faltas disciplinares de natureza média e grave imputadas a interno (arts. 44, VIII e 45,I, do Anexo do Decreto nº 6.049/2007). Detento que exigiu remédio para insônia de forma impaciente e agressiva, provocando alvoroço e desordem na galeria, bem como não fez a barba, o que tumultuou e retardou o fornecimento do jantar. Condutas que não se amoldam a qualquer tipo previsto no Código Penal ou na Lei nº 8.429/92. Ausência de elementos justificadores do prosseguimento das investigações no âmbito do Ministério Público Federal. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
115.	Processo	:	1.33.000.001590/2008-57	Voto: 1965/2011	Origem: PR/SC
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Representação anônima. Jornal noticiando irregularidades em município. Notícia que se limita à intimação do Secretário para esclarecimentos perante o Legislativo Municipal. Possível compra de veículos e reforma de apartamento de vereador com recursos da municipalidade. Intimação que se refere a ato do controle pelo Legislativo. A simples notícia de início de apuração parlamentar de irregularidades não justifica o início de apuração criminal sobre os fatos ocorridos. Ausência de elementos concretos que possibilitem a instauração de investigação criminal. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
116.	Processo	:	1.33.000.002029/2007-12	Voto: 1966/2011	Origem: PR/SC
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possíveis irregularidades no Programa Luz para Todos denunciadas por funcionário que foi demitido. Denúncia que se refere genericamente a execução de obras em áreas sem moradia com o intuito de valorização de terras, cobrança do padrão de entrada pago pelo consumidor (gratuito pelo programa), eletrificação de áreas de empresas papeleiras, exportadoras de madeira, fazendas, casas de campo de políticos, sítios abandonados, dentre outras, e abrangência da gestão de praticamente todo o programa. Inquérito policial não se confunde com auditoria. Determinação de instauração de ICP, em outros autos. Ausência de elementos justificadores do prosseguimento da persecução penal. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
117.	Processo	:	1.14.004.000098/2009-61	Voto: 1967/2011	Origem: PRR 1ª Região
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ementa : Procedimento administrativo. Possível prática de lavagem de dinheiro e sonegação de tributos, mediante utilização de "laranjas". Autoria atribuída, em tese, a prefeito municipal que seria proprietário de diversas empresas. Diligências empreendidas pelo MPF. Instado a manifestar-se, o investigado negou todas as acusações, esclareceu os fatos, e informou que o representante responde a vários processos cíveis e criminais inclusive extorsão e estelionato. Juntadas aos autos as declarações do imposto de renda e certidões negativas de débitos ficais. Oficiado por duas vezes a trazer aos autos informações mais específicas acerca das imputações feitas, o representante não se manifestou. Tudo o que se trouxe aos autos são fotos de fachadas de empresas e comprovantes de situação cadastral de pessoas jurídicas em que constam seus sócios. Elementos absolutamente insuficientes para que se forme qualquer convencimento acerca da procedência das acusações feitas pelo requerente. O fato de o Prefeito Municipal ser dono de sociedades empresárias não constitui qualquer ato ilícito, principalmente quando a situação fiscal delas junto à Receita Federal do Brasil encontra-se regularidade. As denúncias foram apresentadas em 03/2009 e o representado assumiu o cargo de Prefeito apenas em 01/2011. Ausência de elementos justificadores do prosseguimento da persecução penal. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

118. Processo : 1.20.000.000084/2009-80 Voto: 1968/2011 Origem: PR/MT

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento administrativo. Possível irregularidade na emissão de licença ambiental emitida por Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Remessa de cópia ao Ministério Público Estadual já efetuada. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

119. Processo : 1.30.017.000497/2010-72 Voto: 1969/2011 Origem: PRM/SÃO JOÃO MERITI/RJ

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peças de informação. Litigância de má-fé. Propositura Ação Ordinária de Revisão de Benefício Previdenciário em 15/05/2008 julgada improcedente. Repetição da mesma ação em 17/06/2009 e 01/06/2010, todas extintas sem resolução do mérito em razão da coisa julgada. Condenação do autor a multa por litigância de má-fé. Não caracterizado o crime de estelionato tipificado no art. 171 do CP. Atipicidade. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

120. Processo : 1.33.005.000167/2011-95 Voto: 1970/2011 Origem: PRM/JOINVILLE/SC

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Suposto crime de moeda falsa (colocar em circulação). Art. 289, § 1º, do Código Penal. Ausência de indícios de provas que possam levar a autoria do crime. Inexistência de diligências capazes de modificar o panorama probatório atual. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

121. Processo : 1.29.016.000045/2011-01 Voto: 1971/2011 Origem: PRM/CRUZ ALTA/RS

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Representação Criminal. Suposto crime de moeda falsa (colocar em circulação). Art. 289, § 1º, do Código Penal. Ausência de elementos suficientes da autoria delitiva. Inexistência de diligências capazes de modificar o panorama probatório atual. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

122. Processo : 1.14.009.000003/2009-69 Voto: 1972/2011 Origem: PR/BA

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento administrativo. Possível malversação de recursos oriundos do FUNDEF repassados à municipalidade. Ex-prefeito. Crime de responsabilidade. Fato ocorrido no ano de 1998. Crime definido no artigo 1º, inciso III, do DL nº 201/67. Extinção da punibilidade (art. 107, IV, CP). Prescrição (art. 109, II, CP). Ausência de indícios de apropriação ou utilização de recursos em proveito próprio ou alheio, capazes de caracterizar os crimes definidos nos incisos I e II do DL nº 201/67. Homologado o arquivamento pela 5ª CCR no âmbito de suas atribuições. Arquivamento criminal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

123. Processo : 1.22.006.000050/2011-85 Voto: 1973/2011 Origem: PRM/PATOS DE MINAS/MG

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peças informativas criminais. Denúncia apócrifa. Rádio comunitária estaria funcionando com fins comerciais, tendo em vista que os anúncios nela veiculados seriam pagos. A mera cobrança eventual de propaganda para subsidiar o trabalho de divulgação de informações da rádio comunitária não retira seu caráter comunitário. Atipicidade. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

124. Processo : 1.28.200.000044/2009-93 Voto: 1974/2011 Origem: PRM/CAICÓ/RN

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peças de informação. Relatório de fiscalização da Controladoria Geral da União. Indícios de irregularidades na concessão/manutenção de benefícios previdenciários. Divergência de dados. Documentos divergentes verificados e retificados bem como atualizadas as benesses. Informações prestadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social. Inexistência de irregularidades. Arquivamento no âmbito da 5ª Câmara. Arquivamento criminal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

125. Processo : 1.31.000.000167/2011-18 Voto: 1975/2011 Origem: PR/RO

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peças de informação. Relatório de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo. Ministério do Trabalho e Emprego. A conclusão do relatório é que não foram encontrados, na fazenda investigada, elementos caracterizadores da conduta de submeter os trabalhadores à condição análoga à de escravo, caput do art. 149 do CP. As irregularidades encontradas consistem em descumprimento da legislação trabalhista e normas de segurança e saúde do trabalho. Inexistência de crime. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

126. Processo : 1.29.008.000013/2011-04 Voto: 1976/2011 Origem: PR/RS

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento administrativo criminal. Possível negativa de informação, por parte do IBGE, solicitada por agente censitária, a respeito do número de inscrição da trabalhadora no Programa de Integração Social - PIS, para fins de acesso a benefício previdenciário. Oficiada pelo Ministério Público do Trabalho, a Autarquia Federal forneceu as informações cadastrais solicitadas (fl. 20). Inocorrência de crime. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

127. Processo : 1.35.000.000522/2007-15 Voto: 1977/2011 Origem: PR/SE

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Representação Fiscal para fins penais. Suposto crime de sonegação de contribuição previdenciária - art. 337-A do Código Penal. Pagamento integral do débito. Extinção da punibilidade (art. 9º, § 2º, da Lei nº 10.684/2003). Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

128. Processo : 1.35.000.001106/2009-04 Voto: 1978/2011 Origem: PR/SE

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Suposto crime de sonegação de contribuição previdenciária - art. 337-A do Código Penal. Pagamento integral do débito. Extinção da punibilidade (art. 69 da Lei nº 11.941/2009). Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

129. Processo : 1.16.000.000067/2011-90 Voto: 1979/2011 Origem: PR/DF

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peças de informação. Controle Externo da Atividade Policial. Regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal. Caso em que o ofício encaminhado pela Polícia Federal adstringe-se ao objeto do inquérito policial em questão. Ausência de irregularidade a ser corrigida ou sancionada. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

Relator: Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

PROCESSOS NÃO PADRÃO

130. Processo : 1.33.009.000053/2011-13 Voto:1822/2011 Origem: PRM/Caçador/SC

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. CONTRABANDO DE CIGARROS (ART. 334 DO CP). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. EFEITO NOCIVO À SAÚDE HUMANA. INOBSERVÂNCIA ÀS REGRAS DA LEI n.º 9.532/97. PERSECUÇÃO PENAL.
1. A natureza do produto (cigarros) impõe maior rigor na adoção do princípio da insignificância, em razão do efeito nocivo à saúde e, consequentemente, do rígido controle em sua comercialização no território nacional.
2. A comercialização de cigarros de origem estrangeira não pode ser considerada insignificante, uma vez que desrespeitadas as normas da Lei nº 9.532/97, que restringem, com rigor, o comércio em questão.
3. Pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguimento da persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

131. Processo : 1.25.003.014877/2010-11 Voto:1823/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Representação Fiscal para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido a flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira introduzidos ilegalmente em território nacional.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância aos delitos de descaminho em que os valores não ultrapassem o parâmetro estabelecido na Lei 10.522/02 (R$ 10.000,00), não se afigura possível, no caso, a sua incidência, devido à prática reiterada de crimes da mesma natureza.
3. Designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

132. Processo : 1.24.001.000126/2005-08 Voto:1824/2011 Origem: PRM/Campina Grande/PB

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. APURAÇÃO DA SUPOSTA PRÁTICA DO DELITO PREVISTO NO ART. 1º, INCISO III, DO DECRETO-LEI 201/67. APLICAÇÃO INDEVIDA DE RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS. EX-PREFEITO. CONVÊNIO FNDE. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO COM BASE NA PRESCRIÇÃO VIRTUAL. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. O membro do MPF manifestou-se pelo arquivamento do feito por falta de interesse de agir devido à prescrição da pretensão punitiva em perspectiva.
2. O arquivamento mostra-se inapropriado diante da impossibilidade jurídica de aplicação de prescrição antecipada, justificando-se o prosseguimento das investigações. Súmula 438 do STJ e Enunciado n.º 28 desta 2ª CCR: "Inadmissível o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição, considerando a pena em perspectiva, por ferir os primados constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e da presunção de inocência".
3. Pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

133. Processo : 1.00.000.007319/2011-71 Voto: 1847/2011 Origem: JF/PE

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : AÇÃO PENAL. DENÚNCIA OFERECIDA. DIVERGÊNCIA ENTRE MAGISTRADO E MPF QUANTO CAPITULAÇÃO JURÍDICA DOS FATOS E A POSSIBILIDADE DE OFERECIMENTO DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO E TRANSAÇÃO PENAL. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 28 DO CPP. IMPOSSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO DA REMESSA.
1. O Procurador da República oficiante ofereceu denúncia conferindo aos fatos a capitulação jurídica do crime previsto no art. 183 da Lei 9.472/97, pela exploração não autorizada do espectro de radiofreqüência.
2. A MM. Juíza Federal, divergindo do consignado na denúncia, conferiu nova capitulação jurídica aos fatos narrados, enquadrando-os no art. 70 da Lei nº 4.117/62, e, assim, seria possível o oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo ou transação
penal, nos termos dos arts. 89 e 76 da lei 9.099/95.
3. R emessa à 2ª CCR, nos termos do art. 28 do CPP, por analogia, c/c o art. 62, IV, da LC nº 75/93, a fim de que se manifeste quanto à formulação de proposta de suspensão condicional do processo ou transação penal.
4. O membro do MPF, quando oferece a denúncia, no gozo de sua prerrogativa da independência funcional, esgota a atividade do Ministério Público no que tange à propositura da ação penal, em observância ao princípio da obrigatoriedade da ação penal.
5. Ausente qualquer hipótese de arquivamento explícito ou implícito, à 2ª CCR/MPF, portanto, não é dado o poder de rever o conteúdo dessa manifestação e tampouco a incumbência de ser o revisor desse juízo de pertinência.
6. Não conhecimento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

134. Processo : 1.23.000.000957/2011-67 Voto:1825/2011 Origem: PR/PA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Possível crime ambiental (art. 69-A da Lei n° 9.605/98). Prestação de informações falsas ao Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais (SISFLORA), operacionalizado por órgão estadual. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

135. Processo : 1.30.020.000092/2011-66 Voto:1826/2011 Origem: PRM/São Gonçalo/RJ
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Possível crime ambiental. Art. 56 da Lei nº 9.605/98. Transportar carga perigosa sem licença válida outorgada pelo órgão competente. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

136. Processo : 1.22.009.000158/2011-48 Voto:1827/2011 Origem: PRM/Gov. Valadares/MG
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peça informativa criminal. Suposto crime de estelionato (art. 171 do CP) consistente na clonagem de aparelho celular. Linha pertencente a outro usuário. Não participação de servidor público federal no exercício da função. Prejuízo suportado exclusivamente por particular. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

137. Processo : 1.00.000.007211/2011-89 Voto:1828/2011 Origem: PRM/Montes Claros/MG
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Inquérito policial. Apuração de suposta cobrança indevida por Sindicato de Trabalhadores Rurais contra uma de suas associadas, para fins de emissão de declaração de atividade rural. Não participação de servidor público federal. Relação estabelecida exclusivamente entre particulares. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

138. Processo : 1.00.000.007325/2011-29 Voto:1829/2011 Origem: PR/AC
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Inquérito policial. Possível prática de crime de falsidade ideológica (art. 312 do Código Penal Militar). Notícia de que Tenente-Coronel do Exército Brasileiro teria inserido declaração falsa em requerimentos apresentados no referido órgão militar, com objetivo de receber indenizações referentes a transferências por necessidade do serviço. Competência da Justiça Militar da União, nos termos do art. 124 da CF/88. Atribuição do Ministério Público Militar. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

139. Processo : 1.00.000.007337/2011-53 Voto:1830/2011 Origem: PRM/Santarém/PA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Inquérito policial. Possível crime de pedofilia (art. 241-B do ECA). Armazenamento de material em computador contendo imagens de pornografia infantil. Ausência de indícios de transnacionalidade da conduta. Competência da Justiça Estadual. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

140. Processo : 1.00.000.007209/2011-18 Voto:1831/2011 Origem: PRM/Altamira/PA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Inquérito policial. Possível crime de dano qualificado (art. 163, parágrafo único, III, do CP). Atentado a fogo contra prédio de Sociedade de Economia Mista. Súmula 42/STJ: "Compete a Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte Sociedade de Economia Mista e os crimes praticados em seu detrimento". Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

141. Processo : 1.00.000.007332/2011-21 Voto: 1848/2011 Origem: PR/BA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Inquérito Policial. Crime de estelionato praticado em detrimento de particular. Competência da Justiça Estadual. Súmula 107 do STJ.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS

142. Processo : 1.26.001.000089/2011-01 Voto:1832/2011 Origem: PRM/Petrolina/PE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Suposto crime de estelionato previdenciário (art. 171, § 3º, do Código Penal). Movimentação de conta bancária, após o óbito, de pensionista da Previdência Social. Diligências. Informações contidas nos autos revelam que os valores sacados se referiam a competência anterior ao falecimento. Ausência de crime. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

143. Processo : 1.33.000.004384/2010-13 Voto:1833/2011 Origem: PR/SC
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Possível prática do crime de furto (art. 155 do Código Penal). Suposto desaparecimento de um aparelho CPU do patrimônio dos Correios. Diligências. Ausência de indícios da materialidade delitiva e da autoria a ensejar medidas na seara judicial. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

144. Processo : 1.26.005.000093/2011-21 Voto:1834/2011 Origem: PRM/Garanhuns/PE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Possível prática de crime de estelionato previdenciário (art. 171, § 3º, do Código Penal). Suposto recebimento indevido de benefício após o falecimento de seu titular. Informações contidas nos autos revelam que já houve instauração de inquérito policial (IPL n° 076/2007) referente aos mesmos fatos ora tratados, tendo sido arquivado judicialmente face a ausência de indícios de autoria. Princípio do *ne bis in idem.* Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

145. Processo : 1.11.000.001307/2008-54 Voto:1835/2011 Origem: PRE/AL
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças informativas criminais. Apuração de possível crime eleitoral. Suposta corrupção em eleição municipal realizada em 2008. Diligências. Informações contidas nos autos revelam que já houve instauração de inquérito policial (IPL n° 0326/2009-4-SR/DPF/AL) para apurar os mesmos fatos ora tratados. Princípio do *ne bis in idem.* Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

146. Processo : 1.11.000.001548/2008-01 Voto:1836/2011 Origem: PRE/AL
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças informativas criminais. Notícia crime anônima. Representação informando diversas irregularidades atribuídas à Prefeito Municipal. Diligências. Denúncia vaga e imprecisa. Ausência de suporte probatório mínimo. Não constatação de elementos de informação necessários à deflagração de persecução penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

147. Processo : 1.14.000.000463/2011-91 Voto:1837/2011 Origem: PR/BA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Suposto crime de desobediência (art. 330 do CP). Descumprimento de ordem judicial. Gerente de instituição financeira privada. Não caracterização de conduta criminosa. Esclarecimentos. Informações contidas nos autos revelam que o destinatário da ordem emanada da autoridade judiciária não teve conhecimento direto e imediato do ato em questão. Ausência de elementos ensejadores da persecução penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

148. Processo : 1.14.000.000978/2011-91 Voto:1838/2011 Origem: PR/BA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Suposta prática do crime de desobediência (art. 330 do CP), por descumprimento de ordem judicial. Intimação realizada por ofício dirigido à presidente de autarquia federal, sem qualquer referência a um destinatário específico qualificado. Ausência de ciência inequívoca da ordem judicial por quem tinha o dever de cumpri-la, essencial para a configuração do delito. Atipicidade da conduta. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

149. Processo : 1.25.002.001556/2010-59 Voto:1839/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peça informativa criminal. Suposto crime de falso testemunho em ação ordinária previdenciária com pedido de salário-maternidade, julgada pelo Juizado Especial Federal Previdenciário da Subseção de Cascavel/PR (art. 342 do Código Penal). Não caracterização. Diligências. Informações contidas nos autos revelam que a conduta da acusada consistiu em meras contradições pontuais em seu depoimento. Divergências não tiveram potencialidade para influir no deslinde do feito. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

150. Processo : 1.25.006.000932/2010-58 Voto:1840/2011 Origem: PRM/Maringá/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Supostas irregularidades verificadas em Delegacia da Receita Federal. Diversas mercadorias apreendidas estavam sendo destruídas sem a realização do regular exame pericial. Expedição de Recomendação à referida autoridade para que se abstenha de praticar os atos considerados irregulares, que foi plenamente acatada. Diligências devidamente empreendidas pelo MPF. Esgotamento do objeto do Procedimento. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

151. Processo : 1.15.000.000843/2010-16 Voto:1841/2011 Origem: PR/CE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime de sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A do Código Penal). Diligências. Pagamento integral do débito. Extinção da punibilidade (art. 9º, §2º, da Lei nº 10.684/2003). Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

152. Processo : 1.33.016.000038/2009-53 Voto:1842/2011 Origem: PRM/Blumenau/SC
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Suposto crime sonegação de contribuições previdenciárias (art. 337-A do Código Penal). Contratação de professores por obra certa, com intuito de elidir tributos. Diligências. Informações contidas nos autos revelam que na demanda em que se reconheceu o vínculo laboral houve a quitação integral do débito. Extinção da punibilidade (art. 9º, §2º, da Lei nº 10.684/2003). Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

153. Processo : 1.14.002.000009/2011-11 Voto: 1843/2011 Origem: PRM/Campo Formoso/BA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Apuração de suposta cobrança indevida de valores por parte de perito nomeado pelo Juízo para atuar nos autos de ação previdenciária. Esclarecimentos. Informações contidas nos autos revelam que a realização da perícia seria em outro estado. Custos elevados, em razão do deslocamento. Não se vislumbra conduta típica a ser punida na seara criminal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

154.	Processo	:	1.23.002.000033/2008-45	Voto:1844/2011	Origem: PRM/Santarém/PA
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Peças de informação. Suposta prática do crime previsto no art. 330 do CP. Não realização de perícia em área de conflito agrário determinada nos autos de ação judicial. Fato ocorrido em setembro de 2006. Considerando que a pena máxima em abstrato para o crime de desobediência é de 06 (seis) meses, com prescrição de 02 (dois) anos, verifica-se a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva (art. 109, inciso VI, do Código Penal). Extinção da punibilidade. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
155.	Processo	:	1.23.000.002917/2007-73	Voto:1845/2011	Origem: PR/PA
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Procedimento investigatório criminal. Apuração de supostas irregularidades na aplicação de recursos federais provenientes do Programa do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM). Configuração das possíveis condutas previstas nos artigos 20 da Lei nº 7.492/86 e 2º, IV, da Lei nº 8.137/90, além da prevista no artigo 171, § 3º, do CP. Fatos ocorridos no ano de 1993. Ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal (art. 109, III, V, do CP). Extinção da punibilidade. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
156.	Processo	:	1.17.000.000375/2011-88	Voto: 1849/2011	Origem: PR/ES
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Procedimento administrativo criminal. Suposto crime de prevaricação (art. 319 do CP). Apuração de eventual conduta delituosa por parte de Delegado de Polícia Federal na lavratura de auto de prisão em flagrante. Inexistência de elementos mínimos que conduzam à conclusão de que a autoridade policial deixou de praticar indevidamente ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Ausência de justa causa. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
157.	Processo	:	1.04.004.000527/2010-80	Voto: 1850/2011	Origem: PRR 4ª Região
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Convênio firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Município. Diligência. Prestação de contas final do convênio até o momento não analisadas. Farta documentação recebida do Município demonstrando a regularidade da aplicação das verbas recebidas do órgão concedente, bem como a conclusão de seu objeto. Ausência de elementos que justifiquem o prosseguimento da persecução penal. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
158.	Processo	:	1.28.200.000139/2010-41	Voto: 1851/2011	Origem: PRM/Caicó/RN
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Apuração de eventuais irregularidades em procedimento licitatório e execução de Contrato de Repasse, celebrado entre o Ministério dos Esportes e Prefeitura Municipal. Diligências. Contas aprovadas. Ausência de indícios de ilícito penal a ser apurado. Arquivamento. Remessa dos autos à 5ª CCR.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		

CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

159.	Processo	:	1.26.000.000238/2010-53	Voto:1846/2011	Origem: PR/PE
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Peças de Informação. Controle Externo da Atividade Policial. Possível incúria das autoridades policiais responsáveis pela condução do Termo Circunstanciado de Ocorrência nº 044/2007-SR/DPF/PE. Sucessivas solicitações de dilação de prazo sem conclusão das investigações, o que teria ocasionado a prescrição do crime investigado. Inexistência de infração penal. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		

Confirmada a próxima Sessão de Revisão para o dia 13/06/2011, às 12 horas.

Brasília-DF, 6 de junho de 2011.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

Subprocuradora-Geral da República - Coordenadora da 2ª Câmara

ELIZETA MARIA DE PAIVA RAMOS

Subprocuradora-Geral da República - Titular

MÔNICA NICIDA GARCIA

Procuradora Regional da República - Suplente

ALEXANDRE ESPINOSA BRAVO BARBOSA

Procurador Regional da República - Suplente

3ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 5, DE 24 DE AGOSTO DE 2010

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio de sua agente signatária, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 127, caput, e art. 129, II, III e IX, da Constituição Federal), legais (art. 1º e 2º; art. 5º, I, II, "d", III, "e", e V, "a"; art. 6º, VII, "a" e "d", e XIV, "c"; art. 7º, I; art. 11 a 16; art. 38, I; e art. 41, todos da Lei Complementar nº 75/1993) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal nº 87/2006 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 23/2007), resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de apurar a omissão da ANAC em fiscalizar os atos e omissões das companhias aéreas e em fornecer atendimento rápido e eficaz aos usuários de tais serviços que desejem denunciar irregularidades e requerer a adoção de providências urgentes.

Considerando o quanto descrito na representação firmada pelo Ministério Público Estadual, segundo a qual a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC estaria sendo omissa em sua atividade fiscalizatória de atos e omissões das companhias aéreas, bem como em não estaria prestando atendimento satisfatório aos usuários dos serviços aéreos, ante a insuficiência da oferta de canais efetivos, acessíveis e céleres para denúncias de irregularidades, em regime de plantão permanente;

Considerando que a ANAC é entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial, vinculada ao Ministério da Defesa;

Considerando que a Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XXXII, estabelece que o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

Considerando que ao Ministério Público, nos termos do artigo art. 129, III, da Constituição Federal e art. 1º, II, da Lei nº. 7.347/1985, compete a proteção dos interesses difusos e coletivos, dentre os quais os relacionados ao consumidor;

Considerando que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos;

Para tanto, determino a adoção das seguintes diligências:

i. autue-se a presente Portaria e a representação em anexo como INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO vinculado ao 1º Ofício Cível, afeto à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão;

ii. expeça-se ofício à ANAC, requisitando manifestação circunstanciada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a respeito dos fatos narrados na representação que deve seguir anexa;

iii. cientifique-se a 3ªCCR, requerendo a publicação deste ato no Diário Oficial da União, conforme previsão do art. 6º e 16 da Resolução nº 87/2006 do CSMPF;

iv. oficie-se à 1ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e da Juventude da Comarca de São Luís enviando cópia da presente Portaria.

Designo o servidor JOEL MAGNO CIRQUEIRA DOS SANTOS para secretariar os trabalhos enquanto lotado neste Gabinete.

ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA

PORTARIA Nº 10, DE 25 DE ABRIL DE 2011

Peças de Informação Cíveis nº 1.35.000.00412/2010-68. Assunto: Apurar desconformidade na fabricação de sucos em relação aos padrões oficiais de identificação e qualidade físico-químicos, constatada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pela empresa Sergisucos- Sergipe Sucos Ltda, no município de Nossa Senhora do Socorro/SE.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, oficiante junto ao 3º Ofício da Tutela Coletiva da Procuradoria da República no Estado de Sergipe, com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal, no art. 5º, II "d", da Lei Complementar nº 75/93, no art. 25, IV, "a", da Lei 8.625/93, no art. 8º, § 1º da Lei 7.345/85, e nos termos do artigo 2º, inciso I, da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, de 03 de agosto de 2006; e do artigo 2º, inciso I, da Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, de 17 de dezembro de 2007;

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127, caput, da Constituição Federal;

Considerando que a Lei Complementar nº 75/1993, em seu artigo 6º, i inciso VII, 'c', dispõe ser função institucional do Órgão Ministerial da União promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor;

Considerando que a Lei nº 8.918, de 14/07/1997, estabelece, em seu art. 2º, competir ao Ministério da Agricultura, órgão da União, o registro, a padronização, a classificação, e, ainda, a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de bebidas, em relação aos seus aspectos tecnológicos;

Considerando que, nos termos do art. 4º da mencionada legislação, "os estabelecimentos que industrializem ou importem bebidas ou que as comercializem a granel só poderão fazê-lo se obedecerem, em seus equipamentos e instalações, bem como em seus produtos, aos padrões de identidade e qualidade fixados para cada caso";

Considerando, por outro vértice, que, nos termos do art. 6º, incisos III e IV, do Código de Defesa do Consumidor, são direitos básicos do consumidor "a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

sobre os riscos que apresentem" e "a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços";

Considerando que, segundo o artigo 18 do CDC, os fornecedores de produtos de consumo respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária;

Considerando, ainda, a vedação ao fornecedor de produtos ou serviços de qualquer prática abusiva, dentre as quais a colocação no mercado de consumo, de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes (art. 39, VIII, CDC);

Considerando o conteúdo das peças de informação nº 1.35.000.000412/2010-68, autuadas a partir de expediente da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais, que encaminhou cópia do procedimento administrativo nº 21028.004879/2006-24 (fls. 06/85), instaurado em razão da lavratura de Auto de Infração em desfavor da empresa SERGISUCOS - Sergipe Sucos Ltda., sediada no município de Nossa Senhora do Socorro/SE, por ter a mesma "produzido, padronizado e engarrafado o produto Suco de Acerola, Lote 4, marca Sergipe, em desacordo com os Padrões Oficiais de Identidade e Qualidade Físico-Químico estabelecidos para o produto, com adição de Corante Artificial em sua composição, conforme resultados contidos no Certificado Oficial de Análise Fiscal nº 2/2006/0367, de 17.07.2006, do LABV/SFA/MG/Andradas", exigindo-se, por conseguinte, a devida apuração e, se for o caso, adoção das medidas cabíveis;

Resolve instaurar o competente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando-se:

1. Registro e autuação da presente Portaria juntamente com as peças informativas nº 1.35.000.000412/2010-68, pela Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC), nos sistemas de informação adotados pelo Ministério Público Federal, como "Inquérito Civil Público", vinculado à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, registrando-se como seu objeto: "Apuração de irregularidade na fabricação do produto Suco de Acerola, Lote 4, marca Sergipe, em desacordo com os Padrões Oficiais de Identidade e Qualidade Físico-Químico estabelecidos, com adição de Corante Artificial em sua composição, bem como dos possíveis e potenciais danos aos consumidores provocados por tal conduta"; e como possível responsável: "SERGISUCOS - SERGIPE SUCOS LTDA.";

2. Nomeação, mediante termo de compromisso nos autos, da servidora Maria de Lourdes Miranda Lauria, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 - CNMP e do art. 5º, V, da Resolução nº 87/2006 do CSMPF (com redação dada pela Resolução nº 106 do CSMPF, de 06/04/2010), para funcionar como Secretária; a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores em exercício no 3º Ofício da Tutela Coletiva;

3. Remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (Consumidor e Ordem Econômica), inclusive por meio eletrônico (para o endereço 3camara@pgr.mpf.gov.br), nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF);

4. Afixação da presente portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no quadro de avisos da recepção da Procuradoria da República no Estado de Sergipe (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP).

Como providências investigatórias iniciais, determino:

1. Expedição de ofício à Junta Comercial do Estado de Sergipe, requisitando-lhe, no prazo de 10 (dez) dias, cópia dos atos constitutivos e de eventuais alterações contratuais da pessoa jurídica SERGISUCOS - SERGIPE SUCOS LTDA. (CNPJ nº 03.664.887/0001-00);

2. Expedição de ofício ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, requisitando-lhe, no prazo de 20 (vinte) dias, as seguintes informações sobre os fatos apurados no procedimento administrativo MAPA nº 21028.004879/2006-24, instaurado em desfavor da empresa SERGISUCOS - SERGIPE SUCOS LTDA.: a) se o estabelecimento referido é rotineiramente inspecionado e se já foram averiguadas outras irregularidades na fabricação do produto "Suco de Acerola, marca Sergipe", quando à adição de corante artificial em sua composição; e b) quais os efeitos da desconformidade detectada no caso, quanto à composição do aludido produto, para a saúde dos consumidores; e

3. Expedição de ofício à empresa SERGISUCOS - SERGIPE SUCOS LTDA., requisitando-lhe informações sobre os fatos apurados no procedimento administrativo nº 21028.004879/2006-24, instaurado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em razão da lavratura, em seu desfavor, do Auto de Infração nº 000033/MG, esclarecendo, especialmente, as medidas adotadas para a correção das infrações constatadas.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve a Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC) realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

JOSÉ RÔMULO SILVA ALMEIDA

PORTARIA Nº 98, DE 26 DE ABRIL DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público visando apurar supostas irregularidades na prestação de serviço postal relativo a alguns logradouros públicos do município de Serrinha/Ba. Autos n.º 1.14.004.000466/2010-12

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF n.º 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto aos interesses difusos e coletivos dos consumidores e abuso do poder econômico, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal e os artigos 3º, "c", 5º, inciso III, "e" e 6º, inciso VII, "d" da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que foi instaurado, em 05/11/2010, nesta procuradoria da República procedimento administrativo afeto à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão, com base em representação encaminhada pela Promotoria de Justiça de Serrinha/Ba, visando apurar supostas irregularidades na prestação de serviço postal relativo a alguns logradouros públicos do município de Serrinha/Ba;

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, nos termos da legislação que regulamenta a atividade deste Órgão Ministerial, mister que seja este convertido em Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis; Resolve:

instaurar Inquérito Civil Público, para apurar a questões mencionadas, determinando:

1. Comunique-se à 3ª CCR para conhecimento com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação, além de afixação desta na sede desta Procuradoria da República;

Prazo inicial: 1 (um) ano.

VANESSA GOMES PREVITERA

PORTARIA Nº 129 , DE 25 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar nº75/93,

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC nº75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando o disposto na Resolução nº23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando que, nos termos do inciso XXXII do artigo 5º e no inciso V do artigo 170, ambos da Constituição Federal, a defesa do consumidor é dever do Estado e direito fundamental do cidadão, bem como princípio geral da ordem econômica nacional;

Considerando que o artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor dispõe que "os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos";

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o presente feito em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "fiscalizar a regularidade da construção dos residenciais que compõe o conjunto habitacional Terra Nova com observância dos direitos consumeristas dos adquirentes dos imóveis", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à combativa 3ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

GUSTAVO NOGAMI

PORTARIA Nº 130, DE 26 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e no inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando que, nos termos do inciso XXXII do artigo 5º e no inciso V do artigo 170, ambos da Constituição Federal, a defesa do consumidor é dever do Estado e direito fundamental do cidadão, bem como princípio geral da ordem econômica nacional;

Considerando que o artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor dispõe que "os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos";

Considerando que o artigo 5º da Lei Geral de Telecomunicações destaca a defesa do consumidor como princípio constitucional a ser especialmente observado na disciplina das relações econômicas no setor de telecomunicações;

Considerando que, conforme o Decreto nº2.338/1997 da Agência Nacional de Telecomunicações, deve a agência atuar na defesa e proteção dos usuários, reprimindo as infrações e compondo ou arbitrando conflitos de interesses, devendo articular sua atuação com a do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, visando a eficácia da proteção e defesa do consumidor dos serviços de telecomunicações, observado o disposto nas Leis nº8.078/1990 e nº9.472/1997;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, com respaldo no princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando o esgotamento do prazo deste apurador (§1º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal), bem como a complexidade para solucionamento do problema veiculado no feito, resolve:

Converter o Procedimento Administrativo nº1.20.000.000106/2004-05 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para "investigar os supostos abusos das concessionárias de telefonia no oferecimento e no acesso de serviços de conteúdo adulto sem controle (sem exigência de dados pessoais), sem informações claras, com possibilidade de uso por crianças e adolescentes, com cobranças abusivas, etc., assim como a falta de fiscalização da ANATEL aos excessos", conforme determinado em despacho próprio.

Comunique-se à e. 3ª CCR/MPF, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, determino que seja encaminhada, junto com o ofício já determinado em despacho próprio, cópia desta portaria de instauração, nos termos do §9º do artigo 6º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

GUSTAVO NOGAMI

4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 2, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições legais (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria das Peças de Informação n.º 1.23.002.000019/2010-66, que tem por objeto apurar possíveis irregularidades na criação de uma barragem na comunidade IGARAPÉ FORTALEZA no PA MOJU I e II, que teria causado danos ambientais.

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DETERMINA a conversão da presente Peças de Informação em Inquérito Civil Público, com fulcro no § 4º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e adoção das seguintes medidas:

a - Publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

b - Comunicação da presente conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

CLÁUDIO HENRIQUE C. M. DIAS

PORTARIA Nº 9, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições legais (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria do Procedimento Administrativo n.º 1.23.002.00198/2010-31, que tem por objeto analisar ofício proveniente da Chefe da Flona Crepori, onde narra que a Secretaria Estadual do Meio Ambiente estaria concedendo licenças ambientais para Permissões de Lavra Garimpeira (PLG), emitidas oelo DNPM, em áreas localizadas no interior e no entorno da FLONA Crepori, PARNA do Rio Novo e APA Tapajós, sem autorização dos órgãos gestores dessas Unidades de Conservação.

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com fulcro no § 4º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e adoção das seguintes medidas:

a - Publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

b - Comunicação da presente conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

CLÁUDIO HENRIQUE C. M. DIAS

PORTARIA Nº 24, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições legais (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria da Peças de Informação n.º 1.23.002.000058/2010-63, que tem por objeto analisar Ofício nº 2424/2009-TCU/SECEX/PA, pelo qual o TCU encaminha cópia do Acórdão nº 2.278/2009, processo de Representação TC 011.743/2008-0, que teve por objeto apurar irregularidades apontadas em relatório de auditoria, em razão de deficiências verificadas em projeto piloto de manejo sustentável na Floresta Nacional do-Tapajós, quando ainda administrada pelo IBAMA.

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA a conversão da presente Pecas de Informação em Inquérito Civil Público, com fulcro no § 4º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e adoção das seguintes medidas:

a - Publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

b - Comunicação da presente conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

CLÁUDIO HENRIQUE C. M. DIAS

PORTARIA Nº 42, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições legais (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria das Peças de Informações n.º 1.23.002.000571/2009-11, que tem por objeto analisar expediente enviando pelo INCRA, informando notícia de possível crime ambiental e de invasão de terras da União, na Comunidade Sombra Santa, do Projeto de Assentamento Moju I e II.

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA a conversão da presente Peças de Informação em Inquérito Civil Público, com fulcro no § 4º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e adoção das seguintes medidas:

a - Publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

b - Comunicação da presente conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

CLÁUDIO HENRIQUE C. M. DIAS

PORTARIA Nº 64, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições legais (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria do Procedimento Administrativo n.º 1.23.002.000556/2009-72, que tem por objeto analisar expediente enviado pelo IBAMA em Santarém, informando que há a intenção da Presidência da República em transformar várias Gerências Executivas do IBAMA, dentre elas a de Santarém, em Escritórios Regionais o que acarretaria menor autonomia gerencial, com prejuízo direto ao meio ambiente no Oeste do Pará.

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com fulcro no § 4º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e adoção das seguintes medidas:

a - Publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

b - Comunicação da presente conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

CLÁUDIO HENRIQUE C. M. DIAS

PORTARIA Nº 81, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições legais (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria do Procedimento Administrativo n.º 1.23.002.000635/2009-83, que tem por objeto apurar possíveis irregularidades na aplicação de recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE ao MUNICÍPIO DE ALMEIRIM/PA, no período de 2005/2008.

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com fulcro no § 4º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e adoção das seguintes medidas:

a - Publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

b - Comunicação da presente conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

CLÁUDIO HENRIQUE C. M. DIAS

PORTARIA Nº 101, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições legais (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria do Procedimento Administrativo n.º 1.23.002.000202/2008-47, que tem por objeto apurar notícia de ameaça e crime ambiental praticado na área da Floresta Nacional do JAMANXIM e de ITAITUBA I e II.

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com fulcro no § 4º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e adoção das seguintes medidas:

a - Publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

b - Comunicação da presente conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

CLÁUDIO HENRIQUE C. M. DIAS

PORTARIA Nº 120, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições legais (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria do Procedimento Administrativo n.º 1.23.002.000114/2007-64, que tem por objeto analisa solicitação do IPHAN acerca dos procedimentos a serem adotados para que projetos agrícolas em áreas de grandes dimensões, com plausibilidade de conterem sítios arqueológicos, sejam submetidos ao prévio exame do Instituto.

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com fulcro no § 4º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e adoção das seguintes medidas:

a - Publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

b - Comunicação da presente conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

CLÁUDIO HENRIQUE C. M. DIAS

PORTARIA Nº 128, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições legais (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria do Procedimento Administrativo n.º 1.23.002.000401/2005-11, que tem por objeto analisar Termo de Declaração do Sr. BENEVALDO VINHOTE REGO, informando da criação de búfalos na comunidade Ilha das Marrecas, sem o devido manejo, pelos senhores ANTONIO PEREIRA FILHO e JOSÉ AIRTON DOS SANTOS.

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com fulcro no § 4º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e adoção das seguintes medidas:

a - Publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

b - Comunicação da presente conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

CLÁUDIO HENRIQUE C. M. DIAS

PORTARIAN° 131, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições legais (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria do Procedimento Administrativo n.º 1.23.002.000505/2007-89, que tem por objeto analisar solicitação da Associação Comunitária de Pescadores e Produtores de Pixuna do Tapará para que seja proibida a criação de búfalos na comunidade, em virtude da ocorrência de eventuais danos causados ao meio ambiente e à população tradicional instalada em área de várzea.

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com fulcro no § 4º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e adoção das seguintes medidas:

a - Publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

b - Comunicação da presente conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

CLÁUDIO HENRIQUE C. M. DIAS

PORTARIA Nº 148, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições legais (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria do Procedimento Administrativo n.º 1.23.002.000432/2004-82, que tem por objeto analisar solicitação da Associação da Comunidade Indígena de Açaizal da Sagrada Família, visando a preservação da nascente do único igarapé da r. comunidade.

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com fulcro no § 4º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e adoção das seguintes medidas:

a - Publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

b - Comunicação da presente conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

CLÁUDIO HENRIQUE C. M. DIAS

PORTARIA Nº 162, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições legais (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria do Procedimento Administrativo n.º 1.23.002.000049/2002-62, que tem por objeto mogno ilegalmente extraído de área indígena - madeira objeto de alienação judicial para evitar o seu perecimento - ordem judicial para a adoção de medidas administrativas tendentes a viabilizar o transporte, beneficiamento, comercialização e exportação das mercadorias. Precauções necessárias.

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com fulcro no § 4º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e adoção das seguintes medidas:

a - Publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

b - Comunicação da presente conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

CLÁUDIO HENRIQUE C. M. DIAS

PORTARIA Nº 166, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições legais (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria do Procedimento Administrativo n.º 1.23.002.000260/2004-47, que tem por objeto a solicitação de providências para a pesca de "arrastão" que vem sendo realizada na frente da cidade, prejudicando pescadores artesanais.

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com fulcro no § 4º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e adoção das seguintes medidas:

a - Publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

b - Comunicação da presente conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

CLÁUDIO HENRIQUE C. M. DIAS

PORTARIA Nº 168, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições legais (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria do Procedimento Administrativo n.º 1.23.002.000329/2004-32, que tem por objeto notícia que o Sr. ROSOMIRO CAMPOS REGO teria colocado seu gado na margem do rio destinada à agricultura, causando prejuízos às lavouras dos comunitários e ao meio ambiente em geral.

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com fulcro no § 4º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e adoção das seguintes medidas:

a - Publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

b - Comunicação da presente conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

CLÁUDIO HENRIQUE C. M. DIAS

PORTARIA Nº 177, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições legais (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria do Procedimento Administrativo n.º 1.23.002.000548/2006-83, que tem por objeto apurar regularidade de exploração de minério pela Companhia Brasileira de Equipamentos, no Município de Aveiro/PA.

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com fulcro no § 4º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e adoção das seguintes medidas:

a - Publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

b - Comunicação da presente conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

CLÁUDIO HENRIQUE C. M. DIAS

PORTARIA Nº 199, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições legais (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria do Procedimento Administrativo n.º 1.23.002.000381/2004-99, que tem por objeto notícia fiscalização realizada por vários órgãos públicos em conjunto na Região do Aritapera, onde foram apreendidas diversas malhadeiras que estavam sendo utilizadas irregularmente.

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com fulcro no § 4º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e adoção das seguintes medidas:

a - Publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

b - Comunicação da presente conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

CLÁUDIO HENRIQUE C. M. DIAS

PORTARIA Nº 234, DE 13 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições legais (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria do Procedimento Administrativo n.º 1.23.002.000263/2010-29, que tem por objeto representação formulada pelo CONSELHO DE PESCA DO PAE ARITAPERA, pelo qual narra possível descumprimento do Plano de Utilização do PAE ARITAPERA.

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com fulcro no § 4º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e adoção das seguintes medidas:

a - Publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

b - Comunicação da presente conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

CLÁUDIO HENRIQUE C. M. DIAS

PORTARIA Nº 239, DE 24 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições legais (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria do Procedimento Administrativo n.º 1.23.002.000249/2010-25, que tem por objeto notícia de possível descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta, que visa o manejo de animais nas várzeas da comunidade de CURRAL GRANDE, no município de MONTE ALEGRE/PA.

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA a conversão do presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com fulcro no § 4º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e adoção das seguintes medidas:

a - Publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

b - Comunicação da presente conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

CLÁUDIO HENRIQUE C. M. DIAS

PORTARIA Nº 241, DE 24 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo subscrito, no uso de suas atribuições legais (art. 6º, inc. VII, "b" e art. 7º, inc. I, ambos da Lei Complementar nº 75/93; Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO a existência nesta procuradoria das Peças de Informação n.º 1.23.002.000264/2010-73, que tem por objeto Representação formulada pelo CONSELHO REGIONAL DO PAE TAPARÁ, noticiando a ocorrência de possível crime ambiental e descumprimento do Plano de Utilização do PAE TAPARÁ.

CONSIDERANDO que já decorreu o prazo previsto no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, restando ainda diligências a serem promovidas com vistas a atingir os objetivos do procedimento;

DETERMINA a conversão do presente Peças de Informação em Inquérito Civil Público, com fulcro no § 4º do art. 4º da Resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e adoção das seguintes medidas:

a - Publicação da presente Portaria de Conversão no Diário Oficial, nos termos do art. 5º, VI c/c art. 16, § 1º, I da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

b - Comunicação da presente conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no prazo de 10 (dez) dias, consoante art. 6º da Resolução n.º 87/2010 do CSMPF;

CLÁUDIO HENRIQUE C. M. DIAS

PORTARIA Nº 15, DE 27 DE JUNHO DE 2011

Ref.: Autos MPF/PRPE n. 1.26.000.000784/2008-70

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais,

Considerando ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

Considerando ser função institucional do Ministério Público, dentre outras: I - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF e 2º, Lei Complementar n. 75/93); e II - promover o inquérito civil público e a ação civil pública, para a proteção de interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (art. 129, III, da Carta Magna, art. 6º, VII, e alíneas, da Lei Complementar n. 75/93 e art. 1º da Resolução CSMPF n. 87/2006);

Considerando a alteração promovida pela Resolução CSMPF n. 106/2010 no art. 4º, § 5º, da Resolução CSMPF n. 87/2006;

Considerando a notícia contida nos autos desde outubro/2008 acerca da existência de um bar, supostamente localizado na área da União ocupada pelo Iate Clube de Pernambuco, cujos dejetos estariam sendo lançados no mar e em rio da região (Anexo I);

Resolve DETERMINAR:

I. O aditamento da Portaria ICP n. 456, de 23/06/2010, para alterar o objeto do Inquérito Civil Público MPF/PRPE n. 1.26.000.000784/2008-70, que passará a apurar notícia de eventuais infrações ambientais praticadas, em tese, pelo Iate Clube de Pernambuco, consistentes em possível aterro irregular nos arrecifes que dão acesso ao Parque das Esculturas localizado em frente ao Marco Zero, no Município de Recife/PE, sem autorização dos órgãos competentes, bem como no funcionamento de bar cujos dejetos estariam sendo lançados no mar e em rio da região;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II. A autuação da presente portaria em conjunto com o inquérito em referência, bem como a remessa de cópia deste ato para fins de publicação, nos termos do art. 5º, VI, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF n. 87/2006;

III. A comunicação do presente ato a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão - CCR, nos termos do art. 6º da Resolução CSMPF n. 87/2006;

IV. A prorrogação do prazo de instrução dos autos por mais um ano, nos termos do art. 15 da Resolução CSMPF n. 87/2006, cientificando-se a 5ª CCR;

V. O envio dos ofícios anexos aos respectivos destinatários.

MABEL SEIXAS MENGE
Procuradora da República

PORTARIA Nº 38, DE 16 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas nos artigos 127, caput e 129, III da Constituição da República de 1988, e com fulcro ainda no artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade das apurações no bojo do Procedimento Administrativo nº 1.30.002.000081/2010-13, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção,

CONSIDERANDO o disposto nos §§ 6º e 7º, do art. 2º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e o § 4º, do art. 4º, da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

DETERMINA:

1.Converta-se o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se a sua ementa : "ACOMPANHAR PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO SISTEMA DE PRODUÇÃO PARA O TESTE DE LONGA DURAÇÃO NO RESERVATÓRIO QUISSAMÃ, CONCESSÃO BM-C-36, BLOCO EXPLORATÓRIO ARUANÃ - BACIA DE CAMPOS - SOB A RESPONSABILIDADE DA EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS instaurado a partir de expediente enviado pela PETROBRAS à 4ª CCR ".

2.Comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão

3.Solicite-se a publicação da presente portaria (art. 7º, IV da Res. 20/96);

EDUARDO SANTOS DE OLIVEIRA
Procurador da República

5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 72, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO incluir-se dentre as funções institucionais do Ministério Público, previstas no artigo 129 da Constituição Federal, precipuamente a de promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO constituir atribuição do Ministério Público da União a proteção dos direitos constitucionais, compreendidos entre eles o patrimônio público e social, o meio ambiente, os bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93; o artigo 8º, parágrafo 1º da Lei n° 7.347/85; a Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e a Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação do inquérito civil no âmbito do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar o procedimento do inquérito civil público em vista dos princípios que regem a Administração Pública e dos direitos e garantias individuais;

CONSIDERANDO que tramita, desde 07 de janeiro de 2010, o Procedimento Administrativo 1.11.001.000020/2010-11, instaurado a partir do despacho de fls. 02, tratando-se de relatório de auditoria independente realizada por contador particular contratado pela Prefeitura de Delmiro Gouveia/AL para averiguar as despesas do município no período de 2004 a 2008, no qual constam diversas irregularidades, sendo que, dentre elas, a única que enseja as atribuições do MPF é a relativa a uma suposta malversação dos recursos oriundos do FUNDEB por parte da gestão municipal no aludido período;

CONSIDERANDO que, em desconformidade com o art. 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, e com o art. 4ª, §1º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o citado procedimento extrapolou o prazo estabelecido para as investigações preliminares;

Resolve, o signatário, nos termos do artigo 2°, inciso II, da Resolução n° 23/2007 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, em como do art. 5º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando a autuação da presente portaria, bem como a adoção das seguintes diligências:

a) Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão a instauração do presente inquérito civil público, consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

b) Altere-se as informações da autuação no Sistema Único de Informações do MPF, fazendo constar como Inquérito Civil Público;

c) Concluso em 30 (trinta) dias ou com a resposta, o que ocorrer primeiro.

JOSÉ GODOY BEZERRA DE SOUZA

PORTARIA Nº 74, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO incluir-se dentre as funções institucionais do Ministério Público, previstas no artigo 129 da Constituição Federal, precipuamente a de promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO constituir atribuição do Ministério Público da União a proteção dos direitos constitucionais, compreendidos entre eles o patrimônio público e social, o meio ambiente, os bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93; o artigo 8º, parágrafo 1º da Lei n° 7.347/85; a Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e a Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação do inquérito civil no âmbito do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar o procedimento do inquérito civil público em vista dos princípios que regem a Administração Pública e dos direitos e garantias individuais;

CONSIDERANDO que tramita, desde 30 de junho de 2010, o Procedimento Administrativo 1.11.001.000221/2010-19, instaurado a partir de denúncia, por parte do sr. Tenório Carlos da Silva, dando conta de que a Secretaria Estadual de Saúde de Alagoas, embora receba valores do Ministério da Saúde para a compra e distribuição de medicamentos destinados às pessoas com órgãos transplantados no estado, está distribuindo irregularmente tais medicamentos;

CONSIDERANDO que, em desconformidade com o art. 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, e com o art. 4ª, §1º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o citado procedimento extrapolou o prazo estabelecido para as investigações preliminares;

Resolve, o signatário, nos termos do artigo 2°, inciso II, da Resolução n° 23/2007 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, em como do art. 5º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando a autuação da presente portaria, bem como a adoção das seguintes diligências:

a) Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão a instauração do presente inquérito civil público, consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

b) Altere-se as informações da autuação no Sistema Único de Informações do MPF, fazendo constar como Inquérito Civil Público;

c) Concluso em 30 (trinta) dias ou com a resposta, o que ocorrer primeiro.

JOSÉ GODOY BEZERRA DE SOUZA

PORTARIA Nº 84, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO incluir-se dentre as funções institucionais do Ministério Público, previstas no artigo 129 da Constituição Federal, precipuamente a de promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO constituir atribuição do Ministério Público da União a proteção dos direitos constitucionais, compreendidos entre eles o patrimônio público e social, o meio ambiente, os bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93; o artigo 8º, parágrafo 1º da Lei n° 7.347/85; a Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e a Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação do inquérito civil no âmbito do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar o procedimento do inquérito civil público em vista dos princípios que regem a Administração Pública e dos direitos e garantias individuais;

CONSIDERANDO que tramita na Procuradoria da República no Município de Arapiraca, desde 05 de novembro de 2009, o Procedimento Administrativo nº 1.11.001.000012/2010-75, instaurado a partir de documentos encaminhados ao Ministério Público Federal o relatório da Ação de Controle nº 00190.003922/2007-63, realizada pela Controladoria-Geral da União - CGU - no município de Mata Grande, dando conta de irregularidades constatadas na execução do Convênio nº 0186228-52 (SIAFI 537977), no valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), cuja finalidade foi a construção de um ginásio poliesportivo no referido município;

CONSIDERANDO que, em desconformidade com o art. 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, e com o art. 4ª, §1º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o citado procedimento extrapolou o prazo estabelecido para as investigações preliminares;

Resolve, o signatário, nos termos do artigo 2°, inciso II, da Resolução n° 23/2007 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, em como do art. 5º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando a autuação da presente portaria, bem como a adoção das seguintes diligências:

a) Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão a instauração do presente inquérito civil público, consoante determinação do art. 6º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

b) Altere-se as informações da autuação no Sistema Único de Informações do MPF, fazendo constar como Inquérito Civil Público;

c) Numerem-se as folhas do volume anexo;

d) Concluso em 30 dias ou com a resposta, o que ocorrer primeiro.

JOSÉ GODOY BEZERRA DE SOUZA

PORTARIA Nº 4, DE 14 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e CONSIDERANDO:

que é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, da saúde pública e de outros interesses difusos e coletivos (CF, art. 129, III e Lei Complementar n° 75/93, art. 5º, II, "d" e art. 6º, VII);

que incumbe ao Ministério Público Federal, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos (Lei Complementar nº. 75/93, art. 7º, I), podendo, para o exercício de suas atribuições, nos procedimentos de sua competência, requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta e indireta, bem como expedir notificações e intimações necessárias aos procedimentos e inquéritos que instaurar (Lei Complementar nº. 75/93, arts. 7º, I e 8º, II);

o Termo de Representação de Vitor Aldemir da Silva, residente no Assentamento São João II, em que relata a inexistência de sistema de distribuição de água no referido assentamento;

a situação dos assentados que, até o momento, não dispõem de água encanada;

o dispositivo do § 4º, artigo 4º, da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve:

Converter o Procedimento Administrativo nº 1.29.009.000973/2010-75 em INQUÉRITO CIVIL com o fim de averiguar a existência de irregularidades em obra de distribuição de água no Assentamento São João II, nesta cidade.

De imediato, DETERMINO:

a) autue-se a Portaria;

b) encaminhe-se correio eletrônico à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão comunicando a instauração do presente Inquérito Civil, anexando cópia desta Portaria.

CÍCERO AUGUSTO PUJOL CORRÊA

PORTARIA Nº 5, DE 8 DE JUNHO DE 2011

Procedimento Administrativo n° 1.15.002.000026/2010-30

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 129, I, da Constituição Federal; arts. 6º a 8ª da Lei Complementar n.º 75/93, e na Resolução nº 77/2004 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e:

Considerando que se trata originalmente de Procedimento Administrativo instaurado a partir do envio a esta Procuradoria da República do Relatório de Fiscalização nº 01249/08, decorrente da 27ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos realizado pela Controladoria Geral da União no Município de Cariús/CE, em que foram constatadas várias irregularidades na execução de programas sociais implementados com recursos federais, notadamente fraude a certames licitatórios;

Considerando que os fatos relatados consistem em irregularidades na aplicação de recursos públicos federais, que ensejam, em tese, atos de improbidade administrativa e outras eventuais ilicitudes;

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis e que, entre suas funções, destaca-se a promoção de inquérito civil e de ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da CF/88);

Considerando que as verbas federais malversadas atraem a competência da Justiça Federal, nos termos do art. 109, inciso I, da CF/88, exigindo, subsequentemente, a atuação do Ministério Público Federal;

Considerando, ainda, que já transcorreu o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação do Procedimento Administrativo, sem que as informação e documentos coletados fossem suficientes para formar um juízo razoável de convicção sobre irregularidade apurada, fazendo-se necessária a continuação da colheita de material probatório/instrutório, determino a conversão do presente em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, nos termos do art. 4º, §§ 1º e 4º; e art. 5º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com a devida remessa ao órgão competente desta Procuradoria para autuação do presente como tal.

Ficam designados como secretários para atuarem no feito, em conjunto ou individualmente, nos termos do art. 5º, V, da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, os servidores Marcelo Pompeu Brasil e Ângela Maria Alves de Oliveira Cartaxo e, nas suas faltas, os ser-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

vidores Adriano Souza de Almeida e Fabrícia Helena Linhares Coelho da Silva.

Comunique-se, no prazo máximo de dez dias, a instauração deste Inquérito Civil Público à 5ª CCR/MPF, consoante o disposto no art. 6º, da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal. Após, remeta-se cópia desta portaria para publicação no Diário Oficial e no portal eletrônico do MPF, nos termos do art. 5º, VI, combinado com art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução supra-referida.

Após a autuação acima mencionada, para instrução do inquérito, determino:

1. A continuidade deste inquérito civil apenas quanto aos fatos constatados nos itens 7.1.5 e 7.2.1 do relatório da CGU, tendo em vista que, em relação ao item 7.1.7, em que se constatou possível frustração do caráter competitivo da licitação, analisando-se a Tomada de Preços nº 2007.11.14.002G (constante no CD-ROM de fl. 12), não se verificou nenhum indício de fraude ao certame. Outrossim, observa-se que as impropriedades apontadas pela CGU tratam-se apenas de meras irregularidades que, analisadas em conjunto com os demais atos do procedimento licitatório, não têm o condão de apontar que, de fato, tenha existido direcionamento de licitação.

2. Quanto ao item 7.1.5 do relatório da CGU (CD-ROM de fl. 05):

2.1. A expedição de ofício à Prefeitura de Cariús/CE, para que informe se a irregularidade apontada foi sanada, com a respectiva comprovação. Encaminhe cópia da constatação mencionada.

3. Quanto ao item 7.2.1 do relatório da CGU (CD-ROM de fl. 05):

3.1. A realização, por parte da assessoria deste ofício, de análise minuciosa nas propostas de preços da licitação sob a modalidade Convite nº 2006.03.07.005G (CD-ROM de fl.12), a fim de verificar identidade de erros gráficos e outras coincidências;

3.2. A identificação dos administradores de todas as empresas que participaram da licitação mencionada, para posterior oitiva acerca da montagem e direcionamento na licitação;

3.3. A identificação e qualificação dos membros da comissão de licitação de Cariús à época dos fatos, para posterior oitiva acerca da montagem e direcionamento na licitação.

RAFAEL RIBEIRO RAYOL

PORTARIA Nº 5, DE 30 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) considerando os elementos constantes no Procedimento Administrativo n.º 1.28.000.000511/2009-31, para apurar possíveis irregularidades na aplicação de recursos do FNDE pela prefeitura do Município de Pedra Preta/RN;

b) considerando o vencimento do prazo máximo de tramitação do Procedimento Administrativo (180 dias);

c) considerando que há a necessidade de realização, análise e cumprimento de diligências para a formação do convencimento deste Órgão Ministerial;

d) considerando que a adoção de medidas instrutórias, como a expedição de notificações e requisições de documentos ou informações e tomada de depoimentos, após o vencimento do prazo de tramitação do Procedimento Administrativo, pressupõe a instauração de inquérito civil, conforme dispõe o art. 4º, § 4º, da Resolução n.º 87/2006, com a redação dada pela Resolução n.º 106/2010;

Resolve converter o Procedimento Administrativo n.° 1.28.000.000511/2009-31 em INQUÉRITO CIVIL, com base nas razões e fundamentos expressos na presente Portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos, autuando-a e publicando-a no sítio oficial desta Procuradoria da República.

Após os registros de praxe, comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

GILBERTO BARROSO DE CARVALHO JÚNIOR

PORTARIA Nº 6, DE 30 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos arts. 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) considerando os elementos constantes no Procedimento Administrativo n.º 1.28.000.001364/2010-51, para apurar possíveis irregularidades na aplicação de recursos públicos resultantes de uma parceria entre a CEF, o INCRA, o MST, a UFRN e a Associação dos Moradores do Assentamento Rosely Nunes, sediada no Município de Ielmo Marinho/RN;

b) considerando o vencimento do prazo máximo de tramitação do Procedimento Administrativo (180 dias);

c) considerando que há a necessidade de realização, análise e cumprimento de diligências para a formação do convencimento deste Órgão Ministerial;

d) considerando que a adoção de medidas instrutórias, como a expedição de notificações e requisições de documentos ou informações e tomada de depoimentos, após o vencimento do prazo de tramitação do Procedimento Administrativo, pressupõe a instauração de inquérito civil, conforme dispõe o art. 4º, § 4º, da Resolução n.º 87/2006, com a redação dada pela Resolução n.º 106/2010;

Resolve converter o Procedimento Administrativo n.° 1.28.000.001364/2010-51 em INQUÉRITO CIVIL, com base nas razões e fundamentos expressos na presente Portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos, autuando-a e publicando-a no sítio oficial desta Procuradoria da República.

Após os registros de praxe, comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

GILBERTO BARROSO DE CARVALHO JÚNIOR

PORTARIA Nº 6, DE 6 DE JUNHO DE 2011

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que subscreve a presente, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com especial fundamento nos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal; artigo 5°, inciso I, alínea "h", inciso III, alínea "b", inciso V, alínea "b", e artigo 6°, inciso VII, alíneas "a" e "b", inciso XIV, alínea "f", e 7°, inciso I, todos da Lei Complementar n° 75/93; artigo 8°, § 1°, da Lei n° 7.347/85; e:

- Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

- Considerando a notícia de possível desvio de verbas federais e estaduais destinadas à educação por parte da Prefeitura Municipal de Rio das Pedras, que teria atingido o montante de R$ 7.000.00,00 (sete milhões de reais) nos últimos 06 (seis) anos, conforme consta do Procedimento Preparatório nº 1.34.008.100049/2010-38 ;

- Considerando que em reunião ocorrida nesta Procuradoria da República os vereadores do município de Rio das Pedras, Orismar Carolino de Souza e Joaquim Afonso, confirmaram a existência de irregularidades na gestão de verbas destinadas à educação, além de outras irregularidades que supostamente estariam ocorrendo na Prefeitura Municipal de Rio das Pedras (fls. 11/12);

- Considerando a necessidade de realização de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve

Instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro nos dispositivos constitucionais e legais supra mencionados, visando apurar possíveis irregularidades na Prefeitura Municipal de Rio das Pedras envolvendo as verbas destinadas à educação e condutas ilícitas supostamente praticadas pelo gestor do Programa Bolsa-Família no município.

Para tanto, serão promovidas a coleta de informações, depoimentos, certidões, perícias, requisição de documentos e demais diligências necessárias, para posterior ajuizamento de ação civil pública, expedição de recomendações ou arquivamento, nos termos da lei.

DETERMINO:

a-) a autuação da presente Portaria;

b-) proceda o servidor responsável pelos expedientes da Tutela Coletiva os registros pertinentes, inclusive na intranet;

c-) providencie-se a publicação da Portaria no Diário Oficial e no portal do Ministério Público Federal, nos termos do artigo 16, § 1°, inciso I, da Resolução CSMPF n° 87, de 03 de agosto de 2006;

d-) comunique-se a instauração do presente inquérito civil público à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por e-mail, com cópia desta portaria;

e-) aguarde-se a resposta do ofício nº 510/2011/PRM/PIRA expedido ao vereador Orismar Carolino de Souza.

FAUSTO KOZO MATSUMOTO KOSAKA

PORTARIA Nº 6, DE 15 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal e art. 1o da Lei Complementar nº 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. arts. 5o, incisos I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6o, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1o da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que compete aos juízes federais processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (art. 109, inciso I, da Constituição Federal), o que determina, numa perspectiva constitucional, lógica e sistemática, a respectiva atribuição do Ministério Público Federal (art. 70 da Lei Orgânica do Ministério Publico da União);

CONSIDERANDO que foram autuadas nesta Procuradoria da República em São Paulo as Peças Informativas n.º 1.34.010.001153/2010-00, com a seguinte ementa:

"TUTELA COLETIVA. PATRIMÔNIO PÚBLICO. DESVIO DE VERBAS PÚBLICAS FEDERAIS.PROGRAMA DST/HIV/AIDS. UTILIZAÇÃO IRREGULAR DE VERBAS PÚBLICAS FEDERAIS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRETOS".

CONSIDERANDO, que até o presente momento os elementos coligidos nas presentes peças informativas não são suficientes para embasar o ajuizamento de ação civil pública e, por ora, também não é o caso de arquivamento;

CONSIDERANDO que, a análise dos documentos até então anexados às peças informativas não autoriza a adoção de medidas judiciais, exigindo maior aprofundamento por este órgão ministerial, a fim de que sejam adotadas as providências cabíveis;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar a hipótese, determinando, para tanto:

1. Autuem-se a Portaria e as Peças Informativas nº 1.34.010.001153/2010-00, como Inquérito Civil (art. 4 da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

2. Registre-se e zele-se pelas respectivas normas (Rotina de Serviços nº 01/2009 da Divisão de Tutela Coletiva);

3. Controle-se o respectivo prazo, anotando-se na contracapa dos autos a data de instauração e das prorrogações que venham a ser feitas (art. 9 da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

4. Comunique-se a instauração deste inquérito civil à Egrégia 5a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração (art. 4o, inciso VI, da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

Após, tornem os autos conclusos.

FÁBIO BIANCONCINI DE FREITAS

PORTARIA Nº 7, DE 15 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal e art. 1o da Lei Complementar nº 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. arts. 5o, incisos I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6o, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1o da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que compete aos juízes federais processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (art. 109, inciso I, da Constituição Federal), o que determina, numa perspectiva constitucional, lógica e sistemática, a respectiva atribuição do Ministério Público Federal (art. 70 da Lei Orgânica do Ministério Publico da União);

CONSIDERANDO que foram autuadas nesta Procuradoria da República em São Paulo as Peças Informativas n.º 1.34.010.000955/2010-94, com a seguinte ementa:

"TUTELA COLETIVA. PATRIMÔNIO PÚBLICO. LIBERAÇÃO DE RECURSO PÚBLICO PARA O MUNICÍPIO DE BARRETOS POR ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA. PRESTAÇÃO DE CONTAS. LEI 9452/1997.

CONSIDERANDO, que até o presente momento os elementos coligidos nas presentes peças informativas não são suficientes para embasar o ajuizamento de ação civil pública e, por ora, também não é o caso de arquivamento;

CONSIDERANDO que, a análise dos documentos até então anexados às peças informativas não autoriza a adoção de medidas judiciais, exigindo maior aprofundamento por este órgão ministerial, a fim de que sejam adotadas as providências cabíveis;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar a hipótese, determinando, para tanto:

1. Autuem-se a Portaria e as Peças Informativas nº 1.34.010.000955/2010-94, como Inquérito Civil (art. 4º da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2. Registre-se e zele-se pelas respectivas normas (Rotina de Serviços nº 01/2009 da Divisão de Tutela Coletiva);

3. Controle-se o respectivo prazo, anotando-se na contracapa dos autos a data de instauração e das prorrogações que venham a ser feitas (art. 9 da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

4. Comunique-se a instauração deste inquérito civil à Egrégia 5a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração (art. 4o, inciso VI, da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

Após, tornem os autos conclusos.

FÁBIO BIANCONCINI DE FREITAS

PORTARIA N° 8, DE 16 DE JUNHO DE 2011

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que subscreve a presente, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com especial fundamento nos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal; artigo 5°, inciso I, alínea "h", inciso III, alínea "b", inciso V, alínea "b", e artigo 6°, inciso VII, alíneas "a" e "b", inciso XIV, alínea "f", e 7°, inciso I, todos da Lei Complementar n° 75/93; artigo 8°, § 1°, da Lei n° 7.347/85; e:

- Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

- Considerando a notícia de possível desvio de verbas federais oriundas do Ministério do Trabalho e Emprego destinadas á execução do programa federal ProJovem no município de Nova Odessa por parte da Prefeitura;

- Considerando as informações oriundas do Ministério do Trabalho e Emprego acerca do convênio com ele firmado em 22 de setembro de 2009 pelo município de Nova Odessa para adesão ao programa Projovem Trabalhador, com recursos no montante de R$ 1.542.178,42 (um milhão, quinhentos e quarenta e dois mil, cento e setenta e oito reais e quarenta e dois centavos);

- Considerando a necessidade de realização de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve

Instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro nos dispositivos constitucionais e legais supra mencionados, visando apurar possíveis irregularidades na execução do programa federal Projovem Trabalhador no município de Nova Odessa.

Para tanto, serão promovidas a coleta de informações, depoimentos, certidões, perícias, requisição de documentos e demais diligências necessárias, para posterior ajuizamento de ação civil pública, expedição de recomendações ou arquivamento, nos termos da lei.

DETERMINO:

a-) a autuação da presente Portaria;

b-) proceda o servidor responsável pelos expedientes da Tutela Coletiva os registros pertinentes, inclusive na intranet;

c-) providencie-se a publicação da Portaria no Diário Oficial e no portal do Ministério Público Federal, nos termos do artigo 16, § 1°, inciso I, da Resolução CSMPF n° 87, de 03 de agosto de 2006;

d-) comunique-se a instauração do presente inquérito civil público à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por e-mail, com cópia desta portaria;

e-) aguarde-se a resposta do ofício nº 644/2011/PRM/PIRA.

FAUSTO KOZO MATSUMOTO KOSAKA

PORTARIA N 9, DE 10 DE JUNHO DE 2011

Instauração de Inquérito Civil. 5º Ofício do NCC. Peça de Informação n° 1.28.000.001816/2010-02. Conversão em inquérito civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (artigo 127, caput e artigo 129 da Constituição Federal), legais (artigos 1° e 2°, 5° a 7°, 38 e 41 da Lei complementar n° 75/93) e administrativas (Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF n° 87/2006, alterada pela Resolução CSMPF n° 106 e Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP n° 23/2007); e:

CONSIDERANDO que o relatório de auditoria n. 30/2010 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - traz notícia de possíveis relacionada ao Convênio 93619/2001, firmando entre o Município de Lagoa Salgada-RN e o FNDE;

CONSIDERANDO que há indícios de montagem do processo licitatório e não há documentos suficientes para se analisar o cumprimento do objeto do convênio;

CONSIDERANDO que a adoção de medidas instrutórias, como a expedição de notificações e requisição de documentos ou informações e tomada de depoimentos pressupõe a existência de um procedimento administrativo e/ou inquérito civil formal e regularmente instaurado, consoante dispõe o artigo 129, inciso VI da Constituição Federal, bem como o artigo 8°, caput da LC n° 75/93;

Resolve converter a presente peça de informação em INQUÉRITO CIVIL, com base nas razões e fundamentos expressos na presente Portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos, autuando-a e publicando-a no sítio oficial desta Procuradoria da República.

Proceda-se ao registro da presente conversão na capa dos autos e no sistema informatizado de cadastro (Único) desta Procuradoria da República.

O técnico do MPU lotado neste gabinete secretariará a tramitação do feito, fazendo conclusão para eventual prorrogação até 05 (cinco) dias antes do vencimento do prazo de 01 (um) ano.

Como PROVIDÊNCIAS, determino:

Junte-se cópia do resultado da pesquisa no sítio do Tribunal Regional Eleitoral, dando conta que FRANCISCO CANINDÉ FREIRE foi prefeito de Lagoa Salgada-RN no período de 2000 a 2008.

Localizar no sítio do TCU, imprimir e juntar nos presentes autos cópia do Acórdão nº 985/2006 - TCU;

Oficiar ao FNDE, a fim de que informe o resultado final da tomada de contas do Convênio n. Convênio 93619/2001, firmando entre o Município de Lagoa Salgada-RN e o FNDE, bem como remeta cópia de eventuais documentos coligidos na auditoria realizada no dia 11 de dezembro de 2010 (encaminhar cópia das folhas 05-07, frente e verso). Assinalar 20 (vinte) dias úteis.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Cumpra-se.

RONALDO PINHEIRO DE QUEIROZ

PORTARIA Nº 10, DE 10 DE JUNHO DE 2011

O PROCURADOR DA REPÚBLICA subscrito, com fundamento no inciso III do art. 129 da Constituição, no inciso VII do art. 6º da Lei Complementar nº 75/1993 e no § 1º do art. 8º da Lei nº 7.347/1985;

Considerando o disposto nos arts. 4º e 5º da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando as providências preliminarmente adotadas no âmbito do Procedimento Administrativo nº 1.30.006.000134/2010-66, bem como os fatos novos trazidos aos autos em resposta a requisições formuladas;

Determina a conversão do feito em Inquérito Civil, pelo prazo de 01 (um) ano, com o objetivo de verificar a regularidade da contratação das empresas MEDSYSTEM COMÉRCIO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA. e SPECTRU INSTRUMENTAL CIENTÍFICO LTDA., pela Fundação Municipal de Saúde de Nova Friburgo, em caráter emergencial, por meio de dispensas de licitação, devendo ser desde logo adotada a seguinte providência:

1)Extraia-se cópia integral do Processo Administrativo nº 0097/11, inclusive dos documentos avulsos acostados à contracapa respectiva, bem como do Processo Administrativo nº 0100/11, ambos da Fundação Municipal de Saúde de Nova Friburgo, para a formação de apensos.

Outrossim, verifique-se se tais feitos acham-se completos, para pronta devolução dos autos respectivos, tal qual recebidos nesta Procuradoria da República.

Registre-se, autue-se e publique-se a presente Portaria, que deverá ser afixada no local de costume. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão a instauração deste Inquérito Civil, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

MARCELO BORGES DE MATTOS MEDINA

PORTARIA Nº 10, DE 30 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes não ICP n° 07/09, do Ministério Público do Estado de Santa Catarina;

Instaura Inquérito Civil Público, tendo por objeto verificar possíveis irregularidades na construção do abatedouro municipal de pequenos animais em Mafra-SC.

POSSÍVEL(IS) RESPONSÁVEL(IS) PELO(S) FATO(S) INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Mafra-SC

AUTOR(ES) DA REPRESENTAÇÃO: Câmara Municipal de Mafra-SC, Ministério Público Estadual de Santa Catarina.

Determina que, como diligência inicial, seja oficiada a Prefeitura de Mafra-SC para que informa acerca do atual estado da obra, encaminhado documento comprabatório.

Ordena ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros junto ao sistema de cadastramento informático.

DANIEL HOLZMANN COIMBRA

PORTARIA Nº 11, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Instauração de Inquérito Civil Público - Etiqueta: PRM-BAU-SP-000002871/2011 [1.34.003.000246/2011-89]

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

Considerando a sua atribuição da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, III, da CF/88);

Considerando que a Constituição Federal impõe à administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput);

Considerando que é sua função institucional zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, da probidade administrativa e de outros interesses difusos e coletivos (Constituição Federal, art. 129, incisos II e III);

Considerando o encaminhamento pela Superintendência Regional do INCRA - Instituto Nacional da Reforma Agrária, em São Paulo, de informações e documentos apontando irregularidade e desvio de finalidade na aplicação de recurso público federal, destinado a Crédito de Instalação, na modalidade "Recuperação Materiais de Construção", Processo INCRA nº 54190.001880/2008-36, pelos assentados/beneficiários Anderson Ledes dos Santos e Alcides Pereira Souza;

Considerando que a Superintendência Regional do INCRA em São Paulo aponta que o mencionado desvio de finalidade na aplicação de recurso público federal é também decorrente de ausência de acompanhamento por parte de Técnico responsável da Fundação ITESP da Equipe de Assistência Técnica no ato da entrega dos materiais de construção e no desenvolvimento da aplicação;

Considerando ainda que, segundo informa a Superintendência Regional do INCRA em São Paulo, a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP não encaminhou resposta a ofício que lhe foi enviado solicitando esclarecimentos acerca das citadas irregularidades;

Resolve, com base no artigo 6º, inciso VII, alínea "d", da Lei Complementar nº 75/93 e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, através da presente PORTARIA, diante do que preceituam os artigos 4º e 12 da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo por objeto diligenciar no sentido de apurar a omissão ou negligência dos agentes públicos envolvidos no desvio de finalidade do citado recurso público federal, destinado a Crédito de Instalação, na modalidade "Recuperação Materiais de Construção", bem como adotar, se necessário, as medidas de responsabilização por atos de improbidade administrativa e ressarcimento ao erário;

Fica determinado ainda:

a) sejam providenciadas as anotações e registros pertinentes, notadamente no sistema UNICO, em razão do quanto deliberado na presente Portaria;

b) a comunicação à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - Patrimônio Público e Social, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público;

c) a designação da servidora Denise Bassoli da Silva, Técnica Administrativa, como secretária, para fins de auxiliar na instrução do presente ICP;

d) que a SUBJUR acompanhe o vencimento do prazo fixado no artigo 9º, da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, certificando-se nos autos e restituindo-os com minuta de despacho de prorrogação, se necessário;

e) a expedição de ofícios ao Superintendente Regional do INCRA - Instituto Nacional da Reforma Agrária em São Paulo, bem como ao Diretor Executivo da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva", conforme minutas que apresento em separado.

Publique-se através de afixação de cópia no átrio dessa unidade e também na forma do que preceitua o artigo 4º, inciso VI e artigo 7º, § 2º, incisos I e II, da da Resolução nº 23, de 17 setembro de 2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA MACHADO

PORTARIA Nº 11, DE 10 DE JUNHO DE 2011

Considerando o disposto nos arts. 4º e 5º da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando as providências preliminarmente adotadas no âmbito do Procedimento Administrativo nº 1.30.006.000033/2011-76;

O PROCURADOR DA REPÚBLICA subscrito, com fundamento no inciso III do art. 129 da Constituição, no inciso VII do art. 6º da Lei Complementar nº 75/1993 e no § 1º do art. 8º da Lei nº 7.347/1985, determina a conversão do feito em Inquérito Civil, pelo prazo de 01 (um) ano, com o objetivo de verificar a regularidade da contratação da empresa MASAN ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA., pela Fundação Municipal de Saúde de Nova Friburgo, em caráter emergencial, por meio de dispensa de licitação, devendo ser desde logo adotada a seguinte providência:

1) Extraia-se cópia integral do Processo Administrativo nº 0091/11 da Fundação Municipal de Saúde de Nova Friburgo, para a formação de apenso.

Outrossim, verifique-se se tal feito acha-se completo, para pronta devolução dos autos respectivos, tal qual recebidos nesta Procuradoria da República.

Registre-se, autue-se e publique-se a presente Portaria, que deverá ser afixada no local de costume. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão a instauração deste Inquérito Civil, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

MARCELO BORGES DE MATTOS MEDINA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 12, DE 13 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal e art. 1o da Lei Complementar nº 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. arts. 5o, incisos I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6o, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1o da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que compete aos juízes federais processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (art. 109, inciso I, da Constituição Federal), o que determina, numa perspectiva constitucional, lógica e sistemática, a respectiva atribuição do Ministério Público Federal (art. 70 da Lei Orgânica do Ministério Publico da União);

CONSIDERANDO que foram autuadas nesta Procuradoria da República em Ribeirão Preto/SP as Peças Informativas n.º 1.34.010.000268/2011-50, com a seguinte ementa:

"TUTELA COLETIVA. PATRIMÔNIO PÚBLICO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES CONSISTENTES NA AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS EM CONVÊNIO DE VERBA FEDERAL REALIZADA ENTRE O MUNICÍPIO DE SALES DE OLIVEIRA/SP E O MINISTÉRIO DA SAÚDE.

CONSIDERANDO que, até o presente momento, os elementos coligidos nas presentes peças informativas não são suficientes para embasar o ajuizamento de ação civil pública e, por ora, também não é o caso de arquivamento;

CONSIDERANDO que a análise dos documentos até então juntados e anexados às peças informativas não autoriza a adoção de medidas judiciais, exigindo maior aprofundamento por este órgão ministerial, a fim de que sejam adotadas as providências cabíveis;

CONSIDERANDO que há indícios de irregularidades na execução do Convênio SIAFI 618801 pela Prefeitura de Sales de Oliveira/SP;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para a hipótese, determinando, para tanto:

1. Autuem-se a Portaria e as Peças Informativas nº 1.34.010.000268/2011-50, como Inquérito Civil (art. 4º da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

2. Registre-se e zele-se pelas respectivas normas (Rotina de Serviços nº 01/2009 da Divisão de Tutela Coletiva);

3. Controle-se o respectivo prazo, anotando-se na contracapa dos autos a data de instauração e das prorrogações que venham a ser feitas (art. 9 da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

4. Comunique-se a instauração deste inquérito civil à Egrégia 5a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração (art. 4o, inciso VI, da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

5. Oficie-se à Divisão de Convênios do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em São Paulo, solicitando-se cópia do Termo do Convênio SIAFI 618801, do Plano de Trabalho, do cronograma financeiro, bem como da prestação de contas encaminhada pela Prefeitura;

6. Oficie-se à Prefeitura Municipal de Sales de Oliveira, solicitando-se cópia dos procedimentos licitatórios e de dispensa de licitação referidos nos documentos juntados;

7. Após a juntada das respostas dos itens 5 e 6, notifique-se o Prefeito João Jeremias Garcia Neto a comparecer nesta Procuradoria para prestar declarações sobre os fatos.

MARCOS SALATI

PORTARIA Nº 16, DE 2 DE JUNHO DE 2011

(P.I. Nº 1.34.010.001138/2010-53)

O Procurador da República em Ribeirão Preto ao final assinado, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal e pelo artigo 7°, inciso I, da Lei Complementar n° 75/93, regulamentado pela Resolução 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e também pela Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público e, ainda,

Considerando que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa do patrimônio público e social, da ordem jurídica e dos interesses difusos e coletivos, na forma do disposto nos artigos 127 e 129, da Constituição Federal, e artigo 5º, incisos I e III, alínea "b", da Lei Complementar n.º 75/93;

Considerando que o Ministério Público Federal tem legitimidade para promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social e outros interesses difusos, entre eles, o respeito aos princípios constitucionais que regem a administração pública (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, e artigo 5º, inciso I, alínea "h", da Lei Complementar nº 75/93);

Considerando que há notícias de que houve invasões da pista taxi way do aeroporto Leite Lopes em Ribeirão Preto, bem como danos a equipamentos do aeródromo, como balizas globoprismáticas, lâmpadas, bocais e soquetes;

Considerando que em razão de tais fatos, a pista do aludido aeródromo ficou interditada por aproximadamente 40 minutos;

Considerando que o vigilante que foi ouvido no referido inquérito policial informou que não havia, à época do delito, câmeras de circuito interno de TV, que há falhas graves de segurança no local, que "diariamente os vigilantes são apedrejados pelo pessoal da favela", e que as pessoas das redondezas invadem a pista para pegar pipas que caem no local, sem considerar se há aviões pousando ou decolando;

Considerando que foi detectado acúmulo de lixo nas cercanias do local, atraindo urubus que podem causam acidentes na aproximação das aeronaves;

Considerando que cabe à INFRAERO a gestão patrimonial dos aeroportos e à ANAC a regulação do setor aeroviário, órgãos federais;

Considerando que, embora o aeroporto leite Lopes seja administrado pelo DAESP, órgão estadual, tais fatos podem prejudicar a segurança aeroviária do local, que é de responsabilidade da União legislar e fiscalizar a navegação aérea, nos termos do art. 22, inc. X, da CR

Resolve:

(I) Instaurar, nos termos dos arts. 2º, caput, inciso I, e 4º, caput, II, da Resolução 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e no art. 4º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, o presente INQUÉRITO CIVIL, a fim de se colherem maiores informações sobre os fatos acima narrados, apondo-se a seguinte ementa: "Segurança no aeroporto Leite Lopes, em Ribeirão Preto, SP. Delitos cometidos contra bens que possam prejudicar a segurança aeroviária"

(II) Seja o presente feito autuado e registrado;

(III) Comunique-se a instauração deste inquérito à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF n.º 87/2006, sem prejuízo da inclusão desta Portaria na base de dados da 5ª CCR;

(IV) Designar a técnica administrativa SANDRA OSÓRIO DE ANDRADE para secretariar os trabalhos. Junte-se termo de compromisso (art. 4º, caput, inciso V, da Resolução nº 23/2007 do CNMP).

(V) Determinar a realização das seguintes diligências faltantes:

1. oficiar-se ao Administrador Regional do DAESP, no endereço constante de fl. 78, requisitando-se seja informado se já foi instalado o serviço de vigilância a partir de circuito interno de TV, no aeroporto Leite Lopes, evitando-se invasões do sítio aeroportuário, encaminhando-se documentos comprobatórios da efetiva instalação;

2. Seja oficiado à ANAC, (endereço de fl. 128) para que informe se foi acionada a Comissão de Segurança Aeroportuária, prevista no Programa Nacional de Segurança de Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita - PNAVSEC, prevista no Decreto 7158, de 5 de maio de 2010, em razão das constantes invasões do sítio aeroportuário do aeroporto Leite Lopes, em Ribeirão Preto, por moradores das cercanias do aeródromo, inclusive com danos a equipamentos (balizas globoprismáticas, lâmpadas, bocais e soquetes), causando até mesmo repetidas paralisações das operações, com evidente risco à segurança do tráfego aéreo, e, ainda, se foram adotadas providências para sanar as inconformidades apontadas no relatório de Vistoria Técnica 004V/SIA-GFIS/2010, desta agência;

3. seja oficiado ao Presidente da Associação dos Moradores do Jardim Aeroporto (MARCOS VALÉRIO SÉRGIO, CPF 060.575.688-00), para que, em reuniões daquela entidade, seja destacado e difundido entre os moradores das cercanias, que invasões realizadas na pista do aeroporto Leite Lopes, seja por crianças ou adultos, poderão colocar em risco a segurança das atividades aeroportuárias, podendo causar acidentes de grande repercussão, colocando em risco a vida de pessoas;

(IV) Determinar o prazo inicial de um ano, a contar da presente data, para a finalização do presente inquérito civil.

ANDREY BORGES DE MENDONÇA
Procurador da República

PORTARIA Nº 18, DE 27 DE MAIO DE 2011

Peças de informação: Protocolo nº PRM-ILH-BA-00003205/2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaura o presente INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto, nos termos do art. 4º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

RESUMO: Apura irregularidades na aplicação dos recursos do MINISTÉRIO DAS CIDADES. Relatório de Fiscalização da CGU nº 01313 (itens 1.1.3 e 1.1.5). Município de Ituberá/BA. Gestão ANDRÉ LISBOA FILHO (2009-2012).

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determina, como diligência investigatória inicial, a expedição de ofício à CGU solicitando, no prazo de 30 (trinta) dias, os papéis de trabalho que embasaram as constatações de nº 1.1.3 e 1.1.5 (Ministério das Cidades) do Relatório de Fiscalização nº 01313, referente ao Município de Ituberá/BA.

Designa, de acordo com a Resolução CSMPF nº 106, de 06/04/2010, o servidor Daniel Freitas Muniz Ferreira (Matrícula 19798-0), lotado nesta Procuradoria, como secretário responsável pelos registros e pelas tarefas administrativas requeridas no âmbito deste inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI

PORTARIA Nº 18, DE 30 DE MAIO DE 2011

Portaria de Instauração de Inquérito Civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas funções institucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos artigos 5º, inciso I e 6º, inciso VII, da Lei Complementar nº 75/93, bem como na Resolução nº 23/2007 - CNMP, artigo 4º, e na Resolução nº 87/2006 - CSMPF, artigo 8º;

Resolve:

CONSIDERANDO o disposto no art. 127, caput, da Constituição Federal onde se vislumbra que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

CONSIDERANDO que é atribuição institucional do Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros direitos difusos e coletivos, nos termos do inciso III do art. 129 da Constituição Federal;

INSTAURAR o competente INQUÉRITO CIVIL Nº 1.34.006.000179/2011-72 a fim de apurar eventuais atos de improbidade administrativa praticados, em tese, pela servidora aposentada da Receita Federal MARIA ELITA COUTINHO MOTA, deflagrados na chamada Operação Overbox.

Determino inicialmente que sejam tomadas as seguintes providências:

1) Proceda-se a autuação e o registro do presente Inquérito Civil nos sistemas informatizados;

2) Publique-se e comunique-se a instauração do presente Inquérito Civil à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 6º da Resolução nº 87/2006 - CSMPF;

3) Afixe-se no local de costume;

4) Após, tornem conclusos.

MATHEUS BARALDI MAGNANI

PORTARIA Nº 19, DE 27 DE MAIO DE 2011

Portaria de Instauração de Inquérito Civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas funções institucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos artigos 5º, inciso I e 6º, inciso VII, da Lei Complementar nº 75/93, bem como na Resolução nº 23/2007 - CNMP, artigo 4º, e na Resolução nº 87/2006 - CSMPF, artigo 8º;

Resolve:

CONSIDERANDO o disposto no art. 127, caput, da Constituição Federal onde se vislumbra que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

CONSIDERANDO que é atribuição institucional do Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros direitos difusos e coletivos, nos termos do inciso III do art. 129 da Constituição Federal;

INSTAURAR o competente INQUÉRITO CIVIL Nº

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.34.006.000180/2011-05 com o objetivo de apurar eventuais irregularidades na execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário - PRODESA pela Prefeitura do Município de Ferraz de Vasconcelos, apontadas nos Relatórios de Fiscalização nº 08-130/2010 e 09-130/2010 elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Determino inicialmente que sejam tomadas as seguintes providências:

1) Proceda-se a autuação e o registro do presente Inquérito Civil nos sistemas informatizados;

2) Publique-se e comunique-se a instauração do presente Inquérito Civil à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 6º da Resolução nº 87/2006 - CSMPF;

3) Afixe-se no local de costume;

4) Após, tornem conclusos

MATHEUS BARALDI MAGNANI

PORTARIA Nº 20, DE 3 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no Procedimento Administrativo nº 1.28.100.000039/2010-42, que visa apurar a falta de prestação de contas por parte do Município de Venha Ver/RN, na gestão da ex-prefeita Maria do Socorro Pessoa Fernandes, referentes ao Convênio nº 800461/2005, SIAFI 537798, celebrado com o FNDE em 23/12/2005, que tinha como objeto a melhoria da infra-estrutura da rede física escolar.

Converta-se o Procedimento Administrativo nº 1.28.100.000039/2010-42, em INQUÉRITO CIVIL, com base nas razões e fundamentos expressos na presente Portaria, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção ministerial acerca dos fatos, autuando-a e procedendo ao registro da presente conversão na capa dos autos e no sistema informatizado de cadastro (Único) desta Procuradoria da República.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

FERNANDO ROCHA DE ANDRADE

PORTARIA Nº 20, DE 30 DE MAIO DE 2011

Portaria de Instauração de Inquérito Civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas funções institucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos artigos 5º, inciso I e 6º, inciso VII, da Lei Complementar nº 75/93, bem como na Resolução nº 23/2007 - CNMP, artigo 4º, e na Resolução nº 87/2006 - CSMPF, artigo 8º;

Resolve:

CONSIDERANDO o disposto no art. 127, caput, da Constituição Federal onde se vislumbra que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

CONSIDERANDO que é atribuição institucional do Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros direitos difusos e coletivos, nos termos do inciso III do art. 129 da Constituição Federal;

INSTAURAR o competente INQUÉRITO CIVIL Nº 1.34.006.000182/2011-96 com o objetivo de apurar a existência de eventual vício construtivo no CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MOGI MODENO localizado no município de Mogi das Cruzes, empreendimento integrante do PAR - Programa de Arrendamento Residencial, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal.

Determino inicialmente que sejam tomadas as seguintes providências:

1) Proceda-se a autuação e o registro do presente Inquérito Civil nos sistemas informatizados;

2) Publique-se e comunique-se a instauração do presente Inquérito Civil à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 6º da Resolução nº 87/2006 - CSMPF;

3) Afixe-se no local de costume;

4) Após, tornem conclusos

MATHEUS BARALDI MAGNANI

PORTARIA Nº 20, DE 31 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, através do Procurador da República signatário, e considerando o disposto nos arts. 129, III, da CF, e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, bem como o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e considerando, ainda, o que consta da Peça Informativa Cível nº 1.34.014.000101/2011-59, instaurada de ofício, DETERMINA a conversão do presente feito em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar aparente inércia da CEF em relação a retomada de imóveis financiados com recursos do Sistema Financeiro da Habitação-SFH, em razão de inadimplemento contratual, gerando potencial danos ao patrimônio público, no âmbito do Município de São José dos Campos/SP.

Determino, ainda, a realização das seguintes diligências: a) o registro da presente portaria; b) a comunicação da instauração do ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, no prazo de 10 dias, acompanhado de cópia desta portaria, para fins de publicação no Diário Oficial, nos termos do art. 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/06; c) a adoção das diligências iniciais indicadas no despacho de conversão, constante dos autos.

FERNANDO LACERDA DIAS

PORTARIA Nº 21, DE 27 DE MAIO DE 2011

Portaria de Instauração de Inquérito Civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas funções institucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos artigos 5º, inciso I e 6º, inciso VII, da Lei Complementar nº 75/93, bem como na Resolução nº 23/2007 - CNMP, artigo 4º, e na Resolução nº 87/2006 - CSMPF, artigo 8º;

Resolve:

CONSIDERANDO o disposto no art. 127, caput, da Constituição Federal onde se vislumbra que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

CONSIDERANDO que é atribuição institucional do Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros direitos difusos e coletivos, nos termos do inciso III do art. 129 da Constituição Federal;

INSTAURAR o competente INQUÉRITO CIVIL Nº 1.34.006.000183/2011-31 com o objetivo de apurar a existência de eventuais irregularidades praticadas, em tese, pelo Prefeito do Município de Ferraz de Vasconcelos em razão da não realização da prestação de contas de verbas federais recebidas (Minha Casa Minha Vida, PAC I e II).

Determino inicialmente que sejam tomadas as seguintes providências:

1) Proceda-se a autuação e o registro do presente Inquérito Civil nos sistemas informatizados;

2) Publique-se e comunique-se a instauração do presente Inquérito Civil à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 6º da Resolução nº 87/2006 - CSMPF;

3) Afixe-se no local de costume;

4) Após, tornem conclusos

MATHEUS BARALDI MAGNANI

PORTARIA Nº 22, DE 26 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando o contido nos autos do Peça Informativa Cível MPF-PRM/PG nº 1.25.008.000128/2011-30, instaurado nesta Procuradoria da República destinado a apurar possíveis irregularidades na execução da obra denominada "Restaurante Popular", , .

Considerando a necessidade de prosseguir com diligências instrutórias para elucidação dos fatos, bem como o disposto no § 1º, do artigo 4º, da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, alterada pela Resolução nº 106 do CSMPF;

Considerando que, conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, "os Restaurantes Populares são Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição destinados ao preparo de refeições saudáveis, variadas e saborosas, que são vendidas a preços acessíveis, de forma a garantir aos trabalhadores urbanos e à população em situação de vulnerabilidade social e o Direito Humano à Alimentação Adequada."

Considerando que os Restaurantes Populares fazem parte da estrutura operacional do Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e, em consonância com a meta de erradicação da extrema pobreza, buscam potencializar sua articulação com outras políticas sociais relevantes para o alcance dessa população mais vulnerável, como o Programa Bancos de Alimentos, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além do desenvolvimento de ações de Geração de Trabalho e Renda, Formação Profissional e Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Resolve este órgão ministerial:

Nos termos do artigo 4º, §4º, da Resolução nº 87 do CSMPF, alterada pela Resolução nº 106 do CSMPF, converter em Inquérito Civil Público os presentes autos de Peça Informativa Cível, observando-se o seguinte:

1. Encaminhe-se, via email, a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - CCR/MPF cópia desta Portaria para publicação oficial, conforme art. 5º, VI, da Resolução nº 87 do CSMPF, alterada pela Resolução nº 106 do CSMPF;

2. Anote-se o dia 26/05/2012 como data necessária para, se for o caso, prorrogar o prazo para término da apuração ora em curso e a regular comunicação da prorrogação a 5ª CCR/MPF, conforme art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, alterada pela Resolução nº 106 do CSMPF; e

3. De saída, expeça-se ofício:

3.1. À Caixa Econômica Federal em Ponta Grossa, requisitando informações sobre o andamento do empreendimento denominado "Restaurante Popular", localizado em Ponta Grossa, assim como:

a) dados sobre os valores que já foram despendidos, e sobre os que ainda o serão na construção do Restaurante Popular;

b) cópia do relatório de acompanhamento de empreendimento (RAE), caso existente, sem prejuízo de outros documentos porventura existentes sob sua posse e que digam respeito à construção da obra supramencionada;

- à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, requisitando:

a) cópia do projeto de construção do "Restaurante Popular", com o correspondente memorial descritivo e orçamento do custo da obra;

b) cópia dos documentos referentes ao processo licitatório da referida obra;

c) número da conta-corrente utilizada para o depósito dos valores repassados pelo Governo Federal;

d) número do convênio por força do qual os recursos federais são repassados;

e) explicações sobre os motivos pelos quais a obra foi suspensa, com a documentação idônea a demonstrar os motivos aduzidos, inclusive cópia da rescisão do contrato firmado para a execução da obra;

f) explicações sobre os motivos pelos quais até agora não se deu a continuação da obra, com respectiva documentação;

g) documentação que comprove a regularidade na prestação de contas relativas à obra do "Restaurante Popular", junto ao órgão concedente dos recursos;

h) documentos sobre o processo de empenho e pagamento de valores à empresa contratada para a construção da obra.

ANTONIA LÉLIA NEVES SANCHES

PORTARIA Nº 22, DE 31 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, através do Procurador da República signatário, e considerando o disposto nos arts. 129, III, da CF, e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, bem como o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e considerando, ainda, o que consta da Peça Informativa Cível nº 1.34.014.000101/2011-59, instaurada de ofício, DETERMINA a conversão do presente feito em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para apurar aparente inércia da CEF em relação a retomada de imóveis financiados com recursos do Sistema Financeiro da Habitação-SFH, em razão de inadimplemento contratual, gerando potencial danos ao patrimônio público, no âmbito do Município de São José dos Campos/SP.

Determino, ainda, a realização das seguintes diligências: a) o registro da presente portaria; b) a comunicação da instauração do ICP à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, no prazo de 10 dias, acompanhado de cópia desta portaria, para fins de publicação no Diário Oficial, nos termos do art. 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/06; c) a adoção das diligências iniciais indicadas no despacho de conversão, constante dos autos.

FERNANDO LACERDA DIAS

PORTARIA Nº 22, DE 16 DE JUNHO DE 2011

Peças de informação: Protocolo nº PRM-ILH-BA-00003831/2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaura o presente INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto, nos termos do art. 4º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

RESUMO: Apura irregularidades verificadas pela CGU relacionadas a verbas repassadas pelo Ministério da Educação. Município de Arataca. Relatório de Fiscalização nº 01611/2010. Itens 1.1.7, 1.1.13 e 1.1.14.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determina, como diligência investigatória inicial, a expedição de ofício à Controladoria Geral da União solicitando encaminhar os papéis de trabalho que embasaram o Relatório de Fiscalização nº 01611/2010, especificamente no que se refere aos itens 1.1.7, 1.1.13 e 1.1.14, Ministério da Educação.

Designa, de acordo com a Resolução CSMPF nº 106, de 06/04/2010, o servidor Daniel Freitas Muniz Ferreira (Matrícula 19798-0), lotado nesta Procuradoria, como secretário responsável pelos registros e pelas tarefas administrativas requeridas no âmbito deste inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI

PORTARIA Nº 23, DE 16 DE JUNHO DE 2011

Peças de informação: Protocolo nº PRM-ILH-BA-00003851/2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaura o presente INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto, nos termos do art. 4º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

RESUMO: Apura irregularidades verificadas pela CGU relacionadas a verbas repassadas pelo Ministério da Saúde. Município de Arataca. Relatório de Fiscalização nº 01611/2010. Itens 2.1.1 2.1.2, 2.1.9, 2.1.12 e 2.1.16.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determina, como diligência investigatória inicial, a expedição de ofício à Controladoria Geral da União solicitando encaminhar os papéis de trabalho que embasaram o Relatório de Fiscalização nº 01611/2010, especificamente no que se refere aos itens 2.1.1 2.1.2, 2.1.9, 2.1.12 e 2.1.16., Ministério da Saúde.

Designa, de acordo com a Resolução CSMPF nº 106, de 06/04/2010, o servidor Daniel Freitas Muniz Ferreira (Matrícula 19798-0), lotado nesta Procuradoria, como secretário responsável pelos registros e pelas tarefas administrativas requeridas no âmbito deste inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI

PORTARIA Nº 24, DE 16 DE JUNHO DE 2011

Peças de informação: Protocolo nº PRM-ILH-BA-00003855/2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaura o presente INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto, nos termos do art. 4º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

RESUMO: Apura irregularidades verificadas pela CGU relacionadas a verbas repassadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Município de Arataca. Relatório de Fiscalização nº 01611/2010. Itens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determina, como diligência investigatória inicial, a expedição de ofício à Controladoria Geral da União solicitando encaminhar os papéis de trabalho que embasaram o Relatório de Fiscalização nº 01611/2010, especificamente no que se refere aos itens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3 , Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Designa, de acordo com a Resolução CSMPF nº 106, de 06/04/2010, o servidor Daniel Freitas Muniz Ferreira (Matrícula 19798-0), lotado nesta Procuradoria, como secretário responsável pelos registros e pelas tarefas administrativas requeridas no âmbito deste inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI

PORTARIA Nº 25, DE 16 DE JUNHO DE 2011

Peças de informação: Protocolo nº PRM-ILH-BA-00003859/2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaura o presente INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto, nos termos do art. 4º da Resolução nº 23/2007 do CNMP, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

RESUMO: Apura irregularidades verificadas pela CGU relacionadas a verbas repassadas pelo Ministério das Cidades. Município de Arataca. Relatório de Fiscalização nº 01611/2010. Itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 (Constatações referentes a Contrato de Repasse - infraestrutura urbana), 6.2.1, 6.2.2 e 6.2.4 (Constatações referentes a Contrato de Repasse - pavimentação) e 6.3.1, 6.3.2, 6.3.3, 6.3.4, 6.3.5 e 6.3.6 (Constatações referentes a Contrato de Repasse - elaboração de Plano Habitacional).

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determina, como diligência investigatória inicial, a expedição de ofício à Controladoria Geral da União solicitando encaminhar os papéis de trabalho que embasaram o Relatório de Fiscalização nº 01611/2010, especificamente no que se refere aos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3, 6.1.4, 6.2.1, 6.2.2, 6.2.4, 6.3.1, 6.3.2, 6.3.3, 6.3.4, 6.3.5 e 6.3.6, Ministério das Cidades.

Designa, de acordo com a Resolução CSMPF nº 106, de 06/04/2010, o servidor Daniel Freitas Muniz Ferreira (Matrícula 19798-0), lotado nesta Procuradoria, como secretário responsável pelos registros e pelas tarefas administrativas requeridas no âmbito deste inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI

PORTARIA Nº 27, DE 31 DE MAIO DE 2011

MÁRIO ALVES MEDEIROS, Procurador da República, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Município de Vitória da Conquista, nos termos do art. 2º, I, da Resolução nº 23/07 do CNMP, e do art. 2, I, da Resolução nº 87/06, do CSMPF e,

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO, outrossim, ser função institucional do Ministério Público Federal, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como do patrimônio público

CONSIDERANDO o inteiro teor do Procedimento Investigatório Criminal nº 1.14.007.000010/2011-03, cujo objeto é a apuração de supostas irregularidades relativas à prestação de contas no Município de Caetanos/BA, exercício de 2008, envolvendo recursos federais;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar os fatos sob a ótica da Lei nº 8.429/92;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com o fito de apurar adequadamente os fatos.

De conseguinte, deverá o Cartório:

Registrar e autuar a presente portaria, juntamente com cópia integral do PIC nº 1.14.007.000010/2011-03;

Registrar que o objeto do presente Inquérito Civil é a apuração da notícia de malversação de recursos do FUNDEB, no exercício de 2008, no Município de Caetanos;

Fica a servidora Leylane Santana do Nascimento Bahia, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 - CNMP, nomeada para funcionar como Secretária; a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores que integram o Setor Jurídico desta Procuradoria da República, por meio de termo nos autos.

Por fim, fica determinado que seja cientificada a egrégia 5ª CCR, com remessa, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87/2006 - CSMPF, de cópia da presente portaria, solicitando-se a sua publicação.

MÁRIO ALVES MEDEIROS

PORTARIA Nº 27, DE 27 DE MAIO DE 2011

O 2º Ofício do Patrimônio Público do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Estado de Sergipe, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Estado de Sergipe;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte as Peças de Informação nº 1.35.000.000589/2011-36 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Apurar irregularidades decorrentes da adoção de projetos básicos desatualizados e sem aprovação da autoridade competente, relativos à obra de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário - SES da Cidade de Aracaju/SE e do Município de Barra dos Coqueiros/SE;

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): Secretaria Executiva - Ministério das Cidades; Caixa Econômica Federal e Companhia de Saneamento de Sergipe.

3) Autor(es) da representação: Ministério Público Federal.

Designa, para atuar como secretária do inquérito civil público, a servidora Alessandra Cavalcante Vasconcellos, Matrícula MPF nº 18.441-1, desnecessária a colheita de termo de compromisso.

Estabelece, a título de diligências iniciais: oficiar à Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União em Sergipe, que encaminhe a esta Procuradoria da República em Sergipe cópia do processo de Tomada de Contas Especial TC n° 000.341/2010-0 em meio digital.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Estado de Sergipe, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006; o art. 12-A, da Portaria PR/SE nº 121, de 17.12.2009.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

PABLO COUTINHO BARRETO
Procurador da República

PORTARIA Nº 28, DE 27 DE MAIO DE 2011

O 2º Ofício do Patrimônio Público do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Estado de Sergipe, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Estado de Sergipe;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF,

Converte as Peças de Informação n° 1.35.000.000655/2011-78 em Procedimento Administrativo, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: irregularidade decorrente da não aprovação das contas relativas ao convênio n° 260/1998, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde em Sergipe - FUNASA e o Município de Cristinápolis/SE;

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): Gestor(es) do Município de Cristinápolis/SE;

3)Autor(es) da representação: Tribunal de Contas da União - Secretaria de Controle Externo de Sergipe.

Designa, para atuar como secretária do procedimento administrativo, a servidora Alessandra Cavalcante Vasconcellos, Matrícula MPF nº 18.441-1, desnecessária a colheita de termo de compromisso.

Estabelece, a título de diligência, oficiar à SECEX, para que encaminhe a esta Procuradoria da República em Sergipe cópia do processo de Tomada de Contas Especial TC 010.238/2010-7 em meio digital.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Estado de Sergipe, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006; o art. 12-A, da Portaria PR/SE nº 121, de 17.12.2009.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

capa da investigação, para que passe a constar o termo "procedimento administrativo".

PABLO COUTINHO BARRETO
Procurador da República

PORTARIA Nº 29, DE 27 DE MAIO DE 2011

O 2º Ofício do Patrimônio Público do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Estado de Sergipe, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Estado de Sergipe;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF,

Converte as Peças de Informação n° 1.35.000.000630/2011-74 em Procedimento Administrativo, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: irregularidades na prestação de contas das verbas destinadas ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, especificamente sobre um valor de R$ 24.000,00, repassados ao Município de Nossa Senhora das Dores/SE.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): Prefeito de Nossa Senhora das Dores/SE, Fernando Lima Costa;

3)Autor(es) da representação: Secretaria Nacional de Assistência Social.

Designa, para atuar como secretária do procedimento administrativo, a servidora Alessandra Cavalcante Vasconcellos, Matrícula MPF nº 18.441-1, desnecessária a colheita de termo de compromisso.

Estabelece, a título de diligência, oficiar à Prefeitura de Nossa Senhora das Dores/SE, requisitando informações sobre medidas adotadas para o ressarcimento ao erário, referente ao convênio TR n° 140/MPAS/SEAS/00 - PETI/2000.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Estado de Sergipe, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006; o art. 12-A, da Portaria PR/SE nº 121, de 17.12.2009.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "procedimento administrativo".

PABLO COUTINHO BARRETO
Procurador da República

PORTARIA Nº 33, DE 27 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício da sua missão institucional, e

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

Considerando o teor da Representação nº 30/2011 (PI 1.14.000.0001072/2011-94), noticiando supostas irregularidades no concurso público realizado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com início no dia 04 de abril do corrente ano, para provimento do cargo de Professor Adjunto na disciplina Literaturas Africanas de Língua Portuguesa;

Considerando a alegação de que um dos professores titulares da banca examinadora e um membro suplente participam de grupo de pesquisa de que também faz parte o candidato vencedor;

Considerando que a representação em tela versa sobre assunto correlato ao do Inquérito Civil nº 1.14.000.000727/2011-15;

Considerando que no referido inquérito consta cópia da decisão proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 2010.33.00.000823-6, em que se determinou que a UFBA "estabeleça, em concursos para docentes de todos os Departamentos da Instituição, regras de impedimento/suspeição referentes aos membros participantes das bancas examinadoras";

Considerando que até o presente momento não há notícia de que a autarquia cumpriu o comando sentencial supra;

Resolve a signatária INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL, determinando as seguintes diligências preliminares:

1) Oficie-se à UFBA solicitando que se manifeste sobre os fatos narrados na representação, encaminhando cópia do edital do referido concurso público, bem como do resultado final. Solicitar, ainda, que apresente cópia do instrumento normativo editado em atendimento à sentença proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 2010.33.00.000823-6 (Prazo:10 dias).

2) Dê-se ciência da presente instauração à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos moldes definidos no Ofício-Circular nº 030/2008/5ª CCR/MPF, inserindo a presente portaria no banco de dados respectivo.

JULIANA DE AZEVEDO MORAES

PORTARIA Nº 34, DE 27 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício da sua missão institucional, e

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social;

Considerando o tratamento preventivo e prioritário conferido pelo Ministério Público Federal às ações relacionadas à Copa do Mundo de 2014;

Considerando o teor do documento anexo, encaminhado pelo Coordenador do GT COPA 2014 do MPF, noticiando a existência dos Convênios 723146/2009, 0313438-99, 0309395-02, 724636/2009, 313425-41, 730046/2009 e 729631/2009, celebrados entre o Ministério do Turismo e o Estado da Bahia, com vistas a incrementar a infraestrutura para o evento;

Resolve a signatária instaurar INQUÉRITO CIVIL, determinando:

1) Oficie-se ao Ministério do Turismo solicitando cópia dos convênios acima mencionados, bem como de eventuais aditivos, indicando as respectivas datas de vigência. Solicitar, ainda, informações acerca da situação atual dos objetos conveniados.

2) Comunique-se a presente instauração ao Coordenador do GT COPA.

3) Dê-se ciência da presente instauração à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos moldes definidos no Ofício-Circular nº 004/2011/5ª CCR/MPF, inserindo a presente portaria no banco de dados respectivo.

JULIANA DE AZEVEDO MORAES

PORTARIA Nº 35, DE 10 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o noticiado no ofício nº 019/2011/PROC/PJM-MS, que encaminha denúncia apresentada ao Ministério Público Miliar, de que o 1º Sargento da Aeronáutica em Corumbá, João Carlos Lopes Cardoso, estaria acumulando ilegalmente dois cargos públicos remunerados, quais sejam: sargento da aeronáutica e professor de ensino fundamental no município em Corumbá;

CONSIDERANDO, ainda, que a denúncia afirma que o Sargento João Carlos Lopes estaria tirando proveito indevido de seu cargo militar, através de fraudes, informando gastos superiores do que realmente tem e recebendo benefícios da FAB, como cestas básicas e material escolar, sem realmente necessitar;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 142, §3º, inciso II da Constituição Federal: "II - o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente será transferido para reserva, nos termos da lei";

CONSIDERANDO, também, os termos do art. 122 da Lei nº 6.880/80, que instituiu o Estatuto dos Militares: "O Guarda-Marinha, o Aspirante-a-Oficial e as demais praças empossados em cargo ou emprego público permanente, estranho à sua carreira, serão imediatamente, mediante licenciamento ex officio, transferidos para reserva não remunerada, com as obrigações estabelecidas na legislação do serviço militar";

CONSIDERANDO, por fim, que é função institucional do Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos Serviços de Relevância Pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, bem como promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do Patrimônio Público e Social e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (art. 129, II e III, da Constituição Federal e art. 6º, VII, "a", "b" e "d", da Lei Complementar nº 75/93);

Ante todo o exposto, DETERMINO a instauração de INQUÉRITO CIVIL, para a regular e formal coleta de elementos destinados a auxiliar a formação de convicção acerca da matéria versada, devendo o setor jurídico desta Procuradoria da República registrar a presente portaria em livro próprio, autuá-la, afixá-la em local de costume e encaminhá-la para publicação, nos termos do artigo 5º da Resolução CSMPF nº 87/2010 c/c o artigo 4º da Resolução CNMP nº 23/2007, registrando as informações abaixo na capa dos autos e no sistema ÚNICO:

Interessado: Ministério Público Federal

Objeto da investigação: Apurar suposta acumulação ilegal de cargos públicos pela 1º Sargento da Aeronáutica João Carlos Lopes Cardoso.

Como próximas providências, determino que:

a) oficie-se à Prefeitura Municipal de Corumbá, encaminhando cópia da portaria de instauração deste inquérito, para que, no prazo de 20 (vinte) dias, apresente os seguintes documentos e informações:

a.1) o Sr. João Carlos Lopes Cardoso ocupa algum cargo na Secretaria de Educação daquela municipalidade;

a.2) em caso afirmativo, encaminhe cópia dos atos de nomeação, posse e entrada em exercício do cargo ocupado, bem como dos documentos apresentados por aquele servidor no momento de sua posse;

a.3) folha de frequência daquele servidor dos últimos 12 (doze) meses;

b) oficie-se ao Comando da Aeronáutica em Corumbá, encaminhando cópia da portaria de instauração deste inquérito, para que, no prazo de 20 (vinte) dias, apresente informações sobre o posto ocupado por João Carlos Lopes Cardoso, data de sua incorporação e a natureza de seu vínculo com a Aeronáutica, esclarecendo se o referido militar ainda está na ativa.

DESIGNO para secretariar os trabalhos, enquanto lotado neste Gabinete, o servidor RAFAEL DALCHIAVON.

Ciência desta portaria à 5ª CCR e ao representante (encaminhar cópia desta portaria, por e-mail), solicitando deste último elementos adicionais acerca das noticiadas "fraudes" que teriam sido praticadas pelo Sargento João Carlos Lopes Cardoso.

CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR

PORTARIA Nº 58, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições, com base no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 6º, IV, alínea "b", e 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, tendo como instrumentos o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública visando a proteção do patrimônio público e social, meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos (CF, art. 129, III);

Considerando as irregularidades constatadas pelo Fundo Nacional de Educação na execução de diversos programas pelo FNDE no Município de Goiânia, conforme relatório de auditoria nº 18/2009;

Considerando que a eg. 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF recusou a homologação de arquivamento proferida às fls. 151/155 do procedimento administrativo nº 1.18.000.001463/201-89, por entender necessária a realização de mais diligências investigatórias;

Determino converter o presente procedimento administrativo (nº 1.18.000.001463/201-89) em Inquérito Civil Público, nos termos do art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 4º da Resolução nº 23, de 17 de Setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, para apurar as irregularidades descritas pelo FNDE no relatório de auditoria nº 18/2009.

Determino, também, em cumprimento à decisão da eg. 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, a solicitação de auditoria ao Tribunal de Contas da União, com vistas a apurar os fatos.

Encaminhe-se cópia da presente portaria à 5ª CCR, para cientificação e publicação.

MARCELLO SANTIAGO WOLFF

PORTARIA Nº 45, DE 16 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, considerando:

a) o rol de atribuições elencadas no art. 6º da Lei Complementar n.º 75/93;

b) a incumbência prevista no art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e Resolução nº 87, de 6 de abril de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal; e

d) o trâmite de procedimento administrativo com os seguintes dados:

Procedimento Administrativo: 1.19.000.000868/2010-62

Requerente: Prefeitura Municipal de Barreirinhas/MA

Objeto: Possível utilização irregular de notas fiscais em pagamentos realizados pelo Município de Barreirinhas/MA durante os exercícios de 2006 e 2007.

Determina a conversão dos presentes autos em Inquérito Civil Público para a continuidade da apuração dos fatos/objeto indicados acima, bem como a adoção das seguintes providências:

1. Façam-se os autos conclusos.

Em cumprimento ao disposto na Resolução CSMPF nº 87/2006, cumpram-se as seguintes diligências:

1. Comunique-se a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Res. CSMPF nº 87/2006).

2. Publique-se a presente portaria no Diário Oficial e no site da PR/MA na Internet, na forma prevista nos art. 5º, VI, e 16, §1º, I, da Res. CSMPF nº 87/2006.

TIAGO DE SOUSA CARNEIRO

PORTARIA Nº 55, DE 26 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, tendo, como instrumento de atuação, a promoção do inquérito civil e da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social (artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 5º, incisos I e III, alínea "b", artigo 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e artigo 7º, inciso I, todos da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO os elementos colacionados aos autos do procedimento administrativo MPF/PR/GO nº 1.18.000.000125/2011-19, instaurado com o desiderato de apurar as irregularidades supostamente ocorridas no âmbito da Coordenação Regional da FUNASA no Estado de Goiás, no ano de 2006, descritas na petição inicial de ação de improbidade administrativa ajuizada em face de servidores da FUNASA no Distrito Federal, bem como no PAD nº 25100.031.554/2008-32;

CONSIDERANDO que sobreditos fatos caracterizam, em tese, atos de improbidade, tipificados na Lei nº 8.429/92;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO a necessidade de realização de diligências complementares, para a cabal elucidação do objeto apurado;

Resolve converter o procedimento administrativo MPF/PR/GO nº 1.18.000125/2011-19 em inquérito civil público, nos termos do artigo 4º, § 4º, da Resolução nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - a qual conferiu nova redação a dispositivos da Resolução nº 87/2006 do mesmo órgão -, visando albergar a continuidade da investigação, a fim de colher substratos probatório e técnico, para subsidiar eventual adoção de medidas extrajudiciais e judiciais pertinentes, a cargo do Ministério Público Federal, com vistas à proteção do patrimônio público e da probidade administrativa, pelo que

DETERMINA, de imediato, que:

a) autue-se esta portaria como ato inaugural do inquérito civil público (fls. 1-A/1-B), fazendo as anotações pertinentes na capa dos autos e nos registros desta Procuradoria da República;

b) remeta-se, via e-mail, cópia da presente à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para ciência e publicação;

c) junte-se os documentos anexos, quais sejam o relatório final, o parecer técnico e a decisão de julgamento trazidas no bojo do PAD nº 25100.031.554/2007-36;

d) oficie-se à Coordenação Regional da FUNASA do Estado de Goiás, com cópia da decisão de julgamento anteriormente referida, requisitando, no prazo de 15 dias, que informe se as determinações apresentadas nas alíneas "c", "d" e "e" da decisão de julgamento do PAD nº 25100.031.554/2007-36 foram cumpridas. Em caso positivo, encaminhem documentos que comprovem a adoção das sobreditas providências;

d) respondido o ofício, volvam-me os autos conclusos, para apreciação e ulteriores deliberações.

RAPHAEL PERISSÉ RODRIGUES BARBOSA

PORTARIA Nº 56, DE 7 DE JUNHO DE 2011

Protocolo nº 1.18.000.000505/2006-88

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, tendo, como instrumento de atuação, a promoção do inquérito civil e da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social (artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 5º, incisos I e III, alínea "b", artigo 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e artigo 7º, inciso I, todos da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO os elementos colacionados aos autos do procedimento administrativo MPF/PR/GO nº 1.18.000.000505/2006-88, instaurado com vistas a apurar as irregularidades apontadas no Relatório de Fiscalização nº 600/2005, elaborado pela Controladoria Geral da União em decorrência do 3º Sorteio Público de Unidades da Federação, que trata da aplicação de recursos oriundos do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO em programas executados pelo Estado de Goiás;

CONSIDERANDO que sobreditos fatos caracterizam, em tese, atos de improbidade, tipificados na Lei nº 8.429/92;

CONSIDERANDO a necessidade de realização de diligências complementares, para a cabal elucidação do objeto apurado;

Resolve converter o procedimento administrativo MPF/PR/GO nº 1.18.000.505/2006-88 em inquérito civil público, nos termos do artigo 4º, § 4º, da Resolução nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - a qual conferiu nova redação a dispositivos da Resolução nº 87/2006 do mesmo órgão -, visando albergar a continuidade da investigação, a fim de colher substratos probatório e técnico, para subsidiar eventual adoção de medidas extrajudiciais e judiciais pertinentes, a cargo do Ministério Público Federal, com vistas à proteção do patrimônio público e da probidade administrativa, pelo que

DETERMINA, de imediato, que:

a) autue-se esta portaria como ato inaugural do inquérito civil público (fls. 1-A/1-B), fazendo as anotações pertinentes na capa dos autos e nos registros desta Procuradoria da República;

b) remeta-se, via e-mail, cópia da presente à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para ciência e publicação;

c) sejam adotadas as determinações elencadas ao final do presente despacho.

Segue o relatório parcial do inquérito civil público em tela.

Vale ressaltar, primeiramente, que a Secretaria da Educação do Estado de Goiás encaminhou cópia dos documentos referentes ao Pregão nº 001/2004 e à Concorrência Pública nº 059/2004 (fls. 455 e Anexo VI). Os volumes 01, 12, 13, 14 e 15, do Anexo VI, trazem os documentos referentes ao Pregão nº 001/2004; os demais volumes do Anexo VI constituem cópia integral do processo referente à Concorrência Pública nº 059/2004.

Em resposta aos ofícios expedidos a partir do despacho de fls. 431/438, o FNDE apresentou os documentos de fls. 466/467, e o MEC, o expediente de fls. 474 e os documentos autuados no Anexo VII.

A pedido do Assessor Técnico de Engenharia Civil lotado nesta Procuradoria, foi expedido ofício à Secretaria da Educação do Estado de Goiás, com vistas a requisitar cópia das plantas baixas do projeto básico que integrou o Edital de Concorrência nº 059/2004, que diz respeito ao convênio nº 822002/2004 (fls. 475), sendo que a resposta a tal comunicação pode ser encontrada às fls. 477.

A título de complementação, a Secretaria da Educação do Estado de Goiás encaminhou mais cópias das plantas baixas do projeto básico que diz respeito ao Edital de Concorrência nº 059/2004 (fls. 482).

Às fls. 515/596, foi juntado o Laudo Pericial nº 011/2011, elaborado pelo Analista de Engenharia Civil, Fernando Nato de Souza Machado, a partir de fiscalização empreendida nas obras de construção de escolas nos municípios de Cabeceiras, Corumbá de Goiás, Mimoso de Goiás e Vila Goiás, todos no Estado de Goiás, cujas contratações foram realizadas por meio da Concorrência nº 059/2003.

Na sequência, passo a analisar os programas que ainda necessitam de solução.

3) PROGRAMA: Desenvolvimento do Ensino Fundamental - ação: Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - Transferência direta à conta específica.

3.3) Utilização dos recursos do PNATE para pagamento de contratos com vigência retroativa.

Considerando que os documentos enviados pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás, acostados aos volumes 1, 12, 13, 14 e 15, todos do Anexo VI, não comprovam que as empresas SIDERAL TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME, ALFA EVENTOS LTDA. e STAFF ASSESSORIA E LOCAÇÕES LTDA - ME foram as vencedoras do Pregão nº 001/2004, determino que seja novamente oficiado à SEDUC/GO, com vistas a esclarecer que a requisição constante da alínea "a" do Ofício nº 6.583/PR/GO/2009 não foi atendida a contento, uma vez que os documentos enviados a esta Procuradoria foram apenas aqueles apresentados pelas empresas participantes do referido certame licitatório para fins de habilitação, bem como a requisitar que seja enviada cópia da ata de julgamento do Pregão nº 001/2004, para que haja comprovação documental de que as indigitadas empresas foram vencedoras da licitação em comento.

7) PROGRAMA: Brasil Escolarizado - ação: Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica - PNAE - Transferência direta à conta específica.

7.7) Recurso financeiro sem origem identificada depositado em conta específica do PNAE.

Oficiar ao FNDE, com cópia do documento de fls. 422, requisitando, no prazo de 15 dias, que encaminhe informações atualizadas a respeito da prestação de contas dos recursos financeiros repassados à Secretaria de Educação do Estado de Goiás para atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar para Ensino Fundamental - Pré-Escola, Creche e Quilombolas - PNAE/PNAC/PNAQ, exercício de 2005.

12) PROGRAMA: Brasil Escolarizado - ação: Melhoria e Expansão do Ensino Médio - PROMED - Convênio MEC/BID nº 019/2004.

12.1) Inobservância ao Princípio da Economicidade.

Consoante salientado no Despacho nº 2085/2009, colacionado às fls. 431/438, os argumentos vertidos pela SEDUC/GO encontram-se em consonância com a legislação vigente, não ofendendo, portanto, o procedimento licitatório por ela empreendido, nos termos da Lei nº 8.666/93, uma vez que exaustivamente justificada a adoção do tipo de licitação "menor preço global" no presente caso.

Além disso, com vistas a corroborar o entendimento ministerial acima demonstrado, vale realçar, também, que o Ministério da Educação informou, por meio dos documentos autuados nos volumes 1, 2, 3 e 4, do Anexo VII, que a prestação de contas referente ao Convênio MEC/BID nº 019/2004 foi considerada regular. (SOLUCIONADO)

13) PROGRAMA: Escola Básica Ideal - ação: Apoio à Reestruturação da Rede Pública de Ensino para Escola Básica Ideal - Nacional - Convênio nº 822002/2004.

13.1) Falhas no processo licitatório.

A ausência de data em parte dos recibos de aquisição do edital referente à Concorrência nº 059/2004 não é prova suficiente para comprovar a existência de ofensa ao inciso II do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.666/93.

Ademais, mesmo que comprovada a ofensa aos prazos estabelecidos naquele dispositivo legal, tal não seria suficiente para provocar a responsabilização dos agentes públicos que organizaram o certame licitatório em referência, por se tratar de mera irregularidade, incapaz de causar prejuízos consideráveis ao interesse público. (SOLUCIONADO)

13.2) Pagamento antecipado de serviços e em desacordo com o contrato.

Os documentos referentes à Concorrência nº 059/04 estão sendo analisados para que as providências necessárias sejam adotadas.

13.3) Atraso na prorrogação da vigência do contrato.

Os documentos referentes à Concorrência nº 059/04 estão sendo analisados para que as providências necessárias sejam adotadas.

14) PROGRAMA: Educação de Jovens e Adultos - ação: Material Didático-Pedagógico - Convênio-FNDE nº 808081/2003.

Oficiar ao FNDE, com cópia do documento de fls. 422, requisitando, no prazo de 10 dias, que encaminhe informações atualizadas a respeito da prestação de contas referente ao Convênio nº 808081/2003.

14.1) Execução física do Convênio divergente do previsto.

Aguardando o resultado final da prestação de contas do referido convênio.

14.3) Realização de pagamentos antecipados.

Verificar possibilidade de propor ação de improbidade e/ou ação penal.

14.4) Falta de realização de licitação.

14.5) Contrato com vigência retroativa.

14.6) Falhas na formalização de Termo Aditivo e nos pagamentos realizados com recursos do convênio.

Analisar a documentação enviada pela CGU (Anexo III) e verificar a possibilidade de propositura de ação de improbidade e/ou de ação penal em relação aos itens 14.4, 14.5 e 14,6.

16) PROGRAMA: Escola de Qualidade para Todos - ação: Formação Continuada de Professores de Jovens e Adultos - Convênio nº 804034/2002.

16.1) Falta de realização de licitação para a execução do objeto do convênio e contratação por valor superior aos preços pesquisados.

Analisar a documentação enviada pela CGU (Anexo III) e verificar a possibilidade de propositura de ação de improbidade e/ou ação penal.

17) PROGRAMA: Escola de Qualidade para Todos - ação: Formação Continuada de Professores de Jovens e Adultos - Convênio 808045/2002.

Oficiar ao FNDE, com cópia do documento de fls. 422, requisitando, no prazo de 15 dias, que encaminhe informações atualizadas a respeito da prestação de contas referente ao Convênio nº 808045/2002.

17.1) Fracionamento de despesas na realização do processo licitatório.

Aguardando o resultado final da prestação de contas do referido convênio.

18) PROGRAMA: Democratizando o acesso à educação profissional, tecnológica e universitária - ação: Implantação de Centros Escolares de Educação Profissional - PROEP - Convênio nº 130/01.

Oficiar ao FNDE, com cópia do documento de fls. 466/467, a fim de obter informações atualizadas sobre a referida prestação de contas.

18.1) Atraso na execução do cronograma físico-financeiro do Convênio.

Aguardando o resultado final da prestação de contas do referido convênio.

18.2) Atraso na apresentação da prestação de contas final.

Aguardando o resultado final da prestação de contas do referido convênio.

19) PROGRAMA: Democratizando o acesso à educação profissional, tecnológica e universitária - ação: Implantação de Centros Escolares de Educação Profissional - PROEP - Convênio 136/01.

Oficiar ao FNDE, com cópia do documento de fls. 466/467, a fim de obter informações atualizadas sobre a referida prestação de contas.

19.1) Atraso na execução do cronograma físico-financeiro do Convênio.

Aguardando o resultado final da prestação de contas do referido convênio.

19.2) Atraso na apresentação da prestação de contas final.

Aguardando o resultado final da prestação de contas do referido convênio.

Dando continuidade às investigações, determino as seguintes providências:

1) oficie-se à Secretaria de Estado da Educação de Goiás, com cópia do documento de fls. 448, requisitando, no prazo de 15 dias, que encaminhe cópia da ata de julgamento do Pregão nº 001/2004, para que haja comprovação documental de que as empresas SIDERAL TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME, ALFA EVENTOS LTDA. e STAFF ASSESSORIA E LOCAÇÕES LTDA - ME foram as vencedoras da licitação em comento.

Por oportuno, esclarece-se que a requisição constante da alínea "a" do Ofício nº 6.583/PR/GO/2009 (cópia anexa) não foi atendida a contento, uma vez que os documentos enviados a esta Procuradoria foram apenas aqueles apresentados pelas empresas participantes do referido certame licitatório para fins de habilitação;

2) oficie-se ao FNDE, com cópia do documento de fls. 422, requisitando, no prazo de 15 dias, informações atualizadas a respeito das prestações de contas referentes aos recursos financeiros repassados à Secretaria de Estado da Educação de Goiás para atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar para Ensino Fundamental - Pré-Escola, Creche e Quilombolas - PNAE/PNAC/PNAQ, exercício de 2005, bem como àqueles recursos repassados por meio dos Convênios nº 808081/2003, nº 808045/2002, nº 130/01 e nº 136/01.Atendidos os pleitos em comento, voltam-me os autos conclusos para posteriores deliberações.

RAPHAEL PERISSÉ RODRIGUES BARBOSA

PORTARIA Nº 63 , DE 16 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República,

a) considerando os indícios de que o benefício de aposentadoria por invalidez concedido judicialmente a Ruth Sueli Parucker Dombeck está fundamentado em vínculos empregatícios que, embora registrados na CTPS da investigada, não existiram de fato;

b) considerando os indícios de que também foram concedidos benefícios com base em vínculos forjados a Valdeci Marcelino e Valdemir Pinheiro;

c) considerando a informação de que Roberto Ladislau Dombeck recebe benefício com base em valor falso da remuneração que serviu como base de cálculo para o cálculo do benefício;

d) considerando que a apuração dos fatos relatados enquadra-se no rol de competências atribuídas constitucionalmente ao Ministério Público Federal (art. 129, inciso III, da CR/88);

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.33.001.000200/2011-17, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Determino, ainda, seja remetido ofício: (i) ao INSS, requisitando que informe se Valdeci Marcelino, Valdemir Pinheiro e Roberto Ladislau Dombeck estão (ou estiveram) em gozo de algum benefício previdenciário concedido judicialmente, após negativa da Autarquia Previdenciária. Caso positivo, qual foi o motivo da negativa do benefício pelo INSS. Requisito ainda que informe se as referidas pessoas recebem (ou receberam) algum benefício cujo deferimento só foi possível em virtude da existência de vínculo com as empresas Design Cristais Ltda. ME (CNPJ 04.400.692/0001-16) e/ou Multifama (CNPJ 05.404.571/0001-05). Por fim, requisito que informe se há no cadastro das referidas pessoas vínculos registrados para os quais não houve o recolhimento da respectiva contribuição previdenciária. As informações prestadas devem vir acompanhadas dos documentos que a sustentam, como cópias das telas dos sistemas informatizados; (ii) à JUCESC, requisitando os contratos sociais e as respectivas alterações das empresas Design Cristais Ltda. ME (CNPJ 04.400.692/0001-16) e Multifama - Indústria e Comércio de Vidros e Cristais Ltda. ME (CNPJ 05.404.571/0001-05), bem como informação sobre a atual situação das empresas, e, caso estejam inativas, quando isso ocorreu.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

JOÃO MARQUES BRANDÃO NETO

PORTARIA Nº 71, DE 3 DE JUNHO DE 2011

Procedimento Administrativo nº 1.26.000.000337/2011-16

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

c) considerando que os elementos dos autos são insuficientes para adoção das medidas pertinentes;

d) considerando que talvez não seja possível instruir o feito no prazo de seis meses;

e) considerando o teor da Resolução nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Determino a conversão do presente Procedimento Administrativo em INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto apurar se a operadora do plano de saúde "Real Saúde", com atuação no Estado de Pernambuco, vem condicionando a prestação de serviços médico-hospitalares e complementares ao diagnóstico e ao tratamento à requisição médica de profissional credenciado e prescrita em formulário próprio.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Em virtude das informações prestadas pela ANS - Pernambuco, à fl. 27, a qual relata que foi aberto o procedimento administrativo nº 25783.005804/2011-27, a fim de apurar a conduta da referida operadora de saúde, determino, ainda, que acautelem-se os autos nessa secretaria por 120 (cento e vinte) dias. Após, retornem conclusos para requisição de novas informações acerca da conclusão do citado procedimento administrativo.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos na Resolução n.º 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

RAFAEL RIBEIRO NOGUEIRA FILHO

PORTARIA N° 73, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio da procuradora da República signatária, com base no que preceituam o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada;

Considerando que o procedimento administrativo nº 1.26.000.001888/2010-16 foi instaurado com escopo de apurar notícia de irregularidades na utilização de recursos repassados pelo Ministério da Saúde ao Município de Paulista/PE - Secretária Municipal de Saúde, conforme exposto no Relatório da Auditoria nº 9.239 do Serviço de Auditoria do Sistema Único de Saúde em Pernambuco - SEAUD/PE - DENASUS, realizada na Prefeitura de Paulista/PE, no período de 10.05 a 14.05.2010;

Considerando que o presente procedimento administrativo foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP c/c o art. 4, § 1º, da Resolução nº 87/2006 do CSMPF), sem que tenham sido finalizadas as apurações;

Considerando que os elementos existentes nos autos apontam a necessidade de aprofundar as investigações;

Resolve converter o procedimento administrativo nº 1.26.000.001888/2010-16 em inquérito civil, determinando:

1. Registro e autuação da presente portaria juntamente com os autos nº 1.26.000.001888/2010-16, assinalando como objeto do Inquérito Civil: "Apurar apurar notícia de irregularidades na utilização de recursos repassados pelo Ministério da Saúde ao Município de Paulista/PE - Secretária Municipal de Saúde, conforme exposto no Relatório da Auditoria nº 9.239 do Serviço de Auditoria do Sistema Único de Saúde em Pernambuco - SEAUD/PE - DENASUS, realizada na Prefeitura de Paulista/PE, no período de 10.05 a 14.05.2010";

2. Remessa de cópia da presente portaria à 5ª CCR, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação no Diário Oficial da União (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF).

Como providência instrutória, determina-se a expedição de ofício ao SEAUD-PE/DENASUS, para requisitar informações sobre a celebração de Termo de Ajuste Sanitário - TAS com o Município de Paulista/PE.

A fim de serem observadas as regras do art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e do art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve a Divisão de Apoio à Tutela Coletiva Cível (DTCC) realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil - cuja data de encerramento deverá ser anotada na capa dos autos, mediante certidão após o seu transcurso.

CAROLINA DE GUSMÃO FURTADO

PORTARIA N° 75, DE 9 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio da procuradora da República signatária, com base no que preceituam o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada;

Considerando que o procedimento administrativo nº 1.26.000.002570/2010-52 foi instaurado com o escopo de apurar notícia de irregularidades na execução de recursos repassados pelo Ministério do Esporte à Prefeitura de Camutanga/PE, via Caixa Econômica Federal, por meio dos contratos de repasse nº. 0246907-55/2007, 0235855-00/2007 e 186.238-77, destinados à implantação de infraestrutura para o desenvolvimento do esporte educacional nacional, conforme exposto no Relatório de Fiscalização nº 01580, da Controladoria-Geral da União - 31ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos;

Considerando que o presente procedimento administrativo foi instaurado há mais de 180 (cento e oitenta) dias (art. 2º, §6º, da Resolução nº 23/2007 CNMP c/c o art. 4, § 1º, da Resolução nº 87/2006 do CSMPF), sem que tenham sido finalizadas as apurações;

Considerando que os elementos existentes nos autos apontam a necessidade de aprofundar as investigações com o objetivo de verificar se já foram corrigidas as falhas apontadas;

Resolve converter o procedimento administrativo nº 1.26.000.002570/2010-52 em inquérito civil, determinando:

1. Registro e autuação da presente portaria juntamente com os autos nº 1.26.000.002570/2010-52, assinalando como objeto do Inquérito Civil: "Apurar notícia de irregularidades na execução de recursos repassados pelo Ministério do Esporte à Prefeitura de Camutanga/PE, via Caixa Econômica Federal, por meio dos contratos de repasse nº. 0246907-55/2007, 0235855-00/2007 e 186.238-77, destinados à implantação de infraestrutura para o desenvolvimento do esporte educacional nacional, conforme exposto no Relatório de Fiscalização nº 01580, da Controladoria-Geral da União - 31ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos";

2. Remessa de cópia da presente portaria à 5ª CCR, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação no Diário Oficial da União (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF).

Como providência instrutória, determina-se a expedição de ofícios à Regional de Sustentação ao Negócio Governo - Caruaru (RSGOVCA) da Caixa Econômica Federal e à Prefeitura de Camutanga/PE, para obtenção de informações e documentos relacionados aos fatos noticiados no relatório da CGU.

A fim de serem observadas as regras do art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e do art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve a Divisão de Apoio à Tutela Coletiva Cível (DTCC) realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil - cuja data de encerramento deverá ser anotada na capa dos autos, mediante certidão após o seu transcurso.

CAROLINA DE GUSMÃO FURTADO

PORTARIA Nº 76, DE 9 DE JUNHO DE 2011

EMENTA: Administrativo. Notícia de irregularidades na inclusão de via pública em relatório de avaliação de danos. Necessidade de instauração de Inquérito Civil Público.

1. O Ministério Público Federal, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, determina, com fundamento no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar nº 75/93, a conversão das Peças de Informação nº 1.11.000.001625/2010-30 em inquérito civil público a fim de apurar a ocorrência de ato de improbidade administrativa, relacionado à suposta irregularidade na inclusão da Rua Jardim Brasília, localizada no município de União dos Palmares/AL, no relatório de avaliação dos danos verificados naquele município em decorrência da enchente ocorrida em junho de 2010.

2. Determina, ainda, que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autuação da presente portaria e das peças de informação em epígrafe como inquérito civil público, inclusive no que concerne à atualização dos sistemas informatizados deste órgão;

b) comunicação da instauração do respectivo inquérito civil público (art. 6º da Resolução 87/2006, do CSMPF) e solicitação da publicação da presente portaria (art. 16, §1º, inciso I, da Resolução 87/2006, do CSMPF) à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, através de mensagem de correio eletrônico.

3. Em seguida, oficie-se à Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas, solicitando informações sobre os fatos descritos na representação acostada à folha 2 dos autos.

4. Ressalto que o ofício mencionado no item anterior desta portaria deverá ser instruído com cópia reprográfica do documento acostado à folha 2 dos autos.

FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 94, DE 18 DE MAIO DE 2011

Inquérito Civil Público nº 1.29.002.000150/2011-91. Interessados: Itaperu Negócios Imobiliários, Caixa Econômica Federal. Assunto: PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL - Apurar irregularidades na venda de apartamentos do Condomínio Residencial Alto Paraíso em Caxias do Sul, pelo sistema de crédito associativo FGTS da Caixa Econômica Federal

FABIANO DE MORAES, Procurador da República, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º da Lei Complementar nº 75/93, e

Considerando o teor do ofício encaminhado pela Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, datado de 04 de abril de 2011, noticiando possíveis irregularidades na venda de apartamentos do Condomínio Residencial Alto Paraíso, pelo sistema de crédito associativo FGTS da Caixa Econômica Federal;

Considerando que, segundo a Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, os moradores do Condomínio Residencial Alto Paraíso informaram que para aceitar o financiamento a Imobiliária Itaperu exigia a aquisição de dois produtos da CEF: "conta corrente, título de capitalização - Caixa CAP, ou seguro". Ainda, a imobiliária teria exigido dos moradores o pagamento de duas taxas, a primeira no valor de R$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais) para a CEF fazer a escritura e a segunda no valor de R$ 1.800,00 (Um mil e oitocentos reais) que seria repassada para a empresa Ricardo Ramos Construtora Ltda;

Considerando que a Câmara de Vereadores de Caxias do Sul encaminhou a documentação relativa a cinco proprietários de apartamentos do Condomínio Residencial Alto Paraíso comprovando a aquisição dos produtos da CEF e o pagamento das referidas taxas;

Considerando que nos termos do art. 129, da Constituição Federal, e do art. 6º, VII, e o art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal a proteção dos direitos constitucionais bem como dos interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos e instaurar inquéritos civis públicos, visando o exercício de suas funções institucionais;

Resolve:

Instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, nos termos da Resolução nº 87 do CSMPF, objetivando a regular e legal coleta de elementos visando a apuração dos fatos mencionados.

À Secretaria, para registro, autuação e a adoção das seguintes providências:

- Oficiar à empresa Itaperu Negócios Imobiliários para que se manifeste sobre as irregularidades noticiadas na Denúncia elaborada pela Vereadora Ana Corso, datada de 04 de abril de 2011 (encaminhar cópia digitalizada da denúncia e documentos anexos);

- Oficiar à CEF para que se manifeste sobre as irregularidades noticiadas na Denúncia elaborada pela Vereadora Ana Corso, datada de 04 de abril de 2011 (encaminhar cópia digitalizada da denúncia e documentos anexos);

- Comunicar à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão a instauração deste Inquérito Civil Público, conforme dispõe o artigo 6º da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, solicitando a publicação da presente Portaria, conforme previsto no Art. 16, § 1º, I desta Resolução.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Após cumpridas as determinações, e recebidas as informações pertinentes, venha o procedimento concluso para deliberação.

FABIANO DE MORAES

PORTARIA Nº 97, DE 30 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas nos artigos 127, caput e 129, III da Constituição da República de 1988, e com fulcro ainda no artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Preparatório, autuado em 27 de agosto de 2003, com o intuito de apurar possíveis irregularidades nos Convênios 93961/2001 (Celebrado entre Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o Estado de Roraima), 024/1999 (Celebrado entre a Fundação Nacional do Índio - Funai e o Município de Caroebe) e 2114/2000 (Celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde - Funasa e o Município de Caroebe);

CONSIDERANDO que o cometimento dessas possíveis irregularidades chegou a esta Procuradoria da República, por meio do OFÍCIO/CMC/Nº 009/03 (fl. 02), OFÍCIO/CMC/Nº 010/03 (fls. 03-08) e OFÍCIO/CMC/Nº 015/03 (fls. 11-14), enviados pela Câmara Municipal de Caroebe. O primeiro, de forma genérica, aponta que há descaso por parte do Governo Estadual e Municipal, em relação a obras de saneamento básico, asfaltamento e iluminação pública, naquele município. O segundo documento, baseado em um relatório de uma Comissão Especial, afirma que a aldeia indígena de Jatapuzinho sofre com a omissão do poder público;

CONSIDERANDO o objeto da investigação é complexo, exigindo a realização de muitas diligências, razão pela qual já se vislumbra a impossibilidade de conclusão do procedimento no prazo de mais 90 dias;

Resolve:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, conforme o disposto no art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior adoção das providências necessárias ao esclarecimento e sanação da irregularidade acima apontada, bem como subsidiar eventuais ações judiciais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

2. Nomear os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

3. À Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC) para registro e autuação como INQUÉRITO CIVIL, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados independentemente de novo despacho. Cadastrar o presente inquérito civil com o resumo que lhe fora dado quando da formação do procedimento administrativo;

Após, adotem-se as seguintes providências:

1. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, encaminhando-lhe cópia da presente portaria. Junte-se aos autos o expediente de nº 1400/2010-DIADE/CGCAP/DIFIN/FNDE, encaminhado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em resposta ao Ofício nº 198/2010/3º OF.CÍVIL/PR-RR/MPF.

2. Oficie-se o TCU, solicitando no prazo de 10 (dez) dias, informações acerca da Tomada de Contas Especial nº 010.649/2009-1, instaurada pela Funasa, relativa ao Convênio 2114/2000 - Siafi 414561, no sentido de esclarecer se já houve trânsito em julgado de acórdão prolatado do referido processo. Além disso, solicitem-se informações sobre o trâmite de algum procedimento relacionado ao Convênio 024/1999 (Funai e Município de Caroebe).

3. Oficie-se o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, para que no prazo de 10 dias, informe se houve conclusão da prestação de contas do Convênio nº 93961/2001 - Siafi 428056. Após, devolvam-me conclusos.

3. Após, venha o procedimento concluso para deliberação.

4. Solicite-se a publicação da presente portaria (art. 7º, IV da Res. 20/96);

RODRIGO GOLIVIO PEREIRA

PORTARIA Nº 98, DE 30 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas nos artigos 127, caput e 129, III da Constituição da República de 1988, e com fulcro ainda no artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo autuado em 04/03/2005 em razão de representação do atual Prefeito do município de Amajarí em face do ex-gestor municipal, visto que este não preservou a documentação relativa à prestação de contas de convênios federais e do FUNDEF);

CONSIDERANDO a denúncia apresentada pelo Município de Amajari contra Alberto Santiago, ex-prefeito daquele município no período de 1997 a 2004, que, em síntese, alega que ao começar seus trabalhos como chefe do Executivo, constatou, juntamente com seu secretariado, ausência dos processos licitatórios, processos administrativos, prestações de conta anuais, bimestrais, semestrais e do FUNDEF, bem como prestações de convênios estaduais e federais nas dependências do prédio da prefeitura Municipal, somadas a diversas irregularidades de gestão e administrativas;

CONSIDERANDO o objeto da investigação é complexo, exigindo a realização de muitas diligências, razão pela qual já se vislumbra a impossibilidade de conclusão do procedimento no prazo de mais 90 dias;

Resolve:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, conforme o disposto no art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior adoção das providências necessárias ao esclarecimento e sanação da irregularidade acima apontada, bem como subsidiar eventuais ações judiciais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

2. Nomear os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

3. À Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC) para registro e autuação como INQUÉRITO CIVIL, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados independentemente de novo despacho. Cadastrar o presente inquérito civil com o resumo que lhe fora dado quando da formação do procedimento administrativo;

Após, adotem-se as seguintes providências:

1. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, encaminhando-lhe cópia da presente portaria.

2. Oficie-se ao TCU para que, no prazo de 10 (dez) dias, encaminhe documentação relativa ao andamento do convênio 16/2001 (INCRA) e do contrato de repasse nº 97.175-41/99, incluindo o atual andamento do convênio FNDE nº 94.759/1998;

3. Em tempo, determino a impressão e juntada dos documentos existentes na mídia digital encaminhada pelo TCU acostada às fls. 116 do procedimento em tela para análise e providências;

3. Após, venha o procedimento concluso para deliberação.

4. Solicite-se a publicação da presente portaria (art. 7º, IV da Res. 20/96);

RODRIGO GOLIVIO PEREIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 99, DE 30 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas nos artigos 127, caput e 129, III da Constituição da República de 1988, e com fulcro ainda no artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo instaurado para apurar o cumprimento da Lei 9.452/97, que determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos Municípios e dá outras providências;

CONSIDERANDO O presente procedimento já tramita há mais de 10 (dez) anos, atravessando 04 (quatro) mandatos municipais distintos. Com 06 (seis) anos de tramitação, foi expedida a Recomendação Nº 005/2006 MPF/RR de fls.490-492, com o intuito de que todos os municípios "cumpram a determinação contida no art. 2º da Lei nº 9452/97";

CONSIDERANDO, destarte, a carência de novas diligências para apurar o cumprimento da supramencionada norma e da Recomendação Nº 005/2006 pelas administrações municipais que não se manifestaram, conforme fl. 663; e considerando, por fim, a necessidade de adequação do presente procedimento à Resolução Nº 87;

CONSIDERANDO o objeto da investigação é complexo, exigindo a realização de muitas diligências, razão pela qual já se vislumbra a impossibilidade de conclusão do procedimento no prazo de mais 90 dias;

Resolve:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, conforme o disposto no art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010, objetivando a regular e legal coleta de elementos para posterior adoção das providências necessárias ao esclarecimento e sanação da irregularidade acima apontada, bem como subsidiar eventuais ações judiciais e extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

2. Nomear os servidores lotados junto a este Ofício para atuar como Secretários no presente.

3. À Secretaria de Acompanhamento em Tutela Coletiva (SETC) para registro e autuação como INQUÉRITO CIVIL, devendo o feito ser iniciado por meio desta Portaria. Havendo novos documentos pertinentes, deverão ser juntados independentemente de novo despacho. Cadastrar o presente inquérito civil com o resumo que lhe fora dado quando da formação do procedimento administrativo;

Após, adotem-se as seguintes providências:

1. Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, encaminhando-lhe cópia da presente portaria.

2. Reiterem-se os Ofícios de fls. 602, 605 e 606, encaminhando-os às prefeituras que não se manifestaram quanto ao seu cumprimento(fls. 663), a saber: Prefeituras de São Luiz do Anauá, Cantá e Caroebe.

3. Conceda-se prazo de 10 dias improrrogáveis para manifestação das respectivas prefeituras acerca do cumprimento da referida Recomendação 005/2006, sob pena de serem responsabilizadas pelo não atendimento.

3. Após, venha o procedimento concluso para deliberação.

4. Solicite-se a publicação da presente portaria (art. 7º, IV da Res. 20/96);

RODRIGO GOLIVIO PEREIRA
Procurador da República

PORTARIA Nº 100, DE 26 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, presentado pelo Procurador da República que esta subscreve, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos III e VI, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, e artigos 5º, incisos I e III, 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), e

CONSIDERANDO os elementos até o momento coligidos e acostados ao Procedimento Preparatório n.º 1.32.000.000250/2009-27, o qual possui por resumo "prejuízo ao erário decorrente de irregularidades na execução de convênios firmados com o Município de Caracaraí. Convênio nº 410/99 (SIAFI 388210); Convênio 020/2000 - SUDAM (SIAFI 398211); Convênio 02/01, firmado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário; Convênio nº 05/01 (SIAFI 419245), convênio nº 109/99 (SIAFI 384124); verbas do Fundo a Fundo transferidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome";

CONSIDERANDO o extenso acervo documental angariado, consubstanciado em 05 (cinco) volumes principais e 14 (quatorze) anexos;

CONSIDERANDO que expirou o prazo para a tramitação do mencionado Procedimento Preparatório sem que fosse possível realizar-se promoção de arquivamento ou a propositura de ação civil pública, havendo a necessidade de continuidade das apurações, visando carrear aos autos mais elementos de convicção;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação ao disposto no artigo 4º, § 4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, e artigo 2º, § 7º, da Resolução CNMP nº 23/2007, regularizando o curso procedimental;

Resolve determinar o seguinte:

1. Converta-se o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público;

2. Registre-se em livro próprio a presente e autue-se, com as anotações de praxe;

3. Comunique-se à Colenda 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

4. Providencie-se a publicação da presente Portaria (art. 5º, inciso VI, da Resolução CSMPF nº 87/2006, e art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23/2007).

5. Depois de convertido, retornem-me os autos, conclusos, para análise.

LEONARDO DE FARIA GALIANO

PORTARIA Nº 101, DE 27 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, presentado pelo Procurador da República que esta subscreve, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos III e VI, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, e artigos 5º, incisos I e III, 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), e

CONSIDERANDO os elementos probatórios já colhidos no Procedimento Preparatório nº 1.32.000.000209/2009-51, instaurado com o escopo de apurar possíveis irregularidades na execução do Convênio n° 522/03 (SIAFI n° 490313), firmado entre a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e a Prefeitura Municipal de Bonfim/RR;

CONSIDERANDO que expirou o prazo para a tramitação do mencionado Procedimento Preparatório sem que fosse possível realizar-se promoção de arquivamento ou a propositura de ação civil pública, havendo a necessidade de continuidade das apurações, visando carrear aos autos mais elementos de convicção;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação ao disposto no artigo 4º, § 4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, e artigo 2º, § 7º, da Resolução CNMP nº 23/2007, regularizando o curso procedimental;

CONSIDERANDO o teor do Ofício n° 1364 (fl. 43), proveniente da FUNASA, em que este órgão informara a este Parquet Federal não ter sido possível atender ao Ofício Ministerial de fl. 39 naquele momento, tendo em vista que o processo cuja cópia se requisitou estava na posse de outro órgão;

Resolve determinar o seguinte:

1. Converta-se o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, com as seguintes informações na capa:

RESUMO: Irregularidades no Convênio 522/03 - FUNASA.

SIAFI nº 490313. Construção de sistema de esgotamento sanitário no Município de Bonfim/RR;

REQUERENTE: Ministério Público da União e outros;

REQUERIDO: FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

2. Fixo as seguintes diligências iniciais:

2.1. Oficie-se à Controladoria-Geral da União no Estado de Roraima (CGU/RR), solicitando o encaminhamento dos papéis de trabalho que subsidiaram as conclusões lançadas no Relatório de Fiscalização nº 202328, referente à fiscalização do Convênio nº 522/03 (SIAFI 490313), firmado entre a FUNASA e o Município de Bonfim/RR;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2.2. Oficie-se à Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), requisitando-lhe informações atualizadas acerca da prestação de contas do Convênio n° 522/03 (SIAFI n° 490313), firmado com a Prefeitura Municipal de Bonfim/RR, devendo-se informar, inclusive, se já fora instaurada eventual Tomada de Contas Especial, bem como se tal expediente já fora encaminhado para o Tribunal de Contas da União (TCU) para eventual julgamento; além do mais, deverá ser encaminhado cópia dos pareceres técnico e financeiro quanto à prestação de contas parcial e/ou final eventualmente realizados.

3. Registre-se em livro próprio a presente e autue-se, com as anotações de praxe.

4. Comunique-se à Colenda 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

5. Providencie-se a publicação da presente Portaria (art. 5º, inciso VI, da Resolução CSMPF nº 87/2006, e art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23/2007).

LEONARDO DE FARIA GALIANO

PORTARIA Nº 117, DE 1° DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, presentado pelo Procurador da República que esta subscreve, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos III e VI, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, e artigos 5º, incisos I e III, 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), e

CONSIDERANDO o estágio em que se encontra o Procedimento Preparatório de n.º 1.32.000.000024/2011-61, formalizado com o objetivo se investigar, inicialmente, a suposta não prestação de contas pela Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Professora Conceição da Costa e Silva, no que tange aos recursos recebidos sob a égide do Programa Dinheiro Direto da Escola (PDDE), exercício de 2009;

CONSIDERANDO o teor do Ofício de fls. 89/91, promanado do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em que se destaca que houve a apresentação intempestiva das contas, noticiando-se, na mesma oportunidade, que "(...) estão em andamento os procedimentos administrativos internos visando a conclusão da análise da citada prestação de contas" (fl. 91, item 8);

CONSIDERANDO a imprescindibilidade de se acompanhar, pari passu, a conclusão desta análise da prestação de contas, pois imbricada com o objeto principal de investigação nestes autos;

CONSIDERANDO que o intento do Procedimento Preparatório ora em conversão fora alcançado, porquanto já há elementos para identificação dos investigados e do objeto da apuração (art. 2º, § 4º, da Resolução CNMP n.º 23/2007), estando nos autos elementos suficientes para embasar a instauração de Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação ao disposto no artigo 4º, § 4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, e artigo 2º, § 7º, da Resolução CNMP nº 23/2007, regularizando o curso procedimental;

Resolve determinar o seguinte:

1. Converta-se o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público, com as seguintes informações na capa dos autos:

RESUMO: Apuração de suposta não prestação de contas pela Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Professora Conceição da Costa e Silva, no que tange aos recursos recebidos sob a égide do Programa Dinheiro Direto da Escola (PDDE), exercício de 2009.

REPRESENTANTES: Antônio Fernando Pereira de Carvalho e outros;

REPRESENTADOS: Leonete Lima Barbosa e outros.

2. Registre-se em livro próprio a presente e autue-se, com as anotações de praxe;

3. Comunique-se à Colenda 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

4. Providencie-se a publicação da presente Portaria (art. 5º, inciso VI, da Resolução CSMPF nº 87/2006, e art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23/2007).

5. Depois da conversão, acautelem-se os autos em cartório pelo prazo de sessenta dias. Após, conclusos.

LEONARDO DE FARIA GALIANO

PORTARIA Nº 119, DE 13 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República infra-assinada, com base nas suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, e artigos 5º, I, h, III, b, V, b e 6º, VII, da Lei Complementar n.º 75/93:

a) considerando que o art. 7º, I, da LC n.º 75/93 estabelece que incumbe ao Ministério Público da União, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil público;

b) considerando que a Lei n.º 7.347/85, em seu art. 8º, §1º, dispõe que o Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil;

c) considerando o teor dos arts. 4º, 5º, 6º e 8º da Resolução CSMPF n.º 87/2006 (com redação alterada pela Resolução CSMPFn.º 106/2010), que regulamenta a instauração e tramitação do Inquérito Civil no âmbito do Ministério Público Federal;

d) considerando a instauração do Procedimento Administrativo MPF/PR/ES n.º 1.17.000.001682/2010-03 para apurar prática de ato de improbidade administrativa por João Roberto Corcino de Freitas e Carlos Alberto Corcino de Freitas;

e) considerando a necessidade de se prosseguir a apuração dos fatos;

Resolvo, nos termos do art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF n.º 87/2006 (alterada pela Resolução CSMPF n.º 106/2010), converter o Procedimento Administrativo MPF/PR/ES n.º 1.17.000.001682/2010-03 em Inquérito Civil Público para orientar a atuação do MPF, com vistas à eventuais medidas judiciais ou extra-judiciais.

i) Autue-se, com a seguinte ementa: "Apurar prática de ato de improbidade administrativa por João Roberto Corcino de Freitas e Carlos Alberto Corcino de Freitas";

ii) Certifique-se a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF da presente Portaria;

iii) Designo como Secretária deste ICP a servidora Fernanda Caser, enquanto lotada neste gabinete;

iv) Publique-se.

ELISANDRA DE OLIVEIRA OLÍMPIO

PORTARIA Nº 122, DE 6 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, presentado pelo Procurador da República que esta subscreve, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos III e VI, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, e artigos 5º, incisos I e III, 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), e

CONSIDERANDO os elementos probatórios já acostados ao Procedimento Preparatório nº 1.32.000.000066/2010-11, cujo objeto principal é a investigação das irregularidades detectadas pelo Ministério da Defesa na execução do objeto do Convênio 135/PCN/2006 (SIAFI 574636), firmado com o Município de Amajari/RR, à época sob a gestão do Sr. Benildo Pereira da Silva Filho (2004-2008);

CONSIDERANDO que os documentos carreados às fls. 19/29 noticiam que já houve a instauração de Tomada de Contas Especial e de que esta já foi encaminhada ao Tribunal de Contas da União para julgamento;

CONSIDERANDO que expirou o prazo para a tramitação do mencionado Procedimento Preparatório sem que fosse possível realizar-se promoção de arquivamento ou a propositura de ação civil pública, havendo a necessidade de continuidade das apurações, visando carrear aos autos mais elementos de convicção;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação ao disposto no artigo 4º, § 4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, e artigo 2º, § 7º, da Resolução CNMP nº 23/2007, regularizando o curso procedimental;

Resolve determinar o seguinte:

1. Converta-se o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público;

2. Fixo a seguinte diligência inicial:

2.1. Oficie-se à Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, requisitando cópia integral do Processo n.º 60540.000419/2009-22, atinente à Tomada de Contas Especial referente ao Convênio n.º 135/PCN/2006 (SIAFI 574636), firmado entre aquele Ministério e o Município de Amajari/RR, à época sob a gestão do Sr. Benildo Pereira da Silva Filho (com o ofício, encaminhar cópia da fl. 20).

3. Registre-se em livro próprio a presente e autue-se, com as anotações de praxe;

4. Comunique-se à Colenda 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

5. Providencie-se a publicação da presente Portaria (art. 5º, inciso VI, da Resolução CSMPF nº 87/2006, e art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23/2007).

LEONARDO DE FARIA GALIANO

PORTARIA Nº 125, DE 7 DE JUNHO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo nº 1.19.001.000185/2009-61 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento instaurado com a finalidade de apurar irregularidades em virtude da não prestação de contas referente ao Plano de Desenvolvimento da Educação PDE, ano 2007, firmado entre o Ministério da Educação e o município de Itinga do Maranhão/MA.

2) Possível responsável pelo fatos investigado: Francisco Valbert Ferreira de Queiroz.

3) Autor da representação: Município de Itinga do Maranhão/MA.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Natanne Lira de Morais, Matrícula MPF nº 21551-1.

Estabelece, a título de diligências iniciais: Aguarde-se resposta do ofício da fl. 35.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

FLAUBERTH MARTINS ALVES

PORTARIA Nº 129, DE 9 DE JUNHO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo nº 1.19.001.000119/2007-20 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento instaurado a partir de termo de declarações de Maria Alves da Silva, moradora do Assentamento Gameleira, no município de Governador Edison Lobão, nhoticiando desentendimento entre os assentados com relação à delimitação da área de cada lote.

2) Possível responsável pelo fatos investigado: A apurar.

3) Autor da representação: Maria Alves da Silva.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Natanne Lira de Morais, Matrícula MPF nº 21551-1.

Estabelece, a título de diligências iniciais: Cumpra-se o despacho de fl. 84.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

FLAUBERTH MARTINS ALVES
Procurador da República

PORTARIA Nº 145, DE 7 DE JUNHO DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais (art. 129 da CF/88), e legais (art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e art. 7º, I, da Lei Complementar n.º 75/93), e, ainda:

a) Considerando que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e que o Ministério Público tem como funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em conformidade com o art. 127, caput e 129, III da CF/88;

b) Considerando que compete ao Ministério Público Federal, quando a causa for de competência de juiz federal, a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, segundo o art. 6º, VII, b da Lei Complementar nº 75/93;

c) Considerando documentação acostada aos autos que versa sobre possíveis danos causados às rodovias federais pelos veículos contratados pela empresa Pedreira São João Ltda, "embarcador da carga", por transporte de carga com excesso de peso.

Resolve, nos termos do art. 2º, §7º e art. 4º, I à VI, ambos da Resolução CNMP n.º 23/07, instaurar inquérito civil público destinado a apurar possíveis danos causados às rodovias federais pelos veículos contratados pela empresa Pedreira São João Ltda, "embarcador da carga", em decorrência do transporte de carga com excesso de peso.

À Secretaria Jurídica para autuação, registro e juntada dos documentos anexos, anotando na capa dos autos e no "ARP" o seguinte:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Assunto: Apurar possíveis danos causados às rodovias federais pelos veículos contratados pela empresa Pedreira São João Ltda, "embarcador da carga", por transporte de carga com excesso de peso.

1. Após, encaminhar à equipe técnica desta procuradoria para comunicar, através do e-mail: iniciais@prmg.mpf.gov.br e 5camara@pgr.mpf.gov.br, em cumprimento ao disposto no art. 9º § 9º e art. 6º da Resolução CSMPF n.º 87/06, e para efeitos do disposto no inciso VI, do art. 4º da Resolução CNMP n.º 23/07, à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com o envio desta portaria em anexo;

2. Junte-se aos autos cópia do ofício (ICP n.º 1.22.009.000315/2010-34), encaminhado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, solicitando análise técnica sobre a viabilidade de se atribuir um quantum ao prejuízo causado ao Patrimônio Público a partir do excesso de carga.

3. Oficie-se, com as advertências de praxe, ao Sr. Samuel Salmen de Campos, sócio da empresa Pedreira São João Ltda., requisitando que encaminhe cópias das notas fiscais relativas ao transporte de carga em rodovias federais emitidas nos meses de maio, junho e julho de 2010 de forma sequencial. O Ofício deverá ser entregue pessoalmente por servidor desta PRM.

4. Após, acautelem-se os autos em Secretaria pelo prazo de 20 (vinte) dias.

Designo a equipe técnica desta procuradoria para secretariar o presente inquérito civil.

ZILMAR ANTONIO DRUMOND

PORTARIA Nº 146, DE 23 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.002.000374/2010-25, que foi instaurado para apurar a notícia de que a servidora Liliane Tabosa Arraes, no ano de 2005, morou em Belém, porém recebeu proventos da Secretaria Municipal da Saúde do município de Altamira-PA;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.002.000374/2010-25, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Reitere-se os ofícios de fls. 27 e 28, com AR-MP, mencionando a possibilidade de responsabilização penal e por improbidade administrativa, nos termos do artigo 12, III, da lei n. 8.429;

3 - Verifique-se, no PA que acompanha a atuação do CMS de Altamira, se não há apensado àquele o Relatório de Gestão do ano de 2005: se sim, extrair cópia, somente da parte que menciona que a representada então recebia, concomitantemente, proventos da FUNASA e da Secretaria Municipal de Saúde; se não, oficiar à Secretaria Municipal de Saúde, requisitando cópia integral do referido Relatório;

4 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5a. Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

5 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 153, DE 23 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000199/2010-76, que foi instaurado a partir de representação do STR de Novo Repartimento para apurar o "estado de calamidade" em que se encontram 35 projetos de assentamento existentes no município;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000199/2010-76, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Encaminhe-se ao representante as respostas de fls. 38-78, questionando: (a) quanto a sua eventual suficiência; (b) caso insuficiente, qual os pontos pendentes, objetivamente, de forma individualizada, assentamento por assentamento;

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

4 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 170, DE 26 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000071/2006-26, cujo objeto é apurar as condições do Hospital Municipal São Rafael, no município de Altamira;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000071/2006-26, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Oficie-se ao Secretário de Saúde do Município, para que identifique: (a) a personalidade jurídica do hospital; (b) seu CNPJ; (c) o nome do seu gestor;

3 - Oficie-se à NESA, dando ciência das irregularidades verificadas pelo MPF (em três ocasiões) e pelo DENASUS (em uma), questionando quais, de todas detectadas, serão sanadas quando da reforma e ampliação do Hospital, prevista como condicionante 2.9 da Licença Prévia n. 342/2010; e requisitando cópia do projeto e do cronograma que indica a finalização da obra para 31.12.2011 (juntar cópia dos quatro relatórios);

4 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

5 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 171, DE 26 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000215/2009-97, cujo objeto é o acompanhamento da atuação do INCRA no Projeto de Assentamento para fins de Reforma Agrária denominado de PA ARAPARI;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000215/2009-97 , a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Oficie-se novamente à Superintendência Regional do INCRA em Santarém, questionando se se iniciaram as atividades relativas à revisão ocupacional, considerando que a resposta, datada de 03/11/2010, informa que haveria priorização disso no ano de 2.011; caso negativo, apresentar as razões do não-cumprimento da RECOMENDAÇÃO N. 003/2010 MPF/PRM/ATM/GAB1;

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

4 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 175, DE 26 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000446/2006-58, cujo objeto é o acompanhamento da licitação e da execução das obras da BR/163, do trecho situado no Pará, que inicia na divisa com o Mato Grosso, em Novo Progresso;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000446/2006-58, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Não foram constatados indícios da ocorrência de crime previsto na Lei de Licitações, entretanto, diante dos vultuosos valores das obras de manutenção/conservação da rodovia, bem como diante da necessidade de acompanhar suas condições de trafegabilidade, proceda-se a reautuação deste procedimento para a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

3 - Oficie-se ao DNIT em Belém, encaminhando cópia do relatório de fls. 104/146, para que preste informações: a) sobre as condições atuais de trafegabilidade da rodovia, tendo em vista que o relatório data de 2007; b) sobre quais contratos de manutenção/conservação estão em vigor e com quais empresas; c) se foi resolvido o problema citado nas fls. 151/180 e 186/187 (juntar cópia) na região do cintura fina e na ponte do cotovelo localizada no km 49 da rodovia; d) Se há licitação/contrato para a realização do asfaltamento da referida rodovia federal, em que fase se encontra, quais são as atuais pendências, cronograma das obras, etc;

4 - Oficie-se à CGU, para que informe sobre o cronograma de fiscalização das Obras do PAC, notadamente da obra de pavimentação asfáltica da Rodovia BR-163 (Santarém/Cuiabá);

5 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

6 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 176, DE 26 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000420/2008-71, cujo objeto é o acompanhamento da Operação Arco Verde no municípios de Altamira, Brasil Novo e Novo Repartimento;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000420/2008-71, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Tendo em vista que a Operação Arco Verde está se desenvolvendo e que foi apresentado o relatório da operação em 2010, aguarde-se até julho para requisitar ao Departamento de Articulação de Ações da Amazônia - DAAM - SECEX/MMA novo relatório atualizado, tendo em vista que diversas ações deverão ser finalizadas no primeiro semestre de 2011;

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

4 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 177, DE 26 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000243/2006-61, que foi instaurado para acompanhamento dos Programas Bolsa Família e Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Anapu-PA;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000243/2006-61, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Oficie-se ao FNDE, juntando cópias de fl. 206, para que informe sobre as providências tomadas com relação aos programas em que a situação do município de Anapu-PA é de "DOCUMENTOS COM PENDÊNCIA" (PNATE 2008 e 2009), "EM DILIGÊNCIA" (PEJA 2005) e quais providências está tomando ou já tomou nos casos em que a situação é de "INADIMPLENTE" (PEJA 2004), "TCE INSTAURADA" (PDDE 2000) e "NÃO RECEBIDA" (PDDE 2009 e BRALF 2009).

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

4 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 178, DE 26 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000440/2006-81, que foi instaurado para acompanhamento da gestão de recursos públicos destinados à saúde no município de Altamira-PA;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000440/2006-81, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Oficie-se à Prefeitura Municipal de Altamira, requisitando cópia do relatório de gestão remetido ao Conselho Municipal de Saúde, referente ao ano de 2010;

3 - Oficie-se ao Conselho Municipal de Saúde de Altamira, requisitando a ata da sessão em que se deliberou sobre o relatório de gestão de 2010 e qual foi a deliberação;

4 - Oficie-se ao Ministério da Saúde, ao DENASUS, à SESPA, ao TCU, ao TCM e ao Conselho Estadual de Saúde, encaminhando cópia das fls. 59/68, requisitando informações sobre que providências foram tomadas em relação à representação feita pelo Conselho Municipal de Saúde, relativa à gestão em saúde no município de Altamira nos anos de 2006 e 2007;

5 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

6 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 182, DE 27 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000475/2010-04, cujo objeto é o acompanhamento da execução do Convênio FUNASA n. 1034/2008, celebrado com o município de Anapu, que, por sua vez, procedeu à Tomada de Preços n. 002/2009, que teve como resultado a celebração de um contrato com a empresa AMAZON TRACK ENGENHARIA LTDA., cujo objeto é a execução de obras de saneamento integrado do Programa de Aceleração do Crescimento, que incluem sistemas de abastecimento de água nos bairros Bom Sossego, Centro, Imperatriz, Paraná I, II, III;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000475/2010-04, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Oficie-se à FUNASA, questionando quanto foram gastos em recursos públicos federais na referida obra;

3 - Oficie-se à Prefeitura Municipal de Anapu, questionando quanto foram gastos em recursos públicos federais na referida obra e se seu objeto foi executado plenamente, bem como se foi feita a prestação de contas;

4 - Oficie-se à CPT de Anapu (representante), questionando, especificamente em relação ao objeto deste ICP, se foi executado plenamente; caso negativo mencionar objetivamente o que resta pendente, juntando documentos comprobatórios (fotos, depoimentos de moradores plenamente identificados, etc);

5 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

6 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 183, DE 27 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000925/2007-97, cujo objeto é a apuração de suposta falsificação ideológica de documento, por parte de José Eduardo Pinto e outros, para o fim de regularizar terras localizadas no município de Altamira, através do Programa Terra Legal;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000925/2007-97, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Face aos indícios veementes de prática de falsidade ideológica, principalmente o de fls. 05, 13-15, 37, 76, 93-95, oficie-se à DPF em Altamira, remetendo cópia integral deste ICP, requisitando a abertura de IPL;

3 - Se houver outro Tabelionato de Notas e Registro de Imóveis em Altamira que não o 1º, oficiar também a esse, com base no modelo de fl. 154;

4 - Com base na resposta de fl. 165 (juntar cópia), oficiar ao servidor Marcelo Bacco, da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, requisitando cópia dos cinco processos ali enumerados;

5 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

6 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 185, DE 27 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000164/2006-51, cujo objeto é o acompanhamento da aplicação de verbas públicas federais repassadas à Prefeitura Municipal de Medicilândia/PA;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000164/2006-51, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Reiterar os ofícios de fls. 101, 106, 107, 108, 109, 110/111 e 112/113, com AR-MP, mencionando, em caso de não atendimento injustificado, a possibilidade de responsabilização penal e por improbidade administrativa, nos termos do artigo 11, II, c/c artigo 12, III, da lei 8.429;

3 - Reiterar o ofício de fl. 100, juntando cópia de f. 115, porém diretamente à Coordenação-Geral de Prestação de Contas - CGPC;

4 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

5 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 186, DE 26 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC nº 75/93 incumbe ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Resolve converter a Peça de Informação n° 1.20.000.000132/2011-54 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar possível malversação de verbas públicas referentes à irregularidades na construção do Rodoanel por parte da Prefeitura de Cuiabá/MT; mantendo-se sua ementa, número de autuação e Ofício para o qual foi distribuído.

Comunique-se à Egrégia 1ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, com arrimo nos incisos II e IV do artigo 8º da Lei Complementar nº 75/93, determino:

1 - Seja expedido ofício à Controladoria-Geral da União (CGU), instruído com cópias das fls. 18/269, referente à auditoria interna e externa realizadas nas obras do Rodoanel de Cuiabá/MT, por parte da Secretaria Municipal de Infraestrutura, para que aquele órgão faça as análises devidas.

2 - Concedo para tanto, o prazo de 60 (sessenta) dias para a realização do Relatório refente a mencionada auditoria, acostada às fls. 18/269.

VANESSA CRISTHINA MARCONI ZAGO RIBEIRO SCARMAGNANI

PORTARIA Nº 186, DE 27 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000144/2007-61, cujo objeto é analisar processos de concessão de créditos do PRONAF-D, outorgados pelas agências do Banco do brasil dos municípios de Brasil Novo/PA e Medicilândia/PA;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000144/2007-61, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Reiterar o ofício de fl. 455, juntando cópia de fl. 459, porém diretamente à Secretaria de Agricultura Familiar - SAF/MDA;

3 - Oficie-se ao MDA, encaminhando cópia de fls. 464/471, para que se manifeste a respeito;

4 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

5 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 187, DE 27 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000226/2007-13, cujo objeto é analisar o aparelhamento do INCRA em Altamira;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000226/2007-13, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Reiterar o ofício de fl. 1157, juntando cópia de fls. 1159/1161 e de fls. 02/08, requisitando, também, informações sobre a situação atual da U. A. de Altamira, e questionando quais dos problemas citados no relatório em anexo ainda persistem;

3 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

4 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 233, DE 31 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO que Procurador da República Geraldo Fernando Magalhães Cardoso, lotado no Município de São João da Boa Vista, determinou a remessa dos autos do Procedimento Preparatório nº 1.34.025.000106/2010-71 à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, através do Ofício/PRM/SJBV nº 132/2001, datado de 15 de abril de 2001, averbando:

Trata-se de Procedimento Preparatório instaurado para apurar notícia de supostas irregularidades praticadas no procedimento DNPM nº 821.527/87.

De acordo com o noticiado, no transcorrer do procedimento DNPM nº 821.527/87, relativo ao requerimento de concessão de lavra apresentado pela empresa GRANVISA MÁRMORES E GRANITOS LTDA., os engenheiros do Departamento Nacional de Produção Mineral constataram indícios de irregularidades (fls. 320-326).

Por meio do despacho de fl. 321, o Geólogo Enzo Luís Nico Júnior encaminhou o processo à fiscalização para análise das irregulariades verificadas.

Realizado o histórico do processo (fls. 322-326), o relatório do Geólogo Marcelo Barone apontou fatos que demandavam apuração tais como:

"Verificação do despacho de aprovação do relatório - se havia, à época, delegação de competência para tal ato:

A manifestação de técnicos no processo, sem qualquer motivação;

A não manifestação de técnico, apesar de determinação da chefia do distrito para tal;

A possibilidade do indeferimento do requerimento de concessão de lavra, com fulcro no § 4º do Artigo 41 do Código de Mineração, pelo cumprimento intempestivo da exigência transmitida pelo Ofício 2566/03 (fl. 256), uma vez que tal dispositivo legal cita que a exigência é para melhor instrução do processo.

O PAE nunca ter sido analisado e, mesmo assim, ter sido emitida "Declaração de PAE satisfatório".

(fls. 282)

Diante das constatações apresentadas foi determinado o envio do processo à Procuradoria Geral para instrução de Procedimento Administrativo Disciplinar (fl. 326).

De acordo com o informado na Nota Técnica P.F. 2º DS-SP nº 01/2008, a Procuradoria do DNPM decidiu não instaurar Procedimento Administrativo Disciplinar por não ter sido vislumbrado a ocorrência de desvios funcionais suficientes (fls. 335-338).

Não obstante o arquivamento promovido pela Procuradoria do DNPM, os fatos são graves e necessitam uma investigação mais acurada.

(fls. 339-341)

CONSIDERANDO que as informações e documentos juntados confirmam a necessidade de apuração de lesão ao patrimônio público (erário) e a prática de ato(s) de improbidade administrativa no âmbito do Processo DNPM nº 821.527/87 (fls. 320-326);

CONSIDERANDO que a espécie pode identificar, em tese, a prática de ato(s) de improbidade administrativa que importou (importaram) enriquecimento ilícito, causou (causaram) prejuízo ao erário e atentou (atentaram) contra os princípios da administração pública (arts. 9o, 10 e 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, respectivamente), sem nenhum prejuízo da responsabilidade penal (art. 37, § 4º, da Constituição Federal e art. 12, caput, da Lei nº 8.429/1992);

CONSIDERANDO que toda a hipótese deve ser devidamente esquadrinhada e que devem ser identificados todos os agentes públicos e/ou terceiros que concorreram para eventual prática ilícita, até para desvelar prejuízo ao patrimônio público (erário) e/ou a prática de ato(s) de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992), viabilizando eventuais medidas extrajudiciais e/ou judiciais;

CONSIDERANDO que a ação de ressarcimento ao erário por ato ilícito praticado por agente público é imprescritível (art. 37, § 5º, da Constituição Federal, coadjuvado pelo art. 5º da Lei nº 8.429/1992);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal e art. 1o da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 - Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. arts. 5o, incisos I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6o, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. art. 1o da Resolução nº 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que o Ministério Público pode - e deve - ajuizar ação civil pública para o ressarcimento de dano ao patrimônio público e/ou destinada a levar a efeito as sanções cíveis decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa (arts. 1o, inciso IV, e 5o, § 1o, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e arts. 5o e 17 da Lei nº 8.429/1992);

CONSIDERANDO que compete aos juízes federais processarem e julgarem as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (art. 109, inciso I, da Constituição Federal), o que determina, numa perspectiva constitucional, lógica e sistemática, a respectiva atribuição do Ministério Público Federal (art. 70 da Lei Orgânica do Ministério Publico da União);

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar a hipótese, determinando, para tanto:

1. Autuem-se a Portaria e o Procedimento Preparatório nº 1.34.025.000106/2010-71 (art. 5o, inciso III, da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

2. Registre-se e zele-se pelas respectivas normas (Rotina de Serviços nº 01, de 03 de outubro de 2006, da Divisão de Tutela Coletiva).

3. Controle-se o respectivo prazo (art. 9º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. art. 15 da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

4. Comunique-se a instauração deste inquérito civil à 5a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração (art. 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. arts. 6º e 16, § 1º, inciso I, da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

5. Designo o(s) Analista(s) Processual(ais) e o(s) Técnico(s) Administrativo(s) vinculado(s) ao gabinete para secretariarem o inquérito civil (arts. 4º, inciso V, e 6º, § 1º, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público).

6. Expeça-se ofício ao Departamento Nacional de Produção Mineral, requisitando informações acerca do atual trâmite do Processo DNPM nº 821.527/87, especialmente sobre as medidas adotadas objetivando a correção das irregularidades constatadas pelo geólogo do Departamento Nacional de Produção Mineral, Marcelo Barone (fls. 322-326), e pela técnica da SCA/DICAM/DNPM, Camila Imaculada de Paula (fl. 320).

Com a resposta, ou decorrido o interstício para tanto, retornem-se os autos conclusos para nova deliberação.

RAFAEL SIQUEIRA DE PRETTO

PORTARIA Nº 239, DE 15 DE JUNHO DE 2011

PR-SP-00039607/2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e considerando que:

- foi autuado, no âmbito da Procuradoria da República em São Paulo, o Procedimento Administrativo nº 1.34.001.008313/2010-42, que apura possíveis irregularidades na aplicação de recurso federal no Município de Pirapora do Bom Jesus / SP, para execução de ações do governo federal, conforme apontado no item 5.1 a 5.1.7 do Relatório de Fiscalização do CGU nº 1544, de 05/10/2009.;

- referido Procedimento ainda está em fase de instrução e já transcorreu o prazo estabelecido no artigo 2º, §6º, da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para que se possa prosseguir na apuração dos fatos e, se necessário, promover as medidas aplicáveis, determinando o quanto segue:

1. autue-se esta Portaria e o Procedimento Administrativo 1.34.001.008313/2010-42 como Inquérito Civil (artigo 4º, da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público);

2. registre-se e publique-se, inclusive na página da internet, controlando-se o prazo de eventual prorrogação (artigos 4º e 9º, da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público);

3. comunique-se a instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, inclusive para a publicação no Diário Oficial desta Portaria de instauração (artigo 4o, inciso VI, da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público).

LISIANE C. BRAECHER

PORTARIA Nº 242, DE 13 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal e art. 1o da Lei Complementar nº 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. arts. 5o, incisos I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6o, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1o da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que o Ministério Público pode - e deve - ajuizar ação civil pública para o ressarcimento de dano ao patrimônio público e/ou destinada a levar a efeito as sanções cíveis decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa (arts. 1o, inciso IV, e 5o, § 1o, da Lei nº 7.347/85 e arts. 5o e 17 da Lei nº 8.429/92);

CONSIDERANDO que compete aos juízes federais processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (art. 109, inciso I, da Constituição Federal), o que determina, numa perspectiva constitucional, lógica e sistemática, a respectiva atribuição do Ministério Público Federal (art. 70 da Lei Orgânica do Ministério Publico da União);

CONSIDERANDO que foram autuadas nesta Procuradoria da República em São Paulo as Peças Informativas nº 1.34.001.008588/2010-86, com a seguinte ementa:

"PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL. Processo DNPM nº 820.571/88 e Processo DNPM nº 820.931/99 (PA Originador: 1.34.001.008278/2010-61).

CONSIDERANDO que o presente procedimento foi instaurado a partir do despacho proferido pelo Exmo. Procurador da República Dr. Rafael Siqueira de Pretto, nos autos do procedimento nº 1.34.001.008278/2010-61, no qual determinou o desmembramento do procedimento original, visando a apuração de todas as irregularidades constatadas no Relatório Final da Comissão do Processo Administrativo nº 48400-001206/2005-83, instaurado no âmbito do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;

CONSIDERANDO que foi distribuída a este 2º Ofício do Grupo II da Tutela Coletiva - Patrimônio Público e Social a Peça Informativa nº 1.34.001.008588/2010-86, tendo por escopo a investigação sobre as supostas irregularidades ocorridas nos Processos DNPM nº820.571/88 e nº 820.931/99 ;

CONSIDERANDO que as Peças Informativas, no dia 08.11.2010, foram convertidas em Procedimento Preparatório, nos termos do art. 3º, §§ 4º a 7° da Resolução nº 23 do CNMP, de 17 de setembro de 20007, visando a obtenção de elementos para identificação dos fatos investigados;

CONSIDERANDO que, no dia 10.02.2011, o prazo do Procedimento Preparatório foi prorrogado por mais 90 (noventa) dias, nos termos da Resolução nº 23 do CNMP, de 17 de setembro de 2007;

CONSIDERANDO que o prazo de 90 (noventa) dias da prorrogação expirou-se e, nos termos do art. 3º, § 7º da Resolução nº 23 do CNMP, de 17 de setembro de 2007, uma vez expirado o prazo do § 6º o Ministério Público Federal promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil público;

CONSIDERANDO que até o presente momento os elementos coligidos no Procedimento Preparatório não autorizam a adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais, exigindo maior aprofundamento por este órgão ministerial, a fim de que sejam adotadas as providências cabíveis;

CONSIDERANDO, enfim, a necessidade de continuação das investigações a fim subsidiar eventuais medidas judiciais/extrajudiciais no âmbito da proteção ao patrimônio público e da probidade administrativa;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar a hipótese, determinando, para tanto:

1. Autuem-se a Portaria e as Peças Informativas nº 1.34.001.008339/2010-91 como Inquérito Civil (art. 4 da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

2. Registre-se e zele-se pelas respectivas normas (Rotina de Serviços nº 01/06 da Divisão de Tutela Coletiva);

3. Controle-se o respectivo prazo, anotando-se na contracapa dos autos a data de instauração e das prorrogações que venham a ser feitas (art. 9 da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

4.Comunique-se a instauração deste inquérito civil à Egrégia 5a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração (art. 4o, inciso VI, da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público), atentando-se para o disposto no art. 15 do Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002 (Art. 15. A publicação dos atos sigilosos, se for o caso, limitar-se-á aos seus respectivos números, datas de expedição e ementas, redigidas de modo a não comprometer o sigilo";

Após, tornem os autos conclusos.

JOSÉ ROBERTO PIMENTA OLIVEIRA

PORTARIA Nº 243, DE 13 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal e art. 1o da Lei Complementar nº 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. arts. 5o, incisos I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6o, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1o da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que o Ministério Público pode - e deve - ajuizar ação civil pública para o ressarcimento de dano ao patrimônio público e/ou destinada a levar a efeito as sanções cíveis decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa (arts. 1o, inciso IV, e 5o, § 1o, da Lei nº 7.347/85 e arts. 5o e 17 da Lei nº 8.429/92);

CONSIDERANDO que compete aos juízes federais processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (art. 109, inciso I, da Constituição Federal), o que determina, numa perspectiva constitucional, lógica e sistemática, a respectiva atribuição do Ministério Público Federal (art. 70 da Lei Orgânica do Ministério Publico da União);

CONSIDERANDO que foram autuadas nesta Procuradoria da República em São Paulo as Peças Informativas nº 1.34.001.009088/2010-61, com a seguinte ementa:

"PATRIMÔNIO PÚBLICO. "Programa Primeiro Emprego". Notícia de que empregada doméstica recebeu dinheiro por aulas de Webdesigner e Telemarketing, sem no entanto participar do referido programa. Consórcio Geração Cidadã (ONG)."

CONSIDERANDO que o presente procedimento foi instaurado a partir de ofício expedido pela Exma. Procuradora da República Dra. Melissa Garcia Blagitz de Abreu, encaminhando cópias da Ação Penal nº 0004524-58.2007.403.6181, em trâmite perante a 9ª Vara Criminal Federal de São Paulo;

CONSIDERANDO que na Ação Penal nº 0004524-58.2007.403.6181 foi imputada a prática de fraude na contratação de capacitadores do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens, mantido pelo Governo Federal (PNPE - instituído pela Lei 10.748/2003);

CONSIDERANDO que as Peças Informativas, no dia 09.12.2010, foram convertidas em Procedimento Preparatório, nos termos do art. 3º, §§ 4º a 7° da Resolução nº 23 do CNMP, de 17 de setembro de 20007, visando a obtenção de elementos para identificação dos fatos investigados;

CONSIDERANDO que, no dia 09.03.2011, o prazo do Procedimento Preparatório foi prorrogado por mais 90 (noventa) dias, nos termos da Resolução nº 23 do CNMP, de 17 de setembro de 2007;

CONSIDERANDO que o prazo de 90 (noventa) dias da prorrogação expirou-se e, nos termos do art. 3º, § 7º da Resolução nº 23 do CNMP, de 17 de setembro de 2007, uma vez expirado o prazo do § 6º o Ministério Público Federal promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil público;

CONSIDERANDO que até o presente momento os elementos coligidos no Procedimento Preparatório não autorizam a adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais, exigindo maior aprofundamento por este órgão ministerial, a fim de que sejam adotadas as providências cabíveis;

CONSIDERANDO, enfim, a necessidade de continuação das investigações a fim subsidiar eventuais medidas judiciais/extrajudiciais no âmbito da proteção ao patrimônio público e da probidade administrativa;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar a hipótese, determinando, para tanto:

1. Autuem-se a Portaria e as Peças Informativas nº 1.34.001.008339/2010-91 como Inquérito Civil (art. 4 da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

2. Registre-se e zele-se pelas respectivas normas (Rotina de Serviços nº 01/06 da Divisão de Tutela Coletiva);

3. Controle-se o respectivo prazo, anotando-se na contracapa dos autos a data de instauração e das prorrogações que venham a ser feitas (art. 9 da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público);

4.Comunique-se a instauração deste inquérito civil à Egrégia 5a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração (art. 4o, inciso VI, da Resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público), atentando-se para o disposto no art. 15 do Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002 (Art. 15. A publicação dos atos sigilosos, se for o caso, limitar-se-á aos seus respectivos números, datas de expedição e ementas, redigidas de modo a não comprometer o sigilo";

Após, tornem os autos conclusos.

JOSÉ ROBERTO PIMENTA OLIVEIRA

PORTARIA N° 295, DE 30 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do Procedimento Administrativo autuado sob o nº 1.30.012.001100/2010-18 se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Converte o Procedimento Administrativo autuado sob o nº 1.30.012.001100/2010-18 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

DESCRIÇÃO RESUMIDA DO(S) FATO(S) INVESTIGADO(S): Supostas irregularidades na licitação realizada pela Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP) para a construção do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), localizado na Rua do Carmo Neto, s/n, esquina com Rua Benedito Hipólito, Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ, haja vista que tal imóvel supostamente pertence à União Federal por ser terreno acrescido de marinha.

POSSÍVEL(IS) RESPONSÁVEL(IS) PELO(S) FATO(S) INVESTIGADO(S): Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP).

AUTOR(ES) DA REPRESENTAÇÃO: Ministério Público Federal.

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

VINÍCIUS PANETTO DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 296, DE 30 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

Considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

Considerando que o presente procedimento, instaurado nesta Procuradoria com o fim de averiguar supostas irregularidades no acúmulo de cargos por professor universitário, se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir do procedimento administrativo nº 1.30.012.000985/2010-20, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determino ainda que seja oficiado à Universidade Federal Fluminense, solicitando informações atualizadas sobre o processo administrativo nº 23069.004179/2011-46.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

MARCIA MORGADO MIRANDA

PORTARIA Nº 297, DE 30 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

Considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

Considerando que o presente procedimento, instaurado nesta Procuradoria com o fim de averiguar suposta cumulação de recebimento de bolsa de estudos com vínculos de natureza empregatícia, se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO a partir do procedimento administrativo nº 1.30.012.001175/2010-91, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determino ainda que seja oficiado ao Procurador Chefe da CAPES, reiterando os Ofícios PR/RJ/MC/Nº 39/2011 e PR/RJ/MMM/Nº 228/2010.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

MARCIA MORGADO MIRANDA

PORTARIA Nº 309, DE 8 DE JUNHO DE 2011

PA nº 1.30.012.000087/2008-57. Interessado: HOSPITAL GERAL DO ANDARAÍ. RUFOLO EMPRESA DE SERVIÇOS TÉCNICOS E CONSTRUÇÕES LTDA. FERLIM SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.DEPARTAMENTO DE GESTÃO HOSPITLAR DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Assunto: PERPETUAÇÃO DE CONTRATAÇÕES EMERGENCIAIS NO HOSPITAL DO ANDARAÍ - CONTRATO Nº 183/2005 - CONTRATO 17/2009 - DISPENSAS DE LICITAÇÃO - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO NO HOSPITAL DO ANDARAÍ.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, considerando que é sua função promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública na defesa dos interesses difusos e coletivos, nos termos do artigo 129, III, da Constituição Federal de 1988 e do artigo 8º, § 1º, da lei nº 7.347/85, considerando os elementos de informação até aqui colhidos, converte o procedimento administrativo nº 1.30.012.000087/2008-57 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, pelo prazo de 1 ano, com a finalidade de apurar a sequência de contratações emergenciais, com dispensa de licitação, para prestação de serviços de limpeza e conservação no Hospital do Andaraí, no período de 2005 a 2011, bem como atribuir responsabilidades por eventuais atos de improbidade administrativa, determinando as seguintes diligências:

1 - Junte-se aos presentes autos, em um novo volume, a cópia do processo judicial 20105101004442-8, no qual figurou como impetrante a empresa Ferlim Serviços ltda., bem como as remanescentes cópias do processo 200851010003298, no qual figurou como impetrante a Rufolo Empresa de Serviços Técnicos e Construções Ltda. Devido à singular clareza na exposição dos fatos, encarte-se em primeiro lugar, no novo volume, cópia da liminar e da sentença proferidas nos autos do processo que tramitou perante a 29ª Vara Federal (processo 20105101004442-8)

2- Oficie-se ao Tribunal de Contas da União encaminhando-lhe cópia deste novo volume, a fim de que tome conhecimento e possa apurar os fatos em toda sua extensão, atribuindo responsabilidades se for o caso, a respeito da perpetuação da contratações emergenciais no Hospital do Andaraí, situação muito bem retratada na sentença proferida pela 29ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro. A propósito, solicite-se cópia do inteiro teor do julgado da TC 001229/2008-0, que consta como encerrado. Caso a decisão tenha abordado a legalidade da contratação e a execução do contrato 183/2005, requisita o MPF que os novos elementos de informação sejam considerados, de modo a permitir verificar se há fato novo a ensejar sua reanálise.

3- oficie-se ao Hospital do Andaraí requisitando que informe a situação da licitação para contratação de serviços de limpeza e conservação;

4 - com cópia da presente portaria, oficie-se à Secretaria Executiva e à Secretaria de Atenção à Saúde, requisitando que informem como estão sendo realizadas as ações de supervisão e avaliação dos contratos firmados pelo Hospital do Andaraí, considerando as sucessivas contratações emergenciais efetuadas pelo Hospital do Andaraí/Departamento de Gestão Hospitalar no Rio de Janeiro;

5 - Oficie-se ao DENASUS requisitando auditoria nos contratos de prestação de serviços de limpeza e conservação no Hospital do Andaraí, a partir de 2005.

6 - Tendo em vista o teor da sentença de proferida no processo judicial 20105101004442-8, oficie-se à Juíza prolatora da sentença, com cópia da presente portaria, solicitando cópia de eventual recurso interposto pelas partes.

7- Oficie-se à CGU no Rio de Janeiro, com cópia da presente portaria, requisitando que informe sobre possível fiscalização acerca das sucessivas contratações emergenciais para prestação de serviços de limpeza e conservação no Hospital do Andaraí, no período de 2005 a 2011. Requisite-se ainda cópia de eventuais relatórios produzidos ou, em caso negativo, a realização de fiscalização para apurar possíveis irregularidades em relação ao assunto;

8 - Remeta-se cópia desta Portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

9- À Divisão de Tutela Coletiva da PRRJ para os registros necessários.

JAIME MITROPOULOS
Procurador da República

PORTARIA Nº 321, DE 16 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício regular de suas atribuições funcionais, que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição da República e pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO:

1. que o Ministério Público Federal é Instituição destinada à "defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", tendo, entre suas funções constitucionais, as de "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia" e de "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos" (Constituição da República, artigos 127 e 129, incisos II e III);

2. que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da CF, e arts. 2º, caput, 5º, V, b, e 6º, XIV, a, da Lei Complementar nº 75/93), e proteger o patrimônio público e social e outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF, e arts. 5º, III, b, e 6º, VII, b e d, da Lei Complementar nº 75/93);

3. os termos da Portaria PR-RJ nº 843/2008, a qual dispõe sobre as atribuições dos Ofícios da Área da Tutela Coletiva da Procuradoria da República no Rio de Janeiro;

4. que o Conselho Superior do Ministério Público Federal editou em 06 de abril de 2010 a Resolução nº 106, unificando, no âmbito do MPF, as normas disciplinadoras do Inquérito Civil Público antes divididas entre a Resolução nº 87/2006, do próprio CSMPF, e a Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

5. o teor do expediente nº 1.30.801.002766/2011-70, o qual aponta irregularidades constatadas pela Comissão de Sindicância constituída pela PRT PRESI Nº 096/2007, da CASA DA MOEDA DO BRASIL, nos procedimentos licitatórios nº 1220/2006, 1221/2006, 1243/2006, 1245/2006, 4216/2006, 4788/2006, 4789/2006, 5117/2006, 5304/2006, 5305/2006, 5306/2006, 5307/2006 1146/2007, 1273/2007, 1274/2007, 1275/2007, 1335/2007, 1738/2007, e 2052/2007, com indícios de favorecimento de licitantes, bem como fracionamento e superfaturamento do objeto contratado;

DETERMINO:

a) Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (ICP), com o objetivo de verificar a regularidade dos procedimentos licitatórios nº 1220/2006, 1221/2006, 1243/2006, 1245/2006, 4216/2006, 4788/2006, 4789/2006, 5117/2006, 5304/2006, 5305/2006, 5306/2006, 5307/2006 1146/2007, 1273/2007, 1274/2007, 1275/2007, 1335/2007, 1738/2007, e 2052/2007, da CASA DA MOEDA DO BRASIL.

b) Adote-se a seguinte Ementa:

"PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS - CMB - CASA DA MOEDA DO BRASIL - PROCEDIMENTOS Nº 1220/2006, 1221/2006, 1243/2006, 1245/2006, 4216/2006, 4788/2006, 4789/2006, 5117/2006, 5304/2006, 5305/2006, 5306/2006, 5307/2006 1146/2007, 1273/2007, 1274/2007, 1275/2007, 1335/2007, 1738/2007, e 2052/2007 - SINDICÂNCIA PORTARIA PRT/PRESI/096/2007"

c) Autue-se e publique-se esta Portaria.

d) Remeta-se esta Portaria à Colenda 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para publicação.

Observo que todos os documentos encaminhados com o expediente devem ser juntados em forma de anexo, por não apresentarem relação direta com o objeto deste procedimento. O Relatório da Sindicância deverá ser juntado nos autos principais.

Os autos do inquérito civil público deverão ser conclusos conjuntamente com os autos formados a partir da cópia dos documentos referentes à Portaria PRT/PRESI/156/2007 (item 2 do despacho exarado nos autos do procedimento administrativo 1.30.012.000953/2010-24).

Como diligência inicial, determino seja oficiada a CASA DA MOEDA DO BRASIL, com requisição de encaminhamento de cópia integral do procedimento de sindicância, cuja comissão foi constituída pela PRT.PRESI Nº 096/2007, bem como dos procedimentos licitatórios 1220/2006, 1221/2006, 1243/2006, 1245/2006, 4216/2006, 4788/2006, 4789/2006, 5117/2006, 5304/2006, 5305/2006, 5306/2006, 5307/2006 1146/2007, 1273/2007, 1274/2007, 1275/2007, 1335/2007, 1738/2007, e 2052/2007.

MARTA CRISTINA PIRES ANCIÃES

PORTARIA Nº 324, DE 30 DE MAIO DE 2011

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129, III da Constituição Federal, bem como nos artigos 6º, XX, da Lei Complementar n.º 75/1993, e;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 atribui ao Ministério Público, nos termos do artigo 127, a "defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis", tarefa que também lhe é atribuída pela Lei Complementar nº 75/93, em seu artigo 1º;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar e defender a ordem jurídica, o patrimônio público e social, promovendo as medidas necessárias à garantia desses bens tutelados, entre as quais se incluem o inquérito civil público, a ação civil pública e ação de improbidade administrativa (arts. 127, caput, e 129, II, III e IV, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a imposição constitucional à administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (artigo 37, caput);

CONSIDERANDO a impossibilidade de ingresso em cargo público organizado em carreira, sem realização de prévio concurso público, em face de expressa vedação constitucional;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 37, § 4º da Constituição Federal, os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível;

CONSIDERANDO que constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malversamento ou dilapidação dos bens ou haveres de quaisquer dos Poderes da União;

CONSIDERANDO que, também, constitui ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições;

CONSIDERANDO que as investigações desenvolvidas no curso do Procedimento Preparatório nº 1.16.000.003377/2010-85 necessitam de complementação;

Resolve:

Converter o Procedimento n.º 1.16.000.003377/2010-85 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93 e os artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, para apurar a regularidade na nomeação de Dimas Roberto Bianco da Silva para a Chefia da Procuradoria Seccional Federal de Juiz de Fora/MG, tendo em vista a suposta ocorrência de ascensão funcional, no âmbito do INSS.

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADO: Ministério Público Federal;

II - REQUERIDO: AGU e outros.

III - AUTOR DA REPRESENTAÇÃO: Heráclito Fontoura Sobral Pinto

IV - ASSUNTO: AGU. PGF. Apuração de supostas irregularidades na nomeação de Dimas Roberto Bianco da Silva, matrícula SIAPE 0895906, para o cargo de chefe da Procuradoria Seccional Federal de Juiz de Fora/MG, órgão vinculado à AGU. O acesso ao cargo de Procurador pelo aludido servidor teria ocorrido por meio de concurso interno. Suposta ofensa a princípios e normas constitucionais atinentes ao concurso público.

DETERMINA:

I - a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação (art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007);

II - cumprimento do Despacho de fls. 36.

ANA PAULA MANTOVANI SIQUEIRA

PORTARIA Nº 461, DE 8 DE JUNHO DE 2011

Peça de Informação nº 1.33.000.001688/2011-18. CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento no art. 129 da Constituição Federal, regulamentado pelos artigos 5º a 8º da Lei Complementar nº 75/93, e na Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF:

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumbam defender (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 c/c art. 1º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, III da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar nº 75/93, é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos relativos ao patrimônio público e social e à probidade administrativa, dentre outros, inclusive promovendo a responsabilização respectiva;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da CF/1988 e os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade, implícitos do texto constitucional;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO a existência de Peça de Informação nº 1.33.000.001688/2011-18 versando sobre possível prática de improbidade administrativa por omissão, tendo em vista a ocupação irregular de quadra de tênis sobre o mar, no Canto da antiga Salva, na praia do Meio, em Coqueiros, nesta capital no âmbito do Ofício do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Procuradoria da República em Santa Catarina, determino a CONVERSÃO desta Peça de Informação em

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

tendo por objetivo apurar os fatos acima descritos e outros a eles correlatos.

Para tanto, determino:

a) a abertura, registro e autuação de Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: PPMA. possível prática de improbidade administrativa por omissão, tendo em vista a ocupação irregular de quadra de tênis sobre o mar, no Canto da antiga Salva, na praia do Meio, em Coqueiros, nesta capital ;

b) a comunicação e remessa de cópia desta Portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando a devida publicação;

c) expeça-se, desde já, ofício ao Cartório de Registro de Imóveis para encaminhar certidão com cadeia sucessória do imóvel onde foi construída a referida quadra de tênis;

c) após, o retorno dos autos a este Gabinete para novas providências.

CLAUDIO DUTRA FONTELLA

6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 88, DE 17 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000080/2005-46, que trata de representação que denuncia a apreensão de madeira pelo IBAMA na Aldeia Pykanu, sem haver notícia de benefício para a comunidade indígena;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.23.003.000080/2005-46 a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Notifique-se o representante Takakpe Kayapó (fls. 05) para tomar conhecimento e se manifestar acerca da resposta de fls. 182/204;

3 - Localize-se o PA n.º 1.23.003.000055/2006-33, que deveria estar apensado a este procedimento;

4 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

5 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

BRUNO ALEXANDRE GÜTSCHOW

PORTARIA Nº 470, DE 17 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no documento recebido de particular, via e-mail, cadastrado na PR/SC sob a etiqueta nº PR-SC-00015400/2011, dando conta do comércio de orquídeas realizado por indígenas nas ruas do centro de Florianópolis;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a partir do Documento PR-SC-00015400/2011, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e a documentação que a acompanha como inquérito civil, com o seguinte descritor:

6ª CCR. INDÍGENAS. COMÉRCIO ILEGAL DE ORQUÍDEAS NA RUAS DO CENTRO DE FLORIANÓPOLIS.

Determino, ainda, que seja oficiado à Associação Nhemongetá, para ciência do problema e providências para esclarecer às indígenas envolvidas sobre a proibição da venda dessas plantas.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à , para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANALÚCIA HARTMANN

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1.636, DE 30 DE JUNHO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo Procurador do Trabalho ao final firmado, em exercício na Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - Procuradoria do Trabalho no Município de Nova Iguaçu, com apoio no artigo 129, inciso III da Constituição da República Federativa do Brasil, nos artigos 5° e incisos, 6°, inciso VII, alíneas "a" e "d" e 84, inciso II da Lei Complementar nº 75, de 20/05/93, combinados com o artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e, ainda:

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 000221.2011.01.004/0-401, instaurada de ofício para apurar o descumprimento do artigo 5º, § 1º, III, e § 3º, da Lei 11.788/2008 pelo CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e o descumprimento do artigo 7º, II, da Lei 11.788/2008 pela ASSOCIAÇÃO FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO - UNIGRANRIO;

Considerando a imprescindível observância das normas legais e regulamentares que tutelam o estágio, tendo em vista a sua natureza de ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo.

Considerando que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, caput da Constituição da República), bem como a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o n° 33.661.745/0001-50, com endereço na Rua Elias Francisco Paris, 343, Sala 301 a 305, 25 de Agosto, Duque de Caxias/RJ, CEP 25.075-110, e ASSOCIAÇÃO FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO - UNIGRANRIO pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 29.403.763/0001-65, com endereço na Rua Professor José de Souza Herdy, 1160, 25 de Agosto, Duque de Caxias/RJ, CEP 25.071-202, para apuração dos fatos em toda a sua extensão.

FÁBIO LUIZ MOBARAK IGLESSIA

8ª REGIÃO

PORTARIA Nº 500, DE 19 DE JUNHO DE 2011

A Procuradora do Trabalho signatária, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e

Considerando o Relatório de Fiscalização encaminhado pela SRTE-AP constando a inexistência das irregularidades noticiadas na denúncia que deu origem ao presente Inquérito Civil, porém noticiando uma irregularidade constatada pelos auditores fiscais do trabalho, qual seja, existência de cartão de ponto britânico.

DETERMINA, em 19 de junho de 2011, na cidade de Macapá-AP: (I) o aditamento à Portaria nº 397/2010 para fazer constar como objeto de investigação a existência de cartão de ponto britânico; (II) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de aviso acessível ao público e REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e autue-se.

SILVIA SILVA DA SILVA

PORTARIA Nº 508, DE 23 DE MAIO DE 2011

O Procurador do Trabalho signatário, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e

Considerando que os noticiados I) ESTADO DO AMAPÁ; II) INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO ESTADO DO AMAPÁ - IMAP; III) GRAUTT CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA estão sendo objeto de investigação em razão do não pagamento de salários, férias e verbas rescisórias de cerca de 17 (dezessete) empregados da GRAUTT CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - prestadora de serviços do ESTADO DO AMAPÁ nas dependências do IMAP.

DETERMINA, em 23.05.2011, em Macapá-AP: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL N.º 000111.2011.08.001/5, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Socorro Maria Dantas da Costa para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público e REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e autue-se.

MÁRCIO AMAZONAS CABRAL DE ANDRADE

PORTARIA Nº 510, DE 23 DE MAIO DE 2011

O Procurador do Trabalho signatário, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e

Considerando que o noticiado MUNICÍPIO DE FERREIRA GOEMS, está sendo objeto de investigação em razão de possíveis irregularidades atinentes a prática de assédio moral contra professoras do quadro pessoal do município.

DETERMINA, em 23.05.2011, em Macapá-AP: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL N.º 000114.2011.08.001/1, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Socorro Maria Dantas da Costa para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público e REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e autue-se.

MÁRCIO AMAZONAS CABRAL DE ANDRADE

PORTARIA Nº 512, DE 23 DE MAIO DE 2011

O Procurador do Trabalho signatário, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e

Considerando que a noticiada SCHENEIDER E COSTA LTDA está sendo objeto de investigação em razão da ocorrência de acidente de trabalho ocorrido nas dependências da mesma, resultante do descumprimento da legislação trabalhista vigente em relação a saúde e segurança do empregado, meio ambiente do trabalho e não observância das normas regulamentadoras comprovadas pela SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO - SRTE-AP (fls. 06/28).

DETERMINA, em 23.05.2011, em Macapá-AP: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL N.º 000117.2011.08.001/3, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Socorro Maria Dantas da Costa para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público e REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e autue-se.

MÁRCIO AMAZONAS CABRAL DE ANDRADE

PORTARIA Nº 513, DE 16 DE JUNHO DE 2011

O Procurador do Trabalho signatário, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e

Considerando que as noticiadas INTEGRAL CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA e ANGRO FERROUS estão sendo objeto de investigação em razão de possíveis irregularidades atinentes a suposta prática de terceirização ilícita e violação a direitos trabalhistas.

DETERMINA, em 16.06.2011, em Macapá-AP: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL N.º 001303.2010.08.000/4, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Socorro Maria Dantas da Costa para secretariar os trabalhos atinentes a este IC; 3) a AFIXAÇÃO desta Portaria em quadro de avisos acessível ao público e REMESSA de cópia para publicação.

Publique-se, registre-se e autue-se.

MÁRCIO AMAZONAS CABRAL DE ANDRADE

20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 169, DE 1º DE JULHO DE 2011

O Ministério Público do Trabalho - Procuradoria do Trabalho no Município de Itabaiana, pelo Procurador do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições institucionais, com fundamento nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 6º, inciso VII, "d", e art. 84, inciso II, ambos da Lei Complementar n.º 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85:

Considerando o teor dos autos da Representação 000072.2011.20.001/0, bem como do despacho proferido nos mesmos às fls.08.

Considerando que o procedimento versa sobre a possível violação de direitos e interesses meta individuais, sobre os temas: 09. TEMAS GERAIS. 09.06. DURAÇÃO DO TRABALHO E PAGAMENTOS RESPECTIVOS. 09.06.01. Anotação e Controle de Jornada. 09.06.02. Jornada de Trabalho, resolve:

Instaurar Inquérito Civil em face do SUPERMERCADO UBALDO LTDA, para apuração dos fatos noticiados, em vista da propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, ou solução consensual e extrajudicial, se assim for possível e útil à coletividade;

Designar o servidor Weldon de Brito Fonseca, matrícula 6005288-0, para exercer o encargo de Secretário do Inquérito.

RAYMUNDO LIMA RIBEIRO JÚNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

EXTRATO DA PAUTA Nº 24/2011 (EXTRAORDINÁRIA RESERVADA)
Sessão em 6 de julho de 2011, às 14h30min

Resumo dos processos incluídos em Pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Extraordinária Reservada, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-033.300/2010-0
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

TC-011.461/2008-1
Apensos: TC 004.006/2011-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC 004.008/2011-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); TC 004.012/2011-9 (COBRANÇA EXECUTIVA).
Natureza: Denúncia
Advogados constituídos nos autos: Gustavo de Andrade Santos (OAB-SE 2.959); Paulo Calumby Barreto (OAB-SE 2.417); Ciro Bezerra Rebouças Júnior (OAB-SE 4.101); Gilberto Sampaio Vila-Nova de Carvalho (OAB-SE 2.829).

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-015.889/2011-4
Natureza: Denúncia Denunciante: Identidade preservada (art. 55,
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.468/2011-6
Natureza: Denúncia Denunciante: Identidade preservada (art. 55,
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.576/2009-4
Natureza: Denúncia Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei nº 8.443/1992)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-004.143/2011-6
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-010.169/2011-3
Natureza: Denúncia
Advogada consstituída nos autos: Raimunda das Graças Matos Martins (OAB/PA 6732)

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-017.418/2011-9
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-016.985/2011-7
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-017.297/2011-7
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.593/2011-5
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-025.926/2010-1
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-011.106/2010-7
Natureza: Administrativo.
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 1º de julho de 2011.
LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA
Secretário das Sessões

EXTRATO DA PAUTA Nº 26/2011 (ORDINÁRIA)
Sessão em 6 de julho de 2011, às 14h30min

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Ordinária, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-013.635/2011-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infra-estrutura Rodoviária nos Estados do Pará e Amapá.
Responsáveis: Consórcio Construtor Br-163 e outros
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.803/2006-6
Natureza: Pedido de Reexame em Representação
Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - MEC
Interessados: Aloisio Teixeira e Sylvia da Silveira Mello Vargas
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.152/2009-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Antônio Cury; Jackson Charles Martins Antunes; José Roizenbruch; João Ernani Antunes Costa; João Marcos Bemfica Pinto e Édson Amorim de Paula
Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos/ Superintendência de Trens Urbanos de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

TC-005.415/2010-1
Natureza: Relatório de Monitoramento
Entidade: Cobra Tecnologia S.A. - Ministério da Fazenda
Advogado constituído nos autos: não há

TC-006.923/2010-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Lander Lucas Barbosa (CPF 947.826.876-72); Lucio Eugenio de Sousa Consales (CPF 522.874.592-00); Marcelo Sanches de Menezes (CPF 251.158.008-02); Wyllamys Cordeiro do Nascimento (CPF 625.069.272-04); Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social do Acre (Sehab) e a empresa Engecal Construções Ltda. (CNPJ 04.309.646/0001-06)
Interessado: Congresso Nacional Órgãos/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF; Entidades/Órgãos do Governo do Estado do Acre; Ministério das Cidades (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.111/2011-0
Natureza: Monitoramento
Órgão: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.259/2007-7
Natureza: Representação
Representante: Sind. das Empresas de Serviços de Informática do DF. - Sindesei (CNPJ 37.113.545/0001-14)
Órgão: Ministério de Minas e Energia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.391/2010-5
Natureza: Monitoramento
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

TC-019.814/2007-1
Natureza: Relatório de Auditoria.
Órgão: Secretaria Estadual de Saúde de Tocantins (SESAU/TO).
Responsáveis: Cleber Barros Arraes (838.578.261-34); Conceição de Maria Silva Soares (446.216.203-04); Evando Divino Mariano (301.759.841-15); Giovani Luis Padão Merenda (539.924.660-00); Gismar Gomes (050.323.501-68); Jose de Sena Rabelo (265.980.786-87); José Renard de Melo Pereira (058.520.301-63); Maria das Graças Rodrigues Hoffmann (265.326.541-91); Prisma Diagnósticos Ltda (02.237.056/0001-90); Ulisses Katter Valcari (005.941.751-00)
Interessado: Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (01.786.029/0001-03)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-025.680/2010-2
Natureza: Relatório de Monitoramento
Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS; Secretaria Nacional de Assistência Social - MDS.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-028.928/2010-5
Natureza: Representação
Interessado: Augusto e Martins Advogados Associados S/S (02.374.253/0001-50).
Órgão/Entidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo S.A. - MT.
Advogados constituídos nos autos: Fernando Augusto Pinto (OAB/DF 13.421); Carla Maria Martins Gomes (OAB/DF 11.730); Isabel Luiza Rafael Machado dos Santos (OAB/DF 28.583); Bruno Caetano Amâncio Coimbra (OAB/DF 28.584).

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-027.966/2009-4
Natureza: Representação
Interessado: Departamento Federal Ernandes Amorim
Unidade: Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/Mapa)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-250.059/1997-5
Apenso: TC 010.635/2005-3 (COBRANÇA EXECUTIVA)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Recorrente: Viriato Cardoso Construções e Projetos Ltda (15.145.162/0001-95)
Unidade: Grupo Executivo Para Extinção do Dner - MT (em Liquidação)
Advogados constituídos nos autos: Raquel Martins (OAB/DF 23.660), Patrícia Tiana Pacheco Lamarão (OAB/PA 10.455)

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-014.750/2011-2
Natureza: Solicitação Solicitante: Francisco Andrade Carreiro, Prefeito.
Entidade: Município de São Bento de Pombal - PB
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-000.745/2011-1
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Alfredo Soubihe Neto (020.109.818-04); e outros
Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT
Advogados constituídos nos autos: Renata Aparecida Ribeiro Felipe - OAB/MG 97.826; Flávia Da Cunha Gama - OAB/MG 101.817; Fernando Antônio Dos Santos Filho - OAB/MG 116.302, Ademir Antonio De Carvalho - OAB/MG 121.890, Lara Maria De Araújo Barreira - OAB/MG 126.039, Ângela Tomazia Rosa - OAB/MG 126.413, Cristiano Nascimento E Figueiredo - OAB/MG 101.334, Mariana Barbosa Miraglia - OAB/MG 107.162, André Naves Laureano Santos - OAB/MG 112.694, Clara Sol Da Costa - OAB/MG 115.937, Gabriel Machado Sampaio - OAB/MG 126.653, Luciana Cristina De Jesus Silva - OAB/MG 126.357, Vitor Magno De Oliveira Pires - OAB/MG 108.997, Richard Paul Martins Garrell - OAB/MG 127.318, Flávia Mendes Ribeiro Moreira - OAB/MG 87.893, Renata Arnaut Araújo Lepsch - OAB/DF 18.641, Luis Henrique Baeta Funghi - OAB/DF 32.250.

TC-010.637/2003-1
Natureza: Prestação de Contas Simplificada
Responsáveis: Antonio Jose de Moraes Sousa Filho (273.611.363-20); e outros
Órgão/Entidade: Senai - Departamento Regional/PI - Tem
Advogados constituídos nos autos: Cássio Augusto Muniz Borges (OAB/RJ 91.152, OAB/DF 20.016-A), Elizabeth Homsi (OAB/RJ 37.313, OAB/DF 20467-A), José Augusto Seabra Monteiro Vianna (OAB/RJ 59.621), Christina Aires Correa Lima (OAB/DF 11.873), Francisco de Paula Filho (OAB/DF 7.530), Mirian de Fatima Lavocat de Queiroz (OAB/DF 19.524), Raul Caldas (OAB/DF 20.894), Rodrigo Simões Frejat (OAB/DF 8.626), Sylvia Lorena Teixeira de Sousa (OAB/DF 11.724), Alexandre Salles Steil (OAB/SC 9.182), Catarina Barros de Aguiar Araújo (OAB/DF 20.526), Daniela Allam Giacomet (OAB/DF 14.740), Márcio Bruno Sousa Elias (OAB/DF 12.533), Sidney Ferreira Batalha (OAB/DF 11.016), Fabiola Pasini (OAB/MT 5.033), Carlos Manuel de Azevedo Pessoa da Silva (OAB/RJ 23.219), Fabio Giusto Morolli (OAB/RJ 40.656), Leonardo Greco (OAB/RJ 21.557), Maria de Lourdes Franco de Alencar Sampaio (OAB/RJ 50.660), Maria Luiza Werneck dos Santos (OAB/RJ 19.258), Gustavo do Amaral Martins (OAB/RJ 72.167), Viviane Coser Vianna (OAB/RJ 83.383), Glauco Silva Menezes (OAB/RJ 88.739), Sérgio Murilo Santos Campinho (OAB/RJ 55.174), Walter Costa Porto (OAB/DF 1.495-A), Antônio Perilo Teixeira Netto (OAB/DF 21.359), Henrique Araújo Costa (OAB/DF 21.989).

TC-021.400/2006-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Departamento Nacional de Trânsito de Pernambuco (09.753.781/0001-60)
Órgão/Entidade: 11ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/PE
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.573/2010-0
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit nos Estados de Goiás e Distrito Federal
Advogados constituídos nos autos: Dalmo Rogério S. de Albuquerque (OAB/DF 10.010); Raphael Rabelo Cunha Melo (OAB/DF 21.429); Glaicon Cortes Barbosa (OAB/DF 21.399); Roseli Dias Valentin (OAB/DF 24.068); Cairo Roberto Bittar Hamú Silva Júnior (OAB/DF 17.042); Lívia Carvalho Gouveia (OAB/DF 26.937).

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-026.901/2008-7
Apensos: TC-013.172/2008-8 e TC-015.996/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Conselho Regional de Enfermagem - Coren/RS
Responsáveis: Maria da Graça Piva (CPF 168.779.000-06); Sylvia Hinterholz (CPF 191.162.840-20); Helena Pontremoli Zabluk (CPF 280.466.920-34); Louize Merye Lyra (CPF 917.451.600-00); Janir Basso Carbonell (CPF 342.143.210-49); Clarissa Pereira Carello (CPF 951.312.300-63); e Letícia Pereira Voltz Alfaro (CPF 694.702.510-91)
Advogados constituídos nos autos: Julio Cesar do Monte, OAB/RJ 82.200; e Alexandre Reinol da Silva, OAB/RJ 103.952

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

TC-003.531/2011-2
Natureza: Consulta.
Responsável: Arquilau de Castro Melo (021.993.782-68).
Interessado: Orfeu Bento Assem (635.334.212-87).
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral -TRE/AC.
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

Classe I - Recursos

TC-001.316/1999-0
Apensos: TC 003.614/2001-0; TC 007.812/1999-0; TC 006.094/2002-0; TC 011.741/2001-8; TC 007.558/2000-0; TC 000.787/2001-9 e TC 022.685/2007-4
Natureza: Recurso de Revisão
(HAVERÁ SUSTENTAÇÃO ORAL)
REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - art. 112 do R.I.)
REVISOR: Ministro RAIMUNDO CARREIRO (Ata 10/2011)
Entidades: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), Departamento de Engenharia e Construção (DEC) e 3º Batalhão de Engenharia e Construção (3º BECnst)
Recorrentes: José Gaspar Cavalcanti Uchôa (CPF 001.172.694-68) e Carlos José Paes Martins Costa (CPF 128.512.564-91)
Advogados constituídos nos autos: Walter Costa Porto (OAB/DF 6098), Antônio Perilo Teixeira Netto (OAB/DF 21359), Henrique Araújo Costa (OAB/DF 21989), Paula Cardoso Pires (OAB/DF 23668).
Interessado(s) na Sustentação Oral
Walter Costa Porto - OAB/DF 6098

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-013.294/2011-3
PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO (Pedido de Vista - art.119 do R.I.)
Natureza: Representação
REVISOR: Ministro JOSÉ JORGE (ATA 23/2011)
Entidade: Município de Cambé/PR
Responsáveis: João Dalmacio Pavinato, Prefeito (CPF 499.565.829-72), Eduardo Roberto Pavinato, Secretário Municipal de Administração (CPF 529.143.649-20), Simone Tito Freitas, Pregoeira (CPF 849.464.909-49)
Representante: Hospfar - Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. (CNPJ 26921908/0001-21)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-011.987/2005-0
Natureza: Tomada de Contas. PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO (Pedido de Vista - art. 119 do R.I.)
1º REVISOR: Ministro JOSÉ JORGE (Ata 38/2010)
2º REVISOR: Ministro MARCOS BEMQUERER (Ata 15/2011)
Órgão: Executiva do Ministério dos Esportes.
Responsáveis: Américo Jose Luz Romeu (CPF 157.566.290-68); André Almeida Cunha Arantes (CPF 083.293.598-08); Cleone José Garcia (CPF 199.899.704-91); Eduardo Martins Costa (CPF 042.326.741-87); Francisco Claudio Monteiro (CPF 153.359.841-04); Gerêncio Nelcyr de Bem (CPF 239.594.281-20); Hamilton Ubiratan da Silva (CPF 114.355.261-04); Heloisa Barbosa Cabilo de Santana (CPF 144.884.261-15); Henrique Voigt Figueiredo (CPF 038.283.601-49); Jorge Adalberto Abdala (CPF 094.439.166-49); Jorge Eduardo Levi Mattoso (CPF 010.118.868-47); Jose Trindade Neto (CPF 144.470.701-97); José Lincoln Daemon (CPF 315.031.017-20); José Ribamar Miranda da Silva (CPF 072.683.601-00); Júlio César Soares da Silva (CPF 160.307.612-34); Lilian Cristina Cavallare Vieira (CPF 121.852.992-04); Lino Castellani Filho (CPF 531.812.718-53); Luciana Marotto Homrich (CPF 696.869.040-34); Marco Aurélio de Alencar Lima (CPF 185.973.867-20); Maria da Conceição Menezes Simões (CPF 043.138.602-15); Mauricio Borges Guimaraes (CPF 595.980.777-72); Orlando Silva de Jesus Júnior (CPF 565.244.555-68); Rafael de Aguiar Barbosa (CPF 286.988.354-49); Raimundo Ferreira de Miranda (CPF 184.086.801-53); Ricardo Garcia Cappelli (CPF 024.320.407-83); Ricardo Leyser Gonçalves (CPF 154.077.518-60). Advogados constituídos nos autos: Teresa Amaro Campelo Bezerra (OAB-DF 3.037); Paulo Marcelo de Carvalho (OAB-DF 15.115); Vilson Marcelo Malchow Vedana (OAB-DF 20.488); Bruna Carneiro Tavares Nunes (OAB-RJ 127.680); Tatiana Assao Garcia (OAB-DF 17.747); Antonio Carlos Ferreira (OAB-SP 69.878); Ademir Fernandes Cleto (OAB-PR 10.795); Alexandre Wagner Vieira da Rocha (OAB-DF 16.510); Ana Carolina Balbino (OAB-MG 84.261); Anna Maria Marques de Almeida Leôncio Junior (OAB-DF 4.045); Augusto Silveira de Almeida Junior (OAB-DF 13.297); Beatriz Engelmann Soares (OAB-PR 18.268); Bernardo Soares Cruz (OAB-MG 83.818); Carlos Antonio Silva (OAB-DF 10.293); Cláudia Lourenço Midosi May (OAB-DF 7.833); Eder Pessoa da Costa (OAB-SP 186.327); Edson Pereira da Silva (OAB-DF 5.100); Eduardo Pereira (OAB-MG 82.932); Elisia Sousa Xavier (OAB-DF 6.591); Eloiza Marques Bartholomeu (OAB-DF 14.106); Emilio Puchades Galvez (OAB-SP 162.271); Estanislau Luciano de Oliveira (OAB-MG 62.564); Fernando José Azalim Piantavini (OAB-PR 31.254); Francisco Ivo Ferro Neto (OAB-CE 12.967); Francisco Vicente de Moura Castro (OAB-SP 109.712); Fredian Bartel (OAB-PR 27.446); Geraldo Alvin Dusi Junior (OAB-MG 81.426); Guilherme Lopes Mair (OAB-PR 32.417); Helena Discini Silveira (OAB-MG 75.285); Helio Soutinho Peixoto (OAB-RJ 821-B); Isabela Gomes Machado (OAB-DF 10.482); Zanon da Silveira (OAB-RJ 77.366); José Carlos Izidro Machado (OAB-SC 7.396); Caño de Andrade (OAB-SP 137.187); Marcio de Assis Borges (OAB-DF 916-A); Maria de Fátima Vieira de Vasconcelos (OAB-DF 9.253); Maria Isabel da Cruz (OAB-DF 7.216); Mario Machado (OAB-DF 4.848); Marisa Alves Dias Mezezes (OAB-SP 124.320); Marta Bufaiçal Cobocci (OAB-DF 7.292); Marta Faustínio Porfírio Nobre (OAB-GO 11.735); Neiva Pereira (OAB-MG 56.865); Paulo Eduardo Chagas de Freitas Balsamão (OAB-MG 73.695); Paulo Roberto dos Santos (OAB-MS 5.707-A); Paulo Ricardo Vijande Pedrozo (OAB-RS 18.417); Roberta Muratori Athayde (OAB-MG 83.991); Rogério Netto Andrade (OAB-MG 80.107); Samir Nacim Francisco (OAB-DF 1.640-A); Satiro Lazaro da Cunha (OAB-DF 5.286); Shandor Portella Lourenço (OAB-DF 17.941).

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-030.583/2007-9
REABERTURA DE DISCUSSÃO (Pedido de Vista - art. 112 do R.I.)
Natureza: Representação
REVISOR: Ministro UBIRATAN AGUIAR (ATA 14/2011)
Unidade: Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO
Interessado: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União
Advogados constituídos nos autos: Carla Maria Martins Gomes (OAB/DF nº 730), Fernando Augusto Pinto (OAB/DF nº 13.421), Melina Frantz Becker (OAB/DF nº 23.043), Bruno Caetano Amâncio Coimbra (OAB/DF nº 28.584) e Isabel Luiza Rafael Machado dos Santos (OAB/DF nº 28.583)

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-008.235/2010-4
Natureza: Relatório de Auditoria.
Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT.
Responsáveis: André Reitz do Valle (CPF nº 020.705.719-20); Emanuel Leite Borges (CPF nº 029.015.442-15); Félix Júnior Alves da Silva (CPF nº 825.914.233-34); Fernando José de Oliveira Masina (CPF nº 197.792.160-49); José Luiz de Carvalho Monteiro (CPF nº 334.799.090-00); José Ribamar da Cruz Oliveira (CPF nº 076.076.283-04); Luiz Antônio Pagot (CPF nº 435.102.567-00); Nilson Celso Machado (CPF nº 181.879.276-15).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.643/2010-2
Natureza: Relatório de Auditoria (Fiscalis nº 540/2010)
Órgão: Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
Responsável: Maria da Glória Guimarães dos Santos (CPF: 214.103.561-91)
Interessado: Tribunal de Contas da União, Secretaria de Fiscalização em Tecnologia da Informação (Sefti)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.869/2010-1
Natureza: Relatório de Acompanhamento
Órgão/Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - MDIC
Interessado: Tribunal de Contas da União; 9ª Secex
Advogados constituídos nos autos: André Carvalho Teixeira (OAB 18.135/DF); Hugo Ribeiro Ferreira (OAB 58.426/RJ); Mara Rocha Aguilar (OAB 52.897/RJ); Jorge Fernando Schettini Bento da Silva (OAB 56.920/RJ); Marcus Vinicius Noronha da Silva (OAB 95.440/RJ); Luiz Roberto Paranhos de Magalhães (OAB 5.735/DF); Fátima Luiza de Faria Costa Dias (OAB 46.777/RJ); Renato Goldstein (OAB 57.135/RJ); Maria Carolina Pina Correia de Melo (OAB 99.297/RJ); Patice Gilles Paim Lyard (OAB 121.558/RJ); Amaro de Oliveira Filho (OAB 95.156/RJ); Henri Wataru Koga (OAB 202.717/SP); Melissa Cordeiro Dutra (OAB 116.569/RJ); André Luiz Bastos (OAB 140.295/RJ); Maurício Vasconcelos Galvão Filho (OAB 113.087/RJ); Raoni da Cruz Chaves (OAB 108.845/RJ); Paulo Surreaux Strunck Vasques de Freitas (OAB 25.384/RJ); Marcelo Lipcovitch Quadros da Silva (OAB 46.807/RJ); Luiz Carlos da Rocha Messias (OAB 31.460/RJ); Carlos Eduardo Gabina de Medeiros (OAB 77.775/RJ); Adriana Diniz de Vasconcelos Guerra (OAB 191.390-A/SP); Rita de Cássia Amaral Marques de Souza (OAB 39.435/RJ); Arnaldo Cordeiro Pacheco de Medeiros Montenegro (OAB 51.099/SP); Marcelo Sampaio Vianna Rangel (OAB 90.412/RJ); Yara Coelho Martinez (OAB 134.443/RJ); Nelson Luiz Machado Lamego (OAB 82.542/RJ); Rogério Fraga Mercadante (OAB 152.926/SP); Bruno Machado Eiras (OAB 112.5679/RJ); Paula Saldanha Jaolino Fonseca (OAB 95.457/RJ); Renato Costa Ganeff Ribeiro (OAB 134.314/RJ); Paulo Kubrusly Soares Terra (OAB 109.813/RJ); Luís Cláudio de Lima Amarante (OAB 156.859/SP); Nelson Alexandre Paloni (OAB 136.989/SP); Luciana Vilela Gonçalves (OAB 160.544/SP); Leonardo Forster (OAB 209.708-B/SP); Thécio Clay de Souza Amorim (OAB 20.223/PE); Juliana Souto de Noronha (OAB 108.106/RJ); Clery Jesuz da Silveira (OAB 113.245/RJ); Paula Souza de Menezes (OAB 109.716/RJ); Romero Paes Barreto de Albuquerque (OAB 23.683/PE); Felipe Fernandes de Christo (OAB 120.614/RJ); Eduardo Pontieri (OAB 234.635/SP); Bruno Ferreira Motta Teixeira (OAB 113.066/RJ); Raquel Cristina de Carvalho e Silva (OAB 133.596/RJ); André Carvalho Teixeira (18.135/DF); Juliana Calixto Pereira (OAB 130.070/RJ); Felipe Machado Guedes (OAB 150.032/RJ); Gabriela Mattos Gonçalves (OAB 129.385/RJ); Cristiano Caldas Pinto (OAB 129.593/RJ).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-034.023/2010-0
Natureza: Desestatização
Órgão/Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
Interessado: Agência Nacional de Aviação Civil - Anac (07.947.821/0001-89)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Classe I - Recursos

TC-032.621/2010-8
Natureza: Pedido de Reexame (em Relatório de Auditoria)
Entidade: Município de Porto Alegre
Interessado: Caixa Econômica Federal
Advogado constituído nos autos: Guilherme Lopes Mair (OAB/SP 241.701)

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-031.525/2010-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão: Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo - GRA/MF/SP
Responsáveis: Luciene Vieira de Souza Dourado, sucessores de Verônica Otília Vieira de Souza
Advogado constituído nos autos: não há

TC-033.865/2010-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão: Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo - GRA/MF/SP
Responsáveis: Humberto de Oliveira e Verônica Otília Vieira de Souza (espólio, inventariante Eduardo Frias)
Advogado constituído nos autos: Lara Eleonora Dante Agrasso (OAB/SP 157.948)

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

Classe I - Recursos

TC-002.723/2009-6
Natureza: Recurso de Revisão
Entidade: Município de Manacapuru/AM Responsável/recorrente: Ângelus Cruz Figueira (CPF 025.594.982-00)
Advogados constituídos nos autos: Edson Pereira Duarte (OAB/AM 3.702), Paulo Roberto de Moraes Rego Figueiredo (OAB/AM 547), Luciana Pedrosa de Moraes Rego Figueiredo Duarte (OAB/AM 2.819), José Eduardo Rangel de Alckmin (OAB/DF 2.977), José Augusto Rangel de Alckmin (OAB/DF 7.118) e Otávio Papaiz Gatti (OAB/DF 18.634)

TC-008.664/2007-4
Apensos: TC 021.857/2007-6, TC 018.713/2006-6
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO
Interessado: Paulo Dietzsch Neto (CPF 143.617.951-34)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-009.830/2010-3
Apenso: TC 005.471/2011-7
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)
Responsáveis: Abenildo Alves de Oliveira (CPF 354.708.524-15); Antônio Cesar de Oliveira Silva (CPF 081.379.003-49); Armando Feijó de Paula (CPF 848.223.414-53); Carlos Henrique Santos Rocha (CPF 154.375.585-20); Fernando da Silva Christ (CPF 237.603.380-20); Flavio Fernando Casa Nova da Motta (CPF 377.258.404-78); Gustavo Andre de Abreu Viana Camara (CPF 031.108.764-77); Heleno Lira (CPF 151.074.184-49); Ivo Tasso Bahia Baer (CPF 413.054.427-68); Jeremias Luiz da Silva (CPF 039.967.304-03); José Raimundo Lima Mendes (CPF 229.711.495-87); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72); Leandro Santos da Silva (CPF 039.223.744-09); Luis Carlos Queiroz de Oliveira (CPF 080.526.797-29); Marcelino Guedes Ferreira Mosqueira Gomes (CPF 793.109.077-20); Marcos André Ferreira da Costa (CPF 053.293.474-16); Marcos José Pessoa de Resende (CPF 128.157.134-20); Marcos Leandro Pereira Soares (CPF 796.968.485-87); Omar Antônio Kristoschek Filho (CPF 900.295.340-20); Pedro José Barusco Filho (CPF 987.145.708-15); Rafael Brandão Rocha (CPF 236.807.096-68); Renato Alves Pessoa (CPF 084.308.287-96); Ricardo Luiz Ferreira Pinto Tavora Maia (CPF 746.600.047-91); Sebastião Marcondes da Silva Júnior (CPF 098.720.018-63); Sidney José Honório da Silva (CPF 804.864.954-34); Sérgio dos Santos Arantes (CPF 335.417.367-04); Venina Velosa da Fonseca (CPF 550.496.306-06); Vladimir Ferreira de Oliveira Campos (CPF 000.810.686-03)
Embargante: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)
Interessados: Congresso Nacional e Consórcio Camargo Côrrea - CNEC (CNPJ 10.517.133/0001-93), formado pelas empresas Construções e Comércio Camargo Côrrea S.A (CNPJ 61.522.512/0001-02) e CNEC - Engenharia S.A (CNPJ 61.564.639/0001-94); Consórcio RNEST- CONEST (CNPJ 11.045.775/001-08), formado pelas empresas Construtora OAS LTDA. (CNPJ 14.310.577/0001-04) e Odebrecht Plantas Industriais e Participações S.A (CNPJ 09.334.075/0001-83); Consórcio CII-Consórcio Ipojuca Interligações (CNPJ 11.387.267/0001-08), formado pelas empresas Construtora Queiroz Galvão S.A (CNPJ 33.412.792/0001-60) e IESA Óleo e Gás S.A (CNPJ 07.248.576/0001-11)
Advogados constituídos nos autos: Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Carlos da Silva Fontes Filho (OAB/RJ 59712), Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24882), Bruno Henrique de Oliveira Ferreira (OAB/DF 15345), Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ 37506), Pedro da Silva Machado (OAB/RJ 86278), Leonardo de Mattos Galvão (OAB/SP 234.550), Patrícia Guercio Teixeira Delage (OAB/MG 90.459), Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Patricia Werner Gomez (OAB/RJ 120.257), Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195), Daniele Domingues Lima e Silva (OAB/AL 7.286), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), Bernardo Braga Pasqualette (OAB/RJ 148.828), Giuseppe Giamundo Neto (OAB/SP 234.412), Amauri Feres Saad (OAB/SP 261.859), Fernanda Ferreira Cortes (OAB/RJ 160.980), Rafaella Farias Tuffani de Carvalho (OAB/RJ 139.758), Renata Arnaut Araújo Lepsch (OAB/DF 18.641), Floriano Dutra Neto (OAB/DF 20.499), Maria Luiza Baillo Targa (OAB/DF 29.880), Edgard Hermelino Leite Júnior (OAB/SP 92.114), Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969) e Luis Henrique Baeta Funghi (OAB/DF 32.250)

TC-019.731/2009-3
Natureza: Agravo
Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) Agravantes: Construtora OAS Ltda. (CNPJ 14.310.577/0001-04) e Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. (CNPJ 19.394.808/0001-29)
Advogados constituídos nos autos: Bruno Semino (OAB/SP 196.758), Rodrigo de Figueiredo Tavares de Araújo (OAB/PE 25.921) e Rodrigo de Miranda Azevedo (OAB/PE 21.164)

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-000.741/2011-6
Natureza: Relatório de Monitoramento
Unidade: Secretaria Nacional de Defesa Civil
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há

TC-005.962/2011-0
Natureza: Levantamento de Auditoria
Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)
Responsáveis: Cristina Gaião Peleteiro (CPF 188.604.515-15), José Berlan Silva Cabral (CPF 120.631.343-91), José Idelcio Pereira Ruas (CPF 241.090.616-87), Marcus Henrique Rodrigues Rangel (CPF 173.345.353-91), Maria Socorro Mendes Almeida Carvalho (CPF 206.006.236-53) e Regina de Nazareth Gouveia Martins (CPF 161.429.003-25)
Interessados: Congresso Nacional e Empresa Tecisan - Técnica de Engenharia Civil e Sanitária Ltda. (CNPJ 17.387.713/0001-52)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-008.224/2010-2
Apenso: TC 015.150/2009-8
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidades: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco - DER/PE; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT
Responsáveis: Aston Medeiros dos Santos (CPF 041.456.744-72), Divaldo de Arruda Câmara (CPF 025.342.154-34), Euclides Bandeira de Souza Neto (CPF 442.060.384-49), Eugenio Manoel do Nascimento Morais (CPF 148.883.944-15), Helio Menezes de Alencar (CPF 019.630.824-00), Jeffrey Rodrigues de Carvalho (CPF 435.984.207-49), Luiz Gonzaga Dias (CPF 040.652.204-91), Paulo de Tarso Fernandes da Rocha (CPF 157.431.104-25), Romero Torres Nunes (CPF 083.364.404-10)
Interessado: Congresso Nacional
Advogados constituídos nos autos: Patrícia Guercio Teixeira Delage (OAB/MG 90.459), Flávia da Cunha Gama (OAB/MG 101.817), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), Renata Aparecida Ribeiro Felipe (OAB/MG 97.826), Francisco Freitas de Melo Franco Ferreira (OAB/MG 89.353).

TC-008.970/2007-8
Apenso: TC 005.472/2009-8
Natureza: Relatório de Levantamento
Entidade: Furnas Centrais Elétricas S.A.
Responsável: José Pedro Rodrigues de Oliveira (CPF 003.945.136-49)
Interessados: Congresso Nacional e Consórcio Construtor Simplício
Advogados constituídos nos autos: Ademir Antonio de Carvalho (OAB/MG 121.890), Adriano Chaves Jucá Rolim (OAB/BA 11.320), Adriano Sá de Seixas Maia (OAB/BA 14.561), Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108), Ana Beatriz Rocha Mascarenhas (OAB/BA 13.835), André Naves Laureano Santos (OAB/MG 112.694), Ângela Tomazia Rosa (OAB/MG 126.413), Bruno Dias Pereira (OAB/MG 102.678), Carolina Feitosa Dolabela Chagas (OAB/MG 96.205), Ciro Cardoso Brasileiro Borges (OAB/SP 206.631), Clara Sol da Costa (OAB/MG 115.937), Cristiano Nascimento e Figueiredo (OAB/MG 101.334), Cynthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298), Daniele Uchida Campos (OAB/SP 261.303), Érlon André de Matos (OAB/MG 103.096), Ernesto Luis Silva Vaz (OAB/MG 96.334), Fernando Antônio dos Santos Filho (OAB/MG 116.302), Flávia da Cunha Gama (OAB/MG 101.817), Flávia Mendes Ribeiro Moreira (OAB/MG 87.893), Francisco de Freitas Ferreira (OAB/MG 89.353), Gabriel Machado Sampaio (OAB/MG 126.653), Gilda Medeiros Garcia (OAB/RJ 49.169), João Henrique Andrade Araújo Horst (OAB/PE 14.326), Juliana Fonseca de Azevedo (OAB/SP 208.483), Kelly Magalhães Faleiro (OAB/SP 205.952B), Lara Maria de Araújo Barreira (OAB/MG 126.039), Luis Henrique Baeta Funghi (OAB/DF 32.250), Luciana Cristina de Jesus Silva (OAB/MG 126.357), Mariana Barbosa Miraglia (OAB/MG 107.162), Marina Hermeto Corrêa (OAB/MG 75.173), Mônica Bahia Odebrecht (OAB/BA 11.436), Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011), Patrícia Guercio Teixeira (OAB/MG 90.459), Renata Aparecida Ribeiro Felipe (OAB/MG 97.826), Renata Arnaut Araújo Lepsch (OAB/DF 18.641), Renata Maciel de Souza (OAB/SP 224.313), Richard Paul Martins Garrell (OAB/MG 127.318), Rodrigo de Carvalho Pinto Bueno (OAB/SP 155.036), Simone Eliza Martins Pereira Sahade (OAB/SP 221.780), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154) e Vitor Magno de Oliveira Pires (OAB/MG 108.997)

TC-019.362/2010-2
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidade: Governo do Estado de Pernambuco
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-005.061/2009-2
Natureza: Representação
Entidade: Município de Luís Gomes/RN
Responsáveis: Antônio de Pádua Silva (CPF 155.303.704-97); Cequip - Importação e Comércio Ltda. (CNPJ 07.327.166/0001-66); Guilherme Libânio da Rocha Júnior (CPF 721.981.334-15); Lindonjohnson da Silveira Batista (CPF 513.139.444-91); Pio X Fernandes (CPF 132.475.574-15); Veneza Participações Ltda (CNPJ 04.410.009/0001-21); Via Diesel Distribuidora de Veículos Motores e Peças Ltda (CNPJ 01.937.258/0001-81)
Advogados constituídos nos autos: Clovis Ricardo C. da S. Mapurunga (OAB/CE 4.203), Jader Albuquerque Maranhão de Oliveira Junior (OAB/CE 16.127) e Francisco Evandro Paz (OAB/CE 18.370).

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

Classe I - Recursos

TC-014.392/2004-3
Natureza: Pedido de Reexame.
Órgão: Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur.
Recorrentes: Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur; Caio Luiz Cibella de Carvalho (577.886.268-72); Luiz Octávio Caldeira Paiva. (144.361.911-68); Geraldo Lima Bentes (079.333.124-20).
Advogado constituído nos autos: Patrícia Helena Bonzanini Martins de Sá (Procuradora Federal).

TC-032.787/2008-6
Natureza: Pedido de Reexame.
Entidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa.
Recorrente: Plínio Ivan Pessoa da Silva, CPF nº 145.889.862-87.
Advogados constituídos nos autos: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, OAB/DF nº 6.546; Jaques Fernando Reolon, OAB/DF nº 22.885; Cynthia Póvoa de Aragão, OAB/DF nº 22.298; Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior, OAB/DF nº 29.760; e Gustavo Valadares, OAB/DF nº 18.669.

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-002.811/2006-6
Natureza: Acompanhamento (outorga de concessão do serviço público de transporte de passageiros).
Entidades: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Advogados constituídos nos autos: André Carvalho Teixeira, OAB/DF nº 18.135; Luiz Roberto Paranhos de Magalhães, OAB/DF nº 5.735; Vinícius Fernando dos Reis Santos, OAB/RJ nº 128.667.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

Classe I - Recursos

TC-004.986/2004-5
Natureza: Recurso de Revisão.
Recorrente: Domingos Almeida Peixoto, ex-prefeito (CPF 255.383.225-72).
Unidade: Prefeitura de Elísio Medrado/BA.
Advogadas constituídas nos autos: Márcia Reis Bittencourt (OAB/BA 12.420) e Rosangely Matos Barreto (OAB/BA 17.084).

TC-011.021/2006-8
Natureza: Pedido de Reexame em Relatório de Auditoria.
Entidade: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI.
Interessado: 5ª Secretaria de Controle Externo - TCU.
Advogadas constituídas nos autos: Ana Paula Rodrigues Guimarães (OAB/DF 11.985), Cecília Vergara (OAB/DF 18.581), Sandra Cilce de Aquino (OAB/SP 132.212).

Classe II - Pedidos de Informação e outras Solicitações formuladas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas ou por qualquer das respectivas Comissões

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TC-004.902/2009-6
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional.
Unidade: não há.
Responsável: Agaciel da Silva Maia.
Interessado: Senado Federal.
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-009.724/2008-7
Natureza: Desestatização.
Unidades: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG; Ministério da Integração Nacional - MIN; Ministério da Fazenda - MF; Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf); e Agência Nacional de Águas - ANA.
Responsáveis: Iraneth Rodrigues Monteiro (Secretária Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão); Alexandre Navarro Garcia (Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional); Nelson Henrique Barbosa (Secretário Executivo do Ministério da Fazenda); Clementino de Souza Coelho (Presidente da Codevasf); e Vicente Andreu Guillo (Diretor-Presidente da ANA).
Advogado constituído nos autos: Fernando Antônio Freire de Andrade (OAB/DF 748-a).

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-014.181/2011-8
Natureza: Administrativo.
Órgão: Tribunal de Contas da União.
Interessada: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe I - Recursos

TC-011.420/2003-8
Natureza: Recurso de Reconsideração (em processo de Tomada de Contas Especial)
Unidade: Banco do Estado do Ceará S.A. - BEC
Responsáveis: Carlos Alberto Ribeiro da Silva (ex-presidente do BEC) - CPF; 044.218.177-91; Fernando Ribeiro Hermida (ex-diretor de finanças e controle do BEC) - CPF: 036.559.035-53; Luciano Medeiros Bertini (ex-chefe do Departamento de Administração Financeira, em substituição) - CPF: 614.621.013-72; Ana Carolina Barbosa Paz (ex-chefe da divisão de análises e negócios financeiros) CPF: 616.793.993-49; Dionísio Nunes Neto (ex-chefe do departamento de administração financeira) - CPF: 203.002.043-53; Alvarino Erven de Abreu (ex-diretor de gestão de recursos de terceiros/diretor de finanças e controle interino) - CPF: 100.088.967-04; Lucivando Ferreira de Souza (ex-chefe do departamento de administração financeira) - CPF: 222.141.783-68; e Francisco Aristides Câmara Ferreira de Medeiros (ex-chefe do Departamento de Auditoria e Inspeções do BEC) - CPF: 117.165.683-15
Interessados: Francisco Aristides Câmara Ferreira de Medeiros (CPF 117.165.683-15), Fernando Ribeiro Hermida (CPF 036.559.035-53), Alvarino Erven de Abreu (CPF 100.088.967-04), Carlos Alberto Ribeiro da Silva (CPF 044.218.177-91)
Advogado constituído nos autos: não há

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-005.902/2011-8
Natureza: Relatório de Auditoria - Fiscobras 2011
Responsáveis: Luiz Antônio Pagot (CPF: 435.102.567-00) e João Andrea Molinero Júnior (CPF 240.883.906-87)
Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT
Advogado constituído nos autos: não há

TC-005.976/2011-1
Natureza: Relatório de Auditoria
Unidade: Empresa Brasileira de Infra Estrutura Aeroportuária - Infraero
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há

TC-007.403/2010-0
Natureza: Levantamento de Auditoria
Unidade: Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA
Interessado: Congresso Nacional
Advogados constituídos nos autos: Edgard Hermelino Leite Júnior (OAB /SP 92.114, OAB PR 38.422), Giuseppe Giamundo Neto (OAB/SP 234.412), Bruna Borges da Costa Aguiar (OAB/DF 32.590).

TC-008.843/2011-2
Natureza: Relatório de Auditoria
Unidades: Caixa Econômica Federal - MF; Departamento Penitenciário Nacional - SNJ/MJ; Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há

TC-010.705/2011-2
Natureza: Relatório de Auditoria
Unidade: Empresa Brasileira de Infra Estrutura Aeroportuária
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-021.257/2009-0
Natureza: Representação
Unidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - MT
Responsáveis: Fernando Antônio Brito Fialho (214.178.143-49); Murillo de Moraes Rego Corrêa Barbosa (033.168.317-20)
Interessado: Procuradoria da República/RJ - MPF/MPU (26.989.715/0024-07)
Advogados constituídos nos autos: João Geraldo Piquet Carneiro (OAB/DF 800-A), Djenane Lima Coutinho (OAB/DF 12.053), Arthur Lima Guedes (OAB/DF 18.073), Antonio Newton Soares de Matos (OAB/DF 22.998), Patrícia Vasques de Lyra Pessoa Roza (OAB/DF 20.213), João Batista Lira Rodrigues Junior (OAB/DF 15.180), Mabel Lima Tourinho (OAB/DF 16.486), Marcelo Reinecken de Araújo (OAB/DF 14.874), Rafael de Paula Gomes (OAB/DF 26.345), Leonardo Maniglia Duarte (OAB/DF 19.177), Liliane Monteiro de Figueiredo Mendes (OAB/DF 22.928), Daniel Coelho (OAB/RJ 95.891), Elisa Ribeiro Gonçalves (OAB/RS 62.509) e Leandro Borsatto de Oliveira Silva (OAB/RJ 159.820).

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Classe I - Recursos

TC-007.483/2009-0
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Petróleo Brasileiro S/A
Recorrentes: Petróleo Brasileiro S.A., Aldemir Bonfim dos Santos, André Mota Rodrigues, Antonio César de Santis, Bento Daher Junior, Lourenço Lustosa Froes da Silva, Marcelo Ferreira de Souza, Marco Antonio Gomes de Lima, Mario Zonenschein e Reuber Lugon Coimbra
Advogados constituídos nos autos: Raphaela Cristina Magalhães Nascimento (OAB/RJ 129.398), Carolina Bastos Lima (OAB/RJ 135.073), Alexandre Luis Bragança Penteado (OAB/RJ 88.979), Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Carlos da Silva Fontes Filho (OAB/RJ 59.712), Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250) e Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882)

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-021.658/2010-2
Natureza: Relatório de Auditoria.
Entidade: Município de Rio Branco - AC.
Responsáveis: Raimundo Angelim Vasconcelos, Prefeito Municipal (028.209.352-49); Pascal Abou Khalil, Secretário Municipal de Saúde (196.497.622-72)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Classe I - Recursos

TC-013.100/2005-4
Natureza: Embargos de Declaração.
Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
Embargante: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.
Advogados constituídos nos autos: Adriana Diniz de Vasconcelos Guerra, OAB/SP n. 191.390-3, Alexandra de Luca Marques De Oliveira, OAB/RJ n. 132.601, Amaro de Oliveira Filho, OAB/RJ n. 95.156; André Carvalho Teixeira, OAB/DF n. 18.135; Arnaldo Cordeiro Pacheco de Medeiros Montenegro, OAB/SP n. 51.099, Bruno Machado Eiras, OAB/RJ n. 112.579, Caio Cavalcanti Ramos, OAB/PE n. 863-B. Carlos Eduardo Gabina de Medeiros, OAB/RJ n. 77.775, Daniela Pio Borges Mariano da Fonseca, OAB/RJ n. 109.935, Danusa Paulo de Campos, OAB/RJ n. 114.618, Fabíola Patrícia de Oliveira Lima, OAB/PE n. 18.645, Fátima Luiza de Faria Costa Dias, OAB/RJ n. 46.777, Hamilton Soares de Andrade Junior, OAB/RJ n. 29.836, Jorge Fernando Schettini Bento da Silva, OAB/RJ n. 56.920, Júlio César Gomes Ribeiro da Costa, OAB/RJ - 108.483, Leonardo Forster, OAB/SP n. 209.708-B, Luciana Vilela Gonçalves, OAB/SP n. 160.544, Luciane Aparecida Poletti Moreira, OAB/RJ n. 123.503, Luiz Carlos da Rocha Messias, OAB/RJ n. 31.460, Luiz Cláudio Lima Amarante, OAB/SP n. 156.859, Luiz Roberto Paranhos de Magalhães, OAB/DF n. 5735, Mara Rocha Aguilar, OAB/RJ n. 52.897, Marcelo Lipcovitch Quadros da Silva, OAB/RJ n. 46.807, Marcelo Sampaio Vianna Rangel, OAB/RJ n. 90.412, Maria Carolina Pina Correia de Melo, OAB/RJ n. 99.297, Mariane Sardenberg Sussekind, OAB/RJ n. 31.289, Melissa Cordeiro Dutra, OAB/RJ n. 116.569, Nelson Alexandre Paloni, OAB/SP n. 136.989, Nelson Luiz Machado Lamego, OAB/RJ n. 82.542, Oliver Azevedo Tuppan, OAB/RJ n. 112.644, Patrice Gilles Paim Lyard, OAB/RJ n. 121.558, Paula Saldanha Jaolino Fonseca, OAB/RJ n. 95.457, Paulo Kubrusly Soares Terra, OAB/RJ n. 109.813, Paulo Roberto de Souza Cirino, OAB/RJ n. 758-B, Paulo Surreaux Strunck Vasques de Freitas, OAB/RJ - 25.384, Regina Célia Sampaio Montez, OAB/RJ n. 25.673, Renato Costa Ganeff Ribeiro, OAB/RJ n. 134.314, Renato Goldstein, OAB/RJ n. 57.135, Rita de Cássia Amaral Marques de Souza, OAB/RJ n. 39.435, Rogério Fraga Mercadante, OAB/SP n. 152.926, Thais da Silva Freire, OAB/RJ n. 136.356, Thécio Clay de Souza Amorim, OAB/PE n. 20.223, Tulio Romano dos Santos, OAB/RJ n. 86.995, Yara Coelho Martinez, OAB/RJ n. 134.443.

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-015.946/2010-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessado: Congresso Nacional.
Entidades: Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e Governo do Estado de Rondônia.
Advogados constituídos nos autos: Alexandre Aroeira Salles, OAB/DF 28.108; Tathiane Vieira Viggiano, OAB/DF 27.154; Patrícia Guercio Teixeira Delage, OAB/MG 90.459; Marina Hermeto Corrêa, OAB/MG 75.173; Francisco de Freitas Ferreira, OAB/MG 89.353; Nayron Sousa Russo, OAB/MG 106.011; Érlon André de Matos, OAB/MG 103.096; Fernando Antônio dos Santos Filho, OAB/MG 116.302; Flávia da Cunha Gama, OAB/MG 101.817; Mariana Barbosa Miraglia, OAB/MG 107.162; Cristiano Nascimento e Figueiredo, OAB/MG 101.334; Vitor Magno de Oliveira Pires, OAB/MG 108.997; André Guimarães Cantarino, OAB/MG 116.021; Clara Sol da Costa, OAB/MG 115.937; André Naves Laureano Santos, OAB/MG 112.694; Renata Aparecida Ribeiro Felipe, OAB/MG 97.826; Luis Henrique Baeta Funghi, OAB/MG 124.463; Renata Arnaut Araújo Lepsch, OAB/DF 18.641 e Wanderly Lessa Mariaca, OAB/RO 1.281.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-014.093/2010-3
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)
Interessado: Congresso Nacional
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-020.089/2010-4
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit/MT (04.892.707/0001-00); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama/MMA (03.659.166/0035-51); Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado do Amazonas - Seinf/AM (01.000.444/0001-90)
Interessado: Procuradoria da República no Estado do Amazonas - PR-AM/MPF (26.989.715/0008-89)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

Classe I - Recursos

TC-029.352/2009-5
Apenso: TC 023.508/2010-8.
Natureza: Embargos de Declaração (Representação).
Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).
Responsáveis: Sigma Engenharia Indústria e Comércio Ltda. (25.898.180/0001-00); Sinalizadora Rodoviária Ltda. (87.942.454/0001-60); Pró Sinalização Viária Ltda. (44.218.154/0001-20).
Interessado: Ministério Público Federal (03.636.198/0001-92). Advogados constituídos nos autos: Renato Soares Cunha (OAB/MG 36.060); Arianne Soares de Oliveira (OAB/MG 71.862); Leo Alves de Assis Jr. (OAB/MG 97.013); Heloisa Maristela Pereira (OAB/MG 95.480); Adriano José Borges Silva (OAB/BA 17.025); Adriele Pinheiro Reis Ayres de Britto (OAB/DF 23.490); Giovanna Ramos Mee do Nascimento (OAB/DF 30.790); Robson Maia Lins (OAB/SP 208.576); Olívia Tonello Mendes Ferreira (OAB/DF 21.776); Maurício Charlita de Freitas (OAB/DF 25.891); Marco Antonio Meneghetti (OAB/DF 3.373); Maurício Maranhão de Oliveira (OAB/DF 11.400); Marília de Almeida Maciel Cabral (11.166); Jonas Cecílio (OAB/DF 14.344); Márcio Herley Trigo de Loureiro (OAB/DF 11.712); Eduardo Han (OAB/DF 11.714); Carolina Pieroni (OAB/DF 17.512).

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-005.737/2011-7
Natureza: Relatório de Auditoria.
Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - MT.
Responsável: Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00).
Interessado: Congresso Nacional.
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-010.882/2009-7
Natureza: Representação.
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho - 15ª Região (TRT15).
Interessados: Ministério Público Federal (26.989.715/0050-90); Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Advogado constituído nos autos: não há

Secretaria das Sessões, 1º de julho de 2011.
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Poder Judiciário

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº 44, DE 28 DE JUNHO DE 2011

Dispõe sobre a atualização de valores devidos pela Fazenda Federal em virtude de sentenças judiciais transitadas em julgado.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições legais e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 100 da Constituição Federal,

CONSIDERANDO que aos tribunais regionais federais compete atualizar os valores dos precatórios apresentados até 1º de julho, para efeito de inclusão na proposta orçamentária do exercício seguinte, nos termos da Orientação Normativa CJF n. 2, de 18 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Informar os coeficientes de atualização monetária dos precatórios para inclusão na proposta orçamentária de 2012, a cargo do Tesouro Nacional, nos termos a seguir:

I - os originários da proposta orçamentária de 2011, inclusive, e os que serão expedidos a partir de 1º de julho de 2011 serão atualizados com base na remuneração básica das cadernetas de poupança, na forma divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN, na série 7811-TR, em conformidade com a tabela constante do anexo I e,

II - os originários a partir da proposta orçamentária dos anos de 2003 a 2010 serão atualizados pelo IPCA-E, divulgado pelo IBGE, em conformidade com a tabela constante do anexo II.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

MIN. ARI PARGENDLER

ANEXO I

7811-TR/BACEN

MÊS	VARIAÇÃO TR %	NÚMERO ÍNDICE
Julho/2010	0,1151	1,010529527151650
Agosto/2010	0,0909	1,009367744877300
Setembro/2010	0,0702	1,008451062861160
Outubro/2010	0,0472	1,007743626835120
Novembro/2010	0,0336	1,007268196246490
Dezembro/2010	0,1406	1,006929867810910
Janeiro/2011	0,0715	1,005516112157210
Fevereiro/2011	0,0524	1,004797681814710
Março/2011	0,1212	1,004271443578280
Abril/2011	0,0369	1,003055740021370
Maio/2011	0,1570	1,002685748980000
Junho/2011	0,1114	1,001114000000000
Julho/2011		1,000000000000000

ANEXO II

IPCA-E/IBGE

MÊS	VARIAÇÃO IPCA-E %	NÚMERO ÍNDICE
Julho/2010	-0,09	1,065521405731980
Agosto/2010	-0,05	1,066481259458720
Setembro/2010	0,31	1,067016036261020
Outubro/2010	0,62	1,063718074800620
Novembro/2010	0,86	1,057162339876280
Dezembro/2010	0,69	1,048149948649930
Janeiro/2011	0,76	1,040968038982470
Fevereiro/2011	0,97	1,033116176344590
Março/2011	0,60	1,023190546528800
Abril/2011	0,77	1,017088463256680
Maio/2011	0,70	1,009315980704600
Junho/2011	0,23	1,002299721078010
Julho/2011		1,000000000000000

SECRETARIA-GERAL

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2011

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Presidente da Sessão: Conselheiro ARI PARGENDLER

Presentes à sessão os Excelentíssimos Conselheiros Ari Pargendler, Felix Fischer, Francisco Falcão, Laurita Vaz, João Otávio de Noronha, Olindo Menezes, Maria Helena Cisne, Roberto Haddad, Marga Tessler e Paulo Roberto de Oliveira Lima.

Presentes, também, o Juiz Federal Gabriel Wedy (Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - Ajufe), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participa da sessão sem direito a voto e o Doutor Eduardo Machado Dias (representante da Secretaria de Reforma do Judiciário), que participa como convidado.

Secretária: Bel. Eva Maria Ferreira Barros

PROCESSOS N. 2011.16.0875, 2011.16.1006, 2011.16.0561, 2011.16.0562, 2011.16.0560 e 2011.16.1005

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro ARI PARGENDLER

INTERESSADOS: CJF e TRFs

ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ANUAIS - EXERCÍCIO 2010 - DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL E DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS DAS 1ª, 2ª, 3ª ,4ª e 5ª REGIÕES.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou as conclusões dos relatórios de auditorias e dos pareceres do Controle Interno e determinou a remessa dos respectivos processos ao Tribunal de Contas da União."

PROCESSO N. 2004.16.1265

RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro FRANCISCO FALCÃO

INTERESSADOS: Tribunais Regionais Federais

ASSUNTO: ANTEPROJETO DE LEI QUE ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Após o voto do relator, que aprovou o anteprojeto de lei, no que foi acompanhado pela Conselheira Laurita Vaz, e dos votos antecipados, no mesmo sentido, dos Conselheiros Olindo Menezes, Maria Helena Cisne e Marga Tessler, pediu vista o Conselheiro João Otávio de Noronha, aguardando os demais para votar."

PROCESSO N. 2005.16.3647

RELATORA: Conselheira LAURITA VAZ

INTERESSADA: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF

ASSUNTO: QUESTIONAMENTO ACERCA DE PAGAMENTO DE VANTAGEM A MAGISTRADOS SEM O CUMPRIMENTO DO QUE DISPÕE O ART. 8º, INCISO V, DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo, em razão do pronunciamento do Tribunal de Contas da União."

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

RESOLUÇÃO Nº 1.856, DE 30 DE JUNHO DE 2011

Decreta o encerramento do regime de intervenção decretado junto ao Conselho Regional de Economia da 3ª Região - PE e dá outras providencias.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, de 03 de janeiro de 1974 e Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, ad referendum do Plenário; CONSIDERANDO a Resolução 1.843/2011 (D.O.U. 17.01.2011, Seção 01, Pg. 104) que decretou a intervenção no Conselho Regional de Economia da 3ª Região - PE; CONSIDERANDO que o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Economia constituem em seu conjunto uma Autarquia, ao teor do art. 6º da Lei nº. 1.411/51, cabendo ao Conselho Federal de Economia adotar as providências legais e regimentais para garantir o cumprimento das finalidades do sistema, previstas em lei, entre as quais a fiscalização do exercício profissional; CONSIDERANDO que a intervenção desenvolvida no período de 5 (cinco) meses resultou na solução definitiva dos desequilíbrios encontrados, com a recuperação de receitas e liquidação de todos os débitos existentes, exceto a dívida com o INSS, por impossibilidade de ser resolvida pela intervenção; CONSIDERANDO que, em razão das medidas adotadas, atualmente existe saldo em caixa que garante recursos financeiros para pagamento de despesas fixas até o fim do presente ano, inclusive as parcelas referentes ao parcelamento da divida com o INSS; CONSIDERANDO a nova organização administrativa implantada, que busca conferir maior transparência e logística à rotina do Conselho Regional de Economia da 3ª Região - PE e o encerramento do descontrole administrativo e financeiro; CONSIDERANDO que as irregularidades apontadas pela Comissão de Tomadas de Contas e no parecer da Assessoria Jurídica do COFECON nº 297 foram sanadas, inclusive com a realização de novo procedimento eleitoral; CONSIDERANDO que o Interventor, Conselheiro Federal Nei Jorge Correia Cardim, alcançou com pleno êxito a finalidade de intervenção de restabelecer a normalidade da situação econômico-financeira e administrativa do Conselho Regional de Economia da 3ª Região - PE, a fim de manter a continuidade dos serviços, a eficiência e a segurança da fiscalização da profissão de Economista naquele Estado da Federação; resolve: Art. 1º. Decretar o encerramento do regime de intervenção imposto pela Resolução 1.843/2011 (D.O.U. 17.01.2011, Seção 01, Pg. 104) junto ao Conselho Regional de Economia da 3ª Região - PE, uma vez que as finalidades contidas nessa resolução foram plenamente alcançadas. Art. 2º. Exonerar o Conselheiro Federal NEI JORGE CORREIA CARDIM da função de interventor, não se encontrando mais investido dos poderes previstos no art. 3º da Resolução 1.843/2011. Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

WALDIR PEREIRA GOMES

RESOLUÇÃO Nº 1.857, DE 1º DE JULHO DE 2011

Prorroga o prazo para inscrições dos trabalhos para o XVII Prêmio Brasil de Economia.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei 6.021, de 03 de janeiro de 1974, Lei 6.537, de 19 de junho de 1978, ad referendum do Plenário; CONSIDERANDO a publicação das Resoluções nº 1.848/2011 e 1.849/2011 (Regulamento do XVII Prêmio Brasil de Economia) no DOU de 30 de março de 2011, Seção 1, pág. 162 e 06 de abril de 2011, Seção 1, pág. 184, respectivamente. CONSIDERANDO a decisão da Comissão em prorrogar os prazos para envio dos trabalhos que concorrerão ao Prêmio, resolve: Art. 1º Prorrogar o prazo para inscrição dos trabalhos que irão concorrer ao XVII Prêmio Brasil de Economia até o dia 15 de julho de 2011. Art. 2º Os trabalhos encaminhados por SEDEX somente serão aceitos se postados, pelos CORECONs ao COFECON, até o dia 25 de julho de 2011. Art. 3º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WALDIR PEREIRA GOMES
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO Nº 380, DE 1º DE JULHO DE 2011

Institui normas gerais para o pagamento de diárias e a concessão de passagens no âmbito do sistema COFEN/Conselhos Regionais, e dá outras providências.

O Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, art. 8º, inciso IV e XIII, c/c seu Regimento Interno, aprovado

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

pela Resolução COFEN nº 242/2000, art. 13, incisos, IV e XLIX; e,

CONSIDERANDO os princípios da administração pública, estabelecidos no art. 37, caput, da Constituição Federal, como bem assim nos princípios da razoabilidade, do interesse público e da economicidade dos atos de gestão.

CONSIDERANDO que, aos conselheiros efetivos e suplentes do Conselho Federal - COFEN e dos Conselhos Regionais de Enfermagem, como bem assim os assessores e demais representantes do sistema COFEN/ Conselhos Regionais, cumpre o dever de zelar pelos atos da Administração pública, especialmente aquelas atribuições que lhes são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO que "o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Enfermagem são órgãos disciplinadores do exercício da profissão de enfermeiro e das demais profissões compreendidas nos serviços de Enfermagem" (art. 2º da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973);

CONSIDERANDO que, o exercício de mandatos de Conselheiros do Sistema COFEN/Conselhos Regionais possui nítido caráter de relevância pública e social;

CONSIDERANDO que, será devida aos Conselheiros, Delegados Regionais, empregados públicos, assessores, do sistema COFEN/Conselhos Regionais, e também aos colaboradores, a concessão de passagens e de diárias para o cumprimento das obrigações legalmente estabelecidas;

CONSIDERANDO que, o auxílio representação e as diárias possuem caráter nitidamente indenizatório, gerados a partir de circunstâncias distintas determinantes, sendo que, quanto ao auxílio representação, serve ele à minimização dos prejuízos suportados por conselheiros, profissionais de enfermagem convocados, nomeados ou designados para o desempenho ou participação num ato ou numa atividade determinante dentro do sistema COFEN/Conselhos Regionais. E, as diárias, consistem em indenizações devidas para, além das pessoas indicadas acima, os assessores, empregados públicos, colaboradores, destinadas ao deslocamento da sede do Conselho Federal ou dos Conselhos Regionais de Enfermagem, conforme o caso, com a finalidade de representá-los em outras localidades, dentro ou fora do Brasil, visando, assim, ao pagamento das despesas com hospedagem, alimentação, locomoção e outras despesas extraordinárias;

CONSIDERANDO que, é vedado o enriquecimento ilícito pelo Estado, sendo devida a justa indenização das despesas havidas para execução de atividades, devidamente atualizada, a qualquer título, que tenham gerado benefícios diretos ou indiretos aos órgãos integrantes do sistema COFEN/Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO que, a teor do art. 2º, § 3º da Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas foram autorizados a normatizar a concessão de diárias, jetons e auxílios de representação, fixando o valor máximo para todos os Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO o quanto decidido na 404ª ROP do Conselho Federal de Enfermagem, realizada no período de 27 a 29 de junho de 2011;

CONSIDERANDO tudo mais quanto do PAD COFEN Nº 461/2011, consta, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Os conselheiros, assessores, empregados, representantes do Sistema COFEN/Conselhos Regionais e os colaboradores designados ou nomeados, convocados ou convidados para desenvolverem atividades do Sistema que, a serviço, se deslocar de seus domicílios ou da sede da Autarquia Federal Corporativa respectiva, em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias, na forma prevista nesta Resolução.

CAPÍTULO II

CONCESSÃO DE PASSAGENS

Art. 2º. Aos conselheiros, assessores, empregados, representantes do Sistema COFEN/Conselhos Regionais e aos colaboradores designados ou nomeados, convocados ou convidados para desenvolverem atividades do Sistema, serão concedidas passagens destinada ao deslocamento a serviço, para outro ponto do território nacional ou para o exterior.

§ 1º. Às pessoas de que trata o deste artigo, que estiverem desenvolvendo atividade duradoura em prol do COFEN/Conselhos Regionais, será facultado o direito de solicitar retornos intermediários, ficando a cargo da autoridade superior do Conselho Federal ou do Conselho Regional de Enfermagem, a sua concessão.

§ 2º. Será deferido o pedido de retorno intermediário quando as referidas pessoas estiverem mais de 15 (quinze) dias afastadas do seu domicílio, ou da sede do Conselho.

§ 3º. A emissão dos bilhetes será realizada pela agência de viagens contratada, a partir da reserva solicitada pelo setor de passagens, autorizada pela autoridade competente.

§ 4º. As passagens deverão ser solicitadas com antecedência de, no mínimo, dez dias, contados da data prevista da viagem, ressalvados os casos extemporâneos cuja necessidade do serviço justifique.

CAPITULO III

DAS DIÁRIAS

Art. 3º. A concessão de diárias para os conselheiros, assessores, empregados, representantes do sistema COFEN/Conselhos Regionais e colaboradores convidados, convocados, nomeados ou designados passam a obedecer às normas e critérios estabelecidos na presente resolução.

Art. 4º. A concessão e o pagamento de diárias pressupõem a observância do interesse público e que o motivo do deslocamento esteja comprovado e justificado, observada a pertinência entre a razão do deslocamento e as atribuições das atividades desempenhadas.

Art. 5º. Farão jus à percepção de diárias as pessoas de que tratam os arts. 1º e 3º desta Resolução, que se desloquem a serviço ou por atribuição de representação do Conselho Federal ou do Conselho Regional de Enfermagem, da localidade onde têm seus domicílios ou da sede dos conselhos para outras localidades distintas dentro do território nacional ou no exterior.

Art. 6º. O valor da diária deverá incluir o dia da viagem de ida e de volta e ser suficiente para custear a despesa com alimentação, hospedagem e locomoção urbana.

Parágrafo único. As despesas referentes ao deslocamento até o local de embarque e de desembarque do local de trabalho ou de hospedagem, e vice-versa, integram a atividade de locomoção.

Art. 7º. As diárias serão concedidas por tempo de afastamento da sede de origem do beneficiário em razão do serviço, na seguinte proporção:

I - uma diária, para cada período relativo a cada dia de afastamento do domicílio ou da sede de origem, com pernoite;

II - meia diária, para cada período relativo a cada dia de afastamento do domicílio ou da sede de origem, sem necessidade de pernoite.

§ 1º. No caso do deslocamento exigir mais de um dia em trânsito, quer na ida ou no retorno, a concessão de diárias deve ser justificada.

§ 2º. O disposto neste artigo não se aplica:

a) nos casos em que o deslocamento do domicílio ou da sede do Conselho de Enfermagem ocorra dentro da respectiva região metropolitana, assim como aglomeração urbana ou microrregião, constituída por municípios limítrofes e regularmente instituídas;

b) na hipótese anterior, havendo a comprovada necessidade de pernoite, poderá ser aplicado o disposto no inciso II deste artigo, desde que acolhida à justificativa de quem solicitou o pagamento pela autoridade competente.

Art. 8º. As diárias serão pagas antecipadamente, de uma só vez, com antecedência de 24 (vinte e quatro horas) da data reservada para o afastamento, desde que solicitadas antecipadamente, observando-se o seguinte:

I - as diárias serão solicitadas à autoridade competente com antecedência suficiente, capaz de poder ser cumprido o prazo estabelecido no caput deste artigo;

II - o Conselho Federal ou Conselhos Regionais de Enfermagem deverão decidir sobre a solicitação de diárias no prazo de até 5 (cinco) dias, efetuando o pagamento das mesmas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do deferimento da concessão do pedido.

§ 1º. Quando as solicitações forem de caráter emergencial, as diárias poderão ser processadas durante o decorrer do afastamento, hipótese em que serão pagas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas depois de deferidas.

§ 2º. Quando o afastamento compreender período superior a quinze dias, as diárias poderão ser pagas parceladamente, mas dentro do período de afastamento.

§ 3º. Aquele que for beneficiado com o recebimento de diárias deverá apresentar Relatório de viagem, acompanhado de certificado ou outros documentos comprobatórios da atividade, se possível.

§ 4º. A concessão de diária com afastamento a partir da sexta-feira, bem como as que incluam sábados, domingos e feriados, somente poderão ser concedidas e pagas desde que justificada a efetiva necessidade de trabalho nestes dias.

§ 5º. A autorização de pagamento de despesas pela autoridade competente caracterizará a aceitação da justificativa.

Art. 9º. São elementos essenciais do ato de concessão de diárias:

I - o nome, o cargo ou função do proponente;

II - o nome, o cargo ou função do beneficiário;

III - descrição objetiva do serviço a ser executado;

IV - indicação dos locais onde o serviço será realizado;

V - período provável de afastamento;

VI - o valor unitário, a quantidade de diárias e a importância total a ser paga;

VII - autorização do pagamento de despesas pelo ordenador.

§ 1º. Nos casos em que o afastamento se estender por tempo superior ao previsto, desde que autorizada sua prorrogação, as pessoas de que tratam os arts. 1º e 3º desta Resolução farão jus, ainda, às diárias correspondentes ao período prorrogado.

§ 2º. Serão restituídas, pelo beneficiário, em 5 (cinco) dias, contados da data de retorno ao domicílio ou à sede originária do Conselho de Enfermagem, as diárias recebidas em excesso.

§ 3°. Serão também restituídas em sua totalidade, no prazo estabelecido no parágrafo anterior neste artigo, as diárias recebidas pelo beneficiário quando, por qualquer circunstância, não ocorrer o afastamento.

§ 4º. A restituição de diárias tratada neste artigo ocorrerá exclusivamente mediante depósito bancário na conta-corrente da respectiva Autarquia Federal que as concedeu, comprovando tal ato perante a administração.

Art. 10. Deverão compor os autos de concessão de diárias:

I - autorização de diárias;

II - relatório de viagem, cópia do cartão de embarque ou cópia do bilhete rodoviário, com o certificado do evento ou outro documento comprobatório dos serviços, se possível; e

III - cópia da requisição da passagem, mediante o preenchimento dos anexos desta Resolução.

Art.11. Nos casos em que o presidente for o beneficiário, a concessão dos valores será autorizada por outro membro da diretoria, na ordem funcional decrescente, ou funcionário do COFEN/Conselhos Regionais para o qual seja delegada competência em caráter geral, para evitar a autoconcessão de diárias, em prejuízo das prerrogativas do presidente de deliberar sobre os demais aspectos da viagem envolvida.

Art. 12. O valor da diária no âmbito do COFEN será de R$ 500,00 (quinhentos reais), ficando o seu pagamento limitado a, no máximo, 15 (quinze) diárias mensais.

§ 1º. Para os Conselhos Regionais de Enfermagem, a diária será de até R$ 500,00 (quinhentos reais), observado o limite estabelecido no deste artigo.

§ 2º. Em caráter excepcional, poderá ser pago um número maior de diárias, em deslocamentos a serviço no mesmo mês, desde que demonstrada inequívoca e imprescindível a sua permanência em deslocamento a serviço ou representação da autarquia corporativa, e a despesa seja autorizada pela Diretoria do Conselho de Enfermagem respectivo.

§ 3º. No caso de viagens dentro do Estado onde está à sede do Conselho de Enfermagem o valor da diária corresponde a 20% (vinte por cento) a menos do estabelecido como teto pela autarquia, ressalvada a hipótese prevista no art. 7º, § 2º, alínea "a", desta Resolução.

§ 4º. Na hipótese de deslocamentos para fora do País, a diária a ser paga pelo respectivo Conselho de Enfermagem corresponderá ao valor de que trata o deste artigo devidamente acrescido de até 80% (oitenta por cento), para o atendimento dos fins a que se destina, observadas as necessidades do beneficiário diante das características e peculiaridades dos custos de cada localidade para onde haverá o deslocamento.

§ 5º. Na hipótese descrita no parágrafo anterior deste artigo, o valor da diária será convertido em moeda corrente de aceitação no país para onde será realizada a viagem.

Art. 13. Os assessores, empregados e profissionais convocados, convidados, nomeados ou designados farão jus a 80% (oitenta por cento) dos valores de que trata o art. 12 desta Resolução.

Art. 14. Os Conselhos Regionais de Enfermagem deverão emitir normas regulamentares a esta Resolução, no âmbito da sua Administração, devendo fixar os valores a serem pagos a título de diárias em conformidade com a disponibilidade dos recursos orçamentários e financeiros de que dispõem, aos quais ficam condicionados.

Parágrafo único. Na fixação do valor das diárias, deverá o Conselho Regional observar a receita líquida, respeitando os limites necessários ao cumprimento das demais obrigações, para que não venha a causar prejuízos à Administração Pública, sob as penas de Lei.

Art. 15. É defeso aos Conselhos Regionais de Enfermagem praticar valores superiores ao estabelecido na presente Resolução, sob as penas de lei.

Art. 16. valores fixados nesta Resolução poderão ser majorados pelo Conselho Federal de Enfermagem uma única vez no ano, devendo ser utilizada como base de cálculo os índices do INPC acumulado no período, ou outro índice que lhe sobrevenha em substituição.

Art. 17 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário, e em especial a Resolução COFEN nº 354/2009, publicada no DOU de 29 de setembro de 2009.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

GELSON LUIZ DE ALBUQUERQUE
Primeiro-Secretário

ACÓRDÃO Nº 23, DE 28 DE JUNHO DE 2011

PROCESSO ÉTICO COFEN nº 020/2011.

ORIGEM: PROCESSO ÉTICO COREN/RS Nº 005/2010.
DENUNCIANTE: DE OFÍCIO
DENUNCIADAS/RECORRENTES: ENFERMEIRA DAIANE AZEREDO SARMENTO, COREN-RS Nº 143.177
PARECER DE RELATOR Nº 043/2011
CONSELHEIRO RELATOR: Dra. MÁRCIA CRISTINA KREMPEL

DENÚNCIA: Denúncia formulada "De ofício" pelo COREN/RS após tomar ciência de notícia publicada em Jornal Diário Gaúcho de 22/07/2009, onde consta que uma criança de 10 anos, portadora de HIV, na noite de segunda-feira ao ser transferida do Hospital de Triunfo, onde não há ambulância, para a capital, sendo transportada em um veículo de passeio da Prefeitura daquela cidade, acompanhada da avó, da mãe e de uma técnica de enfermagem, a fim de ser internada no Hospital Conceição, no percurso a criança agravou seu quadro clínico e o oxigênio do tubo que ela vinha utilizando acabou acarretando o óbito da mesma.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Ético nº 020/2011, originário do COREN/RS sob o nº 005/2010.

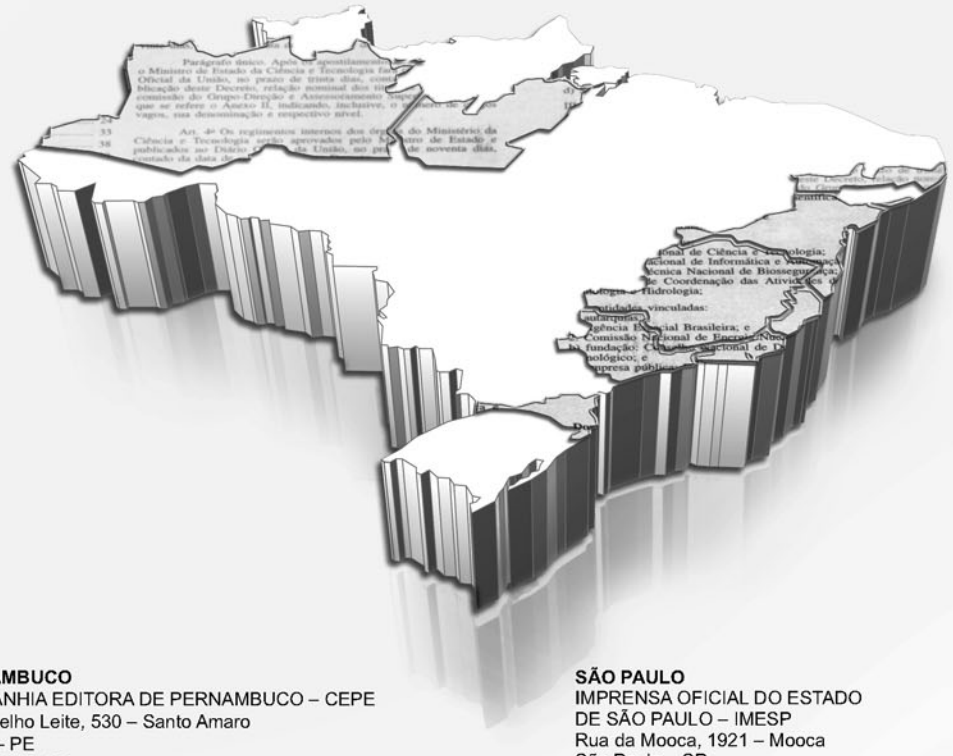
ACORDA o Plenário do Conselho Federal de Enfermagem em sua 404ª Reunião Ordinária do Plenário, realizada no dia 28 de junho de 2011, por maioria dos votos dos seus Conselheiros aprova o voto da Conselheira Marilde Rocha Duarte de ADVERTÊNCIA VERBAL, cujo parecer da Relatora de ADVERTÊNCIA VERBAL E MULTA DE 01(uma) ANUIDADE da categoria foi vencido por infração aos Art. 13 e 21 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem - Res.311/07.

MANOEL CARLOS NERI DA SI LVA
Presidente do Conselho

MARILDE ROCHA DUARTE
Conselheira-Relatora

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Revenda avulsa do Diário Oficial da União e publicações oficiais em vários Estados do País e no Distrito Federal.



Diariamente, disponíveis nos seguintes locais:

AMAZONAS
UNIÃO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA
Rua José Clemente, 216 – Centro
Manaus – AM
CEP: 69010-070
Fone: (92) 234-4762
Fax: (92) 232-6985
www.procasa.com.br

BAHIA
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA
Rua Mello Morais Filho, 189 – Fazenda Grande Retiro
Salvador – BA
CEP: 40352-000
Fone: (71) 3116-2820
www.egba.ba.gov.br

DISTRITO FEDERAL
LETÍCIA DE QUEIROZ FERREIRA VASCONCELOS - ME
SIG, Quadra 6, lote 800 - Térreo da Imprensa Nacional
Brasília – DF
CEP: 70610-460
Fone: (61) 3441-9600

RITA MILAIR DANTAS CREDMANN
Plataforma Superior da Estação Rodoviária, Loja 1
Brasília – DF
CEP: 70309-970
Fone: (61) 3225-1438
bancarodoviaria@yahoo.com.br

ESPIRITO SANTO
JM DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Alberto de O. Santos, 59, Sala 714 – Centro
Vitória – ES
CEP: 20010-250
Fone: (27) 3223-3258
Fax: (27) 3222-7068
jmpublicacoes@ebrnet.com.br

MINAS GERAIS
RICCI DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Guajajaras, 977, loja 4 – Centro
Belo Horizonte – MG
CEP: 30180-100
Telefax: (31) 3274-4136
www.diariooficial.com

PARÁ
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ – IOEPA
Travessa do Chaco, 2271 – Bairro do Marco
Belém – PA
CEP: 66093-410
Fone: (91) 4009-7800
Fax: (91) 4009-7819
www.ioepa.com.br

PERNAMBUCO
COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO – CEPE
Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro
Recife – PE
CEP: 50140-100
Fone: 0800-811201
www.cepe.com.br

RIO DE JANEIRO
ADINP DISTRIBUIDORA DIÁRIOS OFICIAIS LTDA
Avenida Almirante Barroso, nº 22, Sobreloja 201 - Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-002
Telefax: (21) 2533-0044
www.adinp.com.br

SANTA CATARINA
D. OFICIAL CENTRAL DE PUBLICAÇÕES LEGAIS LTDA
Rua Verde Vale, 25 - Picadas do Sul -
São José – SC
Fones: (48) 3257-0020 / 3257-2572
diariooficialsc@uol.com.br
www.diariooficialsc.net.br

SÃO PAULO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO – IMESP
Rua da Mooca, 1921 – Mooca
São Paulo – SP
CEP: 03103-902
Fones: (11) 5013-5108 / 5013-5109
www.imesp.com.br

LIVRARIA XV DE NOVEMBRO
Rua XV de Novembro, 318 – Centro
São Paulo – SP
CEP: 01013-000
Fones: (11) 3105-6781 / 3101-6473
livrariaxvdenovembro@imprensaoficial.com.br

SERGIPE
SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE - SEGRASE
Rua Propriá nº 227 – Centro
Aracaju – SE
CEP 49010-020
Fones: (79) 3205-7400 / 3205-7405

